jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 591 - Janeiro de 2010 - Mensal

Bodas de Ouro do Jornal do Exército 1960-2010

jornal do
Exército

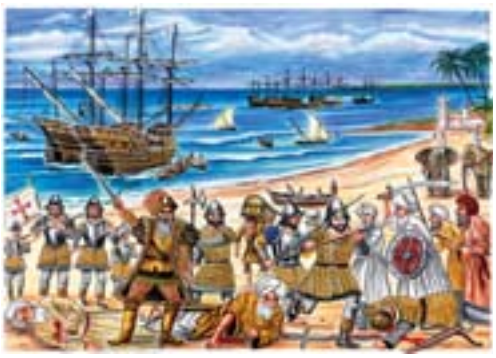
Sumário

Ano LI - N.º 591 - Janeiro de 2010

Mensagem do General CEME 5

As Duas Europas 14

O *Jornal do Exército*, observador e registo das mudanças 24



Suplemento
VIX – D. Afonso de Albuquerque e a Conquista de Malaca

Mensagem – "Soldado amigo" 4
Dia do Jornal do Exército 29
Jardins de Jasmim 34

Secções

Figuras e Factos – 8 a 13 e 45
200 Anos da Guerra Peninsular – 44
Passatempos de outros tempos – 46

Capa: 50.º Aniversário do *Jornal do Exército*

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Major Augusto Correia
Operadores Informáticos
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
1.º Cabo Gonçalo Silva
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
Europress, Lda
Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa
Telef 218 444 340 – Fax 218 492 061
Europress@mail.telepac.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Mensagem*

"Soldado amigo

Esta mensagem é para ti.
-Para ti, que estás cumprindo,
algures, em qualquer parte
do nosso eterno Portugal.

É a mensagem amiga do teu jornal [...]
saudando os bravos irmãos
que da lusa Pátria amada,
com as suas fortes mãos,
procuram manter erguidas
nas cinco partes do Mundo
os seus sagrados padrões.

Saudando os bravos guerreiros
cujos peitos esforçados
dão guarida a corações
de santos e de cruzados

Soldado amigo

Esta mensagem é para ti.
é a mensagem agradecida
para quem com altivez
pela Pátria dá a vida
no seu amor de português."

* In *Jornal do Exército*, n.ºs 35-36 (1962)

Mensagem do General CEME

Militares e Funcionário Civis do *Jornal do Exército.*

O Comandante do Exército expressa a sua satisfação por este significativo aniversário do *Jornal do Exército*, dirigindo uma palavra de incentivo e de apreço pelo dignificante trabalho que, ao longo de 50 anos, tem sido desenvolvido por sucessivas gerações de homens e mulheres, que orgulhosamente servem ou serviram neste prestigiado Órgão de Informação do Exército, de forma dedicada e profissional.

Nesta data festiva comemoram-se cinco décadas de existência do *Jornal do Exército*, órgão institucional do Ramo que tem contribuído de forma indubitável para a divulgação de informação interna e para o conhecimento do Exército pela população civil em geral. Neste contexto, revela-se a importância do esforço que tem vindo a ser realizado, desde Junho de 2007, na distribuição do *Jornal do Exército* a todas as Escolas Secundárias do País, quer no Continente quer nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, levando esta mensagem a alunos e professores.

Novos paradigmas e novos constrangimentos afectam o Exército, pelo que está em marcha um processo de transformação de âmbito genético, estrutural e operacional, que se pretende dinâmico, permanente e inovador. Dinâmico, na medida em que, decorrendo a todos os níveis da organização, procura adaptar-se permanentemente à acelerada mutação do sistema em que se insere.

Permanente, dado que esta atitude, em lugar de um estado final desejado, tem como horizonte constituir-se um processo contínuo, marcado pela procura de ser sempre mais eficaz e mais eficiente. Inovação, tanto no domínio das doutrinas como no domínio técnico e tecnológico, assumida como incontornável. Pretende-se assim um Exército moderno, adaptável e flexível, capaz de actuar de forma eficiente e eficaz em todo o espectro da conflitualidade actual, de forma conjunta e combinada, em permanente procura da excelência. Nesta perspectiva, o Exército manterá como pilares fundamentais da sua linha de conduta, padrões de exigência cada vez mais elevados de Formação e Qualificação dos seus Quadros e Tropas, e a manutenção de uma Força Operacional moderna e eficaz, a par de uma presença efectiva, promovendo os seus valores e a sua imagem pública junto da Sociedade.

Vivemos um período em que as mudanças ocorrem de forma mais rápida, gerando novas dinâmicas e exigindo novas respostas, pelo que a importância da actividade do *Jornal do Exército*, no contexto da sociedade da informação, da comunicação e do conhecimento, é evidente, sendo necessário criar novas configurações, mais apelativas, publicando conteúdos com actualidade e pertinência, dirigidos a um público-alvo, cada vez mais qualificado e exigente, obrigando a utilizar processos que integram as novas Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis.

O objectivo é melhorar a qualidade desta publicação e continuar a proporcionar um espaço de opinião e reflexão sobre diversos assuntos não só de âmbito técnico-profissional mas também geral, tendo em vista contribuir para o moral e bem-estar, cimentar a coesão e espírito de corpo do Exército, o apoio à Família Militar, preservar a nossa identidade e memória colectiva e, ainda, reforçar os laços com a Sociedade Nacional que é a nossa base e a nossa raiz estrutural.

Militares, Funcionários Civis e Colaboradores do *Jornal do Exército*

Nesta data especial, presto a merecida e justa homenagem à generosidade, profissionalismo e espírito de sacrifício, de todos os militares, funcionários civis e colaboradores que, ao longo dos anos, nas tarefas mais simples ou nas mais exigentes, concorrem com o seu esforço anónimo, dedicado e persistente, para que o conteúdo do *Jornal do Exército* contribuísse para a informação interna e para a consolidação de um melhor conhecimento dos militares e do Exército pela Sociedade Civil nacional.

Os desafios da modernidade são muitos e as tarefas que se vislumbram são, porventura, complexas, exigindo grande sensibilidade, criatividade e capacidade de inovação nas soluções preconizadas.

Porém, o Comandante do Exército está ciente de que por mais difíceis e complicadas que sejam as circunstâncias, a vossa determinação, inteligência, elevado espírito de sacrifício e de abnegação, são o garante de que a missão do *Jornal do Exército* continuará a ser cumprida com a determinação e rigor, prestigiando o Exército, ao serviço de Portugal.

O Chefe do Estado-Maior do Exército
José Luís Pinto Ramalho
General

Ministro da Defesa Nacional visita Forças Nacionais Destacadas no Kosovo e no Líbano

Kosovo

Líbano

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, acompanhado pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Valença Pinto deslocou-se ao Kosovo e ao Líbano, nos dias 14 e 15 de Dezembro, respectivamente, para visitar, na época natalícia, as Forças Nacionais Destacadas.

No Kosovo, o MDN visitou o 1.ºBatalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mecanizada que, actualmente, se encontra no Teatro de Operações do Kosovo como KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion. Destacou-se também, a presença de uma representação significativa da comunidade portuguesa a prestar serviço no Kosovo em outras organizações, designadamente da União Europeia, na recepção ao MDN no Campo Portugal.

No Líbano, o MDN visitou a Unidade de Engenharia 7, no Ubique Camp, salientando a forma digna, responsável e competente de todos os militares que têm passado pelo Líbano, destacando a "utilidade extrema" dos militares portugueses na reconstrução de infra-estruturas e no apoio às populações, formulando a todos votos de Boas Festas.

De referir também, a passagem por uma exposição estática, demonstrativa dos trabalhos da Engenharia Militar no Líbano.

Portugal mantém actualmente no Kosovo um batalhão de 290 militares em Pristina, mais cinco elementos no Quartel-General do Comando KFOR. No Líbano, está uma Unidade de Engenharia, composta por 157 militares, estando cinco destes efectivos estacionados em Naqoura e os restantes em Shama.

Dois Olhares sobre o Afeganistão

Teve lugar no Forte do Bom Sucesso, em Belém, monumento onde está sediado o núcleo museológico da Liga dos Combatentes, a inauguração da exposição *Dois olhares sobre o Afeganistão*, no dia 26 de Novembro de 2009.

Esta exposição, que conta com trabalhos do fotojornalista português Ângelo Lucas e do fotojornalista canadiano Roger Lemoyne, retrata, por um lado, a visão social de um país marcado pelos conflitos armados e, por outro, a vida social e cultural do Afeganistão.

Nesta inauguração, estiverem presentes, entre outras individualidades, o ex-Presidente da Assembleia da República, Dr. Mota Amaral, a Embaixadora do Canadá, Sr.ª Anne-Marie Bourcier, e o Presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-General Chito Rodrigues, na qualidade de anfitrião.

Fortificações Portuguesas no Brasil (Séculos XVI a XVII)

Foi inaugurada, no dia 2 de Dezembro de 2009, na Sala de Exposições Temporárias do Museu Militar de Lisboa, a exposição "Fortificações Portuguesas no Brasil – Séculos XVI a XVIII, que pode ser apreciada até 12 de Janeiro de 2010.

Esta mostra, organizada em parceria entre o Exército Português e a Embaixada do Brasil em Lisboa, exibe um conjunto de fotografias da autoria de Mário Bortocini, consubstanciadas pelo trabalho de investigação da Mestre Aline Oliva, que permite, além do conhecimento visual das estruturas, a compreensão dos processos construtivos e a grandeza dos trabalhos dos engenheiros militares portugueses e brasileiros.

Esta inauguração contou com a presença do Embaixador do Brasil, Marcos Vieira de Souza e do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Almoço-Debate na apresentação da Revista *Segurança & Defesa*

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, foi o orador convidado para o almoço-debate realizado no dia 2 de Dezembro, no Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

Dedicada ao tema "O Exército hoje", foram abordados assuntos do âmbito operacional e logístico do Exército.

A sessão serviu para apresentação do número 12 da Revista e terminou com um debate, onde os presentes tiveram a oportunidade de colocar questões ao General CEME.

Dia da Artilharia e da Escola Prática de Artilharia

A Escola Prática de Artilharia (EPA), em Vendas Novas, comemorou, no dia 4 de Dezembro, o Dia da Arma e o 147.º aniversário da EPA, numa cerimónia presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

A cerimónia teve inicio às 10h30, com a recepção do General CEME pelas forças na Parada El-Rei D. Pedro V. Seguidamente, foi depositada uma coroa de flores no monumento aos combatentes, no jardim da EPA, em homenagem aos artilheiros mortos em defesa da Pátria. A cerimónia prosseguiu na Parada General Bernardo de Faria e contou com a integração do Estandarte Nacional, com as alocuções do Comandante da EPA, Coronel Henrique José Pereira dos Santos, do Tenente-General Formeiro Monteiro, Director Honorário da Arma de Artilharia, e com a leitura da mensagem do General CEME pelo Major-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército. Ainda na parada, assistiu-se à imposição de condecorações, ao desfile das forças e à actuação da Banda Militar de Évora. Seguidamente, a equipa de pára-quedistas "Falcões Negros", efectuou uma demonstração de saltos e finalizaram-se as comemorações com uma demonstração militar alusiva ao tema "Capacidades da Artilharia", na vertente de Artilharia de Campanha e Artilharia Antiaérea.

Abertura do ano lectivo no IESM

Realizou-se dia 4 de Dezembro, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em Lisboa, a cerimónia da abertura solene do ano lectivo 2009/2010.

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, contando com a presença de todos os Chefes Militares, entre outros distintos convidados civis e militares.

MDN assina livro de honra do IESM

A sessão foi aberta com a intervenção do Director do IESM, Vice-Almirante Álvaro Sabino Guerreiro.

Seguiu-se a Lição inaugural, proferida pelo Tenente-Coronel Correia de Barros, subordinada ao tema "A Abordagem Coordenada e Abrangente dos Instrumentos de Poder: o caso da UE."

Seguiu-se a intervenção do MDN, sendo de realçar o facto de ser o seu primeiro discurso programático no IESM.

Criado em 27 de Setembro de 2005, o IESM resulta da fusão dos três Institutos Superiores dos Ramos: o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), o Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) e o Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA). A sua Missão é ministrar aos Oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana uma formação nos planos científico, doutrinário e técnico das Ciências Militares, necessária ao desempenho das funções de Comando, Direcção e Estado-Maior nos Ramos e em forças conjuntas e combinadas, assim como no exercício de cargos em Organizações Internacionais.

Visita Natalícia do General CEME aos Hospitais Militares

De acordo com a tradição natalícia, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho visitou o Hospital Militar Principal e o Hospital Militar de Belém. A visita decorreu durante a manhã do dia 18 de Dezembro, tendo como mote o apoio aos membros da Família Militar que, infelizmente, na quadra natalícia se encontram hospitalizados. O General CEME conversou com os hospitalizados transmitindo palavras de conforto e ânimo.

Programa D. Afonso Henriques – Atelier de Pintura

Fonte: Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do MDN

No âmbito do 91.º aniversário do Armistício, o Atelier de Pintura do Programa D. Afonso Henriques fez-se representar com uma exposição de pintura, que esteve patente no Forte do Bom Sucesso e intitulada "Não esquecemos o sangue derramado".

Estiveram expostos quadros de vários artistas militares – alguns deles com um vasto currículo artistico – funcionários civis do Exército e familiares convidados a participar no evento, apresentando obras de vários estilos de pintura a pastel, óleo, tinta acrílica, aguarela e técnicas mistas, com especial incidência na temática da vida militar.

O Programa D. Afonso Henriques tem como finalidade promover e desenvolver actividades de natureza cultural, desportiva e de ocupação de tempos livres, proporcionando aos militares e seus familiares momentos de convívio e de lazer.

Dia do Museu Militar de Lisboa

Comemorou-se, no dia 10 de Dezembro, o dia do Museu Militar de Lisboa, nas instalações deste órgão.

A cerimónia foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, que salientou a importância dos museus na cultura e desenvolvimento intelectual do povo português e o fomento que as novas gerações de profissionais da cultura histórico-militar

podem exercer, no âmbito do seu progresso intelectual e académico, na compreensão dos legados do passado.

Este acontecimento contou com o discurso do Director do Museu, o Coronel Luís Paulo Correia Sodré Albuquerque, e com uma apresentação do Chefe da Repartição do Património da Direcção de História e Cultura Militar, o Tenente-Coronel Amado Rodrigues, alusiva ao evento.

Após o término da cerimónia, na qual ainda foram impostas medalhas de Comportamento Exemplar a militares que servem no Museu Militar e entregue um Diploma de Louvor, seguiu-se a inauguração da exposição temática "O Soldado na obra de Sousa Lopes", culminando a cerimónia com um Porto de Honra.

Dia do Conselho Superior de Disciplina do Exército

Celebrou-se dia 14 de Dezembro, o 113.º aniversário do Conselho Superior de Disciplina do Exército (CSDE). A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

O Presidente do CSDE, Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa, no seu discurso, agradeceu a comparência dos presentes, em especial, do General CEME. Relembrou a missão levada a cabo pelo CSDE, realçando as mais significativas alterações realizadas e efectuou um balanço do ano transacto. Concluiu com um voto de confiança no CSDE, cujos 113.º anos "comprovam que soubemos e saberemos transmitir aos militares qual a conduta a assumir, que afinal todos conhecemos bem, para cumprir a missão."

O General CEME, na sua mensagem, manifestou o seu agrado em estar presente no dia do CSDE, realçando "a elevada dedicação, determinação e espírito de sacrifício de todos quantos servem ou serviram no CSDE". Efectuou uma pequena resenha histórica do CSDE, onde realçou a importância da adaptabilidade que o Conselho evidenciou ao longo dos tempos. "O Comandante do Exército, conhecendo o valioso legado do CSDE, expressa o seu optimismo e confiança perante os desafios actuais e futuros, com a certeza de poder contar com a absoluta determinação, motivação e elevada competência técnica de todos quantos prestam serviço neste Conselho, e que contribuem com os relevantes e distintos pareceres nos assuntos específicos da disciplina, para o reforço dos valores que são apanágio da instituição castrense, valores perenes, que prestigiam o Exército, as Forças Armadas e Portugal."

O CSDE remonta a 1896, data em que, por decreto, foi publicado o novo regulamento de Disciplina do Exército, o qual desembocou no Conselho de Disciplina do Exército.

35.º Aniversário do Jornal ELO

O Jornal ELO completou, no dia 23 de Novembro de 2009, 35 anos de publicação ininterrupta, celebrando-se, também, a manifestação em que o ELO foi distribuído pela primeira vez, após a ocupação do Palácio da Independência.

No encontro promovido pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e pelo ELO, no Auditório Jorge Maurício, em Lisboa, constituíram a mesa, o associado António Calvinho, primeiro director do ELO, José Arruda, presidente da Direcção Nacional (DN), Bruno Sena Martins, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e Martinho Mendes, de uma associação congénere guineense.

Foi apresentado, pelo director do ELO, José Diniz, o futuro galardão anual "Prémio Jornal ELO", com regulamento em estudo, que marca "um interesse pela dignificação do nosso jornal" por parte da DN. "Este prémio terá como objectivo incentivar a elaboração de estudos e trabalhos sobre a Guerra Colonial e sobre reabilitação e vai distinguir, anualmente, uma personalidade ou instituição cuja actividade aborde as referidas temáticas."

No meio das lembranças dos primeiros tempos de edição do órgão de comunicação da ADFA, foi também apresentado o projecto que a ADFA está a desenvolver, com candidatura apresentada e aceite, com o CES (equipa liderada pelo Professor Doutor Boaventura Sousa Santos) e com o Centro de Documentação 25 de Abril. A iniciativa intitulada "Vidas Marcadas pela História: a Guerra Colonial Portuguesa e os Deficientes das Forças Armadas" prende-se com a recolha de testemunhos dos deficientes militares para estudo e divulgação no âmbito do que já vem sendo feito relativamente à Revolução de Abril em *site* da internet.

Os associados e amigos cantaram os parabéns ao ELO durante o jantar no restaurante da Sede, que reuniu antigos colaboradores, dirigentes e convidados. Também lá esteve o "padrinho" do ELO, o associado que lhe deu o nome, Luís Baltazar, que se congratulou deveras com as celebrações.

Dia do Serviço de Material

Comemorou-se, a 24 de Novembro de 2009, o Dia do Serviço de Material e do Regimento de Manutenção (RMan), nas instalações deste Regimento no Entroncamento.

Presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, o programa decorreu com a habitual cerimónia militar, de onde se destacou a continência das forças em parada, a integração do Estandarte Nacional, a homenagem aos mortos em combate pela Pátria, a imposição de condecorações e as diversas alocuções alusivas à cerimónia.

As comemorações ainda contaram com a actuação da Banda Militar de Évora, uma demonstração de actividades, um desfile de viaturas reparadas e a visita às novas oficinas da Companhia de Manutenção da Brigada de Intervenção, que irá efectuar a conservação das viaturas desta brigada, das quais se destacam as Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) 8x8 PANDUR II.

Após o almoço de confraternização, seguiu-se a visita de alguns convidados à exposição estática da Praça da República, na cidade do Entroncamento.

O Serviço de Material foi criado em 1956 e, com ele, a Companhia Divisionária de Manutenção de Material (CDMM). Em 1975, foi extinta a CDMM, dando lugar ao Batalhão do Serviço de Material (BSM). Em 1993, foi criada a Escola Prática do Serviço de Material (EPSM), que passou a integrar o BSM. Mais recentemente, a 1 de Julho de 2006, é criado o RMan, na sequência da extinção da EPSM e do BSM, herdando as tradições e o património histórico do

Batalhão de Serviço de Material.

O RMan tem como missão garantir o apoio directo às Unidades Estabelecimentos e Órgãos da estrutura-base do Exército e o apoio geral de manutenção às Brigadas.

Regimento de Transportes celebra o 94.º Aniversário

O aniversário do Regimento de Transportes foi comemorado, dia 16 de Dezembro, numa cerimónia presidida pelo Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, Quartel-Mestre-General e Comandante da Logística.

Instituído por Portaria de 16 de Dezembro de 1915, o serviço automóvel foi criado para suprimir uma necessidade impreterível do Exército: o transporte de tropas, víveres, munições e material de toda a ordem, de que é herdeiro o Regimento de Transportes, criado em 1 de Julho de 2006.

Do programa da cerimónia constou a homenagem aos militares mortos em defesa da Pátria, a integração do Estandarte Nacional, as alocuções do Comandante da Unidade, Coronel Eduardo Manuel Vicente Caetano de Sousa, e do Tenente-Ge-neral Formeiro Monteiro, lida pelo Major António Coelho, e a imposição de condecorações. Assistiu-se ao Hino do Regimento de Transportes, cantado em uníssono pelos seus militares na parada, à exibição da Banda Militar e ao desfile do Batalhão de Transportes, que proporcionou o visionamento das viaturas que o Regimento de Transportes tem ao seu dispor.

A finalizar, realizou-se uma visita às instalações da Unidade.

(Continua na página 45)

Professor Doutor Adriano Moreira*

As Duas Europas

Ao longo dos tempos, a Europa foi um espaço de realidades diferenciadas, em primeiro lugar pela multiplicidade dos povos e respectivas identidades que vieram a integrar a unidade europeia, mas também bipartida pelas concepções do mundo e da vida que servem de referências directoras para a gestão do Estado e da sociedade civil.

Nesta entrada do terceiro milénio, em que a concepção democrática do Estado e da sociedade civil domina as instituições estaduais e transnacionais, é talvez oportuno recordar que, para além das diversidades dos textos constitucionais, e das divergências sobre a estrutura eventualmente constitucional da União Europeia, também a tradição democrática tem duas facetas matriciais.

Em primeiro lugar a Escola de Atenas do século V a . J. C., que tem no famoso discurso de Péricles o texto fundador. É notável que as suas palavras, proferidas à beira do túmulo de um soldado da Guerra do Peloponeso, tenham sido recolhidas por Tucídides, na sua História dessa guerra, sendo ele um adversário político do orador, e discreto na notícia que legou do seu pessoal infortúnio.

Proclamou Péricles: "A nossa constituição nada tem que invejar às leis que regem os nossos vizinhos; longe de imitar os outros, damos exemplo a seguir. Pelo facto de o nosso Estado ser administrado no interesse do povo e não de uma minoria, o nosso regime recebeu o nome de democracia. No que respeita às diferenças particulares, a igualdade é garantida a todos pelas leis; mas no que toca à participação na vida pública, cada um é respeitado em função do seu mérito e a classe a que pertence importa menos que o seu valor pessoal. A liberdade é a nossa regra no governo da República […]."

Enquanto Péricles, embora na realidade exercesse um poder pessoal que diminuía a autenticidade da imagem do regime, afirmava o papel de cada cidadão no exercício do governo, expressamente afirmando que, quem não participa na gestão do interesse público não é digno de ser ateniense, o legado romano, no testemunho de Políbio, na sua História escrita no século 2.º a. J.C., aponta mais para o poder de minorias.

Nesta entrada do terceiro milénio, em que a concepção democrática do Estado e da sociedade civil domina as instituições estaduais e transnacionais, é talvez oportuno recordar que [...] também a tradição democrática tem duas facetas matriciais

São estas as suas palavras: "As três fontes de autoridade política das quais falei antes, tinham o seu lugar na constituição romana. Todas as autoridades do Estado, em cada um dos domínios onde era exercida, estavam organizadas e reguladas sob a direcção destes três poderes de maneira tão equitativa e judiciosa que ninguém, mesmo um cidadão romano, poderia afirmar com segurança se

Fonte: Wikimedia.Commons

Políbio, historiador do século 2.º a. J.C.

Fonte: Wikimedia.Commons

Discurso de Calgacus, dirigindo-se às suas tropas escocesas, animando a resistência à invasão comandada por Agrícola, na dinastia romana dos Flávios.

essa constituição era, para tudo dizer, aristocrática, democrática, ou monárquica. E havia alguma razão para a perplexidade. A quem, com efeito, prestasse atenção aos poderes dos cônsules, parecer-lhe-ia como um regime inteiramente monárquico, com todas as características de uma realeza. Quem avaliasse o Senado, parecer-lhe-ia uma aristocracia. E se observasse os poderes de que dispunha o povo, parecia-lhe evidente que se tratava de uma democracia […]."

Neste caso, a evolução real da sede do poder, que viria a concentrar-se no Imperador, apontou para o predomínio de uma minoria, agravando assim o legado da falta de autenticidade que Tucídides apontou a Péricles, em relação à semântica do discurso, uma falta de autenticidade que faz parte dos infortúnios da herança cultural europeia.

Nesses infortúnios destaca-se o exercício do poder ditatorial, com este nome ou com arranjos semânticos variados, desde a prática romana aos totalitarismos que devastaram a Europa no século XX. Recordemos o discurso de Calgacus, dirigindo-se às suas tropas escocesas, animando a resistência à invasão comandada por Agrícola na dinastia romana dos Flávios, e daremos conta da sua presença na genealogia da agressão nazi e da agressão soviética.

Disse o seguinte, segundo Tácito, na sua obra sobre a Vida de Agrícola: "Piratas do Mundo, depois que, devastando tudo, não têm mais terras a pilhar, rebuscam o mar; ávidos de possuir, se o inimigo é rico, de tiranizar, se este é pobre; nem o Oriente, nem o Ocidente os satisfizeram; únicos entre todos, assaltam com o mesmo ardor a opulência e a indigência. Roubar, massacrar, arrasar, eis aquilo que o seu vocabulário enganoso chama autoridade, e a provocar o vazio chama pacificação."

Para simplificar esta intervenção, que mais deverá centrar-se sobre a circunstância do presente, talvez possamos admitir que as duas Europas correspondem respectivamente a uma *Europa da Autenti-*

Fonte: UN Photo, João Araújo Pinto

No desastre do Império Euromundista, os dois legados, foram recuperados para a Organização das Nações Unidas.

cidade, de fidelidade aos valores e à palavra livre, e a uma *Europa Maquiavélica*, em que a força é o instrumento coberto pela submissão das palavras e da imagem.

No desastre do Império Euromundista, cujo ponto final esteve na guerra de 1939-1945, os dois legados, depois de séculos de conflitos binários, foram recuperados para a Organização das Nações Unidas, apoiadas na ilusão de que algumas das potências europeias ainda mantinham a capacidade que lhes dava proeminência na ordem internacional antes do conflito: o *legado maquiavélico* da força ficou inscrito no estatuto de Conselho de Segurança, com a França e a Inglaterra a figurarem de grandes potências; o *legado humanista* foi remetido para a Assembleia-Geral, tudo apoiado em normativos totalmente de origem ocidental, porque as restantes áreas culturais do mundo, até ali submissas à colonização, só depois viriam a tomar assento com as suas diferentes vozes, falando pela primeira vez em liberdade.

Neste legado humanista, a própria identidade cristã, que veio reunir-se às heranças grega e romana, foi objecto das metades europeias, com um pluralismo interior de cada uma. Em primeiro lugar, logo a partir dos séculos 5.º e 6.º, a divisão entre a *cristandade grega* e a *cristandade latina*, que se reflectiu na liturgia, cheia de esplendor no Oriente, e mais austera no Ocidente, também sobre a função das ordens religiosas, sobre a relação entre a Igreja e o Estado, sobre a autoridade do Papa e a autoridade do Patriarca de Constantinopla. De qualquer modo, a Europa do Ano Mil é cristã, embora com largo campo de evangelização a cumprir, com os anátemas de 1054 a dar identidades separadas à Igreja Católica Romana e à Igreja Ortodoxa: o rasto destruidor das Cruzadas ficaria inscrito na fronteira entre ambas.

Nesta divisão que anunciou a que viria a chamar-se Europa Ocidental, Lutero (1483-1546) seria a referência divisória desta Europa, a da *reforma protestante* e a da *reforma católica*: a primeira com expressão na Conferência de Augsbourg (Melanchthon, 1530), nas intervenções de Zwingli e de Calvino (1541), e no compromisso anglicano de Isabel de Inglaterra (1559-1563); a segunda, tendo como marco o Concílio de Trento (1545-1563), encontrou na Companhia de Jesus um instrumento ao serviço da identidade, e firmou as fronteiras, aquém da Europa ortodoxa, de uma Europa Católica face a uma Europa Protestante, esta com um pluralismo marcado pelas áreas luterana, calvinista, anglicana.

As guerras da religião, que ensombram o século XVI, articularam as políticas com as crenças, enquanto os turcos, para angústia de Erasmo, cercaram Viena (1529) e devastaram a Baviera, para finalmente erguerem a bandeira imperial em Istambul, a cidade mais populosa de toda a Europa. Ao assumir o poder, em 1661, e segundo as *Memoires de son rêgne et de ses principales actions*, iniciadas em 1670, Luís XIV afirma-se seguro de que a paz e a guerra na Europa dependem da França.

Fonte: Wikimedia.Commons

Talvez Yalta possa ficar como a referência da supremacia do legado maquiavélico sobre o legado humanista dos europeus.

O facto, sempre enfrentando conflitos guerreiros, foi aparecerem a Europa dos Impérios Terrestres, o da Alemanha de Bismarck, o Império Austro-Húngaro, fazendo fronteira com o Império dos *Tsars* e o Império Otomano, e a Europa dos Impérios marítimos, de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda, Bélgica.

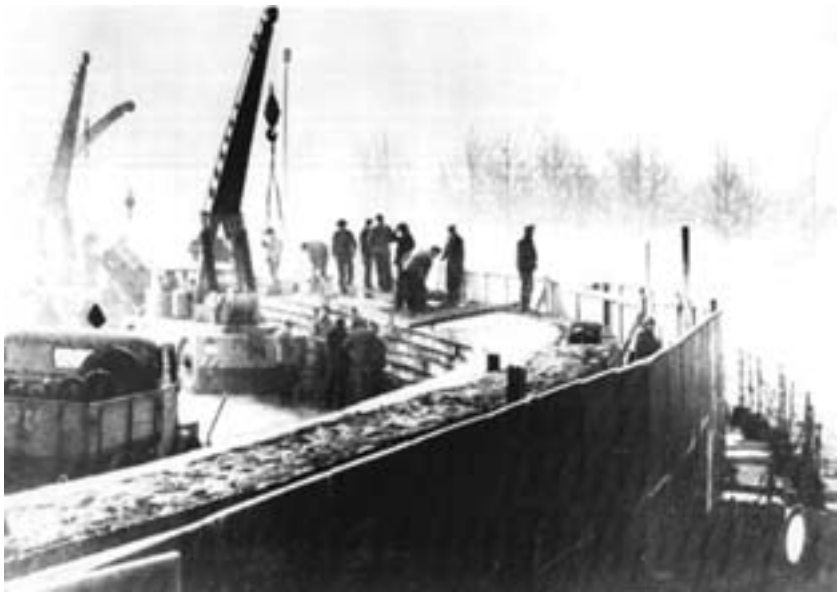
Globalmente, um Império Euromundista, que seria destruído pelos seus demónios interiores em duas guerras chamadas "mundiais", de 1914-1918 e 1939-1945, e não por qualquer desafio do resto do mundo submisso à colonização: o desastre, que na Europa causou 30 milhões de mortos, mais uma vez a deixava dividida em duas Europas, aceitando um compromisso entre os princípios e a realidade que limitava severamente a área da autenticidade.

Desta feita, talvez Yalta (1945) possa ficar como a referência da supremacia do legado maquiavélico sobre o legado humanista dos europeus: a política das metades implicou duas Europas, duas Alemanhas, duas cidades de Berlim e, na liquidação do Euromundo, duas Indochinas, duas Coreias e duas Chinas. A capitulação dos princípios garantiu que uma guerra desencadeada contra o totalitarismo entregasse a Europa de Leste ao totalitarismo esmagador soviético; e permitiu que o Tribunal, de Vencedores Democráticos, de Nuremberg, tivesse, entre os instituidores, a antiga aliada de Hitler que era a totalitária URSS, que logo dinamizaria a ameaçadora *guerra-fria* até 1989, queda do Muro de Berlim.

A queda do Muro foi uma data de exigente meditação sobre a capacidade de se construir uma unidade, depois de, entre 1945 e 1974 a Europa ter perdido os impérios coloniais, de ter dado curso na sua face ocidental ao nascimento da União Europeia, mas agora obrigada a receber a Europa rebelada contra a URSS imperial, escutando o eco da proclamação de Victor Hugo – *Il faut à l'Europe une nacionalité européenne* (1876).

Este ponto final da guerra-fria foi também o ponto de partida para uma nova atitude dualista, mas obrigando a uma renovação da semântica. Desde a guerra de 1939-1945, e no meio século seguinte da guerra-fria, os conceitos operacionais de democracia, atlantismo, libertação dos povos europeus, fizeram convergir o espaço político ao qual o legado imaterial

Construção do Muro de Berlim, em Novembro de 1961.



Fonte: Wikimedia.Commons

europeu deu identidade, com a denominação integradora de – Ocidente.

Este Ocidente, que não incluía apenas democracias mas também regimes autoritários que, todavia, partilhavam conceitos da sociedade civil, defrontou-se com um aviso antigo de Toynbee: todas as outras áreas do mundo africano e orientais consideram os ocidentais como os grandes opressores dos tempos modernos.

Nesse espaço, destacam-se em grande plano os EUA, cujos soldados vieram morrer na Europa nas duas guerras mundiais, a lutar contra os demónios interiores das suas matrizes originais, e sem esse sacrifício não teriam sido possíveis as vitórias de ambas as guerras.

Todavia, se a ameaça externa, ou o conflito dos demónios interiores, foram eventualmente determinantes de reflexões sobre a unidade para a resposta, a paz, com a ilusão de a ter conseguido, pareceu mais favorável ao regresso dos demónios interiores. A libertação da Ásia, com o sinal da Conferência de Bandung (1955), anunciou a neutralidade dos países de cor, dos povos colonizados, e dos pobres, em relação ao conflito dos Blocos Militares, e à sua atitude de repúdio dos países ricos e afluentes do Ocidente, que os tinham dominado politicamente; a África, última a libertar-se, começando pela Líbia, em 1951, ao Norte, e pelo Ghana em 1954 ao Sul, apenas teve de esperar até 1974 pela Revolução dos Cravos em Portugal.

Foi ainda à ajuda dos 13 mil milhões de dólares que os EUA distribuíram pelos países da OCDE, entre 1948 e 1952, que se deveram o chamado *Milagre Alemão* sob a direcção de Konrad Adenauer (1949-1963), e o *Milagre Italiano*, acrescentando-se o *Milagre Francês* mais conhecido pelos *Trente Glorieueses*, e que o movimento da unidade da Europa Ocidental recebeu dinâmica e futuro.

Quando Robert Schuman adoptou o projecto que finalmente entrou em velocidade controlada em Messina, no dia 1 de Junho de 1955, tendo a sua primeira pedra institucional no Tratado de Roma, de 22 de Março de 1957, tudo incluiu novas sementes de divisão.

Agora, transferindo para o Oceano Atlântico, à medida que a paz e a prosperidade se consolidavam, as diversidades das duas Europas modificadas em dois Ocidentes, com o *europeísmo* e o *americanismo* a alinharem as diferenças. Tudo com um grave problema de *memórias*: os miraculados europeus a tomarem a imagem pela realidade, promovendo o regresso de alguma semântica da grandeza anterior ao desastre, inclinados a retomarem protagonismos directivos na União, como é por vezes evidente no conjunto da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Itália, e até da Espanha; por outro lado, crescendo o esquecimento da passada solidariedade dos EUA, estes a evoluírem para o *unilateralismo*, que desastradamente ajudou a diluir a sua autoridade

Tratado de Roma de 22 de Março de 1957.

Fonte: www.delnic.ec.europa.eu

mundial, e a reforçar nos factos o aviso que atempadamente ficou devido a Toynbee.

Uma apressada doutrinação neoconservadora fortaleceu a deriva unilateralista liderada pela Administração republicana dos EUA: proclamado o *fim da história* (Fukuyama) enunciou uma utopia mais ambiciosa de vigência do que o milenarismo germânico que causara a guerra, vinculando a própria inspiração a Marte, enquanto remetia a Europa para uma doce Vénus.

A realidade fez remeter a utopia do *fim da história* para os arquivos, submeter as legiões às terríveis provações do Iraque e do Afeganistão, e afundou o globalismo no desastre do sistema financeiro e da economia real.

Por seu lado, a Europa, carente de energias, de matérias-primas, e até de reservas estratégicas alimentares, parece definitivamente inclinar-se para colocar o diálogo e o tratado, no lugar em que durante séculos guardou as armas prontas para o combate, embora a arrogância tenha assomos de conflito entre a memória e os factos, designadamente no que toca à reforma do Conselho da Segurança onde duas passadas potências europeias ainda exercem o privilégio do veto: a França e a Inglaterra.

As incertezas sobre as capacidades, métodos, e projectos, orientadores dos poderes típicos e atípicos que se multiplicam sem coordenação fiável dessa complexidade, fazem desta conjuntura uma época de planos de contingência. Essa dispersão das iniciativas é raras vezes marcada por objectivos que excedam a definição experimental de programas regionalizados por interesses que são paroquiais em relação ao globalismo estrutural.

O primarismo de lideranças que despontam na geografia da fome, ameaçando com a utilização de técnicas de destruição maciça a que tiveram acesso agravando as carências da população, tem réplica na exigência com que grupos restritos de poderes vigentes nas áreas da afluência imaginam poder transformar os seus planos de contingência numa governança mundialmente observada.

Na data da queda do Muro de Berlim, o visionário Robert Muller, muito apoiado pela cultura dominante na ONU que servia, imaginou, se a interpretação não excede o alcance dos textos, que se chegara à hora do reconhecimento e afirmação de uma verdadeira comunidade internacional dos povos, apoiada na esperança emergente de cidadãos do mundo.

A realidade exigiu outra moderada visão do possível, com uma Agenda para a Paz de 1992, à qual, em 1995, o Secretário-Geral Boutros-Ghali acrescentou um Suplemento, correndo atrás da acelerada mudança dos factos. Tem merecimento, e requer respeito, o conjunto de intervenções que, sob a égide da ONU, foram sendo desenvolvidas, com sacrifícios de vidas e recursos, para acudir à violação da paz mais proclamada do que conseguida. Mas esta corrida atrás dos factos foi debilitando a relação de eficiência entre os meios disponíveis e as exigências, com erosão da autoridade da ONU.

Apelar agora à reforma da ONU tem claro apoio na transformação do panorama mundial entre os dias da sua fundação, iluminados de esperança pela vitória dos aliados, e a incerteza com que se entrou no novo milénio sobre a possibilidade de ultrapassar em paz a situação caótica da ordem global.

Nestas circunstâncias, o que verdadeiramente

A realidade fez (...) submeter as legiões às terríveis provações do Iraque e do Afeganistão e afundou o globalismo no desastre do sistema financeiro.

Fonte: us-army e jutiagroup.com

Fonte: UN Photo, Devra Berkowitz

Merece atenção e apoio o esforço persistente desse homem de perfil humilde que é o actual Secretário-Geral da ONU Ban-Ki-moon.

subsiste de fundamental na ONU é o facto de ser o único lugar do mundo onde todos falam com todos, um valor irrenunciável para os que não desistem da convicção dos fundadores de que é possível colocar o diálogo construtivo no lugar dos conflitos.

Existem, todavia, razões para temer que essa convicção se fique pelos utopismos da estirpe de Muller, porque dos projectos de reforma se pode dizer o que Frederico da Prússia dizia dos projectos de paz perpétua, isto é, que à sua perfeição apenas faltava o acordo das potências. Porque esta situação se perpetua, e nada faz supor que a reserva prussiana possa ser proximamente substituída por uma atitude de maior compreensão do próprio interesse dos perturbadores da paz e dos projectos de futuro pacífico, merece atenção e apoio o esforço persistente desse homem de perfil humilde que é o actual Secretário-Geral da ONU Ban-Ki-moon.

Destacamos a intervenção que teve na última Conferência de Presidentes da Cimeira para a Paz, realizada em Nagasaqui em 7 de Agosto. Proclamou ser possível libertar o planeta do "flagelo letal" que são as armas nucleares, afirmando, segundo os noticiários, que "todos os Estados detentores de armas nucleares apoiam oficialmente este objectivo". Uma expressão prudente, que torna evidente a perplexidade profunda do orador: o apoio anunciado é o oficial. Mais de meio século depois da fundação da ONU, a distância entre o discurso oficial e as condutas é uma constante que aponta para a dúvida prussiana. Neste caso porque é necessário ultrapassar a afirmação de que existem Estados confiáveis para deter armas de destruição maciça. Entretanto, a voz da ONU prega num deserto de cedências, mas não de esperanças.

Na circunstância da desordem em que nos encontramos, entre mais domínios naquilo que respeita ao controlo das armas de destruição maciça, o apelo ao consenso para adoptar o desarmamento global reclama apoio de todas as instâncias governativas, e também da sociedade civil que é finalmente a vítima de todos os erros e de todas as omissões.

Os sessenta e cinco membros da Conferência sobre o desarmamento, que se ocupa dos tratados multilaterais, abordam um dos pontos mais sérios que é o de conseguir que os Estados que não possuem armas nucleares se considerem seguros.

É certamente uma tarefa de resultados pouco promissores, embora de significado paliativo, porque implica aceitar que os detentores dessas armas são Estados confiáveis, e que os restantes não abrigam uma geral e igual virtude. Durante toda a duração da Guerra Fria, foi geral a doutrinação no sentido de que a experiência de Hiroxima e Nagasaqui iluminou os Blocos militares no sentido de entenderem e praticarem que a posse dos arsenais era uma garantia recíproca de que não seriam usadas.

Depois da queda do Muro de Berlim, nesta era do

Fonte: www.wired.com

Ameaças potenciais de regimes como os da Coreia do Norte ou do Irão, retiraram credibilidade àquela frágil convicção (...), a absurda garantia de que a posse dos arsenais assegurava a não utilização com o efeito colateral de garantir a ordem estabelecida.

pós-Guerra Fria, a existência de dezenas de milhar de armas nucleares, os numerosos ensaios nucleares que entretanto se verificaram, e concretamente ameaças potenciais de regimes como os da Coreia do Norte ou do Irão, retiraram credibilidade àquela frágil convicção a que as populações se ampararam, por mais de meio século, a absurda garantia de que a posse dos arsenais assegurava a não utilização com o efeito colateral de garantir a ordem estabelecida, em todo o caso diferente da paz.

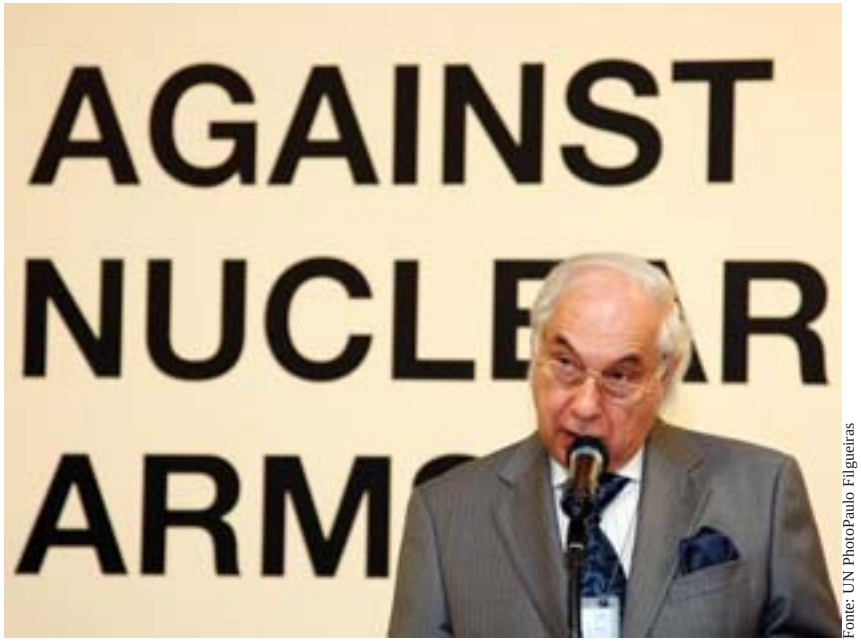
Desfeitas as ilusões criadas entre as populações civis, sempre acompanhadas pela fundada dúvida de que também os responsáveis políticos tivessem igual confiança no que proclamavam, agora também as superpotências dessa época, menos seguras de manterem a respectiva supremacia estratégica daquele período, dão sinais de reconhecer que ninguém está seguro.

São bons sinais dessa conclusão, mais animadores se a vontade política se demonstrar igualmente determinada, o facto da Austrália e o Japão terem lançado um movimento contra a proliferação e a favor do desarmamento, também a anunciada reunião na ONU dos países que são parte no Tratado de Proibição Total dos Ensaios Nucleares (ETBT), decididos a torná-lo efectivamente vigente, e ainda a continuada pregação do Secretário-Geral Ban Ki-moon no sentido de substituir definitivamente o falso pressuposto de que a posse do arsenal garante a paz, pelo reconhecimento da evidência de que nenhum Estado é confiável para dispor de armas de destruição maciça, insistindo na urgência de negociações de boa-fé sobre o desarmamento, submetido a uma fiscalização credível.

A tentativa de, pelo uso do poder da palavra, conseguir que o Conselho de Segurança colabore na criação de uma nova confiança internacional, neste caso visando tranquilizar os Estados que não possuem as armas, e certamente também conseguir a desistência daqueles que desenvolvem programas ameaçadores, exige resistência e determinação para suportar sem desânimo as decepções que inevitavelmente vai coleccionar. Mas, não perdendo de vista as outras ameaças que pendem sobre a Terra em consequência do uso incauto dos avanços da ciência e da técnica, sem referências éticas, o objectivo de conseguir um mundo sem armas de destruição maciça é irrenunciável, para restabelecer a confiança das populações, para caminhar para a estabilidade estratégica, para conseguir à recuperação do desenvolvimento humano sustentado usando recursos que se perdem a fortalecer essa ameaça de ponto final.

Meditando sobre a evolução do mundo, e ainda longe da gravidade da conjuntura actual, Sartre, mais próximo do projecto da salvação laica, do que do apelo à transcendência que cresce entre os povos alienados, concluiu que as pessoas tinham de decidir se usavam os poderes adquiridos para sobreviver ou morrer.

A luz ao fundo do túnel aponta, no sentido da



Fonte: UN PhotoPaulo Filgueiras

Sérgio de Queiroz Duarte, Vice-Secretário-Geral da ONU para o Desarmamento, na abertura da exposição *Against Nuclear Arms*, em 10 de Agosto de 2009.

salvaguarda da vida, para uma nova ordem de Regiões e não de Estados, como foi a que vigorou até à queda do Muro em 1989.

Nessa ordem de regiões – Budista, Induísta, Muçulmana, Ortodoxa, Africana, o Ocidente está desafiado a ultrapassar a herança das metades, a que as duas Europas repetidamente deram fronteiras e invocações, agora as do Atlantismo e do Europeísmo, as de Marte e Vénus, para se reconciliarem numa unidade de pertença ao património comum da Humanidade, que lhes deve parte fundamental. A alternativa é a de voltar a abrir caminho aos demónios interiores, retomando a narrativa dos desastres passados.ع‌ج

---

* Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa. Antigo Delegado à ONU (1957-1959). Ministro do Ultramar (1961-1963). Deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República (1979-1995). Professor do Instituto Superior Naval de Guerra. Professor da Universidade Católica Portuguesa. Presidente da Academia das Ciências de Lisboa (2008). Actual Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa.

Alferes RC Nelson Cavaco

O *Jornal do Exército* (JE) abriu as suas portas, no dia 11 de Janeiro, para comemorar as Bodas de Ouro, ou seja, meio século de existência. Passaram-se 50 anos desde a fundação deste Órgão de Informação, Cultura e Recreio que, ao longo de décadas, tem fomentado o conhecimento das diversas actividades do Exército, promovido o intercâmbio de informações respeitantes às Armas e Serviços, tendo desenvolvido na população civil a compreensão das missões do Exército.

Durante estas cinco décadas, o JE continua a levar a sua escrita a todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, contribuindo para a História do Exército e para o estímulo e fortalecimento do espírito militar no seio da família militar.

Passando pela actualidade da vida militar, na sua secção *Figuras e Factos*, à divulgação da história militar de Portugal no seu *Suplemento* e nas secções sobre *Monumentos com História Militar* e *Uniformes Militares*, aos inúmeros artigos de elevada qualidade, adequa-se, ano após ano, às diferentes realidades e transformações que o País e o Exército vão atravessando. Não descurando a vertente do entretenimento, publica mensalmente passatempos que outrora foram distracção além fronteiras para os nossos soldados.

A cerimónia comemorativa do 50º aniversário do JE foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho. Contou com a presença de ilustres convidados, entre os quais o Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa, Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, o Tenente-General João Nuno Jorge Vaz Antunes, Inspector-Geral do Exército, Nelson Pinto Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, o Major-General Adelino Matos Coelho, Director da História e Cultura Militar e o Contra-Almirante Luís Augusto Roque Martins, Director da Revista da Armada, entre outros.

O Director do JE, na sua alocução, começou por partilhar um breve historial sobre o JE, prosseguindo com um balanço do ano anterior e com uma prespectiva para o ano presente, referindo:

"Pois bem, todos conhecem a nossa missão, editar onze números do *Jornal do Exército* por ano, procurando fazer jus ao nosso lema "Informar para

bem Servir" o que se vai passando no nosso Exército.

Concomitante com a missão do Jornal participamos activamente, no âmbito do Programa do Exército para as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular, cujo início das actividades tiveram lugar em 2007 e prevê-se que continuem até 2014.

Através do nosso trabalho temos partilhado com os nossos leitores, ´d´aquém e d´além` fronteiras, algumas importantes missões do Exército fora de Portugal, nas Forças Nacionais Destacadas, nos Quartéis-Generais Multinacionais e em Missões de Observação, de Ligação e em acções de Cooperação Técnico-Militar. É do interesse do Exército que se incremente esta informação. Fica aqui lançado o repto aos nossos estimados colaboradores que hoje marcam presença em número significativo, realçando o elevado nível dos seus escritos, para que se dediquem também a estes temas.

Seguindo as orientações superiores, procuraremos adaptar os conteúdos aos novos paradigmas e constrangimentos que afectam o Exército Português, de modo a promover os seus valores perenes e a sua imagem como exemplo no culto da cidadania.

Hoje, como ontem, o *Jornal do Exército* procurará ajustar-se com inteligência e realismo às exigências do novo tempo, renovando-se, integrando novas tecnologias e actualizando a sua imagem gráfica. Para além da evolução dos conteúdos, urge adaptar o parque informático, tanto a nível de *hardware* como de *software*, um dos nossos objectivos para o corrente ano.

Procuraremos, num esforço contínuo, adaptar-nos com critérios de qualidade e de objectividade, imprimindo a este Órgão de Informação, Cultura e Recreio do Exército uma imagem de modernidade, para que mereça uma posição digna no exigente panorama das revistas militares nacionais e estrangeiras.

Ao enviarmos o nosso Jornal para todas as Escolas Secundárias do País, assumimos uma responsabilidade acrescida, pois ao expormo-nos cada vez mais, pretendemos partilhar as nossas qualidades e virtudes, numa realidade que está ao alcance de qualquer jovem que, se assim o desejar, poderá servir Portugal no Exército. Só o caminho da excelência pode ditar o nosso sucesso.

Estamos convictos de que através de uma actividade ininterrupta desde a sua criação em 1960, o *Jornal do Exército* tem contribuído para a informação interna, estimulando e fortalecendo o espírito de corpo, assim como para a afirmação externa, através da divulgação das múltiplas e relevantes acções desenvolvidas pelo Exército dentro e fora das fronteiras. Apesar de tudo não podemos descansar à sombra do que foi feito no passado e temos que continuar a desempenhar a nossa missão, para que daqui a 50 anos se comemore o centenário deste periódico do Exército denominado *Jornal do Exército*. [...]

O *Jornal do Exército* tem vindo assim ao longo dos seus 50 anos a cumprir a sua missão, procurando sempre ser coerente com o significado heráldico das cores do seu Brasão de Armas:

« O OIRO simboliza a fidelidade essencial a toda a informação. A PRATA a riqueza dos conhecimentos divulgados e o NEGRO a obediência à ética castrense.»

Podemos confirmar o que ficou dito, nas milhares de páginas que compõem o nosso espólio, que pertence ao Exército Português, nelas encontramos, pedaços de História do Exército e de Portugal, mas também pedaços de história dos nossos países irmãos na Língua Portuguesa, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Timor, e, ainda, Índia e Macau."

Na cerimónia foram condecorados com a Medalha de Mérito Militar 2.ª Classe o Tenente-Coronel Joaquim Luís Moura Duarte, antigo Chefe dos Serviços Administrativos do JE, com a Medalha D. Afonso Henriques 3.ª Classe, a Dr.ª Inês Sequeira Galvão, antiga *designer* do JE e, com a Medalha D. Afonso Henriques 4.ª Classe, o Sr. Eduardo Xavier Filomeno Albuquerque, antigo Assistente Administrativo Especialista. As condecorações foram impostas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, pelo Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa e pelo Inspector-Geral do Exército, Tenente-General João Vaz Antunes.

Foi, ainda, condecorado com a Medalha de Comportamento Exemplar de Grau Ouro o Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo, Director do Jornal do Exército, imposta pelo Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior, Major-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias.

Assistiu-se à entrega dos prémios relativos ao *Prémio Jornal do Exército 2009* e *Concurso de Fotografia*. O 1.º Prémio foi atribuído à Dr.ª Ana Rita Carvalho, autora do artigo "As Armas e as Letras", publicado no JE n.º 580, de Janeiro de 2009. O 2.º Prémio coube ao Dr. Francisco J. Gonçalves, autor do artigo "Network-Center", publicado no JE n.º 579, de Dezembro de 2008. O artigo "Califas do Islão", da autoria do Sargento-Ajudante António Rodrigues, publicado no JE n.º 579, de Dezembro de 2009, recebeu o 3.º Prémio. Foi ainda atribuída uma Menção Honrosa ao artigo "Pronto-Socorro", da autoria do Engenheiro Eduardo Zúquete, publicado no JE n.º 582, de Março de 2009. Entregaram os prémios, respectivamente, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, o Director da História e Cultura Militar, Major-General Adelino Matos Coelho e o Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior, Major-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias.

Respeitante ao 13.º Concurso de Fotografia, o 1.º Prémio foi atribuído ao Coronel António Manuel Conde Falcão, pela sua fotografia intitulada "Tiro Nocturno", entregue pelo Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa.

A cerimónia proporcionou um momento musical pelo Grupo de Música de Câmara da Banda do Exército, que executaram as obras *Wien! A waltz in style of old Vienna*, de Graham Lyons, *Divertimento n.º2*, de W. A. Mozart, e *I Got Plenty of Nothing*, de George Gershwin. O trio é constituído pelo Sargento-Ajudante Alberto Lages, no clarinete – solista da Banda Sinfonia do Exército (BSE) e professor de clarinete no Conservatório de Música D. Dinis – , no fagote, pelo Primeiro-Sargento João Azevedo – solista da BSE e professor de fagote na Orquestra Geração – , e pelo Segundo-Sargento Salvador Paro-

la no oboé – solista da BSE e professor de oboé na Escola de Música do Conservatório Nacional.

Exposição "50 Anos do *JE* ao Serviço do Exército e de Portugal"

"Remontam ao ano de 1959 os trabalhos preparatórios da criação do *Jornal do Exército*. Era a criação de uma aspiração que já vinha de longe e que, então, encontrou uma equipa que soube pegar na ideia e transformá-la em publicação", referiu o Coronel José Custódio Madaleno Geraldo, Director do JE. Essa equipa era constituída pelo Brigadeiro David dos Santos, pelos majores Pinto Coelho, Balula Cid, Eduardo Fernandes e Tavares Figueiredo e pelo Capitão José Marques.

A sua história foi retratada na exposição "50 Anos do JE ao Serviço do Exército e de Portugal", inaugurada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, seguida de uma Evocação do Fundador do JE, Brigadeiro Affonso Magalhães de Almeida Fernandes, pelo Tenente-Coronel José Paulo Berger, seu familiar, onde estavam presentes o filho, Engenheiro João Almeida Fernandes, e a sobrinha, D. Aida Eduarda Ribeiro.

Da exposição constavam algumas das pinturas originais que ornamentaran as capas do JE, banda desenhada que contava a vida de figuras históricas portuguesas e também algumas páginas de humor. Segundo as palavras do Director do JE, a exposição pretende, "de forma simbólica, homenagear todos os seus estimados colaboradores e leitores de sempre." À evocação do fundador do JE, associou-se uma mostra documental cronológica de 22 documentos, onde foi possível visionar a sua Caderneta Militar na Escola Militar de 1927, até ao seu Bilhete de Identidade como Brigadeiro, na situação de reserva, de 1970.

A exposição encontra-se patente ao público até ao final do mês de Janeiro de 2010.

O *Jornal do Exército*, observador e registo das mud

Fotocomposição: Mauro Matias, Tenente RC Rico Santos, Elisa Pio

General Espírito Santo*

Em tempos de mudanças, quando muitos se interrogam sobre quem somos, o que queremos e o que desejamos para o futuro, o imediatismo das respostas tem encontrado no conceito de "transformação" a solução mais fácil para interrogações de fundo que requerem mudanças estruturais e não transformações conjunturais. Se isso é verdade para muitos dos sectores da sociedade (Estado, economia, escola, família e outros), as instituições militares têm sido alvo preferencial do conceito de transformação. O ambiente estratégico militar do início dos anos noventa do século passado deu fundamento a essas transformações e os cidadãos queriam recolher os dividendos da paz. Confundiu-se transformação com a necessidade de mudança, levando a que as transformações se tenham feito a ritmo apressado e muitas vezes sem racionais sólidos mas que conduziram a situações de incapacidade para enfrentar os desafios que representam novos conflitos. Como noutras épocas de mudança na longa História da Humanidade, semelhantes àquela em que uma nova escolástica falava de guerras justas, o Presidente da maior potência mundial descobriu que, no início deste novo milénio, ainda há guerras justas.

As mudanças, na sociedade portuguesa, requerem, em primeiro lugar, uma análise histórica profunda sobre as bases culturais que nos identificam como Portugueses, dos valores transmitidos através de gerações que cimentaram uma identidade nacional e das Instituições que a Nação foi construindo, no tempo, como pedras mestras e garantias dessa identidade.

Tem de aumentar a sua ligação à Nação, [...] incluindo no seu conteúdo a grande mudança que o Exército está a desenvolver, que resulta de inspiração própria e do seu Comando e não de novos reinventores da roda instalados na sociedade portuguesa que não resistem ao imediatismo da transformação

Nessas instituições sobressai, desde a "primeira tarde portuguesa", como alguém denominou o recontro de S. Mamede nos tempos da Fundação da nacionalidade, o instrumento armado da Nação, que depois evoluiu para o Exército quando a

Qualquer mudança estrutural no Exército Português não pode perder esta perspectiva histórica da sua ligação à Nação.

JE N.º 173-174, Maio-Junho 1974

JE Nº 387, Março 1992

Hoje o Exército é servido por homens e mulheres que voluntariamente assumem a sua condição militar e integram os seus Quadros Permanentes ou Quadros de Contratados.

Restauração e a modernidade exigiram mais gente, mais obediência e melhor disciplina.

Uma análise histórica sobre o Exército Português através dos séculos mostra a sua ligação à Nação, na sua concepção e gentes que o deveriam Servir, na sua organização e no seu dispositivo territorial, na sua missão de defender os territórios, as gentes ou os interesses de Portugal. Em todos os quase dez séculos de existência da Nação soberana e independente, o Exército teve de responder a ameaças e riscos a essa soberania e independência, sempre com elevado sentido de servir e patriotismo, nunca negando abnegação e heroísmo, muitas vezes com o sacrifício resultante de uma má preparação para a missão, porque a Nação "não tinha cuidado". Qualquer mudança estrutural no Exército Português não pode perder esta perspectiva histórica da sua ligação à Nação.

As mudanças estruturais que os tempos novos exigem são muitas vezes encaradas como simples transformações cosméticas, fundamentadas em critérios de custos, tentando tornar as organizações ou Instituições mais adaptadas aos recursos da Nação e ao esforço dos contribuintes. São critérios perigosos para as Instituições e que merecem correcção. Sabemos que nunca as Nações dispuseram permanentemente e em prontidão dos meios necessários para a sua defesa, tal como sabemos que o critério de "crescer por mobilização" para tempos de crise representa para a Nação, os seus cidadãos e recursos, a diferença entre a paz e o esforço de guerra. Como continuamos a viver tempos de paz impossível e de guerra improvável as transformações, muitas vezes, limitam-se a reduzir efectivos, contrair dispositivos, diminuir reservas de guerra, esquecer conceitos de mobilização, diminuir dotações orçamentais. Os resultados dessas transformações, esquecendo o que significam mudanças estruturais, podem afectar seriamente a capacidade de o Exército poder crescer por mobilização.

O Exército desde há alguns anos que iniciou um processo de mudança para se adaptar a tempos novos, resistindo às tentações das transformações apressadas. Conduzida pelos seus Comandantes, como deve ser, e sem perder a sua capacidade de resposta a crescentes exigências neste novo século de diferentes ameaças e riscos. Quando terminou o ciclo do Império e se consolidou o novo regime constitucional para a Nação, o Exército, no seu interior, entendeu logo que teria de passar de uma força com responsabilidades na ordem interna e exército de mobilização para se transformar numa força militar permanente, voltada para a defesa militar de Portugal e com capacidade para contribuir para uma defesa colectiva ao lado de aliados, nomeadamente a OTAN. Desde os anos distantes dos finais dos anos setenta que o Exército, e o seu Comando, fixou em três Brigadas essa força permanente. E aqui começou a mudança, resistindo a transformações.

Mudança que começou por uma adaptação a novas missões fixadas pela Constituição da República, com rapidez e eficiência, reconhecida nacional e internacionalmente. Missões agora mais voltadas para o apoio das exigências da política externa do Estado, para a cooperação com aliados da OTAN ou construção de capacidades militares para a União Europeia. Missões " para além da guerra" como alguns as designam e muitos as classificam como missões de paz. Missões nobres, sem dúvida, mas que não podem levar à tentação de esquecer que o Exército existe para combater, tem sempre de estar pronto para combater e aquelas missões não devem prejudicar essa capacidade de combate.

Mudança a que se seguiu outra importante fixada pela direcção política da Nação, relacionada com o pessoal que deve servir permanentemente o

Portugal presente nas Operações de Paz

JE N.º 434, Fevereiro 1996

Como Instituição, o Exército deve continuar permanentemente ligado à Nação, agora já não tão implantado no território como no passado.

Exército em tempo de paz. Hoje o Exército é servido por homens e mulheres que voluntariamente assumem a sua condição militar e integram os seus Quadros Permanentes ou Quadros de Contratados. Reconhecidos pelo seu profissionalismo e competência e avaliados continuamente pelos seus comandos no desempenho das suas funções e nas suas qualidades de carácter, patriotismo, espírito de servir, capacidade de sacrifício e camaradagem, constituem um grupo de cidadãos-soldados permanentemente disponível para Portugal. O seu profissionalismo tornou novas as relações civis-militares na Nação, sem os históricos sobressaltos ao princípio das democracias do controlo civil sobre os instrumentos militares. A mudança nesta área tem de resistir a transformações ditadas por modas sem consistência que tentam estabelecer outras lealdades e subordinações temporárias que se afastam dos conceitos de comando, obediência e disciplina. E a outras que procuram confundir a direcção política com o comando, esquecendo que o Exército deve responder perante a Nação e quem a representa é a Assembleia da República.

Mudança, nesta área, que tem de ser feita também com a garantia de que o Exército dispõe dos efectivos que fixou para essa mudança (24.500, entre Quadros Permanentes e Contratados) ditados por critérios de operacionalidade e funcionamento que não desejam assemelhar-se a critérios do passado, quando os efectivos das unidades eram ditados pelo número de ranchos que podiam dispor por ano.

Mudança que se tem aplicado, com cuidado e tempo, como requerem as raízes institucionais do Exército, a outras componentes do Exército, como a sua estrutura de Comando, implantação territorial, sistemas de instrução e ensino, apoio logístico e de serviços, apoio de pessoal e Família Militar (quem já esqueceu que foi o Exército que, na Nação, criou o conceito de Montepio, as Companhias de Veteranos ou o Lar de Veteranos de Runa?).

Mudanças que o Exército deve continuar no seu seio para os tempos que se aproximam. Mas resistindo a tentações e a modas que passarão. Modas que apontam para um entendimento distorcido de conjunto, que se mostra conveniente na articulação na força militar para o combate e será assim no futuro, mas que não deve prejudicar a individualidade própria de cada ramo das Forças Armadas. Mesmo no conjunto o Exército continuará a combater de pé, a dormir na terra, a comer a ração de combate, a precisar de maqueiros e enfermeiros junto dos que combatem, a ter orgulho no emblema que traz na cobertura de

JE N.º 434, Fevereiro 1996

Missões agora mais voltadas para o apoio das exigências da política externa do Estado

JE N.º 525, Janeiro 2004

Mudança, nesta área, que tem de ser feita também com a garantia de que o Exército dispõe dos efectivos que fixou para essa mudança.

cabeça e que o identifica. Modas que apontam, também, para entregar a outras organizações a satisfação das suas necessidades próprias em campanha ou em tempo de paz, fora da estrutura de comando, privatizando funções, retirando ao comandado o direito de questionar o seu Comandante porque é que a comida ou o apoio de saúde não chegou a tempo. Modas que apontam para que o ensino superior militar deixe de obedecer a critérios próprios consolidados e que significam "formar e preparar bons comandantes", com um estilo de comando próprio e com exemplos recentes na Europa do pós-guerra, para obedecer a outros que podem preparar e formar cidadãos para outras funções, mas que falham no ensino da liderança, no fortalecimento do carácter e no sentido da responsabilidade para o serviço público.

Mudança que o Exército deve prosseguir no caminho de continuar a ser uma Instituição da Nação e não de mera organização como alguns pretendem. Instituição que sabe que o seu produto final será combater e bem e será por isso que será avaliado nos momentos decisivos. E como Instituição, o Exército deve continuar permanentemente ligado à Nação, agora já não tão implantado no território como no passado, mas dispondo de novos meios de comunicação e de transmissão da sua imagem, dos valores que cultiva, das transformações que faz, dos princípios que o orientam, do que gasta e de como cada euro dos contribuintes que lhe é atribuído é empregue, continuamente avaliado e verificado, num rigor que desde há anos é elogiado pelas instituições que escrutinam os gastos do Estado.

É uma função que o Jornal do Exército pode desempenhar, se alargar o seu conteúdo e a sua difusão. Sem esquecer o grande público-alvo a que se deve dirigir constituído pelo seu interior e aqueles que o Servem e a Nação. O Jornal foi e é um observador atento do Exército, à sua mudança e aos eventos da sua vida interna. Tem de aumentar a sua ligação à Nação, criando delegações territoriais, aumentando a sua difusão, incluindo no seu conteúdo a grande mudança que o Exército está a desenvolver, que resulta de inspiração própria e do seu Comando e não de novos reinventores da roda instalados na sociedade portuguesa que não resistem ao imediatismo da transformação, cada vez mais inspirada pelo novo que chega.

Será uma reavaliação da sua Missão e de todos os que trabalham no Jornal nesta comemoração dos seus cinquenta anos ao Serviço do Exército, sem esquecer o papel que tem desempenhado como companheiro inseparável do plantão ou da sentinela nos seus momentos de descanso, da presença que desempenhou nas últimas campanhas do Império em locais tão remotos como Baucau ou o Lago Niassa, como símbolo da união e da camaradagem entre todos os que Servem o nosso Exército, do Comandante ao Comandado.

---

* Membro da Academy Advisory Board do Colégio de Defesa Nato (Roma). Quartel-Mestre General (95). Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (97). Chefe do Estado-Maior do Exército (98). Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (98).

Entre outras condecorações detém a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada de Valor Lealdade e Mérito e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis.

Actual Presidente da Direcção da Revista Militar.

Sargento-Ajudante do SGE
António José Rodrigues*

Aljafería, palácio do reino de Taifa, Saragoça (Fonte: Wikimedia Commons)

Jardins de Jasmim

O Quotidiano Social no Al-Andalus

"A terra de um povo já não é um simples dado da natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado, pelas gerações, onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação original e fecunda, de dois elementos: território e civilização."

(Ribeiro Lautensach e Daveau, 1991)

Al-Andalus foi o nome dado à Península Ibérica pelos seus conquistadores berberes, autóctones do actual Magrebe, do século VIII, tendo sido utilizado para se referir à península que englobava o que hoje conhecemos fundamentalmente como o sul de Portugal e de Espanha. De início integrado na província norte-africana do império omíada, o "*al-andalus*" seria um emirado (756-929) e posteriormente um califado independente do poder abássida (929-1031). Com a dissolução do califado em 1031, o território fragmentou-se em vários reinos taifa (do árabe "*at-taua'if*", que significa "fracção", "partido", regiões governadas por soberanos designados de "*muluk at-taua'if*", "reis de partidos").

Com a reconquista dos territórios pelos cristãos, descendentes dos godos, que se refugiaram na região das Astúrias, no norte da península, num processo que ficou designado historicamente por "reconquista", o nome "*al-andalus*" foi-se adequando ao cada vez menor território sob ocupação berbere-muçulmana, na metade sul da península, aproximadamente a mesma área da antiga província romana Hispânia Bética, cujas fronteiras foram progressivamente empurradas para sul até à tomada de Granada pelos Reis Católicos [1492]. A região ocidental da península era denominada "*gharb al-andalus*" ("o ocidente do *al-andalus*") e incluía o actual território português. De uma maneira geral, o "*gharb al-andalus*" foi uma região periférica em relação à vida económica, social e cultural do "*al-andalus*".

"*Jardim que dá vida às flores, onde Novembro, como Abril, veste as colinas de rosas e açucenas dada a visita das nuvens nocturnas que as fazem brilhar*" (panegírico do Emir Abu Bakr Ibn Ibrahim, quando chegou a Granada como governador, e aí reuniu um grupo de poetas).

Recuperando alguns mosaicos da vivência luso-árabe no saudosamente vasto "*al-andalus*" de tão

lauta glória e drama, cuja memória plural, histórica e cultural, o tempo dificilmente golpeará, será interessante fazer-se uma regressão aos ecos guardiãos da História, um campo evidentemente sempre fértil para o emergir de descrições e narrações da época.

Nas grandes cidades do "*al-andalus*", encontravam-se as mais belas residências de estilo árabe. O seu acesso era geralmente feito através de um saguão abobadado e estreito onde estavam os criados e em cujo extremo desembocava um grande pátio ou um verdadeiro jardim calçado de mármore, no meio do qual rompia um esguicho, rodeado de salgueiros, chorões, laranjeiras, limoeiros, romanceiras e plantas odoríferas que enchiam a casa com o perfume das suas flores e frutos. Em torno do pátio corriam os diversos pavilhões que serviam de habitações e cujo interior era de uma opulência maravilhosa. Nenhuma descrição nos daria uma ideia fiel daqueles tectos de vigotes salientes e forros trabalhados, onde verdadeiros artistas esculpiram em cedro os mais surpreendentes arabescos, dos vidros com desenhos caprichados, das paredes cobertas de esculturas e dos adornos em forma de estalactites que enlaçavam paredes e tecto.

A peça principal, que tinha a altura de uma casa de dois andares, era geralmente dividida em três partes, dispostas ao redor de uma superfície lajeada, em cujo centro se erguia uma fonte octogonal de mármore esculpido, e um repuxo lançava para o ar um fio contínuo de água fresca e cristalina. O mobiliário compunha-se de um grande divã forrado de seda, bordado de prata e ouro, que dava a volta a toda a sala e os restantes móveis reduziam-se a lâmpadas veladas e tamboretes com incrustações de nácar. Nichos abertos nas paredes, forrados de mármore, com marchetarias, ladrilhos e azulejos persas, continham porcelanas da China, vasilhas de prata e taças de café em pequenos braseiros de filigrana, narguilés, perfumadores, etc.

Nas casas vulgares, as pessoas lavavam-se recorrendo a um jarro e a um recipiente. Nas de gente rica podia haver verdadeiras banheiras, que recebiam o nome de "*abzan*", ou então utilizavam-se, para tal fim, antigos sarcófagos de mármore a que se dava, tal como ainda hoje se dá em Espanha, o nome de "*pila*" (pia). Algumas casas burguesas tinham banhos de vapor, mas esse luxo estava reservado aos palácios dos magnatas da aristocracia. A classe média e a gente de baixa condição recorria aos balneários públicos, o "*hammam*" ou banho mouro, centros sociais de grande importância nas cidades e considerados um elemento urbano acessível para toda a população. Não havia cidade, por pouco importante que fosse, que não tivesse vários. Em Córdova, segundo os cronistas da época, havia 300, ou até 600, no final do século X. Costumava ser propriedade do tesouro estatal, que o arrendava a um empresário, o qual dispunha de uma equipa de manutenção formada por um atendente ("*jamadar*"), um massagista ("*madaliqsh*") e um vigilante do espaço e das roupas dos usuários ("*natur*") que vendia aos banhistas a pedra de sabão com que lavavam o cabelo e lhes alugava toalhas e roupões de banho.

A disposição do "*hammam*" era igual em todos os sítios. Através de um vestíbulo, acedia-se a uma primeira sala, decorada amiúde com estátuas antigas e provida de filas de cabides, onde os banhistas se despiam. Dela, passava-se para a sala tépida e, desta, para a estufa, onde se encontrava a caldeira de tijolos, cuja água se mantinha em ebulição graças a um forno colocado na cave, alimentado por achas de ramos de árvore e palmeira anã. Esta estufa era revestida com mármore ou pedra e dispunha de regos para evacuar a água. Nas suas paredes, havia uns bancos de tijolo sobre os quais os clientes eram massajados ou ensaboados pelos empregados de balneário que enchiam na pia todos os baldes de água a ferver que fossem necessários. A iluminação e a ventilação faziam-se por uma série de janelinhas que podiam ser abertas,

Algumas casas burguesas tinham banhos de vapor (...). A classe média e a gente de baixa condição recorria aos balneários públicos, o "*hammam*".

situadas no alto, em redor da cúpula que costumava cobrir a sala de calor. Uma roda de alcatruzes retirava, de um poço ou de uma cisterna, a água necessária para manter o nível desejado na caldeira.

A estada num banho mouro, que se prolongava por várias horas, era um motivo de divertimento, sobretudo para as mulheres que, como se de um salão se tratasse, se reuniam com as suas amigas, lanchavam até e procuravam deslumbrar as restantes com a beleza e delicadeza da sua roupa interior. Cabeleireiras - as mesmas que embonecavam as noivas no dia do seu casamento - prestavam os seus serviços às banhistas, depilavam-nas, colocavam-lhes pomadas, alfena, ungiam-lhes o cabelo com óleos perfumados - sobretudo o mais apreciado, a "*galiya*" (em português, algália) - e vendiam-lhes toda a casta de unguentos para os cuidados de pele e saquinhos com pós aromáticos para as roupas. Os balneários eram locais de repouso, mas podiam ser utilizados para fins macabros, porque um convite para descansar neles não levantava as suspeitas da futura vítima.

Tanto as latrinas como as fontes de abluções (que o crente muçulmano utiliza antes de cada uma das cinco orações quotidianas, bem como o costume de lavar as mãos ou até de enxaguar a boca antes e depois de cada refeição) eram limpas diariamente por um funcionário, que recebia o salário costumeiro. Apesar de o uso de balneários estar difundido, o cheiro da multidão na rua, misturado com o dos guisados, era desagradável, pelo que era prática comum proceder-se à sua dissimulação com recurso à utilização de perfumes fortes. Havia indivíduos que tinham como ocupação almiscarar as pessoas, nos lugares públicos, através de aspersões de água perfumada e fumigações de incenso ou de madeiras odoríferas.

Uma das partes mais interessantes das cidades andalusinas era aquela onde se encontravam instalados os bazares árabes. Cada cidade importante incluía uma série de construções que formavam um bairro exclusivamente destinado aos comerciantes, constando de galerias, onde estavam as barracas agrupadas segundo os artigos que nelas se vendiam. Ontem, tal como hoje, era o local de encontro favorito dos transeuntes e, não raro, o único ponto da cidade onde se podia gozar de algum lazer.

A organização das cidades no "*al-andalus*" estaria tão adiantada para os tempos que, quando nelas entraram os cristãos, foi respeitado o seu traçado original, bem como os nomes árabes ligados à toponímia. As ruas das cidades, particularmente as espanholas, eram tão comprimidas que se experimentava um sussurro e uma noção de clausura fora do normal. Algumas ruas de Granada tinham 1,12 metros de largura. Essa estreiteza devia-se tanto à intenção de se protegerem o mais possível do forte sol andalus,

Foto do Autor

A organização das cidades no "*al-andalus*" estaria tão adiantada para os tempos que, quando nelas entraram os cristãos, foi respeitado o seu traçado original.

como à de facilitar a defesa, em caso de invasão inimiga. E para que essa defesa fosse mais eficaz, apenas se podia entrar nos bairros por uma ou duas portas, que se abriam ao amanhecer e se fechavam quando o sol se punha. Ibn Jabit, no século XIV, escreveu: "Todo o interior murado de Málaga está comprimido e

Uma das partes mais interessantes das cidades andalusinas era aquela onde se encontravam instalados os bazares árabes.

Foto do Autor

aglomerado. Toda a cidade está travada e, ao mesmo tempo, distribuída simetricamente, como uma teia de aranha (...) As ruas estão inundadas de gente e, nos mercados, aglomeram-se as lojas". O notário maiorquino Pedro Llitrá, que entrou em Málaga quando esta foi conquistada pelos Reis Católicos (1487), repete a mesma afirmação: "Não há praças (em Málaga)". Lucio Marineo Sículo aceira, para Granada, a sensação de amontoado dos edifícios: "(...) Os bairros e ruas de Granada, que são muitas, devido à grande espessura dos edifícios são, na sua maioria, estreitas e o mesmo acontece com as praças e os mercados onde se vendem os mantimentos (...)".

A praça vulgar era chamada, no árabe utilizado em Espanha, "*rahba*", mas se houvesse nela um comércio provisório ou lojas permanentes, era designada pela palavra "*suq*", donde procede "*zoco*" (mercado), que chegou até aos nossos dias. O mercado podia situar-se numa única praça ou estender-se por várias ruas. As lojas serviam simultaneamente de oficinas, onde trabalhavam os artesãos, ajudados por um único operário ou aprendiz. Os donos das barracas de venda ao ar livre e dos postos provisórios procuravam o mesmo

Fonte: Wikimedia.Commons

O mercado podia situar-se numa única praça ou estender-se por várias ruas.

que os das lojas permanentes: a proximidade de uma mesquita ("*masjid*"), ou a mesquita mais importante. Muitos vendedores desejavam reservar lugar nos poiais situados nos muros exteriores, mas o "*almotacé*", ou delegado do alcaide, inspector de pesos e medidas que zelava pelo funcionamento dos mercados, estava atento a essas movimentações, garantindo que apenas o mais madrugador conseguisse o melhor local. Esta era uma das milhares de tarefas que esse funcionário tinha de desempenhar em relação à multidão de vendedores que pretendiam o local.

As portas dos oratórios eram também lugares muito disputados. Nas manhãs de sexta-feira, quando era obrigatório assistir à oração na mesquita mais importante, os vendedores ambulantes deviam deixar limpas as suas entradas, só voltando a ocupá-las com mercadorias no final da cerimónia religiosa. Era proibido o estacionamento de animais de carga nessas portas, sobretudo pouco depois do meio-dia de sexta-feira, quando se realizava a oração colectiva. Depois do chamamento à prece, cessava toda a actividade nos mercados. Junto ao local da mesquita destinado às cerimónias fúnebres não era permitida a instalação de vendedores até ao final da oração da tarde. Em redor do mesmo edifício também não era autorizada a instalação dos vendedores de azeite, nem a dos de outros géneros pouco limpos, como coelhos ou pássaros, por mancharem de forma permanente o lugar que ocupavam.

Nas praças e ruas do centro, mais largas, havia filas de mesas e balcões de lojas portáteis, protegidas do sol por meio de toldos. E o "*almotacé*" velava para que estes fossem colocados a uma altura suficiente por forma a que os cavaleiros não colidissem neles e ferissem os olhos. Nas ruas muito estreitas era proibido aos vendedores e hortaliceiros sentarem-se com a mercadoria. Os boticários e droguistas estendiam um tapete no chão, em cima do qual expunham os seus produtos. Tanto estes como os perfumistas, preparavam-nos à vista do público. Uma das missões do referido "*almotacé*", perseguidor de todo o latrocínio comercial, desde o mais primário, traduzia-se em evitar o perverter no peso da mercadoria vendida, até aos mais complicados e engenhosos dos perfumistas. Abundavam, nas ruas e praças, os tasqueiros, os vendedores de carne - que a guisavam ou picavam à frente do freguês -, os de peixe frito ("*galla*"), de filhoses, das salsichas e dos pastéis de queijo.

Desde muito cedo, pois, circulava pelo mercado o tal "*almotacé*", acompanhado pelos seus ajudantes, transportando uma balança, na qual, com a ajuda de um deles, pesava o pão, o mesmo acontecendo com a carne, sobre a qual estava disposto que haveria um cartaz com o seu preço. As balanças em que se pesava o produto adquirido não deveriam estar situadas por cima da cabeça do negociante. Esta proibição destinava-se a impedir que o mercador colocasse subrepticiamente um peso no prato junto do produto a pesar, enganando o comprador. Assim, a criança ou a jovem escrava podiam ir fazer compras ao mercado sem medo de serem ludibriadas. Como teste, o "*almotacé*" costumava, por vezes, mandar secretamente uma pessoa de pouca idade adquirir uma ou outra mercadoria. O castigo, em caso de burla, era

proporcional à amplitude desta e podia ir da censura pública do comerciante à expulsão da cidade, em caso de reincidência. Quando era um dos ajudantes do "*almotacé*" a descobrir a fraude, recebia parte da multa. Os preços, à semelhança do que ainda hoje se pratica nos países árabes, eram sempre regateados, e que subia ou baixava de acordo com os ditames da necessidade de qualquer dos intervenientes no negócio.

Controlava-se igualmente a venda de produtos que pudessem ser nocivos à saúde pública. Por exemplo, não era aconselhável o queijo ser posto à venda. Quando muito, podia ser vendido em pequenos odres que permitissem uma lavagem e limpeza diárias pois, caso contrário, se fosse conservado em panelas não estaria a salvo dos vermes nem do bolor.

O cuidado postos na segurança das pessoas, num local público, era, de facto, espantoso. Ibn Abdun descreve que havia, nos mercados, lugares de venda específicos para vendedores de lenha, evitando-se que estes circulassem pelas ruas. O tratadista refere que numa carga daquela natureza os ramos sobressaíam de ambos os lados, rasgando a roupa dos viandantes. Prescrição extensiva ao carregador de cal, por poder sujar a roupa dos transeuntes. Devido ao mesmo cuidado com o asseio, era impedido o transporte nas ruas de cordeiros mortos sem que lhes tivesse sido cortada a cabeça (o que pressupõe que já havera escoado o sangue), a fim de não manchar as roupas dos transeuntes. As mesmas precauções eram levadas em consideração na venda da carne. Não deveriam expor-se no mesmo balcão diferentes tipos de carne, nem colocar lado a lado as gordas e as magras. A dobrada deveria ser exposta a seco em cima de uma tábua, porque a água onde era introduzida podia estragá-la e aumentar-lhe o peso. A mesma previdência era tomada quando se vendia um cordeiro, que não podia pesar o mesmo com intestinos e sem eles e, por isso, o seu preço teria de ser diferente. Na sua preocupação de evitar males aos fregueses, não se aceitava que fosse deixada presa no mercado qualquer besta de carga, que impedisse a passagem e pudesse dar em alguém um coice inesperado e perigoso.

Uma multidão colorida e pitoresca, mescla de elementos diferentes de raça, religião e cultura, que davam uma tonalidade especial à vida espanhola do "*al-andalus*", circulava pelo centro das cidades: moçárabes, judeus, árabes do Oriente, berberes, cristãos dos reinos do norte da Península, francos, genoveses, eslavos, cada qual com a sua indumentária diferente e exprimindo-se numa língua própria. Causava sensação ao estrangeiro a passagem de uns seres efeminados. Eram os eunucos, escravos trazidos da Europa oriental, que tinham nomes peculiares e ambíguos como "Felicidade", "Âmbar", "Esperança"... As características do seu estado físico conferia-lhes segurança, sendo utilizados como servidores do "*haram*" (harém; tabu) dos príncipes, condição que lhes proporcionava uma relação íntima com a sultana que, em muitos casos, aproveitavam para "usar" nos assuntos do Estado, obter a liberdade e até enriquecer.

A esses eslavos ("*saqaliba*"; sing. "*siqlabi*"), originários do Mar Negro, da Calábrida, da Lombardia e da Europa central, acrescentavam-se os "regulares", a quem eram confiados altos cargos civis e comandos militares. Estes eram levados em jovens para Espanha e aí aprendiam as línguas dominantes no "*al-andalus*" - o árabe e o latim vulgar (romanço) - e tornavam-se muçulmanos. O número de eslavos chegou a ser expressivo em muitas das cidades, constando-se que em Córdova o seu número seria de aproximadamente 13.000. Alguns, posteriormente, graças ao seu nível cultural e de conhecimento, viriam a redimir-se da sua condição social, enriqueceram e possuíram terras próprias.

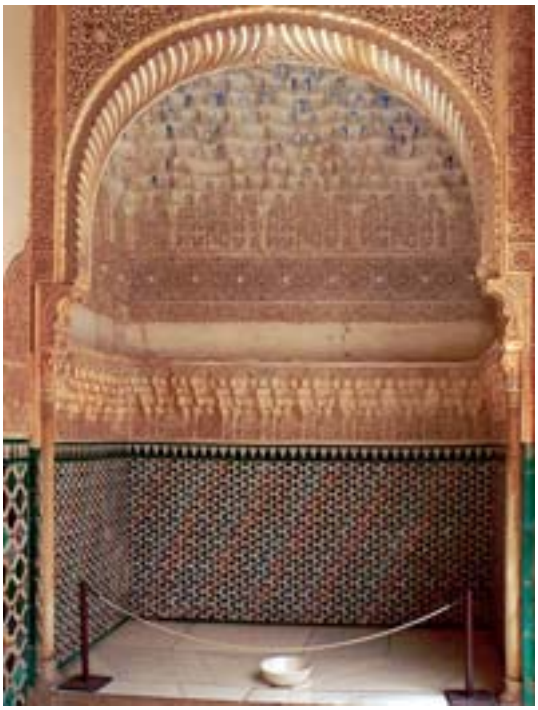
As escravas no "*al-andalus*" eram consideradas como mais do que mero objecto do prazer físico. O califa 'Abd al-Malik defendia que a melhor escolha para o harém deveria ser: por temperamento, uma berbere; para obter uma numerosa e sã série de filhos, uma persa; e para tratar bem da casa, uma cristã. As escravas podiam ser indígenas mas, muitas vezes, procediam dos reinos cristãos do Norte - Galiza, Astúrias, Vascongadas -, donde tinham vindo sequestradas devido a incursões árabes ou através de um terceiro país, como a França e a Itália, num tráfico que se estendia por todo o Mediterrâneo. Talvez devido à curiosidade e contraste com a sua própria cútis, as mais pretendidas eram as louras, de pele e olhos claros, amiúde originárias da Provenza de Itália e do Norte da Europa.

Vendedores ambulantes, compradores, passeantes ociosos, mendigos parados sobretudo às portas dos balneários e das mesquitas, enchiam as ruas, juntamente com os camponeses que vinham das quintas, hortas e aldeias vizinhas para venderem os seus produtos e adquirirem os dos artesãos da cidade. O peão circulava comprimido entre a multidão, perseguido pelos mendigos, forçado a afastar-se, a cada momento, para deixar passar cavaleiros, animais de carga, magarefes que levavam aos ombros as reses abatidas para os talhos e os que transportavam materiais de construção em padiolas. Os cafés eram também muito concorridos. Enquanto se tomava café era costume fumar-se o delicioso tabaco louro e perfumado ("*tambac*"), introduzido em narguilés de longos tubos, do qual existiam diferentes modelos, construídos de tal modo que o fumo passava por um recipiente de água antes de chegar à boca do fumador, com o resultado de lhe retirar todos os principais tóxicos.

Fonte: Wikimedia Commons

Cópia de um *dinar* do Califado de Abá

ssida (774).



Fonte: Wikimedia.Commons

"Quarto de água", ou "quarto do descanso", Convento de San Francisco de "*al-alhambra*", hoje o Parador Nacional de Turismo.

Um outro exemplo da relevância que era dada à higiene pública consistia no facto de as mulheres estarem proibidas de lavar a roupa nas nascentes de água, para esta não ficar inquinada. Também não era permitido despejar lixo num rio, sempre que aquele atravessasse uma cidade. Os detritos deveriam ser despejados fora das cidades, em local destinando a tal fim. Todas as cidades disponibilizavam uma parte oculta onde se resolviam, de forma mais ou menos prática e digna, as consequências fisiológicas que surgiam no exterior. Numa das suas crónicas sobre os sistemas de saneamentos no "*al-andalus*", Torres Balbás - que fala com total segurança, porque as encontrou nas suas escavações arqueológicas - recorda que as casas mais modestas dispunham de manilhas que recolhiam as águas pluviais e as sujas, encaminhando-as para sarjetas situadas no centro de um pátio central. Nos finais do período árabe, muitas casas de Granada recebiam água potável por meio de tubagens e expulsavam a utilizada através das referidas manilhas. Também utilizavam o mesmo eufemismo dissimulado para se referirem a um quarto tão reservado como necessário. Chamavam-lhe "quarto de água" ou "quarto do descanso" ("*rest room*", tal como lhe chamam actualmente os anglo-saxónicos), com planos inclinados que permitiam a sua ventilação directa por janelas situadas no local mais alto. Em Málaga, esse quarto situava-se, em geral, no final de um corredor e dispunha de portas duplas. Alguns, como o encontrado por debaixo do Convento de San Francisco de "*al-alhambra*" - hoje o Parador Nacional de Turismo -, estavam enfeitados com um nicho em arco, revestido de azulejos quadrados de cores verdes, pretas e brancas.

Havia vários armazéns, celeiros, situados em locais distantes dos aglomerados urbanos, onde se acondicionavam os produtos importados para consumo da cidade. Cada um desses depósitos consagrava-se ao armazenamento de um determinado produto (palha, lenha, azeite, queijo, figos, castanhas, bolotas, etc). Todas as transacções comerciais eram efectuadas com recurso à moeda cunhada pelos dirigentes árabes que, no início, empregavam o numerário bizantino, persa ou sírio. As primeiras unidades monetárias terão sido o "*dinar*", do latim "*denarius*", os "sólidos", de "*solidus*" (donde provém "soldo"), e o "*dirham*", do grego "*dracma*".

O fluir incessante da multidão produzia um forte bulício, uma mistura de vozes e diálogos, de brados dos pregoeiros públicos que anunciavam a venda em leilão de escravos, cavalos, verduras ou carvão, entre outros géneros, e dos manifestos dos comerciantes ambulantes que ofereciam, estridentes, as suas mercadorias. A esta algaraviada juntava-se a vozearia dos que viviam de contar histórias e dos adivinhos, que previam a boa fortuna. De tempos a tempos - cinco vezes por dia - o "*almuadem*" ou "*muezzin*" ("*al-mu'addin*") deixava fluir sobre as cidades, a partir do alto dos minaretes das mesquitas, os seus chamamentos melancólicos, convocando os fiéis para a oração e lembrando-lhes, no meio dos seus afãs quotidianos e vulgares, a infinita grandeza de Deus e a existência de um mundo para além das fronteiras da vida e da morte.

Os habitantes do "*al-andalus*" acreditavam em amuletos e encantamentos como sendo capazes de lhes proporcionarem boa sorte e estavam certos de que possuíam as mais assombrosas relíquias da Antiguidade, engano a que também incorriam os cristãos seus contemporâneos. Hisham II, por exemplo, terá acreditado que possuía, nos seus arcazes, várias tábuas pertencentes à Arca de Noé, os cornos do cabrito que foi sacrificado por Abraão, os cascos do burro de Esdras... Os astrólogos e videntes eram chamados continuamente para determinarem os dias fastos e nefastos que se avizinhavam, sobretudo antes de se começar uma batalha. Comentava-se, na época, que antes da vitória de Zalaca sobre os cristãos, Al-Mu'tadid terá lido nos astros que iria sair vencedor do combate. Algumas vezes, no entanto, o general preferia interpretar de forma positiva um augúrio capaz de acobardar os seus homens. Foi o que aconteceu a Ad-Dawla quando, nas vésperas de um combate, se quebrou a haste da sua bandeira. Perante o temor supersticioso do exército, o general ter-lhes-á anuncia-

do: "A haste não se quebrou em consequência de um funesto augúrio. Pelo contrário. Estava tão certa de que se quebraria no pescoço de um inimigo, que quis antecipar-se a esse momento" (Pérès, ob. cit., p. 390).

Os espectáculos de rua constituíam um dos passatempos favoritos no "*al-andalus*", mormente a música, o canto e a declamação de poesia, sendo raro entrar-se num café onde se não ouvissem logo as notas agudas da flauta e do violino, acompanhadas do tamborim. Cantores, poetas, dançarinos e tocadores eram solicitados para decantar em todas as celebrações religiosas ou acontecimentos sociais como bodas, nascimentos, circuncisões, alvoradas, festas campestres, folias da aristocracia, festas da corte, feiras e actividades de artesanato. O ambiente musical era de tal forma agitado que, pode ler-se numa crónica datada de 1016, certa vez, em Málaga, um homem doente e acamado queixou-se às autoridades locais de que não conseguia dormir e curar-se dos seus males, devido ao constante barulho, à animação tumultuosa e vida fervilhante com bailes e canções que enchia a sua álea.

Os jogos mais praticados eram o familiarizado xadrez, as damas e o baralho. Também se exercitava muito o tiro ao alvo, a pelota e a esgrima de sabre. Os nómadas exercitavam-se no jogo do dardo, numa espécie de torneio a cavalo. Já a caça era uma das diversões favoritas do soberano andalus. Os cronistas falam instantemente de longas cavalgadas pela campina cordovesa ou pelas charnecas encharcadas do baixo Guadalquivir, aonde se ia, no Inverno, em busca de gansos selvagens, patos e, particularmente no século IX, de grous – a presa mais apreciada – caçados com recurso ao falcão. A criação de falcões estava muito difundida em Espanha e havia-os de várias espécies, como a conhecida pelo nome de "*lablí*" ou "*nablí*". Para além da caça de altanaria, entre a sociedade andalusa praticava-se a caça com cães. Em regiões acidentadas, designadamente nas faldas da serra Morena, decorriam montarias de caça maior, em que javalis, cervos e corças eram encaminhados pelos batedores até uma clareira do bosque, onde eram mortos com lanças ou com facas.

Outra das diversões preferidas dos magnatas, tanto do período do emirado como do califado, era o jogo do pólo. Talvez também já nessa época, tal como vários séculos mais tarde em Granada, se organizassem, numa praça rodeada por sólidas trincheiras, umas lutas de animais, principalmente de touros contra cães, que parecem ter sido, na Idade Média, um primeiro esboço das actuais touradas. É mais do que provável que já existisse no "*al-andalus*", na modalidade do cavaleiro contra o cornúpeto, uma coisa análoga à actual "corrida à portuguesa."

Para cortarem a barba e o cabelo, os andaluses recorriam a barbeiros que iam ao domicílio ou se instalavam ao ar livre, sob uma tenda ou em saguões. A progressiva generalização do uso do turbante viria a fazer, mais tarde, com que os muçulmanos espanhóis rapassem por completo a cabeça, como ainda é norma entre algumas tribos do Magrebe.

Os jogos mais praticados eram o familiarizado xadrez, as damas e o baralho.

Possuir muitas e sumptuosas jóias, colares de pérolas e pedras preciosas, anéis, brincos, pulseiras maciças, pesadas pulseiras para os tornozelos, diademas, fivelas, peitorais e broches de filigranas de ouro, com rubis e safiras engastados, era privilégio das mulheres de casas ricas. Peritos joalheiros, quase todos judeus, encarregavam-se de fazer e polir os pesados adereços de ouro e prata das suas clientes da aristocracia. Inicialmente, as jóias parecem ter sido desenhadas seguindo tradições visigóticas, por artistas moçárabes da Espanha muçulmana, tendo-se imposto, pouco a pouco, a moda iraquiana. As jóias procedentes de Baghdad gozavam de toda a dignidade que a sua origem lhes conferia. Às mulheres menos ricas, quando tinham de ir a uma festa, restava a possibilidade de alugarem jóias junto de mulheres especializadas nesse tipo de empréstimos. O aluguer

Foto do Autor

era feito por sete dias, segundo uma fórmula de contrato que deveria conter a descrição completa de cada objecto emprestado, com indicação do seu peso.

No toucador das damas da corte ou da nobreza, figurava em lugar de destaque uma arquinha ou caixa de marfim onde se guardavam os perfumes de que as mulheres árabes tanto gostavam. Esses recipientes (que se crê, com alguma verosimilhança, contenham agora, em muitos casos, relíquias de santos cristãos) eram unicamente decorados com desenhos e inscrições alusivas ao artífice, à data do trabalho e à destinatária. Coisas do estilo: "Em nome de Deus, Clemente, Misericordioso. Esta (caixa) foi feita pelas mãos do mestre [...] no ano três e cinquenta e trezentos (353 da Hégira - 964 d.C), a pedido da senhora mãe do príncipe dos crentes 'Abd Al-Rahman. A benção e a graça de Deus estejam sobre eles." A cor favorita das mulheres do "*al-andalus*" seria o vermelho, no que se distinguiam das suas irmãs orientais, que consideravam mais belo o amarelo. O marfim era muito admirado e servia para confeccionar caixas e estojos onde se guardavam perfumes, peças de xadrez ou apetrechos de escrita. Com o ébano construía-se uma parte importante do mobiliário das casas.

A cozinha do "*al-andalus*" era orgulhosamente tão sortida quão complicada e obedecia a um verdadeiro código de boa mesa. "Não é de bom tom servir duas séries de iguarias que não liguem entre si", costumava dizer um fino "*gourmet*" cordovês, o alcaide Ibn Yabqa Ibn Zarb. Os banquetes oferecidos pelo califa abássida Harun Al-Rashid marcaram uma época. Tão loquaz e hospitaleiro quão implacável com os inimigos, Harun Al-Rashid viveu rodeado de sábios e de cozinheiros seleccionados, que lhe preparavam na corte delícias como galinha assada com gengibre, acompanhada de farinha de amêndoas.

A comida das classes modestas era composta por favas, frescas ou cozidas, espargos (que detinham a propriedade de disfarçar os odores da carne) e papas, nos dias em que não tinha de se celebrar qualquer festa familiar ou religiosa. As pessoas com mais possibilidades económicas apreciavam, entre outras coisas, os pastéis de queijo, que deviam ser servidos quentes. Eram também prezadas as trufas (consideradas um afrodisíaco), assadas sob a cinza e um quarto de borrego estufado e copiosamente temperado com especiarias e cominho, guisados com especiarias fortes, cabeças de cordeiro, almôndegas de carne, salsichas muito picantes, cuscuz de peixe, peixe frito, fígado e coração de cordeiro com manteiga, filhoses fritas em azeite e metidas em mel a ferver, filhoses de manteiga, tortas de queijo branco, bolachas e mil outras guloseimas, sobretudo uma massa recheada com amêndoas, avelãs, pinhões ou grãos de sésamo e com um outro género de especiaria, que devia parecer-se muito com o actual "*turrón*" espanhol. Refira-se que o afamado cuscuz de origem sudanesa que, a partir do século XIV, constituiu a base da alimentação dos magrebinos e foi adoptado pelo reino nasárida de Granada, não parece ter sido conhecido na Espanha dos califas nem das taifas, sendo hoje o prato mais representativo da alimentação muçulmana.

A refeição principal era realizada à tarde, pouco depois de o sol se pôr, quando regressava o dono da casa. Na mesa, coberta com uma toalha de pano ou de couro, nada de garfos nem faca, mas havia colheres de madeira para as sopas e papas, servidas em tigelas de louça. Em geral, não se servia vinho durante as refeições. Apenas se bebia água perfumada, por vezes com essências de flor de laranjeira ou de rosas. A bebida servia-se depois, quando os hóspedes se relaxavam e o licor contribuía para a acutilância da conversa, para a poesia ou para a declamação de frases líricas carregadas de erotismo, como os árabes da época tanto gostavam. Em ocasiões excepcionais, podiam dar-se verdadeiros banquetes a toda uma classe da população. As ementas desses festins eram sempre iguais: quartos de borrego ou de vaca assados, papas de cereais, passas e outros frutos secos sem casca.

A primeira ocupação matinal da cozinheira, quer se tratasse da dona de casa ou da criada, consistia em amassar e fazer o pão necessário para o consumo da família. Como ainda hoje acontece no Norte de África, o pão era cozido no forno público. O moço da padaria passava pelas casas a uma hora fixa para levar o tabuleiro onde estavam colocados os pedaços de massa levedada, que tinham impresso, por meio de um instrumento de madeira, um sinal distintivo e, depois, voltava para entregar o pão cozido, tirando aquele com que o padeiro ficava em pagamento da cozedura ("*poya*"). Também se podia comprar o pão já feito, à porta das padarias ou no mercado. Juntamente com o pão, a base da alimentação mais corrente era uma série de sopas espessas, de farinha, sémola e outras féculas, misturadas, ou não, com carne picada.

Na composição do idioma português, existem bastantes vocábulos relacionados com a alimentação que provêm do árabe (idioma que surge imediatamente a seguir ao latim, em termos de importância), tais como, entre outras: açúcar ("*as-sukkar*"), arroz ("*ar-ruz*"), azeite ("*az-zait*"), azeitona ("*az-zaituna*"), alcachofras ("*al-jarshuf*"), limão ("*al-laimun*"), açafrão ("*az-za'faran*"; em persa "*safrón*"), cominho ("*al-kammun*") e regueifa ("*ar-ragif*"), pão ou bolo com forma redonda ou de anel ou aro, tradicionalmente vendido em feiras ou romarias.

O "*al-andalus*" foi comparado, por muitos autores árabes da época, ao paraíso terreno. A par da abundância de cana-de-açúcar, crescia igualmente em grande luxúria a bolota ("*al-balluta*"), a avelã ("*al-*

bunduq"), o limão ("*al-laimun*"), a banana ("*al-mauz*"), a noz ("*al-jauz*"), a cereja ("*al-karaz*"), o pêssego ("*al-firsik*", "*ad-durraq*"), a castanha e duas espécies de figos, chamados "*al-kulti*" e "*ash-shair*", as passas ("*al-asali*"), o damasco ("*al-mashmash*"), romãs, cravo, goivo, canela, pau sândalo, mirra, espicanardo, genciana, o âmbar ("*al-'anbar*"), vinhas e macieiras. Nas margens do rio "Mundik" (Mondego), em Coimbra ("Qulumruya") e junto à foz, em "Montmaiur" (Montemor-o-Velho), eram faustas as cerejeiras, as plantas aromáticas e corantes (açafrão, coentro, garança, hena), assim como plantas têxteis (linho e algodão) e, obviamente, a amêndoa ("*al-lauz*").

A fertilidade dos campos facilitava os trabalhos e ajudava os labores. Era tal a largura da veiga, que havia terra de colheitas abundantes e sobrava muita para os pastos, baldios, bebedouros, armazéns e logradouros. Outra das produções portentosas do "*al-andalus*" era a das suas madeiras e raízes. Segundo os anais recolhidos deste período, haveria igualmente muitos antílopes, designadamente veados ("*al-gazal*"), zebras, bois ("*at-tiran*"), cavalos ("*al-hisan*") e lobos ("*ad-di'ab*"). Os mercados e as lojas das suas trezentas e oitenta cidades de primeira ordem, eram profícuas em pão ("*al-kubz*"; "*ar-ragif*"), frutas ("*al-fauakih*"), carne ("*al-lahm*"), peixe ("*as-samak*"), queijo ("*al-jubn*"), e toda a espécie de provisões. Eram profusas as minas de ouro ("*dahab*"; "*nudar*"), mormente em Santiago, nos rios Douro e Tejo, em Lérida e em Granada, prata ("*fiddat*") em Carteia, Córdova, Murcia, Beja e nas montanhas de Al-Hamah, e outros metais como o ferro (em Guadalquivir), o cobre (Toledo e Elvira), o chumbo (Serra Morena), o estanho (em Ossónoba), o ocre amarelo e vermelho, o óxido de zinco, o ónix (região de Granada), o vidro ("*az-zujaj*'"), pedras preciosas ("*aj-jauahir*"), o mármore ("*al-marmar*") e ardósias para construção.

Para as armas e munições militares de todos os géneros, tais como o escudo, espadas, lanças, elmos, peitorais, arcos, flechas, selas, freios, cabeçadas e todo o género de arreios de cavalo, as manufacturas de Toledo excediam as de qualquer outra parte do mundo. Córdova especializara-se na vidraria e principalmente no trabalho do couro (daí o influxo de certos termos como "cordovão", do couro de cabra para calçado). A cidade de Xátiva, próxima de Valencia, era bem conhecida pela sua enorme manufactura de papel, que exportava para todo o Magrebe. As hortas do rio Pechina, a 4 milhas de Almeria, proviam as populações de um grande sortido de frutas, exportadas em barcos para Constantinopla e para a Síria. O famoso autor muçulmano Al-Jatib (século XIV) descreve que "as hortas contíguas à régia mansão de Alhambra produziam tantos cereais e hortaliças, que só um príncipe poderia pagar os seus preços com ricos tesouros".

Em Almeria encontrava-se tudo quanto era extraordinário de entre todas as indústrias: existiam 800 oficinas de tecelagem de seda, onde se confeccionavam trajes e os panos de seda desenhada, bem como o brocado, o "hispahnés", o jorgiano e os véus floreados, os vestidos com adornos semelhantes a olhos, os tapetes, o tecido "*attabi*" de seda e algodão de várias cores, panos de seda "*miyar*", e várias outras espécies de tecidos de seda. Fabricavam-se em Almeria diferentes espécies de instrumentos de cobre e de ferro para todas as indústrias. Em Málaga produzia-se a olaria bela ou porcelana dourada, depois exportada para as terras mais distantes. Havia, também aqui, abundância de uvas, frutas e figos.

O comércio do "*al-andalus*" espalhou-se por todo o Mediterrâneo e os seus principais clientes eram o Norte de África, o Egipto e os bizantinos de Constantinopla. A agricultura foi enriquecida pelos árabes e muçulmanos, com o aproveitamento da água e do vento como propulsores, a utilização de adubos na preparação das terras, a introdução de novos produtos agrícolas (entre citrinos, algodão, cana-de-açúcar e arroz), o emprego de tecnologia e processos de irrigação como a nora ("*an-na'ura*") - máquina de alcatruzes para a elevação de água, de entre as quais as noras ("*naua'ir*") de Hama, em Orentes, são particularmente afamadas -, e a "cegonha" ("*ash-shaduf*"), aparelho basculante para retirar água de um poço. De resto, as águas do rio não deviam servir apenas para a irrigação.

Foto do Autor

A fertilidade dos campos facilitava os trabalhos e ajudava os labores.

Destinavam-se, igualmente, a serem aproveitadas na sua força mecânica para pôr em acção os moinhos ("*al-matahin*"), numerosos ao longo da corrente do rio, a que faz referência Idrisi na sua descrição de Silves e de que ficaram vestígios no velho Moinho da Porta, junto ao cais da cidade e no tradicional Moinho do Valentim, a sudoeste.

A administração central cuidava do serviço de correspondência entre os diversos pontos do "*al-andalus*", através de um serviço de correio ("*al-barid*") cuja missão fundamental era assegurar a comunicação entre o governo central e as províncias. O chefe dos correios ("*al-sahib al-barid*"), subordinado do director do serviço de correios ("*al-sahib diwan al-barid*"), era o censor incumbido de encaminhar cartas, pessoas ou encomendas com interesse para o Estado, levadas ou acompanhadas por correios a cavalo - ou, em alguns casos, por peões -, seguindo caminhos fixos e conhecidos, detendo-se para trocar de montada e mudas em estações onde havia hospedarias com o pessoal e o número de cavalos proporcionais à sua importância. Como curiosidade, refira-se que nesta altura uma carta demorava, entre o Reino de Marrocos e Córdova, sensivelmente um máximo de seis dias e um mínimo de três, prazo consideravelmente expedito, atendendo a vários factores condicionantes para a época, mormente as características do terreno, o clima e os recursos e meios disponíveis...

"*Diz a Primavera: estende as nuvens do teu manto e abre os teus véus sobre os lugares onde brinquei na minha infância*"

(panegírico de Sulaiman Ibn Darrajel Al-Qashtalli; poeta de Cacela, Algarve, 958-1030).

Portugal não possui a grandiosidade de uma Granada, não contamos com uma Córdova, uma Toledo, uma Medina "*az-zahara*" ou uma Sevilha, testemunhos de pedra de uma vontade criadora, mensagens arquitectónicas que mais facilmente atravessam a história e permanecem como contribuições de valor inextricável. Todavia, mantiveram-se centenas de cubas e os mais belos castelos de Portugal, mesquitas tornadas em igrejas, morábitos trajados de ermidas. E a mais modesta escala, é certo, Alcácer, Beja, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Mértola, Santarém e Loulé, conheceram enorme animação cultural e tiveram figuras do maior valor espiritual. E, sobre isso, registo, a propósito, um fragmento de um verdadeiro diário espiritual do génio poético daquele que é apelidado, justamente, de "pequeno rei, grande poeta" Al-Mu'tamid Ibn 'Abbad, enviado ao seu vizir e amigo Ibn 'Ammar, relembrando os tempos da juventude de ambos em Silves: "*Saúda, por mim, Abu Bakr, os queridos lugares de Silves, e diz-me se deles a saudade é tão grande quanto a minha. Saúda o palácio dos Balcões, da parte de quem nunca os esqueceu [...]*". Detenhamos na lembrança equeva o célebre Palácio de Silves ("*qasr ash-sharajib*"), a Mesquita Aljama em Lisboa, a Mesquita de Mértola afagada pelo rio Guadiana, o Palácio da vila de Sintra, restauro da alcáçova moura, os jardins califais de Beja, os estaleiros de Alcácer do Sal, o geometrismo ornamental dos esgrafitos nas fachadas alentejanas e algarvias, as adufas ou "*muxarabias*", as açoteias, o "*mudejar*" alentejano, o cubismo e volumetria das casas, as chaminés algarvias, as cantimploras alentejanas cilíndricas e as de escuta e as cubas ou abóbadas vindas do morábito, a disposição tradicional dos povoados do interior, com o núcleo urbano correspondente à "*madina*" cercada de arrabaldes suburbanos, quintas, pastos e hortas.…

E, apesar das destruições causadas pela intolerância e completadas pela fúria dos elementos, a herança desses parentes esquecidos que nos antecederam, que nos deixaram prendas raras no tesouro da família, esses tetravós de quem falam as lendas de amores infelizes, por ser infeliz o destino que os marcou, é latente. Miguel Angel de Bunes Ibarra, no seu "Los Moriscos en el Pensamiento Histórico: Historiografia de un Grupo Marginado" (Madrid, Catedra, 1983, p. 9.), não hesitou em escrever que "*el morisco es uno de los problemas más attractivos de nuestro pasado y, sin duda, crucial para entender la vida, la sociedad, la religiosidad y la economia del siglo XVI (…)*".

E o que só os atentos olhos do espírito podem perscrutar, reside, silente, genético, na alma do povo, nas suas lendas, nas suas tradições, na sua forma de alimentação, na sua labuta por domar a terra, na sua arte, na sua música, no seu aspecto físico e na língua que fala. Numa identidade, numa personalidade e numa expressividade próprias. Uma candeia que se acende e que, como diz o Alcorão no seu versículo 35, surata 24, é como "*uma estrela brilhante, alimentada pelo azeite de uma árvore bendita, uma oliveira, que não é do oriente nem do ocidente, cujo óleo brilha, ainda que não o toque o fogo. É luz sobre luz*". ﷺ

---

* O Sargento-Ajudante do SGE António José Rodrigues presta actualmente serviço no CC-Land HQ Madrid, sendo simultaneamente *guest-speaker* aos cursos decorrentes na NATO School em Oberammergau (Alemanha) sob a temática "*NATO Missions in Islamic Environment*". Autor do livro "Um Certo Oriente" (Editora Prefácio) publicado no passado mês de Junho, concluiu recentemente, com a apresentação do presente trabalho ora adaptado, o Curso de "*Ciencias del Islam desde Orígenes hasta Hoy*" pelo "*Centro de Iniciativas de Cooperación al Desarrollo*" da Universidade de Alcalá, Madrid (Espanha).

Cerimónia Evocativa do Início da Construção dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres

Realizou-se dia 19 de Novembro, no Largo Dr. Eugénio Dias, em Sobral de Monte Agraço, a cerimónia militar da evocação do início da construção dos fortes e redutos das linhas de defesa de Lisboa durante a Guerra Peninsular.

A Cerimónia foi presidida pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, que contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho e o Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, Sr. António Lopes Bogalho, Presidente da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres, também marcaram presença várias altas individualidades militares e civis.

Da cerimónia destaca-se o descerramento da placa evocativa do "Início da Construção dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres", levado a cabo pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Pinto Ramalho e pelo Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço.

No anfiteatro de Sobral de Monte Agraço, decorreu a Sessão Solene Evocativa do "Inicio da Construção dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres", onde decorreu a apresentação do programa da PILT para as Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres e a Conferência: "As Linhas de Defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular", pelo Tenente-Coronel Berger, alusiva à construção dos fortes e redutos das Linhas de Torres.

A cerimónia insere-se no âmbito das Comemorações do Bicentenário das Guerras Peninsulares, em colaboração com a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), constituída pelos municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

Durante a Guerra Peninsular, e para proteger a cidade de Lisboa, foi necessário executar um plano defensivo que assentava na fortificação do território à volta da capital, materializado nas Linhas de Defesa de Lisboa.

Foram estas Linhas constituídas por fortes, redutos e batarias que, em 1810, contra a invasão das forças napoleónicas comandadas por Massena, permitiram que Portugal conservasse a sua independência.

Construíram as Linhas de Defesa de Lisboa cerca de 150.000 populares; defenderam-nas mais 36.000 portugueses do exército regular, 35.000 britânicos, 8.000 espanhóis e ainda 60.000 homens das tropas de milícias e ordenanças.

O sucesso desta grande obra deveu-se ao esforço da nação ao serviço da pátria. Na sua construção em defesa de Portugal se escreveu uma das páginas mais gloriosas da História nacional, que, em Sobral de Monte Agraço, evocam os 200 anos.

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA € 2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 € 4,00; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2009** € 2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

Visita do Comandante do Exército à Argélia

Nos dias 7 a 12 de Novembro de 2009, o General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, efectuou uma visita oficial às Forças Terrestres do Exército Nacional Popular da República Democrática e Popular da Argélia, a convite do Comandante das Forças Terrestres, General-Major Achène Tafer (homólogo do Chefe de Estado-Maior do Exército), no âmbito das acções de Cooperação Bilateral entre ambos os países.

Para além da visita ao Comando das Forças Terrestres, no dia 8, onde a delegação nacional foi recebida pelo General-Major Achène Tafer, tendo sido realizada uma apresentação sobre a missão e capacidades desta componente do Exército Nacional Popular (ENP) da Argélia, o General CEME teve uma audiência com o General Ahmed Gaïd Salah no Estado-Maior do ENP, onde esteve também presente o Embaixador de Portugal em Argel, Embaixador José Moreira da Cunha. Do programa desta visita constavam ainda deslocações à 1.ª Divisão Blindada, em Barika, à Escola de Aplicação de Tropas Especiais, em Biskra, à Academia Militar Inter-armas e à Escola de Aplicação de Infantaria, em Cherchell, ao Museu Central do ENP e ao Instituto Nacional de Cartografia e Teledetecção Hussein-Dey, em Argel.

No comando da 1.ª Divisão Blindada (dia 9) foi realizada uma apresentação sobre a sua missão e capacidades, a que se seguiu um exercício de alerta por uma Unidade de Escalão Companhia, no 14.º Regimento Blindado desta Divisão e, finalmente, uma visita ao Centro de Instrução Divisionário, que tem a responsabilidade de formar os efectivos desta Unidade.

No dia 10, em Biskra, o General CEME visitou a Escola de Aplicação de Tropas Especiais, onde para além da respectiva apresentação relativa à missão e capacidades desta Unidade, teve oportunidade de assistir a diversas demonstrações de capacidades militares, individuais e colectivas, Durante as visitas efectuadas à Academia Militar Inter-armas e à Escola de Aplicação de Infantaria, no dia 11, foi dada particular relevância à simulação utilizada para a formação e treino dos alunos, nas varias áreas, desde as operações tácticas, ao tiro individual e à aprendizagem de condução e utilização dos sistemas de tiros das viaturas de combate.

No dia 12 visitou-se o Instituto Nacional de Cartografia e Teledetecção Hussein-Dey, em Argel, onde foram apresentadas a missão, as possibilidades e as ambições deste Órgão responsável pelo levantamento cartográfico da Argélia e pelas actividades de teledetecção.

Durante esta visita confirmou-se que existem grandes possibilidades de ampliarmos as nossas relações de cooperação bilateral, através da participação de militares de ambos os países em exercícios combinados, nomeadamente, ao nível das Forças Especiais, estando o Exército Português particularmente interessado no treino das suas Forças Especiais no deserto. Estas acções de Cooperação podem também incluir troca de delegações de ambos os países para assistirem a exercícios e diversas acções de formação em Portugal, bem como a realização de actividades no âmbito da cartografia entre o Instituto Nacional de Cartografia e Teledetecção Hussein-Dey e o Instituto Geográfico do Exército.

Comando das Forças Terrestres

Visita ao Comando da 1ª Divisão Blindada em BARIKA.

Visita à Academia Militar Interarmas

Escola de Aplicação de Tropas Especiais

***in Jornal do Exército* n.º 15, de Março de 1961**

Soluções deste número:
1 - Fisga; 2 - Mão direita do 2.º sold.; 3 - Mão esquerda do 2.º sold.; 4 - Pé direito do 2.º sold.; 5 - Cabelo do oficial; 6 - Friso no muro; 7 - Bolso nas calças do oficial; 8 - Pássaro na árvore.

jornal do
Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO – Secção de Logística, Rua dos Remédios, n.º 202 – 1140-065 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa,
Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T.

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL n.º _____ no valor de _____

Jornal do Exército
São Nuno de Santa Maria
Álvares Pereira
Canonização
Batalha do Vimeiro
As primeiras derrotas de Napoleão em Portugal
Exército tem novo CEME
Aniversário da DAMP
novos modelos de gestão de pessoal
REPORTAGEM: JE no Kosovo e em Espanha
Brigada Mecanizada Independente
Operações Convencionais
GUERRA
iminente
Arquivo Histórico-Militar
200 Anos
General CEME na BMI
Invasões francesas
na história de Portugal
MACAU
Jornal do EXÉRCITO
Suplemento
Jornal do
EXÉRCITO

D. Afonso de Albuquerque e a Conquista de Malaca

Cronologia

1453 (?) – Nasce em Alhandra.
1471 – Participa numa expedição a Marrocos com o príncipe D. João.
1476 – Combate ao lado do príncipe D. João na batalha de Toro.
1480 – Participa numa expedição naval enviada ao Golfo de Taranto para ajudar o rei de Nápoles contra os turcos otomanos.
1490 – É nomeado estribeiro-mor de D. João II.
1503 – Efectua a primeira viagem à Índia, partindo de Lisboa em 6 de Abril.
1506 – Parte novamente para a Índia, em 6 de Abril, numa armada comandada por Tristão da Cunha.
1509 – O vice-rei Francisco de Almeida abandona o governo da Índia e Albuquerque assume as funções de Governador.
1510 – Primeira conquista de Goa (1 de Março). Conquista definitiva de Goa (25 de Novembro).
1511 – Conquista definitiva da cidade de Malaca (24 de Agosto).
1512 – Cerco e conquista de Benastarim.
1513 – Assalto a Adén (26 de Março). Paz com Calecute (Outubro).
1515 – Lopo Soares, substituto de Afonso de Albuquerque, chega à Índia (2 de Setembro). Nesse mesmo ano, a 16 de Dezembro, Afonso de Albuquerque morre na Barra de Goa.

O Comandante

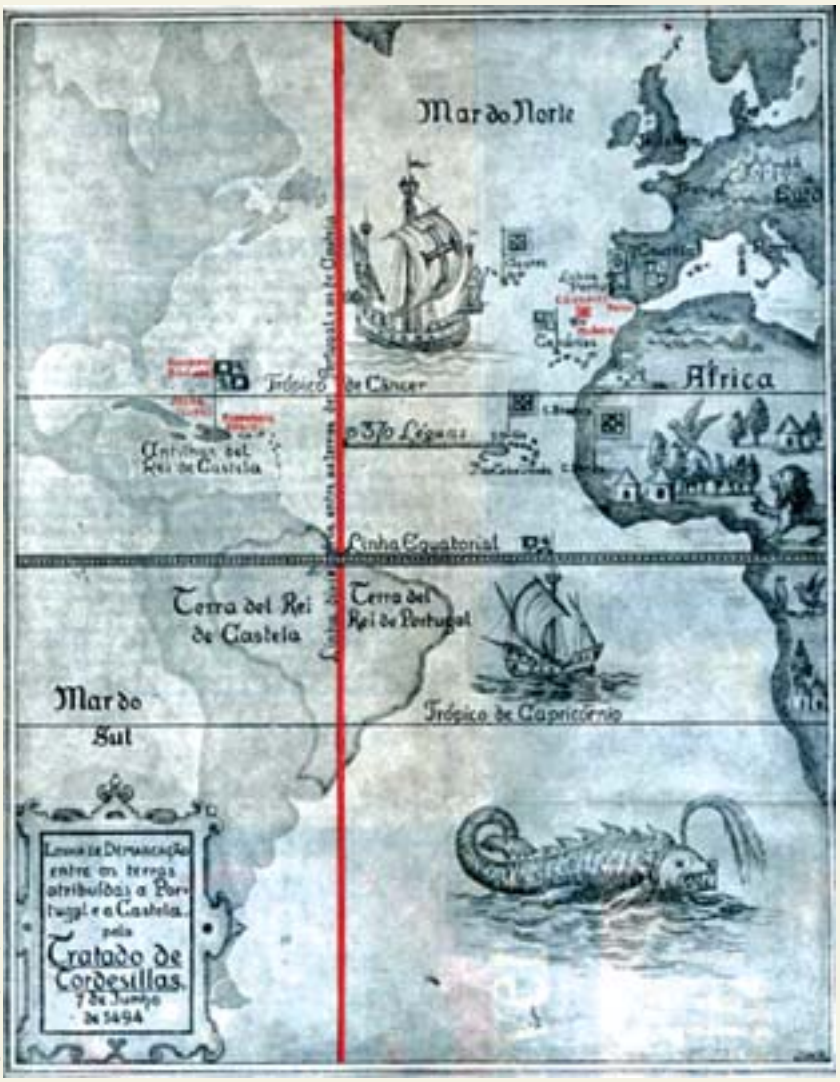
Afonso de Albuquerque é, sem dúvida, uma figura ímpar da História de Portugal. Valoroso e arguto, leal e incorruptível, mas também enigmático e controverso, o impacto dos seus feitos é de tal dimensão que, em grande medida, a ele se deve a perpetuação da identidade lusa na memória e cultura dos povos do Oriente, bem como a projecção e influência de Portugal nessa região do mundo.
Filho de Gonçalo de Albuquerque (conselheiro de Afonso V), passou a infância na Corte, onde foi educado, aprendeu os valores da coragem e da disciplina e o manejo da espada. Com dezoito anos acompanhou o príncipe D. João na conquista de Arzila e na rendição de Tânger, permanecendo dez anos em Marrocos como oficial da guarnição de Anafe e aí adquiriu experiência militar. Em 1476, de novo ao lado do príncipe, combate na batalha de Toro e, em 1480, toma parte numa expedição naval enviada ao Golfo de Taranto para ajudar o rei de Nápoles contra os otomanos. Quando D. João II assume o trono, nomeia Afonso de Albuquerque seu *estribeiro-mor* e associa-o aos planos de descoberta do caminho marítimo para a Índia, participando no planeamento das expedições de Diogo Cão (1482 e 1485), Bartolomeu Dias (1487) e Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã (1487). Entretanto, já no reinado de D. Manuel I, terá efectuado viagens clandestinas para averiguar quais as terras de valor que ficavam dentro da esfera atribuída a Portugal com o Tratado de Tordesilhas. Em 1503, aos cinquenta anos de idade, parte pela primeira vez para a Índia ao comando de três naus com objectivos comerciais e diplomáticos. A tarefa foi de tal forma bem sucedida que no regresso o rei o incumbiu de partir novamente para o Oriente, em 1506, numa armada comandada por Tristão da Cunha, devendo permanecer na Índia como *capitão-mor* da costa da Arábia, até que substituísse D. Francisco de Almeida como Governador, o que aconteceu em 1509.
Homem multifacetado, Afonso de Albuquerque foi marinheiro, cabo-de-guerra, estadista, administrador e diplomata, colocando todas as suas faculdades ao serviço da edificação de um poderoso império no Oriente e na exaltação do rei e da pátria. Foi um homem muito avançado para o seu tempo, pois governou gente de outra "raça" sem recurso à escravidão, respeitou os seus costumes e identidade religiosa, deu-lhes justiça e permitiu a sua participação no governo. Ou seja, Albuquerque tornou os autóctones "não meros servidores do conquistador mas como súbditos do mesmo Estado, cujas liberdades são garantidas pela mesma bandeira", tal como nos refere Sanceau. É também de realçar a política de incentivos a casamentos inter-raciais, que serviria para criar uma comunidade permanente luso-indiana.
O "grande" Albuquerque tem todos os atributos do herói renascentista: auto-controlado e senhor de todas as situações, cristão empenhado e patriota, líder corajoso, incorruptível e justo, a sua grandeza é realçada pela incapacidade de os seus contemporâneos medíocres o entenderem. Como única recompensa teve a ingratidão, sustentada nas intrigas e calúnias dos seus inimigos na Corte de Lisboa, que motivou D. Manuel I a substituí-lo por Lopo Soares de Albergaria, um dos seus mais acérrimos adversários. Ferido na sua honorabilidade, este rude golpe levou Afonso de Albuquerque a proferir a célebre frase: "*Mal com os homens por amor de el-rei e mal com el-rei por amor dos homens, bom é acabar.*"
Quando a sua "mão de ferro" deixou de pesar sobre a Índia, os naturais, levados pelo respeito e admiração que lhe dispensavam, terão proclamado: "deve haver guerra no Céu, visto que Deus o mandara chamar."

Vice-reis e Governadores da Índia portuguesa, de Francisco Xavier Valeriano de Sá.

Gravura de Afonso de Albuquerque no Museu Nacional de Arte Antiga.

Enquadramento Político-Estratégico da Época

Com a celebração do Tratado de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494, entre o reino de Portugal e os de Aragão e Castela, define-se uma nova repartição de esferas de influência no espaço atlântico e nas conquistas ultramarinas, dilatando a novas áreas os direitos que portugueses e espanhóis já possuíam e mutuamente se reconheciam desde o Tratado de Alcáçovas, em 1479. O *Mare Clausum*, arbitrado por Roma, representou uma brilhante vitória diplomática de D. João II, que lhe permitiu alcançar dois importantes objectivos da sua agenda política para o Atlântico: garantia a posse de territórios situados na América do Sul (que incluía o Brasil, ainda por "achar") e assegurava a defesa das rotas da Guiné e do Cabo, com a possibilidade de acesso directo às cobiçadas redes comerciais que existiam no Oceano Índico.
Do ponto de vista geopolítico, o panorama no Índico afigurava-se complexo, dominado pelo capitalismo comercial muçulmano. No litoral oriental africano (ignorando o reino cristão da Abissínia – o tal do Preste João), as cidades-estado suaílis mais importantes, Quíloa, Mombaça, Melinde e Pate, tinham atingido um elevado grau de prosperidade comercial e possuíam uma cultura predominantemente árabe, com fortes traços africanos. O Império Mameluco, que compreendia o Egipto, a Síria e o *Hijaz* (que incluía Meca e Medina) devia a sua prosperidade comercial, em grande parte, às taxas que os seus governantes cobravam nas rotas terrestres do comércio de especiarias para a Europa, vindas do Golfo Pérsico (via Alepo e Alexandreta) e do Mar Vermelho (via Suez, Cairo e Alexandria). O Xá de Ormuz tinha enorme influência nas costas da Arábia e da Pérsia e, nesta última, o Xá Ismael I, fundador da dinastia sufi, expandia os seus territórios em todas as direcções e estava prestes a entrar em confronto com os Turcos Otomanos nas fronteiras ocidentais (o que se deu em 1514).
A Índia estava profundamente dividida entre Muçulmanos e Hindus: ao norte e centro, com excepção da confederação *Rajput*, dominavam os primeiros – com os principiados de Guzarate, Deli e Bengala e os sultanatos do Decão; ao sul, dominavam os segundos – com o grande império hindu de *Vijayanagar* (denominado "Bisnaga" pelos portugueses). O Ceilão (Sri Lanka na actualidade e Taprobana na Antiguidade) era povoado, fundamentalmente, por *cingaleses* budistas. Na península da Malásia, Malaca era a



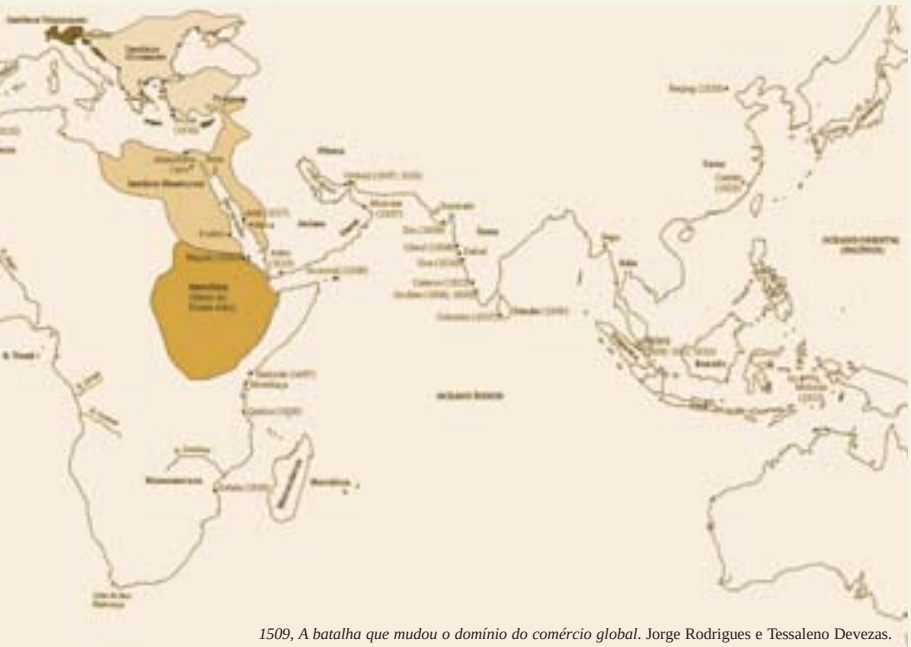
http://www.igeo.ufrj.br

Mapa Esquema de demarcação fixada pelo Tratado de Tordesilhas, 1494.

capital do sultanato mais rico e os seus governantes tinham-se convertido ao Islamismo no século XIV. Enfim, este imenso retalho, sem uma liderança política aglutinadora e um poder naval dominante, proporcionava condições que urgia aproveitar, servindo muito bem os interesses portugueses.
Quando D. Manuel assume os destinos da nação, garante a continuidade estratégica do chamado "Plano da Índia", do seu antecessor, mas alarga-o a dimensões então impensáveis. Se inicialmente o objectivo era apenas o estabelecimento de relações comerciais regulares com os povos da região (evitando os intermediários venezianos e egípcios), o monarca acabou por gizar um projecto "imperial", que não visava grandes conquistas terrestres na Índia, no Médio Oriente ou na África Oriental, mas o domínio de uma rede de pontos estratégicos – ilhas e cidades

portuárias, *chokepoints* ou entrepostos das rotas comerciais de produtos de elevado valor – materializando um eficaz sistema de comunicações entre espaços muito dispersos. Para tal, era necessário implantar fortalezas em pontos-chave de toda a rota comercial no Índico, conservar e ampliar alianças políticas com *gentios* hindus e alargar o sistema de acordos "de paz e amizade" com as próprias cidades-Estado islamizadas da Índia (baseados no pagamento do tributo à suserania portuguesa), controlar militarmente o espaço marítimo do Índico (a destruição da armada egípcio-guzarate em 1509, por D. Francisco de Almeida, ao largo de Diu teve um impacto determinante) e alargar geograficamente a projecção de poder no Índico, "descobrindo" novos portos a Oriente. Isto com o total beneplácito da Santa Sé, pois D. Manuel pretendia vergar o Império Mameluco e fazer os seus exércitos entrar triunfalmente no *Hijaz*, no Monte Sinai, e eventualmente no Cairo, criando as condições para que a cristandade realizasse a Grande Cruzada, conquistasse Meca e libertasse Jerusalém (o que implicava o domínio sobre o Mar Vermelho e que ficaria conhecido por "plano secreto" de Afonso de Albuquerque) (Rodrigues *et al*., 2009). Um aspecto fundamental da política do *Venturoso* prendia-se com o seu natural desejo de controlar toda a área que lhe cabia pelo Tratado de Tordesilhas, principalmente aqueles locais mais vantajosos; em 1506, D. Manuel teve conhecimento que uma armada castelhana se preparava para ir em busca de Malaca pois, de acordo com os cosmógrafos do reino vizinho, havia dúvidas em relação à localização daquele importante porto na zona de influência portuguesa. Numa jogada de antecipação estratégica, D. Manuel ordenou a D. Francisco de Almeida que promovesse a exploração do Sueste asiático e envia duas expedições a Malaca (1508 e 1510, ambas falhadas), com o objectivo de garantir o que por direito lhe pertencia. Os portugueses acabariam por se instalar em Malaca, em 1511, mas de uma forma diferente da que tinha sido planeada, desta feita, pela mão de Afonso de Albuquerque.

Mapa da presença portuguesa entre 1497 e 1521.



1509, A batalha que mudou o domínio do comércio global. Jorge Rodrigues e Tessaleno Devezas.

O Império Português do Oriente

Na região "da Índia" abundavam e comerciavam-se produtos naturais e manufacturados de elevadíssima qualidade (especiarias, têxteis, metais preciosos) não só entre os diferentes Estados da Ásia, mas também destes com a Europa (principalmente com os mercadores venezianos) e África.
No reinado de D. Manuel I, D. Francisco de Almeida e D. Afonso de Albuquerque fincaram a presença portuguesa a Oriente, estabelecendo pontos estratégicos costeiros que permitiam o controlo das rotas marítimas e comerciais mais importantes: Vera Cruz servia de porto de escala intermédio; Melinde e Mombaça, situados na costa oriental de África, eram os pontos de abastecimento do último troço da rota indiana; Ormuz, zona fértil em lauris e cavalos, posicionava-se na desembocadura do Golfo Pérsico, controlando o tráfego muçulmano que vinha por terra dos portos da Síria e do mar Negro; Socotorá (que se perdeu, em 1511, para os sultões mahra) controlava o estreito de Aden e permitia o acesso ao mar Vermelho; Goa, pérola do Malabar, tornou-se na capital do Império a Oriente e era um grande centro comercial rico em pimenta, a par de Calecut; Colombo (capital de Ceilão), riquíssima em canela, controlava a navegação entre as costas da Índia e estabelecia ligação com Malaca; Malaca, por sua vez, controlava a passagem para o mar da China, apresentando-se como o ferrolho entre o Índico e o Pacífico; Macau, posteriormente, dominava o rio das pérolas e permitia a entrada no sudeste da China.

http://ancientshield.blogspot.com

Escudos de pele de elefante.

Arte da Guerra e Aparelhos Militares

Com a introdução de peças para o lançamento de projécteis através da acção da pólvora, assiste-se nos séculos XV e XVI ao desenvolvimento e melhoria no fabrico de armas de fogo na Europa. Os primitivos *trons* de pedra foram substituídos por bocas de fogo, inicialmente feitas de lata reforçada por aros de ferro, sucedendo-se canhões de ferro fundido, ferro forjado e, finalmente, de bronze, cada vez mais fiáveis, de maior alcance e precisão de tiro. Os diversos canhões variavam nas dimensões e características: *bombardas, lombardas, serpentinas, colubrinas,* de grande calibre e tamanho; *águias, sacres, serpes, falcões, pedreiras,* que disparavam balas de pedra; *berços, camelos, esferas*, de calibres menores. A divulgação da noção de calibre, a generalização dos projécteis de ferro fundido (em substituição dos de pedra) e a descoberta da granulagem da pólvora foram inovações que contribuíram para a crescente eficácia deste armamento em relação aos seus objectivos, *prima facie*, às estruturas amuralhadas. Estas novas peças de artilharia apresentavam, contudo, algumas limitações, como o reduzido alcance, a muito lenta cadência de tiro e um enorme peso, sendo por isso a sua utilização mais apropriada a bordo de navios ou em muralhas, em virtude de se conseguir maximizar o seu poder de fogo sem prejuízo da pouca mobilidade.

Ao nível individual, a pólvora provocou a alteração do armamento existente e, consequentemente, dos dispositivos e tácticas empregues. As bestas eram substituídas por espingardas (a espingarda de *mecha de botão,* vinda da Boémia para Lisboa, foi a mais utilizada até então), mosquetes e arcabuzes, mais certeiras e mortíferas, com os espingardeiros a tomar o lugar dos besteiros e arqueiros dos exércitos de terra ou das tropas de desembarque das frotas. O armamento anterior, no entanto, não foi banido; as lanças, os piques, as espadas, os escudos e os elmos completavam o armamento dos soldados, e os fidalgos, com os seus arneses e armaduras cada vez mais ligeiras (e mais luxuosas), utilizavam ainda no combate uma espada numa das mãos e uma adaga curta ou uma lâmina tripla na outra. De ressalvar que, no Oriente, devido ao muito calor, as armaduras metálicas completas eram muitas vezes preteridas em favor de cotas de malha e elmos.

O armamento dos adversários no Oriente tinha características diferentes. Ao nível individual o principal era a arma branca: o sabre muçulmano, o

nincha, o *kilj turco*, o sabre persa *(shamshir)*, a cimitarra, o *tulwar indiano*, a espada hindu *(o khanda)*, o *gurz hindu*, o katar, a patá ou o arco mourisco (que disparava flechas *com peçonha* a grande distância, podendo inclusivamente chegar aos 700 metros). Também já utilizavam a pólvora em peças de artilharia que, no entanto, eram mais rudimentares que as portuguesas, sendo feitas de ferro. Para sua protecção, os combatentes utilizavam fundamentalmente o escudo – a rodela –, feito de pele de elefante. Um importante instrumento de combate era precisamente o elefante, permitindo um elevado poder de choque e com enorme impacto psicológico nos adversários.

Ao nível da componente naval, a superioridade portuguesa era por demais evidente, quer ao nível do material quer da táctica. Os navios portugueses eram mais sólidos e mais bem equipados e armados, com elevado poder de fogo em praticamente todas as direcções às longas distâncias. Predominavam as naus de grande tonelagem, que serviam simultaneamente de navios de guerra e de carga, mas havia também as galés e as caravelas, além de navios mais ligeiros, como as *fustas* e *navetas*. Os navios orientais eram mais frágeis e, por conseguinte, o armamento teria de ser de pequeno calibre e construído em ferro, de forma a impedir que o seu excessivo peso e a violência do recuo provocassem desequilíbrio do navio. Na região malaia, os principais navios eram pequenas embarcações de uma só vela arredondada, governadas por dois remos colocados à popa (as *lancharras*) e os juncos, navios mercantes de grande porte, construídos em *Java* ou em *Pegu*.

Tacticamente, a dianteira portuguesa assentava no compromisso entre a capacidade de manobra dos seus navios e o poder de fogo da sua artilharia, abandonando o método tradicional da abordagem utilizado pelas marinhas orientais, o que lhe permitia defrontar armadas adversárias numericamente superiores. Nas embarcações portuguesas, os canhões estavam posicionados ao nível do casco e não no convés, o que constituía uma vantagem pois o tiro era feito para a linha de água, com efeito "de ricochete".

Espingarda de Mecha indo-portuguesa do séc. XVI.

Tapeçaria de D. João de Castro. Museu de História de Viena de Áustria

Um elemento fundamental da estratégia militar para o Oriente, eram as fortalezas. A sua estrutura arquitectónica e guarnição variavam em função das relações com as autoridades locais, bem como da importância dos interesses portugueses em presença. Normalmente eram construídas em ilhas (v.g. Socotorá, Ormuz, Goa, Diu) ou em promontórios, tanto para as proteger dos ataques do interior, como para lhes permitir manterem o contacto com as suas frotas e policiar as rotas marítimas. Os principais requisitos de um local para construção de uma fortaleza, à época, eram: ter fortes defesas naturais, ser salubre, ter um bom porto que pudesse acolher uma frota, ter um suprimento de água acessível e estar bem situado para conduzir o comércio.

Ao nível da organização militar portuguesa, importa relembrar que nas cortes de 1498, D. Manuel extinguira a milícia de *besteiros do conto* e dos *acontiados das câmaras*, mantendo-se apenas os *besteiros de monte* em algumas comarcas. Abolida essa organização territorial, as principais estruturas militares que então existiam eram as *mesnadas* dos fidalgos mais importantes, as guarnições de alguns castelos de fronteira, a guarda real de ginetes e as ordens militares, além de mercenários e voluntários. Para suprir as necessidades do império, o sistema de recrutamento passava a estabelecer-se por contrato voluntário ou forçado, com soldo pago pelos cofres da Coroa; no oriente, recorria-se ainda a tropas indianas auxiliares – os denominados *lascarins* – e também a escravos de África, tidos como excelentes guerreiros.

Em relação à área de operações, a cidade de Malaca tinha a extensão de uma légua à beira-mar e era dividida ao meio pelo rio Malaca. Com cerca de cem mil habitantes, era uma cidade cosmopolita onde habitava gente de quase todas a línguas e raças da Ásia e até negociantes de lugares distantes como Fez, Tunis ou Cairo. O sultão Moamed governava com mão de ferro esta metrópole e possuía um exército com vinte mil homens, apoiados por elefantes de combate, contando ainda com o reforço tropas do rei de Pão, seu genro, e cerca de quinhentos *obíquos* turcos. Enfim era uma hoste poderosa, com um potencial de combate (em homens) em relação às tropas portuguesa de quinze para um, o que levava o sultão a não temer as forças de Albuquerque.

Descrição da Batalha

Malaca revestia-se de uma elevada importância estratégica para os interesses mouros e portugueses na região do Índico. Para os primeiros, principalmente os do Cairo e de Meca, permitia o abastecimento de quase todas as especiarias e, a partir dali, contornando por fora a ilha de Ceilão e fazendo escala nas Maldivas, conseguiam iludir a vigilância portuguesa na costa ocidental da península industânica e alcançar directamente os estreitos de Ormuz e de Áden, permitindo-lhe escoar o tráfico para o Mediterrâneo. Para os interesses lusos, além de garantir uma zona que lhe pertencia pelo Tratado de Tordesilhas (com as vantagens inerentes do acesso ao Mar da China, alargando a influência portuguesa) era essencial ocupar esse importante centro de produção, através da construção de uma fortaleza que, juntamente com o controlo militar das entradas dos estreitos, lhe daria a vantagem estratégica necessária à consecução da sua política.
Em 1509, aporta em Malaca uma primeira expedição comandada por Diogo Lopes de Sequeira com o objectivo de encetar relações comerciais. Esta expedição, contudo, não surtiu os efeitos desejados e provocou a hostilidade dos mercadores mouros e do governador da cidade, daí resultando alguns mortos, a apreensão de mercadorias e a captura de Rui de Araújo (um dos partidários de Afonso de Albuquerque durante as discórdias com o Vice-Rei Francisco de Almeida) e dezanove dos seus companheiros.
A pretexto de punir o sultão *Moamed* pelos ultrajes cometidos contra os portugueses em 1509, Afonso de Albuquerque larga de Cochim, a 02 de Maio de 1511, em direcção ao "olho do sol" (como chamavam os chineses a Malaca). E assim, a 1 de Julho, ao som de trombetas e tiros de salva, entra no porto de Malaca a nau de Afonso de Albuquerque, *Frol de la Mar*, liderando uma armada de dezasseis navios com cerca de mil e quatrocentos soldados, portugueses e alguns malabares.
Perante a exigência de Afonso de Albuquerque de imediata entrega dos prisioneiros e restituição das mercadorias roubadas, responde o sultão com uma série de mentiras e desculpas, com o intuito de ganhar tempo e se preparar para a guerra. É-lhe então enviado um ultimato, segundo o qual, se persistisse na atitude de recusa, os portugueses aniquilá-lo-iam e

Desenho de Malaca.

tomariam a cidade. Não tendo havido qualquer resposta satisfatória, é levada a cabo uma significativa demonstração de força, incendiando as casas ao longo da praia e todos os navios guzarates que estavam no porto, ao mesmo tempo que a esquadra bombardeava a cidade. O impacto da prova de força foi eficaz, ao ponto da própria população de Malaca exigir ao sultão a libertação dos portugueses, tendo provocado a restituição dos prisioneiros e ainda a manifestação da disponibilidade, falsa, para devolver as mercadorias e ceder terreno para a construção de uma fortaleza para os portugueses. Contudo, os malaios continuaram a erguer e guarnecer barricadas ao longo da praia, o que foi entendido por Afonso de Albuquerque como a continuação da preparação para a guerra, levando à decisão do assalto à cidade.
Aconselhado por Rui de Araújo, que conhecia bem a cidade, Afonso de Albuquerque estabelece como objectivo principal uma ponte que existia

Lendas da Índia, de Gaspar Correia. Biblioteca Nacional, Lisboa.

sobre o rio Malaca, perto da foz, e que ligava a enorme povoação de *Dupe* (*Upeh*, um bairro na margem direita do rio Malaca onde vivia a maioria dos mercadores) à zona do palácio e da mesquita (na margem esquerda); a finalidade da conquista desse objectivo era cortar a linha de reforço inimiga entre as duas margens.

À primeira luz de 25 de Julho, os portugueses desembarcam e, através de uma manobra semelhante a um duplo envolvimento, atacam simultaneamente ambos os lados da ponte, deparando-se com enorme resistência. O contingente da margem direita, comandado pelo próprio Albuquerque, consegue conquistar o terreno e repelir diversas vagas de ataque; na margem esquerda, apesar da presença do *"rei de Malaca em um elefante e seu filho em outro com força de gente e elefantes armados com castelos de madeira, com muitos artifícios dentro"*, as tropas portuguesas conseguiram derrotar as forças inimigas e por em fuga o sultão, atingindo inclusivamente a zona da mesquita. Afonso de Albuquerque determina então que se consolide o objectivo, através de *"tranqueiras"* de ambos os lados da ponte e ordena que "*se pusesse fogo à cidade*". Por volta das duas da tarde, sob um calor abrasador e com os trabalhos de consolidação iniciados, os capitães solicitam ao Governador que se interrompam os trabalhos, pois o pessoal estava exausto e sem comer; apesar de contrariado mas percebendo os argumentos, Albuquerque acaba por aceder e, sob fogo inimigo, manda toda a gente recolher às naus, perdendo alguns homens, o terreno conquistado e adiando o resultado final para outro dia. O sultão, sem declarar rendição, ao tomar conhecimento da retirada dos portugueses, manda reocupar a ponte e prepara-se novamente para o combate, reforçando muito a sua defesa.

Após alguns dias de "pausa operacional" os portugueses decidem reconquistar o objectivo inicial, desta feita concentrando as forças e recorrendo a uma embarcação de grande altura – um junco – o que permitiria alcançar a ponte numa posição vantajosa, de cima para baixo e transportar muitas munições, provisões e artilharia (uma espécie de torre medieval). Quando a maré encheu a 10 de Agosto iniciam-se então as operações, com o junco a atracar à ponte e elevando-se acima dela; "por ser muito alteroso e ficar sobranceiro sobre ela, os mouros, não podendo sofrer o mau tratamento que lhe os nossos faziam de cima da gávea com muitas panelas de pólvora, lanças de arremesso e espingardadas, fugiram, largando a ponte". Conquistada a ponte e algumas posições imediatas que a defendiam, Albuquerque desembarca com o resto das tropas e ordena o reforço da posição conquistada, fortificando-a e colocando peças de artilharia nas extremidades, ao mesmo tempo que ordena o bombardeamento da cidade, que durou toda a noite, parecendo que "ardia toda em fogo". Durante cerca de dez dias houve incursões dos portugueses pelas ruas de Malaca que, apoiados pelo fogo das bombardas e motivados pelo sucesso que iam obtendo, procederam à sua limpeza através da eliminação de focos de resistência e destruição das trincheiras e barricadas. Perante a determinação e avanço português, o sultão fugiu.

No dia 24 de Agosto, Albuquerque junta as tropas, dispõe-nas em colunas de seis de frente e, em filas cerradas, entram na cidade ao som de trombetas, percorrendo Malaca de uma ponta à outra, dispersando tudo o que se lhe opunha. Malaca estava conquistada.

Análise da Batalha

Na batalha de Malaca, pelas suas particularidades e consequências, interessa a análise de alguns "acontecimentos" ao nível táctico, principalmente relacionados com a manobra guisada por Afonso de Albuquerque e seus capitães.

O terreno da batalha e o adversário, à partida, apresentavam enormes dificuldades. Malaca era uma grande cidade, densamente povoada e tinha temperaturas elevadas, o que a tornava uma área de operações complicada e exigente fisicamente; as forças adversárias apresentavam-se numericamente superiores, eram conhecedoras do terreno e possuíam elefantes de combate, autênticas "plataformas" muito temidas pelos adversários.

Como factores determinantes para o sucesso português são de realçar o objectivo escolhido, a manobra necessária para o atingir e o ímpeto colocado nas operações, além da superioridade tecnológica do seu armamento, já ilustrada anteriormente. A escolha da ponte como objectivo revelou-se fundamental para o sucesso alcançado. A correcta definição desse objectivo contribuiu para a orientação dos diversos esforços ao longo dos dias e "fases" da operação; ao conquistar este ponto decisivo, cortaram-se as linhas de reforço e dividiram-se as forças adversárias, produzindo a neutralização da sua vantagem numérica e liberdade de acção e, consequentemente, da sua capacidade operacional.

A forma como as tropas portuguesas manobraram ilustra bem o génio militar de Albuquerque, que surpreende, desequilibra e derrota o adversário através de duas manobras eficazes (revestidas inclusivamente de algum carácter inovador). Na primeira aproximação à ponte dividiu o dispositivo e actuou em duas direcções de ataque, criando assim o "efeito de tenaz", o que obrigou o adversário a combater em mais do que uma frente, provocando o seu desequilíbrio. Na segunda aproximação, através de uma infiltração nocturna em que utiliza um expediente local – o junco – consegue surpreender o adversário, penetrar no seu dispositivo e garantir uma base firme, o que lhe permitiu a conquista e a consolidação do objectivo, criando condições para a derrota do inimigo.

Outro elemento-chave para o sucesso dos diversos combates travados pelas tropas portuguesas foi a rapidez e ímpeto que puseram em todas as acções. Estes factores degradaram gravemente a capacidade de reacção do adversário, impedindo-o de acompanhar o ritmo das operações e de dispor do tempo necessário para identificar e exercer o esforço de defesa onde fosse mais necessário. Contudo, um enorme mérito de Albuquerque esteve na garantia de um princípio importante das operações militares, que foi nunca sacrificar o controlo à velocidade. De facto, pela sua disciplinadora acção de controlo e pela clareza e precisão das suas ordens conseguiu sincronizar eficazmente todos os elementos do potencial de combate que tinha à sua disposição. A exigência da limpeza meticulosa das ruas através da consolidação de posições conquistadas (impedindo que o inimigo envolvesse e atacasse pela retaguarda), a aceitação da "pausa operacional" devido à exaustão dos homens e a boa coordenação do apoio de fogos navais com a progressão das tropas na cidade, são exemplos que ilustram que Afonso de Albuquerque, enquanto comandante militar, estava realmente à frente do seu tempo, um tempo então marcado pelo furor desmesurado de muita da fidalguia nas acções de combate.

Conquista de Malaca.

Museu Militar, Lisboa.

http://purl.pt/4781

Implementação de moeda em Malaca.

Consequências da Batalha

Imediatamente após a conquista de Malaca aí acorreram inúmeras embaixadas de reinos próximos (Campar, Menencabo, Java) a prestar vassalagem à Coroa portuguesa, demonstrando o impacto que o feito militar teve no equilíbrio estratégico do Índico. Ao nível local, realça-se a construção de uma fortaleza em apenas cinco meses, o estabelecimento da administração portuguesa e as medidas tomadas para maximizar e regular o comércio, em virtude da sua importância para a cidade e para os portugueses. As diferentes comunidades de comerciantes foram autorizadas a organizar os seus próprios negócios, de acordo com os hábitos e as crenças que tinham, sujeitando-se, no entanto, à jurisdição da Coroa de Portugal, por intermédio do capitão da fortaleza; foram criadas diversas medidas de incentivo ao comércio, como por exemplo, a facilitação da cabotagem e do transporte marítimo regional; como Malaca não tinha sistema monetário próprio, Albuquerque mandou cunhar e distribuir grandes quantidades de moedas de ouro, de prata e de cobre; uma outra medida fundamental e muito apreciada pela população de Malaca foi a implementação de um sistema de justiça, ao contrário dos tempos do sultão.

Fortaleza de Malaca.

http://upload.wikimedia.org

Com a conquista de Malaca, ficou nas mãos dos portugueses o maior centro distribuidor de especiarias indonésias e, simultaneamente, uma base naval que controlava o estreito entre o Índico, o mar de Java e o mar da China Meridional, porquanto a rota alternativa, através do estreito de *Sunda*, era até então raramente utilizada (entretanto, devido ao controlo português de Malaca, os guzerates passaram a utilizar mais frequentemente o estreito de Sunda, com o intuito de iludir a vigilância portuguesa). Começou a exploração dos caminhos marítimos para o Extremo Oriente e estabeleceram-se laços políticos, comerciais e culturais com novos reinos do Sueste Asiático, quer da Insulíndia, quer do golfo de Bengala. Inclusivamente foram enviadas diversas embaixadas à China (1513, 1515 e 1520), almejando aí construir uma fortaleza e a obtenção do monopólio de fornecimento de especiarias ao império chinês. Com todas estas manobras, durante a segunda década do século XVI, a área marítima sulcada pelos navios portugueses mais do que duplicou, o que contribuiu para a crescente influência de Portugal no mundo.

Malaca, juntamente com Goa e Ormuz, contribuiu decisivamente para que o Índico fosse um imenso "Lago Português" durante algumas décadas e, consequentemente, para a relevância mundial (Poder) do império luso de então.

Geopoliticamente, permitiu a ampliação da capacidade de intervenção no Sueste Asiático e a consolidação, a leste, da liderança portuguesa no Índico, aumentando dessa forma as bases do seu Poder no âmbito dos factores geográfico (aumento do território) e político (aumento da influência regional e global). Também ao nível do factor económico, além de todas as vantagens ao nível da produção (novas fontes e novos produtos), a conquista de Malaca produziu importantes alterações nos fluxos e padrões de comércio, pois à exportação de especiarias para a Europa pela rota do Cabo, acrescentaram e passaram-se a explorar rotas comerciais, de médio curso, para novos mercados regionais (China, Pegu, Java, Índia e Pérsia), mais lucrativas e seguras, devido às menores distâncias e aos riscos inerentes à rota do Cabo.

http://picasaweb.google.com

(À esq.) Réplica da Frol de La Mar em Malaca. (À dta.) Estátua de Afonso de Albuquerque em frente ao Palácio de Belém.

Curiosidades

Das muitas curiosidades relacionadas com Afonso de Albuquerque e com a conquista de Malaca, num injusto e enorme esforço de avaliação e síntese, escolhemos apenas algumas que ilustram e complementam tudo o que já foi dito sobre este importante feito e seu magnífico capitão.

A veia disciplinadora e ordeira de Afonso de Albuquerque é, sem dúvida, um dos seus traços de personalidade mais marcantes. Na Índia, havia muitos homens que tinham vindo nas expedições e que acabavam por ficar, grande parte das vezes vadiando pelas ruas, *sem rei nem roque*. Albuquerque reuniu-os, inscreveu-os num registo, dividiu-os em companhias de ordenança "à Suíça" (mais disciplinadas e organizadas que a tradicional hoste feudal) e colocou à frente de cada um capitão, um fidalgo experiente e com prestação de serviços em Itália. Este rigor e disciplina militar provocou em muitos homens (comandantes e comandados) um certo mal-estar, por falta de hábitos. Albuquerque, mantendo-se firme nos seus intentos e declarando que quem não quisesse aceitar as regras poderia partir, conseguiu edificar *um exército*, constituído por um corpo de soldados instruídos e liderado por fidalgos que se esforçavam por apresentar em parada as companhias mais bem equipadas e armadas.

Um aspecto interessante da batalha de Malaca foi a reacção dos combatentes portugueses ao embate com os elefantes. Sem instrução apropriada para lidar com esses animais "armados até aos dentes e a correr para eles", os portugueses mantiveram-se firmes e serenos, com as lanças em riste. Quando o elefante da frente se aproximou, um ágil fidalgo (Fernão Gomes) espetou-o num olho; com um rugido de dor, o animal levantou a tromba e esse mesmo fidalgo picou-o no ventre; o elefante ferido, enraivecido, arremessou ao chão o condutor e fugiu em direcção aos elefantes que o seguiam, lançando a confusão nas ruas estreitas de Malaca e atropelando muita gente. A assimetria em relação a essa enorme capacidade de combate malaia ficava assim anulada e tornava-se uma vantagem para os portugueses.

Cinco meses após a conquista de Malaca, Albuquerque regressa a Goa com três naus e um junco, levando a bordo da *Frol de la Mar* (mais espaçosa que os outros) grande parte do tesouro da cidade. Devido a uma enorme tempestade no estreito de Malaca, a nau do Governador não resiste à intempérie e desfaz-se. Albuquerque coloca então todos os inválidos no batel do navio e manda construir uma jangada, recolhendo a bordo todos os seus homens e autorizando os cativos e os escravos a agarrarem-se à borda. Sem espaço disponível para além de vidas humanas, todo o ouro de Malaca e muitos documentos importantes foram parar ao fundo do mar. Não deixa de ser épico que Albuquerque regresse da sua mais rica conquista com apenas duas naus, quase sem homens e apenas com a roupa que trazia no corpo.

Ainda hoje não foram encontrados os restos e tesouros da *Frol de la Mar* no fundo do estreito de Malaca, e que são muito procurados por caçadores de tesouros (que inclusivamente referem ser o navio mais rico alguma vez desaparecido no mar). Actualmente, em Malaca, uma réplica da *Frol de la Mar* está exposta no Museu Marítimo, sendo um dos *ex-líbris* da cidade.

Autores:
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia de Referência

BOXER, C.R., O império marítimo português, Lisboa, Edições 70, 2001.
COSTA, João P. O., D. Manuel I, Lisboa, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.
EARLE, T.F. e VILLIERS, John, Afonso de Albuquerque: o César do Oriente, Porto, Fronteira do Caos, 2006.
MACEDO, Jorge Borges, História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força, Lisboa, Tribuna da História, 2006.
PERES, Damião (dir.), História de Portugal, vol. IV, Barcelos, Portucalense Editora, 1932.
RODRIGUES, Jorge; DEVEZAS, Tessaleno, 1509: a batalha que mudou o domínio do comércio global, V.N. Famalicão, Centro Atlântico, 2009.
SANCEAU, Elaine, O sonho da Índia: Afonso de Albuquerque, Coimbra, Tenacitas, 2008.

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluido)

Ano LI - n.º 592 - Fevereiro de 2010 - Mensal

Presidente da República no 110º Aniversário do Instituto de Odivelas

jornal do
Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Major Augusto Correia
Operadores Informáticos
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
1.º Cabo Gonçalo Silva
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
Europress, Lda
Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249
Lisboa
Telef 218 444 340 – Fax 218 492 061
Europress@mail.telepac.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 592 - Fevereiro de 2010

Hospital Real de Nossa Senhora
da Boa Nova
Castelo de São João Baptista 14

Instituto de Odivelas
110 Anos de Formação
Liceal Feminina 24

Suplemento
X – D. Sebastião
e a Batalha de Alcácer-Quibir

Em memória de um Às da aviação nos Açores 20
Estilos de Vida e Prevenção das Doenças Cardiovasculares 30
O Nacionalismo e a Guerra Colonial – *Janeiro a Julho de 1961* 34

Secções

Monumentos com História Militar – Monumento às Linhas de Torres Vedras – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13
200 Anos da Guerra Peninsular – 42 e 43
Jogos de Guerra – 44 e 45
Passatempos de outros tempos – 46

Capa: 110.º Aniversário do Intituto de Odivelas – Foto do Primeiro-Sargento Anjos Das Neves

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Foto: 1.º Sargento Anjos Das Neves

Monumento às Linhas de Torres Vedras

O monumento às Linhas de Torres Vedras foi erigido no ano de 1883, no local do Reduto da Boa Vista (N.º 3) no Distrito de Alhandra ou 1.º Distrito da 1.ª Linha. Situado a uma altitude aproximada de 94 metros, este reduto estava preparado para uma guarnição de 200 militares de infantaria e 2 peças de artilharia.

Embora determinado pelo Marquês de Sá da Bandeira, quando Ministro de Guerra nos anos de 1861 e 1862, que na ala direita das Linhas de Torres Vedras se erigisse um monumento, devemos a sua concretização ao General e homem de Letras Joaquim da Costa Cascais, que assim pretendeu perpetuar as históricas Linhas de Defesa de Lisboa, como também eram conhecidas, com o propósito de nele simbolizar o conjunto das posições ocupadas pelos exércitos aliados em 1810. Assim, o monumento-padrão das Linhas de Torres Vedras veio a ser inaugurado em 1883, com a sua belíssima estrada militar orlada em toda a sua extensão à esquerda e à direita por oliveiras, hoje cortada pela A1. O monumento é uma altiva coluna de mármore, encimada por uma figura simbólica representando a força do povo ante a agressão, trata-se da estátua do mais célebre herói da mitologia grega – filho de Zeus, o deus supremo e de Alamene, mulher de Anfitrião –, o qual se distinguiu pela sua imponente estatura e extraordinária força, que lhe permitiram as lendárias façanhas chamadas os "doze trabalhos de Hércules".

Este monumento é da autoria do Engenheiro Ramos, que viveu muito tempo em Alhandra. Foram muitas as dificuldades para levar a grande coluna de mármore para o local onde se encontra, de tal modo que foi por ele inventada uma máquina, que, pouco a pouco, a foi arrastando.

Na base do monumento e na parte da rectaguarda (lado poente), está inscrito com letras a bronze "ERIGIDO EM 1883" e na parte frontal (lado nascente), está inscrito com letras a bronze "NON – ULTRA LINHAS DE TORRES VEDRAS – 1810".

Esta locução latina, também conhecida por "NEC PLUS ULTRA", foi segundo a fábula, gravada por Hércules, nos Montes Calpé e Abyla, que balizavam o fim do mundo – e que o semi-deus separou para juntar o Atlântico ao Mediterrâneo –, significando que dali para trás ninguém passaria, como se veio a verificar, na vida real, com as inexpugnáveis e famosas Linhas de Torres Vedras.

Podemos ainda observar na base do monumento duas placas de bronze, encimadas pela Arma de Engenharia, que foram descerradas no dia 5 de Março de 1911, para comemorar os serviços dos engenheiros militares portugueses e ingleses nas Linhas de Torres Vedras, com os seguintes textos:

"*À MEMÓRIA DE J. FLETCHER* – Tenente-Coronel de Engenharia do Exército Inglês.

A cuja competência e incansavel actividade se deve a rápida construção das Linhas de Torres Vedras. [...]

À MEMÓRIA DE J. M. NEVES COSTA – O Oficial do Real Corpo de Engenharia.

A cuja iniciativa e persistentes esforços se devem os Estudos Fundamentais do terreno em que foram levantadas as Linhas de Torres Vedras. [...]"

Recordamo-nos também que os soldados de Portugal fizeram a limpeza da estrada militar, mas esbarraram num obstáculo que, por ironia, é hoje uma das principais vias de comunicação em território português – a A1. Estamos convictos que brevemente irá deixar de ser obstáculo, pois um simples túnel restituirá aos descendentes daqueles que construíram as Linhas de Torres a passagem, para que possam mais facilmente contemplar este belo monumento e o seu significado, os dois séculos de História, e a bela paisagem sobranceira ao Tejo. Acreditamos na vontade e na capacidade das autoridades competentes!

No passado dia 8 de Janeiro de 2010, num momento solene revestido de grandeza histórica e patriótica, decidiu o Exército, juntamente com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, evocar a Intensificação das Obras Defensivas nas Linhas de Torres, passados precisamente dois séculos e prestar homenagem ao Povo Português. Para a posteridade ficou a placa com os seguintes dizeres:

"Ao esforço do Povo Português que construiu os Fortes, Redutos e Batarias das Linhas de Defesa de Lisboa."

Coronel José Geraldo

Editorial

Nas nossas leituras e na sede de cultura, por vezes procuramos sínteses ao invés de obras vastas sobre assuntos muito específicos, lembrando que vivemos num especialíssimo mundo de "especialistas", que cada vez mais se especializam. Mas é preciso termos a noção de conjunto e o bom senso que todas as épocas recomendam. Assim, quando líamos o extraordinário e ambicioso livro *Toda a História do Mundo: da pré-história aos nossos dias*, de Jean-Claude Barreau e Guillaume Bigot, deparámos com a seguinte reflexão: "Por irónico paradoxo, nunca se falou tanto no «dever de memória» como nestes tempos de esquecimento, porque se sabe perfeitamente que apenas se insiste numa particularidade quando é olvidada(...)".

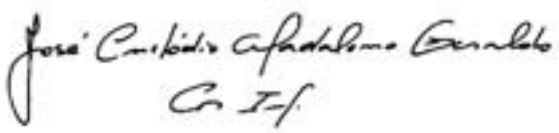
Há umas décadas a esta parte, era-nos dado a conhecer a Geografia e a História, de tal modo que os que dominavam a leitura também sabiam situar-se no tempo e no espaço. Hoje as coisas mudaram. A grande parte dos ocidentais transformou-se em homens e mulheres sem passado e memória. Vivemos o culto do imediatismo e "a nossa modernidade fabrica mais consumidores e praticantes do *zapping* intermutáveis e de «filhos de publicidade» do que cidadãos responsáveis, desejosos de construir. Será possível entender a actualidade sem referências históricas, estando, como estão sempre, os acontecimentos mais actuais enraizados no longo prazo?"

Nós concordamos que só é possível entender a actualidade conhecendo aqueles que nos antecederam e o que fizeram em prol da evolução, da cidadania e do bem comum. Pois a identidade só sobreviverá desde que não se perca a memória. Como nos diz Dalila Lello Pereira da Costa, no prefácio à obra da autoria de Paulo Alexandre Loução, *Portugal Terra de Mistérios* – "Um ser que perdeu a memória [...], está a condenar à morte a sua identidade, por efeito da amnésia e da herança delapidada; no fim torna-se um corpo esvaziado da sua alma, uma sombra do que foi." Mas nós, tal como o autor supra citado, também desejamos que a profecia se cumpra: "Há que acreditar na força interior do Homem, na sua liberdade filosófica de pensamento e na solidariedade espiritual da sua interioridade com a Natureza e com Deus."

O Exército, como organização secular, tudo tem feito e continua a fazê-lo, 24 horas por dia, 365 dias por ano, para transmitir aos cidadãos os seus direitos e deveres para com a Pátria, através do exemplo e de episódios da História de Portugal, como alguns daqueles que vamos dando conta no *Jornal do Exército*. Como este ano se comemora o 1.º Centenário da República, acreditamos na capacidade das portuguesas e dos portugueses para que Portugal continue na senda do progresso, com os ideais dos grandes patriotas que nos antecederam.

Recordamos algumas das palavras escritas em 1911, no *Manual Patriótico do Cidadão e do Soldado*: "Sabeis que há milhares de portugueses como vós, não é verdade? - Pois bem, cada um deles é um cidadão. É esse o nome que vos pertence para o poderdes merecer com justiça o que vos compete fazer? - Amar a família, respeitar e cumprir as leis por que todos nós nos regemos, amar a Pátria e defendê-la com todo o vigor dos nossos músculos e com todo o ardor dos vossos corações. Se todos nós cumprirmos à risca estes preceitos, temos a consciência de que somos bons cidadãos da República, que tem por lema: a liberdade, a igualdade e a fraternidade."

Na nossa modesta opinião, é no culto da cidadania que as instituições devem apostar, para que a República continue a trilhar os caminhos dos seus ideais, baseada na trindade que a caracteriza.



Palestra do General Ramalho Eanes no Colégio Militar

Decorreu, no dia 20 de Janeiro, no Auditório do Colégio Militar, uma conferência proferida pelo General António dos Santos Ramalho Eanes.

Esta palestra, subordinada ao tema "Código de Honra e Valores" foi dirigida aos alunos que frequentam o 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

Feita a apresentação do orador, o General Ramalho Eanes dissertou acerca do tema, fazendo uma "ponte" entre o passado e o presente. Destacou que os problemas de outrora e as soluções a eles associados, ainda que se reflectissem na actualidade, deveriam ter uma resposta diferente nos dias de hoje, porque o que no passado era considerado "pedagógico" pode, actualmente, não o ser, em função da evolução e constante mutação da sociedade em que vivemos.

No final, deu oportunidade à colocação de questões, no sentido de serem esclarecidas dúvidas que pudessem surgir pela interpretação das suas palavras, em função da adequação às situações práticas que poderão ocorrer na vivência dos alunos deste Estabelecimento Militar de Ensino.

Cerimónia Inaugural das novas instalações da Biblioteca do Exército

Realizou-se dia 21 de Janeiro, a cerimónia inaugural das novas instalações e reabertura ao público da Biblioteca do Exército, no Largo do Outeirinho da Amendoeira, em Lisboa. A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, contando com a presença de ilustres convidados civis e militares.

O Coronel Pereira da Costa, Director da Biblioteca do Exército, no seu típico e bem humorado discurso, efectuou um resumo dos trabalhos desenvolvidos e ainda a desenvolver, relativos ao processo de mudança da Biblioteca do Exército. Expôs um conjunto de problemas sensíveis que necessitam de ser colmatados.

O Major-General Matos Coelho, Director da História e Cultura Militar, enalteceu a missão levada a cabo pela Biblioteca do Exército, frisou os dados estatísticos envolvidos na mudança e recordou um conjunto de situações ainda a complementar.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, considerou as mudanças levadas a cabo um êxito, enaltecendo o trabalho desenvolvido e deixando palavras de estímulo para o que falta desenvolver. Realçou a importância da modernização, de modo a facilitar futuros trabalhos, nomeadamente as pesquisas.

Seguiu-se o descerramento da placa alusiva à inauguração das instalações e a inauguração de uma Exposição Bibliográfica: *A Retrospectiva da Biblioteca do Exército*. A cerimónia terminou com uma visita às novas instalações.

O processo de mudança da Biblioteca do Exército para as instalações do PM-50 iniciou-se no dia 1 de Julho de 2008, tendo sido concluída a transferência da livraria dos Paulistas nesse mesmo mês. Em Novembro de 2008 foi feita a transferência do acervo existente no Estado-Maior do Exército para as novas instalações.

De referir que a Biblioteca do Exército está integrada na Direcção de História e Cultura Militar (DHCM), na dependência directa do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército e possui um vasto espólio de documentação e material bibliográfico de cariz militar.

Cocktail de Natal

Teve lugar nas Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa, o *Cocktail* de Natal 2009, que reuniu o Comando do Exército e os seus Adidos Militares.

Este evento realizou-se no dia 14 de Dezembro, contando com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, na companhia de várias entidades e dos respectivos Adidos.

O CEME proferiu algumas palavras alusivas ao evento, desejando a todos umas Boas Festas, seguida de uma breve alocução do Adido de Defesa Francês em Portugal, Capitão-de-Mar-e-Guerra Marin Pelletier Doisy, que precederam o momento de confraternização entre os presentes.

As Janeiras no Pátio dos Canhões

Como já é tradição no nosso Exército, cantaram-se as *Janeiras* no Pátio dos Canhões, no Museu Militar, no dia 11 de Janeiro, pelos Grupos Corais dos três Estabelecimentos Militares de Ensino, dirigidas ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho e ao Conselho Superior do Exército.

Após a actuação dos referidos Estabelecimentos, compostos pelo Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Instituto Militar dos Pupilos do Exército, em que cada um apresentou dois temas, deram o respectivo grito que serve de divisa à sua força anímica e desejaram um Feliz Ano Novo ao CEME e a todos os presentes.

Como agradecimento, o CEME presenteou estes jovens artistas com um lanche após o evento.

Exército Português celebra Protocolo

O Exército Português e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) celebraram um protocolo de colaboração, no dia 18 de Janeiro, na sessão solene de abertura do Ano Lectivo 2009-2010 do ISCSP.

O protocolo assinado pelo General José Luís Pinto Ramalho e o Professor Doutor João Abreu de Faria Bilhim, presidente do ISCSP, visa a cooperação no âmbito da formação académica e da docência de unidades curriculares do plano de estudos da Academia Militar por professores do ISCSP e por Oficiais do Exército no ISCSP e também a realização de projectos comuns e a permuta de comunicações, documentação e publicações e a realização de estágios, colóquios, seminários, conferências e reuniões.

Dia da Academia Militar

Portugal encontrava-se em plena Guerra da Restauração (1640 - 1668) contra os exércitos de Filipe III, quando se constituiu a primeira escola de ensino superior militar em Portugal. Foi decretada pelo rei D. João IV e fundada por Luís Serrão Pimentel, em 13 de Maio de 1641 e denominava-se Aula de Artilharia e Esquadria. A sua missão assentava no ensino práctico e teórico dos artilheiros ou bombardeiros de nómina.

Contudo, a antecessora directa da Academia Militar seria fundada, por Decreto de 12 de Janeiro de 1837, com a criação da Escola do Exército. Por iniciativa do então Ministro da Guerra, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, Coronel e Visconde de Sá da Bandeira, procedeu-se à remodelação do ensino, passando os seus cursos a serem equiparados aos demais cursos superiores.

Mais tarde, em face da implementação da República e da adopção da forma miliciana na organização do Exército, seria substituída pela Escola de Guerra, denominação que seria substituída após a I Guerra Mundial, em 1919, por Escola Militar. Em 1938 voltou a adoptar o nome de Escola do Exército e, finalmente, em 1956, adopta o nome que permanece até à actualidade, ou seja de Academia Militar.

O nome da Academia Militar está, associado à figura histórica do General Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo – Marquês Sá da Bandeira – o que, obrigatoriamente, nos remete para o dia 4 de Abril de 1810. Era Marquês Sá da Bandeira um jovem com idade próxima dos 15 anos, quando, em Queluz, à porta do Regimento de Cavalaria n.º11, interpela a sentinela pelo Comandante da unidade. Desejava assentar praça como voluntário. O Comandante procura dissuadir a ideia do jovem e alerta-o para os perigos da guerra, incentivando-o a optar por uma carreira mais fácil, que era a vida na Corte, obtendo a seguinte resposta: "Senhor, eu não ambiciono riquezas, eu não quero carreira fácil. Senhor, eu quero cumprir o meu dever."

O Marquês Sá da Bandeira notabilizou-se enquanto figura militar e política. Assentou praça com os seus 15 anos e foi subalterno de cavalaria, Capitão de artilharia, Major de engenharia e Oficial do Estado-Maior, combateu nas Guerras Peninsulares em França e teve um papel importante nas lutas liberais em Portugal. Exerceu os cargos de Governador Militar do Porto e do Algarve e de Director e Comandante da Escola do Exército. Foi um estudante aplicado, cursando Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra, Física e Química em Paris e Engenharia em Londres. Serviu 18 vezes como ministro em diversas pastas e 16 como ministro interino e pôs termo ao tráfico da escravatura e à abolição dos trabalhos forçados.

O 173.º aniversário da Academia Militar foi presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho. O evento contou com a presença de altas entidades militares e civis, destacando-se a presença de Generais antigos

Chefes do Estado-Maior do Exército, Generais antigos Comandantes da Academia Militar, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Nelson Ferreira dos Santos, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército,

Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, um representante do Governo Civil de Lisboa, familiares do Marquês Sá da Bandeira, entre outros ilustres convidados.

Considerando a sociedade actual e as suas constantes mudanças, a que as Forças Armadas não são alheias, o Comandante da Academia Militar, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro, referiu as alterações no ensino superior militar, destacando que "pela primeira vez uma instituição de ensino superior militar é autorizada a conferir graus académicos em cursos não destinados a ingresso nos quadros permanentes, a alunos não militares, em igualdade de circunstâncias com qualquer outra instituição universitária." Expressou também particular atenção para a obtenção do grau de mestre pelos alunos que completaram os seus cursos até 2007 e ainda pela reestruturação do Ensino Politécnico Militar.

Prosseguiu, alertando para a necessidade de reforço da ligação com a sociedade civil, assumindo "a colaboração com várias instituições que reconhecem em nós capacidades e competências que constituem valor acrescentado para os seus quadros", realçando os cursos de liderança ministrados e as iniciativas para a realização de mestrados e doutoramentos: "Importa salientar na nossa actividade a cooperação internacional que temos vindo a desenvolver, nomeadamente com o apoio à criação e desenvolvimento das Academias Militares em Angola e Moçambique e a formação proporcionada através da frequência dos nossos cursos por alunos lusófonos", apontando, de seguida, a implementação do programa Erasmus Militar "frequentado no mês de Setembro por alunos das academias de 18 países da União Europeia."

O programa festivo da Acadenia Militar terminou com o tradicional jantar de confraternização de antigos alunos.

Cerimónia de Imposição de Condecorações e de entrega de Bastões e Espada a Oficiais Generais

Realizou-se dia 19 de Janeiro, na Sala Dona Maria do Museu Militar, em Lisboa, a Cerimónia de Imposição de Condecorações e de entrega de Bastões e Espada aos seguintes Oficiais Generais:

Com a Medalha de Serviços Distintos - Ouro:
Major-General José Carlos Nunes Marques;
Major-General José Gabriel Brás Marcos;
Major-General António José Marques Pires Nunes;
Major-General Edorindo Santos Ferreira.

Com a Grã-Cruz de Mérito Militar:
Tenente-General Carlos Alberto de Carvalho dos Reis;
Tenente-General Aníbal José Rocha Ferreira da Silva.

Com a Medalha de Mérito Militar – 1.ª Classe:
Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil.

Com a Medalha D.Afonso Henriques Mérito do Exército – 1.ª Classe:
Major-General João Ernesto Vela Bastos.

Entrega de Bastão de Tenente-General:
Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros;
Tenente-General António José de Maia de Mascarenhas;

Tenente-General António Carlos de Sá Campos Gil;
Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira.

Entrega de Espada de Oficial General:
Major-General João Ernesto Vela Bastos.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, presidiu e impôs as respectivas condecorações e entrega de bastões.

Abertura Solene do Ano Lectivo da ESE 2009/2010

No dia 20 de Novembro realizou-se na Escola de Sargentos do Exército (ESE) a Cerimónia de Abertura Solene do Ano Lectivo 2009/2010, presidida pelo Director de Formação do Comando de Instrução e Doutrina do Exército, Major-General Alfredo Nunes da Cunha Piriquito.

A ESE registou com elevado apreço a presença na Mesa de Honra dos Presidentes da Assembleia Municipal de Caldas da Rainha, Dr. Luís Manuel Pereira Monteiro Ribeiro, do Governador Civil do Distrito de Leiria, Prof. Dr. José Humberto Paiva de Carvalho e do Director da Escola de Serviço de Saúde Militar, Major-General Carlos Veiga Lopes.

Após abertura da Cerimónia foi proferida uma alocução pelo Comandante da ESE, Coronel de Infantaria Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos, onde foi feita uma retrospectiva dos principais acontecimentos e realizações do ano Lectivo 2008/2009.

A Lição Inaugural subordinada ao tema *Importância da Instrução Militar na Formação do Futuro Sargento do Quadro Permanente – Um programa Curricular Prospectivo*, foi um dos momentos altos da Cerimónia, pelo brilhantismo como dissertou o Major de Infantaria José Eduardo Blanc Capinha Henriques.

Foram entregues os diplomas de final de curso aos 120 novos Sargentos e os prémios aos alunos que mais se distinguiram durante o Curso.

Cerimónia de Ratificação do Juramento de Bandeira do 7.º CFGCPE de 2009

A Cerimónia de ratificação do Juramento de Bandeira do 7.º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército de 2009, dos 473 Soldados Recrutas em formação no Regimento de Artilharia n.º 5, na Escola Prática de Transmissões e na Escola Prática dos Serviços, realizou-se em 22 de Dezembro de 2009, no Pavilhão Rosa Mota.

A cerimónia foi presidida pelo Director de Formação do Comando da Instrução e Doutrina do Exército, Major-General Alfredo Nunes da Cunha Piriquito, e contou com a presença de cerca de 2500 civis, familiares e convidados dos Soldados Recrutas, que integraram a generalidade da assistência.

Iniciou-se pelas 10H00, assumindo particular interesse o momento em que os jovens recrutas assumiram publicamente, perante o Estandarte Nacional, o compromisso de defender Portugal em qualquer circunstância.

De seguida, a Banda Militar do Porto presenteou a numerosa audiência com uma brilhante interpretação musical.

A finalizar a cerimónia, teve lugar uma demonstração de Ginástica de Base, executada pelos encargos de formação das diferentes Unidades.

Após a Cerimónia Militar, foi realizado um almoço convívio, nas respectivas Unidades, que contou com a presença de alguns dos convidados e familiares dos novos soldados do Exército Português.

Tomada de Posse do Tenente-General José Maia de Mascarenhas

A vice-presidência do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência foi assumida pelo Tenente-General José Maia de Mascarenhas, conferida pelo Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, no dia 1 de Fevereiro, pelas 16H00, no Salão Nobre do Ministério da Defesa Nacional.

O Tenente-General António José Maia de Mascarenhas nasceu a 27 de Março de 1951, em Vila Nova da Barquinha. Exerceu, entre outras, as funções de Major-General Adjunto do General Quartel-Mestre General e de Adjunto do Ministro da Defesa Nacional para a Cooperação e para o Exército. Anteriormente, encontrava-se a desempenhar o cargo de Comandante da Instrução e Doutrina. Possui várias condecorações de que sobressaem: Medalha de Prata de Serviços Distintos, Medalha de Mérito Militar, Medalha D. Afonso Henriques, Medalha de Mérito Cartográfico, Grande Oficial da República Federativa do Brasil e é Cavaleiro da Ordem Militar de Avis e Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar da República Federativa do Brasil.

Exercício "ZARCO 092 – Desaparecidos09"

O Comando da Zona Militar da Madeira e o RG 3 participaram no Exercício Conjunto ZARCO 092 que decorreu na Região Autónoma da Madeira entre os dias 17 e 20 de Novembro.

O exercício desenvolveu-se no âmbito da colaboração com o Serviço Regional de Protecção Civil, para o qual tomou a designação de DESAPARECIDOS 09.

O cenário criado permitiu testar os procedimentos estabelecidos para operacionalizar a cooperação da Zona Militar da Madeira (ZMM) com o Serviço Regional de Protecção Civil, assim como a adequabilidade das capacidades já previstas. Da mesma forma treinaram-se as tarefas e procedimentos a adoptar pelos vários escalões intervenientes, ao nível do planeamento, coordenação e execução deste tipo de acções, estabelecidos no Plano "Auxílio".

Face aos objectivos do exercício foram definidas duas fases que incluíram três eventos principais.

Um primeiro, o Exercício à Escala Global no Aeroporto do Funchal, na madrugada do dia 18, cujo planeamento e controlo foram da responsabilidade das entidades aeroportuárias e que envolveu capacidades e meios do Exército, na área do apoio sanitário.

No segundo evento, que se estendeu pelos dias 18 e 19, foram desencadeados vários pedidos de apoio pelo Serviço Regional de Protecção Civil, envolvendo a reabertura de caminhos, a busca de desaparecidos e a sua evacuação por meios terrestres, marítimos e aéreos, a distribuição de água, o alojamento temporário e o transporte de desalojados. Neste evento, o cenário criado conduziu à necessidade de projectar elementos e meios do Exército por meios navais, obrigando a testar, em LIVEX, a coordenação e interoperabilidade entre os Ramos.

O terceiro evento principal, desenvolvido nos dias 19 e 20, assentou num cenário em que teriam desaparecido vários turistas na serra, na região do Rabaçal, e concomitantemente acontece um acidente multi-vítimas, despoletando pedidos de colaboração das Forças Armadas.

Neste exercício participaram os três Ramos das FA sedeados na RAM, coordenados pelo Comando Operacional da Madeira, tendo envolvido, para além do Comando da Zona Militar da Madeira, o Comando da Zona Marítima da Madeira e o Destacamento Aéreo da Madeira, respectivamente, com um navio da Armada (NRP Schultz Xavier) e um helicóptero (EH 101 Merlin). O Exército participou com 23 viaturas tácticas e 320 militares.

Tenente-Coronel Manuel Augusto de Faria

Hospital Real de Nossa Senhora da Boa Nova

Castelo de São João Baptista

Em 1583, o marquês de Santa Cruz levou consigo um hospital para assistência a feridos e doentes durante a expedição militar de submissão da Ilha Terceira à soberania de D. Filipe I. Conquistada a ilha, com este corpo especializado "fundou" o Hospital Real de Angra, fazendo-o instalar no centenário Hospital da Misericórdia da cidade, requisitado para o efeito[1]. Era o hospital real composto por um médico, um cirurgião, um boticário e um administrador ou mordomo com dez assistentes – ajudantes e moços[2]. É provável que estes assistentes – os ajudantes –, nomeadamente no período de permanência do terço espanhol nos Açores (1583-1599), fossem irmãos enfermeiros obregões (ordem do hábito franciscano, fundada por Bernardino Obregón, 1540-1599), pois sabemos que pelo menos em parte deste período serviram no Hospital Real de Angra, vencendo soldo[3].

Há cerca de um século que o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Angra vinha prestando relevante assistência, nele se recolhendo e curando todos os enfermos pobres naturais da terra, bem como navegantes da armada de Sua Majestade, de Cabo Verde, São Tomé, Brasil, Índia Oriental e Índias de Espanha, que à cidade aportavam, sendo curados com grande limpeza e cuidado, e visitados regularmente pelo provedor e irmãos da dita Santa Casa. Com a ocupação das suas instalações pelo Hospital Militar, passou a funcionar em condições precárias, na Casa da Moeda contígua[4], com grande dano da sua benemérita acção. Depois da partida do terço espanhol e aboletamento em Angra de um contingente superior a quatrocentos homens, a Câmara começou a pressionar a Coroa para que com urgência, no interior das muralhas do Castelo de São Filipe do Monte Brasil (Castelo de São João Baptista, após a Restauração) começadas a levantar em 1592, fossem construídas instalações para os soldados[5]. À voz da Câmara, juntou-se a do Bispo[6] e a da Misericórdia[7], pedindo que também

dentro das muralhas se construíssem instalações para o hospital, libertando as enfermarias da Santa Casa para assistência ao povo e aos navegantes que demandavam o porto da cidade.

A construção do hospital dentro das muralhas ainda chegou a ser orçamentada[8]. Mas o terrapleno então a coberto da artilharia inimiga em caso de cerco, mal dava para a casa do Governador, alojamentos para oficiais e soldados, Igreja e armazéns para mantimentos e munições[9]. Foi, pois, decidido construir o hospital fora das muralhas.

A falta de recursos financeiros[10], a prioridade dada às obras defensivas e às instalações da tropa, foram adiando o projecto. Em 1615 ainda se equacionava uma terceira hipótese: a instalação do hospital em casas cedidas pela Câmara[11]. Ainda não sabemos ao certo[12] quando o Hospital de Nossa Senhora da Boa Nova foi construído. Sabemos comprovadamente que em 1642, na sua ermida se realizaram conversações que levaram à rendição da fortaleza[13].

A administração do Hospital de Nossa Senhora da Boa Nova foi minimamente regulamentada pelo primeiro regimento (regulamento) do Castelo, dado pelo general António de Saldanha que, desnecessariamente, fora de Lisboa para expulsar a guarnição espanhola; ou seja, logo em 1642, com a dotação ao Castelo de uma guarnição de tropa paga portuguesa, saída do recrutamento local. Nova regulamentação se seguiu pelo novo regimento do Castelo que entrou em vigor em 1680. Finalmente, em 1706, foi dado ao hospital um regimento autónomo[14].

Restringir-me-ei a partir de agora a estes documentos, dando-lhes uma leitura praticamente sincrónica, aquela que me parece ser mais apelativa nestas circunstâncias.

No hospital seiscentista, a Ermida Nossa Senhora da Boa Nova e a enfermaria comunicavam entre si por uma porta de duas folhas que quando aberta, todo o espaço se transformava numa igreja, na expressão do Regimento. Em espaço contíguo ficava a estufa, ou seja, uma pequena enfermaria cujo nome sugere condições ambientais particularmente protegidas, onde eram tratados eventuais casos mais graves.

O hospital tinha, ainda, cozinha, oficinas (entendendo-se por oficinas, a botica, gabinetes para médico, cirurgião, sangrador, serviço administrativo, armazem e provavelmente, alojamento do mordomo) e uma horta ou quintal.

A capacidade total de camas (enfermaria e estufa) deveria rondar as duas dezenas, pois era esse o número avançado no projecto para o hospital, em 1615[15]. Esta relativa exiguidade de instalações é facilmente explicável: primeiro, porque o hospital

O Hospital Real era composto por um médico, um cirurgião, um boticário e um administrador ou mordomo com dez assistentes - ajudantes e moços[2].

destinava-se a servir uma guarnição de cerca de quatro centenas de soldados em tempo de paz (dentro da fortaleza foram assistidos os feridos e doentes espanhóis durante o cerco); depois, situado justamente entre a fortaleza e os principais quarteis dos soldados, ou seja, as casas da Boa Nova onde, pelo menos até às últimas duas décadas de seiscentos, viveu grande parte dos soldados casados, quer primeiro espanhóis, quer depois portugueses, apenas receberia os casos mais graves que não podiam ser tratados no domicílio. Além disso, conhecidas que são as dificuldades financeiras, quer no domínio filipino, quer durante a administração setecentista portuguesa, para levantar e manter muralhas e alojamentos – a igreja do Castelo só ficou concluída em 1720 –, e para pagar soldos, não faria sentido a hipotecação dos escassos meios disponíveis numa obra marginal e excessiva, em prejuizo do propósito principal. A necessidade de ampliação far-se-á sentir principalmente com a chegada a Angra do 2.º Regimento do Porto, ou seja, de um corpo militar formado por soldados vindos do Reino, consequentemente, sem alojamentos familiares em Angra. Foi então que por iniciativa do Capitão-General se levantaram os edifí-

cios pombalinos, garantidamente a grande enfermaria que dá para a rua da Boa Nova.

Todos os soldados e artilheiros do Castelo, com excepção do Governador, descontavam no soldo a dinheiro um valor proporcional ao montante do vencimento, não só para a manutenção do hospital, mas para todos os cuidados médicos e para os medicamentos, mesmo quando se curavam em suas casas

A administração superior do hospital competia ao administrador, normalmente um clérigo, para poder, simultaneamente, prestar assistência espiritual. A partir do regimento de 1679, a função de administrador passou a ser encargo do Capelão-Mor do Castelo. A gestão ordinária e os cuidados de enfermagem eram da competência do mordomo, com presença regular nas instalações. O mordomo era coadjuvado por dois serventes, para trabalhos indiferenciados. O pessoal médico especializado – médico, cirurgião e sangrador não exerciam os seus ofícios em exclusividade no hospital, sendo apenas requisitados os seus serviços quando havia doentes internados. Aliás, eram também os detentores desses mesmos cargos no Castelo, assistindo a todos os militares, independentemente de estarem internados, ou não.

A subordinação do hospital ao Governador do Castelo pouco ultrapassa o provimento do Administrador, ou a sua indigitação à Coroa. É o Provedor da Fazenda quem superintende em toda a gestão financeira, pelo que o mordomo e os ajudantes dependem dele. Aliás, o corpo de gestão e apoio do hospital não comporta militares, ou as suas actividades não são consideradas especificamente militares. Não havia ainda o que hoje chamamos serviço de saúde militar. A própria gestão financeira do Castelo – obras da fortaleza, pagamento de soldos – tudo isso era da competência da Provedoria da Real Fazenda; ou seja, gestão civil exercida por funcionários que respondiam directamente perante o Provedor da Fazenda.

O hospital destinava-se exclusivamente à assistência aos soldados do Castelo, entendido o termo genericamente como militares – não exclui os oficiais.

Entrava-se para a vida militar a partir dos 16 anos, como soldado. A vida activa podia ir até aos 60 anos. Uns atingiam os cargos mais elevados na hierarquia de comando, obviamente vindos da nobreza; outros, plebeus, não passavam de soldados.

Os soldados do Castelo eram na sua maioria terceirenses, e em menor número das outras ilhas, tal como os oficiais. No entanto, logo a seguir à Restauração, a colocação no Castelo serviu frequentemente para premiar combatentes continentais por serviços prestados à Coroa. Também encontramos

nesse período militares espanhóis que haviam desertado durante o cerco ao Castelo, juntando-se às tropas das Ordenanças açorianas. Eram, certamente, espanhóis casados com mulheres terceirenses.

A guarnição do Castelo era formada por três companhias de cem soldados cada uma, e um corpo de cinquenta artilheiros. Ao todo, somando os oficiais, um contingente que se aproximava de 400 homens, tudo gente integrada na relativamente reduzida sociedade angrense, a maioria com mulher e filhos. O seu peso social seria tanto, que muitos dos bandos (avisos) lançados para o pagamento do soldo a dinheiro, foram feitos a toque de caixa pelas ruas da cidade.

O Governador do Castelo recebia 50.000 reis por mês; os soldados, 1.200 reis, metade em dinheiro, metade em trigo. Os soldados viviam uma existência miserável. O soldo em dinheiro podia andar um ano, dois ou três em atraso. Valia-lhes o recebimento em géneros, em princípio, pontual. Não admira, assim, que a Câmara de Angra diligenciasse para que tivessem alojamento dentro das muralhas: durante a noite não se podiam dedicar ao furto! Mas também é verdade que muitos deles tinham segundo emprego, nomeadamente nas obras do Castelo. E se os soldados faziam serviços de guarda, não só no Castelo, mas também no porto de Angra, dos artilheiros não se lhes conhece outra ocupação militar, para além do treino ao Domingo. Restava-lhes muito tempo para procurar outros meios de subsistência. A verdade é que os ecos que nos chegam são, sobretudo, de pobreza.

A assistência médica aos militares não era gratuita: todos os soldados e artilheiros do Castelo, com excepção do Governador, descontavam no soldo a dinheiro um valor proporcional ao montante do vencimento, não só para a manutenção do hospital, mas para todos os cuidados médicos e para os medicamentos, mesmo quando se curavam em suas casas.

Quando um militar adoecia, se a doença determinasse o seu internamento hospitalar, o médico passava-lhe a respectiva baixa. Antes de baixar, porém, deveria dirigir-se a um dos dois capelães do Castelo para se confessar e receber a Eucaristia, entregando ao mordomo do hospital, juntamente com a baixa médica, prova da confissão. Se a baixa fosse urgente não permitindo a confissão prévia, o mordomo deveria de imediato chamar o Capelão para administrar o Viático ao doente. Antes de tratar da saúde do corpo, importava garantir a salvação da alma.

Internado o doente, diariamente e logo pela manhã recebia a visita do mordomo que se inteirava de como tinha passado a noite e de qualquer necessidade por que estivesse passando. Seguia-se a visita diária do médico e, se fosse caso disso, do cirurgião e sangrador, sem prejuízo de qualquer destes técnicos poder ser chamado a toda a hora. A visita era acompanhada pelo mordomo, que não podia de manhã sair do hospital, antes dela. Para garantir esta assiduidade, primeiro se apelava à consciência particular destes técnicos, pelos remorsos que viriam a sentir por desfechos trágicos devidos à sua negligência. Depois, o Administrador – o Capelão-Mor do Castelo – era obrigado a reportar as faltas ao Provedor da Fazenda, para desconto no vencimento. O receituário ficava escrito para ser aviado, como escritas ficavam todas as prescrições respeitantes à administração dos medicamentes, ao tratamento e à alimentação.

A alimentação era confeccionada pela mulher do mordomo. Porquê? O próprio regimento explica: se fosse contratada uma outra mulher, porque o vencimento seria muito baixo, quem se apresentasse como candidata seria tão pobre e carente que necessariamente teria que furtar géneros para levar para o sustento da família; e vestiria tão andrajosa-

mente, que prejudicaria a higiene do hospital! O mordomo devia assistir, com toda a *afabelidade* – curiosa esta preocupação de humanidade que respiga por todo o Regimento –, às refeições dos doentes – almoço, jantar e ceia (de manhã tomava-se o almoço, ao meio dia o jantar, e ao anoitecer a ceia), respeitando rigorosamente as horas e dietas prescritas, informando o médico de qualquer anomalia. Sem haver norma expressa, na prática era proibido aos doentes consumir tabaco e vinho, salvo, no caso do vinho, quando prescrito pelo médio, sendo então fornecido à custa da Fazenda Real.

As visitas aos enfermos – entenda-se, doentes internados na enfermaria – eram proibidas, salvo excepcionalmente a *pessoas de respeito* e com autorização do Administrador, isto para prevenir desordens, e para evitar que fossem levados aos doentes géneros alimentares, nomeadamente bebidas, que lhes pudessem ser danosos.

A limpeza das instalações e a lavagem das roupas de cama era uma preocupação central. Dela se ocupavam dois serventes que se revezavam em turnos semanais no serviço da enfermaria. Ao servente que não estivesse de serviço à enfermaria, competia-lhe ir comprar os abastecimentos necessários ao quotidiano do hospital, e, eventualmente, assistir na estufa quando aí houvesse algum doente internado. Amiúde, deviam as enfermarias ser perfumadas, em especial a enfermaria principal, por dar directamente para a Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, e não convir que a esta se transmitisse o asco de menos limpeza. A mulher do mordomo, essa não podia entrar nas enfermarias, nomeadamente para fazer limpeza, pois seria indecente a presença de uma mulher num local onde se curavam homens.

Mais uma nota de humanidade. Não era permitido o acolhimento de velhos sob o pretexto de sofrerem de achaques, dadas as funções específicas do hospital e as dimensões da enfermaria que rapidamente se encheria de pobres e calaceiros. Mas sempre se admitia uma excepção: havendo comprovativo médico,

quer da doença, quer da indispensabilidade do hospital para os curar. Aliás, a escolha de um Padre para administrador do hospital – o que só excepcionalmente e por razões financeiras não aconteceu - assentava no seu presumido espírito de caridade e piedade cristãs.

Na horta do hospital, o mordomo e os serventes cultivavam açafroa, cebolas, hortaliças e ervas de cheiro, nomeadamente o alecrim para perfumar as enfermarias, tudo para consumo do hospital; ficando, porém, os cultivadores com os excedentes como recompensa pelo seu trabalho.

Integrando o hospital, a Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova estava ao cuidado dele. A prática da reza do Terço, fazia dela o principal oratório da cidade e o de maior adorno, com mordomia autónoma. O dinheiro das esmolas, algumas de considerável quantia, era aplicado no culto de Nossa Senhora da Boa Nova. Na Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, em 1654, orou o Padre António Vieira, em escala da vinda do Maranhão, introduzindo em Angra a prática da reza do Terço do Rosário[16].

Não se esgota nestas linhas a história do Hospital Real de Nossa Senhora da Boa Nova, o melhor hospital de Angra pelo menos do século XVII e início do século XVIII, período abordado neste apontamento histórico; o primeiro Hospital Militar português, e aquele que maior longevidade teve até hoje. De facto, continuou activo até à Segunda Guerra Mundial, quando passou a enfermaria regimental[17]. No edifício foi posteriormente instalado o Distrito de Recrutamento e Mobilização de Angra do Heroísmo e o Governo Militar da Ilha Terceira. Será agora entregue ao Governo da Região Autónoma dos Açores, que lhe pretende dar funções museológicas.ع

Biografia:

Manuel Augusto de Faria, Tenente-Coronel na situação de reforma, é licenciado em História pela Universidade de Coimbra, professor desta disciplina no Instituto Superior Militar e em diversas escolas do ensino oficial, dedica-se sobretudo à investigação e divulgação da História Militar dos Açores. De realçar os seus textos sobre temas militares publicados na Enciclopédia Açoriana, e os tombos dos fortes açorianos editados no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Prepara a transcrição e edição do Livro da Vedoria do Castelo de São João Batista do Monte Brasil da Ilha Terceira (1642-1720).

---

[1] Archivo General de Simancas, *Guerra y Marina*, Edição em CD do IAC (A. G. S., G. y M.), leg. 637, doc. 69.

[2] A. G. S., G. A., leg. 148, doc. 317 e leg. 149, doc. 21, in Avelino de Freitas Meneses (1987), *Os Açores e o Domínio Filipino (1580 - 1590) II – Apêndice Documental*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 181 e 208; A. G. S., G. y M., leg. 539, doc. 31.

[3] A. G. S., *G. y M.*, leg. 450, doc. 136; A. G. S., G. y M., leg. 476, doc. 242.

[4] A. G. S., *G. y M.*, leg. 637, doc. 66.

[5] A. G. S., *G. y M.*, leg. 599, doc. 36.

[6] A. G. S., *G. y M.*, leg. 637, doc. 67.

[7] A. G. S., *G. y M.*, leg. 617, doc. 205; A. G. S., *G. y M.*, leg. 637, doc. 68.

[8] A. G. S., *G. y M.*, leg. 609, doc. 610; A. G. S., *G. y M.*, leg. 636, doc. 74; A. G. S., *G. y M.*, leg. 637, doc. 53.

[9] A.G.S., *G. y M.*, leg. 801, doc. s/nº.

[10] A.G.S., *G. y M.*, leg. 801, doc. s/nº) (A.G.S., *G. y M.*, leg. 667, doc. 72, 2 fls.; A.G.S., G. y M., leg. 675, doc. 104, 1 fl.

[11] (A.G.S., *G. y M.*, leg. 801, doc. s/nº).

[12] Provavelmente essa informação estará em documentação do Arquivo Geral de Simancas, a que até agora não tive acesso.

[13] Padre Manuel Luis Maldonado (1990), *Fenix Angrence*, II, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 194.

[14] Estes tres regimentos estão trasladados no Livro da Vedoria do Castello de São João Baptista, cuja publicação está a ser preparada por Reis Leite & Manuel Faria.

[15] A.G.S., *G. y M.*, leg. 801, doc. s/nº.

[16] Padre Manuel Luis Maldonado (1990), *Fenix Angrence*, II, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 348.

[17] Ten. General Alexandre de Sousa Pinto (2006), O Hospital Militar da Boa-Nova da Ilha Terceira, *in* O Serviço de Saúde Militar, XVI *Colóquio de História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar, 953.

Tenente RC Sérgio Rezendes

Fonte: Defesa.Nacional n.º 95.

Em memória de um Ás da aviação nos Açores

"É doloroso [...] mas os que assim morrem ficam vivos no grande livro da Pátria, porque ao serviço da nação morreram [...]"[1]

Intimamente associada à manutenção do equilíbrio e da dualidade ibérica, bem como à integridade do império ultramarino, Portugal, durante a II Guerra Mundial, viu-se forçado a defender a importância estratégica dos arquipélagos atlânticos, nomeadamente os Açores. Ambas as partes beligerantes viam no arquipélago a hipótese de estabelecer portos e aeródromos para apoio dos seus planos militares, mormente a Inglaterra, os Estados Unidos da América e a própria Alemanha. A protecção do cabo telegráfico inglês, a viabilização da protecção dos comboios marítimos entre as duas margens do Atlântico e a cobertura aérea das rotas eram razões mais do que justificadas para uma invasão inglesa às ilhas açorianas, tornando-se as mesmas uma alternativa a Gibraltar, caso este caísse sob domínio alemão.

Os Açores tornaram-se um factor a ter em muita atenção na designada *Batalha do Atlântico*, por sua vez associada, de forma fulcral, à conhecida *Batalha de Inglaterra*. Desgastados pela estratégia alemã com recurso ao uso de matilhas de submarinos na tentativa do domínio do Atlântico, destacam-se pois os 27 planos secretos ingleses para a ocupação dos Açores, bem como o plano americano *Rainbow 5*, ou mesmo o plano conjunto com a Inglaterra denominado *Brisk*, em que se ordenava a preparação e prevenção de tropas americanas para o ataque, à semelhança do que já havia sido feito pelos ingleses. Em contrapartida, Adolph Hitler preparava, a 12 de Novembro de 1940, a *Operação Félix*, que tinha como objectivos a ocupação da Península Ibérica, Gibraltar, Cabo Verde, Açores e Madeira, providenciando o envio de tropas para a fronteira espanhola. Com uma atenção especial para com os Açores, o *Füher* antevia um possível ataque aos Estados Unidos da América, assente na mais actual tecnologia alemã para a época, bem como o domínio do Atlântico. Estavam pois criadas todas as condições para qualquer parte em conflito, caso fosse necessário ou mesmo possível, tomar as ilhas açorianas, com ou sem consentimento do Estado Português.

Perante o deflagrar do conflito, o Presidente do Conselho de Ministros português, Doutor António de Oliveira Salazar, rapidamente declarou a

Fonte: *Correio dos Açores* de 20 de Maio de 1943

O Sargento-Aviador Manuel Cardoso.
Foto do Título: Recepção a militares expedicionários em Angra do Heroísmo. Atente-se na patrulha acrobática de *Gladiators* da Base Aérea n.º 5 (Lajes).
Em baixo: Patrulha acrobática de *Gloster Gladiator*.

neutralidade portuguesa e, em virtude de interesses mútuos, estreita ainda mais os objectivos do Pacto Ibérico, assinado em 1939 com Espanha. Percebendo a importância do domínio do Atlântico e subsequentemente dos Açores, António de Oliveira Salazar começa a preparar a defesa das ilhas logo em finais de 1939, situação que se consolidaria após a queda da França. Perante uma ameaça bastante real de invasão ao continente português e à consequente necessidade de retirar o Governo para local seguro (ao que tudo aponta, para os Açores), o Presidente de Conselho de Ministros desenvolve duas linhas de acção com particular interesse: acentua os esforços da diplomacia no sentido da neutralidade, enquanto que, paralelamente, desenvolve um esforço militar pela soberania nacional e ultramarina, onde os Açores haveriam de constituir um caso muito particular, não fosse a área do império que mais soldados continentais recebeu (cerca de 26.500 homens) para reforçar as guarnições locais, totalizando um número aproximado de 30.000 a 32.500 homens, dispersos pelas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial. Em conjunto com um tão alto efectivo vieram as máquinas, desde os aviões e hidroaviões, aos tractores para a construção de aeródromos, passando por viaturas de comando, transporte geral e pessoal.

O presente artigo tem com destino homenagear um destes expedicionários, morto em serviço quando o dispositivo para a defesa da ilha de São Miguel já se encontrava ao rubro.

O esforço desenvolvido pelo Estado Português na defesa das ilhas tinha subjacente a necessidade de assegurar um efectivo mínimo de meios aéreos – inexistente até à data –, no arquipélago. Foram mobilizadas duas esquadrilhas de caças, que desembarcaram a 7 de Junho de 1941, em Ponta Delgada, estacionando a Esquadrilha de Aviação de Caça n.º 1 no aeródromo de Santana, em Rabo de Peixe (B.A. 4) e a Esquadrilha de Aviação de Caça n.º 2, em Lajes, na ilha Terceira (B.A. 5). A eficácia da Arma de Engenharia rapidamente permitiu a operação dos aviões *Gloster Gladiator* que equipavam estas unidades, iniciando-se em relativamente pouco tempo os treinos e reconhecimentos aéreos.

Fonte: Cardoso, A, 2000.

O *Gloster Gladiator* era um caça biplano inglês, desenvolvido ao longo da década de 1930, em resposta ao desejo britânico de ter uma aeronave com grande capacidade de fogo e que atingisse velocidades na ordem dos 400 km/h.

Se em 1941 fossem considerados como modestos na sua capacidade de combate (a evolução tecnológica internacional havia-o condenado), a verdade é que desempenharam honrosamente a sua missão nos palcos em que foram usados, nomeadamente na defesa das costas de Inglaterra e no combate contra os *Fiat Falco* italianos, no Mediterrâneo.

Fonte: LMF-SAMMA

Cortejo fúnebre ao cemitério de Rabo de Peixe. Atente-se na presença de militares e civis, inclusive crianças.

Com a sua chegada a São Miguel, rapidamente foram colocados a voar, com a missão específica de defesa, reconhecimento de embarcações militares e observação meteorológica, ao contrário da aviação naval, encarregue da ligação postal com Lisboa, socorros a náufragos e patrulhamento. Neste ponto torna-se importante referir os primórdios da Força Aérea Portuguesa (FAP). A FAP viria a ser criada em 1952, recebendo os aviões da Aeronáutica Militar e da Aeronáutica Naval. Portanto, durante a II Guerra Mundial, este importante ramo da Defesa Nacional ainda não existe, sendo o *Gloster Gladiator* um avião do Exército e o seu piloto um militar do mesmo ramo.

Os quinze biplanos, pintados de verde azeitona na fuselagem e planos superiores e de azul claro nas superfícies inferiores, são deslocados da Base Aérea n.º 3, em Tancos, para o Aeródromo de Santana, em Rabo de Peixe, construído para o efeito.

Pilotando um destes caças veio o 2.º Sargento Manuel Cardoso, piloto expedicionário de Aeronáutica Militar, protagonista da presente homenagem. O Sargento-aviador Cardoso levantou voo daquela unidade militar, na tarde do dia 13 de Maio de 1943, sem mais regressar. Com o passar do tempo, foram accionados os mecanismos de busca por intermédio da aviação de terra e naval, que incessantemente o procuraram até que o encontraram já cadáver na encosta do Pico da Vara, pelas 14 horas do dia 18. A sua aeronave havia chocado por razões desconhecidas.

Manuel Cardoso era natural de São João de Tarouca, concelho de Lamego, e tinha vinte e sete anos. Piloto desde 1937, tinha casado em Julho de 1941, deixando órfão um filho de tenra idade, com apenas cinco meses. A necessidade imperiosa da defesa da ilha e o dever patriótico haviam-lhe custado a vida.

A população micaelense vivia muito de perto este sentimento. Afinal, até finais de 1939, inícios de 1940, o grau de insegurança era elevado e generalizado. As ilhas cobiçadas não tinham meios de defesa minimamente à altura da hecatombe que se vivia no teatro europeu. A chegada massiva de soldados do Exército e o reforço da Marinha tinham trazido segurança a um contexto extremamente complexo, principalmente nas rotas mercantes aliadas que passavam a norte do arquipélago. O desaparecimento de um piloto seria uma notícia que correria no seio da população de modo muito célere, embora no íntimo já se adivinhasse a resposta. Os órgãos de comunicação social (OCS) referem mesmo que o povo se encontrava expectante e pesaroso, o que ficaria claramente demonstrado no dia do seu funeral. Nesse dia, 19 de Maio, Ponta Delgada e Rabo de Peixe pararam. Pelas 9:30 da manhã, a praça 5 de Outubro encheu-se de gente (com destaque para as crianças das escolas locais), posicionando-se a sul uma Guarda de Honra de Artilharia. Velado por camaradas do Exército e da Marinha, o corpo saiu do Hospital Militar (uma das alas do Hospital da Misericórdia), sendo acompanhado pelas principais autoridades militares e civis, seguindo-se um serviço religioso, a cargo de um capelão militar.

De seguida, e numa carreta preparada para o efeito, iniciou-se um cortejo fúnebre que atravessaria a cidade até ao seu limite mais oriental, ou seja, até próximo do porto da Calheta, onde a população, alunos da Escola Industrial e Comercial de Gonçalo Velho e a própria Legião Portuguesa, aguardavam ao longo do percurso. Acompanhando-o pelas principais ruas de Ponta Delgada, só dispersariam no momento em que foi colocado numa ambulância militar rumo a Rabo de Peixe, onde foi sepultado. Durante as exéquias, a Praça 5 de Outubro seria várias vezes sobrevoada em círculo por *Gladiators* que lançavam flores em sua homenagem. Durante o cortejo, estas aeronaves (em voo baixo), continuariam a homenageá-lo da mesma forma.

Naquela freguesia, nova recepção o esperaria assim como renovadas exéquias, embora com uma especial atenção: o 2.º Sargento era muito conhecido e caro àquele povo, uma vez que era sabido ter um excelente carácter a todos os níveis. Contudo, existiu uma situação não referenciada pelos órgãos de comunicação social: ele foi alvo de uma cerimónia

Fonte: LMFSA/MMA

Cerimónia de despedida na Base aérea n.º 4 (Santana) com guarda de honra constituída por um *Gloster Gladiator*.

interna na sua base, ou seja, no Aeródromo de Santana, como as fotografias apresentadas atestam. Contudo, a censura militar não permitiria qualquer tipo de referência a este acontecimento.

Terminadas as cerimónias, o seu corpo foi depositado numa campa de uma família local (que albergaria a família do militar durante a crise), onde até hoje se deverá manter. Apesar de fortes indícios históricos, o local específico só poderá ser rigorosamente comprovado por intermédio de pesquisas arqueológicas.

O agradecimento do Comandante Militar dos Açores aos órgãos de comunicação social e à população em geral claramente demonstra a proximidade da população com as Forças Armadas e com o militar: a população ofereceu um local para o seu último descanso.

As razões do acidente continuam por determinar. Manuel Cardoso, considerado pelos OCS, em 1943, como um dos mais briosos encarregados da defesa aérea da ilha, foi retirado à família para vir morrer numa ilha que vivia um clima de invasão permanente e que conheceu nesta época o maior reforço militar no mais curto espaço de tempo de todo o século XX, talvez mesmo da sua História. Passados mais de 66 anos, e hoje em clima de paz, será um dever de memória relembrar esses tempos e todos aqueles que chamados à protecção dos açorianos acabariam por dar a sua vida, entre os quais o 2.º Sargento-aviador é um exemplo. Tanto quanto se consegue perceber, terá sido o primeiro piloto português (e militar) a morrer nos Açores, o que faz dele um pioneiro da aviação regional.

[1] "Morreu o Sargento-Aviador Manuel Cardoso", *Diário dos Açores*, n.º 19.378, de 19 de Maio de 1943.

Biografia:

Tenente RC Licenciado em História, formado pela Universidade dos Açores em História e Ciências Sociais (via ensino) e Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento pela mesma Universidade.

Museólogo e responsável científico do Museu Militar dos Açores.

Bibliografia:

ANTUNES, José Freire, *Roosevelt, Churchill e Salazar*. A luta pelos Açores, 1941 - 1945. Madrid, 1995, Ediclube.

ANTUNES, José Freire, "Brigadas dos Royal Marines "Operação Félix" de Hitler", *O Independente*, 22 de Abril de 2005.

CARDOSO, Adelino, *Aeronaves Militares Portuguesas no Século XX*, Essencial, 2000.

TELO, A. J., *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, ASA, 1993, Lisboa.

Secretaria de Propaganda Nacional, Consagrado à Guarnição Militar dos Açores. *Defesa Nacional*, n.º 95, Editora Gráfica Portuguesa, 1942, Lisboa.

Correio dos Açores, de 19 de Maio de 1943.

Correio dos Açores, de 20 de Maio de 1943.

Correio dos Açores, de 22 de Maio de 1943.

Correio dos Açores, de 25 de Maio de 1943.

Diário dos Açores, de 19 de Maio de 1943.

Texto e fotos do Primeiro-Sargento Artª
Anjos das Neves

Instituto de Odivelas
110 Anos de Formação Liceal Feminina

História

O Instituto de Odivelas encontra-se sedeado no Mosteiro dessa cidade, desde o ano de 1902. Mandado construir no reinado de D. Dinis, em 1295, reza a lenda que o objecto da sua construção terá sido uma promessa do Rei, perante a sua exposição a um ataque de um animal de grande porte, no decorrer de uma caçada que, na eminência da morte, a terá feito, invocando o poder divino para a

sua salvação. Concluído no ano de 1305, na zona da Quinta das Flores, o Mosteiro foi, até 1834, palco de inúmeros eventos culturais, bem como, claustro destinado a albergar as religiosas da Ordem de Cister.

Este edifício, casa do Instituto de Odivelas, foi, ao longo da sua História, sujeito a diversas alterações devido, não só às circunstâncias naturais, como o caso do terramoto de 1755, como às obras de melhoramento perpetradas pelos monarcas das diferentes dinastias portuguesas, a par com as realizadas pelas abadessas que o regeram.

Desde a sua construção, foi marcado pela presença de personalidades de indelével significado da História portuguesa, de onde se podem contar, entre as mais marcantes, o seu fundador D. Dinis, a Rainha Santa Isabel, D. Filipa de Lencastre e os infantes, seus filhos, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, e o Rei D. Afonso VI.

Todos os métodos de ensino, ambiente de inserção e espírito familiar presentes nesta instituição, levam a que as alunas tenham resultados académicos bastante promissores, uma conduta moral elevada e criem laços de amizade, dentro deste colégio, que perduram para toda a vida

Também foi neste Mosteiro, no reinado de D. João III, que ali se representou, em 1534, o *Auto da Cananeia*, de Gil Vicente, a pedido da abadessa regente à época, D. Violante Cabral, irmã do navegador Pedro Alvares Cabral.

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, o Mosteiro deixa de albergar a sua ordem religiosa, sendo integrado no património da Fazenda Nacional.

Devido à necessidade de criar um colégio destinado à educação das filhas órfãs de oficiais do Exército e da Armada, foi fundado o Instituto Infante D. Afonso, a 14 de Janeiro de 1900, por D. Maria Pia e pelo Infante D. Afonso. Mais tarde e até hoje, Instituto de Odivelas, devido à sua transferência do Mosteiro D. Dionísio para o

Mosteiro de Odivelas, em 1902, e inaugurado pela Rainha D. Amélia.

No plano cultural cabe ainda destacar que o Mosteiro de Odivelas detém um valioso património em azulejaria, com exemplares elaborados desde o século XVI ao século XX, como se pode observar na "Sala do Tecto Bonito", que ilustra cenas do Antigo e do Novo Testamento.

O Ensino em Odivelas

Este estabelecimento teve, desde a sua inauguração, a preocupação de leccionar, quer a parte académica, apanágio do ensino oficial que, neste caso, foi inédito, porque o estudo liceal era reservado às crianças do sexo masculino, quer a parte de formação social, vista à época como destinada às mulheres, como a culinária e a puericultura, esta última ainda ministrada actualmente.

Concomitantemente, também foram e são alvo de aprendizagem em áreas como a Educação Física, na qual os resultados são bastante expressivos, levando as alunas a qualificarem-se para participarem em eventos olímpicos como, bem recentemente, o Eurogymn, na Finlândia, e em disciplinas extracurriculares, como a esgrima e a equitação.

Estas alunas ainda podem participar em aulas de Instrução Militar, desde que se proponham a ser englobadas, nessa vertente extra-curricular, e estejam já a frequentar o ensino secundário.

Todos os métodos de ensino, ambiente de inserção e espírito familiar presentes nesta instituição, levam a que as alunas tenham resultados académicos bastante promissores, uma conduta moral elevada e criem laços de amizade, dentro deste colégio, que perduram para toda a vida.

Numa conjuntura sociopolítica difícil para a área do ensino em Portugal, o Instituto de Odivelas aponta, através dos discursos dos seus representantes, no contexto dos dados estatísticos apurados, para uma excelência desta instituição na capacidade de formação das suas alunas.

Foi nestes contornos sociais contemporâneos que se realizou, no dia 14 de Janeiro de 2010, no Mosteiro de Odivelas, a cerimónia de comemoração do 110.º aniversário deste Instituto.

A expectativa das alunas, perfiladas por debaixo do telheiro incluso na fachada do Mosteiro, era de ansiedade, quer pela perspectivada chegada do Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, que presidiu à cerimónia, quer pelo tempo climatérico que se avizinhava taciturno. Porém, mesmo antes da chegada da mais alta figura do Estado, S. Pedro proporcionou a graça de arredar as nuvens que persistiam em lacrimejar incessantemente, deixando o Sol de Inverno aclarar a parada onde prontamente formaram as 287 discentes.

Sessão solene do 110.º aniversário do Instituto de Odivelas.

À chegada da alta entidade que presidiu à cerimónia foram apresentadas as forças em parada e içada a Bandeira Nacional, acompanhada pelo Hino Nacional, que foi executado pela Banda do Exército.

As entidades dirigiram-se para o Átrio Rainha Santa Isabel, onde receberam os cumprimentos dos elementos representativos da direcção, do corpo docente e do pessoal militar e civil do Instituto de Odivelas, de uma ex-aluna da Associação de Antigas Alunas e da Associação de Pais.

Terminado o protocolo de recepção, as entidades foram convidadas a deslocarem-se para o anfiteatro onde teve lugar a sessão solene do

Dia do Instituto de Odivelas.

O início da cerimónia contou com a audição do Hino do Instituto de Odivelas, cantado pelas alunas, ao qual se seguiu a alocução da Aluna Comandante de Batalhão, que se exprimiu dizendo: "Todas nós lutamos para atingir os nossos objectivos de vida, seguindo o ideal «Cada vez mais alto, cada vez mais alto, cada vez mais alto.» Nesta casa formaram-se mulheres que vieram a desempenhar lugares de relevo na sociedade portuguesa. Vários exemplos poderiam ser apresentados, mas porque o tempo é curto, ilustramos apenas com o facto de a 1.ª mulher piloto da Força Aérea ter concluído os seus estudos neste instituto. Além do currículo escolar do Ministério da Educação, temos ainda à nossa disposição outras disciplinas extracurriculares, que enriquecem a nossa formação geral. Apresento, como exemplos, puericultura, música, teatro, ginástica rítmica, instrução militar e outras." De seguida, a Engenheira Leonor Teixeira de Aguiar, ex-aluna do Instituto, marcou o seu discurso pelas palavras alusivas à sua vivência na Instituição, nomeadamente: "Da reflexão que fiz sobre os saberes que aqui me ensinaram – o saber-saber, o saber-fazer e o saber-ser, voltei a ler o meu *curriculum vitae*. Lá constam os pequenos feitos da minha vida, lá constam os grandes feitos da minha vida, mas agora lá encontro, em cada linha bem visível, como «marca de água» o emblema do meu Instituto! Reitero, então, a resposta que dei à questão que a Senhora Directora me pôs, repetindo: o impacte do Instituto de Odivelas no meu *curriculum vitae* é positivo e muito significativo, e de tal maneira que, em vez das suas 70 páginas, ele pode escrever-se, apenas, com uma só linha: «Menina de Odivelas». No seguimento, a Dr.ª Graça Maria de Oliveira Durães Alves Martins, na qualidade de directora e anfitriã, salientou a importância da efeméride, rematando o seu discurso com as seguintes palavras: "Os nossos olhos estão postos no futuro e a nossa memória colectiva não esquece a riqueza da nossa História, nem a importância da nossa missão, mas o nosso trabalho, como professores ou alunas, civis ou militares, tem lugar aqui, nesta grande casa, e agora, com todos os privilégios e todas as dificuldades da conjuntura actual. A esta nobre missão de educar e de aprender, de formar e de crescer, consagramos as nossas vidas e entregamos os nossos corações, para dignificar o Exército e fazer crescer Portugal, levando o nome do Instituto de Odivelas cada vez mais alto".

Durante a cerimónia foi imposta a condecoração D. Afonso Henriques, a título póstumo, à antiga professora do Instituto, Dr.ª Maria da Graça Nascimento Moreira Henriques, a qual foi entregue pelo Presidente da República à D. Joana Patrícia Moreira Henriques, filha da condecorada.

Imediatamente antes do final da cerimónia, que foi precedido pela entoação do Hino do Instituto, o Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva constatou com satisfação, no seu discurso, que: "o Instituto preserva as tradições e a cultura de valores que o têm inspirado ao longo dos anos. Os valores da honestidade, da rectidão, da solidariedade fraterna, da verdade, da dedicação ao país. São valores que são muito caros à instituição militar, mas que são da maior importância para o progresso económico, social, e cultural, do nosso país. A cultura de valores

O Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva constatou com satisfação, no seu discurso, que: "(...) o Instituto de Odivelas (...) está a contribuir para que mais mulheres tragam à nossa vida política, económica e social, o seu poder de transformação, a riqueza das suas atitudes, a sua forma especial de entender a realidade, de agirem, de decidir em favor do bem comum.

é de tão grande importância para a formação dos jovens e 'adquire-se', em boa parte também, na escola. (…) É um investimento no progresso do nosso país e um dos investimentos mais rentáveis que uma nação pode fazer. E o Instituto de Odivelas está a preparar jovens mulheres para intervirem e participarem na vida da nossa sociedade. E dessa forma está a contribuir para que mais mulheres tragam à nossa vida política, económica e social, o seu poder de transformação, a riqueza das suas atitudes, a sua forma especial de entender a realidade, de agirem, de decidir em favor do bem comum. (…) Não podemos desperdiçar, de forma alguma, os talentos, as capacidades e as aptidões das mulheres e, por isso, é da nossa responsabilidade, eu não diria tanto fazer mudanças jurídicas, mas contribuir para a mudança das mentalidades do nosso país, para que, estas alunas que estão aqui, depois de darem provas das suas capacidades, tenham, de facto, a oportunidade de contribuir para uma nova forma de olhar e decidir na realidade portuguesa. E compete à sociedade, como um todo,

(Ao centro) Após receber o laço, a Dr.ª Maria Cavaco Silva repetiu as palavras proferidas pela Engenheira Leonor Aguiar, dizendo que no seu *curriculum vitae* também passaria a incluir o título de "Menina de Odivelas".
(À direita) O Presidente da República, assina o Livro de Honra do IO.

criar as condições para que seja possível conciliar a vida familiar com a vida profissional."

Terminada a cerimónia solene, o Presidente da República visitou as diversas áreas de formação e uma exposição preparada para o evento, na qual, ao entrar no átrio da dessa sala, a aluna Comandante de Batalhão impôs, à Dr.ª Maria Cavaco Silva, o laço, símbolo do Instituto de Odivelas, agraciamento que a tornou aluna honorária desta instituição.

Seguiu-se o almoço convívio, findo o qual o Presidente da República se deslocou à "Sala do Tecto Bonito" para assinar o Livro de Honra do Instituto.

O Chefe de Estado ainda teve oportunidade de visitar a Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar, que recebe os antigos alunos dos três estabelecimentos militares de ensino, quando estes já estão em idade avançada e não têm condições de fazerem a sua vida de forma independente. Após uma palestra sobre esta associação, visitou-a, onde, numa sala pré-preparada para o efeito, foi lembrado que o Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva é o membro honorário n.º 695 do Corpo de Alunos do Colégio Militar.

O Chefe de Estado ainda teve oportunidade de visitar a Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar, que recebe os antigos alunos dos três estabelecimentos militares de ensino.

Prof. Doutor Evangelista Rocha *

Estilos de Vida e Prevenção das Doenças Cardiovasculares

As doenças cardiovasculares (DCV) constituem a primeira causa de morte, em ambos os sexos, nos países europeus. Nas estatísticas de 2005 foram-lhe atribuídas 4,35 milhões de mortes nos 52 Estados membros da Região Europeia da Organização Mundial de Saúde (OMS) e mais de 1,9 milhões na União Europeia. Nalguns países representa aproximadamente metade de todos os óbitos. No entanto, esta proporção tem vindo a diminuir em países mais desenvolvidos (Norte, Oeste e Sul da Europa) ao invés dos países da Europa Central e de Leste onde também é mais elevada. Em Portugal, em 2005, registaram-se 36723 óbitos por DCV, correspondendo a 34% de todos os óbitos (107839), ou seja, mais do que as mortes por todas as formas de cancro (22724), embora esta proporção tenha diminuído progressivamente de 44%, em 1987, para 32,2%, em 2006. O impacto social das DCV não resulta apenas das elevadas taxas de mortalidade, mas também das incapacidades temporárias e definitivas, perda de produtividade, custos económicos, menor desenvolvimento económico e perda de qualidade de vida. Quanto à dimensão deste problema de saúde pública, apesar da evolução do peso das DCV ser decrescente na União Europeia, devido à evolução demográfica da população, com aumento

da longevidade, e à maior eficácia do tratamento que se reflecte no aumento da sobrevivência dos doentes, prevê-se que no futuro próximo a frequência destas doenças se mantenha elevada. Porém, a existência de diferenças significativas na sua distribuição por sexo e idade, quer ao nível de cada país, quer entre países, significa que existe um potencial de prevenção, isto é, as DCV podem ser evitadas e a ocorrência das suas complicações pode ser retardada. Para tal é necessário aplicar na prática as medidas que reflectem as evidências da investigação científica.

Factores de risco

A investigação identificou as características responsáveis pelo desenvolvimento das DCV, designados "factores de risco": biológicos (pressão arterial, açúcar, colesterol, peso), associados aos estilos de vida (tabaco, dieta, álcool, sedentariedade) e outros factores modificáveis (rendimentos, educação, condições de vida, condições de trabalho) e fixos (sexo, idade, genética e etnia). Os factores de maior impacto e modificáveis relacionam-se com estilos de vida. São a elevação da pressão arterial e do colesterol no sangue e o consumo de tabaco. Para além destes, no âmbito dos estilos de vida, destacam-se também o excesso de peso e a obesidade, a diabetes *mellitus*, o consumo excessivo de álcool e o stress psicosocial. Já foi estimada pela OMS uma diminuição da incidência das DCV para cerca de metade se houver uma diminuição ligeira, na população mundial, da pressão arterial, da obesidade, do colesterol e do consumo de tabaco.

Recomendações

As Sociedades e Associações Científicas têm definido com regularidade recomendações para prevenir e tratar as DCV dirigidas a médicos e outros profissionais de saúde. As estratégias adoptadas, todavia, têm tido um efeito limitado ao nível da população e dos doentes por obstáculos diversos, havendo melhorias ainda por realizar. Nesse sentido, o objectivo primário deste escrito, no âmbito da formação em saúde, é contribuir para sensibilizar e capacitar o público (leitores) para a prevenção cardiovascular. Assim, depois de se ter justificado a necessidade de se adoptarem estilos de vida saudáveis como determinantes da saúde cardiovascular, nesta abordagem específica, embora também sejam determinantes de outros fenómenos de saúde, apresentam-se algumas Orientações Europeias para atingir esse desiderato, um modo seguro e eficiente de obter ganhos em saúde, a nível individual e da população.

A Carta Europeia para a Saúde do Coração foi apresentada no Parlamento Europeu, em Junho de 2007, pela Sociedade Europeia de Cardiologia, em conjunto com a Rede Europeia de Cardiologia, depois de ter sido desenvolvida em colaboração com a Comissão Europeia e a OMS. Este documento pretende reduzir o peso da DCV na Europa em cerca de 40% e as desigualdades no peso da doença, dentro de cada país e entre os vários países. A Carta recomenda aos signatários que promovam e apoiem medidas que dêem prioridade a intervenções ligadas ao estilo de vida, as quais irão ajudar consideravelmente na redução do peso da doença cardiovascular (as doenças do coração, os acidentes vasculares cerebrais e outras doenças vasculares ateroscleróticas). É constituída por 18 Artigos, define uma estratégia abrangente para abordar os factores de risco ao longo da vida e que deve ser iniciada na infância, dando prioridade a intervenções ligadas ao estilo de vida e com o envolvimento dos decisores políticos nas orientações legais e políticas das pessoas, a título individual, e dos profissionais de saúde.

Nesta última parte indicam-se as características associadas à saúde cardiovascular e apresentam-se algumas sugestões/orientações para uma alimentação saudável, uma actividade física regular e o controlo do peso.

As características associadas à saúde cardiovascular são:

- Não consumir tabaco;
- Actividade física adequada;
- Hábitos alimentares saudáveis;
- Ausência de excesso de peso [IMC (Peso / Altura) <25 kg/m^2];
- Pressão arterial inferior a 140/90 mm Hg;
- Colesterol total inferior a 190 mg/dL;
- Metabolismo da glicose normal (<110 mg/~ dL);
- Evitar *stress* excessivo.

Estas características podem ser resumidas numa sequência de 9 dígitos: 0-3-5-140-5-3-0, o n.º do telefone Europeu para a Saúde. (Gráfico 1)

Escolhas para uma alimentação saudável

- Ingerir uma grande variedade de alimentos;
- Ajustar a ingestão calórica para evitar o excesso de peso;
- Dar preferência a maior consumo de frutas, vegetais, cereais e pão integrais, peixe (especialmente o gordo), carne magra e produtos lácteos magros;
- Substituir as gorduras saturadas pelos alimentos anteriores e por gorduras poli e monoinsaturadas (vegetais e marinhas) para reduzir a gordura total para <30% do total calórico, da qual menos de 1/3 é saturada;
- Reduzir o consumo de sal se a pressão arterial for elevada, evitando o sal de mesa e na cozinha, e ingerindo alimentos frescos ou congelados sem sal. Muitos dos alimentos processados, incluindo o pão, contêm um elevado teor de sal.

Actividade física

- O mais pequeno aumento da actividade física produz benefícios para a saúde. Pequenas quantidades de exercício produzem um efeito acumulado. No local de trabalho existem oportunidades de actividade física, por exemplo usar as escadas em vez do elevador.
- Praticar actividades de lazer que dão prazer;
- 30 minutos de exercício moderado na maioria dos dias da semana ajudarão a reduzir o risco e a melhorar a preparação física;
- O exercício com familiares ou amigos ajuda à motivação;
- Outros benefícios são a sensação de bem-estar, redução do peso e mais auto-estima;

Gráfico 1

0	Não fumar
3	Caminhar em média 3 km por dia ou 30 minutos de qualquer tipo de actividade física moderada
5	Porções de frutas e vegetais por dia
<140/90	Pressão arterial sistólica <140 mm H / pressão arterial diastólica <90 mm Hg
<5	Colesterol total < 5 mmol/L (190 mg/dL)
<3	Colesterol LDL < 3 mmol/L (115 mg/dL)
0	Ausência de excesso de peso e de diabetes

- O apoio e encorajamento contínuo do médico podem ajudar no longo prazo.

Peso

- Recomendada a redução do peso nos indivíduos obesos (IMC = 30 kg/m^2) e nos indivíduos com excesso de peso (IMC = 25 e <30 kg/m^2).

- Os homens com um perímetro de cintura entre 94-102 cm e mulheres com um perímetro de cintura entre 80-88 cm são aconselhados a não aumentar de peso. Os homens com mais de 102 cm e as mulheres com mais de 88 cm são aconselhados a perder peso.

- A restrição da ingestão calórica total e a actividade física regular são as pedras angulares no controlo do peso. É provável que se consiga melhorar o metabolismo da gordura central graças ao exercício ainda antes de se verificar uma redução do peso.

Em suma, na perspectiva de promover a saúde cardiovascular, as pessoas, a título individual, devem adoptar comportamentos que favoreçam uma dieta saudável, sem consumo de tabaco e com prática de actividade física regular. ع

Referências Bibliográficas:

Carta Europeia para a Saúde do Coração. Boletim da Sociedade Portuguesa de Cardiologia 2007; 135: 9-12.

Risco de Morrer em Portugal 2005. Direcção-Geral da Saúde – Direcção de Serviços de Epidemiologia e Estatísticas de Saúde - Divisão de Epidemiologia. Lisboa 2007; Vol I-II: http// www.dgs.pt

CARRILHO, MJ, PATRÍCIO., *L. A situação demográfica recente em Portugal.* Revista de Estudos Demográficos 2009; (44): 35-80.

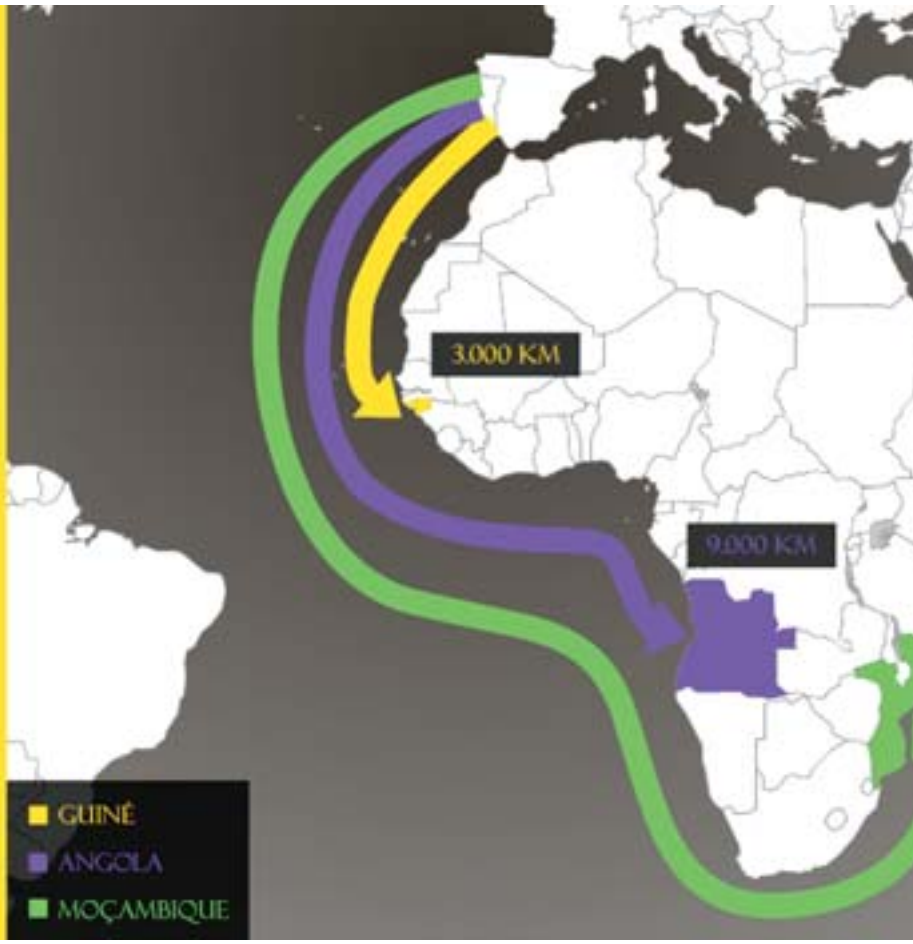
Recomendações Europeias para a Prevenção da Doença Cardiovascular 2007 - Versão Portuguesa. Adaptação da quarta revisão das Recomendações Europeias para a Prevenção da Doença Cardiovascular na Prática Clínica. Tradução: Traversões; Revisão: Evangelista Rocha, Cândida Fonseca; Coordenação: Cândida Fonseca, Hugo Madeira. Sociedade Portuguesa de Cardiologia biénio 2007-09.

* Cardiologista do HMP. Coordenador da Prevenção Cardiovascular da Sociedade Portuguesa de Cardiologia - biénio 2007-09.

Rui Alexandre Dias Sena

O Nacionalismo e a Guerra Colonial

Janeiro a Julho de 1961



Objectivos da investigação

Esta investigação tem por objectivos: verificar como o nacionalismo se expressava na imprensa periódica nacional antes e durante a Guerra Colonial, como essa mesma imprensa noticiava o decorrer da Guerra Colonial e averiguar como se relacionava o nacionalismo com a própria guerra quando noticiada pela imprensa.

O espaço temporal da investigação limitou-se pelos meses de Janeiro a Julho de 1961. A justificação para esta escolha foi a seguinte: Janeiro e Fevereiro são os meses antecedentes dos acontecimentos de 15 de Março que marcam, simbolicamente, o começo da Guerra Colonial e são meses bastante ricos em acontecimentos que colocam Portugal na cena internacional, como foi o caso do paquete "Santa Maria". A escolha do mês de Julho como baliza temporal final recaiu no facto de ter sido nesse preciso mês que se lançou a "Operação Viriato" com vista à tomada de Nambuangongo, que se encontrava sob domínio dos guerrilheiros desde o início da sublevação em Angola.

O nacionalismo na imprensa nacional

Neste ponto destaca-se uma selecção de notícias que apresentam manifestações nacionalistas ou indícios delas. Para o efeito faremos esse destaque de mês a mês. No mês de Janeiro destaca-se uma clara mensagem católica onde se manifesta a missão civilizadora de Portugal, como legitimação da presença portuguesa em África: "Portugal é consciente da sua missão civilizadora" – diz o Episcopado português. Os Bispos da Metrópole, atentos às responsabilidades do seu múnus pastoral, recordam aos fiéis que lhes estão confiados os evidentes desígnios de Deus sobre a Pátria Portuguesa. A linha providencial da nossa História tornou-nos, desde há muitos séculos, instrumento do Senhor na Evangelização de parte considerável do Mundo, na América, em África, na Ásia e até na Oceânia. E a Igreja tem confirmado sempre essa missão."[1] Este mês é bastante característico em destacar a soberania portuguesa sobre os seus territórios em África. "Novos protestos contra os

ataques à soberania portuguesa. Este protesto subscrito por numerosos empregados e operários do Porto que frequentaram os cursos do Instituto de Formação Social e Corporativa, foi recebido no gabinete do Ministro das Corporações e Previdência Social a seguinte mensagem: "Continuam na O.N.U. os ataques à soberania portuguesa e integridade nacionais. A origem desses ataques venham do Gana, Polónia, Ucrânia ou Nigéria, é como todos sabemos do comunismo internacional, que não pode perdoar-nos a derrota sofrida na Península Ibérica, e, principalmente, que sejamos possuidores de uma doutrina que na sua totalidade destrói completamente a doutrina marxista, por muito mais justa, e mais humana e essencialmente cristã. Enquanto nós defendemos o trabalhador e procuramos dar-lhe o salário justo para o trabalho feito, temos a liberdade de escolha da profissão e do local do trabalho que mais nos convier, temos a liberdade da escolha e da religião."[2]

A partir do dia 24 de Janeiro, os jornais são unânimes em destacar o desenrolar dos acontecimentos no paquete Santa Maria. Ambos relatam o acontecimento de forma praticamente igual, sem grandes alterações. Apenas se pode destacar uma frase noticiada no *Diário dos Açores*, de forte cariz nacionalista: "Na luta ficou morto o 3.º piloto, João José do Nascimento Costa, a cuja heroicidade o Governo português já hoje prestou homenagem no comunicado distribuído de madrugada."

O *Angola Norte* publica uma síntese do acontecimento do caso paquete Santa Maria: "Numa atitude que tem tanto de perversa como de criminosa, um grupo de piratas comandados pelo ex-Capitão Henrique Galvão assaltaram o paquete Santa Maria em pleno mar das Caraíbas (...) esta atitude pode-se classificar como de alta traição à pátria pois que ultrapassou tudo que por dissidências políticas seria de esperar (...) impõe-se que todos os portugueses, de todas as raças e de todos os credos, avaliem o grau de dignidade daqueles que, à frente de uma chamada oposição, se propunham comandar o destino da pátria."[3]

Os acontecimentos de 8 de Fevereiro faziam adivinhar as sublevações que ocorreriam em Angola: "Actos de admirável heroísmo de soldados angolanos e da metrópole assinalaram a resistência oposta em Luanda aos que assaltaram a casa da reclusão." Outra manchete: "Honrado a memória dos que acabam de perecer em Angola ao serviço da Pátria cerraram fileiras em torno do ideal: Pátria una e imperecível.[4]

O caso do paquete Santa Maria continuava a ocupar, em larga medida, os jornais portugueses e os internacionais. Todavia, constata-se que os jornais davam destaque ao discurso da Igreja que relembra ao povo português o seu destino especial para civilizar o mundo, mesmo que para isso seja necessário estar sozinho. O protesto dos empregados e operários, na notícia acima citada, demonstra também a importância que a imprensa dava a manifestações de apoio ao governo português contra o comunismo e contra as intromissões estrangeiras em assuntos de soberania portuguesa.

Os jornais são unânimes em destacar o desenrolar dos acontecimentos no paquete Santa Maria.

O mês de Fevereiro continua a noticiar o caso do Santa Maria: "Soou a hora da coesão nacional. Na época apocalíptica que vivemos não nos salvaremos uns tantos, mas todos ou nenhuns. E estar alerta não quer dizer: temer, recear, ou sentir vacilar, de algum modo, a confiança no futuro das nossas Províncias Ultramarinas, que outro não é senão o da Pátria. (...) os portugueses, de todas as latitudes geográficas, nesta hora, suprema para a integridade do nosso património Ultramarino, saibam manter-se firmes, com a noção exacta das responsabilidades que cabem a cada um, a noção exacta da extensão dos sacrifícios e dos esforços que podem ser necessários. (…) Medo, não! Pois como ainda recentemente foi afirmado nas colunas dos principais diários portugueses: quem não deve não teme! Nada devemos, pois tudo temos feito para manter sempre acesa a chama que vem sendo através de muitas gerações, o farol da nossa cristianização e da nossa própria civilização. (...) As horas apocalípticas que vive o mundo, tentam dramatizar alguns aspectos da nossa política ultramarina (...) soou a hora da coesão Nacional, uma hora que deve merecer de todos nós o maior esforço, a maior tenacidade e o sacrifício que todos nós estamos dispostos a suportar."[5] Este discurso, anuncia a guerra que viria a surgir oficialmente em Março.

Analisando o discurso de Salazar, fica claro o alerta dos perigos estrangeiros e dos constantes ataques que o império português sofria. Era uma forma de preparar a população portuguesa para os grandes sacrifícios que inevitavelmente teriam de ser feitos.

Com a resolução do caso Santa Maria surge a apoteose nacional: "Temos o Santa Maria connosco. Obrigado, portugueses! – assim falou Salazar no regresso do paquete ao Tejo a muitos milhares de pessoas que em calorosa e emotiva manifestação ergueram perante o Mundo. O clamor dum povo que sabe o que quer e para onde vai."[6]

No mesmo mês constatamos a manifestação entusiástica da população quando chega o paquete Santa Maria a Portugal: "Foi uma manifestação do mais alto patriotismo aquela que o povo português prestou, em Lisboa, aos tripulantes do Santa Maria, (...) manifestação do mais alto significado patriótico porque, tendo estado presente o Senhor Presidente do Conselho, a grandiosa manifestação que lhe foi prestada pelo povo, foi a demonstração clara e inolvidável, de quanto os portugueses confiam nas mãos seguras que dirigem o leme da Nação."[7] Os acontecimentos do paquete Santa Maria terminavam. Neste mês as notícias de valorização do governo de Lisboa e do regime político vigente, sendo o seu carácter puramente nacionalista.

Fonte: wikimedia.commons

Analisando o discurso de Salazar, fica claro o alerta dos perigos estrangeiros e dos constantes ataques que o império português sofria.

Em Março as notícias nacionalistas continuam: "Obrigado Salazar. Agradecimento sobre a acção do Presidente do Conselho português para demolir os velhos muros da cidadela política partidária, que desgraçava a nação, e sobre os seus escombros construiu uma nova mentalidade nacional que conduziu, por fim, o povo português à privilegiada posição que hoje ocupa no mundo actual."[8] O mesmo jornal deu ênfase a uma notícia de apoio a Portugal, desta vez escrita pelo Prof. Rogers, da Universidade de Harvard que, de forma sintética, procurou mencionar que o estatuto de Angola perante Portugal era idêntico ao dos vários Estados Norte-Americanos entre si.[9] Ao longo da investigação, constatou-se a clara necessidade de autenticação do regime procurando que a imprensa recolhesse

Manifestação em Lisboa.

Foto de Manuel Graça

citações de conceituadas figuras como forma de legitimação política.

A manifestação em Lisboa contra os países que estavam contra a política ultramarina portuguesa em África foi noticiada da seguinte maneira: "Foi num arrebatamento irresistível de fé patriótica que a população de Lisboa manifestou ontem de forma a não deixar dúvidas toda a sua indignação pelos ataques que em certos areópagos internacionais que nos têm sido dirigidos. (...) Homens, mulheres e crianças de todas idades e categorias sociais; (…) não quiseram faltar à mais expressiva afirmação de crença na eternidade de Portugal."[10]

Foi neste mês que a primeira notícia de carácter nacionalista e militar surgiu: "Bênçãos da Pátria. Tudo quanto a História nos legou, vós – militares de Portugal – o guardais e defendeis bravamente. É assim em tudo: na campa do soldado desconhecido e nas fronteiras de Diu, Damão e Goa. (...) Angola, expulsais os invasores estrangeiros (…) Soldados de Portugal! A Pátria vos contempla e vos abençoa!"[11]

OS HERÓIS NÃO MORREM!

O mês pode resumir-se aos agradecimentos a Salazar, à homenagem aos heróis portugueses que tombam a defender a pátria e aos que estão vivos a combater. É um mês de clara exaltação nacional e que começa a assistir à queda e ao fim do Império com Diu, Damão, Goa e Angola sendo os primeiros alvos desse desmoronamento.

O mês de Abril não escapa à onda nacionalista de exaltação do "império histórico": "Mortos ou vivos, ficaremos aqui. Como rocha, firme e impenetrável assim nós, portugueses firmes e impenetráveis, defrontaremos todas as fúrias e todas as tempestades, vigilantes no nosso posto (...) somos uma força imensa que nada poderá deter, uma força de tenacidade de vontade de querer (...) sob uma só bandeira, verde-rubra, sangue e esperança, a bandeira de uma Pátria que continua a confiar nos seus filhos (…)."[12] Segue, na mesma linha de orientação: "Sangue, suor e lágrimas. A hora presente é nossa. Uma hora de amargas realidades, mas de que evidência, uma vez mais, o brio tão indiscutível dos portugueses (...) a Pátria necessita de todos nós, como um só homem, reunidos numa só força de vontade, de querer vencer."[13]

A imprensa procurou destacar acções efectuadas pelos "frutos" do Império português, como forma de legitimar essa mesma presença e a boa convivência racial em África: "Dois jovens mestiços arrebataram a bandeira nacional aos terroristas que pretendiam levá-la durante o assalto à vila de Damba."[14]

Em Maio deve-se destacar uma notícia de evidente exaltação nacional, mas recorrendo ao passado. É o eterno retorno do providencialismo português que a ideologia do Estado Novo sempre tentou disseminar. Compara-se de forma entusiástica Mucaba a Aljubarrota, de forma a exaltar o nacionalismo e patriotismo português. Enquanto que em Aljubarrota os portugueses estavam em inferioridade numérica de um para dez, em Mucaba essa inferioridade era de um para seiscentos.[15] Através desta afirmação compreende-se a hipérbole nacionalista que se vivia em Portugal. Todavia o mesmo jornal ainda escreve: "O direito de defender Portugal. Estava escrito que seria este ano em que os portugueses fariam ressurgir das páginas gloriosas da História Pátria, os feitos do passado. (...) Defender Angola é defender Portugal!"[16]

No mês de Junho a imprensa continuava em busca de legitimação internacional para a política ultramarina portuguesa: "É perfeita a unidade do povo português em relação aos seus territórios do

Jornal do Exército de Março de 1961

Fonte: Edição Correio da Manhã

Chegada do Batalhão 96 a Nambuangongo em 9 de Agosto de 1961.

ultramar – sublinha o jornal belga *La Côte Libre*, toda a notícia é de apoio à política do governo de Lisboa e de exemplo a seguir pelo mundo ocidental."[17]

Por fim, no mês de Julho deve-se destacar: "Os bravos defensores de Santa Cruz de Macocola receberam em triunfo um contingente que libertou a vida do assédio dos terroristas."[18] A restante notícia exalta tremendamente os milicianos, usando para os descrever as expressões "heróis nacionais" e "os bravos". De salientar que estas expressões são constantes nas diversas notícias de exaltação nacional, mas, no mês de Junho, foram mais constantes. Veja-se o último exemplo: "Salazar recebeu o "Herói de Mucaba". Em S. João do Estoril (...) o Presidente do Conselho, recebeu o funcionário do Quadro Administrativo, Hermínio de Carvalho Sena, mais conhecido pelo "herói de Mucaba" devido actividade que ali desenvolveu (...)."[19]

Através desta investigação podemos verificar a evolução das notícias de cariz nacionalista que surgem entre de Janeiro a Julho e tentar perceber se houve alterações no peso que o nacionalismo ocupava nos diversos periódicos analisados. Sendo assim, compreendemos que as notícias de carácter nacionalista são uma constante ao longo dos meses analisados mas, ao nível de quantidade vão diminuindo. Podemos dividir os meses da seguinte maneira: Janeiro e Fevereiro são meses de fortes manifestações nacionalistas impulsionadas pelo caso "Santa Maria"; Março e Abril são meses que possuem ainda uma forte carga nacionalista na imprensa, mas começa-se a notar uma quebra, mesmo que ténue; Maio, Junho e Julho nota-se uma quebra acentuada ao nível da quantidade de notícias exclusivamente de teor nacionalista. Todavia, no mês de Julho, sente-se um reviver da exaltação nacionalista com o início da "Operação Viriato" com vista à tomada de Nambuangongo.

A Guerra Colonial na imprensa nacional

A primeira notícia que dá maior ênfase à gravidade da situação em Angola é de 25 de Março, no jornal *Angola Norte*: "Esta cidade foi novamente alvo de inquietações no decurso desta semana. Acontecimentos de alta gravidade ocorridos em algumas localidades do Congo Português, e na região dos Dembos, vieram confirmar que avisos prudentes se baseavam em boas informações a respeito de certas tramas "manipuladas" lá fora. (…) Todos sabem que a conspiração internacional de que somos alvo é suficientemente para suscitar actos de terrorismo. Um desses surtos eclodiu, a fim de corroborar os ataques contra Portugal no estrangeiro e na O.N.U. De facto o que se passou foram actos de terrorismo (…) Os acontecimentos desta vez revestiram-se de maior gravidade pelo número de vítimas e pela forma como foram perpetrados. (…) Apuraram-se casos de selvajaria e de sadismo. (…) A povoação de Nambuangongo, a 181 quilómetros de Luanda, onde habitam

europeus houve acontecimentos sangrentos. Houve muitos mortos."[20] Esta notícia trata do conflito, mas com forte carga nacionalista. Aliás, é difícil por vezes separar Guerra Colonial de nacionalismo. Enquanto que no capítulo "O Nacionalismo na imprensa nacional" se seleccionaram apenas notícias de carácter nacionalista e que não mencionassem claramente o desenrolar do conflito em Angola, neste será praticamente impossível fazer essa separação.

Durante o mês de Março notam-se pequenas notícias em toda a imprensa analisada sobre acções violentas contra os portugueses. Por outro lado, temos manifestações de patriotismo relacionadas com essas mesmas notícias e promessas por parte dos colonos europeus de não abandonar Angola e de fazer caça aos guerrilheiros.

A imprensa, no mês de Abril, mais precisamente *O Século* e o *Diário dos Açores*, destacam as "operações de limpeza" efectuadas pela tropa portuguesa e que estas operações decorriam com normalidade. Raramente a imprensa faz referência a soldados portugueses que pereceram em combate. Todavia há este excelente exemplo: "Foram assassinados nove militares, entre os quais dois oficiais e um sargento (…) entre o Quitexe e o rio Tange."[21]

As notícias relativamente à situação vivida em Angola foram amplamente difundidas durante o mês de Abril: "Conseguiram chegar ao Bembe dois sobreviventes do massacre de Lucunga: Hernâni Matos e António Joaquim Correia, depois de penosa marcha através de florestas infestadas de terroristas e de feras. Declararam que outros fugitivos (…) foram descobertos e assassinados."[22] Outra notícia, ainda do mesmo jornal: "Chefe do posto, Manuel Coutinho foi barbaramente assassinado na secretária, assim como mais quatro europeus e um mestiço. (…)."[23]

Nesse mês, a imprensa nacional projectou com destaque os "massacres". Sendo importante focar que o termo "massacre", na nossa opinião, é utilizado pela imprensa portuguesa sempre que se mata um mínimo de quatro indivíduos. Isto porque a imprensa não refere "massacre" apenas quando um indivíduo é assassinado com requintes de malvadez, pois nesse caso emprega o termo "barbaridade" ou "selvaticamente". A utilização do termo "massacre" teria como objectivo impressionar e fazer pesar os acontecimentos perante o leitor, procurando criar uma opinião pública que na verdade não existia durante o Estado Novo.

O mês de Maio não se mostrou fértil para notícias sobre a Guerra Colonial, tendo sido bastante omisso. Podemos apenas destacar uma notícia no *Diário Popular*: "Os terroristas estão a destruir as pontes da região de Carmona procurando apertar o cerco àquela cidade. A actividade dos bandos de terroristas se tem acentuado nos últimos dias, revelando a intenção de aumentar o terror entre os trabalhadores bailundos que ainda se encontram a trabalhar nalgumas fazendas da região. (…)."[24]

O *Boletim Geral do Ultramar*, de Maio, traz algumas informações interessantes, pois retrata diariamente as investidas dos guerrilheiros contra as povoações ou patrulhas militares. Os resultados desses confrontos acabam sempre com vantagem para as povoações ou para as patrulhas, estas sempre com poucas baixas ou apenas ferimentos ligeiros. Por seu turno, os guerrilheiros acabam sempre por fugir e com pesadas baixas.[25]

O mês de Junho não contém notícias significativas sobre a Guerra Colonial. Apenas o *Boletim Geral do Ultramar* traz algo de útil: "Dia 1 de Junho – Um grupo de terroristas assaltou fazendas na região do Songo, tendo actuado com os maiores requintes de selvajaria. Lançaram-se como feras sobre os trabalhadores bailundos (…) outros trabalhadores, que haviam ficado dispersos pelas fazendas, ao notarem os primeiros indícios dos ataques fugiram para Songo em busca de protecção mas, durante o trajecto foram assaltados por um outro bando de terroristas que também os massacrou, não os poupando à sua fúria assassina. As forças militares, avisadas dos ataques, avançaram imediatamente para aquelas fazendas, iniciando a perseguição aos terroristas, que sofreram um severo castigo. Crianças de peito, homens e mulheres estavam despedaçados pelos terroristas."[26]

No mês de Junho intensificaram-se os confrontos entre os guerrilheiros e as tropas portuguesas, mas sempre em confrontos de baixa intensidade. Verificou-se uma quebra de notícias sobre a Guerra Colonial durante os meses de Maio e Junho. Apenas o *Boletim Geral do Ultramar* trouxe informações consideráveis sobre o conflito.

Por fim, temos o mês de Julho, sendo que os diversos meios de imprensa noticiaram a investida portuguesa sobre Nambuangongo e, como consequência, o número de notícias sobre o conflito rebentou. O *Diário Popular* escreve: "Começam-se a travar violentos combates na região de Nambuangongo, estando assim a operação militar portuguesa em pleno progresso."[27] O *Angola Norte* noticia: "Às portas da zona de Nambuangongo, que os terroristas consideravam inexpugnável, os nossos soldados penetraram na floresta e durante horas travam lutas renhidas."[28] O *Diário dos Açores*, noticia: "As forças militares tomaram a povoação de Qimbumbe, a 60 quilómetros de Nambuangongo, aperta-se o cerco a Nambuangongo."[29]

A evolução das notícias sobre a Guerra Colonial nas diversas fontes analisadas pode ser descrita da seguinte maneira: em Março, com o início do conflito, até ao mês de Abril, pode-se afirmar que houve uma cobertura noticiosa bastante considerável sobre o conflito em Angola ao nível dos "massacres" efectuados pelos rebeldes, enquanto que durante os meses de Maio a Junho se assiste a uma quebra dessa mesma cobertura. No mês de Julho surge um novo pico de informação referente ao conflito devido à realização da Operação Viriato, a que todos os jornais deram grande destaque.

Conclusão

Comparando a evolução das notícias referentes ao nacionalismo e à Guerra Colonial na imprensa, podemos concluir que enquanto o conflito não se iniciou, durante os meses de Janeiro e Fevereiro, a imprensa deu grande destaque às notícias de carácter nacionalista. Com o começo do conflito verifica-se que a imprensa esteve dividida entre as notícias de carácter nacionalista e as notícias sobre o desenrolar dos acontecimentos em Angola, mas denota-se uma clara quebra de notícias exclusivamente de carácter nacionalista. De Maio a Junho há uma quebra nas notícias tanto ao nível do nacionalismo como da Guerra Colonial. A explicação que pode ser avançada para esta situação é que foi neste período que um grande número de contingentes militares partiu de Portugal a caminho de Angola. Teria sido portanto um momento de expectativa para a imprensa, ocupando-se com o desenrolar da política internacional, nomeadamente com as rivalidades entre os EUA e a URSS e destacando quais os Estados soberanos que apoiavam ou criticavam a política portuguesa em África. No último mês em análise, a imprensa retoma as notícias de carácter nacionalista e informa sobre o decorrer da Operação Viriato. É difícil conseguir separar as notícias de carácter puramente nacionalista das notícias que apenas se restringem ao desenrolar da Guerra Colonial. Por vezes temos uma clara simbiose de ambas num só corpo noticioso. Todavia, pode-se afirmar que durante os meses de Março a Junho essa divisão era possível de se efectuar, mas, com o lançamento da Operação Viriato as notícias nacionalistas e militares do mês de Julho fundem-se, convergindo assim para uma apoteose nacionalista de reconquista do espaço ultramarino português em Angola.

Fonte: ultramar.terraweb.biz

Os diversos meios de imprensa noticiaram a investida portuguesa sobre Nambuangongo.

Biografia:

Rui Dias Sena Licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa (FSCH). Actualmente, frequenta o 2º ano do Mestrado em História Contemporânea na respectiva instituição. Estando a elaborar no âmbito do Mestrado, uma dissertação sobre as reformas militares em Portugal no Século XX, mais propriamente desde a I República até ao fim do Estado Novo. Dedica os seus interesses de investigação à História Militar, História Contemporânea, História Regional, História Local e Micro-História. Preve-se a publicação em meados de Março de 2010, de uma obra científica sobre o Património Medieval de Lisboa de sua autoria.

Arquivos consultados
Biblioteca Nacional de Portugal
Hemeroteca Municipal de Lisboa
Imprensa periódica consultada (fontes)
Angola Norte
Boletim Geral do Ultramar
Diário dos Açores
Diário da Manhã
Diário Popular
Flama
Jornal de Angola
Jornal de Letras e Artes

Letras e Artes
O Século
O Século Ilustrado
A Província de Angola

Estudos consultados (bibliografia)

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, Guerra Colonial, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

CANN, John P., Contra-insurreição em África: o modo português de fazer a guerra 1961 - 1974, Rana, Atena, 1998.

TEIXEIRA, Rui Azevedo, Angola: 1961-1974, Matosinhos, Quidnovi, 2006.

ANTUNES, José Freire, A Guerra de África, Vol. 1-2, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord), Nova História Militar, Vols 4 e 5, ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.

GUERRA, João Paulo, Memória da Guerra Colonial, Porto, Afrontamento, 1999.

MELO, João de (org.), Os Anos da Guerra 1961-1974, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.

PINTO, António Costa, O Fim do Império Português, A cena internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.Manhã, 15/01/1961.

---

[1] Diário da Manhã, 15/01/1961.
[2] Ibidem, 15/01/1961.
[3] Angola Norte, 28/01/1961.
[4] Diário da Manhã, 08/02/1961.
[5] Angola Norte, 11/02/1961.
[6] Diário dos Açores, 17/02/1961.
[7] Angola Norte, 25/02/1961.
[8] Diário da Manhã, 02/03/1961.
[9] Ibidem, 02/03/1961.
[10] Diário Popular, 28/03/1961.
[11] Ibidem, 31/03/1961.
[12] Angola Norte, 08/04/1961.
[13] Ibidem, 15/04/1961.
[14] Diário Popular, 18/04/1961.
[15] Angola Norte, 06/05/1961.
[16] Ibidem, 13/05/1961.
[17] Diário da Manhã, 03/06/1961.
[18] Diário Popular, 17/07/1961.
[19] Angola Norte, 29/07/1961.
[20] Angola Norte, 25/03/1961.
[21] Diário dos Açores, 06/04/1961.
[22] Angola Norte, 22/04/1961.
[23] Angola Norte, 22/04/1961.
[24] Diário Popular, 10/05/1961.
[25] Boletim Geral do Ultramar, Maio de 1961, pp.98-128
[26] Ibidem, Junho - Julho de 1961, p.124-125.
[27] Diário Popular, 16/07/1961.
[28] Angola Norte, 22/07/1961.
[29] Diário dos Açores, 28/07/1961.

Cerimónia evocativa da construção dos fortes e redutos das Linhas de Torres na Assembleia da República

Realizou-se dia 13 de Janeiro, na Assembleia da República, a Cerimónia Evocativa da Construção dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres promovida pela Comissão de Defesa Nacional e o Exército Português.

O Seminário sobre a construção das Linhas de Torres, decorreu na sala do Senado, tendo as seguintes participações:

- Abertura, pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama;

- Intervenção do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho

(Extracto do discurso do General CEME).

"[...] O Comandante do Exército congratula-se, assim, com este Seminário e Exposição que se realiza na Assembleia da República, onde evocamos e enaltecemos o esforço do povo anónimo que trabalhou e lutou incansavelmente, na construção dos Fortes e Redutos das Linhas de Torres, de forma dedicada e empenhada, com o alento e a determinação de uma nação que assumiu os valores do patriotismo, da coragem e da dedicação à pátria e se dispôs a morrer por eles, aquando da Guerra Peninsular, garantindo a nossa soberania e identidade nacional, lutando contra o invasor.

A Guerra Peninsular, pela sua amplitude política, militar e social, permanece como um marco histórico que o tempo não apaga; caracterizada por um misto de humilhação e de glória, onde se destacou o espírito insubmisso do povo português e a bravura e a determinação dos seus soldados, valores potenciados pelo apoio prestado pelos nossos aliados ingleses, permitiram quebrar o brilho e a aura de invencibilidade das forças napoleónicas – o Exército mais poderoso da época.

Sempre que esteve em jogo a sobrevivência de Portugal, como em situações anteriores, o povo fez sobressair o seu orgulho nacional e a sua identidade, e combateu ao lado de soldados, milícias e ordenanças, pela preservação da sua liberdade e independência [...]."

- *A Engenharia Portuguesa como Recurso Estratégico Nacional*, pelo Engenheiro Fernando Santo, Bastonário da Ordem dos Engenheiros;

- *Construção e Desenvolvimento das Linhas de Torres – sua concepção e execução*, pelo Tenente-General Maia de Mascarenhas, Comandante da Instrução e Doutrina do Exército;

- *Portugal ao tempo das Linhas de Torres*, pelo Professor Doutor António Pedro Vicente, Universidade Nova de Lisboa;

- Encerramento pelo Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Deputado Dr. José Luís Arnaut.

Seguiu-se, no Átrio Principal do Palácio de São Bento, a abertura da Exposição, *As Linhas de Defesa a Norte de Lisboa – Natureza, Engenho, Organizações e Segredo pararam a Terceira Invação Francesa*, pelo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. A exposição foi organizada pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direcção de Infra-Estruturas do Exército.

Homenagem ao esforço do Povo Português que construiu as Linhas de Torres

Foi junto ao Monumento Comemorativo, representado pela estátua de Hércules, sediado na Serra de Alhandra, outrora conhecido pelo Reduto n.º 3 ou Reduto da Boavista, que se realizou a Cerimónia Evocativa da Intensificação da Construção das Obras Defensivas das Linhas de Torres, em 8 de Janeiro.

Este local, plantado no alto de um morro e bafejado por ventos bastante fortes, foi palco desta cerimónia de índole militar, presidida pelo Secretário de Estado da Cultura, Dr. Elísio Summaville e contou com a presença, entre outros, da Presidente do Município de Vila Franca de Xira, D.ª Maria da Luz Rosinha, e do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

A cerimónia militar teve início com a chegada das altas entidades. Seguiu-se uma Homenagem aos Mortos que tombaram na construção e na defesa do sistema defensivo das Linhas de Torres, iniciada com a colocação de uma coroa de flores junto ao monumento supracitado. Terminada esta homenagem, procedeu-se ao descerramento da placa comemorativa, aposta no monumento. Antes dos discursos alusivos à cerimónia, lidos pelas principais entidades, que marcaram a finalização da parte militar desta, foi feita uma evocação ao povo português e às forças militares que construíram e defenderam as Linhas de Torres, pelo Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo.

Os convidados deslocaram-se, seguidamente, à Quinta Municipal do Sobralinho, em Alhandra, onde lhes foi apresentada a exposição alusiva à Construção das Linhas de Torres.

Rui Dias Sena

O porquê de escrever este artigo?

A razão para a compilação deste artigo deveu-se ao facto de constatar que o *Jornal do Exército* (JE) desde sensivelmente 1965 a 1998, continha a nível mensal e praticamente sem falhas um artigo sobre esta temática (jogos de guerra e modelismo). Procura-se assim, retomar a tradição à qual o *JE* nos habituou. Estando o mesmo ausente destes assuntos há já alguns anos, cabe a este primeiro artigo, a função de expor aos leitores de forma muito geral e sintética, o mundo desconhecido dos jogos de guerra, o estado da questão em Portugal e quais as tendências que se jogam no país. Espera-se que assiduamente se possa dar continuidade a esta temática, para se passar da abordagem geral e sintética à específica.

Estado da questão

"Jogos de guerra" poderão resumir-se a adquirir miniaturas que se montam, pintam e ao invés de ficarem expostas (como no modelismo estático) se jogam, podendo ser usadas para recriar batalhas históricas (Waterloo), épocas militares históricas (Guerras Púnicas, Guerras Napoleónicas, Segunda Guerra Mundial), ou ainda jogos pré-estabelecidos de cariz futurista e fantástico. Este *hobby*, em Portugal, encontra-se bastante diferente em comparação há uns anos atrás. Neste caso, a diferença é para melhor. Há mais jogadores, empresas da especialidade, maior variedade de jogos e um maior espírito de comunidade, onde se organizam torneios/convenções dos diversos jogos. Destina-se a todos aqueles que possuem interesses em modelismo, estratégia e História militar. Ambos os interesses convergem num sincretismo pleno, acabando assim por se desfrutar de bons momentos durante os jogos,

40k pode ser descrito como um jogo futurista/fantástico, a acção desenrola-se num futuro longínquo (cerca de 38.000 anos da nossa Era), onde a raça Humana luta para defender o seu Império.

FoW é um jogo referente à Segunda Guerra Mundial, as partidas desenrolam-se à escala de Companhias. O teatro de operações vai desde a Europa ao Norte de África. As miniaturas são de 15mm, sensivelmente à escala1/100.

onde para além da partida em si, debate-se sobre batalhas, personagens históricas, estratégias militares, técnicas de pintura e afins.

Quais as tendências em Portugal?

Funesta é a tarefa de destacar, quais as maiores tendências neste *hobby*. Pois será sempre apontado o dedo por ter negligenciado algum, ou ter reduzido a poucas palavras um jogo. Por essa razão, destaca-se neste primeiro artigo, três jogos que parecem representar o maior leque de jogadores portugueses e distribuídos pelas faixas etárias entre os 12-45 anos. São eles: Flames of War (FoW), Warhammer Fantasy Battle (WFB), Warhammer 40.000 (40k).

Assim sendo, FoW é um jogo referente à Segunda Guerra Mundial, as partidas desenrolam-se à escala de companhias. O teatro de operações vai desde a Europa ao Norte de África. As miniaturas são de 15mm, sensivelmente à escala1/100. Há duas balizas temporais que dividem FoW: o período médio da guerra" e o "período tardio da guerra". São formas de dividir a evolução tecnológica e bélica da Segunda Guerra Mundial. Temos assim, na primeira baliza temporal, um período menos avançado onde o armamento é menos mortífero ao contrário do período posterior. As facções principais que se pode escolher para jogar são: Britânicos, Finlandeses, Alemães, Húngaros, Italianos, Romenos, Soviéticos, Norte-Americanos.

Relativamente a WFB, é um jogo que representa regimentos de cada facção: Humanos (Império e Bretonnia), Elfos, Anões, Mortos-vivos, Orcs e Goblins, Vampiros, Homens-Lagarto, e as forças do Caos. Este jogo já conta com 26 anos de existência tendo sido, evidentemente, alvo de constantes adaptações ao longo destes anos.

Por último, temos 40k que pode ser descrito como um jogo futurista/fantástico. A acção desenrola-se num futuro longínquo (cerca de 38.000 anos da nossa Era), onde a raça humana luta para defender o seu Império que se estende ao longo de toda a Galáxia. As miniaturas são de 28mm e neste sistema a compenente básica são esquadras, que todas reunidas formam um exército. Ao nível de facções, existe a facção Imperial que engloba os Space Marines, Deamonhunters, Imperial Guard, Witch Hunters, as facções não Imperiais são: Dark Eldar, Eldar, Necrons, Orks, Tau Empire e Tyranids.

Há evidentemente mais jogos de guerra para descrever, *kits* de modelismo estático para comentar. Neste artigo, apenas se começou por expor, um pouco da ponta de um enorme icebergue que é este *hobby*.

***in Jornal do Exército* n.º 18, de Junho de 1961**

Soluções deste número:
1 - Cobre-nuca do 2º homem; 2 - Cauda do leão; 3 - Bolso inferior do dolman; 4 - Fivela da bandoleira; 5 - Ponto de mira; 6 - Juba sobre a cabeça; 7 - Bigode do leão; 8 - Nariz do leão.

jornal do
Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional 0781 0112 0112 0011 6976 9 – D.G.T. (entrar em contacto com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

EXÉRCITO

D. Sebastião e a Batalha de Alcácer-Quibir

Cronologia

1554 (20 de Janeiro) – Nasce D. Sebastião.

1557 – Aclamado rei de Portugal por morte de D. João III. A rainha viúva D. Catarina assume a Regência.

1562 – A Regência passa para as mãos do Cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião.

1568 (20 de Janeiro) – D. Sebastião assume o governo do Reino, aos catorze anos de idade.

1569-1571 – Ordenações militares "Sebásticas".

1572-1573 – Efectua visitas de inspecção militar ao Alentejo e ao Algarve.

1573 – Realiza uma viagem exploratória ao Norte de África.

1576 – Encontra-se com Filipe II de Espanha, em Guadalupe, com quem trata sobre assuntos referentes à expedição a Marrocos.

1578 (4 de Agosto) – D. Sebastião morre na **Batalha de Alcácer-Quibir**.

O Comandante

Decorridos mais de quatro centúrias sobre a trágica morte de D. Sebastião "nas areias" de Alcácer-Quibir, a sua vida e as "atribulações" do seu reinado continuam a merecer a atenção da História, a encher páginas de estórias e fazer as delícias esotéricas. Nasceu como "Desejado" no dia de São Sebastião, foi aclamado rei com apenas três anos, assumiu a governação aos 14 anos e morreu aos 24 anos, envolto nas brumas da lenda. Qual paradoxo, o rei que nasceu três semanas depois de o pai e príncipe herdeiro, D. João, morrer e três anos antes de o avô e rei, D. João III, finar e que representava a esperança de recuperação da grandiosidade imperial da Dinastia de Avis foi, afinal, "o seu coveiro".

Ao longo dos tempos habituámo-nos a olhar para D. Sebastião como um monarca irresponsável que hipotecou o Estado e o futuro da Nação numa "aventura" aparentemente sem sentido estratégico. No entanto, D. Sebastião foi o produto de uma conjuntura política e de uma época: nasceu órfão de pai e foi privado da mãe aos três meses de idade, chamada a Castela pelo irmão Filipe II; os jesuítas influenciaram a educação e a formação do rei, papel desempenhado pelo padre Luís Gonçalves da Câmara, que lhe incutiu um fervor religioso a raiar o messianismo; na Europa grassavam as heresias e o continente vivia sobre a ameaça turca nas fronteiras a Leste e na África Setentrional e, como tal, D. Sebastião tinha a obsessão de "fazer muita cristandade", escutando os apelos que lhe chegavam de Roma para que combatesse o infiel; o ambiente da Corte que rodeava o monarca influenciou-o relativamente ao desígnio marroquino, tanto mais que o seu "aio", Aleixo de Meneses, fez grande parte da carreira em África.

Mas D. Sebastião foi um rei reformista, que definiu legislação específica para o Brasil, para a costa africana e o Oriente, com o fim de viabilizar uma administração ultramarina que permanecia estática e regulamentou militarmente o Reino, ciente das suas necessidades de defesa. Preocupou-se, ainda, em estar junto do povo, sentindo o seu pulsar, e encetou estreitas relações diplomáticas com a Inglaterra e a França, enquanto "contrapeso" ao poder castelhano. Quis renovar a política africana de D. Afonso V mas faltou-lhe a prudência de Filipe II, que não se imiscuiu nos negócios marroquinos e aguardou que

Maria Augusta Cruz, D. Sebastião, Círculo de Leitores, 2006.

D. Sebastião.

D. Sebastião, como infere Sales Loureiro, metesse Portugal pela África dentro, passível de aí se consumir para, então, meter a Espanha por Portugal dentro. Mas, o erro capital de D. Sebastião foi ignorar que não tinha *bellatores* à altura e que, ao comandar pessoalmente e na linha da frente o exército, colocava o futuro do reino em perigo, na falta de sucessor directo. Efectivamente, esqueceu-se que um rei / comandante define a estratégia, impõe a táctica mas deixa o campo de batalha para os soldados tecerem armas. Combateu e morreu numa única batalha, como um soldado que lava a honra (e os erros) com o próprio sangue e que à pergunta de D. João de Portugal: "que pode aqui haver que fazer, senão morrermos todos?" respondeu, entre golpes de espada: "morrer sim, mas devagar".

Carlos Margaça Veiga, Perda da Independência, QuidNovi, 2006.

Mapa do Norte de África século XVI.

Enquadramento Político-Estratégico

Em 1521, quando D. João III subiu ao trono, Portugal vivia a hora da sua grandeza imperial. O Império Marítimo Português apoiava-se no domínio de pontos estratégicos costeiros que controlavam as rotas marítimas e comerciais mais importantes: Ceuta vigiava o Mediterrâneo; Alcácer-Seguer e Arzila garantiam presença no Norte de África; o eixo Luanda-Benguela apoiava a presença lusitana na costa Ocidental de África; Melinde e Mombaça, situados na costa Oriental africana, eram pontos de abastecimento do último troço da rota indiana; Ormuz, Goa e Malaca representavam o triângulo estratégico onde Afonso de Albuquerque firmou o Império Português do Oriente. O Brasil estava por desbravar.
Porém, o monarca constatou os constrangimentos que rodeavam a Expansão Ultramarina, pois o índice demográfico do País não acompanhava o ritmo de crescimento da Expansão, as crises económicas europeias e nacionais (1545-1562) arruinaram as finanças régias e o comércio oriental aproveitava mais a um conjunto restrito de pessoas da Nação do que ao desenvolvimento sustentado do País, prejudicando grandemente a actividade produtiva. Assim, consciente dos limitados recursos humanos e materiais que o Reino dispunha para sustentar tão extensas linhas de comunicações, o monarca percebeu estar perante graves problemas de administração e defesa militar, agravados pelo facto de as praças ultramarinas serem alvo de cobiças externas e crescentes acções de pirataria. Perante estas evidências, D. João III decidiu dar corpo a uma retracção do dispositivo imperial, hierarquizando objectivos e reafectando os recursos. Consequentemente, sacrificou o Norte de África abandonando as praças de Azamor, Cabo de Guê, Safim, Alcácer-Ceguer e Arzila, devido à instabilidade originada pela pressão dos

turcos e às reduzidas valias comerciais que a posse desses domínios ofereciam. Na Índia, manteve o sustentável espiritualmente e rentável economicamente e procedeu à colonização e exploração das potencialidades que o Brasil oferecia. Portanto, D. João III fixou a Oriente, controlou no Atlântico, vigiou na Europa (neutralidade continental, vassalagem à Santa Sé e boa vizinhança com a Espanha), abandonou África e explorou o Brasil.

Mas a decisão real de abandonar as praças africanas contou com uma forte oposição interna, de tal forma que, num discurso panegírico da época, se afirmava ser "mais justa e mais conveniente a conquista de África, que a da Índia, [porque esta] estava muito longe e não rendia cousa, que com ela se tornasse a gastar e aquela estava doente e era muito prejudicial à Hespanha a sua vizinhança, e convinha domalla, e estender nella o império lusitano".

Em 1557, morreu D. João III, sucedendo-lhe o neto, D. Sebastião, que contava três anos de idade. A rainha-viúva, D. Catarina, assumiu a regência, depois afastada pelo cunhado, o infante-cardeal D. Henrique, nas Cortes (1562-1563) em que se reequacionou a política africana: "não se larguem os logares de África, nem Mazagão (…). Todos devem contribuir para a guerra de África".

Em 1568, D. Sebastião ocupou o trono, deparando-se no Reino, na Europa e no Império com um "mar" de constrangimentos: na Corte predominava o tema do Norte de África e a preocupação relativa ao perigo castelhano, que aumentava na proporção do seu próprio poderio; a Europa mergulhara na secessão religiosa e na instabilidade política, com as questões de fé e de poder a conduzirem os Estados a guerras generalizadas; o perigo turco espreitava nas fronteiras a Leste do continente e a Sudoeste do Mediterrâneo; no Ultramar, cresciam as dificuldades de manutenção da coesão das colónias orientais e a costa do Brasil passava a ser sistematicamente assaltada pelos piratas e corsários, que tornaram insegura a rota do Atlântico; a própria costa algarvia sentia os efeitos da pirataria moura e britânica.

Consequentemente, e seguindo o raciocínio de Borges de Macedo, três ordens de razões devem ser levadas em linha de conta para explicar a "estratégia marroquina": o *satus quo* do projecto oriental, o crescente perigo de hegemonia da Monarquia Hispânica e o avanço turco no Norte de África. Em relação ao primeiro ponto, a Coroa portuguesa entendeu que a manutenção dos dispersos e cobiçados domínios no Oriente estava, a prazo, condenada, procurando a sua substituição pela reconstituição do império africano de D. Afonso V, situado nas proximidades da metrópole e de mais fácil sustentação. Depois, o poder hispânico era um problema de crescente preocupação, com as influências tentaculares de Filipe II na Europa a atormentar a integridade do País. Daí D. Sebastião ter procurado acordos diplomáticos com as Coroas britânica e francesa, que servissem de contrapeso às ambições continentais do vizinho ibérico. A posse de praças-fortes em Marrocos permitia manter sob pressão a fronteira sul do território peninsular de Filipe II. Por fim, existia a questão turca, pois o controlo da zona de Marrocos pelos otomanos deitaria por terra o equilíbrio peninsular e europeu, enquanto que a rota do Atlântico seria afectada e as costas portuguesas ameaçadas. A oportunidade para ingerir nos assuntos marroquinos surge e é aproveitada quando Mulei Abdelmélique, com apoio turco, usurpa o trono sádida ao sobrinho Mulei Môamede e este solicita apoio militar às Coroas peninsulares. Perante a recusa de Filipe II, D. Sebastião avança como "patrocinador" da causa de Môamede.

Se esta concepção estratégica é coerente e perfeitamente compreensível, a sua operacionalização redundou numa sucessão de erros e de equívocos. O desastre começou ainda em Portugal, quando o recrutamento ficou aquém das necessidades e era de qualidade discutível. Situação que obrigou a Coroa a pagar a mercenários, que não supriram as deficiências. Contudo, o que faltava em soldados sobrava em tropa não combatente, bagagens e arrogância. A armada (800 embarcações!), que reuniu em Cádiz os vários contingentes (7 de Julho), rumou para o Norte de África sem um objectivo táctico predefinido (e não consensual) resumindo-se, numa primeira fase, a conquistar Larache através de um bloqueio naval conjugado por um ataque terrestre a partir de Tânger e, numa segunda fase, a marchar por terra para o interior do território adversário, forçando à batalha. Entre avanços e recuos, a indefinição resultante de recorrentes conselhos e a impaciência do rei em cobrir-se de glória na cara do inimigo, marchou-se em direcção a Alcácer-Quibir, arrastando, no pico do verão, um exército heterogéneo coberto de chapa, homens, mulheres e crianças desprovidos de utilidade, como quem vai em procissão, e um sem número de boiadas e de artigos de luxo dignos de um banquete.

Mercenários alemães com espingarda de serpentina (1560).

Rainer Dehnhardt, *Espingarda Feiticeira*, Texto Editora, 1994

A Arte da Guerra e a Caracterização dos Aparelhos Militares

Foi com D. Sebastião que se procedeu à reconstituição da defesa militar terrestre do reino, que se encontrava bastante desleixada desde o reinado de D. Manuel. Para o efeito, legislou-se sobre o recrutamento e a mobilização militares (*Lei das Armas*, de 6 de Dezembro de 1569), estabelecendo a obrigatoriedade do serviço militar a todos os cidadãos cuja prestação não prejudicasse o regular funcionamento do aparelho produtivo do reino; fortificação das possessões africanas (*Alvará Sobre as Rendas Aplicadas para a Fortificação dos Lugares de África*, de 3 de Janeiro de 1570); reorganização da defesa militar do país e das escalas hierárquicas (*Regimento dos Capitães Mores e Mais Capitães, e Oficiais das Companhias de Gente de Cavalo e de Pé: e da Ordem que devem ter em se exercitar*, também conhecido por *Regimento das Companhias de Ordenanças*, de 10 de Dezembro de 1570); disposições sobre o equipamento e armamento dos navios (*Lei de Como Ham de ir Armados os Navios que Destes Reinos navegarem*, de 3 de Novembro de 1571).

A «Lei das Armas» obrigava todos os varões, com idades compreendidas entre os 20 e os 65 anos, a terem armas e cavalos, consoante a zona de residência, classe, profissão e rendas. As fazendas ou rendas que serviam de base para as avaliações eram vistoriadas pelos corregedores das comarcas ou por quem fosse nomeado pelo rei para esse efeito. No processo de avaliação dos bens, a população escolhia uma pessoa de confiança que acompanhava o avaliador com o intuito de garantir uma certa isenção na fiscalização. Esta lei impunha ainda o *Alardo* (em Maio e, posteriormente, em Setembro), revista para a qual se inscreviam todos os que tivessem cavalo e armas. Os *alardos* eram conduzidos pelos senhores, nas suas terras, pelos alcaides-mores, nas vilas e cidades, ou pelos corregedores das comarcas, juízes de fora ou ouvidores, nos lugares onde não houvesse nenhum dos anteriores, durante os quais se zelava pelo grau de instrução, o aprumo militar, o estado do armamento e da disciplina. Também, segundo esta mesma Lei, não eram obrigados a ter cavalo os mercadores, os pescadores e os moradores das ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde, S. Tomé e do Brasil, devendo, contudo, ter o tipo de armas em conformidade com a renda. Todos aqueles que não cumprissem com o estipulado,

Fernando Laínez e José Toca, Tercios de España, EDAF, Madrid, 2006

Elementos dos tercios hispânicos (alabardeiro, mosqueteiro e piqueiro).

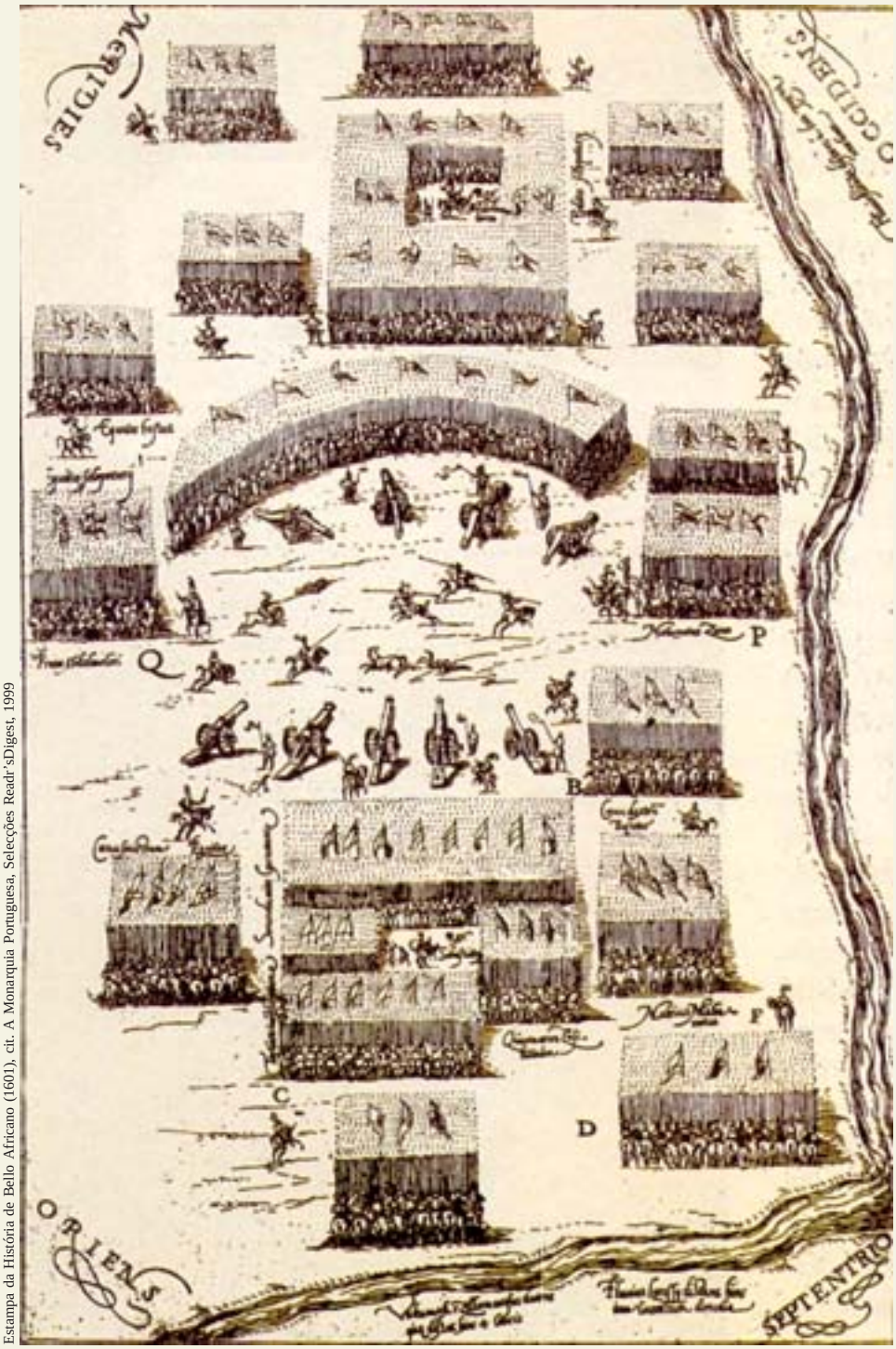
relativamente à obrigatoriedade de possuir cavalo e armamento específico de cada caso, eram penalizados por tributação e sujeitos a perderem privilégios inerentes à sua condição social.
O *Regimento das Companhias de Ordenanças* organizava, sobretudo, a divisão territorial da Nação, criando grandes distritos de recrutamento – as capitanias-mor. Competia ao capitão-mor efectuar o alistamento de todos os homens válidos, exceptuando-se do censo as pessoas que continuamente possuíam cavalo, normalmente os fidalgos e os eclesiásticos. Os exercícios efectuavam-se aos domingos e dias santos, consistindo em manobras de campanha e exercícios de tiro. Ao longo da costa foi instalada uma longa linha de fortalezas com carácter defensivo, equipadas com peças de artilharia e guarnecidas por ordenanças, com disposições especiais para as comarcas do litoral no serviço de vigilância contra os ataques de corsários e organizou-se, em Lisboa, quatro terços de ordenanças, comandadas por um coronel directamente nomeado pelo rei ou eleito pela respectiva comarca.
No seu conjunto, estamos perante um acervo legislativo que incorpora a ideia de criação de um corpo permanente de tropas, assente na obrigatoriedade de cada cidadão contribuir para a defesa do reino, devidamente instruído e disciplinado. Contudo, quando o rei bramiu as suas disposições legislativas para organizar a expedição militar a África, viu-se na contingência de coagir a "que se procedesse à incorporação de todos os homens válidos por bem ou à força", devido à prática de suborno e à escusa, pelos cidadãos, de pegar em armas, obrigando-o a recorrer aos préstimos de mercenários. Como consequência, D. Sebastião avançou para Alcácer-Quibir com um contingente militar desconexo e com cifras inferiores às exigíveis, de tal forma que combateu na batalha contra um exército quatro a cinco vezes superior ao seu.

O Terço

No século XVI, a mais temida máquina de guerra era o *tercio* hispânico, uma unidade expedicionária de intervenção rápida, que surgiu com as campanhas de anexação do Estado de Milão, em 1536. O *tercio* representava a elite do exército hispânico, organizado à base de infantaria e com um sistema de recrutamento assente no voluntariado, exclusivamente entre nacionais. Era constituído por piqueiros, arcabuzeiros e, numa fase posterior, por mosqueteiros. Os piqueiros, tropa de choque, ocupavam, na ordem de batalha, a zona central, dispostos em fileiras para suster as cargas da cavalaria adversária, a quem se pedia a decisão do combate através do choque. Para combinar a ordem profunda com a utilização das armas de fogo, cada *tercio* compreendia duas a quatro mangas de mosqueteiros e/ou arcabuzeiros, geralmente colocados nos ângulos dos quadrados. Os mosqueteiros utilizavam a potência e o alcance do seu fogo para fustigar o inimigo à distância. Os arcabuzeiros constituíam uma infantaria ligeira, distinguida pela flexibilidade de movimentos e eficiência do seu fogo, actuando em apoio da formação de piqueiros ou de forma individualizada. O êxito dos *tercios* baseou-se, a nível táctico, no predomínio da Infantaria sobre a Cavalaria e, a nível técnico, na actuação conjunta de piqueiros, arcabuzeiros e mosqueteiros, com uma polivalência que os capacitava tanto para as acções de cerco, como para a manobra nos campos de batalha, variando as formações de combate consoante o terreno e o inimigo.
Decalcado do *tercio hispânico*, em Portugal, o Terço (também conhecido por Regimento ou Cornélia) era a unidade táctica fundamental do Exército Português, constituído organicamente por três mil homens de Infantaria, numa proporção de dois piqueiros para um arcabuzeiro, dividido em dez Companhias, cada uma com 300 homens, que por sua vez compreendiam dez esquadras de 30 elementos cada.

A Batalha

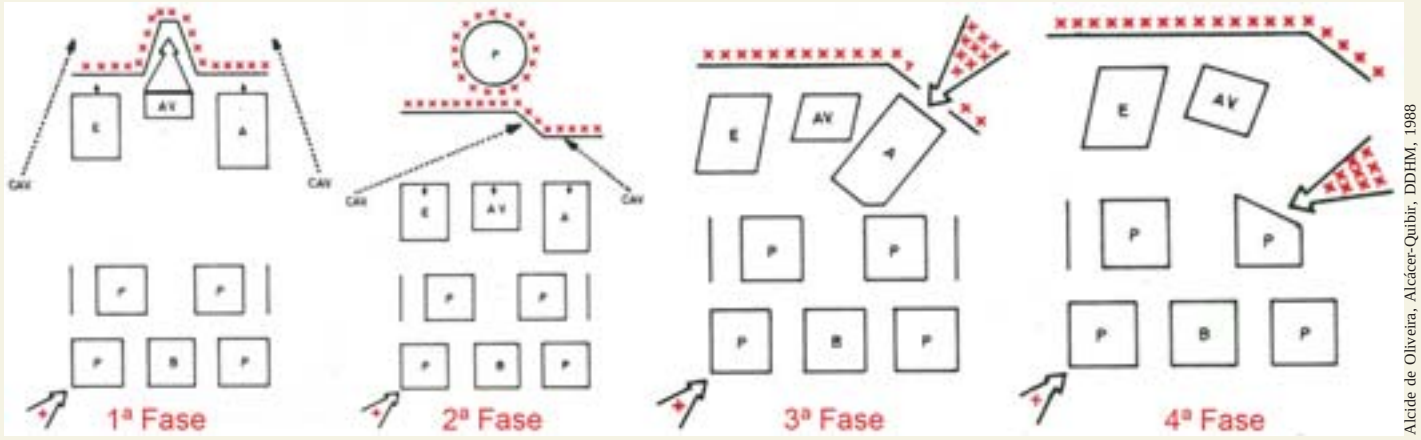
Na manhã de 4 de Agosto de 1578, os dois exércitos estavam prontos para o combate, que se iria desenrolar a duas léguas de Alcácer-Quibir, em terreno seco, aberto e quase plano.
Do lado cristão, estavam presentes quatro terços portugueses (Lisboa, Alentejo, Estremenho e Algarvio), um de Tânger, dois estrangeiros (Hispânico e Germânico), três troços de cavalaria (de D. Sebastião, do duque de Aveiro e de Duarte de Menezes), 36 peças de artilharia e uma «horda» de não combatentes (religiosos, pajens, serventes, escravos, prostitutas, almocreves). Os combatentes totalizavam entre 18 a 20 mil homens (14 a 15 mil infantes), enquanto os não combatentes rondariam os 12-13 mil elementos!
Disposto em quadrado, o Exército organizava-se em vanguarda, centro e retaguarda (concepção do capitão espanhol Aldana). A vanguarda era constituída pelos terços estrangeiros e de Tânger: ao centro os "aventureiros" de Tânger, que constituíam a ponta de lança do ataque apeado; no flanco esquerdo formava o *tercio hispânico* (onde pontificavam os italianos); à direita estava o terço germânico. Numa segunda e terceira linhas formavam os quatro terços portugueses: ao centro os terços de Lisboa (esquerda) e do Alentejo (direita); à retaguarda, o Estremenho (esquerda) e Algarvio (direita), que enquadravam os milhares de não combatentes e protegiam as bagagens. Estes quatro terços formavam o reduto defensivo e davam profundidade ao dispositivo, garantindo a protecção das alas e da retaguarda. Cada um dos terços, onde pontificavam os piqueiros, era guarnecido por mangas de arcabuzeiros. O dispositivo era "forrado" exteriormente pela carriagem, que separava os terços de infantaria dos troços de cavalaria. Os 600 cavaleiros do rei posicionaram-se à esquerda do dispositivo, ligeiramente atrás do *tercio hispânico*, por ser esse o flanco mais exposto e vulnerável. Aí foram posicionadas a quase totalidade das bocas de fogo. No flanco direito colocaram-se os 300 cavaleiros do Duque de Aveiro e os 400 de Tânger, de Duarte de Menezes. Neste flanco organizou-se o efectivo mouro de Môamede (600 homens, entre arcabuzeiros e cavaleiros), liberto do esquema organizativo do quadrado cristão.
Perante um esquema defensivo que apostava na protecção e no choque, a formação de cada um dos terços era cerrada para os piqueiros, que tinham a missão de suster as vagas da cavalaria e atacar em bloco, enquanto os arcabuzeiros seriam empregues em linhas de cobertura ou nos flancos actuando pelo fogo em protecção dos piqueiros. Relativamente à cavalaria, preconizava-se uma actuação por cargas sucessivas sobre o dispositivo adversário, mediante acções de desgaste, de protecção dos flancos e limpeza do dispositivo cristão, se necessário. Ao todo, na hoste do rei português havia 4 mil arcabuzeiros, número muito aquém do exigível e disponível nos depósitos em Lisboa.
Relativamente ao dispositivo marroquino, a vanguarda (sob comando de Mulei Ahmed, irmão de Abdelmélique) consistia em tropa apeada (gazulos, à esquerda; andaluzos, à direita), armada com escopetas, que tinha um traçado ligeiramente côncavo e era de extensão inferior à portuguesa. Contudo, dois mil escopeteiros de infantaria a cavalo à esquerda e mil à direita prolongavam os flancos. Imediatamente atrás posicionavam-se 8000 infantes e a guarda pessoal de Abdelmélique. Depois, uma segunda linha, similar à vanguarda, era constituída pelos azuagos e os elches. A cavalaria, organizada em dois grupos de 10 mil homens cada, desenvolvia-se ao largo, num extenso crescente prenunciador de uma ampla manobra envolvente. Além das tropas regulares, mais à retaguarda, um elevado número de irregulares montados aguardava. Apoiavam ainda o exército muçulmano cerca de 26 bocas de fogo, colocadas à frente da vanguarda, cuja existência seria desconhecida dos cristãos.
Cerca das onze horas, iniciaram-se as arcabuzadas de parte a parte, sinal de aceitação da batalha. Entretanto, a surpresa do fogo ajustado da artilharia marroquina recaiu sobre a vanguarda portuguesa. É, então, que os homens de Tânger, aparentemente por iniciativa própria, avançaram de pique em riste sobre o adversário, rompendo a frente. De imediato, D. Sebastião carregou com a sua cavalaria sobre os andaluzes e mandou avançar os germânicos e os espanhóis, criando o pânico na frente do exército mouro. Gazulas e andaluzes debandaram e, por um momento, vislumbrou-se uma rápida vitória cristã, altura em que Mulei Abdelmélique terá sucumbido. Porém, o lento movimento ofensivo dos espanhóis e a detenção dos germânicos pelo fogo dos azuagos, associado ao receio de ser cercado no interior do dispositivo adversário, devido à reacção dos infantes colocados junto do sultão, levou D. Sebastião a mandar cessar o ataque, condenando cerca de 300 "aventureiros" de Tânger ao cerco e chacina no interior do dispositivo inimigo, onde tinham penetrado. Seguiu-se o contra-ataque mouro, feito pelos azuagos sobre o terço germâ-



Estampa da História de Bello Africano (1601), cit. A Monarquia Portuguesa, Selecções Readr'sDigest, 1999

Dispositivos de Alcácer-Quibir.

nico, que recuou e foi atropelado pela cavalaria cristã num momento de retrocesso para reorganizar. Situação de desnorte que foi aproveitada pela cavalaria ligeira marroquina, que carregou sobre a ala direita da vanguarda cristã. Foi o descalabro para os germânicos que, pressionados, encostaram à esquerda desequilibrando os aventureiros e os próprios espanhóis. Pouco tempo depois, o terço alemão entrava em ruptura. A sorte das armas inverteu-se. Aberta a brecha no flanco direito da vanguarda cristã, a cavalaria moura atacou e penetrou o 2º escalão, caindo sobre o terço alentejano que, apanhado de surpresa, reagiu fracamente às investidas, acabando por recuar e refugiar-se na carriagem. O mesmo aconteceu, de seguida, ao terço de Lisboa. Combatia-se no interior do dispositivo português, altura em que D. Sebastião e a sua cavalaria faziam a sua própria batalha, em acções frenéticas feitas de avanços e recuos, pausas e reagrupamentos, tentativas de limpeza do próprio dispositivo. Cerca das 15 horas, enquanto o Terço Estremenho sucumbia em face das flagelações infligidas pela cavalaria árabe, o Terço Algarvio procurava defender a retaguarda. Desarticulada a vanguarda portuguesa e com a cavalaria de D. Sebastião a combater no interior do reduto, a batalha degenerou num conjunto de confrontos em volta dos centros de resistência dos terços mais tenazes. A batalha estava perdida para os europeus. D. Sebastião é morto pela espada durante os derradeiros combates e Mulei Môamede morre afogado no Mocazin, quando tentava fugir. Com eles pereceram sete a oito mil cristãos, tendo a quase totalidade dos restantes sido aprisionadas. Nas tropas marroquinas de Abdelmélique as baixas foram entre cinco a seis mil.



Alcide de Oliveira, Alcácer-Quibir, DDHM, 1988

1ª Fase: Rotura e retenção do ataque. **2ª Fase**: Envolvimento inimigo e realinhamento inicial. **3ª Fase**: Contra-ataque mouro e recuo da ala direita. **4ª Fase**: Colapso dos alemães e ataque ao flanco da 2ª linha. **5ª Fase**: Colapsos sucessivos: da 2ª linha, do terço espanhol, dos terços portugueses da 3ª linha e dos Aventureiros. Desgaste total da cavalaria portuguesa por acções de defesa da artilharia, da bagagem e outros.

Análise da Batalha

A "estratégia africana" de D. Sebastião e a batalha, que lhe serviu de baptismo de fogo e que lhe possibilitaria fazer "muita cristandade", terminaram em tragédia. A História não se compadece com contra factualidades mas, analisando os acontecimentos, dificilmente o desenlace poderia ser diferente. Como vimos, os constrangimentos iniciaram-se com a dificuldade em recrutar nacionais suficientemente capazes para a guerra, continuaram com o recurso a mercenários, que foram chegando "a conta-gotas" e de valor aquém do esperado, e agravaram-se com a ausência de "uma vaga" de berberes disponíveis para combater ao lado de Mulei Môamede. Depois, o que faltava em tropa combatente sobrava em mole humana indisponível para pegar em armas, que dificultou a organização, atrasou a expedição e condicionou o combate. Em termos operacionais, a indefinição pautou a conduta entre os que defendiam a ocupação de Larache e aí aguardar a reacção marroquina e aqueles que viam na marcha pelo interior do território e a conquista de Alcácer-Quibir a melhor solução para vergar a vontade de Abdelmélique. Ao nível do comando, apesar de a irredutibilidade do rei "marcar a agenda", era frequente a sobreposição de vontades do governador de Tânger, do Duque de Aveiro, do Capitão hispânico Aldana (que impôs o dispositivo) e do próprio Mulei Môamede. Depois, entre a saída da armada de Cádis e o dia da batalha decorreram cerca de cinco semanas, tempo que desgastou a capacidade anímica e física do Exército Cristão, agravada pela marcha através do seco e empedrado terreno africano, o calor e a humidade da época, o pesado equipamento e armamento e a interminável carriagem.

Nem o conhecimento do poder do número inimigo (50 a 70 mil efectivos), da mobilidade da sua cavalaria ligeira, do poder de fogo dos seus escopeteiros e da determinação demonstrada demoveu D. Sebastião. A explicação prende-se com a obsessão existente na eficiência do choque pelos piqueiros contra a cavalaria muçulmana, a sua principal força de combate, e a ideia de que a arma de fogo, com os seus 200 metros de alcance, era boa para os covardes. E, assim, o rei foi arrastado para terreno aberto, favorável ao emprego da cavalaria do inimigo que, conjugada com o poder de fogo, fez da mobilidade o antídoto com que derrotou os cristãos. Dessa forma, como em tantos outros momentos da História Militar, a protecção e o choque (modelo ocidental) *versus* fogo e movimento (modelo oriental), enquanto elementos essenciais de combate, estiveram frente-a-frente, com o sucesso a recair sobre este último. Efectivamente, a inferioridade numérica dos cristãos não foi compensada pela coesão dos combatentes, a unidade de actuação nem mesmo pela acção de comando. Esta evidência constata-se no momento inicial da batalha. O aviso de D. Sebastião de que "ninguém ataca sem a minha ordem" não é atendido pelos "aventureiros" de Tânger (centro da vanguarda) que atacam de *motu* próprio o centro do dispositivo mouro, depois de receberem descargas da artilharia contrária. Depois o desequilíbrio provocado pelos homens de Tânger, que penetram na vanguarda moura, não foi aproveitado pelo lento movimento das alas (terços hispânico e germânico). Perante esta situação, surgem as ordens contraditórias do rei, que anularam um vislumbre de vitória cristã: carregar e *ter* (retirar).

O mesmo sucede quando a iniciativa da batalha se inverte e os autóctones atacam o dispositivo português. Cada terço combate por si, as acções de cavalaria são desconexas e a preocupação em sustentar as bagagens surge como o mais importante. Deste modo, o fogo, o movimento e a superioridade numérica do lado mouro fizeram a diferença, flagelando à distância e reiterando esforços até culminar num combate de caça ao homem.

As vanguardas no início da batalha.

Gravura de Miguel Leitão de Andrade (1629), BNL

Fernando Bouza, D Filipe I, Círculo de Leitores, 2005

Filipe II de Espanha.

Consequências da Batalha

Com a morte do monarca e de muitos dos nobres que o acompanhavam, em Alcácer-Quibir esfumou-se a reconstituição do Império Português no Norte de África e, com ele, a própria soberania portuguesa, que mergulhou na órbita castelhana devido ao não acautelamento da sucessão dinástica. Para trás ficava um País moribundo e órfão, abrindo-se uma crise dinástica em Portugal que o casto cardeal-rei D. Henrique não soube, não pôde ou não quis resolver. Efectivamente, em 1580, revivia-se a crise de 1383-1385, com um desenlace diferente, sendo o problema jurídico-ideológico da sucessão resolvido pela via político-militar, onde prevaleceu o direito do mais forte. Para ascender ao trono não faltavam pretendentes, destacando-se D. Catarina, duquesa de Bragança, D. António, Prior do Crato, e Filipe II, rei da Monarquia Hispânica.

É sabido que Filipe II logrou impor-se à «concorrência», fazendo-se aclamar rei de Portugal nas Cortes de Tomar, em 16 de Abril de 1581. Que razões inviabilizaram a repetição do desfecho das Cortes de Coimbra de 1385? D. António que, como o Mestre de Avis, era filho bastardo do infante D. Luís e apesar de ter obtido a adesão popular e das Ordens Religiosas, foi rejeitado pela nobreza legalista e pela «instituição clerical»; o «apoio nacional» dividia-se entre D. António e D. Catarina; a força das armas favorecia Filipe II, detentor de um poder muito superior ao que desfrutava, em 1385, João I de Castela.

E, no entanto, D. Catarina era a pretendente legalmente mais sólida. Neta de D. Manuel I, por linha varonil do infante D. Duarte, era portuguesa e estava casada com o 6º Duque de Bragança. Gozando do apoio de destacados sectores da nobreza, para os jurisconsultos, Catarina de Bragança reunia as condições para aceder ao trono. Porém, tinha contra si o facto de ser mulher e a postura da Casa de Bragança em dar primazia ao exercício do poder senhorial em detrimento do "risco" de ocupação da Coroa.

Portanto, Filipe II tinha tudo a seu favor para dar corpo à tão desejada União Ibérica. Após Alcácer-Quibir, a Nação estava economicamente exangue, o sistema de forças nacional desorganizado, a nobreza desmoralizada, arruinada e desorientada e a Igreja preocupada com as linhas de rumo a traçar na evangelização universal. Justificando os seus direitos sucessórios no facto de também ser neto de D. Manuel I (era filho da infanta D. Isabel), Filipe II colocou em acção uma persuasiva máquina diplomática, uma aliciante perspectiva económica e um persuasivo argumento militar. Assim, através dos seus agentes, o rei madrileno convenceu os eclesiásticos das vantagens de uma Península unificada para combater as heresias protestantes, corrompeu muita da aristocracia "acenando" com os benefícios nobiliários que a Monarquia Dual concederia, aumentando-lhes o prestígio e diminuindo-lhes o controlo régio e, à burguesia comercial, prometeu a participação livre na actividade do Atlântico Sul e a perspectiva de abolição das fronteiras alfandegárias no conjunto ibérico, o que lhe garantiu a sua anuência. O último lance foi a invasão de Portugal pelos *tercios* do Duque de Alba, com os quais abateu definitivamente a resistência militar do Prior do Crato, na batalha de Alcântara, em Lisboa.

"Conquistei, herdei e comprei Portugal", terá dito Filipe II, entronizado rei de Portugal e assumindo-se *Hispaniarum Rex* de uma Monarquia Dual, que durou sessenta anos.

Curiosidades

A batalha de Alcácer-Quibir tem nos três comandantes um dos seus episódios mais curiosos. O rei português D. Sebastião marcha para Marrocos com o objectivo de erguer um império às portas de Lisboa, aproveitando as rivalidades existentes no seio da dinastia Sádida. Mulei Môamede, usurpado do trono, apoia-se no soberano cristão para o recuperar e derrotar o rival. Mulei Abdelmélique, que cingiu o sultanato com apoio turco, prega a "guerra santa" na região para combater o invasor cristão e o renegado islâmico.

D. Sebastião, frenético, tem o firme propósito de dar batalha a qualquer preço, mediante uma obstinação que não aceita contradições. Está confiante. Mulei Môamede, ao invés, surge pessimista. Desde o desembarque português em Tânger, percebeu que a tropa, soldados arrancados à força da lavoura, era de nacionalidade heterogénea e carecia de capacidade combativa. Situação agravada pelas contradições existentes no comando e a inexperiência militar do rei de Portugal. Mulei Abdelmélique, por sua vez, é um homem doente, que procura evitar a batalha através negociações com o invasor e que, na hora da verdade, arregimenta um considerável exército para sustentar o poder.

Três homens, o mesmo destino: a morte no campo de batalha. Daí Alcácer-Quibir também ser chamada «Batalha dos Três Reis».

Nessa manhã de segunda-feira, 4 de Agosto de 1578, Abdelmélique acorda mais doente que na véspera. Organiza as suas forças para o combate, apeia do cavalo e acompanha a batalha recolhido na liteira. Moribundo, não resiste à provação do ataque dos homens de Tânger ao centro do seu dispositivo e da carga da cavalaria de D. Sebastião aos andaluzes, que debandam. A sua morte é ocultada até ao fim da batalha. Mulei Môamede, cujo ânimo durante a batalha foi titubeante, prevê a derrota quando a cavalaria inimiga penetra o dispositivo cristão, através da brecha aberta no flanco direito, onde ele próprio combatia. Retira apressadamente do campo de batalha num galope desenfreado que só pára no rio Mocazin, onde morre afogado; frustração suicida, ou desespero covarde? D. Sebastião lutou tenazmente do princípio ao fim da batalha, durante a qual o comandante que nunca foi cedeu o passo a um intrépido soldado, que carregou contra a mourama, rechaçou investidas inimigas, efectuou acções de limpeza no interior do seu próprio dispositivo. Cercado e com a derrota estampada à sua frente, recusou render-se argumentando que "a liberdade real perde-se com a vida". Curiosamente, seria uma quarta personagem a colher os louros da batalha, Mulei Ahmed, irmão do sultão, que regressa de Alcácer-Quibir como vencedor e assume o título de Al Mançor.

http://blogspot.com

Batalha de Alcácer-Quibir.

O desaparecimento precoce de "O Desejado" e a consequente orfandade do reino, o desconhecimento preciso do paradeiro do corpo, as versões contraditórias por parte dos poucos que regressaram relativamente ao sucedido na batalha e a inserção de Portugal na órbita castelhana depressa fomentaram o mito do sebastianismo, que se tornou num tormento para a tutela filipina. Daí o frei Heitor Pinto proclamar que "*El rey Filipe bem me pode meter em Castela, mas Castela em mim é impossível*".

Autores:
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia

– COSTA, João Paulo Oliveira e, "D. Sebastião, o homem para lá do mito", in A Monarquia Portuguesa,
– CRUZ, Maria Augusta Lima, D. Sebastião, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.
– LOUREIRO, Francisco Sales, D. Sebastião e Alcácer Quibir, Lisboa, Alfa, 1989.
– MACEDO, Jorge Borges de, História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987.
– NEKROUF, Younès, A Batalha dos Três Reis, Lisboa, Editorial Inquérito, 1988.
– OLIVEIRA, Frederico Alcide de, Alcácer-Quibir. A Vertente Táctica, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1988.
– OLIVEIRA, Humberto N. e SILVA, Sérgio V. da, "Elementos para o estudo da História Militar do reinado de D. Sebastião", in Boletim do Arquivo Histórico-Militar, 67º vol., Lisboa, 1997.

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 593 - Março de 2010 - Mensal

Exército apoia a Madeira

após aluvião de 20 de Fevereiro de 2010

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT/ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed.

jornal do
Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadores Informáticos
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
1.º Cabo Gonçalo Silva
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 593 - Março de 2010

Intempérie na ilha da Madeira
20 de Fevereiro de 2010 16

Unidade de Engenharia 6 no Teatro
de Operações do Líbano 24

Suplemento
XI – Barreto de Menezes
e a 1.ª Batalha de Guararapes

Leopard 2A6 no Exército Português 34
Autarquia como meio de divulgação do serviço militar em RV/RC 42

Secções

Monumentos com História Militar – Fortaleza de São Lourenço – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 14
XIV Concurso de Fotografia – 15
Livros – 22 a 23
Uniformes Militares – 44 e 45
Passatempos de outros tempos – 46

Capa e Contracapa: Imagem de satélite da Madeira – "Este produto é resultado de uma activação do Centro de Satélites da União Europeia (EUSC) e do projecto SAFER (Service and Applications For Emergency Response) na Ilha da Madeira, no seguimento das inundações ocorridas no dia 20 Fevereiro 2010. A interpretação das imagens foi realizada em colaboração com o EUSC e o DLR (Centro Aeroespacial da Alemanha)."

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Aguarela do Coronel Rui Carita

Fortaleza de São Lourenço

A Fortaleza de São Lourenço localiza-se no centro histórico da cidade do Funchal, na Região Autónoma da Madeira.

Desde a primeira metade do século XVI albergou os Capitães-donatários do Funchal, foi sede da força castelhana permanente na ilha até 1640, residência de Governadores Capitães-generais e posteriormente de Governadores Civis.

A sua construção remonta à residência do segundo Capitão-donatário do Funchal, João Gonçalves da Câmara, tendo os trabalhos de fortificação sido iniciados em 1513, à época do terceiro Capitão-donatário, Simão Gonçalves da Câmara.

Em 1566, após a sequência do saque do Funchal, procedeu-se à ampliação do antigo baluarte, sendo concluídos o baluarte sudoeste, quadrangular, e os dois baluartes pentagonais a norte em 1580.

Durante a Dinastia Filipina, o arquipélago da Madeira passou a ser administrado por Governadores-gerais e a fortaleza ocupada pela força castelhana. O paço foi ocupado pelo Governador-militar, D. Agostinho de Herrera, conde de Lanzarote, seguindo-se o Capitão Juan de Aranda. Foi nesta altura que o seu cariz militar foi suavizado pela construção do Palácio do Governador-militar da ilha.

Após a Restauração da Independência (1640), o Palácio foi utilizado como residência dos Governadores e Capitães-generais e pelos Governadores Civis a partir de 1835. Esta fase correspondeu à transição da sua função defensiva para a função residencial.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, o baluarte sudoeste foi sacrificado para dar lugar a uma nova ala, sobre a qual foi erguida uma nova dependência – a Sala do Baluarte. Durante este período foi ainda construído um jardim interior.

No contexto da Guerra Peninsular e até à assinatura do Tratado da Restituição da Madeira (16 de Março de 1808), registaram-se as ocupações britânicas da Madeira, inicialmente pelo Coronel William Henry Clinton e depois pelo Tenente-General William Carr Beresford.

A nomeação de Governadores e Capitães-generais terminou após as Guerras Liberais, dando lugar ao Prefeito e, em 1835, ao lugar de Governador Civil. Em 1836 ficou determinada a separação da área leste para fins militares – Quartel do Governador de Armas, e a oeste, o Palácio, para residência do Governador Civil. Neste período desapareceu a Capela, erguida no início do século XVII e promoveu-se o arranjo dos jardins do Palácio.

Em 1878, o Palácio foi alvo de uma nova intervenção, com a edificação da Sala Nobre sobre o baluarte sudoeste, registando uma campanha de obras entre 1938 e 1941, quando as áreas internas do palácio, os seus jardins, as cortinas e torreões defensivos sofreram obras de preservação e melhoramento.

Após a instituição do sistema autónomo em 1976 tornou-se a Residência Oficial do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira.

Pelo Decreto n.º 32.973, de 18 de Agosto de 1943, a Fortaleza-Palácio de São Lourenço foi classificada como Monumento Nacional.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

Réplica da espada atribuída a D. Afonso Henriques

João Gaspar Simões transmite-nos na *História da Poesia Portuguesa* a seguinte opinião "[...] Se os Descobrimentos constituem a pedra angular da história da nossa civilização, a poesia é como uma cúpula do edifício da história da nossa cultura". António Austregésilo diz ser a poesia "quase sempre o desabafo do coração, descarga fatal das vibrações sopitadas da alma do poeta: o desfecho ritmado das comoções."

Ilha da Madeira
Um dos primeiros frutos
Da epopeia inteira
Zarco iniciou a colheita
Da Portuguesa sementeira.

É através da linguagem poética que nós pretendemos homenagear o Povo Português da Madeira, que perante as adversidades da natureza soube, mais uma vez, ser grande! Para aqueles a quem só Deus poderá responder pela sua partida, já que cedo os chamou à Sua Morada, vai o nosso preito, respeito e veneração e estendemos as nossas condolências a todos os familiares e amigos através da seguinte quadra:

Deus abençoa o Mundo
O Mundo precisa, abençoado
Quando se morre no Mundo
Todos morremos um bocado!

Com vista a apoiar todos aqueles que sofreram e continuam a sofrer as consequências da catástrofe natural que assolou a Madeira tem surgido, prontamente, a ajuda de países, instituições e de cidadãos com franca generosidade, contribuindo assim para minimizar os danos. Dia e noite, dia após dia, com o trabalho de todos os Madeirenses, heróis anónimos, e a ajuda fraterna das instituições civis e militares, das quais destacamos a participação do Exército como desenvolvemos neste nosso Jornal, a *Madeira é um Jardim*!

Muitas vontades se juntam para vencer! E se todos dermos o nosso contributo, estes exemplos da nossa História chegarão aos nossos vindouros com capacidade de inspirar heróis que continuarão a elevar bem alto o nome de Portugal! Porque a História de um Povo é como a vida de um homem, forte nuns momentos, noutros com matizes de tristeza, conforme as vitórias e as catástrofes. Numas e noutras poderá estar sempre presente a glória!

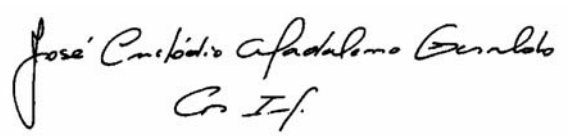
Camões para além de cantar a glória dos seus antepassados famosos, foi também profeta quando, no Canto X, no banquete oferecido na Ilha dos Amores, por Tétis a Vasco da Gama e a todos os seus companheiros nautas, uma Ninfa se ergue com voz suave e começa a falar dos Portugueses ilustres, que ainda estariam por nascer, e dos feitos que haviam de realizar para assombro do mundo e vanglória de Portugal:

"- Por mais que da Fortuna andem as rodas
Não vos hão-de faltar, gente famosa,
Honra, valor e fama gloriosa."

Os Lusíadas foram editados em 1572 e Camões não se enganou relativamente ao Povo Português. Nós acrescentamos, não importa quando nem onde, Portugal serve-se trabalhando! Sempre assim foi, sempre assim será! Foi assim na Madeira em 2010 e terá que o ser também no presente e no futuro para que o país continue a trilhar o caminho da excelência e do progresso; já o tinha sido em 1525 quando a ilha começou a ser povoada e em 1497 quando Vasco da Gama por lá passou, no épico *Caminho Maritimo para a Índia* e o nosso Poeta Maior lhe dedicou estes versos:

"Passámos a grande Ilha da Madeira,
Que do muito arvoredo assi se chama;
Das que nós povoámos a primeira,
Mais célebre por nome que por fama."

Força Madeira! Com honra, valor e fama!



MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP
5.11 TACTICAL SERIES
SAFARILAND
BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP
TASER Protect Life
ABA
SECOND CHANCE
SAVVY ARMOR FOR WOMEN
FIRST CHOICE ARMOR With you. For life.
PROTECH
SAM MEDICAL PRODUCTS
MyClyns
TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS
CELOX Controls life-threatening bleeding fast
DEFENSE TECHNOLOGY
MAXPEDITION HARD-USE GEAR
CAMELBAK
BCB INTERNATIONAL
EBERLESTOCK
PELI You break it, we replace it... forever
ESS Eye Safety Systems, Inc.
BATES
INOVA
BIANCHI
Crimson Trace
SUREFIRE
911EP
LIBERVIT MANUFACTURER
HATCH
Marlow
QUIKSTEP ladder
ADVENTURE LIGHTS
Fisher Labs METAL DETECTORS
TASMANIAN TIGER
TULMAR TACTICAL ENGINEERED FOR PROTECTION
LANSKY SHARPENERS
SAT BIDEN ARMOUR TECHNOLOGY
projectina
FORENSICS SOURCE
STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

TRI TECH FIT	DEDBOLT LENS LOCK	ESSOPTICS	CLEARZONE FC
ADAPTA-SE A QUALQUER ROSTO	SISTEMA RÁPIDO DE TROCA DE LENTES	MÁXIMA CLAREZA PROTECÇÃO UVA/UVB	RESISTENTE A RISCOS ANTI-EMBACIANTE

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resoluçã

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milicia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Por

Portugal nas Trincheiras

Os Museus da Politécnica recebem a exposição "Portugal nas Trincheiras – a 1.ª Guerra da República", patente de 23 de Fevereiro a 23 de Abril, sendo inaugurada pelo Presidente da República.

Esta inauguração contou com a presença de militares de todos os ramos das Forças Armadas e descendentes dos militares que participaram no conflito, a qual teve início com a colocação de uma coroa de flores pelo Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva na estátua representativa do combatente do Corpo Expedicionário Português alusiva à I Guerra Mundial. Durante este momento solene foi executada a sequência do toque de Homenagem aos Mortos pela Pátria, a que se seguiu a visita às mais de 200 peças e documentos constituintes desta exposição, que revela o quotidiano dos militares que participaram nesta guerra.

O Chefe de Estado referiu, após cumprimentar os descendentes dos combatentes, que "é uma exposição de muito interesse, pois mostra a vida nas trincheiras e como os soldados enfrentavam adversidades."

Reunião de Trabalho nas OGME

Teve lugar nas Oficinas Gerais de Material do Exército (OGME), no dia 12 de Fevereiro, uma reunião de trabalho presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

O CEME foi recebido pelo Coronel Engenheiro de Material Ilídio Morgado Silva e pelos militares que participaram na reunião.

O anfitrião fez uma breve apresentação sobre estas oficinas a que se seguiram os os trabalhos em agenda.

Entrega de Condecorações, Bastões e Espadas a Oficiais Generais

Decorreu no dia 2 de Março, no Museu Militar e sob a presidência do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, uma cerimónia de imposição de condecorações, entrega de espadas dos novos oficiais generais e de bastões de Tenente-General.

O General Chefe do Estado-Maior do Exército condecorou com a Medalha de Ouro se Serviços distintos, o Major-General Cunha Piriquito, o Major-General Lopes Henriques e o Major-General Esteves da Silva, que transitaram recentemente para a situação de Reserva.

Foram entregues o Bastão de Tenente-General ao Tenente-General Quesada Pastor e ao Tenente-General Newton Parreira, e a espada de Oficial General, aos Majores Generais recem promovidos ao posto.

Clube de Golfe do Exército gere *handicaps*

No passado dia 8 de Janeiro, a Comissão de *Handicaps* do Clube de Golfe do Exército (CGE) recebeu formação em Almancil, na Delegação do Algarve da Federação Portuguesa de Golfe (FPG), para gerirem os *handicaps* dos seus associados.

Com esta formação, o clube está em condições de se constituir como autoridade de *handicap* e ter as suas provas reconhecidas pela FPG.

Todos os interessados em mudar o seu *handicap* para o clube devem contactar o presidente da Comissão de *Handicaps*, Coronel João Carlos Mota C. Ambrósio (telemóvel: 917868857) ou aceder a : http://clubgolfexercito.no.sapo.pt/

Visita do CEMGFA de Cabo Verde a Portugal

Decorreu entre 7 a 12 de Fevereiro, a visita a Portugal do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Coronel Fernando Carvalho Pereira.

Do programa da visita ao Exército, destacam-se no dia 10 de Fevereiro, a apresentação de cumprimentos do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, seguida de um *brifing* sobre o Exército Português.

Do programa constou também a visita ao Museu Militar, à Academia Militar, ao Regimento de Lanceiros 2 e às Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento.

No decorrer da visita ocorreram outras actividades, de entre as quais se destacam um encontro com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Luís Valença Pinto, e uma audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Marcos Perestrello.

92.º Aniversário do Laboratório Militar

Celebrou-se dia 18 de Fevereiro, o 92.º aniversário do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF). A cerimónia foi presidida pelo Comandante da Logística, o Tenente-General Formeiro Monteiro, contando com a presença de ilustres convidados civis e militares.

O Director do LMPQF, o Coronel Farmacêutico Granadeiro Vicente, na sua alocução, efectuou uma pequena resenha histórica do LMPQF, realçando a importância das suas raízes históricas, sem as quais não seria possível estar a celebrar o 92.º aniversário do laboratório. Elucidou os presentes sobre a actual missão do LMPQF e efectuou um balanço das actividades desenvolvidas. Perspectivou o futuro, enunciando algumas valências previstas.

O Tenente-General Formeiro Monteiro, no seu discurso, realçou o desempenho levado a cabo pelo LMPQF nos seus 92 anos de existência, referindo um conjunto de valências importantes para a Família Militar. Deu um voto de confiança a todos os que trabalham no LMPQF e encorajou-os a evoluir no caminho da excelência.

Seguiu-se a Palestra " Pandemia da Gripe A (H1N1) 2009: Ponto de Situação", pela Dr.ª Graça Freitas, Subdirectora da Direcção Geral de Saúde.

Após a imposição de condecorações e medalhas, seguiu-se o tradicional almoço de convívio.

Visita do General CEME ao Exército Angolano

General CEME passa revista à Guarda de Honra no EME

Decorreu no período de 22 a 26 de Fevereiro de 2010 a visita oficial do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) General José Luís Pinto Ramalho a Angola. Do programa constou, no dia 22 de Fevereiro, uma visita do General CEME às instalações da Cooperação Técnico-Militar Portuguesa em Luanda, no Hotel Império, onde teve oportunidade de assistir a um *brefing* sobre as actividades desenvolvidas e de contactar com os militares portugueses.

General CEME assina o Livro de Honra no EME

Ainda durante a manhã desse dia, visitou o Estado-Maior do Exército Angolano, onde se encontrou com o General Jorge Barros Nguto, Comandante do Exército Angolano, com quem trocou impressões sobre preocupações comuns e reforçou as relações de amizade e de cooperação entre os dois Exércitos.

Durante a tarde, o General Pinto Ramalho encontrou-se com o General Francisco Pereira Furtado, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, e com o Gen-

General CEME visita a Brigada de Artilharia Terrestre

eral Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem, Ministro da Defesa Nacional Angolano, aos quais teve oportunidade de afirmar a disponibilidade do Exército Português para participar em novos projectos de Cooperação Técnica-Militar (CTM) que se revelem de interesse mútuo e sejam objecto de acordo a nível político entre os dois Estados.

No dia 23 de Fevereiro, o General CEME visitou a Brigada de Artilharia Terrestre e a Escola Superior de Guerra, localizadas nos arredores de Luanda, assim como a Brigada de Forças Especiais em Cabo Ledo.

Para além de um *briefing* sobre o funcionamento das Unidades e de uma visita às suas instalações, houve oportunidade de assistir a uma demonstração táctica para resgate de um prisioneiro conduzida por uma força de Operações Especiais pertencente à Brigada de Forças Especiais.

No dia 24 de Fevereiro, a sua comitiva deslocou-se à Região Militar de Cabinda, onde o General CEME foi recebido pelo Governador da Província e pelo Comandante da Região Militar. Da deslocação a Cabinda constou ainda uma visita ao Complexo Petrolífero do Malongo e uma visita ao local onde foi assinado o *Tratado de Simulambuco* entre Portugal e os Príncipes Cabindas.

No dia seguinte, o General CEME deslocou-se à Província de Benguela, onde manteve encontros com Governador da Província e com o Comandante da Região Militar Centro, havendo ainda oportunidade para visita a Escola de Administração, sediada em Benguela, onde

General CEME fala aos OCS em Simulambuco

funciona o Projecto 6 da Cooperação Técnico-Militar e uma visita ao porto comercial do Lobito.

No dia 26 de Fevereiro, as autoridades angolanas proporcionaram uma visita às antigas instalações do Comando do Agrupamento 3952 (1971-74), em Santa Eulália, nos Dembos, local onde o General Pinto Ramalho cumpriu uma comissão como Capitão, tendo sido aqui recebido com muito entusiasmo pela população que se deslocou de vários pontos da região para o receber..

Lançamento do livro "O primeiro fotógrafo de guerra Português: José Henrique de Melo. Guiné: Campanhas 1907-1908"

Realizou-se dia 25 de Fevereiro, no Palácio da Independência, Sede da Comissão Portuguesa de História Militar, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, o Lançamento do livro "O primeiro fotógrafo de guerra Português: José Henrique de Melo. Guiné: Campanhas 1907–1908", da autoria de Mário Matos e Lemos e Alexandre Ramires.

A apresentação dos autores ficou a cargo da Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora do CEIS20. A apresentação do livro ficou a cargo do Coronel Doutor Luís Manuel Alves Fraga, da Universidade Autónoma de Lisboa.

O lançamento do livro contou com o apoio do Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar e da Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coordenadora Científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

O livro tem como principal objectivo dar a conhecer o nome e a obra do primeiro fotógrafo de guerra Português, José Henriques de Mello, que na então Província da Guiné

efectuou algumas dezenas de fotografias da campanha 1908, que contou com uma força expedicionária enviada pelo governo Português e chefiada pelo governador, 1.º tenente João de Oliveira Muzanty. Faz agora um século.

177 anos a bradar “Morte ou Glória”

A alvorada do dia 5 de Fevereiro teve um significado especial para os militares do Regimento de Lanceiros 2, aquartelados na Calçada da Ajuda, em Lisboa. Como é próprio da instituição militar, às 07h00 deu-se início ao programa do 177.º aniversário desta unidade da Arma de Cavalaria, única no nosso Exército, cuja especificidade está vocacionada para o policiamento e a segurança militar.

Até ao início da cerimónia militar, a ultimação dos preparativos e as actividades ligadas a este protocolo foram o alvo das preocupações dos Lanceiros, que enalteceram este evento com o dinamismo que lhes é apanágio. Destacou-se, nomeadamente, o hastear da Bandeira Nacional, o render da Parada da Guarda, a missa na capela do regimento, a recepção e concentração dos convidados, e a formatura da Guarda de Honra ao Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, que presidiu à cerimónia.

Após a continência das forças em parada à alta entidade, a integração do Estandarte Nacional na formatura geral e a cerimónia de homenagem aos mortos em defesa da Pátria, teve lugar o momento mais eloquente desta comemoração, com a leitura do *Código de Honra do Lanceiro*.

Seguiu-se o discurso do comandante do regimento, Coronel Cruz Silva, que destacou as cinco grandes linhas de orientação do ano transacto, nomeadamente, a execução de tarefas inerentes às missões de Polícia do Exército, a consolidação de normativos pela entrada em vigor da reorganização do Exército e sua transformação, a prontidão do elemento de defesa biológica e química integrado no módulo de segurança, a aprovação dos novos quadros orgânicos e o enquadramento em outras missões de carácter geral. Mencionou a missão do seu regimento, que passa pela preparação de dois esquadrões de Polícia do Exército, aludindo às inúmeras missões executadas em 2009. Ainda fez referência aos diversos cursos e estágios ministrados.

Antes do final da cerimónia militar houve lugar a uma demonstração de carácter operacional, de destreza motorizada, com um conjunto de seis militares da Secção Moto, do Pelotão de Tráfego, que fizeram uma demonstração com o modelo BMW R80 RT, recentemente substituído pelo modelo Yamaha TDM 900, já em serviço deste regimento e do Exército. No encadeamento e agregada a esta demonstração, os lanceiros mostraram as suas capacidades no que diz respeito à sua especialização, encetando uma simulação de segurança a uma alta entidade e na área do controlo de tumultos. Antes de abandonarem a Parada Marechal Carmona, estes militares entoaram o Hino do Lanceiro, que exalta a sua proficiência no cumprimento das missões que lhes são acometidas, como se pode ler no décimo ponto do *Código de Honra do Lanceiro*: “O Lanceiro bater-se-á sem tréguas até à vitória”.

Ainda houve lugar à visita ao Museu do Regimento de Lanceiros 2, antes do almoço que encerrou a cerimónia solene.

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA € 2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** € 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** € 45,00; **Restantes Países** € 65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 € 4,00; **1970 a 1979** € 4,00; **1980 a 1989** € 3,00; **1990 a 2001** € 2,50; **2002** a **2009** € 2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** € 4,21; **3000/8000** € 5,79; **Açores** e **Madeira** € 6,56.

“Um por todos, todos por um” – 207 anos de ensino no Colégio Militar

A Casa que tem sido a escola inicial de várias entidades nacionais ao nível militar, político, artístistico, desportivo, entre outras áreas, comemorou o seu 207.º aniversário nos dias 27 e 28 de Fevereiro. Vocacionada para o ensino dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário, foi fundada no ano de 1803 em Oeiras, sob o nome de Colégio de Educação do Regimento de Artilharia da Corte, pelo então Coronel Teixeira Rebelo. Após várias reformas e transferências de local que sofreu ao longo dos anos, o Colégio Militar instalou-se definitivamente no edifício da Luz, em 1837.

O projecto educativo da Instituição “tem por ambição ministrar em paralelo e de forma coerente e excelente dois currículos […] o académico, que se rege pelas normas e preceitos do Ministério da Educação; e outro a dimensão humana, na vertente de uma cidadania responsável que engloba o exercício da liderança, e o culto pelos valores éticos e morais que, ao longo de mais de dois séculos, se tem constituído como verdadeira âncora à perenidade da Instituição e que persiste como motivo de orgulho”, segundo o Director do Colégio Militar, Major-General Raul Jorge Laginha Gonçalves Passos.

Nos Claustros do Colégio Militar

No 1.º dia de comemorações, o Batalhão Colegial, vigorosamente formado perante uma plateia de entidades civis e militares, recebeu o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário Oliveira Cardoso, que presidiu à cerimónia. Os Claustros do Colégio Militar encheram-se da pureza e do dinamismo de uma juventude esperançada numa educação de altos valores e de um futuro semelhante aquele que o Colégio Militar tem reservado para os seus antigos alunos. “Antigos alunos deste colégio como portugueses ilustres, civis e militares, dão actualmente nome a cerca de 56 avenidas, ruas e praças de Lisboa, bem como a muitas outras, em mais de 50 diferentes cidades e localidades espalhadas pelo território nacional”, referiu o Director.

No decorrer da cerimónia assistiu-se à integração, na formatura, do Estandarte Nacional – o mais condecorado do Exército –, ostentando as mais importantes condecorações nacionais e estrangeiras e, de seguida, à homenagem aos mortos do Colégio Militar, com oração evocativa e toques regulamentares.

Em alusão aos tradicionais pilares morais da sociedade, o Director do Colégio Militar, alertou, na sua alocução, para forças que os procuram desacreditar, quer por interesses

Foto: Pedro Vaz Antunes

comerciais, fundamentos ideológicos, aproveitamento mediático, entre outros, salientando que no projecto educativo do Colégio, estes valores "continuam a ser respeitados na vida pessoal de muitos cidadãos e, em particular, nos pais e encarregados de educação."

Visando o objectivo de uma boa educação, referiu que "toda a comunidade colegial tem sabido garantir a perenidade dos alicerces institucionais do rigor, dos valores, e a qualidade do ensino" salientando que "a todos os níveis hierárquicos e nas várias funções, todos somos educadores e estamos obrigados a observar e a exercer, no dia-a-dia, a acção educativa, em que a obrigação de educar implica necessariamente o dever de corrigir."

A cerimónia encerrou com a imposição de condecorações e a entrega de prémios a alunos, seguido do desfile do Batalhão Colegial.

Foto: CAVE

Na Avenida da Liberdade

No 2.º dia de comemorações, assistiu-se ao desfile do Batalhão Colegial na Avenida da Liberdade, efectuando um ponto de continência junto ao Monumento aos Mortos da 1.ª Grande Guerra, que terminou no Palácio da Independência. Seguidamente, iniciou-se a missa na Igreja de São Domingos – tradicional celebração litúrgica em memória de todos os servidores deste Estabelecimento Militar de Ensino que já partiram e em acção de graças por mais um ano de aniversário.

As cerimónias terminaram com o jantar dos antigos alunos, no refeitório do Colégio Militar que, mais tarde, presenciaram o apagar da chama do colégio.

Tomada de posse do novo Director do Instituto de Defesa Nacional

O Major-General Vítor Daniel Rodrigues Viana tomou posse como Director do Instituto de Defesa Nacional, no dia 1 de Março, pelas 15h00. Conferiu posse o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, que depositou confiança no novo director, antevendo que "vai ser um mandato brilhantíssimo".

O Major-General Vítor Daniel Rodrigues Viana nasceu em Lisboa, tem 57 anos de idade e 37 de serviço. Foi promovido ao actual posto em 24 de Novembro de 2005.

Oriundo da Arma de Artilharia possui, entre outros cursos, o grau de Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Prestou serviço em várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército e na Casa Militar do Presidente da República, como Tenente-Coronel, exerceu funções de Assessor Militar, de 1996 a 2000.

Foi Comandante da Escola Prática de Artilharia, de 2000 a 2002. Exerceu funções de Chefe de Secção de Ensino de Estratégia, no Instituto de Altos Estudos Militares, de 2003 a 2005 e de Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional.

Da sua folha constam 18 louvores, entre os quais, um concedido pelo Presidente da República, outro pelo

Ministro da Defesa Nacional e cinco pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

Possui o Grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, o Grau de Oficial da Ordem Militar de Avis e o Grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo.

Tem vários trabalhos publicados no âmbito técnico e nos domínios da História e da Estratégia.

XIV Concurso de FOTOGRAFIA do Jornal do Exército

O Concurso de Fotografia do Jornal do Exército tem como objectivo divulgar e enaltecer «O Exército, a sua vivência e o seu património». Visa também a obtenção de fotografias para a capa e contracapa, dando-se preferência a imagens com esse formato.

REGULAMENTO

O *Jornal do Exército* organiza um concurso de fotografia tendo por principal objectivo a obtenção de trabalhos fotográficos para publicação no *JE*, principalmente para as suas capas/contracapas, ao qual poderão concorrer todos os amadores e profissionais de fotografia (militares ou civis).

1. TEMA DO CONCURSO

Ao concurso podem ser apresentados trabalhos fotográficos **em papel**, a preto e branco ou a cores, alusivos ao seguinte tema: **«O Exército, a sua vivência e o seu património»**.

Deverão ser abordados aspectos relacionados com a vida militar, privilegiando-se os trabalhos que valorizem o ramo Exército, embora se admitam trabalhos que foquem acções conjuntas do Exército com os outros ramos das Forças Armadas.

2. QUANTIDADE DE TRABALHOS E FORMATO

Cada participante pode apresentar até **4 trabalhos** que deverão ter o **formato mínimo de 15X20 e o máximo de 24X30**. Por razões de enquadramento, serão aceites ainda formatos com outras proporções, desde que não sejam inferiores à área do formato mínimo nem superiores à área do formato máximo.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHOS

a) No verso de cada trabalho deverão constar em letra bem legível:
- Nº e Título do trabalho (de acordo com o boletim de inscrição)
- Pseudónimo do autor

b) Juntamente com os trabalhos, deverá ser entregue um envelope fechado contendo no exterior apenas o pseudónimo do autor e no interior o boletim de inscrição devidamente preenchido.

4. ENVIO E DEVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

a) Os trabalhos poderão ser entregues em mão ou enviados por correio para:

JORNAL DO EXÉRCITO
"XIII Concurso de Fotografia"
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa

b) Os concorrentes terão 30 dias, após a divulgação dos resultados, para fazer o levantamento dos trabalhos nas instalações do *JE*.

5. JÚRI DO CONCURSO

a) Os trabalhos recebidos serão apreciados por um júri, a designar pela organização.

b) As decisões do júri são inapeláveis.

6. PRÉMIOS

a) Serão atribuídos os seguintes prémios:
1º - €500 / 2º - €350 / 3º - €250

b) Os trabalhos premiados ficam na posse da organização.

c) O júri poderá decidir a não atribuição de quaisquer dos prémios ou a sua atribuição *ex aequo* e, ainda, as menções honrosas que entender.

7. DIVERSOS

a) O *JE* poderá utilizar trabalhos seleccionados mas não premiados para efeitos de publicação, sendo devida, nestes casos, remuneração por colaboração.

b) Será tomado o maior cuidado com os trabalhos recebidos, mas a organização não se responsabiliza por danos ou extravios que eventualmente venham a ocorrer.

c) A participação no concurso implica a aceitação integral deste regulamento.

d) Os casos omissos no regulamento serão analisados e esclarecidos pela organização de cuja decisão não há recurso.

e) Com os trabalhos premiados e seleccionados poderá vir a ser efectuada uma exposição em local e data a comunicar, caso a quantidade e qualidade dos trabalhos o justifique.

8. CALENDÁRIO

- Recepção dos trabalhos até **19 de Novembro de 2010**
- Reunião do Júri: **26 de Novembro de 2010**
- A comunicação dos resultados aos premiados será feita no primeiro *Jornal do Exército* após a reunião do júri.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

Pseudónimo _____

Nome _____

Morada _____

Telefone civil **Telefone militar** **Unidade**

Posto/Profissão (riscar o que não interessa) _____

Nº.Foto	Título	Local/ Descrição sumária
1		
2		
3		
4		

Texto do CFT

Intempérie na ilha da Madeira

20 de Fevereiro de 2010

A Ilha da Madeira foi assolada por uma forte intempérie, provocada pela passagem de um sistema frontal, em deslocamento para nordeste. As condições atmosféricas particularmente adversas, desde as primeiras horas da madrugada de sábado, dia 20 de Fevereiro, levaram ao registo de um valor acumulado de precipitação, no período das 06h00 até às 11h00, na ordem dos 108 mm na área

do Funchal e 165 mm no Pico do Areeiro, a montante das ribeiras, com especial incidência na vertente Sul da Ilha e cujos efeitos foram particularmente evidentes nos concelhos do Funchal e da Ribeira Brava.

Activado o Plano de Operações de Auxílio, o Comando do Regimento de Guarnição n.º 3 assumiu o controlo das operações correntes, recebendo o reforço de outros elementos e meios da Zona Militar empenhados na Operação

A forte concentração de água nas zonas altas provocou, entre outros factores, diversos deslizamentos de terras e fortes caudais nas linhas de água, arrastando grandes volumes de inertes e outros materiais, vindo a provocar o extravasar dos seus leitos normais, deixando um rasto de destruição de que resultaram mais de 40 mortos e desaparecidos e várias dezenas de feridos, bem como a destruição de infraestruturas e bens.

Face ao cenário foram desencadeados os procedimentos previstos no quadro legal em vigor, e assim, accionada a colaboração do Exército, o qual activou prontamente os seus planos e normas adequados à situação.

Desta forma, beneficiando da experiência adquirida ao longo dos últimos três anos, em que se testaram, quer o Plano de Operações Auxilio/Zona Militar da Madeira (colaboração com o Serviço Regional de Protecção Civil – Instituto Público da Região Autónoma da Madeira), quer os planos e normas relativos à convocação e recolha do pessoal e levantamento dos sistemas de Comando e Controlo, foi possível estar apto a responder às solicitações num prazo inferior às 4 horas previstas e, sobretudo, que essa resposta fosse eficiente, por assentar num conjunto de procedimentos já treinados e testados.

Assim, activado o Plano de Operações de Auxilio, o Comando do Regimento de Guarnição n.º 3 assumiu o controlo das operações correntes, recebendo o reforço de outros elementos e meios da Zona Militar empenhados na Operação, articulados em equipas desencadeando as acções solicitadas, nomeadamente utilizando as capacidades de:

- Busca e Salvamento;
- Remoção de Escombros;

Mensagem do General CEME

Na sequência dos terríveis acontecimentos de 20 de Fevereiro de 2010, perante a situação dramática que assolou a população da Madeira, o General Chefe de Estado-Maior do Exército congratula-se, enaltece e regista o desempenho desenvolvido pelo comando da Zona Militar e demais militares colocados na zona militar da Madeira em prol da segurança e bem-estar daquela população.

Deste modo, o Exército, numa expressão clara de ligação à sociedade, atesta a sua prontidão, disponibilidade e competência para todas as missões de interesse público, estruturando e aplicando os meios humanos e os recursos materiais e equipamentos de que dispõe, em função das necessidades que se depararam.

Uma vez mais confirma-se, que só com um dispositivo racionalizado, mas adequado do ponto de vista dos meios humanos e materiais ao ambiente operacional previsível, permite uma acção oportuna e continuada; a realidade das acções conduzidas durante a situação vivida na Madeira, no período em apreço, valida as opções do Exército neste domínio.

O referido apoio, eficaz e eficiente, traduziu para além da competência e justeza das acções empreendidas, um sentido humano de solidariedade genuína dos militares do Exército, patentes nas imagens divulgadas pela comunicação social, a par de uma acção discreta, fundamental nestes momentos de crise.

As acções desenvolvidas, em favor da população em situação difícil e em apoio às autoridades regionais, foram uma inequívoca demonstração da abnegação, disponibilidade e profissionalismo dos militares em serviço na Madeira e um factor de prestigio para o Exército.

O Chefe do Estado-Maior do Exército,
José Luís Pinto Ramalho
General

- Apoio e evacuação sanitária;
- Ligação junto dos órgãos coordenadores municipais e dos comandos de operações nas áreas intervencionadas;
- Colocação e operação de geradores eléctricos (iluminação de áreas de intervenção);
- Transporte de Pessoal;
- Transportes gerais (roupa, víveres, artigos de primeira necessidade, etc.).

Concomitantemente, a Unidade constitui-se como um dos principais núcleos de apoio às vítimas do temporal tendo começado a receber logo na tarde do dia 20 de Fevereiro muitas dezenas de desalojados (incluindo uma família com bébé de 15 dias), medicamentos, muitas toneladas de géneros alimentares e centenas de metros cúbicos de roupa, doados por milhares de cidadãos anónimos e por muitas empresas.

As actividades que decorreram da activação do RG3 como Centro de Desalojados foram feitas em estreita cooperação com diversas entidades (Segurança Social e Investimentos Habitacionais da Madeira, Cáritas Diocesana e Câmara Municipal do Funchal). Ao fim de três semanas estas entidades continuavam ainda a operar no RG3. Durante este período deram ainda o seu contributo muitas centenas de voluntários (incluindo cidadãos estrangeiros, de que se destaca um médico canadiano). A resposta ao terrível desastre que foi reconhecidamente de enorme eficácia e rapidez, foi o resultado da experiência de diversos exercícios sobre esta temática e das

sinergias criadas pela interacção com várias organizações, voluntários e da enorme onda de solidariedade que se gerou à volta das populações afectadas.

Passaram pelo RG3 mais de 230 desalojados, mantendo-se ainda um pequeno número na Unidade a aguardar o realojamento. Até ao dia 11 de Março foram efectuadas mais de 425 missões de apoio, tendo sido percorridos cerca de 14500 quilómetros, servidas mais de 17000 refeições e realizadas mais de 950 consultas na enfermaria a desalojados.

Ainda que em menor escala, prevê-se a continuação dos apoios às populações nas próximas semanas.

Foi ainda solicitado pelo Governo Regional o apoio da Engenharia militar com vista à eventual necessidade de montagem de pontes militares em substituição de obras de arte destruídas ou fortemente afectadas pela intempérie. Nesse sentido, foi deslocada para a Região uma equipa que procedeu ao reconhecimento de diversos locais, dos quais quatro com possibilidade de intervenção da Engenharia Militar.

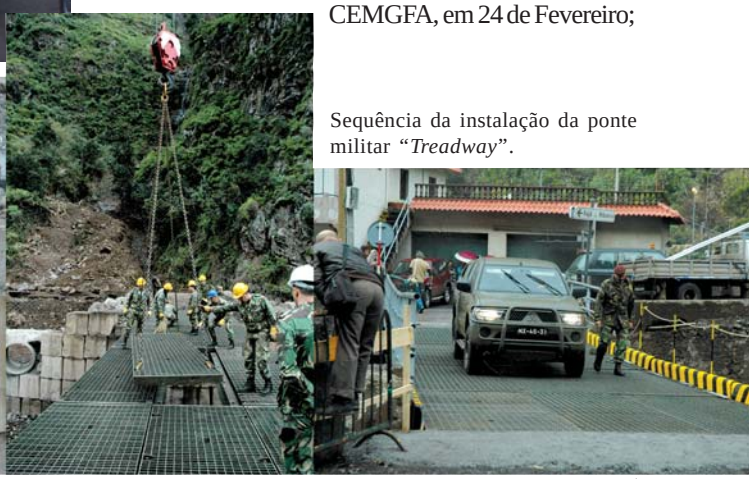
Após análise de cada situação veio a confirmar-se a montagem de uma ponte militar (*Treadway*) para permitir o acesso ao lugar da Fajã da Ribeira, onde cerca de 70 fogos, se encontravam sem acesso rodoviário, por colapso da ponte ali existente.

Na sequência do impacto que este temporal teve a nível nacional e até internacional, diversas entidades locais, nacionais e da União Europeia deslocaram-se à Ilha da Madeira para se inteirarem *in situ* das consequências do temporal que assolou a ilha naquele dia. Neste contexto, o RG3 foi visitado por diversas entidades, de que se destacam:

- Bispo do Funchal, D. António Carrilho, no dia 20 de Fevereiro;

- O Presidente do Governo Regional, Dr. Alberto João Jardim, em 21 de Fevereiro;

- O Presidente da República Prof. Dr Aníbal Cavaco Silva, acompanhado pelo o General CEMGFA, em 24 de Fevereiro;



Sequência da instalação da ponte militar "*Treadway*".

- Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Dr.ª Maria Augusta de Sousa, em 1 Março;
- Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Amaral Vieira, no dia 3 de Março;
- Presidente Cáritas Portuguesa, Prof. Dr. Eugénio Fonseca, em 4 Março;
- Comissário Europeu da Politica Regional, Dr. Johannes Hans, em 6 de Março;
- O Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Augusto Santos Silva, a 9 Março.

O fenómeno não é desconhecido do povo madeirense. É longa a história dos relatos nesta área, como pode constatar-se em diversos documentos. De forma sucinta, a consulta dos *sites* da Internet:

(http://madeira-gentes-lugares.blogspot.com/2007/08/desastres-naturais-no-arquiplago-da.html e http://madeira-gentes-lugares.blogspot.com/2010/03/funchal-depois-da-aluviao-nova-cidade.html, permitem-nos retirar a seguinte informação:

A 29 de Outubro1993. Uma aluvião, considerada uma das mais violentas que atingiu a Madeira afectou a cidade do Funchal em particular, que ficou irreconhecível, confusa e acordou com o balanço de cinco mortos e quatro desaparecidos e cerca de 400 desalojados, e com elevados prejuízos em infra-estruturas públicas e instalações do sector privado. O total de prejuízos ascendeu a quase seis milhões e meio de contos.

O Exército apoiou na limpeza da cidade do Funchal, assim como no transporte e alojamento de desalojados, em muito semelhante ao apoio dado a 20 de Fevereiro de 2010.

Igualmente, após a 9 de Outubro de 1803, descaiu sobre o Funchal, assim como por toda a Madeira, uma grande quantidade de precipitação, que provocou a mais horrível aluvião da história das ilhas deste arquipélago do Atlântico Norte. Segundo os cronistas desta época, só na parte baixa da cidade terão morrido 200 pessoas, calculando-se um total de 600 mortes em toda a Madeira (Carita, 1982).

A principal causa dos males produzidos pela aluvião foi a falta do encanamento das ribeiras. Embora tardiamente, resolveu o governo da metrópole realizar esse tão desejado melhoramento, enviando à Madeira o brigadeiro Reinaldo Oudinot encarregado de dirigir os respectivos trabalhos e que aqui chegou a 19 de Fevereiro de 1804. (*Elucidário Madeirense*).

Foi então enviado para a recuperação geral da cidade do Funchal e da Ilha o brigadeiro Reinaldo Oudinot, acompanhado do capitão Matos de Carvalho, sendo esta "equipa reforçada" depois com o tenente Paulo Dias de Almeida, que se manteve na Ilha.

Igualmente, em 26 de Outubro de 1815, na cidade, "como em outras ocasiões aconteceu, as correntes impetuosas das ribeiras, ocasionaram os maiores prejuízos". Foi, "especialmente nalguns pontos das margens das ribeiras que não tinham muralhas a ampararem e a dirigirem o curso das águas, saíram estas fora do seu leito, galgaram os terrenos marginais e abriram novo caminho, através das ruas e casas, causando não só incalculáveis estragos, como produzindo o maior pânico entre os habitantes, alguns dos quais foram vitimas do ímpeto indomável da corrente. Foi o que aconteceu com as águas da ribeira de S. João que, procurando novo percurso, arrastaram na sua violência cerca de vinte casas desde a ponte de S. Paulo, ao fim da rua da Carreira, até á foz da mesma ribeira. Nas ruas marginais da ribeira de Santa Luzia, também foram grandes os estragos, ficando danificadas algumas casas e em alguns pontos as muralhas da mesma ribeira" conforme nos relata o Elucidário Madeirense.

Sobre esta ocorrência, Paulo Dias de Almeida, refere que, "em 30 de Outubro de 1815 pelas 5 horas da tarde, houve uma aluvião que levou quarenta casas e arruinou outras, inundando ruas, e se fosse à noite muita gente morreria afogada." A "ribeira de S. Paulo" (ou ribeira de S. João), "chegou a trazer uma coluna de água e rochedos, que ocuparam a largura de 60 palmos e 30 de alto. Entre as pedras que ficaram no leito da ribeira, junto ao mar, havia uma de 20 palmos quadrados, e de 10 palmos muitas" (um palmo, igual a 22 cm). "Esta enchente durou uma hora." (Carita, 1982).

As Guerras Que Já aí Estão e as Que nos Esperam – Se os Políticos Não Mudarem

Neste novo livro, o General Loureiro dos Santos responde e adverte para as questões que se levantam com a alteração, em curso, da ordem internacional unipolar.

"Desde há alguns anos, vivemos um período de transição

acelerada para um futuro incerto e perigoso. No qual, as dificuldades para o Ocidente, muito particularmente para Portugal, serão bastante expressivas", adverte o General no Prólogo do seu livro.

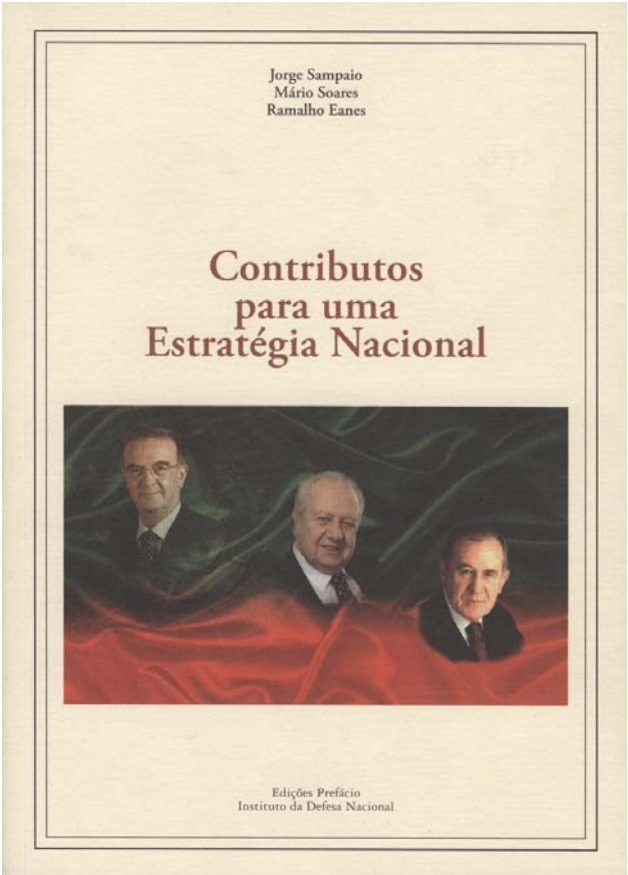
No quadro geopolítico configura-se o surgimento das Ilhas de Poder Global (EUA, China, Índia, Rússia e Brasil), dos Ilhéus de Poder Global (médias potências) e dos Quase Ilhéus.

Todos os actores tentam reposicionar-se em face de uma nova ordem mundial. E Portugal? Como actua no teatro de operações internacional e internamente? Com a posição central de Portugal face ao Atlântico (Oeste), Espanha (Leste) e território africano (Sul) e o seu papel preponderante na CPLP e na possível articulação da segurança e defesa da região do Atlântico (médio/Sul), é urgente repensarmos o papel das nossas Forças Armadas e, de algum modo, recolocá-las na primeira linha dos interesses nacionais. No fundo, fazer jus aos "absolutamente portugueses."

SANTOS, Loureiro dos, *As Guerras Que Já aí Estão e as Que nos Esperam – Se os Políticos Não Mudarem* – Reflexões sobre Estratégia *VI*, Colecção Estudos e Documentos, Europa-América, Lisboa 2009

Contributos para uma Estratégia Nacional

Esta obra, da autoria de três ex-Presidentes da República, General Ramalho Eanes, Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Sampaio, no âmbito do ciclo de conferências, alusivas ao tema, realizadas no Instituto de Defesa Nacional,



entre Dezembro de 2008 e Fevereiro de 2009 e da coordenação de Prof. Dr. António José Telo, pretende abordar o tema da preponderância de discussão do conceito estratégico para a defesa nacional, não descurando todos os factores conjecturais que, com ele, se relacionam.

Além das reflexões dos ex-Chefes de Estado, ainda se sustenta com textos complementares que se estendem aos conceitos estratégicos da Aliança Atlântica e da Europa, em matéria de segurança.

Esta publicação ainda teve a colaboração da comissão científica composta pelo General Abel Cabral Couto, Prof. Dr. Adriano Moreira, Mestre Carlos Gaspar, Prof.ª Dr.ª Maria Carrilho, Prof. Dr. Manuel Braga da Cruz, Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira e Major-General Pedro Pezarat Correia.

TELO, António José, coordenação, *Contributos para uma Estratégia Nacional*, Edições Prefácio e Instituto de Defesa Nacional, 2009.

A Princesa do Corgo

Em 1289, o Rei D. Dinis mandou radicar uma povoação, onde actualmente se encontra Vila Real. Aproveitando o factor histórico da criação da póvoa que hoje é a cidade do norte de Portugal, Emílio Miranda, Sargento do Quadro Permanente do Exército, colocado no Campo Militar de Santa Margarida, constrói uma trama de personagens recriadas que nos confundem com aquelas que se cruzam connosco ou, pelo menos, com as do nosso imaginário.

É um mundo real, com todas as nuances que nos levam a acreditar no esotérico e oculto, próprio da "idade das trevas". As personagens deste romance concorrem não só para a construção da trama, que dá vida ao romance, mas também para a construção daquela póvoa, construída sobre o granito, onde o Corgo e o Cabril se encontram.

É um romance histórico e fascinante, cheio de sabedoria e repleto de verdades escondidas.

MIRANDA, Emílio Gouveia, *A Princesa do Corgo*, Planeta Editora, Maio de 2009.

Unidade de Engenharia 6
no Teatro de Operações do Líbano

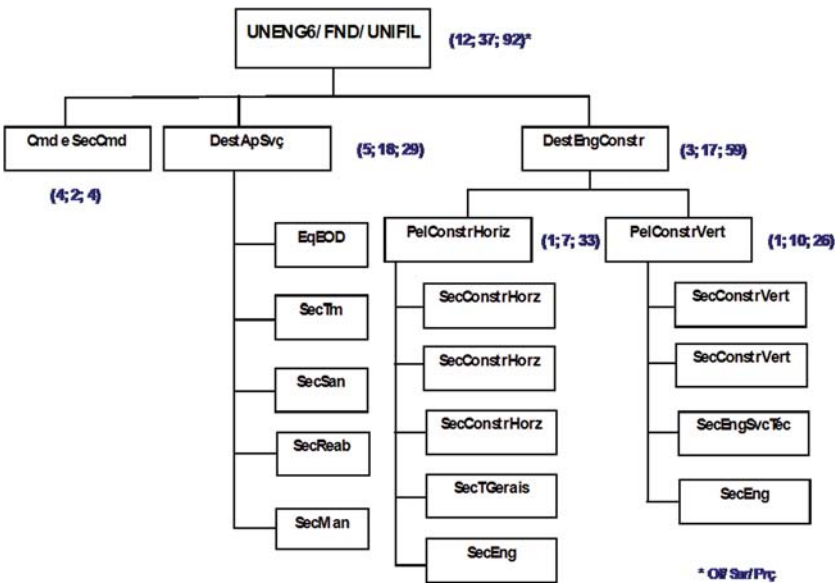
UN
LEBANON
ISRAEL
Tyre (Sur)
Litani River
Hasbayya
Harat al Hart
Shwayya
Ibil as Saqy
Hebbariye
Kafr Hammam
Shaba
Kafr Shuba
Al Qulayah
Al Khiyam
Halta
Bastra
SHABAA FARMS
Al Ghajar
Majdal Shams
Mas'adah
Dafna
HaGosherim
Qiryat Shemona
Manara
Golan Heights
Israeli controlled
claimed by Syria
UNIFIL zone boundary
Blue Line
Shabaa Farms boundary
1974 IL-SY ceasefire line
1923 international border
City, town or village
Small village or hamlet

Major Eng. Sidónio Dias*

Enquadramento Histórico da United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL)

O Líbano é um país situado na costa oriental do Mar Mediterrâneo, que faz fronteira a norte e a este com a Síria e a sul com Israel, região do Crescente Fértil, onde surgiram as primeiras grandes civilizações da Humanidade. É a pátria histórica dos fenícios, negociantes semitas da Antiguidade, cuja cultura marítima floresceu na região durante mais de 2.000 anos e que criaram o primeiro alfabeto, do qual saíram todos os demais, tanto semítas como indo-europeus. Com o fim do Império Otomano, após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Líbano foi colocado sob mandato francês, confirmado pela Sociedade das Nações em 1922. A República Libanesa foi criada em 1926, tornando-se independente a 22 de Novembro de 1943. A hostilidade entre cristãos e muçulmanos levou o Líbano a uma guerra civil de 1975 a 1990, na qual Israel foi um actor activo, tendo inclusive, o seu exército, chegado a Beirute em 1982.

Em 1970, a tensão ao longo da fronteira israelo-líbanesa aumentou, principalmente, depois da deslocação dos elementos armados palestinianos da Jordânia para o Líbano. A partir desta data, intensificaram-se as operações palestinianas contra Israel e os respectivos contra-ataques israelitas contra as bases palestinianas no Líbano. A 11 de Março de 1978, um ataque de comandos palestinianos em Israel resultou em vários mortos e feridos entre a população Israelita. A Organização de Libertação da Palestina reivindicou o ataque e em resposta, as Forças de Defesa Israelitas (IDF) invadiram o Líbano a 14 de Março de 1978 tendo, em alguns dias ocupado todo o Sul do Líbano, à excepção da cidade de Tyre. A 15 de Março de 1978, o governo Libanês submeteu à consideração do



Conselho de Segurança das Nações Unidas um forte protesto contra a invasão israelita, declarando que nada tinha a ver com a operação dos comandos palestinianos. A 19 de Março de 1978, o Conselho de Segurança aprovou as resoluções 425 e 426, onde era exigido a Israel a cessação imediata de todas as operações militares e a retirada de todas as suas forças de território libanês. Ficou também decidida a criação e o estabelecimento imediato da UNIFIL, com três objectivos: confirmar a retirada israelita; restabelecer a paz e segurança; e apoiar o governo do Líbano no restabelecimento da sua autoridade no sul do país. As primeiras forças da UNIFIL chegaram à Área de Operação (AO) a 23 Março de 1978.

Em Junho de 1982, depois de uma troca de fogo entre o sul do Líbano e Israel, e através da fronteira comum, Israel invade o Líbano, chegando a Beirute. Durante três anos, a UNIFIL manteve-se atrás das linhas israelitas, limitando-se a fornecer protecção e ajuda humanitária à população local. Em 1985, Israel retirou parcialmente, mantendo o sul do Líbano ocupado. Em 17 Abril de 2000, o Secretário-Geral das Nações Unidas recebeu uma carta de Israel informando as Nações Unidas (NU) que iria retirar as suas forças do Líbano em Julho de 2000. No entanto, a 25 de Maio de 2000, Israel informou que as suas forças já tinham retirado do Líbano. A 16 de Junho de 2000, o Secretário-Geral informou o Conselho de Segurança que Israel retirou do Líbano, em conformidade com a linha de retirada identificada pelas NU na resolução 425. Depois da retirada das IDF, a UNIFIL passou a monitorizar e patrulhar diariamente a área de fronteira, juntamente com as autoridades libanesas providenciando, também, ajuda humanitária às populações locais. Até Julho de 2006 e apesar de numerosas pequenas violações da chamada *Blue Line* (Linha de Retirada de 2000), a situação permanecia relativamente calma.

A 12 de Julho de 2006, o Hezbollah lança vários *rockets* do sul do Líbano contra Israel, nomeadamente para a cidade de Zarit. Ao mesmo tempo, através de uma incursão em Israel, o Hezbollah ataca uma patrulha israelita capturando dois soldados, matando três e ferindo outros dois. Em retaliação, as IDF atacaram o Líbano por terra, ar e mar, em particular, as infra-estruturas do Hezbollah e as suas posições na AO da UNIFIL e fora dela.

(Pág. 26) Execução de uma base cilíndrica para a marcação da *Blue Line*.
(Topo) Transporte dos materiais para o local de execução da base cilíndrica.
(Centro) Base cilíndrica executada.
(Em baixo, à dta.) Aspecto final da base cilíndrica com os barris azuis no topo.

Apesar das acções de guerra em curso, os militares da UNIFIL continuaram com as suas missões de observação, de ajuda humanitária e de apoio médico e sanitário às populações locais. Este conflito provocou dezasseis feridos e cinco mortos nas forças da UNIFIL. A 11 de Agosto de 2006, foi aprovada, pelo Conselho de Segurança das NU e ratificada pelos governos de Israel e do Líbano, a resolução 1701, que exigia a imediata cessação das operações de guerra. Esta resolução prevê o aumento do efectivo da UNIFIL de 2.000 para 15.000 militares, assim como a inclusão de uma força marítima.

A UNIFIL tem a missão de assistir o Governo libanês no exercício da soberania no seu território, através do apoio às Forças Armadas libanesas na estabilização da paz e segurança na AO, para assegurar que esta não é utilizada para actividades hostis de qualquer tipo e, sempre que solicitado, apoiar o Governo libanês a manter a segurança das suas fronteiras e pontos de entrada, de forma a prevenir a recorrência das hostilidades e criar as condições para uma paz duradoura.

Portugal iniciou a sua participação na UNIFIL em Novembro de 2006 e a Unidade presente no Teatro de Operações (TO), de Junho a Dezembro de 2009, foi a Unidade de Engenharia 6 (UnEng6). Em Janeiro de 2010, o efectivo da UNIFIL era de aproximadamente de 12.000 militares, incluindo 146 portugueses (cinco dos quais no Quartel-General da UNIFIL, em Naqoura).

A Unidade de Engenharia 6

Através da Directiva n.º 169/CEME/08, de 9 Setembro de 2008, o General Chefe do Estado-Maior do Exército, (CEME), determinou a organização e aprontamento da UnEng6/Força Nacional Destacada(FND)/UNIFIL, para a partir de Maio de 2009, render a UnEng5/FND/UNIFIL na operação militar das NU no Líbano. Por Despacho de 5 de Novembro de 2008 do General CEME foi nomeado para comandar a UnEng6/FND/UNIFIL, o Tenente-Coronel João Manuel Pires. A responsabilidade pela preparação, aprontamento e sustentação da força foi atribuída ao Regimento de Engenharia n.º 1 (RE1).

A UnEng6/FND/UNIFIL iniciou o aprontamento em 29 de Novembro de 2008, no RE1, dividindo o seu treino em duas fases distintas: uma primeira fase, no RE 1, em Lisboa, com o objectivo de atribuir e treinar as diversas competências técnicas do âmbito da Engenharia; uma segunda fase, no Regimento de Infantaria n.º 3 (RI 3), em Beja, com o objectivo de atribuir e treinar outras competências relacionadas com o treino individual e colectivo

Execução do 4º *Link* da *Blue Line Road.*

Execução e conclusão do 3º *Link* da *Blue Line Road*.

orientado para o cumprimento da missão, de acordo com os requisitos gerais para os quais as Forças Nacionais Destacadas devem estar preparadas e conforme determinações das NU. O aprontamento terminou a 8 de Maio de 2009, tendo a força sido projectada para o Teatro de Operações (TO) a 1 de Junho de 2009, cumprindo a sua missão no TO do Líbano de 1 de Junho a 2 de Dezembro de 2009, dia em que ocorreu a sua retracção para Portugal.

A UnEng6/FND/UNIFIL teve como missão executar trabalhos de construções horizontais e verticais em apoio das Unidades da UNIFIL em toda a AO, contribuir para garantir a liberdade de movimentos em toda a AO e apoiar as Forças Armadas libanesas e agências civis em actividades de ajuda humanitária dentro das suas capacidades, de acordo com as orientações do comando da força.

Para cumprir a sua missão, a UnEng6/FND/UNIFIL organizou-se de acordo com o seguinte organograma: Comando e Secção de Comando, Destacamento de Apoio de Serviços e Destacamento de Engenharia de Construções, com um total de 12 oficiais, 37 sargentos e 92 praças.

A UnEng6/FND/UNIFIL enquadrou-se na organização da UNIFIL como uma Unidade de Apoio de Combate na directa dependência do *Force Commander*, tendo-lhe sido atribuída, em *Operacional Control*, a partir de 1 de Junho de 2009, podendo ser empregue em toda a AO.

No decorrer dos seis meses da missão, e de acordo com a mesma, a UnEng6/FND/UNIFIL, executou essencialmente tarefas no âmbito das construções e do apoio humanitário, tendo participado também no exercício militar conjunto *United Beacon 09*, da UNIFIL com as LAF, comprovando o seu estado de prontidão, com a sua Equipa de Resposta a Emergências que tem capacidade de resposta em 30 minutos (*Notice To Move* 30 min).

(Topo) Início da construção da Plataforma para Viaturas Pesadas em *New Land*.
(Centro) Subida da cota da Plataforma para Viaturas Ligeiras em 70 cm.
(Em baixo) Conclusão da construção da Plataforma para Viaturas Ligeiras, com a finalização dos arruamentos.

As tarefas de construções horizontais e verticais realizadas foram em benefício da UNIFIL, das Forças Armadas Libanesas e da população local, de forma a ser o mais abrangente possível no seu apoio.

A UnEng6/FND/UNIFIL foi a primeira Unidade portuguesa a ser empregue na área junto da linha de fronteira israelo-libanesa, chamada de *Blue Line*, linha esta que foi definida, em 2000, em acordos tripartidos (ONU, Líbano e Israel). No entanto, como não há acordo entre os dois países em toda a extensão (121 km) da *Blue Line* é permanente a tensão existente ao longo desta que se traduz em pequenos incidentes diários. Junto da *Blue Line* estão a decorrer dois trabalhos de Engenharia.

O primeiro é a marcação no terreno, de uma forma física e permanente, da *Blue Line*, através da execução de maciços cilíndricos em betão armado com 2 m de altura por 2 m de diâmetro (0,5 m enterrado e 1,5 m de altura acima do solo), encabeçados por dois barris azuis com inscrições das NU. Dada esta zona da AO ser extremamente tensa e sujeita a incidentes, apenas militares da UNIFIL estão autorizados a trabalhar na marcação da linha, executando relatórios diários da sua actividade. A UnEng6/FND/UNIFIL executou a marcação de dois pontos da *Blue Line*, sendo de referir que a execução das bases se constitui como um trabalho bastante árduo, não pela complexidade técnica, mas pela localização geográfica das mesmas, uma vez que se encontram em locais de difícil acesso e em áreas de terreno minadas. A execução deste trabalho é precedida pela desminagem operacional do terreno, a cargo de outras Unidades de Engenharia da UNIFIL.

O segundo trabalho é a execução de uma estrada de patrulhamento da fronteira, paralela à *Blue Line* e semelhante a uma existente do lado israelita. A UnEng6/FND/UNIFIL construiu dois troços, o 3.º e 4.º Links da *Blue Line Road*, com uma extensão de 400 e 450 m, respectivamente, e 6 m de largura.

O processo de construção da *Blue Line Road* inicia-se com as Forças Armadas libanesas a definirem a faixa por onde passará o itinerário e como grande parte da fronteira está minada, segue-se a desminagem do local, em regra por uma ONG. Durante a nossa presença no TO visitámos um trabalho de desminagem de um troço da *Blue Line Road* em execução por uma ONG Britânica designada *Mine Action Group* (MAG). No final do trabalho, a organização entrega um certificado de desminagem que garante a não existência de minas numa determinada faixa de largura, 10 ou 15 m, e até 20 cm de profundidade. Com o certificado em

(Topo) Nivelamento de Plataforma em apoio do Batalhão de Engenharia chinês.
(Topo direita) Execução do Sistema de Drenagem de Águas Pluviais e Residuais em *New Land.*
(Direita) Execução dos maciços de fundação para os Postes de Iluminação Pública em *New Land*.

sua posse e após receber ordem do J3, a UnEng6/FND/UNIFIL avança para o terreno para a construção dos itinerários que consiste na colocação de uma camada drenante com 40 cm em pedra de enrocamento, execução de camadas base e de desgaste com 40 cm em *tout-venant*, nivelamento e compactação.

O grande trabalho desenvolvido pela UnEng6/FND/UNIFIL e que durou os seis meses da missão, foi em apoio da UNIFIL na construção do novo Quartel-General, chamado de *New Land*, em Naqoura. Os trabalhos executados foram inúmeros e, não cabendo neste artigo a enumeração de todos, vamos apenas referir alguns. O trabalho de maior volume e duração foi a construção da plataforma para viaturas pesadas (*Heavy Vehicles Platform*) em *New Land*, com 30.000 m^2. O trabalho consistiu, primeiro na desmatação de uma área com 50.000 m^2 e depois no movimento de terras para a construção da plataforma logística, o que representou um volume de trabalhos de cerca de 70% (24.000 m^3) de escavação, em terreno rochoso com elevada dureza.

A Oeste da plataforma anterior e também em *New Land*, a UnEng6/FND/UNIFIL concluiu a construção da plataforma logística para viaturas ligeiras (*Light Vehicles Platform*), com uma área de 40.000 m^2 (trabalho iniciado pela UnEng5/FND/UNIFIL). Este trabalho consistiu na elevação da cota geral da plataforma em cerca de 70 cm, na construção das bases para os diferentes edifícios a im-

(Topo) Execução de Plataforma para o novo cemitério no Município de Naqoura.
(Centro e em baixo) Prestação de cuidados médicos continuados à população mais idosa.

plantar, dos arruamentos, das infra-estruturas gerais e da rampa de acesso à área de escritórios.

Em *New Land*, pela capacidade técnica reconhecida entre as Unidades de Engenharia da UNIFIL, a Unidade portuguesa foi chamada a apoiar outros contingentes, nomeadamente o belga e o chinês. Em apoio do Batalhão de Engenharia Belga construímos uma plataforma com 4.500 m^2 (*Supply Area*) e, em apoio ao Batalhão de Engenharia chinês, efectuamos o nivelamento de uma plataforma com 2.500 m^2 (*Generators Area*).

No âmbito das construções verticais, além dos trabalhos de protecção da força, a UnEng6/FND/UNIFIL esteve também bastante empenhada, prevendo-se que no futuro próximo este tipo de trabalhos sejam mais necessários que os relacionados com as construções horizontais. Em *New Land* foi iniciada a construção do sistema de drenagem de águas residuais e pluviais da plataforma para veículos ligeiros que consistiu na abertura de valas, construção de caixas de visita e execução dos ramais principal e secundário dos sistemas de drenagem de águas pluviais e residuais com funcionamento gravítico, apresentando como particularidade o facto da vala em determinados troços atingir os 6 m de profundidade.

Estando as infra-estruturas rodoviárias praticamente prontas, a Força iniciou a execução de maciços de fundação para os postes de iluminação pública em *New Land*. Este trabalho consistiu na execução, transporte, abertura de fundações e colocação de 99 maciços para os postes de iluminação pública dos arruamentos do novo Quartel-General da UNIFIL.

O apoio às populações civis foi também uma prioridade da UnEng6/FND/UNIFIL. Após a

chegada ao TO foram identificadas as necessidades da população através de reuniões com os responsáveis das localidades envolventes do *Ubique Camp*, sendo posteriormente desenvolvida a actividade de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), nomeadamente em Shama, Al Bayyadah, Tayr Harfa, Majda Zun, Shihin, Al Mansuri, Alma Ash Sha'b e Naqoura.

Nestas localidades foram detectadas carências em infra-estruturas, nomeadamente abastecimento de água, esgotos, sistema de recolha de lixo, estradas principais e itinerários de acesso aos campos de cultivo. Pelos contactos concluiu-se que faltava também apoio médico-sanitário, pois uma boa parte da população não tem acesso a cuidados básicos de saúde, com particular relevo para as crianças e os idosos. Foram, então, desenvolvidos projectos de construção e beneficiação de infra-estruturas, em apoio dos municípios acima referidos, que consistiram na construção de itinerários, com cerca de 9.000 m de extensão, e na execução de

O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, o Presidente da Liga dos Combatentes, General Chito Rodrigues e o Presidente do Núcleo de Oeiras e Cascais, Coronel José Montez, têm a honra de convidar V. Exª para participar no 3º ciclo de colóquios-debates "Fim do Império: Olhares Militares", a realizar na Livraria-Galeria Municipal Verney/ Colecção Neves e Sousa.

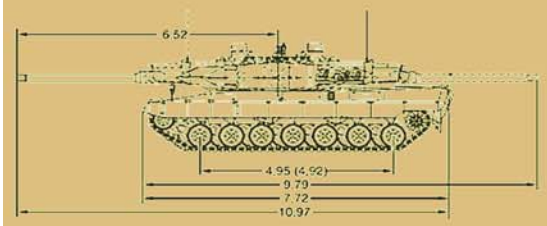
3º ciclo de colóquios-debates

"Fim do Império: Olhares Militares"

Texto e fotos Miguel Silva Machado

LEOPARD 2A6

no Exército Português



Os "Leopards 2A6", recentemente adquiridos por Portugal à Holanda, já estão todos em Santa Margarida na Brigada Mecanizada (BrigMec). Fomos ver o 2.º Esquadrão do Grupo de Carros de Combate (GCC) da Brigada, que já treina intensamente com estes carros de combate de última geração.

Processo de aquisição

Se há processo de aquisição de material de guerra que correu rapidamente, aqui está um, o do "Leopard". Assinado em Setembro de 2007 o "Princípio de Entendimento" entre Portugal, a Holanda e a NATO *Maintenance and Supply Agency* (NAMSA), para a aquisição por Portugal de 37 carros de combate (CC) Leopard 2A6 do Exército Holandês, em 29 de Janeiro de 2008 foi assinado, em Lisboa, o respectivo contrato de aquisição.

Um pequeno grupo de oficiais e sargentos portugueses foram, de seguida, formados na Holanda e as transferências dos blindados iniciaram-se em Outubro de 2008 e concluíram-se em Dezembro de 2009. Para além dos 37 CC foi também adquirido um 38.º, apelidado de "buggy", adaptado à instrução de condução, um 39.º em peças e material diverso de que se destaca mais do que um lote de sobressalentes, ferramentas especiais para casco e torre e manuais técnicos em suporte digital e convencional. Para concluir este programa com o Exército Holandês – em Janeiro 2010 estava para breve –, falta proceder-se à recepção de um conjunto de munições.

Operar e manter o Leopard 2A6

Os principais elementos sobre este carro de combate são conhecidos, mas no entanto, deixamos aqui algumas notas de reportagem que ilustram diferenças em relação ao anterior material principal da Brigada, o M60A3TTS.

A primeira tem a ver com as condições que tiveram que ser criadas no Quartel da Cavalaria para receber os carros. Devido à composição da blindagem e grande componente electrónica deste sistema de armas, mesmo na garagem têm de estar ligados a dois dispositivos: simplificando, um "desumidificador" e um "carregador de baterias". Assim, foi construído um novo parque de viaturas coberto e com os equipamentos necessários para esta finalidade.

A operação do carro está em curso e as primeiras impressões dos operadores são favoráveis. A guarnição com que falamos, toda formada em Portugal, era composta pelo Segundo-Sargento João Pires, do Quadro Permanente (QP), chefe de carro, cinco anos de serviço militar; Segundo-Cabo Miguel Gomes, condutor (vindo do M-60), 2 anos de serviço; Soldado Vitor Campos, apontador, um ano de serviço; Soldado Ruben Martins, municiador, um ano e meio de serviço.

> Estes 37 "Leopards" foram equipados, na Holanda, com um sistema de comunicações português, fabricado pela companhia EID o grupo EMPORDEF

De um modo geral, as capacidades do carro agradam aos militares, notando João Pires (que sendo

(Esquerda) A capacidade do carro em todo o terreno, manobrabilidade e a estabilização da peça são factores que saltam à vista na apresentação do Leopard 2 A6.
(Ao lado) Exemplar único em Santa Margarida o "buggy" para instrução de condução.

(Em cima) A garagem dos Leopard 2A6 no Quartel da Cavalaria, em Santa Margarida.
(Ao lado) Chefe de carro, por baixo o apontador e (sem estar visível) ainda se segue o condutor. O chefe de carro também pode, através dos seus comandos, apontar a peça ao alvo.

do QP teve formação M60) e Miguel Gomes que se está perante uma "máquina" com uma suspensão bem melhor – "pode-se passar por buracos de alguma dimensão sem abrandar" – diz o condutor, comparando com o M60. "Mesmo sendo maior é bem mais manobrável", refere o Chefe de Carro que adianta "pelo menos para já a ausência de problemas técnicos; pode fazer marcha atrás sozinho" (fruto do sistema de vídeo), o "condutor conduz aqui à direita" (no M-60 o posto de condução é ao centro do veículo) "e sempre fechado, ou seja a visualização é sempre feita através do sistema de periscópios. O periscópio da torre dá uma capacidade de visão muitíssimo boa (360.º) ao chefe de carro."

A conduta do tiro, referem outros militares que já o fizeram na Alemanha, é muito rápida e parte do processo de pontaria e de rectificação para novo tiro é feito em grande parte automaticamente. Em Portugal está prevista a utilização do polígono de tiro de Santa Margarida.

A manutenção não é para já problema, até pelos materiais que estão recepcionados e fazem parte do contrato de aquisição, mas também pela formação dada na Holanda a quatro mecânicos de torre (especialmente dedicados à componente electrónica), quatro mecânicos de casco e dois soldadores.

O periscópio (ao centro) permite visão 360.º quando toda a guarnição está no interior do carro. O municiador opera uma das duas FN Mag 7,62 mm que equipam o Leopard 2A6.

A peça L55 de 120 mm equipa este carro de combate. Pesa 4160 Kg e dispara munições perfurantes, explosivas e de instrução.

A introdução do novo carro de combate, da classe 70 toneladas, todos o sabem, "deveria" levar à aquisição de mais viaturas compatíveis como os "recovery", carros-oficina, plataformas e outros. É um processo que não está fechado e, aparentemente, o mais urgente será exactamente o substituto do M88, que serve os M-60. Várias soluções estão a ser equacionadas para o GCC vir a ter carros destinados a estas funções.

Formação e treino

A formação e treino decorrem no GCC, uma vez que o material recepcionado ali se encontra na totalidade. Ao contrário de outros sistemas de armas do Exército Português não há "Leopards" nas escolas nem nas unidades de manutenção.

Como nos diz o Tenente-Coronel Jorge Pedro, 43 anos de idade, 25 anos de serviço, Comandante do GCC há dois anos, "…os militares formados na Holanda têm uma obrigação de permanecer ligados ao Leopard por cinco anos e está feita proposta no sentido da praças também passarem a ter um período

Passagem pelo “bico de pato” da impressionante massa de mais de 60 toneladas.

alargado de permanência no Grupo…”. Além do conhecimento técnico do material, do seu estudo e operação frequente, acresce a formação operacional ou táctica e o emprego dos carros como unidade no terreno. O Comandante do 2.º Esquadrão, Capitão Ricardo Lourenço, 33 anos de idade, 16 de serviço, um dos oficiais que esteve na Holanda e Alemanha a receber formação, diz-nos: “Numa primeira fase formamos tecnicamente o pessoal para operar o carro de combate e numa segunda trabalhamos, como unidade, ministrando o chamado treino operacional [...] as primeiras guarnições estão constituídas, algumas com pessoal vindo dos M-60, outros formados de raiz no Leopard e estamos neste momento empenhados no treino operacional [...]. E continua, [...] mesmo que um carro de combate, seja ele qual for, tenha sempre as mesmas características básicas, o emprego táctico deste, sobretudo se articulado com outras sub-unidades da brigada, tem que ter em consideração, por exemplo, a sua velocidade, potência, cadência de tiro. Ou seja, em situações extremas de combate, se quisermos tirar o maior partido possível das características do carro, haverá a necessidade de rever capacidades das outras sub-unidades.”

O GCC note-se, mantém por enquanto a valência M-60 destinada ao emprego com outras sub-unidades da BrigMec e também, ainda à formação curricular dos oficiais e sargentos destinados ao Quadro Permanente em colaboração com a Escola Prática de Cavalaria.

	M60 A3 TTS	Leopard 2 A6
Guarnição	4 (Ch CC, Apont; Mun; Cond)	4 (Ch CC, Apont; Mun; Cond)
Armamento	105mm , 7.62mm coax, 12.7mm AA, 2x6 LPF	120mm (lisa), 7.62mm coax ,7.62mm AA, 2x6 LPF
Munições	63x105mm, 900x12.7mm, 5950 7.62mm APFSDS,APDS,HESH,HEAT,WP	42x120mm, 4750x7.62mm APFSDS, HEAT
Dimensões	C 9.4 x L 3.6 x A 3.2 m	C 10.9 x L 3.7 x A 3.0 m
Peso	52.617 kg	60.700kg
Motor	Diesel (1420l.), 12 cilindros, 750hp a 2400rpm.	Diesel (1200l.), 12 cilindros, 1500hp a 2600rpm.
Velocidade e autonomia	48.28 km/h; 480 km.	68 km/h; 500 km
Passagem vau	1.22 m / 2.4 m	1 m/ 2.25 m snorkel 4 m
Obst Vertical/ Vala	0.914 m/ 2.59 m	1.1m/ 3m
Declive/ Inclinação	60%/ 40%	60%/ 30%
Sist NBQ	Sim	Sim
Sist Visão nocturna	Passivo (Ch CC, Ap, Cond)	Passivo (Ch CC, Ap, Cond)

Tabela comparativa M-60 Leopard 2A6

Simulação

Intimamente ligada à formação e ao treino está a cada vez mais importante componente da simulação. Para se ter uma ideia da importância deste tipo de apoio tecnológico, na Holanda ninguém faz tiro real de carro de combate sem antes passar pelo simulador. Em Portugal, o mesmo se faz com sistemas como o míssil Milan e outros, só que aqui a complexidade do equipamento é muito diferente.

São várias as possibilidades que há no mercado, quer optando por uma solução nacional, quer beneficiando de acordos de cooperação com outros países aliados.

Particularidade portuguesa

Estes 37 "Leopards" foram equipados, na Holanda, com um sistema de comunicações português, fabricado pela companhia EID do grupo EMPORDEF, e que tem como principal elemento o seu Emissor Receptor 525. Refira-se, como curiosidade, que neste campo os "2A6" portugueses ficam com uma capacidade de comunicações HF, o que não é frequente noutros países. Decorrente deste processo "português" vai ser aplicado nos carros de comando (Grupo, Esquadrão, Pelotão) um sistema tipo *lap top* que vai permitir instalar *software* de navegação, posicionamento e outros "detalhes" para funcionar com o sistema de informação de comando e controlo do Exército.

Organização

No Exército Português, no GCC/BrigMec, optou-se pela seguinte organização:

3 Esquadrões de CC com a mesma organização (três Pelotões a quatro carros cada, com dois Carros de combate no comando do Esquadrão, num total de 14 carros);

Destes ECC, dois são equipados com CC Leopard 2A6 e um com CC M60 A3 TTS;

Um Esquadrão de Apoio de Combate e um Esquadrão de Comando e Serviços, este último equipado com 3 CC Leopard2A6.

Recurso crítico, o militar

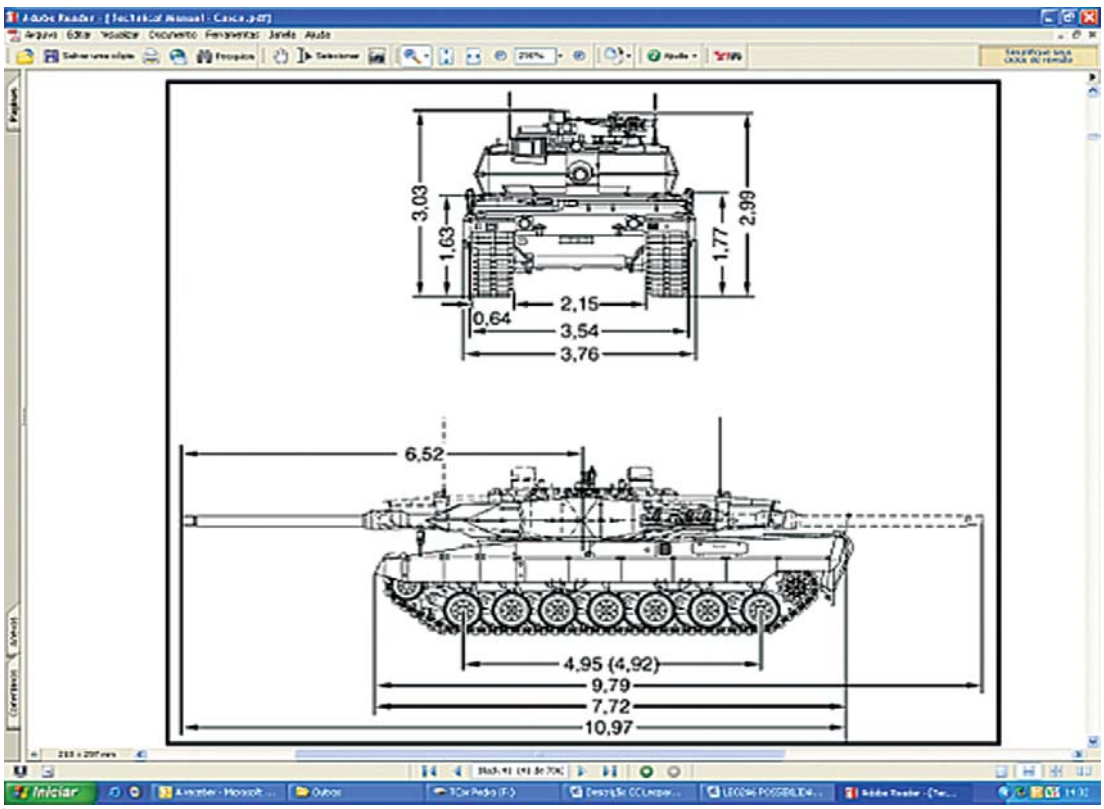
Sendo o militar, homem ou mulher (e ao contrário de muitos países, em Portugal também há militares do sexo feminino nos carros de combate), sempre e cada vez mais, o recurso crítico da organização, as guarnições dos "Leopard" não só não fogem a esta regra como, quanto a nós, até podem ser considerados um bom exemplo do que hoje se

Os "2A6" portugueses ficam com uma capacidade de comunicações HF, o que não é frequente noutros países

exige em alguns sectores da instituição. O militar que opera estes carros tem que dominar a tecnologia, mas não é sentado à secretária, com um monitor colorido na sua frente e um copo de sumo ao lado, como por vezes se julga que é a "guerra hoje"! A componente técnica é realmente muito importante aqui, mas as condições físicas e psicológicas de operação do material é muitíssimo exigente. Isso percebe-se entrando dentro do

O “render da guarda” ainda não é para já, o M60A3TTS continuará ao serviço por mais algum tempo.

Dimensões (em metros)



carro, olhando para a panóplia de instrumentos, sentindo grandes limitações de movimentos, ter que obedecer a uma criteriosa ordem de movimen-

O militar que opera estes carros tem que dominar a tecnologia, mas não é sentado à secretária

tos internos onde praticamente todos dependem de todos e, ainda assim operar a máquina, levando-a a fazer o que dela se espera: combater. Não é para todos!

Abstraindo-nos que estamos no Campo Militar de Santa Margarida e tentando imaginar o que será uma missão real, por exemplo num local "simpático" como o Afeganistão, com temperaturas

Tenente-Coronel de Inf.ª Luís Filipe Gomes Salgado

A Autarquia como meio de divulgação do serviço militar em RV/RC

Em 16 de Julho de 2009, o Exército e a Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto (CMCB) estabeleceram um protocolo de colaboração com a finalidade de divulgar, no Município, a prestação do serviço militar em Regime de Voluntariado e de Contrato (RV/RC) e prestar esclarecimentos militares relacionados com as obrigações militares dos cidadãos.

A cerimónia da assinatura do protocolo foi realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho e contou com a presença do Director de Obtenção de Recursos Humanos, Major-General Jorge de Jesus dos Santos, do Presidente da CMCB, Eng.º Joaquim Barroso de Almeida Barreto, do Chefe do Centro de Recrutamento de Braga (CRBraga), Tenente-Coronel Luís Filipe Gomes Salgado, do Chefe da Repartição de Imagem Controlo e Obrigações Militares, Tenente-Coronel Cesário Filipe Barros de Rocha, de autarcas, técnicos, funcionários da CMCB e de órgãos de comunicação social.

No âmbito deste protocolo, a CMCB comprometeu-se a divulgar, a título gratuito, no Serviço de Atendimento Único Municipal (SAU), as condições inerentes à prestação do serviço militar em RV/RC, tendo em vista o recrutamento de cidadãos para as fileiras do Exército, e prestar esclarecimentos relativos a assuntos militares, no que se refere a recenseamento, Dia da Defesa Nacional, Certidões Militares, segundas-vias de Cédulas Militares, contagens de tempo de serviço, requerimentos para complemento de pensão e reforma (Ex-Combatentes) e outros requerimentos. Em contrapartida, o Exército ficou obrigado a colaborar com a CMCB na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do Serviço Militar em RV/RC.

Na ocasião, o edil cabeceirense referiu estar-se perante o "primeiro protocolo que é estabelecido entre o Exército e o Poder Local, desenvolvido de forma gratuita, com o objectivo primeiro de prestar mais serviços, informar os jovens do concelho e colaborar no recrutamento de pessoas para servir no Exército, ingressando e abrindo portas para uma carreira militar dentro das Forças Armadas, sendo

por isso, uma nova oportunidade que se abre aos jovens". No final da sua intervenção, agradeceu "a confiança que o Exército depositou na Autarquia, reconheceu a qualidade dos serviços que a instituição militar presta aquém e além fronteiras, dignificando o País e os portugueses e que o Exército é hoje uma instituição moderna, com excelentes profissionais e que os cabeceirenses admiram."

Na mesma ocasião, o Director de Obtenção de Recursos Humanos, Major-General Jorge de Jesus dos Santos, realçou "a colaboração exemplar que esta Câmara Municipal tem demonstrado para com a instituição militar, considerando este como um desafio, que se traduz também numa nova oportunidade para os jovens cabeceirenses e revela uma nova forma de recrutamento a desenvolver pelo Exército, através do aproveitamento de sinergias em prol de uma prestação de serviços mais próxima das pessoas." Referiu ainda, "que apesar do vínculo laboral ser mínimo – cerca de 7 anos, o facto é que durante este período é dada aos jovens que prestam serviço militar, formação que contribuirá futuramente para uma melhor integração no mercado de trabalho."

Para operacionalizar esta cooperação, o Exército, através do CR Braga, ministrou uma formação com a duração de seis horas aos recursos humanos do SAU da CMCB, para conferir a eficácia e a qualidade desejáveis no atendimento do cidadão potencial candidato e forneceu todo o tipo de material de divulgação (*posters*/cartazes, trípticos e *flyers*) do serviço militar em RV/RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos. No final da formação, foi fornecida uma pasta com toda a documentação considerada útil e necessária aos funcionários do SAU da CMCB, assim como os contactos dos militares do CR Braga, interlocutores directos para apoio ao esclarecimento.

Durante o período experimental de três meses, o CR Braga participou, a convite da CMCB em dois eventos, "Iniciativa Valor Humano" (feira de emprego) e "Festas de S. Miguel" (Santo Padroeiro de Cabeceiras de Basto), onde se divulgou o serviço militar em RV/RC, se prestaram inúmeros esclarecimentos sobre o mesmo e se realizaram seis candidaturas.

A CMCB procedeu à divulgação da prestação do serviço militar em RV/RC através da afixação de cartazes alusivos ao serviço militar em RV/RC nos placares da Câmara e outros locais visíveis pelo público, nas Juntas de Freguesia do Arco de Baúlhe e de Cavez, onde foi dada formação para prestação de uma primeira informação e posterior encaminhamento para o SAU, e em eventos populares, de que se destaca a Festa das Comunidades e dos Produtos Locais, em Agosto transacto, onde estiveram afixados cartazes alusivos ao RV/RC e esteve em permanência, na área do recinto, um funcionário do SAU para prestação de esclarecimentos.

O resultado da actividade desenvolvida pela CMCB, traduziu-se na execução de:

Um recenseamento militar para uma candidata ao concurso de admissão de cidadãos voluntários para a categoria de sargentos;

Cinco candidaturas para admissão ao regime de voluntariado;

23 informações a jovens sobre o regime de voluntariado, 8 das quais prestadas pelo posto de atendimento móvel (serviço camarário de proximidade à população residente nos lugares e freguesias de montanha que tem como finalidade apoiá-las no seu local de residência);

Esta "nova forma de recrutamento" deve ser mantida, incentivada e alargada a outras Autarquias

53 informações e consultas aos editais para o Dia da Defesa Nacional;

Cinco informações sobre horários de transporte para o Dia da Defesa Nacional;

Preenchimento de um requerimento para atribuição de complemento especial de pensão a um emigrante.

Decorridos três meses sobre a entrada em vigor do protocolo, período considerado necessário para se poder aferir do interesse na sua continuidade, podemos dizer que o balanço foi extremamente positivo, na medida em que se realizaram onze candidaturas, uma para o Curso de Formação de Oficiais (CFO), uma para o Curso de Formação de Sargantos (CFS) e nove para o Curso de Formação Geral Comum Praças do Exército (CFGCPE), que representaram, até 22 de Outubro de 2009, cerca de 24% do total das candidaturas efectuadas no Concelho de Cabeceiras de Basto e que, perante os resultados obtidos, se considera que esta "nova forma de recrutamento" deve ser mantida, incentivada e alargada a outras Autarquias.

Candidaturas no Concelho de Cabeceiras de Basto

2007	2008	2009 *
00 – CFO 01 – CFS 17 – CFGCPE	01 – CF0 00 – CFS 29 – CFGCPE	01 – CFO 01 – CFS 38 – CFGCPE

* Candidaturas efectuadas até 22Out09

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

Os Uniformes da Guerra Peninsular (1806 – 1815) (VII)

Oficiais Generais e Brigadeiros

Tenente-General

Dentro da classe de oficiais generais portugueses, não resta a menor dúvida de que este era geralmente o posto chamado de "topo da carreira", pois quase todos os grandes oficiais ascenderam a esta patente.

Convém esclarecer os nossos leitores de que, regra geral, e como ainda hoje é hábito, intitulamos de "Generais" os Majores-Generais e os Tenentes-Generais, assim como na Armada a grande maioria dos "Almirantes" são na realidade Vice-Almirantes. Assim, durante o período em estudo, todos os Tenentes-Generais são apelidados de "Generais" o que efectivamente não está correcto.

Grande Uniforme

Grande bordadura em fio de ouro por toda a farda[1] sendo a parte da frente (lado direito e esquerdo) conforme a fig. 1. Canhões das mangas com três bordaduras conforme a fig. 2.

Figura 1

Figura 2

Pequeno Uniforme

A mesma bordadura do uniforme anterior, mas somente na gola e nos canhões das mangas, como se vê na fig. 3.

Figura 3

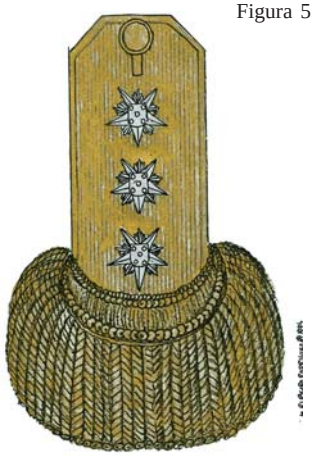
Dragonas

É a partir deste posto que os oficiais-generais, além de continuarem a ser identificados pelas bordaduras particulares na farda, passam a ostentar dragonas com estrelas.

Os tenentes-generais tinham uma dragona em cada ombro com o corpo em fio dourado, meia-lua de fio de ouro com vivo de espiguilha dourada; canutilhos grossos confeccionados em fio de metal dourado. Botão liso de metal dourado. Três estrelas de prata (fig. 4) colocadas no corpo da dragona no sentido do comprimento, tudo como se vê na fig. 5.

Figura 4

Figura 5



Ilustrações

Observando os bordados e as dragonas, todos estes oficiais apresentam-se com o grande uniforme.

Figura - A
Tenente-General Silveira

Figura A

(Quadro a óleo sobre tela, colecção particular)

De seu nome Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira. Nasceu na Vila de Canelas a 1 de Setembro de 1763, tendo falecido em Vila Real a 27 de Maio de 1821.

Moço Fidalgo com exercício na Casa Real e Fidalgo Cavaleiro; Nono Senhor Donatário das Honras de Nogueira e São Cipriano; Senhor do Morgado de Santa Marinha de Rio Frio da Carregosa, no Bispado do Miranda; agraciado com o título de Primeiro Conde de Amarante em 13 de Maio de 1811. Grã-Cruz da Ordem de Cristo, da Antiga Ordem de Torre e Espada e da Ordem Militar de São Fernando e Mérito de Espanha.

Tenente-General do Exército, Governador-de-Armas da Província de Trás-os-Montes durante o período da Invasão Francesa.

Condecorado com a medalha de ouro (inglesa) do comando em Vitória (Batalha de) e medalha de sete Campanhas da Guerra Peninsular.

Figura B

Figura C

Figura - B
Tenente-General Silveira
(Colecção do autor)

Figura - C
Tenente-General Manuel da Silveira
(Quadro a óleo sobre tela, colecção particular)

De seu nome Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, segundo Conde de Amarante e primeiro Marquês de Chaves. Este ilustre oficial era filho do Tenente-General Francisco da Silveira. Geralmente é confundido com o pai.

Figura - D
Tenente-General Diogo de Sousa

(Óleo sobre tela (?) colecção particular)

Foi primeiro Conde do Rio Pardo e 104.º Vice-rei da Índia entre 1816 e 1821. Este oficial, além do grande uniforme ostenta nas mangas da casaca o distintivo de Conselheiro de Guerra[2].

Figura - E
Tenente-General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda

(Gravura, colecção do autor)

Trata-se de uma gravura em que os bordados são bastante fantasiosos.

Figura - F
Tenente-General Gomes Freire de Andrade

(Estampa da colecção do autor)

Nesta ilustração os bordados também são muito fantasiosos. JE

Notas:

[1] Conforme o indicado no fig. 1, publicado no *JE* n.º 582 de Março de 2009.

[2] Assunto a tratar oportunamente.

***in Jornal do Exército* n.º 19, de Julho de 1961**

Soluções deste número:
1 - Navio ao fundo; 2 - Fitas na boina; 3 - Fivela do cinto; 4 - Pontas do corrimão; 5 - Degrau na escada ao fundo; 6 - Janela-postigo na porta; 7 - Emblema na gola; 8 - Pau do mastro.

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional (entrar em contacto prévio com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____
Agradecemos que os pagamentos efectuados sejam comunicados a este *Jornal do Exército*, através dos contactos supra indicados.

Super Conta Protocolo

Dá mais a quem domiciliar o seu ordenado

LCD TV
LG 19"

PC Portátil
HP Compaq Mini 110C

Para ordenados a partir de 1.500€

A Super Conta Protocolo dá mais valor ao seu ordenado, dá um conjunto de vantagens únicas e exclusivas para si e dá o que só um Banco sólido lhe pode dar. Tudo porque damos mais valor aos nossos Clientes. Adira já.

Para ordenados a partir de 375€

Máquina de Café
Delta Qool

Câmara Video
Samsung SMX-C10

GPS
GARMIN nüvi 205

Máquina Fotográfica
Samsung ES17

Informe-se já!

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

0% de juros (TAEG) no Descoberto Autorizado no 1º ano. Nos anos seguintes aplicar-se-ão as taxas de juro em vigor na altura. Caso o Cliente não cumpra o período de domiciliação, há lugar à devolução ao Banco de 350€ no caso do LCD TV e do computador Mini Portátil, e de 150€ para os restantes equipamentos.
0€ de Comissões na Conta para novas domiciliações de ordenado. Campanha válida até 31/01/10.

EXÉRCITO

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 594 - Abril de 2010 - Mensal

Marechal António de Spínola

Centenário do nascimento 1910 - 2010

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT/ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed.

Jornal do Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadores Informáticos
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
1.º Cabo Gonçalo Silva
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 594 - Abril de 2010

A Beira nas Invasões Francesas
1807-11 24

Marechal António de Spínola 36

Suplemento
XII – D. Sancho Manuel e
a Batalha de Ameixial

A importância de chover sábado à tarde 16
Directiva para o Exército 2010-2011 40

Secções

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 15 e 44
Passatempos de outros tempos – 46

Capa: Retrato a óleo sobre tela de António de Spínola, por Francisco Lapa, cedido gentilmente pela Presidência da Républica

Contracapa: Foto de Bastão de Marechal, cedida pelo Regimento de Cavalaria 3

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, o pensamento da Chefia do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Foto: Camara Municipal de Santarém

Na madrugada de 25 de Abril de 74, na parada da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, Salgueiro Maia dirige-se aos seus homens:

"Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado. Os estados sociais, os corporativos e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos! De maneira que, quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e forma. Quem não quiser sair, fica aqui!"

Todos os 240 homens que escutaram as suas palavras acompanharam-no na marcha até Lisboa.

Estátua do Capitão Salgueiro Maia

Em 25 de Abril de 1974, Salgueiro Maia, um dos capitães do Exército Português que liderou as forças revolucionárias, comanda a coluna de viaturas militares que saiu da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, e que pôs cerco aos ministérios no Terreiro do Paço, em Lisboa. "Salgueiro Maia iria ser o comandante das forças do Movimento mais sujeito a situações de perigo e de tensão ao longo do dia 25", disse Otelo Saraiva de Carvalho em *Alvorada em Abril*.

No decorrer do dia 25, Salgueiro Maia forçou a rendição de Marcello Caetano, no Quartel do Carmo, que entregou a pasta do governo ao Marechal António de Spínola e escoltou Marcello Caetano, na Chaimite Bula, ao avião que o transportaria para o exílio no Brasil.

Foi inaugurada, em Santarém, no dia 24 de Abril de 1999, nas Comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, pelo então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, a estátua do Capitão Salgueiro Maia, homenageando, não só, Salgueiro Maia, mas também a Escola Prática de Cavalaria e a Liberdade. Da autoria do escultor Álvaro Raposo de França, foi fundida em bronze, pela Fundição de Bronzes d´Árte Lage e assente numa base de betão revestido a lajes de pedra da região, consistindo num plinto em forma de tronco de pirâmide quadrangular com 10m de aresta da base e 0,5m de altura. Juntamente com a estátua foi colocada, por trás, uma viatura Chaimite cedida pelo Exército.

Na frente da estátua foi colocada uma lápide, em bronze, com uma quadra do poeta Manuel Alegre alusiva ao Capitão Salgueiro Maia, à Liberdade e a Santarém.

O monumento escultórico foi inicialmente instalado no Largo Cândido dos Reis, no percurso da coluna militar, a caminho de Lisboa, sendo transferido, devido aos arranjos urbanísticos, para o Jardim dos Cravos, à saída de Santarém para Lisboa, na Estrada Nacional 3, com uma nova base. A nova base foi projectada pelos arquitectos Ana Margarida Carrusca e Ricardo Canas.

A inauguração do conjunto escultórico no novo local, ocorreu no dia 25 de Abril de 2006.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

Réplica da espada atribuída a D. Afonso Henriques

No ano em que se celebra o primeiro centenário da República o *Jornal do Exército*, com metade desta idade, evoca neste número um dos Presidentes da República – o Marechal António Spínola que nasceu a 11 de Abril, no mesmo ano da implementação da República, em Estremoz.

E como dizia Carlyle, "The History of the world is but the Biography of great men,"ou seja, "A História do Mundo é apenas a Biografia dos homens geniais." Nós temos que aceitar que o Marechal Spínola era um homem com qualidades extraordinárias e que marcou de forma indelével a década de 70 do século passado. O autor do *Portugal e o Futuro*, dado à estampa em Fevereiro de 1974, foi um dos principais protagonistas da Revolução que ocorreu em 25 de Abril do mesmo ano. Às 18 horas daquele dia o General Spínola chegou ao Carmo e recebeu a rendição do Professor Marcello Caetano, que não desejava "deixar cair o poder na rua". Pelas 17H20 o Professor Marcello Caetano saiu do Convento do Carmo numa viatura blindada – Chaimite [BULA] – e é conduzido para o Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha.

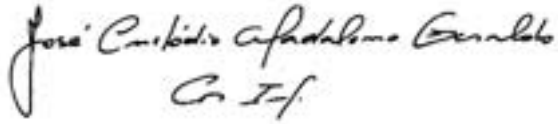
Em 26 de Abril à 1H30 da madrugada foram apresentados ao País, pela RTP, os membros da Junta de Salvação Nacional, cujo presidente era o General Spínola e com a sua primeira comunicação abriu as portas à democracia e à liberdade que ainda hoje vivemos:

"Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do povo português, a Junta de Salvação Nacional a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

- Garantir a sobrevivência da Nação, como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental;
- Promover, desde já a consciencialização dos Portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem em acelerar a constituição das acções cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do presidente da República;
- Garantir a liberdade de expressão e pensamento;
- Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade de eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional;
- Pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos;
- Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados;
- Dinamizar as suas tarefas em ordem em que no mais curto prazo o País venha a governar-se por instituições de sua livre escolha;
- Devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções."

O General António de Spínola assumiu a Presidência da República a 15 de Maio e renunciou ao cargo a 28 de Setembro de 1974, tendo apresentado como razões da atitude entender que o espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas não estava a ser cumprido, sendo substituído pelo General Francisco da Costa Gomes. Foi promovido a Marechal em 1981.

Foi desta forma que Portugal viu instaurado o Regime Democrático que legalizou a existência de partidos políticos. Foi elaborada uma nova Constituição Política. Na data em que se completou um ano sobre a revolução democrática, 25 de Abril de 1975, os portugueses foram a votos exercer um dos deveres sagrados que cabe aos cidadãos, em Democracia.



MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

5.11 TACTICAL SERIES
SAFARILAND
BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP
TASER Protect Life
ABA
SECOND CHANCE
SAVVY ARMOR FOR WOMEN
FIRST CHOICE ARMOR With you. For life.
PROTECH
SAM MEDICAL PRODUCTS
MyClyns
TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS
CELOX Controls life-threatening bleeding fast
DEFENSE TECHNOLOGY
MAXPEDITION HARD-USE GEAR
CAMELBAK
BCB INTERNATIONAL
EBERLESTOCK
PELI
ESS Eye Safety Systems, Inc.
BATES
INOVA
BIANCHI
Crimson Trace
SUREFIRE
911EP
LIBERVIT MANUFACTURER
HATCH
Marlow
QUIKSTEP ladder
ADVENTURE LIGHTS
Fisher Labs METAL DETECTORS
TASMANIAN TIGER
TULMAR TACTICAL
LANSKY SHARPENERS
SAT
projectina
FORENSICS SOURCE
STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email: milicia@miliciapro.com | Web: www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Comemorações dos 100 anos do nascimento do Marechal António de Spínola

O Marechal António Sebastião Ribeiro de Spínola, por ocasião do centenário do seu nascimento, foi homenageado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 11 de Abril, com a atribuição do seu nome a uma avenida da cidade.

"Ao homenagear a figura do Marechal António de Spínola, a Câmara Municipal de Lisboa pratica um acto de grande justiça", considerou o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, por ocasião da cerimónia de descerramento da placa toponímica da Avenida Marechal António de Spínola.

O Marechal António de Spínola foi militar oriundo da Arma de Cavalaria. Ofereceu-se, em Maio de 1961, para combater em Angola, comandando o Grupo 345. Como político, notabiliza-se como Governador e Comandante das Forças Armadas da Guiné, em 1968, e por ter sido o primeiro Presidente da República de Portugal após o 25 de Abril de 1974.

Para o Presidente da República, o Marechal António Spínola "acima de tudo, foi um patriota e um homem de grande coragem [...] por isso, escreveu *Portugal e o Futuro*. [...] Lutou por um Portugal verdadeiramente democrático e pela construção de um Estado de Direito assente no respeito pela dignidade da pessoa humana."

Presentes na cerimónia, entre inúmeras entidades civis e militares, marcaram presença muitos dos que foram próximos ao antigo chefe de Estado. Entre outros, o General Ramalho Eanes, antigo Presidente da República, o General Almeida Bruno, o sobrinho do Marechal, Eng.º Fernando Flores Ribeiro de Spínola e o Embaixador João Nunes Diogo Barata, que reforçou a imagem de "honestidade, pundonor e grande coragem cívica e moral" que caracterizava o Marechal António Spínola.

"O Marechal António de Spínola conheceu na sua vida momentos de raro fulgor e de angustioso isolamento. Da extrema adulação de que foi alvo, quando Governador da Guiné e quando foi o rosto visível da Revolução dos Cravos, passou a vítima dos mais baixos ataques e das mais injustas acusações", salientou o embaixador, não esquecendo o seu trajecto até ao exílio no Brasil.

O Marechal António Spínola, após renunciar ao cargo de Presidente da República, retira-se, em 11 de Março de 1975, para Espanha e, mais tarde, para o Brasil, regressando após a eleição do General Ramalho Eanes.

A concluir, o Presidente da República, referiu que "a memória do Marechal António de Spínola acompanhará sempre aqueles que consigo estiveram, nas boas e nas más horas. No dia de hoje, a cidade de Lisboa presta-lhe uma merecida homenagem, mostrando que o decurso dos anos e o serenar das paixões são a melhor forma de ajuizarmos com imparcialidade a biografia dos grandes homens."

De acordo com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, será futuramente colocada uma estátua do Marechal António Spínola na avenida.

Cerimónia em Estremoz

Estremoz, terra natal do Marechal António de Spínola, homenageou no dia 13 de Abril, o centenário do seu

nascimento, numa cerimónia presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, a cargo do Regimento de Cavalaria 3 (RC3), em parceria com a Câmara Municipal de Estremoz.

"António Sebastião Ribeiro de Spínola nasceu em Estremoz, a 11 de Abril de 1910, na Freguesia de St.º André, Rua Serpa Pinto, n.º 100, a escassos metros do local onde nos encontramos", referiu o Comandante do RC3, Coronel Fonseca Lopes, na abertura do seu discurso.

Foi no RC3 que o Marechal realizou, em 1961, o aprontamento para Angola do Grupo de Cavalaria 345, com o qual alcançou o êxito que o levaria a ser escolhido, em Maio de 1968, para Governador e Comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné.

"A forte acção de comando, a firmeza, o sentido de missão e o espírito de corpo incentivados junto dos militares do Grupo de Cavalaria 345, multiplicados pela bravura e pelo conjunto de valores militares dos seus soldados, conferiram à Unidade um temperamento de tal forma ofensivo que o inimigo evitava o confronto com as suas forças", prosseguiu o Comandante do RC3, referindo que o Marechal "acompanhava sempre os seus soldados, 'desarmado', dando 'mostras de grande capacidade de comando e de grande coragem'."

Do programa da cerimónia constou uma homenagem aos militares do Grupo 345 que sucumbiram no Teatro de Operações, seguido do descerramento de uma lápide alusiva ao centenário, na casa onde nasceu, pelo General CEME, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Estremoz, Sr. Luís Filipe Pereira Mourinha e pelo sobrinho do Marechal António de Spínola, Eng.º Fernando Spínola.

A cerimónia terminou com a inauguração da exposição alusiva à vida do Marechal Spínola, no Palácio Reynold´s (RC3).

Visita de trabalho do CEME à DSP

Em 11 de Fevereiro, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, efectuou uma visita de trabalho à Direcção de Serviços de Pessoal (DSP) localizada nas novas instalações na Travessa de S. António da Sé.

O General CEME foi recebido à chegada pelo Comandante do Pessoal, Tenente-General Lima Pinto e pelo Director de Serviços de Pessoal, Major-General Adelino Aleixo, tendo posteriormente, no Salão Nobre, recebido a apresentação de cumprimentos por parte de uma delegação de Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis da DSP e de uma delegação de Oficiais convidados, de que se destaca, o Major-General Director do Programa D. Afonso Henriques, o Major-General Director de Infra-estruturas do Exército, e o Coronel Director do Centro de Psicologia Aplicada do Exército.

O programa de visita constou de um *briefing* apresentado pelo Director da DSP, a que se seguiu uma visita às novas instalações, realçando-se o facto de a DSP se ter mudado recentemente para o PM64/Lisboa (Edifício da Sé), cujas infra-estruturas dispõem de adequadas condições de trabalho e para o atendimento aos militares nas áreas da Assistência na Doença aos Militares e Apoio Social. Durante a reunião de trabalho, o Comandante do Exército salientou a importância da missão da DSP nas suas áreas de actuação e referiu a necessidade de se dar mais atenção ao pessoal militar, quer no activo, seja na reserva e na reforma e, muito particularmente, à Família Militar, com especial preocupação para o apoio aos idosos. Na sua intervenção, o General CEME colocou também enfoque no novo sistema retributivo e fundo de pensões, com o entendimento de que se deverá promover melhor informação e esclarecimento, nomeadamente, junto dos militares mais novos.

O Comandante do Exército concluiu a visita, congratulando-se com postura empenhada dos militares e civis da DSP, tendo reafirmado a sua confiança na dedicação e espírito de bem-servir de todos quantos servem o Exército nesta Direcção.

General CEME é Investido como Sócio Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

Teve lugar no dia 13 de Abril na Academia Internacional da Cultura Portuguesa a Cerimónia de Investidura como sócio correspondente daquela Academia, do General Pinto Ramalho.

A cerimónia foi presidida pelo Prof. Doutor Carlos Monjardino, Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (AICP), sendo acompanhado na mesa pelo Prof. Doutor Adriano Moreira, Presidente Honorário da AICP, Prof. Doutor Luís Aires Barros, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e ainda pelo Prof. Doutor Jorge Morais Barbosa, Secretário-Geral da AICP.

O Prof. Doutor Carlos Monjardino apresentou o General Pinto Ramalho que, nesta ocasião, efectuava a sua primeira comunicação como membro da citada Academia, perante numerosa audiência, composta por ilustres personalidades civis e militares e ainda diversos membros da Academia.

Usando da palavra, o General Pinto Ramalho explanou a sua apresentação subordinada ao tema "Desafios da conjuntura estratégica actual para os Exércitos de hoje"[1], suscitando vivo interesse por parte da audiência.

A cerimónia concluiu-se com a imposição do colar da Academia Internacional da Cultura Portuguesa ao General Pinto Ramalho, efectuada pelo General Ramalho Eanes e a entrega do respectivo diploma pelo Doutora Maria Barroso.

[1] Vd. Intranet do Exército Português/Informação Descendente.

Seminário "A Pirataria no século XXI"

Decorreu ao longo do dia 9 de Março, no Instituto da Defesa Nacional (IDN), no Auditório General Câmara Pina, em Lisboa, o Seminário "A Pirataria no século XXI", uma iniciativa do IDN e do Professor Doutor Armando Marques Guedes.

A abertura do seminário foi presidida pelo Director do Instituto da Defesa Nacional, Major-General Vítor Daniel Rodrigues Viana e contou com as seguintes intervenções: *Introdução à geopolítica da pirataria contemporânea na África Oriental*, Professor Doutor Armando Marques Guedes (FDUNL); *O enquadramento geral das questões de segurança marítima*, Contra-Almirante António da Silva Ribeiro (Subchefe de Estado-Maior da Armada, Marinha Portuguesa); *Pirataria Marítima - uma nova realidade à escala global*, Capitão-de-fragata Henrique Nelson Portela Guedes (Marinha Portuguesa); *Dimensões jurídico-internacionais da pirataria*, Mestre Alexandra von Böhm-Amolly (AMYA Advogados); *Dimensões económicas e gestão de risco*, Comandante Cristina Alves (Portline SA); *A Força NATO SNMG 1 e a Pirataria na região do Corno de África*, Capitão-de-mar-e-guerra António Manuel Gonçalves Alexandre (Marinha Portuguesa); *A pirataria desarma-se em terra. O caso da Somália*, Coronel Luís Saraiva (Investigador do IDN); *O Caminho a Seguir: o que fazer?*, Vice-Almirante Henrique Alexandre da Fonseca (Presidente do Observatório de Segurança Marítima).

O seminário permitiu que se reflectisse sobre um tema de actualidade premente, que afecta a segurança mundial, abordando-o sobre diversas perspectivas, é mais um contributo para a procura de soluções que seguramente serão de carácter multinacional e em que Portugal, ciente dos seus compromissos e responsabilidades desde o primeiro momento, empenha-se em colaborar empenhando recursos financeiros materiais e humanos.

Tomada de posse do Tenente-General Comandante de Instrução e Doutrina

Teve lugar, em 9 de Março, na Parada Nun'Alvares Pereira do Quartel dos Castelos, em Évora, a cerimónia de tomada de posse do Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, como Comandante da Instrução e Doutrina.

O Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros nasceu no Porto, em 27 de Julho de 1951 e tem 39 anos de serviço, tendo sido promovido ao actual posto em 29 de Maio de 2009.

Está habilitado com o Curso de Cavalaria da Academia Militar, o Curso de Promoção a Capitão, o Curso Geral de Comando e Estado-Maior e o Curso Superior de Comando e Direcção, possuindo ainda outros cursos e estágios de natureza militar.

Ao longo da sua carreira prestou serviço em diversas Unidades e Órgãos do Exército e da Guarda Nacional Republicana, a saber: na Escola Prática de Cavalaria em Santarém; no Regimento de Cavalaria 6 no Porto e em Braga; na Brigada Territorial N.º4 da GNR no Porto; no Estado-Maior do Exército em Lisboa; no Regimento de Cavalaria 4 em Santa Margarida; na Brigada Ligeira de Intervenção em Coimbra; no Quartel-General da Região Militar do Norte no Porto; no Colégio Militar em Lisboa, novamente na Brigada Territorial N.º 4 da GNR e na Inspecção-Geral da GNR.

No âmbito da Arma de Cavalaria foi Presidente do Conselho da Arma de Cavalaria de 2005 a 2009 e, presentemente, é Director Honorário da Arma de Cavalaria, desde Outubro de 2007.

Da sua folha de serviços constam 14 louvores, dos quais se destacam um concedido pelo Ministro da Administração Interna, quatro pelo General Chefe de Estado-Maior do Exército, dois pelo General Comandante-Geral da GNR e três concedidos por outros Oficiais Generais.

Foi condecorado com três Medalhas de Prata de Serviços Distintos, as Medalhas de Mérito Militar de 1.ª e de 2.ª Classe, a Medalha de D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 1.ª Classe, as Medalhas de Ouro e de Prata de Comportamento Exemplar e a Medalha de Ouro de Serviços Distintos das Forças de Segurança, e é Grande Oficial da Ordem Militar de Avis e Comendador da Ordem do Mérito Militar do Brasil.

Visita do Ministro da Defesa Nacional Sérvio ao Exército

Teve lugar, a 16 de Março, no Comando da Brigada de Reacção Rápida (BRR) em Tancos, a visita do Ministro da Defesa Nacional Sérvio, Dragan Sutanovac.

O Ministro sérvio chegou à ex-Base Aérea 2, num avião Casa C-212 - 100 Aviocar, da Força Aérea Portuguesa, tendo sido recebido pelo Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso e pelo Comandante da BRR, Major-General Ferreira da Cunha.

Esteve presente numa palestra, após a qual recebeu a continência das forças apeadas e motorizadas da BRR, perfiladas junto ao hangar, que desfilaram em continência à entidade.

Seguidamente visitou uma exposição composta pelos diversos materiais que equipam o Exército e esta Brigada.

Novo Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército

Teve lugar no Palácio de Vilalva, no dia 12 de Março, a cerimónia de despedida do Tenente-General Carlos Manuel Ferreira da Costa, que passou à situação de reforma e deixou de exercer as funções de Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército (CSDE), passando a exercer estas funções o Tenente-General José Carlos Cadavez.

O novo presidente do CSDE nasceu em Vale de Salgueiro, concelho de Mirandela, tem 64 anos de idade e 45 anos de serviço. Foi promovido ao actual posto em 27 de Maio de 2004 e passou à situação de reserva em 1 de Novembro de 2007.

Está habilitado com o Curso de Cavalaria da Academia Militar, o Curso de Actualização e Aperfeiçoamento para Capitão, o Curso Geral de Comando e Estado-Maior, o Curso de Estado-Maior e o Curso Superior de Comando e Direcção do Instituto de Altos Estudos Militares. Possui ainda outros cursos militares, dos quais se destaca o Curso de Transmissões das Armas.

Desempenhou funções no Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Cumpriu duas comissões de serviço nas ex-Províncias Ultramarinas, sendo uma em Moçambique, onde desempenhou as funções de Adjunto do Comandante do Esquadrão de Cavalaria n.º 2 e outra na Guiné, em que foi Comandante da Companhia de Cavalaria 3406/BCAV 3854.

Da sua folha de serviços constam dezasseis louvores, dos quais quatro concedidos pelo General Chefe de Estado-Maior do Exército, cinco concedidos por Oficiais Generais, e sete concedidos por outras entidades militares, além de várias condecorações de que sobressaem cinco Medalhas de Serviços Distintos (1 de Ouro e 4 de Prata), as Medalhas de Mérito Militar de 2.ª e 3.ª Classe e as Medalhas de Comportamento Exemplar nos graus Ouro e Prata. Possui ainda duas Medalhas Comemorativas das Campanhas em Moçambique e na Guiné.

A cerimónia concluiu-se com um "Porto de Honra".

Cerimónia de Imposição de Condecorações e Entrega de Espada a Oficiais Generais

Realizou-se dia 15 de Março, na Sala Dona Maria do Museu Militar, em Lisboa, a Cerimónia de Imposição de Condecorações e Entrega de Espada a Oficiais Generais.

Receberam a Espada de Oficial General e foram condecorados com a Medalha D. Afonso Henriques Mérito do Exército – 1.ª Classe, o Major-General António Manuel Netas da Silva Graça e o Major-General Carlos Henrique de Aguiar Santos.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, presidiu e impôs as respectivas condecorações e entregou a Espada aos Oficiais Generais.

Obituário

José Gomes Antunes nasceu em Lisboa em 25 de Maio de 1937. Fez o curso na Escola António Arroio e teve a sua primeira colaboração com a Agência Portuguesa de Revista, em 1954, por indicação do seu professor, Mestre Rodrigues Alves.

Iniciou a sua actividade gráfica em 1955, desempenhando fundamentalmente as funções de *designer* gráfico. Como cartoonista e criador de banda desenhada publicou trabalhos no *Sempre Fixe*, *Cara Alegre*, *Almanaque Plateia*, *Parada da Paródia*, *Jornal do Exército*, *Pisca Pisca*, *Antena*, *Camarada*… e no *Mundo Aventura*, *Camarada*, *Mini-Época* e *Tintion*, respectivamente.

No *Jornal do Exército*, a sua colaboração iniciou-se em 1961 e estendeu-se até 1968, sendo o responsável pelo cartoon *A 1.ª equipa* que, ainda hoje, ornamenta uma das paredes do *Jornal do Exército*. Faleceu no dia 27 de Abril de 2010.

O *Jornal do Exército*, evoca aqui a sua memória e apresenta as sentidas condolências à família enlutada.

Dia do Estado-Maior do Exército

Decorreu no dia 18 de Março a cerimónia de comemoração do dia do Estado-Maior do Exército (EME), instituído à 175 anos.

A cerimónia solene realizou-se no anfiteatro do EME, onde o Major-General Campos Serafino, Director-Coordenador do EME, salientou que "não partimos de uma página em branco. (…) Herdámos muitas linhas escritas pelo trabalho árduo, espírito de missão e entrega ao serviço dos que nos antecederam e que justamente, devem balizar a nossa acção. Todos, no seu tempo e ao seu nível, souberam tomar as decisões certas e apresentar as propostas que as condições de cada época apontaram como as mais correctas." Abordou o futuro, em detrimento do passado histórico deste órgão, apresentando os tipos de solicitações a que este Estado-Maior tem de dar resposta. Nomeou os objectivos concretos que propõe serem atingidos, através de duas linhas de acção em que, "a primeira passa por reforçar o acesso às competências necessárias ao EME e a (…) capacidade de trabalhar em equipa," [...] "a segunda linha de acção aponta para assegurar a obtenção de informação oportuna e consistente, necessária à missão do EME."

Antes do final da cerimónia houve lugar à imposição de condecorações e à entrega de louvores.

Dia da Arma e da Escola Prática de Transmissões

Decorreu no dia 24 de Março a comemoração do dia da Arma de Transmissões e do 39.º aniversário da Escola Prática de Transmissões.

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, e contou com a presença de convidados civis e militares.

O General CEME foi recebido pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Luís Medeiros, pelo Director de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, Major-General António Coimbra, e pelo Comandante da Escola Prática de Transmissões, Coronel de Transmissões Pedro Melo.

Do programa da cerimónia merece particular referência: a tomada de posse do Director Honorário da Arma de Transmissões, Tenente-General Quesada Pastor; a imposição de uma Medalha da Cruz de Guerra de 4.ª Classe ao ex-Soldado de Infantaria Joaquim de Carvalho Pinto; a imposição, a titulo póstumo, da Grã-Cruz de Mérito Militar ao Tenente-General João Soares Guerreiro Rodrigues; a imposição de diversas condecorações a militares da Arma de Transmissões e a entrega de diplomas do Curso RVCC[1] e EFA[2] a militares e funcionários civis da Unidade. Foram ainda proferidas alocuções alusivas às datas, pelo Comandante da Escola, pelo Director Honorário da Arma de Transmissões e a leitura de uma mensagem do General CEME.

Integradas nas comemorações do dia da Arma de Transmissões, decorreram nos dias 22 e 23 de Março as Jornadas Técnicas de Transmissões subordinadas aos Desafios da Arma e à situação dos seus Quadros. Estas jornadas foram presididas pelo Tenente-General Quesada Pastor e contaram com a presença de militares das diversas Unidades de Transmissões.

[1] Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.
[2] Educação e Formação para Adultos

51.º Aniversário da Direcção de História e Cultura Militar

Decorreu no dia 19 de Março a cerimónia de comemoração do 51.º aniversário da Direcção de História e Cultura Militar, herdeira do Serviço Histórico-Militar.

A cerimónia teve lugar nas Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa, iniciando-se com a recepção das entidades convidadas e com chegada do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, que presidiu à cerimónia.

Durante a sessão solene intervieram o Major-General Adelino Matos Coelho, na qualidade de Director e o Dr. Alexandre Matos, da empresa Sistemas do Futuro, que abordou o tema das novas tecnologias de informação e comunicação aplicada à gestão dos museus.

Foram impostas condecorações a que se seguiu a inauguração da exposição museológica, documental e bibliográfica subordinada ao tema *Alvorada da República*, na sala de exposições temporárias do Museu Militar de Lisboa.

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA €2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - **1960 a 1969** • 4,00; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2009** • 2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56.

Visita do General Chefe do Estado-Maior do Exército ao Comando da Logística

No dia 26 de Março de 2010, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, efectuou uma visita ao Comando da Logística (Cmd Log).

Na sala de operações, o Comandante do Exército teve oportunidade de se inteirar das actividades e capacidades do Cmd Log, através de um *briefing* abrangente e de uma demonstração de capacidades.

O Quartel-Mestre-General, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, começou por apresentar a visão e os objectivos principais do Cmd Log para 2010, a evolução dos níveis de realização, tanto da LPM, como do PIDDAC e efectuou a síntese da efectiva renovação e modernização das viaturas e equipamentos do Exército; continuou com a actualização do apoio prestado às Forças Nacionais Destacadas, em particular, à projecção em curso da QRF/ISAF e com descrição do impacto, significativamente positivo, da adopção, pelas Direcções do Cmd Log, do novo paradigma funcional de gestão integrada; finalmente, concluiu com a identificação dos desafios para 2010.

Na demonstração das capacidades de gestão e dos mecanismos de controlo, em tempo real, dos processos logísticos de reabastecimento e de manutenção, e do apoio médico-sanitário, foi possível avaliar as potencialidades e utilidade dos sistemas recentemente desenvolvidos, e o inequívoco benefício da sua utilização, tanto para a entidade gestora, como para a apoiar, em termos de eficiência, eficácia e de informação permanente.

Seguiu-se uma visita aos Órgãos instalados no Edifício Ceuta, nomeadamente às Direcções de Saúde, de Aquisições e de Material e Transportes, bem como às futuras instalações do Grupo de Gestão dos helicópteros do Exército, para onde será transferido em 1 de Julho de 2010.

No Salão Nobre do Comando da Logística, o General CEME assinalou a visita no Livro de Honra, da seguinte forma:

"Foi com muito agrado que voltei ao Comando da Logística, para uma reunião de trabalho, num momento em que a situação dos recursos financeiros, colocados à disposição do Exército, assume uma circunstância especial.

É uma situação que o Comando do Exército assume com compreensão, mas também com natural preocupação, situação que tem de ser acompanhada com rigor, com empenho e também com serenidade.

Nesta circunstância, o Comandante do Exército transmite ao Comando da Logística a sua confiança, mas sobretudo o reconhecimento pelo profissionalismo, empenho e engenho, que tem permitido optimizar recursos e fazer com que a gestão e a sustentação do Exército se faça sem sobressaltos.

É uma acção crucial, à qual o Comando da Logística tem dado um cunho especial e tornado mais fácil e mais eficaz, a

acção do Comando e a sustentação do Exército. Estou certo que assim continuaremos."

Após os cumprimentos de despedida, o General CEME concluiu a sua visita de trabalho ao Cmd Log.

(Figuras e Factos continuam na página 44)

Nota de Redacção:

No *JE* n.º 593, nas Figuras e Factos na página 8, onde se lê recem promovidos, deve ler-se recém-promovidos.

Eduardo Zúquete

A importância de chover sábado à tarde

Arquivo JE

O Primeiro-Sargento atrás do balcão chamava-se Galileu, não parecia estar preocupado com as histórias ligadas ao nome célebre que exibia e cumprimentou-me com simpatia moderada, como era costume ao tempo:

- Bom dia, meu Aspirante!

- Bom dia, nosso Primeiro!

A cena passava-se no quartel do Regimento de Engenharia 1, ao Campo Grande, em Fevereiro de 1958, quando a guerra ainda se fazia, a retalho, nos pinhais de Rio de Mouro, ou, por atacado, no Campo Militar de Santa Margarida, sempre pela arte da invenção. Coisa pouca, de qualquer modo, porque Portugal era um país constitucionalmente pacífico e as guerras deste mundo grassavam noutras longitudes. Além disso, éramos pobres e poupados e as guerras, mesmo a fingir, eram de alcance e consumo muito limitados. Os novos Aspirantes a Oficial Miliciano apresentavam-se, findo o respectivo curso, nas unidades onde tinham sido colocados.

Arquivo JE

A cena passava-se no quartel do Regimento de Engenharia 1, ao Campo Grande, em Fevereiro de 1958

- Qual é o seu nome, meu Aspirante? É o primeiro a chegar, sabe?

O clima de cordialidade mantinha-se. Identifiquei-me, dei todas as coordenadas, ajudei a preencher formulários. O Primeiro-Sargento Galileu consultou a papelada:

- Falta a especialidade, meu Aspirante. Sapador ou transmissões?

- Não sei.

- Como não sabe, meu Aspirante?

O tom continuava amistoso, coloquial, mas o olhar do Primeiro-Sargento Galileu começava a estar perigosamente fixo e o clima de simpatia enregelou significativamente. Mantive a linha de defesa:

- Não sei qual é, ninguém me disse.

Habilmente, Galileu contornou a dificuldade do jovem superior. O homem é maçarico, ainda não conhece os cantos à casa e se não formos nós, praças velhas, a dar uma ajudazita a estes jovens oficialecos, onde é que isto vai parar? Santa Maria! Um suspiro de auto-satisfação sublinhou a decisão: ia ser benevolente e compreensivo. Era o seu papel.

- Então, vamos lá ver: de que unidade é que o meu Aspirante vem, de Tancos ou da Graça?

- De nenhuma delas.

- De nenhuma delas?

A perplexidade começava a tomar conta do Primeiro-Sargento Galileu, com uma rapidez inesperada. Ao fim de tantos anos de serviço, com várias medalhas às riscas e louvores com fartura, não era um cromo como este que iria alterar o juízo ao homem forte da mobilização regimental, mas, de um dia estragado, já ninguém o safava, estava-se a ver. E isto logo de manhãzinha, credo!

- Então…

- …então, venho de Campo de Ourique!

- Ah! - a paz voltava ao escritório apertado e bafiento da Mobilização - Vem do Sempre Fixe, já estou a perceber.

Não, não estava a perceber nada, mas o pior estava para vir. Sempre Fixe era o mote do Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro (BSCF), unidade que tinha quartel em Campo de Ourique, na Rua Infantaria 16, perto de minha casa, e agora estava dedicado ao ensino da condução auto. O BSCF era tido como uma unidade de elite e, aos olhos do estimável Primeiro-Sargento Galileu, esta transferência operada, sabia ele lá como, era um atributo positivo da minha imagem. A satisfação iria durar pouco, todavia, porque a história não aderia à realidade:

- Não, venho de Campo de Ourique, mas de casa. Moro em Campo de Ourique.

http.olisipo.no.sapo.pt

Aquilo era demais. Coitado do Primeiro-Sargento Galileu. Tinha-lhe aparecido pela frente - e logo a ele, vejam lá! - aquele que terá sido o único oficial de engenharia, do quadro ou miliciano, que atingiu o posto sem ter posto os pés na Escola Prática de Engenharia, em Tancos, coisa que, à luz de todos os regulamentos e normas e leis existentes ao tempo - e, se bem o creio, ainda hoje - era simplesmente impossível. Não fazia sentido. O assunto tinha de ser levado sem demora até à superioridade e foi exactamente isso que fez o Primeiro-Sargento Galileu, de forma todavia pitoresca:

- Meu Capitão - articulou, teatralmente e num tom de voz bastante mais elevado, o Primeiro-Sargento Galileu, olhando fixamente para mim e dirigindo-se a um interlocutor invisível - está aqui um nosso Aspirante que diz que não sabe qual é a sua especialidade…

Sabiamente, o Primeiro-Sargento Galileu retardou o discurso, dando azo a que o Capitão Machado, o Chefe da Repartição, que estava oculto num *mezzanino* atulhado de papelada, o interrompesse lá de cima, impaciente e sempre invisível:

- Galileu, pergunte-lhe se vem de Tancos ou da Graça, que diabo!

- … e que diz que não fez o segundo ciclo em parte nenhuma e que vem de casa, em Campo de Ourique!

- Com um raio, de casa? De Campo de Ourique? Que história é essa, Galileu?

Ouviu-se uma resmalhada abafada, uns resmungos contrariados, passos a descer atabalhoadamente uma escada tosca de madeira e o capitão Machado apresentou-se ao balcão e tomou conta da ocorrência. Chegara a altura de contar a minha história, o resto viria depois.

A minha estada na Escola do Exército terminara, após reprovação, e recebi guia-de-marcha para me apresentar imediatamente na Repartição de Oficiais do Ministério do Exército, no torreão Poente do Terreiro de Paço. A frequência completa do Colégio Militar dava-me equivalência ao 2.º ciclo do Curso de Oficiais Milicianos das armas gerais, Infantaria e Cavalaria, e ao 1.º ciclo de Artilharia e Engenharia; pelas regras em vigor, podendo ser mais nunca seria menos e, portanto, estava promovido automaticamente a Aspirante a Oficial Miliciano de Infantaria ou de Cavalaria, estando-me vedada a alternativa. O diálogo com o oficial à paisana que me atendeu na Repartição confirmou-me o quadro legal que vigorava; no impresso que ele me estendeu figuravam umas tantas hipóteses de colocação, a escolher pelo interessado, onde listei as unidades de Cavalaria e de Infantaria mais perto de minha casa. Estando interessado em prosseguir os estudos e continuar em casa dos pais, uma ida para a província não seria a escolha mais sensata.

- Volte cá daqui a uns quinze dias, nessa altura já devo ter a sua colocação - rematou o oficial à paisana, à maneira de despedida.

Agradeci e fui à vida. Estava quase certo que iria parar a Infantaria 1, na Amadora, que me tinham dito

Se chovesse nessa tarde, as reservas do Benfica não jogavam e o Tenente-Coronel Catela iria para a Repartição, no torreão do Terreiro do Paço (...)

ser a unidade escolhida noutros casos semelhantes ocorridos com antigos alunos do Colégio que beneficiavam do mesmo estatuto e fui-me habituando à ideia de ter de voltar à Amadora em Fevereiro e lá trabalhar por mais um ano. Na data indicada, mais coisa menos coisa – o homem não tinha exigido um rigor absoluto, que de resto nem era necessário, estávamos ainda em fins de Outubro – voltei ao torreão, ao mesmo balcão, ao mesmo oficial à paisana. O homem reconheceu-me imediatamente, não houve preliminares, não tive de abrir a boca.

- Foi colocado em Engenharia 1– disse, com secura.

- Engenharia 1? – ecoei eu. Não pode ser!

O oficial à paisana mostrou o seu desagrado, foi ríspido.

- Não pode ser? Quem é que lhe disse isso? Claro que pode ser e vai mesmo! O senhor tem qualificações para Aspirante a Oficial e, além disso, tem o 5.º ano do Técnico, está perfeitamente dentro das normas.

Entretanto, e em poucos segundos, eu tinha avaliado a enorme burrice que cometera e calei-me muito depressa, não fosse alguém ouvir-me e levar a sério as minhas objecções. Se podia ou não ir, isso não me dizia respeito, outros tinham decidido dessa maneira e tinham competência ou poder para o fazer; pelo contrário, era meridianamente evidente que, em Engenharia 1, eu iria encontrar outra gente e outro ambiente, antigos condiscípulos e antigos mestres, e iria muito provavelmente trabalhar em assuntos da minha especialidade ou de lá próximos, coisa que nunca sucederia em Infantaria 1, onde o quadro seria completamente diferente. Calei-me, arrependido mesmo de ter levantado a lebre.

- Com certeza, com certeza! Quando é que tenho de me apresentar? – mudei de assunto.

Recebi instruções e mais papéis, despedi-me, abandonei o torreão. Até Fevereiro estava de licença registada, era um militar temporariamente exilado na vida civil.

O resto da história soube-a mais tarde – era pública, não houve inconfidência de ninguém. O campo de recrutamento para Oficiais Milicianos da arma de Engenharia incluía engenheiros já formados de várias especialidades, engenheiros técnicos também de várias especialidades (que, ao tempo, se chamavam Agentes Técnicos de Engenharia), estudantes de engenharia a meio de curso, que uma reprovação em percurso fizera cessar o regime de adiamento de incorporação a que se abrigavam, e ainda, como depois verifiquei em África, jovens que não tinham nenhuma destas valências e que apresentavam até limitadas habilitações académicas (frequência dos primeiros anos de Arquitectura, de Engenharia Química, etc.). Todavia, alguém que a tradição oral não ilumina, terá concluído que, em caso de mobilização para a Índia (situação que começava a ser frequente à época e que reclamava licenciatura terminada) era complicado ou demorado ou enfadonho estar a distinguir uns de outros e vai daí, pela veneranda lei da meia-bola e força, determinou que os mancebos que frequentavam o segundo ciclo de Oficiais Milicianos e não tivessem a licenciatura completa suspenderiam a instrução e entrariam imediatamente de licença registada, aguardando novas orientações.

Sun-Tzu, o reputado estratego chinês, consagra no seu excelente livro aquilo que afinal qualquer modestíssima e obscurantíssima pessoa sabe, de forma quase intuitiva, a partir de tenra idade: a operação mais elementar é a arte de contar e comparar. Quando as pessoas são mais que as cadeiras alguém fica em pé, quando as cadeiras são mais que as pessoas, algumas têm de ficar vazias. Se a contagem for favorável ao fim em vista– querer sentar toda a gente ou querer ocupar todas as cadeiras são coisas muito diferentes– então outras decisões poderão emergir, caso contrário o processo está resolvido à partida – pela negativa, claro. No caso vertente, alguém não fizera bem as contas e quando a poeira assentou havia cadeiras vazias, os cadetes sobrantes não chegavam para os lugares disponíveis. E assim, quando apareci no torreão do Terreiro do Paço a receber instruções, foi uma benção de Deus, era menos uma cadeira vazia a dar nas vistas e, em menos tempo do que demora a contar, fui despachado para Engenharia 1 com alívio de várias almas sofredoras. Tinha alguma lógica, todavia era preciso explicá-la.

No fim do dia e feito o balanço, para nove vagas - na recruta seriam três companhias a três pelotões reclamando nove subalternos - só havia seis Aspirantes: quatro de sapadores, um de transmissões e outro sem especialidade, o tal que, num arabesco único da história recente, vinha de Campo de Ourique. A Companhia de Sapadores tinha efectivos suficientes, a companhia de especialidades (que

abrangia cozinheiros, clarins, maqueiros e mais uma miríade de outras especialidades não exclusivas da engenharia) iria ser completada com dois Oficiais de Artilharia, que se revelaram excelentes camaradas e verdadeiros "engenheiros" honorários, e a dificuldade foi residualmente parar à companhia de transmissões. Aí e para o pelotão de radiotelegrafistas foi designado um Oficial do Quadro Permanente, o Tenente Santos Maia, acompanhado por excelentes quadros secundários da especialidade; para o pelotão do centro de mensagens avançou o Aspirante de Transmissões, de seu nome José Manuel Pinhão, que, no seguimento, iria ter um assinalável desempenho, e sobrava um pelotão - de guarda-fios e telefonistas - e um Aspirante sem especialidade - eu. E foi assim, pela aplicação agora correcta da arte de contar, que me vi promovido irrecusavelmente à especialidade de guarda-fios.

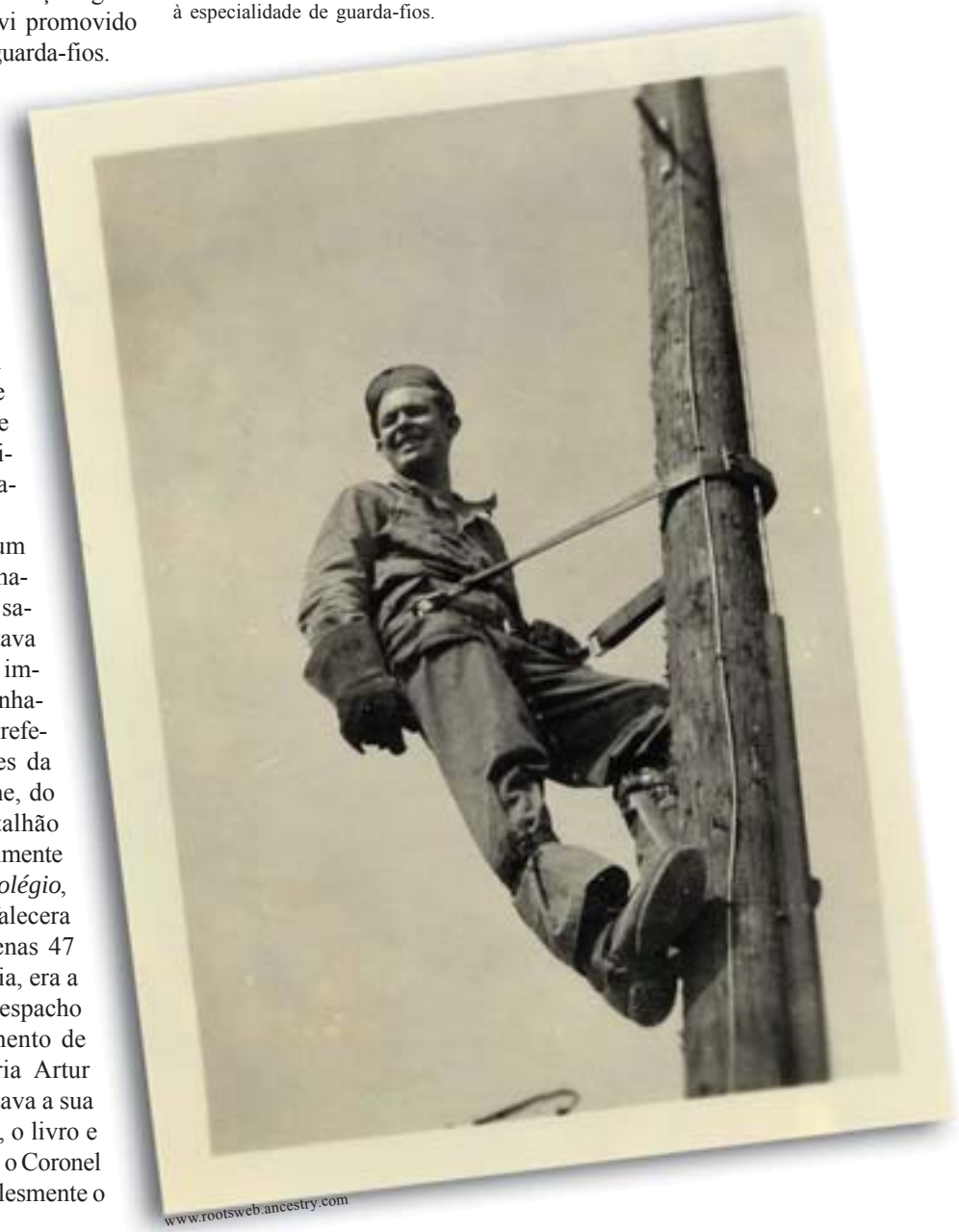
- Mas eu não percebo nada da matéria de guarda-fios! - lamuriava-me ao Comandante de Companhia, o, nessa altura, Tenente Maia e Costa, que eu já conhecia do antecedente, da Escola do Exército e que irá aparecer, recorrentemente, nestas croniquetas.

- Toma e estuda. Tens tempo suficiente antes de começar a recruta. Além disso, os três Cabos Milicianos que tens no pelotão são de transmissões e eles é que têm a instrução da especialidade a seu cargo. Safas-te perfeitamente, vais ver.

O Maia e Costa entregou-me um livro gordo, cuidadosamente encadernado. Continha tudo o que era preciso saber sobre a técnica de guarda-fios, estava muito bem escrito e primorosamente impresso. O autor fora o Major de Engenharia Paulo Emílio de Brito Aranha, uma referência no universo das transmissões da época e que eu já conhecia, de nome, do Colégio. Fora Comandante do Batalhão Colegial no ano lectivo 1920-21, igualmente fundador e director do *Jornal do Colégio*, cargos que eu também ocupara, e falecera prematuramente em 1951, com apenas 47 anos. Mais curiosa, para mim, todavia, era a epígrafe do livro, que transcrevia o despacho pelo qual o Comandante do Regimento de Telegrafistas, Coronel de Engenharia Artur Arsénio de Oliveira Moreira, autorizava a sua publicação. O despacho era de 1935, o livro e eu tínhamos portanto a mesma idade, e o Coronel Moreira do livro, lá em casa, era simplesmente o padrinho Artur - porque, amigo da família, fora ele o padrinho de casamento de meus pais. Achei a coincidência reconfortante, mas nunca a pude transmitir ao padrinho Artur, como seria de minha vontade, porque, vitimado por um irrecuperável AVC, a sua condição física já não permitia qualquer diálogo, mesmo elementar.

Como disse, o livro era uma maravilha - bem escrito, minucioso, com excelentes fotografias e gravuras - mas a sua aplicação ao terreno foi decepcionante, porque o material de que eu dispunha para a instrução era completamente diferente. Pelo estilo e por alguns fragmentos de informação, que

E foi assim, pela aplicação agora correcta da arte de contar, que me vi promovido irrecusavelmente à especialidade de guarda-fios.



www.rootsweb.ancestry.com

apanhei aqui e além, iria ter de trabalhar, muito provavelmente, com material sobrante da guerra do deserto, material que nem figurava no livro do Brito Aranha, nem nas instruções técnicas do Batalhão de Telegrafistas, onde já se operava com material americano, também muito diferente. Não cabe nesta historieta alongar mais as minhas aventuras e desventuras como aprendiz de guarda-fios e, mais tarde, como instrutor e chefe de guarda-fios - uma das tarefas e dos tempos mais absorventes e apaixonantes da minha carreira. Se o tempo chegar e a lira, na altura, ainda não estiver completamente destemperada, voltarei ao assunto.

Pelos finais do ano de 1958, a pasmaceira reinstalara-se no Regimento. Acabara a recruta, tinham passado os exercícios finais em Sintra, as manobras nas Galveias, a Escola de Cabos no Campo Grande. A pouco e pouco, os subalternos foram desaparecendo: o Guerreiro e o Pinhão ficaram livres por juntas médicas, os artilheiros regressaram às unidades de origem, o Vitorino Esteves aceitou ir para Torres Vedras levar a cabo uma tarefa que fora atribuída ao Regimento e que durava havia anos - reconstruir o Forte de S. Vicente, nas Linhas de Torres. Com a serenidade do costume, o Vitorino resolveu dar conta do recado e acabar com a frigideira: instalou-se em Torres Vedras, por lá casou e por lá ficou até dar a obra por concluída, num belíssimo desempenho que confirmou o excelente engenheiro e o profissional exemplar que já conhecíamos da Pontinha. No Campo Grande, os sobreviventes ia partilhando o trabalho. Havia a escala de Oficial de Permanência, o tiro, as arrecadações, a biblioteca, a gerência das messes, uma miríade de pequenas tarefas mais chatas que difíceis. Faltava pouco mais de um mês para aquilo tudo acabar, pensava eu numa bela sexta-feira, ao chegar a casa ao fim do dia.

- Telefonou o Capitão Machado - disse meu Pai - Disse que tinha urgência em falar contigo e torna a ligar por volta das nove.

Não me agradou sobremaneira este telefonema fora de horas, especialmente vindo donde vinha. Se fosse um operacional a chamar-me ainda podia pensar que ocorrera alguma avaria que requeria os meus bons ofícios, mas o que é que a mobilização poderia querer de mim, com tanta pressa?

À hora indicada, o Capitão Machado falou novamente.

- Oiça, Zúquete, desculpe telefonar-lhe a esta hora, mas amanhã pode já ser tarde (trabalhava-se, ao tempo, sábado todo o dia, recordo). Prepare as suas coisas porque segunda-feira tem de se apresentar em Tancos.

- Em Tancos? - lá ia para as urtigas o meu venerável estatuto de excepção, registei com desgosto. Mas para quê, Capitão Machado? Que vou eu fazer para Tancos?

- Vai tirar um curso, de Segurança de Transmissões. Cifra e essas coisas, você sabe como é. Quatro semanas em Tancos.

- Tenha paciência, Capitão Machado, explique-me melhor essa história que eu não estou a perceber nada. Então agora que eu estou a pouco mais de um mês de ir para a peluda é que se lembram de me mandar tirar um curso que não me vai servir para nada? Esses tipos estão lirus ou quê?

- Oiça, Zúquete, a coisa é mais complicada - o Capitão Machado do lado de lá parecia estar a torcer-se todo de embaraço. Era um santo homem, na verdade.

- Desembuche, homem: que se passa?

- Bom, a verdade é que você está mobilizado para a Índia e embarca logo que o curso acabe.

Demorei um bom bocado a pôr as ideias em ordem. Era o caos total na altura menos esperada.

- Zúquete?

- Sim, meu Capitão!

- Ainda aí está?

- Estou, sim senhor, meu Capitão. Não sei o que hei-de fazer à vida. Eu sei que não posso ser mobilizado, mas não tenho tempo nem possibilidade de ir explicar isso a quem de direito. E depois, em Tancos, adeus minhas encomendas. Como é que eu me safo, metido naquele buraco?

Do lado de lá, o Capitão Machado fungou.

- Sabe, eu aconselhava-o a fazer o seguinte. Quer ouvir?

- Diga, esteja à vontade.

- Amanhã, logo de manhãzinha, em vez de vir para o quartel, vá ao Estado-Maior. Veja se encontra lá alguém conhecido para tratar do assunto, e, entretanto, eu explico a situação ao nosso Comandante. Por aqui, não vai haver problema.

Pensei um bocado, parecia-me uma sugestão razoável. Em boa verdade, até era mais: era a única a que me poderia agarrar.

- Está bem, vou fazer como o senhor diz. Muito obrigado por tudo!

- Até amanhã, Zúquete, tenha calma, tudo se há-de arranjar. Amanhã torno a telefonar-lhe para saber novidades.

- Até amanhã, Capitão Machado!

Durante a noite debati-me incessantemente com o mesmo difícil problema: quem me poderia ajudar no Estado-Maior? Sem conhecer ninguém era óbvio que um pobre de um Aspirante Miliciano ali atirado estava naufragado. Mas quem, quem? Adormeci sem encontrar solução e dormi mal, como se adivinha.

Subi a rampa, entrei o portão, falei à sentinela, fui

encaminhado para um corredor. Estive uns minutos à espera não sabia bem do quê ou de quem e resolvi sentar-me num banco, ali esquecido. Exactamente neste momento passou o Capitão Ruy Cambezes, à paisana. Levantei-me de um pulo.

- Bom dia, meu Capitão!

- Bom dia! Quem é você?

- Sou sobrinho do Rato, meu capitão, conhecemo-nos há alguns anos.

- Já me lembro, você andou no Colégio, não foi?

Confirmei, com um aceno de cabeça.

- Como o vai o teu tio? E tu, o que é que fazes aqui?

Ruy Cambezes terá sido uma das figuras mais castiças que jamais terá passado pela instituição castrense. Oficial de Cavalaria e encarnando em profundidade todos os atributos e defeitos da classe, entendeu, a páginas tantas, que não estava para tirar o curso de promoção a oficial superior da arma (o famoso CPOSA de Pedrouços), porque não estava para estudar na sua idade e alegava, para defesa da posição, que o Ministro Santos Costa nunca o deixaria ficar Capitão. As voltas saíram-lhe trocadas e ficou mesmo Capitão para o resto da carreira. Na altura desta história tinha quarenta anos - ele e o meu tio Raúl Rato, além de amigos e companheiros de paródia, tinham a mesma idade - e a sua figura era inconfundível - curvado para a frente, com óculos de lentes grossíssimas e usando invariavelmente um papillon encarnado com pintas brancas. Tinha a fama de ter resposta pronta e de ser contundente quando enfrentava a estupidez e este estatuto agradava-lhe visivelmente. A fotografia mental mais forte que eu tinha do Ruy Cambezes datava dos meus catorze anos e era uma conversa espantosa que ele debitara a Raúl, ambos sentados em tamboretes de uma cervejaria da Baixa, frente a duas canecas meio-cheias.

- Rato - dizia ele, com convicção - você é de Infantaria, mas é um tipo decente, com quem se pode conversar. Claro que você concorda comigo, o soldado de Cavalaria tem de ser mais inteligente que o soldado de Infantaria. Porque o homem de Cavalaria vai sentado num cavalo, vê o mundo de cima, tem perspectiva, enquanto que o infante rasteja colado ao terreno, com as ventas a um palmo do chão, não vê nada do mundo em redor.

Raúl era discreto, incapaz de alimentar faroladas destas que todavia o divertiam, porque tinha um sentido de humor muito especial. Não dava troco, resmungava apenas coisas ininteligíveis mas o outro continuava sem se deter.

- Agora, com o raio dos blindados, o desgraçado do soldado de Cavalaria só pode espreitar o mundo de fora por um raio de uma fresta aberta na chapa - aí o Ruy Cambezes fazia uma pausa teatral e rematava

Quando chove numa tarde de sábado fico sempre a pensar que a vida de alguém poderá ter sido alterada por força dessa especial circunstância.

mais devagar - e não é que está a ficar mais burro que o soldado de Infantaria? Ó Rato, você acredita?

Contei-lhe toda a minha desdita, desde os afonsinhos, sem omitir nada. Ele ouviu com toda a atenção, fez uma ou duas perguntas, abarcou inteiramente o problema. Como bom Menino da Luz, passara a tratar-me por tu imediatamente.

- Anda cá, vamos arranjar um tipo para tratar disso. Este, por exemplo - e citou um nome conhecido -, também andou no Colégio. Aí tens, um bom oficial prejudicado com o Curso do Estado-Maior (era um trocadilho clássico de que ele abusava). É sério e competente, mas talvez não seja a pessoa indicada. Deixa-me pensar.

Continuou a resmonear, apontava um ou outro nome, hesitava, pensava em voz alta. A certa altura, dois oficiais fardados aproximaram-se, pelo corredor fora. Cambezes chamou-os ao grupo, apresentamo-nos, trocamos cortesias. Cambezes aproveitou a deixa e desfiou a história, bem resumida, bem organizada. Pediu ajuda. Um dos oficiais arvorou um risinho escarninho e teve uma frase infeliz, mal medida e até inútil.

- O nosso Aspirante enquanto andou pela Enge-

Arquivo JE

nharia nunca se lembrou de protestar contra a situação especial de que beneficiava, agora que ela se lhe tornou desfavorável é que se lembra de vir reclamar!

Era uma leitura muito perversa da história, porque ele sabia perfeitamente que eu não teria podido fazer nada, mesmo que estivesse altamente motivado, o que nunca seria o caso. Além disso, só se eu fosse um imbecil chapado é que reclamaria em meu desfavor, é bom de ver, se outros tinham determinado nesse sentido. Fiquei mudo, era demais. Mas, mesmo que tivesse tido a presença de espírito necessária para dar uma resposta à altura, que não me ocorreu, nunca teria tido o tempo necessário porque o Cambezes cortou imediatamente a vaza da maneira mais surpreendente possível.

- Camarada - disse ele, pondo uma mão sobre o meu antebraço para travar qualquer ideia parva que me ocorresse e apontando com a outra para o desastrado -, o camarada é um marreta modelo 1914 e a sua sorte é que está aqui um Aspirante e eu não posso continuar a dizer-lhe o que penso de si porque o Regulamento não o permite!

O que já fora dito tinha sido mais que suficiente para oAspirante olhar em redor à procura de um buraco onde se meter, tão longe estava esta conversa do paradigma habitual. Mas a coisa ficou por aqui, os outros afastaram-se, comentando sabe Deus o quê, e nós voltámos ao início da conversa. Depois de algumas diligências, convergiu-se numa solução, aparentemente consensual. A pessoa indicada para resolver a questão, de forma definitiva, era o Tenente-Coronel Catela, da Repartição de Oficiais, onde tudo nascera. E como se podia chegar ao Tenente-Coronel Catela? Bom, isso dependia. Se chovesse nessa tarde, as reservas do Benfica não jogavam e o Tenente-Coronel Catela iria para a Repartição, no torreão do Terreiro do Paço; se não chovesse, então nada nem ninguém desviariam o Tenente-Coronel Catela do futebol e o assunto ficaria protelado para a semana seguinte. Recomeçavam as dúvidas, então.

Onze da manhã, olhei para o céu. Dia límpido e frio de Janeiro, céu azul. Estou lixado, pensei, não há chuva que me valha.Agradeci ao Cambezes, regressei a casa, cozinhando a mágoa. Quando acabava de almoçar, de cabeça baixa e pensamentos turvos, minha Mãe barafustou da varanda, recolhendo a roupa estendida:

- Outra vez a chover, que castigo!

- Chove? - gritei eu. Saltei da mesa, abalei pela porta fora, desci em tropel pela escada abaixo, com a Mãe a ralhar do patamar:

- Não te esqueças da gabardina, alma de um cântaro!

O resto tem pouca história. O Tenente-Coronel era uma pessoa educadíssima, recebeu-me logo, devia já ter rumor da coisa e imediatamente tomou as providências necessárias para cancelar a mobilização indevida. Depois, aconselhou-me a manter a ida para Tancos, mesmo concordando com a sua remota utilidade, porque alterar, sobre a hora, a mobilização, a nomeação para o curso e a deslocação era turbulência a mais. Eu reflecti e cheguei, por outras razões, à mesma conclusão: afinal a vida no Campo Grande estava a tornar-se enfadonha e o destacamento para Tancos permitia-me, por força do estatuto de instruendo, ficar desligado de todas as escalas de serviço, da elaboração de autos e de outras servidões. Em Tancos e durante um mês eu iria ter aulas apenas das 4 às 6 da tarde, e o tempo sobrante estava inteiramente a minha disposição, era um paraíso. Além disso, a matéria era interessante, o local, agradável e os companheiros de curso, fixes. "Vou-me despedir em beleza da minha vida militar", pensei na altura. Mas aí eu estava redondamente enganado.

O que é que teria sucedido se, nesse sábado longínquo, a chuva não tivesse aparecido e o Tenente-Coronel Catela sempre tivesse ido ver, como era sua rotina invariável, o jogo de futebol das reservas do Benfica?

Provavelmente, muita coisa na minha vida teria sido diferente. Poderia ter avançado mesmo para a Índia, e, então, teria tido, certamente, muito mais dificuldade e demora em concluir o curso, não teria sido mobilizado para Moçambique, teria provavelmente conhecido outras pessoas e situações, teria sido diferente a minha vida e a minha adjacência. Ou então, não teria acontecido nada ou quase nada de diferente. Dois ou três dias depois a desmobilização surgiria inevitavelmente, talvez com mais incómodo, certamente com mais demora, e o resto da minha vida iria pautar-se pelos mesmos eventos. Nunca o saberei exactamente.

A única experiência que tenho de uma vida vivida de dois modos diferentes é-me dada, no plano virtual e periodicamente, pelo espantoso filme de Frank Capra *It's a Wonderful Life* que, em Portugal, correu sob o nome *Do Céu Caiu uma Estrela*, e que me comove sempre até às lágrimas. Nele, entre outras cenas geniais, o anjo de 2.ª classe Clarence, um velhinho simpático que me lembra, mais encanecido, o Capitão Machado da fábula anterior, explica a George Bailey, um desempenho memorável de James Stewart, que, quando toca um sininho, mais um anjo ganhou as suas asas e subiu de classe, golpe de imaginação e de ternura que se compreende sem dificuldade numa América saída da guerra.

Talvez por força desta memória, que me vincou, quando chove numa tarde de sábado fico sempre a pensar que a vida de alguém poderá ter sido alterada por força dessa especial circunstância. Coisas de velho, já se vê, que não têm explicação razoável, mas que às vezes até acontecem.ع

Vasco Jorge Rosa da Silva *

A Beira nas Invasões Francesas
1807-11

Com ambições imperiais, a política de Napoleão virava-se para o domínio político-militar do continente europeu. Os ingleses, não concordando com esta opção, vão opor-se firmemente. O General Bonaparte tenta, assim, derrotar, sem grandes resultados, os britânicos. Com o Bloqueio Continental de 1806, o imperador francês obrigava ao «encerramento de todos os portos ao comércio com a Inglaterra e o confisco de todos os bens dos súbditos ingleses residentes no continente»[1]. Portugal, que tinha um tratado centenário com a Inglaterra, não podia, de forma alguma, cumprir os pressupostos contidos no Bloqueio Continental. E é este desrespeito, legítimo, pelo Bloqueio Continental que acabará por levar o imperador francês a tentar invadir o nosso país.

Em termos convencionais estipulou-se que as denominadas Invasões Francesas, ocorridas entre 1807 e 1811, podiam dividir-se em três etapas fundamentais, correspondendo, cada uma, a uma invasão

diferente. Desta forma, Portugal, no âmbito do período atrás referido, foi alvo de três tentativas, nunca consolidadas, de ocupação territorial, o que corresponde, em termos genéricos, à passagem dos soldados franceses, pelas nossas fronteiras, pelo menos seis vezes, três entradas e três saídas.

A primeira entrada, durante a primeira tentativa de invasão, com Junot como comandante-chefe, decorreu na zona da Beira. A 2.ª Invasão, como se passou no Norte de Portugal, não afectou, pelo menos directamente, os distritos de Guarda e Castelo Branco. Nas duas últimas marchas de soldados franceses pelas fronteiras portuguesas, inseridas na 3.ª invasão francesa, tiveram uma importância fulcral, quer a zona da Beira Alta, caso de Almeida, quer a área da Beira Baixa, Castelo Branco.

1.ª Invasão Francesa (1807-08)

Partindo do Sul de França, no dia 18 de Outubro de 1807, a 1.ª invasão francesa, apoiada por três divisões, inicia-se a 19 de Novembro de 1907, quando é feita a travessia da fronteira portuguesa, pela Beira Baixa. Era comandante-chefe o General Andoche Junot. Por conseguinte, antes da entrada de Junot no nosso país, este General faz sair um decreto, datado de 17 de Novembro de 1807, dois dias antes da 1.ª invasão, onde se afirma que «une armée française va entrer sur votre territoire»[2] . A 24 de Novembro, quando os franceses e os seus aliados se encaminhavam já para Lisboa, passando por Abrantes, o rei D. João VI, falecido em 1826, retira para o Brasil. Todavia, Coimbra é a primeira povoação importante por onde o General Junot marcha com as suas tropas. Da Beira a Coimbra, os franceses demoraram cerca de dez dias, completando um caminho um tanto ou quanto tortuoso. Por este meio, os poucos dias que os soldados de Napoleão Bonaparte demoraram de uma zona a outra, levam-nos a aceitar a hipótese que durante a travessia da fronteira, na zona dos actuais distritos de Castelo Branco e de Guarda, não tenha havido estragos a registar, uma vez que aos soldados se exigia, essencialmente, que caminhassem o mais rapidamente possível, para que chegassem à capital. A acrescentar a isto está o facto de, inicialmente, as populações não entenderem o exército francês como um invasor.

Voltemos, porém, um pouco atrás. A força invasora que entrou pela Beira Baixa era composta por três Divisões de Exército. A 1.ª Divisão era constituída pelo 70.º Regimento de Linha, pela Companhia de Mineiros e trinta homens de Cavalaria Ligeira. Esta Divisão estava provida de duas Brigadas. A 1.ª Brigada agrupava o 15.º Regimento de Linha, o 47.º Regimento de Linha, o 1.º Batalhão do 4.º Regimento Suíço, para além de uma Companhia de Artilharia Ligeira espanhola, equipada com seis peças. A 2.ª Brigada incluía o 86.º Regimento de Linha, um Regimento espanhol de infantaria com 1.500 soldados e uma Companhia de Artilharia Ligeira, com seis peças[3] . A 2.ª Divisão era também composta por duas Brigadas. A 1.ª Brigada incluía um Batalhão do 2.º Regimento de Infantaria Ligeira, um Batalhão do 4.º regimento de Infantaria Ligeira, um Batalhão do 12.º Regimento e ainda um Batalhão do 15.º Regimento de Infantaria Ligeira, 100 homens da Cavalaria espanhola e uma Companhia de Mineiros. A 2.ª Brigada da 2.ª Divisão incorporava um Batalhão do 32.º Regimento de Linha, um Batalhão do 58.º Regimento de Linha, um Batalhão suíço, quatro peças de quatro e dois obuses franceses distribuídos pelas duas Brigadas. A 3.ª Divisão trazia o equipamento do exército.

Bergeron refere que os franceses atravessaram a fronteira portuguesa com um exército composto por cerca de 25.000 combatentes, enquanto os seus aliados espanhóis dispunham de um corpo militar que agrupava 24.000 soldados[4] . Este elevado número de homens era suficiente para provocar, ainda que não propositadamente, um marcado índice de danos de todo o tipo, caso da destruição de campos agrícolas. António Ferrão dá-nos uma dimensão mais bem vincada dos estragos provocados pelos franceses nos distritos de Guarda e de Castelo Branco. Deste modo, começa por afirmar que os soldados de Napoleão que vinham à frente do comandante-chefe Junot, as comissões de guerra, porque se sentiam cansados e desprovidos de abastecimentos, acabam por levar a cabo uma série de atrocidades sobre as populações.

A 19 de Novembro de 1807, a vanguarda do Exército, comandada pelo General Maurin, chega à Zibreira e a Idanha-a-Nova, seguindo, no outro dia, para Castelo Branco, por volta das 18 horas. Todavia, à medida que as tropas das colunas chegam à fronteira portuguesa, devido às privações e à

---

[1] José Miguel Sardica, "Guerra Peninsular. O curso político-militar", *in* Revista *História*, ano XXI, 1999, n.º 19, p. 40.

[2] *Decretos e editais (1807-1808)*, com a cota UCBG RB-2-28.

[3] Acúrsio das Neves, *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da restauração do deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, sd., p. 233.

[4] L. Bergeron, *Campagnes d'Espagne et de Portugal sous l'Empire*, Paris, Rue et Place Saint-André-des-Artes, n.º 30, 1833, pp. 62-63.

Quando os franceses e os seus aliados se encaminhavam já para Lisboa, o rei D. João VI retira para o Brasil.

exigência da rapidez das marchas, com o objectivo de atingirem, o mais rápido possível, Lisboa, e tendo, na ida para Castelo Branco, de contornar as ribeiras de Toulica e de Toula, com especial dificuldade, assim como as de Aravil e de Ponsul, chegam àquela cidade indisciplinados, cometendo os maiores excessos, como fizeram no Rosmaninhal, na Zibreira e em Idanha-a-Nova[5]. No dia 20 de Novembro, os franceses andam pela Zibreira. Ora, os camponeses, ainda que incultos e rústicos, não ficam indiferentes aos atentados às suas pessoas, aos seus familiares e haveres. Assim, alguns soldados franceses, isolados, provavelmente pelas condições impostas pelo relevo, ou pelo cansaço, foram atirados do alto da serra de Idanha sobre o rio Ponsul[6]. A 21 de Novembro de 1807, as diversas Divisões do Exército Francês e aliado continuam a chegar a Castelo Branco, onde recebem uma ração que incluía pão, legumes e arroz. A outra parte do corpo militar, a vanguarda, avança depois pela estrada de Benquerença de Cima, Portela da Milhariça, Perdigão, Ladeira, Venda Nova e Vila da Lapa, em direcção a Mação, já no actual distrito de Santarém[7]. No dia seguinte, 22 de Novembro, a 2.ª Divisão punha-se em marcha, tomando o caminho de Sarzedas, Portela das Talhadas e Sobreira, distrito de Castelo Branco. Deste modo, todo o Exército se foi escoando numa marcha difícil, tendo que atravessar os ribeiros de Líria, Ocresa, Alvito e Froia. A fome e o frio[8] levavam os soldados a cometer as mais diversas atrocidades, saqueando, por exemplo, Sarzedas. Nem os currais e celeiros escaparam à razia efectuada[9].

Após atravessada a fronteira, passando o rio Erges, duas partes do Exército Francês, um proveniente de Salvaterra do Extremo e um outro proveniente de Segura, mais a Sul, progridem para o rio Aravil,

Quadros da historia de portugal, Papelaria Guedes, Lisboa, 1917

atravessam-no e encetam uma marcha em direcção a Castelo Branco, passando o rio Aravil, primeiro, e o rio Ponsul, depois. A chegada deve ter ocorrido por volta do dia 20 de Novembro de 1807. Por outro lado, ainda mais a Sul, um outro corpo militar atravessa também o rio Erges e dirige-se à actual freguesia de Rosmaninhal, a 19 de Novembro de 1807, provocando danos às populações locais. Nesta povoação opera-se uma divisão em duas partes, uma dirigida a Idanha-a-Nova e outra a Castelo Branco, passando primeiro por Monforte da Beira, distrito de Castelo Branco, atravessando depois o rio Ponsul. O resultado foi a ocupação de Idanha-a-Nova, numa primeira fase, e de Castelo Branco, por dois eixos convergentes, partindo de Salvaterra do Extremo e Segura, mais a Norte, e do Rosmaninhal, mais a Sul, numa segunda fase[10] . De Castelo Branco, onde os soldados receberam a ração, o Exército é dividido em dois corpos que se deveriam encontrar em Abrantes. O corpo que faz o caminho mais a Norte, sai de Castelo Branco, atravessa o rio Ocresa, e percorre, por ordem de passagem, as povoações de Sarzedas, d. Castelo Branco, Sobreira, Cardigos, Vila de Rei[11] , São Domingos e, por fim, Abrantes. O segundo corpo, que fez o percurso mais a Sul, sai de Castelo Branco, passa por Perdigão, Venda Nova, Mação, povoações pertencentes ao actual distrito de Santarém, atingindo, por fim, Abrantes, nos dias 23-24 de Novembro de 1807[12] . De Abrantes, já no Ribatejo, o exército toma o caminho de Constância. Aqui ocorre uma nova divisão, dirigindo-se um corpo militar, mais a Norte, para Torres Novas, e outro, mais a Sul, para a Golegã, a 27 de Novembro, onde pernoitam. Por sua vez, Caraffa, um terceiro corpo, dirige-se de Constância para Tomar, seguindo depois vai para o Porto. É em Constância que Junot sabe da partida da Família Real para o Brasil. Por sua vez, o corpo dirigido a Torres Novas, cinde-se em dois, um que contorna por Abrã e outro que vai directamente para Pernes, onde se voltam a encontrar. De Pernes tomam o caminho de Santarém. O corpo militar que vinha pela Golegã dirige-se, directamente, para Santarém. Desta cidade, os dois eixos convergentes, sempre juntos ao rio Tejo, prosseguem, então, para Lisboa, passando ainda pelo Cartaxo[13] . A chegada a Lisboa ocorre a 30 de Novembro de 1807.

Os camponeses transmontanos, beirões e estremenhos atacaram, muitas vezes, os soldados franceses isolados, quando se afastavam das suas unidades, o que, pela descrição acima, teve de ocorrer por diversas vezes, devido não apenas às frequentes cisões do Exército chefiado por Junot, mas também às condições da própria orografia, que obrigavam, por vezes, os soldados a separarem-se. Para se contrapor aos constantes ataques que os paisanos faziam às suas tropas, Junot decreta que «toute ville, ou village dans lequel il sera tiré des coups de fuil contre la troupe française, sera brulée»[14] . Apesar de tudo, os franceses tiveram bastantes dificuldades para chegar a Lisboa, devido não só às dificuldades impostas pelo relevo do nosso país, como afirmámos, mas, de igual forma, por causa das más vias de comunicação e da falta de abastecimentos. Chegado a Lisboa, Junot encontrou uma população mais ou menos calma. Contudo, antes de entrar na capital, no dia 29, o comandante-chefe faz sair um novo edital onde dizia que «mon armée va entrer dans vos murs»[15] . A 13 de Dezembro de 1807, o General espanhol, Taranco, que comandava uma divisão, entra na cidade do Porto. Por sua vez, a 18 de Dezembro, chegam também ao Porto as tropas de Caraffa que, de Constância se tinha dirigido para Tomar, como vimos anteriormente. Contudo, como era importante a via que ligava a Beira, local de entrada e de saída de tropas, a Lisboa, passando por Coimbra, um documento assinado pelo General Thiébault[16] , a 27 de Dezembro de 1807, procurou criar uma polícia

---

[5] António Ferrão, *A 1.ª Invasão Francesa: a invasão de Junot vista através dos documentos da intendência geral da polícia, 1807-1808: estudo político e social*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1923, p. CLXXXIV.

[6] O isolamento dos soldados das suas unidades podia, no entanto, ser provocado por diversas causas, para além do relevo. A necessidade de organizar emboscadas aos guerrilheiros, por exemplo, fazia com que pequenos grupos de soldados se infiltrassem nos montes, íngremes, com o intuito de aprisionar resistentes. Colunas militares organizavam-se numa linha fina e comprida e avançavam pelas colinas acima à procura de guerrilheiros, expondo, deste modo, os combatentes a situações de isolamento.

[7] António Ferrão, *Ob. cit.*, p. CLXXXV.

[8] A fome e o frio podiam provocar, por exemplo, a disenteria, o tifo, a peste ou a pneumonia.

[9] António Ferrão, *Ob. cit.*, pp. CLXXXV e CLXXXVI.

[10] A. do Carmo Reis, *Invasões Francesas - As revoltas do Porto contra Junot*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991, mapa 1.

[11] Em Vila de Rei, William Beresford haveria de instalar o seu quartel-general.

[12] A 23 de Novembro de 1807, chega a Abrantes a vanguarda do exército francês, enquanto o corpo onde vinha Junot chega apenas no dia seguinte, 24 de Novembro.

[13] A. do Carmo Reis, *Ob. cit.*, mapa 1.

[14] *Decretos e editais (1807-1808)*, com a cota UCBG RB-2-28. Decreto de 17 de Novembro de 1807.

[15] *Decretos e editais (1807-1808)*, com a cota UCBG RB-2-28. Decreto de 29 de Novembro de 1807.

[16] Mais tarde, o general Thiébault, chefe do Estado-Maior de Junot, diria que a «efémera conquista de Portugal foi a causa de todos os desastres que para a França depois seguiram». «A nossa passagem através Beira Baixa foi terrível e ao mesmo tempo milagrosa. Melhor seria se fosse um insucesso», pois «evitaria futuras humilhações, que depois tivemos que sofrer quando os nossos generais mais célebres baquearam contra simples gente do campo e contra um Wellington».

de estrada que pudesse, precisamente, manter a ordem ao longo da faixa de circulação supracitada, fundamental para reabastecer o exército francês, em homens, víveres, armas e munições. Os destacamentos seriam distribuídos pelas povoações de Coimbra, Leiria, Linhares, Vila Franca, Rio Maior, Carvalhos, Pombal, Pilancos, Guarda, Almeida e Cuidad Rodrigo, já em Espanha. O inspector do caminho seria o comandante da fortaleza de Almeida[17].

Instalando-se no palácio do Barão de Quintela, o comandante-chefe prometeu, mas não cumpriu, uma nova era para Portugal, baseada nos conceitos da liberdade e do progresso[18]. Talvez este tenha sido o melhor tratamento que, à época, os invasores tenham dado ao nosso país, porque, doravante, iria iniciar-se um período de resistência, guerrilha, constante e fortemente aguerrida. Na realidade, a oposição aos franceses começou quando, em Lisboa, os soldados substituíram, no castelo de São Jorge, a bandeira portuguesa pela francesa, facto que desagradou aos populares, provocando imediatamente insurreições. Esta actuação foi agravada pelo forte aumento dos impostos, em 100.000.000 de francos, que Napoleão mandou obter em Portugal[19], para ajudar ao esforço da guerra que mantinha com os países do Leste europeu, nomeadamente com a Áustria, os Estados Alemães e o Império Russo. Relativamente à Beira, Napoleão não exigiu um tão grande esforço para a guerra, em impostos, uma vez que tributos menos elevados serviriam como «indemnisação das perdas soffridas pelos infelizes habitantes da provincia da Beira»[20], à excepção, entre outras vilas, das povoações de Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Formosa e Vila de Rei. No dia 1 de Fevereiro do ano de 1808, um decreto francês transformou o Comandante-Chefe do Exército, Junot, no directo representante do imperador no nosso país. No mês de Março, as melhores tropas do Exército Português são enviadas para França, na Legião Portuguesa[21], para participar nos conflitos que Napoleão mantinha na Europa Central. Para além disso, em Lisboa, a situação não se apresentava melhor, uma vez que os franceses provocaram a extinção do Conselho de Regência, órgão que governava o país em nome do rei, onde a maçonaria tinha um papel preponderante, e a destituição da Casa Real portuguesa. A partir de Junho de 1808, tudo isto vai provocar «uma formidável sucessão de levantamentos populares»[22]. Os primeiros levantamentos do povo contra o invasor ocorreram na cidade de Chaves, no dia 4 de Junho de 1808. Em Melgaço a revolta principia no dia 9 do mesmo mês. A 18 de Agosto, é a vez do Porto se revoltar, fazendo com que Loison encete uma marcha em direcção ao Norte. Do lado de lá da fronteira, os próprios espanhóis, até aqui aliados dos franceses, começam a revoltar-se contra estes, surgindo, então, a palavra «guerrilha». Os militares espanhóis instalados em Portugal iniciam ataques aos soldados franceses. Esta situação de revolta patriótica vai levar Junot a organizar, através dos seus comandantes-de-campo, Kellerman, Marganon e Loison, uma «ineficaz contra-ofensiva»[23], contra várias cidades portuguesas, nomeadamente Évora, Beja, Vila Viçosa, Estremoz e Portalegre, no Alentejo, Tomar, no Ribatejo e ainda Leiria, na Estremadura. No território do distrito da Guarda, por exemplo, fustiga-se, em 1808, as povoações de Celorico da Beira e Vilar Formoso, concelho de Almeida, entre outras. António Ferrão refere que um documento datado de 24 de Junho de 1808 comprova a tranquilidade das populações de Idanha-a-Nova[24], o que evita uma possível expedição de Loison, que, por sua vez, andava pela localidade de Lamego, a 19 de Junho, atingindo Mesão Frio, a 20 de Junho[25], onde foi atacado pelos portugueses e obrigado a inverter a marcha. A 17 de Junho de 1808, Loison procurava avançar sobre o Porto, para fustigar as enormes insurreições que aí se faziam notar. De facto, enquanto este General anda pelo Norte a cometer as mais diversas atrocidades, os populares respondem da mesma forma, causando inúmeras baixas aos soldados franceses. Por outro lado, já inimigos dos franceses, os espanhóis haviam entrado pela Zibreira, no dia anterior, 16 de Junho, e, com 400 soldados de Infantaria e 40 de Cavalaria, tentaram assassinar o

[17] Brito Aranha, *Nota acerca das invasões francezas em Portugal, principalmente a que respeita á primeira invasão do commando de Junot*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1909, p. 60.

[18] José Miguel Sardica, *Ob. cit.*, ano XXI, n.º 19, Novembro de 1999, p. 43.

[19] Idem, *Ibidem*, p. 43.

[20] Idem, *Ibidem*, p. 68.

[21] O Marquês de Alorna, tenente-general Pedro de Almeida, comanda as tropas da Legião Portuguesa, chamadas a França. Assim, em Março de 1808, partindo de Almeida, uma coluna de tropas portuguesas dirige-se ao Império, por Salamanca. Esta coluna englobava a 1.ª e a 2.ª divisões. A 1.ª divisão incluía 3 regimentos de infantaria, 1.º, 2.º e 4.º, e 2 de Cavalaria, 1.º e 3.º. A 2.ª divisão, por sua vez, agrupava os 3.º e 5.º regimentos de infantaria, 1 batalhão de caçadores a pé, 1 esquadrão de caçadores a cavalo e o 2.º regimento de cavalaria. Pedro de Almeida era o general-de-divisão. Por sua vez, os marechais-de-campo eram Brito, Pamplona e Carcome. O general-de-brigada era o brigadeiro Manuel de Sousa, chefe do Estado-Maior. De facto, pelo decreto de 22 de Dezembro de 1807, considerava-se o Marquês de Alorna como o comandante de todas as tropas portuguesas de Trás-os-Montes, da Beira e da Estremadura.

wikimedia.commons

Palácio de Queluz, onde a Convenção de Sintra foi assinada.

capitão-mor da zona. Tal como ocorrera com Leiria, também na Beira é o General Loison que comanda os desmandos das tropas francesas. Por outro lado, a documentação da época mostra que os espanhóis, já revoltados contra os seus antigos aliados, entravam com uma certa frequência na zona da Beira. Por exemplo, a 1 de Julho de 1808, 30.000 espanhóis entraram em Portugal e obrigaram 3.000 soldados franceses a retirar para Almeida[26], incluindo Loison, que vinha do Norte, por Celorico da Beira. A 2 de Julho, o General Marganon sai de Lisboa em direcção ao norte e fustiga Leiria. Na Beira, Gregório Tavares, Tenente-Coronel do 1.º regimento de milícias, segue os franceses, que iriam concentrar-se em Caria, a 4 de Julho de 1808.

Posteriormente, quando Junot vem a saber que os ingleses, aliados dos portugueses, procuravam desembarcar 10.000 soldados em Lisboa, apressa-se a ordenar que todas as tropas avancem para o litoral, deixando apenas pequenas guarnições em Almeida e Elvas, para o caso de terem de retirar para Espanha. Em Almeida, Loison mantém apenas 2.600 soldados[27]. Montalvão Machado refere que Loison apenas terá deixado 1.200 combatentes[28]. Entretanto, o corregedor de Pinhel, acusado de colaborar com o inimigo, é preso pela população. Deste modo, a 3 de Julho de 1808, o General Loison, que se encontrava em Almeida, toma o caminho de Castelo Branco[29] e vem até Lisboa, passando pela Guarda, que saqueia, Atalaia, Alpedrinha, c. Fundão, Sarzedas[30], Cortiçada, Sardoal e Abrantes[31]. Mas, antes disso é de salientar ainda o facto de o carrasco ter sido apedrejado pelos populares do Fundão. Apesar de os soldados franceses não terem entrado no Fundão, esta localidade despovoou-se. A Covilhã também se havia revoltado contra os ocupantes, mas não é pilhada, porque Loison teme a revolta da população. Por conseguinte, os soldados franceses que ficaram na praça de Almeida são objecto de um cerco, por parte do 12.º e do 24.º Regimentos de linha portugueses, respectivamente de Chaves e de Bragança, assim como dos Regimentos de milícias de Chaves, de Armamar, de Guarda e de Trancoso[32]. Este cerco vai evitar que as forças francesas, sitiadas, avancem e reforcem as suas tropas nas batalhas de Roliça e do Vimeiro. A 5 de Julho de 1808, por exemplo, sob o comando de Loison, os franceses provocam importantes estragos na já referenciada povoação de Alpedrinha, abandonada pelo invasor a 6 de Julho. Por sua vez, o bispo da Guarda, que tenta organizar alguma resistência com a ajuda dos populares, é derrotado e a cidade saqueada. Os habitantes respondem, matando muitos dos combatentes franceses. Os bispos de Pinhel e de Castelo Branco

No extremo oposto, o general Sepúlveda liderava os levantamentos populares.

[22] Brito Aranha, *Ob. cit.*, p. 43.

[23] José Miguel Sardica, *Ob. cit.*, p. 44.

[24] António Ferrão, *Ob. cit.*, p. 443.

[25] A 6 de Junho de 1808, o general Quesnel, que havia ocupado o Norte de Portugal, aquando da 1.ª invasão francesa, é preso no Porto pelos espanhóis do general Ballesta.

[26] António Ferrão, *Ob. cit.*, p. 457.

[27] Acúrsio das Neves, *Ob. cit.*, p. 120.

[28] J. T. Montalvão Machado, "Novos documentos sobre a invasão de Junot", *in Separata de Arqueologia e História*, Lisboa, 1971, 9.ª série, vol. III, p. 14.

[29] Raul Brandão, *El-Rei Junot*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 227.

[30] Tal como havia já acontecido em Novembro de 1807, quando as tropas invasoras se dirigem para Lisboa, a localidade de Sarzedas é novamente pilhada.

[31] António Ferrão, *Ob. cit.*, pp. CCCIX-CCCX.

[32] O 1.º batalhão do regimento de milícias de Trancoso era constituído por 1 coronel, 1 major, 2 ajudantes, 1 quartel-mestre, 2 capitães, 3 tenentes, 2 alferes, 7 sargentos, 3 furriéis, 19 cabos, 7 tambores e 265 soldados, ou seja, um total de 412 homens, que acamparam no Cabeço dos Coelhos.

também se encontram à frente da resistência aos invasores. Na cidade de Beja, no âmbito de reconstituir um poder civil português, tinha sido organizada uma junta de governação. Muitas vezes, eram os próprios eclesiásticos que procuravam organizar o governo das populações e encetar manobras de resistência. É também por esta altura que as povoações de Peniche, Óbidos, Nazaré, Alcobaça e Caldas da Rainha, no litoral do País, são afectadas. O General sobredito seguiu quase sempre o mesmo percurso que o seu comandante-chefe, Junot, quando este entrou em Portugal, a 19 de Novembro de 1807, mas a partir da Beira Alta. Nos dias 7-8 de Julho, pouco depois da saída de Loison para a capital, constituem-se Batalhões de Caçadores anti-franceses na zona da Beira. Por outro lado, é de salientar que o General português Bernardim encoraja o General Bacelar, com uma divisão espanhola estacionada em Castelo Branco, a lutar contra os ocupantes. A Beira continua a revoltar-se[33]. O retorno apressado dos franceses para região de Lisboa devia-se ao receio constante do desembarque dos ingleses, cuja armada controlava os mares. Por outro lado, 40 estudantes do Batalhão Académico da Universidade de Coimbra, comandado por Bernardo António Zagalo, sargento, expulsaram os franceses da Figueira da Foz[34]. Entretanto, os ingleses, comandados pelo Almirante Cotton[35], acabam por desembarcar em Portugal, em Lavos, junto da Figueira da Foz, dirigindo-se, a partir de 1 de Agosto de 1808, para Sul, tendo à frente Wellesley, futuro duque de Wellington, vencedor da Batalha de Waterloo, Bélgica, em 1815, como comandante-chefe. Por sua vez, os militares franceses, que se haviam deslocado para Norte, ao encontro do oponente, são derrotados nas batalhas de Roliça, 17 de Agosto, e do Vimeiro, 20 de Agosto. Por fim, no dia 30, na Convenção de Sintra, Junot assina a rendição e as tropas francesas são encaminhadas para o seu país, não, no entanto, sem levarem uma enorme quantidade de despojos[36], apesar dos protestos quer de populares, quer de militares portugueses.

3.ª Invasão Francesa (1810-11)

Apesar de por vezes se considerar que a invasão propriamente dita tem início a 15 de Agosto de 1810, com os ataques a Almeida protagonizados pelos generais Junot e Ney, a verdade é que desde finais de Julho de 1810, os aliados e os franceses participaram num feroz combate, junto a Almeida. Assim, a 23 de Julho, os franceses estão no Vale da Mula, enquanto os comandantes Loison e Ney combinam um forte ataque sobre Almeida. Posteriormente, Ney coloca as suas tropas a caminho daquela fortaleza. De Ciudad Rodrigo, que caíra a 29 de Junho de 1810, Massena envia três corpos de exército para Portugal, o 2.º, o 6.º e o 8.º, comandados, respectivamente, pelos generais Reynier, Ney e Junot, o comandante-chefe da 1.ª invasão[37]. Em relação às tropas anglo-lusas podemos verificar que o General Hill, da 2.ª Divisão, fica emAbrantes, para vigiar Reynier, que ameaçava o centro de Portugal[38]. Em Castelo Branco está uma Divisão, comandada por Lecar. A 5.ª Divisão de Leith instala-se junto a Tomar. Na Guarda, os aliados mantêm a 4.ª Divisão de Colle, enquanto, por sua vez, em Pinhel está a 3.ª Divisão de Picton. Finalmente, em Viseu opera a 1.ª Divisão do General Spencer[39]. A designada batalha do Côa ocorreu a 24 de Julho de 1810. No campo militar, ingleses e portugueses, englobados na divisão ligeira, sob comando de Craufurd, combatem os franceses de Loison, o que, segundo José Augusto Vaz Vicente, nos mostra que o General Wellington dava bastante importância à Beira[40]. Esta batalha permitiu aos ingleses retirarem, em

Dentro daquele reduto fortificado, portugueses e ingleses preparavam, porém, a defesa da cidade.

segurança, para o interior de Portugal. Neste conflito, os aliados estavam à frente do convento de Nossa Senhora da Barca, virados para Espanha, tendo do seu lado esquerdo Almeida e do direito o rio Côa e a povoação de Cabeça do Negro. Os principais corpos de infantaria inglesa englobavam o 52.º de Infantaria, o 95.º de Atiradores, que incluía portugueses, e o 43.º de Infantaria. Por sua vez, a cavalaria agrupava o 16.º de Dragões e o 1.º de Hussardos[41]. Os corpos portugueses eram o 1.º e o 3.º de Caçadores, comandados, respectivamente, pelo Tenente-Coronel Jorge d'Avillez e pelos coronéis George Elder e António Correia Leitão. Os franceses, de frente para as tropas de Craufurd, tinham Almeida do seu lado direito e a ribeira de Alvercas, pela retaguarda. A infantaria francesa era composta pelo 82.º de Linha, pelo 66.º de Linha e pelo 32.º Ligeiro. A cavalaria, por sua vez, englobava o 3.º de Hussardos, o 15.º de Dragões, o 25.º de Dragões e o 15.º de Caçadores a cavalo. Para além da ribeira de Alvercas, ou seja, à retaguarda dos franceses, estava a Brigada de Simon. As de Loison são as que vêm direito aos anglo-lusos. No final do conflito, para além de terem morrido inúmeros soldados, houve uma quantidade bastante significativa de prisioneiros. Os ingleses, porém, conseguem cumprir o seu objectivo, retirando em segurança para o interior do território português. Por outro lado, os franceses levam a cabo mais algumas manobras militares. Às duas horas da manhã do dia 25 de Julho, por exemplo, Ney envia soldados para Valverde[42]. Um batalhão foi colocado na povoação de Aldeia Nova, com o objectivo de controlar o caminho que ia para a cidade da Guarda. A 26 de Julho de 1810, Ferey envia uma coluna para a Guarda e para Celorico da Beira a fim de detectar a posição exacta dos aliados. Enquanto uma das colunas se dirige a Pinhel, a outra passa pela localidade do Carvalhal. Nisto, Craufurd retira de Freixedos e de Celorico da Beira. A 27 de Julho, Loison envia dois batalhões do 66.º de Linha, sendo um dirigido a Pinhel. Procurava-se, assim, verificar, com exactidão, onde se encontrava o General Wellington. Deste modo, Loison envia uma coluna para o Azinhal e para o Pevo, ocupando também o Freixo, a 28 de Julho. Os aliados estavam fortemente instalados na Guarda, com a Divisão Ligeira de Cavalaria, de Cotton, e em Celorico da Beira, com a 4.ª Divisão de Dragões, de Colle, que se havia deslocado da Guarda. Neste período de tempo, os camponeses opõem forte resistência aos invasores.

Todavia, ainda que os aliados tivessem retirado da zona de Almeida, Wellington estava convicto de que os franceses não iriam atacar a fortaleza. Dentro daquele reduto fortificado, portugueses e ingleses preparavam, porém, a defesa da cidade. Massena programa, efectivamente, o ataque a Almeida. Na segunda parte do mês de Agosto, trabalhadores recrutados cavam várias trincheiras para a colocação de baterias de artilharia e para defesa contra as balas de canhão que viriam de dentro da fortaleza. Deste modo, como ocorreu a 20 de Agosto de 1810, Massena faz mais uma inspecção ao andamento dos trabalhos. As trincheiras estavam dispostas de forma a cercar uma grande parte da fortaleza de Almeida, indo desde a aldeia de Palheiros até à estrada de Pinhel, no lado oposto ao do reduto fortificado. No interior da fortaleza, cujo chefe era Francisco Bernardo Costa e Almeida, estava localizado o Regimento de Infantaria n.º 24, de Cox, com 1.500 homens, assim como 3 regimentos de milícias, com 2.100 homens, pertencentes a Arganil, Trancoso e Guarda. O 4.º Destacamento de Artilharia comportava 400 artilheiros. Finalmente, a 12.ª Companhia de Cavalaria estava provida de 68 efectivos. O combate iniciou-se a 26 de Agosto, quando o General Eblé deu ordens para se iniciar o bombardeamento da praça. O forte de São Pedro, por exemplo, em termos de poder de fogo era superior ao francês, nesse sector, fustigando, assim, as baterias 9 e 10 inimigas[43]. A situação estava a decorrer com uma forte resistência dos sitiados, quando, de repente, uma imensa explosão ocorreu no interior do reduto fortificado. Aquela foi tão grave que muitos dos edifícios se desmoronaram e uma grande quantidade de fragmentos caiu nas trincheiras inimigas. Nesta explosão, assim como nos bombardeamentos perpetrados pelo inimigo, faleceram 200 artilheiros, 600 homens de infantaria e 500 civis[44]. Nestas

[33] Acúrsio das Neves, *Ob. cit.*, p. 403.

[34] Mário Domingues, *Junot em Portugal*, Lisboa, Ed. Romano Torres, 1972, p. 390.

[35] Gabriela Gândara Terenas, *O Portugal da Guerra Peninsular – A visão dos militares britânicos (1808-1812)*, Lisboa, Livraria Colibri, 2000, p. 60.

[36] José Miguel Sardica, *Ob. cit.*, pp. 44-45.

[37] Consta que o 8.º corpo de exército era constituído, em grande parte, por soldados ainda muito jovens para o serviço militar.

[38] Na realidade, Hill deveria vigiar a estrada que ligava Castelo Branco a Lisboa.

[39] José Agusto Vaz Vicente, *Ob. cit.*, 1957, fl. 50. As forças do general Spencer foram enviadas para a Mealhada, em 1810, para suster o avanço de Massena.

[40] Idem, *Ibidem*, fl. 50.

[41] Donald D. Horward, *Napoleon and Iberia - the twin sieges of Ciudad Rodrigo and Almeida, 1810*, Florida, University Presses of Florida, 1984, p. 209.

[42] Donald D. Horward, *Ob. cit.*, p. 249.

[43] Idem, *Ibidem*, p. 298.

[44] Idem, *Ibidem*, p. 311.

condições, a fortaleza acabou por capitular. Cox, inglês, assinou os termos da rendição. Quando ocuparam Almeida, os soldados de Napoleão conseguiram encontrar 172 armas de todos os calibres, 605.695 cartuchos, 2.885 armas ligeiras e 39 barris de pólvora, ainda que uma grande parte tivesse sido destruída pela explosão. Bergeron apresenta outra versão, ao afirmar que já a 24 de Julho de 1810 houve na freguesia de Salvaterra do Estremo, d. Castelo Branco, um feroz combate dos nossos contra os franceses. Por outro lado, foi precisamente nesse dia que os invasores chegaram junto da fortaleza de Almeida, bem fortificada e perfeitamente armada. Iniciados os combates, a resistência apenas aguentou cerca de 4 dias, até 28 de Agosto, sem capitular[45] . Por fim, nesse dia, as tropas francesas, cujo comandante-chefe era Massena, conseguem capturar a fortaleza. Uma vez vencidos pela táctica do cerco, aos soldados restou-lhes apenas a assinatura da rendição, na casa da guarda, junto à designada porta de São Francisco. Em relação aos cercos, na sua obra *Como fazer a Guerra*, Napoleão Bonaparte refere que as «praças-fortes são úteis para a guerra defensiva como para a guerra ofensiva; sem dúvida que, só elas, não podem fazer as vezes de um exército, mas são o único meio que se tem para retardar, entravar, enfraquecer, inquietar um inimigo vencedor»[46] .

Após mais alguns dias de permanência em Almeida, o que foi vantajoso para os soldados anglo-lusos, Massena decide, então, avançar em direcção a Lisboa. Assim, o 6.º e o 8.º Corpos de Exército, de Ney e de Junot, respectivamente, encetam uma progressão em direcção a Viseu. Por sua vez, o 2.º corpo, de Reynier, que estava em Coria, Espanha, toma a direcção da Guarda. Deste modo, depois da queda de Almeida, os franceses ocuparam ainda a Guarda, Pinhel, Celorico da Beira[47] , Viseu e Trancoso. Por essa altura, as tropas portuguesas e britânicas tinham já preparado, na Primavera de 1810, a defesa eficaz de Lisboa, através das linhas de Torres Vedras, que iriam suster o avanço do inimigo.

Nas operações da Beira, os soldados de Napoleão ter-se-ão demorado pelo menos um mês, onde puderam executar todo o tipo de acções punitivas contra a população indefesa, mas ciente da necessidade de lutar pelo seu país. Na cidade de Viseu, por exemplo, foi elevado o número de actos desumanos. Castelo Mendo, d. Guarda, já havia sido, de igual modo, fustigado pelos invasores. É durante os meses de Agosto e Setembro de 1810 que os soldados de Napoleão provocam uma autêntica razia na Beira. Por outro lado, as duras milícias beirãs actuavam de uma forma bastante severa para com os invasores. À medida que progredia e porque precisava de descansar e de pernoitar, ao longo dos caminhos elaboravam-se

Um destacamento de Massena segue para Norte e ataca Leiria[54] . Todavia, como os resultados não foram satisfatórios, dão início à retirada definitiva de Portugal.

acampamentos militares, com sentinelas[48] . A 21 de Setembro de 1810, estavam já em Santa Comba Dão. Por estarem fartos de caminhar e por virem cansados, os invasores não provocaram tantos estragos naquela povoação, ao contrário do que sucedera na Beira.

Seguidamente, importa observar, para que possamos compreender a 3.ª invasão, no seu geral, o que ocorreu quando os franceses procuravam dirigir-se para Lisboa, tendo sido, contudo, travados por Wellington, que estava escondido na serra do Buçaco, onde, a 27 de Setembro, os derrotou. Apesar de tudo, os soldados inimigos continuaram a progressão em direcção ao sul. Deste modo, a 30 de Setembro de 1810, os franceses estão em Coimbra, enquanto os ingleses retiram para as linhas de Torres Vedras. Por fim, a 3 de Outubro de 1810, os soldados de Napoleão saem de Coimbra, tendo esta cidade sido ocupada, no dia 7 de Outubro, por Trant, que comandava um corpo de milicianos. Os franceses, como, aliás, era habitual, deixavam «campos saqueados, casas pilhadas e mortos pelas estradas»[49] , à medida que marchavam para Sul. A 5 de Outubro de 1810, pelo menos o 6.º e o 8.º exércitos de Massena entram em Leiria, que estava deserta, e pilham o paço episcopal[50] . As populações de Leiria e das freguesias do concelho, Caranguejeira,

Água-forte inglesa de Robert Laurie, 1811, História do Exército Português, General Ferreira Martins, Editorial Inquérito Lda, Lisboa, 1945

Boa Vista, Pousos e Santa Catarina da Serra, entre tantas outras, são novamente vítimas da insubordinação dos soldados inimigos. Neste mesmo período, os soldados franceses devastam, de igual modo, a vila de Ourém.

A lenta marcha, a partir da Beira é feita com dificuldade. Para evitar surpresas relativamente aos ingleses e aos guerrilheiros portugueses, irregulares, autores de inúmeras emboscadas[51], o grosso do Exército Francês avançada em direcção a sul munido de uma vanguarda e de uma retaguarda. Atrás desta vinham as carroças de abastecimentos[52]. Existiam também patrulhas. Tal como acontecera na Beira e até em Espanha, o mato, as colinas e as áridas e íngremes serras, que caracterizam o relevo português, contribuíram, penosamente, para o avanço no nosso país de um inimigo que não conhecia as linhas de Torres Vedras. Neste âmbito é de salientar o facto de que até os próprios veteranos do 2.º e do 6.º corpos de exército não terem, para além do rio Tejo, qualquer conhecimento geográfico do território pelo qual vinham a marchar desde há alguns meses. Há ainda a somar o facto de as estradas serem escassas em Portugal, para além das condições atmosféricas adversas. Em Novembro de 1810, Massena, com o 2.º, o 6.º e o 8.º corpos de exército chega, finalmente, a Santarém[53], ocupando uma zona que ia de Tomar a Vila Franca de Xira. No ano seguinte, fortemente fustigados pela fome e pelos guerrilheiros portugueses, em Janeiro e Fevereiro ainda fazem várias tentativas para atravessar o rio Tejo, mais a Norte, e, assim, contornar as linhas de Torres Vedras. Uma vez que não conseguem e estão exaustos, pedem a Napoleão Bonaparte que envie reforços. Por este meio, também por Almeida, a 14 de Dezembro de 1810, o General Drouet entra em Portugal, à frente de uma parte do 9.º Corpo de Exército, com 16.000 soldados. A partida é feita de Almeida com duas divisões, uma comandada por Clarapède, que marcha por Trancoso, e outra por Conroux, que Drouet acompanha e que segue por Celorico da Beira. A 26 de Dezembro chegam às povoações de Moita e de Espinhal. Um destacamento de Massena segue para Norte e ataca Leiria[54]. Todavia, como os resultados não foram satisfatórios, dão início à retirada definitiva de Portugal.

Os franceses fustigam o Fundão a 22 de Novembro de 1810, facto que poderá mostrar que algumas das unidades militares tenham começado a desocupar o nosso País muito antes da retirada oficial da parte principal do Exército, ou que tenha sido uma

---

[45] Bergeron, *Ob. cit*., p. 95.

[46] Napoleão Bonaparte, *Como fazer a Guerra*, Lisboa, Garrido Editores, 2003, p. 30, ponto 14.

[47] A praça desta povoação serviu de quartel-general, quer às tropas anglo-lusas, quer aos soldados franceses, em 1811, durante a retirada destes últimos.

[48] Durante a noite, a vigilância era essencial, porque, por vezes, os guerrilheiros portugueses infiltravam-se entre os soldados inimigos adormecidos, degolando uns poucos e retirando sem ninguém dar por isso.

[49] José Miguel Sardica, *Ob. cit.*, p. 48.

[50] Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1983, vol. VII, p. 82.

[51] Os soldados franceses respondiam aos resistentes portugueses, queimando aldeias inteiras, assassinando homens, mulheres e crianças e promovendo todo o tipo de saques. Os dragões franceses, a cavalo, perseguiram inúmeros camponeses. De realçar que os portugueses, defendendo a sua terra, também praticavam todo o tipo de atrocidades, como queimar soldados capturados ou mergulhá-los em água a ferver. Degolá-los. As armas dos camponeses podiam incluir mosquetes, alguns capturados ao inimigo, e, por exemplo, foices, forquilhas e picaretas, entre outros tipos de armas.

[52] Os vagões de abastecimento seriam constituídos por centenas de carroças, protegidas por soldados.

[53] O 2.º corpo de exército, cujo comandante era Reynier, era composto por bastantes veteranos, muitos dos quais haviam participado já na Batalha de Austerlitz, contra os Austríacos. Uma significativa parte de veteranos caracterizava também o 6.º corpo de exército, do general Ney.

[54] Lígia Cruz, "O Vice-Reitor da Universidade Doutor Francisco Montanha - Coimbra nas 2.ª e 3.ª invasões francesas", Coimbra, por ordem da Universidade, 1990, p. 161.

parte do corpo de Drouet a promover essas acções. Na sua retirada tomam o caminho pelo qual vieram, em direcção a Coimbra. Leiria é mais uma vez vitimada pela presença de soldados franceses. A retirada não iria ser fácil, até porque os combatentes franceses tinham de regressar à Beira pelas mesmas montanhas, que conheciam já bastante bem, devido à dureza imposta. Por outro lado, era preciso contar, agora, com a perseguição anglo-lusa e os constantes ataques infligidos pelos guerrilheiros portugueses, dispersos por todo o lado. Em Fevereiro de 1811, Massena organiza ainda duas expedições militares, tendo a segunda, comandada pelo General Foy, sido dirigida à povoação de Enxabarda. Estas expedições não obtiveram quaisquer resultados, porque foram fustigadas quer pelos camponeses, quer ainda pelos milicianos de Trant, que havia ocupado a cidade Coimbra. Na freguesia de Bogas de Baixo, no actual concelho de Fundão, os populares abateram dezenas de soldados franceses. Em termos gerais, o inimigo encontra-se, nesses meses, naquilo a que podemos apelidar de retirada faseada, permitindo, assim, uma maior organização no processo em curso. Deste modo e em progressão para a Beira, a 8 de Março de 1811, um corpo anglo-luso varre os franceses de Leiria. Porém, a 5 de Março do mesmo ano, o concelho do Fundão foi afectado novamente por franceses, provavelmente o mesmo corpo do General Foy. O Exército napoleónico em fuga é ainda obrigado a lutar, sendo derrotado em Pombal, 11 de Março de 1811, e na Redinha, 12 de Março. Enquanto o Marechal Ney comandava a retirada das tropas francesas, o General Wellington, comandante das forças anglo-lusas, perseguia o inimigo em direcção à Beira, onde iria ocorrer o último grande combate em território nacional, no Sabugal.

A 14 de Março de 1811, diz-nos Bergeron, o general Ney, em fase de retirada, avança para Ceira e para Celorico da Beira, entre outras povoações[55] . A 28 de Março de 1811, as tropas francesas, saindo da Guarda, onde se haviam refugiado e efectuado algumas provisões[56] , passaram por Rapoula do Côa, a Norte do Sabugal, em direcção a sul. Os franceses tiveram de abandonar as suas posições na Guarda, devido à chegada de tropas inglesas. Os soldados de Napoleão, incluindo o 69.º Regimento, seguiram, então, para Ruvina, c. Sabugal, onde Massena instalara o seu Quartel-General. A 29 de Março ocorreram em Ruvina combates com os ingleses, que, surgindo de todos os lados, ocuparam, momentaneamente, a povoação. Na realidade, um grupo de hussardos napoleónicos obrigou os aliados a retrocederem nas suas posições. Entretanto, o General Ney já havia partido para Paris. Nesta área, os invasores terão estado até ao dia 3 de Abril de 1811, data da designada batalha do Sabugal.

Aguarela inglesa, História do Exército Português, General Ferreira Martins, Editorial Inquérito Lda, Lisboa, 1945

Sabugal na margem do Côa.

Derrotados mais uma vez, nos dias 4 e 5 de Abril deslocam-se para Espanha. A 3 de Abril de 1811, os anglo-lusos derrotam os soldados franceses pela última vez em território nacional, no Sabugal. Antes disso, as nossas tropas tiveram de atravessar o rio Côa, operação executada em difíceis condições, devido às escarpas que, constantemente, se lhes deparavam, para além do nevoeiro. Neste combate, que durou cerca de uma hora, estiveram presentes o 3.º, o 9.º, o 15.º e o 21.º Regimentos de Infantaria portugueses, para além do 1.º e do 3.º Regimento de Caçadores. Armando Canêlhas refere que no Sabugal, onde estava Reynier, do 2.º Exército, combateram três Brigadas do 2.º de Artilharia, sendo a primeira comandada por Chateauneuf e a 2.ª e 3.ª pelos portugueses J. C. Sequeira e Manuel J. Monteiro, respectivamente. Victor von Arentschild, Major, comandava toda a Arma de Artilharia. Do 2.º Corpo Francês morreram ou ficaram feridos 68 oficiais e 54 praças, entre outros. Fizeram-se 148 prisioneiros. O Exército aliado perdeu 200 soldados, cabendo o maior número de mortos à infantaria inglesa do comandante Beckwith[57] .

Derrotados os franceses no Sabugal, a 5.ª Divisão dos aliados atravessa a ponte desta localidade. A Cavalaria inimiga ainda procurou tomar posições de ataque, mas sem qualquer eficácia, até porque o General Colville, que comandava as operações, teve que retirar, em ordem, de Ruvina para Rendo, c. Sabugal, mais a sul. Os dois exércitos, o de Colville, uma vez que Ney já tinha partido para França, e o de Reynier seguem, então, para este, para Alfaiates, para se juntarem ao 8.º Corpo de Exército, de Junot. A saída de Portugal é levada a cabo a 5 de Abril de 1811, não sem antes ocorrer a batalha de Fuentes de Oñoro, nos

limites da povoação de Chão dos Mortos, f. Vilar Formoso, c. Almeida, onde mais uma vez as tropas anglo-lusas fustigam os soldados de Massena, agora reduzidos a apenas 30.000 indivíduos, doentes e esfomeados. Em Vilar Formoso, o General Wellington estabeleceu o seu Quartel-General. No Alentejo, no mês de Abril de 1811, os franceses, comandados por Soult, comandante-chefe da 2.ª invasão, são derrotados por Wellington, auxiliado por Beresford. Durante a invasão de Massena, desde a progressão da Beira até às linhas de Torres Vedras, este Exército tinha permanecido na região da Andaluzia, Espanha.

Ao todo, durante a 1.ª invasão francesa, os soldados invasores estiveram em Portugal cerca de 10 meses e 11 dias, enquanto na terceira permaneceram por cá cerca de 7 meses e 18 dias.

Biografia

***** Nascido a 6 de Janeiro de 1979, Vasco Jorge Rosa da Silva, leiriense, licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é mestre em História Militar de Portugal, com a tese subordinada ao tema *Prisioneiros de Guerra no Portugal da Idade Média*. Actualmente, como bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, encontra-se a preparar o doutoramento em História das Ciências. Tem publicado inúmeros artigos sobre as mais diversas temáticas da História, entre as quais a componente militar. Neste âmbito, destaca-se a problemática das invasões francesas, participando como colaborador das comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular, nas Beiras Alta e Baixa. O seu contributo mais importante é, no entanto, a participação que teve na *Nova História Militar de Portugal*, da direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira.

Bibliografia

- ARANHA, Brito, *Nota acerca das invasões francezas em Portugal: principalmente a que respeita à primeira invasão do commando de Junot: contém muitos documentos relativos aos sucessos assombrosos na Europa no fim do século XVIII e princípios do século XIX*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1909;

- BERGERON, L., *Campagnes d'Espagne et de Portugal sous l'Empire*, Paris, Tipografia A. Pinard, 1883;

- BONAPARTE, Napoleão, *Como fazer a Guerra*, Lisboa, Garrido Editores, 2003;

- *Bosquejo da Campanha de Portugal: obra escripta em Londres depois da Batalha do Bussaco e addicionada já depois da retirada de Massena para Santarém*, Lisboa, Impressão Régia, 1811;

- BRANDÃO, Raul, *El-Rei Junot*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982;

- CANÊLHAS, Armando, *O tempo dos franceses e as linhas de Torres*, Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2002;

- *Decretos e editais (1807-1808)*, cota UCBG RB-2-28;

- CRUZ, Lígia, *O Vice-Reitor da Universidade Doutor Francisco Montanha: Coimbra nas 2.ª e 3.ª Invasões Francesas*, Coimbra, por ordem da Universidade, 1991;

- DOMINGUES, Mário, *Junot em Portugal*, Lisboa, Ed. Romano Torres, 1972;

- *Exhortações pastoraes do Bispo d' Elvas D. José Joaquim da Cunha d' Azeredo Coutinho aos seus diocesanos*, Lisboa, na Impressão Régia, 1811;

- FERRÃO, António, *A 1.ª invasão francesa: a invasão de Junot vista através dos documentos da intendência geral da polícia, 1807-1808: estudo político e social*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1923;

- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, "No tempo dos franceses", *in Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Dezembro de 1993;

- HORWARD, Donald D., *Napoleon and Iberia – Tho twin sieges of Ciudad Rodrigo and Almeida, 1810*, Florida, University Presses of Florida, 1984;

- LAGES, Manuel Fernandes Morais, *A acção do brigadeiro Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, na 2.ª invasão francesa*, Tese de Licenciatura, 1958-59;

- MACHADO, José Timóteo Montalvão, "Novos documentos sobre a invasão de Junot", Lisboa, *in Separata de Arqueologia e História*, 1971, 9.ª série, vol. 3;

- MESQUITA, Marcelino, *As três invasões francesas: guerras da independência*, Lisboa, A Editora, 1908;

- NEVES, Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, sd., vols. 1-2;

- NEWITT, Malyn, *Lord Beresford and British intervention in Portugal, 1807-1820*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2004;

- PIMENTA, Belisário, *Subsídios para a História das Invasões Francesas*, Lousã, Tipografia Lousanense, 1918;

- REIS, A. do Carmo, *Invasões Francesas – As revoltas do Porto contra Junot*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991;

- RODRIGUES, Manuel Augusto, "As Invasões Francesas em cartas pastorais de bispos portugueses: posição dos prelados de Angra e de Elvas", Coimbra, *in Revista de História das Ideias*, 1985;

- SARDICA, José Miguel, "Guerra Peninsular: O curso político-militar", *in Revista de História*, ano XXI, n.º 19, Novembro de 1999, pp. 40-49;

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1983, vol. VII;

- TERENAS, Gabriela Gândara, *O Portugal da Guerra Peninsular: a visão dos militares britânicos (1808-1812)*, Lisboa, Colibri, 2000;

- VALENTE, José Augusto Vaz, *Terceira Invasão Francesa - Estudo breve sobre as causas da invasão de Massena. O cerco de Almeida e as linhas de Torres Vedras*, Coimbra, Tese de Licenciatura, 1957;

- VICENTE, António Pedro, *Panfletos anti-napoleónicos durante a Guerra Peninsular: actividade editorial da Real Imprensa da Universidade*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000;

- VITORINO, Pedro, *Invasões Francesas (1807-1810)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945;

- ZAMITH, Maria Fernanda Reis de Morais, *Aspectos das reacções populares durante a 1.ª invasão francesa*, Coimbra, Tese de Licenciatura, 1950.

---

[55] Bergeron, *Ob. cit.*, p. 106.

[56] Idem, *Ob. cit.*, p. 107.

[57] Armando Canêlhas, *O tempo dos franceses e as linhas de Torres*, Torres Vedras, Câmara Municipal, 2002, p. 192.

Dr. José Manuel Barroso

Marechal António de Spínola

A 17 de Janeiro de 1974, o General António de Spínola é empossado como Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Três semanas depois, a 22 de Fevereiro, é publicado o seu livro 'Portugal e o Futuro', o qual o chefe do governo da ditadura, Marcelo Caetano, disse tratar-se de um verdadeiro «manifesto de oposição» ao regime e um golpe militar anunciado. Na sequência da publicação do livro, perante a recusa dos dois principais chefes militares (Costa Gomes e Spínola) em "prestar vassalagem" a Marcelo Caetano, a 14 de Março, Spínola e Costa Gomes são demitidos. A 16 de Março, uma coluna militar do regimento das Caldas da Rainha avança para Lisboa, numa tentativa falhada de derrubar o governo. A 25 de Abril, os Capitães do Movimento das Forças Armadas, levam a cabo o golpe militar que liquidará o regime do Estado Novo e escolhem uma Junta de Salvação

Nacional, para preparar a transição do País para um regime democrático. Na madrugada de 26, Spínola é anunciado como chefe da Junta e, a 15 de Maio, toma posse como Presidente da República. A História avançara muito rápido.

Que havia no livro de António de Spínola que constituísse um poderoso repto ao regime do Estado Novo? Basicamente, o afirmar que as guerras coloniais, que duravam desde 1961, não tinham solução militar e que outras vias teriam de ser encontradas. E que era necessário que a Nação (entendida no sentido do império colonial) debatesse o problema de forma «construtiva» e «aberta». A teses de 'Portugal e o Futuro' eram um desafio à política oficial: «estamos numa encruzilhada» (no problema ultramarino) e é preciso recorrer ao «diálogo aberto à participação nacional e até à consulta final à Nação»; «não podemos admitir que hoje se morra apenas para que amanhã continue a morrer-se»; «a contestação generaliza-se a todos os sectores» e até «à Igreja e à Instituição Militar»; «as sociedades pretendem cada vez mais ser senhoras de julgar a forma como são servidas»; «resta apenas uma via para a solução do conflito (as guerras no Ultramar) e essa eminentemente política, a vitória exclusivamente militar é inviável»; «a solução implica a aceitação de princípios, o primeiro dos quais é o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação».

Escrito e publicitado por um dos mais prestigiados generais das Forças Armadas, combatente em Angola e comandante-chefe na Guiné, o livro teve o papel de uma bomba de profundidade contra a política africana do regime. Êxito absoluto de edição, com centenas de milhares de exemplares vendidos, 'Portugal e o Futuro' foi um livro-bomba. Escrito com a autoridade inquestionável de quem estivera e comandara nas frentes de combate, de quem tentara uma solução negociada de autonomia progressiva, como meio de resolver a guerra na Guiné.

Nascido em Estremoz, filho de madeirenses, a 11 de Abril de 1910, António Sebastião Ribeiro de Spínola fica órfão de mãe aos 5 anos, que determina o momento essencial da sua vida futura. O pai, António Sebastião de Spínola, brilhante funcionário de Finanças, acaba por inscrever, como aluno interno, esse filho mais novo no Colégio Militar, uma prestigiada instituição de ensino (o filho mais velho, Francisco, seguirá uma carreira civil, será médico veterinário e o grande amigo e conselheiro de António). Aluno irrequieto, o 'menino da Luz' 33/1920 desperta no colégio para as noções de rigor e de disciplina, para o «culto da Pátria simbolizada na instituição militar». Quando, Cadete garboso, sai do Colégio Militar para frequentar a Escola do Exército, após os estudos preparatórios, já nele existe a paixão pelos cavalos e pela Cavalaria, Arma que escolhe na Escola e que era na época um sinónimo de elite.

Casa em 1932 com Maria Helena Monteiro de Barros, filha de um prestigiado Oficial General, sua companheira de toda a vida. Os laços de casamento, já que seu sogro era comandante da GNR, aproximam-no desta instituição, a qual virá a ser uma sua segunda casa.

O jovem oficial de Cavalaria António de Spínola viverá com empolgamento os anos 30. A mudança de regime político em Portugal, com o advento do salazarismo, a guerra civil de Espanha, a segunda Guerra Mundial. Em missões técnicas de observação do Exército, visita a Alemanha e a Itália e a frente germano-russa. No final da década, ganhará as suas primeiras medalhas enquanto cavaleiro hípico, tornando-se num dos mais prestigiados.

Nos anos 40 prosseguirá com realce a sua vida militar. Passa pelos regimentos de cavalaria de GNR e de Lanceiros 2 e pelos Açores (1945), pela direcção da Arma de Cavalaria, interessa-se em particular pela formação. Ao longos dos anos acumula louvores militares e prémios, nacionais e internacionais, enquanto cavaleiro hípico. E forma o seu pensamento, acabando por escrever sobre temas como o 'Exército e Política', onde expressa o seu nacionalismo e afirma as Forças Armadas como «uma superior força moral capaz de, nos momentos críticos, aglutinar a consciência cívica das massas e de congregar as várias facções da opinião pública». Algo de semelhante ao que afirmará, muitos anos depois, a 17 de Janeiro de 1974, quando toma posse do cargo de Vice-Chefe das Forças Armadas, quando diz sublinha a «sua transcendente missão no contexto social da Nação» e defende que elas não se devem transformar numa «guarda pretoriana» do regime.

E os «momentos críticos» chegam para António de Spínola e o país, a partir dos anos 60. Na tentativa de golpe militar contra Salazar, encabeçada pelos Ministros da Defesa e do Exército, em 1961, Spínola não adere à conspiração, mas envia uma dura carta a Salazar, denunciando o esclerosamento do regime, aconselhando reformas políticas afirmando identificar-se com a «opinião do Exército» e avisando o chefe do governo: «V.Exa. ganhou a última batalha, mas não ganhará a próxima». Com o início da guerra em Angola, o Tenente-Coronel Spínola tinha 51 anos, e estava ao abrigo da mobilização. Mas oferece-se como voluntário e vai comandar o Batalhão de Cavalaria 345 (Grupo de Cavalaria, na tradição da Arma, como sempre lhe chamou). Aí dá mostras de uma grande capacidade de comando e de grande coragem. Participa em operações militares, desarmado, ao lado dos seus soldados. Defende-os, zela pelos seus interesses e bem-estar. Ganha uma aura

"Em 26 de Abril à 1H30 da madrugada foram apresentados ao País, pela RTP, os membros da Junta de Salvação Nacional, cujo presidente era o General Spínola e com a sua primeira comunicação abriu as portas à democracia e à liberdade que ainda hoje vivemos."

de chefe que dá o exemplo e que é também um soldado entre soldados. A aura de admiração dos militares que com ele servem cresce em espiral. Dialoga com as populações da área do norte de Angola, onde o seu 345 opera, numa acção psicológica bem conseguida (e que depois sofisticará na Guiné). Em Angola, no norte e depois no sul, onde termina a comissão (1963), o seu entendimento da complexidade da guerra e dos caminhos para a sua solução tornara-se mais profundo e realista.

O prestígio adquirido em Angola, em 1968, leva-o ao convite de Salazar para ser Governador e Comandante-Chefe da Guiné, o mais duro território de luta da guerrilha emancipalista, o PAIGC. Reconhecida a difícil situação do território, altera tudo. Rodeia-se de Oficiais da sua confiança, na área militar e em funções civis. Altera o dispositivo de militar e promove uma política de sedução e de apoio às populações nativas. No início dos anos 70, está em condições militares e políticas para tentar uma solução dialogada para a guerra no território. Com o apoio do Presidente do Senegal tenta uma aproximação ao líder do PAIGC, Amílcar Cabral, que dá sinais de abertura ao diálogo tentado. Marcelo Caetano dá luz verde à aproximação, mas depois recua e proíbe-a. Spínola tenta, ainda, em 1972, convencer Caetano a não reeleger o Presidente Américo Thomaz, em quem se apoiam os radicais do regime, mas o chefe do governo rejeita a ideia de ser ele mesmo candidato. É o tempo em que Spínola se aproxima dos deputados da 'ala liberal' (Sá Carneiro, Pinto Leite, Pinto Balsemão), mas recusa a proposta destes de ser candidato à Presidência. A reeleição de Thomaz e o fechar da janela de diálogo com os independentistas vão separar em definitivo Spínola da política ultramarina do regime. A sua aproximação à 'ala liberal' e à oposição democrática (através do jornal 'República', ligado aos socialistas de Mário Soares) avança. António de Spínola recusa uma recondução enquanto Comandante-Chefe e Governador da Guiné e regressa a Lisboa, em Agosto de 1973. O seu manifesto contra a política africana do regime, o 'Portugal e o Futuro', estava em marcha desde o início desse ano.

Em marcha também, desde meados de 1973, estava o movimento de capitães que se opunha à política de enquadramento dos oficiais oriundos de milicianos. Enquanto esse movimento avança e se radicaliza, Spínola afina o seu manifesto antigoverno. Recusa um convite de Marcelo Caetano para ser Ministro do Ultramar e espera colocação. É condecorado pelo Presidente Thomaz com a mais alta distinção militar, as insígnias de Grande Oficial, com palma, da Ordem da Torre e Espada, que lhe serão entregues por Thomaz em cerimónia simbolicamente realizada no Colégio Militar. Spínola comenta para um dos seus fiéis:«agora é que os problemas vão começar». Finalmente é nomeado número dois da hierarquia militar, Vice-Chefe das Forças Armadas, cargo que aceita sem desviar a linha de rumo de publicação do seu "livro-bomba."

Paralelamente, os capitães passam à conspira-

ção, e Spínola é escolhido por eles como um dos altos oficiais com quem contam. O General dedica-se a apoiar a confluência entre Capitães do quadro permanente e os que estes haviam contestado, em termos de enquadramento profissional. Os dois grupos estarão juntos no 25 de Abril.

O Presidente da República, as teses de Spínola chocam com os Oficiais do Movimento das Forças Armadas e as destes com o General. Do choque resulta a demissão de Spínola, a 28 de Setembro de 1974, o general quer jogar agora na sua eleição para a Presidência da Republica, previstas pelo programa do MFA para 1975. Mas a vertigem da revolução precipita as coisas. A 11 de Março de 1975, uma movimentação militar, que a História ainda não esclareceu, leva António de Spínola ao exílio – certo de que uma nova ditadura se instalaria no País –, e determinado a ser a cabeça e o símbolo da resistência à radicalização. Quando a democracia se institucionaliza, após o 25 de Novembro e a vigência da nova Constituição, o general regressa a Portugal, a 10 de Agosto de 1976, após Ramalho Eanes ser eleito Presidente da República. Em 1981 é promovido a Marechal. O Presidente Mário Soares fá-lo, depois, seu conselheiro militar e chanceler do Conselho das Antigas Ordens Militares.

António Sebastião Ribeiro de Spínola morre a 13 de Agosto de 1996, aos 86 anos, debilitado pela idade e pela doença. Entre as visitas que recebera, estava o Presidente da Guiné, Nino Vieira, seu antigo adversário na guerra. Ao seu funeral – quis ser sepultado no talhão dos combatentes do Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa –, o governo decreta dois dias de luto nacional. O político e deputado Manuel Alegre havia afirmado, quando Spínola fora elevado ao marechalato: «Se alguém merece o título de Marechal, esse alguém é o primeiro General de Abril: António de Spínola».ع

Dados biográficos

O Dr. José Manuel Barroso foi jornalista e presidente da Lusa durante cinco anos. Na Guiné, durante três anos e como Capitão miliciano, foi assessor de imprensa do Governador, o então General António de Spínola.

Tenente-Coronel de Art. José Alberto Dias Martins

Directiva para o Exército no Biénio 2010-2011

Consolidação e Sustentação

Decorreu em 25 de Março do corrente ano, no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar (AM) na Amadora, a apresentação, pelo General Chefe de Estado-Maior do Exército (Gen CEME), da sua Directiva para o Biénio 2010 – 2011.

Perante um auditório repleto, que integrou os ex-Chefes de Estado-Maior do Exército, a Estrutura Superior do Exército, os Tenentes-Generais e Majores-Generais na situação de Activo, Reserva e Reforma e os Comandantes, Directores e Chefes de todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, o Gen CEME apresentou a Directiva Nº 29/2010,

cuja tónica principal assenta na continuidade do processo de modernização e transformação do Exército, consolidando e sustentando o modelo estabelecido para o seu Sistema de Forças (SF).

Este dia, que integrou a apresentação da referida Directiva, assistência à formatura do Corpo de Alunos (CAL) da AM, presidida pelo Gen CEME, e almoço convívio no refeitório do CAL, pretende também constituir-se como uma afirmação inequívoca de coesão e camaradagem, permitindo, independentemente da situação administrativa dos Generais mais antigos, promover o convívio entre gerações. Deste modo, a sua realização na AM, "Casa Mãe" dos Oficiais do Exército, reveste-se de um particular simbolismo e significado, face a um quadro de valores de partilha comum nesta singular Instituição.

Merece atenção especial a necessidade de contextualizar os efectivos fixados com os desenvolvimentos que terá a necessária e urgente abordagem ao Regime de Contrato Especial ou de Longa Duração, pois a sua implementação terá que permitir compensar nos postos mais baixos de Oficiais e Sargentos os efectivos estabelecidos

A apresentação foi estruturada em cinco partes, iniciando-se com um enquadramento onde foi feita referência ao novo edifício legislativo da Defesa Nacional, dando-se especial ênfase aos diplomas mais relevantes para o Exército. Este enquadramento foi complementado com a Missão do Exército, plasmada na lei Orgânica do Exército de Setembro de 2009, a Visão estabelecida pelo Comando do Exército que decorre do Triénio 07/09 e o nível de ambição preconizado. Pretende-se assim uma Instituição Moderna e Flexível, com capacidade de actuar em todo o espectro de operações e com a necessária capacidade expedicionária que, evidenciando força e elevados padrões de Formação e Qualificação, esteja presente nos processos de Geração de Forças que constituem paradigma de modernidade e transformação. Como nível de ambição, perante o enquadramento estabelecido pelo Conceito Estratégico Militar confirmado em Janeiro de 2004, deve ser garantido o empenhamento sustentado e continuado de uma Força de Escalão Batalhão, simultaneamente, em três Teatros de Operações, sendo um de elevada intensidade e dois em Operações Humanitárias ou Operações de Apoio à Paz, ou em alternativa, o empenhamento de uma Força de Escalão Brigada, num único Teatro de Operações, operando em todo o espectro de missões. Contextualizado com o referido nível de ambição, deverá garantir a certificação OTAN de um Comando de Brigada em 2010, constituir-se como "Framework Nation" de um "Battle Group" UE no âmbito EUROFOR e optimizar as sua Forças de Apoio Geral, constituindo-se como "Force providers" e "Enablers".

O "Exército Hoje" constituiu a segunda parte em que se realçou a actual estrutura como uma consolidação assente numa Componente Fixa e numa Componente Operacional, que inclui fundamentalmente as suas três Brigadas estruturadas de forma equilibrada e possuindo características individualizadas que permitem uma vocação selectiva no contexto OTAN, UE e Nacional[1]. Foi ainda apresentado o actual empenhamento externo, materializando o paradigma que identifica o Exército como um participante activo no vector politica externa do Estado. Assim, num total de 784 militares, o Exército está presente em diversos Teatros e Quartéis-Generais, afirmando diariamente o seu valor e desempenho. Uma palavra também para o empenhamento na Cooperação Técnico-Militar que, numa estrutura assente em projectos de cooperação de âmbito diverso, estabelece um dialogo permanente no Mundo de Expressão Portuguesa como parte integrante do contexto Geopolítico Português.

Na terceira parte, "O Triénio 2007 / 2009 – Balanço", tendo como referência de partida as Directivas Nº 90/07 e Nº 02/09, foram destacadas as principais concretizações nos domínios Operacional, do Reequipamento e Infra-estruturas, Recursos Humanos, Formação e Qualificação. A identificação e concretização de novos Nichos de Excelência mereceu uma atenção especial, incluindo as Forças Especiais como Forças de elevada prontidão e versatilidade, imprescindíveis no quadro dos

compromissos actuais. Ainda como Nichos de Excelência, foi feita referência ao Elemento de Defesa Biológica e Química e ao Elemento de Guerra de Informação, pelo seu renovado ênfase em face do actual ambiente operacional.

Como principais concretizações na área do reequipamento e recuperação de materiais, tendo como pano de fundo um contexto económico externo e interno de contenção, foram identificadas aquisições e reparações, designadamente em sistemas de armas e viaturas, que representam um esforço criteriosamente orientado. Neste domínio, foi possível constatar que o fluxo de reabastecimento foi extraordinariamente acentuado em 2009, como resultado do reforço nos mecanismos de controlo logístico e do rigor de gestão orçamental.

Em termos de infra-estruturas, num Exército com um património vasto, registam-se muitas realizações, quer na recuperação de instalações, quer na criação de novas, face ao quadro renovado de exigências.

Na área dos recursos humanos, perante a aprovação de um novo modelo de sistema de recrutamento, foram identificados os efectivos estruturantes do Exército[2] , fixando o Decreto-Lei Nº 261/09 os efectivos do Quadro Permanente (QP). Contudo, neste domínio, merece atenção especial a necessidade de contextualizar os efectivos fixados com os desenvolvimentos que terá a necessária e urgente abordagem ao Regime de Contrato Especial ou de Longa Duração, pois a sua implementação terá que permitir compensar nos postos mais baixos de Oficiais e Sargentos os efectivos estabelecidos pelo já referido Decreto-Lei Nº 261.

Nesta fase da apresentação, sendo um momento de balanço face a um triénio de concretizações, foi feita uma especial referência ao livro *"Transformação do Exército no Período 2007-2009"*[3] , que se constitui num repositório das grandes linhas orientadoras, opções tomadas e resultados atingidos na transformação do Exército Português no período em apreço.

Seguidamente, foi centrada a atenção no Biénio 2010 / 2011, estabelecendo-se com clareza o Conceito, os Condicionamentos identificados e as grandes linhas de acção sistematizadas por grandes domínios. Considerando a visão já estabelecida para o Triénio 2007 / 2009, é preconizado para o Exército continuar a assegurar de forma permanente as condições e os recursos que garantam o sucesso das operações em curso, o nível de prontidão adequado para eventuais novas missões, mantendo alguma capacidade para o empenhamento noutras missões que a conjuntura determine. Assim, como alterações a considerar em missões no plano internacional, foi destacado o aumento da presença no Afeganistão, uma eventual perspectiva de redução de efectivos no Kosovo e o recentemente empenhamento na missão EUTRA, na Somália.

Naturalmente que num processo desta natureza, em face de uma conjuntura complexa, foi imperativo identificar de forma clara e objectiva condicionamentos e acções directas a desenvolver. Deste mo-

do, foram apresentados os seguintes:

· A necessidade urgente de revisão da Lei de Programação Militar;

· As implicações directas resultantes do Plano de Estabilidade e Crescimento;

· Contextualizar a aprovação do novo regime remuneratório (Dec-Lei Nº 296/09) com a necessidade de equiparação às carreiras de referência, considerando a necessidade de revisão do EMFAR, do regime de suplementos e subsídios e a já referida necessidade de evoluir para o Regime de Contrato Especial;

· Ao nível das infra-estruturas, foi destacada a necessidade de revisão da Lei de Programação de Infra-estruturas Militares, o arranque das obras na ESE, o início do processo de construção do COSEX, o inicio da ampliação da Biblioteca do Exército, o inicio da transferência do Arquivo Histórico Militar e a transferência das OGME para Benavente.

Concretamente para o Biénio 2010 / 2011, foram em sequência identificadas as acções a desenvolver, sistematizadas nos seguintes grandes domínios: na potenciação, implementação e desenvolvimento dos "Nichos de Excelência" identificados; na implementação e desenvolvimento de determinadas Unidades e capacidades especificas[4]; no âmbito da saúde militar; no âmbito da logística; no âmbito da formação.

Por fim, antes das considerações finais, foi destacada a participação do Exército nas "Outras Missões de Interesse Publico" em que, com o desígnio incontornável de ter um Exército cada vez mais próximo das populações, se constitui, numa perspectiva de "Duplo Uso", com valências operacionais disponíveis no SFN, uma capacidade articulada para a resposta a catástrofes em apoio suplementar às entidades responsáveis no âmbito da protecção civil. Ainda neste domínio, na sequência dos recentes acontecimentos que assolaram a Madeira, o General CEME aproveitou a ocasião para enaltecer o desempenho constatado em prol da segurança e bem-estar daquela população. É, deste modo, numa expressão clara de ligação à sociedade, que se atesta a prontidão, disponibilidade e competência para todas as missões de interesse público, estruturando e aplicando os meios humanos e os recursos materiais em função das necessidades que se depararam.

O General CEME terminou, afirmando que apesar dos condicionamentos identificados, o Exército vai ao limite dos seus recursos humanos e materiais, continuando a optimizar as suas opções com uma postura e rigor irrepreensíveis. Os objectivos do Exército mantêm as mesmas prioridades, designadamente: a defesa da especificidade militar, o seu reconhecimento e o apoio que deve merecer por parte do Estado; a equidade externa face às carreiras de referência; o apoio à família militar; a correcta reforma do serviço de saúde militar; a implementação de infra-estruturas fundamentais à transformação do Exército.

Palavras finais de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército:

"***O nosso desígnio é, contudo, claro. Continuar a construir um Exército, mais moderno, mais capaz, apto a responder aos desafios do futuro; uma instituição de excelência em termos nacionais, que continue a prestigiar Portugal no contexto internacional"*** JE

Notas

[1] A Brigada de Reacção Rápida vocacionada para as operações de "*Initial Entry Force*" e como núcleo fundamental da Força de Reacção Imediata (FRI), a Brigada de Intervenção, de acordo com os requisitos preconizados no "*Headline Goal 2010*", para o BG EUROFOR e a Brigada Mecanizada como núcleo que garante o necessário poder de choque e de fogo à componente operacional do SFE e que assegure o compromisso OTAN de um Grupo de Reconhecimento (GRec);

[2] Num total de 25.701, sendo 2.830 Oficiais, 5348 Sargentos, 14.205 Praças e 3318 Civis.

[3] Constituiu também um momento digno de referência a distribuição do livro a todos os intervenientes, após o almoço convívio.

[4] Inclui o desenvolvimento de capacidades de CC nas vertentes SIC-T e SIC-Op; a implementação da Unidade ISTAR; a implementação do BEng; o desenvolvimento da capacidade IMAD, participando de forma adequada na defesa aérea de áreas e pontos sensíveis do território nacional

Cerimónia evocativa do Dia do Combatente

Teve lugar no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, em 10 de Abril, a evocação do Dia do Combatente, comemorado pelo aniversário da Batalha de La Lys, que ocorreu em 09 de Abril de 1918.

As comemorações deste evento tiveram início com a missa em homenagem aos combatentes ao serviço da nação, em geral, e aos que deram a vida na Flandres, durante a I Guerra Mundial, em particular.

Com a chegada do Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, deu-se início à cerimónia militar, tendo este recebido a continência das forças em parada, perfiladas em frente ao Mosteiro, compostas por elementos dos três ramos das Forças Armadas, designadamente, Marinha, Exército e Força Aérea.

No decorrer desta cerimónia, o Regimento de Artilharia 4, que participou em representação do Exército e que integrou o seu Estandarte Nacional na força, recebeu a condecoração de Serviços, grau Ouro, imposta pelo Presidente da República.

Antes do final da cerimónia militar, discursaram o Presidente da Associação da Liga dos Combatentes, o Tenente-General Chito Rodrigues, associação responsável pela organização deste evento, e o Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, que salientou:

"A presença de todos nós aqui, neste local, é também uma afirmação de vontade inquebrantável de continuar Portugal. De expressar de forma clara que devemos abraçar com respeito a nossa história, acolhendo as lições que ela nos deu e valorizando os nossos heróis, o muito que demos ao Mundo e a matriz de valores humanistas que difundimos. (…)

Mas hoje, e acima de tudo, trata-se de um preito de homenagem aos combatentes, a todos os que deram, e dão, o melhor de si, até a própria vida, por esta Pátria que amamos. Curvamo-nos perante o seu esforço, a sua coragem e o seu sacrifício. (…)

Paradoxalmente, comemoramos o Dia do Combatente numa data que assinala uma das maiores derrotas militares envolvendo tropas portuguesas: a Batalha de La Lys. Ali se perderam cerca de 7.500 homens, entre mortos, feridos, desaparecidos e prisioneiros. Mais de um terço dos efectivos portugueses na Flandres. Uma derrota que, todavia, se traduziu num contributo significativo para o sucesso do esforço aliado em contrariar a ofensiva alemã. (…)

Foi com homens desta estirpe que se fez Portugal, trilhando um caminho árduo, feito com honra e nobreza, com sacrifício e entrega, com coragem e bravura. Por isso os combatentes são um pilar essencial da reserva moral da nação. (…)

Cada português tem de ser um combatente por Portugal. Só assim fará sentido o sacrifício de tantos combatentes que nos precederam e que hoje, aqui, homenageamos."

Esta celebração terminou com a colocação de coroas de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, pelas altas entidades que assistiram à cerimónia.

Monumento aos Combatentes do Ultramar

A ideia de construir em Lisboa um "Monumento aos Combatentes do Ultramar" espelha o desejo de envolver todos aqueles que lutaram e tombaram em defesa de Portugal no antigo Ultramar e homenagear todos aqueles que serviram Portugal como simples combatentes, através de um monumento nacional.

Por iniciativa de várias Associações de ex-combatentes e com apoio das altas entidades do Estado foi decidido construir o monumento junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém, Lisboa.

Assim, em 15 de Janeiro de 1994 foi inaugurado o Monumento aos Combatentes do Ultramar, numa cerimónia a nível nacional, onde estiveram presentes os órgãos de soberania, as mais altas individualidades civis e militares e representantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Este monumento procura traduzir, através de um simples pórtico de grande dimensão, pureza formal e simbólica, enorme simplicidade e carácter unitário e a ligação entre todos os povos envolvidos na guerra do ex-Ultramar português, sem constrangimentos nem ressentimentos.

A homenagem é feita através das lápides colocadas na própria parede do Forte, onde estão gravados, por ordem cronológica (e alfabética), os nomes de todos os que morreram ao Serviço de Portugal. A frieza da geometria do Monumento é quebrada pela "chama da Pátria" que, ao manter-se sempre acesa, simboliza a perenidade de Portugal e a sua continuidade através dos séculos.

A BANDEIRA NACIONAL

A questão dos símbolos nacionais constituiu uma das prioridades do Governo Provisório formado na sequência do 5 de Outubro de 1910.
O cromatismo verde-rubro remontava já ao movimento do 31 de Janeiro de 1891. Em 5 de Outubro de 1910 fora utilizado por Machado Santos na Rotunda e, depois, em todos os quartéis e no alto do Castelo de São Jorge. Quando o Governo nomeou uma comissão para estudar este assunto, a qual foi integrada por personalidades como Columbano Bordalo Pinheiro, Abel Botelho e João Chagas, logo esta apresentou um projecto que correspondia à bandeira do 5 de Outubro, com a diferença de a disposição das cores ser invertida em relação àquela, com a cor verde junto à tralha. Quanto às armas, a comissão propôs a esfera armilar, «padrão eterno do nosso génio aventureiro», e o escudo branco com quinas azuis «da fundação da nacionalidade». O Governo aprovou-o em 29 de Novembro de 1910. A Assembleia Nacional Constituinte, na sua sessão de abertura, sancionou esta decisão do Governo.
A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente nas duas cores fundamentais, verde-escuro (dois quartos) e escarlate (três quartos), ficando o verde do lado da tralha. A comissão defendeu que o vermelho era a cor combativa, quente, viril por excelência e que o verde era a cor da esperança.
O comprimento da Bandeira é de mez e meia a altura. Ao centro, e sobreposto à união das duas cores, leva o escudo das Armas Nacionais, ortlado de branco e assentando sobre a esfera armilar manuelina, em amarelo e avivada de negro, o qual ocupa metade da altura, ficando equidistante das orlas superior e inferior.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!
Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!

...

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!

XVII Encontro Nacional de Combatentes 2010

CONVITE

A Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes 2010 tem o prazer de convidar V. Exa., família e círculo de amigos a participarem nas comemorações do Dia de Portugal e na homenagem à memória de todos quantos, ao longo da nossa história, chamados um dia a Servir, tombaram no campo da honra, em qualquer época ou ponto do globo.

As cerimónias decorrerão na Igreja dos Jerónimos e junto ao Monumento aos Combatentes, em Belém, Lisboa, e serão marcadas pelo espírito de fraternidade lusófona e pela elevação e dignidade do único propósito que as enforma, que é celebrar a Pátria e honrar os nossos mortos.

O Presidente da Comissão

Francisco Vidal Abreu
Almirante

PROGRAMA

IGREJA DOS JERÓNIMOS

10h15: Missa por intenção de Portugal e de sufrágio pelos que tombaram pela Pátria

MONUMENTO AOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

11h30: Concentração junto ao Monumento

12h00: Abertura: Homenagem aos Combatentes

12h04: Palavras de exaltação ao herói Cmdt. Oliveira e Carmo proferidas pela sua viúva Sra. Dona Maria do Carmo Oliveira e Carmo

12h12: Cerimónia inter-religiosa (católica e muçulmana)

12h20: Homenagem aos mortos e deposição de flores

12h40: Hino Nacional (salvas por navio da Marinha Portuguesa)

12h45: Sobrevoo por aviões da Força Aérea Portuguesa

12h50: Passagem final pelas lápides

13h10: Salto de Pára-quedistas

13h25: Almoço-convívio (pode ser adquirido no local).

OBJECTIVOS DAS CERIMÓNIAS

O Encontro Nacional de Combatentes de 2010 tem por objectivos reunir, no DIA DE PORTUGAL, o maior número de Portugueses de qualquer idade, credo, raça ou ideologia política que, amantes da sua Pátria, queiram celebrar Portugal e prestar homenagem e não deixar esquecer quantos, ao longo da nossa História, chamados um dia a Servir, tombaram no campo da honra em qualquer época ou ponto do globo.

Lembrando a galeria de todos os heróis e da obra grandiosa por eles desenvolvida ao longo dos séculos, certos estamos de que a família Portuguesa terá razões para aumentar a sua auto-estima e dinamizar-se para o futuro.

O INFANTE

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma.
Que o mar unisse, não já separasse.
Sagrou-te e foste desvendando a espuma.

E a orla foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

Fernando Pessoa - in Mensagem

***in Jornal do Exército* n.º 20, de Agosto de 1961**

Soluções deste número:
1 - Olhos do graduado; 2 - Unha do graduado; 3 - Argola na pistola; 4 - Ervas junto ao pé; 5 - Boca do boi; 6 - Polegar do soldado; 7 - Orifício do capacete; 8 - Cova mais curta.

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional (entrar em contacto prévio com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

Agradecemos que os pagamentos efectuados sejam comunicados a este *Jornal do Exército*, através dos contactos supra indicados.

Super Conta Protocolo

Dá mais a quem domiciliar o seu ordenado

LCD TV
LG 19"

PC Portátil
HP Compaq Mini 110C

Para ordenados a partir de 1.500€

A Super Conta Protocolo dá mais valor ao seu ordenado, dá um conjunto de vantagens únicas e exclusivas para si e dá o que só um Banco sólido lhe pode dar. Tudo porque damos mais valor aos nossos Clientes. Adira já.

Para ordenados a partir de 375€

Máquina de Café
Delta Qool

Câmara Vídeo
Samsung SMX-C10

GPS
GARMIN nüvi 205

Máquina Fotográfica
Samsung ES17

Informe-se já!

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

0% de juros (TAEG) no Descoberto Autorizado no 1º ano. Nos anos seguintes aplicar-se-ão as taxas de juro em vigor na altura. Caso o Cliente não cumpra o período de domiciliação, há lugar à devolução ao Banco de 350€ no caso do LCD TV e do computador Mini Portátil, e de 150€ para os restantes equipamentos.
0€ de Comissões na Conta para novas domiciliações de ordenado. Campanha válida até 31/01/10.

EXÉRCITO

D. Sancho Manuel e a Batalha de Ameixial

Cronologia
(?) – Nascimento em local e data incertos.
(?) – Participou em diversas campanhas ao serviço dos Filipes em Itália, na Alemanha e na Flandres.
1637-1642 – Presente no Brasil, onde combateu os holandeses.
1642-1657 – Mestre-de-Campo na Beira, participou activamente nos combates contra a intrusão hispânica, destacando-se na tomada de algumas praças-fortes.
1648 – Nomeado Governador do Partido de Penamacor (Coimbra, Viseu e Castelo Branco).
1657 – Nomeado Mestre-de-Campo-General do Exército do Alentejo.
1659 – Participa na Batalha das Linhas de Elvas (14 de Janeiro) e é nomeado Governador das Armas da Província do Alentejo.
1661 (23 de Julho) – Por feitos militares durante a Guerra da Restauração, é distinguido com o título de Conde de Vila Flor.
1663 (8 de Junho) – **Vence o exército espanhol de Juan da Áustria na Batalha do Ameixial**.
(pós 1663) – Governador da Torre de Belém, Alcaide-Mor de Alegrete, Conselheiro de Guerra e Governador da Relação e Casa do Porto
(1677) – Nomeado por D. Pedro para Vice-rei do Brasil. Morre antes de tomar posse.

O Comandante

Filho de D. Cristóvão Manuel (antigo capitão-mor das naus da Índia) e de Joana de Faria, Sancho Manuel foi um dos mais notáveis cabos-de-guerra das campanhas da Restauração, comandando a força que derrotou o exército de Juan da Áustria na batalha que virou o curso da guerra: Ameixial.
Fez o "tirocínio" de guerra na Itália, na Flandres e na Alemanha, ao serviço da coroa dos Filipes e combateu os holandeses no Brasil, com o posto de Sargento-Mor. Regressou a Portugal após a aclamação de D. João IV, recebendo a patente de mestre-de-campo de um terço de Infantaria, combatendo os castelhanos no teatro da Beira. Tratou-se de uma estreia auspiciosa marcada pela ocupação de algumas fortalezas ao inimigo, nomeadamente, o castelo de Elgas, fortes de Val-de-la-Mula e de Guardão e a ocupação de Freixeneda. Os seus dotes de comando e de administração militar granjearam-lhe a nomeação para Governador de um Partido da Beira (1648), concretamente o de Penamacor, que compreendia os distritos de Coimbra, Viseu e Castelo Branco.
Após a morte de D. João IV, e numa altura em que a Espanha aproveitou a situação para forçar militarmente a queda dos Bragança, Sancho Manuel foi nomeado Mestre-de-Campo-General do Exército do Alentejo (1657), principal teatro de operações da guerra. Em Janeiro de 1659, organiza a resistência em Elvas face ao apertado cerco a que Luiz de Haro submete a fortaleza, permitindo que a acção por linhas exteriores de Pedro de Menezes e de André de Albuquerque derrotasse o exército espanhol.
Consumada a primeira grande vitória da guerra, Sancho Manuel desencadeou uma perseguição montada até à fronteira, anulando muito efectivos remanescentes do inimigo. Nesse mesmo ano, devido a feitos em combate, é nomeado Governador da Província do Alentejo, infringindo uma copiosa derrota a Juan da Áustria no campo de Tera, um conjunto de elevações situadas a meio caminho entre Souzel e Estremoz, a 8 de Junho de 1663. A vitória de Ameixial é exemplificativa da tenacidade de Sancho Manuel, que conduz o seu exército a marchas forçadas de Estremoz até Evoramonte, obrigando o inimigo a abandonar a intenção de marchar para Lisboa, forçando-o, depois, a dar batalha. Uma batalha onde a acção de comando de Sancho Manuel foi determinante: enviou um contingente de cavalaria e de infantaria desalojar as forças castelhanas do outeiro dos Ruivinos; arremeteu os terços de infantaria contra Juan da Áustria, posicionado com forças de cavalaria na serra da Murada que, impotentes para rechaçar os piques, se reposicionaram na serra da Granja, onde perdeu a batalha debaixo de um intenso fogo de artilharia e intrépidas cargas de cavalaria.
Sancho Manuel relatou para a Corte o desenlace da contenda nos seguintes moldes: "*Senhor meu – faço regras de avizo por não dilatar a nova da vitória que jamais se alcançou; e faço as da nossa campanha e antes de tornar a incorporar o exército assegurandolhe a Vossa Magestade que o de D. João da Áustria mereceo tudo, sendo de nove mil infantes e seis mil cavallos; e tudo rompi e desbaratey, obrigandoo a fugir e a deixar tudo o que trouxe (...)*".
O Conde de Vila Flor tornou-se uma das figuras gradas dos portugueses, mas a sua impressionante folha de serviços causava inveja numa Corte em permanente instabilidade palaciana. O herói morreu com cerca de 70 anos, afastando-se das intrigas para o palco da eternidade.

Rocha Martins, Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal, 1940
Sancho Manuel.

História da Guerra, Esfera dos Livros, 2006

Mapa da Guerra dos Trinta Anos.

Conjuntura Político-Estratégica

Quando D. João IV morreu (1656), os objectivos estratégicos da Restauração estavam cumpridos, embora não consolidados: a fronteira continental estava guarnecida por uma máquina militar tarimbada por 16 anos de guerra; a força anímica da nação era uma realidade; a liberdade de acção diplomática era garantida por um conjunto de «agentes» que se iam revelando mestres do seu ofício; o Brasil foi recuperado; em África mantinha-se incólume a suserania; no Oriente manteve-se Macau, as ilhas mais afastadas do grupo de Sunda Menor (Timor, Solor e Flores), bem como Goa, Damão, Diu e Bombaim, na Índia. Os principais problemas consistiam nas capacidades governativas do sucessor, D. Afonso, na inevitabilidade de a Monarquia Hispânica adoptar uma estratégia directa e nas incertezas quanto às alianças externas disponíveis para auxiliarem a causa.

Durante este período, a Espanha, envolvida em conflitos generalizados na Europa e que identificou a secessão da Catalunha como o problema mais premente a resolver na Península, relativizou a aclamação de D. João IV. Acontece que, ao não dar prioridade à questão portuguesa, Filipe IV permitiu um facto consumado. Inclusivamente, a leviandade com que em Vestefália obstaculizou um acordo de paz com a França retirou-lhe margem de manobra para impor o *diktat* em Portugal. Quando, após o Tratado dos Pirinéus (1659) concentrou as suas atenções na faixa territorial portuguesa era tarde.

Assim, até 1662, registou-se uma guerra insalubre, que derivou, em larga medida, da incapacidade de os contendores assumirem uma atitude militarmente ofensiva, que levasse o «outro» à culminação. A partir dessa altura, assiste-se a manobras militares de amplitude táctica considerável, contingentes mais volumosos, dispositivos e

ordens de batalha perceptíveis, que relevam de uma mecanização consubstanciada no treino, adopção de novas tácticas e uma visão estratégica para uma guerra mais abrangente, passível de decidir a contenda. Desta forma, o Exército da Restauração logrou vencer o Hispânico depois de mais de vinte e sete anos de combates, apesar das insuficiências técnico-tácticos de muita da nobreza, da constante falta de numerário para pagar aos soldados e restaurar fortalezas, das frequentes deserções e das dificuldades em «arrancar» as pessoas dos lares e do trabalho da terra para pegar em armas.

Se os militares sustentaram a Restauração a ferro e fogo, os diplomatas trataram de a justificar nas chancelarias da Europa. A preocupação constante foi evitar o isolamento internacional e a dependência a uma só potência, o que nem sempre se revelou uma tarefa fácil. O País, de matriz religiosa católica, perdeu a aceitação romana para Castela e, por isso, teve de encontrar nos Estados protestantes os pontos de apoio da Restauração. Solicitar os «favores» da Inglaterra, da Holanda ou da Suécia foi uma postura tão óbvia como *contra-natura*, que a aceitação pela França temperou. Portugal fez da França e da Inglaterra os principais suportes políticos e militares da Restauração, ainda que a norma tivesse sido, conforme as circunstâncias, «jogar» com a competição existente entre as duas potências. Para oferecer à Inglaterra contrapartidas pelo reconhecimento dinástico e pelo patrocínio político-militar, Portugal serviu-se das vantagens funcionais detidas nas possessões do Atlântico Sul (Brasil), no Mediterrâneo (Tânger) e no Índico (Bombaim); a ligação à França foi favorecida pelo adversário comum, servindo a guerra de divisor das forças militares hispânicas. É inquestionável que, até ao Tratado dos Pirinéus, a França foi o aliado mais importante, sem dúvida mais consiste enquanto Richelieu governou mas, mesmo com a política dúbia de Mazarino, que exigia que Portugal actuasse ofensivamente em território castelhano para assinar a Liga Formal, os apoios foram importantes. Nos últimos anos de guerra, coube à Inglaterra de Carlos II o papel de fiel depositário da restauração dos Braganças. De permeio, entre 1659 e 1661 verificou-se o completo isolamento externo, pois a França firmou o Tratado dos Pirinéus com a Espanha e a Inglaterra estava numa indefinição quanto ao seu rumo político depois da morte de Cromwell. Foi neste momento que a diplomacia portuguesa jogou a mais decisiva e brilhante «cartada», ao conseguir casar D. Catarina com o restaurador da monarquia britânica, Carlos II, unindo os dois reinos por laços familiares.

Portanto, D. João IV susteve o trono ao ter almejado o imediato apoio da potência mais importante da altura – a França; D. Luísa de Gusmão, no período mais temeroso, contou com o apoio da Inglaterra; o Conde de Castelo Melhor, no momento crucial, governou de forma dualista, perante essas duas potências que passaram a rivalizar no «patrocínio» à Restauração; por fim, D. Pedro II escolheu o aliado mais consistente e com maiores garantias de futuro para impor um fim definitivo à guerra, a Inglaterra, que obrigou a Espanha a negociar o reconhecimento da dinastia portuguesa.

O Século de «Marte»

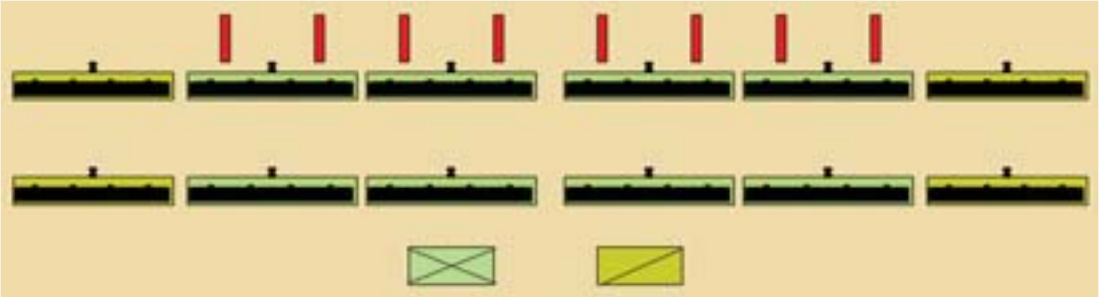
Século de ferro, do soldado ou de Marte, o século XVII teve na guerra a «instituição dominante. Escorados na força ideológica da religião e sustentados na economia mercantilista, os príncipes fizeram as suas guerras de Estado, onde as questões dinásticas, a procura de poder e prestígio pessoal, o «jogo» das fronteiras naturais, a cobiça de recursos, a obsessão hegemónica ou a procura do equilíbrio de poderes levaram a guerra a todo o tecido social europeu, fazendo do continente e, por inerência, do mundo a ele ligado, um imenso campo de batalha. Como guerras intra-estatais sobressaem as separatistas, concretamente da Holanda, da Catalunha e de Portugal contra a tutela castelhana; a guerra civil inglesa entre os realistas de Carlos I e os parlamentares de Cromwell; a guerra civil da Fronda, em França; o endémico conflito religioso entre católicos e protestantes no interior do Sacro Império Romano-Germânico. Dos conflitos inter-estatais destacamos o franco-espanhol, o anglo-holandês (naval) e a guerra regional escandinava. Assim, a Europa assistiu a uma guerra generalizada de onde sobressai o conflito de maior amplitude da História Moderna, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), subsidiária das restantes que, no essencial, releva da rivalidade entre a França dos Bourbons e os Habsburgos Hispano-Austríacos. Uma guerra durante a qual o cardeal de Richelieu dividiu a Itália, coroou Portugal, tomou a Lorena, recebeu a Catalunha, favoreceu a Suécia, mutilou a Flandres e inquietou a Inglaterra, ganhando em todos os tabuleiros.

A Arte da Guerra e os Aparelhos Militares

Foi nas Cortes de 1641 que se estabeleceu o sistema de recrutamento e a organização dos efectivos militares. O recenseamento, realizado pelos corregedores nas comarcas, abrangia todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos e permitia, através do sistema de ordenanças, efectuar o recrutamento militar. Depois, as Cortes de 1642 deliberaram a constituição de um Exército de Linha constituído por 20 mil infantes e 4 mil cavaleiros, organizados em terços de Infantaria e companhias de Cavalaria. Os oficiais, recrutados na nobreza, eram directamente nomeados pelo rei. O recrutamento de soldados para a Infantaria compreendia os filhos segundos de todas as classes, excepto os órfãos de pai e os lavradores. Para a Cavalaria, os soldados eram recrutados entre os filhos segundos da nobreza, de acordo com o alvará que estipulava que o exercício da cavalaria era prerrogativa da nobreza. O Regulamento das Levas, fixou o serviço activo no Exército de Linha por um período de seis anos, destinado a garantir a defesa das fronteiras e a guarnecer a rede de fortificações. Os efectivos recebiam soldo e eram alimentados, aquartelados, equipados e armados pela Coroa.

A organização da Infantaria portuguesa orientava-se pelos *tercios* hispânicos, quanto à composição e articulação das forças, às missões atribuídas, à táctica utilizada e aos meios empregues. Se a característica do Exército de Linha traduzia em Portugal um vislumbre de exército permanente, era através das tropas auxiliares que se pretendia dissuadir Castela. Estas, organizadas em 25 terços provinciais e 5 de Lisboa, eram constituídas com base no recrutamento dos órfãos de pai, lavradores e homens casados, sendo comandados por um mestre-de-campo nomeado pelo rei. Tratando-se de um contingente não permanente, os auxiliares só eram convocados em situações de emergência, normalmente para acudir às fronteiras e guarnecer as praças-fortes da província de origem. Quando os seus préstimos se prolongavam, assumiam funções similares às do Exército de Linha, recebendo soldo e alimentação. Toda a população não incluída no Exército de Linha e nas Tropas Auxiliares constituía a reserva de recrutamento (Ordenanças), sujeita a ser convocada para pegar em armas através dos depósitos. A Cavalaria estava organizada em Companhias, cada uma com 100 ginetes e comandadas por capitães. Havia a cavalaria ligeira (couraceiros) e a pesada (Dragões), que eram arcabuzeiros montados. A Artilharia (de sítio e de batalha), que à época conhecia evoluções ao nível do seu rendimento técnico e utilidade operacional assinaláveis, era, inicialmente, da responsabilidade de técnicos civis, militarizando-se posteriormente devido às exigências da manobra táctica.

A partir de 1659 (Tratado Hispano-Francês), a guerra em território português entrou numa nova fase, verificando-se a presença de efectivos militares mais alargados, muitos deles estrangeiros (franceses, alemães, flamengos, italianos, ingleses). A guerra de usura e os combates de fronteira foram substituídos por batalhas em campo aberto destinadas a decidir a guerra, verificando-se a oposição entre o modelo hispânico e o francês, que o Conde de Schomberg introduziu em Portugal (1661). Efectivamente, a «escola francesa» (modelo de Turenne) divergia da organização hispânica. A ordem de batalha era constituída somente por duas linhas, com uma reserva de infantaria e/ou cavalaria. Cada linha, por sua vez, estava fraccionada em Brigadas, cada qual



Instituto de Estudos Superiores Militares

Dispositivo Militar Francês Tipo.

compreendendo, por norma, dois Batalhões. A Cavalaria, posicionada nos flancos da Infantaria, formava também em duas linhas e estava também fraccionada. Este dispositivo garantia a manobra, a independência de actuação das unidades, uma frente de fogo cerrada e a manutenção de uma reserva (infantaria e cavalaria) para empregar no momento decisivo. Nesta fase, portanto, podemos apreciar em território português o confronto entre a concepção táctica francesa e a castelhana, entre a ordem linear/manobra e a formação compacta dos *tercios*/choque. O desenlace foi a supremacia da guerra moderna face ao arcaísmo de uma concepção operacional ultrapassada.

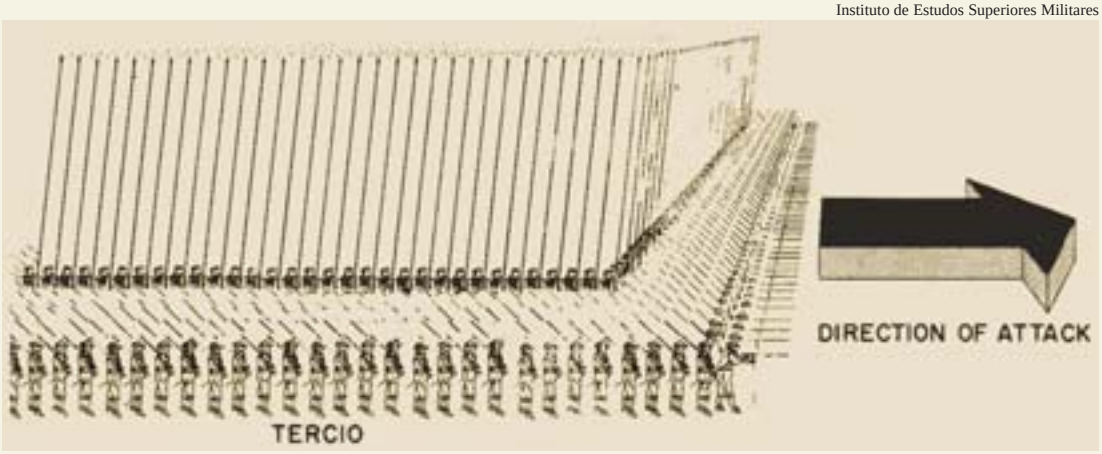
Para Schomberg, a estratégica a adoptar devia ser defensiva, apoiada num sistema de fortificações ligados em rede, de forma a garantir apoio mútuo e profundidade ao dispositivo, num esquema dinâmico e interligado, onde a entreajuda fosse efectiva. Isso obrigava o adversário a embrenhar-se numa desgastante guerra de cercos, impedindo-o de progredir no interior do território ou, se tal acontecesse, privando-o de comunicações com a retaguarda. Tacticamente, a postura devia ser ofensiva, prevalecendo a marcha de costado, que permitia passar rapidamente da formação de marcha para o dispositivo de combate, assente na ordem de batalha linear (oposta à dos terços), que conferia profundidade a um dispositivo onde interagiam as três armas de combate (Infantaria, Cavalaria e Artilharia). Estas inovações não foram assimiladas de imediato, não só devido às reservas dos comandantes lusitanos, mas também porque o modelo militar castelhano estava demasiado enraizado em Portugal.

Conde de Schomberg

Armand Frédéric de Schomberg (1615-1690) conde alemão, aceitando a ideia de Turenne para combater pelas Armas Portuguesas, escreveu sobre a sua missão uma carta (27 de Dezembro de 1660) onde refere: "Havendo trazido desde a idade de 17 anos até agora, sem intermissão, sempre as armas às costas nas guerras de Holanda, Suécia e França, não hoje empregar o meu tempo e a minha vida mais honradamente, em que servir suas majestades em uma guerra tão justa e contra um inimigo que com tanto ruído publica o formidável poder com que intenta conquistar este Reino. Havendo servido toda a minha vida contra os castelhanos, estava assaz disposto a continuar". Experiente cabo-de-guerra, chegou a Portugal acompanhado de um contingente de 600 militares franceses, ingleses, alemães e italianos, entre os quais 80 oficiais e engenheiros, sendo-lhe confiada a organização do Exército Português e a condução das operações militares contra a Espanha. Contudo, enquanto os oficiais portugueses viram nele um atestado de «menoridade» às suas capacidades e não aceitaram que fosse o Capitão-General das Armas do Reino (comandante-chefe do Exército), Schomberg não ficou bem impressionado sobre os chefes militares portugueses. Apesar de tudo, a centralização da condução política da guerra por Castelo Melhor permitiu que Schomberg desenvolvesse o seu trabalho de reorganização do aparelho militar e que oficiais como Sanches Manuel (conde de Vila Flor) ou Pedro de Menezes (marquês de Marialva) se notabilizassem nos campos de batalha.

Tercio Hispânico.

Instituto de Estudos Superiores Militares



Salvador
2010

Instituto de Estudos Superiores Militares

A Batalha

A partir de 1661, a Monarquia Hispânica reiniciou os preparativos militares para a conquista de Portugal, entregando o comando a Juan da Áustria, filho bastardo de Filipe IV e chefe militar com créditos firmados nos campos de batalha da Flandres, da Catalunha e de Itália. Em 1663, ano fulcral da guerra, preconizou um ataque concêntrico através de uma operação dividida em duas fases: numa primeira fase, penetrar em território português pelo eixo Badajoz-Elvas e progredir rapidamente para Este para conquistar Évora, ignorando o inimigo na sua zona de acção; numa segunda fase, atacar para conquistar Lisboa, objectivo final. A operação seria conjugada com forças navais que, vindas de Cádiz, bloqueariam as localidades portuárias de Setúbal e Lisboa, privando os defensores de abastecimentos e reforços por via marítima. Desta intenção sobressai a ausência de preocupação em controlar o triângulo Elvas-Vila Viçosa-Estremoz, necessário para manter uma linha de comunicações segura com Badajoz. Nessa altura, Sancho Manuel tinha em Elvas a defesa avançada da província, Estremoz como local de expectativa estratégica e base de operações e em Évora o centro de reabastecimento e ponto de ligação com Lisboa. Juan da Áustria atravessou a raia passando ao largo de Elvas, ignorou Estremoz e atacou Évora, que capitulou quase sem resistência, a 22 de Maio, apesar de estar guarnecida com um efectivo de cerca de 7000 soldados! Na capital, Castelo Melhor ordenou a Sancho Manuel que se dirigisse para Évora com a força concentrada em Estremoz (17 000 homens) e deu instruções a Pedro de Menezes para organizar em Aldeia Galega [hoje, Montijo] um exército de socorro com todo o contingente disponível no País. Portugal vivia o momento mais grave desde o 1.º de Dezembro de 1640.

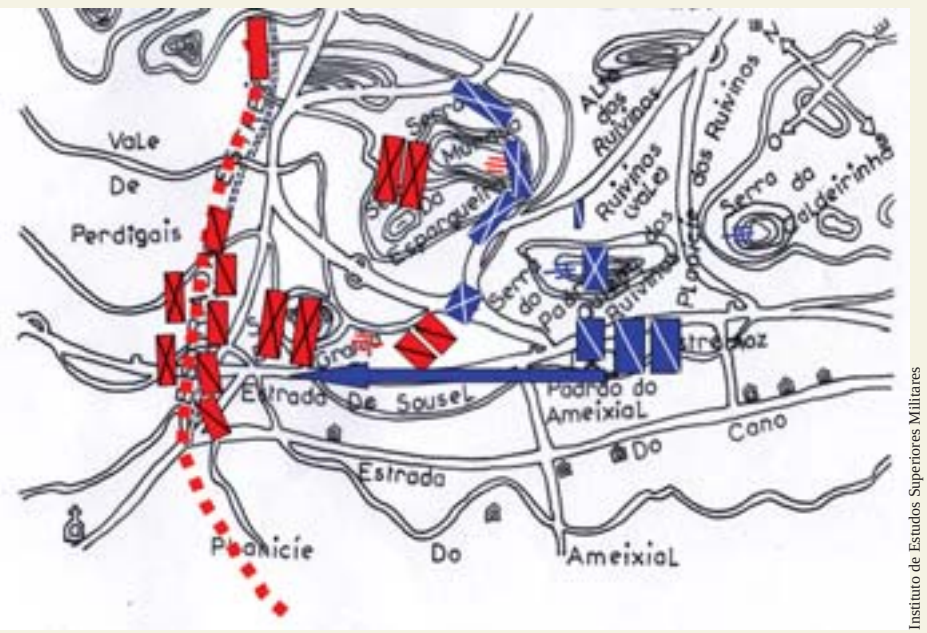
Todavia, no lado castelhano a campanha não decorria de acordo com o planeado. A esquadra que devia a bloquear os portos não apareceu, o mesmo acontecendo com os reforços aguardados em Badajoz, obrigando Juan da Áustria a desencadear a ofensiva com cerca de 12000 infantes, 6500 cavaleiros, 18 bocas de fogo e 500 carros de apoio, números insuficientes para uma operação desta envergadura. Para avançar em direcção a Lisboa necessitava de ter a retaguarda segura, de modo a sustentar Évora, tomar Alcácer do Sal e controlar a região do Sado. Assim, ao tomar conhecimento que um exército marchava na sua direcção, Juan da Áustria ficou num impasse. Decidiu, então, retirar para Badajoz, deixando em Évora uma guarnição que servisse de «cabeça-de-ponte» para uma operação posterior. Entretanto, Sancho Manuel chegou a Evoramonte e tomou conhecimento da rendição da localidade e da intenção do inimigo. Continuou a progressão e estabeleceu contacto com João da Áustria nas margens do rio Dejebe (imediações de Évora), forçando-o a dar batalha na manhã de 8 de Junho de 1663.

Na batalha, o dispositivo português assentava em três linhas estendidas no terreno, com os batalhões e os esquadrões em apoio mútuo. Em cada linha, a cavalaria formava nos flancos e infantaria posicionava-se ao centro, enquanto a artilharia estava na parte central da primeira linha, intervalando os batalhões de infantaria. Na retaguarda da infantaria da segunda linha instalou-se a bagagem e os corpos administrativos e sanitários, servindo a terceira linha de reserva. Do lado castelhano, o dispositivo era constituído por duas linhas, onde imperava a organização dos terços, mediante formações cerradas, com os piqueiros e os mosqueteiros ao centro e a cavalaria nas alas, não existindo uma massa de manobra ou reserva. Devido aos condicionamentos do terreno, os *tercios* e a cavalaria castelhana estavam separados; aqueles instalados nos montes, esta posicionada na planície, com as peças de artilharia a franquear o vale.

Ao romper do dia, os portugueses verificaram que Juan de Áustria tinha ocupado a colina dos Ruivinos e as Serras Murada e da Granja, onde posicionou a Infantaria e 4 peças de Artilharia. O grosso da cavalaria estendia-se pela planície dos campos de Santa Vitória do Ameixial, estando alguns efectivos no sopé da Serra da Granja. Como a intenção era retirar para Arronches, Juan da Áustria dispôs as suas forças nas três colinas com o propósito de mascarar a saída dos trens, cingindo o contacto a escaramuças de cavalaria e fogo de artilharia. O grosso das forças de cavalaria esperava na planície que caísse a noite para se retirar, depois do exército ter vencido a dificuldade da marcha no "passo estreito da serra". Face a esta situação, Sancho Manuel destacou Manuel Freire de Andrade com 500 homens de cavalaria e dois regimentos de infantaria (um dos quais inglês) para expulsar as forças castelhanas do outeiro dos Ruivinos, a mais adiantada das três colinas ocupadas pelo inimigo. O ataque foi desencadeado de forma violenta, obrigando as forças espanholas a descer a encosta. Mas João da Áustria decidiu reocupá-la, ordenando uma carga de cavalaria, que foi rechaçada pela acção conjunta de tropas apeadas e montadas. Entretanto, a artilharia castelhana ficou desamparada, assim como os trens que se arrastavam na planície de Santa Vitória do Ameixial, escoltadas por alguns terços.

O contingente português passou a ocupar posições desde o outeiro dos Ruivinos aos contrafortes do monte da Caldeirinha, colocando no alto de cada uma dessas elevações 5 peças de Artilharia para garantir a protecção da força. Cerca das 15 horas, Luís de Meneses (comandante da Artilharia) reparou que apenas 4 peças da artilharia inimiga faziam fogo e que a bateria do flanco esquerdo não se encontrando em posição, indício de que o exército castelhano procurava retirar. Impunha-se atacar o centro de gravidade hispânico – o grosso da cavalaria. Schomberg ordenou, então, que se formasse, no flanco esquerdo, três linhas de cavalaria (46 esquadrões), à custa de duas linhas do flanco direito, onde deixou apenas 5 esquadrões. Por seu lado, Sancho Manuel ordenou imediatamente aos batalhões que avançassem pela encosta do outeiro do lado que dominava a planície e que atacassem a infantaria adversária posicionada na Serra Murada, onde estava João de Áustria. Este vê, assim, surgirem três batalhões de infantaria portuguesa, enquanto na planície um regimento inglês quebrou pelo pique o ímpeto de sucessivas cargas da cavalaria espanhola. O assalto foi de tal forma inesperado e violento que as tropas espanholas ali entrincheiradas debandaram, abandonando as peças de artilharia. Entretanto, no alto da serra da Granja permanecia infantaria castelhana, enquanto no vale de Perdigais a cavalaria era ainda em número superior à portuguesa. Efectuou-se novo ataque, seguido de nova retirada espanhola e o abandono das peças, que foram utilizadas pelos artilheiros portugueses para fazer fogo. O inimigo acabou "perdido" no Vale de Perdigais, sendo ainda atacado pelos 400 prisioneiros capturados em Évora, que acabaram por se insurgir contra os captores. Restava a retirada para Badajoz, inglória e comprometedora, que só não foi mais nefasta porque a carriagem mereceu a atenção que os costumes da época motivavam.

(Esq.ª) Marcha para o Contacto.
(Abaixo) Fase decisiva da Batalha.



Instituto de Estudos Superiores Militares

Análise da Batalha

A Batalha de Ameixial apresenta, como vimos, dois modelos militares diferentes: os *tercios* castelhanos e os esquadrões/batalhões franceses; o choque contra o fogo; a presença estática contra a manobra no campo de batalha. A batalha, que foi dura e sangrenta, iniciou-se com um duelo de artilharia, continuou com um combate de cavalaria na planície e culminou com as cargas da infantaria portuguesa aos *tercios* castelhanos que, impotentes, romperam o contacto. Ao fim do dia, a derrota da força de Juan da Áustria estava consumada, obrigando-o a atravessar o canal e a alcançar Badajoz, onde chegou com o exército destroçado. O relato escrito de um espanhol anónimo refere sobre a batalha: "a causa desta derrota nada tem que maravilhe, se se considerar que o inimigo dispunha de forças de infantaria superiores, havendo entre os Ingleses e os Franceses muitos *soldados velhos*. Depois, a nossa cavalaria não entrou, a bem dizer em batalha, e a que combateu estava fatigadíssima de tão longinquas marchas. A infantaria também era diminuta, e o milhor dela ficara em Évora. Por ultimo, o desprezo com que foi tratado o inimigo não contribuiu pouco para aumentar as causas deste desastre". O Consejo de Guerra em Madrid, por sua vez, atribuiu o fracasso "al inoperante ejército de Galicia, cuyas fuerzas aún permanecían acuarteladas por falta de asistencias, y a no haberse efectuado el bloqueo de Lisboa por parte de la armada, toydavía fondeada en Cádiz por idéntico motivo. Ambas circunstancias habíam posibilitado a los lusos concentrar en Ameixial fuerzas originarias de la raya del Miño y del Algarve". Portanto, a vitória portuguesa de Ameixial explica-se por um conjunto de erros e equívocos operacionais e tácticos dos castelhanos, a que acrescentamos o quadrado emassado e rígido dos *tercios* e a acção desgarrada e frontal da cavalaria espanhola, que não procurou tirar partido do possível envolvimento do dispositivo adversário, algo que não estava habituada a efectuar.

Mas o resultado de Ameixial também encontra explicações na conduta operacional e táctica desenvolvidas pela forças portuguesas: o desenvolvimento do princípio da manobra, executado com uma marcha para contacto a partir de Estremoz, que cortou as linhas de retirada de um inimigo decidido a atingir Badajoz sem pressão; a preservação da iniciativa operacional, acompanhando a retracção inimiga ao longo do rio Degebe através da marcha de costado, forçando-o ao combate; a escolha do terreno de batalha e a flexibilidade do dispositivo adoptado, que permitiu operacionalizar, de forma coordenada, a actuação da artilharia (início e parte final da batalha), da Infantaria, que combateu nos montes a posição espanhola e os foi ocupando, e da Cavalaria, que centrou os combates na planície, que "varreu" à medida que os piqueiros portugueses sustinham as cargas contrária; a liderança, sendo notável, para os padrões da época, a convergência de esforços entre o comandante operacional, Sancho Manuel, e o comandante do contingente estrangeiro, Schomberg, que acompanharam as contingências da batalha e movimentaram tacticamente as forças de modo a manter a iniciativa e o ímpeto do lado português. O único senão foi a cobiça pela carriagem e o espólio que os castelhanos transportavam, que impediu a perseguição portuguesa e a exploração do sucesso. Após a batalha, o Exército Português rumou para Estremoz, onde se reorganizou, reconquistando Évora a 24 de Junho.

Batalha de Ameixial.
Rocha Martins, Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal, 1940

Consequências da Batalha

A vitória de Ameixial não foi aproveitada para uma passagem à contra-ofensiva, que permitisse recuperar as praças de Juromenha, Olivença e Arronches, ainda em poder dos castelhanos, inviabilizada pelas costumeiras tréguas de Verão e o licenciamento da maior parte dos efectivos. Só em 1664, o Conde de Cantanhede desencadeou uma ofensiva limitada, que permitiu a tomada de Maiorga, de Valência de Alcântara e a reconquista de Arronches. Contudo, Badajoz e outras praças-fortes junto do Guadiana foram ignoradas.

Por essa altura, enquanto na Beira Pedro Jacques de Magalhães, após repelir um ataque a Castelo Rodrigo, carregou sobre o contingente de Osuna, destroçando-o e obrigando-o a retirar, em Badajoz, Juan da Áustria, convencido que sem tomar Elvas-Estremoz jamais poderia conduzir com sucesso operações militares em território português, foi exonerado do comando das forças castelhanas a operar em Portugal, sendo substituído por Luís de Benavides, Marquês de Caracena.

Caracena chegou a Estremoz em Maio de 1665, acompanhado de 3 000 soldados de cavalaria e 2 000 infantes desviados do teatro da Alemanha, 10 000 soldados da Itália, os veteranos da Flandres e as "levas de espanhóis e remontas de cavalaria". Determinada nova invasão, Caracena definiu, à semelhança de João de Áustria, a conquista de Évora como objectivo intermédio antes de conquistar Lisboa, ignorando Elvas e Estremoz. No entanto, para evitar o erro do seu antecessor, entendeu que a ocupação de Vila Viçosa era imprescindível, pois prolongaria a linha de comunicações com a Estremadura hispânica. E, assim, depois de acampar no Caia, a 7 de Junho, contornar Elvas e ocupar Borba, dois dias depois, Caracena atacou a guarnição de Vila Viçosa.

A reacção portuguesa foi conduzida por um «triunvirato»: Castelo Melhor, como decisor político-estratégico, o Marquês de Marialva, como comandante operacional da tropa portuguesa, e o Conde de Schomberg do contingente estrangeiro. Organizaram uma força da ordem dos 28000 a 30000 homens, concentrando em Estremoz o grosso dos efectivos. Enquanto Vila Viçosa resiste e a força concentrada em Estremoz recebe ordem para avançar para a terra dos Bragança, Caracena procurou aproveitar a oportunidade para destruir a resistência portuguesa numa batalha campal. Assim, manteve o cerco com 1500 homens e marchou com o grosso do seu exército ao encontro do português, no dia 16 de Junho, posicionando os efectivos na Serra do Vigário, a meio caminho entre Estremoz e Vila Viçosa. Atacou, então, o flanco direito português com a cavalaria, iniciando a Batalha de Montes Claros (ou de Vila Viçosa), uma batalha de encontro que acabou com as pretensões castelhanas de reabsorção de Portugal. Enquanto Caracena retirou para Badajoz, deixando para trás 4000 mortos e 6000 prisioneiros, Filipe IV lastimou-se, dizendo: "cierto, que estoy com tanto disgusto que deseo morirme, porque quién há de vivir com lo que cada dís me sucede, ni com quien dispone las materias tan mal para que se yerre todo".

Três meses depois da batalha Filipe IV morreu. A partir desta altura, apesar de alguns combates esporádicos, a resolução do conflito pela força das armas foi substituída por negociações de paz, entre uma Monarquia Hispânica esgotada e a Nação Portuguesa que clamava pelo fim da guerra. Castelo Melhor celebrou, então, com a França, a Liga Formal, em 1667 e, no ano seguinte, D. Pedro II, "apoiado" na Inglaterra, assinou com a Espanha o tratado de Paz, primeiro em Lisboa (Janeiro) e, depois, em Madrid (Fevereiro).

Azulejo Sala das Batalhas do Palácio Fronteira

Batalha de Montes Claros.

Curiosidades

Constituída no início do século XIV por descendentes da dupla D. João I - D. Nuno Álvares Pereira, a Casa de Bragança floresceu ao longo dos anos, cujos domínios territoriais, influência política, importância social e capacidade económica a guindaram ao estatuto de principal casa ducal de Portugal. A primazia dos titulares da Casa de Bragança era tal que assinavam simplesmente como *ho duque*. Exercendo preferencialmente um poder senhorial, os Bragança foram fortalecendo o seu estatuto e «povoando» os seus vastos domínios com uma extensa rede clientelar que, à custa da sua política de casamentos, atravessava as próprias fronteiras nacionais. Aquando da Restauração, D. João, além de ser duque de Bragança, era-o também de Barcelos e Guimarães, marquês de Vila Viçosa e Conde de Ourém, Arraiolos, Neiva e Penafiel o que, conjugado com as vastas zonas circundantes que cada uma das casas senhoriais comportava, fazia dele o maior latifundiário do País e um dos maiores da Península Ibérica, abrangendo 80.000 «vassalos» e dependentes. Detendo a prerrogativa de ter um representante directo em Lisboa e em Madrid, o estatuto que a Casa de Bragança tinha no Reino era de molde a inquietar o poder central, tornando os duques putativos candidatos ao trono, dada a genealogia régia. Contudo, até 1640, a postura dominante foi sempre de conservação do seu estatuto senhorial, transparecendo um relativo alheamento das intrigas de Corte. Talvez isso explique a acomodação da Duquesa de Bragança em 1580 e a aparente falta de vontade de D. João em "abraçar" sem reservas o golpe de 1640. Mais do que afrontar a governação dos Filipes, os duques preocuparam-se mais em acompanhar a acção real. Nenhum Duque de Bragança exerceu as funções de vice-rei ou governador nesse período e nenhum fez parte do Conselho de Portugal junto do rei de Espanha; no entanto, havia fidalgos da esfera íntima da Casa de Bragança nesses e noutros órgãos de decisão política, existindo uma rede de

Rocha Martins, Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal, 1940

Aclamação de D. João IV.

informadores que mantinham o Duque a par da evolução política, processo que aumentou a partir de 1630. Potencialmente, D. João de Bragança era um homem perigoso para a Monarquia Hispânica, caso desse voz ao clamor anti-castelhano que, desde a revolta de Évora, se fazia sentir em Portugal, e o Duque de Olivares sabia-o.

Portanto, não adianta questionar se D. João foi demasiado temeroso ou excessivamente prudente no assumir das responsabilidades que o País lhe exigiu; ou se, em face das suas renitências iniciais, os conjurados pensaram em oferecer a coroa ao seu filho, D. Teodósio, ou ao irmão, D. Duarte; pensar-se que teria sido a mulher, D. Luísa de Gusmão, a empurrá-lo para o trono ou que necessitou que fosse Deus a conduzi-lo a Lisboa, é ainda mais desprovido de sentido. Tratam-se de considerações sobre o carácter e a disponibilidade de D. João IV para assumir o trono que surgem referenciados em alguma da bibliografia de autores espanhóis e nos escritos dos republicanos do dealbar do século XIX, para quem, por razões óbvias, tudo o que dissesse respeito à Monarquia e à Casa de Bragança era menorizado e até ridicularizado. A ponderação foi a atitude primordial de D. João, que soube acompanhar o evoluir dos acontecimentos internos e da conjuntura externa para, no momento certo, tomar conta dos destinos políticos do Reino, numa conduta algo *contranatura* à secular tradição da Casa de Bragança.

Autores:
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia

· CORTÊS CORTÊS, Fernando, El Real Ejército de Extremadura en la Guerra de la Restauración de Portugal (1640-1668), Caceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Estremadura, 1985.
· BRAZÃO, Eduardo, A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII, Lisboa, Editorial Resistência, 1979.
· ERICEIRA, Conde da, História de Portugal Restaurado, Edição anotada e prefaciada por Álvaro da Silva Dória, Porto, Livraria Civilização, 4 volumes, 1945-46.
· MARTINS, Rocha, Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal, Edição da Emprêsa Nacional de Publicidade, 1940.
· SANTO, Gabriel do Espírito, Restauração. Batalhas de Ameixial e de Montes Claros 1640-1668, Porto, QuidNovi, 2006.
· SEPULVEDA, Christovam Aires de Magalhães, Um Capítulo da Guerra da Restauração (1660-1668), o Conde de Schomberg em Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.
· SOTO, Josefina Castilla, Don Juan José de Austria (hijo Bastardo de Filipe IV): Su Labor Política y Militar, Madrid, Universidad Nacional de Educacion a Distancia, 1992.

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 595 - Maio de 2010 - Mensal

Papa visita Portugal

academia militar

academia militar

formamos líderes para o futuro

Após a conclusão do ensino secundário surge o desafio da escolha de uma carreira profissional.
De entre as inúmeras hipóteses a considerar, servir Portugal no Exército ou na Guarda Nacional Republicana como Oficial do Quadro Permanente é uma opção possível e um desafio para o futuro.
A sua concretização passa pelo ingresso na Academia Militar, pela frequência de um curso universitário aliciante e com perspectiva de carreira.

A ACADEMIA MILITAR

A Academia Militar é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar que desenvolve actividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a finalidade essencial de formar Oficiais destinados aos Quadros Permanentes das Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

www.academiamilitar.pt

Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadores Informáticos
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
1.º Cabo Gonçalo Silva
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 595 - Maio de 2010

O Papa em Portugal 18

Comando da Logística 24

Suplemento
XIII – D. António Luís de Sousa
e a Ocupação de Madrid

Procissão de Nossa Senhora da Saúde 20
1801 - 1814, A Guerra das Laranjas e a Guerra Peninsular 30
CIOE/CTOE 50 anos a servir… 36

Secções

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 15
Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular 16 e 17
Passatempos de outros tempos – 46

Capa: Chegada do Papa ao RA 5 - Foto do CAVE

Contracapa: Brasão de Armas do Papa Bento XVI

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, a posição institucional do Comando do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Estátua de D. José

D. José sucedeu a seu pai, D. João V, no trono de Portugal, em 1750, tornando-se no 25.º Rei de Portugal. Nasceu em Lisboa, a 6 de Junho de 1714, recebendo o nome de José Francisco António Inácio Norberto Agostinho, e morreu no Palácio da Ajuda, a 24 de Fevereiro de 1777. Foi sepultado no Mosteiro de São Vicente de Fora. Casou, em 19 de Janeiro de 1729, com D. Mariana Vitória, filha de Filipe V, rei de Espanha, e de Isabel Farnésio. Da união nasceram: D. Maria I (que sucedeu ao trono); D. Maria Ana Francisca Josefa; D. Maria Francisca Doroteia; D. Maria Francisca Benedita.

No seu reinado, entre 1750 e 1755, assistiu-se à consolidação política do poder central e ao reforço da posição do Marquês de Pombal, retirando relevância aos restantes ministros.

O período de 1756 a 1764 caracteriza-se pela guerra com Espanha e França, pela expulsão dos Jesuítas, pela reforma da Inquisição e pela criação de grandes companhias monopolistas (Grão-Pará e Maranhão e Vinhas do Alto Douro).

Já na fase final do seu reinado, até 1770, Portugal entra numa grande crise económica, assistindo-se à política de fomento industrial e ultramarino e à queda das companhias monopolistas brasileiras.

De cognome *O Reformador*, o seu reinado foi, ainda, marcado pela criação de diversas instituições, com o objectivo de adaptar o País às transformações que se tinham operado. Fundou a Real Junta do Comércio, o Erário Régio e a Real Mesa Censória; reformou o ensino superior e criou o ensino secundário (Colégio dos Nobres e Aula do Comércio [1772]) e o primário (mestres régios).

Em sua homenagem, foi erigida, em 1775, a 1.ª estátua equestre realizada em Portugal, como forma de afirmação do poder régio.

Após o terramoto que devastou Lisboa em 1 de Novembro de 1755, a cidade teve de ser reconstruída rapidamente, tarefa que ficou incumbida a Eugénio dos Santos. Por sua determinação, a Praça do Comércio foi o local escolhido para erigir o monumento dedicado ao Rei, sendo, imediatamente, colocado o alicerce do pedestal que aguardaria a realização da estátua.

A escultura foi encomendada, em 1770, a Machado de Castro (1731-1822), que a realizou entre Outubro de 1771 e Março de 1772. Foi fundida, sob a direcção do então Tenente-Coronel Bartolomeu da Costa – Intendente Geral das Fundições de Artilharia e Laboratórios de Instrumentos Bélicos –, em 15 de Outubro de 1774, e inaugurada em 6 de Junho de 1775, no dia em que o Rei D. José completava 61 anos de idade.

O monumento, com cerca de 14 metros de altura, é composto pela estátua equestre de D. José, erguida sobre um pedestal em pedra. No pedestal encontram-se algumas alegorias, sob a forma de animais, que representam a acção dos Portugueses na Europa e na Índia e, sob a forma humana, a representação do Triunfo e a Fama. Na frente do pedestal, estão representadas as armas do reino e um medalhão que retrata o Marquês de Pombal. Na face posterior, o autor encadeou vários tópicos: a "Cidade em Ruínas", a "Generosidade Real", o "Governo da República", o "Amor da Virtude", o "Comércio", a "Arquitectura" e a "Providência Humana".

A estátua foi fundida na Fundição de Canhões do Arsenal do Exército (antiga Fundição de Cima), pesa 35.245Kg e tem 6.93m de altura. Foram gastos na fundição 35.564Kg de bronze, que demoraram 28 horas a derreter. De salientar que a estátua demorou a encher 7 minutos e 53 segundos, de um só jacto, o que foi conseguido pela 1.ª vez na história da fundição numa peça destas dimensões. O seu custo foi de 23.839$000 Reis.

Modelo da estátua de D. José, executado por Machado de Castro

É a estátua pública mais antiga de Portugal.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

O Santo Padre, Bento XVI, à hora a que estamos a escrever estas breves palavras, já deixou Terra de Santa Maria, ou seja, Portugal, para regressar ao Vaticano. Portugal e os Portugueses tiveram o privilégio de ter no seu seio um peregrino muito especial, o sucessor de Pedro, que continua a pregar os valores e os princípios de uma Igreja que se dilata no tempo e no espaço. De tantos valores, destacamos o Amor, a Solidariedade, a Paz, a Tolerância, o Diálogo e o Respeito por todo o ser humano independentemente do sexo, do credo, da raça ou da idade. Todo o ser humano tem um potencial positivo para a sociedade.

Bento XVI destacou-se na sua visita a Portugal pelo sorriso, sinal de simpatia, amor e cordialidade; também pela cultura, onde o alcance das suas palavras têm não só uma raiz histórica, mas também uma sensibilidade estética e emocional adequada ao presente, e profética relativa ao futuro. Uma linguagem de sabedoria que abre os corações à esperança do porvir.

Grande parte dos portugueses, apesar da crise económica e financeira, ficou mais rico com a visita do Papa, não no ter mas no ser, ou não fossem os valores morais e espirituais que regulam a sociedade os mais importantes pilares que erguem os povos e as civilizações e os galvanizam para vencerem as dificuldades, com que se deparam em cada era.

Sua Santidade está indelevelmente ligado a Portugal e ao Exército Português, através da Canonização de um dos maiores vultos da nossa História – São Nuno de Santa Maria Álvares Pereira, em 26 de Abril de 2009, na Igreja de S. Pedro no Vaticano. Este santo, que foi guerreiro, quando entrou para o Convento do Carmo, intitulou-se Nuno de Santa Maria, que nós entendemos, naquele tempo, por Nuno de Portugal e que hoje tem alcance mundial, tal como a Língua Portuguesa, em que o Papa tão bem se expressou.

Nas suas majestáticas palavras, proferidas em Lisboa, Fátima e Porto, não foram esquecidos os feitos dos Portugueses que dilataram a fé cristã através das Descobertas. Portugal teve a capacidade de dar Novos Mundos ao Mundo e de Evangelizar boa parte dele. Foi da parte mais ocidental da Europa que os nossos antecessores partiram ao encontro de novas civilizações, tirando partido das mais avançadas tecnologias, que dominávamos na época, e com a Cruz de Cristo desenhada nas velas das caravelas. No decorrer dos Descobrimentos, quando se avistavam novas terras em dias de festa da Virgem, logo eram consagradas a Santa Maria. Com muitos povos partilhámos este nome, desde os sertões do Brasil às ilhas do Extremo Oriente. "Entre os vestígios da nossa evangelização no século XVI, os missionários modernos encontraram, ao entrar no Japão, duas palavras que ainda se diziam em Português: *Santa Maria*!"[1]

A 13 de Maio de 1917, num dia belo como os tem a Primavera, na Cova da Iria, como testemunhou a irmã Lúcia, na companhia de Jacinta e Francisco, quando Nossa Senhora lhes apareceu, dirigiu-lhes as seguintes palavras: "Rezem o terço todos os dias, para alcançarem a paz para o mundo e o fim da [Grande] Guerra". Tal como há 93 anos, também o Santo Padre veio a Portugal e a Fátima, um dos altares do mundo cristão, dirigir aos Portugueses e aos cidadãos do Mundo, mensagens de Paz e de Esperança.

Obrigado, Santo Padre!

[1] Vd. AMEAL, João [Direcção Literária] – *Fátima, Altar do Mundo: O Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Porto, Ocidental Editora, 1953, p. 35.

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantêm a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:

CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto

Lentes Disponíveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Embaixador de Portugal em Itália visita o *Joint Force Command Naples*

No dia 15 de Abril, o Embaixador de Portugal junto da República Italiana, Dr. Fernando d'Oliveira Neves, visitou a delegação militar portuguesa em Nápoles, iniciativa que se enquadra num conjunto de visitas às várias representações militares portuguesas em Itália.

À chegada ao Quartel-General do *Joint Force Command* (*JFC*) *Naples*, o Embaixador foi recebido pelo 2.º Comandante, Tenente-General Charles Bouchard, que elogiou o desempenho dos militares portugueses que prestam serviço naquele Comando e enalteceu o importante contributo dado por Portugal às missões da NATO tuteladas pelo *JFC Naples*.

Seguiu-se um *briefing* apresentado pelo representante nacional, Coronel Fernando Crespo, no qual se procedeu a uma descrição do Comando e das missões que este tem a cargo. Seguiu-se a apresentação dos oito militares portugueses colocados em Nápoles (distribuídos entre o *JFC* e o *Maritime Command [MC] Naples)*, dois dos quais pertencem ao Exército.

No final da visita, o Embaixador mostrou-se muito agradado com a informação recebida e com as referências elogiosas aos militares nacionais, deixando a todos votos de uma boa missão.

Novo Director do Instituto de Estudos Superiores Militares

No passado dia 19 de Abril teve lugar, no Estado-Maior-General das Forças Armadas, a cerimónia de tomada de posse do novo Director do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), Vice-Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso, que foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior General das ForçasArmadas, General Luís Vasco Valença Pinto.

Após este acto solene, decorreu a cerimónia de recepção e apresentação de cumprimentos ao Vice-Almirante Macieira Fragoso, por parte dos Subdirectores, dos Coordenadores das Áreas de Ensino, do Chefe do Gabinete, do Chefe dos Serviços deApoio, do Chefe do Gabinete de Planeamento e Programação, do Corpo Docente e de uma representação de Sargentos, Praças e funcionários civis do Instituto.

O Vice-Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso nasceu em Lisboa, a 19 de Julho de 1953, tendo concluído o Curso da Escola Naval em 1975. Desempenhou, nos últimos anos, a função de Comandante da Escola Naval e sucede no cargo ao Vice-Almirante Álvaro Sabino Guerreiro.

Condecorações de Oficiais Generais

A cerimónia de imposição de condecorações ao Major-General Esperança da Silva e ao Major-General Campos Serafino teve lugar no gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, no dia 29 de Abril, as quais foram impostas pelo próprio General José Luís Pinto Ramalho.

O Major-General Esperança da Silva, actual Comandante da Brigada Mecanizada e do Campo Militar de Santa Margarida, foi condecorado com a Medalha de Serviços Distintos – Grau Prata. Por seu turno, o Major-General Campos Serafino, Director-Coordenador do EME, foi distinguido com a Medalha de Mérito Militar – 1ª Classe.

A cerimónia culminou com o tradicional "Porto de Honra", na presença das entidades que testemunharam o evento.

Ministro da Defesa Nacional visita Hospitais Militares

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto dos Santos Silva, fez uma visita informal ao Hospital Militar de Belém, no dia 7 de Maio, e ao Hospital Militar Principal, no dia 11 de Maio, no âmbito de um conhecimento mais próximo da realidade dos hospitais militares.

O MDN foi recebido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, que acompanhou o Ministro na sua visita às instalações destes hospitais, apresentando as suas potencialidades e limitações, que foram descritas, em mais pormenor, pelos respectivos chefes de serviço das dependências destes hospitais.

Estas visitas inserem-se na apreciação, por parte da tutela, das condições existentes nos diversos hospitais das Forças Armadas, com o sentido de se fazer o estudo para viabilizar o agrupamento dos hospitais militares num núcleo centralizado, em que a cada Ramo fica responsabilizado por especialidades específicas, não havendo duplicação de

serviços da mesma especialidade em qualquer um dos outros Ramos.

32 anos de Brigada Mecanizada

Teve lugar no Campo Militar de Santa Margarida (CMSM), no dia 9 de Abril, a cerimónia comemorativa do 32.º aniversário da Brigada Mecanizada (BrigMec), presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

Estas comemorações estão associadas ao aniversário da Batalha de Atoleiros, que data de 6 de Abril de 1384 e assumida como dia festivo desta Brigada, de onde se destacou a acção do Santo D. Nun'Alvares Pereira, na qualidade de estratega militar e que, fruto do seu desempenho, é consagrado padroeiro da BrigMec.

Esta cerimónia foi precedida pelo IV Troféu Atoleiros em Golfe, pela Missa de Homenagem aos Mortos e pela estafeta Nun'Alvares Pereira, que se realizaram, respectivamente, nos dias 20, 30 e 31 de Março.

A cerimónia militar teve início com a chegada do General CEME à pista do CMSM, onde já estavam perfiladas as forças, quer apeadas, quer motorizadas. Esta cerimónia contou com a revista às forças; integração do Estandarte Nacional; cerimónia de Homenagem aos Mortos, tombados ao serviço desta grande unidade; alocução do Comandante da BrigMec, Major-General Pereira Agostinho; leitura da mensagem do General CEME, pelo seu chefe de gabinete, Major-General Xavier Matias; entrega do Estandarte Nacional do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizada, que esteve destacado no Kosovo, à BrigMec; imposição de condecorações e entrega do troféu Mérito Desportivo da BrigMec 2009; desfile da força apeada.

O fim da cerimónia militar precedeu o deslocamento dos convidados para a tribuna de D. Pedro para assistir a uma demonstração de capacidades do Carro de Combate Leopard 2 A6, recentemente introduzido no Exército.

A BrigMec participa na defesa militar do território

nacional, na satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal e actua em situações de excepção, nas condições fixadas pelas leis que regulam essas situações.

Sem prejuízo das tarefas referidas, executa actividades de apoio à formação de quadros e tropas de outras unidades do Exército e colabora em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Actualmente, a BrigMec apresenta uma estrutura ternária, isto é, com dois Batalhões de Infantaria Mecanizada e um Grupo de Carros de Combate. Estas unidades, em conjunto com o Esquadrão de Reconhecimento, constituem as unidades de manobra.

Um Grupo de Artilharia de Campanha fornece o apoio de fogos indirectos e os restantes apoios são conferidos por uma Bateria de Artilharia Antiaérea, uma Companhia de Engenharia, uma Companhia de Transmissões e um Batalhão de Apoio de Serviços.

Inauguração de instalações no Centro de Recrutamento de Vila Real

Realizou-se, no dia 9 de Março, a cerimónia de inauguração das novas instalações do Centro de Recrutamento de Vila Real (CRVR). A cerimónia foi presidida pelo Comandante de Pessoal do Exército, Tenente-General Lima Pinto.

Estiveram presentes os majores-generais Director da Obtenção de Recursos Humanos, Director da Administração de Recursos Humanos e Director de Justiça e Disciplina, para além de outras entidades civis, militares e religiosas, de que se destacam o Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, o Governador Civil do Distrito de Vila Real, o Vice-Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e o Bispo Coadjutor da Diocese de Vila Real.

Estas modernas, aprazíveis e funcionais instalações, sitas na Avenida Cidade de Orense, em Vila Real, junto ao futuro terminal de transportes rodoviários, foram locadas pela UTAD para funcionamento do CRVR, no cumprimento do protocolo de cessão do antigo Prédio Militar n.º 5 ao então Instituto Politécnico de Vila Real, antecessor da UTAD, realizado em 22 de Abril de 1976, entre o Ministério do Exército e o Ministério da Educação e Investigação Científica.

Efectuada a recepção das entidades convidadas, seguiu-se uma sessão solene na Sala de Honra do CRVR, com a alocução alusiva à cerimónia pelo Chefe do CRVR, Tenente-Coronel de Infantaria Joaquim Sabino, e a assinatura do auto de recepção das instalações, entre o Vice-Reitor da UTAD, em representação daquela universidade, e o representante do Exército para este acto, o Tenente-Coronel Joaquim Sabino.

O Bispo Coadjutor da Diocese de Vila Real, D. Amândio Tomás, procedeu à bênção das novas instalações, com preces de boa-ventura para a missão do recrutamento.

No final da bênção foi descerrada, pelo Tenente-General Lima Pinto, a placa alusiva à inauguração das instalações.

Seguiu-se a inauguração da exposição "Sempre a Recrutar", com documentos e fotografias ilustrativas das actividades do recrutamento do Exército Português, desde o século XVIII até à actualidade. Estes documentos foram gentilmente cedidos pelos fundos documentais da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, pelo arquivo Municipal de Vila Real e pelo arquivo Distrital de Vila Real. As fotografias foram cedidas pelo Arquivo Histórico Militar.

Palestra no Instituto de Defesa Nacional

Teve lugar no Instituto de Defesa Nacional a palestra ao Curso de Auditores da Defesa Nacional, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, no dia 4 de Maio.

Esta palestra visou mostrar as características do Exército Português aos auditores do Curso de Defesa Nacional, bem como fazer uma caracterização, quer das potencialidades, quer da conjuntura global em que este ramo das Forças Armadas se insere, aos mais diversos níveis.

A intervenç ão do CEME foi realizada em Lisboa, ainda que tenha sido acompanhada, através de vídeo-conferência, pelos auditores deste curso que se encontram a ter formação, em simultâneo, na cidade do Porto.

Após a apresentação do Comandante do Exército, houve lugar à colocação de questões por parte dos auditores, no âmbito do tema.

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA €2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 • 4,00; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2009** • 2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56.

Tomada de posse da Associação de Auditores da Defesa Nacional

Realizou-se, no passado dia 31 de Março, a tomada de posse dos novos Corpos Sociais da Associação de Auditores da Defesa Nacional, nas instalações do Instituto de Defesa Nacional.

Este evento, que consagrou a nomeação destes recém-eleitos Corpos Sociais para o biénio 2010/11, foi presidido pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos.

Presenciaram a cerimónia diversas entidades, das quais se destacam o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, Tenente-General Carlos Alberto Carvalho dos Reis, representantes do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e dos Chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Força Aérea, e o Director do Instituto da Defesa Nacional, Major-General Vítor Daniel Rodrigues Viana.

Foram eleitos, como Presidente da Direcção, a Dr.ª Isabel Meirelles, como Vice-Presidentes da Direcção, o Engenheiro

Alberto Maia e Costa e o Dr. Marques Fernando, como Presidente da Assembleia-Geral, o Major-General Mariz Fernandes e, como Presidente do Conselho Fiscal, o Dr. José da Silva Monteiro.

Tomada de Posse do novo Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

O Major-General Frederico José Rovisco Duarte tomou posse como Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, no dia 19 de Abril.

Nascido em Alpalhão, Nisa, em 1958, o Major-General Rovisco Duarte está habilitado com o Curso de Artilharia da Academia Militar, o Curso de Estado-Maior e o Curso de Promoção a Oficial General, além de outros cursos e estágios.

Possui várias condecorações de que se salientam, três Medalhas de Prata de Serviços Distintos e a Medalha de Mérito Militar de 1.ª classe.

Da sua folha de serviços constam 15 louvores, dos quais um concedido pelo Ministro da Defesa Nacional, um concedido pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, três pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército e sete por Oficiais Generais.

Do anterior, desempenhava o cargo de Subdirector e Director do Departamento de Ensino, no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Cerimónia de Tomada de Posse do Comandante da Brigada Mecanizada

Em 28 de Abril, tomou posse como Comandante da Brigada Mecanizada (BrigMec), o Major-General José Manuel Picado Esperança da Silva, em substituição do Major-General António Agostinho. Esta cerimónia contou com a entrega do Estandarte Nacional ao novo Comandante da Brigada, a leitura do seu *curriculum* e do Despacho de nomeação, o discurso do Comandante e o desfile das Forças em Parada.

O Major-General José Manuel Picado Esperança da Silva é licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar e está habilitado a nível nacional, para além dos cursos curriculares, com o Curso de Estado-Maior do Instituto dos Altos Estudos Militares e o Estágio de Estados-Maiores Conjuntos, do Instituto de Defesa Nacional, e o Curso de promoção a Oficial General.

Desempenhou funções de comando e chefia em várias Unidades e Órgãos e, anteriormente, encontrava-se a desempenhar funções como Chefe da Repartição de Recursos do Estado-Maior do Exército.

Após a Cerimónia, decorreu, na Biblioteca do Comando da BrigMec, uma cerimónia de apresentação de cumprimentos ao novo Comandante da BrigMec, por parte de todos os Comandantes/Chefes e respectivos Adjuntos de todas as Unidades e Órgãos da Brigada.

Dia da Arma de Cavalaria
120.º Aniversário da sua Escola Prática

Comemorou-se, em 16 de Abril, por antecipação, o dia 17 de Abril de 1890, data da assinatura do decreto real que extinguiu a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria e estabeleceu em Vila Viçosa, a Escola Prática de Cavalaria (EPC).

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General, José Luís Pinto Ramalho

Completam-se, pois, cento e vinte anos dedicados ao cumprimento da missão principal, a assunção da responsabilidade pela formação, instrução e treino dos quadros e tropas da Arma e, cumulativamente, constituiu-

se como centro de estudos de desenvolvimento e excelência dos meios, técnicos e tácticos, com interesse para a Cavalaria.

Ao longo destes cento e vinte anos, a Escola Prática de Cavalaria galgou, à ordem, para Torres Novas, onde permaneceu de 1902 até 1957, depois para Santarém, onde esteve sedeada até 2006, data a partir da qual "assentou arraiais" na cidade de Abrantes.

Durante este vasto período, a EPC contribuiu, de forma indelével, para que algumas páginas brilhantes do Portugal contemporâneo tivessem sido escritas pelos seus soldados e que a sua acção fosse decisiva para desferir a grande rotura epistemológica do século XX e da actualidade, o caminho para a liberdade democrática.

O evento abrangeu um vasto programa, que se desenvolveu junto da população local, agregou as entidades vivas da região, todas as unidades da Arma e a estrutura superior do Exército.

O dia iniciou-se com a alvorada, seguida de uma missa na capela da EPC, recepção e concentração dos convidados.

O ritual desenvolveu-se com a recepção do General CEME por uma Guarda de Honra na área de servidão da Unidade, deslocação e recepção de continência pelas Forças representativas das diferentes unidades e especialidades da Arma de Cavalaria na Parada Chaimite. Aqui tiveram lugar os discursos do Director Honorário da Cavalaria e do Comandante da Escola, seguidos da leitura de uma mensagem do General Comandante do Exército. Foram ainda atribuídas condecorações aos militares que foram distinguidos pelos seus superiores hierárquicos e finalizou-se a cerimónia militar com um desfile, apeado e montado, das forças em presença.

Seguidamente, foram inaugurados a Rua Brigadeiro Henrique Calado, em honra ao insigne cavaleiro olímpico e comandante militar, a exposição das tecnologias de informação ao serviço da vigilância do campo de batalha (já ao dispor da arma) e uma visita à renovada sala de arreios.

Para terminar, os Equites, da Escola Prática de Cavalaria, executaram uma performance com o seu Carrossel, onde homem e cavalo se fundem como um todo, dando lugar à figura mitológica do homem cavalo, o Centauro.

A cerimónia terminou com a assinatura do livro de honra pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

"Emprega 2010" – Caldas da Rainha

Realizou-se nos dias 4, 5 e 6 de Março no Pavilhão Expoeste em Caldas da Rainha a "Emprega 2010 – I Feira de Ensino", Formação e Emprego das Caldas da Rainha, organizada pelo projecto Ponto de Ajuda, Contrato Local de Desenvolvimento Social da Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha, em parceria com a Câmara Municipal das Caldas da Rainha e com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A Escola de Sargentos do Exército co-participou com o Centro de Recrutamento de Coimbra na apresentação de um stand, onde foram desenvolvidas actividades de divulgação da Organização Militar em geral e do Exército Português em particular.

Este evento teve como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma a combater a pobreza persistente, a exclusão social em territórios deprimidos, estimulando consequentemente a proactividade e o *empowerment* nos seus beneficiários.

A "Emprega 2010" teve como objectivos centrais a divulgação de todos os serviços de ensino, formação e emprego, existentes no Concelho das Caldas da Rainha, visando incentivar o espírito empreendedor, apresentar as empresas de sucesso existentes no Concelho e motivar a valorização profissional através da formação contínua, apresentando, para o efeito, uma variada lista de cursos de formação.

Doutoramento em Medicina pelo Major Médico Manuel Nunes Gaspar

Em 21 de Fevereiro de 2010 doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra com distinção e louvor, por unanimidade, com a tese "Contribuição para a caracterização *in vivo* de receptores serotoninérgicos e neuropeptidérgicos e do sistema do óxido nítrico em vasos peripapilares retinianos do coelho: importância nas alterações vasculares da doença isquémica".

Ex-professor do Conservatório (curso superior de piano), diplomado pela *British Council (Proficiency)*, pela *Alliance Française* e pelo *Goeth Institut*, a formação profissional do Prof. Dr. Nunes Gaspar passou pela Alemanha (Frankfurt), nos anos oitenta, e pelos Estados Unidos da América na década de noventa (*Mount Sinai School of Medicine*, em Nova Iorque, e *Johns Hopkins University*, em Baltimore (Washington).

Actualmente desempenha funções no Estado Maior Técnico da Brigada de Intervenção em Coimbra

Lançamento do livro "Spínola"

Realizou-se dia 8 de Abril, no Auditório da Fundação Mário Soares, em Lisboa, o lançamento do livro "Spínola", da autoria do Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues.

A abertura coube ao Presidente da Fundação, Dr. Mário Soares. A apresentação do livro ficou a cargo do Embaixador João Diogo Nunes Barata, contando com a presença da Dr.ª Margarida Damião, editora de "a Esfera dos Livros".

O autor do livro apresenta a biografia do primeiro Presidente da República, Marechal António de Spínola, após o 25 de Abril de 1974, desde a sua infância até ao seu regresso do exílio. Ilustra a vida de uma figura central da História do séc. XX português – o homem que agitou o País com a publicação de "Portugal e o Futuro", onde defendia que o problema colonial português não teria uma solução militar.

Lançamento do livro "Portugal e a Grande Guerra"

Teve lugar na Sala da Grande Guerra do Museu Militar de Lisboa, no dia 28 de Abril, o lançamento do livro "Portugal e a Grande Guerra".

Esta publicação, dos coronéis Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, surge numa época em que se comemora o centenário da implantação da República e, consequentemente, a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, como é exemplo a exposição, recentemente inaugurada pelo Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, subordinada ao tema "Portugal nas Trincheiras".

O lançamento deste livro contou com a presença de ilustres entidades, das quais se destaca o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, General António Eduardo Queiroz Martins Barrento.

Lançamento do livro "Da Estratégia"

Realizou-se no dia 3 de Maio, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), em Lisboa, o lançamento do livro "Da Estratégia", da autoria do General António Eduardo Queiroz Martins Barrento.

A abertura do lançamento teve início com uma breve alocução do editor da Tribuna de História, Dr. Pedro Avillez. A obra foi apresentada pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama. A concluir, o General Barrento efectuou uma alocução alusiva à temática do livro, referindo-se à motivação e ao objectivo pretendido. A mesa de honra contou ainda com a presença do Director do IESM, Vice-Almirante Macieira Fragoso, e do Director do Departamento de Investigação e Doutrina, Contra-Almirante Ramos Borges. Entre os distintos presentes, militares e civis, relevo para a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho e do General Loureiro dos Santos.

A preceder o lançamento do livro, realizou-se um colóquio enquadrado na temática desta obra, subordinado ao tema "Militares e a Estratégia", tendo como moderadores o Professor Doutor Adriano Moreira e o General Gabriel Espírito Santo.

I Congresso Nacional de Segurança e Defesa realiza-se em Lisboa

A maior parte das ameaças à segurança dos Estados e dos cidadãos nos tempos de hoje já não são de natureza militar nem resultam de disputas de fronteiras. São antes problemas de natureza económica e social; são os conflitos étnicos e os antagonismos religiosos; é o terrorismo e o crime organizado, os tráficos da droga e de pessoas; são os Estados falhados que desestabilizam o sistema internacional pela sua permeabilidade aos agentes do crime e do terrorismo. São também os riscos ambientais, as catástrofes humanitárias, as pandemias, que ameaçam a vida de milhões de seres humanos. É a cibersegurança numa sociedade cada vez mais dependente da Internet com os consequentes riscos e vulnerabilidades.

Nestas circunstâncias, as questões da segurança adquirem uma expressiva dimensão estratégica e política. É que hoje já não é possível enfrentar a gravidade acrescida de que se revestem os problemas da segurança se não se delimitarem e estudarem as grandes questões que contribuem para essa situação, se não se diagnosticarem as causas, se não se fizerem opções quanto aos percursos a trilhar, se não se levar em conta a complexidade crescente dos factores ou causas de insegurança e da capacidade do Estado para as prevenir e combater.

É precisamente neste contexto que importa maximizar as sinergias próprias de todas as componentes civis e militares da **Segurança Nacional**, um conceito novo e apropriado às realidades actuais, que põe em relevo a necessidade de a Segurança Interna e a Defesa Nacional deverem ser entendidas de forma abrangente e global, beneficiando imperativamente de uma eficaz articulação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança.

Foram estas preocupações que estiveram na ideia de realizar o I Congresso Nacional de Segurança e Defesa dedicado ao tema "Para uma Estratégia de Segurança Nacional". É uma organização conjunta da Revista Segurança e Defesa e da AFCEA-Portugal, que conta com o alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República e com o apoio de diversas Instituições civis e militares e várias empresas. Pela sua génese, organização e modo de sustentação, é uma típica iniciativa da sociedade civil que terá lugar nos dias 24 e 25 de Junho de 2010, no Centro de Congressos em Lisboa. (ver portal: www.segurancaedefesa.org)

António Figueiredo Lopes
Presidente da Comissão Organizadora; Presidente do EuroDefense Portugal;
ex-ministro da Administração Interna e da Defesa Nacional

Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular

Realizou-se, dia 7 de Maio, em Mafra, a cerimónia de apresentação pública do programa do Exército para as Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular.

A cerimónia foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, que recebeu as honras protocolares por uma Companhia da Escola Prática de Infantaria com Estandarte Nacional, Banda e Fanfarra do Exército.

A sessão solene de apresentação decorreu no salão protocolar da Câmara Municipal de Mafra.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, foi o primeiro a usar da palavra, efectuando um balanço dos trabalhos desenvolvidos, realçando a sua importância.

Seguiu-se a intervenção do Presidente da Comissão coordenadora do Exército para as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular, Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa, que na sua alocução realçou um conjunto de actividades que têm vindo a ser desenvolvidas, recordando que se trata de um projecto iniciado em 2007 e importante para recordar as Guerras Peninsulares e todas as suas ilações.

Sucedeu-se uma apresentação, cujo orador, Tenente-Coronel José Paulo Ribeiro Berger, discorreu sobre os eventos organizados pelo Exército ou em parceria com entidades civis, e o programa para 2010, no âmbito das comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular.

Assistiu-se, ainda, a um documentário audiovisual, do Instituto Geográfico do Exército (IGE), sobre as Linhas de Torres – "As Linhas de Torres Vedras" – apresentado pelo Coronel José Manuel Ramos Rossa, Director do IGE.

O Major-General Adelino Matos Coelho, Director de História e Cultura Militar apresentou o livro "O Exército e as Comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular – 2.º Volume – 2009", descrevendo o seu conteúdo e pormenores relativos à sua feitura, enaltecendo as pessoas envolvidas na realização da obra.

A finalizar a sessão solene, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, usou da palavra para enaltecer a capacidade de resistência da população portuguesa, "uma Nação em armas que ajudou a expulsar o invasor" e também a magnificência das Linhas de Torres e o efeito-surpresa causado. Aproveitou, ainda, para reforçar a total abertura do Exército para continuar a desenvolver actividades que relevem factos históricos.

Foi servido um "Pôr-do-sol", na sala elíptica da Escola Prática de Infantaria, antes de ter lugar um concerto de Câmara por um Ensemble da Banda do Exército (primeira actuação

pública) na biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, onde os presentes envolvidos no magnificente ambiente se puderam deleitar com interpretações de Mozart, Beethoven, entre outros, culminando em alta com a "Batalha do Vimeiro", de Joaquim Biscaia.

Recorde-se que a Guerra Peninsular constitui uma sucessão de acontecimentos históricos que marcaram profundamente a história de Portugal. O Exército Português, consciente da necessidade de aprofundar o conhecimento dos acontecimentos da Guerra Peninsular, tendo em conta a importância dos mesmos, programou e desenvolveu, de sua iniciativa ou em parcerias, designadamente, com autarquias, universidades e escolas, actividades de âmbito histórico-cultural, como contributo para as respectivas comemorações.

Primeiro-Sargento Anjos Das Neves

O Papa em Portugal

Sua Santidade, o Papa Bento XVI, visitou Portugal entre os dias 12 e 14 de Maio, durante os quais o Exército se notabilizou pela presença e apoio, nos principais locais de estadia e passagem.

A visita papal, que contemplou Lisboa, Fátima e Porto, teve um protocolo muito preenchido, destacando-se a recepção do Chefe de Estado do Vaticano, pelo seu homólogo português, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, no Mosteiro dos Jerónimos, onde decorreu a cerimónia se boas vindas.

Bento XVI e Cavaco Silva subiram ao ponto de continência onde ouviram os hinos do Vaticano e de Portugal. A cerimónia militar contou com uma salva de 21 tiros e com a respectiva guarda de honra, onde foram intervenientes os alunos da Academia Militar.

Após a visita ao Mosteiro Jerónimos, onde foi acompanhado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, Sua Santidade deslocou-se pelas principais artérias da capital, escoltado, quer por forças da GNR, a cavalo, quer por alunos do Colégio Militar, estes últimos também a cavalo, na Rotunda de Entrecampos.

O Regimento de Lanceiros 2 e o Regimento de Transportes estiveram também empenhados no transporte e segurança dos dois papamóveis, e no transporte e segurança das bagagens do séquito papal e dos vaticanistas. A protecção antiaérea foi efectuada através do empenhamento da Bateria de Artilharia Antiaérea, do Regimento de Artilharia Antiaérea 1, com recurso a radares e ao sistema míssil portátil *Stinger*, designadamente, enquanto decorriam as cerimónias religiosas no Terreiro do Paço, em Fátima e no Porto.

Nas cerimónias em Fátima, os cadetes da Academia Militar estiveram presentes no transporte da imagem de Nossa Senhora de Fátima, na procissão de 13 de Maio, acto que já acontece desde 1945.

Centro de Audiovisuais do Exército

O helicóptero que levou o Sumo Pontífice de Fátima ao Porto proporcionou uma passagem pelo Alto Douro para Bento XVI poder apreciar as famosas vinhas do Douro, antes de aterrar no Regimento de Artilharia 5, sediado na Serra do Pilar. O helicóptero de Sua Santidade, de acordo com o protocolo, foi sempre o último a efectuar o deslocamento.

Além da parte protocolar, as Forças Amadas e de Segurança seguiram um rigoroso planeamento de segurança. Ao chegar à Serra do Pilar, foi recebido com alas de cortesia, providenciadas pela Unidade de Apoio do Comando de Pessoal, e por diversas altas entidades, das quais se destacam o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto dos Santos Silva, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, a Governadora Civil do Porto, Dr.ª Maria Isabel Coelho Santos, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Dr. Luís Filipe Menezes e o Bispo da Diocese do Porto, D. Manuel José Macário do Nascimento Clemente. Após a recepção, Sua Santidade deslocou-se, na sua viatura, para a Avenida dos Aliados.

Depois desta passagem pelo Porto, Bento XVI terminou a visita no Aeroporto Sá Carneiro, tendo uma Companhia da Escola Prática de Transmissões, a Banda e a Fanfarra do Exército prestado as respectivas honras militares a Sua Santidade.ع

Foto © Lusa

Centro de Audiovisuais do Exército

Texto e fotos da Dr.ª Ana Rita Carvalho

Procissão de Nossa Senhora da Saúde

Nossa Senhora da Saúde, que dá nome à capela situada na Mouraria, em Lisboa, e que ali é cultuada, juntamente com S. Sebastião, soldado e mártir romano, padroeiro dos artilheiros, percorreu mais uma vez as ruas do velho bairro, na cinco vezes secular procissão em sua honra e que é a mais antiga de Lisboa e uma das mais grandiosas em todo o País. Sob o signo da Paz, conforme foi invocada por S.E.R. o Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira, que presidiu à cerimónia, na antevéspera da chegada do Santo Padre a Portugal, Nossa Senhora veio renovar a fé e a esperança de milhares de pessoas, que acorreram a esta procissão, desde sempre ligada de modo muito especial ao Exército, particularmente à Arma de Artilharia, e às Forças Armadas e de Segurança, em geral.

O culto a Nossa Senhora da Saúde, nesta zona antiga de Lisboa, remonta ao século XVI e às sucessivas epidemias de peste que grassaram, uma das quais, particularmente virulenta, em 1569/1570, vitimou milhares de pessoas, registando as crónicas, no pico máximo da epidemia, um valor próximo dos 60 000 habitantes! O rei D. Sebastião foi obrigado a pedir auxílio a seu tio Filipe, de Castela, pois faltavam médicos e até mesmo braços para enterrar os mortos. Em vista de tão tenebrosa doença, a população de Lisboa pediu socorro à Virgem Maria e, tendo a epidemia diminuído consideravelmente desde o Verão de 1570 até à Primavera seguinte, este devoto povo resolveu manifestar a sua gratidão construindo uma imagem de Nossa Senhora, que desde logo recebeu o epíteto de "Senhora da Saúde", tendo inicialmente

encontrado abrigo na Igreja do Colégio dos Meninos Órfãos. A 20 de Abril de 1570, a Procissão de Nossa Senhora da Saúde saiu pela primeira vez às ruas, num percurso que incluía a Sé e a Igreja de S. Domingos, perto do Rossio.

O culto a S. Sebastião, tendo a mesma origem, é porém mais antigo, remontando ao início do séc. XVI, altura em que os Artilheiros do Castelo de S. Jorge foram intensamente flagelados pela doença, tendo recorrido, em prece, ao seu santo padroeiro, também ele soldado martirizado pelos romanos nos primórdios do Cristianismo. Mercê do milagre alcançado junto daquele santo tido como protector contra a fome, a peste e a guerra, os Artilheiros do Castelo (então designados "bombardeiros") constituíram a Irmandade de S. Sebastião, tendo edificado uma ermida no centro da Mouraria a que mais tarde se veio juntar Nossa Senhora da Saúde, fundindo-se as duas irmandades numa só, a qual recebeu a designação de "Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião", nomenclatura que ainda hoje se mantém.

As aspirações de um Povo ou tão-só a natureza humana, na sua fragilidade, ou o apelo universal do divino, criam valores comuns e perenes no percurso histórico desse Povo, na manifestação das suas crenças, na exteriorização do seu sentir, na sua busca constante de Deus. Bem se pode constatar, neste séc. XXI, a emergência das mesmas e eternas dificuldades – a doença, que levanta a cada dia novos desafios à comunidade; as guerras, a nível mundial, e a difícil convivência entre os povos; as desigualdades; as injustiças; a pobreza, particularmente no cenário de crise que atravessamos – uma crise económica e de valores, no seio da família e da sociedade, como foi salientado, dias depois, na mensagem do Papa em Fátima. Mas é também sob o signo da esperança que ganha sentido a invocação e o culto dos santos, muito particularmente de Nossa Senhora, na especial devoção do Povo Português à sua eterna Rainha. É que sem esperança deixa de haver perspectivação futura nos caminhos trilhados pelos povos. Este um dos sentidos de "procissão", o percurso de um povo peregrino, de partida e de passagem, como o do Antigo Testamento, na travessia do deserto, e que continuamente busca chegar a um qualquer lugar, à Pátria prometida, à contemplação do rosto de Cristo, aqui prefigurado no rosto dos seus iguais.

O antigo bairro da Mouraria constitui hoje a face, ou as múltiplas faces, de uma Humanidade estilhaçada, onde a pobreza, a doença, a toxicodependência, a prostituição, etc., mostram o seu rosto macerado. Mas é também um bairro cruzado por gentes de diversas crenças, confissões, etnias e nacionalidades, convivendo lado a lado e em respeito mútuo. Nesse sentido, bem poderia simbolizar a marcha de uma Humanidade rumo à Paz, à saudável convivência entre povos, ao reencontro com Deus, qualquer que seja a face que Ele assuma na alma de cada homem. Certamente que esta forma de viver quotidianamente, no trilhar de caminhos tortuosos, como as velhas e gastas vielas deste bairro, confere plenitude de sentidos ao culto a Nossa Senhora da Saúde, tão acarinhada no seio desta gente. A um culto que não é mero rito, antes dá sentido à fé e devoção de cada homem ou mulher que percorre as ruas em procissão, ao encontro do sagrado, inscrito no ser e condição da Humanidade. É este também um dos significados de procissão, como viagem, no espaço e no tempo, unindo as dimensões de passado, presente e futuro, nas "estações" de um percurso que é via dolorosa e também consagração e entrega, procura de resposta aos questionamentos sobre o sentido da existência e do próprio sofrimento,

repouso de todos os cansaços no regaço consolador da "Mãe de Deus" e "Mãe dos Homens", como é apostrofada no Hino da Senhora da Saúde.

As solenidades em honra de Nossa Senhora da Saúde, a cargo da Real Irmandade, decorreram, como é habitual, segundo um programa que ocupou a segunda semana de Maio, culminando na procissão, que teve lugar no dia 9. Militares, no activo e na reserva, bem como personalidades do meio civil e religioso, pontificaram em todos os eventos, de que se destacam a investidura da imagem de Nossa Senhora, presidida pela primeira-dama, Dr.ª Maria Cavaco Silva, na capela da Mouraria; diversas eucaristias em louvor de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião e por intenção dos militares das Forças Armadas e membros das Forças de Segurança já falecidos ou que se encontram em missões de Paz; o sacramento da Unção dos Doentes; a também a já tradicional procissão de velas, na noite de Sábado, dia 8; a missa solene em honra de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião, na Igreja de S. Domingos, presidida por D. Januário Torgal Ferreira e transmitida em directo pela RTP 1; e, naturalmente, o ponto alto das cerimónias, com a Procissão de Nossa Senhora da Saúde, na tarde de Domingo, dia 9, revestida de todo o brio militar. Pelas 15H30, S. Jorge, padroeiro do Exército, enquadrado pela charanga da GNR, saiu da sua morada no Castelo, para se juntar a Nossa Senhora. O trote dos cavalos, aparelhados com toda a pompa e brilho, no cortejo integrado por S. Jorge, na sua estátua montada, deram arranque ao magnificente cortejo processional, num quadro de solenidade que parecia recortado de uma autêntica cena histórica, dessas que coloridamente preenchem o imaginário popular. À sua chegada ao Largo Martim Moniz, frente à capelinha, o Santo prestou a continência regulamentar a Nossa Senhora, após o que a procissão seguiu pela mítica Rua da Mouraria, e depois, Benformoso, Largo do Intendente Pina Manique, Rua da Palma, Praça da Figueira, Poço do Borratém, e de novo Largo do Martim Moniz.

Como também é de regra, a procissão estruturou-se em duas partes – na primeira, desfilaram a Divisão de Trânsito da PSP e a Guarda Nacional Republicana, a cavalo, onde se integrou S. Jorge, com o respectivo estandarte e escolta. A segunda parte da procissão foi constituída por cinco secções, centradas em torno de um santo e respectivo pendão, designadamente, Santa Ana, transportada por elementos da PSP seguida de diversas irmandades religiosas e da Banda da PSP; Santo António, num andor levado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, acompanhados por Bombeiros voluntários da área metropolitana de Lisboa, seguindo-se o Estandarte da Câmara Municipal de

(De cima para baixo) S. Jorge presta a continência regulamentar a Nossa Senhora; Santa Bárbara, padroeira da Artilharia, num andor transportado por militares daquela arma; Andor transportando S. Sebastião, levado por soldados artilheiros e o açafate do RAAA1.

Lisboa, escoltado por elementos da Polícia Municipal e de diversas entidades camarárias, após o que se seguiu a Banda dos Sapadores Bombeiros, um pelotão da Força Aérea, a Banda da Força Aérea; Santa Bárbara, padroeira da Artilharia, seguia na 3.ª secção, num andor transportado por militares daquela arma, quase todos pertencentes à Escola Prática de Artilharia, seguidos de militares transportando o açafate da Escola, e de elementos da Irmandade, seguindo-se-lhe as alunas do Instituto de Odivelas, e representantes de uma Universidade da 3.ª idade.

O estandarte e o andor transportando S. Sebastião, levado por soldados artilheiros e o açafate do RAAA1 constituíam outra formação atrás da qual desfilavam os alunos do Colégio Militar e dos Pupilos do Exército e diversas delegações de militares de Unidades sediadas na região de Lisboa, tal como o Comando das Forças Terrestres, o Centro Militar de Electrónica, o Hospital Militar Principal, o Instituto Geográfico do Exército, o Centro de Psicologia Aplicada do Exército, o RAAA1, o RI1, o RL2, o RE1, o Centro de Tropas Comandos, o RTm, etc., seguidos das Praças da Armada transportando o açafate de flores da Marinha, da Banda do Exército e de diversas instituições de solidariedade, incluído serviços de voluntariado, uma representação dos Hospitais Civis de Lisboa, representações dos Escuteiros, a Cruz Vermelha Portuguesa, e uma representação de graduados dos três ramos das Forças Armadas.

Na 4.ª secção seguia o andor de Nossa Senhora da Saúde, transportado por membros da Real Irmandade, seguido de fuzileiros navais e da Banda da Armada. O grupo de sacerdotes, diáconos e acólitos precedia a 5ª e última secção. Esta integrava o pálio onde seguia o Bispo das Forças Armadas levando a Cruz da Colegiada, seguido de altas individualidades, civis e militares, designadamente a Dr.ª Maria Cavaco Silva, o chefe da Casa Militar da Presidência da República, Tenente-General Carvalho dos Reis, e diversos elementos do séquito da primeira-dama, o Provedor da Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião, Tenente-General Abrantes dos Santos, o reitor da paróquia a que pertence a capela de Nossa Senhora da Saúde, Tenente-Coronel Capelão Ref. Braúla Reis, elementos da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia do Socorro, e naturalmente diversos membros da Real Irmandade, designadamente da sua Mesa Administrativa constituída na quase totalidade por militares do Exército. A GNR, uma representação de Comandos e a Banda da GNR fechavam as cinco secções da procissão.

Como corolário do magnificente cortejo, um caudal humano composto por alguns milhares de pessoas, que acompanharam Nossa Senhora, emolduravam as ruas, num vivo quadro humano, juntando-se à procissão ou assistindo das janelas, de onde choviam pétalas, misturadas com o colorido das colchas que, como pendões festivos, se agitavam ao vento.

No final, já pelas 18H00, após o regresso dos santos ao Largo Martim Moniz, do altar ali disposto para o efeito, D. Januário dirigiu uma prece final, invocando nossa Senhora da Saúde, lançando a sua bênção sobre a Cidade de Lisboa, na presença da imagem da Senhora que a todos parecia saudar. Como também vem sendo hábito, a Banda da GNR executou o Hino de Nossa Senhora da Saúde e o Hino Nacional, entoado em uníssono pela multidão. À vista de um autêntico mar de gente e ao som de um forte aplauso, Nossa Senhora recolheu ao silêncio do santuário. Cumpriu-se assim mais uma festividade, tão ao gosto da religiosidade popular, uma manifestação de fé e também de afecto por parte da população de Lisboa, apadrinhada pelos seus militares, hoje como outrora, em estreita ligação às mais lídimas tradições religiosas do nosso País.

Texto do Comando da Logística

Comando da Logística

Concretização de capacidades através da execução da LPM e do PIDDAC

A Lei de Programação Militar (LPM) tem por objecto a programação do investimento público das Forças Armadas, relativo ao equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento, bem como a infra-estruturas com impacto directo na modernização e na operacionalidade do Sistema de Forças Nacional (SFN), concretizado através de medidas e capacidades.

A presente lei inclui, ainda, projectos de desactivação de equipamentos, armamento, munições e infra-estruturas.

As medidas e capacidades inscritas são as necessárias à consecução dos objectivos de força nacionais, aprovados no âmbito do ciclo bienal de planeamento de forças, tendo em conta a programação financeira dos custos adstritos à respectiva realização.

Para efeitos da lei, considera-se plano de forças o plano de médio prazo destinado a concretizar o sistema de forças e o dispositivo aprovado em consequência do conceito estratégico militar e das missões das Forças Armadas.

A LPM vigora por períodos de três sexénios (2006 a 2024), sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam aquele período.

Anualmente, a Lei do Orçamento de Estado estabelece a percentagem de cativação a incidir no "Programa 027" Lei de Programação Militar e que em 2008 e 2009 foi de 35%.

Medidas no âmbito da LPM

Em 2008 e 2009, desenvolveram-se as medidas abaixo designadas e verificaram-se as respectivas taxas de execução financeira:

Comando, Controlo e Comunicações

Esta medida tem por objectivo dotar o Exército com facilidades de comunicações e sistemas de informação (CIS), interoperáveis e com capacidade de interacção em rede, assegurando a ligação entre as redes CIS do Exército e as estruturas nacionais congéneres das organizações de segurança e de defesa que Portugal integra.

No âmbito desta capacidade, foram adquiridos diversos equipamentos de comunicações e sistemas de informação e, em 2009, foi integrado o projecto de

MEDIDA	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	
	2008	2009
Comando Controlo e Comunicações	31 %	54 %
Intervenção	49 %	86 %
Mecanizada	41 %	91 %
Sustentação Logística da Força	73 %	22 %
Sobrevivência Protecção da Força	75 %	100 %
Ensino Formação e Treino	99 %	
Sustentação	30 %	30 %
TOTAL	44 %	79 %

Integração Modelar dos Componentes de Apoio de Combate, desagregando-se nos subprojectos relativos ao Elemento da Guerra de Informação, à Plataforma de exploração e aos portais Intranet/Internet.

Intervenção

Esta medida permite a projecção e o empenhamento, de forma sustentada e autónoma, de uma força de escalão Brigada, num único teatro de operações, para todo o espectro de missões, nomeadamente, com forças de escalão Batalhão de elevada prontidão, devendo igualmente:

- Garantir a projecção inicial de força em situações de conflito de média/alta intensidade e em Operações de Resposta a Crises (CRO);

- Conferir maior coerência e flexibilidade à Componente Terrestre do SFN, e colaborar na vigilância e controlo do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP); colaborando, naquele espaço, na salvaguarda dos interesses nacionais e contribuir para a satisfação dos compromissos nacionais no seio de organizações internacionais, que Portugal integra;

- Reforçar, se necessário, as outras Brigadas e as Forças da Zona Militar dos Açores (ZMA) e Zona Militar da Madeira (ZMM), com prioridade para a Brigada de Reacção Rápida (BrigRR).

Em 2008, esta medida contemplou apenas verbas para o projecto das Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) 8X8, tendo como principal objectivo a aquisição de 240 viaturas daquele tipo. Em 2007, foram recepcionadas 9 VBR; em 2008, 32 VBR e em 2009, 79 VBR perfazendo um total de 120 viaturas.

Mecanizada

Esta medida, além dos objectivos da capacidade de intervenção, explicitados anteriormente, visa garantir a projecção de força em situações de conflito de alta intensidade, e conferir o poder de choque indispensável à Componente Terrestre do SFN. Salienta-se que, em 2008, no âmbito desta medida, constituíram-se os seguintes projectos: Aquisição de Carros de Combate (CC) Leopard 2A6; Extensão de vida útil das Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal M113 (VBTP M113), através da manutenção e conservação de viaturas da família M113, bem como a aquisição de diversos outros tipos de viaturas. Durante 2008, foram recepcionados nove CC Leopard 2A6 e em 2009 foram recebidos os restantes 29; simultaneamente foram construídas infra-estruturas nas instalações do Batalhão de Apoio de Serviços

De cima para baixo: VBR 8x8 Pandur II; VBR 8x8 Pandur II Ambulância; Auto TP 5 Land Rover Defender 110.

(BApSvc), da Brigada Mecanizada, destinadas especificamente àqueles equipamentos.

Sustentação Logística da Força

Esta capacidade tem como objectivo minimizar os efeitos das acções adversárias, assegurando a liberdade de acção e o aumento da eficácia das forças, quer ao nível individual do combatente, quer ao nível das unidades operacionais, através da introdução de novas capacidades e da melhoria das existentes.

Nesta medida, foram contemplados os projectos relacionados com munições e explosivos, extensão de vida útil de equipamento de artilharia e viaturas, verificando-se a recepção de munições de 30 mm destinadas às VBR 8X8, a aquisição e recepção de viaturas tácticas ligeiras e efectuados os trabalhos de recuperação, pelas Oficinas Gerais de Material do Exército (OGME), de 18 obuses 155 mm e dos respectivos tractores de manobra.

Por sua vez, durante 2009, foi possível adquirir equipamento para as forças pára-quedistas, nomeadamente: Dispositivos de Segurança de Abertura Barométrica para Pára-quedas Manual; Sistemas de Ajuda Electrónica para Guiamento de Aeronaves (TACAN); Sistemas de Marcagem de Zonas de Aterragem e Zonas de Lançamento (TALKIT); Pára-quedas de Competição; Equipamento Individual Precursor e Sistemas de Comunicação Precursor/HAHO, iniciando-se, ainda, o processo aquisitivo, que terá execução em 2010, de diverso equipamento destinado à *Quick Reaction Force* (QRF)/ ISAF e à Força de Reacção Imediata (FRI).

Sobrevivência e Protecção da Força

No âmbito desta medida, foram concluídos os processos de aquisição, recepção e aceitação de diverso equipamento para as forças pára-quedistas, bem como variado material Nuclear, Biológica e Química (NBQ).

Ensino Formação e Treino

Com a verba atribuída, esta medida financiou a Qualificação e Certificação de sete pilotos da Unidade de Aviação Ligeira do Exército.

Sustentação

Esta medida tem por objectivo garantir a sustentação de toda a estrutura do Exército, que suporta o

De cima para baixo: R I 13 – Cobertos VBR 8X8
RMAN – Oficina VBR 8X8 (1.ª Fase).
AUTO TG 3.3 TON ATEGO.

dispositivo operacional, englobando os projectos de equipamento sanitário, viaturas e infra-estruturas.

No seu âmbito, concretizou-se a aquisição de vários tipos de viaturas de transporte, bem como o desenvolvimento, entre outros, dos seguintes projectos:

- Modernização de Aquartelamentos:

Construção de infra-estruturas para VBR 8X8, no RC 6 e RI13;

Construção do edifício de comando do Batalhão, no RI 14;

Remodelação do edifício de comando do EM / ZMA;

Construção de infra-estruturas para CC Leopard 2A6, no CMSM;

Remodelação do edifício de alojamento das Praças, no RA 5.

- Modernização infra-estruturas de Educação, Formação e Treino:

Construção, no RI 1, de infra-estruturas de comunicações: *Upgrade* dos Feixes Hertzianos (FHz),

De cima para baixo: Academia Militar - Alojamentos; Academia Militar - Edifício do Aluno.

Instalação de uma Torre de FHz e a remodelação e instalação da Central Telefónica.

Remodelação das instalações da DEI/EPC.

- Modernização e concentração de Estabelecimentos de Ensino Militar e de Educação:

Construção, na Academia Militar (AM), do edifício de Alunos e de infra-estruturas para Desporto: Estádio e Pista de Atletismo (1ª fase);

- Modernização e concentração de OCAD;

Remodelação de gabinetes e instalações eléctricas, na DHCM;

Remodelação, no RA 5, de gabinetes do Centro de Classificação e Selecção do Porto.

Em 2009, além dos projectos de viaturas e infra-estruturas foi, ainda, incluído o projecto de Integração Modelar das Unidades no Sistema de Informação e Comunicações Operacional (SICO), que visa modernizar a rede de transmissão, comutação e rede de dados do Exército.

Por sua vez, no projecto de infra-estruturas, concluíram-se as seguintes obras:

- Construção de infra-estruturas no Regimento de Manutenção (RMan) para as VBR 8X8 (Oficinas de Manutenção);

- Construção do 2.º Bloco de Alojamentos Corpo 1, da AM.

PIDDAC

O Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) contemplou projectos fundamentais para a actualização e modernização de equipamentos essenciais na cooperação e apoio do Exército às Autoridades Civis. Os projectos em causa revelam-se particularmente complexos devido à absoluta necessidade de se executarem durante o ano económico a que respeitam.

Nestes projectos, salientam-se:

O SERVIR (Sistema de Estações de GPS de Referência Virtuais), da responsabilidade do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), que visa criar, explorar e manter uma rede móvel de estações de referência no Sistema de Posicionamento Global (*Global Positioning System* - GPS), permindo a obtenção de coordenadas tridimensionais com precisão e em tempo real.

O CARTMIL (Enquadramento da Cartografia Militar, na Escala 1/ 25 000, no Sistema de Referência WGS84), também da responsabilidade do IGeoE, que visa permitir uma maior facilidade e rapidez de utilização da cartografia na escala 1:25 000, com o sistema de coordenadas geográficas e cartográficas idênticos ao do equipamento GPS, dando assim cumprimento a directivas OTAN.

À esquerda: Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica; HCM – Módulo Cuidados Intensivos;
Em cima: HCM – Módulo Cirúrgico.

Para além daqueles projectos, registam-se os projectos de Capacidade de Reconhecimento Biológico e Químico, e do Sistema Militar para apoio ao Sistema Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e cooperação com as Autarquias Locais, que permitiram a aquisição de variados e sofisticados equipamentos para apoio à população civil, em caso de calamidade, dos quais se destacam os mais significativos:

- Duas Pontes Logísticas 40 m MLC 70 e acessórios;

-Equipamento para o Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica do Exército;

-Módulo Cirúrgico, Módulo de Cuidados Intensivos, equipamento para o Módulo de Internamento e Módulo de Admissão Triagem e Reanimação para o Hospital de Campanha do Exército;

- Viaturas tácticas ligeiras para transporte de equipas de reconhecimento NBQ;

- Viaturas para calamidade e transporte de pessoal do tipo "Pick-up".

A chave para o sucesso

Em qualquer das referidas fontes de financiamento, independentemente do valor das verbas inscritas, o êxito na sua execução decorreu, essencialmente, do cumprimento escrupuloso dos seguintes factores:

a. Planeamento atempado e rigoroso dos processos aquisitivos associados a cada uma das fontes orçamentais, tendo em consideração que, por exemplo, o PIDDAC exige que a sua execução financeira seja concretizada no ano económico em que decorre;

b. Pré-avaliação da capacidade do mercado para satisfazer, em tempo útil, as necessidades constantes dos respectivos planos de aquisição;

c. Preparação e execução, de forma atempada, detalhada e objectiva, das necessárias Especificações Técnicas relativas aos bens e serviços a adquirir. A experiência dos dois últimos anos demonstra, inequivocamente, que a sua importância e a forma como são elaboradas, são relevantes para a consolidação rápida e eficaz de qualquer processo aquisitivo;

d. Preparação, consolidação e lançamento, até ao final de 1.º trimestre de cada ano económico, dos procedimentos aquisitivos, que pelo seu valor, natureza, prazo de resposta do mercado e complexidade dos bens ou serviços, exijam maior empenhamento e celeridade na obtenção dos Despachos de Adjudicação, outorga de Contratos e obtenção de Visto, por parte do Tribunal de Contas;

e. Capacidade para nomear elementos com efectiva capacidade e experiência técnica comprovada para integrarem os Júris, Comissões e equipas técnicas de análise, encarregues da avaliação e análise das propostas apresentadas;

f. Cuidadosa preparação e elaboração de todas

as peças de procedimento, nomeadamente os Programas e Cadernos de Encargos de todos os procedimentos concursivos lançados pelo Exército, para os quais contribui, significativamente, a criação de estruturas jurídicas proficientes de forma a apoiar e a consolidar a instrução dos referidos documentos;

g. Garantir o cumprimento dos prazos definidos pela Lei e pelos órgãos adjudicantes, para a consolidação eficaz do acto de adjudicação;

h. Reduzir ao máximo, ou eliminar por completo, qualquer risco de reclamação ou interposição de recurso hierárquico, por parte dos concorrentes a fornecedores do Exército. O registo de ocorrências deste tipo de entraves, na consolidação do acto de adjudicação, demonstrou uma redução quase absoluta do seu número e, nos raros casos em que ocorreram nesse período, resultaram em indeferimento liminar;

i. Acompanhamento e vigilância permanentes, exercendo pressão contínua sobre os fornecedores do Exército, para cumprirem os prazos de entrega que se propuseram garantir para entrega dos bens e serviços adjudicados;

j. Coordenação eficiente e oportuna, entre todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (UEO) do Exército, na confirmação da entrega e do cumprimento dos requisitos qualitativos e quantitativos referentes aos bens e serviços adjudicados, por forma a garantir a liquidação atempada de todos os encargos financeiros subjacentes;

k. Apuramento e consolidação dos saldos remanescentes em qualquer processo aquisitivo, com vista à sua reafectação, em tempo útil, a outras aquisições exequíveis dentro do respectivo ano económico;

l. Acompanhamento permanente e exaustivo, por parte de todas as entidades envolvidas, do ponto de situação da execução da LPM e PIDDAC.

De salientar, no entanto, que no caso particular da LPM a execução só não terá apresentado maior valor, devido:

- Ao facto da dotação orçamentada na capacidade Intervenção ser muito superior ao valor das VBR entregues pelo fornecedor. Caso esta situação não se verificasse, a execução orçamental teria atingido os 72%, contra os 44% verificados, em 2008, e em 2009 seria ainda superior.

- Ao reforço da capacidade mecanizada com verbas não contabilizadas inicialmente, nomeadamente o retorno do IVA, e o crédito proveniente da *Nato Mainteinance and Supply Agency*;

- À complexidade dos processos administrativos relativos às infra-estruturas, os quais exigiram prazos que levaram, nalguns casos, a sua concretização a transitar para 2010, bem como pelo ressarcimento tardio, por parte da Direcção Geral do Orçamento/Ministério das Finanças de verbas provenientes da restituição do IVA.

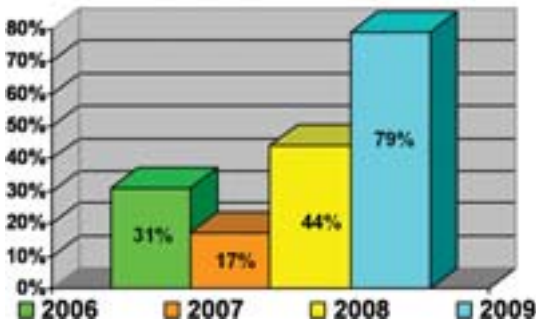
Em resumo, seguramente, terá sido este esforço, desenvolvido nos últimos dois anos, que permitiu ao Exército atingir os objectivos propostos, bem como as elevadas taxas de execução da LPM e do PIDDAC, rentabilizando ao máximo os escassos recursos financeiros disponíveis.

Concluindo,

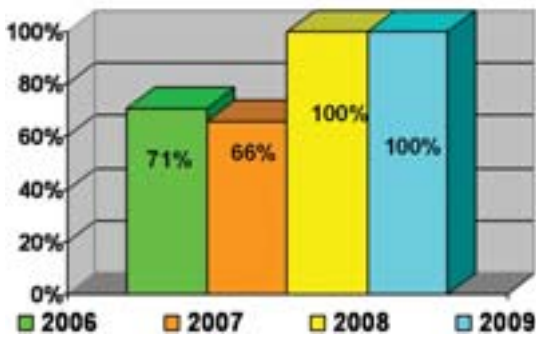
Se adicionarmos à complexidade destes processos aquisitivos, o facto do Exército ter sido sujeito ao novo e significativamente mais exigente Código da Contratação Pública, bem como demais legislação complementar de contratos públicos, onde se destacam os Acordos Quadro e a centralização de procedimentos na Agência Nacional de Compras Públicas, necessariamente haverá motivo para destacar o desempenho alcançado.

Entretanto, o Comando da Logística continuará a fazer incidir o seu esforço na procura sistemática da maximização das taxas de execução da LPM e do PIDDAC, reforçando a adopção de métodos de gestão quantitativa mais ajustados, rigorosos e oportunos, prosseguindo, desta forma, a optimização do apoio logístico ao Exército.

EXECUÇÃO DA LPM 2006 A 2009



EXECUÇÃO PIDDAC 2006 A 2009



Rui Alexandre Dias Sena*

A Guerra das Laranjas e a Guerra Peninsular

1801 - 1814

Esta síntese está enquadrada na cronologia de 1801 – 1814, onde decorre a *Guerra das Laranjas* e a Guerra Peninsular. Obviamente, a síntese não se limita rigidamente a estas datas. Todavia, o que originou estas guerras possuiu acontecimentos e explicações de trás e consequências posteri-

Fotocomposição: Mauro Matias

A Europa decidida a colocar termo à França revolucionária declara guerra. Foi o caso da Espanha no ano de 1793, começando a guerra do Rossilhão. Portugal manifesta-se tomando partido pela Espanha, pois estava ligado a esta por tratados

ores que importa referir.

Procurou-se, sinteticamente, escolher os factos históricos que parecem ter mais interesse para explicar as razões destes conflitos. Quais os seus intervenientes enquanto Estados soberanos, os comandantes dos respectivos exércitos envolvidos, as batalhas travadas, a geografia do conflito, as jogadas diplomáticas e os tratados de paz.

Para entender o que originou a *Guerra das Laranjas* temos de recuar até 1789, data da Revolução Francesa. Portugal não fica indiferente a este acontecimento, mas opta por uma atitude de espectador, mantendo uma política expectante perante França, pois ela continuava a ser uma monarquia hereditária e Luís XVI continuava a ser o seu soberano, apesar de algumas limitações perante a Constituição de 1791. Todavia, toda a Europa monárquica acabou por despertar perante a prisão e julgamento de Luís XVI que culminaria na sua execução.

A Europa decidida a colocar termo à França revolucionária declara guerra. Foi o caso da Espanha no ano de 1793, começando a guerra do Rossilhão. Portugal manifesta-se tomando partido pela Espanha, pois estava ligado a esta por tratados. Contudo, Portugal tinha o exército mal preparado mas era necessário manter as boas relações com Espanha e mostrar indignação perante o que sucedia ao monarca francês e não isolar-se da política europeia. Desse modo, envia para a guerra do Rossilhão, seis mil homens mal preparados, sem meios suficientes a vários níveis (armamento, vestuário, mantimentos e logística), ausência de disciplina e uma coerente hierarquia militar. Para culminar, as tropas estavam sob o comando de um estrangeiro contratado, o Tenente-General John Forbes Skellater.

As tropas luso-espanholas encontraram durante o início da campanha pequenas vitórias, mas o envio de reforços de Paris ao fim de um ano muda a sorte da guerra, começando o descalabro das forças luso-espanholas, ocorrendo pesadas derrotas para o lado português. A França, devido ao fervor revolucionário que então se vivia chega a invadir o território espanhol, tomando diversas praças espanholas, consideradas impenetráveis.

O monarca espanhol procura de imediato a paz. O mau desempenho do exército português na campanha do Rossilhão mostra de imediato consequências perante o respeito que os estados europeus (principalmente Espanha e França) passaram a ter perante Portugal. De facto, as negociações de paz perante a campanha do Rossilhão foram entre Espanha e França, excluindo Portugal apesar de ter estado envolvido no conflito. A paz é assinada sem conhecimento de Portugal. Após as negociações de paz, celebra-se um tratado com vista a uma aliança militar entre Espanha e França, ficando Espanha como mediadora nas negociações de paz entre França e Portugal.

Portugal continuava assim em guerra com França, sendo necessário alcançar a paz. França pretendia hegemonizar-se na Europa continental, mas tinha um rival – a Grã-Bretanha. As negociações de paz com Portugal passavam pelo rompimento da aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha. A França pretendia obter

Toda a Europa monárquica acabou por despertar perante a prisão e julgamento de Luís XVI que culminaria na sua execução.

Wikimedia Commons

de Portugal possessões na América do sul, mais especificamente anexar o norte do território brasileiro com vista a aumentar a Guiana francesa e por último pretendia concessões comerciais em Portugal e no Brasil. Assim, de 1797 a 1801, assistimos a um

deambular de jogos diplomáticos, negociações e promessas que nunca se iriam cumprir, onde o real objectivo de Portugal era ganhar tempo para evitar o inevitável, uma guerra.

Em 1801, França pressionou Espanha a invadir Portugal, de modo a que este aceitasse a proposta de paz francesa. É uma guerra de curta duração, cerca de 19 dias (de 19 de Maio a 6 de Junho), que só ocorre quando todas as negociações falharam e não se conseguiu alcançar uma paz equilibrada. Era uma guerra que Portugal não queria enfrentar, no sentido que Portugal nada fez ao nível militar, durante os anos de 1797-1801 para se preparar para a eventualidade do conflito.

Do outro lado do conflito, temos Espanha alinhada politicamente com França. Desde 1797, forças militares espanholas e algumas forças francesas (estas últimas com o objectivo de proteger a retaguarda espanhola), encontravam-se junto à fronteira com Portugal, aguardando unicamente uma ordem vinda de França para invadir Portugal. É também apontado como o impulsionador do conflito que se abateu sobre Portugal em 1801, Manuel Godoy conhecido igualmente por Príncipe da Paz, que procurava tirar benefícios pessoais na política interna espanhola através deste conflito.

Quando estala o conflito, Manuel Godoy contava 40 a 54 mil efectivos prontos a invadir Portugal. Do outro lado estavam cerca de 12 mil homens (não está contabilizado o número das milícias portuguesas) prontos a defender Portugal sob o comando do Duque de Lafões.

O teatro de operações situa-se no Alto Alentejo e a respectiva fronteira com Espanha, tendo o rio Guadiana como linha divisória da fronteira. Uma divisão de vanguarda espanhola lança a ofensiva de Badajoz a caminho de Elvas, o forte dispositivo defensivo de Elvas faz com que não haja um conflito directo. A divisão espanhola opta por neutralizar a capacidade de resposta da guarnição portuguesa cercando Elvas, impedindo que esta participasse no conflito. Parte da força espanhola dirige-se para Campo Maior, e, no entretanto, toma sem dificuldade S. Vicente, Barbacena e Monforte. A estratégia das forças espanholas centrava-se numa ocupação rápida das praças mais pequenas e neutralizar militarmente, ou se possível, conquistar as praças de maior envergadura. A guerra decorria rapidamente e sem forte oposição por parte das forças portuguesas. Elvas e Campo Maior seriam os objectivos principais para as forças espanholas. Elvas, como foi dito, foi neutralizado, não tendo ao longo deste conflito qualquer tipo importância militar mas, para tomar Campo Maior, convinha conquistar antes Arronches, de modo a que Campo Maior ficasse cercado quer em Portugal quer na fronteira, por forças espanholas. Arronches estava defendida por quase dois mil homens e sob o comando do coronel D. José Carcome Lobo. Este último com ordens precisas para não defender Arronches, caso o inimigo se aproximasse. Arronches não tinha estruturas defensivas convenientes e não possuía homens suficientes para a sua defesa. Para além disso, cometeu-se o erro da guarnição não estar dentro da muralha (apesar de precária), encontrava-se numa parada militar no meio do Rossio da vila. A consequência foi um ataque fulminante dos espanhóis e uma derrota total da força portuguesa. As tropas portuguesas refugiaram-se em Portalegre, houve combates em Flor da Rosa e na Serra de S. Mamede por milícias e forças portuguesas. De Valverde, parte uma nova ofensiva contra Olivença e Juromenha. Estas duas praças passam para o lado espanhol sem qualquer tipo de resistência.

Campo Maior foi, de facto, o único reduto de resistência. A praça mostrou tenacidade para enfrentar o inimigo que recusava a rendição. A ausência de reforços militares e de víveres por parte das restantes

De Valverde, parte uma nova ofensiva contra Olivença e Juromenha. Estas duas praças passam para o lado espanhol sem qualquer tipo de resistência (Fortaleza de Juromenha).

Wikimedia Commons

Wikimedia Commons

Dia 6 de Junho de 1801 assinou-se o Tratado de Badajoz após diversas diligências diplomáticas. Espanha compromete-se a restituir as praças tomadas, excepto Olivença. (Ponte da Ajuda, sobre o Guadiana)

forças portuguesas foi a causa da queda desta praça. *A artilharia espanhola disparou sobre esta vila 182 bombas de 9 polegadas, 75 de 12, 1207 granadas e 8342 balas de artilharia pesada.*[1] Fica assim demonstrado a força do ataque espanhol durante o cerco a Campo Maior. As forças espanholas poderiam ter apenas cercado Campo Maior como fizeram no caso de Elvas. Mas Campo Maior tinha demonstrado coragem para fazer frente às forças espanholas, sendo necessário tomar esta vila para passar uma mensagem às restantes forças portuguesas que com ou sem resistência, Espanha iria conquistar até Portugal satisfazer França e Espanha nas negociações de paz.

Enquanto o cerco de Campo Maior decorria, deu-se a derrota em Arronches e a queda de Juromenha e Olivença. Reúne-se um Conselho de Guerra em Portalegre, encabeçado pelo Duque de Lafões. Decide-se a retirada de Portalegre marchando para o Tejo. Espanha toma de assalto as posições deixadas para trás pelos portugueses, tendo sido Alegrete, Portalegre e Castelo de Vide. Marvão resiste e não é tomado, mas fica sob vigilância como Elvas.

Temos praticamente todo o Alto Alentejo cercado e sob vigia ou conquistado. Houve conflitos fora deste contexto geográfico, nomeadamente em Trás-os-Montes, no Algarve e na América. Nas duas primeiras regiões temos más acções realizadas pelas forças portuguesas, pelo que os espanhóis não tiveram preocupações de maior. Na América a situação foi diferente, tendo conseguido a Coroa portuguesa deter possessões em detrimento da Coroa espanhola.

Dia 6 de Junho de 1801 assinou-se o Tratado de Badajoz após diversas diligências diplomáticas. Espanha compromete-se a restituir as praças tomadas, excepto Olivença, e a renunciar à posse dos Sete Povos das Missões situados na margem esquerda do rio Uruguai. Confirma-se ainda o direito espanhol à Colónia de Sacramento.

O Tratado de Madrid é ratificado, no dia 7 de Outubro, onde estabelecia a paz entre Portugal e França. O ponto mais importante do tratado para se alcançar a paz era Portugal fechar o acesso dos portos aos ingleses e estabelecer acordos comerciais com a França. Portugal nunca cumpriu estes termos.

Aparentemente, a Europa encontrava-se pacificada e Napoleão entra em jogos diplomáticos com as diversas potências europeias, mas em 1803, a guerra volta a colocar frente-a-frente Inglaterra e França. A razão para a guerra era a falta de cumprimento do tratado de Amiens, segundo o qual Inglaterra tinha de abandonar Malta, coisa que não teria feito.

A Portugal cabia ficar ao lado da velha aliada e via o seu território europeu conquistado pelos franceses, ou rompia com a Inglaterra e veria possivelmente o império cair perante o poderio marítimo inglês. Optou por ficar do lado inglês, não fechando os portos aos navios ingleses, como era o desejo de Napoleão. Em reacção, Napoleão coloca em prática o seu antigo projecto de ocupar Portugal, com Espanha a fornecer passagem através do seu território, pois os dois Estados tinham já traçado a divisão do território português entre si. Em 1807, preparava-se a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro com o apoio naval britânico, em caso de uma invasão francesa.

Junot dirige-se de França com uma força de 26 mil homens, parte dia 8 de Novembro de Alcântara em Espanha e alcança a fronteira com Portugal no dia 19, pretendia estar em Lisboa segundo instruções de Napoleão no dia 1 de Dezembro.

A família real quando recebe a notícia que as tropas napoleónicas estariam às portas de Lisboa, convoca um Conselho de Estado e decide-se a partida para o Brasil. Portugal continuaria a ser independente politicamente e a família real poderia continuar a governar, não sendo subjugada por Napoleão. O regente do reino deixa uma regência para tomar conta do reino e dá instruções para acomodar o invasor.

Junot chega no dia 30 de Novembro e recebe várias delegações que o saúdam. De facto, nos primeiros dias de ocupação, o invasor não perturbava o habitual funcionamento do reino. Todavia, quando Junot

[1] António Ventura, *Batalhas da História de Portugal, Vol. XII, – Guerra das Laranjas 1801, p.53.*

começou a penhorar os bens dos que tinham partido para o Brasil, a efectuar o desarmamento do reino, e a extorquir dinheiro à população o ambiente em Lisboa começava a pesar.

O tratado de Fontainebleau assinado entre França e Espanha permitia à França o reforço do contingente que estava em Portugal através do território espanhol, fazendo com a Espanha ficasse completamente invadida de tropas francesas. O rei espanhol é convidado a ir até Bayonne, onde foi forçado por Napoleão a abdicar do trono e gera-se a revolta popular em Espanha.

A Península estava revoltada contra o domínio francês. Entra em Portugal o primeiro reforço inglês comandado por Wellesley no dia 1 de Agosto. A 17 de Agosto de 1808, ocorreu a batalha de Roliça entre franceses e ingleses. Em 21 de Agosto, dá-se a batalha do Vimeiro. Em ambas as batalhas os franceses foram derrotados.

A chegada dos britânicos, a revolta nacional e as duas derrotas consecutivas dos franceses obrigaram Junot a negociar. Dessa negociação de paz, aparentemente Junot sai como vencedor, leva as suas armas e ainda todo o saque conquistado. Todavia, Lisboa estava assegurada para futuros reforços britânicos e para continuar a luta contra Napoleão.

Napoleão decide atacar de novo Portugal, a 2ª invasão ficou ao comando de Soult no ano de 1809. Penetra em Portugal por Trás-os-Montes, apodera-se de Chaves e de Braga. Chega à periferia do Porto, entra em confronto com cerca de 2400 homens armados e munidos de 200 peças de artilharia que estavam dentro da muralha do Porto. No dia 29 de Março, Soult entra finalmente no Porto. Dá ordens para se tomar o Minho e Trás-os-Montes, zonas que tentaram resistir ao máximo.

O governo português concede o comando dos militares a Beresford, entretanto Inglaterra envia reforços. Fica Sir Arthur Wellesley, a controlar um exército de 20 mil homens, juntamente com as forças de Beresford e do coronel Trant que controlava os académicos e os voluntários portugueses. Juntos atacam de surpresa o Porto. Soult bate em retirada e vê-se cercado, ficando refugiado em Guimarães e fugindo com o resto dos comandantes para Espanha.

Em 1810, foi colocado em prática a 3ª invasão, nove "tentáculos" do exército francês estavam situados na Península Ibérica. Três deles controlados por Massena preparavam-se para conquistar Portugal pelo norte do Tejo. Outros três comandados por Soult, entrariam em Portugal pelo sul do Tejo. O exército anglo-luso preparou um conjunto de estruturas defensivas que ficaram conhecidas como as "Linhas de Torres Vedras" que eram, resumidamente, um conjunto de fortificações com pesada artilharia, de Torres Vedras até Lisboa para impedir a chegada de Massena a Lisboa.

Wikimedia Commons

Quando Junot começou a penhorar os bens dos que tinham partido para o Brasil, a efectuar o desarmamento do reino, e a extorquir dinheiro à população o ambiente em Lisboa começava a pesar.

Massena parte de Ciudad Rodrigo e conquista Almeida e Viseu. Wellington procura o inimigo e tenta atraí-lo para as "Linhas de Torres", após uma derrota desmoralizadora para os franceses, na chamada batalha do Buçaco. Massena esbarra em Torres Vedras, possuindo uma força de 60 mil homens contra uma força de 110 mil homens. A fome, a doença, o cerco, a falta de comunicação com outras forças francesas e a ausência de reforços, obrigam Massena a retirar sendo seguido por Wellington. Massena volta para Ciudad Rodrigo e planeava retomar a campanha, mas não foi apoiado pelos generais. Deu-se a batalha de Fuentes d´Oñoro, o lado anglo-luso foi o vencedor findando as tentativas de conquistar Portugal. A batalha do Buçaco, foi um ponto de viragem nas

restantes batalhas peninsulares que ainda iriam ocorrer.

A Guerra Peninsular para Portugal acaba em 1811, para a Espanha apenas em 1813, mas as forças militares dos três Estados irão marchar para o interior do território francês, fazendo a guerra até à batalha final em Toulouse, em 1814.

A Península Ibérica através das invasões francesas foi influenciada no que diz respeito ao despertar dos sentimentos "nacionalistas", ou se quisermos antes dizer despertou para uma noção de "nós" em relação aos "outros". Ambos os povos peninsulares procuraram ter novas formas de governo e com Napoleão chegou uma nova forma administrativa e legislativa. Aqueles que lutaram contra Napoleão irão posteriormente lutar contra os seus próprios regimes internos que na maioria da Europa eram monarquias absolutistas.ع

*Mestrando em História Contemporânea pela FSCH-UNL

Nota

O presente artigo foi o resultado de uma avaliação de licenciatura em História que pretendia que se escrevesse uma síntese sobre um tema opcional. Faço-a ser publicada pois segundo alguns colegas e professores era uma síntese linear. Não tendo sido revista para que se pudesse constatar a síntese aqui apresentada aquando da sua avaliação.

Bibliografia geral:

SARAIVA, José Hermano (coord), História de Portugal, Vol. VI, A monarquia absolutista - da afirmação do poder às invasões francesas, Lisboa, QuidNovi, 2004.

VICENTE, António Pedro, O Tempo de Napoleão em Portugal: estudos históricos, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

Bibliografia específica:

CHARTRAND, Rene?, Vimeiro 1808: Wellesley's first victory in the peninsular war, Westport, Osprey Publishing, 2001.

FLETCHER, Ian, Vittoria, 1813: Wellington sweeps the French from Spain, Westport, Osprey Publishing, 1998.

VENTURA, António, Batalhas da História de Portugal, Vol. XII, - Guerra das Laranjas 1801, Lisboa, QuidNovi, 2006.

VICENTE, António Pedro, Batalhas da História de Portugal, Vol. XIII, - Guerra Peninsular 1801-1814 , Lisboa, QuidNovi, 2006.

Alferes RC Helder da Silva Serrão

CIOE/CTOE
50 anos a servir...

A criação, a 16 de Abril de 1960, do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) e sua instalação em Lamego foi, como se demonstrou no ano seguinte, uma decisão que indiciava uma avaliação séria de uma potencial ameaça que pairava sobre a soberania portuguesa nos territórios ultramarinos. Identificou-se como a necessidade de criar uma força que, pela sua organização, apetrechamento e preparação, pudesse ser empregue pronta e eficazmente na execução de operações de tipo especial, em operações de contra-subversão, empenhada na execução de operações de segurança interna, e apta a resolver qualquer situação que envolvesse a segurança e integridade das populações e dos vários territórios da nação portuguesa, na metrópole e sobretudo nas províncias ultramarinas.

A desconfiança em relação a possíveis ameaças à segurança dos territórios nacionais em África crescia a cada dia, fomentada por várias condicionantes político-militares. A descolonização avançava a passos largos em África e na Ásia, com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU); Portugal com a sua entrada na ONU, em 1955, vê, na Assembleia Geral, o seu domínio sobre os territórios africanos ser cada vez mais contestado e nas províncias ultramarinas os movimentos independentistas emergiam buscando apoios nos países próximos recém-independentes. Urgia serem tomadas medidas preventivas no sentido de preservar a integridade nacional e impedir a insurreição nos territórios portugueses de além-mar.

A vontade de criação de uma força apta a responder aos riscos evidenciados encontrava-se expressa na Directiva de 22 de Abril de 1959 do Ministro do Exército, Brigadeiro Almeida Fernandes, sobre as "unidades para intervenção imediata". Pretendia-se que este tipo de unidade tivesse: um elevado grau de prontidão operacional; que pudesse ser subdividida em fracções capazes de realizar missões independentes; estar, com um tempo mínimo de aviso, em condições de ser transportada por ar ou mar, total ou parcialmente, para qualquer parte do território nacional; poder entrar rapidamente em acção, assim que desembarcada; dispor de armamento, equipamento e fardamento que lhe permita cumprir, com a maior flexibilidade, as tarefas que lhe forem destinadas; ser preparada moral e tacticamente para o fim em vista (guerra subversiva e contra-guerrilha), constituindo-se assim como uma Unidade de elite dentro do Exército, servindo de padrão e de estímulo para a elevação do espírito militar de

todas as outras forças.

O grupo de trabalho criado com o objectivo de "desbravar o problema", chefiado pelo Major com Curso de Estado-Maior, Hermes de Araújo Oliveira, tinha a missão de definir: o esquema das medidas gerais tendentes à transformação do Batalhão de Caçadores n.º5 (BC5) na primeira Unidade com as valências citadas; a sua organização geral e territorial; a organização das várias formações operacionais; o material e equipamento a adoptar; um esquema geral de um programa de preparação e instrução das forças, tendo em vista a formação de pessoal com um elevado espírito combativo e boas qualidades de resistência moral e física e um programa de treino na utilização de transportes aéreos e marítimos e, na sequência da primeira missão à Argélia, realizada em 1958 pelo Major Hermes de Oliveira, providenciar a frequência de estágios ao pessoal indigitado para dirigir o Centro ou ali desempenhar funções de instrutor e monitor. Apoiando-se nos resultados dessa primeira missão e assente numa perspectiva preventiva e de aprendizagem, o envio de militares portugueses à Argélia foi encarado como uma excelente oportunidade de aprofundamento da temática do novo tipo de guerra, que claramente se afastava da convencional. Logo, não tardou muito até serem enviados mais oficiais portugueses aos centros especializados e aos teatros de operações da Argélia. É neste sentido que vão em missão ao Centre d'Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla, em Arzew-Oran, Argélia, o Major Nunes Igreja e os Capitães Aquilino Miranda, Luz de Almeida, Vaz Antunes e Lemos Pires, que viriam a ser alguns dos "fundadores" do CIOE.

Tratou-se em seguida de criar um Centro com a missão de preparar militares para a luta de contra-guerrilha e contra-subversão, para a acção psico-social e para as técnicas de montanhismo. Características que pela sua natureza obrigaram a um aprofundado estudo acerca da sua localização, pois a sua missão e o tipo de instrução a realizar requeriam determinadas características geográficas, demográficas e ambientais. Entre elas, destacam-se como fundamentais para a instrução de luta de contra-guerrilha a existência de zonas montanhosas áridas e muito extensas; áreas densamente cobertas, medianamente cobertas e descobertas; cursos de água; objectivos económicos; áreas despovoadas e outras com pequenos aglomerados populacionais; e extensas zonas não cultivadas. Para a instrução de acção psico-social, a existência de pequenos aglomerados populacionais do tipo localidade ou aldeia e para a instrução de montanhismo, a existência de zonas bastante montanhosas.

A sua especificidade requeria que estivesse pronta a embarcar, a qualquer momento, para

(Foto do título) Chegada a Lamego das 3 primeiras Companhias de Caçadores Especiais a 27 de Abril de 1960.
(Nesta página) Primeiros cursos de Operações Especiais na década de 60 – pista de obstáculos na parada de Santa Cruz.

o Ultramar. Logo, a presença, relativamente próxima, de um aeródromo e de um porto, era um requisito fundamental. Tal aspecto assumia ainda mais importância devido ao facto de ser essencial o treino de embarque e desembarque durante o período de instrução. O reconhecimento levado a efeito, para a possível localização do CIOE, orientou-se, então, para três regiões que primeiramente se reconheceram como sendo as que ofereciam mais vantagens: Covilhã, Lamego e Lagos. Os resultados dos estudos realizados apontaram Lamego como o local que melhor correspondia aos requisitos e comparativamente aos outros locais beneficiava da relativa proximidade do porto de Leixões e do aeroporto de Pedras Rubras, ou mesmo, do aeródromo de Viseu. Também no capítulo das instalações tinha mais vantagens, uma vez que, embora deficientes, as que dispunha eram as menos más e ofereciam maiores possibilidades de adaptação.

Como resultado do exposto, o Decreto-Lei n.º 42926 cria, a 16 de Abril de 1960, o Centro de Instrução de Operações Especiais atribuindo-lhe a missão de instruir os quadros do Exército nas várias modalidades de "operações especiais", realizar estágios de subunidades, tendo em vista aperfeiçoar a sua actuação numa ou mais modalidades destas operações e levar a efeito estudos que, de qualquer modo, pudessem contribuir para melhorar a eficiência das Forças Armadas, no que diz respeito à sua actuação em "operações especiais", designadamente nas de maior interesse para a defesa do território nacional. O Artigo 2.º estabelecia a localização do CIOE em Lamego, nas instalações do Regimento de Infantaria n.º 9, ficando-lhe, durante a fase de organização, adstrito e dele dependente apenas para efeitos administrativos enquanto que, para efeitos de instrução, ficava dependente da direcção da Arma de Infantaria.

O CIOE, sob o comando do Major Henriques da Silva, entra imediatamente em actividade. A 20 de Abril, dão-se as primeiras apresentações de Oficiais, Sargentos e Praças e a 27, do mesmo mês, a população de Lamego recebeu efusivamente, vindo do BC5, o primeiro grande contingente de militares, constituído por três companhias que, a 4 de Janeiro de 1960, haviam iniciado, no BC5, a sua fase instrutória. Estas foram as três primeiras Companhias de Caçadores Especiais (CCaçEsp). Apresentaram-se, no CIOE, para iniciarem o seu período de cinco semanas de instrução especial. A selecção e preparação destas companhias foi criteriosa. As praças foram seleccionadas – todos letrados, pelo menos com a 4.ª classe – e contavam com a presença de vários militares do quadro permanente (três Oficiais, oito Sargentos e três Cabos). O corpo de instrutores havia sido preparado e a instrução no BC5 e no CIOE havia sido dura. O armamento, equipamento e fardamento foi objecto de aturado estudo. Nada havia sido deixado ao acaso. A resposta foi a esperada. Porém, os acontecimentos de 15 de Março de 1961, em Angola, deram início à guerra, o que de uma certa forma já se previa, e com ela o necessário aumento de efectivo. O tempo, factor necessário para formar forças com as características e qualidade das primeiras CCaçEsp, escasseava. Tratava-se agora de aprontar o maior número de homens com a maior rapidez possível ("Andar rapidamente e em força"). Em consequência, a capacidade das CCaçEsp foi diminuindo: deixou de haver selecção de praças, diminuiu o número de militares do QP, o estágio final de cinco semanas, no CIOE, foi substituído por um estágio de preparação para os Quadros precedendo a recruta. Em 1963, acabaram as CCaçEsp. Ao todo passaram pelo CIOE 8 CCaçEsp para receber a segunda parte da instrução antes de seguirem para o Ultramar. Das restantes apenas os quadros aí receberam formação.

Com o fim das CCaçEsp, o CIOE passou a uma nova fase: formar, nos cursos de Operações Especiais, oficiais e sargentos nas áreas de contra-guerrilha e contra-subversão, quadros esses destinados a todas as subunidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Estes cursos de Operações Especiais iniciaram-se, em 1963, com um curso experimental organizado com base no curso de Ranger dos EUA e teve como director o então Capitão Rodolfo Begonha. O primeiro curso, em Portugal, teve uma primeira fase no Centro Militar de Educação Física e Desportos, em Mafra, e uma segunda fase em Lamego. Todavia, foi o único a decorrer nesses molde, pois, em meados de 1964, o curso passou a ser ministrado todo em Lamego. Sem nunca esquecer a matriz de Operações Especiais – intensa preparação física, psicológica, contra-guerrilha, contra-subversão e instrução de patrulhas –, o curso foi objecto de profunda e constante reorganização, adaptando-se às condições da Unidade e, principalmente, da região, por se tratar de um curso maioritariamente prático ministrado sobretudo no terreno. Seleccionaram-se novas áreas de instrução em zonas mais densamente arborizadas, intensificou-se a utilização de meios aéreos, introduziu-se a instrução de detecção de minas em picadas, deu-se uma maior atenção à informação e implementou-se a acção psicológica em operações (fundamental neste tipo de conflitos). As constantes alterações aos programas de instrução tinham como objectivo preparar os militares para a realidade do Ultramar e eram sustentadas, na experiência acumulada no desenrolar do conflito, nas lições aprendidas e no *feedback* vindo do ultramar. Era um processo de adaptação constante baseada no sistema então implantado no Exército da "experiência de todos para todos".

Viveu-se, durante o decurso do conflito em África, um período de intensa actividade. Eram organizadas e preparadas Companhias de Comandos, em reforço das que eram formadas em Angola, a par de toda a instrução de Operações Especiais, dos Estágios de Actualização para grande parte dos oficiais mobilizados e, ainda, alguns cursos para comandantes de companhia e instrução de algumas subunidades. Encontrava-se, então o CIOE, totalmente focalizado na preparação de quadros de combatentes destinados ao Ultramar embora não tenha sido uma Unidade de mobilização (à excepção das companhias de Comandos e das CCaçEsp aí formadas).

Durante o conflito em África, os elementos de Operações Especiais (Rangers) tiveram uma actuação muito diversificada, pois era diferente a situação das subunidades. Em quadrícula ou em intervenção, em zonas de operações muito activas ou sem significativo contacto com o inimigo, ou, ainda, e não menos relevante, em natural contacto com as populações sem qualquer preocupação de combate. A missão específica de cada especialista era definida pelo respectivo comandante de companhia, havendo companhias com pelotões de militares seleccionados sob o comando do subalterno de Operações Especiais, para executarem determinado tipo de operações, mas, também, companhias onde a situação não exigia nem aconselhava pelotões ou grupos diferenciados. A nível individual, normalmente, o subalterno de Operações Especiais

Equipa de Operações Especiais em treino na neve.

Parelha *sniper*.

coadjuvava o comandante na área das operações e o sargento auxiliava o subalterno quer no mesmo pelotão, quer nas funções administrativas. Muitos destes oficiais e sargentos foram escolhidos para missões importantes junto dos vários grupos de combatentes locais, designadamente, Caçadores Nativos, Milícias, Grupos e Tropas Especiais (GE), e Grupos Especiais Pára-quedistas (GEPs), quer supervisionando, quer instruindo, quer participando nas acções por eles realizadas. Os militares de Operações Especiais tomaram parte em todo o tipo de operações vividas nos três teatros, aplicaram a doutrina criada para a contra-subversão, com técnicas e tácticas próprias, testadas, ensinadas e difundidas pelo CIOE, em especial a acção psicológica sobre as populações – uma das áreas de intervenção de maior importância no conflito, uma vez que, neste tipo de conflitos, as populações eram o alvo a conquistar. Foram, também, importantes auxiliares dos comandantes de companhia e de outros escalões de comando, devido à especificidade da sua formação. Adaptaram-se facilmente às diferentes situações pelo treino diversificado que tiveram. Por toda a sua acção neste período, o CIOE ostenta no seu estandarte a legenda Angola, Moçambique e Guiné, 1961-1974.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 planeado e desencadeado pelo movimento dos capitães pôs fim à guerra. O movimento teve origem nas reuniões, cartas de protesto e movimentações corporativistas surgidas no Verão de 1973, em contestação aos Decretos-Lei n.º 353, de 13 de Julho, e n.º 409, de 20 de Agosto de 1973, mas rapidamente se politizou e estruturou. Ao cansaço causado pela guerra, pela exiguidade dos quadros, principalmente de capitães e subalternos e das sucessivas comissões, somou-se a consciencialização de que o fim da guerra só poderia ser alcançado pelo derrube do regime. Nesse sentido o movimento foi-se estendendo e ganhando apoiantes através de uma rede relativamente bem montada. No CIOE, alguns dos seus oficiais, participaram activamente nas acções e movimentações preparatórias. No plano de manobra da operação "Viragem histórica", o CIOE era considerada uma Unidade importante nas acções a decorrer no Norte do país. Assim, na madrugada de 25 de Abril de 1974, marchou, do CIOE para o Quartel General da Região Militar do Norte (QG RMN) no Porto, a companhia de comandos 4041 sob o comando do Capitão Delgado da Fonseca.

O golpe militar pôs fim ao regime e ao mesmo tempo abria as portas à democracia. Todavia, esse caminho foi tortuoso e marcado pelo confronto entre elementos moderados, que pretendiam a instauração em Portugal de uma democracia segundo os padrões da Europa Ocidental e os elementos da esquerda radical que pretendiam a instauração de um regime comunista na órbita da URSS. O período decorrido entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975 foi extremamente agitado, atingindo o pico de tensão durante o Verão de 1975, num momento em que já se contavam espingardas num clima de pré-guerra civil. O alvoroço encontrava eco e amplificava-se nos quartéis que se tornaram palcos de disputa político-ideológica. Actos de indisciplina, desobediência, participação de militares em

manifestações e acções políticas tinham-se tornado habituais em várias Unidades. Na Região Militar Norte (RMN), o CIOE era uma Unidade chave, pelo tipo de forças que aprontava, pela localização, pelo grau de influência que provocaria nas Unidades próximas e nos restantes quadros do Exército. Importância que não passou despercebida aos militantes da esquerda radical e cedo se notou essa preferência, que se fez sentir em especial entre os meses de Fevereiro a Julho de 1975. Período de grande influência da ala comunista e de significativa actividade e durante o qual a Unidade se encontrava praticamente dominada. Todavia, a situação reverter-se-ia durante o mês de Julho de 1975 com o regresso de alguns oficiais e sargentos ao CIOE. Regressos que conduziram à normalização da Unidade pois os elementos radicais foram sendo afastados, contendo-se assim, a ameaça radical. Após este saneamento, o CIOE, colocou-se à disposição do Brigadeiro Pires Veloso, Comandante da RMN, na defesa da disciplina, da ordem e dos valores democráticos, juntando-se a outras Unidades e especialmente à sua Reserva Pessoal – a Companhia Operacional de Leixões. Companhia que, com o seu efectivo de 150 a 200 militares com a especialidade de Operações Especiais, constituiu-se como a única força de que o Comando do Quartel-General se podia socorrer para resolver as mais diversas situações. Assim, a 27 de Novembro de 1975, uma força constituída por 38 militares comandada pelo Capitão Angeja marchou, na sequência de uma ordem telefónica do Comandante da RMN, para o Regimento de Infantaria do Porto e, posteriormente, para o Regimento de Artilharia de Lisboa (onde permaneceu até 6 de Dezembro de 1975), desempenhando missões de elevado risco numa época de enorme instabilidade política e militar.

Elemento de Operações Especiais em progressão.

Após o sucesso do golpe militar de 25 de Abril e durante o "Verão Quente" uma série de reformas foram ocorrendo. O fim da Guerra em África teve inevitáveis consequências ao nível da organização do Exército. A 14 de Julho de 1975, o Despacho n.º 37/REO, assinado pelo General CEME, Carlos Alberto Idães Soares Fabião, anuncia a extinção do CIOE e a sua substituição pela Escola de Formação de Sargentos (EFS), desde 1 de Agosto de 1975. O Decreto-Lei n.º 181/77, de 4 de Maio, vem dar força de lei ao referido despacho e surge para regularizar alterações já verificadas na organização territorial do Exército. A EFS, tinha como missão instruir a primeira parte dos Cursos de Formação de Sargentos, durante a qual eram ministrados os conhecimentos básicos das matérias comuns às várias Armas e Serviços do Exército. Desde 1977, quando teve início o 1.º CFS até à sua substituição pelo CIOE, em 1 de Fevereiro de 1981, formaram-se, em Lamego, 1111 Sargentos que, posteriormente seguiram para as respectivas Escolas Práticas para concluírem o seu ciclo de instrução. Como herdeira em tradição e espírito do CIOE, a EFS recebeu da extinta Unidade instalações e terrenos extremamente propícios para a instrução de Operações Especiais e, dos seus quadros, alguns dos bons especialistas que o Exército Português possuía nessa área. Tornou-se evidente para o Comando e militares da EFS que o desenvolvimento das técnicas e o aprofundamento dos conhecimentos na área das Operações Especiais continuava a ser essencial para a componente operacional do Exército. Julgou-se importante não se perder uma técnica, um nível de conhecimentos e uma formação de espírito que atingira, durante a vigência do CIOE, elevada eficácia. Tendo esta consciência do dever único que tinha, e que não podia legar ao esquecimento, a EFS manteve a formação em dois turnos de incorporação de pessoal recruta que recebia instrução do tipo "Operações Especiais" mantendo viva a especialidade. Porém, esta situação não se manteve por muito tempo.

Pelo despacho 101/ REO, de 22 de Janeiro de 1981, do General CEME Pedro Alexandre Gomes Cardoso, a EFS é transformada em CIOE em 1 de Fevereiro de 1981. Sendo o CIOE o legítimo possuidor das tradições e património histórico-militar do CIOE, criado a 16 de Abril de 1960, e do Regimento de Infantaria n.º 9. Recebe missão similar à estabelecida anteriormente.

Em 1982, é ministrado o primeiro Curso de Operações Especiais a militares do Quadro Permanente, passando a ser anual a sua frequência por Oficiais e Sargentos nacionais e estrangeiros.

Em 1983, por Despacho do General CEME, em 3 de Dezembro, foi criado o Curso de Operações Irregulares (COIR) tendo como objectivo a qualificação de quadros em Operações Irregulares aptos para organizar, instruir e orientar Forças Irregulares, tendo em vista a defesa do Território Nacional com o recurso à resistência. Apoiava-se a criação deste curso na LDN de 1982, que determinava como dever de todos os portugueses a passagem à resistência, activa ou passiva, em caso de agressão. Estávamos no auge da "Guerra-fria". O curso tinha carácter obrigatório e destinava-se a formar Oficiais e Sargentos dos Quadros Permanentes do Exército das diversas armas e serviços, tendo-se mantido com pequenas alterações este formato e objectivo até 2002.

Em 1986, há uma reestruturação do Encargo Operacional do CIOE, imposta superiormente, formando-se duas companhias, sendo uma a Companhia de Operações Especiais (COE), com três pelotões, e uma Companhia de Apoio de Combate (CAC), com um Pelotão de Reconhecimento, um Pelotão de Morteiros 120 e um Pelotão Anti-carro. Tudo isto formava o Batalhão de Operações Especiais. As Praças de Operações Especiais tinham então como especialidade "Atirador com aptidão para Operações Especiais" podendo a COE ser empregue, *in extremis* como Companhia de Atiradores. No mesmo ano, foi decidido eliminar a especialização em "Operações Especiais", não havendo em 1987 o Curso de Operações Especiais do QP, nem a primeira incorporação para Praças ou para o Curso Geral de Milicianos (CGM). Alegava-se então que se encontrava em estudo a possibilidade do Batalhão de Operações Especiais vir a integrar a Brigada de Forças Especiais, sediada, na época no Forte do Bom Sucesso, juntamente com forças dos dois batalhões de Comandos do Regimento. Intenção que não veio a ser consumada.

Em 1987, reúnem-se os Generais Director do Departamento de Instrução do Exército (DDI), General Aurélio Trindade, o Director da Arma de Infantaria (DAI), General Adérito Figueira e o Comandante da Região Militar do Norte, General Carlos de Azeredo. Desta reunião ficou clara a intenção de preservar o CIOE e as suas especificidades pela importância que constituíam para o Exército. Simultaneamente, iniciam-se os estudos para a elaboração de um documento que consolidasse o conhecimento acumulado pela Unidade ao longo dos anos no que referia a organização, missões e tarefas. Um documento que identificasse as missões primárias para as Operações Especiais mas que também englobasse os conceitos expressos na Lei de Defesa Nacional, nomeadamente no que referia à resistência, e que não chocasse com os preceitos utilizados pela NATO no que referia ao emprego das Forças de Operações Especiais.

Em 26 de Abril de 1988, sendo Chefe do Estado-Maior do Exército o General Firmino Miguel, é publicado o Despacho 37/88/CEME, estipulando-se aí, entre outros pontos importantes, a missão do CIOE que até aí era provisória. Indicam-se claramente as possibilidades e organização do Encargo Operacional do CIOE, a Companhia de Elementos de Operações Especiais (CEOE), e discriminam-se as competências que devem possuir os diferentes militares de Operações Especiais. A Companhia de Elementos de Operações Especiais é organizada em cinco pelotões podendo actuar em favor das Grandes Unidades (GUs) do Exército a levantar à custa do dispositivo territorial, as três regiões militares, Norte, Lisboa e Sul e ainda as duas zonas militares, Açores e Madeira. A Companhia dependia directamente do Chefe do Estado-Maior do Exército para o seu emprego operacional. Seguindo a mesma filosofia, é imposta ao CIOE a responsabilidade de ministrar um curso de operações irregulares, contribuindo assim para a edificação do subsistema de resistência em que se pretendia, como objectivo estratégico, que os Oficiais e Sargentos, em caso de necessidade e a partir da sua zona de guarnição territorial, viessem a organizar a resistência. Tal conceito é considerado pelo CEME como fundamental como factor de dissuasão estratégico, credível e de baixo custo devendo a capacidade de resistência residir no Exército, referindo especificamente que "Portugal, muito embora fazendo parte da Aliança Atlântica e estando integrado no seu aparelho militar, deve: alicerçar a sua defesa numa dissuasão minimamente credível e autónoma de ameaças/agressões de baixos custos militares e políticos e na qual também se inclui a capacidade de recorrer à resistência activa organizada como última forma de defesa."

Como já referido, os estudos anteriormente iniciados para a sistematização doutrinária das Operações Especiais foram realizados em estreita colaboração com o Instituto de Altos Estudos Militares

(IAEM), órgão então responsável pela Doutrina no Exército, chegando-se a uma versão final que é aprovada e implementada em 1990 pelo General CEME, vindo a constituir-se o capítulo XIX do Regulamento de Campanha – Operações sob a denominação de "Operações Não Convencionais". Com a aprovação deste capítulo, viu a Unidade consubstanciados os princípios, missões e formas de actuação das Forças de Operações Especiais, das Actividades Irregulares e das Operações Não Convencionais no seu vasto espectro de actuação e que, de forma precisa e clara, distingue o tipo de forças e operações que são atribuídas a Forças Não Convencionais daquelas que são atribuídas a Forças Convencionais. A clarificação da missão e da natureza do empenhamento das Operações Especiais contribuiu para que, ao longo da década de 90, se registasse uma evolução notável nas áreas do saber fazer, cimentada através das experiências recolhidas pela frequência de diversos cursos no estrangeiro, da participação em vários exercícios bilaterais, combinados e conjuntos.

Em 1996, o CIOE integrou a AMF(L) ACE Mobile Force (Land) da NATO, participando num primeiro exercício na Bélgica (1996). Fruto de experiências de militares de Operações Especiais recolhidas no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina a Unidade planeia, executa e participa, em Santa Margarida no primeiro exercício de Operações de Paz, decalcando a situação que se vivia, pelas forças da NATO naquele território da ex-Jugoslávia, no qual se utilizaram métodos de simulação de populações num figurino que ainda hoje é utilizado. Neste exercício "Viriato" participaram forças do RI 13 e do RC 6, sob a supervisão da então Região Militar do Norte. O CEME, General Cerqueira da Rocha, visitou este exercício tendo ficado muito bem impressionado pelo realismo conseguido.

Equipa de Operações Especiais em treino de Operações Anfíbias.

No mesmo ano, a 13 e 14 de Novembro, o CIOE participa em Highwycombe, Reino Unido, numa Conferência da Comunidade de Operações Especiais da NATO, onde se discute o *draft* de um documento, o AJP 1 (A), *Allied Joint Publication*, que pretende ser o *draft* inicial do documento doutrinário das Operações Especiais da NATO. O Despacho de 13 de Setembro de 1996 do General CEME refere que compete ao CIOE apresentar os pareceres acerca dos estudos tendentes à consolidação da Doutrina de Operações Especiais da NATO. Foi referido nessa conferência, conforme expresso no relatório, que a elaboração de documentos doutrinários NATO de Operações Especiais, deverá ser sempre suficientemente abrangente para que não choque com conceitos nacionais. Da comparação dos conceitos doutrinários apresentados em documento para discussão e os conceitos expressos no Cap. XIX do RC Operações (Exército Português), conclui-se que os constantes do regulamento nacional se encontravam relativamente avançados relativamente aos da NATO, nomeadamente no que referia a missões primárias das Operações Especiais, incluindo conceitos de Operações Não Convencionais, Operações Irregulares, Operações Especiais de Acção Directa e Operações Especiais de Acção Indirecta.

Em paralelo, inicia-se, ainda durante o ano de 1996, no EMGFA, em ambiente muito reservado, o planeamento de operações de contingência, apenas com militares do CIOE, do que vieram a ser mais tarde as NEO (*Non Combatant Evacuation Operations*). O plano, então elaborado, serviu como referência ao planeamento e execução da Operação "Leopardo" em Maio de 1997, em que uma força conjunta, onde estava o DOE (AMF), operou no Congo e Zaire.

Em 1997, integrando a AMF(L), um Destacamento de Operações Especiais parte para a Noruega, em Janeiro, para um período de aclimatização de três meses que culminaria com um grande exercício da NATO nesse país. Ainda durante o ano de 1997, para execução em 1998, é atribuída ao CIOE a respon-

sabilidade de comandar a componente de Operações Especiais da NATO no exercício "Strong Resolve 98", que era, à época, o maior exercício da NATO envolvendo 68.000 homens nas suas duas áreas geográficas, Atlântico e Europa do Norte, "Crisis North", onde se treinou operações do Art.ºV, e Europa do Sul e Atlântico, "Crisis South", onde se treinaram as Operações de Paz. Este exercício envolveu todos os militares do CIOE e *augmentees* de Operações Especiais, oficiais e sargentos desde a fase de planeamento. É deste ano que data a criação da célula de Operações Especiais junto Commander in Chief South Atlantic (CINCSOUTHLANT) – mais tarde o Joint Command Lisbon – , em Oeiras.

Em 1998, no exercício "Viriato" das Operações Especiais que decorre na região de Mirandela, envolvendo meios aéreos da Força Aérea Portuguesa e importantes forças espanholas de Operações Especiais, com um realismo digno de nota, leva-se a cabo o treino, pela primeira vez no Exército, de Operações de Evacuação de Não Combatentes (NEO). Curiosamente, logo após este exercício, foi necessário num tempo mínimo executar uma operação NEO, na Guiné, durante a qual as forças de Operações Especiais foram encontrar forças congéneres americanas e francesas com quem tinham estado em exercícios durante Outubro/ Novembro de 1997 e Feveveiro de 1998 (Strong Resolve), respectivamente. Ao longo deste ano, até 1999, são várias as saídas de curta duração de Destacamentos de Operações Especiais para a Guiné. Data deste ano a Directiva Operacional 12/ CEMGFA/99 que identifica as forças de Operações Especiais das Forças Armadas como sendo o Destacamento de Acções Especiais da Marinha e as Forças de Operações Especiais do Exército e as suas missões primárias. Na elaboração do *draft* inicial desta Directiva participou um grupo de Oficiais do CIOE tendo como referência os trabalhos também em curso na NATO quanto ao emprego conjunto de Forças de Operações Especiais. Do mesmo modo, o CIOE participa na elaboração do plano que a contingência da execução de NEOs. Entre 1997, data da primeira NEO em que o CIOE participa, e 2000, militares desta Unidade participam no planeamento de contingência para quatro territórios com potencial instabilidade onde residiam comunidades portuguesas que poderiam vir a necessitar de segurança acrescida.

Em 1999, o Destacamento de Operações Especiais é a primeira subunidade completa do Exército Português a entrar no Teatro de Operações do Kosovo, seguida de imediato pelo Agrupamento Alfa, ficando sob Controlo Operacional da Brigada Multinacional Oeste até Julho de 2001 sendo, nesse ano, a última unidade do Exército Português a sair daquele território.

Elementos de Operações Especiais em treino de desembarque aéreo (descida em corda rápida).

No âmbito dos exercícios combinados foi no CIOE que se iniciaram os primeiros exercícios da série "Felino" (animal heráldico do CIOE), que envolviam inicialmente as forças especiais dos países da CPLP, tendo sido planeados e executados naquela Unidade os exercícios desta série dos anos 2000 e 2001.

Em 17de Novembro de 2001 é solicitado ao CIOE a constituição de um Destacamento de Operações Especiais para operar no Afeganistão. A 19 de Novembro é enviada essa constituição, o quadro orgânico de material e as dotações necessárias.

Com a abertura do Teatro de Operações de Timor-leste, em 2000, é enviado sob as ordens do Sector Central/UNTAET, um Destacamento de Operações Especiais que se virá a manter nesta Operação das Nações Unidas até 2004. Nesse ano, com o regresso de Portugal ao Kosovo, é integrado nesta Força Nacional Destacada um outro Destacamento de Operações Especiais. Em 2007 e 2008, acompanha a Quick Reaction Force (QRF) que Portugal envia para o Afeganistão no âmbito da ISAF, uma equipa *sniper* que regressa em 2008 com a retracção daquela força. Quando a QRF regressa aquele Teatro em 2010, voltam a integrá-la as equipas *sniper* de Operações Especiais.

Politicamente, em Novembro de 2002, durante uma reunião dos Ministros da Defesa Nacional da UE, em Bruxelas, foi declarada a disponibilidade de Portugal contribuir com um "Combine Joint Special Operations Task Force Head Quarters" no âmbito das Operações Especiais para o "headline goal" da EU. O Concelho Estratégico de Defesa Nacional de 2003 atribui novas capacidades às Forças Armadas, das quais se destaca a luta contra o terrorismo. Essa exigência, conjugada nos compromissos internacionais assumidos, tinha implícito a necessidade de criação de um Quartel-General de Operações Especiais (QGOE). Os estudos realizados para o seu levantamento conduziram à activação, em Janeiro de 2005, de um núcleo permanente. Na sequência da nova Lei Orgânica do EMGFA (Decreto-Lei n.º 234/2009 de 15 de Setembro) é criado o QGOE na dependência do Comando Operacional Conjunto, através do Comandante Operacional Conjunto, e assume-se como um Órgão conjunto, permanente, que tem por missão exercer o comando ao nível operacional das Forças de Operações Especiais, planear e coordenar o emprego das FOpEsp, em operações conjuntas, assim como, assegurar o planeamento e a condução dos exercícios conjuntos e combinados de FOpEsp e colaborar na definição da doutrina militar conjunta e combinada nos vários domínios da sua área específica.

No âmbito da cooperação técnico-militar, o CIOE, formou militares PALOP na especialidade de Operações Especiais, desde 1991, e mantém ainda a responsabilidade, como Entidade Técnica Principal, da cooperação e direcção dos projectos de cooperação técnico-militar em Angola e Moçambique. No mesmo sentido, em 1995, deu início à assessoria ao Centro de Instrução de Operações Especiais em Nacala, Moçambique.

Em 1 de Julho de 2006, em virtude do processo de transformação do Exército que se encontra materializado no Decreto-Lei N.º 61/2006, de 21 de Março e por Despacho N.º 12 555/2006 de 24 de Maio, do Ministro da Defesa Nacional, o CIOE passa a designar-se por Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) e, no âmbito da mesma reestruturação, passa a integrar a Brigada de Reacção Rápida (BrigRR).

***in Jornal do Exército* n.º 21, de Setembro de 1961**

Soluções deste número:
1 - Mão na bandoleira; 2 - Suspensórios cruzados; 3 - Maçã de Adão; 4 - Bandoleira da espingarda; 5 - Passeio mais estreito; 6 - Rodapé; 7 - Vidro da porta; 8 - HOSPITAL com A.

jornal do Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional (entrar em contacto prévio com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

Agradecemos que os pagamentos efectuados sejam comunicados a este *Jornal do Exército*, através dos contactos supra indicados.

Super Conta Protocolo

Dá mais a quem domiciliar o seu ordenado

LCD TV
LG 19"

PC Portátil
HP Compaq Mini 110C

Para ordenados a partir de 1.500€

A Super Conta Protocolo dá mais valor ao seu ordenado, dá um conjunto de vantagens únicas e exclusivas para si e dá o que só um Banco sólido lhe pode dar. Tudo porque damos mais valor aos nossos Clientes. Adira já.

Para ordenados a partir de 375€

Máquina de Café
Delta Qool

Câmara Vídeo
Samsung SMX-C10

GPS
GARMIN nüvi 205

Máquina Fotográfica
Samsung ES17

Informe-se já!

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

0% de juros (TAEG) no Descoberto Autorizado no 1º ano. Nos anos seguintes aplicar-se-ão as taxas de juro em vigor na altura. Caso o Cliente não cumpra o período de domiciliação, há lugar à devolução ao Banco de 350€ no caso do LCD TV e do computador Mini Portátil, e de 150€ para os restantes equipamentos.
0€ de Comissões na Conta para novas domiciliações de ordenado. Campanha válida até 30/06/10.

EXÉRGO

D. António Luís de Sousa e a Ocupação de Madrid

Cronologia
1644 (6 de Abril) – Nasce António Luís de Sousa.
1657 – 1660 – Toma parte na defesa das linhas de Elvas, na campanha da Restauração.
1661 – Nomeado capitão das Guardas do Exército de Francisco de Sousa.
1664 – Atribuição do título de 4.º Conde do Prado por feitos em combate.
1674 – Nomeado Governador da província do Minho. Promovido a Mestre de Campo General. Herda o título de marquês das Minas por morte do pai.
1688 – Nomeado Conselheiro Conselho de Guerra de D. Pedro II.
1698 – 1704 – Presidente da Junta do Tabaco.
1704 – Governador das Armas da Província da Beira.
1706 – Nomeado comandante do exército aliado na Península Ibérica.
1706 (28 de Junho) – **Ocupa militarmente Madrid**, onde permanece durante 40 dias.
1707 (25 de Abril) – Participa na batalha de Almanza.
1721 (25 de Dezembro) – Morre em Lisboa.

O Comandante

António Luís de Sousa, nasceu em 6 de Abril de 1644 e era filho primogénito de Francisco de Sousa, 1º Marquês das Minas e 3.º Conde do Prado, e de D. Eufrásia Filipa de Noronha e Lima. A sua vida militar tem início quando, com apenas oito anos de idade, serviu como moço de fidalgo para, aos treze anos, combater sob o comando do pai na defesa das linhas de Elvas (1659).
A dinâmica demonstrada pelo jovem fidalgo originou o despacho que o nomeia capitão das Guardas do Exército do pai, em 1661. Decorridos dois anos, é promovido a Mestre-de-Campo de um terço de Infantaria. Os traços de forte personalidade, cumulativamente com as características de liderança, valerem-lhe a atribuição do título de 4.º Conde do Prado, ainda em vida do progenitor (1664). Celebrada a paz com Castela (1668), desempenha funções de relevo ao nível político e militar na coroa portuguesa, sendo nomeado Governador da província do Minho e promovido a Mestre de Campo General, em 1674. Neste ano, recebe o título de 2º marquês das Minas, por morte do pai. Em 1684, é empossado Governador e Capitão General do Estado do Brasil, onde faz face à revolta do Maranhão e desempenha, entre outros, o cargo de Presidente da Junta do Tabaco (1698 – 1704). A sua experiência e competências militares garantiram-lhe o cargo de Conselheiro de Guerra (1688) e de Conselheiro de Estado (1704) de D. Pedro II.
Decorrente do envolvimento português na Guerra de Sucessão de Espanha, é nomeado Governador das Armas da província da Beira (1704) e defronta as investidas do exército franco-castelhano comandado por Francisco Ronquilho em território nacional, que derrota na região de Monsanto. Nesta ocasião, recupera algumas praças ao exército de Filipe V (Salvaterra do Extremo e Sarza). Em 1705, é nomeado governador das Armas da Província do Alentejo e, em 1706, por indicação de D. Pedro II, comanda o exército aliado na Península Ibérica que executa a contra-ofensiva que resultou na entrada vitoriosa em Madrid, onde lhe foi rendida obediência pelo governo e tribunais daquela cidade, bem como de Segóvia e Toledo. Estava consumada a "mais brilhante ripostada que os portugueses, ao cabo de trinta anos da Restauração da independência, podiam vibrar aos antigos opressores" (Carlos Selvagem, 2006).
Instalado em Madrid, fez proclamar rei o Arquiduque Carlos da Áustria que, incapaz de fazer a junção em tempo com as forças aliadas, forçou António Luís de Sousa a retirar de Madrid, ao fim de quarenta dias de ocupação da capital espanhola.
Sobre o brilhantismo demonstrado por António Luís de Sousa aquando da tomada de Madrid, António Caetano de Sousa refere que "Esta grande empresa honrou naquelle ano as nossas Armas, e nos futuros o fará ainda mais à memoria deste General. "António Luís de Sousa, 2º marquês das Minas e 4.º conde do Prado, morreu no dia de Natal de 1721, com 77 anos, deixando para a posteridade o feito inigualável da tomada de Madrid.

BORGES, João Vieira (2003) Conquista de Madrid
D. António Luis de Sousa, 2º Marquês das Minas.

BORGES, João Vieira (2003) Conquista de Madrid

Grande Aliança.

Conjuntura Político-Estratégico

A Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1713) resulta de uma decisão do rei de Espanha Carlos II: no estertor da morte (1700) e sem descendência directa para lhe suceder, escolhe, por testamento, Filipe de Anjou, seu primo e neto do rei de França Luís XIV. Consequentemente, outros candidatos à sucessão e a Europa «movimentam-se», destacando-se o arquiduque Carlos, filho segundo do imperador Leopoldo da Áustria. Perante a formação de um bloco franco-espanhol ou a revivescência do império habsburgo de Carlos V (1519-1555), as potências europeias alinham estratégias. Opondo-se ao engrandecimento de Luís XIV, a Grã-Bretanha, a Áustria e os Países Baixos celebraram a "Grande Aliança" para defenderem a candidatura do arquiduque Carlos, declarando guerra à França na Primavera de 1702. Dos seus objectivos destacam-se: a satisfação das reivindicações de Leopoldo I da Áustria à coroa espanhola; a ocupação dos Países Baixos espanhóis para servirem de muralha entre a França e a Holanda, do Ducado de Milão, do reino de Nápoles e das ilhas do mar Mediterrâneo; a posse das praças espanholas na América a conquistar por ingleses e holandeses; a garantia de que a França e a Espanha nunca se reuniriam sob a mesma coroa. Portugal temia uma nova guerra junto às suas fronteiras ou a intervenção no conflito logo após o fim da Guerra da Aclamação, quando a situação económica era periclitante. Mas a conjuntura internacional, com a Europa dividida em dois blocos, rápido fez perceber que as iniciais

Wikimedia.org

Arquiduque Carlos da Áustria.

pretensões de neutralidade eram inviáveis. "As prioridades portuguesas, relativamente ao comércio colonial e à sua segurança levaram D. Pedro II, secundado pelo ministro Cadaval, a optar inicialmente pela França, julgando ser a melhor maneira de conter politicamente a Espanha." Em 18 Junho de 1701, quando se reconheceu a realeza de Filipe V, "em troca da cedência de terras a norte do Amazonas, Portugal perdia o seu estatuto de neutralidade e ratificava uma aliança com a França, colocando-se em oposição aos tradicionais aliados marítimos." Por este Tratado, a França, além das vantagens concedidas, garantia a Portugal ajuda militar em caso de guerra. Tratava-se de uma aliança que não acautelava os interesses ultramarinos do País e, consequentemente, a economia do Reino.
Assim, depois do Pacto de 1701 firmado entre Portugal e a Espanha, os dois países foram-se afastando no campo da política internacional. Constatando as derrotas francesas em Itália e no Reno e temendo a presença da frota inglesa nas costas peninsulares, D. Pedro II percebeu o perigo da ligação portuguesa à França. Assim, temendo uma guerra contra as potências marítimas (Inglaterra e Holanda), D. Pedro II procurou encontrar um pretexto para romper os compromissos que assumira com o bloco franco-hispânico, Portugal ordenou ao seu embaixador em Paris para solicitar do governo francês os socorros previstos nos acordos de 1701, que não foram prestados. Consequentemente, os tratados celebrados com a França foram considerados nulos e Portugal orientou-se no sentido da neutralidade (1702), aproveitando para se rearmar, fosse para sustentar essa neutralidade ou para assumir uma atitude beligerante em condições satisfatórias. Nessa altura, o governo britânico procura atrair Portugal para a "Grande Aliança", ciente da impossibilidade de invadir a Espanha por outra fronteira que não fosse a portuguesa. Para o efeito, enviou a Portugal um emissário, John Methwen, que negociou com D. Pedro II a mudança de campo. O resultado foi a adesão portuguesa à «Grande Aliança» (1703), em apoio da candidatura ao trono espanhol do arquiduque Carlos da Áustria, e a celebração de um tratado comercial entre Portugal e a Grã-Bretanha. O Tratado de Methwen (27 de Dezembro de 1703) comprometia Portugal a consumir os têxteis britânicos e, em contrapartida, a Grã-Bretanha, os vinhos de Portugal, ficando conhecido como o Tratado do vinho e dos panos.
Relativamente à guerra em curso, em 16 de Maio de 1703 foram assinados dois Tratados: um de aliança defensiva entre Portugal, a Grã-Bretanha e os Países Baixos; e outro de aliança ofensiva e defensiva entre Portugal, a Áustria, a Grã-Bretanha e os Países Baixos, para conservar a liberdade da Espanha e manter o direito da Casa da Áustria à Monarquia Espanhola. Por um artigo secreto, Carlos da Áustria cedia a D. Pedro II as terras situadas na margem setentrional do rio da Prata, que servirá de limites aos domínios de ambas as coroas na América.
No ano seguinte (1704), principiou a guerra entre Portugal e a Espanha, com imediatas repercussões no Novo Mundo. Depois de o marquês das Minas, no comando de efectivos luso-britânicos ter entrado em Madrid (1706) e aclamado Carlos da Áustria rei de Espanha, a situação degradou-se, com o levantamento da Nação Espanhola a favor de Filipe de Anjou e a derrota "aliada" em Almansa. Portugal era de novo invadido por tropas franco-espanholas.
A Guerra da Sucessão de Espanha é um acontecimento que mostra claramente os anseios, receios e constrangimentos da política externa portuguesa face a um conflito europeu. Neutralidade, alinhamento pelo bloco franco-hispânico, neutralidade, alinhamento pelo bloco britânico: a explicação reside nos «pergaminhos» da Restauração, onde a Espanha surge como perturbador e a França e a Inglaterra, fautores da realeza dos Bragança, aliança a equacionar. No limite, prevaleceu a "colagem" à Inglaterra e a importância de preservação das possessões ultramarinas no Atlântico.

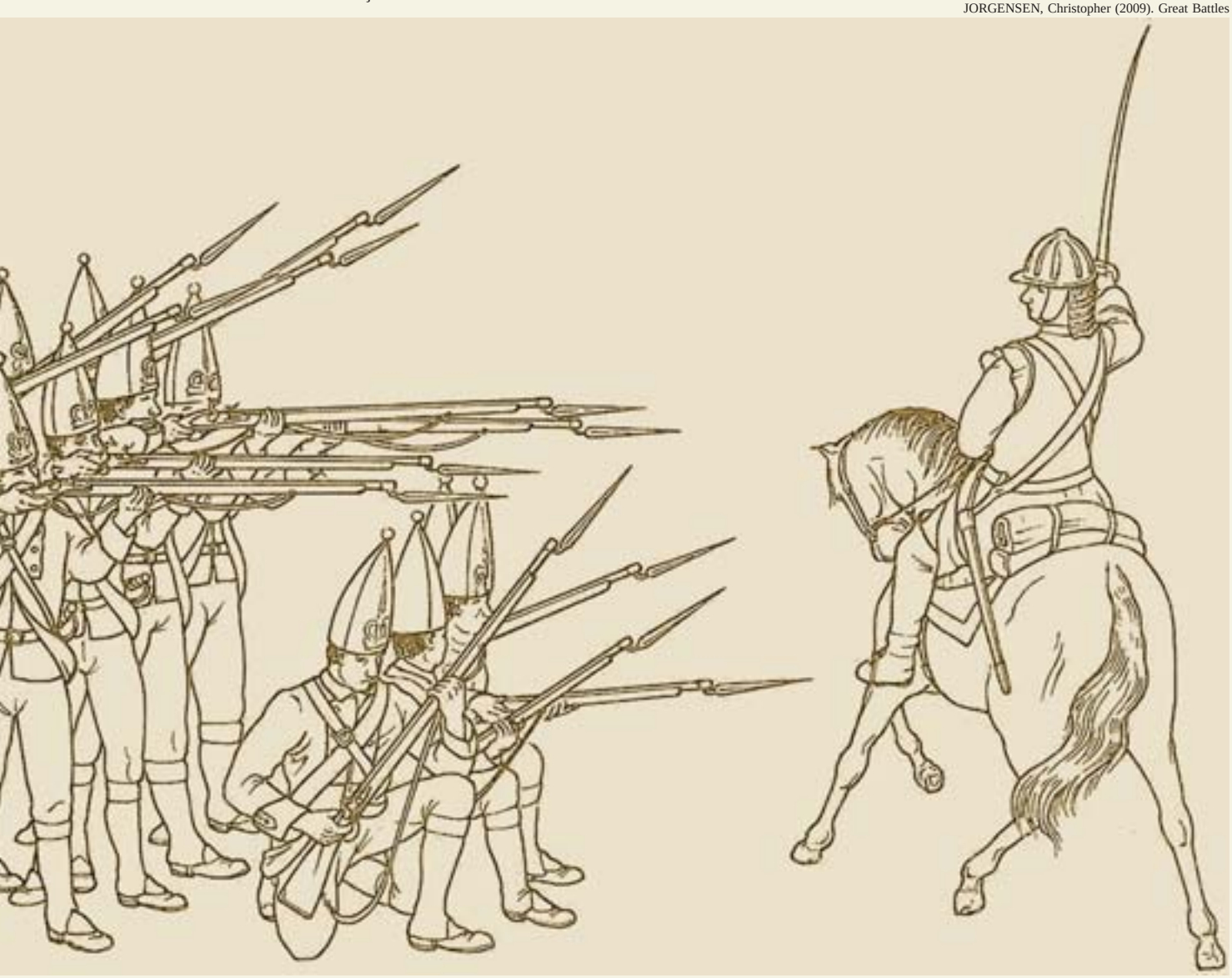
A Arte da Guerra e Aparelhos Militares

Após a assinatura dos tratados de Münster (30 de Janeiro de 1648) e Osnabrück (24 de Outubro de 1648), que dão corpo à Paz de Vestefália, a organização dos exércitos mudou significativamente. As consequências do novo ambiente estratégico em que os Estados passaram a operar no sistema internacional foram decisivas. O equilíbrio europeu passava a assentar, essencialmente, numa "teia" de alianças militares que visava a contenção das potências no interior dos seus traçados fronteiriços. Surge, então, a necessidade dos exércitos permanentes, garante do equilíbrio do fiel da balança de poderes, exércitos que passaram a ter um cariz profissional onde a nobreza desempenhava as funções associadas ao comando e os soldados eram recrutados na "escória" da sociedade.
Actividade dispendiosa por natureza, a guerra passou a ser feita por exércitos sustentados pela coroa, em tempo de guerra e de paz, sobrecarregando extraordinariamente os cofres do Estado. Consequentemente, procurou-se a guerra limitada e a demissão de combates decisivos, de forma a não exaurir tão preciosos recursos necessários à condução da política externa. Efectivamente, "recorria-se normalmente a uma estratégia de desgaste, não de aniquilamento, de esgotar o inimigo, não de matá-lo; e normalmente o objectivo de tal estratégia era atacar as linhas de abastecimento do inimigo e das suas fortificações, e não o seu exército" (Fuller). A guerra de assédio era, portanto, a forma de conduzir a guerra nos finais do século XVII.
Os finais do século XVII e inícios do século XVIII não foram épocas de grandes inovações ao nível do armamento, mas de melhoria da sua eficácia e difusão nos campos de batalhas. O mecanismo de disparar de morrão foi substituído pelo de pederneira, permitindo uma cadência de fogo de três tiros por minuto, e a baioneta de alvado possibilitou que cada infante se transformasse num lanceiro, eliminando os piqueiros do campo de batalha.
Portanto, o instrumento militar dos regimes absolutos surge-nos no século XVIII como um monopólio dos soberanos, que detinham a faculdade exclusiva de fazer a guerra, através do domínio total de um dos principais instrumentos da máquina do estado: o militar. As guerras passam a travar-se entre soberanos, transformando-se em guerras de predomínio, através das quais as nações mais fortes tentam dominar as mais fracas. Neste período, portanto, a guerra é um negócio exclusivo do rei (*ultima ratio regis*), os exércitos são profissionais e comandados por oficiais oriundos da nobreza, sendo os soldados (marginais) "carne para canhão" sujeitos a uma disciplina férrea.
Paralelamente, as máquinas militares (homens e armamento/equipamento) são muito dispendiosas, a componente logística é incontornável, as guerras são de usura económica e financeira com objectivos limitados. Assim, a guerra obedecia a uma estratégia judiciosamente ponderada, visando o desgaste dos meios do inimigo, o que era geralmente suficiente para conduzir às negociações de paz. De facto, a batalha só ocorria em determinado local se ambos os contendores o desejassem (batalha por consentimento mútuo). A manobra e batalha eram distintas e, de certa forma, independentes. Qual paradoxo, o Estado forte do período absolutista não tinha correspondência numa eficiente máquina militar.
Quando em combate, o elemento fogo predomina na preparação e o elemento choque tem a primazia na decisão. "É o período da ordem linear pelo fogo e em que se começa a esboçar a utilização da manobra pelas alas" (Calçada, 1998). Assim, em termos tácticos o batalhão formava em seis fileiras e "a ordem de batalha é então em duas linhas: a infantaria na frente de cada linha, formando ao centro; a cavalaria nas alas. À frente grupos de artilharia enquadram a frente de infantaria. Á retaguarda uma reserva de infantaria e cavalaria" (Martins, 1945).
Em Espanha, com a morte de Carlos II e a subida ao trono de Filipe V (1701), o exército foi reorganizado à imagem do francês, considerado o "estado da arte" da época. Filipe V substituiu os terços de infantaria por regimentos de doze companhias. Eliminou o mosquete de morrão, o arcabuz e o pique, sendo a espingarda com baioneta o único meio que equipava a infantaria. Adaptou, com leves alterações, as evoluções tácticas e as manobras da infantaria francesa. A cavalaria manteve a organização em Dragões (equipados com carabina e pistola) e Carabineiros (equipados com espingarda com baioneta, pistola e sabre). De modo a aumentar os efectivos fomentou o voluntariado, mediante de concessão de vantagens e de privilégios, e organizou as milícias em batalhões (cerca de 500 homens cada). Em Portugal, terá sido pela mão de D. Pedro II (1702) que se viram alterações significativas em termos de emprego do exército. Perante a

eminência de se envolver em guerra com a potência continental D. Pedro II, o primeiro dos monarcas absolutistas, promove uma reestruturação profunda no exército português, que desde as campanhas da Restauração se encontrava num estado de letargia e dormência no que respeita aos assuntos militares. O monarca pretendia que o exército de efectivos reduzidos, mal armado e equipado, para além de indisciplinado, se erguesse com 20 000 infantes e quatro mil cavaleiros, entre os quais se encontravam quatrocentos dragões. Toda a infantaria seria repartida em vinte terços, de quatro mil homens cada e, em cada terço, estaria contemplada uma companhia de granadeiros. Na reestruturação de 1702 os piqueiros continuavam a ser o cerne da infantaria. Só a partir de 1703 foram incentivados a passar a arcabuzeiros ou mosqueteiros, armados de arcabuzes de morrão ou mosquetes. Em 1704, por decreto de 26 de Julho, os terços eram todos pagos, sem excepção, pela coroa com os proventos do tabaco. Porém, contavam nos quadros orgânicos de pessoal com apenas oitocentas praças ao invés de mil, como se estabelecera dois anos antes. A cavalaria passou a ter a obrigatoriedade de utilizar a pistola (duas por soldado) e a clavina para além do sabre. Obrigatório passou a ser, também, o uso de couraça e elmo de protecção. No que respeita à artilharia criou-se um troço de quinhentos artilheiros que, durante a Guerra de Sucessão de Espanha, haveria de crescer até às mil praças.

Formação em três linhas.

JORGENSEN, Christopher (2009). Great Battles



Descrição da Batalha

Com a capitulação de Barcelona sucede-se a coroação do arquiduque Carlos da Áustria (Carlos III de Espanha) e o seu reconhecimento na Catalunha e em Aragão. Filipe V, alarmado com os avanços políticos e militares do rival, marcha sobre aquela cidade e sujeita-a a um cerco, em 14 de Abril de 1706.

A concentração de forças sobre a capital da Catalunha implicava o enfraquecimento do dispositivo espanhol junto da fronteira com Portugal, com quem estava em guerra desde 1704, favorecendo a liberdade de acção necessária para uma possível contra-ofensiva a partir do flanco ocidental. Foi com esta premissa que a intenção da tomada de Madrid ganhou corpo. Assim, o plano britânico, apoiado por D. Pedro II de Portugal, tinha como finalidade, numa fase inicial, permitir liberdade de acção às forças da Grande Coligação que combatiam na Catalunha (impedindo o reforço das forças franco-espanholas) e, numa fase posterior, progredir em direcção a Madrid, onde se faria a junção com as forças do arquiduque Carlos que, vindas de Barcelona, permitiriam a sua aclamação como

Tomada de Madrid.

Adaptação de BORGES, João Vieira (2003) Conquista de Madrid

Carlos III de Espanha. Um plano de operações arriscado, que Carlos Selvagem designou como "um audacioso golpe estratégico – a invasão de Espanha", pois requeria um comandante de excepção para o pôr em prática.

Concentrando um exército de cerca de 20 000 homens (10 000 portugueses, 4200 ingleses e holandeses, 5 000 cavalos e quinze peças de artilharia) num só corpo, na região de Elvas, D. Pedro II de Portugal atribuiu o comando a um dos seus generais de maior confiança, António Luis de Sousa – 2.º marquês das Minas. Recebida a missão, o exército aliado marcha de Elvas (a 24 de Março de 1706) em direcção a Leste. Durante a campanha desse ano, António Luís de Sousa contou com a oposição das forças franco-espanholas do duque de Berwick, constituídas, essencialmente, pelas guarnições das praças fronteiriças, sendo o foco dado à guarnição da praça de Alcântara.

Depois, contrariando a estratégia militar da época, o marquês das Minas ruma a Norte evitando os assédios, sempre seguido pelas forças de Berwick, que apresentam inferior potencial humano (cerca de 9 000 homens) e cuja intenção, mais que dar combate, seria o de retardar o avanço do exército aliado. António Luís de Sousa conquista, inicialmente, as povoações de Caya, Cayolla, São Salvador, Nossa Senhora de Carrião, Castelo de Maiorca e São Vicente. Face a esta rápida progressão, o duque de Berwick estreita contacto com as forças oponentes na região de Brozas, sendo repelido num combate de alguma intensidade e obrigado a retirar para a região de Cáceres.

Com esta acção, Berwick permite que o marquês das Minas sitie Alcântara (uma importante base de reabastecimento das forças franco-espanholas), que se entrega ao general português a 14 de Abril de 1706, após cinco dias de sítio. Com a conquista desta praça, o exército aliado capturou "munições de guerra e de boca" em número significativo (pólvora, balas de artilharia, peças de artilharia de diversos calibres, morteiros, espingardas, espingardas sem fechos, baionetas e cavalos).

Continuando a marchar para Norte, António Luís de Sousa prossegue em direcção a Placência, conquistando ao longo do itinerário Moraleja e Coria. Após a conquista de Plasência, envia alguns destacamentos para tomarem Cáceres e Trujillo.

De seguida, António Luís de Sousa tomou o itinerário Talavera-Toledo de forma a atingir Madrid de forma mais célere mas, ao perceber as retiradas sistemáticas de Berwick e a destruição dos provimentos ao longo do itinerário, reúne conselho de guerra em Almaraz. Decide, então, prosseguir pelo itinerário de Ciudad de Rodrigo, evitando um possível confronto com Berwick na região de Castela-a-Velha.

Entretanto, na Catalunha o cerco das forças de Filipe V sobre Barcelona sentia sérias dificuldades, permitindo aos aliados retomarem a ofensiva após a recepção de reforços. Vendo a situação alterada, Filipe V é obrigado a refugiar-se em França, regressando posteriormente a Madrid.

Em Castela, o marquês das Minas, com reforços frescos, conquistava Ciudad Rodrigo, após uma semana de resistência. Tendo conhecimento das boas novas de Barcelona, as forças aliadas partem em direcção a Penharanda, dotadas de 24 dias de abastecimentos, a 12 de Junho de 1706. Filipe V começava a sentir a pressão causada pelo marquês das Minas, já estacionado em Pinharanda. Incapaz de resistir, refugia-se com alguns fidalgos sobre a protecção das forças de Berwick. Também as forças franco-espanholas que guarneciam a passagem do rio Guadarrama retiram para Burgos, abrindo o caminho de Madrid às forças aliadas.

O rio Guadarrama é atravessado com toda a cavalaria e doze terços de infantaria (8 portugueses, 2 ingleses e 2 holandeses) a 22 de Junho de 1706. Dois dias depois, António Luís de Sousa monta acampamento, a cerca de quatro léguas de Madrid, de forma a esclarecer a situação política e militar na capital espanhola. Durante este período, recebe uma deputação de notáveis madrilenos que lhe rendem homenagem e solicitam a nomeação do corregedor que deveria governar a cidade e localidades limítrofes, como Toledo, Segóvia, Ávila e Talavera, "que não tardaram a submeter-se ao exército de Portugal". Houve, ainda, alguns contactos com o inimigo, comandado pelo General Choserville, na passagem de Manzanares, com os esquadrões do conde de Villaverde. A 28 de Junho de 1706, o comandante português, com os esquadrões do conde de Villaverde (a guarda avançada do exército aliado), entra em Madrid triunfalmente, ocupando-a em nome de Carlos III. Tudo levava a crer que a junção com as forças do candidato austríaco estaria para breve, porém fruto da incapacidade do arquiduque em atingir Madrid, o marquês das Minas é obrigado a retirar da cidade, ao fim de cerca de 40 dias de ocupação, para se lhe juntar em Guadalajara.

Análise da Batalha

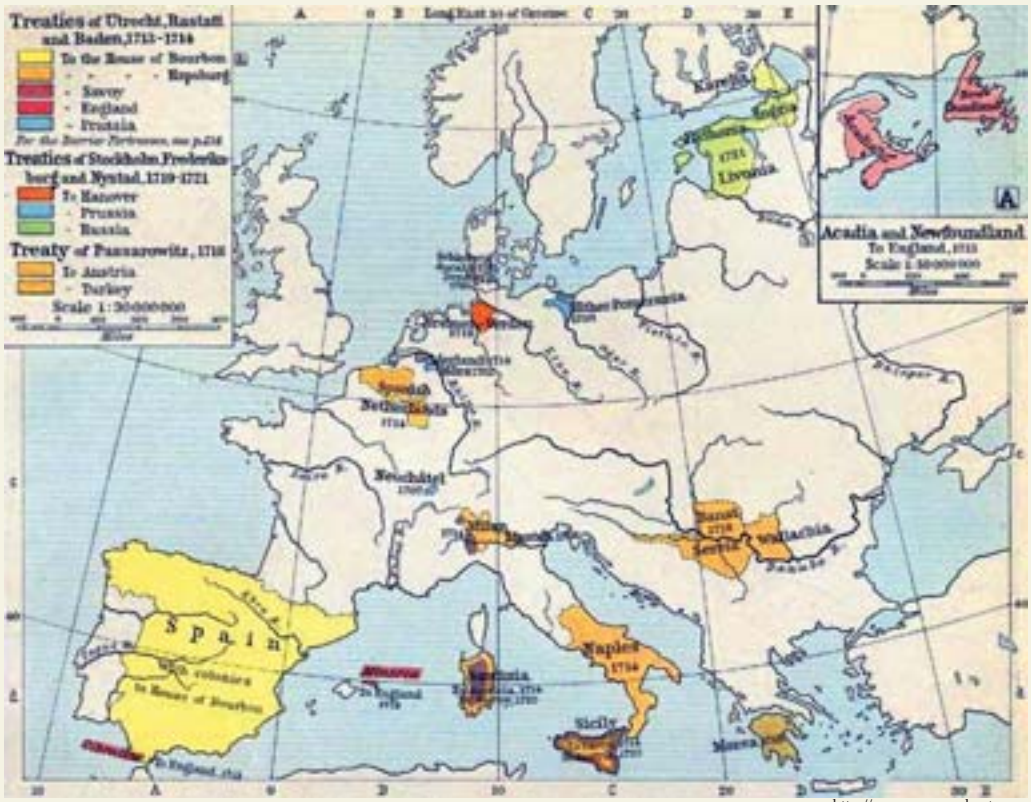
A campanha militar que determina a tomada de Madrid vinca a influência portuguesa na Guerra de Sucessão de Espanha. Após a campanha de 1704, cuja iniciativa estava do lado franco-espanhol, e a campanha de 1705, iniciada com falta de coesão política por parte dos aliados, a campanha de 1706 contava com uma situação favorável à causa do arquiduque Carlos da Áustria. De facto, a proclamação na Catalunha do arquiduque como rei de Espanha obrigou à deslocação de um volume de forças franco-espanholas bastante significativo para aquela região. Movimentação de forças que gerou o desequilíbrio posicional das forças de Filipe V, pois ficavam sem alcance operacional para ocorrer a uma operação ofensiva de grande escala iniciada no flanco ocidental. Aproveitando esta fragilidade, foi decidida a operação "tomada de Madrid" e posterior junção com as forças do arquiduque Carlos da Áustria, após as operações na Catalunha terem sucesso. Assim, António Luís de Sousa recebeu a missão de executar a operação de moldagem que facilitaria a condução das operações na Catalunha, ou seja, numa primeira fase impedir o reforço das forças franco-espanholas a Norte e, após o sucesso em Barcelona, conquistar Madrid de modo a permitir a junção com as forças do arquiduque naquela cidade. O comandante português teria de contar com a oposição das forças de Berwick, calculando-se que tivesse cerca de metade dos seus efectivos, mas estava melhor equipado e armado. O exército português, com cerca de metade do potencial de combate dos aliados, tinha sofrido uma reestruturação profunda em apenas dois anos, fazia uso de meios tecnologicamente inferiores (ainda se fazia uso de arcabuzes de morrão e mosquetes) e incorporava forças de três Estados diferentes, constituídos num só corpo. Situação que poderia ser, em termos de interoperabilidade, uma vulnerabilidade em termos de coesão da força.

Face aos desafios que se lhe punham e tendo o foco na missão ulterior, António Luís de Sousa empregou judiciosamente os princípios da guerra dos quais se destacam: Acção agressiva – furtando-se aos combates desnecessários e desgastantes, empenhando-se de forma determinante em praças como Alcântara e Ciudad Rodrigo – dois pontos importantes para o decurso da campanha; Manobra – colocando sistematicamente as forças de Berwick em desvantagem, principalmente, na passagem do rio Guadarrama; Informações – ao ter a capacidade de ler os indícios que lhe permitiram adaptar o planeamento e prosseguir a marcha por Ciudad Rodrigo; Apoio de Serviços – Marchando ao longo da fronteira, até ter conhecimento das "boas novas" de Barcelona, que lhe permitiram manter as linhas de comunicações abertas e receber reforços; Selecção do Objectivo – uma vez que o foco de toda a campanha seria colocado em Madrid, objectivo final da mesma, se que se dispersasse com as forças de Berwick.

As qualidades de liderança de António Luís de Sousa ficam, de facto, patentes ao longo da campanha encetada em 1706, durante a qual mostrou a capacidade em manter um ciclo de decisão mais rápido que o inimigo, que lhe permitiu tomar Madrid em nome de Carlos III.

Felipe de Anjou.

ingenierosdel.com



http://www.emersonkent.com

Tratados de Ultreque e Rastatt.

Consequências

Não se pode dizer que a tomada de Madrid tenha produzido fortes consequências no decurso da Guerra de Sucessão de Espanha ou implicações de monta para Portugal. Porém, esta campanha permitiu explorar uma vulnerabilidade das forças franco-espanholas proporcionando a junção das forças vindas da Catalunha, do arquiduque Carlos da Áustria, com as de Elvas, do marquês das Minas.

Nesse ano morria D. Pedro II de Portugal (9 de Dezembro de 1706) deixando a D. João V o ónus da condução da participação portuguesa na guerra de sucessão de Espanha. Em 1707, após tentar recuperar Barcelona, sem sucesso, o arquiduque Carlos da Áustria pressiona D. João V a empossar o duque de Galway comandante das forças aliadas. Carlos III defronta, nas planícies de Almansa, as forças de Filipe V, sendo derrotado naquela que viria a ser a batalha decisiva da guerra no Teatro de Operações Ibérico. Após a derrota de Almansa, a postura portuguesa pautou-se por uma opção defensiva das fronteiras do reino até à paz de Utreque (tratados que colocam o fim à guerra de sucessão de Espanha), em 1713. Decorrente de Utreque, Portugal via-se obrigado a restituir à Espanha todas as povoações conquistadas durante o decurso das hostilidades, com excepção de Olivença. Em compensação, a Espanha deveria restituir a colónia de Sacramento, no Sul do Brasil. A Luís XIV interessava a paz luso-hispânica, pois retirava argumentos à Inglaterra na luta contra a Espanha a coberto do auxílio do aliado português. De resto, para Portugal os Tratados de vizinhança revelaram-se vitais para a definição de uma política atlântica e a opção de neutralidade nas relações exteriores, apenas interrompida quando esteve em causa o prestígio de Portugal, como aconteceu aquando da interrupção das relações com a Santa Sé, ou a segurança na Europa, razão da presença da armada portuguesa na batalha naval de Matapan contra os turcos (1717).

Mas uma das consequências mais importantes da Guerra da Sucessão de Espanha, com reflexos estratégicos europeus e peninsulares, prende-se com a ocupação de Gibraltar pela Inglaterra à Espanha (1704), que empurrou este país para o um papel de procurador da potência continental, cabendo a Portugal o papel inverso.

De qualquer forma, a Guerra da Sucessão de Espanha abriu a Portugal um período de cinquenta anos de paz. A nova ordem beneficiou Portugal, face à preponderância das potências marítimas encabeçadas por Inglaterra, designadamente através das relações comerciais que tinham no Brasil o ponto de convergência. Regionalmente, Portugal assegurava o fortalecimento das fronteiras europeias, resultante da redução do poder da Espanha continental, que via o seu território, na América do Sul, ser alargado.

Com uma situação económica deficitária e "concluída a paz com Espanha e França em 1715, o exército caiu desde então por diante no mais deplorável abandono, porque pacífico e devoto aquele rei, pouco lhe importou as cousas militares, chegando a força do exército permanente a não passar de 8.000 ou 10.000 homens, mal armados, mal equipados e sem instrução ou disciplina, conservando-se assim neste estado durante o resto do seu reinado" (Luz Soriano).

Curiosidades

Qual paradoxo, D. Pedro II, cognominado o "Pacífico", terminou o reinado num ambiente de guerra europeia, assumindo o comando nominal das tropas da "Grande Aliança", após a adesão portuguesa à coligação anglo-holandesa, em 1703. O rei acompanhou o arquiduque Carlos até Madrid, aproveitando o ensejo para "capitalizar para os Bragança o prestígio há tanto desejado", tornou Portugal o palco principal das operações militares terrestres no teatro peninsular e escolheu o marquês das Minas como "maestro" para impor à Espanha a vergonha da ocupação militar de Madrid.

Ao nível dos comandos militares na Guerra de Sucessão de Espanha no Teatro de Operações Peninsular existem outros aspectos dignos de realce. No seio das forças aliadas do arquiduque da Áustria encontrava-se o general conde de Galway. O campo das forças franco-espanholas de Filipe de Anjou contava com o duque de Berwick – marechal de França. O conde de Galway, cujo nome era Henri de Massue, era francês, enquanto o marechal de França, duque de Berwick, dava pelo nome de James Stuart Fitzjames e era Inglês.

A razão desta situação encontra raízes nas convicções pessoais de cada uma destas personalidades. Henri de Massue, conde de Galway e barão de Portarlinghton, era um protestante huguenote francês que havia sido ajudante de campo de Turenne. Emigra para Inglaterra por questões religiosas (1690), tendo sido recebido por Guilherme III que o nomeia major-general do exército britânico. Desde então participa em várias campanhas ao serviço da coroa britânica. A sua prestação valeu-lhe a nomeação de general-chefe das forças aliadas em Portugal (1704) em substituição de Shomberg.

O duque de Berwick, filho ilegítimo do rei Jaime II de Inglaterra e de Arabela Churchill (irmã de Malborogh), nasce em França e professa a fé Católica Apostólica Romana. Em 1686 combate na Hungria ao lado de seu pai, o rei de Inglaterra. Tendo sido nomeado comandante da Irlanda (1689) prefere servir a coroa francesa de Luis XIV como tenente general dos exércitos de França. Em 1703 é nomeado comandante dos exércitos de Espanha, tornando-se o principal obstáculo às operações conduzidas por António Luís de Sousa.

http://fotos.sapo.pt

D. Pedro II.

Portanto, na Guerra de Sucessão de Espanha os generais estavam trocados! Um francês que comandava ingleses e um inglês que comandava franceses.

Curiosamente, a Guerra da Sucessão de Espanha, que apresenta como móbil a irredutibilidade britânica em aceitar o bourbon Filipe de Anjou no trono de Espanha, termina com este entronizado em Madrid, depois de o imperador do Santo Império Leopoldo morrer em 1705 e de o mesmo acontecer a José I, em 1711. Os eleitores escolheram, então, o seu irmão arquiduque Carlos, que ignorou a guerra e a pretensão ao trono da Espanha assumindo como Imperador Carlos VI do Santo Império Germânico. Os dados do problema da sucessão espanhola alteraram-se subitamente e a Grã-Bretanha passou a preferir um Bourbon no trono de Espanha a ver unidas na mesma pessoa as coroas do Império Germânico e da Espanha.

Autores:
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

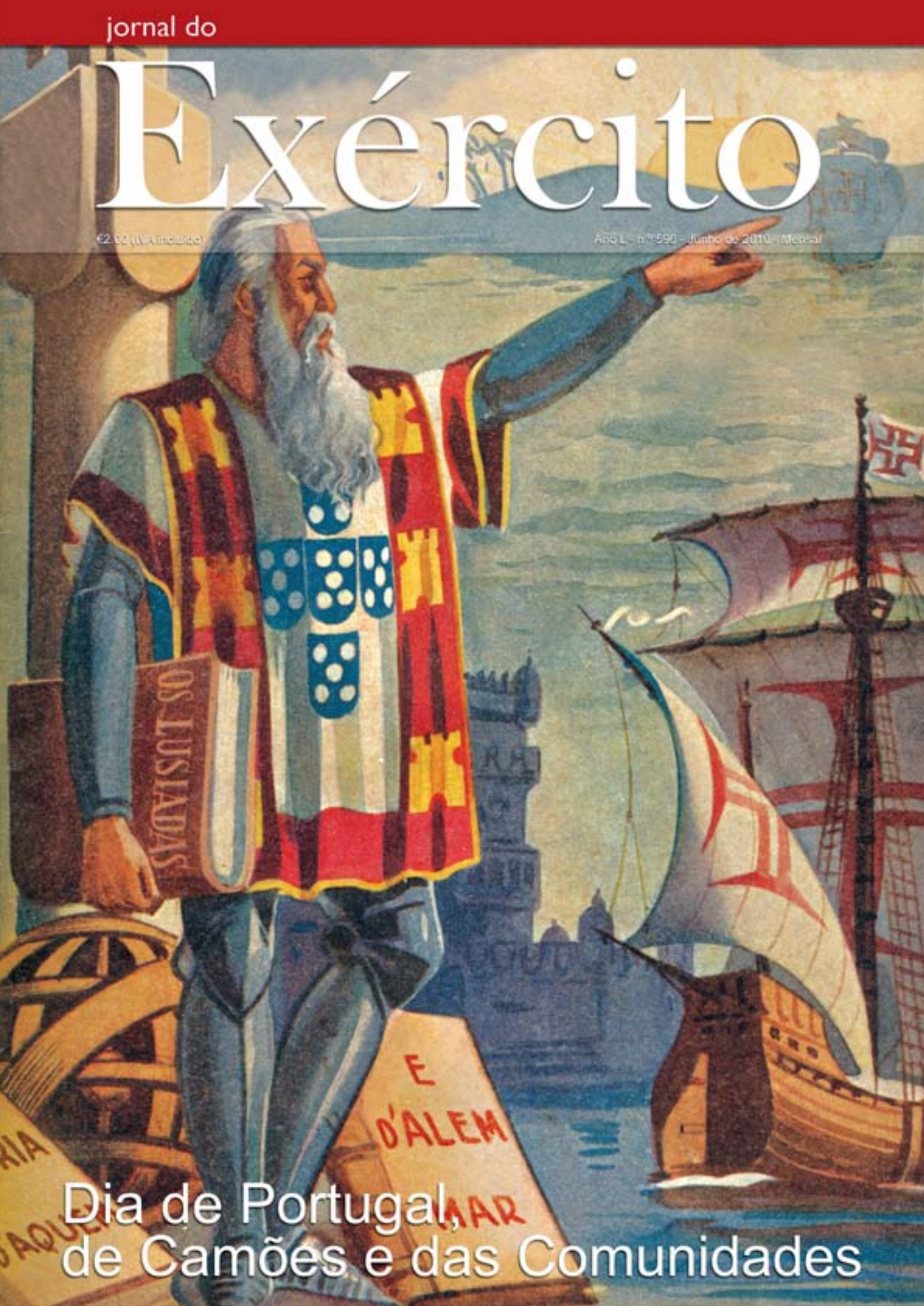
Bibliografia

• BORGES, João Vieira, Conquista de Madrid 1706. Portugal faz aclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo, Lisboa, Tribuna da História, 2003.
• CALÇADA, José Carlos Filipe Antunes, Elementos de Táctica. Contributo para uma teoria geral, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1998.
• DIAS, Álvaro Lopes et al, Estratégia Lusitana. De Viriato às Missões de Paz, Lições de Batalhas Portuguesas aplicadas à Gestão Empresarial, Paço de Arcos, Edimpresa Editora, 2007.
• JORGENSEN, Christopher ed., Great Battles. Decisive Conflicts That Have Shaped the History, London, Parragon, 2009.
• SELVAGEM, Carlos, Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.
• SOUSA, D. António Caetano de Sousa, Memorias Historicas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal, Lisboa, 1755.

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído) Ano L - nº 590 - Junho de 2010 - Mensal



Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades

academia
militar

academia
militar

formamos líderes para o futuro

Após a conclusão do ensino secundário surge o desafio da escolha de uma carreira profissional.
De entre as inúmeras hipóteses a considerar, servir Portugal no Exército ou na Guarda Nacional Republicana como Oficial do Quadro Permanente é uma opção possível e um desafio para o futuro.
A sua concretização passa pelo ingresso na Academia Militar, pela frequência de um curso universitário aliciante e com perspectiva de carreira.

A ACADEMIA MILITAR

A Academia Militar é um Estabelecimento de Ensino Superior Público Militar que desenvolve actividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a finalidade essencial de formar Oficiais destinados aos Quadros Permanentes das Armas e Serviços do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

www.academiamilitar.pt

Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadores Informáticos
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 596 - Junho de 2010

Perturbações do Sono
Um mal moderno 14

O Processo de Radicalização
Análise das Células de
Hamburgo, Hofstad e Londres 24

Suplemento
Francisco da Silveira
e a Defesa da Ponte
de Amarante

A Operational Mentor & Liaison Team de Portugal na
Kabul Capital Division PRT OMLT KCD 34

Secções

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13 e 39 a 41
Livros – 42 e 43
Uniformes Militares – 44 e 45
Passatempos de outros tempos – 46

Capa: Dicionário Ganguela-Português, Coligido e coordenado pelo P.e Domingos Vieira Baião, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, Lisboa, 1940

Contracapa: *Imagens para Luís de Camões* – Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa 1980

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, a posição institucional do Comando do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Santo António

Fernando de Bulhões – Santo António – nasceu em Lisboa, a 15 deAgosto de 1195, durante o reinado de D. Sancho I. Era filho da fidalga D. Teresa de Taveira, descendente de Fruela, rei das Astúrias, e de Martinho de Bulhões, que se presume descendente do primeiro rei de Jerusalém, Godofredo de Bouillon.

A sua vida começou a ser traçada aos 15 anos quando ingressa na Ordem dos Cónegos Regrantes de SantoAgostinho, no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Aí permanece três anos da sua vida, mudando-se, depois, para Santa Cruz de Coimbra, pertencente à mesma Ordem, onde se destaca pela sua veia estudiosa que o tornaria num letrado e excelente orador.

Em Janeiro de 1220, um acontecimento abalou-o, assim como a todo o mundo católico – são degolados cinco frades franciscanos em Marrocos. Este facto faz com que o monge Fernando abdique das coisas terrenas e se junte à errância e pobreza da Ordem Franciscana. Já como Sacerdote muda o seu nome para António e vai viver com alguns frades para o Eremitário de SantoAntónio dos Olivais.

Mais tarde parte para África com o objectivo de evangelizar, mas adoece gravemente ao chegar a Magrebe, obrigando-o a

regressar. No regresso, uma forte tempestade faz com que o navio aporte em Sícilia, na Itália – Frei António aproveita para se juntar a São Francisco, o patriarca da sua Ordem.

Em Itália, as suas capacidades oratórias não passaram despercebidas, aquando da sua presença no Capítulo Geral dos Franciscanos, em 1221, sendo convidado para a conferência espiritual em Forli. Aí efectuou o seu primeiro sermão, confirmando-se os seus dotes oratórios invulgares, facto que lhe valeu, entre 1223 e 1225, o ensino de Teologia em Bolonha, Montpellier e Toulose.

Após a morte de São Francisco, em 1226, Frei António muda-se para Pádua, onde fazia sermões nas Igrejas. Mas, a eloquência das suas palavras cativavam tanta gente, que rapidamente a Igreja se tornou pequena para tanta gente, passando a dar os seus sermões nos adros, e, por fim, em campo aberto, onde existem relatos que chegou a ser escutado por mais de 30 mil pessoas.

Veio a falecer no dia 13 de Junho de 1231, no Convento de Clarissas, emArcelas, quando ia, já doente, a caminho de Pádua, cidade onde desejava morrer.

Em 30 de Maio de 1232 é proclamado Santo, pelo Papa Gregório IX, tornando-se no mais rápido canonizado da história da Igreja.

Lisboa e Pádua, comemoram, a 13 de Junho de cada ano, a sua passagem por este mundo.

A sua evocação neste número do *Jornal do Exército*, pretende enaltecer a sua profunda ligação à Instituição Militar, pela relação que tem com os feitos alcançados em campanha pelos soldados portugueses. Como Santo, a sua imagem, com o Menino ao colo, acompanhou os militares, servindo de protecção divina durante as Guerras da Restauração.

Assim, Santo António assentou praça no Regimento de Infantaria de Lagos, em 13 de Fevereiro de 1668, por alvará de D. Pedro II, para acompanhar as nossas tropas contra as forças castelhanas, sob o comando do Marquês de Caracena. Permaneceu no posto de Soldado durante quinze anos, até ser promovido ao posto de Capitão, em 12 de Setembro de 1683.

O posto máximo que veio a atingir foi o de Tenente-Coronel, como recompensa pela vitória na Batalha do Buçaco, em 27 de Setembro de 1810, quando as forças luso-britânicas derrotaram as tropas francesas de Napoleão.

A imagem de Santo António encontra-se actualmente na capela de Nossa Senhora da Vitória, dentro do recinto do Museu do Buçaco. A imagem ostenta ao peito a medalha da Guerra Peninsular, por ter acompanhado o Regimento 19, de Cascais, durante a Guerra Peninsular.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

Evocar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas é para nós motivo de grande júbilo, porque são matéria e espírito que nos fazem vibrar e sentir orgulhosos de sermos portugueses. Esta herança pesada e longa torna-se leve e breve pela sua grandeza e beleza. Desde a sua Fundação que Portugal cresceu com o culto da cidadania universal, primeiro consolidando a sua base, Portugal Continental, para depois se expandir pelo Mundo, dilantando a Fé e o Império; e a Língua Portuguesa, que se ouve nos quatros cantos do Mundo, é dessa epopeia um testemunho vivo. Hoje, Portugal orgulha-se do que foi e do que é, e não pode esmorecer do que será, porque, ao longo dos mais de oito séculos e meio de História, as crises têm sido ultrapassadas e a glória de novo há-de vir. Para isso, todos nós temos que cumprir o melhor que podermos e soubermos as nossas missões, tal como Camões e o Santo António cumpriram no seu tempo. Duas figuras históricas ligadas à cultura e à vida militar.

Camões serviu como soldado em Ceuta, onde, numa peleja, é ferido e perde o olho direito. Também é chamado a servir na Índia, acompanhando-o a excitação do patriotismo e o desejo de conhecer o Mundo que os Portugueses haviam criado, para sublimar os feitos e os heróis numa obra onde todos os Portugueses se devem rever – *Os Lusíadas*. As suas páginas são eternas, há exemplos sublimes de sentimentos elevados, como o amor, a amizade, a camaradagem, o patriotismo, a honra, a lealdade, a abnegação, a coragem, a solidariedade e outros, todos eivados de pureza e formosura, para inspirar nobres mentes e engrandecer os corações das gentes.

Santo António, o mais popular dos "Santos Populares", nasceu em Lisboa, junto à Sé, no longínquo ano de 1195. Quis o destino que fosse assistir ao Capítulo Geral, que se realizava em Itália, no dia 23 de Maio de 1121, convocado por São Francisco, fundador da sua Ordem. Aquele ordenou-lhe que pregasse diante dos seus confrades. Fê-lo tão bem que lhe permitiu revelar perante os que o escutavam o seu sábio talento. Pregador eloquente nas escolas franciscanas de Bolonha, Montpellier e Toulouse, e em 1227 foi nomeado ministro provincial no norte de Itália, continuando a sua actividade de pregador eloquente e de professor de Teologia em Pádua.

Faleceu a 13 de Junho de 1231 em Pádua. Santo António de Lisboa ou de Pádua, e, ainda, como dizia o Papa Leão XIII, ele é "o Santo de todo o mundo", foi o primeiro português a granjear projecção universal pela sua cultura adquirida em Portugal. Este Santo milagreiro e casamenteiro tem também a particularidade de ter a patente de Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português [por decreto de S.A. Real, D. João, de 26 de Junho de 1814]. A sua imagem acompanhou o Regimento de Infantaria 19, de Cascais, nas campanhas da Guerra Peninsular, que ora se celebra o seu bicentenário.

Por pura coincidência, ou não, Portugal celebra o seu Dia Maior na data em que se assinala a morte de Camões [10 de Junho] e Lisboa escolheu para feriado municipal o dia em que Santo António partiu para a eternidade [13 de Junho]. Fazemos votos para que os exemplos destas grandes figuras portuguesas e os seus valores se multipliquem em cada um de nós, *D'Aquém e D'Além Mar*, e nos ajudem a fazer um Portugal melhor! Como dizia José Régio, acerca do nosso grande poeta, "o verdadeiro artista é aquele que multiplica os bens herdados".

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponiveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

*Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Ministro da Defesa Nacional visita ESE

Decorreu, durante a manhã de 25 de Maio, na Escola de Sargentos do Exército (ESE), a visita de trabalho do Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, que contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), José Luís Pinto Ramalho, entre outros distintos oficiais generais.

Do programa da visita destaca-se o brifingue apresentado pelo Comandante da ESE, Coronel Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos, onde explicou a "essência" da ESE e os equipamentos disponíveis para o ensino do Curso de Formação de Sargentos (CFS) e Cursos de Promoção a Sargento-Ajudante e Sargento-Chefe. De seguida, decorreu uma visita por locais muito específicos da Escola: o Auditório, o Laboratório de Línguas e as Salas de Informática, onde, para além da mostra de potencialidades que estas ferramentas constituem para o ensino, foi ainda possível fazer um ponto de situação relativamente às Provas de Avaliação Psicológica dos Candidatos a ingressar no 39.º CFS. Seguiu-se para uma caserna que actualmente aloja alunos, para possibilitar ter uma referência de comparação com o novo modelo de alojamentos em construção. Nessa sequência, o MDN foi conduzido a uma apresentação da obra de modernização das instalações em execução, destinadas a alojar os diferentes cursos ministrados na Escola. Essa apresentação foi levada a cabo pelo Coronel Carlos dos Santos Adrega, da Direcção de Infraestruturas do Exército. A manhã de trabalho foi concluída com um almoço convívio no Refeitório Geral da ESE, seguido da assinatura do Livro de Honra na Sala Museu da Escola.

Condecoração do General CEME

Realizou-se dia 1 de Junho, na Embaixada de Espanha, em Lisboa, a cerimónia de condecoração do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, com a "Gran Cruz del Mérito Militar com Distintivo Blanco". A medalha foi entregue pelo Embaixador de Espanha em Lisboa, Don Alberto Navarro, e contou com a presença das mais altas entidades civis e militares.

A Cruz do Mérito Militar, tem por objectivo recompensar e distinguir individualmente os membros das Forças Armadas e da Guarda Civil, pela realização de acções e factos ou a prestação de serviços de destacado mérito. O grau de "Gran Cruz com o Distintivo Blanco", é concedido aos Oficiais Generais com base no mérito, obras, acções, factos ou serviços distintos.

Cerimónia de Imposição de Condecorações a Oficiais Generais

Decorreu em 31 de Maio de 2010, na Sala D. Maria do Museu Militar em Lisboa, uma Cerimónia de Imposição de Condecorações aos seguintes Oficiais Generais:

- Condecoração com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, Tenente-General José Carlos Cadavez.

- Condecoração com a Medalha da Defesa Nacional – 1ª Classe, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira.

Estiveram presentes várias altas individualidades militares, destacando-se o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, que presidiu ao evento.

Visita do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau

Decorreu, entre 20 a 26 de Março, a visita oficial a Portugal e às Forças Armadas do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, Almirante José Zamora Induta.

No dia 23 de Março, decorreu no Centro de Tropas Comando a visita ao Exército, onde se reuniu com o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luis Pinto Ramalho, seguido de um brifingue sobre o Exército e uma demonstração de actividades operacionais.

Realçam-se as visitas ao: Estado-Maior das Forças Armadas; Centro de Situação e Operações Conjunto; Base Aérea Nº 6; Base Naval de Lisboa; Comando do Corpo de Fuzileiros; e Instituto de Estudos Superiores Militares.

Cerimónia de Condecoração a Luís Castro

Realizou-se dia 26 de Maio, no Estado-Maior do Exército, a cerimónia de condecoração ao jornalista Luís Castro.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, presidiu e impôs a respectiva condecoração – Medalha D. Afonso Henriques, Mérito do Exército.

Luís Castro é jornalista da RTP desde 1992 e tem no seu *curriculum* diversas reportagens com o Exército, com especial incidência sobre as Forças Nacionais Destacadas e Cooperação Técnico Militar. Entre elas, Angola (1999), Timor-Leste (2000), Guiné-Bissau (2000 a 2003), Afeganistão (2006 e 2010) e Iraque (2008).

A sua condecoração deve-se ao seu reconhecimento da "importância do Exército no contexto da Defesa Nacional do País" e ao seu "espírito de cooperação, cordialidade e imparcialidade nas suas inúmeras reportagens", conforme se pode ler no Despacho de Condecoração.

CEME recebe o Comandante da Academia Militar Angolana

O Comandante da Academia Militar de Angola, Tenente-General António José de Sousa Queiroz, foi recebido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, no dia 27 de Maio, no Estado-Maior do Exército.

A visita do Tenente-General Sousa Queiroz foi inserida no programa de visita e troca de experiências à Academia Militar (AM), onde efectuaram reuniões de trabalho com os corpos dirigentes e um encontro com os alunos de Angola em formação na AM.

Os exercícios de armas combinadas

No palco de D. Pedro, sediado no polígono de tiro do Campo Militar de Santa Margarida, teve lugar o *Distinguished Visitor's Day* (DVD) dos Exercícios Rosa Brava 10, Eficácia 10 e Schama 101, no dia 22 de Abril.

Com a chegada do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, entidade que presidiu ao DVD, e após o protocolo inicial, os convidados receberam uma apresentação informativa, no auditório do Campo Militar de Santa Margarida, sobre os exercícios que se encontravam a decorrer. Seguiu-se a partida para D. Pedro, para se assistir aos movimentos finais das forças e ao seu desempenho real, através da capacidade de fogo efectiva. Este evento, da responsabilidade do Comando das Forças Terrestres e da Brigada Mecanizada (BrigMec), teve como finalidades, por um lado, treinar e avaliar as forças que integraram os respectivos exercícios e, por outro, mostrar o desempenho do Carro de Combate (CC) *Leopard 2 A6*. Este CC foi introduzido no nosso Exército, no ano transacto, e participa no exercício Rosa Brava 10, substituindo o CC *M60 A3 TTS*. O próprio CEME, no decorrer da reunião informativa em que apresentou a directiva para o Exército, para o biénio 2010/2011, salientou que este novo CC recoloca o Exército Português na cena internacional, na medida que este *upgrade* coloca as nossas forças mecanizadas ao nível dos países mais desenvolvidos. Referiu, ainda, que o nosso Exército passa a ser considerado como uma força válida para a Aliança Atlântica que, até agora, se encontrava adormecida pela falta de evolução e capacidades dos meios existentes.

Estes três exercícios, que deram azo a este DVD, têm um âmbito próprio por si só, ainda que se possam entrosar de forma construtiva, devido à interdependência orgânica num possível cenário real, num qualquer Teatro de Operações. Desta forma, o Rosa Brava 10 é um exercício sectorial, de nível Brigada, contemplando o Plano Integrado de Treino Operacional 2010, que visa exercitar o treino das forças mecanizadas de forma conjunta. Executa uma preparação numa perspectiva de derradeiro adestramento de armas combinadas, em que se pretende atingir uma organização de actividades das várias especialidades, em simultâneo. Neste caso específico, treinou as principais capacidades das unidades da BrigMec em operações de planeamento, comando e controlo, na conduta de uma Operação de Retardamento, nas respectivas fases do treino, e a passagem a uma Operação Ofensiva com um Ataque Deliberado. Esta simulação insere-se num quadro de uma possível intervenção *out of Area*, de uma Força Multinacional/ OTAN, de modo a ser implementada uma resolução internacional.

Em simultâneo decorreram os exercícios Eficácia 10 (de apoio de fogos) e o Schama 101 (final de aprontamento da Unidade de Engenharia 8/BrigMec/UNIFIL[1]), tendo, este último, decorrido num cenário semelhante à situação vivida no Líbano.

Este conjunto de exercícios contou com o apoio aéreo próximo dos aviões de combate F-16 *Fighting Falcon* e dos helicópteros *Alouette III* da Força Aérea Portuguesa.

A seguir a esta demonstração de capacidades, os convidados ainda puderam assistir a uma exposição de meios da BrigMec.

[1] United Nations Interim Force in Lebanon

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA € 2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 • 4,00; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2009** • 2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56.

Oficiais brasileiros visitam Portugal e condecoram CEME

Durante o período de 26 de Maio a 9 de Junho, várias Unidades do Exército foram visitadas por uma delegação de oficiais superiores do Exército Brasileiro – Caravana da Infantaria Brasileira –, com o objectivo de conhecer o Exército Português e reforçar os laços de camaradagem e confiança entre os dois exércitos.

Para assinalar a chegada da delegação, o Exército efectuou, em 26 de Maio, uma recepção nas Caves Manuelinas do Museu Militar, em Lisboa, a qual foi retribuída com uma cerimónia na Messe de Caxias, no dia 28 de Maio, onde a "Caravana da Infantaria" pretendeu "expressar o clima de camaradagem e confiança que, desde sempre, marca a relação entre os exércitos de Portugal e Brasil, além do reconhecimento da forte ligação que une os dois países", segundo o General Carvalho, do Exército Brasileiro.

Na ocasião, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, foi condecorado com a Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, como forma de agradecimento pelo apoio prestado por Portugal à força expedicionária brasileira que participou na Segunda Guerra Mundial.

Durante a sua permanência em território nacional, a "Caravana da Infantaria" teve a oportunidade de conhecer o

Centro de Tropas Comandos, a Escola Prática de Infantaria, o Regimento de Infantaria 14, o Centro de Tropas de Operações Especiais, a Escola Prática de Pára-quedistas, o Regimento de Infantaria 1 e a Academia Militar. Houve, também, visitas ao Palácio Nacional de Sintra e Palácio Nacional de Mafra, ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e visitas às cidades de Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Évora, Silves, Portimão e à vila de Sagres.

Homenagem aos Heróis

Decorreu nas Caves Manuelinas, do Museu Militar de Lisboa, a cerimónia de Homenagem aos Heróis Militares, no dia 29 de Abril, presidida pelo Director de História e Cultura Militar, Major-General Adelino Matos Coelho.

Este evento visou, não só manter a chama viva da memória daqueles que "se vão da lei da morte libertando", mas também rectificar a parceria entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação, numa conjugação de sinergias que visa fomentar o conhecimento académico no âmbito da História e cultura militares, a par com a estimulação dos mais jovens para uma cidadania responsável e respeitadora dos símbolos e valores pátrios.

A cerimónia culminou com a visita a uma exposição de trabalhos subordinada ao tema elaborada por alunos de Rio Maior.

Juramento de Bandeira

Realizou-se dia 29 de Maio, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, a cerimónia do Juramento de Bandeira dos Cadetes-Alunos do 1º ano do Curso Tenente-General António da Costa e Silva – 1º Visconde de Ovar.

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, contou com a presença do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), José Luís Pinto Ramalho, e dos mais altos responsáveis do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

O Comandante da Academia Militar (AM), Tenente-General Fernando Paiva Monteiro, na sua alocução aclarou aos presentes e aos seus Cadetes a importância do Juramento de Bandeira, esclarecendo a responsabilidade e os princípios inerentes ao acto. Atribuiu um voto de confiança ao curso, realçando a sua formação na AM, reiterando perante os presentes a honra e o privilégio de ter a missão de formar os cadetes.

O MDN, na sua alocução, enalteceu a excelência da formação desenvolvida pela AM, explicando aos presentes que a formação da AM é uma garantia de segurança para o País. Realçou as ligações existentes entre o ensino Militar e o Civil, cuja cooperação, desenvolvimento e parceria enriquece o ensino em Portugal. Dirigindo-se aos alunos, salientou o sentido de compromisso com a Instituição Militar e o seu significado, desde a defesa da soberania da Pátria à segurança em todo o mundo.

Foi um momento marcante da vida dos Cadetes-Alunos, devido à elevada simbologia perante o compromisso assumido diante da Bandeira Nacional, onde o apoio dos familiares e amigos dos alunos que juraram Bandeira se fizeram sentir ao longo da cerimónia.

O evento englobou a tradicional cerimónia militar, a actuação da Banda do Exército e uma demonstração Gímnica e Desportiva (Ginástica de Aplicação Militar, Treino Físico Geral, Desportos de Combate, Equitação, Orientação, Desportos Colectivos, exibição da classe de Saltos de Mesa Alemã da Academia Militar), tudo apresentado na mais perfeita sincronia cheia de ritmo e entusiasmo para deleite dos presentes. Seguiu-se o desfile final concluindo a cerimónia de Juramento de Bandeira.

Visita a Portugal de Oficial da República de Moçambique, no âmbito do Prémio "Cooperação Técnico-Militar Portuguesa 2009"

No período de 19 a 31 de Maio de 2010, a Academia Militar (AM) recebeu o Alferes Anwar Issa Valegy, finalista do curso de Administração Militar da Academia Militar "Samora Machel", da República de Moçambique, que foi galardoado em 2009 com o Prémio "Cooperação Técnico-Militar Portuguesa".

Ao Oficial da República de Moçambique, foi transmitido um conhecimento sucinto da história, missão, organização, actividades, infra-estruturas e situação actual da Academia Militar, bem como uma amostra da vivência interna do aluno da AM, promovendo um são convívio com os seus alunos. Do programa, constou a visita à Ala Nobre do Palácio da Bemposta, na sede da AM, e o contacto com algumas unidades do Exército, designadamente do Serviço de Administração Militar.

Adicionalmente, foi-lhe proporcionado um programa turístico que englobou visitas a locais de reconhecido interesse histórico, cultural e social da Grande Lisboa e do Grande Porto.

Comemorações do 626.º Aniversário da Batalha dos Atoleiros

O Major-General Adelino Matos Coelho, Director de História e Cultura Militar, em representação do Exército, esteve presente nas comemorações do 626.º Aniversário da Batalha dos Atoleiros, no dia 6 de Abril, organizadas pela Câmara Municipal de Fronteira.

As comemorações iniciaram-se com a romagem ao Padrão da Batalha, na Herdade dos Atoleiros, onde teve lugar o hastear da Bandeira Nacional, seguida de uma cerimónia de homenagem aos mortos, com deposição de coroas de flores.

Seguiu-se a cerimónia militar na Avenida Heróis dos Atoleiros, finalizando com o desfile das forças em parada.

Na cerimónia participaram militares do Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz, do Centro de Saúde de Évora, da Banda Militar de Évora e da Guarda Nacional Republicana.

Para além das entidades convidadas, esteve presente numeroso público, constituído, maioritariamente, por habitantes da região de Fronteira, aos quais foi especialmente dirigida uma alocução alusiva ao facto, proferida pelo Major de Cavalaria João Carlos Marçalo Verdugo, do Regimento de Cavalaria 3.

A mensagem transmitida, centrada na capacidade do Exército de 1384 para combater o invasor e na capacidade das populações para resistirem às contingências da guerra, serviu também para evidenciar que a História do Exército é indissociável da História de Portugal.

Também usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, Dr. Pedro Namorado Lancha, que no seu discurso, reconheceu e relevou a presença do Exército Português.

Seminário "Os Militares e a Primeira República"

Decorreu, em 5 de Maio, no Grande Auditório da Academia Militar, o Seminário "Os Militares e a Primeira República".

O seminário teve a finalidade de evocar o centenário da Implantação da República Portuguesa e enfatizar a participação dos militares no conjunto de acções que conduziram à Implantação da República.

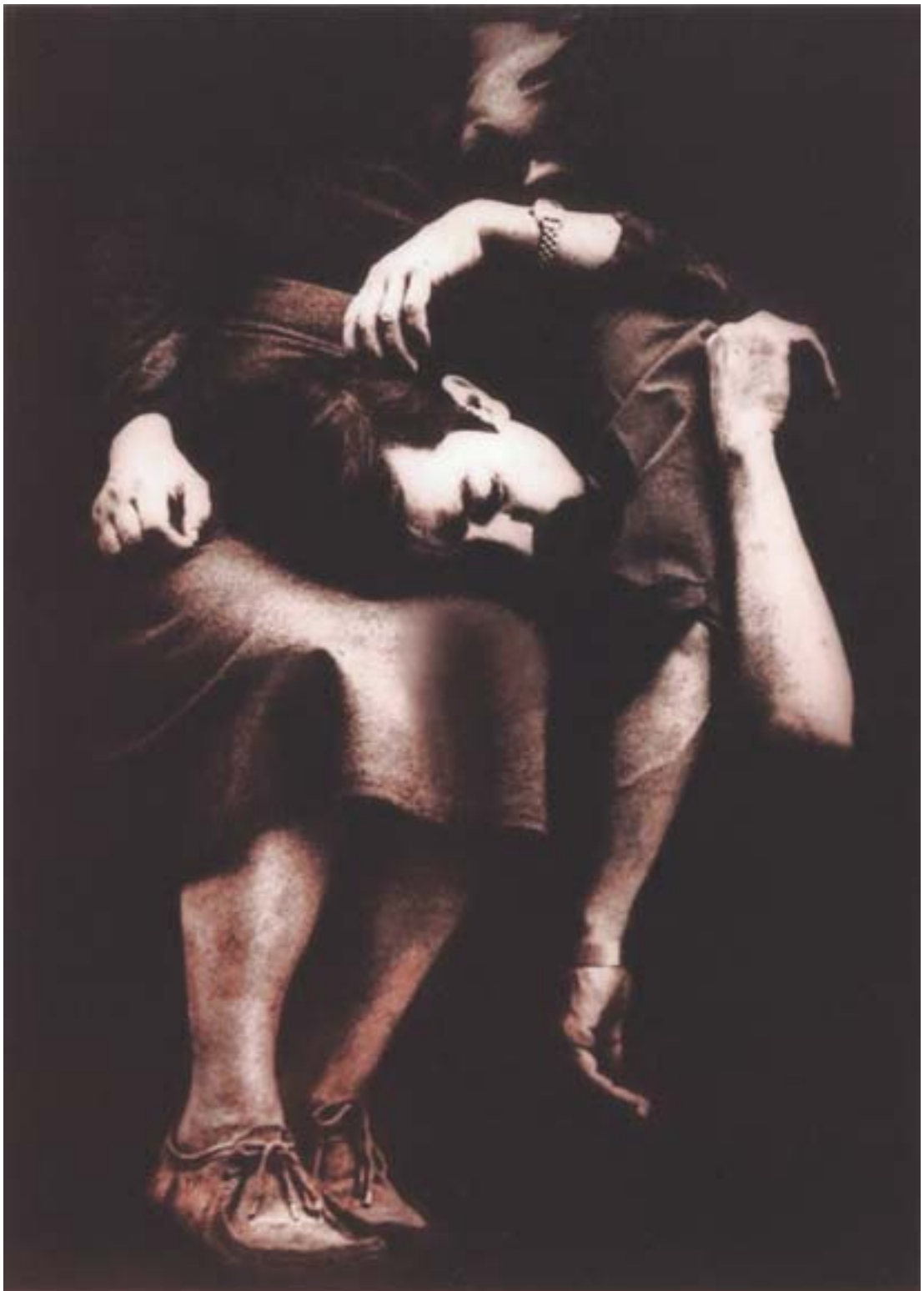
Iniciou-se com a sessão de abertura, dedicada à alocução e à conferência de abertura e contemplou três painéis distintos. O 1.º painel foi dedicado ao tema "Os Militares na Formação da República", moderado pelo Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues (ISCTE), o 2.º painel foi dedicado ao tema "A Primeira República e a Guerra", moderado pelo General Gabriel Augusto de Espírito Santo e o 3.º painel foi dedicado ao tema "A República e o Papel Social dos Militares", moderado pelo General António dos Santos Ramalho Eanes.

O seminário pretendeu caracterizar o ambiente social, político e militar e a influência dos militares na implantação e consolidação da República, as reorganizações militares na Primeira República, apresentando uma visão sobre o papel actual dos militares na sociedade e, também, descrevendo as principais acções militares no período em questão.

A organização esteve a cargo do Departamento de Ciências e Tecnologia Militares, com o apoio do Conselho Directivo do Centro de Investigação da Academia Militar.

(Figuras e Factos continuam na página 39)

Dr.ª Ana Rita Carvalho



Perturbações do sono
um mal moderno

O cérebro ao comando

Comemorou-se no dia 19 de Março o Dia Mundial do Sono, assinalado por diversas iniciativas, não apenas de âmbito científico, que visavam tratar um tema actual e de saúde pública, pois sendo o sono uma das necessidades básicas, as perturbações a ele associadas – e que se têm disseminado nas sociedades modernas – influenciam o ritmo e a qualidade das relações sociais e laborais. De facto, no momento em que vivemos, é frequente fazer-se eco de discursos catastrofistas que adivinham o final dos tempos ou, mais prosaicamente, fazem crer que se chegou a um túnel sem saída. Esta imagem gasta do discurso popular não deixa de configurar, pela via da metáfora, uma realidade inescrutável, tão obscura quanto luminosa, como é o cérebro humano. E a verdade é que, como também tantas vezes se tem repetido, nunca a Humanidade usufruiu, como sobretudo a partir dos meados do séc. XX e no chamado mundo industrializado (o que aliás, representa uma bem parca parcela dessa Humanidade) dos triunfos da Medicina moderna, das conquistas da Ciência e da Técnica, da protecção do chamado Estado Social e de tantas outras conquistas em nome dos Direitos Humanos, da Saúde e do bem-estar individual e social. Se a Saúde, segundo definição da OMS, "é o estado de completo bem-estar físico, mental e social", e se a própria História da Humanidade se confunde com uma eterna luta pela sobrevivência, nunca, como até agora, conquistámos níveis tão elevados de bem-estar e de esperança de vida. Se tal facto é indesmentível, também é verdade que proliferam novas ameaças à saúde humana, numa cultura acentuadamente urbana – como as patologias associadas à obesidade, ao álcool, tabaco e drogas, as doenças neurodegenerativas (em parte uma consequência lógica do aumento da longevidade), as doenças cardiovasculares, os AVCs, que se tornaram um lugar comum na nossa linguagem.

A verdade é que o aumento da esperança de vida, conseguida através da panóplia de fármacos de que hoje dispomos, de uma profilaxia cada vez mais precoce e eficaz de centenas de doenças - em grande parte através do desenvolvimento de meios complementares de diagnóstico e de tratamento, a realização de intervenções cirúrgicas complexíssimas, e, de um modo geral, a revolução da Medicina durante o séc. XX, obra de homens e mulheres que dedicaram a sua vida à Ciência – a verdade,

dizíamos, é que neste início do século XXI vemos, no plano da Saúde, sobretudo psíquica, acercarem-se de nós inimigos cada vez mais ferozes e silenciosos, sobretudo porque atacam no mais íntimo da psique humana. Mercê, talvez, dos novos padrões da vida moderna, sobretudo nas cidades, os problemas psíquicos proliferam e, extravasando o foro estritamente íntimo, começam a lançar sinais ameaçadores capazes de perturbarem a ordem social. Estranho paradoxo este de vivermos em relativa abundância, termos ao alcance os instrumentos da conquista do bem-estar das nossas sociedades e simultaneamente parecermos atentar contra eles.

Vêm estas considerações a propósito de um tema sobre o qual propomos alguma reflexão ao leitor e que, tendo alguns destes factores a montante, se enquadra parcialmente como sua consequência – as perturbações do sono, um mal das sociedades modernas. Não tendo a veleidade de tratar este tema de um ponto de vista científico – assunto para clínicos e outros especialistas – e, por outro lado, não abrangendo dimensões mais abrangentes do fenómeno, relacionadas com patologias "modernas" como a depressão, entre outras, procuraremos traçar em linhas gerais, alguns aspectos de manifestação ou recorrência deste fenómeno. Comecemos por relembrar muito brevemente a biologia do nosso sistema nervoso.

O sistema nervoso é constituído pelo encéfalo, a medula espinal e o conjunto de nervos do organismo e é normalmente categorizado em sistema nervoso central (ou sistema nervoso cere-brospinal) e sistema nervoso periférico (ou sistema nervoso vegetativo). O sistema nervoso central é composto pelo cérebro e pela medula espinal; o sistema nervoso periférico é uma rede de nervos que estabelece a ligação entre o cérebro e a medula espinal, ou seja, o eixo cerebrospinal, e o resto do organismo, os músculos e os órgãos dos sentidos.

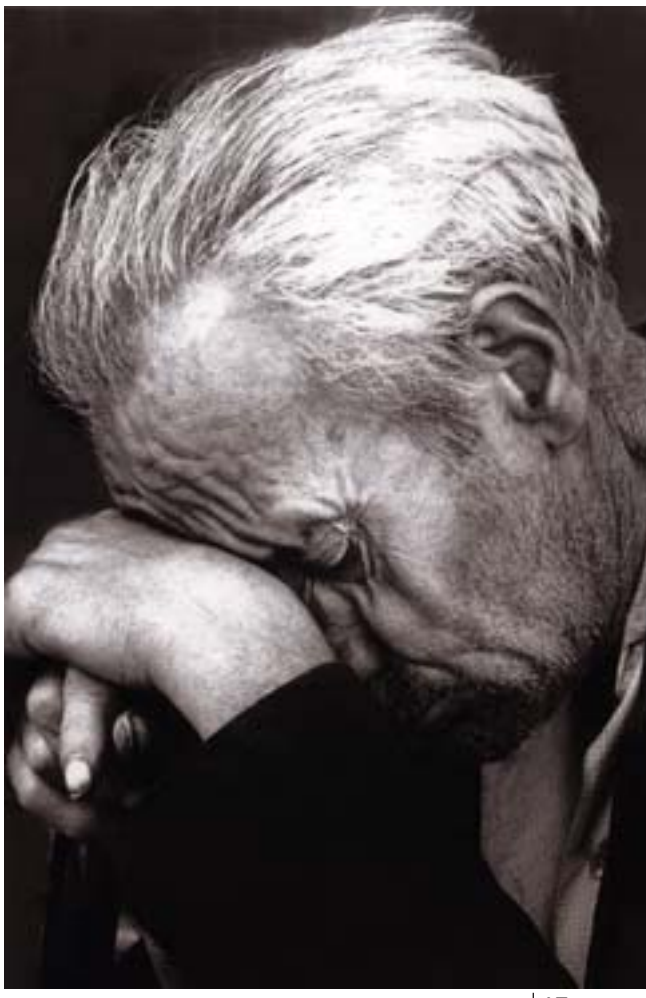
O cérebro, ou encéfalo, encontra-se protegido pela caixa craniana. É composto pelo cérebro, propriamente dito, pelo cerebelo, e pelo tronco cerebral. O cérebro humano pesa cerca de 1200 gramas, é formado por massas de tecido pregueado e encontra-se dividido em dois hemisférios, ligados por fibras nervosas, conhecidas como corpo caloso. Por sua vez, esta massa divide-se ainda em quatro grandes áreas - os lobos frontal, parietal, occipital e temporal. O lobo frontal está ligado à actividade motora, à linguagem (que, na maioria das pessoas tem o seu centro no lobo frontal esquerdo), ao pensamento organizado e à perspectivação do tempo futuro; o lobo parietal está ligado ao movimento corporal e à interpretação das sensações de todo o corpo; o lobo occipital está

sobretudo associado à visão; os lobos temporais são responsáveis pela memória e as emoções, o processamento de acontecimentos passados e o impulso para as acções e a comunicação. Na base do cérebro encontram-se células nervosas em agrupamentos designados gânglios basais, tálamo e hipotálamo. Os gânglios basais estão também ligados à coordenação dos movimentos, enquanto o tálamo é responsável pela recepção da informação sensorial e sua transmissão ao cérebro; já o hipotálamo controla os estados de sono e de vigília, regula a temperatura corporal e o equilíbrio da água no organismo e, de um modo geral, está ligado a actividades involuntárias e essenciais ao seu funcionamento e equilíbrio.

A medula espinal – estrutura frágil, que se estende, em cerca de 50 cm, desde o tronco cerebral em sentido descendente, terminando na segunda ou terceira vértebra lombar – é a principal via de comunicação entre o cérebro e o resto do organismo. Apresenta o aspecto de um cordão branco, marcado por dois sulcos, um anterior e outro posterior. Encontra-se alojada no canal raquidiano da coluna vertebral, que constitui a sua protecção, sendo formada por um conjunto de ossos conhecidos por vértebras, entre os quais se encontram estruturas em forma de discos, de cartilagem, que são uma espécie de amortecedores da coluna vertebral. Cada vértebra possui aberturas que permitem a comunicação com a vértebra imediatamente superior e inferior. Por entre as vértebras saem dois cordões de tecido nervoso, denominados nervos espinais, que são nervos motores e sensitivos, os quais se ramificam e permitem a comunicação do cérebro e da medula espinal com o resto do corpo. Os nervos situados na face anterior (ventral) da medula espinal são denominados nervos motores e transmitem a informação do cérebro aos músculos; os nervos situados na face posterior (dorsal) são designados nervos sensitivos e transmitem ao cérebro informação sensorial procedente de diversas partes do corpo. É a rede formada por estes feixes nervosos que constitui o designado sistema nervoso periférico. Este sistema é ainda composto pelos nervos que estabelecem a comunicação entre o tronco cerebral e os órgãos internos, sendo responsáveis pelos movimentos involuntários que asseguram funções vitais como a respiração, os batimentos cardíacos e sua frequência, a quantidade de suco gástrico segregado ou a velocidade de passagem dos alimentos pelo aparelho digestivo. Estes nervos regulam processos internos do organismo, que não estão dependentes de controlo consciente e por isso integram o denominado sistema nervoso autónomo.

O cerebelo é uma massa nervosa, com cerca de 150 gramas, situada por baixo do cérebro e acima do tronco cerebral. A sua função é a de coordenação dos movimentos corporais, a partir da informação que recebe do cérebro, designadamente no que respeita ao movimento de braços e pernas e ao tonus muscular, tendo um papel importante na precisão e uniformidade dos movimentos. O tronco cerebral colabora em funções importantíssimas como a regulação de actividades vitais do organismo, designadamente o controlo da velocidade da deglutição, a frequência dos batimentos cardíacos e da respiração e a manutenção da postura corporal.

O tecido nervoso é formado por células muito ramificadas, designadas neurónios, que são células nervosas. O sistema nervoso é constituído por mais de dez mil milhões de células nervosas, que estabelecem uma interconexão entre o cérebro e o resto do corpo. O neurónio é constituído pelo corpo celular e por prolongamentos, entre os quais se distinguem as dendrites (que se vão adelgaçando e terminam junto do corpo celular) e o axónio (que é um prolongamento maior e mais



espesso que as dendrites).

No sistema nervoso, as mensagens são transmitidas através de impulsos eléctricos, transmitidos pelos neurónios. O axónio condutor da "mensagem" liberta pequenas quantidades de substâncias químicas designadas neurotransmissores, no ponto de contacto entre as células, designado por sinapse. São os neurotransmissores que estimulam as dendrites do neurónio contíguo, transmitindo o impulso nervoso. Os neurónios, articulados uns aos outros, formam complexas vias nervosas que atravessam todo o organismo. O cérebro e os nervos, articulando-se através de complexos feixes de células, constituem uma espécie de circuito eléctrico de grande complexidade, onde intervêm mediadores químicos, permitindo a circulação de informação vital no organismo e a sua ligação ao exterior. Quando o sistema nervoso é afectado por doenças ou lesões, toda a actividade do organismo é afectada.

O cérebro é uma magnífica caixa negra do nosso organismo – as suas capacidades reais e o seu verdadeiro potencial ainda estão longe de ser totalmente desvendados. É no cérebro que têm lugar o pensamento, a memória, a linguagem, a emoção, as crenças… É sede da inteligência racional e do raciocínio intuitivo, da sensibilidade e da imaginação, do controlo do comportamento e da gestão dos afectos. É graças a ele que efectuamos operações tão simples ou tão complexas como movimentarmo-nos, percepcionarmos os cheiros, as cores e todas as sensações tácteis, recordarmos factos passados, efectuarmos operações numéricas, comunicarmos através da linguagem verbal, criarmos uma obra de arte ou escrevermos um poema, compormos e apreciarmos uma música, compreendermos as formas geométricas, reagirmos a estímulos, controlarmos os movimentos – voluntários ou involuntários – da respiração, dos batimentos cardíacos e de todo o funcionamento do organismo. A capacidade do cérebro humano é única e só cessa após a morte. O cérebro permanece um enigma e à medida que avançam as descobertas sobre a sua constituição e capacidades mais se vai reconhecendo a sua incomensurabilidade, como se se tratasse de um pequeno cosmos, paradoxalmente infinito.

A contrapartida, digamos assim, desta máquina (quase) infalível está, por um lado, nas necessidades, muito superiores ao resto do organismo, de débito sanguíneo e de oxigenação, cerca de 20% do sangue que sai do coração. Por outro lado, esta máquina é extremamente sensível – uma insuficiência circulatória com uma duração superior a 10 segundos pode ter como consequência uma síncope, com perda da consciência. Mas igualmente uma hipoglicémia

(carência de açúcar no sangue), em níveis muito baixos, ou a presença de substâncias tóxicas, podem estar na origem de uma disfunção cerebral, embora o cérebro disponha de mecanismos de reacção a estes factores de descompensação. Essencial à actividade cerebral, ao bem-estar e à própria sobrevivência do organismo, o sono é uma necessidade básica, embora ainda não se saiba exactamente por que se necessita de dormir nem como o organismo retira benefícios do sono. As necessidades individuais variam com a idade e também de acordo com o indivíduo. Num adulto as horas de sono diário de que carece variam muito e vão das 4 horas diárias (e menos) até às 9 horas (ou mais). A necessidade de dormir varia também muito com o ritmo biológico de cada ser humano e com os seus hábitos. Muitos factores contribuem para alterações do sono, por exemplo os horários de trabalho, o stress, determinados

medicamentos e drogas, certos alimentos como café e especiarias, ou aditivos como a cafeína, podem induzir alterações no sono.

O sono não é uniforme - apresenta várias fases ou ciclos diferenciados, compreendendo em média, num período nocturno normal, 5 a 6 fases. O sono começa, numa primeira fase, de sono ligeiro do qual se desperta facilmente, e progride até à fase 4, do chamado sono profundo, que começa na fase 3 e em que o despertar é mais difícil, embora estas duas fases sejam relativamente curtas. Apesar disso, é durante as fases 3 e 4 que, geralmente, têm lugar fenómenos como o sonambulismo, o falar a dormir e terrores nocturnos. Durante a fase 4, o tonus muscular, a tensão arterial e a frequência cardíaca e respiratória estão reduzidas ao máximo. Para além destas fases, existe um tipo de sono designado sono REM (rapid eye movement), com características diferenciadas, durante o qual se produz, como o nome designa, um movimento ocular rápido, que ocorre também durante a fase 3 do sono e durante o qual se desenvolve grande actividade cerebral, designadamente actividade eléctrica, tornando-o quase equivalente a um estado de vigília. Este sono ocorre diversas vezes durante os ciclos do sono nocturno. É nesta fase que se produzem os sonhos – aliás, passa-se mais tempo em sono REM do que em qualquer das outras fases – ocorrendo diversos retornos à fase 1, de sono ligeiro. Normalmente, o sono REM segue-se à fase 4, após cada um dos 5 ou 6 ciclos de sono das fases 1 a 4, mas ele pode ocorrer em qualquer momento. O sono REM – registado através de um electroencefalograma, que capta as alterações das ondas cerebrais bem como os movimentos oculares – é também caracterizado por um aumento da frequência e da profundidade dos movimentos respiratórios, ao passo que o tonus muscular se encontra diminuído para níveis inferiores ao de qualquer das restantes fases.

Algumas perturbações do sono

As perturbações do sono são definidas como "alterações na conciliação do sono ou durante o mesmo, ou então alterações relativas à duração do sono, ou a comportamentos anormais associados ao sono, como o terror nocturno e o sonambulismo." Passamos a descrever sumariamente algumas dessas perturbações.

Insónia

A insónia é "a dificuldade em conciliar o sono ou permanecer adormecido, ou uma alteração no padrão do sono que, ao despertar, leva à percepção de que o sono foi insuficiente." (op.cit.p.32). É considerada um sintoma e não uma doença, que se manifesta sobretudo entre os jovens e os idosos, podendo ser consequência de perturbações emocionais ou físicas ou do uso de medicamentos. Entre as alterações do

foro emotivo mais frequentes estão o nervosismo, a ansiedade, a depressão e o temor. Entre os mais velhos é preciso ter em consideração que com a idade a necessidade de dormir diminui, mas há pessoas que têm mais dificuldade em dormir porque não experimentam facilmente cansaço, nem físico nem mental. À medida que envelhecemos registam-se mudanças no padrão do sono. O sono da fase 4 diminui e acaba por desaparecer e a pessoa acorda com frequência durante as outras fases. Não existem, contudo, evidências científicas de que as pessoas de idade mais avançada necessitem de dormir o mesmo número de horas do que em fases anteriores da vida e, embora muitas vezes sintam que não estão a dormir o necessário, tal não significa que sejam necessários medicamentos para induzir o sono. Também a designada "insónia da primeira hora da manhã", ou seja, o despertar uma ou várias vezes antes da hora habitual e a dificuldade em voltar a adormecer é um fenómeno mais frequente em pessoas mais idosas, mas é preciso ter em atenção que em qualquer idade a dificuldade de dormir ou o despertar muito cedo pode ser um sintoma de depressão.

Para além destas manifestações, a insónia pode ser um resultado de alterações anormais ou inversões do ritmo de sono, manifestando-se necessidade de dormir fora das horas apropriadas, devido, por exemplo, a um desfasamento horário após uma viagem de avião (sobretudo se se verificar no sentido Leste/Oeste), o trabalho por turnos com mudança frequente de horário, mas também o consumo de bebidas alcoólicas ou o efeito secundário de determinado medicamento. Porém, mais graves são as alterações provocadas por uma lesão cerebral, que pode estar na origem da alteração do ritmo biológico, designadamente a doença de Alzheimer, uma encefalite ou um icto.

É possível classificar a insónia em primária ou secundária. A insónia primária verifica-se quando há alteração do padrão de sono, de longa duração, sem que aparentemente esteja associada a factores de stress nem a vivências psicológicas; está-se em presença de uma insónia secundária quando existe uma alteração do sono provocada, por exemplo, por dor, por stress, por uma depressão ou como efeito secundário de algum medicamento.

O diagnóstico da insónia deve ser feito por um médico, que avaliará, entre outros factores, o padrão de sono do indivíduo, os seus hábitos de vida (fumo, consumo de drogas, actividade física), medicamentos que utiliza habitualmente, a história clínica, a exposição a factores de stress psicológico, etc. Dada a diversidade de factores intervenientes na insónia bem como as correlativas respostas clínicas, é aconselhável consultar um médico, no caso de a insónia ser um sintoma persistente e interferir com o bem-estar e com as actividades normais do dia-a-dia das pessoas afectadas. Existe, actualmente, em alguns hospitais e centros de saúde, a chamada consulta do sono, e muitas destas unidades de saúde possuem laboratórios de sono onde é possível diagnosticar as perturbações a ele associadas.

Nem sempre se torna necessária terapia medicamentosa, dado que a insónia advém, sobretudo nas pessoas mais idosas, de uma diminuição da necessidade efectiva de sono, como atrás foi dito, pelo que há que ajustar horários ou criar eventualmente um ambiente propiciador do sono, evitando o consumo de bebidas excitantes (como café e alguns chás), à hora de deitar. Noutros casos, exige a toma de medicamentos adequados, não necessariamente para induzir o sono, mas para reduzir o stress e a ansiedade, como anti-depressivos, etc.

Sintomas que aconselham uma consulta e avaliação do padrão do sono:

- Insónia;
- Dependência de medicamentos para dormir;

- Hipersónia (necessidade de dormir mais do que é habitual num adulto);
- Ressonar ou falta de ar (apneia do sono);
- Pesadelos frequentes;
- Sono anormalmente agitado.

Hipersónia

A hipersónia, como o nome indica, refere-se a um aumento da necessidade de dormir, que se manifesta quando ocorre um aumento do número de horas absolutas de sono na ordem dos 25% relativamente àquele que é o padrão normal. Trata-se de um fenómeno menos vulgar do que a insónia, mas que pode indicar a existência de uma doença grave. Qualquer pessoa saudável experimenta uma hipersónia temporária, que dura apenas alguns dias, como resultado de privação de sono durante certo período ou de um aumento do esforço físico ou psíquico fora do habitual. Todavia, se a hipersónia se prolongar por mais de alguns dias pode ser indício de uma perturbação psicológica, como a ansiedade ou uma depressão grave, podendo ser igualmente resultado do consumo de hipnóticos, ou ser provocada por falta de oxigénio durante o sono (nas situações de apneia, por exemplo) ou pela acumulação de anidrido carbónico no organismo (também consequência da apneia), registando-se perturbações cerebrais. A hipersónia crónica, que é verdadeiramente merecedora de atenção, manifesta-se geralmente numa idade jovem e pode indicar a presença de outra perturbação - a narcolepsia -, a que aludiremos à frente.

Como qualquer outra das perturbações do sono, a hipersónia requer a consulta a um especialista, que analisará a história clínica do doente, o seu estado psicológico, a avaliação do seu contexto psico-social, ou a eventual interferência de medicamentos que esteja a tomar. A causa desta perturbação pode estar igualmente numa doença, pelo que o médico poderá proceder a exames aos órgãos vitais como o coração, pulmões e fígado. Normalmente são também efectuados exames laboratoriais. A hipersónia não é uma perturbação fácil de explicar, como a existência de uma doença ou o abuso de um fármaco. Normalmente está relacionada com uma perturbação psiquiátrica, como a depressão, ou com uma afecção neurológica, como uma encefalite, uma meningite ou um tumor cerebral, pelo que é imprescindível consultar um médico, que através de um exame neurológico pode detectar uma depressão, perturbações na memória ou problemas neurológicos, casos em que exames como a tomografia axial computorizada (TAC) ou a ressonância magnética (RM) permitem detectar ou confirmar a sua presença e incidência.

Narcolepsia

Fenómeno mais complexo e raro é a narcolepsia. É caracterizada como "uma alteração pouco frequente do sono, que se caracteriza por crises recidivantes de sono durante as horas normais de vigília e também de cataplexia, paralisia do sono e alucinações." (op.cit.,p-.35) É desconhecida a causa desta perturbação, que se manifesta sobretudo em pessoas com antecedentes familiares, o que sugere uma predisposição genética. Embora não apresente consequências graves para a saúde gera grande temor nos doentes, podendo estar na origem de acidentes.

Os sintomas são descritos como uma necessidade urgente de dormir – uma autêntica crise de sono - que pode ocorrer a qualquer momento do dia e várias vezes ao dia, sendo habitual que o sono se prolongue até uma hora. A pessoa com narcolepsia só temporariamente consegue resistir ao sono, mas desperta com a mesma facilidade de um sono normal. Todavia, ao acordar, a pessoa pode sentir-se bem mas voltar a adormecer pouco depois. As pessoas com esta perturbação podem adormecer em qualquer local, embora haja situações que, por serem mais monótonas (como a condução em auto-estradas ou a permanência numa reunião ou outro contexto com características semelhantes), propiciam naturalmente a ocorrência de uma crise de cataplexia.

Esta perturbação é habitualmente geradora de temor por parte do doente porque pode manifestar-se através de uma paralisia momentânea sem perda de consciência (cataplexia), muitas vezes como resposta emocional brusca (a sentimentos de medo, alegria, gozo, enfado, surpresa, etc). Normalmente, verifica-se uma debilitação, sobretudo ao nível das extremidades do corpo, que faz com que a pessoa largue um objecto involuntariamente ou caia. Manifestação semelhante, mas ainda mais perturbadora, é a chamada "paralisia do sono", que ocorre geralmente ao adormecer ou imediatamente ao acordar, e em que a pessoa está consciente mas é incapaz de fazer qualquer movimento, mesmo que voluntariamente faça tentativas nesse sentido, o que provoca um sentimento de grande terror. Relacionadas com estes fenómenos estão as alucinações, sobretudo visuais ou auditivas, muito vívidas, que ocorrem também geralmente ao adormecer e ao acordar. Estima-se que cerca de 10% dos narcolépticos manifestem todos estes

sintomas, enquanto a maioria experimenta apenas alguns.

Os sintomas da narcolepsia iniciam-se, geralmente na adolescência (embora possam manifestar-se em crianças pequenas) ou início da idade adulta, sem que exista qualquer doença prévia, e prolongam-se pela vida fora. O diagnóstico baseia-se, quase exclusivamente, nos sintomas (embora possam verificar-se sintomas semelhantes sem que exista uma perturbação desta ordem), podendo o médico recorrer a um estudo no laboratório de sono, para confirmação dos sintomas. No laboratório de estudo do sono procede-se ao registo da actividade eléctrica do cérebro, através de electroencefalograma, que demonstra os padrões do sono REM não se tendo observado até ao momento alterações estruturais no cérebro de pessoas que sofrem dessa perturbação, não se registando também anomalias químicas no sangue. Frequentemente são receitados a estes doentes fármacos estimulantes e também anti-depressivos.

Parassónias

Noutra ordem de perturbações do sono encontram-se as parassónias. Tratam-se de sonhos acompanhados de actividades físicas que se manifestam durante o sono e se apresentam muito vívidos. Na verdade quase todas as pessoas já experienciaram uma sensação de tremor breve e involuntário, durante o sono. Estes movimentos involuntários e inconscientes manifestam-se sobretudo na infância, embora também tenham lugar na idade adulta. Por vezes os tremores - sobretudo das pernas – são acompanhados de paralisia do sono e de alucinações breves. Ranger os dentes (bricomania), ter pesadelos, dar pancadas com a cabeça ou sofrer de terrores nocturnos são outras tantas manifestações desta perturbação. No novo *Manual da Doença Mental* (DSM-5, Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), lançado pela Associação Americana de Psiquiatria, que é uma revisão do anterior Manual, de 1994, e que ainda se encontra em estudo, uma das questões que ocupa os especialistas é justamente a designada "síndrome das pernas inquietas" que surge classificado dentro das perturbações do sono.

E se na infância são mais frequentes os pesadelos, na idade adulta e, sobretudo, a partir dos 50 anos, manifesta-se mais a síndrome das pernas inquietas (acatasia), imediatamente antes de adormecer. Desconhece-se a causa de tal fenómeno, o qual é potenciado pelo stress e se manifesta sobretudo em pessoas com antecedentes familiares. Medicamentos tranquilizantes costumam ser utilizados para minorar os sintomas. Já os terrores nocturnos são episódios de medo, por vezes com características de pânico, acompanhados de gritos e de agitação e, eventualmente, de uma outra perturbação do sono– o sonambulismo. Os terrores nocturnos ocorrem sobretudo em sono REM, sendo os tranquilizantes geralmente eficazes para evitar estes episódios. Uma perturbação semelhante aos terrores nocturnos são os pesadelos, que afectam igualmente crianças e adultos e são sonhos muito vívidos e aterradores, dos quais se desperta geralmente de forma brusca. Verificam-se também durante o sono REM, sendo a sua ocorrência mais provável em situações de cansaço excessivo, em

Francisco da Silveira e a Defesa da Ponte de Amarante

General Silveira. http://purl.pt/952

Cronologia

1763 (1 de Setembro) – Nasce em Canelas (vila e sede de concelho até 1853 e, actualmente, freguesia do concelho de Peso da Régua).

1780 – Assenta praça, como Cadete, no Regimento de Cavalaria de Almeida (25 de Abril).

1790-1792 – Promovido a Alferes (22 de Abril de 1790) e a Tenente (17 de Dezembro de 1792)

1799-1803 – Promovido a Capitão e nomeado Ajudante-de-Ordens do Governador das Armas das Beiras (1799); Sargento-Mor e Comandante dos Voluntários de Trás-os-Montes (1801); Tenente-Coronel (1803).

1808 – Combate com sucesso as forças de Loison em Padrões de Teixeira (Junho). Promovido a Coronel (25 de Novembro), comanda a vanguarda do exército de Bernardim Freire que marcha sobre Lisboa.

1809 – Promovido a Brigadeiro e nomeado Governador Militar de Trás-os-Montes (15 de Fevereiro). Comanda a **Defesa da Ponte de Amarante (18 de Abril-2 de Maio)**. Promovido a Marechal de Campo (21 de Maio).

1810 – Ataque ao reduto franco-suíço em Puebla de Sanábria (Agosto). Combate de Valverde (14 de Novembro). Defesa de Pinhel (31 de Dezembro).

1811 – Agraciado com o título de 1º Conde de Amarante pelo Príncipe Regente (13 de Maio).

1812 – Promovido a Tenente-General (5 de Fevereiro).

1813 – Comanda a Divisão portuguesa na batalha de Vitória (Junho de 1813).

1821 – Morre em Vila Real (29 de Maio).

O Comandante

Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira (conhecido por General Silveira) é, porventura, a mais importante figura militar portuguesa da Guerra Peninsular, atendendo à impressionante folha de serviço que apresenta entre 1807 e 1813.

Nasceu em 1 de Setembro de 1763, em Canelas, filho de Manuel da Silveira Pinto da Fonseca e de D. Antónia Silveira, familiar afastado de António da Silveira (séc. XVI), famoso capitão de Diu. Prestou serviço em várias unidades militares, com destaque para o Regimento de Cavalaria de Almeida, onde assentou praça como Cadete (1780), e o Regimento de Cavalaria de Chaves, onde desempenhou diversas funções de comando (há autores que referem também o Regimento de Cavalaria de Bragança, onde terá sido Alferes em 1790 e Tenente em 1792). Promovido a Capitão (1799), foi nomeado Ajudante-de-Ordens do Governador das Armas das Beiras, João Brun da Silveira. Em 1801, no quadro da *Guerra das Laranjas*, foi nomeado Comandante-Chefe das Companhias Francas de Trás-os-Montes, Minho e Partido do Porto e, mais tarde, Comandante dos Voluntários de Trás-os-Montes, corpo que ajudou a levantar e cujos feitos contribuíram para a promoção a Tenente-Coronel, em 1803. Pelo importante papel desempenhado na restauração do governo legítimo de Portugal em Trás-os-Montes (1808), foi promovido a Coronel. Nesse ano, o comando da vanguarda do exército de Bernardim Freire, que marchou do Porto sobre Lisboa (no âmbito da invasão de Junot), valeu-lhe a promoção a Brigadeiro (Fevereiro de 1809) e, posteriormente, a governação militar de Trás-os-Montes, onde desempenharia um importante papel no âmbito da invasão de Soult. Em Maio de 1809 – já após o episódio da defesa da ponte de Amarante – é promovido a Marechal de Campo e, em 1812, a Tenente-General.

De entre os seus muitos feitos militares referem-se: durante a ocupação de Junot (1808), como Tenente-Coronel, levantou em armas o Alto Douro, blindou o Marão à presença francesa e derrotou, com um punhado de tropas regulares, milícias e ordenanças, o temido General Loison (o *Maneta*) em Padrões de Teixeira (Mesão Frio), obrigando-o a retroceder para Almeida quando intentava a subjugação da insurreição nortenha; na invasão de Soult (1809), com o posto de Brigadeiro, reconquistou Chaves, fruto da sua «teimosia» estratégica e inteligência táctica, cortou as comunicações do invasor do Minho com a Galiza, manteve-o sob constante pressão e, utilizando a guerra irregular, combateu-o na ponte de Amarante e barrou-lhe a passagem na região do Vale do Sousa; na invasão de Massena (1810-1811), a acção de Silveira é uma constante, combatendo os franceses em Puebla de Sanábria (Julho) e em Almeida (Agosto), atacando-os em Valverde e fustigando-lhes sistematicamente a coluna de marcha ao longo do percurso em direcção ao Mondego (Novembro); reaparece na Beira Alta, aquando da retracção dos franceses após o malogro da Linhas de Torres, para combater sem tréguas a Divisão de reforço do General Claparede ao longo da linha do Douro (em Vila da Ponte, Régua, Barca do Pocinho); segue-se a guerra em território espanhol, onde Francisco da Silveira se vai cobrir de glória na batalha de Vitória e nas campanhas dos Pirinéus (1813). Regressa doente a Portugal, sob os aplausos dos seus compatriotas e o reconhecimento por Beresford (Comandante Chefe do Exército Português) das suas inegáveis capacidades de comando, carisma pessoal e espírito patriótico. Os seus feitos contra os franceses valeram-lhe o reconhecimento do Príncipe Regente, que lhe atribuiu o título de 1.º Conde de Amarante, em 1811.

Após uma tentativa fracassada de reunir tropas em Chaves para combater a revolução liberal de 1820 o General Silveira retira-se para Vila Real, onde acabaria por falecer em 29 de Maio de 1821, com 58 anos de idade, vítima duma moléstia de peito; o seu cadáver foi amortalhado com o hábito de frade franciscano, em perfeita comunhão com os mais profundos valores da humildade, abnegação, sacrifício e obediência ao mais elevado valor da Pátria: a sua independência.

A Conjuntura Político-Estratégica

A morte de D. José e o afastamento do Marquês de Pombal (1777), quase coincidente com a Revolução Americana (1776) e o deflagrar da Revolução Liberal em França (1789), iniciaram uma sucessão de acontecimentos que colocaram à prova a política externa portuguesa: a não ingerência nos conflitos europeus, mediante uma postura de neutralidade; o afastamento estratégico voluntário em relação à Espanha, através da afirmação da vocação marítima do País; o Atlântico como espaço estratégico estrutural, assente no «triângulo» Metrópole-Angola-Brasil; uma estreita ligação «ao velho aliado», a Grã-Bretanha O impacto da Revolução Francesa, sobretudo a partir da execução de Luís XVI (1793), redundou numa ameaça às monarquias europeias do Antigo Regime. Nesse ano, a Inglaterra abandona a sua política inicial de neutralidade, a Espanha segue o mesmo caminho e Portugal associa-se a ambos os países contra a França revolucionária. Difícil equilíbrio, neutralidade impossível. Entre a Espanha e a Inglaterra, por um lado, e a França, por outro, Portugal vai atravessar um longo período de tensão armada e ser envolvido em dois conflitos internacionais: as campanhas do Rossilhão/Catalunha (1793-1795) e a Guerra das Laranjas (1801). No primeiro, Portugal participa com uma Divisão Auxiliar ao lado da Espanha contra a França, sem declaração formal de guerra (ao contrário da Espanha), uma campanha que correu mal às armas peninsulares; no segundo, Portugal recebe uma declaração de guerra conjunta da Espanha e da França, que mudaram radicalmente a atitude diplomática tornando-se aliados. Portugal foi, então, invadido por um exército hispano-francês mediante uma campanha relâmpago que durou três meses, perdendo Olivença para a Espanha e a Guiana para a França. A exportação das ideias liberais francesas mergulhou, então, o continente numa guerra ideológica, a que Napoleão emprestou uma racionalidade política assente numa luta de soberanias. De permeio, Portugal viu-se posicionado no caminho das grandes potências, face ao conflito que envolveu a Inglaterra e a França. Efectivamente, depois de Napoleão perder capacidade naval com a derrota em Trafalgar (1805), o destino de Portugal fica selado: o imperador não pode permitir que este País seja uma cabeça de praia da Inglaterra no continente. "Nada de neutros! É preciso atacar

http://www.areamilitar.net

Tratado de Fontaineblau.

Lisboa", proclamava-se na Assembleia Nacional Francesa. No ano seguinte, Napoleão firmou a Paz de Tilsit, com a Rússia, e decreta o Bloqueio Continental, coacção económica passível de substituir a inviabilidade de uma invasão das ilhas britânicas. Só não aderiram a Suécia e Portugal. A recusa portuguesa é incomportável para Napoleão. Daí as invasões. Mas antes, para facilitar a colaboração espanhola, assinou com Manuel Godoy, primeiro-ministro de Espanha, o

Tratado Secreto Franco-Espanhol de Fontainebleau (27 de Outubro de1807)

"*Sua Majestade o Imperador dos Franceses [Napoleão Bonaparte], Rei da Itália e Protector da Confederação do Reno, e Sua Majestade Católica o Rei da Espanha [Carlos IV], desejando regular por comum com sentimento o interesse dos dois estados, e determinar a futura condição de Portugal, de maneira que seja consistente com a boa política de ambos os países (…) concordaram no seguinte:*

***Artigo 1** - A província de Entre Douro e Minho, com a cidade do Porto, se trespassará em plena propriedade e soberania para Sua Majestade o Rei da Etrúria, com o título de Rei da Lusitânia Setentrional.*
***Artigo 2** - A província do Alentejo e o reino dos Algarves se trespassarão em plena propriedade e soberania para o Príncipe da Paz (…), debaixo do título de Príncipe dos Algarves.*
***Artigo 3** - As províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura portuguesa, ficarão por dispor até que haja uma paz, e então se disporá delas segundo as circunstâncias, e segundo o que se concordar entre as duas partes contratantes. (…)*
***Artigo 11** - Sua Majestade o Imperador dos Franceses e Rei da Itália, garante a Sua Majestade Católica o Rei de Espanha, a posse dos seus domínios no continente da Europa, situados ao sul dos Pirenéus.*
***Artigo 12** - Sua Majestade o Imperador dos Franceses e Rei da Itália obriga-se a reconhecer a Sua Majestade Católica o Rei da Espanha como Imperador das Duas Américas, quando tudo estiver pronto para Sua Majestade assumir este título, que pode ser, ou ao tempo da paz geral, ou o mais tardar três anos depois daquela época.*
***Artigo 13** - As duas altas partes contratantes concordam mutuamente em uma igual divisão das ilhas, colónias e outras possessões ultramarinas de Portugal.*
***Artigo 14** - O presente tratado será tido em segredo. Será ratificado e trocado em Madrid dentro de vinte dias, o mais tardar, da data da sua assinatura.*

Dado em Fontainebleau, aos 27 de Outubro de 1807. = Napoleão = O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Champagny = O Secretário de Estado, Maret.

Tratado Secreto de Fontainebleau (27 Outubro de 1807), que retalhava o País em três partes e a Espanha se compromete a auxiliar a França na conquista de Portugal.
Incapaz de impor a neutralidade desejada, por ausência de um aparelho militar dissuasor, em Lisboa impôs-se o dilema perante a atitude a tomar. A ambiguidade foi, inicialmente, a conduta marcante da política externa do Governo, que procurou assumir compromissos de circunstância, onde foi notória a ausência de uma estratégia de afirmação na conjuntura europeia. A questão arrastou-se de 1801 a 1806. Assim, obrigado a delimitar o seu campo de interacção, Portugal foi obrigado a escolher entre a aproximação à potência continental (França) e a manutenção do secular entendimento com a potência marítima (Inglaterra). Deste modo, Portugal era, no início do século XIX, uma monarquia sitiada, dependente dos interesses de Londres e de Paris. A escolha do campo francês, onde pontificava a Espanha, implicava o conflito marítimo com a Inglaterra, que fazia perigar as possessões ultramarinas e a perda das vantagens comerciais emanadas do Atlântico, essenciais para a economia do Reino; conservar a aliança inglesa conduziria, inevitavelmente, à invasão do território nacional por franceses e espanhóis. Desta forma, "o dilema era o da morte por asfixia ou por invasão".
Com a ameaça de invasão napoleónica, o Regente D. João decretou, a 22 de Outubro de 1807, a partir de Mafra, o fecho dos portos aos navios britânicos; depois, sabendo que tropas francesas comandadas por Junot já marchavam em território nacional, inflectiu «encostando-se» à Inglaterra. Assim, por sugestão inglesa (Lorde Strangford), ficou estipulado, a 24 de Novembro de 1807, a retirada da Corte para o Brasil sob protecção inglesa, a liberdade de navegação à marinha mercante deste país e a constituição de um Conselho de Regência destinado a governar Portugal em nome do Príncipe. Decidida a adesão à causa britânica, o País foi invadido, por três vezes, pelas tropas napoleónicas, contando então com o auxílio político e militar do aliado insular. Consumava-se, desta forma, a invasão militar pela França, a partir de 1807, e política pela Inglaterra, fazendo de Portugal o teatro de operações no confronto anglo-francês.

A Arte da Guerra e os Aparelhos Militares

Em finais de 1808, anulada a Invasão de Junot, o País encontrava-se desarmado e com receio que os franceses voltassem. Esse ano consubstanciou a violência de um grito de revolta popular contra a usurpação de bens, a expropriação territorial, as ofensas morais e as agressões físicas efectuadas por um invasor que não levou em linha de conta o «código genético» português. À resistência nacional, seguiu-se a repressão pelas forças de ocupação de Junot, que originou uma escalada de violência de parte a parte. O País foi varrido de Norte a Sul por uma onda de violência sem paralelo, assistindo a uma guerra assimétrica, onde paus, pedras e armas domésticas defrontaram fuzis de infantaria, sabres de cavalaria e peças de artilharia. Tratou-se de uma luta desigual, é certo, mas a guerra pendeu a favor da resistência portuguesa, pois estava em causa a sobrevivência da Nação e a integridade do Estado, combatia-se no espaço territorial que se conhecia e dominava e tinha-se o apoio externo de uma «espada forte e comprida», a Inglaterra. Após nove meses de ocupação, Junot retirou de Portugal, manchando a glória vitoriosa das armas napoleónicas. Mas era previsível que novo acto acontecesse, pois Napoleão precisava de ocupar e subjugar Portugal (e a Espanha) para anular a Inglaterra.

Em finais de 1808, Portugal estava sem força armada, atendendo que Junot tinha licenciado o exército regular português, desmantelado as milícias e as ordenanças, desarmado a população e enviado a Legião Portuguesa (as melhores tropas nacionais) a combater na Europa por Napoleão. No entanto, homens como Miguel Pereira de Forjaz e Bernardim Freire de Andrade procuraram levantar um novo exército. Rapidamente, o Exército de Linha cresce de 20 000 homens para 55 000, as milícias atingem os 51 000 e as ordenanças o dobro. Esta foi a base do exército que o general inglês Carr Beresford organizou e ampliou, quando foi empossado comandante em chefe do Exército Português, em Março de 1809. Contudo, a iminência da agressão de Soult centrou as atenções na revitalização das forças irregulares, mais fáceis de mobilizar e com provas dadas. Assim, e porque os exércitos não renascem das cinzas, é a partir da estrutura das milícias e das ordenanças que o Exército de Linha emerge e que se organizam as necessárias forças territoriais e de guarnição. Portanto, até à chegada de Wellesley (22 de Abril de 1809), a defesa será essencialmente portuguesa e assente nos contingentes irregulares.

Arquivo Histórico Militar, Ilustração de Roque Gameiro

Guerra irregular durante as Invasões Francesas.

No fundo, é este o alcance do Decreto de 11 de Dezembro de 1808 que, ao instigar toda a população a pegar em armas, espelha o "desespero defensivo de uma Nação". Este Decreto é um apelo para o levantamento em massa de uma nação em armas, assente nas tradicionais milícias e ordenanças. Houve uma plena adesão ao Decreto, cada um trataria de defender arreigadamente cada ponto do país, cada terra, desfiladeiro, passagem de rio. Os homens que constituíam as Milícias e as Ordenanças viviam um quotidiano comum,

Decreto do Conselho de Guerra de 11 de Dezembro de 1808

"(…) Sou servido determinar que toda a Nação Portugueza se arme pelo modo que a cada hum for possível: que todos os homens, sem excepção de pessoa, ou classe, tenhão huma espingarda, ou pique, e todas as mais armas que as suas possibilidades permitirem. Que todas as cidades, villas, e povoações se fortifiquem, para que, reunindo-se aos seus habitantes todos os moradores dos lugares, aldêas, e casaes visinhos se defendão alli vigorosamente quando o inimigo se apresente. Que todas as companhias se reunam nas suas povoações todos os domingos e dias santos para se exercitarem no uso das armas que tiverem e nas evoluções militares compreendendo todos os homens de idade de quinze anos até sessenta anos (…)"

trabalhavam a terra durante a semana e treinavam-se regularmente aos domingos e dias santos, estando especialmente vocacionados, dada a sua flexibilidade, para o corte das linhas de comunicações e de abastecimentos do invasor, efectuar emboscadas, atacar a retaguarda do inimigo, atrasar a sua progressão, dispersar os seus efectivos. Sempre sem empenhamentos decisivos, mediante uma "rapidez e surpresa no combate; dispersão e segurança na retirada". Os efeitos para o invasor foram devastadores. Como já o tinham sido, aliás, durante a ocupação de Junot. A diferença é que em 1808 mais que a acção da tropa de linha ou das forças irregulares de milícias e ordenanças, foi o povo, que matava para sobreviver, quem tornou a presença francesa em Portugal um martírio. Agora, a novidade na organização da resistência é que as forças irregulares deixaram de ficar ao livre arbítrio dos chefes locais e circunscritas aos locais de residência de cada um, sendo operacionalizadas em regimentos de milícias e brigadas de ordenanças e integradas no "exército regular, num único dispositivo militar", preconizado na reorganização de 1807.

Entretanto, em Espanha, a acção da guerrilha fugia ao controlo francês e dificultava a consolidação da dinastia napoleónica assente em José Bonaparte. De tal forma que o imperador foi obrigado a marcar presença na Península e a conduzir directamente as operações militares. Assim, Burgos foi tomada a 10 de Novembro e Madrid ocupada em 4 de Dezembro de 1808. Depois, Napoleão ordenou o ataque aos contingentes ingleses que, a partir de Portugal, auxiliavam a guerrilha espanhola. A tarefa foi conferida ao marechal Nicolas Soult, Duque da Dalmácia, que encurralou na Galiza o destacamento militar de John Moore, obrigando-o a embarcar na Corunha com pesadas baixas e deixando para trás o cadáver do comandante inglês.

Com a Galiza controlada, estava aberta «a porta» para a invasão de Portugal. Nesta altura, o contingente de Soult rondava os 47 000 homens mas, atendendo às guarnições que tinham que ficar em Santander, na Corunha e no Ferrol, aos cerca de 8 000 homens empregados nos serviços de comunicações e 12 000 doentes, ficavam livres 25 000 soldados. Muitos deles eram veteranos das campanhas de Austerlitz e Iena, mas estavam saturados dos combates de Inverno, das marchas forçadas por caminhos canhestros e da fome.

Plano de Napoleão para a Conquista de Portugal (1809).

Carlos Azeredo, *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Museu Militar do Porto,1984

Composição do II CE (Soult)

Infantaria

- 1ª Divisão, General Merle, 6.000 homens, Regt.os 2, 4, 15 e 36.
- 2ª Divisão, General Mermet, 4.800 homens, Regt.os 31, 47 e 122.
- 3ª Divisão, General Laborde, 4.000 homens, Regt.os 17, 70 e 86.
- 4ª Divisão, General Heudelet, 3.400 homens, Regt.os 15, 32, 26, 66 e 82.

Cavalaria

- 4ª Divisão de Dragões, General La Hussaye, 1.900 cavalos, c/ Brigada Marisy (Regt.os 17 e 27) e Brigada Caulaincourt (Regt.os 18 e 19).
- 5ª Divisão, General Lorges, 1.000 cavalos, c/ Brigada Vialannes (Regt.os 13 e 22) e Brigada Fournier (destacada do VI CE).

Divisão Ligeira, General Franceschi, 1.300 cavalos, Regt.os 1, 8 e 22.

Salvador
2009

Descrição da Batalha

Quando ocorre o "episódio da Ponte de Amarante", o atraso francês relativamente ao plano de conquista de Portugal era irreversível. De facto, de acordo com a directiva de Napoleão o II Corpo de Exército (CE) de Soult devia conquistar o Porto em 5 de Fevereiro e, a 16 do mesmo mês, atingir Lisboa – o principal objectivo. Do plano da invasão constava que este ataque seria apoiado por forças do I CE, do Marechal Victor, Duque de Bellune: a Divisão de infantaria do General Lapisse (cerca de 7.700 homens), com a Brigada de cavalaria do General Maupetit (cerca de 900 homens), deveria partir de Salamanca, por Ciudad Rodrigo, sobre Abrantes, assegurando a partir daí a cobertura do flanco esquerdo do II CE; o restante do I CE, com cerca de 20.000 homens, deveria avançar de Madrid para Mérida, servindo um duplo propósito – por um lado funcionaria como manobra de diversão em relação ao ataque do II CE (o principal) e, se este sentisse dificuldades para entrar em Lisboa, o I CE entraria em Portugal e apoiaria o seu ataque. Ao acompanharmos a invasão de Soult e todos os contratempos que sofreu o Marechal francês, que chegou ao Porto com mais de um mês de atraso relativamente à data indicada por Napoleão, vemos nos populares e nas forças irregulares portuguesas o ónus da questão. De facto, complementando as enchurradas do rio Minho, "paisanos que metiam guarda e vigiavão sobre a planície", as milícias, ordenanças e alguns regulares de Bernardim Freire obrigaram Soult a retroceder para Orense e a orientar a invasão para a várzea flaviense. Depois, conquistada Chaves (12 de Março) e Braga (20 de Março) e quando marchava em direcção ao Porto, Soult toma conhecimento que Francisco da Silveira e os seus transmontanos reconquistaram a cidade do Tâmega (25 Março), cortaram as suas comunicações com a Galiza e ameaçavam a sua retaguarda. Efectivamente, depois de reconquistar Chaves, Silveira planeia um golpe de mão para recuperar Braga, pensado para 2 de Abril; só que, em 30 de Março, ao tomar conhecimento da tomada do Porto no dia anterior, Silveira abdica da intenção de atacar Braga e recolhe para Vila Real, interpondo entre as suas tropas e o II CE inimigo o importante obstáculo do rio Tâmega, cumprindo ordens de Beresford. Aliás, é neste contexto que Beresford dá ordens ao General Bacelar, comandante das Beiras, para vigiar os movimentos de Lapisse, impedindo a sua reunião com Victor, e deu instruções a Silveira para

A segunda invasão francesa, *in* Nova História Militar de Portugal. António Pires Nunes.

Acções de Silveira que precederam a defesa da ponte de Amarante.

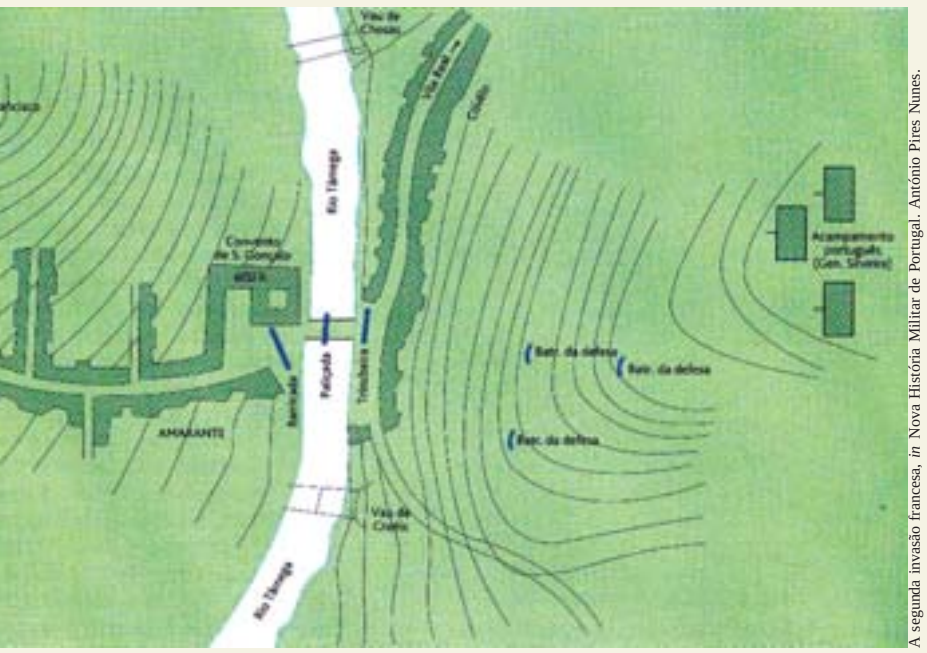
defender o Tâmega e controlar as principais comunicações para Trás-os-Montes, exercendo uma vigilância especial sobre a estrada Porto-Penafiel-Lamego.

Em posse do Porto, importava a Soult iniciar a fase seguinte da operação – a progressão até Lisboa. Contudo, as suas tropas estavam bastante desgastadas, os ingleses desembarcavam novas forças a Sul, o Exército Português estava cada vez mais organizado e, militarmente, o II CE encontrava-se praticamente isolado, sem linhas de comunicações para Norte (ligação ao VI CE, de Ney) – devido à acção das forças comandadas pelo General Botelho, comandante das forças portuguesas no Minho – e a Leste (ligação ao I CE, que deveria apoiá-lo na conquista de Lisboa) devido à presença do General Silveira, a maior ameaça.

Assim, Soult dá ordem à Brigada de Dragões de Calaincourt para que, em 31 de Março, marchasse sobre Penafiel e Amarante a fim de esclarecer a situação em Trás-os-Montes e garantir a

liberdade de passagem sobre o Tâmega, com a posse das suas pontes. Porém, a acção de resistência da população e dos irregulares do General Botelho malogrou a missão da Brigada de Calaincourt que não conseguiu passar de Penafiel. Soult manda então reforçar Calaincourt, a 7 de Abril, com uma Brigada de infantaria (do General Foy) e deu o comando das duas unidades ao General Loison. Mas, mais uma vez, reconhecimentos efectuados a Canavezes e Amarante malograram em virtude da acção de populares e das tropas de Silveira, retirando os franceses novamente para Penafiel.
Animado por este sucesso, Silveira passa o grosso das suas forças para Oeste do Tâmega, tendo em vista uma possível acção ofensiva na direcção do Porto e, em 13 de Abril, recupera mesmo Penafiel e coloca as guardas avançadas das suas forças em Paredes. Em reacção a esta "afoiteza" e desejando a todo o custo estabelecer a ligação a Lapisse, Soult ordena que as divisões completas de Delaborde e La Houssaye e a brigada Sarrut da divisão de Merle se concentrassem na região de Amarante, atribuindo o comando destas forças a Delaborde; estas forças representavam um empenhamento de cinco brigadas sobre a linha do Tâmega, num total de cerca de 9.000 homens.
Com Delabord e Loison pela frente e a possibilidade de ser envolvido por La Houssaye (que vinha da direcção de Guimarães), Silveira recua em 18 de Abril para Amarante, cobrindo o movimento do grosso das suas tropas com uma guarda de retaguarda e estabelecendo-se na margem esquerda do Tâmega. A defesa da vila, que era do lado direito, continuou valentemente por algum tempo, mas a superioridade do inimigo obrigou o remanescente das tropas lusas as passar a ponte e juntarem-se a Silveira. Iniciava-se então a defesa da ponte de Amarante.
A defesa da linha do Tâmega tinha sido previamente preparada e organizada com diversos obstáculos e posições defensivas, dividindo-se em três sectores – Norte, Centro e Sul –, situando-se a ponte de Amarante no sector central. Na margem direita do rio, à entrada da ponte, foi ocupado o edifício do convento de São Gonçalo por 600 homens, dominando a estrada Porto-Vila Real-Régua. Uma barricada interceptava o acesso à ponte, a meio desta havia uma paliçada e, à sua saída, foi construída uma trincheira. O arco mais próximo da margem esquerda estava minado e haviam sido feitos preparativos para destruir a ponte, se necessário. Existia ainda um cabeço íngreme à saída da ponte, do lado esquerdo, onde foram colocadas três baterias de artilharia. No total, estavam empenhados na defesa da ponte cerca de 6.000 homens, sendo que a grande maioria não estava armado, nem tinha recebido instrução.
Os combates sucederam-se a partir de 18 de Abril; dia 19, após intensos combates, o convento de São Gonçalo é praticamente abandonado; dia 20 os franceses apoderam-se da barricada, mas não conseguem atravessar a ponte, o que os levou a pensar em construir uma nova travessia a jusante da existente, o que não foi conseguido. Várias tentativas de passar a ponte à força foram sendo tentadas, mas todas elas se revelaram infrutíferas face à organização defensiva e capacidade de resistência portuguesa. A situação para os franceses tornava-se cada vez mais crítica, pois começavam a faltar recursos e o moral descia. Só no dia 2 de Maio, por volta da 04H00, após 14 dias de violentos recontros, um capitão sapador francês, Bouchard, levou a cabo um eficiente estratagema, fazendo rebentar quatro barris de pólvora a meio da ponte, destruindo a paliçada e inactivando a escorva portuguesa destinada a rebentar com um arco da ponte.
A coberto do nevoeiro e do pânico causado pela enorme explosão, seguiu-se então a travessia e assalto com sucesso pelos franceses, obrigando à retirada das tropas de Silveira. Ao longo dos 14 dias da acção foram contados 211 mortos portugueses e cerca de 180 franceses.

O combate de Amarante.



A segunda invasão francesa, *in* Nova História Militar de Portugal. António Pires Nunes.

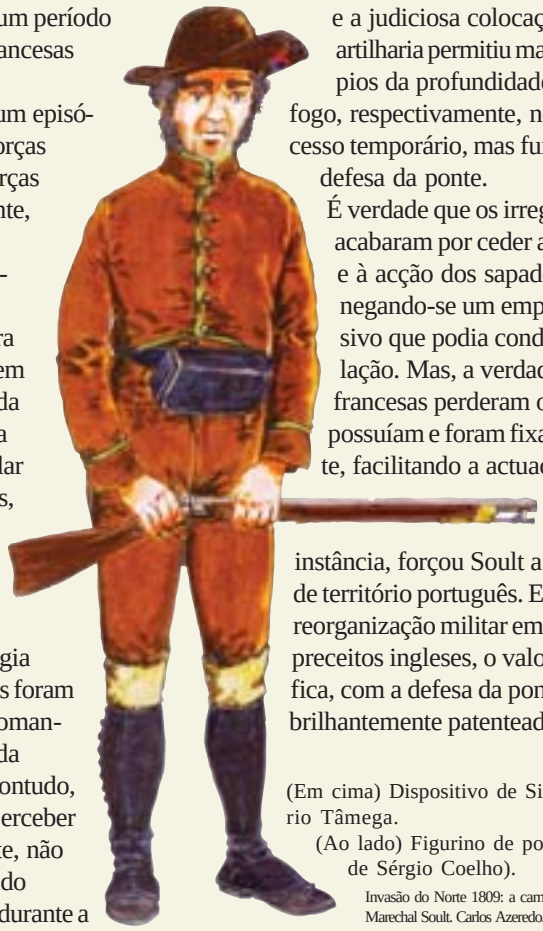
Análise da Batalha

Da análise às acções militares que ocorreram no quadro da defesa da ponte de Amarante, realçam-se duas características principais: por um lado, toda a acção militar de cariz irregular que foi conduzida pelas milícias, população e tropas portuguesas que, devidamente comandadas, provocaram um enorme desgaste nas forças invasoras, diminuindo o seu potencial de combate; por outro lado, o mérito na escolha, organização e conduta da defesa em Amarante permitiu suster durante um período significativo as movimentações francesas para Este.

A defesa da Ponte de Amarante é um episódio sintomático da actuação das forças irregulares. Combatendo contra forças superiores, numérica e materialmente, as forças de Silveira sujeitaram os franceses a fogo contínuo, desgastando-os e retardando-os durante duas semanas, tempo precioso para Wellesley reorganizar o exército, sem ser perturbado, na margem esquerda do Douro. É verdade que durante a Invasão de Soult o elemento popular foi esgrimido pelos senhores locais, como aconteceu, por exemplo, em Coimbra mas, para Beresford, o povo, mais que um complemento na luta contra os franceses, consistia numa intromissão que urgia refutar. Assim, as milícias populares foram anuladas e o enquadramento e o comando das milícias e ordenanças saiu da esfera dos nobiliárquicos rurais. Contudo, relativamente a estas, demorou a perceber as suas especificidades no combate, não espantando que tivesse admoestado ferozmente o General Silveira por, durante a defesa da ponte de Amarante, não ter empenhado as suas milícias num combate decisivo e suicida. Seria Wellesley, mais tarde, quem extrairia das forças irregulares todas as suas valências para o combate, mormente durante a invasão de Massena, ao enquadrar a sua actuação com as ordens de operações destinadas às tropas de 1ª Linha.

Por outro lado, Silveira demonstra na defesa da ponte de Amarante a sua enorme capacidade enquanto táctico, aplicando eficazmente alguns dos princípios das operações militares, nomeadamente, a escolha do terreno, o poder de fogo, o apoio mútuo e a profundidade. A escolha e organização do terreno constituiu uma vantagem decisiva para o defensor, pois permitiu encontrar locais com domínio de observação e campos de tiro (v.g. o cabeço à saída da ponte onde foram colocadas as três baterias de artilharia) e, ao apoiar-se num óptimo obstáculo natural, o rio Tâmega, e procedendo à sua valorização enquanto obstáculo, impediu durante catorze dias o movimento inimigo. Ao dividir a defesa da linha do Tâmega em três sectores, Silveira conseguiu manter o necessário apoio mútuo que neutralizou as diversas tentativas de atravessar o rio Tâmega noutros locais. O aproveitamento do convento de São Gonçalo e a judiciosa colocação das bocas de artilharia permitiu materializar os princípios da profundidade e do poder de fogo, respectivamente, necessários ao sucesso temporário, mas fundamental, da defesa da ponte.

É verdade que os irregulares de Silveira acabaram por ceder ao fogo de artilharia e à acção dos sapadores franceses, negando-se um empenhamento decisivo que podia conduzir à sua aniquilação. Mas, a verdade, é que as forças francesas perderam o tempo que já não possuíam e foram fixadas estrategicamente, facilitando a actuação do contingente de Wellesley que, em última instância, forçou Soult a retirar sob pressão de território português. Enfim, apesar de uma reorganização militar em curso ditada por preceitos ingleses, o valor militar português fica, com a defesa da ponte de Amarante, brilhantemente patenteado e reforçado.



(Em cima) Dispositivo de Silveira para a defesa do rio Tâmega.

(Ao lado) Figurino de popular armado (desenho de Sérgio Coelho).

Invasão do Norte 1809: a campanha do General Silveira contra o Marechal Soult. Carlos Azeredo.

http://www. jf-ferral.pt

Área da ponte da Misarela. Um dos muitos e difíceis locais que Soult suportou na retirada.

Consequências

Na Invasão de Soult, o Norte de Portugal e, especificamente, as regiões dos rios Tâmega, Minho e Douro são o palco, constituindo o resto do país os bastidores. Entre o Minho, mal reconhecido, e Chaves, perda da linha de comunicações, a invasão de Soult com destino intermédio ao Porto começou sob o signo dos contratempos. Após a ocupação do Porto (29 de Março), em dada altura o marechal francês percebe que está isolado: tem o Minho bloqueado pelo brigadeiro Botelho, no Alto Douro Francisco da Silveira permanece uma ameaça; a Sul do Douro sente a pressão dos ingleses de Wellesley. A solução era manter aberta a via de Amarante, que ligava o Porto às forças de Ney, estacionadas na Galiza. Ocorre, então, o combate da Ponte de Amarante, um ponto sensível que Silveira procurou obstruir e Soult teve que repelir. Contudo, menos de oito dias depois, Silveira e seus homens reapareciam a controlar a passagem desde Entre-os-Rios até à Régua, mantendo a pressão sobre o invasor.

Entretanto, em Abril, o exército aliado, comandado pelo General irlandês Arthur Wellesley, prepara uma contra-ofensiva a partir de Lisboa, que se concretiza com o assalto ao Porto, em 12 de Maio. O ponto de apoio tinha sido Gaia, consubstanciado pela artilharia da Serra do Pilar.

O combate da ponte de Amarante retirou, em definitivo, a iniciativa estratégica a Soult, consubstanciou a liberdade de acção de Francisco da Silveira, que ocuparia Amarante, e "abriu caminho" à ofensiva decisiva de Wellesley. Restava a ruptura de combate como manobra de recurso aos franceses, sob pena de uma acção militar de aniquilamento secundar o cerco a que foi sujeito. Assim, incapaz de abrir caminho contra os ingleses a Sul e pressionado e flagelado pelos portugueses além Douro, que lhe negavam abastecimentos e inviabilizavam as comunicações, Soult retirou, utilizando para o efeito o vale do Sousa. Cinco dias depois, através de marchas forçadas, perseguidos e flagelados, Soult e "companhia" abandonam Portugal via Orense, onde restabelecem a ligação com o VI CE de Ney.

Definitivamente, o Norte de Portugal não era a região ideal para os franceses se instalarem: os itinerários, autênticos caminhos de cabras, eram péssimos, agravados pelos deficientes meios de orientação cartográficos; a orografia era abrupta e a hidrografia difícil de vadear; os meios de subsistência alimentar escassos; as gentes eram arruaceiras e nada colaborantes quando coagidas; a conduta da tropa de linhas e das forças irregulares era arreigada.

Portanto, ao olharmos para as forças napoleónicas, aquilo que na Europa foi uma vantagem operacional, o Princípio Divisionário e as diversificadas e extensas linhas de comunicações, em Portugal revelou-se uma perigosa vulnerabilidade.

A invasão malograra. Mas as tropas napoleónicas voltariam mais uma vez, no ano seguinte.

Marechal Nicolas Soult.

http://www.reconquistadechaves.epchaves.net

Curiosidades

Das muitas curiosidades e factos interessantes que sempre ocorrem em acontecimentos complexos, como a guerra, escolhemos apenas alguns que nos merecem destaque, importando principalmente, recordar e conhecer com mais pormenor o tal estratagema, pensado pelo capitão sapador francês Bouchard, que, em última instância, acabou por ditar o desfecho da batalha de Amarante.

Em 24 de Abril, a partir da torre do convento de S. Gonçalo, Bouchard começou por estudar detalhadamente a organização defensiva portuguesa, particularmente os aspectos relacionados com a ponte de Amarante. Além dos obstáculos construídos na ponte e seu acesso - uma barricada, uma linha de paliçadas e uma trincheira – Bouchard conseguiu vislumbrar que o arco da ponte mais próximo do lado onde se encontravam os portugueses estava minado, de forma a rebentar com a ponte caso fosse necessário. A mina era accionada por uma corda que, puxada desde a margem, actuava sobre o gatilho de uma espingarda, cujo cano, cheio de pólvora, estava dentro de um dos vários barris de pólvora encostados ao pilar pelos portugueses.

O plano que Bouchard gizou constava de, primeiramente, desobstruir o meio da ponte, destruindo ou queimando as paliçadas; em seguida, utilizando barris de pólvora, rebentar com o entrincheiramento da margem esquerda e, simultaneamente, aproveitando a explosão, cortar a corda que accionaria a mina (o que obrigaria a uma explosão devidamente calculada, de forma a não fazer deflagrar a mina que se encontrava sob o arco); seguir-se-ia, finalmente, o imediato assalto francês, aproveitando a surpresa e a confusão. A grande dificuldade era colocar a pólvora junto à trincheira, sem que os portugueses de apercebessem; para tal, do plano de Bouchard, fazia também parte uma operação de decepção, a jusante da ponte, de forma a desviar a atenção dos portugueses.

E assim, de uma maneira geral, o plano francês foi cumprido. Na noite de 27 de Abril, as paliçadas a meio da ponte são queimadas; em 30 de Abril, durante a noite, quatro soldados devidamente camuflados (apesar de o último ter sido detectado), conseguem colocar quatro barris de pólvora junto às trincheiras e, um quinto soldado, colocar a mecha. No dia 2 de Maio, por volta das 04H00, o General Delaborde dá ordem para que se chegasse fogo à mecha do rastilho. Uma enorme explosão abala então o local, ao mesmo tempo que todas as bocas-de-fogo da artilharia francesa disparam contra as posições portuguesas junto à ponte. A explosão cumpre os efeitos pretendidos: a trincheira parcialmente destruída, a corda da mina cortada e uma reacção nas tropas portuguesas que terá sido, verdadeiramente, de "choque e pavor". Seguiu-se o assalto francês.

Relacionado com este acontecimento está também a "falha" na vigilância portuguesa, que permitiu aos cinco soldados franceses colocar os barris de pólvora e respectiva mecha, sem que fossem detectados. Este facto levou a que fosse levantado um *auto do corpo de delito* ao comandante da guarda da trincheira, Tenente Francisco António de Medeiros Feio, do Regimento de Infantaria n.º 12, acusando-o de "se ter deixado surpreender pelo inimigo, dando motivo à retirada do exército". Contudo, em Conselho de Guerra, as acusações não se provaram e, pelo contrário, demonstrou-se que "defendeu a ponte com vigilância, valor e actividade, não a desamparando um só momento, até que em último aperto, por ser atacado por forças superiores foi obrigado a retirar-se".

Ponte de Amarante na actualidade.

http://www.panoramio.com/photo/12542845

Autores:
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia de Referência

AZEREDO, Carlos, Invasão do Norte 1809: a campanha do General Silveira contra o Marechal Soult, Lisboa, Tribuna da História, 2004. COSTA, Coronel António José Pereira (Coord.), Os Generais do Exército Português, II Vol., I Tomo, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2005. O Exército Português e as comemorações dos 200 anos da guerra peninsular, I e II Vol., Lisboa, DHCM e Tribuna da História, 2009 e 2010. GIL, Coronel Ferreira, A infantaria portuguesa na guerra da península, 2ª parte, Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1912-1913. NUNES, António Pires, A segunda invasão francesa, in Nova História Militar de Portugal (dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira), Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004. SORIANO, Simão José da Luz, História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática, militar e politica deste reino desde 1777 até 1834, Tomo II, Lisboa: Imprensa Nacional, 1871. SOULT, Marechal, Memórias do Marechal Soult sobre a Guerra em Portugal e Espanha (Introdução de António Ventura), Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

estados febris ou associados à ingestão de bebidas alcoólicas, não existindo medicamentos específicos para combater esta perturbação.

Os fenómenos de sonambulismo são conhecidos sobretudo pelos seus potenciais efeitos. Normalmente, quem sofre de sonambulismo, é capaz de se deslocar e de falar durante o sono, num estado de semiconsciência do qual geralmente não se recorda ao acordar. Durante o estado de sonambulismo, as pessoas não sonham, estando a actividade do cérebro mais próxima do estado de vigília. É mais frequente no final da infância e durante a adolescência. Não existe tratamento específico para esta perturbação, embora ela possa reduzir-se espontaneamente. Determinados cuidados são, por isso, aconselháveis. A presença de uma luz ténue, por exemplo, permitirá criar uma espécie de estado de alerta e contribuir para a diminuição da sua incidência. Devem também afastar-se as fontes potenciais de perigo, como o acesso a janelas, a obstáculos ou objectos contundentes e deve evitar interpelar-se directamente a pessoa afectada, pois esta pode assumir reacções bruscas.

Os fenómenos brevemente descritos atrás correspondem a algumas das principais perturbações do sono que, de um modo geral, não apresentam risco clínico nem gravidade considerável para a saúde humana. Representam, todavia, e frequentemente, grande sofrimento e ansiedade, repercutindo-se nos mais elementares hábitos da vida diária e numa vivência psíquica e social saudável, podendo interferir negativamente, por exemplo, nos estudos, no ritmo e na qualidade do trabalho e nas relações afectivas. Torna-se, pois, aconselhável, para além do cultivo de hábitos saudáveis de vida – praticar exercício físico regularmente, estabelecer rotinas de sono com relativa estabilidade, evitar o álcool, o tabaco e as drogas, etc. – e caso um ou mais destes sintomas se manifestem, procurar ajuda médica especializada e evitar, sempre que possível, os factores que estão na sua origem, muitos deles relacionados com a cultura em que vivemos. Uma cultura em que as perturbações psíquicas ainda são um tabu, em que o domínio do estritamente racional dita as leis, relegando para o último plano os dados do inconsciente - tantas vezes na base do pensamento criativo - e do insondável (e fascinante) universo interior da mente humana.

Como reflecte António Damásio, a propósito de uma questão que de alguma forma se relaciona com esta problemática, a da tradicional distinção entre "cérebro" e "mente", entre problemas "neurológicos" e "psicológicos" ou "psiquiátricos", do seu ponto de vista uma "herança cultural infeliz" : "As doenças do cérebro são vistas como tragédias que assolam as pessoas, as quais não podem ser culpadas pelo seu estado, enquanto que as doenças da mente, especialmente aquelas que afectam a conduta e as emoções, são vistas como inconveniências sociais nas quais os doentes têm muitas responsabilidades" (idem). Torna-se, pois, igualmente necessário modificar mentalidades e não apenas hábitos e condutas, ou até mesmo procedimentos clínicos, tendo em vista aquilo que é, desde há muito, uma evidência – a de que o ser humano se constitui como um todo, em que corpo, cérebro e mente (a "alma" em sentido cartesiano) se conjugam, um todo orgânico no qual têm lugar as emoções, a razão, a consciência, os sentimentos, as memórias, ou seja, tudo o que torna um ser humano único e irrepetível e que a neurobiologia maravilhosamente vem desvendando. Através desse desvendamento, restituindo-o, paradoxalmente (ou não), à dimensão gnoseológica do ser que existe e se reconhece pelo pensamento (o "Penso, logo existo" de Descartes) – pensamento que se produz e transmite por uma complexa rede neuronal, ou seja, com uma base fisiológica. Ou a formulação invertida de "o que em mim sente está pensando" pessoano para o que em mim pensa está sentindo…

Fotos do Coronel Conde Falcão

---

[1] In *Enciclopédia Médica*, Robert Berkow (Dir.Ed.) et alii, Merck Sharp & Dohme, Edição Portuguesa, Trad. Ana Nunes, Ana Serra, Francisco Marques e Rui Pacheco, Ver. científica Dr. Rui Oliveira, Editorial Oceano, Barcelona, p.31.

[2] António Damásio, *O Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano*, 22.ª Edição, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2001,pág. 60.

Francisco Jorge Gonçalves*

O Processo de Radicalização
Análise das Células de Hamburgo, Hofstad e Londres

Nas investigações feitas aos elementos que compunham as células de Hamburgo, Hofstad e de Londres, verificou-se que a sua radicalização ocorreu na Europa – um espaço de direitos, liberdades e garantias.

Ora, os elementos destas células provinham de famílias que discordavam completamente do radicalismo Islâmico e eram abertamente contra o terrorismo *jihadista*[1] – bem como os seus ambientes familiares não eram particularmente religiosos. De resto, bastantes destes elementos são imigrantes de segunda e terceira geração, estudaram em escolas e universidades públicas – não se distinguindo de qualquer jovem europeu.

Afinal o que leva a esta radicalização?

O presente trabalho visa analisar o fenómeno da radicalização aplicando as etapas delineadas por Marc Sageman[2] – e tendo por amostra o "núcleo duro[3]" dos elementos que compunham as células de Hamburgo, Hofstad e Londres. Para o efeito, e

com base no *modus operandi* destas células, serão propostas algumas medidas para o combate de futuras células *jihadistas.*

Antecedentes: crónica de uma radicalização anunciada

Wikimedia Commons

(Foto do título) Atentados de 7 de julho de 2005, em Londres. (Em baixo) Placa em memória das vítimas do 11 de Março de 2004, em Madrid.

As fundações do radicalismo na Europa foram construídas nos meados dos anos 80 do século XX, quando se permitiu a entrada de islamitas radicais que continuaram as suas actividades contra os países de origem. Ficou vulgarmente conhecido como o problema "da ameaça importada[4]", em resultado de uma ingenuidade por parte dos governos europeus[5].

Na verdade, por razões humanitárias, diversos países europeus deixaram que islamitas radiais viessem para a Europa, aliado ao facto de os governos europeus raramente distinguirem entre combatentes da liberdade e aqueles que preparavam atentados terroristas *jihadistas*.

Nesse sentido, mesmo naquelas situações em que os governos europeus tinham provas concretas e documentadas, fornecidas pelos países de origem (v.g. Egipto) acerca da participação de determinados elementos em actividades terroristas, recusavam a sua deportação. De facto, a extradição era negada com base na argumentação de que nesses países o respectivo sistema judicial não fornecia garantias suficientes na protecção dos direitos fundamentais dos acusados, apesar de publicamente considerarem esses governos seculares islâmicos como democracias.

De salientar ainda que, alguns governos europeus se opunham a investigar as organizações de beneficência ou demais organizações islâmicas usadas como fachada para angariar fundos para o financiamento de actividades terroristas. Ademais, à excepção da França, os países europeus toleraram células de apoio ao terrorismo *jihadista* argelino.

Para tanto, o recrutamento era feito abertamente, sendo os candidatos canalizados através de mesquitas extremistas[6], sendo que os diversos Forças e Serviços de Segurança europeus não envidavam todos os seus esforços para conter esta ameaça[7].

Por conseguinte, se era permitido que o radicalismo islâmico fosse difundido através da Europa, apenas com base no pressuposto que a haver violência esta não a atingiria, os governos europeus esqueceram-se que as pessoas influenciadas poresta

---

[1] Com esta designação pretende-se evitar a utilização de "terrorismo islâmico", porquanto não se pretende o uso de qualquer vocábulo relacionado como o Islão, pois o escopo é diferenciar e isolar estes extremistas da esmagadora maioria dos crentes que professam a religião islâmica. Nesse sentido, este tipo de terrorismo tem interpretado a *Jihad* como guerra – que tem de ser feita por qualquer islâmico contra o Ocidente. Porém, a palavra *Jihad* significa esforço feito pelo crente para se realizar num muçulmano melhor, possuindo vários significados empregues em diversos contextos, podendo assumir uma acepção bélica em alguns cenários, se se verificarem determinadas condições – mas observando limites específicos (v.g. vida de mulheres e crianças). De resto, existe um termo árabe específico para guerra (*Harb*) e para luta armada (*Quital*).

[2] O quadro conceptual das etapas segue a tipologia criada por Marc Sageman, Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century, University of Pennsylvania Press, 2007, pp. 72 a 88.

[3] **Célula de Hamburg**o: Mohammed Atta, Marwan al-Shehhi, Ziad Jarrah e Ramzi bin al-Shibh (Omar)

Célula Hofstad: Mohammed Bouyeri; Ismail Akhnikh; Jason Walters (convertido); Samir Azzouz e Nouriddin El Fatm.

Célula de Londres: Mohammad Sidique Khan, Shezad Tanweer, Hasib Hussain, e Germaine Lindsay (convertido).

[4] Cfr. Lorenzo Vidino, Al Qaeda in Europe: The New Battleground of International Jihad, New York, Prometheus Books, 2005, p.47.

[5] Cfr. Marc Sageman, Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century, University of Pennsylvania Press, 2007, p.135.

[6] Cfr. Michael Taarnby, Recruitment of Islamist Terrorists in Europe. Trends and Perspectives, Danish Ministry of Justice, 14 de Janeiro de 2005, p.7, disponivel em http://www.justitsministeriet.dk/fileadmin/downloads/Forskning_og_dokumentation/Rekruttering_af_islamistiske_terrorister_i_Europa.pdf.

[7] A título de exemplo, em 1998, apenas foi destacado um homem, e em tempo parcial, para analisar o fenómeno do Islamismo Radical, em Hamburgo. Cfr. Terry Mcdermott, Perfect Soldiers: The 9/11 Hijackers: Who They Were, Why They Did It, HarperCollins, 2005,p. 70.

Foto do autor

Bouyeri – célula de Hofstad; Sidik Khan – Líder da célula de Londres; Mohamed Atta – Líder da célula de Hamburgo; Qutb na prisão.

ideologia limitaram-se a retirar consequências práticas da sua aplicação: o infiel não estava presente apenas nos países islâmicos seculares mas também estava presente no espaço europeu – pelo que estes governos também deviam ser combatidos.

Etapas da radicalização: o percurso de Bouyeri

Mohamed Bouyeri faz parte de uma segunda geração de imigrantes marroquinos que vivem na Holanda, tendo usufruído de uma boa educação e era encarado pelos seus professores como um cidadão bastante auspicioso – um modelo de integração. Na verdade, era bastante solícito e empreendedor em ajudar jovens muçulmanos a lidarem com o seu problema de identidade e a avisá-los para que não caíssem nas malhas da criminalidade, escrevendo artigos a defender os valores europeus e a elogiar o sistema multicultural holandês.

Contudo, a recusa de um subsídio para um centro comunitário, bem como a morte da sua mãe em 2002, leva a uma progressiva radicalização das suas ideias. Ademais, a prática de pequenos crimes, conduziu à sua condenação em pena de prisão efectiva e quando cumpriu a pena começou a admirar Bin Laden e a defender os pontos de vista da Al-Qaeda. Da mesma forma, passou a frequentar a mesquita de Al-Tawheed, bem como conheceu elementos da célula que se iria denominar Hofstad.

Isto incluiu a leitura de literatura radical, bem como a publicação de artigos na *internet* (usando o *nickname* de Abu Zubair), no qual transcreveu obras de Mawdudi e de Qutb para diversos sítios[8] – bem como produziu panfletos e escritos.

Esta espiral de radicalização veio a ser concretizada na aceitação da violência. Em consequência, no dia 2 de Novembro de 2004, assassinou o realizador de cinema Theo Van Gogh – acusando-o de inimigo do Islão.

Pré-radicalizaçao: A origem dos indivíduos

Antes de se passar a descrever as etapas da radicalização, importa analisar se existem à partida condicionantes que expliquem a propensão para o radicalismo. Para esse efeito, é importante verificar determinados pressupostos, que se denomina pré-radicalização, como a pobreza, factores psicológicos, ou se aqueles eram versados em termos religiosos.

Em primeiro lugar, é perceptível que muitos se situam numa faixa etária entre os 19 a 35 anos, pertencendo à segunda e terceira geração de muçulmanos sociológicos que nasceram em países ocidentais e que não provêem de ambientes religiosos. De resto, tornaram-se religiosos na Europa e já numa fase adulta e no decurso de um processo de radicalização.

De facto, esta redescoberta da religião surge como forma de apego à sua identidade islâmica e de diferenciação dos demais elementos da sociedade, procurando através de uma identidade religiosa providenciar certezas e explicações para a sua existência.

Tocantemente à pobreza será este um factor para a radicalização? Ora, não quer dizer que isso não ocorra em algumas partes do mundo, embora tal já não suceda no núcleo duro das células analisadas, os quais provêm de uma geração educada e versada nas tecnologias de informação – e pertencentes a uma classe média. Todavia, se os jovens sociológicos muçulmanos podem não ser levados à radicalização pela pobreza ou pela desigualdade, a alienação que estas condições produzem pode levar estes a radicalizarem-se – especialmente se entenderem que essa associação deriva de um ataque ao Islão por parte do Ocidente.

Por fim, importa sublinhar que à partida não existem explicações psicológicas, nem nenhuma doença do foro psiquiátrico, tal como o narcisismo

Wikimedia Commons

Países em que ocorreram ataques terroristas islâmicos desde 11 de Setembro de 2001.

patológico[9], a paranóia ou a personalidade autoritária[10] – que expliquem uma maior propensão para o radicalismo.

Pré-radicalização: A perda da identidade cultural como catalisador da radicalização

Por conseguinte, verificou-se que à partida, factores como o ambiente religioso, a pobreza, ou factores do foro psicológico, não se enquadram nos elementos das células em análise. Porém, através da análise do perfil dos membros, é possível verificar um factor aglutinador que explique uma maior propensão para o radicalismo: a perda da identidade cultural. O que isto significa?

Ora, a primeira geração de muçulmanos sociológicos via a religião e a cultura como ligadas, ao passo que a segunda e terceiras gerações dividem as duas, nas quais o maior identificador é a religião. Na verdade, a primeira geração é muito influenciada pela sociedade de origem, embora esta seja menor na segunda geração e na terceira geração, que afinal pertencem entre mundos – e, amiúde, sentem-se perdidos.

Neste contexto, os jovens sociológicos muçulmanos sentem que estão a ser marginalizados, económica e culturalmente ou sentem que estão a ser alvo de estigmatização – por causa da sua religião ou etnia de origem. Assim sendo, no espaço europeu das liberdades e garantias, verifica-se que muitos jovens muçulmanos sociológicos afirmam o seu sentimento de pertença não ao seu país de acolhimento e aos valores democráticos, mas sim a uma identidade religiosa que, amiúde, é interpretada como incompatível com as democracias liberais

Deste modo, a sua forma de integração nas sociedades de acolhimento consiste na utilização de símbolos e procedimentos que dêem significado à vida e forneçam uma explicação para o mundo que os rodeia, pelo que tentam enquadrar-se num grupo restrito de referência.

Pelo exposto, a perda da identidade cultural é uma condição para a integração de novas formas de ver o mundo – um passo rumo ao radicalismo. Ademais, no processo de perda de identidade que o indivíduo sofre, no decurso do respectivo processo de reconstrução, a nova identidade vai buscar ideias que lhe são perceptíveis, que sejam claras e simples e que lhe proporcionem uma explicação do mundo e da sociedade que o rodeia.

Ora, neste sentido, estes muçulmanos sociológicos vão buscar aos autores que providenciem respostas simples, imediatas, directas e totalitárias do Islão, pelo que, o estudo erudito do Islão não lhes proporciona essas certezas. Assim sendo, recorrem a autores que lhas forneçam, como al-Banna,

[8] Cfr. Petter Nesser, The Slaying of the Dutch Filmmaker – Religiously motivated Violence or Islamist Terrorism in the Name of Global Jihad?, FFI, Norwegian Defence Research Establishment, 2 de Fevereiro de 2005, p.15, disponível em http://rapporter.ffi.no/rapporter/2005/00376.pdf.

[9] O Líder da Célula de Londres (Sidik Khan), parece ser a excepção. De facto, a análise do vídeo deixado para a posterioridade, referiu-se à primeira pessoa 9 vezes, bem como demonstrou uma preocupação excessiva denotando preocupação como os órgãos de comunicação social o retratariam. Cfr. Kenan Malik, From Fatwa to Jihad. The Rusdie Affair and its Legacy, London, Atlantic Books, 2009, p. 118.

[10] Cfr. Marc Sageman, Understanding Terror Networks, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2004, pp. 84 a 91.

Qutb, Mawdudi, acompanhados de uma leitura literal do Corão.

Etapas da radicalização

Revolta moral

Numa primeira fase surge um sentimento de revolta moral contra uma situação, ou um evento que é percepcionado como injusto e que importa corrigir. Será que poderemos denominar a primeira fase, associada ao sentimento de humilhação, como aquele relacionado por proximidade ao assistir ao sofrimento dos palestinianos e dos chechenos[11]? Efectivamente, ao invés da revolta moral, a humilhação é um sentimento adstrito ao processo de radicalização, mas só pode adquirir significado se associado a uma experiência pessoal (sendo esta uma fase autónoma), pelo que se afigura mais correcta a utilização da revolta moral – um sentimento mais amplo.

De resto, os membros das células de Hamburgo, Hofstad e de Londres, denotavam sentimentos de profunda revolta moral contra situações e pessoas, como a situação na Palestina, no Kosovo, no Afeganistão – e exprimiam sentimentos de empatia e nutriam a necessidade de corrigir essas injustiças.

Na verdade, em todas as casas frequentadas pelo núcleo duro dos membros das células em análise, eram visionadas cassetes áudio e vídeo, sobre a Chechénia, Bósnia e Kosovo, passando os elementos do grupo a entender que era necessário tomar uma acção e participar na *Jihad* a nível global[12].

Guerra contra o Islão

Para os jovens muçulmanos sociológicos se a revolta moral é o começo do processo, esta por si só não é suficiente, porquanto aquela tem que se enquadrar num universo moral, para fazer parte da sua experiência (e fazer eco dentro do grupo). De facto, adquire-se a percepção de que o Islão está sob ameaça e o mundo começa a ser visto através de teorias da conspiração[13].

Na realidade, através dos conflitos entre Israel e a Palestina, entre outros, constatam que o imperialismo americano ataca o Islão[14], no qual estão envolvidos crentes muçulmanos e se adquire uma ideia simplista de que o ocidente está a atacar o Islão, por acção ou omissão – e que é necessário fazer algo para remediar este tipo de situações. De resto, a percepção de que o Islão está sob ameaça pelo EUA/Ocidente é explorada por Bin Laden e pela Al-Qaeda[15]. De igual forma, o livro "Os Protocolos dos Anciões de Sião" são uma fonte do anti-semitismo que é muito vendido no mundo árabe[16] e na Europa.

Rien Zilvold – AP

Jason Walters (convertido), membro da célula Hofstad, aquando da sua detenção em 2004 pelas Forças de Segurança da Holanda.

Importa trazer a terreiro que Atta pensava que Mónica Lewinski era uma agente judia e que a partir desse episódio, o Presidente Clinton se aproximara mais de Israel[17]. De igual modo, em diversos escritos de Bouyeri (incluindo a carta na qual justificava a morte de Theo Van Gogh), vilipendiava Ayaan Hirsi Ali como herética – e de estar ao serviço de "mestres judaicos".

No mesmo sentido, no vídeo que deixou para a posterioridade, o líder da célula de Londres (Sidik Khan), proferiu afirmações e comentários anti-semitas admitindo acreditar em diversas teorias da conspiração, incluindo de que o 11 de Setembro de 2001 foi uma criação dos EUA[18]. De igual maneira, a teoria da conspiração também está presente no vídeo efectuado por Omar (pertencente à célula de Hamburgo) pois entendia que o Islão estava a ser atacado[19].

Conexão com uma experiência pessoal

Ora, à raiva moral e ao entendimento que o Islão está sob ataque é necessário acrescentar uma nova etapa, pois estas duas apenas farão sentido caso se relacionem com a experiência diária de uma pessoa. Essa experiência diária pode manifestar-se em múltiplas facetas e graus, quer em termos económicos (v.g. perda de emprego), quer em termos sociais (v.g. morte de um familiar, agressão verbal), que faça o visado percepcionar que a revolta moral e o ataque ao

Islão adquirem significado e que o próprio é vítima desse expediente.

Avulta, de modo particular, que em termos de comparação, os muçulmanos sociológicos de segunda e terceira geração não se comparam com os seus conterrâneos dos países seculares árabes - mas com os europeus nativos[20].

Para o efeito, em determinado momento experimentam um ponto de ruptura existencial que seria insignificante para a maior parte das pessoas naquela situação, mas conjugada com os restantes factores, o "clique" implica uma súbita rejeição do ocidente que vêm como a encarnação do mal[21].

De resto, esta ruptura existencial está associada a uma humilhação que é percepcionada como pessoal, na qual o sentimento de culpa é transferido para o outro – e que importa combater. A título de exemplo, para Bouyeri, a morte da mãe associada à rejeição de um subsídio para um centro educativo, fê-lo sentir que era discriminado e que o resto da sociedade holandesa o encara de maneira diferente, não como holandês – mas como muçulmano.

Recrutamento por um grupo

Se chegássemos até esta etapa teríamos muçulmanos sociológicos (ou convertidos) enfurecidos mas não terroristas *jihadistas*[22] – que entendem que a *Jihad* é a única opção.

Ora, no extremo final de radicalização ocorre uma decisão de aceitação da violência como meio político legítimo, concretizada através da aderência ou constituição de um grupo, que se denomina a entrada na *jihadização*. Na realidade, os jovens muçulmanos sociológicos são encorajados, especialmente pelos seus pares, a dedicarem-se à *Jihad* violenta[23].

Urge salientar que, este é um processo dinâmico, onde um grupo de muçulmanos sociológicos (ou convertidos) embarca num progressivo isolamento social que os distingue entre crentes iluminados (eles) e os infiéis (todos os restantes), funcionando o grupo como uma câmara de eco e que experimentam uma progressiva intensificação das suas crenças.

A aceitação formal e entrada no circuito da *Jihad* é feita através de um contacto com um recrutador externo e depois de esta relação estar consolidada, os membros do grupo tornam-se operacionais.

Porém, importa sublinhar que, estão a surgir novas formas de recrutamento do terrorismo *jihadista* – no qual é perceptível que muitos jovens muçulmanos sociológicos querem juntar-se a um grupo terrorista jihadista, embora não saibam como proceder. A partir desta constatação surgem duas novas realidades: o sistema de conscrição e o sistema de auto-recrutamento. Na verdade, no sistema de conscrição, o conscrito individual ou em grupo vai à procura dos recrutadores, manifestando a sua vontade em participar na Jihad (v.g. combater no Iraque) e oferecendo os seus préstimos. Por outro

Assassinato do realizador de cinema holandês Theo van Gogh, alegadamente por membros da célula de Hofstad.

National Coalition Against Censorship

[11] Cfr. Farhad Khosrokhavar, Suicide Bombers, Allah´s New Martyrs, London, Pluto Press, 2005, p.157.

[12] No apartamento de Jason Walters e Ismail Akhnikh foram encontrados documentos, tanto em formato papel como em formato digital onde se fazia a apologia da Jihad (bem como se ensinavam técnicas para o fabrico de bombas) e se glorificava a ideia do martírio, como o grande ideal de comprometimento e fervor religioso.

[13] Cfr. Marc Sageman, Leaderless…, p.81.

[14] Urge trazer à liça que Bouyeri, na carta justificativa do assassinato do realizador Theo Van Gogh, culpou os EUA, quando o filme "Submissão" nada refere sobre os EUA, nem no filme aparecem actores americanos. Cfr. Zachary Shore, Criando Bin Ladens, A América, O Islão e o Futuro da Europa, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2007, p.20.

[15] Cfr. Bruce Hoffman, Terrorism, New York, Columbia University Press, 2006, p.129.

[16] Cfr. Ed Husain, The Islamist, Why I Joined Radical Islam in Britain, What I Saw Inside and Why I Left, London, Penguin books, 2007, p.251.

[17] Cfr. Lawrence Wright, A Torre do Desassossego, O Percurso da Al-Qaeda até ao 11 de Setembro, Lisboa, Casa das Letras, 2007, p.306.

[18] Cfr. House of Commons, Report of the Official Account of the Bombings in London on 7th July 2005, 11 de Maio de 2006, p. 19, disponível em http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/11_05_06_narrative.pdf.

[19] Cfr. Terry McDermott, Perfect…, p.199.

[20] Cfr. Marc Sageman, Leaderless.., p.82.

[21] Cfr. Farhad Khosrokhavar, Suicide…, p.155.

[22] Cfr. Marc Sageman, Leaderless…, p.84.

[23] Cfr. AIVD, Violent Jihad in the Netherlands. Current Trends in the Islamist Threat, 2006, p.29, disponivel em http://www.fas.org/irp/world/netherlands/violent.pdf.

lado, no sistema de auto-recrutamento, um indivíduo singular ou em grupo, decide abarcar a *Jihad* por sua própria iniciativa – criando uma célula terrorista[24].

De resto, para sublinhar a importância do auto-recrutamento, urge trazer à colação que, atento o relatório de 2009 da Europol, cerca de 2/3 dos indivíduos detidos no espaço europeu por suspeita de envolvimento no terrorismo *jihadista*, não estão ligados a organizações terroristas conhecidas[25].

Dinâmica das células de Hamburgo, Hofstad e de Londres

Depois de efectuada a descrição das etapas da radicalização, importa tecer alguns breves comentários sobre a dinâmica e o modo de actuação das células terroristas *jihadistas* em análise.

Em primeiro lugar, é importante sublinhar que se os membros da célula de Hamburgo foram treinados e recrutados pela Al-Qaeda, tal já não se verificou no que tange às células Hofstad e de Londres – que criaram o seu próprio grupo terrorista *jihadista*. De igual modo, no que concerne à sua organização interna, cumpre salientar que a quase totalidade do núcleo duro dos membros das células de Hamburgo, de Hofstad e de Londres, já se conheciam antes da constituição destas células. Ora, este facto vem atestar a importância dos laços de amizade, para a formação destes grupos – o que reforça a sua coesão interna.

De igual forma, apesar de verberarem acintosamente o modo de vida ocidental e os seus costumes (que consideram contrários à sua visão do Islão) para a implementação dos seus actos criminosos e para esconder o seu extremismo utilizaram a *taqiyya* (dissimulação), quebrando as suas próprias regras:

Publicidade do partido norte-americano *Victory*.

Os membros da célula de Hamburgo foram treinados e recrutados pela Al-Qaeda, tal já não se verificou no que tange às células Hofstad e de Londres - que criaram o seu próprio grupo terrorista *jihadista.*

www.husainiyouths.com

thecommune.files.wordpress.com

Pretendem passar a mensagem, quer aos muçulmanos sociológicos, quer aos não crentes, que os seus actos possuem um cariz religioso - e que está vertido no Corão.

fazem a barba, bebem bebidas alcoólicas– e vestiram-se à maneira ocidental.

No que tange à utilização da técnica do suicídio (invocando o martírio) a totalidade dos membros das células de Hamburgo, de Londres bem, como o próprio Bouyeri[26] e de Jason Walters[27], vêm atestar como a técnica do suicídio é eficaz como método terrorista *jihadista*. Ademais, pretendem passar a mensagem, quer aos muçulmanos sociológicos, quer aos não crentes, que os seus actos possuem um cariz religioso– e que está vertido no Corão. De notar que, é nesta dinâmica de grupo que a aceitação da morte é uma prova de fé, especialmente numa sociedade ocidental secular que valoriza a vida e exalta valores como o conforto e a prosperidade.

Por último, apesar da esmagadora maioria dos membros das células não ser versado em termos religiosos, procuraram que os seus actos fossem aprovados e sancionados por (supostas) autoridades religiosas[28].

---

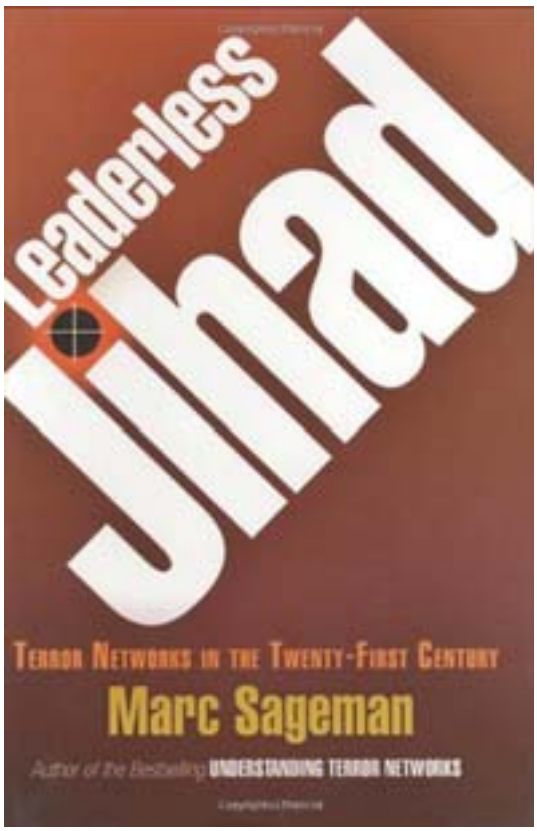
[24] Para uma análise mais em pormenor sobre estas novas dimensões de recrutamento do terrorismo Jihadista, ver Francisco Jorge Gonçalves, As Novas Dimensões de Recrutamento do Terrorismo Jihadista: o Sistema de Conscrição e de Auto-Recrutamento, Revista Segurança e Defesa n.º 13, Março/ Junho de 2010, pp. 36 a 39.

[25] Cfr. Europol, TE-SAT 2009, EU Terrorism Situation and Trend Report, p. 19, disponível em http://www.europol.europa.eu/publications/EU_Terrorism_Situation_and_Trend_Report_TE-SAT/TESAT2009.pdf

[26] Bouyeri, aquando da morte do realizador Theo Van Gogh pretendia ser morto pela polícia e morrer como um mártir, transportando um documento no qual revelava essa intenção. Cfr. Petter Nesser, The Slaying…, p.10.

[27] Aquando da sua captura, Jason Walters e Ismail Akhnikh reagiram violentamente (atirando uma granada), visando que as Forças de Segurança da Holanda os abatessem – o que não veio a suceder.

[28] A título de exemplo, Redouan Al-Issar, de nacionalidade síria, funcionava como guia espiritual, embora não possuísse qualquer tipo de formação religiosa. Aquele era um auto proclamado clérigo, que ministrava palestras radicais na Mesquita Al-Tawheed, tendo desaparecido no dia da morte de Theo Van Gogh.



O combate às células terroristas *jihadistas*

É preciso salientar que a Europa tem criado mecanismos importantes no combate ao terrorismo *jihadista*. A título de exemplo, salienta-se a criação do mandato de detenção europeu, a criação de equipas de investigação conjuntas, a criação do Eurojust, bem como foi adoptada legislação acerca do financiamento do terrorismo e alargado o âmbito da Europol (na área da *Intelligence*), para ser eficaz no combate ao terrorismo. Para além da cooperação judiciária e criminal, é necessário o reforço de medidas de *Intelligence*, mormente verificar se existem elementos desiludidos com grupos violentos – para se infiltrar neles.

É igualmente importante reforçar os laços com os elementos moderados das comunidades muçulmanas, para que estes possam denunciar os seus elementos extremistas. De igual maneira, é de primordial importância combater as distorções religiosas[29], difundindo o conceito de *Jihad*, de martírio, da leitura correcta do Corão, sendo para o efeito necessário que os diversos agentes das Forças e Serviços de Segurança se familiarizem com estes conceitos – e da própria religião islâmica.

Ademais, na medida em que nas células terroristas analisadas, os seus membros já se conheciam antes da constituição do grupo, é importante averiguar os respectivos laços familiares e sociais. De igual maneira, tal como salienta Marc Sageman, no que diz respeito à dissimulação, a mudança da indumentária de um indivíduo considerado extremista, para uma aparência ocidental deve ser investigada e analisada.

Notas conclusivas

Por tudo quanto foi discorrido, e em jeito de conclusão, é perceptível que o modelo conceptual criado por Marc Sageman sobre a radicalização se verifica na esmagadora maioria do núcleo duro das células de Hamburgo, Hofstad e Londres.

Todavia, importa ainda sublinhar que estas etapas são dinâmicas, o que significa que os visados passem por todas e pela ordem descrita - ou que não desistam a meio do processo. Efectivamente, este processo é dinâmico e estamos no domínio de tendências – e não de certezas absolutas empiricamente verificáveis.

* Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa. Domínio da Ciência Política, ramo das Relações Internacionais, com a especialidade cientifica da Segurança e Defesa, pelo Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Encontra-se a tirar o Doutoramento na mesma Faculdade e na mesma área científica. É igualmente Licenciado em Direito e em História.

Foi Oficial do Exército Português (sempre colocado no Gabinete do Comandante da Logística) entre 28 de Outubro de 1998 a 6 de Janeiro de 2008. Presentemente, é Técnico Superior a desempenhar funções na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Bibliografia

AIVD, *From Dawa to Jihad, The Various Threats From Radical Islam to the Democratic Legal* Order, 2004, consultado em 22 de Junho de 2007, disponível em http://www.fas.org/irp/world/netherlands/Dawa.pdf;

_____, *Violent Jihad in the Netherlands. Current Trends in the Islamist Threat*, 2006; consultado em 22 de Junho de 2007, disponível em http://www.fas.org/irp/world/netherlands/violent.pdf;

EUROPOL, TE-SAT 2009, EU Terrorism Situation and Trend Report, p. 19, disponível em http://www.europol.europa.eu/publications/EU_Terrorism_Situation_and_Trend_Report_TE-SAT/TESAT2009.pdf

GONÇALVES, Francisco Jorge, *A Politica Encetada pela Administração Bush Foi a Mais Correcta Para Lidar com o Terrorismo Nuclear?* Revista Militar N.º 6/7, Junho/Julho de 2008;

_____, *O Combate ao Terrorismo Jihadista Reforça a Relação Transatlântica?* Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Estudos em Homenagem ao VALM António Emílio Ferraz Sacchetti, Volume XVIII, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, 2009;

_____, *Ameaças Comuns Colocadas por Grupos Dawa e Jihad: o Combate às Distorções Religiosas*, Estratégia,

[29] Sobre a questão das distorções religiosas vide Francisco Jorge Gonçalves, Ameaças Comuns Colocadas por Grupos Dawa e Jihad: o Combate às Distorções Religiosas, pp. 135 a 158, in Estratégia, Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX – Instituto Português de Conjuntura Estratégica – 2010.

Coordenação de Adriano Moreira e Pinto Ramalho, Volume XIX, Instituto Português de Conjuntura Estratégica, 2010;

_____, As Novas Dimensões de Recrutamento do Terrorismo Jihadista: *o Sistema de Conscrição e de Auto-Recrutamento* Revista Segurança e Defesa n.º 13,Marco/Junho, 2010;

HOFFMAN, Bruce, *Inside Terrorism*, New York, Columbia University Press, 2006;

HOUSE OF COMMONS, *Report of the Official Account of the Bombings in London on 7th July* 2005, 11 de Maio de 2006, consultado em 23 de Junho de 2007, disponível em http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/11_05_06_narrative.pdf;

HUSAIN, Ed, The Islamist, Why I Joined Radical Islam in Britain, What I Saw Inside and Why I Left, London, Penguin books, 2007;

KHOSROKHAVAR, Farhad, *Suicide Bombers, Allah´s New Martyrs*, London, Pluto Press, 2005;

MALIK, Kennan, *From Fatwa to Jihad. The Rusdie Affair and its Legacy*, London, Atlantic Books, 2009;

MCDERMOTT, Terry, *Perfect Soldiers: The 9/11 Hijackers: Who They Were, Why They Did It*, HarperCollins, 2005;

NATIONAL COMMISSION ON TERRORIST ATACKS UPON THE UNITED STATES. *The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks upon the United States*, 2004, consultado em 14 de Agosto de 2006, disponível em http://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf;

NESSER, Petter, *The Slaying of the Dutch Filmmaker – Religiously motivated Violence or Islamist Terrorism in the Name of Global Jihad?* Norwegian Defense Research Establishment, 2 de Fevereiro de 2005, consultado em 17 de Agosto de 2008, disponível em http://rapporter.ffi.no/rapporter/2005/00376.pdf;

OLIVER, Roy, *Secularism Confronts Islam*, New York, Columbia University Press, 2007;

SAGEMAN, Marc, *Understanding Terror Networks*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2004;

_____, *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century*, University of Pennsylvania Press, 2007;

SHORE, Zachary; *Criando Bin Ladens, A América, O Islão e o Futuro da Europa*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2007;

TAARNBY, Michael, *Recruitment of Islamist Terrorists in Europe, Trends and Perspectives*, Danish Ministry of Justice, 14 de Janeiro de 2005, consultado em 23 de Julho de 2007, disponível em http://www.justitsministeriet.dk/fileadmin/downloads/Forskning_og_dokumentation/Rekruttering_af_islamistiske_terrorister_i_Europa.pdf;

VIDINO, Lorenzo, *Al Qaeda in Europe: The New Battleground of International Jihad*, New York, Prometheus Books, 2005;

WRIGHT, Lawrence, *A Torre do Desassossego, O Percurso da Al-Qaeda até ao 11 de Setembro*, Lisboa, Casa das Letras, 2007.

A Operational Mentor & Liaison Team de Portugal na Kabul Capital Division PRT OMLT KCD

As Operational, Mentor and Liaison Team (OMLT) são parte fundamental da estratégia da NATO para o Afeganistão, mas são também parte fundamental de qualquer estratégia de futuro no novo ambiente operacional em que vivemos. Portugal encontra-se no centro das novas doutrinas e práticas através da sua presença em duas OMLTs no Afeganistão, uma de guarnição no 201.º Corpo e outra operacional, na única Divisão do Exército do Afeganistão, a 111 *Kabul Capital Division* (KCD). Vamos descrever, de forma muita sucinta, o que foram os seis meses da OMLT KCD 01.02 de Setembro de 2009 a Abril de 2010 e a relevância da missão das OMLTs para o êxito da missão da ISAF.

A Divisão de Cabul (111 KCD) é a unidade militar responsável pela segurança na província de Cabul. A sua actuação dentro da cidade desenvolve-se em reforço e coordenação com a Polícia (ANP – *Afghan National Police*) e os serviços de

segurança (NDS – *National Defense Service*), ao passo que, na restante província é a principal responsável pela segurança, com o apoio da ANP, NDS e, quando necessário, da própria *International Security Assistance Force* (ISAF). As principais tarefas da Divisão são a reacção a incidentes, limpeza de itinerários, patrulhamento constante e assegurar em permanência uma *Quick Reaction Force* (QRF) de nível companhia. A 111KCD está organizada em 2 Brigadas com 7 Batalhões operacionais (designados de Kandaks), e as respectivas unidades de apoio de combate, apoio de serviços e serviços de guarnição – actualmente apenas está activado parcialmente um Quartel-General (QG) de uma das Brigadas e 3

Kandaks (em breve serão 4) a desempenhar missões operacionais.

A missão da OMLT KCD 01.02 foi de integrar a estrutura da ISAF para mentorar, acompanhar e apoiar o QG da KCD na sua actividade diária, incluindo a operacional, estando preparados para viver e, se necessário, combater, lado a lado, com a unidade mentorada. A equipa era composta por 17 graduados, distribuídos pelas tradicionais áreas de Estado-Maior: G1 (Pessoal); G2 (Informações); G3 (Operações); G4 (Logística); G5 (Planos); G6 (Transmissões); G7 (Engenharia); Médico; Sargento-Mo; Chefe de Estado-Maior e Comandante.

Para a missão foram estabelecidos conceitos de mentoria e objectivos/metas a atingir. Decorridos os contactos iniciais com a unidade Afegã, foram identificadas novas áreas que foram incluídas no âmbito da assessoria a prestar pela OMLT e desenvolvidos os conceitos e objectivos de mentoria. Destacam-se os mais importantes: alargamento das áreas de mentoria para repartições chave no funcionamento da Divisão (Repartição Cultural e Religiosa, Informação Pública, Repartição Jurídica, treino e apoio de fogos, etc); adoptar os princípios de "fazer-fazendo" – todas as actividades eram feitas com os mentorados, de acordo com as suas ideias, com os seus conceitos, no seu próprio ritmo de trabalho; o conceito de "One Team" – juntámos todos os aliados que trabalhavam na Divisão e, debaixo da nossa liderança, coordenámos todas as actividades de assessoria e mentoria – para tal realizávamos uma reunião semanal (Huddle) onde partilhávamos informação, distribuímos tarefas, e estabelecíamos prioridades (fundamentalmente queríamos que o nosso trabalho fosse sempre feito a uma só voz); o princípio de projecto de longo prazo (os objectivos que estabelecemos não terminavam na nossa rotação, seria um projecto de continuidade para ser seguido pelas equipas que nos rendessem), adoptar o modo afegão de fazer, viver e trabalhar (respeitar a cultura, religião, as tradições, a experiência de cada um em guerras anteriores, etc) e, finalmente, estar pronto a partilhar riscos e responsabilidades (num ambiente de elevada ameaça e com uma actividade operacional muito intensa – em média estavam empenhados 370 soldados diariamente em operações na província de Cabul – sempre estivemos onde os nossos mentorados tinham de estar incluindo, naturalmente, a linha da frente do combate).

Realizámos 7 operações humanitárias (4 em campos de refugiados, 1 numa escola – mais tarde conseguimos que fosse construída uma escola nova para 2.300 alunos, 1 num bairro degradado e 1

operação contínua de apoio a feridos e familiares de militares falecidos em operações da KCD) – os graduados da OMLT acompanharam todas as operações mas sempre dentro do princípio de que a visibilidade devia ser dada aos militares Afegãos, pelo que a postura sempre foi discreta; 2 operações de cerco e busca (nas áreas de maior risco na Província de Cabul – Paghman e Musahi, dividindo -se a nossa equipa pelos posto de comando avançado, principal e recuado); apoiámos o planeamento de inúmeras operações "Intel leaded" que levaram à descoberta de muito armamento, explosivos, uniformes e captura de insurgentes; estivemos no planeamento e execução das grandes operações se segurança da ISAF para Cabul (incluindo as eleições, a cerimónia de tomada de posse do Presidente Karzai, a inauguração do Parlamento, entre outras) e ajudámos a coordenar semanalmente as patrulhas conjuntas entre militares da ISAF e da KCD, o treino e instrução das sub-unidades da KCD, o processo de aquisição de Informações para toda a divisão, a coordenação permanente com a ANP, NDS, ISAF e ONU.

Participámos activamente na elaboração e execução de inúmeros projectos dentro da Divisão (com verbas da ISAF que excederam um milhão de dólares) e com o apoio directo de Portugal dedicámos grande parte do nosso esforço ao levantamento de um centro de operações na Divisão (TOC – *Tactical Operational Centre*), que é hoje o centro (o coração e cérebro) da KCD. Não foi só um apoio material em equipamentos e infra-estruturas, mas foi fundamentalmente um apoio em procedimentos, práticas e rotinas que levaram a um crescimento operacional significativo da KCD. Estão em curso outros dois projectos apoiados por Portugal para a criação de uma sala didáctica de informática e de uma sala de conferências.

Muito mais haveria para dizer, mas gostaríamos de concluir esta breve descrição com estes comentários: o trabalho das OMLT é um trabalho exponencial, tudo o que fazemos multiplica-se pela acção de centenas, por vezes milhares, de soldados no terreno; a preparação dos militares para esta missão é fundamental, pois uma acção menos própria pode arruinar o trabalho de toda uma equipa (felizmente tal não aconteceu na nossa equipa mas fomos testemunhas de exemplos em equipas de outras nações); permite a Portugal ter militares na linha da frente das novas doutrinas da NATO, nas novas tecnologias, práticas e procedimentos e além do inestimável valor da aprendizagem também participámos activamente na procura de soluções; por último, reforçar que este é um projecto de longo prazo e que requer enorme dedicação, grande determinação e paciência para que, no futuro, as Forças Armadas do Afeganistão possam conduzir, por si sós, a sua missão na defesa do seu povo.

Portugal está na linha da frente das operações, da doutrina, do planeamento e o seu trabalho tem sido reconhecido a todos os níveis como fundamental e mesmo, como exemplo para muitas outras OMLTs que trabalham no difícil Teatro de Operações do Afeganistão.

Este texto é da autoria da OMLT KCD 01.02 em Cabul no Afeganistão de 28 de Setembro de 2009 a 14 de Abril de 2010.

Elementos que integraram o OMLT:
Coronel Inf Para José Santos Correia;
Tenente-Coronel Inf OE Nuno Lemos Pires;
Tenente-Coronel Inf OE Domingos Rodrigues;
Tenente-Coronel Tm António Quaresma Rosa;
Major Inf Cmd Miguel Cruz;
Major Inf Para Rui Gonçalves;
Major Inf Para Óscar Fontoura;
Capitão Inf Para Ricardo Marques;
Tenente Med Para Sérgio Janeiro;
Sargento-Mor PQ José Farinha;
Sargento-Ajudante PQ André Pena;
Sargento-Ajudante PQ Carlos Canas;
Sargento-Ajudante PQ Hermes Mateus;
Primeiro-Sargento Inf Sérgio Borges;
Primeiro-Sargento Art Rui Fernandes;
Primeiro-Sargento Tm Para Domingos Gonçalves e
Primeiro-Sargento Eng Para Luís Santos.

Seminário na Academia Militar

Inserido no Programa D. Afonso Henriques, realizou-se no dia 7 de Junho, no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora, o seminário "A Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial".

Na ocasião, estiveram presentes, entre outros, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, o Director do Programa D. Afonso Henriques, Major-General Hugo Eugénio Reis Borges, e a comitiva da "Caravana Brasileira".

O seminário iniciou-se com uma breve introdução, pelo Major Laurino do Exército brasileiro. Esta decorreu no átrio do bar e permitiu o visionamento de imagens da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a II Guerra Mundial.

No interior do Grande Auditório, os presentes assistiram ao visionamento de um filme sobre o alinhamento do Brasil – "A actualidade e enquadramento para a mobilização da FEB" – antecedido pela alocução do Major-General Hugo Borges, que fez a introdução e enquadramento dos temas a serem debatidos.

Seguidamente, o Coronel Vieira Borges apresentou um levantamento histórico sobre as notícias e os factos da actividade da FEB no teatro de operações (TO), intitulada "A Batalha de Monte Castelo". A missão da FEB no TO, resumia-se a conquistar um ponto estratégico controlado pelos germânicos em solo italiano, o Monte Castelo. Para tal, foram necessários 7 meses de árdua batalha para que a participação da FEB fosse vitoriosa. Os meios utilizados, a força empenhada, a estratégia e a forma como o acontecimento foi noticiado, foram os itens nos quais o Coronel Vieira Borges se baseou na sua alocução.

O Major-General Hugo Borges usou, novamente, da palavra, para concluir o seminário e dar lugar a uma cerimónia de condecorações, por parte da "Caravana Brasileira".

Num clima de camaradagem e amizade entre os dois Exércitos, o Exército brasileiro condecorou com a medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, as seguintes entidades: Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, Presidente da Liga dos Combatentes; Major-General Hugo Eugénio Reis Borges; David André, Secretário da Embaixada Brasileira; Sargento-Mor da Força Aérea Gilberto Duarte Barata, e o Doutor Artur Vitória.

Lançamento do Livro "Revisitar Goa, Damão e Diu"

Realizou-se, dia 4 de Maio, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o lançamento do livro "Revisitar Goa, Damão e Diu", uma edição da Liga dos Combatentes, resultante do 1.º Ciclo de Conferências da Cooperativa Militar.

A cerimónia foi presidida pelo secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Dr. Marcos Perestrello. A obra foi apresentada pelo General Ramalho Eanes. A mesa de honra contou com as presenças do Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, Tenente-General Chito Rodrigues; do Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Tenente-General Sousa Pinto; do Presidente do Núcleo Impulsionador das Conferências da Cooperativa Militar, Coronel Taborda e Silva.

"Interessante é, também, a seriedade genética e o propósito finalístico da obra: levar o leitor a confrontar-se com uma autoria plural de estudos (sintéticos, obviamente), de opiniões, de testemunhos presenciais, de índole histórica, militar e política, com múltiplas e, não raro mesmo, contraditórias facetas de um acontecimento – a queda de Goa – de tanta relevância na nossa tradição, e desse confronto apurar a sua própria verdade", segundo o General Ramalho Eanes, no prefácio da obra.

Nota de Redacção:

Neste número, do *JE,* deveria ter saído, o Suplemento Gomes Freire de Andrade e a Guerra Fantástica (1762), por razões de ordem técnica, optou-se pela saída do Suplemento, Francisco da Silveira e a Defesa da Ponte de Amarante (1809).

Oportunamente será publicado o Suplemento que fica em falta com a numeração de página na ordem devida.

Pelo facto pedimos as nossas desculpas.

Missões de Paz – Um olhar de *Flash* no Forte do Bom Sucesso

O Museu do Combatente e Forte do Bom Sucesso inaugurou a 16 de Abril, a exposição "Missões de Paz - Um olhar de *Flash*", da responsabilidade do Centro de Audiovisuais do Exército, em parceria com a Liga dos Combatentes, que irá estar patente ao público até 18 de Julho.

A inauguração oficial da exposição foi presidida pelo Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, assinalado com a presença entre os convidados de honra, o representante do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, Major-General Fausto Paula, o representante do Comando da Logística, Major-General Vela Bastos, o Subdirector do Instituto de Estudos Superiores Militares, Major-General Aguiar Santos e o Dr. Pedro Chagas, Administrador da Novabase.

Quer o Centro de Audiovisuais do Exército, quer a Liga dos Combatentes, foram criados após o final da I Guerra Mundial. O primeiro surgiu em consequência do avanço tecnológico que esteve na base da criação dos Serviços Cartográficos do Exército, Centro de Audiovisuais e do Centro Gráfico do Exército. Enquanto que, a Liga dos Combatentes emerge através da iniciativa de alguns combatentes convictos do espírito de fraternidade e da necessidade de se associarem com o intuito de defenderem os seus direitos e auxiliarem os inválidos da Guerra.

Desta forma, a Liga dos Combatentes auxiliou veteranos, famílias e órfãos dos Combatentes da Grande Guerra, posteriormente ajudou expedicionários da II Grande Guerra e seus descendentes. Depois, inevitavelmente, apoiou os Combatentes do Ultramar e as suas famílias, estendendo o seu campo de acção até aos dias de hoje.

Esta exposição é essencialmente um *flash*, fotográfico, com suporte audiovisual onde se pode ver e apreciar particularidades das realidades e operacionalidade das Forças Armadas Portuguesas que, de certeza, estão preservadas na memória patriótica de cada português.

O trabalho apresentado surge de acções desenvolvidas junto das forças portuguesas em missão desde 1993 até ao século XXI. Todas as intervenções e participações de Portugal nas Missões de Paz e Humanitárias a cargo da Organização das Nações Unidas. Desde os complexos processos de descolonização de alguns países africanos de Língua Oficial Portuguesa, Angola (1995); passando pela Bósnia e Kosovo (1999), até à recente missão de paz em Timor (1999). Esta exposição fotográfica demonstra não só a presença de Portugal nas Forças Internacionais sob a égide das Nações Unidas, como a integração e relacionamento das Forças Portuguesas com as populações locais.

Além desta mostra, o Forte do Bom Sucesso é palco de inúmeras exposições ligadas à história e vivência militares, e temas a elas associados, destinado aos elementos que serviram e servem nas fileiras das Forças Armadas mas, mais ainda, a todos os que nutrem um sentimento de pertença pela nação portuguesa, como são exemplo as exposições de pintura "Mar de Portugal, Analogia Poética", do Tenente-Coronel do Serviço Geral do Exército Ricardo Augusto Correia e as de Velhô e de Ricardo Castro Nunes.

Como foi publicado na revista de Janeiro do *Jornal do Exército*, esteve patente, neste Forte, de 26 de Novembro de 2009 a 31 de Janeiro de 2010, em analogia a esta temática, a exposição "Dois Olhares sobre o Afeganistão", da autoria dos fotojornalistas Roger Lemoyne e Ângelo Lucas, de nacionalidades canadiana e portuguesa, respectivamente.

Além dessa visão, que focava as vítimas do regime Talibã, apresenta ainda muitas armas pesadas que foram usadas no conflito do Ultramar, a par com algum material capturado pelas forças portuguesas em África.

Guerras e períodos anteriores também ali têm elementos museológicos, sobretudo a artilharia, uma vez que é aqui o único local, em Portugal Continental, onde se pode ter livre acesso a visitar os materiais de uma Bateria de Artilharia de Costa.

O Forte do Bom Sucesso envolve o Monumento aos Combatentes do Ultramar e, nas suas paredes viradas para terra, está a lista nominal dos portugueses que morreram nesse conflito. Para este efeito foi considerado ter começado na Índia, em 1958. Também são lembrados, de forma análoga, os militares portugueses mortos nos conflitos da actualidade, e os das Operações de Paz e Humanitárias.

Esta exposição tem o patrocínio oficial da Liga dos Combatentes, do Exército Português e da empresa Novabase.

Comemorações da Infantaria

Regimento de Infantaria 14

No dia 19 de Março comemorou-se no Regimento de Infantaria 14, em Viseu, o dia da Unidade.

Na ocasião, recordou-se a acção do dia 19 de Março de 1918, realizada pela 1.ª Companhia do Batalhão oriunda do 14 de Infantaria. As celebrações foram presididas pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, e integraram uma alvorada festiva junto à Câmara Municipal de Viseu, uma cerimónia de homenagem a Viriato e um desfile por algumas artérias do centro da cidade. Foi, ainda, inaugurada, no Palácio do Gelo, a exposição "Guerras Peninsulares – Exposição Comemorativa do Bicentenário."

Regimento de Infantaria 3

Em Beja, as comemorações do 204º aniversário do RI3, tiveram início no dia 5 de Maio, com a realização de uma exposição, no Castelo de Beja, em parceria com a Câmara Municipal de Beja e com o apoio do Instituto Geográfico do Exército, intitulada *Portugallae Descriptio*. A exposição apresentou a cartografia que tem sido feita ao longo de 300 anos e esteve patente ao público até ao dia 8 de Maio.

No dia 7 de Maio, decorreu um espectáculo no Teatro Municipal de Beja – Pax-Júlia – com a actuação de um duo de militares do Regimento e, ainda, do grupo "Quimera Quinteto". Nos dias 8 e 9 de Maio, realizou-se um concurso de pintura, um passeio de BTT, actividades radicais no Parque da Cidade e, ainda, uma demonstração de equipamentos militares.

A cerimónia militar ficou reservada para o dia 11, dia da Unidade, com uma cerimónia militar na Praça da República,

presidida pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira.

DRAGÃO 10

Decorreu, no período compreendido entre 14 e 20 de Maio, nos concelhos de Celorico da Beira, Trancoso e Mêda, o exercício anual da Brigada de Intervenção (BrigInt) denominado *Dragão 10*, onde estiveram empenhados cerca de 1700 efectivos.

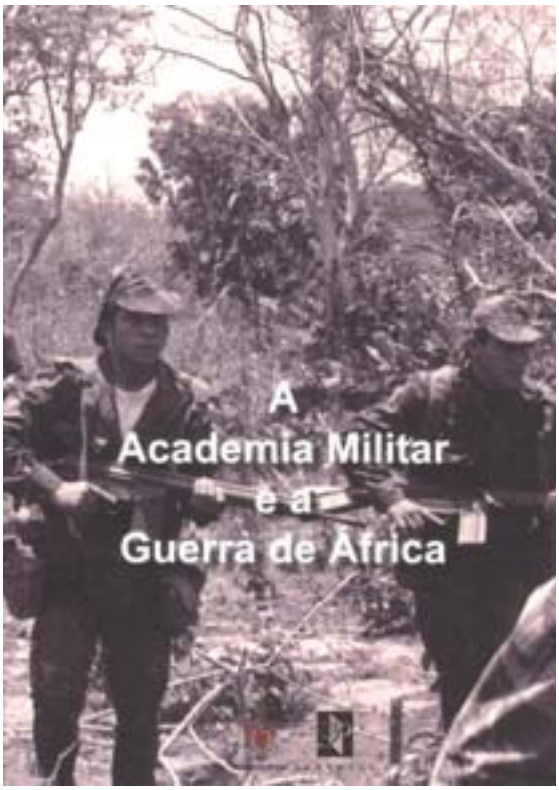
Este exercício tem por finalidade treinar e testar a capacidade de planeamento, comando e controlo da BrigInt, enquanto Grande Unidade da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército. Tem como referencial um ambiente operacional, baseado no quadro da conflitualidade actual, semelhante ao vivido nos teatros de operações em que as Forças Nacionais Destacadas são empregues, caracterizados pela sua complexidade e assimetria das operações.

Em simultâneo, decorreu o exercício *Sagitário 10*, no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares, com a participação de forças de países amigos, e o exercício *Armageddon 10*, da Companhia Geral CIMIC (*Civil Military Cooperation*).

O exercício *Dragão 10* terminou com um *Distinguished Visitor`s Day*, que se realizou em 20 de Maio e foi presidido pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, em Celorico da Beira, contando com a participação das mais altas entidades militares do Exército e representantes da Armada e da Força Aérea.

A Academia Militar e a Guerra de África

Melhor que qualquer recensão particular sobre esta obra são as considerações do Comandante da Academia Militar, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro que a descreve, na parte do enquadramento, com as seguintes palavras: "*A Academia Militar através do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares com o apoio do Conselho Directivo do Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL), levou a efeito em 8 de Maio de 2009, no Grande Auditório do Aquartelamento da Academia Militar na Amadora, a realização do Seminário subordinado ao tema 'A Academia Militar e a Guerra de África', com o objectivo de proporcionar aos seus docentes e discentes, como principal público-alvo, uma profunda reflexão sobre o papel preponderante que este estabelecimento de ensino superior público universitário militar teve no conflito em apreço, bem como, a necessidade de transmitir às futuras gerações de jovens Oficiais aqui formados, os testemunhos, as experiências e os valores eminentemente militares dos principais protagonistas deste conflito que durou 13 anos.*



Dada a ilustre qualidade das comunicações apresentadas pelos conferencistas e a necessidade de perpetuar no tempo estes testemunhos, o comando da Academia Militar decidiu, com a anuência dos respectivos autores intervenientes, publicar em livro as intervenções dos participantes."

AAVV, *A Academia Militar e a Guerra de África*, Edições Prefácio e Academia Militar, Janeiro de 2010.

A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime I: A Proposta de Reforma do Exército Português de 1803

Inserido na colecção *História Militar*, o livro aborda uma temática desconhecida da historiografia portuguesa – a proposta de Reforma do Exército de 1803.

Após o término da guerra com Espanha e com França, conhecida pela "Guerra das Laranjas", o Príncipe Regente D. João, em 1 de Dezembro, decidiu organizar um Conselho Militar para estabelecer um Sistema de Organização Militar. O objectivo era dar continuidade às reformas iniciadas em 1788 e eliminar as deficiências da organização militar portuguesa.

Assenta sobre três pontos essenciais: o *Regulamento Provisional para as Ordenanças do Reino, e do Algarve*, a *Organização Provisional do Exército e a Instrução Provisional para o Comando das Divisões do Exército.*

Esta obra teve o apoio da Comissão Portuguesa de História Militar e da Direcção de História e Cultura Militar do Exército Português

Os assinantes do Jornal do Exército usufruem de um desconto de 25% na aquisição do livro.

AMARAL, Manuel, *A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime I: A Proposta de Reforma do Exército Português de 1803*, Tribuna da História, Fevereiro de 2010.

O 14 de Infantaria

O 14 de Infantaria é o registo literário actualizado dos feitos daqueles "cuja fama ninguém virá que dome".

Mais do que uma obra que retrata a história deste regimento, é uma actualização à obra precedente, "O n.º 14 da Infantaria Portuguesa, do, na altura, Capitão Balula Cid, publicado em 1950.

O Coronel Rui Moura apresenta o Regimento de Infantaria 14 de uma forma institucional, sendo uma obra de inegável valor histórico e um importante suporte de divulgação do Exército. Acresce que o livro inclui um CD, muito bem feito, onde é possível, entre outras coisas, "viajar" pelos principais pontos da unidade. Da porta-de-armas à cozinha, da carreira de tiro ao parque de viaturas, das casernas à piscina e por aí adiante.

Este livro descreve a história deste regimento desde os tempos precedentes à Guerra Peninsular, até à sua participação actual nas Forças Nacionais Destacadas. Concomitantemente, expõe os seus símbolos, o seu corpo de graduados, os seus quartéis, a sua inclusão na comunidade viseense, a par com as personalidades a ele associadas.

MOURA, Rui Fernando Baptista, *O 14 de Infantaria*, Edições 100SÍVELdesign, Outubro de 2009.

Manuel A. Ribeiro Rodrigues

Os Uniformes da Guerra Peninsular (1806 – 1815) (VIII)

Oficiais Generais e Brigadeiros

Marechal-de-Campo

Existe uma certa confusão sobre este posto e mais tarde o de Marechal. Nesta época e como já foi descrito, o posto mais alto na hierarquia do Exército Português foi o de Marechal-do-Exército, posto este que foi atribuído em exclusividade durante este período a Wellington.

Grande Uniforme

Bordadura a fio de ouro por toda a farda[1], sendo a parte da frente (lado esquerdo e direito) conforme a fig. 1. canhões das mangas conforme a fig. 2.

Figura 1

Figura 2

Pequeno-Uniforme

Os mesmos bordados do grande uniforme, mas somente nos canhões das mangas e na gola.

Dragonas

Uma em cada ombro com corpo em fio dourado, meia-lua de fio de ouro com vivo de espiguilha dourada. Botão liso de metal dourado. Duas estrelas de prata, fig. 3 colocadas no corpo da dragona no sentido do comprimento, conforme a fig. 4.

Figura 3

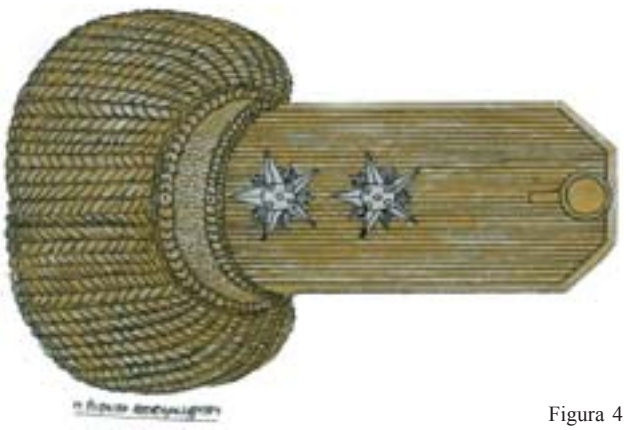


Figura 4

Legendas das ilustrações dos Marechais-de-Campo.

[1] Conforme o indicado na fig. 1, publicado no J. E. n.º 582 de Março de 2009.

Figura – A e B
D. Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira Conde de Amarante.
(Colecção do autor)

Figura B

Figura A

Nestas ilustrações, ainda antes de ter sido promovido a Tenente-General. Enverga o grande uniforme.

Figura – C
(Colecção do autor)
Esta gravura reproduz o busto de António de Teixeira Rebelo, fundador do Colégio Militar em grande uniforme.

Figura C

Figura D

Figura – D
(Óleo sobre tela, colecção particular)
António Teixeira Rebelo.

Figura E

Figura – E
(Óleo sobre tela, colecção particular)
Matias José Dias Azedo.

Figura F

Figura – G
Marechal-de-Campo
(Manequim do Museu Militar)
Este pequeno uniforme foi mandado executar pelo Museu Militar, por altura do Centenário da Guerra Peninsular. Actualmente não existe.

Figura H

Figura I

Figura – J
(Óleo sobre tela, colecção particular)
Luís do Rego Barreto em pequeno uniforme.

Figura – F
(Óleo sobre tela, colecção particular)
Trata-se de um parente do Marechal-de-Campo Silveira (tio?).

Figura G

Figura – H e I
(Óleo sobre tela e gravura, colecção particular)
D. Marcus de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos. Este ilustre militar enverga o pequeno uniforme e tem na gola bordados duplos, ou seja, rodeiam toda a gola, o que não era da Ordem.

Figura J

***in Jornal do Exército* n.º 22, de Outubro de 1961**

Os dois desenhos diferem em oito pormenores. Veja se os descobre em menos de cinco minutos.

— Esta praça pede licença para alterar o talhe do cabelo.
(Desenho do Cap. Vicente da Silva)

Soluções deste número:
1 - Base do porta-bengalas; 2 - Cigarro no cinzeiro; 3 - Esporas do Sarg.; 4 - Divisas do Sarg.; 5 - Fio do quadro; 6 - Costas da cadeira; 7 - Cesto dos papéis; 8 - Livro na mesa.

jornal do
Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa,
Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional (entrar em contacto prévio com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

Agradecemos que os pagamentos efectuados sejam comunicados a este *Jornal do Exército*, através dos contactos supra indicados.

Super Conta Protocolo

Dá mais a quem domiciliar o seu ordenado

LCD TV
LG 19"

PC Portátil
HP Compaq Mini 110C

Para ordenados a partir de 1.500€

A Super Conta Protocolo dá mais valor ao seu ordenado, dá um conjunto de vantagens únicas e exclusivas para si e dá o que só um Banco sólido lhe pode dar. Tudo porque damos mais valor aos nossos Clientes. Adira já.

Para ordenados a partir de 375€

Máquina de Café
Delta Qool

Câmara Video
Samsung SMX-C10

GPS
GARMIN nüvi 205

Máquina Fotográfica
Samsung E517

Informe-se já!

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

0% de juros (TAEG) no Descoberto Autorizado no 1º ano. Nos anos seguintes aplicar-se-ão as taxas de juro em vigor na altura. Caso o Cliente não cumpra o período de domiciliação, há lugar à devolução ao Banco de 350€ no caso do LCD TV e do computador Mini Portátil, e de 150€ para os restantes equipamentos.
0€ de Comissões na Conta para novas domiciliações de ordenado. Campanha válida até 30/06/10.

EXÉRCITO

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 597 - Julho de 2010 - Mensal

Programa de Helicópteros NH90

DOUTORAMENTO em HISTÓRIA, DEFESA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.º CICLO DE ESTUDOS (3 ANOS)

Candidaturas

12 Maio \\ 11 Julho

25 Agosto \\ 5 Setembro

Informações:
Depertamento de História (sala 319)
ISCTE–Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Av.ª das Forças Armadas –1649-026 Lisboa, Portugal
Telefone: +351 217903013 | Fax: +351 217903014
E-mail: secretariado.dh@iscte.pt
www.iscte.pt

Academia Militar
Gabinete de Estudos Pós-Graduados
Rua Gomes Freire, 1169-203 Lisboa
Telefone: 213186936 | Fax: 213186989
E-mail: am.posgrad@mail.exercito.pt
www.academiamilitar.pt

ISCTE DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

academia militar

Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadores Informáticos
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

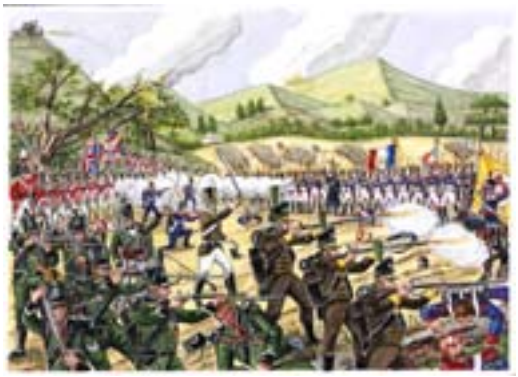
Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 597 - Julho de 2010

O General Chefe
do Estado-Maior do Exército
no Eurosatory 2010 14

10 de Junho
Dia de Portugal, de Camões e
das Comunidades Portuguesas 24



Suplemento
Arthur Wellesley
e a Batalha do Buçaco

ACAST – Allied Chiefs of Army Staff Talks na Croácia 17
Programa de Helicópteros NH90 20
D. Pedro I – Complexo e ambíguo perfil de um rei 32

Secções

Monumentos com História Militar – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13
Uniformes Militares – 42 a 44
200 Anos da Guerra Peninsular – 45
Passatempos de outros tempos – 46

Capa e Contracapa: *Splicing Ceremony* do NH90

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, a posição institucional do Comando do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Foto: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

Forte do Alqueidão

Integrado no sistema defensivo das Linhas de Torres Vedras, o Forte do Alqueidão localiza-se a cerca de 2 km a sul de Sobral de Monte Agraço, na serra de Monte Agraço, 439 m acima do nível do mar.

A sua construção, sob a orientação do General Wellington, foi iniciada a 4 de Novembro de 1809, ficando encarregues de tal missão o Tenente-Coronel Richard Fletcher e o Capitão Williams, que seria, mais tarde, substituído pelo Capitão John T. Jones.

A sua missão principal resumia-se a impedir o acesso a Lisboa pela estrada de Bucelas – a principal via de comunicação à capital.

O Forte do Alqueidão apresenta uma planta irregular, que ocupava uma área de cerca de 36.000 m^2, em que os ângulos e os lados são todos diferentes. Foi construído sobre a anatomia natural do relevo pré-existente.

A sua guarnição era composta por cerca de 1800 homens e 25 bocas-de-fogo, sendo possível verificar no local as posições de fogo das peças de artilharia, as trincheiras e os fossos que reforçavam o complexo defensivo. As munições usadas pela artilharia eram de fabrico português, de calibre 12, 9 e 6.

O Forte do Alqueidão passou, assim, a ser parte integrante das 152 estruturas fortificadas que compunham as Linhas de Torres Vedras. Juntamente com outros sete fortes ou redutos, existentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, integrava a denominada 1.ª Linha de Torres Vedras.

Desfrutava de uma posição privilegiada, permitindo a visualização do terreno por onde as tropas francesas vieram a marchar em direcção a Lisboa, concedendo-lhe um posicionamento favorável sobre o campo de batalha. Tal facto fez com que se tornasse no posto de comando das Linhas de Torres Vedras e que, Wellington tivesse colocado o seu Quartel-general em Pêro Negro, a poucos quilómetros do forte.

O Forte do Alqueidão desempenhou, desta forma, um papel estratégico fundamental para travar o avanço das tropas napoleónicas, durante a 3.ª invasão.

As intervenções arqueológicas a que foi sujeito permitiram descobrir o quartel do Governador, um paiol e uma estrutura para armazenamento de armamento, o que contribuiu fortemente para concluir que se tratava, de facto, do posto de comando do General Wellington.

Para além das intervenções arqueológicas, foi recentemente submetido a trabalho de requalificação, nos quais participaram várias entidades, entre elas a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço e o Exército Português.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

Assistimos todos os anos, com muito agrado, às festividades oficiais do Dia de Portugal. Dos momentos que mais nos exaltam, salientamos o desfile dos Estandartes Nacionais, à guarda nas unidades militares, com a inscrição maravilhosa de Camões. "Esta é a ditosa Pátria minha amada".

Este ano não foi excepção e, em Faro, tivemos o mesmo sentimento patriótico construtivo, que faz, de forma natural e saudável, com que se ame o país onde se nasce e ao qual se pertence como cidadão. Recordamos o maravilhoso poema de António Botto, intitulado *Legenda*, e que versa assim:

"Ó Pátria mil vezes Santa,
- Meu Portugal, minha terra,
Onde vivo e onde nasci!

Na tua História me perco,
E nela tudo aprendi.

Mesmo que fosses pequena
E eu te visse pobre e nua,
Ningém ama a sua Pátria por ser grande,
Mas sim por ser sua!"

Ser grande ou não tudo depende dos Portugueses! Porque é preciso ter fé e acreditar nas capacidades de cada um, no futuro da sua pátria. A vida é dos fortes e dos triunfadores. Mesmo que as dificuldades sejam muitas, estas serão ultrapassadas com uma vontade acérrima. Muitas vontades se juntam para vencer! Como dizia Albino Forjaz de Sampaio no seu belo livro *Porque me orgulho de ser português*: "Vamos. Ensinemos aos novos que sejam fortes, justos e trabalhadores. Homens dum só parecer, dum só rosto [...]. Peito forte para a adversidade, cara dura ao infortúnio, mão generosa, coração leal, palavra firme, honra imaculada. Todos os dias começar. Quando o desânimo apareça, enxotá-lo com uma rajada de fé; quando o ânimo sossobre erguer a alma ao alto dos braços e pedir-lhe que escute o passado e olhe o futuro. E crer, crer, crer cegamente." E a nossa História está repleta de gente que fizeram destas palavras o seu mote para a vida. E a esta toada de ânimo juntamos mais uns versos, que dedicamos a todos os Portugueses:

Portugueses descobrem o mundo inteiro
Com determinação, férrea vontade.
O navio português sempre primeiro!
Que bom é sentir esta felicidade,
Que bom que o nosso povo foi pioneiro,
E só basta dizermos a verdade,
África, Macau, Timor e Brasil
Na Língua Portuguesa – encantos mil!

Para estarmos felizes, temos ou não razão?
Todos temos razão, os portugueses,
Com orgulho da sua grande Nação,
Esquecem-se também muitas vezes
Que são o pulsar, alma e coração,
Que têm que ultrapassar os reveses,
Com desígnio, querer e confiança,
Depois da tempestade vem a bonança!

A grandeza do nosso país depende de cada um de nós. Como portugueses temos uma missão a cumprir, – tornar Portugal maior e melhor!

Viva Portugal!

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponiveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

*Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Seminário “Afeganistão: Que Futuro?”

Realizou-se dia 23 de Junho, no Instituto da Defesa Nacional (IDN), em Lisboa, o Seminário “Afeganistão: Que Futuro?”. Após a introdução ao tema pelo Director do IDN, Major-General Vítor Rodrigues Viana, o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, efectuou a abertura do seminário. “A Dimensão Política-Estratégica”, assim como “A Necessidade de Respostas” e os “Cenários para o Futuro” foram os temas desenvolvidos. O encerramento coube ao Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Marcos Perestrello.

No âmbito do seminário, esteve patente no IDN, entre o dia 23 de Junho e 2 de Julho, uma exposição de fotografia e projecção multimédia intitulada “As Forças Armadas no Afeganistão”. A exposição pretendeu evidenciar o papel inestimável desempenhado pelas Forças Armadas Portuguesas no Teatro de Operações do Afeganistão.

Visita do Ministro da Defesa ao IGeoE e ao LMPQF

Decorreu ao longo do dia 30 de Junho, a visita do Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, ao Instituto Geográfico do Exército e ao Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF), no complexo Bensaúde, em Lisboa.

Antes das visitas, ambos os órgãos deram um brifingue explicativo sobre os seus conteúdos.

A visita ao laboratório foi concluída com uma demonstração de capacidades do Elemento de Defesa Biológica e Química.

Visita do Chefe do Estado-Maior do Exército de Itália ao Exército Português

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) de Itália, General Giuseppe Valloto, visitou o Exército Português, no período de 26 a 28 de Maio.

O programa principal da visita estava marcado para o dia 27, onde o General Valloto foi recebido pelo seu homólogo português, General José Luís Pinto Ramalho, durante a manhã, do qual se destacou a apresentação de uma exposição sobre o Exército Português e a assinatura do Livro de Honra.

Durante o período da tarde, o CEME italiano teve a oportunidade de visitar a Brigada de Reacção Rápida, onde pôde assistir a uma apresentação aeroterrestre.

Visita da Comissão de Defesa Nacional ao Exército

A Brigada de Reacção Rápida (BrigRR) recebeu, em 22 de Junho, a visita da Comissão de Defesa Nacional (CDN) ao Exército.

A CDN era composta por 12 deputados, entre os quais, o seu Presidente e o Vice-presidente, Deputado Dr. José Luís Arnaut e Deputado João Rebelo, respectivamente.

A visita foi acompanhada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, e contou com a presença do Ajudante-General do Exército, Tenente-General Eduardo Manuel de Lima Pinto, do Quartel-Mestre-General, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro e do Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira.

Integrado no programa de recepção à CDN, além das Honras Regulamentares, constou um brifingue sobre o Exército Português, efectuado pelo General CEME, uma visita à exposição de capacidades do Exército e um brifingue do Exercício *Apolo 10*. Seguiu-se um desfile armado e equipado para combate e três demonstrações de capacidades da BrigRR: uma demonstração da TACRES/KFOR (que se encontra em preparação para o Kosovo); uma demonstração Aeroterrestre

(salto SOGA e equipa de queda livre com bandeiras); e uma demonstração táctica do Batalhão de Comandos.

Ao finalizar a visita assistiu-se à assinatura do Livro de Honra.

I Congresso de Segurança e Defesa

Teve lugar no Centro de Congressos de Lisboa, nos dias 24 e 25 de Junho de 2010, o I Congresso de Segurança e Defesa, tendo sido altamente participado por militares dos três ramos das Forças Armadas, por elementos das forças e serviços de segurança e por muitos civis.

"O I Congresso Nacional de Segurança e Defesa foi uma iniciativa da sociedade civil aberta a todos os concidadãos, com a finalidade principal de criar condições para o lançamento de um largo debate sobre as importantes questões da segurança e da defesa, visando também identificar contributos para uma estratégia de Segurança Nacional", de acordo com o Dr. Figueiredo Lopes, Presidente da comissão organizadora, no programa do congresso.

A sessão de abertura, no dia 24 de Junho, foi presidida pelo Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, sendo que, no dia 25 de Junho, segundo dia de debate, teve o Professor Doutor Augusto Santos Silva, Ministro da Defesa Nacional, a presidir à sessão de abertura e introdução à área temática "Capacidades e formas de intervenção".

No jantar que decorreu dia 24 na FIL, foram entregues os prémios referentes aos melhores trabalhos selecionados. Assim, o Prémio D. João II, ao Tenente-Coronel de Transmissões Paulo Fernando Viegas Nunes; o Prémio Infante D. Henrique, ao Dr. Tiago Alexandre Fernandes Maurício; o Prémio D. Dinis, ao Major de Infantaria Luís Bernardino; o Prémio D. Afonso Henriques, ao Coronel de Artilharia João Jorge Botelho Vieira Borges; o Prémio Pedro Nunes, ao Dr.

António Mendonça; e o Prémio D. Nuno Álvares Pereira, à Dr.ª Rafaela Brito.

Na sessão de encerramento do Congresso, o representante do Presidente da República, Dr. Abílio Morgado, Consultor para a Segurança Nacional, esclareceu, ser necessário a clara identificação dos pressupostos que conduzem às necessidades objectivas de intervenção das Forças Armadas na Segurança Interna e correspondente formulação das competências, articulação e capacidades próprias para o efeito.

Condecoração do Major-General Pinheiro Chaves

Foi condecorado, no dia 23 de Junho, com a Medalha de Serviços Distintos – Grau Ouro, o Major-General Carlos Henriques Pinheiro Chaves.

A condecoração decorreu no Estado-Maior do Exército e foi imposta pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

O Major-General Pinheiro Chaves comandou a Escola da Guarda durante cerca de três anos e, há um ano e meio, desempenhava as funções de Comandante da Doutrina e Formação, onde se destacou "pela forma meritória e muito relevante como exerceu funções de comando e direcção na Guarda Nacional Republicana", contribuindo para a "qualidade geral da Instituição" e para a "valorização da sua imagem e prestígio", conforme publicado no Despacho n.º 10132/2010, em *Diário da República*, de 16 de Junho de 2010.

Visita do Comandante do Exército de Angola ao Exército Português

Decorreu, entre 26 de Junho e 3 de Julho, a visita do Comandante do Exército de Angola, General Jorge Barros Nguto, ao Exército Português.

Do programa da visita destaca-se a apresentação de cumprimentos ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, um brifingue sobre o Exército Português, a visita ao Museu Militar e a assinatura do Livro de Honra.

Do programa realça-se, dia 29 de Junho, a visita à Escola Prática de Infantaria e ao Regimento de Lanceiros, dia 30 de Junho, visita à Brigada de Reacção Rápida e Escola Prática de Cavalaria, dia 1 de Julho, visita à Escola de Sargentos do Exército e Academia Militar.

Concerto de Primavera na AM

Realizou-se, no Grande Auditório da Academia Militar (AM), na Amadora, o Concerto da Primavera, executado pela Banda Sinfónica do Exército (BSE), no dia 20 de Maio.

O programa musical apresentado pelo Major Lemos Botelho, actual chefe da BSE, foi dividido em quatro temas, designadamente, *La Fiesta Mexicana – A Mexican Folk Song Synphony*, *Dom Afonso Henriques*, *Danças Arménias e Segunda Suite para Banda*. Os temas escolhidos serviram como mote de apresentação da Banda, bem como um desafio para estes profissionais da música no Exército. O segundo tema contou com a presença do seu autor, Samuel Pascoal, que assistiu ao concerto. No final ainda houve oportunidade para mais um tema, que não estava previsto no programa: *Danzon N.º2*, de Arturo Marquez.

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e contou com a presença de ilustres convidados militares e civis.

Splicing Ceremony
General CEME visita instalações da *Agusta Westland* em Vergiate

Um pequeno passo, mas de inequívoco significado, foi dado dia 14 de Julho de 2010, rumo à construção do Exército Português do século XXI, com a junção dos três maiores componentes estruturais do 1.º helicóptero NH90 destinado ao nosso Exército: a "Splicing Ceremony".

Sensível ao significado do evento, a construtora italiana AugustaWestland decidiu assinalá-lo formalmente através de uma cerimónia que decorreu junto do helicóptero, nas suas instalações fabris de Vergiate, Itália, convidando para a honrar, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, que decidiu partilhá-la com alguns militares do Programa de Helicópteros do Exército. Estiveram assim presentes, os Majores-Generais Mendes Correia e Vela Bastos (anterior e actual Director do Programa de Helicópteros do Exército, respectivamente), os Tenentes-Coronéis Mat. António Martins e Rosa Dias (*Joint Executive Committe Focal Point* e *Configuration Management Focal Point*, respectivamente) e o Sargento-Ajudante Gabriel Maia (*Material Support Focal Point*). Por parte do consórcio construtor estiveram presentes elementos em representação da NHI e AgustaWestland. Esteve ainda presente o chefe da representação governamental italiana para o acompanhamento da produção.

Este pequeno passo agora dado com e pelo primeiro helicóptero português, nove anos após a adesão de Portugal a este Programa Cooperativo, tem o seu epílogo previsto para Julho de 2017, data da entrega ao Exército do 10.º helicóptero. Durante estes longos anos o Programa, por razões exteriores ao Exército, foi vítima de um adiamento de quatro anos (2008 para 2012) e já no presente ano, de um alargamento do período das entregas, passando de 2012-2014 para 2012-1017.

O NH90 é já o programa de helicópteros europeu de maior sucesso com 529 helicópteros encomendados por 19 forças armadas de 14 nações. Baseado em requisitos NATO de interoperabilidade multinacional e multiserviço, este helicóptero tem diferentes variantes desenvolvidas especificamente para responder aos requisitos das diferentes forças.

Este sistema de armas implementa o que de mais recente há em termos de tecnologia, garantido vantagem operacional nos próximos 30 anos.

O mais avançado helicóptero militar da sua categoria, integrando armamento para a sua protecção e preenchendo uma lacuna na transformação do Exército, no domínio operacional, confere ao Ramo, simultaneamente, capacidades adicionais para a sua participação nas missões de interesse público, designadamente no apoio às populações em situações de calamidade ou catástrofes naturais.

Autores: TCor Mat António Martins e TCor Mat Rosa Dias

Peregrinações Militares

Peregrinação Militar ao Santuário de Lourdes

A Peregrinação Militar ao Santuário de Lourdes (França) tem constituído, ao longo destes anos, "um ponto alto da acção pastoral das nossas capelanias" – sublinha D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança, na mensagem para a 52.ª Peregrinação Militar Internacional a Lourdes, que decorreu de 20 a 25 de Maio deste ano.

A delegação portuguesa foi representada por cerca de 600 peregrinos militares nesta caminhada ao santuário francês. "O Sinal da Cruz" é o tema que move os militares vindos, na sua maioria, da Europa.

D. Januário Torgal Ferreira realçou na sua mensagem que este encontro provoca "a beleza da espiritualidade, convívio e diversas formas de reencontrar Jesus Cristo e a Sua Igreja". E acrescentou: "É dimensão fundamental de um cristão transformar o mundo e as suas condições injustas no sonho de um Deus que construiu a Terra para toda e qualquer pessoa [...] Esta justiça é a condição primeira da Paz; É a cruz do nosso combate."

Lourdes é uma cidade situada na base dos Pirenéus e aparece como um traço de união entre a planície e a montanha.

A 11 de Fevereiro de 1858, Nossa Senhora teria aparecido pela primeira vez à jovem Bernadette na gruta de Massabielle, junto às margens do Rio Gave. Tudo começou passados cem anos, quando dois capelães militares (um francês e outro alemão) se juntaram, em Lourdes, para tentar a "reconciliação entre os dois povos."

Peregrinação a Fátima da Diocese das Forças Armadas e de Segurança

Sob o lema "Sinal da Cruz", militares e agentes de todos os ramos das Forças Armadas e de Segurança de Portugal juntaram-se em Fátima onde, nos dias 17 e 18 de Junho, participaram na 29.ª edição da Peregrinação da Diocese das Forças Armadas e de Segurança. Na Eucaristia que marcou o final da peregrinação, na manhã do dia 18, esteve o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva.

D. Januário Torgal Ferreira, bispo do Ordinariato Castrense, presidiu à peregrinação que juntou largas centenas de militares, antigos combatentes, seus familiares e amigos. Na ocasião foram lembrados "os irmãos que pertenceram às Forças Armadas e Forças de Segurança e morreram na paz de Cristo."

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA €2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 • 4,00; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2009** • 2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56.

Brigada de Intervenção comemora 4.º Aniversário

O quarto aniversário da Brigada de Intervenção (BrigInt), comemorado a 1 de Junho, foi assinalado por um vasto programa de iniciativas de cariz militar, cultural, desportivo e recreativo, centrado na cidade de Coimbra.

Os eventos estenderam-se pelo período de 26 de Maio a 5 de Junho. Na realização dos eventos, a BrigInt contou com o envolvimento de diversas entidades do meio civil de Coimbra e da Região Centro do País.

Dos eventos levados a cabo destaca-se o *V Encontro de Artes*, no Quartel-general da Brigada, que contou com a presença de alguns dos mais conceituados artistas da Região Centro do País, sobretudo no domínio da pintura. Ao mesmo tempo, nos claustros do quartel de Sant'Ana decorreu uma mostra gastronómica.

No âmbito da promoção e divulgação da BrigInt e do Exército junto da população, foi desenvolvido um vasto leque de actividades, entre 26 de Maio e 2 de Junho, no Parque Verde do Mondego, no Pavilhão Centro de Portugal e na Praça da Canção.

A exposição estática de material decorreu no Parque Verde do Mondego, incluindo viaturas e equipamento em uso no Exército Português, nomeadamente em Forças Nacionais Destacadas (FND), bem como uma torre multiusos, que permitiu a prática de *slide* e *rappel*. No Pavilhão Centro de Portugal, uma outra exposição estática mostrava parte do acervo histórico e heráldico das FND, pela BrigInt.

No âmbito da cooperação civil e militar, a BrigInt presenteou a população com a actuação da *Reprise* da Escola de Mafra, no Parque Verde do Mondego, em 30 de Maio, seguida de um concerto, no Pavilhão Centro de Portugal, pela Banda Militar do Porto. No mesmo âmbito, foi feito o lançamento do livro "De Coimbra para o Mundo", das FND, pela Brigada, desde 2006 até à actualidade. O lançamento foi precedido de duas palestras: "As Forças Armadas como Instrumento da Política Externa do Estado" e "Previsibilidade de Emprego de Forças Nacionais Destacadas face às crises emergentes", ministradas pelo Professor Doutor José Manuel Pureza e pelo Tenente-General Garcia Leandro, respectivamente.

Do programa das comemorações foi também realizado o *II Open de Golfe* da BrigInt, organizado em parceria com o Regimento de Engenharia 3 e o Regimento de Infantaria 14.

Fazendo jus às mais nobres tradições da Instituição Castrense, no dia 1 de Junho, na Praça da Canção, realizou-se a parada militar, que contou com um efectivo de 1200 militares, oriundos das Unidades aprontadoras da Brigada.

A cerimónia foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, contando, entre outros, com a presença do Comandante Operacional do Exército, Tenente-General Amaral Vieira.

Da cerimónia constou a integração do Estandarte Nacional e uma homenagem aos mortos.

Texto e fotos do Comando da Logística

O General Chefe do Estado-Maior do Exército no Eurosatory 2010

Decorrente do convite do seu homólogo francês, o General Chefe do Estado-Maior do Exército esteve presente no prestigiado certame Eurosatory, que decorreu em Paris, no período de 14 a 18 de Junho do corrente ano.

À chegada era esperado por altos representantes do Exército francês e durante toda a estadia foi acompanhado por elementos oficiais do Ministério da Defesa anfitrião, especialmente designados para o efeito.

O Eurosatory realiza-se de dois em dois anos, constituindo-se como um dos eventos de maior dimensão, a nível mundial, no domínio do armamento, equipamento e tecnologias de segurança e defesa. Esta edição contou com uma área de exposição superior a 140 mil metros quadrados, com mais de 1300 entidades expositoras, de cerca de 53 países, incluindo cerca de 4500 elementos de diversas Forças Armadas.

Durante a sua presença neste evento, o General CEME fez-se acompanhar por uma pequena delegação, onde se destacavam o Tenente-General QMG, e o Major-General DMT.

O dia 14 de Junho iniciou-se com um encontro com o Embaixador de Portugal em França, ao que se seguiu a inauguração oficial do certame, com a participação das mais altas individualidades, onde pontificava o Ministro da Defesa de França. As entidades presentes foram convidadas a assistir a uma demonstração dinâmica, que apresentou vários materiais e equipamentos, com destaque para UAV's, e viaturas de diversas naturezas e valências.

Durante o restante dia desenvolveu-se um intenso programa de visita, que incluiu a única

empresa portuguesa presente (EID) onde se apresentavam equipamentos de comunicações dotados de tecnologias de última geração. Os responsáveis daquela empresa apresentaram, de forma breve, as características principais dos equipamentos em produção, as áreas a que se destinam e ainda a implantação e as expectativas de comercialização a nível mundial.

Existiu ainda oportunidade de tomar contacto com fabricantes de equipamentos de vigilância do campo de batalha, reconhecimento, aquisição de objectivos e produção de informação para todos os níveis de comando, assistindo-se a demonstrações com recurso às mais sofisticadas e recentes tecnologias de obtenção de resultados em tempo real.

O domínio do armamento e das munições foi particularmente proveitoso, pela constatação de novos e inovadores conceitos, nas áreas das blindagens e demais protecções, quer individuais quer colectivas, do combatente. Nos sistemas de armas, destacou-se, entre outros, o material de artilharia de 155 mm, com 52 calibres, montado em viaturas de rodas, o que lhe confere grande mobilidade e flexibilidade. O material em causa, que já se encontra em operação no Teatro de Operações do Afeganistão, apresenta as seguintes características: capacidade de 6 tiros/minuto, alcance máximo de 42 Kms podendo chegar aos 55Km com munições especiais. Com excelente precisão, possui um sistema integrado de condução de tiro que pode ser ligado a qualquer sistema C4I. É projectável em C-130, com uma guarnição de 5 homens, dispõe de capacidade operacional instantânea, com entrada em posição em menos de um minuto e saída de posição em 1mn40s após disparo da primeira salva, o que permite evitar o fogo de contra-bateria.

Na parte final do dia, ainda existiu oportunidade para visitar as temáticas relacionadas com toda a panóplia de viaturas, abrangendo as destinadas às forças especiais e as de transporte de pessoal, equipadas com vários níveis de protecção, quer activos quer passivos. Nesta área, desenvolveram-se contactos com empresas fornecedoras de material que já equipa o Exército Português, no sentido de procurar agilizar o fluxo de fornecimento de sobressalentes e estudar possibilidades de prolongar o tempo de vida útil de alguns dos materiais que já utilizamos.

A delegação teve ainda oportunidade de contactar com alguns dos responsáveis do consórcio de fabricantes do helicóptero NH90, efectuando um breve ponto de situação sobre o desenvolvimento do programa.

Devido a compromissos internacionais, designadamente à participação, no dia seguinte em

Zagreb, na reunião do Allied Chief of Army Staff Talks, no âmbito da NATO, o General CEME apresentou cumprimentos de despedida, passando a chefiar a delegação o Tenente-General QMG.

No âmbito das suas actividades previamente programadas, a delegação continuou a visita ao certame, dedicando a sua atenção às áreas predominantemente logísticas, como material de bivaque e aquartelamento, viaturas de reabastecimento e manutenção, bem como aos sistemas de comando e controlo, equipamento individual, com demonstrações de programas que transformam o combatente numa plataforma tecnológica capaz de transmitir informação em tempo real, vulgarmente designado como o "soldado do futuro". Foram ainda recebidas apresentações de equipamentos de visão nocturna, UAV's, hospitais de campanha e demais logística sanitária de âmbito operacional.

Como representantes de Portugal, participou-se ainda numa recepção oficial em honra das delegações presentes que decorreu no Museu do Exército, conhecido como *Hotel National des Invalides.* ع

ACAST

Allied Chiefs of Army Staff Talks na Croácia

Decorreu no período de 15 a 17 de Junho de 2010 a reunião anual do "Allied Chiefs of Army Staff Talks" (ACAST) em Zagreb, na Croácia.

Este conceito de reunião ACAST foi desenvolvido pelo "Land Component Command" Heidelberg, pela fusão de dois fora «o Central Region Chiefs of Army Staff Talks (CR CAST) e o Southern Region Chiefs of Army Staff Talks (SR CAST)», tendo como principal objectivo a aproximação e conhecimento das estruturas e capacidades mútuas entre membros e parceiros de uma mesma organização. Como desiderato principal é considerada a questão da interoperabilidade a todos os níveis, designadamente doutrinas, equipamentos e procedimentos.

A reunião pioneira realizou-se em 2006 no Quebec, Canadá, seguindo-se em 2007 em Sófia, na Bulgária, em 2008 em Dresden, na Alemanha e em 2009 voltou a organizar-se no Quebec, Canadá.

No seu perfil geral estas reuniões têm incluído um evento social de abertura, presidido pelo Comando do Exército da "Host Nation" (HN), uma

abertura oficial da conferência por entidade de nível politico da HN, a conferência numa estrutura assente na exposição de sub-temas para posterior debate e um programa cultural dedicado inteiramente às senhoras e parcialmente às comitivas participantes. Desde 2009, no Canadá, passou a ser também incluído o programa do "Land Commanders Conference" (LCC), conjuntamente com o ACAST.

Para este ano em Zagreb, estiveram representados trinta e seis países, perante o tema geral "A NATO em transformação" decomposto em dois grandes sub-temas, respectivamente para o ACAST[1] e LCC[2] : "NATO-Milestones" e "NATO-Roll Out".

A abertura oficial deste encontro deu-se na manhã seguinte, presidida ao mais alto nível político croata, pelo Presidente da República Ivo Josipovic. No seu discurso de abertura relevou as preocupações de segurança da actualidade, destacando a cooperação internacional como abordagem única, para a qual a Croácia, dentro das suas possibilidades, pretende um real e crescente envolvimento. Particularizou a participação actual da Croácia no Afeganistão como o corolário da sua presença neste quadro.

O âmbito ACAST integrou três sub-temas, designadamente: "*A NATO e o seu papel para o*

Na véspera à noite foi realizado um *cocktail* de boas-vindas, proporcionado pelo Exército croata funcionando como *Ice breaking* entre as diversas comitivas. Tomaram a palavra de abertura o Tenente-General Mladen Kruljac, Comandante do Exército Croata, Tenente-General (ES) Cardona Torres, Comandante do "Allied Force Command Madrid", e o Tenente-General (US) John Morgan, Comandante do "Allied Force Command Heidelberg". A tónica geral destes discursos foi de satisfação pela presença das várias delegações, face à utilidade da reunião, cujo efeito não se circunscreve apenas aos assuntos de agenda, mas perdura no fortalecimento dos laços estabelecidos entre os vários intervenientes. O Comandante do Exército croata destacou a sua satisfação pela Croácia se constituir como HN, mostrando inteira abertura e disponibilidade para o sucesso do evento. Aos Generais Cardona e Morgan coube agradecer todas as facilidades geradas desde a primeira hora para a realização desta reunião na Croácia, contribuindo para a sua crescente afirmação na Aliança.

século XXI"; "*A NATO em transformação e a necessidade de uma nova estrutura de comando*" e "*As operações da NATO no Afeganistão*".

Nos dois primeiros foi centrada a atenção na NATO como um todo e na sua necessidade de transformação a curto prazo. O período actual foi considerado como o mais desafiante para a organização, exigindo-se elevada eficiência de todos os recursos gerados pelos Estados, perante a contracção crescente dos orçamentos de defesa, designadamente e afirmadamente no contexto europeu[3] . Como pano de fundo foi identificada de forma genérica a proliferação de Armas de Destruição Maciça (ADM) e o terrorismo[4] como as ameaças relevantes, para as quais a cooperação transatlântica NATO / União Europeia (UE) e com os "Partner Countries"[5] deve ser o eixo de abordagem principal, promovendo um ambiente de cooperação crescente. Tendo por base um relatório de Madeleine Albright foram identificados os traços gerais conducentes à necessidade de revisão do Conceito Estratégico da NATO[6] e a consequente

reforma da sua estrutura de comando. Em termos conclusivos destes dois primeiros tópicos foi destacada a constituição de um "Seniors Group" com o objectivo de estudar as novas necessidades da organização, encetando uma reforma que permita dinamizar um processo de transformação permanente e contínuo, em que a palavra de ordem seja a procura de soluções criativas.

Nesta fase da reunião, pelas intervenções que foram existindo nos períodos de debate, ficou um sinal claro de que o nível político da Aliança deverá ter sempre em linha de conta as orientações das Chefias militares em domínios como a identificação concreta das ameaças e a consequente geração, estruturação e operacionalização de todos meios disponíveis.

Relativamente ao tópico 3, inteiramente dedicado à Operação no Afeganistão, procurou fazer-se um ponto de situação face à evolução dos acontecimentos. Utilizando o gráfico seguinte foi feito o acompanhamento da situação desde aspectos de segurança até aos de ordem económica, traduzindo a seguinte evolução:

Critério de observação	*Índice de evolução desde o inicio do conflito*			
Security	-			+
Diplomacy and Policy	+	-	+	+
Governance	+	+	-	+
Economy	+	+	-	-

Numa intervenção em que o "end state" esperado ou desejado não se define simplesmente como uma vitória, a apresentação foi estruturada em torno dos riscos e oportunidades nos seguintes cinco âmbitos sistematizados:

- Coalition command and control
- Information dominance
- Enabling a truly Afghan lead
- International Community coherence
- STRATCOM – exploiting the bounce

Da sistematização em torno dos referidos âmbitos, decorre como primeira prioridade a necessidade de integração e coordenação de todas as entidades envolvidas, permitindo assim uma visão clara de "Comprehensive Approach", que permita identificar o ano de 2011 para o desejado final desta operação. Este facto aliás tem sido sobejamente propagado pela comunicação social nos últimos dias, criando algum cepticismo em torno desta questão.

A manhã seguinte foi dedicada ao contexto LCC, orientado para as representações de países membros da NATO e parceiros[7], centrando a atenção na realidade militar da Croácia e na necessidade crescente de cooperação militar em torno da Aliança.

O primeiro de três tópicos, "Croatia from Map Country to Membership; Lessons Learned and experience during this process", procurou enquadrar a realidade da região desde o período da Guerra Fria até aos dias de hoje, identificando-se como um país desperto para as grandes questões de Segurança Internacional. Foi mostrada uma realidade com ênfase numa vontade de permanente transformação, desenvolvendo e criando capacidades que permitam uma presença e afirmação crescente nos diversos fora de índole regional e internacional em que se insere.

A importância das Centros de Excelência (Center of Excellence – COE) e o futuro da Cooperação Militar dominaram a atenção da parte final da conferência. Reconhecendo a importância dos Centros de Excelência como factor de transformação da Aliança, foi feita uma caracterização genérica desde a sua implementação até à actualidade, relevando a sua existência como um claro factor de sucesso na Aliança. Estando em fase de implementação, foi apresentado em particular todo o processo de desenvolvimento do COE Contra IED (Improvised Explosive Device), contextualizando-o com a ameaça crescente do Terrorismo. Localizado em Espanha, o referido COE integra várias nacionalidades, designadamente Portugal, estando prevista a sua acreditação para o final de 2010.

No final do evento ficou uma nota de satisfação pela forma como os trabalhos decorreram e pela recepção levada a cabo pela Croácia, sendo considerada uma boa oportunidade para a construção e reforço de relações, cujos frutos terão decerto resultados no futuro.

---

[1] A reunião ACAST dirigiu-se aos Chefes de Estado-Maior do Exército de países membros da NATO, tendo estado presentes 24 países.

[2] Com uma agenda distinta o âmbito LCC dirigiu-se a Estados membros e "Partner Countries", tendo estado presentes 12 países.

[3] Nesta fase foi também destacada uma tendência contrária em determinadas regiões, designadamente a China.

[4] Nas diversas vertentes, tendo sido particularmente relevado o Cyberterrorismo.

[5] Releva-se um destaque especial para a parceria com a Rússia.

[6] A próxima Cimeira em Lisboa, identificada por muitos como uma das mais importantes da história da organização, servirá para aprovar o novo Conceito Estratégico e abordar possíveis alterações na sua estrutura de comando.

[7] Âmbito de Parceria para a Paz (PFP), Iniciativa de Cooperação de Istambul e Dialogo Mediterrânico.

Tenente-Coronel de Infantaria Mário Lucas

No quadro do reequipamento das Forças Armadas Portuguesas, o Estado Português, através da emenda n.º 1 ao *Memorandum of Understanding* (MoU) para o Desenho e Desenvolvimento, Produção e Fase de Suporte ao *In-Service* do Helicóptero NATO NH-90 (NH 90 General MoU), assinou em Paris em 21 de Junho de 2001 com os Ministros da Defesa da República Francesa, da República Federal da Alemanha, da República da Itália, do Reino da Holanda e da República Portuguesa, a sua integração na NATO *Helicopter for the 1990´s Design and Development, Production and Logistics Management Organization* (NAHEMO), uma organização estabelecida pelo Conselho do Atlântico Norte, ao abrigo do artigo 9.º do Tratado do Atlântico Norte, como corpo subsidiário da NATO, com o estatuto de Organização do Tratado do Atlântico Norte. O contrato de aquisição foi assinado na mesma data, entre a NAHEMA, agência que actua em representação das nações na celebração dos contratos, e a NATO Helicopter Industries (NHI), tendo como objectivo a aquisição de dez helicópteros NH90 - versão TTH (*Tactical Transport Helicopter*) – para equipar a Unidade de Aviação Ligeira do Exército.

Na sequência da aprovação da Lei Orgânica n.º

O NH90, como helicóptero médio, é provavelmente o mais avançado tecnologicamente da sua classe, a utilizar motores com sistema de combustível totalmente electrónico e comandos “fly-by-wire” com “side-stick[1]”

5/2001, de 14 de Novembro (Lei de Programação Militar), foram criadas as condições essenciais para que Portugal aderisse, de pleno direito, à NAHEMA.

A organização NATO Helicopter Industries (NHIndustries) surge do projecto cooperativo envolvendo os 4 países europeus membros da Aliança Atlântica (Alemanha, França, Holanda e Itália) e as respectivas indústrias aeronáuticas (Eurocopter Alemanha, Eurocopter França, Fokker Holanda e Agusta Westland Itália).

O programa NH90 Português tem a particularidade de não ter associado qualquer contrato de contrapartidas, sendo que o “work share” se encontra definido percentualmente, com base no número de helicópteros que cada uma das nações subscreveu no contrato global e cujo somatório é de 605 helicópteros. A Portugal cabe um “work share” de 1,2% cuja execução é acompanhada pela Empordef, que tem representação nas reuniões da NHI, e executado pelas OGMA, entre outras.

Hoje a comunidade NAHEMA, encontra-se estendida a vários países em todo o mundo.

Em Setembro de 2001, o NH90 foi escolhido como o helicóptero comum aos países nórdicos, das Marinhas da Noruega, da Suécia e da Finlândia. A Suécia encomendou 18 (13 TTH, 5 NFH), a Finlândia 20 TTH e a Noruega 14 NFH. O primeiro, uma variante de transporte foi entregue à Suécia no Junho de 2007. A Suécia é o primeiro cliente da versão de cabine alta (HCV), que tem uma altura de cabine de 1.82 m em comparação com 1.58 m da versão padrão. As entregas à Finlândia começaram no Março de 2008.

Em 29 de Agosto de 2003, a Grécia encomendou

A Portugal cabe um “work share” de 1,2% cuja execução é acompanhada pela Empordef, que tem representação nas reuniões da NHI.

© AgustaWestland

NFH Noruega, TTH Suécia e TTH Finlândia (da esq.ª para a dt.ª).

20 helicópteros NH90 com mais 14 em opção.

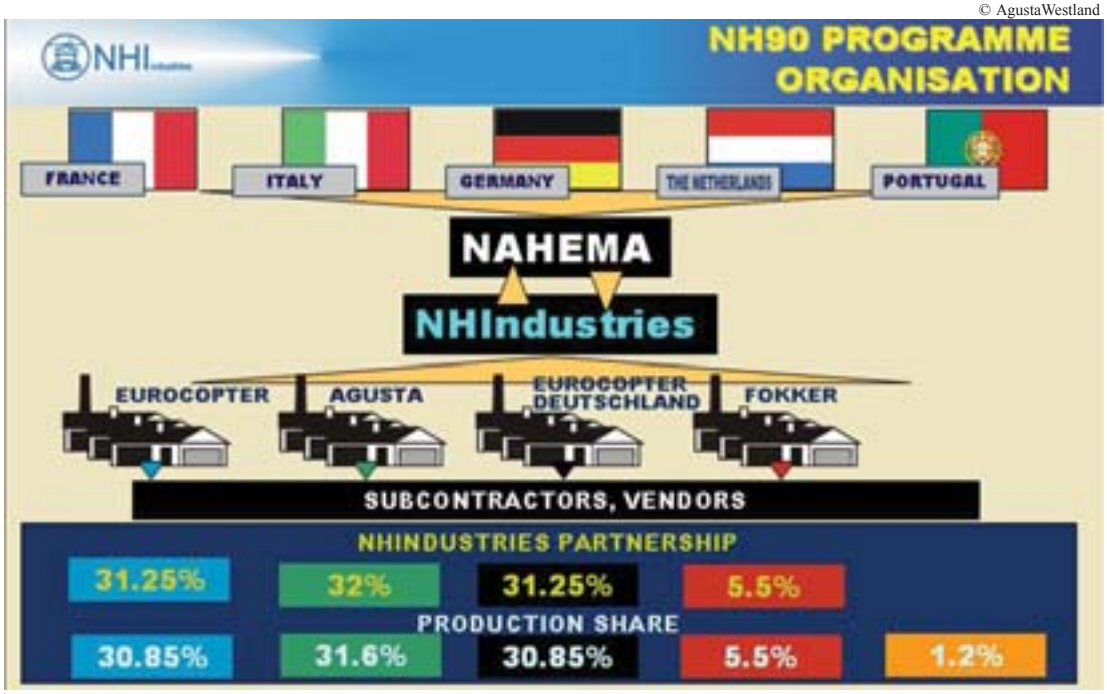
Em 24 de Julho de 2004, 20 helicópteros NH90 foram encomendados pela Força Aérea Real do Sultanato do Omã.

Em 31 de Agosto de 2004, o Ministério Australiano da Defesa seleccionou uma versão do helicóptero NH90, o MRH 90, para satisfazer uma exigência do Exército Australiano de 12 helicópteros de transporte do grupo abaixo do programa "Air 9000". O contrato foi celebrado em Junho de 2005. Os quatro primeiros helicópteros foram construídos pela Eurocopter em França, e o resto pela Australian Aerospace, uma empresa subsidiária da Eurocopter. O primeiro MRH90 realizou o seu primeiro voo em Março de 2007. Os dois primeiros helicópteros foram entregues em Novembro de 2007 e entraram ao serviço do Exército Australiano em Dezembro de 2007. Um total de oito helicópteros foram entregues em Setembro de 2009.

Mais tarde, 35 novos helicópteros foram enco-

A organização, NATO Helicopter Industries (NHIndustries), surge do projecto cooperativo envolvendo os 4 países europeus membros da Aliança Atlântica (Alemanha, França, Holanda e Itália).

© AgustaWestland



mendados para a Marinha Australiana em Junho de 2006 para entrega em 2014. O primeiro MRH90 construído na Austrália foi entregue em Dezembro de 2008. O MRH90 substituiu os helicópteros *Sea King* da Marinha e os helicópteros *Black Hawk* do Exército.

Em 5 de Abril de 2005, o NH90 foi seleccionado para substituir a frota dos UH-1H da Força Aérea da Nova Zelândia. Um contrato de nove helicópteros foi celebrado em Julho de 2006.

Em 20 de Maio de 2005, o governo espanhol celebrou um contrato para aquisição de 45 helicópteros TTH.

Em Junho de 2007, a Bélgica colocou uma ordem de oito NH90, quatro NFH e quatro TTH, com mais dois helicópteros TTH opcionais.

O NH90 é um helicóptero bimotor "multirole", classe de nove toneladas, a ser fabricado em duas variantes da mesma versão básica: o *Tactical Transport Helicopter* (TTH) e o NATO *Frigate Helicopter* (NFH).

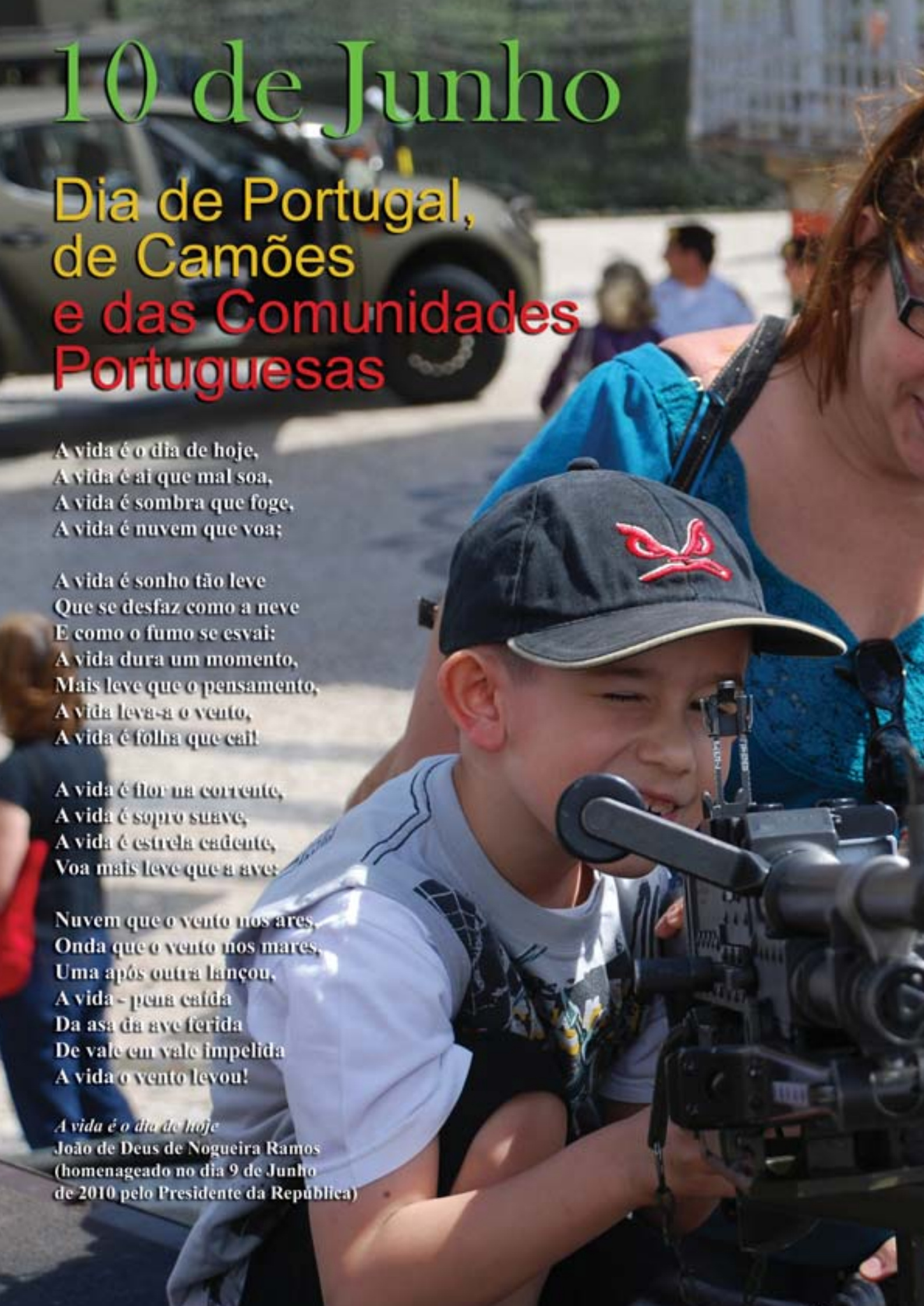
O NH90, como helicóptero médio, é provavelmente o mais avançado tecnologicamente da sua classe, a utilizar motores com sistema de combustível totalmente electrónico e comandos "fly-by-wire" com "side-stick[1] ". A tripulação mínima para operar o NH90 é apenas um piloto, em quaisquer que sejam as condições atmosféricas.

A estrutura é na sua quase totalidade feita em materiais compósitos, os depósitos de combustível (autovedantes) e o trem de aterragem, são concebidos para ter grande resistência ao choque, minimizando as consequências em caso de acidente. O desenho foi concebido com base na modularidade para a integração dos sub-sistemas. Capaz de operar de dia e de noite, em todas as condições atmosféricas e em ambiente de guerra electrónica.ع

[1] Não há ligações mecânicas entre os motores accionados pelo piloto os actuadores que fazem mover as superfícies aerodinâmicas, neste caso os rotores principal e a cauda; essas ligações são eléctricas – origem do nome proveniente – pelo que em vez de manche tradicional, o piloto tem uma alavanca de controlo colocada lateralmente e que é quase igual aos "joystick" dos jogos de computadores, daí a designação de "side-stick".

10 de Junho

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas



A vida é o dia de hoje,
A vida é ai que mal soa,
A vida é sombra que foge,
A vida é nuvem que voa;

A vida é sonho tão leve
Que se desfaz como a neve
E como o fumo se esvai:
A vida dura um momento,
Mais leve que o pensamento,
A vida leva-a o vento,
A vida é folha que cai!

A vida é flor na corrente,
A vida é sopro suave,
A vida é estrela cadente,
Voa mais leve que a ave:

Nuvem que o vento nos ares,
Onda que o vento nos mares,
Uma após outra lançou,
A vida - pena caída
Da asa da ave ferida
De vale em vale impelida
A vida o vento levou!

A vida é o dia de hoje
João de Deus de Nogueira Ramos
(homenageado no dia 9 de Junho de 2010 pelo Presidente da República)

Arthur Wellesley e a Batalha do Buçaco

Cronologia

1769 (30 de Abril) – Nascimento em Dublin (Irlanda).
1787 – Oficial do Exército Britânico (Regimento N.º 73).
1794-1803 – Como Tenente-Coronel, exerceu funções de comando de tropas em campanha na Holanda (1794) e na Índia (1796-1803), onde defendeu os interesses de Sua Majestade face às ambições de Napoleão.
1808 – Derrotou em território português o Exército Francês de Junot nas batalhas da Roliça (17 de Agosto) e do Vimeiro (21 de Agosto).
1809 (Março) – Depois da morte de John Moore, na Corunha, assume o comando do Exército Aliado (portugueses e britânicos), obrigando Soult a retirar do Porto e a abandonar território português.
1810 – Consumada a invasão de Massena, **derrota o marechal do Império na Batalha do Buçaco (27 de Setembro)** e impede a sua aproximação de Lisboa através do esquema fortificado das Linhas de Torres Vedras, que delineou. Recebe o Título de Visconde de Wellington.
1812 – Derrota os franceses na Batalha de Salamanca (Julho).
1813 – Derrota o Exército de José Bonaparte na Batalha de Vitória (21 de Junho). Marechal do Exército Britânico.
1814 – É-lhe concedido o título de Duque de Wellington, como reconhecimento dos seus feitos.
1815 – Impõe uma derrota definitiva a Napoleão Bonaparte na Batalha de Waterloo (18 de Junho).
1828-1830 – Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha.
1852 – Morre em Walmer Castle, Kent.

O Comandante

Irlandês, o General Arthur Wellesley notabilizou-se no teatro português ao comandar as tropas luso-britânicas que derrotaram as forças napoleónicas que invadiram Portugal entre 1807 e 1811.

Nasceu em Dublin, a 30 de Abril de 1769. Filho do 1.º conde de Mornington, foi educado em Eton e, depois, na Escola Militar de Pignerol, em França. Ascendeu a oficial em 1787 e comandou tropas em combate, pela primeira vez, na Holanda (1794) e, a partir de 1796, combateu a insurreição marata na Índia (Deu), onde ascendeu a comandante de divisão, sendo sagrado cavaleiro (1804).

Interrompe a carreira militar após ser eleito deputado pela ilha de Wight, mas as campanhas napoleónicas fazem-no regressar aos quartéis, exercendo funções na Dinamarca por um curto período de tempo.

Com a ocupação de Portugal pelas tropas francesas de Junot, é enviado para Portugal em Agosto de 1808, onde combate e derrota os invasores nas batalhas da Roliça e do Vimeiro. O opróbrio da Convenção de Sintra e o facto de ser subordinado de dois generais ingleses incompetentes (Dalrymple e Burrard) causam-lhe dissabores, não se livrando de um Conselho de Guerra, que o iliba de responsabilidades. Em 1809, após a invasão de Soult, nova expedição inglesa foi enviada a Portugal, assumindo, por indicação do General Carr Beresford (Comandante-Chefe do Exército Português) o comando supremo dos exércitos aliados em campanha. O sucesso das operações que desenvolve obrigam Soult, cercado no Porto, a retirar de Portugal.

Entretanto, Massena invade novamente Portugal em nome do imperador e Wellesley assume de novo o comando dos exércitos aliados, decidido a inviabilizar a conquista de Portugal. Estipulou, então, um conceito estratégico que passava pela defesa de Portugal longe da capital, pondo em execução o projecto das Linhas de Torres Vedras, e manter sob pressão contínua o exército invasor, decidido a dar batalha só em condições favoráveis e sem empenhamentos decisivos. "Mestre" da guerra defensiva, o sucesso do general britânico na Guerra Peninsular deve-se muito à táctica empregue, que consistia em três princípios basilares: não expor as suas tropas de linha à artilharia inimiga antes da batalha se iniciar; proteger os flancos; enfrentar a infantaria ligeira francesa com as suas tropas de escaramuça. A Batalha do Buçaco é o melhor exemplo do conceito estratégico adoptado e da actuação táctica que Wellesley implementou para derrotar os exércitos de Napoleão em território peninsular, onde Massena adoptou o esquema de batalha napoleónico tipo. Mas a ausência do imperador francês na condução das operações em Portugal foi um trunfo para os aliados, sendo significativa a afirmação de Wellesley de que "a mera presença de Napoleão no campo de batalha equivalia a 40 000 homens".

Fonte: Núcleo Museológico de Castelo de Vide

General Arthur Wellesley.

Anuladas as Invasões Francesas, a guerra continua em território espanhol, onde uma sucessão de vitórias militares, com destaque para a ocupação de Badajoz, e as vitórias em Arapiles, Salamanca e Vitória, lhe permitem o triunfo final na Península Ibérica e a obtenção do título de duque de Wellington. Entretanto, Napoleão é derrotado na Batalha de Leipzig e é preso na ilha de Elba, de onde logra evadir-se para constituir um novo exército. Os países aliados formaram, então, uma frente militar e Wellington comanda a força que, juntamente com os prussianos do marechal Gebhard von Blücher, derrotam definitivamente Napoleão na Batalha de Waterloo, em 1815. Prestigiado em toda a Europa, comandou o Exército que, durante três anos, ocupou o Norte da França. Foi nomeado primeiro-ministro (1828) e, no cargo, apoiou o Estatuto de Emancipação, que reconhecia os direitos dos católicos, e negou-se aceitar a reforma parlamentar dos liberais. Esta postura política tornou-o impopular, obrigando à sua demissão (1830). Recuperou o prestígio e permaneceu nos mais altos cargos do governo britânico. Abandonou a vida política em 1846 e a vida em 1852.

Fonte: Atlas da Europa, Jornal Público, 1992

Conjuntura Político-Estratégica

Na mesma altura (Junho de 1809) em que fracassava a Invasão de Soult, Napoleão campeava como dono e senhor da Europa. A Áustria acabava de ser mais uma vez derrotada, na batalha de Wagram, a Prússia estava neutralizada desde o Tratado de Tilssit e, enquanto o confronto com a Rússia ainda não era abertamente assumido, a grande prioridade do imperador francês continuava a ser a derrota da Inglaterra, através da submissão da Península Ibérica.

Foi desta forma que, nos inícios de 1810, Napoleão Bonaparte encetou os planos para a decisiva invasão de Portugal, criando para o efeito *L'Armée du Portugal*, confiando o comando a um dos seus mais valorosos chefes militares, o marechal André Massena, que apelidava de *l'enfant chérie de la victoire*. A 29 de Maio de 1810, Napoleão deu o seu conceito de operações: tomar Ciudad Rodrigo e Almeida durante o Verão; a entrada em Portugal deveria processar-se apenas em Setembro, depois das calmarias e, sobretudo, após as colheitas; não efectuar penetrações profundas, mas marchar de forma metódica e sistemática; atacar com ímpeto os ingleses, sempre que a situação o favorecesse. Objectivo decisivo: Lisboa. Massena atacaria pela Beira Alta (ataque principal); Soult pelo Alto Alentejo (ataque secundário)

Mas Massena estava doente e não sentia grande vontade em comandar a invasão, muito menos tendo como colaboradores directos os generais Junot, Reynier e Ney. Quando chegou a Salamanca, a 15 de Maio de 1810, para assumir o comando, encontrou o exército em péssimas condições: as forças estavam dispersas, a disciplina relaxada, os soldos por pagar, a desmotivação evidente e as intrigas entre os generais doentia. Com a excepção do General Reynier, que se ajustava à missão conferida a Massena, os outros generais eram difíceis de comandar. Ney não

Eixos das Invasões Francesas.

Fonte: História de Portugal, Círculo de Leitores, 1993

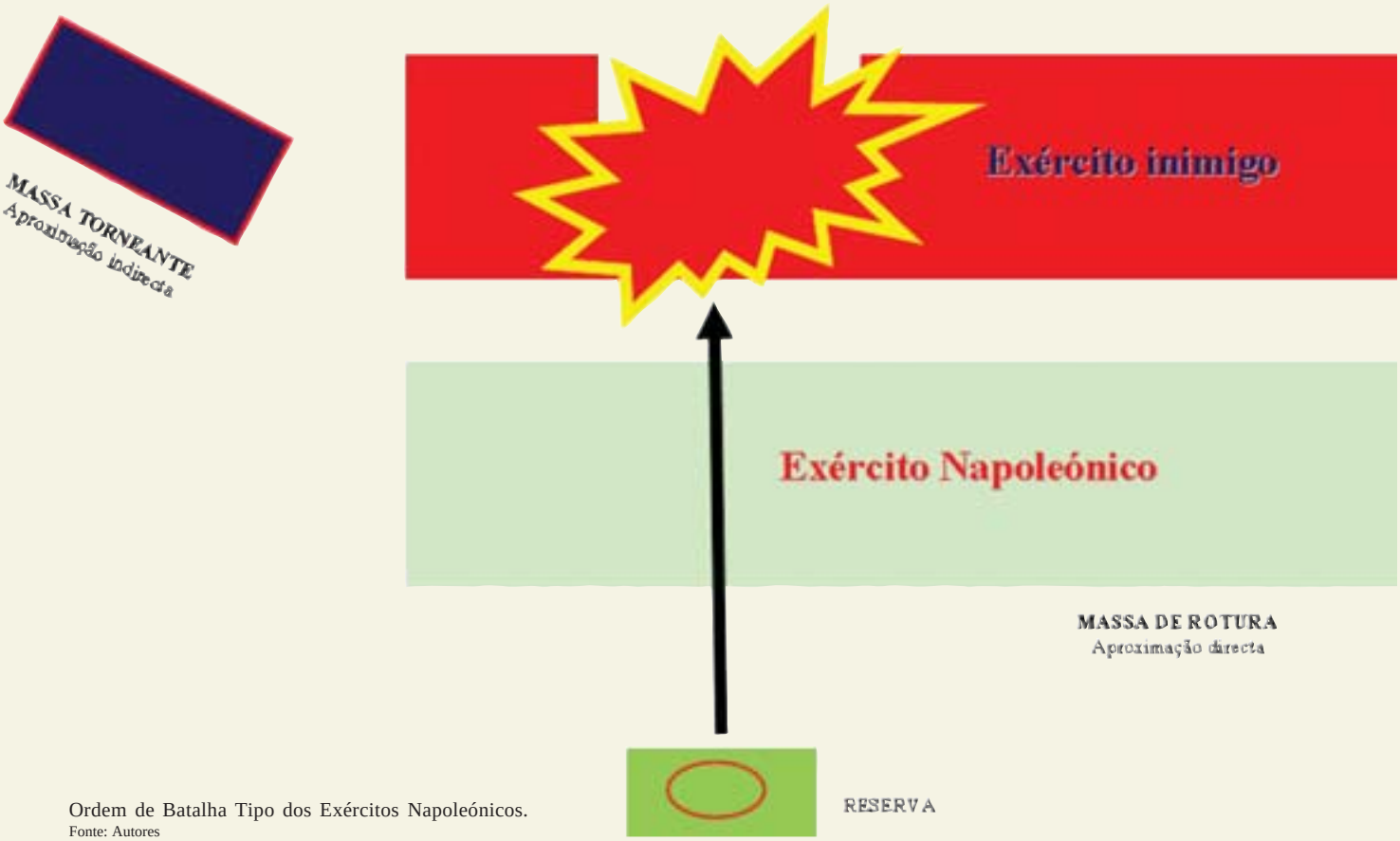
Os Eixos da Invasões Francesas

Em vez das "tradicionais" três invasões francesas, assumimos que Portugal foi sujeito a cinco Invasões, entre 1801 e 1812: a de 1801, apesar de ser materializada militarmente pela Espanha a partir do eixo Badajoz-Elvas e ter Manuel Godoy, primeiro-ministro de Espanha, como «figura de proa», contou com «patrocínio» político e apoio militar da França; em 1807, a invasão foi franco-hispânica e teve em Junot "o comandante de serviço"; as de 1809, 1810 e 1812 foram exclusivamente francesas, contando com Soult, Massena e Marmont como chefes militares, respectivamente. Que razões objectivas explicam que Junot tenha utilizado o eixo de penetração da Beira Baixa, em 1807, Soult o do Minho, primeiro, e o da várzea de Chaves, depois, em 1809, Massena o do Beira Alta, em 1810, tal como Marmont, em 1812?
Estamos perante experiências consecutivas atendendo aos sucessivos desaires das invasões napoleónicas? Não necessariamente. Junot utilizou o eixo da Beira Baixa (Segura) por questões de tempo e de (não) resistência. Lembremos que o «Exército de Observação da Gironda» estava concentrado em Bayona, que a corte portuguesa se preparava para retirar para o Brasil, que o Príncipe D. João dera instruções ao tecido nacional para não resistir aos franceses e Napoleão ordenara que o exército de Junot marchasse rapidamente em direcção a Lisboa, utilizando o eixo de progressão mais curto, com a finalidade de aprisionar a família real, fazendo-o sem contratempos em face da imprevisível resistência portuguesa. A Invasão de Soult pelo Minho/Várzea de Chaves explica-se pela presença do seu Corpo de Exército na Galiza, onde lavrava a insurreição espanhola e marcava presença o contingente militar inglês de John Moore. Assim, invadir Portugal pela raia do Norte foi o óbvio, porque o mais próximo, mediante um desdobramento das forças francesas presentes na região. Além disso, previa-se marchar ao longo do litoral mediante ligação do eixo Braga-Porto-Coimbra-Lisboa. A invasão de Massena pela raia da Beira Alta, com *l'Armée du Portugal*, justifica-se pela utilização do numeroso potencial militar assente na necessidade de utilizar um eixo que apresentasse menor condicionamentos aos movimentos, de modo a facilitar a conquista decisiva de Lisboa. Como o eixo era o mais longo de todos, previa-se a sua conjugação com um ataque secundário a partir de Elvas, praça-forte que barrava o eixo, à semelhança do que acontecia com a de Almeida na Beira Alta. Já no que concerne à efémera invasão de Marmont pelo mesmo eixo, em 1812, basta lembrar que os exércitos franceses estavam em movimento de retracção, combatendo contra contingentes espanhóis, portugueses e ingleses na região de Salamanca.

gostava de obedecer, apesar de muito considerado pelos seus homens, e Junot e Soult, que falharam as duas anteriores invasões, mostravam-se pouco atreitos a cooperar. A verdade é que Massena não conseguiu impor-se completamente aos seus oficiais e sanar as divisões no seu Estado-Maior. Mas, apesar de tudo, este Exército podia considerar-se superior, graças à experiência de combate dos seus homens.
Na Primavera de 1810 já em Portugal se sabia, devido à acção de espionagem dos ingleses, que estava em preparação um colossal contingente militar para novamente invadir Portugal. O espaço temporal entre esta data e a da concretização da invasão, meados de Agosto, permitiu urdir um plano e desenvolver uma estratégia que permitisse esconjurar a ameaça. Coube ao comandante britânico, Artur Wellesley, delinear e executar a melhor forma de atingir tais desígnios que, no essencial, consistia em três atitudes complementares: defender Portugal longe da capital, desencadeando acções militares contra o inimigo a partir da fronteira, evitando empenhamentos decisivos a não ser em situações favoráveis; efectuar uma acção retardadora, trazendo os franceses na sua peugada, de molde a desgastá-lo e privá-lo de recursos pela prática de uma política de "terra queimada", com empenho total de toda a população; atrair o inimigo para o esquema defensivo montado a Norte da capital, as Linhas de Torres, que seriam o segredo da derrocada napoleónica em Portugal. Logo no imediato foram mandados vir da Inglaterra novos reforços humanos e materiais, ao mesmo tempo que o Conselho da Regência e a Igreja trataram de instigar a população à resistência activa e passiva. A resistência activa seria feita afrontando as tropas invasoras através de escaramuças, emboscadas e corte de linhas de comunicações; a resistência passiva destinava-se a privar o inimigo de recursos alimentares e de alojamento, mediante a não colaboração.

O Exército Francês era constituído por 3 Corpos de Exército e 1 Unidade de Cavalaria, assim organizadas: II Corpo (General Reynier), com 2 Divisões de Infantaria e 1 Divisão de Cavalaria Ligeira, compreendendo no total 16 300 homens, 2 434 cavalos e 18 peças de Artilharia; VI Corpo (Marechal Ney), com 3 Divisões de Infantaria e uma Brigada Ligeira de Cavalaria, reforçado pelos Dragões de Kellermann, compreendendo 27 808 homens, 5 609 cavalos e 30 peças de Artilharia; VIII Corpo (General Junot), com 3 Divisões de Infantaria e 1 Brigada de Dragões, compreendendo um total de 19 130 homens, 4 599 cavalos e 36 peças de Artilharia; Cavalaria (General Montbrun), a 3 Brigadas de Cavalaria e um total de 4 624 homens e 4 456 cavalos. Este Exército tinha um total de cerca de 67 000 homens, 17 000 cavalos e 84 peças de Artilharia. Em termos de formação para o combate, destaca-se a formação em coluna, uma adaptação da formação linear à qual era conferida mais profundidade através da colocação de batalhões. A formação em coluna permitia mais flexibilidade e versatilidade, possibilitando ao comandante manobrar um maior número de homens, com melhor controlo e de forma mais célere.

O Exército Português, comandado pelo General inglês Carr Beresford, era constituído pelas 1ª e 2ª Divisões, com Quartel-General em Tomar e Abrantes, respectivamente. Para movimentar estas forças, tinha sido construída uma estrada de Tomar ao vale do Mondego, com vista à sua concentração rápida, quer para reforçar a região de Coimbra, quer a de Abrantes, conforme o eixo de aproximação do invasor. Apesar de as forças portuguesas estarem organizadas em duas divisões, as tropas actuavam em regimentos e brigadas, compreendendo 11 Brigadas de Infantaria (a 2 ou 3 Regimentos), 4 Regimentos de Cavalaria e 3 Regimentos de Artilharia, num total de 22 000 homens. A estes efectivos acrescentam-se os contingentes irregulares (milícias e ordenanças). Os Aliados adoptaram a Divisão em 1807, constituída, normalmente, por 2 Brigadas inglesas



Ordem de Batalha Tipo dos Exércitos Napoleónicos.
Fonte: Autores

e 1 Brigada portuguesa, cada uma com 3 Batalhões. A Cavalaria constituía uma Divisão formada por 3 Brigadas a 2 Regimentos cada. À formação em coluna dos franceses, os Aliados opunham a tradicional formação em Linha, onde a Infantaria Ligeira (tropa de escaramuça) detinha um papel fundamental, pelo que todas as unidades de Wellesley eram reforçadas com efectivos desse tipo. Os efectivos ingleses rondavam os 25 000 homens e eram servidos por um sistema de transportes composto por brigadas de mulas de carga, que integrava 400 carros de bois e 1 200 mulas.

Sob o comando do General Arthur Weslley, o Exército Aliado compreendia 5 Divisões de Infantaria e 1 Divisão de Cavalaria: 1ª Divisão (General Spencer), estacionada em Viseu; 2ª Divisão (General Hill), posicionada em Abrantes; 3ª Divisão (General Picton), colocada em Celorico; 4ª Divisão (General Cole), estacionada na Guarda; 5ª Divisão (Leith); Divisão de Cavalaria (Cotton). Na Batalha do Buçaco, exceptuando a existência de 3 Brigadas Independentes, as restantes Brigadas Portuguesas incorporavam as Divisões do Exército Aliado, sob comando de generais britânicos.

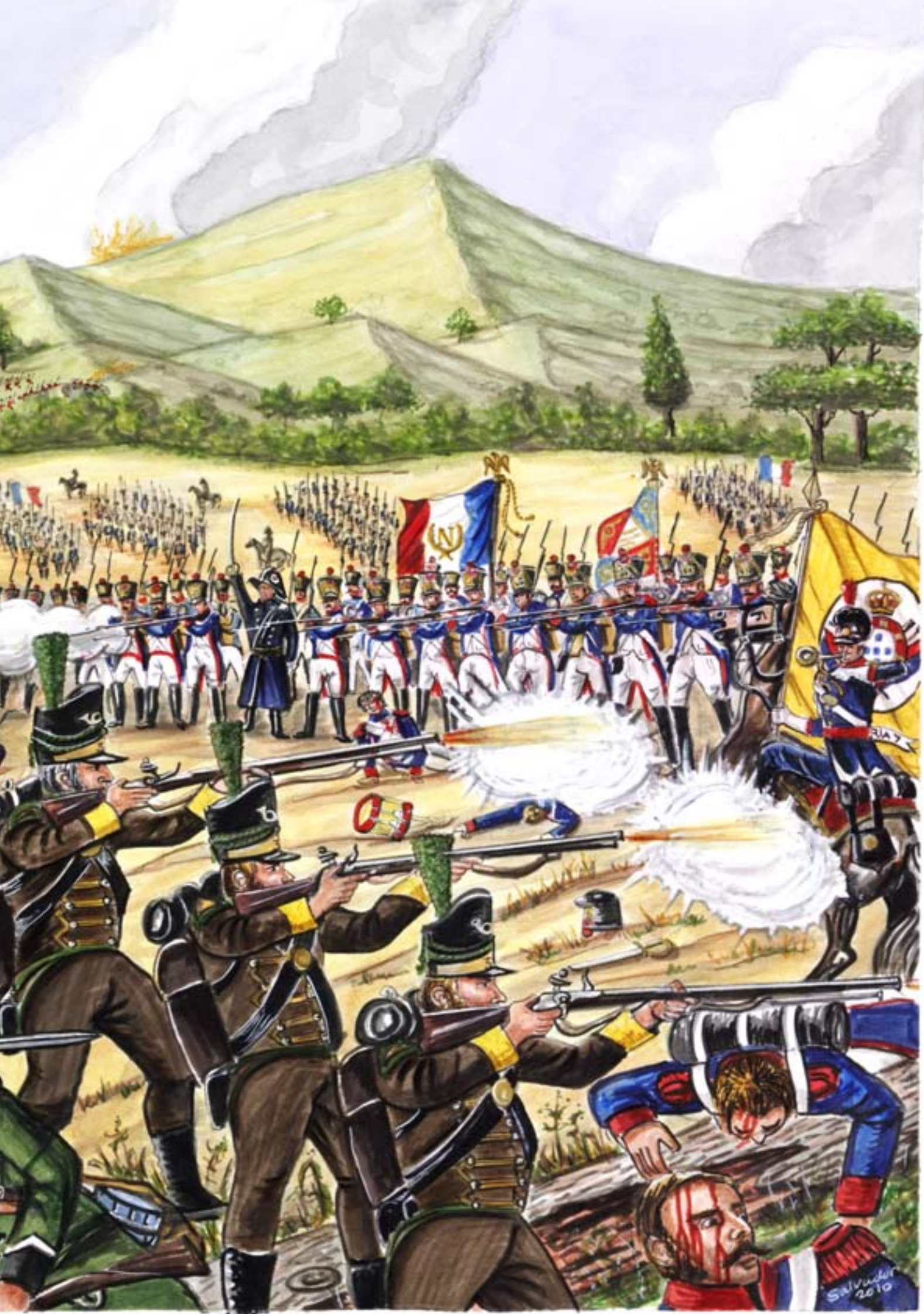
Depois de cercarem Ciudad Rodrigo, que foi tomada após 24 dias de resistência, os franceses acometeram Almeida, na qual se depositavam esperanças de suster o ímpeto do invasor; mas capitulou após 14 dias de resistência, a 27 de Agosto, depois de o paiol de pólvora explodir e destruir parte das muralhas. Com a conquista de Almeida, Massena tinha dois eixos de progressão para atingir o objectivo que era Lisboa, ambos passando por Coimbra. O caminho mais curto e mais fácil era o da margem esquerda do Mondego, embora tivesse maior número de vulnerabilidades para a intercepção das suas forças, sobretudo na ponte de Mucela, sobre o rio Alva.

Rasgado pelos vales do Alva e do Mondego, a configuração do terreno dada pelos contrafortes da Serra da Estrela, perpendiculares ao sentido da marcha, poderia ser aproveitada pelas forças luso-britânicas para montar resistências fortes, difíceis de ultrapassar. Wellesley acreditava que seria este o eixo principal da progressão, balanceando, inclusivamente, as forças face a esta modalidade.

O Marquês de Alorna e outros oficiais portugueses que estavam no Exército Francês desde a dissolução do Exército de Linha Português, em 1807 por Junot, aconselharam Massena a seguir outro itinerário: Almeida – Viseu – Coimbra, pela margem direita do Mondego. Assim, a 20 de Setembro, os franceses ocuparam Viseu, cidade que encontraram abandonada. No dia seguinte, o invasor estava em Santa Comba Dão, de onde prosseguiu para Sul, pela Serra do Caramulo. Logo de seguida, Massena e o seu exército seguem na direcção da Serra do Buçaco. Ou porque foi enganado pela leitura errada dos mapas ou por deficiências de estudo da zona de operações, Massena convenceu-se da necessidade de atravessar o Buçaco para chegar a Coimbra. Esta manobra arrojada apanhou o comandante aliado de surpresa, tendo sido as milícias portuguesas, comandadas pelo Coronel Trant, que neutralizaram o seu efeito, ao atacarem o parque de artilharia e bagagens francesas. Esta acção, mais a demorada e difícil marcha do parque da artilharia por caminhos de difícil transitabilidade, obrigaram Massena a permanecer alguns dias em Viseu, decisão que favoreceu Wellesley.

A princípio, Wellesley pensara que Massena se dirigisse de Celorico pela margem esquerda do Mondego sobre a ponte de Mucela. Porém, a marcha pela estrada de Tondela a Mortágua, mostrou-lhe que Massena estava resolvido a passar pelo Buçaco. Consequentemente, ordenou que as Divisões se dirigissem rapidamente em direcção à serra do Buçaco onde, depois de destruídas as pontes, como a de Mucela, seria instalado um dispositivo para receber o exército inimigo. A posição era vantajosa e o adversário, que seguiu o contingente luso-britânico do Côa ao Criz, não hesitaria em atacar de frente aquela posição.

Por sua vez, os franceses acercam-se da posição em 26 de Setembro. Massena fez um reconhecimento do terreno e um estudo da posição defensiva dos aliados (de forma sumária), e posicionou a tropa no sopé da serra, decidido a atacar no dia seguinte. Todavia, os seus "lugares-tenentes", com Ney e Junot à cabeça, mostraram-se renitentes em atacar a posição inimiga. Segundo eles, o ataque, a efectuar-se, deveria ter sido feito nos dias anteriores, antes da concentração do contingente aliado. Além disso, alertavam Massena para o facto de os dois exércitos serem equivalentes quantitativamente, com a agravante de o adversário estar instalado numa posição dominante e de difícil acesso. Contudo, Massena tinha ideias opostas. Era imperioso dar seguimento às ordens de Napoleão, marchando directamente para Lisboa. Depois, para Massena, que tinha efectuado deficientes reconhecimentos, a posição inimiga não era tão forte como parecia, apresentando ainda um menosprezo pelo valor dos oficiais britânicos e dos soldados portugueses.


SALVADOR
2010

A Batalha

De acordo com o conceito do comandante francês, os aliados seriam aniquilados por um ataque frontal, feito de forma violenta e por vagas sucessivas. As ordens de Massena determinavam: Reynier (II CE) subiria e atacaria em duas grandes colunas, de forma a penetrar no dispositivo; simultaneamente, Ney (VI CE) faria o mesmo 3 km ao lado, logo que Reynier atravessasse a linha de alturas; depois, após profunda penetração no dispositivo aliado, os dois generais franceses reunir-se-iam e cairiam sobre a retaguarda do inimigo. Conforme se desenrolasse a acção, Junot (VIII CE) reforçaria Reynier ou Ney. Para que o ataque do II e VI CE fosse simultâneo, este devia movimentar-se cerca de 90 minutos antes, uma vez que o terreno nessa área dificultava a aproximação.

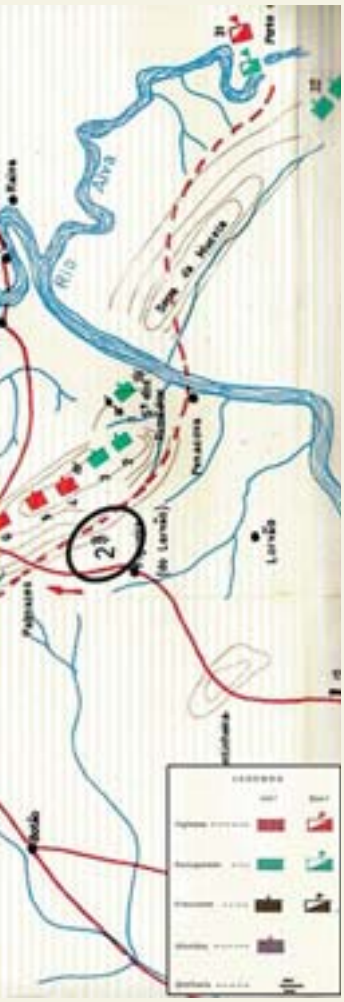
Massena mandou desencadear a batalha na manhã de 27 de Setembro de 1810.

Ataque do II CE. Às 7 horas, a Divisão Merle (II CE) avançou, debaixo de nevoeiro cerrado. Logo a seguir a Santo António do Cântaro, a Divisão deixou a estrada e desenvolveu-se no terreno à direita, coberto de mato e bastante arborizado. A Brigada Sarrut repeliu os postos avançados aliados e levou diante de si o Regimento Português de Infantaria n.º 8. Conseguindo estabelecer-se na crista, os franceses separaram a 5º Divisão (Leith) da 3ª Divisão (Picton). Da mesma forma, o Regimento n.º 4 da Brigada Graindorge consegue atingir a crista e, fazendo uma conversão à direita, procura envolver o flanco da 3ª Divisão (Picton). Entretanto o nevoeiro dissipou e Wellesley, que se estabelecera no cabeço próximo a este ponto de ataque, deu ordens para seis peças de artilharia romperem fogo contra as colunas francesas que, fatigadas por uma marcha extenuante de mais de uma hora, mostraram-se hesitantes e recuaram. Então, o General Picton (3ª Div) tomou a ofensiva com 3 Regimentos, que deram uma descarga cerrada à distância de 20 passos e, calando baionetas, levam adiante de si os soldados inimigos, que retiram pela encosta na maior desordem. Os Regimentos da Divisão Merle, não tendo sido oportunamente apoiados pela reserva (regimento n.º 15), retiraram para o sopé da montanha, onde se foram reunindo por grupos. A Brigada do general Foy, que se demorara em Santo António do Cântaro, procurando evitar que fosse arrastada na debandada, avançou; mas não aguentou o choque das forças luso-britânicas (duas brigadas das Divisões Spenser e Picton). As Brigadas Foy e Sarrut foram, então, repelidas, com enormes perdas. Reynier, tendo apenas a brigada Arnaud como reserva e vendo convergir para o local do combate uma parte das forças de Hill (2ª Div), resolveu retirar para o vale para reorganizar as suas forças e esperar o resultado do ataque do VI CE.

Adaptado de Museu Militar de Lisboa, 1981

Ordem de Batalha dos Exércitos.

Ataque do VI CE. Contrariando o planeamento, o VI CE começou o movimento uma hora depois do II CE, de forma que, quando este já retirava desordenado, é que iniciou o ataque. Primeiro avançou a Divisão Loison que, próximo de Moura, saiu para a direita da estrada. A Brigada Ferrey tomou por uma ravina, que permitia uma fácil subida, enquanto a Brigada Simon, desenvolvendo-se mais à direita, avançava pela escarpa, que conduz a Sula. A Divisão Marchand continuou seguindo a estrada. A Brigada Simon foi a primeira a sofrer o fogo do defensor mas,

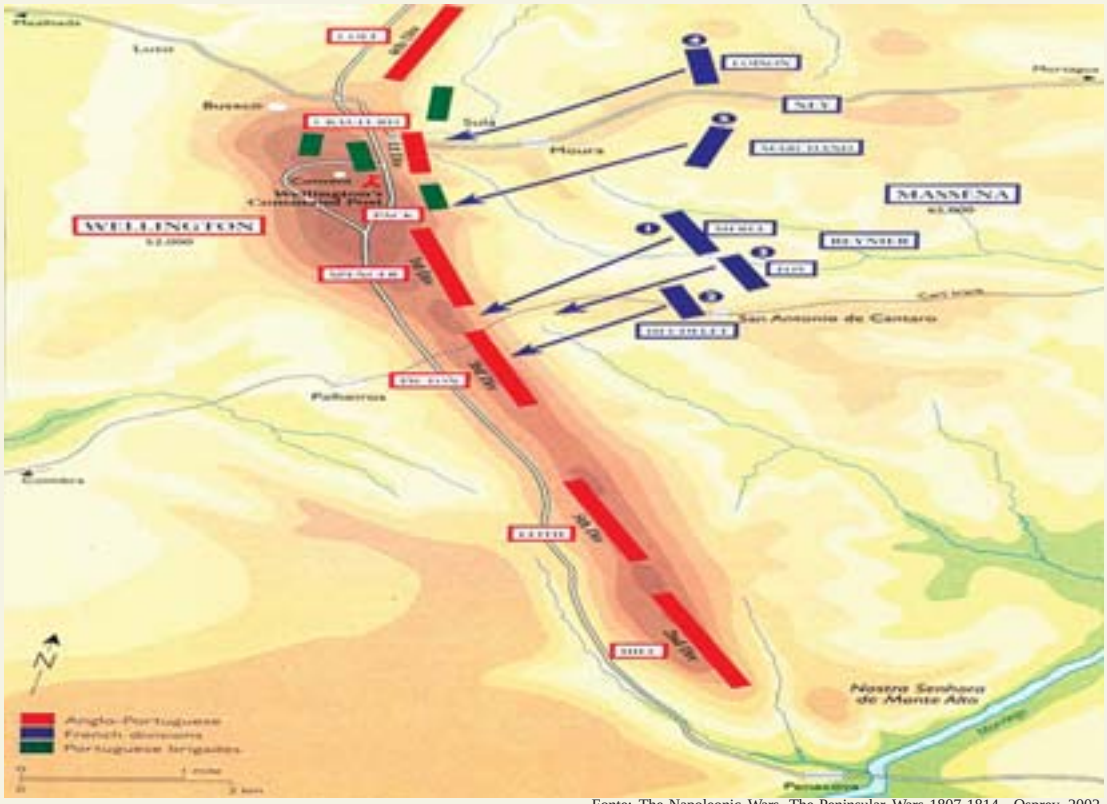


Defesa Avançada no Buçaco

Com a direcção SE-NO e uma altitude média de 300 mt, a Serra do Buçaco prolonga-se numa extensão de 20 Km, desde a Senhora do Remédios até ao Ninho de Águia, limitada nos seus flancos pelo rio Mondego e pela Ribeira do Milijoso. O terreno entre Mortágua e a Serra do Buçaco é muito cortado, não permitindo o movimento fora dos caminhos, muito especialmente da artilharia. Algumas ravinas conferem uma compartimentação longitudinal ao terreno, permitindo a observação do movimento de tropas do alto da posição. Um grande número de pequenos cursos e linhas de água cortam transversalmente e percorrem longitudinalmente o terreno sobranceiro à serra, mas tão próximas umas das outras que mesmo o movimento da infantaria encontra sérias dificuldades. A posse da povoação de Moura tornava-se de grande importância para os franceses assegurarem um movimento pelo vale do Milijoso, que permitia o torneamento da posição do Buçaco, razão pela qual o Exército Aliado ocupou as alturas do Cabeço Redondo e Ninho de Águia. As forças anglo-lusas ocuparam a Serra em duas linhas defensivas, barrando os itinerários de acesso à posição e garantindo o apoio mútuo entre unidades, mediante o seguinte dispositivo: em Nossa Senhora do Monte Alto estavam 5 companhias da Leal Legião Lusitana, da Divisão Picton (3ª Div); um pouco à retaguarda e à esquerda estava a Divisão Hill (2ª Div) e 2 Brigadas portuguesas, que ocupava todo o alto da Chã, que constituíam uma só linha táctica, 100 metros à retaguarda da crista; a 5ª Divisão (Leith) estava dividida em duas alas, a da direita junto à portela da Oliveira e a da esquerda, mais afastada, aproximava-se da Portela de Santo António do Cântaro; seguia-se a 3ª Divisão (Picton), constituída pela brigada portuguesa do coronel Champalimaud e por 2 brigadas inglesas; a Divisão Spencer (1ª Div) posicionava-se no ponto mais alto da crista, constituída por 3 Brigadas inglesas, onde Wellesley instalou o posto de comando; em frente da ravina que desce da serra e passa ao sul dos moinhos de Moura, ficava a Brigada Portuguesa Pack; guarnecendo o terreno de um e do outro lado dos moinhos de Sula estavam 2 Brigadas inglesas, onde se incluía um Batalhão de Caçadores português, sob comando de Craufurd; no flanco esquerdo ficava a 4ª Divisão (Cole), compreendendo 2 brigadas inglesas e 1 brigada portuguesa; a legião alemã, destacada da 1ª Divisão, formava uma reserva e ocupava Monte Novo; a Cavalaria Inglesa (Cotton) ficava sobre o flanco esquerdo, um pouco à retaguarda, vigiando a planície que se estende até à estrada Porto-Coimbra, pela Mealhada; a cavalaria portuguesa, sob o comando do general Fane, vigiava os vaus do Mondego e respectivos caminhos; a Infantaria Portuguesa, do comando de Lecor, ocupava a Ponte da Mucela, apoiando a cavalaria de Fane; a tarefa de vigiar os caminhos que irradiavam de Mortágua foi dada às milícias de Trant.
A posição defensiva, muito extensa, tinha mais de 12 km de frente. Nas zonas inacessíveis havia brechas de 1 a 2 km, onde não se colocaram efectivos, assumindo-se de um risco calculado. Atrás da posição existia uma estrada que ficava 30-40 metros à retaguarda da crista, que permitia o deslocamento de tropas de uma posição para outra, fora das vistas do inimigo.

apesar de perder filas inteiras, conseguiu chegar até ao esporão ocupado pela Divisão Craufurd. Mas, às descargas dos regimentos ingleses, seguiu-se uma terrível carga à baioneta, que enviou os franceses encosta abaixo. Não teve melhor sorte a Brigada Ferrey, que atacara a Brigada Coleman, sendo dizimada pelo fogo desta e atacada de flanco por um Regimento português. Toda a Divisão Loison foi obrigada a retirar, vindo reorganizar-se à retaguarda de Moura. A Divisão Marchand, que seguia à retaguarda de Loison, obliquou para a esquerda quando a viu a retirar desordenadamente, indo abrigar-se num pinhal. A Divisão Mermet, que constituía a reserva do VI CE, não chegou a entrar em acção.

A derrota era completa nos dois corpos de exército. Estes, separados por mais de 4 quilómetros, tinham combatido desligados, não coordenando os seus esforços. A falta de simultaneidade nos ataques permitira a Wellesley fazer deslocar contra o VI CE francês uma parte das forças que tinha no centro da posição, depois de anular o ataque do II CE. Do VIII CE, que constituía a reserva geral, ainda foi mandada deslocar a divisão Clausel para ir apoiar o II CE, enquanto a Divisão Solignac, com a cavalaria, ficavam à retaguarda das alturas de Moura para sustentar o VI CE. Contudo, Massena, que se conservara durante a batalha junto aos moinhos de Moura, julgou mais prudente não prolongar a luta.



Fonte: The Napoleonic Wars. The Peninsular Wars 1807-1814, Osprey, 2002

Esquema da Batalha.

Análise da Batalha

Relativamente à actuação do Exército de Massena no Buçaco, pode dizer-se que o ataque foi bem concebido, mas mal preparado e pior executado. De facto, apesar do ímpeto do ataque, as forças luso-britânicas aguentaram e repeliram o adversário, que foi obrigado a tornear a posição.

Os princípios das operações terrestres não foram seguidos, de nada valendo o valor dos soldados franceses. O ataque foi desencadeado a frio, sem a conveniente preparação de artilharia (que o nevoeiro e a natureza do posição defensiva anulou) e sem manobra, num terreno difícil e íngreme, com sacrifício inútil de soldados e subestima da capacidade combativa do adversário. Os reconhecimentos foram mal realizados e, talvez devido ao nevoeiro, induziram Massena na convicção de que a Serra do Buçaco se podia tornear no Sula, ignorando, assim, que ela se prolongava até ao Ninho de Águia.

Efectuar um ataque deliberado com um potencial relativo de combate quase em paridade, onde o terreno era nitidamente favorável ao defensor, revelou-se um erro. Depois, houve uma inversão no esforço francês: o ataque principal e, portanto, aquele onde incidiria o esforço, devia ter sido sobre S. António de Cântaro que, uma vez conquistada esta posição, dividiria as forças luso-britânicas, lançando umas sobre o Mondego e outras sobre a estrada Botão-Coimbra. Ou seja, houve uma escolha errada do ponto decisivo do dispositivo luso-britânico e os dois CE estavam com as missões invertidas. O ataque de flanco a Sula, secundário, devia ter sido feito com menos forças. Massena fez precisamente o contrário; empregou o VI CE no ataque principal e o II no ataque secundário.

Os dois ataques deviam ter sido simultâneos para deixar o inimigo indeciso e obrigado a empenhar-se decisiva e totalmente. Não sucedeu assim, Ney (VI CE) atacou 90 minutos depois de Reynier (II CE) e quando este já tinha sido derrotado. A finalizar, a cavalaria e a artilharia não puderam tomar parte nas operações e a Reserva (VIII CE – Junot) mal se mexeu. O resultado foram baixas na ordem dos cinco milhares, que incluíam um número considerável de oficiais generais e superiores.

Do lado Aliado, a escolha criteriosa de um terreno dominante, a implantação de um dispositivo adequado mediante o posicionamento das unidades nas penetrantes conducentes à posição, o apoio mútuo e a profundidade (duas linhas defensivas), a unidade de comando, a utilização harmoniosa das três armas (Infantaria, Artilharia e Cavalaria), a possibilidade de reiteração de esforços e de balanceamento de forças à medida das vicissitudes da batalha, revelaram-se decisivas. E assim, através do fogo e acções de baioneta calada da Infantaria, da metralha da artilharia, a partir da frente e flancos da posição, e da actuação oportuna das reservas devidamente ocultadas os franceses rolaram encosta abaixo.

Wellesley podia ter feito perseguição ao exército francês explorando o sucesso (foi criticado por isso), evitando que rompesse o contacto, se reorganizasse e envolvesse a posição, obrigando os luso-britânicos a retirar. Mas não o fez, preservando a concepção inicial de defesa do território português. O não envolvimento em combates decisivos, o desgaste continuado do invasor e a crença nas virtudes das Linhas de Torres preservaram uma concepção operacional da qual não se desviou um milímetro.

Consequências da Batalha

Perante a situação de derrota militar, com o moral das tropas em baixo, a desesperante falta de víveres e enfrentando a animosidade dos principais generais, Massena decidiu tornear a posição do Buçaco. Contudo, essa manobra só pôde ser executada na noite de 28 para 29 de Setembro, aproveitando o efeito surpresa. O percurso permitia tornear a posição do Buçaco, ligando Mortágua a Boialvo, entrando na estrada do Porto em direcção a Coimbra. Lisboa persistia como objectivo final a atingir. Massena dirigiu-se para Coimbra, onde chegou a 30 de Setembro, deparando com uma cidade semi-deserta. Entretanto, Wellesley, que não explorou o sucesso da batalha, tinha marchado antes dos franceses, seguindo à sua frente na direcção das Linhas.
Não querendo aguardar por reforços em Coimbra, Massena prosseguiu a marcha por um itinerário sujeito a emboscadas, com mortos e feridos a serem abandonados, com os campos circundantes talados, as casas abandonadas. Mas as pesadas perda sofridas pelo Exército Francês no Buçaco inviabilizaram as operações ulteriores de Massena, impedindo-o de se tornar mais ousado em frente das Linhas de Torres e de se aproximar de Lisboa.
No dia 10 de Outubro, Wellesley chegou às Linhas de Torres. Massena tomou contacto com as fortificações perto de Alhandra, no dia 12, inteirando-se, surpreso, de tão notável obra de engenharia militar. Perante um cenário de 152 fortes, distribuídos por duas linhas guarnecidas por cerca de 70 mil homens, não se afigurava nada fácil a vida para André Massena. Este, que jamais suspeitou da existência deste esquema fortificado, ficou estático e apreensivo à frente de um exército exaurido de 40 mil soldados. Efectuou então reconhecimentos minuciosos e testou sem sucesso o flanco leste da 1ª Linha. Constatando a sua intransponibilidade, os franceses estacionaram à frente das linhas, decididos a esperar por reforços que nunca haveriam de chegar. A partir de Novembro de 1810 estabeleceu-se um impasse entre Massena, refugiado em Santarém, e Wellesley, que o observava do Cartaxo. O inverno consumou-se numa autêntica "guerra de nervos" de parte a parte. Enquanto a produção de cereais e frutos estremenhos eram carregados para a capital, a fome, as doenças, as baixas e as deserções iam grassando no lado francês.
A dada altura, Massena toma consciência de estar a ser encurralado: à frente tinha as Linhas de Torres, das quais tinha apenas uma pequena ideia do seu real valor defensivo; nos flancos estavam as praças de Peniche e Abrantes, cujas guarnições efectuavam frequentes surtidas ao acampamento francês; na sua retaguarda estavam as milícias do Norte, que vinham na peugada dos franceses, cortando-lhes as ligações.
Pressionado, em Fevereiro de 1811, o marechal francês, de molde a romper o bloqueio, procura atravessar o Tejo na Chamusca para, através da margem esquerda, contornar as Linhas de Torres. Porém, as populações ribeirinhas frustraram-lhe os intentos, afundando as embarcações disponíveis para o efeito. No início de Março, no auge do desespero e depois de um saque geral a Santarém, Massena retirou, abandonando mortos e feridos à sua sorte.
Perseguido por Wellesley e coagido pela populaça ao longo de todo o itinerário, a retirada revelou-se um autêntico martírio, tendo os franceses de travar batalha com os luso-britânicos em Celorico, Guarda e Sabugal, agravando-se ainda mais a situação. Em 17 de Abril, Massena chegou a Ciudad Rodrigo. A luta prosseguiria, agora em território espanhol, dando um cariz peninsular à guerra que os portugueses travaram com os franceses.

Linhas de Torres Vedras.

Fonte: Adaptado de Ferreira Martins, História do Exército Português, 1945

Curiosidades

A terminologia militar com origem nos vários acontecimentos históricos relacionados com a guerra ou a «coisa» militar é vasta, atravessou os tempos e permanece em uso corrente nos nossos dias, utilizada indistintamente por militares e civis. Os civis usam-na sem saberem que a sua origem é militar e os militares, por norma, desconhecem o contexto. Neste âmbito, e porque a relacionada com as Invasões Francesas avulta, deixamos ficar alguns exemplos adaptados dos artigos publicados na revista Baluarte "Presença Militar na Língua Portuguesa", da autoria do Coronel Aleu Oliveira.

Alma até Almeida

Expressão empregue perante alguém que conseguiu alcançar algo com esforço sem desanimar. Surge durante a 3ª invasão francesa, quando o general irlandês Wellesley ordena aos habitantes da vila de Almeida que impedissem a entrada do exército de Massena pela fronteira da Beira Alta. Apesar de não terem conseguido, devido ao rebentamento do paiol de munições da fortaleza, que deitou abaixo parte da muralha, a coragem dos defensores revelou-se digna de elogios. Estes posicionaram-se fora das muralhas, junto da fronteira com vista para Ciudad Rodrigo, e sempre que algum defensor caía ferido era transportado para a fortaleza, onde existia uma boa assistência médica. Assim, os que caíam pelas balas e ainda viviam eram rapidamente transportados para Almeida dizendo-lhes para os motivar a resistir à provação «alma até Almeida», pois as hipóteses de sobrevivência, se aguentassem até lá, eram boas.

Bacamarte

Também conhecido como canhangulo, era uma arma de fogo antiga de cano grosso e boca-de-sino, muito utilizada por populares, como aconteceu com os portugueses durante a resistência aos invasores que atacavam as localidades rurais. Os civis chamam bacamarte a uma arma velha sem utilidade ou a uma mulher de mau porte.

Ficar a ver navios

Aplica-se quando alguém não sabe o aconteceu, desconhece o paradeiro de algo ou, até, foi enganado, ficando a "ver navios" relativamente a alguma coisa. Em 1807, Junot invade Portugal com ordens de Napoleão para aprisionar a família real. Acontece que quando Junot chega a Lisboa, a 30 de Novembro, já a família real retirara de barco para o Brasil desde o dia anterior. Junot ainda os pôde ver ao longe, na linha do horizonte, mas ficou a "ver navios".

Ir pró Maneta

Significa morrer. A expressão tem origem nas Invasões Francesas e no general francês Loison, que era maneta. Como este general era tão sanguinário e recambiava usualmente os portugueses que interrogava para o fuzilamento, a expressão ficou … até hoje.

Para Inglês ver

Quando se pretende dar a ideia de que uma dada coisa existe apenas só para vista ou para dar nas vistas mediante uma aparência exterior de fachada, emprega-se esta expressão que remonta à presença das tropas inglesas em Portugal no período das Invasões Francesas. De facto, quando Wellesley passava revista aos militares portugueses todos os amarelos das fardas brilhavam impecavelmente, com o único propósito de «inglês ver». Porque, na verdade, a higiene e o atavio do militar português era sofrível, sempre que não havia «inglês para ver».

Tudo como dantes, quartel-general em Abrantes

Entre 1809 e 1820, Beresford foi o comandante em chefe do Exército Português, tendo quartel-general em Abrantes. Durante este período, a insatisfação do militar português cresceu, na exacta proporção do preterimento nas promoções e regalias em detrimento dos britânicos. Assim, quando alguém perguntava como iam as coisas no Exército a resposta era sintomática: «tudo como dantes, quartel-general em Abrantes». Hoje em dia continua com o mesmo significado que então, e pretende-se dizer com esta asserção que, quando há estagnação em qualquer coisa, se continua no mesmo marasmo que anteriormente.

Autores:
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia de Referência

- AA.VV, Guerra Peninsular. Prelúdio Liberal do Tecido Político-Social e a Transformação do Aparelho Militar Português, Lisboa, IESM/Prefácio, 2010.
- CÉSAR, Vitoriano José, Batalha do Buçaco, Lisboa, Imprensa da Armada, 1ª edição, 1910.
- GOTERRI, N., Napoleão e Portugal, Lisboa, Teorema, 2006.
- KOCH, General, Memórias de Massena, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- MARBOT, General Barão de, Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006.
- MUSEU MILITAR DE LISBOA, A Batalha do Buçaco, 1981.
- RODRIGUES, Barros, Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, História Militar, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936.
- VICENTE, A. P., *Guerra Peninsular, 1801-1814*, Matosinhos, QuidNovi, 2006.

PORTUGA

Texto e fotos: Tenente RC Rico dos Santos

Faro foi a cidade designada para acolher as comemorações oficiais do 10 de Junho – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – e, como é hábito da população portuguesa, compareceram em grande número e de forma entusiástica.

Nesta data, recordamos o passado de Portugal, onde a personagem de Luís de Camões representa "o herói da pátria" por toda a sua genialidade. Lembramos a comunidade portuguesa que vive fora do País e que se encontra espalhada pelos quatro cantos do mundo. É o Dia de Portugal e dos Portugueses e com um forte sentimento de orgulho e respeito, a data é celebrada por todos os portugueses, estejam eles onde estiverem!

De 5 a 12 de Junho, integrado no programa das Comemorações Oficiais do Dia de Portugal, o Jardim Manuel Bívar, em Faro, foi palco das actividades militares complementares das Forças Armadas Portuguesas, acolhendo inúmeras demonstrações dos meios do Exército, Marinha e Força Aérea. Os presentes puderam desfrutar de inúmeras actividades, nomeadamente: a torre de escalada, *slide*, *rappel*, simulador de tiro, tenda de *air soft*, baptismos de mergulho, simulador de voo, entre outras. Os populares puderam ainda apreciar a exposição fotográfica das Forças Armadas, ver o passado e o presente da cidade de Faro retratado em fotografia aérea, assistir a um concerto da Orquestra Ligeira do Exército e a outro com as três Bandas Militares (Marinha, Exército, e Força Aérea). A actividade física teve, como é habito, o seu relevo, podendo os presentes assistir à classe especial de Saltos de Mesa Alemã, à classe especial de Ginástica do Colégio Militar, classe de Ginástica Acrobática do Instituto de Odivelas, à classe

especial de Ginástica do Instituto Militar dos Pupilos do Exército. Também, ao longo das comemorações, foi possível assistir a diversas demonstrações cinotécnicas, onde as figuras caninas tendem a ter especial atenção por parte da população.

As comemorações do 10 de Junho traduziram-se numa oportunidade para mostrar a dinâmica das nossas forças, sobretudo à população mais jovem, que teve a oportunidade de viver novas experiências e contactar com meios que, normalmente, não estão ao acesso do público. E foi assim que nos dias 7, 8 e 9 de Junho, os alunos deste concelho foram os convidados especiais, tendo direito a uma visita guiada à exposição.

De realçar, no dia 9 de Junho: a cerimónia de homenagem do Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, ao Pedagogo e Poeta João de Deus de Nogueira Ramos; a visita do Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, juntamente com os mais altos responsáveis das Forças Armadas, ao Jardim Manuel Bívar, onde puderam sentir o pulsar da população; a actuação das três bandas militares, cujo ponto alto residiu no Hino Nacional, tocado e cantado em uníssono, perante o Presidente da República, as mais altas entidades civis e militares e o magnífico público de Faro, seguido do concerto de Viviane.

No tradicional desfile das forças militares participaram representações dos três Ramos das Forças Armadas, tendo o Terreno Municipal da Horta das Figuras, sido o palco da Cerimónia Militar.

O Exército empenhou aproximadamente 1260 militares e mais de 50 viaturas.

O primeiro bloco foi composto por alunos do Colégio Militar, Instituto de Odivelas, Instituto Militar dos Pupilos do Exército, Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército, juntamente com um Batalhão da Brigada de Intervenção e um Batalhão da Brigada Mecanizada, totalizando aproximadamente 500 militares.

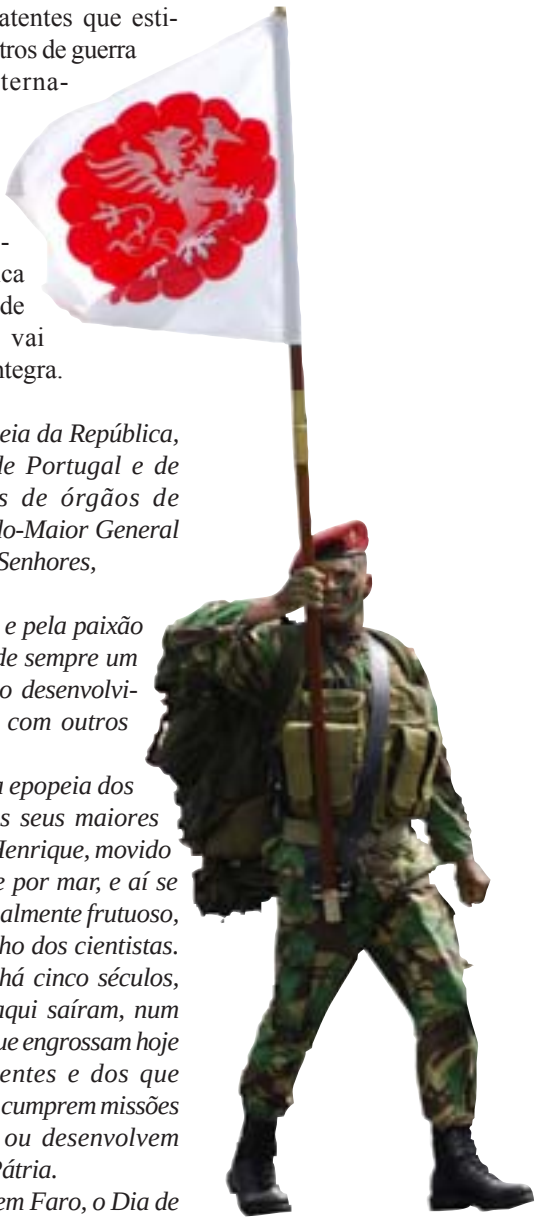
O segundo bloco foi constituído pelas forças da Brigada de Reacção Rápida, Comandos, Pára-Quedistas e Operações Especiais, totalizando aproximadamente 400 militares.

O terceiro bloco foi composto pelas viaturas de rodas (34), lagartas (17) e um grupo de Precursores. De realçar a participação dos carros de combate Leopard 2A6 e as viaturas blindadas, de oito rodas, Pandur.

Um dos pontos altos da cerimónia foi o salto dos Pára-Quedistas que, para deleite dos presentes, efectuaram um pouso de precisão no centro do Terreno Municipal da Horta das Figuras.

A cerimónia contou pela primeira vez com um grupo de ex-combatentes que estiveram em vários teatros de guerra e em missões internacionais.

Um dos momentos de maior importância do dia, foi o discurso do Presidente da República que, por se revestir de especial interesse, vai aqui transcrito na íntegra.



Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhores Primeiros-Ministros de Portugal e de Cabo-Verde e outros titulares de órgãos de soberania, Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Senhoras e Senhores,

Militares,

O Algarve, pela sua geografia e pela paixão marítima das suas gentes, foi desde sempre um importante ponto de apoio para o desenvolvimento das relações de Portugal com outros povos e culturas.

Não longe daqui, em Sagres, a epopeia dos Descobrimentos encontra um dos seus maiores símbolos. Aí se fixou o Infante D. Henrique, movido pelo sonho de alcançar o Oriente por mar, e aí se terão congregado, de modo especialmente frutuoso, as artes dos mareantes e o engenho dos cientistas.

Daqui partiram portugueses, há cinco séculos, para África e para as Índias. Daqui saíram, num passado mais recente, muitos dos que engrossam hoje as fileiras dos antigos combatentes e dos que actualmente, nas Forças Armadas, cumprem missões humanitárias e de apoio à paz ou desenvolvem acções de cooperação longe da Pátria.

Comemoramos este ano, aqui em Faro, o Dia de

CAVE

Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. É dia de lembrar os feitos e os heróis do passado que materializam o espírito de independência e de liberdade para seguir o nosso próprio caminho. É dia de expressar a firme vontade de garantir um futuro soberano, capaz de vincar a nossa presença num Mundo em acelerada mudança.

Nos tempos que correm, a segurança e a afirmação de um Estado não podem ser prosseguidas de forma isolada. Exigem, no quadro das alianças internacionais, uma aposta crescente na segurança cooperativa e na diversificação das dependências, mas não dispensa a valorização dos recursos, capacidades e competências que lhe são próprios.

Devemos, assim, valorizar o potencial do País em várias frentes, incluindo a militar.

Importa ter presente que a redução da capacidade das Forças Armadas tem historicamente coincidido com o aumento das vulnerabilidades nacionais e o enfraquecimento da voz de Portugal no concerto das nações, como Estado soberano e independente.

A preservação da operacionalidade das nossas Forças Armadas é, sem dúvida, um superior interesse da Nação.

Militares,

Numa conjuntura difícil e exigente, as Forças Armadas continuam a cumprir as suas missões, com assinalável competência e dedicação, nas mais diversas situações e níveis de risco. Permanentemente expostas ao escrutínio da comunidade nacional e internacional, têm granjeado elevada credibilidade e prestígio junto dos Portugueses e das organizações internacionais de que fazemos parte, tendo razão para sentir-se orgulhosas.

No Afeganistão, a comunidade internacional trava o seu principal combate contra o terrorismo, o narcotráfico e o crime organizado.

Face à evolução da situação no terreno e às correspondentes alterações à estratégia adoptada, Portugal, em conjunto com os seus aliados, reforçou a sua contribuição militar, reassumindo uma exigente missão de reserva táctica, em Cabul, e contribuindo também para a formação das forças locais.

Trata-se de uma missão que comporta riscos significativos, assumidos pelas autoridades nacionais com sentido de responsabilidade, mas com a certeza de que Portugal deve cumprir a sua quota-parte na segurança internacional, na prevenção do crescimento das ameaças transnacionais e na defesa de valores universais que nos são caros, como os direitos humanos, a tolerância e a dignidade das pessoas.

Por outro lado, no comando de uma força NATO, as nossas Forças Armadas cumpriram com elevado brio e de forma corajosa as missões aero-navais de combate à pirataria que, nos mares da Somália, coloca em causa a liberdade de navegação, a segurança de navios, cargas e tripulações.

No Líbano e na região dos Balcãs, em contextos político-sociais muito complexos, continuamos a apoiar os esforços internacionais de paz.

Uma vez mais, a eficácia e a capacidade de adaptação do militar português têm-se revelado essenciais para o sucesso das missões, para a protecção das forças e para a segurança e bem-estar das populações locais.

Uma actividade militar porventura menos conhecida dos portugueses, mas que tem acumulado sucessos desde os anos 90, é a cooperação técnico-militar com os países africanos de língua oficial portuguesa e com Timor-Leste. Esta área da cooperação constituiu-se como um forte investimento de confiança, uma chave para a reaproximação a povos a que nos ligam singulares laços históricos de convivência e de amizade.

Os números não deixam dúvidas quanto à relevância da cooperação técnico-militar e do seu elevado rendimento em termos de custo e eficácia: ao longo dos últimos 20 anos, 5.721 quadros militares dos países de língua portuguesa foram formados em Portugal e 11.370 nos seus próprios países, com a participação de um total de 3.323 militares portugueses.

Saúdo o povo amigo e as Forças Armadas de Cabo-Verde, na pessoa do seu Primeiro-Ministro, que nos acompanha nesta cerimónia, país com o qual Portugal mantém as mais fraternas relações de cooperação.

As Forças Armadas não esgotam as suas capacidades em missões internacionais e em acções de cooperação no estrangeiro.

As ameaças e os riscos que possam afectar a segurança dos Portugueses, no exterior e no interior das nossas fronteiras, e o apoio às populações constituem o cerne do planeamento e da acção das nossas Forças Armadas.

A título de exemplo, sublinhe-se o pronto apoio às solicitações do Serviço de Protecção Civil, em missões de vigilância e de rescaldo de incêndios que permitem libertar mais bombeiros para as acções de maior complexidade no combate directo aos fogos, e as acções de apoio à salvaguarda da vida humana no mar.

No desastre que, em Fevereiro deste ano, se abateu sobre a ilha da Madeira, foram inexcedíveis a disponibilidade e a prontidão da resposta que os militares deram às solicitações que

Mensagem do General Chefe do Estado-Maior do Exército por ocasião das cerimónias comemorativas do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

O Comandante do Exército manifesta o seu orgulho e satisfação pela forma altamente profissional e competente como todos os militares e Forças de Exército participaram nas cerimónias comemorativas do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, realizadas na cidade de Faro, entre 5 e 12 de Junho. O Exército deixou bem patente as suas capacidades, em particular na cerimónia militar, exibindo valências diversificadas, com meios ligeiros, médios e pesados, com saltadores de grande altitude e elementos de Forças Especiais, numa inegável demonstração de força, disciplina e motivação, contribuindo desta forma, para o reforço da sua imagem institucional junto dos mais altos dignitários da Nação e para a sua afirmação junto da opinião pública nacional, evidenciando, em todas também, o relevante apoio administrativo-logístico e as actividades complementares que o Exército desenvolveu, no âmbito destas comemorações, nomeadamente a actuação das classes especiais de ginástica da academia militar e dos estabelecimentos militares de ensino, os concertos da orquestra ligeira e da banda do Exército, a exposição estática de diversos meios, actividades e capacidades, designadamente o *stand* de divulgação, a torre multiusos e a exposição fotográfica alusiva as Forças Nacionais Destacadas e a outras missões de interesse público. A eficiente coordenação destas actividades motivaram uma forte presença de público e o seu reconfortante aplauso e incentivo, resultando numa destacadíssima acção de divulgação junto da população e numa exemplar interacção com a sociedade civil. O Comandante do Exército reitera, assim, o seu enorme apreço pelo esforço e dedicação de todos quantos, pela sua participação ou apoio, contribuiram, com grande dignidade e elevação, para a demonstração de um Exército moderno, que mantém vivos os seus valores e tradições e que está à altura das solicitações que a Nação lhe exige.

lhes foram apresentadas.

Nas horas mais difíceis, os Portugueses sabem que podem contar com as Forças Armadas.

Militares,

A transformação nas Forças Armadas foi marcada, no último ano, pela criação do seu Comando Conjunto. Está em curso, agora, a sua implementação, da qual se espera que conduza à necessária agilização de procedimentos e a maior eficácia no seu emprego conjunto.

A excelência do ensino e da formação dos quadros das Forças Armadas, compreendendo uma sólida formação ética e comportamental, é uma prioridade a que a implementação da reforma do Ensino Superior Militar deverá permitir dar uma resposta adequada.

A reforma da Saúde Militar é uma exigência da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes e da manutenção de uma capacidade ajustada às necessidades operacionais de emprego e projecção de forças.

Em reconhecimento do papel das Forças Armadas na edificação de Portugal associei-as, desde o início do meu mandato, às cerimónias de celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

É com alegria que assistimos hoje a mais um passo no reencontro dos Portugueses com a sua História, ao integrarmos nesta cerimónia os antigos combatentes, a quem quero dirigir uma saudação especial.

Prestamos, assim, justa homenagem àqueles que, com denodada coragem e amor pátrio, tudo se dispuseram a dar por Portugal, incluindo a própria vida.

O país que ambicionamos não pode deixar de ser um país com memória e respeito profundo pelos que deram o melhor da sua vida ao serviço da Pátria e se sacrificaram nos mais variados teatros de operações.

O exemplo de vida dos nossos antigos combatentes e o reconhecimento que aqui lhes manifestamos devem ser fonte de inspiração e de motivação para todos nós.

Militares,

Exorto o vosso patriotismo, esclarecido e voluntário, para que continuem dispostos a lutar por Portugal, cumprindo as missões que vos são atribuídas como o têm feito até agora: com elevado sentido do dever, com profunda devoção e com a maior honra.

Obrigado.

Concluída a Cerimónia Militar, as altas entidades que assistiram ao desfile dirigiram-se para o Teatro das Figuras, local onde viria a realizar-se a Sessão Solene comemorativa do Dia de Portugal.

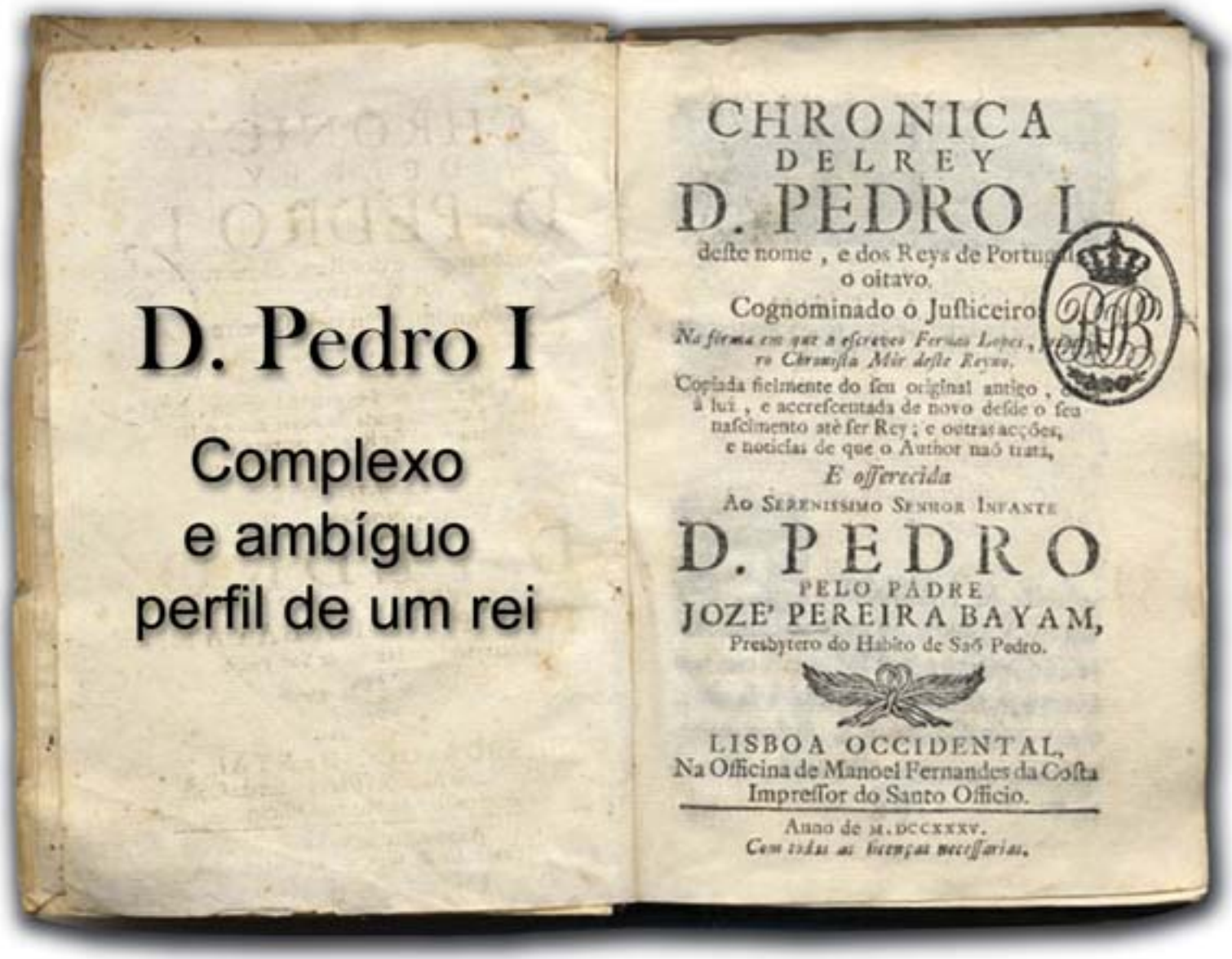
Entretanto, os Farenses continuaram em festa, o acordeão ditou o ritmo e os grupos folclóricos iam-no acompanhando… Faro continuava em festa.

Viva Portugal.ع

Dr.ª Ana Rita Carvalho

D. Pedro I

Complexo e ambíguo perfil de um rei


CHRONICA
DELREY
D. PEDRO I
deste nome, e dos Reys de Portug
o oitavo.
Cognominado o Justiceiro
Na forma em que a escreveo Fernão Lopes, Offi
ro Chronista Mór deste Reyno.
Copiada fielmente do seu original antigo,
à luz, e accrescentada de novo desde o seu
nascimento atè ser Rey; e outras acções,
e noticias de que o Author naõ trata,
E offerecida
Ao Serenissimo Senhor Infante
D. PEDRO
PELO PADRE
JOZE' PEREIRA BAYAM,
Presbytero do Habito de Saõ Pedro.
LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de Manoel Fernandes da Costa
Impressor do Santo Officio.
Anno de M.DCCXXXV.
Com todas as licenças necessarias.

http.purl.pt4221P1

Tais anos nunca houve em Portugal como estes que reinara El-Rei D. Pedro

Fernão Lopes, Crónica de El-Rei D. Pedro I,cap. 44

Não dispomos ainda, apesar dos progressos em Ciências Humanas e também nas chamadas Ciências ligadas à cognição, de mecanismos capazes de explicarem cabalmente a riqueza e a diversidade da mente humana, da psique individual e colectiva, de homens e de povos. De facto, ao longo da História vão surgindo, para o Bem e para o Mal, homens capazes de transformarem o mundo em que lhes foi dado nascerem. A sua existência no Tempo – contingência à qual nenhum ser humano pôde jamais subtrair-se – determinou, e muito, os seus comportamentos, crenças, convicções e, a partir deles, o modo como os seus contemporâneos e sucessores os olham e olharam.

D. Pedro I, nascido a 8 de Abril de 1320, em Coimbra, e falecido a 18 de Janeiro de 1367, em Estremoz, filho de D. Afonso IV e neto de D. Dinis, constitui um desses caracteres complexos e intrigantes, que a própria historiografia tem apresentado de forma controversa, ora diabolizando-o – de acordo, aliás, com um dos cognomes que lhe coube no juízo da História, como "o Cru" ou "o Cruel" – ora exaltando o seu apego à justiça, a igualdade na sua aplicação, independentemente de privilégios e de classes sociais, como ficou consagrado pelo seu outro cognome, "o justiceiro". Como é evidente, estes epítetos não são inocentes como o não são as diversas leituras do perfil e actuação deste rei,

Foto: arquivo *JE*

Príncipe e rei amado do Povo, D. Pedro é uma figura ímpar da nossa História e, se não foi dos mais notáveis, foi certamente um governante eficiente, um administrador competente e um sábio diplomata

ao longo do tempo e conforme o ideário político de historiadores, políticos e homens de cultura, em geral. Se recuarmos apenas um século, por exemplo os ideólogos da I República elogiaram nele o laicismo, visível na relativa independência que manteve em relação a Roma e ao poder da Igreja, e um anticlericalismo declarado, vendo nele um precursor da ideia de Estado laico, justamente uma das bandeiras da Primeira República. No período do Estado Novo, a sua figura não é propriamente enaltecida – basta observar os manuais escolares, onde ocupa um lugar bastante modesto quando comparado com o de outros monarcas, sendo sobretudo lembrado pela vingança do assassinato de Inês de Castro e a quebra da jura que fizera a seu pai, ainda assim ressaltando-se o seu sentido de justiça, as capacidades de bom administrador, zeloso das finanças públicas e o facto, indiscutível, de ser amado do Povo. Já numa certa ideologia "de esquerda" D. Pedro é quase visto como um democrata avant la lettre, defensor das causas dos povos contra o poder tirânico do clero e dos poderosos. Estranho, a nosso ver, é o facto de esta inquietante figura, sobre a qual paira uma aura de lenda e de mistério, tão fascinante quão paradoxal, estar hoje praticamente relegada ao esquecimento.

Vai sendo tempo de fazer justiça a D. Pedro, propósito do qual nos afastamos, nestas breves linhas, que pretendem tão-só traçar um pouco do seu perfil e actuação. O oitavo rei da nossa I dinastia é, de facto, uma figura inquietante e complexa, com um halo de heroísmo romântico e arrebatado, a tocar as raias da loucura, protagonista de uma história de amor que supera a lenda e o imaginário, não apenas nacional, e que incarna, de forma perfeita, um dos mitos do amor ocidental, o do "amor-além-da-morte", prefigurado no trágico episódio de Inês de Castro, imortalizado nas páginas inolvidáveis com que Camões o fixou, em *Os Lusíadas*, e igualmente cantado por poetas, prosadores e dramaturgos em toda a Europa. Mas é preciso não esquecer também a sua dimensão política e social – não por acaso é o Povo, numa larga maioria, quem apoia D. Pedro na brevíssima guerra civil travada contra seu pai após o assassinato de Inês, ocorrido a 7 de Janeiro de 1355. Também a outros níveis, como o simbólico ou dos valores, é preciso não esquecer a repercussão que este episódio trouxe ao sentir e à memória de um Povo afeito à guerra, imbuído de um espírito de Cruzada e ao mesmo tempo detentor de uma fina sensibilidade, tecida dos frágeis fios da memória e da Saudade. Aliás, é a faceta romântica (ou ultra-romântica, assumindo contornos de morbidez) a que perdurará na memória popular, até aos nossos dias, na alma portuguesa, na tão complexa relação entre amor e morte, em que a pulsão irresistível do eros lusitano sempre parece sobrepujar a inelutável força de *thanatos*, a morte.

A biografia de D. Pedro I ficará para sempre ligada à memória de Inês de Castro, no mais lírico sentido (ou seja, aquele precisamente que se liga a uma poesia e a uma poética da saudade que a imortaliza e se tem plasmado na historiografia e na mitologia nacionais) como a disposição dos seus túmulos, no Mosteiro de Alcobaça, também prefigura – colocados frente a frente para que os dois amantes possam contemplar-se no instante da ressurreição, cumprindo a profética esperança de "Até ao fim do Mundo", inscrita na pedra, ou seja, na memória. Mas convém, em nome do rigor histórico, situar

este rei no seu contexto de vida. Conforme salienta João Aguiar, que se dedicou à escrita de uma biografia de D. Pedro e tratou igualmente o tema Inês de Castro, na sua ficção, "A linda história de Inês, contada e aumentada por poetas e prosadores, escondeu a obra deste rei, que foi um dos melhores governantes que Portugal já teve."[1]

Intentemos, pois, esboçar um retrato tanto quanto possível objectivo do nosso rei D.Pedro I. É nosso propósito focalizarmos tão-somente algumas linhas da sua actuação política, apontando algumas eventuais curiosidades e deixando para já de lado a história do infortunado amor com Inês de Castro, tendo todavia consciência das consequências que acarretou para a nossa História. O que teria sucedido se após a morte de D. Fernando (filho de D. Pedro I e de sua segunda mulher, D. Constança – a primeira, infanta D. Branca, de Castela, fora repudiada) tivesse subido ao trono um dos filhos de D. Pedro e D. Inês – Afonso, Beatriz e Dinis – e não D. João I, o pai da "ínclita geração", também ele filho de D. Pedro e de uma dama galega de nome Teresa Lourenço? Não esqueçamos que a apoteose que rodeou a sua aclamação como "regedor e defensor do Reino" (descrita na crónica deste rei, também da autoria de Fernão Lopes), episódio apropriado por certa ideologia que viu nessa revolução popular da Idade Média uma "revolução democrática", foi, quanto a nós, o resultado de uma retórica política urdida com astúcia por João das Regras (um bacharel em leis, ambicioso e que rapidamente granjeou lugar de destaque junto do futuro rei) e mais alguns letrados, com um intento bem definido, bem mais prosaico do que a consabida retórica de um patriotismo e de uma "democraticidade" tem feito crer. Porém, deixemos por agora, a complexa trama destes acontecimentos, que englobam a transição conturbada da primeira para a segunda dinastia, para nos recentrarmos na figura e nos feitos de D. Pedro I.

Afigura-se hoje difícil elaborar uma biografia de D. Pedro assente no rigor de uma verdade científica, seja pela distanciação temporal e a escassez e fontes documentais fidedignas (a mais relevante das quais será a Crónica de Fernão Lopes), seja pela elaboração lendária que sobre os factos se foi tecendo. Se há figura sobre a qual se adensou o véu opaco da lenda – ainda que para lhe engrandecer os contornos de feição humana – foi na deste rei D. Pedro I, herói romântico antes do tempo. A este perfil correspondem, na ordem dos factos, a revolta contra seu pai D.Afonso IV pelo assassinato de Inês de Castro, o levantamento do Reino em armas e essa episódica guerra civil, e também, na ordem do imaginário mais do que do real, o episódio da coroação post mortem de Inês.

D Pedro I e D Ines - http.arquivodeviagens.wordpress.com.tif

A biografia de D. Pedro I ficará para sempre ligada à memória de Inês de Castro, no mais lírico sentido como a disposição dos seus túmulos, no Mosteiro de Alcobaça.

Mas não apenas a faceta exacerbadamente sentimental alimentou o imaginário nacional acerca deste rei. Com a mesma dose de excesso de propagou a fama de uma justiça levada à ponta de espada, de uma impetuosidade que hoje apercebemos como cruel ou mesmo mórbida.

Príncipe e rei amado do Povo, D. Pedro é uma figura ímpar da nossa História e, se não foi dos mais notáveis, foi certamente um governante eficiente, um administrador competente e um sábio diplomata. "Justiceiro", "Cru" ou "Cruel", por estes epítetos ficou conhecido entre o Povo, que o admirou pelo seu forte sentido de justiça que não distinguia nobres de plebeus e não poupou o clero. Relembre-se que o poder judicial estava, então, nas mãos do rei e o assumir da justiça como uma das

prioridades do seu governo correspondeu a uma preocupação de centralização do poder régio, aliás na senda da política dos seus antecessores.

Fernão Lopes, na sua Crónica de El-Rei D. Pedro, resumia lapidarmente os dez anos de governação deste rei como os melhores que até então houvera em Portugal e, de um modo geral, ressalta da sua crónica uma simpatia e uma valoração positiva deste rei. Diz-nosso cronista:

Este rei D. Pedro era muito gago. Foi sempre grande caçador e monteiro enquanto infante e depois de rei, trazendo grande casa de caçadores e de moços de monte e de aves e cães de todas as espécies para tais jogos. Era amigo de boa mesa, sem ser mais comedor que o normal, e as suas salas, e todos os lugares por onde andava, estavam à vista de todos, fartas de comidas em grande abastança.

Foi grande criador de fidalgos de linhagem. (…) Este rei acrescentou muito nas contias dos fidalgos, depois da morte de el-rei seu pai que, apesar de homem valente e cheio de muitas perfeições, era tachado de avarento e pouco generoso. El-rei D. Pedro, pelo contrário, dava alegremente (…). Era ainda de bom despacho aos que lhe requeriam bem e mercê (…) Gostava muito de fazer justiça com direito e, assim como quem faz correcção, andava pelo Reino (…)

A todos premiava os serviços que lhe fizessem, e não somente a ele, mas os que tinham feito a seu pai. (…)

Este rei D. Pedro, enquanto reinou, usou muito de justiça sem afeição, tendo tal igualdade em fazer direito que a nenhum perdoava falta que cometesse, mesmo por criação ou benquerença que tivesse com ele. E se dizem que é bem-aventurado rei aquele que por si investiga os males e violências feitas aos pobres, bem devemos contar este entre esses tais, porque gostava de os ouvir e de lhes fazer direito. De forma que todos viviam em paz.

Crónica de El Rei D. Pedro, in Saraiva, António José, As Crónicas e Fernão Lopes, Seleccionadas e transpostas e português moderno, 4.ª edição, Lisboa, Gradiva, pp.35-37.

Nos nossos dias, a historiografia e também a literatura têm tratado de modos muito diversos a figura deste rei. Vejamos, em brevíssimos exemplos, as imagens que acerca de D. Pedro são construídas por alguns historiadores. João Aguiar, por exemplo, considera-o, como atrás citámos, "um dos melhores governantes que Portugal já teve", afirmando que "não podemos nem devemos deixar que se mantenha em esquecimento, na memória dos portugueses, o que o país ficou a dever a este rei, ainda que boa parte da sua obra fosse depois destruída pelo seu filho e sucessor, D. Fernando I" (op. cit.p.47). Este historiador salienta as qualidades de D. Pedro I, nos domínios da administração, das finanças públicas, da justiça, mormente no respeitante à celeridade e eficácia da sua aplicação, bem como à constituição de um corpo de normas processuais uniformes, à diplomacia e à política externa, entre outros.

Já um historiador consagrado como A. H. Oliveira Marques, parece anular, de certa forma, a individualidade própria deste rei, reservando-lhe um modesto lugar na sua *História de Portugal* e retendo dele os "excessos" comportamentais, ora integrando-os e compreendendo-os, bem como às suas medidas sociais, jurídicas e políticas, num contexto epocal algo difuso, ora encarando-os como fruto de mero capricho pessoal. No dizer deste historiador, "[D. Pedro] mostrou-se uma figura típica dos fins da Idade Média, meio louco e depravado em moral, preocupadíssimo com a administração da justiça, em íntimo contacto com o povo, que o adorava apesar dos seus actos de crueldade e loucura."[2]

Estes juízos negativos acerca do rei têm sido uma constante na nossa historiografia. Alexandre Herculano escreveu que "D. Pedro foi um doido com intervalos lúcidos" (*apud* João Aguiar, op. cit., p.48). No mesmo quadrante se situou Júlio Dantas, médico, ach[ando]-se no direito de fazer um diagnóstico terrível que desembocava na epilepsia" (*idem*).

Diferente posição assume o Professor José Mattoso, já em finais do séc. XX, descrevendo El-Rei D. Pedro como "um homem maduro, experiente e conhecedor do País inteiro"[3]. O historiador interpreta e contextualiza a quase obsessão de D. Pedro pela justiça. Nas suas palavras, "Fernão Lopes, que dele fala pensando-o avô da dinastia a que serve, não regateia louvores: alegre, magnânime, liberal, justo, popular e cavalheiro." (*idem*,p.488). De outro ângulo de visão procura interpretar a relação da historiografia moderna com esta complexa figura:

Os historiadores modernos têm visto D. Pedro I com outros olhos e outros critérios. Um homem agressivo. De uma agressividade constitucional, patológica. A qual foi canalizada e cumprida nessa função prioritária dos reis: exercer a justiça. Só que D. Pedro confundiu o exercício da justiça com a execução da mesma nos incriminados. (…)

Chamaram-lhe o Cru ou Cruel – e foi. Mas foi-o castigando crimes, os mais variados, nas mais variadas pessoas, "democraticamente". Por conseguinte chamaram-lhe o Justiceiro – e realmente

foi-o também. (op. cit.p.485)

De facto, torna-se necessário, em nome do rigor histórico, contextualizar os factos e as figuras, sob pena de se fazerem leituras anacrónicas e, portanto, erradas. Certamente que o conceito de "Justiça" medieval difere radicalmente daquele que conhecemos e segundo o qual actuamos, começando pela questão dos direitos humanos que, como é óbvio, nem sequer se colocava. Podendo, de facto, parecer-nos que este monarca foi excessiva ou doentiamente zeloso no cumprimento da justiça, tem de ponderar-se, primeiramente, que esse poder, centrado na figura régia, se exerce de acordo com códigos – judiciais e políticos (e saliente-se também a não separação entre estes dois poderes) – que legitimam plenamente as suas acções, sobretudo quando (caso raríssimo naquele tempo) a aplicação da lei se exerce uniformemente. A justiça encontra-se, pois, nas mãos do rei, que a exerce a par do poder político, do exercício da autoridade, do conduzir da governação do reino que impende sobre si, legitimando a sua existência como tal. Conforme salienta José Mattoso:

O povo preferia um rei sádico e cego na aplicação uniforme da lei, suportando-lhe excessos pontuais, a um outro qualquer contemporizador e parcial. Isso ensina-nos que a ordem assentava no medo (…); que o rigor penal, inverso ao estatuto social, era sentido como escândalo; que o poder político, identificado com o poder de coerção, era tido como indispensável; e que o rei era desejado como autoridade e força dissuasora supremas (…) a psicologia histórica que ajuda o historiador não é prioritariamente a individual mas social, colectiva. (op. cit., p. 488)

O que podemos depreender das palavras do historiador é que é a imagem colectiva que fixa o perfil mais exacto deste rei amado do povo - mais do que os juízos individuais e distanciados formulados por alguns estudiosos – é a voz dos seus contemporâneos que melhor traduzirá, na mentalidade da época e na apreciação e futuro "julgamento" que sobre ele é feito. Numa época de profunda estratificação social é, pelo menos, inovador o sentido e a forma de aplicação de uma justiça uniforme que atravessa os estratos sociais. Mas é também um pensamento político que se evidencia e que procura reafirmar, na acção, os poderes conferidos ao rei, que ousa desafiar o poder de Roma, numa lógica de vincado patriotismo e de afirmação da independência e da soberania nacionais.

Integrando o modo de entendimento e da prática da justiça no contexto da época de D. Pedro, escreve

Roque Gameiro, *Quadros da História de Portugal*

A prioridade conferida à justiça e a actuação deste rei são possíveis após uma fase de estabilização do território e da celebração a Paz com Castela, que se seguiu à Batalha do Salado (1340)

José Mattoso: "parece que na óptica dos contemporâneos e das gerações subsequentes a crueza de D. Pedro I foi o modo exacto de ser rei nesse tempo concreto, pouco importando humaníssimos discursos nossos contemporâneos a esse sentir – que fazer história não é pregar moralismos intemporais nem sentenciar sobre mortos."(*idem*). Se a acção deste rei se coadunou com o "modo exacto de ser rei" nesses tempos, diríamos que a justiça foi prioridade da sua governação e que a sua implementação se operava em simultâneo com a consolidação do poder régio e com um certo equilíbrio social. Também o historiador José Hermano Saraiva esclarece que a justiça abarca "nessa época, muitas vezes, a acepção de ordem social, equilíbrio entre grandes e pequenos"[4] , um sentido que quadra bem à forma de a entender e de a exercer durante o reinado de D. Pedro, colocando-se a tónica num sentido de transversalidade. A prioridade conferida à justiça no contexto da centralização do poder monárquico, que marcou

esse período da Idade Média, e a actuação deste rei, em particular, são possíveis após uma fase de estabilização do território e da celebração a Paz com Castela, que se seguiu à Batalha do Salado (1340) ocorrida ainda no reinado de seu pai D. Afonso IV.

Quando D. Pedro I sobe ao trono, em 1357, vai encontrar um reino em estado de paz, a qual se prolongará durante os dez anos de reinado, até à sua morte, em 1367. Não deixou, porém, de assumir um papel activo na manutenção desse estado, num reinado que o historiador A.H. Oliveira Marques qualificou como de um "interlúdio de paz", quebrado por seu filho e herdeiro ao trono D. Fernando. Com efeito, este malogrado rei acerca do qual Camões teceu o seu implacável juízo de que "um fraco rei faz fraca a forte gente", deitando por terra a política e o sábio exercício diplomático de seu pai, viria a envolver-se em querelas internas do reino vizinho, aliando-se a Aragão e ao reino muçulmano de Granada e mergulhando Portugal em guerras desastrosas (em 1369-71, 1372-73 e 1381-82), integradas na Guerra dos Cem Anos, conflitos dos quais saiu sempre derrotado. Pelo contrário, D. Pedro pugnou pela Paz, no âmbito da política externa e da diplomacia. Assim, embora estabelecesse aliança com seu sobrinho, o rei D. Pedro I de Castela, que se encontrava em guerra com Aragão, acabaria anos mais tarde, por se tornar neutral, por ser essa a solução mais favorável para o Reino, ao prever a vitória do rival daquele rei, Henrique de Trastâmara. Deste modo, o único episódio bélico em que se envolveu, e ao seu Povo, foi, conforme referido, a curta guerra civil desencadeada na decorrência do episódio Inês de Castro, na qual é significativo ter mobilizado em força as classes populares, que se colocaram ao lado do seu futuro soberano, tendo por móbil aquela "justiça" de que foi o arauto.

Ao nível diplomático e, nomeadamente na relação com Castela, a acção de D. Pedro foi sabiamente conduzida e adequadamente multifacetada. Exemplo disso é o facto de ao mesmo tempo que celebrava aliança com Pedro I de Castela, em 1358, enviando-lhe forças navais, manter contactos secretos com o rei de Aragão, oferecendo-se como mediador para uma solução de paz. Assim, embora o conflito se tenha prolongado depois de Portugal passar à neutralidade, em 1363, mercê dessa posição neutral o rei poupou Portugal a uma guerra. Nesse clima de paz consolidou-se a segurança interna e externa do reino, propiciando a concentração de poderes na figura régia e a atenção votada à administração da justiça. Um outro domínio em que D. Pedro se revelou um monarca sensato e zeloso do bem público foi o das finanças, no qual se revelou imparcial e eficiente, conseguindo amealhar dinheiro para o tesouro da Coroa, sem aumentar os impostos, e praticando uma contabilidade rigorosa, ao conter as despesas e arrecadar os excedentes. Lembremos que a eficácia da gestão e da economia andava nesses tempos também estritamente ligada ao fortalecimento do poder do rei e mesmo ao garante da defesa do reino em caso de guerra. Fernão Lopes relata na sua crónica que D. Pedro I "somente no seu tesouro de Lisboa podia cada ano pôr na torre do castelo até quinze mil dobras" e que informado por seu privado acerca dos seus direito e despesas,

ordenou logo que se pusesse cada ano em ouro e prata e moedas tudo o que sobejasse das suas rendas nos lugares onde os reis costumavam pôr o seu haver, por isso que, dizia el-rei, não fazia pouco quem guardava o tesouro que lhe ficava de outrem e se matinha dos direitos que havia do seu reino, sem fazer agravo ao povo nem lhe tomar do seu cousa alguma.

E assim o fez ele, que dos tesouros que achou nunca despendeu nada, e ficaram todos por sua morte a el-rei D. Fernando seu filho, que depois os gastou como lhe aprouve[5]

No campo social, D. Pedro soube igualmente refrear os ímpetos de poder, por parte da Nobreza e do Clero, ao mesmo tempo que conseguiu conquistar o apoio da Nobreza, em diversos momentos. Quanto ao clero - sobretudo o alto clero – soube refrear os seus abusos ao nível da posse e usurpação de bens e da interferência no domínio das leis, fortalecendo o poder do Estado sobre os poderes temporais da Igreja numa linha política que vinha sendo seguida desde o seu antepassado D. Afonso III e que tinha por base o primado do Direito Romano sobre o Direito Canónico.

A repercussão prática mais visível desta filosofia política consubstanciou-se, durante o reinado de D. Pedro I, através de uma das medidas legislativas de maior impacto que tomou – o Beneplácito Régio, de 1361. Este documento consagrou o direito e a obrigatoriedade de o soberano português tomar conhecimento de todos os documentos papais que legislassem sobre a política nacional. Significava que nenhuma determinação eclesiástica aplicada à vida civil poderia vigorar sem a chancela do monarca. Nada mais moderno, já que na prática representava já um princípio de separação entre o Estado e a Igreja. Aliás, o Beneplácito e os seus efeitos permanecerão pelos reinados seguintes, mau grado as reacções do alto clero, que protesta nas cortes de 1361. D. João I proclama-o em vigor já em 1427, nas Cortes de Santarém, vindo apenas a ser revogado, por breve período, no reinado de D. Afonso V. Se

se assiste a um reforço do poder nas mãos do rei também começa a afirmar-se – ainda que fosse historicamente muito cedo para tal ocorrer – um princípio de Estado laico.

Um aspecto importante na administração da justiça é o facto de se basear numa autêntica reforma legislativa assente em princípios de igualdade e de celeridade, no combate à corrupção e na economia de meios. Nesse sentido é fixado um corpo de "normas processuais de chancelaria" que, como esclarece João Aguiar, "formam um sistema de grande eficiência prática que previa mesmo as ocasiões em que o rei estivesse ausente na caça durante mais de quatro dias, caso em que o chanceler devia enviar um mensageiro aonde quer que ele se encontrasse, com a lista dos processos e um relatório sobre cada um, para que o desembargo não sofresse interrupções." (op. Cit.p. 51).

A justiça será, de facto, um pilar central na política de D. Pedro I e a obsessão pelo seu exercício um leitmotiv da sua actuação, por vezes com contornos caricatos. As suas consequências perdurarão na memória e no imaginário e um povo que retém deste rei a imagem de um ser sádico que se comprazia em assistir às execuções que ele próprio ordenava e cujo episódio mais célebre foi o castigo dos assassinos de Inês - a um foi arrancado o coração pelo peito, ao outro pelas costas, como nos relata o cronista. Mas muitos outros exemplos poderiam ser aduzidos. A título de curiosidade vejam-se alguns episódios marcados por uma dureza de ânimo própria daqueles tempos.

Alguns casos de "rigorosas justiças"

O bispo do Porto

Entre os casos mais noticiados da impiedosa justiça do rei D. Pedro, conta-se o de um bispo do Porto a quem o rei quis pessoalmente fazer justiça por dormir com uma mulher casada, cujo episódio veio a dar origem à lenda do bispo negro. Contanos Fernão Lopes no capítulo VII da sua crónica:

Como el-rei quisera meter um bispo a tormento porque dormia com uma mulher casada

(…)

Foi certo – e não ponhais nisso dúvida – que el-rei, partindo de Entre Douro e Minho para ir à cidade do Porto, foi informado de que o bispo desse lugar, que então tinha grade fama de fazenda e honra, dormia com uma mulher de um cidadão dos bons que havia na dita cidade, e que este não se atrevia a protestar com medo de ameaças de morte que o bispo lhe faia.

El-rei, quando isto ouviu, querendo saber como era, não via o dia em que estaria com ele, para lho perguntar. E logo sem demora, depois que chegou ao lugar e comeu, mandou dizer ao bispo que fosse ao paço, que precisava dele para cousas do seu serviço. Antes que chegasse o bispo, falou com os seus porteiros para que, depois que ele entrasse na câmara, pusessem toda a gente fora do paço (…)

O bispo, quando veio, entrou na sala onde estava el-rei, e os porteiros fizeram sair todos os

D. Pedro castiga o Bispo do Porto.

Roque Gameiro, *Quadros da História de Portugal*

seus, de maneia que o paço ficou deserto. El-rei, logo que se viu a sós com o bispo, desvestiu-se e ficou só com uma saia de escarlata. Por sua mão tirou ao bispo todas as suas vestes e começou a intimar-lhe que lhe confessasse a verdade naquele malefício de que era culpado. E dizendo isto tinha na mão um grande açoite para lhe bater.

Os criados do bispo, quando ao princípio viram que os punham fora, assi como os outros todos e que ninguém se atrevia a ir lá, sabendo o que o bispo fazia, e juntando a isto a condição de el-rei e a maneira que em tais casos tinha, logo suspeitaram que el-rei lhe queria jogar algum mau jogo. E foram-se à pressa ao conde velho, e ao mestre de Cristo, D. Nuno Freire, e a outros privados do seu Conselho, para que acudissem sem demora ao bispo.

Vieram eles imediatamente a el-rei, mas não ousariam entrar na sala, pela defesa que este pusera, se não fosse Gonçalo Vasques de Góis, seu escrivão da puridade, que disse que queria entrar para lhe mostrar cartas que tinham chegado de el-rei de Castela com grande pressa. Por tal azo e fingimento conseguiram entrada e acharam el-rei com o bispo em razões, da maneira que dissemos. Como não lho podiam já tirar das mãos começaram a dizer que fosse sua mercê não pôr a mão nele, porque com isso, não lhe guardando sua jurisdição, irritaria o Papa (…)

Com estas e outras tais razões arrefeceu em el-rei a sua brava sanha e o bispo se partiu de ante ele com semblante triste e turvado coração.[6]

O escudeiro a quem el-rei mandou capar

Como el-rei mandou capar um seu escudeiro porque dormia com uma mulher casada

Era ainda el-rei D. Pedro muito cioso, tanto das mulheres da sua casa como das dos seus funcionários e das outras todas do povo. E fazia grandes justiças em quaisquer que dormiam com mulheres casadas ou virgens e também com freiras.

Aconteceu que havia em sua casa um corregedor da corte chamado Lourenço Gonçalves, homem de bom entendimento e razão (…). Este corregedor mantinha com muita dignidade a sua casa e estado (…) Sua mulher chamava-se Catarina Tosse, briosa, louça e muito elegante, de graciosas prendas e de boa sociedade.

Nessa ocasião vivia com ele um bom escudeiro (…). Chamava-se Afonso Madeira, e pelas suas qualidades el-rei amava-o muito e fazia-lhe generosas mercês.

Este escudeiro veio a enamorar-se de Catarina Tosse, e, calculando mal os perigos que daí lhe podiam vir, tão ardentemente se lançou a querer-lhe bem que não podia perder dela vista e desejo (…)

Afonso Madeira tocava e cantava, fora a sua elegância e boas prendas já contadas, de maneira que , por azo de tal aproximação, com longa afeição e falas amiúde se gerou entre ele e Catarina Tosse tal fruto que veio ele à consumação dos seus prolongados desejos.

E como semelhante feito não é do género das cousas que muito se encobrem, houve el-rei de saber todo o seu negócio e não teve disso menos sentimento do que se ela fosse sua mulher ou filha. E como quer que o rei muito amasse o escudeiro (…) mandou-o tomar na sua câmara e cortar-lhe aqueles membros que os homens em maior apreço têm. (op. Cit.,pp.40-42)

Como el-rei mandou queimar a mulher de Afonso André e de outras justiças que mandou fazer

Quem ouviu semelhante justiça como a que el-rei fez da mulher de Afonso André, considerado mercador, morador em Lisboa?

Andava ele justando[7] *na Rua Nova (…). El-rei estava presente e, havendo informação certa de que sua mulher lhe fazia maldade, entendeu que então era tempo de a achar e tomar em tal obra. Por espias, muito escondidamente, foi ela tomada no de que a culpavam e o rei mandou-a queimar, e degolar o amigo.*

O marido, que continuava na justa, soube disto quando acabou e foi a el-rei para se queixar do que ele fizera. El-rei, logo que o viu, antes que ele lhe falasse pediu-lhe alvíssaras pelo que lhe mandara fazer, dizendo que já o tinha vingado da aleivosa de sua mulher e do homem que lhe punha os cornos.(op.cit.,p.42)

Idênticos casos de "rigorosas justiças" se encontram relatados na Crónica de Fernão Lopes, como no passo em que narra como el-rei mandou degolar dois criados seus por terem roubado e matado um judeu ou aquele em que conta como uma mulher casada, de nome Maria Roussada, "violentada por seu marido antes do casamento" (op. Cit.,p.42) vira, juntamente com seus filhos, o esposo ser levado à forca como castigo do "crime" cometido antes do casamento.

Porém, o mais célebre episódio ilustrador da justiça de el-rei D. Pedro e que certamente muito contribuiu para a atribuição do seu cognome foi o da vingança do assassínio de Inês de Castro,

narrado nos capítulos XXXII e XXXIII da Crónica. Diz-nos Fernão Lopes, traçando um enquadramento onde cabem juízos de valor mais universais como é próprio do seu estilo de escrita:

(…) na morte de D. Inês, que el-rei D. Afonso, pai de el-rei D. Pedro de Portugal, então infante, mandou matar em Coimbra, foram muito culpados pelo infante Diego Lopes Pacheco e Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, seu meirinho-mor. (…) depois de tudo isto ficou el-rei em concórdia com o infante seu filho, e perdoou o infante a estes e a outros de quem suspeitava, ao mesmo tempo que perdoou el-rei aos do infante toda a queixa que deles tinha. Sobre isto fizeram-se grandes juramentos e promessas (…) e enquanto el-rei D. Afonso viveu, viviam com esta segurança Diego Lopes e os outros no Reino.

(…)

Mas, depois que reinou o infante D. Pedro, deu sentença de traição contra eles (…)

Semelhantemente fugiram de Castela nesta ocasião, com medo de el-rei que os mandava matar, D. Pedro Nunes de Guzman, adiantado-mor da terra de Leão, e Mem Rodrigues Tenório e Fernão Godiel de Toledo e Fernão Sanchez Calderón , e viviam todos em Portugal, na mercê de el-rei D. Pedro. Criam, tanto os Portugueses como os Castelhanos, que não receberiam dano porque uma justificada fé lhes dera confiante acoitamento nas fraldas da segurança. Mas os reis, não a guardando, fizeram caladamente entre si um acordo pelo qual el-rei de Portugal entregava presos a el-rei de Castela os fidalgos que aqui viviam e aquele outrossim lhe entregava Diego Lopes Pacheco e os outros dois que em Castela andavam. (…)

(…)

Feito aquele pacto desta maneira, foram em Portugal presos os fidalgos que dissemos, e naquele dia em que o recado de el-rei de Castela para serem presos Diego Lopes e os outros chegou ao lugar onde eles estavam, aconteceu que de manhã, muito cedo, fora Diego Lopes à caça dos perdigões, pelo que, quando o foram buscar, depois de presos Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, não o acharam. (…)

(…)

A Portugal foram trazidos Álvaro Gonçalves e Pero Coelho. Chegaram a Santarém, onde estava el-rei D. Pedro, e este, com prazer da sua vinda, embora irritado porque Diego Lopes fugira, saiu fora a recebê-los. E sanha cruel sem piedade lhos fez por sua mão meter a tormento, querendo que lhe confessassem quem participara na morte de D. Inês (…). Nenhum deles respondeu a tais perguntas cousa que agradasse a el-rei, e dizem que ele, ressentido, deu um açoite no rosto a Pero Coelho. Este soltou-se então em desonestas e feias palavras contra el-rei, chamando-lhe traidor, perjuro, algoz e carniceiro de homens. El-rei, dizendo que lhe trouxessem cebola e vinagre para o coelho, enfadou-se deles e mandou-os matar.

A maneira da morte deles dita pelo miúdo seria muito estranha e crua de contar, porque a Pero Coelho mandou arrancar o coração pelo peito, e a Álvaro Gonçalves pelas espáduas. E tudo o que se passou seria cousa dolorosa de ouvir. Finalmente el-rei mandou-os queimar. E tudo foi feito diante dos paços onde ele estava, de maneira que, enquanto comia, olhava o que mandava fazer.(op. Cit.,pp. 48-52)

Súplica - Columbano Bordalo Pinheiro - Wikimedia Commons

O mais célebre episódio ilustrador da justiça de el-rei D. Pedro e que certamente muito contribuiu para a atribuição do seu cognome foi o da vingança do assassínio de Inês de Castro.

Em suma, tendo em conta a diversidade da "matéria dos crimes", duas características marcam o entendimento e os modos do exercício da justiça por parte do rei – uma dureza implacável e que percebemos como doentiamente excessiva, mesmo para aqueles tempos, e a universalidade da sua aplicação. Sobre este aspecto tece Fernão Lopes algumas considerações que são reveladoras não apenas da sua sensibilidade e sentido crítico como parecem traduzir o entendimento do povo e suscitar na inteligência crítica de Fernão Lopes alguma reflexão filosófica:

E assim se pode dizer deste rei D. Pedro que não saíram certos no seu tempo os ditos de Sólon, filósofo, e outros alguns: que as leis e a justiça eram

como a teia da aranha, em que os mosquitos pequenos, caindo, ficam presos e morrem, e as moscas grandes e mais rijas a rompem e se escapam; querendo com isso dizer que as leis e a justiça só se cumprem nos pobres, mas não nos grandes, que têm ajuda para as romper e escapar. El-Rei D. Pedro era muito pelo contrário (…) (op. Cit.,p.43)

Vingativo ou virtuoso, cruel e cismático ou liberal e magnânime, D. Pedro I oscilará pelos séculos nos juízos da História como monarca merecedor (ou não) de figurar na galeria dos seus maiores. Indesmentível é, todavia, o seu carácter contraditório, os excessos da sua actuação, sentidos já mesmo pelos seus contemporâneos, que, em última instância, são compatíveis com uma lógica de coerência absoluta, sem permitir desvios ou atenuantes. Mau-grado estes excessos, a sua governação salda-se por uma grande estabilidade e prosperidade, pela implementação da justiça, na afirmação do primado do Direito Romano contra o Direito Canónico e os abusos da clerezia, pela defesa intransigente de um sentido de igualdade - naturalmente referenciado a uma sociedade profundamente estratificada – pela afirmação da soberania e da defesa nacional, pela promoção da Paz e da coesão social. Não são estes, afinal – e salvas as naturais discrepâncias ditadas pelo Tempo e pela transformação dos valores - alguns dos princípios basilares que enformam ainda hoje o ideário ocidental do Estado?

---

[1] João Aguiar, *Super Portugueses*, «D. Pedro I (1320-1367) – Um grande rei escondido», Lisboa, Bertrand, 2009, p.47.

[2] A.H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. I , 6.ª edição, Palas Editores, Lisboa, 1976, p. 178.

[3] José Mattoso (Dir.) , *História de Portugal*, segundo volume – A Monarquia Feudal (1096-1480), Lisboa, Círculo de Leitores, p. 488.

[4] José Hermano Sarava, História Concisa de Portugal, Publicações Europa-América, p.76.

[5] In António José Saraiva, op. Cit., pp. 45-46.

[6] Apud António José Saraiva, *As Crónicas de Fernão Lopes, Seleccionadas e transpostas em português moderno*, 4.ª ed. Lisboa, Gradiva, pp. 39-40.

[7] Justar: jogar à justa, espécie de torneio. Nota do editor.

Pedro Soares Branco *

O Chapéu-capacete de 1913

A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, levou à necessidade de reformar os uniformes militares usados durante a Monarquia. A primeira medida tomada nesse sentido foi obviamente a proibição do uso de coroas reais, decretada logo no dia 8 de Outubro do mesmo ano. Embora em algumas coberturas de cabeça a coroa pudesse ser removida sem complicações de maior, no caso dos capacetes esta disposição obrigava ao corte das coroas que encimavam as chapas frontais. Apesar de existirem vestígios desta prática, a maioria dos exemplares que sobreviveram até aos nossos dias conservam as suas chapas intactas, sugerindo que o capacete foi escassamente utilizado durante o início da República.

Um novo plano de uniformes foi finalmente aprovado por decreto de 7 de Agosto de 1911, publicado na Ordem do Exército n.º 16, de 9 de Agosto do mesmo ano. Este plano incluía, em substituição dos antigos capacetes, uma nova cobertura, oficialmente designada como "chapéu". Segundo o referido decreto (figura 1), o chapéu do modelo

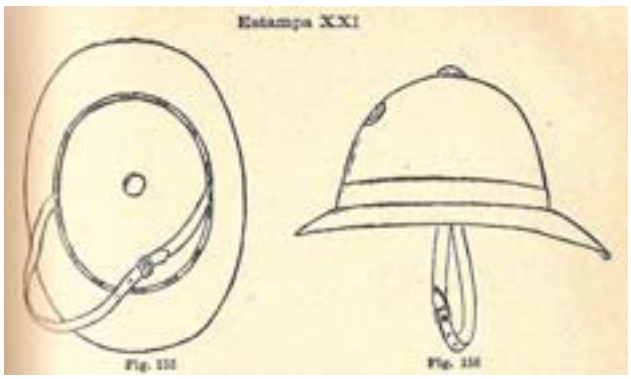


Figura 1: ilustração do plano de uniformes de 1911, representando o "chapéu". (Colecção particular)

de 1911 era de feltro gomado, cinzento, tendo exteriormente, junto à aba e em volta da copa, uma tira do mesmo feltro, com 0,03^{m} de largura. Na frente tinha o laço com as cores nacionais em forma de rodela com 0,04^{m} de diâmetro, ficando o centro distanciado 0,06^{m} da orla superior da tira de feltro. A aba tinha uma inclinação de 30º graus, a largura de 0,05^{m} na frente, de 0,06^{m} na retaguarda e de 0,03^{m} em cada lado e a altura do chapéu era de 0,12^{m}. Interiormente, junto à aba, tinha rodelas de cortiça com 0,15^{m} de diâmetro e sobre estas apresentava uma tira de carneira com 0,50^{m} de largura. Superior e exteriormente tinha um ventilador, em forma de botão, coberto do mesmo feltro, com 0,35^{m} de diâmetro, com oito orifícios de 0,005^{m}. Nos chapéus dos oficiais, o laço nacional era de seda. Os oficiais generais usavam uma estrela de prata e os restantes oficiais emblemas ou números de metal dourado. Os sargentos e praças usavam laço nacional de couro pintado e emblemas ou números de metal amarelo. Todos os números ou emblemas eram colocados no centro do laço.

Infelizmente não se conhece, actualmente, qualquer exemplar original deste chapéu. No espólio do meu querido e saudoso Mestre Alberto Cutileiro existia (e ainda existe) um laço nacional de 1911, com o respectivo número. Ainda miúdo, perguntei-lhe pela proveniência deste objecto; respondeu-me que o retirara dum chapéu original, mas que este estava tão deteriorado que o deitara para o lixo...

Os poucos exemplares que se conhecem são versões destinadas a oficiais, convertidos para uso posterior (figura 2). São constituídos por uma estrutura de pano gomado revestida a feltro (indo, nesse aspecto, contra o regulamento) e apresentam o interior da copa forrado a seda. É possível que os chapéus dos sargentos e sobretudo das praças tivessem um fabrico regulamentar, em feltro gomado e é muito provável que não tivessem forro.

Figura 2: à esquerda encontra-se um chapéu do modelo de 1911, convertido num chapéu-capacete semi-regulamentar do modelo de 1913 para oficial do Regimento de Infantaria n.º 21. A conversão traduziu-se na adaptação da cimeira de "espigão" e da colocação do laço nacional e dos números e emblema (infelizmente danificado) do modelo de 1913. À direita encontra-se um chapéu-capacete do modelo regulamentar de 1913, para oficial de administração militar, com laço de couro regulamentar e emblema de metal oxidado. (Colecção particular)

Dispendioso e difícil de implementar, o plano de 1911 foi profundamente modificado por decreto publicado na Ordem do Exército n.º 15 de 23 de Agosto de 1913. Uma dessas modificações dizia respeito ao chapéu do modelo de 1911, que foi substituído por uma nova cobertura, oficialmente designada como "chapéu-capacete". Segundo o referido decreto (figura 3), o chapéu-capacete do modelo de 1913 era de feltro, em mescla cinzenta, gomado. A cimeira era de cobre

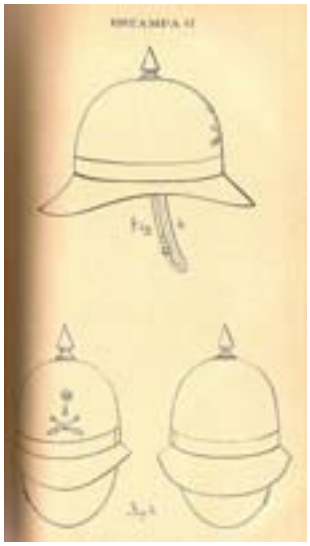


Figura 3: ilustração do plano de uniformes de 1913, representando o "chapéu-capacete", com a respectiva cimeira de espigão. (Colecção particular)

Figura 4: chapéu-capacete do modelo de 1913, para aluno da Escola de Guerra, com laço nacional em metal pintado e emblema da Escola de Guerra em metal oxidado.

oxidado e roscada no ventilador. Na frente tinha o laço nacional de couro envernizado a vermelho e verde, ficando esta última cor ao centro. Os oficiais generais continuaram a usar uma estrela de prata e os restantes oficiais, bem como os alunos da Escola de Guerra, passaram a usar números ou emblemas de metal oxidado (figura 4). Os sargentos e praças não usavam quaisquer números ou emblemas no chapéu-capacete. Quando o seu uso estava determinado, os números ou emblemas eram colocados sob o laço nacional.

Ao contrário do chapéu do modelo de 1911, cujas versões para oficiais poderão ter sido produzidas por diversas firmas de artigos militares, o chapéu-capacete do modelo de 1913 parece ter sido produzido por dois únicos fabricantes: uma firma portuguesa, a "Costa Braga & Filhos", sediada no Porto e uma outra firma não identificada. Todos os exemplares conhecidos da firma portuense são versões para sargento ou praça e caracterizam-se pelo seu feltro espesso e de aspecto grosseiro (figura 5). Apresentam uma tira de carneira de cor preta, no qual se encontra impressa a marca do fabricante e na qual se colava uma pequena etiqueta de papel indicando o tamanho. Outros exemplares, destinados a oficiais e alunos da Escola de Guerra, são confeccionados em feltro mais fino e de melhor qualidade. Nestes, a tira de carneira é mais elaborada, de cor castanha e com as palavras "Best London" e "Extra Light" gravadas a ouro (figura 6). Embora seja possível que estes exemplares tenham sido fabricados em Inglaterra, não se pode excluir uma origem nacional, uma vez que a língua francesa ou inglesa, bem como a menção a Paris ou a Londres era (e ainda é) frequentemente utilizada pelos fabricantes portugueses para "abrilhantar" os seus produtos.

Figura 5: interior dum chapéu-capacete do modelo de 1913 fabricado pela firma portuense "Costa Braga & Filhos".

Figura 6: interior do chapéu-capacete do modelo de 1913 para aluno da Escola de Guerra, no qual se pode ver, para além da evidente qualidade de fabrico da tira de carneira e a sua gravação a ouro.

A análise da iconografia da época, conjugada com a observação dos exemplares sobreviventes, permite conhecer de forma razoável as características do chapéu-capacete do modelo de 1913. Em relação à cimeira, é indiscutível a existência de duas versões diferentes. De facto, para além da cimeira de "espigão" regulamentar, existia outra cimeira, também de metal oxidado mas em forma de calote. Esta cimeira, que não é referida no plano de uniformes de 1913, foi usada em algumas manobras e por diversas unidades em campanha (figuras 7 e 8). É possível que o chapéu-capacete

Figura 7: cimeiras para chapéu-capacete do modelo de 1913. À esquerda, a cimeira de "espigão" regulamentar. À direita, a calote para uso em exercícios e em campanha. Ambas eram aplicadas sobre a cobertura por meio dum parafuso.(Colecção particular)

Figura 8: pormenor do chapéu-capacete do modelo de 1913. O ventilador apresentava um dispositivo roscado, que permitia fixar a cimeira apropriada.

Figura 9: oficiais do Batalhão de Infantaria de Marinha, fotografados em Moçâmedes em 1914. Os chapéus-capacete ostentam uma âncora sobre uma grinalda. Os sargentos e praças usavam apenas uma âncora, como se pode ver num exemplar original conservado no Museu da Marinha, em Lisboa. (Colecção particular)

Figura 11: chapéu-capacete do modelo de 1913, para sargento ou praça. A ausência de números ou emblemas está de acordo com o plano de uniformes de 1913. A tira de feltro que rodeava a base da copa encontra-se ausente, deixando ver as peças metálicas por meio das quais se fixava o forro. (Colecção particular)

Figura 12: chapéu-capacete do modelo de 1913, para sargento ou praça do Regimento de Infantaria n.º 29, com laço nacional em couro pintado e números em metal oxidado. A tira de feltro que rodeava a base da copa encontra-se ausente. No Museu Militar, em Lisboa, encontra-se conservado um exemplar semelhante, para sargento ou praça do Regimento de Infantaria n.º 17. (Colecção Peter Suciu, Nova Iorque)

fosse distribuído com ambas as cimeiras, que seriam usadas consoante as circunstâncias. É também provável que o estado de guerra com o império alemão tenha contribuído para o abandono da cimeira de "espigão" que era, no fim de contas, um símbolo militar do inimigo e que algumas unidades do Exército nunca a tenham sequer utilizado. Na Armada, o Batalhão de Infantaria de Marinha, que embarcou para Angola em 1914, levava chapéus-capacete do modelo de 1913 com a calote metálica (figura 9). O laço nacional também foi produzido em diversas versões. Para além dos laços regulamentares, de couro pintado, existiam laços de metal pintado, feitos numa só peça ou em duas peças separadas (figura 10). Quanto aos emblemas e números, o

Figura 10: variantes do laço nacional, fabricadas em metal pintado. (Colecção particular)

seu uso estendeu-se rapidamente aos sargentos e às praças (figuras 11 e 12).

Pela sua aparência, o chapéu do modelo de 1911 e sobretudo o chapéu-capacete do modelo de 1913 são frequentemente considerados coberturas tropicais. O facto de terem sido usados para equipar muitas das unidades expedicionárias enviadas para África, durante os anos da Grande Guerra, contribui para reforçar essa convicção. No entanto, estas coberturas destinavam-se apenas à Metrópole. Quentes, pesadas e facilmente deterioráveis, o seu uso em climas tropicais revelou-se desastroso, acabando por ser substituídas por chapéus de abas ou por capacetes tropicais de fabrico britânico, sobretudo do tipo "Wolseley". Também na Metrópole acabaram por desaparecer, cedendo o seu lugar aos capacetes de aço britânicos dos tipos usados na Flandres. Fabricadas aos milhares, estas coberturas são hoje duma raridade extrema. Que possamos conservar de forma adequada os poucos exemplares originais que ainda restam!

Fotografias: Jaime Regalado

* Médico. Membro da Academia Nacional de Belas Artes. Consultor do Museu Militar.

Agradecimentos:

Ao Jaime Regalado, por mais uma série de excelentes fotografias. Já foram tantas que lhes perdi a conta!

Ao Peter Suciu, grande apaixonado do "sun helmet", que amavelmente permitiu a divulgação do exemplar que integra a sua magnífica colecção.

Bibliografia:

Os regulamentos citados e ainda:

1. Cutileiro, Alberto: O Uniforme Militar na Armada. Amigos do Livro Editores, 1983.

2. Soares Branco, P. Coberturas Militares Portuguesas, 1740-1918. Edições Inapa, 2000.

Centro de Interpretação das Linhas de Torres

Teve lugar no Largo Miguel Bombarda, Arruda dos Vinhos, a 5 de Junho, a cerimónia de inauguração do Centro de Interpretação das Linhas de Torres, do Forte do Cego e do Forte da Carvalha, que foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva.

Após a cerimónia militar, os presentes foram convidados a assistir à apresentação do projecto levado a cabo pelos municípios participantes em colaboração com o Exército Português.

No final da apresentação, as entidades deslocaram-se aos Fortes do Cego e da Carvalha onde, neste último, teve lugar uma cerimónia evocativa desta efeméride, seguida de uma apresentação histórica sobre estes redutos, apresentada pelo Coronel Américo Henriques.

Encenação histórica em Feira Oitocentista

Integrado no programa do Bicentenário da Guerra Peninsular das Linhas de Torres Vedras, realizou-se na Escola Básica 2,3 Gaspar Campello, na localidade de Campelos, no concelho de Torres Vedras, a Feira Oitocentista de Santo António de Campelos.

Na ocasião, foi recriada uma feira oitocentista onde se retrataram os costumes, os hábitos alimentares, os divertimentos, a indumentária e as actividades económicas do período.

O discurso de abertura foi proferido pelo Coronel José Geraldo, Director do *Jornal do Exército*, que agradeceu o convite ao Exército Português, associado ao evento através de uma encenação histórica, intitulada: "As Invasões Francesas e as Linhas de Torres: Defesa de um Património". Para tal, o Exército disponibilizou elementos da Fanfarra do Exército e da Escola Prática de Infantaria que, fardados à época, marcharam e interpretaram músicas outrora escutadas pelos soldados portugueses.

A feira foi uma organização da Escola Básica 2,3 Gaspar Campello, em parceria com a Câmara Municipal de Torres Vedras, Junta de Freguesia de Campelos, Museu Etnográfico de Campelos e a Associação de Pais da Escola.

Militar Agraciado com Medalha de Mérito Artístico e Cultural

No âmbito das comemorações do 21.º aniversário da ascensão do Forte da Casa a vila e do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras, foi agraciado, no dia 30 de Junho, pela Junta de Freguesia do Forte da Casa, com a medalha de Mérito Artístico e Cultural, o Coronel de Infantaria José Custódio Madaleno Geraldo, Director do *Jornal do Exército*.

O homenageado recebeu a Medalha de Mérito Artístico e Cultural pela forma como participou e coordenou a limpeza dos fortes das Linhas de Torres Vedras, nos concelhos de Mafra e Vila Franca de Xira, nomeadamente nas freguesias de Alhandra e Forte da Casa.

No seu discurso, o Coronel José Geraldo agradeceu tal distinção e frisou que a "medalha pertence também ao Exército e aos Soldados de Portugal".

***in Jornal do Exército* n.º 23, de Novembro de 1961**

Soluções deste número:
1 - Base da árvore da esquerda; 2 - Sardinha no garfo; 3 - Dedo na lata; 4 - Árvore no alto do monte; 5 - Furos no cinto; 6 - Sola da bota do soldado da direita; 7 - Medalha no pescoço; 8 - Abre-latas.

jornal do
Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa,
Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional (entrar em contacto prévio com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

Agradecemos que os pagamentos efectuados sejam comunicados a este *Jornal do Exército*, através dos contactos supra indicados.

Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação[1] e Crédito Pessoal[2] com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€[3], bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€[3].
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito a descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,86%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxas referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

NH 90

EXÉRCITO

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 598 - Agosto/Setembro de 2010 - Mensal

50.º Aniversário

Presidente da República condecora
CENTRO DE TROPAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação (1) e Crédito Pessoal (2) com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€ (3), bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€ (3).
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito e descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxa referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadora Informática
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 598 - Agosto/Setembro de 2010

A Porta da Kasbah
Aquém daqueles dias
do Sulstício 18

A Batalha de Monte Castello
Estandarte da Força
Expedicionária Brasileira
na II Guerra Mundial 28

Suplemento
Schaumburg-Lippe
e a Guerra Fantástica

O Forte de Alqueidão – no contexto da Defesa
das Linhas de Torres Vedras 38
EUROFOR 2010 – Quinze anos depois da Declaração de Lisboa
sobre as Euroforças 46

Secções

Monumentos com História Militar – Convento de Santa Cruz – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 17
200 Anos da Guerra Peninsular – 50 a 52
Livros – 53
Passatempos de outros tempos – 54

Capa: Condecoração do CTOE, nos 50 anos da Unidade, pelo Presidente da República — Foto da Presidencia da República.
Contracapa: Simbolo comemorativo dos 50 anos do CTOE.

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, a posição institucional do Comando do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Foto: CTOE

Convento de Santa Cruz

A fundação do Convento de Santa Cruz deveu-se ao lamecense Doutor Lourenço Mourão Homem, Comissário Geral da Cruzada e Desembargador do Paço, que decidiu edificar um convento aos cónegos com a condição de abandonarem o antigo Convento de Recião. Para tal, doou a sua quinta que se chamava "Vila de Rei". A 16 de Dezembro de 1595, o Papa Clemente VIII aprovou a mudança dos cónegos do Convento de Recião para o novo convento que se havia de erigir.

Disposta a mudança, a obra teve início a 14 de Setembro de 1596, dia da Exaltação da Cruz do Redentor, onde o Bispo lamecense, D. António Teles de Meneses, benzeu as primeiras pedras do futuro convento.

Em 1632, trinta e seis anos após a bênção das primeiras pedras, os frades lóios ou cónegos de S. João Evangelista, tomaram posse do novo mosteiro, tornando-se este no mais importante convento de Lamego durante o séc. XVIII.

Durante dois séculos o convento foi ocupado pelos seus legítimos donos, que se viram forçados a abandoná-lo, em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas em Portugal. O Decreto de 30 de Maio de 1834, do Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, ordenou a extinção de todos os conventos e mosteiros, com a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional.

Surgiram, então, três soluções para a sua ocupação – escola, hospital ou quartel –, optando-se pela terceira por se entender que, à altura, a segurança do povo era o bem maior das três opções.

A transição do convento para casa militar concretizou-se em 1839, quando os soldados, vindos do Regimento de Infantaria N.º 9 (até então aquartelados em Braga), transitaram para Lamego para inaugurar a sua nova casa.

No ano de 1960, o Regimento de Infantaria N.º 9 foi extinto, sendo substituído pelo Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), criado pelo Decreto-lei 42926, de 16 de Abril de 1960. O CIOE passou a designar-se, desde 1 de Julho de 2006, por Centro de Tropas de Operações Especiais, os herdeiros legítimos da tradição da ocupação do Regimento de Infantaria N.º 9 e a história viva dos últimos 50 anos.

No seu interior pode-se apreciar ricos pormenores de arte dos séculos XVII e XVIII. Na capela-mor da Igreja, encontram-se painéis evocativos da Descoberta da Santa Cruz e da sua Exaltação e, nas paredes laterais, azulejaria inspirada no Apocalipse e outros temas representando jardins palacianos. Encontram-se os túmulos de dois ilustres lamecenses: o Bispo D. João de Brito de Vasconcelos e D. Manoel Pinto da Fonseca, e junto a estes, painéis que nos recordam a vida de Santo António de Lisboa e de S. Bento de Núrsia.

Nas capelas do corpo da Igreja, destaca-se a decoração cerâmica na Capela da Sagrada Família.

O Convento de Santa Cruz encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

Há alguns anos, nas nossas conversas com outros camaradas mais antigos, alguém nos dizia que os Norte-Americanos consideravam Portugal um país com grandes capacidades de defesa, principalmente por três razões: porque tinha o Serviço Militar Obrigatório; porque os Oficiais oriundos da Academia Militar frequentavam o Curso de Operações Irregulares; e porque havia muitos Caçadores. Não é nosso objectivo fazer uma análise exaustiva desta equação, deixamos o tema para reflexão dos nossos leitores, mas sim destacar o papel importantíssimo do Centro de Tropas de Operações Especiais [CTOE].

O CTOE foi condecorado por Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, com a Medalha da Ordem Militar de Avis, por ocasião do seu 50.º Aniversário. Sentimos orgulho e felicidade por esta Unidade do Exército Português, assim como muitas outras, cumprir Portugal, com lustre e com brilhantismo, aquém e além fronteiras. Felicitamos todos os militares e civis que ao longo de muitas décadas deram o seu melhor àquela Unidade, servindo a Nação Portuguesa e defendendo os interesses dos portugueses.

A Instituição Militar é um dos pilares desta Nação com quase nove séculos de existência, nunca existiram uma sem a outra, sempre assim foi e cremos que continuará a ser. Hoje como ontem, o CTOE é um bom exemplo deste paradigma. Herdeiro e seguidor das tradições heróicas do Regimento de Infantaria N.º 9 [RI 9], completou em 6 de Setembro de 2010, como Unidade Militar de Lamego, 171 anos de permanência ininterrupta no Convento de Santa Cruz. O primeiro quartel daquele Regimento foi em Viana do Minho e data a sua fundação de 1806, esteve depois em Bragança, donde marchou para a divisão auxiliar à Espanha, no âmbito da Guerra Peninsular, regressou a Bragança quando a Divisão voltou a Portugal, mudou-se para Lamego em 1839, onde tem permanecido até aos nossos dias.

O admirável historial do CTOE deve-se sobretudo à qualidade dos seus militares. O prestígio e respeito que desfrutam no país e no exterior onde desempenharam serviços muito meritórios e relevantes actos excepcionais, desenvolvidos em ambientes de elevado risco, bem patentes em todas as missões operacionais em que foram empenhados e largamente comprovados pelas inúmeras referências elogiosas de outras nações e povos com quem privaram. Todos estes factos demonstram, de forma inequívoca, que as forças geradas pelo CTOE se constituem num poderoso instrumento da execução da política externa do Estado, praticando continuamente actos e serviços altamente meritórios, relevantes e distintos que contribuíram para o prestígio das Forças Armadas e do País.

Tal como o seu antecessor, o CTOE com a divisa "QUE OS MUITOS, POR SER POUCOS, NAM TEMAMOS" tem sempre cumprido distintivamente, onde Portugal precisou, na Guiné, no Senegal, em Cabo Verde, na República do Congo, em São Tomé e Príncipe, na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e em Timor-Leste. O seu desempenho lembra a divisa do Nove [RI 9], que se cobriu de glória na Guerra Peninsular, da qual é herdeiro: "E JULGAREIS QUAL É MAIS EXCELENTE SE SER DO MUNDO REI SE DE TAL GENTE".

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponiveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

*Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Presidente da República condecora Centro de Tropas de Operações Especiais

No âmbito das cerimónias comemorativas do 50.º aniversário do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) e do 171.º aniversário da presença militar ininterrupta em Lamego, em 6 de Setembro, o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, condecorou a Unidade com o título de Membro Honorário da Ordem de Avis.

Com vista à imposição desta condecoração, do programa geral, constou uma cerimónia militar, na Avenida do Regimento de Infantaria N.º 9, uma visita à exposição fotográfica sobre os "50 anos das Operações Especiais em Lamego" na Messe de Oficiais e um almoço de confraternização na Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego.

A cerimónia militar, presidida pelo Presidente da República, contou com a presença de um elevado número de entidades civis e militares, de que se destaca o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e o Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Engenheiro Francisco Manuel Lopes.

O programa da cerimónia contou com a seguinte sequência:

Prestação das Honras Militares, que incluíram as salvas de artilharia e a revista às Forças em Parada;

Cerimónia de Homenagem aos militares mortos em combate;

Alocução do Comandante do CTOE, Coronel Diogo Maria da Silva Pinto de Sepúlveda Velloso, do Presidente da Câmara Muncipal de Lamego e do Presidente da República;

Imposição de Condecoração ao Estandarte da Unidade;

Desfile das Forças em Parada.

O CTOE foi condecorado pela longa e continuada prática de actos e serviços altamente meritórios, relevantes e distintos, alguns em situações de campanha com risco de vida, reconhecidos por entidades nacionais e estrangeiras e que contribuíram de modo muito significativo para o prestígio das Forças Armadas e do país.

Tendo em consideração todos estes factos, transcreve-se na íntegra o discurso do Presidente da República por se revestir de especial interesse.

Senhor Ministro da Defesa Nacional, Senhor Presidente da Câmara de Lamego, Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército, Excelência Reverendíssima, Bispo de Lamego, Senhor Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais, Senhoras e Senhores, Militares,

É sempre com particular satisfação que visito Lamego, esta histórica, nobre e linda cidade das Beiras. Saúdo calorosamente a população do concelho.

Quando, à chegada, vislumbro o Castelo, no cimo do monte mais alto da cidade, velando ainda pelas suas terras e pelos seus habitantes, penso em Lamego também como um esteio da nossa nacionalidade, no carácter e na alma fortes do seu povo e no heroísmo resistente e humilde dos seus militares.

Neste período das Festas, Lamego engalanada torna-se especialmente acolhedora, com a hospitalidade das suas gentes a ter paralelo apenas na beleza que os olhos podem contemplar e na riqueza das manifestações da sua cultura tradicional, que tão bem a caracterizam e identificam.

Lamego é uma cidade exemplar na forma como recebe e se relaciona com os militares e tem hoje mais um motivo de festa, com as comemorações dos 171 anos de presença militar ininterrupta e do 50º aniversário das unidades de Operações Especiais aqui localizadas.

O Regimento de Infantaria 9, em Lamego desde 6 de Setembro de 1839, foi a primeira unidade do Exército aquartelada nesta cidade. O seu comportamento heróico na I Guerra Mundial, nomeadamente em Neuve Chapelle, em Março de 1918, valeu-lhe o lugar de honra na sua Brigada: a prerrogativa de formar à direita de todos os batalhões.

Participou em várias campanhas na defesa da Pátria, aquém e além-mar. Na década de 60 do século passado, com a evolução da arte da guerra e do contexto estratégico internacional, tornou-se necessário criar uma unidade militar do Exército que dominasse com mestria as novas capacidades exigidas no âmbito das operações especiais e, particularmente, no da contra-subversão.

Surge assim, em 1960, o Centro de Instrução de Operações Especiais, com a divisa «QUE OS MUITOS, POR SER POUCOS, NAM TEMAMOS».

A aposta na qualidade e na excelência dos recursos humanos começou cedo, com alguns militares fundadores das Operações Especiais a visitar a Argélia, onde a França combatia então a insurreição, de onde retiram lições fundamentais para a elaboração dos manuais de contra-

subversão do Exército, apreendendo conceitos ainda hoje válidos para aquele tipo de combate, tão presente nos teatros de operações actuais.

Durante 15 anos, saíram de Lamego quadros e subunidades combatentes – Caçadores Especiais e Comandos – que, em África, nos teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné, deram provas inequívocas de heroísmo e demonstraram possuir elevada noção do dever, em toda a sua intensa actividade operacional.

O Centro de Instrução de Operações Especiais, actual Centro de Tropas de Operações Especiais, participou activamente nas operações que, em 25 de Abril de 1974, conduziram à restauração da democracia em Portugal. No passado recente, a actividade desta Unidade continuou a ser notória, com o seu empenhamento em operações de evacuação de cidadãos nacionais e de apoio à paz.

Intensa formação e treino, ministrados por quadros competentes e com grande motivação, permitiram criar e manter um corpo de tropas de elite altamente especializado e de elevadíssima prontidão, que constitui um instrumento de grande valia ao dispor da defesa nacional e da política externa portuguesa, com provas sobejamente dadas em combate e em teatros de operações de elevado risco.

Na Guiné, no Senegal, em Cabo Verde, na República do Congo, em São Tomé, na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e em Timor-Leste, entre outros locais, esta Unidade tem estado sempre presente onde quer que Portugal dela precise.

Os elementos das operações especiais fazem jus à sua divisa, não temendo o inimigo pelo seu número, nem as múltiplas missões que lhes são cometidas, pela sua exigência ou complexidade. Este pequeno grupo de militares cumpre o seu dever com coragem, determinação e patriotismo, pois sabe que está na vanguarda da defesa de Portugal e dos Portugueses.

É, assim, de inteira justiça o público reconhecimento que lhes irei prestar nesta cerimónia, ao conceder ao Centro de Tropas de Operações Especiais o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis e ao impor o respectivo distintivo no Estandarte Nacional à sua guarda.

Sendo o valor e o profissionalismo das Forças Armadas largamente reconhecidos pelos Portugueses, Lamego é, um dos melhores exemplos de grande afinidade da Instituição Castrense com a população e com as autoridades locais.

O apoio, o respeito e o carinho que os militares sempre sentiram por parte das gentes de Lamego tem sido, certamente, um factor de motivação para o exercício da sua missão em defesa da coesão e segurança nacionais.

Aqui, percebem-se as Forças Armadas como aquilo que na realidade são: não um corpo estranho à sociedade, mas antes parte integrante do povo de que emanam. São os nossos familiares e amigos que se dispuseram dar o seu esforço e a própria vida para que possamos todos cumprir Portugal.

Uma palavra final de louvor aos militares do Centro de Tropas de Operações Especiais que, à semelhança dos seus antepassados do "Nove", têm deixado pelos caminhos da História um rasto de valor e bravura, mas também de uma profunda humanidade, em todas as campanhas onde têm participado.

Encorajo os presentes, civis e militares, para que continuem a trabalhar em conjunto. Apelo aos portugueses para que ponham de lado as divisões, pois é de coesão e união de esforços que Portugal necessita para fazer face às dificuldades que enfrenta. Juntos somos melhores, juntos somos mais fortes, juntos venceremos os obstáculos que se nos deparam, como sempre o fizemos ao longo da nossa História.

Bem hajam.

Fotos do CTOE, Lamego

Ministro da Defesa Nacional visita Academia Militar

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, visitou, no dia 20 de Julho, a Academia Militar (AM), aquartelamento da Amadora. Conhecer o Grupo de Comando e o corpo docente, assim como inaugurar o novo edifício de alojamento de alunos, foram os objectivos da visita do MDN.

O MDN chegou à Academia Militar às 11h00, tendo sido recebido pelo General CEME e pelo Comandante da Academia Militar, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro. Após, foram prestadas as devidas honras militares pela Guarda de Honra, constituída por uma companhia de alunos, Banda, Fanfarra, Estandarte Nacional e pelo Estandarte Heráldico da AM, à qual a alta entidade passou revista e assistiu ao desfile.

No Átrio do Edifício dos Auditórios foi efectuada a apresentação do corpo docente da AM e, no Pequeno Auditório assistiu-se ao brifingue sobre a AM. O brifingue foi introduzido pelo General CEME e a exposição esteve a cargo do Comandante da AM, que abordou as seguintes temáticas: história, missão, organização e situação actual e perspectivas deste estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar.

Seguidamente, decorreu a visita às instalações da AM, possibilitando a visita ao Grande Auditório, ao Edifício de Apoio ao Ensino, ao Edifício das Aulas e ao Edifício dos Laboratórios. A visita foi concluída no novo Edifício de Alojamento de Alunos, onde se efectuou uma breve referência à sua construção (a cargo da Direcção de Infra-Estruturas/CmdLog) e se assistiu ao descerramento da placa alusiva ao acto pelo MDN.

O MDN assistiu ainda à formatura e ao desfile do 1.º Batalhão do Corpo de Alunos, seguindo, depois, para o Refeitório de Alunos, onde efectuou uma pequena intervenção.

A visita foi concluída com a assinatura do Livro de Honra da AM pelo MDN, no Edifício do Aluno.

Cerimónia do Dia da Defesa Nacional – No Caminho para a Igualdade

No âmbito do alargamento da obrigatoriedade da participação das mulheres no Dia da Defesa Nacional (DDN) e o início de uma fase de plena e inclusiva igualdade de cidadania da juventude portuguesa, o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar (SEDNAM), Dr. Marcos Perestrello, a Secretária de Estado da Igualdade, Dr.ª Elza Pais, o Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Gaia, Dr. Filipe Meneses, representantes dos Ramos das Forças Armadas e demais entidades civis e militares estiveram presentes no Regimento de Artilharia N.º 5, a 11 de Maio, para assinalar esta data com uma cerimónia que traduziu o simbolismo e abrangência desta medida e o esforço da Defesa Nacional no Caminho para a Igualdade.

Com a chegada do SEDNAM deu-se início à sessão de palestras no Salão Nobre do Mosteiro da Serra do Pilar, das quais se salientam: "As implicações do alargamento do DDN às mulheres", pelo Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, Dr. Alberto Coelho e a "Apresentação dos Resultados do Estudo – Jovens e Forças Armadas 2008/09", pelo Professor Doutor Luís Baptista, da Universidade Nova de Lisboa.

Após o intervalo em que foi servido um Porto de Honra, seguiu-se uma segunda sessão de palestras, desta feita, no Auditório da Defesa Nacional e na presença dos jovens convocados para este dia, das quais se destacam o testemunho da Tenente-Coronel Farmacêutica Maria Ângela Pimentel Furtado, a intervenção da Secretária de Estado da Igualdade e a intervenção do SEDNAM.

Ao terminar o programa da visita o SEDNAM presidiu à Cerimónia do Arrear da Bandeira Nacional e teve ainda oportunidade para assinar o Livro de Honra, na Sala de Comandantes do Regimento.

Almoço-Debate com o Ministro da Defesa Nacional

O Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, foi o orador convidado para o almoço-debate realizado no dia 7 de Julho, no Palácio da Ordem de Malta, em Lisboa.

Para além do discurso do MDN, seguido de um debate – onde os presentes tiveram a oportunidade de colocar questões ao MDN –, o evento serviu, também, para o lançamento do n.º 14 da revista *Segurança e Defesa*.

Órgãos de Cultura do Exército recebem visita do Ministro da Defesa Nacional

Em 23 de Julho decorreu a visita do Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, aos órgãos de natureza cultural do Exército Português, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Do programa da visita constou a visita ao Arquivo Geral do Exército (ArqGEx), ao Arquivo Histórico Militar (AHM), ao Gabinete de Estudos Arqueológicos, à Direcção de História e Cultura Militar, à Biblioteca do Exército e ao Museu Militar de Lisboa (MusMil Lisboa), possibilitando o contacto de perto com o serviço aí desenvolvido.

A visita iniciou-se às 10H00 com a chegada do MDN ao ArqGEx.

Seguiu-se a visita ao Palácio do Lavradio, no Campo de Santa Clara, onde o MDN assistiu a um brifingue da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM) e visitou as instalações da DHCM e do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

Seguiu-se a visita às instalações da Biblioteca do Exército e do PM50, finalizando-se o programa de visitas, em Santa Apolónia, no AHM e no MusMil Lisboa.

No MusMil Lisboa o MDN concluiu a visita com a assinatura do Livro de Honra.

Condecoração a Oficial General

Foi condecorado com a Medalha de Serviços Distintos Grau – Ouro o Major-General António Duarte Mendes Correia. A cerimónia de imposição de condecoração teve lugar no gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, no dia 7 de Julho, sendo imposta pelo próprio General José Luís Pinto Ramalho.

O Major-General António Duarte Mendes Correia, que foi o Director do Projecto dos Helicópteros Ligeiros e dos Helicópteros NH-90, encontra-se no Gabinete do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, a desempenhar as funções de Adjunto para o Programa de Reequipamento da Unidade de Aviação Ligeira do Exército.

Cerimónia de Imposição de Condecorações e de Entrega de Espadas a Oficiais Generais

Decorreu em 23 de Julho, na Sala D. Maria do Museu Militar em Lisboa, uma Cerimónia de Imposição de Condecorações e entrega de Espadas aos seguintes Oficiais Generais:

Condecoração com a Medalha de Serviços Distintos – Grau Ouro, Major-General Jorge Duro Mateus Cardoso;

Condecoração com a Medalha de Serviços Distintos – Grau Prata, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros;

Condecoração com a Medalha D. Afonso Henriques, Mérito do Exército – 1.ª Classe, Major-General Luís Filipe Tavares Nunes, Major-General Luís Francisco Botelho Miguel e Major-General Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos;

Entrega de Espada de Oficial General, Major-General Luís Filipe Tavares Nunes, Major-General Luís Francisco Botelho Miguel e Major-General Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, presidiu e impôs as respectivas condecorações e entrega de espadas.

Exposição fotográfica – "Campanha de Cuamato"

A Liga dos Combatentes, em parceria com o Centro de Audiovisuais do Exército, apresenta a exposição temporária "Campanha de Cuamato", patente até 31 de Outubro, no Forte do Bom Sucesso.

Esta campanha desenrola-se em torno da campanha de pacificação do sul de Angola no início do século XX, tendo como contextualização o *Ultimatum* e as suas consequências na política ultramarina portuguesa. Depois de várias tentativas não conseguidas para a ocupação dos territórios de Além-Cunene e pacificação dos Cuanhama e Cuamato e da menos bem conseguida campanha de 1904, foi organizada uma força expedicionária constituída por forças da metrópole. Essa força era constituída pela Companhia de Infantaria 12, outra de Marinha, um contingente de Artilharia do Grupo de baterias a Cavalo e serviços administrativos; também tinha unidades de Angola como dois Esquadrões de Dragões, uma Bateria de Artilharia, duas Companhias de Infantaria Europeia e quatro de Indígenas e um Pelotão de Sapadores. Em Junho de 1907 chegaram as forças da metrópole, bem como a 12.ª Companhia de Infantaria de Moçambique (Landis).

No começo de Agosto de 1907, o Capitão Roçadas (Governo Huíla) assumia o comando da coluna de operações cujo efectivo contava com 2300 homens. Após 40 dias de combate (Mufilo; Aucongo; Macuvi; Damaquero; Aluendo) contra os aguerridos Cuamatos, o que causou bastantes baixas, a campanha finda com o país do Cuamato ocupado e o desastre de 1904 ultrapassado.

A campanha de 1907 marcava na História das Campanhas portuguesas contemporâneas um lugar de relevo pelo seu planeamento e exímia execução.

Em 1908 e 1909, o Major João de Almeida (herói de Dembos) completa a acção de pacificação e realiza um primeiro reconhecimento no Baixo Cunene, este foi até às Cataratas do Ruacaná e, para Norte estabelece uma série de postos na linha Quipungo – Capelongo – Cassinga.

São 62 fotografias que retratam a frieza táctica das Campanhas Militares da época (as movimentações, os acampamentos, os postos de socorro, entre outras), as escassas condições de sobrevivência e toda uma cultura de civilizações (desde o aspecto e comportamento de membros tribais, até ao aspecto e comportamento das forças da metrópole).

A exposição conta com os apoios do Exército Português (Comando da Logística e Centro de Audiovisuais do Exército) e com o patrocínio oficial da Liga dos Combatentes e Novabase.

Dia da Infantaria e da Escola Prática de Infantaria

Comemorou-se, a 14 de Agosto, o dia da Arma de Infantaria e da Escola Prática de Infantaria (EPI), 625 anos após a vitória portuguesa, através da estratégia de defesa militar introduzida pelo patrono desta Arma, D. Nuno Álvares Pereira, sobre a investida castelhana no nosso território. Esta comemoração realizou-se, como já vem sendo habitual, no Convento de Mafra, onde se encontra sediada a EPI.

Ao iniciar-se este dia festivo realizou-se uma Missa de Acção de Graças e Sufrágio na Basílica Nacional.

A cerimónia militar teve início após a chegada do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, que a presidiu.

As formalidades institucionais decorreram com o que é apanágio da instituição militar, das quais se destaca a mensagem do Comandante da EPI, que anunciou que "o Comandante do Exército [pode] continuar a contar com o extraordinário espírito de missão, a atitude determinada e pró-activa de todos quantos nela [EPI] servem, garantes da continuidade na acção, na busca permanente de novos paradigmas e de elevados níveis de exigência e de qualidade, em prol do Exército (…)" e de onde se destaca também a entrega dos prémios às três equipas que se classificaram nos três primeiros lugares da Patrulha D. Nuno Álvares Pereira, das quais a equipa da EPI ficou em primeiro lugar.

Inserido neste dia festivo os presentes ainda puderam assistir a uma demonstração de pára-quedistas e a inauguração da exposição alusiva às comemorações dos 200 anos das Invasões Francesas, que contou com uma encenação teatral figurativa da época.

A terminar estas festividades realizou-se o almoço convívio no Refeitório dos Frades.

Bispo de Portalegre/Castelo Branco visita a Brigada Mecanizada

Em 7 de Julho, D. Antonino Eugénio Fernandes Dias, Bispo da Diocese de Portalegre/Castelo Branco, no âmbito da Visita Pastoral às Paróquias de Tramagal e Santa Margarida da Coutada foi recebido no Comando da Brigada Mecanizada pelo Major-General José Manuel Picado Esperança da Silva, Comandante desta Unidade, acompanhado do Coronel de Infantaria Elias Lopes Inácio, 2.ºComandante para os Assuntos do CMSM, pelo Tenente-Coronel de Artilharia Paulo Jorge Henriques de Sousa, Chefe de Estado-Maior e pelo Sargento-Mor de Cavalaria José Alberto Neves Liberato, Adjunto do Comandante.

D. Antonino teve oportunidade de, na presença de todos os Comandantes das Subunidades e seus Adjuntos, Chefes de Órgãos da Brigada, representantes das Praças e Funcionários Civis, assistir a uma breve apresentação sobre a Brigada Mecanizada pelo seu Comandante, seguido de um brifingue pelo Chefe do Estado-Maior. Por fim, usou da palavra agradecendo a todos a oportunidade que lhe proporcionaram, dizendo que duas instituições milenares que se pautam por valores comuns visitam-se e estimam-se como bons vizinhos, referindo que a Igreja não usa as mesmas armas dos militares, mas que os militares utilizam, para além das suas próprias armas, as armas da

Igreja – o amor, a amizade e a ajuda ao próximo.

Depois de uma visita à parte urbana da Brigada deteve-se na Capela, onde rezou e apreciou a obra e a sua situação no termo da Avenida.

Depois do almoço convívio despediu-se muito agradecido com as pessoas que servem a Brigada e Portugal.

Tenente-General CFT visita a Brigada de Intervenção

Em 21 de Junho, o Comandante das Forças Terrestres (CFT), Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, efectuou uma visita de trabalho ao Comando da Brigada de Intervenção (BrigInt). O Tenente-General CFT foi recebido pelo Comandante da Brigada de Intervenção, Major-General Antunes Calçada, acompanhado pelo 2.º Comandante, Coronel Passos Gonçalves, pelo Chefe de Estado-Maior, Tenente-Coronel Almeida Magalhães e pelo Comandante da Unidade de Apoio, Tenente-Coronel Pereira Lopes.

Após as honras regulamentares devidas, decorreu, no Salão Nobre do Aquartelamento de Sant'Anna, a apresentação de cumprimentos onde estiveram presentes os Oficiais do Comando da Brigada, os Comandantes das Unidades Territoriais e dos Encargos Operacionais, assim como, representações de Oficiais, Sargentos, Praças e Civis da Unidade de Apoio/BrigInt. Do programa da visita constou um brifingue sobre a situação da BrigInt, tendo sido dado especial enfoque aos trabalhos de planeamento da participação do Exército no *ERF Battle Group*, que exigirá por parte da BrigInt um significativo empenhamento. Após o almoço foi efectuada uma visita a diversas áreas do Aquartelamento de Sant'Anna, tendo ficado reservado para o final da visita a assinatura do Livro de Honra.

Centros de Emprego e Formação Profissional visitam Exército

No âmbito das actividades da divulgação do Serviço Militar em Regime de Voluntariado e de Contrato (RV/RC), o Centro de Recrutamento de Braga, com o apoio do Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC6), proporcionou, no dia 17 de Junho, aos Directores dos Centros de Emprego e Formação Profissional (CEFP), localizados nas NUTS III (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos – Unidades de Nível III) do Minho-Lima, Cavado e Ave, uma visita a este Regimento.

A visita, que contou com a presença dos Major-General Jorge de Jesus dos Santos, Director de Obtenção de Recursos Humanos (DORH) e do Delegado Regional do Norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Dr. Avelino de Araújo Leite, teve como objectivo colocar a tónica na importância do IEFP, através dos seus CEFP, enquanto parceiro privilegiado do Exército na divulgação do RV/RC, quer pelo elevado número de candidatos que tem proporcionado, quer pela oportunidade que é concedida para divulgar o Exército como uma instituição moderna e geradora de oportunidades profissionais a um considerável número de jovens cidadãos que procuram um novo rumo profissional. Esta ideia foi reforçada pelo Major-General DORH e corroborada pelo Delegado Regional do Norte do IEFP, que também aproveitou a ocasião para transmitir o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Exército junto dos CEFP, enquanto agente proporcionador de emprego, e que também esta é uma cooperação estratégica de todo o interesse para o IEFP.

Com a realização deste evento, pretendeu-se ainda, promover o estreitamento de relações institucionais e pessoais entre todos os agentes envolvidos nas actividades relacionadas com a divulgação do RV/RC, efectuar uma abordagem ao recrutamento do ponto de vista das estratégias e dos meios utilizados na captação de voluntários e dar a conhecer a actividade desenvolvida pelo Regimento de Cavalaria 6 e a sua relevante preocupação com a formação profissional, o apoio e o incentivo à obtenção de mais e melhores habilitações académicas, como contributo do Exército para a formação de cidadãos mais aptos do ponto de vista intelectual e profissional.

O programa da visita, para além do habitual brifingue, constou de uma vista às instalações do RC6, onde foi possível presenciar actividades desenvolvidas diariamente, assistir a demonstrações de âmbito operacional, efectuar passeios equestres e motorizados de PANDUR e V200 e de um almoço.

Comemorações do 4.º Aniversário da Escola Prática dos Serviços (EPS)

Realizaram-se no dia 1 de Julho, no Passeio Alegre da cidade da Póvoa de Varzim, as cerimónias comemorativas do 4.º aniversário da Escola Prática dos Serviços (EPS).

Da cerimónia fez parte uma exposição de meios e capacidades do Exército, tendo a EPS contado com o contributo de Unidades na dependência de diferentes Comandos, através da cedência de diverso material e equipamento, do qual a torre multi-actividades foi a que mais interesse captou. As comemorações culminaram ao final da noite com a realização dum concerto pela Orquestra Ligeira do Exército, que juntou uma moldura humana extraordinária, tendo conseguido alcançar uma interacção excelente com o público presente, terminando a sua actuação sob um intenso e longo aplauso.

As comemorações do dia da Escola integraram ainda o Juramento de Bandeira do 5.º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE).

Posteriormente, teve lugar nas instalações da EPS, na sala de Honra dos Directores Honorários, a cerimónia de tomada de posse do Director Honorário do Serviço de Administração Militar (DHSAM), Major-General José de Jesus da Silva. Foi proferido um breve discurso alusivo à tomada de posse pelo Director DHSAM e uma breve alocução pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, onde foi exaltada a importância de tão relevante cargo.

As cerimónias foram presididas pelo General CEME, havendo ainda a registar a presença do Tenente-General Comandante do Pessoal, Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, Major-General Director da Formação do Comando da Instrução e Doutrina e de ilustres entidades convidadas das quais se destacam os Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, o representante do Governo Civil do Porto, entre outros.

As forças em parada prestaram honras militares à alta entidade que presidiu à cerimónia e cantaram com a

população presente, com respeito e a uma só voz, o Hino Nacional aquando da integração do Estandarte Nacional à guarda da EPS na formatura geral.

Da sequência da cerimónia há ainda a salientar as alocuções proferidas pelo Comandante da EPS, Coronel Oliveira Gomes, e do General CEME, lida pelo Major-General Rovisco Duarte, da qual se evidencia: "É por isso que neste dia festivo dirijo uma palavra de estímulo e consideração a todos quantos servem nesta Escola e que tanto colaboram, com a sua dedicação e saber, para garantir a formação daqueles que mais tarde terão a seu cargo as exigentes tarefas que cabem nas diversas funções logísticas e que com o seu esforço anónimo, determinado e competente garantem a sustentação do nosso Exército."

Posteriormente foram condecorados alguns militares da Escola, seguindo-se a ratificação do Juramento de Bandeira do 5.º CFGCPE.

Lançamento do Livro "Olhares sobre *Mercvrio Portvgvez* 1663-1667 – Vol. I/II"

Decorreu no Instituto de Defesa Nacional, no dia 13 de Julho, o lançamento do livro "Olhares sobre *Mercvrio Portvgvez* 1663-1667 – Vol. I/II", da autoria do Professor Doutor Eurico Gomes Dias, revisor do *JE*, editado pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A apresentação do livro esteve a cargo do General Espírito Santo e do Professor Doutor Jorge Pedro Sousa.

No final foi servido um Porto de Honra.

A Entrada em TO da UnEng8

No dia 3 de Junho saíram da Brigada Mecanizada, em Santa Margarida, 130 militares da Unidade de Engenharia 8 (UnEng8), com destino ao Aeroporto Internacional de Beirute, ao encontro dos 11 militares que compunham o Destacamento Avançado e que desde o dia 18 se encontravam já no Teatro de Operações (TO). Esperava-os à chegada o Comandante da Unidade de Engenharia 7 (UnEng7), que através de uma cerimónia singela, fez a entrega da Bandeira Nacional ao Comandante da UnEng8, Tenente-Coronel Eng. Monteiro Fernandes, assinalando a Transferência de Autoridade no TO do Líbano. A chegada ao UBIQUE CAMP em Shama ocorreu pela madrugada, tendo-se desenvolvido as actividades correspondentes ao "In Processing".

Actualmente, a UnEng8 já declarou a FOC (Full Operational Capability) e já executa trabalhos no âmbito das construções horizontais, no QG da *United Nations Interim Force In Lebanon* e no Aquartelamento do Batalhão Ganês. No âmbito das construções verticais, encontra-se a realizar trabalhos de melhoria das condições de vida dos militares no UBIQUE CAMP, através da ampliação do refeitório.

Comemorações do 871.º Aniversário da Batalha de Ourique

Comemorou-se, em 25 de Julho, o 871.º aniversário da Batalha de Ourique que marca o reconhecimento do reino de Portugal e o início do conceito da nação portuguesa, pelo que foi, durante muito tempo, o evento celebrado no Dia do Exército. A batalha teve lugar em 25 de Julho de 1139, no lugar de São Pedro das Cabeças, município de Castro Verde.

Com a presença da Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Maria Espírito Santo, e do Presidente da Câmara, Sr. Francisco Duarte, do Município de Castro Verde, a cerimónia militar, presidida pelo Tenente-Coronel Mendes Farinha, Comandante do RI 3 em exercício de funções, em representação do General Chefe do Estado-Maior do Exército, contou com a participação de uma força militar do Regimento de Infantaria N.º 3 e um terno de clarins da Fanfarra do Exército. Da cerimónia destaca-se a realização do Hastear da Bandeira Nacional, a cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate com a deposição de coroas de flores junto ao monumento pelas três entidades e a evocação da batalha através de uma alocução alusiva à mesma.

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA €2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** • 45,00; **Restantes Países** • 65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 • 4,00; **1970 a 1979** • 4,00; **1980 a 1989** • 3,00; **1990 a 2001** • 2,50; **2002** a **2009** • 2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4,21; **3000/8000** • 5,79; **Açores** e **Madeira** • 6,56.

As primeiras companhias de Caçadores Especiais comemoram o 50.º Aniversário da partida para Angola

Realizaram-se em 6 de Junho no Quartel de Stª Cruz do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) em Lamego, as cerimónias comemorativas do cinquentenário da partida para Angola das primeiras Companhias de Caçadores Especiais levantadas pelo Exército.

Estiveram presentes cerca de uma centena de antigos militares da 2.ª e 3.ª Companhias, muitos dos quais se fizeram acompanhar pelas suas famílias.

Recebidos pelo Comandante do CTOE, Coronel Sepúlveda Veloso e pelo Sargento-Mor da Unidade, Jorge Reis, procedeu-se à Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate com a deposição de um ramo de flores.

Proferiram alocuções um Oficial de uma das Companhias e o Comandante da Unidade, que a todos sensibilizou ao afirmar que as Companhias de Caçadores especiais foram "as pedras base das Operações Especiais de hoje".

Seguiu-se uma visita à zona museológica da Unidade e uma missa por intenção dos militares destas companhias já falecidos, rezada pelo PadreAbel, antigo Capelão militar.

Teve lugar, em seguida, um almoço de confraternização que encerrou um dia inolvidável para estes combatentes de Portugal.

1BIPara rende FND no Kosovo

No dia 7 de Setembro partiu, do Aeródromo de Trânsito N.º1 (Figo Maduro), o 1.º grupo de 154 militares que vai iniciar a rendição do actual contingente da Força de Reacção Rápida da KFOR (KTM/KFOR – Kosovo Tactical Manouevre/Kosovo Force).

Este grupo faz parte do 1.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (1BIPara), da Brigada de Reacção Rápida e são comandados pelo Tenente-Coronel Paulo Jorge Borges Simões de Abreu.

O 1BIPara irá substituir o 2BIPara, ficando baseado em Camp Slim Lines, nos arredores de Pristina, actuando como força de reserva de primeira intervenção da KFOR em todo o território do Kosovo, podendo, se necessário, ser empregue na Bósnia-Herzegovina.

A força é constituída por um efectivo de 294 militares.

Sargento-Ajudante António José Rodrigues**

O sol esmaga,
com o peso da sua luz,
o ser moral do homem.
Olha-se e sente-se
a fadiga daquela
insuportável humidade,
do calor e da cor
monótona.
Fica-se sem fôlego.
Tudo aparenta ser uma
espécie de monocromo
de conformidade,
desafiadoramente
diferente e esplêndido.

A Porta da Kasbah*

Aquém daqueles dias do Sulstício

"*Acho que um dos mais belos momentos na vida do ser humano é a partida para uma viagem distante, em terras desconhecidas. Libertando-nos, com um pequeno esforço, dos grilhões do Hábito, do peso de chumbo da Rotina, do manto das preocupações e da escravidão da Casa, sentimo-nos felizes, uma vez mais. O sangue circula com a rapidez da infância... Uma viagem, com efeito, faz apelo à Imaginação, à Memória, à Esperança – as três Graças do nosso ser moral.*"

(Sir Richard Francis Burton em «Zanzibar»).

Determinou o acaso que a minha modesta experiência de vida tenha vindo a ser, sucessiva e progressivamente, enriquecida nas viagens que vou efectuando, com o conhecimento de variados lugares e, com mais interesse ainda, de múltiplas gentes e quantiosas sensibilidades. E porque o final de uma jornada é sempre o começo de outra, esta viagem começa onde a última acaba. Numa das minhas primeiras benfazejas jornadas de peregrinação pessoal, interior e geográfica, achei-me em Qaryat Al-Fau, no Reino da Arábia Saudita, aonde me desloquei por cortesia da Universidade do Rei Al-Saud, daquele país. Al-Fau («a fenda») é um primitivo entreposto comercial das antigas caravanas que, nos distantes reinos de Saba, Qataban e Hadramauth, atravessavam esta vasta região a sul da Península Arábica, a 700 km a sudoeste da cidade de Riyadh, a meio caminho de Najran, província sobranceira ao terrível deserto de «*Rubz Al-Khali*» («quadrante vazio»), a maior e mais atroz superfície ininterrupta de areia do mundo, com uma superfície de cerca de 647.500 Km² e com temperaturas que chegam a ultrapassar, à sombra, os 50ºC.

Num padejar de tarde, algures na poeirenta estrada em espiral entre as montanhas de Masir,

---

* Kasbah: Nome árabe que se atribui, particularmente nos domínios berberes, às residências, com uma arquitectura característica, erigidas em lugares estratégicos, para servirem de fortificação. Na Península Arábica, especialmente no Reino da Arábia Saudita, semelhante cidadela pode deter a designação de «*qasr-masmak*» ou «*qasr-musmak*», e na Espanha do «*al-andalus*» é um cognate conhecido por «*alcazaba*».

O deserto é um dos poucos lugares que me devolvem o sorriso e a tranquilidade absoluta. É lugar onde me perco e onde me encontro. Aqui reinvento-me, a caminho das minhas visões, vagabundo numa perpétua senda.

além do deserto de Dahna, zona áspera e hirsuta, de mesetas e montanhas secas e áridas ocasionalmente atravessada por curtos e férteis vales e por onde passavam antigamente as grandes caravanas de camelos, carregadas de incenso e mirra, sedas, pérolas, prata e ouro, entre bosquetes de esparsas palmeiras e olíbanos, estreitos uadis, íngremes ravinas e falésias rochosas, num acolhedor «*miqhaya*» (espécie de pousada à beira da estrada), sentamo-nos, já depois da oração de «*al-maghrib*», eu e vários mercadores, de uma caravana síria oriunda de Marib, o maravilhoso reino verde, onde se diz ter reinado outrora Bilquis, a lendária rainha de Sabá, a cavaquear, a beber chá e a exalar «*mada'a*», um cachimbo de água também conhecido por «*narjilah*», ou narguilé.

A terra é hostil, por vezes coberta de um cardo rasteiro, quase sempre polvilhada de pequenas pedras de uma bela cor castanha, luzidias como mármore e polidas como jóias. O sol esmaga, com o peso da sua luz, o ser moral do homem. Olha-se e sente-se a fadiga daquela insuportável humidade, do calor e da cor monótona. Fica-se sem fôlego. Tudo aparenta ser uma espécie de monocromo de conformidade, desafiadoramente diferente e esplêndido. Todo o tipo de esguias palmeiras sangue-de-dragão (assim chamadas devido à sua resina escarlate, antigamente usada com fins medicinais e hoje principalmente utilizada para dar colorido a lacas e vernizes, em especial os que se aplicam nos violinos) que se erguem como a cúpula verde de um minarete agudo, aloés, sicômoros e cactos. Ali e ali, salpicada, uma ou outra «*graf*» (árvore habitual no deserto). Esbatidas sobre um fundo de opala, linhas de areia de uma cor fulva, como a juba dos leões, de ocre vermelho que se transforma em amarelo dourado acompanhando o correr do dia. Uma imensa paisagem desoladamente aflitiva e grandiosamente bela, cheia de coisas infinitas. Somente ondulações de areia estéril e lívida e vegetação rasteira, de ramos delgados, entrelaçando-se, e rodopiando em graciosa simplicidade, retorcendo-se em curiosas figuras gavinhas, elegantes adornos sob a forma de virtuosos arabescos, limitam o horizonte, deixando entrever apenas, sereno e inefável, para além das suas ramagens. Ao longe, do nada que se distingue, surgem de quando em vez remoínhos de pó que avançam e se desfazem com a mesma rapidez com que aparecem.

Já Gerald Du Gaury dizia que "o amor pelo deserto parece ser a princípio contra toda a razão; mas o instinto do homem saudável impele-o para ele, e, uma vez conhecido, nunca mais deixa de o atrair". Nada mais acertado. A serenidade dos dromedários pacíficos, a estatura das mulheres, tudo tem em si

uma harmonia profunda. Tudo faz pensar num mundo que se desprendeu das contradições da vida, e entrou, se fixou, na imortalidade. Sente-se que esta região deve ser habitada por espíritos. Pensa-se apenas em linhas puras e a nós, homens inquietos e nervosos, corroídos pelas aflições da realidade e por anseios de trabalho, a primeira ideia que nos ocorre é a de esquecer, ficar aqui esperando a vida, como as

esperavam as antigas almas dos poemas de Homero nas serenas e nubladas regiões inferiores.

Admiramos sobretudo as culturas pela sua preparação, pela sua abundância, pela sua altiva beleza. Sente-se aqui também um passado ancestral cheio de histórias: as tribulações dos conquistadores, a decadência da raça humana, o desleixo dos governantes, os vícios da civilização. A dificuldade da existência material, a luta dos interesses vitais, a preocupação dos negócios, tudo isto que constitui o viver actual, é pouco apropriado para deixar desenvolver a simplicidade nos espíritos e nas fisionomias a pureza das raças. Aqui não se fala em Wall Street, Nasdaq, não se conhece a parisiense Torre Eiffel, o diagrama da rede de metro de Madrid, a Disneyland, a sensualidade do samba brasileiro, a agilidade de Messi, o Guggenheim Museum, a obra arquitectónica de Ed Tuttle, o templo de Partenon ou o Big Ben londrino. Não se lê o Washington Post, não se "googla", não se joga Play Station, não se cantam refrões de Zhang Huimei, não se partilha a filosófica instrumentação de Meyerbeer, o idealismo de Beethoven, a luminosa inspiração de Mozart, a diamantina musicalidade de Verdi, nem o lirismo apaixonado de Donizetti. "*Alf laila ua laila*", Shahrazad, Constantinopla, Ibn Rushd,Al-Mu'tamid e Granada, são apenas vagas referências. Não se disfruta do paladar dos Pastéis de Belém, do cappuccino italiano, da parrilla argentina, do bacalhau da Noruega, da crocante bockwurst alemã nem o sabor de um Pierre Marcolini, do Mouton-Rothschild, do Montrachet ou do Vinho do Porto. Não se lê Pablo Neruda, Saramago ou Lev Tolstoy. Vive-se, todavia, da filosofia e dos ensinamentos da vida, alicercada pelo conhecimento da própria natureza, do deserto e do divino.

Neste nicho, se o homem pensasse em construir, só lhe lembraria a recta suavíssima ou a lenta curva toda aberta ao dia e à luz, fugitiva pela sua natureza abstracta à expressão escrita. Se o homem pensasse em soltar a voz, fá-lo-ia cantando – e parece que todo o pensamento humano deveria ter nestas paragens a modulação natural de um verso de Camões, pois que "à constância se deve toda a glória", de Camilo Pessanha ou de Virgílio. Ao lado dessa incomensurável tira de vida, as coisas imensas têm a perfeição das coisas delicadas: o deserto lembra uma pervinca, o céu uma ametista... Esta região é absolutamente a pátria das almas. E assim tu me apareceste, ó deserto do Hijaz, sublime, romântica terras dos califas!

Um centro suave, longe do mundo, estreito e simultaneamente ilimitado, onde a vida e as sensações se lançam por meio de opostos e se confundem com o alto pensamento vital das coisas. Nada da vida material ali invade a alma. As finas emoções delicadas, as percepções inteligentes florescem, envolvem o espírito. Senta-se a gente e olha, e contempla. Não tem ideias nem observações, nem crítica, mas apenas uma vida inerte, tão divinamente passiva como a vida de todas as outras coisas. O deserto, a lua, o silêncio, a imensidão, penetram-nos, vivem em nós, embalam-se e resplandem na nossa alma. As nossas sensações mundanas, as nossas contrariedades esvanecem-se, as nossas inquietações desaparecem. O deserto é um dos poucos lugares que me devolvem o sorriso e a tranquilidade absoluta. É lugar onde me perco e onde me encontro. Aqui reinvento-me, a caminho das minhas visões, vagabundo numa perpétua senda.

"*Não é só de pão que vive o homem; vive também das fantasias, dos sonhos e dos pensamentos puros que trazem alento e alegria ao nosso coração.*" (Kalil Gibran)

A brisa, quente e árida, transforma o ar em cones e faz vogar enlanguescidos lençóis de pó. Vem dos Jardins do Oriente. Cheira a terra seca do deserto e a lírios, açucenas e perfumes inebriantes e particulares a jasmim, a videira, a romanzeiras e oliveiras centenárias, tamareiras brandas, a menta e flores cor-de-rosa repousadas. Por aqui se diz que Deus

criou o mar e a água para que o Homem pudesse viver e criou o deserto para que o Homem pudesse descobrir a sua alma. Traz lembranças que revigoram o paradoxal meu pensamento ausente, mas sempre presente. Recorda a Arábia profunda, a grande mesquita de cúpulas soberbas, radiosas e eternas, onde sou acolhido como um crente, um irmão, um peregrino, um jardim algures no meio do oásis, onde as águas cantam e descansam pastores, o acre aroma da laranjeira azeda, mas onde levo comigo a fé – fortuna leda – que me indica a luz divina e me sossega a alma. É um vento que traz calor e está pesado de humidade, arranca-me do meu torpor, desperta-me a vontade, palpita-se-me o coração, alegra-se-me a mente, transbordando de emoções. É o meu sangue. São os (meus) Jardins do Oriente. E neste bastião cercado de muralhas do «*masmak*», no último oásis da Arábia, tal qual em uma espécie de avatar, sorvo pensativo o meu chá verde, o café aromatizado com cardamomo e o refrescante «*laban*» (bebida refrescante, semelhante ao leite, muito apreciada no Médio Oriente) e sinto que mesmo nos locais mais distantes se consegue ouvir a voz da reverência ou o poema sibilino do ancião cortês sentado de pernas cruzadas em frente ao seu «*mabkharah*» (incensador).

E a imaginar o que desejo, a ser o que imagino e a criar o que sou, o meu ser permanece com saudade naquela velha tenda beduína, porque o meu reino fica para além, onde me revejo «*badauii*», guerreiro de um clã que quando viaja, em cada camelo leva um «*shaqdif*» dourado de estofo e seda e coxins púrpura, em cujo interior vai uma jovem mais pura do que a quarta lua do mês de Ramadão, mais formosa que uma gazela encantada e mais doce do que as tâmaras de Zaimid, filho de uma tribo do deserto onde todos são nobres, todos: homens e cavalos! Senhor ou emir, algures em outro tempo, por lugares perdidos de sonhos, nesse apego do Oriente, vivendo uma vida longa sem vergonha, salvo do fogo do inferno, a desfrutar das recompensas do Paraíso, no firmamento, pelos roteiros do amor e da saudade, entre vastas terras por onde deambular, cobertas por ervas boas para o pastoreio, amplos poços cheios de água da mais doce, grandes manadas de cabras e camelos, rosas e buganvílias, a sombra da «*samura*» (acácia) para me abrigar, a areia, o vento, o sol, o clã, uma mulher bela e gentil, filha da graça e do deleite, eflúvio de requintado prazer, «*huri*» do céu mais alto, fulgente estrela de obstinada beleza, colírio para os olhos e brisa refrescante para o coração e espírito, com um doce temperamento e perfume a terra húmida de depois de chover à mistura com camomilas recém-apanhadas, muitos filhos e algumas filhas, a poesia,

a montada fiel e a «*saif*» (espada, sabre) companheira, a palavra de Deus e a Sua verdade, auxílio no fim dos tempos, o amor para sempre misericordioso e puro.

E à semelhança do que acontece com qualquer retrato, a sua verdade reside menos no pormenor do que no espírito...

«*O mundo é um imenso livro do qual aqueles que nunca saem de casa lêem apenas uma página.*» (Agostinho de Hipona)

A noite fria e veludosa começava a cair, melancólica, sobre o deserto, e o céu repintava-se, aos poucos, de mil e uma estrelas. Este céu não tem nuvens. As nuvens são os viajantes do céu: transmitem-lhe ideia e intenção, fazem perspectivas luminosas, povoam-no, dão-lhe uma imensa paisagem vaporosa de onde cada um, segundo a feição do seu espírito, tira preciosas obras, quadros gloriosos de jasmin pintados em dourado, aguarelas rutilantes, sonetos, obras, visões. Não muito ao longe, ouvia-se o alegre latir do saluki e o uivar lúgubre de um qualquer chacal mais faminto.

Faziam parte daquele singular grupo Abdullah, um beduíno de figura gaiata e subtil, natural de Medina – ou «*Madinah*», palavra cujo sentido literal é «cidade», normalmente a sua parte mais antiga, local de destino da emigração (hégira ou «*hijra*») do profeta Maomé e dos seus companheiros, em 622 d.C., vindos de Meca e onde, segundo a tradição muçulmana, o profeta estará enterrado, sendo este, depois da cidade Santa de Meca, o local sagrado mais importante de peregrinação para o Islamismo –, daqueles que sobe às palmeiras, é conhecido por «*psyllés*» ou encantador de serpentes, apanha escorpiões com a mão e os guarda no bolso em caixas de fósforos para vender, e que é bem capaz de se orientar sozinho pelas areias movediças de 'Umm as-Samim («mãe do veneno») sem se perder; Hamid, um jovem adail sahariano aprendiz da arte de «*jambiya*» (adagas encurvadas), com um pequeno bigode crespo e de expressão viva e inteligente, que me servira de guia numa das últimas viagens que fizera pelos roteiros da Síria, e um velho omani, condutor de cáfilas, chamado Fuad, de fisionomia altiva e vigorosa, faces regulares, dentes amarelados, largos olhos e característico nariz adunco que, depois de haver percorrido grande parte da antiga Pérsia, do Iraque,

Verdadeiros companheiros, merecedores do meu maior respeito, que me acolheram, me ajudaram, me ensinaram e vieram ao meu encontro com uma magnanimidade tal que eu nunca mais olhei para o mundo da mesma maneira.

da Índia e da China, abandonara a vida errante e aventureira para mercadejar em lãs e tapetes com a comunidade judaica de Mossul. Alegre e loquaz, ao dirigir-se aos restantes, as suas palavras surgiam com a cadência de uma prazenteira «*qasida*» (género poético, usualmente um panegírico, próprio da Arábia pré-islâmica), a que se aliava segura experiência e um bom senso pouco comum. De resto, eram todos eles assaz interessantes, divertidos e originais. Gesticulavam com frenesim e animavam as hostes com os seus dichotes e jocosas travessuras.

Rudes beduínos da agreste Tihama, guardadores de cabras, aventureiros que cantam a ilusão, o paroxismo, a soledade e a grandeza do deserto, alguns dos quais tive a honra e o prazer de partilhar da sua hospitalidade para além dos palmares perdidos. Verdadeiros companheiros, merecedores do meu maior respeito, que me acolheram, me ajudaram, me ensinaram e vieram ao meu encontro com uma magnanimidade tal que eu nunca mais olhei para o mundo da mesma maneira. Poetas que suscitam o nosso olhar em volta. E é disso que tenho saudades. Mestres e aventureiros com quem aprendi que a imaginação é mais importante que a realidade pois «quando não se tem imaginação, morrer não é nada; quando se tem, morrer é demais» («*at-tukhaiulat aham min al-ma'rifa*»).

E eu acolhia com absorta satisfação a maneira como, com jocosidade e num ambiente descontraído e amistoso, dirimiam argumentos e os risos da tertúlia retiniam no ar. Esforçava-me por entender, naquele árabe arrebatado, as suas estórias alternadamente cheias de peripécias, de melancolias, de lampejos de frescura de sentimentos que ocultam a aparência de uma dureza selvagem, do improviso, da eloquência e, sobretudo, de espontâneos risos.

Característica do humor árabe, e do humor semítico em geral, é o apreço pela ironia e pela destreza. A argúcia é, aliás, uma constante nos milenares «*mathal*» (provérbios) árabes, nos contos e nas anedotas de engenhosidade. É conhecido o espírito de acolhimento oriental e as suas refinadas manifestações de carinho, por palavras ou por gestos, em fórmulas que, para um ocidental, parecem exageradas. O Alcorão prescreve, por exemplo, que um muçulmano deve retribuir uma saudação com uma outra, mais intensa ou, pelo menos, não inferior. Daí que, naturalmente, a reacção em cadeia deflagrada por um simples «bom dia», possa durar uma eternidade... No campo das saudações, por exemplo, um ocidental, formalmente, perante uma visita que se despede, dirá: «Vê se apareces!». Já o árabe despede-se, dizendo: «*ismah lana nashufak*!» («permite-me que te volte a ver!»). E uma das fórmulas mais firmes de manifestar carinho é «*taqbarny*!» («enterra-me!»), isto é, «quero que sobrevivas depois de mim», «eu não saberia viver sem ti», etc. E jura, exagera e emprega o chiste, inocentemente, consigo, com todos, por qualquer coisa. Por tudo e por nada.

As mulheres mais jovens, pintadas de «*henna*» (pinturas corporais elaboradas, através de belos ornamentos padronizados, feitas a partir do derivado das folhas e caules transformados da planta com o mesmo nome), cuidavam da principal «*bait al-sha'r*» («casa de pêlo»), uma enorme tenda negra de pele de carneiro, recostando no chão colchões («*ad-dauashaks*») e almofadas («*al-masanad*») em redor da sela do patriarca da tribo, garantindo mais conforto aos convidados. Estas tendas, negras e resistentes, são cosidas («*fala'if*») em lã de ovelha ou de cabra e manufacturadas por forma a serem resistentes às tempestades de areia do deserto, confortáveis, luminosas e fáceis de transportar quando desarmadas.

Quando montadas, são esticadas com cordas («*al-atnab*»), erguidas e atadas a robustas varas

Estas tendas, negras e resistentes, são cosidas («*fala'if*») em lã de ovelha ou de cabra e manufacturadas por forma a serem resistentes às tempestades de areia do deserto, confortáveis, luminosas e fáceis de transportar quando desarmadas.

(«*al-amdan*») que as sustentam. O tamanho da tenda varia, consoante a importância do seu proprietário ou de acordo com o tamanho de cada família. Estas podem alcançar rectângulos de dimensões entre os sete metros e meio de comprimento, para as famílias mais pequenas, até aos vinte metros, para os chefes da tribo e a sua progénie. Uma cortina decorativa («*al-qata*»), cosida a meio da tenda, divide-a em dois compartimentos («*al-inqisam*»), uma para os homens, a outra para as mulheres. A divisão das mulheres é a mais larga das duas e só o dono da tenda aí tem autorização para entrar. O mobiliário («*al-atat*») é extremamente simples. A divisória das mulheres contém todos os utensílios necessários ao dia-a-dia, desde os pequenos depósitos de alimentos, apetrechos de cozinha até aos fusos de coser, aprestos que a mulher, improvisadamente, recolhe mais tarde e transporta consigo na liteira da sua montada. As abas ou dobras («*ar-ruag*») das tendas, são compostas de duas peças compridas atadas às margens, como se de cortinas se tratassem, suficientemente longas para acondicionar toda a tenda durante a noite.

O tempo de duração de uma tenda ronda, em média, os cinco, seis anos, renovando-se periodicamente os seus repartimentos. A fiação do pêlo da cabra é feito pela mulher da tribo, num simples fuso ou «*maghzal*». Essa rosca é enfiada num rudimentar tear («*an-natui*»), facilmente transportável sempre que a tribo necessite de se deslocar. O processo de coser os pedaços de lãs entre si é empreendido por grupos de mulheres trabalhando em conjunto, e é sempre uma ocasião para celebração. Embora a cor negra absorva o calor, no interior das tendas a temperatura é sempre inferior dez ou quinze graus em relação ao exterior. A tenda proporciona ao beduíno resguardo do sol escaldante, assim como agasalho das geladas noites do deserto. Durante as tempestades de areia ou do flagelo do «*simun*», os panos são fortemente atados a fios esticados ao redor da tenda e fixados no chão, por forma a evitar fendas nos pavilhões.

O «*simun*» ocorre frequentemente durante o período do verão, na época em que o calor é mais intenso. Em Meca, por exemplo, a direcção da corrente é assinalada de este para oeste; em Basra o vendaval apresenta sempre a direcção norte-oeste. Como os beduínos que vivem no deserto estão muito habituados com o ar puro, não suportam o "cheiro" do «*simun*» - "é um fétido capaz de causar náuseas a um elefante", dizem. Quando o «*simun*» rompe na sua violência máxima, a região do céu, nas vizinhanças da linha do horizonte, apresenta uma cor avermelhada e o vento desloca-se em marcha horizontal, varrendo a colina, arrastando as pedras, derrubando as tamareiras e erguendo, para as alturas, nuvens sufocantes de areia. Os homens deitam-se no chão, com o rosto voltado para baixo, defendendo-se, desse modo, da areia e das rajadas ardentes, que são extremamente perigosas. "Ao passar o «*simun*»", narram os beduínos, "o calor é tão forte que temos a impressão de sermos empurrados para junto da boca de um forno imenso em plena actividade".

Um beduíno nunca fala nas suas mulheres: não fala ao estrangeiro, nem ao parente, nem ao amigo.(...)
Outrora, quantas mais mulheres o beduíno abrigasse na tenda de pele de camelo, tantas mais lanças reunia em volta de si para o dia da batalha (...)

Uma vantagem adicional das longas amarras da tenda é a de poderem actuar como corda de tropeçar, protegendo os ocupantes da tenda contra intrusos ("*ad-dakil*") indesejáveis.

E a trémula lassidão da luxúria apodera-se-me da imaginação. Naquela outra tenda, no harém («*al-haram*» ou «*al-harim*», literalmente «proibido», «que não deve ser tocado»; parte da casa em que vivem exclusivamente as mulheres), por detrás da gelosia cerrada, não repousará, lânguida e indolentemente, sob uma esteira, com o seu vestido escarlate e sequins faíscantes, uma moça árabe, virginal, enigmática, de sensualidade fina e delgada – não aquela de *miss* ou de *lorette* romântica –, mas da agilidade e da ductilidade dos tigres, de felina cruel e lasciva, sobre coxins, naquelas atitudes convencionais e cheias de voluptuosidade que amava o pintor Ingres? Não se estará ali dançando, no dédalo daqueles interiores macios e perfurmados, a sagrada e imaginosa dança dos Sete Véus, ao som do «*zaghareet*» (típicos gritos árabes), do rumor rítmico e doce do «*rebab*» (instrumento cordofónico de arco, parecido com o banjo, com uma caixa coberta por uma membrana talhada de um único bloco de madeira), das estridentes castanholas, das cordas feridas do alaúde («*al-'ud*», instrumento musical da família dos cordofones, de corda palhetada ou dedilhada, com braço trastejado e com a sua característica caixa em forma de meia pêra ou gota) e da poderosa flauta que faz encher de ar as

faces do seu tocador, como a figura mitológica de Éolo entre as nuvens?

Um beduíno nunca fala nas suas mulheres: não fala ao estrangeiro, nem ao parente, nem ao amigo. Um beduíno não pergunta ao seu companheiro como está a mulher deste mas, experiente e polido, emprega metáforas, rodeios cheios de imagens, e apenas por alusões remotas se atreve a pôr a interrogação. Quando um europeu, menos conveniente, indaga acerca da mulher beduína, não o espancam, mas coram sob a pele cor de bronze claro e, constrangidos, sorriem com uma irritação interior amarga.

Outrora, quantas mais mulheres o beduíno abrigasse na tenda de pele de camelo, tantas mais lanças reunia em volta de si para o dia da batalha, tantas mais caravanas protectoras tinha para o seu rebanho, tanto mais temido era no deserto. A mulher era o auxílio, o pacto, o tratado. Firmava-se a paz com o chefe inimigo, tomando para esposa a sua filha ou a sua irmã. Celebravam-se festas sob a tenda, os dois chefes mergulhavam as mãos no sangue de um camelo branco e, sob as estrelas, como testemunhas, diante do deserto e das caravanas, estabelecia-se a concórdia. Assim, na velha vida errante, a mulher era também sinónimo de pacificação. O Amor, como a batalha e como o galope, era um dos aspectos elementares da vida beduína. Os rostos, então, andavam descobertos e as mulheres eram companheiras, confidentes, amigas. Os poetas, cavaleiros e guerreiros, eram tão românticos como os seus poemas. A beleza da mulher era celebrada, era a presença viva de Deus, era a graça infinita, a imaginação tornada tangível. Na amante, amava-se o Amor. E os poetas descreviam isso mesmo, com ímpar traço, nos seus versos. Todo o poema deveria conter uma apóstrofe ao Amor, uma paisagem do Deserto e uma exaltação do cavalo. Era prática pré-islâmica serem, por exemplo, recitados diante da tribo reunida e depois pendurados em redor do grande templo de Meca.ع

(Continua no próximo número)

** Headquarters Allied Force Command Madrid.

Coronel João Vieira Borges[1]

O Brasil, que em 1944 tinha pouco mais de 40 milhões de habitantes, foi o único país da América Latina a participar na II Guerra Mundial (II GM). No entanto, e apesar do enorme esforço desenvolvido para empenhar cerca de 25.000 brasileiros no teatro de operações da Itália, poucos são os portugueses (e mesmo brasileiros) que conhecem um pouco mais da História da Força Expedicionária Brasileira (FEB)[2] na II GM.

Com este trabalho, pretendemos recordar e divulgar uma parte dessa participação brasileira, relativa à batalha de Monte Castello, sem dúvida uma das mais emblemáticas de toda a campanha, mas que não desvaloriza todas as restantes acções desenvolvidas ao longo de cerca de oito meses de operações contínuas.

O Brasil da II GM era um país essencialmente agrícola, que defendia o pacifismo e a neutralidade, apesar de ser governado pelo Presidente Getúlio Vargas, indisfarçável simpatizante dos regimes fascistas. As Forças Armadas brasileiras tinham então grandes limitações em termos de material (oriundo de vários países e já desactualizado), pessoal e equipamento. Então quais as razões que levaram o Brasil a participar na Guerra?

Entre as várias razões apontadas pelos historiadores brasileiros estão a força da cultura ocidental, o seu posicionamento geopolítico, as razões ideológicas, o espírito de solidariedade para com os Estados Unidos da América (EUA, ao qual o Brasil tinha cedido, desde o início de 1942, várias bases no Nordeste e a ilha de Fernando Noronha), mas acima de tudo o facto de ter sido agredido. Pouco dias depois do ataque japonês aos EUA em Pearl Harbor (que teve lugar a 7 de Dezembro de 1941), o Brasil rompia as relações diplomáticas com

Schaumburg-Lippe e a Guerra Fantástica

Cronologia

1724 (9 de Janeiro) – Nasce em Londres.

1743 – Toma parte na batalha de Dettingen, ao serviço do Império Britânico, no âmbito da Guerra de Sucessão da Áustria.

1745 – Participa na Campanha de Itália. Combate os Turcos Otomanos ao serviço da Marinha Real Britânica.

1748 (25 de Outubro) – Sucede ao pai, por morte deste, no governo do condado prussiano de Lippe.

1759 (1 de Agosto) – Toma parte na batalha de Minden, no quadro da Guerra dos Sete Anos, onde se distingue como comandante da artilharia aliada.

1762 (Julho) – Desembarca em Lisboa, assumindo o comando do Exército Português. **Organiza e comanda as tropas luso-britânicas que defendem o território face à prova de força dos exércitos hispano-franceses (Guerra Fantástica), no âmbito da Guerra dos Sete Anos**.

1764 (20 de Setembro) – Regressa ao condado de Lippe.

1767 – Funda a Academia Militar de Wilhelmstein em Bückeburg. Regressa a Portugal, a 16 de Setembro, superintendendo a exercícios de mobilização na região dos Olhos de Água (Palmela).

1768 (20 de Fevereiro) – Retira-se definitivamente de Portugal, "recolhendo-se" ao condado de Lippe.

1774 – Escreve "Alguns Factos Militares Portugueses".

1777 (10 de Setembro) – Morre em Wölpinghausen.

O Comandante

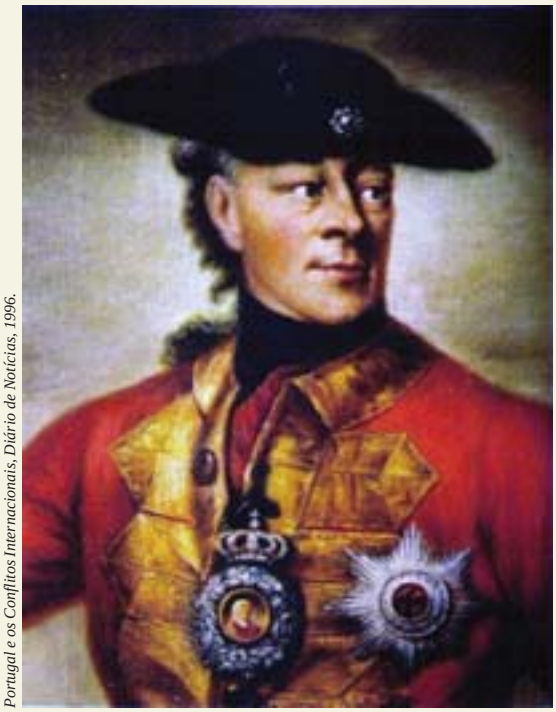
Schaumburg-Lippe Friedrich Wilhelm Ernst, Conde de Schaumburg-Lippe-Bückeburg e general prussiano, foi Marechal-General do Exército Português entre 1762 e 1777 e o responsável pela organização da defesa do território português contra os exércitos combinados hispano-franceses no decorrer da campanha de 1762, inserta na Guerra dos Sete Anos.

Nascido a 9 de Janeiro de 1724 em Londres, era filho do Conde prussiano Schaumburg-Lippe e da sua primeira esposa, a Condessa Gertrude de Oeynhausen, filha bastarda do rei George I de Inglaterra. Passou grande parte da sua infância na capital inglesa e iniciou a sua vida militar ao serviço da Guarda Real Britânica após concluir os estudos em Geneve e Leyden. Combate ao lado do pai, General do "Exército Pragmático", na Guerra de Sucessão da Áustria, distinguindo-se na batalha de Dettingen, em 1743. Alista-se como voluntário nas forças imperiais, participando na campanha de Itália em 1745 e, nesse mesmo ano, integra a Marinha Real Britânica combatendo os Turcos Otomanos.

Após a morte do progenitor, assume o governo do Condado de Lippe, instalando-se na Prússia. Frequenta, durante algum tempo, a corte de Frederico o Grande, onde colhe ensinamentos estratégicos e tácticos prussianos, e priva com vultos da ciência da época, como Voltaire. No decurso da Guerra dos Sete Anos distingue-se como Grão-mestre da artilharia do Exército Aliado, que organiza e emprega com "excepcional efeito" durante a batalha de Minden, em 1759.

A reputação granjeada como comandante militar impele o governo do Marquês de Pombal a solicitar os seus bons ofícios, constituindo-se o governo de Londres intermediário.

Consequentemente, Lippe desembarca em Lisboa, nos inícios de Julho de 1762, acompanhado de vários oficiais e é nomeado, por Decreto do rei D. José I, Marechal-General do Exército Português e Comandante em Chefe do exército anglo-luso, que organizará e com o qual fará face à ameaça que o exército franco-espanhol colocava às fronteiras portuguesas. Após as campanhas de 1762, onde se notabilizou, deu especial atenção à transformação do Exército Português de forma a torná-lo numa força moderna e suficientemente dissuasora.

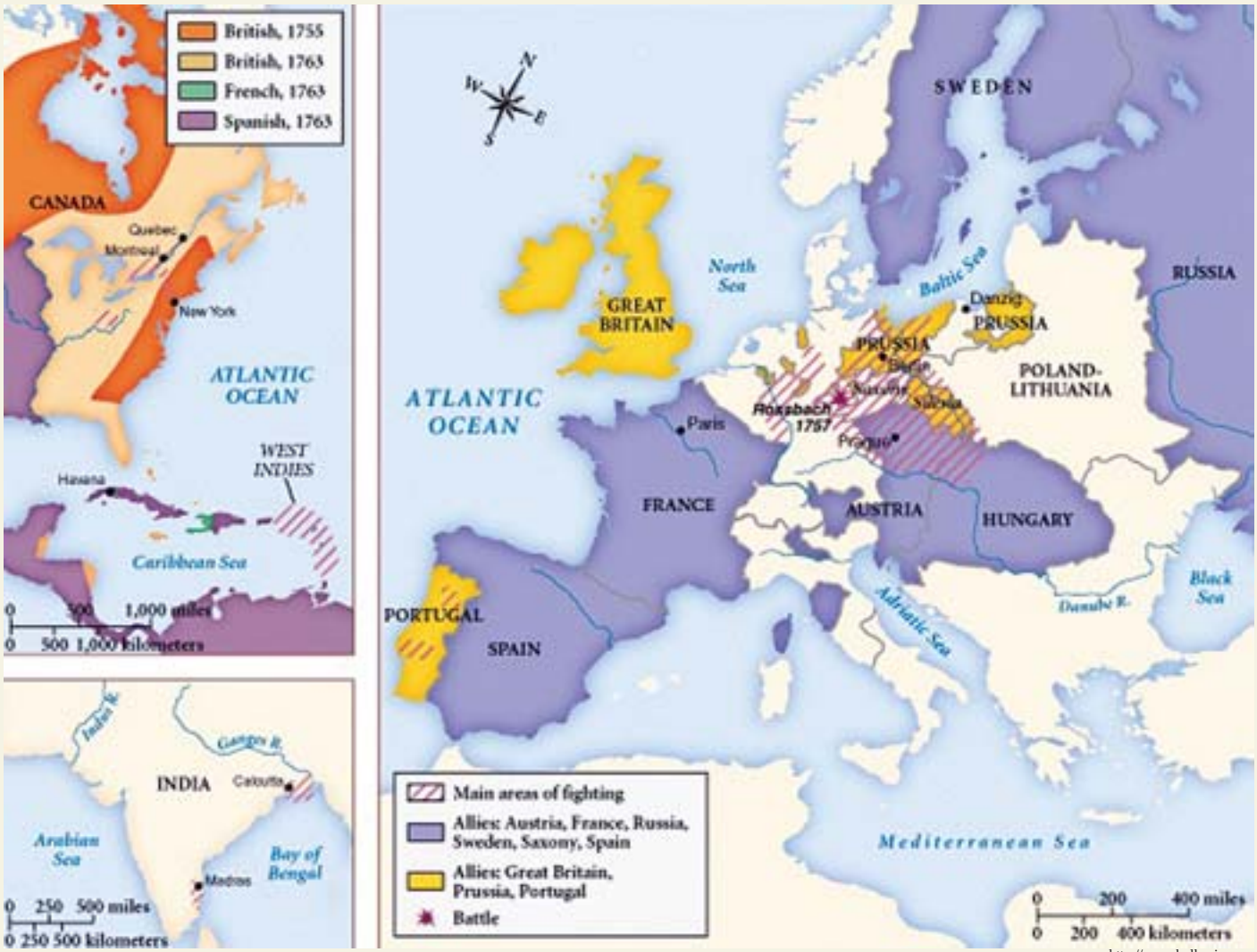


Portugal e os Conflitos Internacionais, Diário de Notícias, 1996.

Conde de Lippe.

Regressa ao seu condado em 1764. Apesar de ausente, D. José mantém-lhe as funções de Comandante do Exército Português. Regressa a Portugal três anos depois da sua partida, a pedido do poder político, onde efectua revistas aos regimentos de Trás-os-Montes e conduz um exercício de mobilização e manobra na região de Palmela, destinados a verificar os níveis de instrução e de disciplina. Deixa definitivamente Portugal no início de 1768. Apesar da distância, o conde de Lippe mantém-se a par da realidade militar portuguesa até à sua morte, em 1777 (curiosamente, ano da morte do rei D. José). Vinte anos depois, o governo português adquire à viúva do seu sucessor os planos de defesa de Portugal que gizou.

Com uma sólida formação académica, Schaumburg-Lippe foi um estudioso das ciências matemáticas, da história, literatura e ciências políticas. Típico militar prussiano da época das "Luzes", a sua forma de estar, pensar e agir definem-se numa só palavra: excelência! Latino Coelho classifica-o como "um oficial de grande mérito, um discípulo de Frederico, principalmente um homem competente para organizar, instruir e disciplinar. O Conde de Lippe era ao mesmo tempo oficial de todas as armas, pelo que a todas havia conversado no campo e no gabinete".



http://www.kollewin.com

Guerra dos Sete Anos.

Conjuntura Político-Estratégica

Em 1756, ainda não haviam passado 50 anos sobre a Guerra da Sucessão de Espanha, e já a Europa entrava de novo em guerra. A França e a Inglaterra, mercê de um conflito iniciado pela posse do Canadá, inserido na lógica da Revolução Industrial e na procura de territórios com matérias-primas e potenciais mercados, reacenderam as hostilidades. De início, a Guerra deixou de fora a Espanha, permitindo que Portugal se mantivesse alheado do conflito, apesar de se encontrar em quase todas as zonas estratégicas onde os confrontos anglo-franceses tinham mais força: a entrada do Mediterrâneo, a rota da Índia, a foz do rio da Prata.

O facto é que a neutralidade dos Países Ibéricos não impedia que os navios ingleses, escalando os portos portugueses e navegando ao longo do litoral peninsular, produzissem graves danos à navegação e marinha francesas. Os acontecimentos iriam arrastar Portugal para o conflito, sendo na costa algarvia que as ameaças à neutralidade portuguesa se começaram a sentir. Em Agosto de 1759, uma esquadra inglesa derrotou uma francesa em frente de Lagos, que redundou num diferendo diplomático entre a França e Portugal, com o embaixador daquele País a abandonar Lisboa. Depois, em 1761, ocorreu um combate naval entre dois navios ingleses e três franceses no Cabo Finisterra, que resultou no apresamento de um navio francês e duas centenas de mortos da sua guarnição. Como se percebe, a França tinha a navegação costeira e atlântica condicionada pela acção britânica. Perante esta situação, Luís XV assinou o Pacto de Família (15 de Agosto de 1761), que compreendia a França, a Espanha e Nápoles. Assim, a partir de 1762 a guerra aproxima-se das fronteiras portuguesas. Portugal recebeu a proposta de se juntar ao

Guerra dos Sete Anos (1756-1763)

A guerra tem como catalisador geral a rivalidade franco-britânica nas colónias da América do Norte e na Índia e como catalisador específico as inquietações da Áustria de Maria Tereza face aos progressos da Prússia de Frederico II, a quem procura reconquistar a Silésia perdida no âmbito da Guerra da Sucessão da Áustria (1744-1748). Perfila-se, assim, novo confronto entre os dois grandes blocos europeus – Inglaterra e França –, tendo a América do Norte como palco estratégico do conflito e a Europa como teatro de "procuração".
Após um apresamento de dois navios de guerra e 300 navios mercantes franceses pelo almirante inglês Boscawen, em Junho de 1755, a Grã-Bretanha e a Prússia assinaram em Janeiro de 1756, o acordo de Westminster: os prussianos comprometiam-se a proteger a região do Hannover (casa reinante de Jorge II), contra as ambições francesas; a Grã-Bretanha apoiava as reivindicações territoriais da Prússia na Áustria e na Rússia. Em resposta, Luís XV de França assinou com a Áustria o tratado de Versalhes (Maio de 1756), a que se associaram Augusto III da Polónia, Adolfo Frederico da Suécia e Isabel I da Rússia, receosos das ambições de Frederico II. Desencadeada a guerra, as primeiras operações foram favoráveis aos franceses e seus aliados, que obrigaram Frederico II a combater em quatro frentes: no Hannover, atacado e conquistado pelos franceses; na Silésia, que os austríacos tentavam recuperar; na Prússia oriental, onde intervêm os russos; na Pomerânia, invadida pelos suecos. Mas a entreajuda britânica, a superior capacidade militar prussiana (verificável nas emblemáticas batalhas de Rossbach, Leuthen e Zorndorf) e a decisão do czar Pedro III abandonar a coligação, em 1762 (a que se seguiu a Suécia) permitem a Frederico II sustentar-se militarmente face aos rivais e assegurar a posse da Silésia (tratado de Hubertsburg, 1763). Entretanto, os britânicos impõem-se aos franceses na América do Norte (capitulação do Quebeque, 1759), no Oriente (Pondichery, 1761) e na Europa (Minden, 1759).
A vitória anglo-prussiana, consagrada pelo Tratado de Paris (1763), marca o declínio da França, o triunfo da Grã-Bretanha, com domínio incontestável nos mares e a exclusividade comercial na América do Norte, e a emergência da Prússia.

«Pacto» e abandonar a aliança inglesa (10 de Fevereiro de 1762). A resposta portuguesa lembrava que o País não "sofrera ofensa que justificasse a violação da aliança, pelo que o seu papel era de mediador e não de beligerante". Perante a recusa do governo do Marquês de Pombal, forças franco-espanholas invadiram território português de Trás-os-Montes ao Alentejo, em Maio de 1762.A Grã-Bretanha enviou socorros em dinheiro e material bélico e, depois, um corpo de militares, entre os quais o conde de Lippe, que reorganizou a defesa portuguesa. Parece inevitável a recusa do ultimato francês, porque se temia, como sempre, as previsíveis retaliações inglesas nas possessões ultramarinas. Mas também parece evitável a perda da neutralidade, explicável, em certa medida, porque o prestígio externo de Portugal e a «inteligência» diplomática se esvaíram na transição do reinado de João V para o de D. José. Portugal perdeu argumentos estratégicos para sustentar uma neutralidade que as potências europeias respeitassem.
Portanto, na Guerra dos Sete Anos, onde o afastamento português foi a postura inicial, o País foi atacado militarmente depois de a Espanha ter sido «arrastada» para o conflito e ter negado a aliança proposta pela França. De novo o País é pressionado politicamente pela França, invadido pela Espanha e auxiliado pela Inglaterra. As prerrogativas da aliança Inglesa falaram mais alto e, com elas, a importância funcional das possessões marítimas.
Portugal estava sem aparelho militar e o marquês de Pombal viu-se forçado a tomar apressadamente algumas medidas de emergência. De qualquer forma, apesar dos reforços militares ingleses, dois batalhões suíços e de um elevado número de oficiais alemães liderados pelo conde de Lippe, o armistício veio a tempo de furtar Portugal a eventuais humilhações. O Tratado de Fontainebleau, que pôs fim à guerra, ignorou Portugal na hora da "recolha de despojos" (onde não foi signatário), apesar de ter alinhado ao lado do "eixo anglo-prussiano", que venceu o conflito. Londres negociou em nome de Lisboa, em conformidade com os usos e costumes da "velha aliada".

Arte da Guerra e Aparelhos Militares

Os exércitos do absolutismo eram máquinas pesadas, lentas e rígidas, que convinha preservar como consequência do seu elevado custo. Em meados do século XVIII, manobrava-se sem combater e combatia-se sem manobrar. A batalha só ocorria em determinado local se ambos os contendores o desejassem (batalha por consentimento mútuo) e, assim, manobra e batalha eram distintas e, de certa forma, independentes.
É com Frederico II que a demanda da batalha decisiva ganha novo fôlego. O pensamento militar do rei da Prússia parte do pressuposto que pequenos exércitos seriam mais controláveis, recorrendo, se necessário fosse, à utilização de mercenários.
Sublinhava que as guerras deveriam ser de curta duração e com um ritmo elevado, procurando que a iniciativa no ataque obrigasse o inimigo a regular os seus movimentos pelos do atacante, colocando-o em nítida desvantagem. Assim, para que tal fosse possível, o exército de Frederico II obedecia a quatro grandes princípios: disciplina, apoio logístico, ofensiva, praticabilidade. A acção assentava na concentração dos fogos de infantaria e do poder de choque da cavalaria, que carregava uma das alas do adversário.
No âmbito da táctica *petit service*, como a designava, Frederico introduziu alterações significativas: desde logo o princípio divisionário, no qual o exército se desloca por várias colunas facilitando a velocidade e a surpresa; a artilharia a cavalo, que efectuava o deslocamento entre bases de fogos com a mesma velocidade que a cavalaria; explorar a trajectória dos canhões, que permitia o recurso ao tiro indirecto e possibilitavam a ordem oblíqua, possivelmente inspirado no romano Vegetius.
Em Portugal, o Exército estava longe de atingir os níveis de eficácia acima descritos, encontrando-se em estado de abandono desde que D. João V se afastara da governação por motivos de doença. Na verdade, eram miseráveis as "reais valias" do Exército Português quando D. José subiu ao trono (1750) e assim se mantiveram até Portugal

Patrulha de Reconhecimento de Cavalaria da Praça de Elvas.

Colecção de Aguarelas do Coronel Ribeiro Artur.

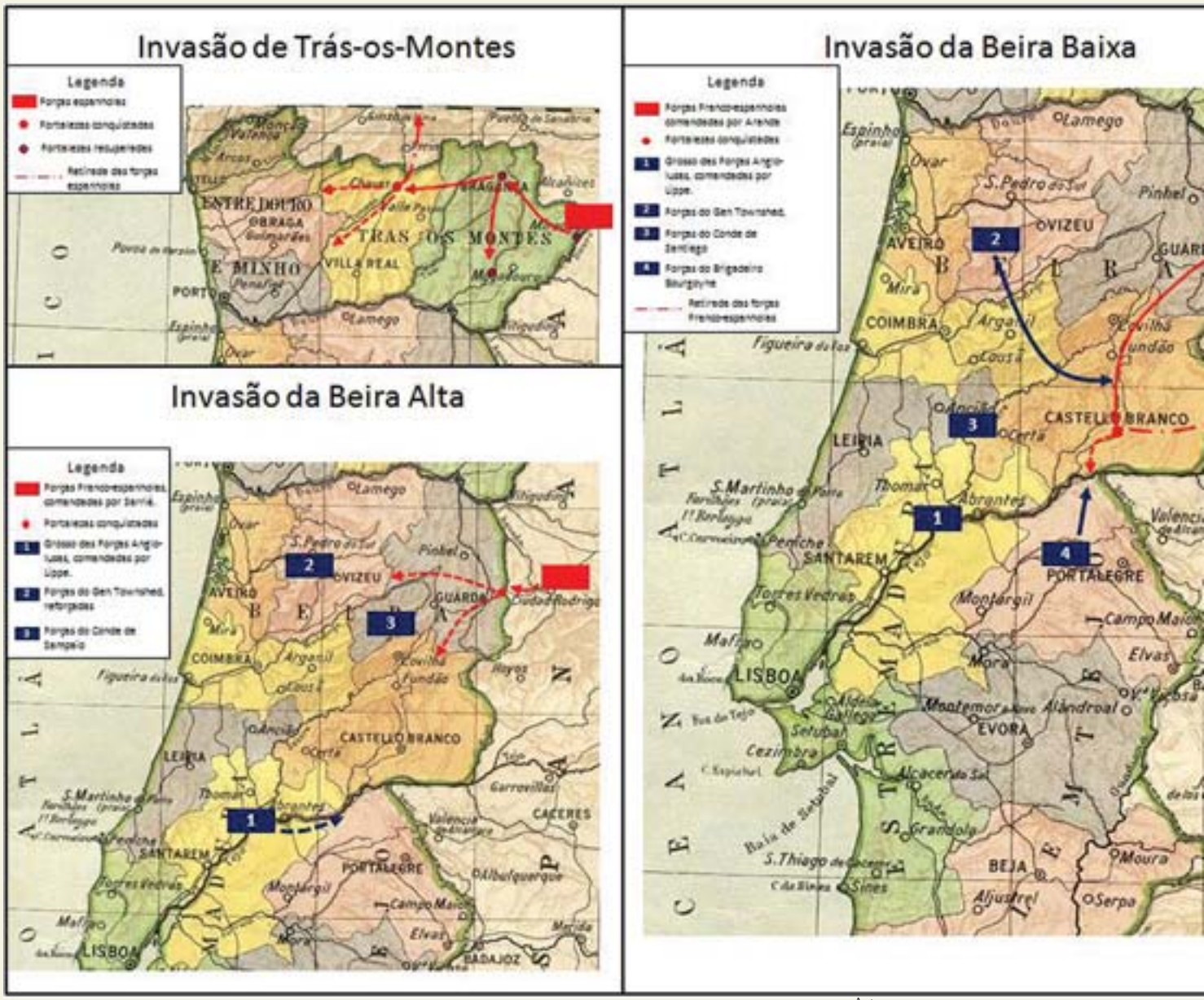
se ver envolvido em guerra com os signatários do *Pacto de Família*. Não havia no país a denominada mobilização. O recrutamento era efectuado numa base periódica, à custa das massas populares mais desfavorecidas e desprotegidas, incapazes de se furtarem aos deveres militares, cujas condições degradantes favoreciam, em grande medida, a ausência de disciplina nas fileiras. Assim, de acordo com Pereira Sales "*esses soldados mal vestidos, mal alimentados e mal pagos, eram forçados a permanecer nas fileiras durante anos e anos, uma dezena deles e por vezes mais ainda, razões porque procuravam libertar-se de tam duro serviço, desertando sempre e sempre"* (cit. Martins Barrento). As promoções ou atribuições de postos de oficiais eram concedidas tendo por base decisões administrativas régias, sendo os principais cargos de comando atribuídos em função do grau de nobreza. A ausência de critérios rigorosos que pudessem possibilitar a progressão na hierarquia minava o espírito "castrense", até porque a hierarquia de subalternos era constituída na base da "clientelagem". De facto, Portugal tinha um *deficit* de oficiais preparados para a guerra. Os que haviam participado na Guerra de Sucessão de Espanha já haviam morrido e o estado de lassidão em que o país havia caído inibia a manutenção do conhecimento adquirido. A par da perda da "escola" da Guerra de Sucessão de Espanha, a preparação específica dos oficiais era inexistente. A falta de competência dos quadros, a falta de hábitos de disciplina e as evidentes lacunas da força, derivadas da falta de instrução, produziram efeitos extraordinariamente negativos na coesão e na força anímica, os principais factores (intangíveis) que, muitas vezes, colmatam o diferencial de potencial de combate tangível, quando dois exércitos se defrontam em combate. Com efeito, como refere o General Martins Barrento "não havia guerra há muito, os militares desabituaram-se de suportar as armas, os generais a suportar a disciplina, o poder político a suportar o exército".

É neste estado anímico que se encontra o exército Português cujo efectivo, no início de 1762, rondava os 8 000 homens de primeira linha (corpo de manobra) e 25 000 auxiliares e ordenanças (que só poderiam ser empregues na guarnição das praças). Para enfrentar os invasores, os quantitativos de pessoal do Exército aumentaram, atingindo, em Abril de 1762, os 40 mil homens, a despeito das muitas isenções que a legislação vigente permitia no recrutamento. Porém, a eficiência militar pouco melhorou no seu conjunto. Para a suprir, o governo contratou dois batalhões suíços de 800 homens cada, mas ante a indisciplina dos seus oficiais, sem dignidade nem carácter militar, foram dissolvidos. Dada a urgência na defesa, foi pedido o auxílio à aliada britânica. Vieram sete a oito mil soldados, sob comando de oficiais que igualmente não enobreceram as fileiras portuguesas e reforçaram a indisciplina, o ciúme e a discórdia em que se vivia. Decidiu então o Marquês de Pombal, a conselho da Inglaterra, chamar um estrangeiro para reorganizar e comandar o Exército Português, recaindo a escolha no conde Guilherme de Schaumbourg-Lippe, prussiano que servia como general no exército britânico. Em Julho de 1762, foi nomeado Marechal-General do Exército, Governador das Armas de Todas as Tropas e Director-Geral de Todas as Armas. A despeito do que já acontecera com o Conde de Schomberg, no século anterior, no respeitante à má vontade e ao ciúme dos oficiais portuguesas, Lippe conseguiu impor-se e impor a sua visão estratégica e conceitos tácticos, alcançando a imprescindível disciplina, coesão e eficiência no Exército.

Soldado de Infantaria.

http://www.arqnet.pt

Salvador
2010



Autores

Campanha de 1762.

Descrição da Batalha

A primeira fase da guerra de 1762 iniciou-se logo após o ultimato. Retirados os embaixadores em Madrid e em Lisboa inicia-se, a 30 de Abril de 1762, a invasão de Portugal por um exército que contava com um efectivo de cerca de 30 000 homens, comandados pelo Marquês de Sarriá. As tropas espanholas entraram na província de Trás-os-Montes, ocupando Miranda, Bragança (que ficou sem capacidade de resistência após a queda de Miranda), Chaves e Torre de Moncorvo (que se entregaram sem resistência). Esta acção prévia tinha como provável objectivo, como refere Lippe, *"reconhecer esta provincia e as margens do rio Douro"* de modo a o coronel O´Reylli *"fazer as correrias na Beira como tinha intentado"*, junto de Vila Nova de Foz Côa. No entanto, a guerrilha do povo transmontano, armada e comandada por O'Hara, e as dificuldades impostas pelo terreno frustraram as tentativas do exército invasor não só de se dirigir para a Beira, como de atingir a cidade do Porto, fazendo-o retroceder para Espanha. Porém, a retirada do exército espanhol não foi total pois Chaves permaneceu ocupada por um destacamento pertencente à província da Galiza até ao Tratado de Paz assinado em Fevereiro de 1763. Regressadas a Espanha, as forças reúnem-se ao grosso do exército que se concentra em Ciudad Rodrigo, a partir de 15 de Julho de 1762. A este

exército juntam-se, também, forças francesas, em virtude da declaração de guerra que a França formaliza a 20 de Junho. As hostilidades reiniciam-se com a entrada por Almeida, em 30 de Julho do mesmo ano, de um exército franco-espanhol com cerca de 40 000 homens e 93 canhões comandado de novo pelo Marquês de Sarriá. Os seus intentos consistiam na conquista de Almeida, praça que garantia condições para avançar para Oeste (em direcção ao objectivo intermédio de Coimbra – e daqui teria a facilidade de se deslocar para os objectivos finais Lisboa ou Porto) ou para Sul (conseguindo um eixo mais directo em direcção a Lisboa).

O Conde de Lippe, entretanto chegado a Portugal e instalado em Abrantes, concebeu uma estratégia contando que Almeida resistisse algum tempo, *"pelo menos até ao dia 14 de Setembro"*. Os seus anseios residiam no facto de que Sarriá procurasse fixar Almeida com uma força com pouca expressão e que o seu principal objectivo fosse destruir o exército luso-britânico e invadir Portugal pelo Alentejo. Assim, a concentração na região de Tomar – Golegã – Abrantes para além de facilitar a concentração dos meios logísticos necessários, garantia a reacção da força em tempo logo que o inimigo revelasse as suas intenções. Zona de expectativa estratégica, Abrantes permitia, ainda, negar ao inimigo o acesso às passagens do rio Tejo, necessárias à condução de operações a Sul, pelo Alentejo. O plano de Lippe contemplava também acções ofensivas sobre as linhas de comunicações de Badajoz, Mérida e Cáceres, de forma a ganhar a iniciativa e levar a guerra para fora do território nacional, obrigando Sarriá a redireccionar forças para proteger os comboios logísticos. Para dar corpo ao plano, Lippe faz deslocar o General Townshed com as suas forças para a região de Viseu, de modo a garantir a vigilância e defesa dos eixos provenientes da Beira Alta, impedindo o acesso a Lisboa. Na região da Guarda concentrou uma força cuja tarefa era cobrir a região da Beira Baixa e dificultar o reabastecimento logístico ao inimigo. Estava previsto que uma parte da força fosse empregue em acções ofensivas em Espanha.

Em 30 de Julho inicia-se a invasão. O exército franco-espanhol dirigiu-se para Almeida, sitiando a praça a 5 de Agosto. Entretanto, a 7 de Agosto a guarnição de Castelo Rodrigo rende-se e, a 11, Alfaiates capitula, igualmente sem resistência, ainda que dois dias mais tarde haja uma acção de populares no sentido de recuperar aquela praça, mas sem sucesso. A 25 de Agosto Almeida entrega-se ao invasor, praticamente sem dar resistência. Ante tal notícia, Lippe manda regressar à região do Zêzere – Abrantes o grosso do exército que se encontrava na região de Nisa, pronto para a contra-ofensiva em território espanhol, e reforça as forças do General Townshed, de forma a deter a invasão pela Beira Alta.

É então que sucede o facto providencial de Sarriá ser substituído no comando das forças hispano-francesas pelo Conde de Aranda, a 4 de Setembro. Aranda inflectiu a estratégia militar e avançou para a Beira Baixa, com o objectivo de submeter Castelo Branco. Por esse facto, Lippe rearticula as forças, mandando regressar os reforços de Townshed a Abrantes e ocupar a Foz de Arouce e a ponte da Mucela. Townshed cobre o vale do Mondego, o Conde de Santiago a Beira Baixa, Bourgoyne faz o mesmo entre o Tejo e Portalegre, a maioria das unidades inglesas instalam-se na região do Sardoal e a reserva e o quartel-general na região de Abrantes.

Aranda toma Penamacor e, em 17 de Setembro, Salvaterra do Extremo rendeu-se-lhe sem disparar um tiro. Tendo na sua posse as passagens sobre o rio Erges, em 21 do mesmo mês ocupa Castelo Branco e, em 2 de Outubro, o posto fortificado de Vila Velha de Ródão. No dia seguinte, os invasores seguem para Porto Cabrão (hoje Foz do Cobrão), deixando uma guarnição e artilharia em Vila Velha de Ródão. Parecendo quererem avançar sobre Abrantes, ultrapassam Sobreira Formosa.

Entretanto, Lippe posicionado em Mação, retrocede para Abrantes e fortifica-se de modo a tornar impossível a passagem de Aranda, ao mesmo tempo que ordena ao general Townshend, que havia feito deslocar para a Beira Baixa, que cortasse as retiradas ao exército inimigo, ocupando Penamacor e Monsanto. No Alentejo, o Brigadeiro Bourgoyne inquieta as forças inimigas, assalta a posição de Vila Velha de Ródão, captura oficiais, sargentos e praças e inutiliza e apreende o material de artilharia. Este general desempenha depois, na margem sul do Tejo, um papel notável, evitando que o inimigo pudesse transpor o rio e retirar por Badajoz. Ameaçado de destruição à medida que o Conde de Lippe movimenta as suas forças e limitado no terreno, Aranda recua para Castelo Branco. Em 19 de Outubro, a Beira Baixa "vai-se libertando" e Aranda, sistematicamente perseguido e ameaçado nas retaguardas, acaba por retirar por Salvaterra e Segura, cujas fortalezas faz destruir.

Em 22 de Novembro, o inimigo propõe uma trégua de armas, até que o Tratado de Fontainbleau, de 10 de Fevereiro de 1763, põe fim à guerra. Uma guerra que em Portugal foi "Fantástica", feita de processos de intenções, demonstrações e manobras, onde o "cheiro a pólvora" mal se fez sentir.

Análise da Batalha

Ao analisarmos a campanha de 1762, não pode ficar alheio o facto do desfecho desta campanha se dever ao génio militar do comandante do exército anglo-luso, o conde de Schaumburg-Lippe, que adoptou um plano flexível, que o desequilíbrio de potencial e a falta de clareza quanto aos objectivos do inimigo impunham, e concentrou as forças em expectativa estratégica, de forma a poder projectá-las onde a sua actuação fosse pertinente, assim que as intenções do oponente se manifestassem. Da acção do comandante fica, acima de tudo, vincada a sua capacidade de planeamento e de comando e controlo.
Depois, durante a fase de condução da operação, Lippe, apoiado em informações, rearticulou os meios e procurou impedir que o exército franco-espanhol acedesse à margem direita do Tejo. Negando as planícies alentejanas ao inimigo e, assim, o eixo mais directo para Lisboa, Lippe demonstrou a importância que o uso judicioso do terreno, a constante medição do potencial e a não assunção de riscos desnecessários produziram durante toda a campanha. Além do mais, a sua acção de comando foi de tal forma competente que, no final da campanha, o Marechal-General podia contar com um exército de manobra, minimamente disciplinado e com o qual podia contar para dissuadir uma invasão por parte de Espanha. Um Exército nada comparável com a "sombra" do que encontrou quando chegou a Portugal.
Da conduta das operações evidenciam-se quatro princípios da guerra: Objectivo (ao dirigir todas as operações militares de modo a garantir a defesa do território nacional, Lippe focou a sua acção principal na destruição da vontade de combater do inimigo, procurando limitar a sua liberdade de acção com o corte das suas linhas de comunicação e, assim, obrigar à sua retirada de território português); Economia de Forças (fruto da incerteza que a indefinição dos objectivos inimigos produziu no plano de defesa, patente nas diversas tentativas de invasão do território por eixos dispares, o Marechal-General manteve sempre o contacto com o inimigo, tendo forças a vigiar ou a cobrir desde a Beira Alta até Portalegre, readaptando o dispositivo quando a situação assim o exigia); Manobra (decorrente da alteração da situação, em tempo, o exército anglo-português colocou o inimigo em posição de desvantagem através da aplicação, flexível, do potencial de combate, cujo grosso se encontrava em situação de expectativa estratégica na região de Abrantes); Simplicidade (patente no plano gizado por Lippe, o qual foi sendo adaptado à situação de modo a fazer face às alterações na conduta das operações inimigas, e na rápida reacção que o exército de manobra manteve relativamente às ordens emanadas pelo Marechal-General).
No que concerne aos elementos essenciais de combate, Lippe favoreceu o comando e ligação (pelo uso eficaz dado às informações que tinha disponíveis e pela disciplina demonstrada pela capacidade de percepção das ordens dadas aos diversos destacamentos ao longo da campanha) e o movimento (patente nas manobras efectuadas durante a conduta das operações, procurando sempre reagir de forma adequada à manifestação das intenções do inimigo, de modo a negar-lhe a liberdade de acção).

Cerco de Almeida.

Guerra Fantástica 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos, Tribuna da História, 2006.

Consequências da Batalha

Com o sucesso da defesa do território nacional perante um invasor com um potencial de combate maior que o exército anglo-luso, Lippe permitiu que Portugal alcançasse uma imagem vitoriosa no teatro de operações ibérico da Guerra dos Sete Anos. Ainda que o feito não lhe permitisse "sentar-se" ao lado dos vencedores, o Tratado de Fontainebleu garantiu a restituição das praças de Almeida e Chaves, perdidas logo no início da Campanha e, na América do Sul, da Colónia de Sacramento, reclamada desde o fim da Guerra da Sucessão de Espanha.
À semelhança do que aconteceu com outros sectores do Estado, foi sob o impulso do Marquês de Pombal que se concretizaram as inadiáveis reformas militares. Mas a medida de maior alcance e importância que o todo-poderoso ministro de D. José tomou foi a escolha do general prussiano Guilherme, Conde de Schaumberg-Lippe, para reorganizar profundamente o Exército.
Para um homem da época da «guerra com punhos de renda», Lippe foi um comandante extremamente prático e pragmático, a sua análise da situação real do Exército Português e do seu carácter foi rápida e realista, como a situação o exigia. Mesmo depois de partir do reino manteve-se atento à situação portuguesa e continuou a enviar missivas. A verdade é que quando cessou funções em Portugal, legou ao país um Exército organizado, disciplinado, coeso e eficiente.
Efectivamente, o seu legado foi imenso, não só no curto como no médio prazo. Em 1762, apesar de não ter ocorrido a batalha que se previa no interior do nosso território, o Marechal-General, com sentido estratégico e habilidade táctica, pugnou pelo crescimento do seu potencial militar e, através do posicionamento e manobra permanente das suas forças, conseguiu garantir a defesa do reino e a paz que se seguiu. As suas determinações sobre a organização, a acção insistente sobre a instrução e a disciplina e a eficácia com que dirigiu a campanha de 1762, demonstraram bem as fragilidades de todo o sistema militar português até à sua chegada. Revolucionou as mentalidades, pela demonstração da possibilidade de defesa do reino contra forças superiores, contrariando a apatia generalizada; pelo exemplo de chefia, evidenciando que ela não pode coabitar com a incompetência, indicando ser uma tarefa urgente a formação e a selecção de quadros militares; pela persistência com que fez realizar a instrução e desenvolveu a manobra, acentuando que o que se gasta em planeamento, calçado e suor se poupa em frustrações, munições e sangue; pela atenção dedicada à logística e ao moral e, também, na influência sobre o poder, fazendo ver a indispensabilidade de o governo acompanhar os assuntos militares e a perigosidade de só nos momentos de maior crise se procurar, à pressa, adaptar o exército à situação do momento. Para instrução das diversas armas estabeleceram-se campos de exercícios e manobras, entre os quais os mais notáveis foram, entre a Moita e Palmela, os Campo de Monte Branco e dos Olhos de Águia.
As importantes alterações produzidas na táctica, na administração e na logística, devidamente regulamentadas mediante um extenso e harmonioso corpo de doutrina que foi publicado, norteou o Exército Português e gerações de militares no futuro, que ainda hoje se fazem sentir.

Regulamentos mandados publicar pelo Conde de Lippe.

Portugal e os Conflitos Internacionais, Diário de Notícias, 1996.

Curiosidades

Mais do que com a campanha de 1762, designada com o epíteto de "Guerra Fantástica", que segundo o General Martins Barrento "para além de alguns recontros e da queda de algumas praças, o que se viu foi uma sucessão de marchas e contramarchas [e] porque o choque entre exércitos – a batalha – que normalmente ocorre e determina muitas vezes quem são os vencedores e os vencidos, não existiu neste conflito", as curiosidades dignas de realce encontram-se, principalmente, associados à figura do Marechal-General e Comandante do exército Luso-Britânico, o Conde de Schaumburg-Lippe.

Desde logo quando olhamos para o Brasão de Armas do Regimento de Infantaria Nº 1 do Exército Português. De facto, "o Campo do escudo e a Rosa são o das armas de Lippe que, em 1763, deu o nome ao Regimento que mais tarde (1806) se designou de Infantaria Nº 1. Quanto ao Pentágono, aposto no corvo, alude à forma característica dos edifícios e parada do quartel, na Calçada da Ajuda, em Lisboa, onde durante mais de um século estiveram instalados os Regimentos de Lippe e de Infantaria Nº 1 e cujo terreno foi oferecido pelo próprio conde" (Armorial do Exército Português).

Do vasto legado que Lippe deixa às gerações futuras, após a sua morte, a Academia Militar de Wilhelmstein, fundada em 1767 em Bückeburg, é provavelmente aquela que mais fez perdurar o génio de Lippe. Vários foram os pensadores militares que, de forma directa (Böhm e Scharnhorst, entre outros) ou indirecta (Alorna, Beresford ou Wellington, entre outros), foram influenciados pelo pensamento militar do Conde.

As reflexões de Lippe assentavam, após as campanhas de 1762, em questões como a guerra popular e o direito à legítima defesa, patentes na obra "*Mémoires por servir l'art militaire défensif*".

No que concerne à guerra popular, Lippe procurava motivar a população a cooperar, de todas as maneiras, para o esforço da defesa e apoiar as fortificações e operações da tropa de linha, sublinhando que se deverão exercitar os habitantes na guerra móvel e em manobras de modo a inquietar o inimigo sem cessar. De facto, Lippe havia assistido à prestação das *ordenanças* portuguesas em 1762 e percebera que a eficácia do exército espanhol foi afectada pela acção das "guerrilhas" populares.

Landsturm.

http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/

Quanto à legítima defesa, o conde de Lippe, transmite ao Conde General Gerhard Scharnhorst (aluno da academia de Lippe e um dos mais importantes reformadores do exército prussiano de 1813) a ideia de constituir o exército em três escalões: tropa de linha, a *Landwehr* (a milícia) e o *Landsturm* (que em caso de invasão deveriam dar inicio à guerra popular).

A ligação estabelecida entre as *ordenanças* portuguesas, a concepção do direito à legítima defesa e o empenhamento do *Landsturm* Prussiano, de Scharnhorst, é um dos legados de Lippe.

Não deixa de ser interessante que Lippe, ao reformar o Exército Português, introduz o saber, a disciplina e a organização prussiana na tropa de linha, levando para a Prússia, na "bagagem", os ensinamentos colhidos no "modo português de fazer a guerra", a guerra irregular.

Autores
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia de Referência
- BARRENTO, António, Guerra Fantástica 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos, Lisboa, Tribuna da História, 2006.
- BEBIANO, Rui, "Da Restauração às Guerras do Século XVIII", in Portugal e os Conflitos Internacionais, Lisboa, Diário de Notícias, 1996.
- COELHO, Latino, História Política e Militar de Portugal desde os Fins do Século XVIII até 1814, 3 Vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1874-1891.
- CONDE DE SCHAUMBOURG-LIPPE, Memória sobre a Campanha de 1762, in Revista Militar, Lisboa, 1849.
- DUMOURIEZ, François Charles, O Reino de Portugal em 1766, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.
- FREIRE, Miguel, "Um Olhar Actual sobre a Transformação do Conde de Lippe", in Nação e Defesa N.º 112-3ª Série, Lisboa, IDN, 2005.
- RAUEBER, Charles, "La pensée militaire du Comte de Schaumbourg-Lippe (1724-1777)", in O Conde de Lippe e Portugal, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1991.

(Emblema) O lema da FEB era "A Cobra Fumou". Foi criado em resposta a um repórter carioca que escreveu que "é mais fácil uma cobra fumar que o Brasil entrar na Guerra".
(Pintura) Conquista de Montese pela FEB. Óleo sobre tela de Álvaro Martins – BIBLIEX.

as potências do Eixo (Alemanha, Japão e Itália), a 28 de Janeiro de 1942. Entretanto, Hitler dera ordens no sentido de lançar uma ofensiva submarina contra a navegação marítima no litoral brasileiro, de modo a controlar a exportação de matérias-primas e alimentos para os EUA e o Reino Unido. Entre 15 e 17 de Agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram então torpedeados e afundados por submarinos alemães, causando a morte a mais de 600 pessoas[3]. A pressão da opinião pública levaria então o governo brasileiro a declarar guerra aos países do Eixo a 22 de Agosto de 1942. No entanto, a participação do Brasil na II GM (para além da cedência de bases aos EUA e da vigilância marítima e aérea), por pressão da opinião pública[4] e dos EUA, só seria concretizada no dia 16 de Julho de 1944, quando os primeiros 5.081 soldados brasileiros do primeiro escalão[5] desembarcaram em Nápoles, depois de terem viajado desde o Brasil a bordo do navio americano *General Mann*.

A FEB participou em operações entre a frente do rio Sercchio (perto de Lucca e Camaiore) a 16 de Setembro de 1944 e o cessar-fogo, que teve lugar a 2 de Maio de 1945, quando as suas forças mais avançadas se encontravam perto de Vercelli, no vale do rio Pó. Foram 400 km entre Lucca e Alessandria, pelos vales dos rios Sercchio, Reno e Panaro e pela planície do rio Pó. Foram várias vilas e cidades libertas, muitas marchas forçadas, alguns combates intensos e mais de 20.000 prisioneiros à custa de muito suor e sangue brasileiro. É importante recordar…

A FEB no "Papel"

As fontes relativas à participação do Brasil na II GM são já relativamente suficientes, valiosas e diversificadas. Desde a obra "A FEB pelo seu Comandante", do General Mascarenhas de Moraes, aos textos de correspondentes de guerra como Joel Silveira, passando por vários livros como "A Nova História Militar Brasileira" de Celso Castro, existe hoje uma grande diversidade de fontes primárias e secundárias. Muitos escritos de veteranos (ou entrevistas com) foram entretanto publicados, com a preocupação do registo das suas experiências em memórias ou diários de guerra. A Internet também tem incrementado a divulgação desta temática, com

[1] Coronel de Artilharia. Texto base de suporte às conferências efectuadas pelo autor, no âmbito do Programa D. Afonso Henriques (do Exército e na presença da Caravana de Infantaria do Brasil) nos dias 7 (Academia Militar, na Amadora) e 15 de Junho (Comando do Pessoal, no Porto).

[2] Constituída por uma Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), com cerca de 15.000 militares e de órgãos não divisionários, com cerca de 10.000 militares.

[3] No total, 21 submarinos alemães e 2 italianos afundaram 36 navios mercantes brasileiros, causando 1064 mortos (em 1691 náufragos).

[4] O lema da FEB era "A Cobra Fumou". Foi criado em resposta a um repórter carioca que escreveu que "é mais fácil uma cobra fumar que o Brasil entrar na Guerra". O processo de levantamento e preparação da força foi demorado (foi criada a 23 de Novembro de 1943), complexo e com alguma oposição interna (inclusivamente nas elites das Forças Armadas).

[5] A FEB deslocou-se para o Teatro de Operações de Itália em cinco escalões por via marítima (o primeiro a 2/7/1944 e o último a 8/2/1945). Por via aérea foram transportados somente 44 militares e 67 enfermeiras.

pequenos textos carregados de imagens simbólicas, que vão marcando (sobretudo, mas não só) os familiares dos "pracinhas"[6] (ou dos febianos como também são designados os combatentes brasileiros).

A historiografia geral sobre a II GM (Martin Gilbert, Churchill, Robert, Parker…) aborda muito superficialmente a participação do Brasil na II GM, mais numa perspectiva geopolítica do que militar. O maior desenvolvimento das operações militares (onde se inclui Monte Castello) tem sido feito por historiadores militares norte-americanos, nomeadamente por Mccann e Ernest Fisher. Outras visões mais sociológicas e políticas foram também trabalhadas por norte-americanos como Willian Waack e Shawn Smallman.

Os escritos existentes actualmente em Portugal sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial são escassos, quer em termos de obras específicas, quer mesmo no que se refere a obras de âmbito mais geral. Ao pesquisar na Biblioteca Nacional dois dos diários mais vendidos em Portugal na altura da campanha da FEB (Diário de Notícias – DN e Diário Popular – DP), constatámos que (já então…) eram maiores as preocupações com o desporto e em particular com o futebol (que ocupava em média três páginas por diário) do que com a II GM (que não ocupava mais do que uma página; "A Guerra Mundial" no DN e "A Guerra nos Cinco Continentes" no DP). Em face da posição de neutralidade de Portugal neste conflito mundial (baseada na aliança inglesa e no Pacto Ibérico), o acompanhamento fazia-se a partir dos comunicados russo e alemão, que eram sistematicamente confrontados. As informações de foro militar sobre o Brasil eram escassas, talvez pelo facto da FEB estar integrada numa força como o IV CE ou o 5.º Exército dos EUA (foi o caso de Monte Castello, absorvida pela conquista de Belvedere por parte das forças americanas). As notícias relativas ao Brasil eram sobretudo de índole política e, muito especialmente, relacionadas com a possibilidade da nova grande potência de Vargas poder fazer parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como sexto membro representante de uma América Latina em crescendo. Esporadicamente encontrámos notícias relativas à bravura dos exércitos brasileiros, casos da mensagem de Roosevelt ao Congresso, em 9 de Janeiro de 1945, ou do discurso do Secretário de Estado dos EUA aquando da sua visita ao Brasil, a 21 de Fevereiro de 1945.

Mais tarde, já após o final da II GM, nota-se uma viragem da comunicação social portuguesa no sentido de maior apoio aos aliados e em particular aos brasileiros. Foi o caso das notícias relativas ao desfile de cerca de 1.600 combatentes brasileiros em Lisboa, no dia 3 de Setembro de 1945, aquando da sua viagem de volta ao Brasil. Os jornais ocuparam então as primeiras páginas com notícias das cerimónias (durante três dias), mas também com artigos sobre os "bravos brasileiros cheios de glória".

Fonte: Exército Brasileiro

Itinerário da Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira até ao rio Sercchio.

Organização da FEB e da DIE

Entre os 25.334 militares da FEB (14.254 na DIE e 11.080 nos órgãos não divisionários), destacaram-se os seguintes comandantes:

General Cordeiro de Farias (Cmdt. da Art.ª Divisionária);

General Zenóbio da Costa (Cmdt. da Inf.ª Divisionária);

General Mascarenhas de Moraes (Cmdt. da FEB);

General Olympio Falconière da Cunha (Cmdt. dos órgãos não Divisionários da 1.ª DIE);

Tenente-Coronel Aviador Nero Moura (Cmdt. do 1.º Grupo de Aviação de Caça da FAB[7]).

A par dos "pracinhas", estas são as principais personagens de uma FEB que teve, directamente em combate, 15.069 dos seus militares. Estes oficiais estagiaram nos EUA, distinguiram-se em combate e posteriormente tiveram percursos militares e políticos bastante diferentes, justificativos de uma análise mais cuidada.

Depois de ter lutado na frente do rio Sercchio durante o Outono de 1944, a DIE da FEB passaria para a frente do rio Reno Italiano, ao Norte de Pistoia, na cordilheira apenina. Nesta altura, em que o Teatro de Operações do Mediterrâneo era comandado pelo Marechal Harold Alexander, na frente italiana, operavam o 5.º Exército dos EUA (comandado pelo General Mark W. Clark) e o 8.º Exército Britânico (comandado pelo General Montegomery). Subordinado ao 5.º Exército actuava o IV Corpo de Exército Americano (comandado pelo General Willis D. Crittenberger) que incluía uma Divisão Blindada (EUA), uma Divisão de Infantaria da África do Sul, uma Divisão de Infantaria do Reino Unido, a *Task Force* 45 (EUA, de escalão Brigada, a que se juntaria a 10.ª Divisão de Montanha no final de Janeiro de 1945) e a Divisão de Infantaria Expedicionária (Brasil).

Em Novembro de 1944, a DIE (14.254 militares, dos quais 734 oficiais e 13.520 praças) já se encontrava organizada do seguinte modo:

1.º Regimento de Infantaria (RI1- Regimento Sampaio, do Rio de Janeiro);

6.º Regimento de Infantaria (RI6 - de Caçapava);

11.º Regimento de Infantaria (RI11- de S. João del Rei);

Quatro Grupos de Artilharia (três 10,5 cm e um 15,5 cm);

9.º Batalhão de Engenharia (de Aquidauana – Mato Grosso);

Um Esquadrão de Reconhecimento;

Um Batalhão de Saúde (organizado em Valença);

Tropas Especiais (que incluíam, entre outras, as seguintes subunidades: Comando, Companhia de Transmissões, Destacamento de Saúde, Companhia de Manutenção, Companhia de QG, Companhia de Intendência, Pelotão de Funerais, Pelotão de Polícia, Esquadrilha de Aviação para Ligação e Observação e Banda de Música);

Corpos Auxiliares (incluindo 67 enfermeiras).

A DIE tinha como material principal 66 obuses (54 de 10,5 cm e 12 de 15,5 cm), 144 morteiros (90 de 60 mm e 54 de 80 mm), 500 metralhadoras, 11.741 espingardas, 1.156 pistolas, 2.387 armas anti-carro, 72 detectores de minas e 1.410 viaturas motorizadas (incluindo 13 CC M8 e 5 M3 de ½ lagarta) com capacidade de transporte para cerca de 1/3 do efectivo.

Comandantes da FEB: Da esquerda para a direita, o General Cordeiro de Farias, o General Mascarenhas de Moraes, o General Zenóbio da Costa e o General Olympio Falconière da Cunha.

A Batalha de Monte Castello

Na sequência da tentativa do General Clark (Comandante do 5.º Exército) pretender retomar a ofensiva, foi atribuída à DIE a missão de tomar o complexo formado pelos Montes Della Torraccia - Belvedere, onde os alemães tinham domínio sobre a estrada 64, por onde deveria marchar o IV Corpo de Exército em direcção a Bolonha.

Do lado do inimigo, na linha de Della Torraccia – Belvedere (Monte Castello[8] situava-se sensivelmente no centro dessa linha) encontravam-se as tropas da 232.ª Divisão de Infantaria Alemã (de granadeiros, com os Regimentos 1043, 1044 e 1045), comandada pelo General Barão Eccart von Gablenz e com um total de cerca de 9.000 homens. Cada Regimento era constituído por dois Batalhões de Infantaria e por um de Fuzileiros (seriam reforçados pelo 4.º Batalhão de Montanha de Mittenwald). A

[6] "Pracinhas" é o termo carinhoso pelo qual ficaram conhecidos as praças e os oficiais subalternos da FEB.

[7] A Força Aérea Brasileira, para além de ter actuado junto da Marinha na campanha anti-submarina e no patrulhamento das costas brasileiras, esteve na Itália com o 1.º Grupo de Caça (enquadrada pela Força Aérea Táctica do Mediterrâneo operou os Thunder Bolt P-47, tendo cumprido 5.465 horas de voo em combate) e com a 1.ª Esquadrilha de Ligação e Observação (que integrou a Artilharia Divisionária, cumprindo 682 missões de combate e mais de 400 regulações de tiro). Foram mortos em combate 8 pilotos (e um em treino no Panamá). A Marinha de Guerra assegurou a ligação permanente entre o Sul, o Norte e o Nordeste do Brasil (onde perdeu 468 homens), protegendo os comboios ao longo do litoral e através do Atlântico. Escoltou 2.981 navios em 251 comboios.

[8] Monte Castello – designação dada pela população local ao Monte de cota 997 situado entre o Monte Belvedere e o Monte Della Torraccia, na linha de Gaggio Montano e Abetaia em direcção a Norte. Era designado pelos alemães, durante a campanha, como Monte "101/19" e só no dia da sua conquista começou a ser designado por Monte Castello, tal como constava das cartas topográficas americanas.

infantaria alemã era experiente (veteranos da frente russa), bem armada e equipada e estava abrigada em casamatas de madeira sobre o solo.

A DIE montou o seu QG principal em Porreta-Terme, no dia 6 de Novembro (30 Km a Norte de Pistoia), local privilegiado que se situava na bifurcação das estradas 64 (que se pretendia proteger) e 23 (que passava por Gaggio Montano), e de onde se podia observar Abetaia e Belvedere. A DIE substituiu, a 9 de Novembro, as forças da 1.ª Divisão Blindada dos EUA, que se deslocou para a retaguarda, após meses de verdadeiros combates de trincheiras, típicos da I GM.

O primeiro ataque da DIE a Monte Castello teve lugar pelas 05h45 de 24 de Novembro, com o 3.º Batalhão do RI6 e o Esquadrão de Reconhecimento a reforçarem a *Task Force 45* norte-americana (do General Rutledge). Depois de terem ocupado Belvedere, as tropas americanas chegaram inclusivamente a alcançar o cume de Monte Castello, mas foram de imediato batidas por uma contra-ofensiva alemã, que levaria americanos e brasileiros a abandonarem as suas posições (com excepção de Belvedere). O ataque foi reiterado a 25 mas sem sucesso.

O segundo ataque teve lugar a 29 de Novembro. Pelas 7h00, um agrupamento brasileiro (reforçado por três pelotões de carros de combate americanos) constituído pelo 1.º Batalhão do RI1, pelo 3.º Batalhão do RI6 e pelo 3.º Batalhão do RI11, sob o comando do próprio General Zenódio da Costa, e com o apoio de dois Grupos de Artilharia brasileiros e um americano, tentou de novo a conquista de Monte Castello. Entretanto, na noite anterior, um inesperado contra-ataque inimigo expulsou as forças americanas de Belvedere, o que deixou a descoberto o flanco esquerdo das forças brasileiras. Com chuva e céu encoberto, a infantaria não pôde contar com o apoio da artilharia e da aviação pelo que, ao fim da tarde, as forças brasileiras voltaram às posições iniciais, sem qualquer sucesso contra as tropas alemãs e com cerca de 185 baixas.

No dia 5 de Dezembro uma nova ordem do IV CE reforçava a missão da DIE de "capturar e manter a crista do Monte Della Torraccia – Monte Belvedere". Assim, o terceiro ataque teve lugar a 12 de Dezembro a partir das 6h30, com dois Batalhões do RI1, mas sob as mesmas condições atmosféricas adversas. Após duros combates, que tiveram lugar durante cerca de cinco horas, os brasileiros recuaram às posições iniciais a partir das 15h40, com pesadas baixas (145, em oposição a cinco mortos e 13 feridos do lado alemão). Apesar da situação delicada, as forças brasileiras conquistaram Zolfo, a cerca de 200 metros do Monte Castello, e chegaram a Abetaia, onde foram fortemente batidas por fogo de artilharia alemã.

Forças Brasileiras em posição no ataque a Monte Castello.

Para além das condições atmosféricas adversas, que não permitiram o emprego da Artilharia e da Força Aérea nos três ataques iniciais, o General Masca-

Forças Brasileiras em patrulha na região de Monte Castello em Dezembro de 1944.

Região de Monte Castello (Fonte: Exército Brasileiro).

renhas de Moraes considerava que, para atacar o conjunto Belvedere-Gorgolesco-Castello-Torraccia eram necessárias forças de duas divisões. Esta decisão de Mascarenhas de Moraes, assente na posição altamente favorável ao inimigo e na sua larga frente, foi aceite pelos Generais Clark e Crittemberger,

Posição de artilharia (10,5 cm) na frente italiana.

Fonte: Exército Brasileiro

a 13 de Dezembro.

Entretanto, o "General Inverno" invadiu o teatro de operações com temperaturas negativas da ordem dos 18º, o que exigiu grande espírito de sacrifício da tropa brasileira, pouco preparada para este ambiente. Na prática, e apesar dos pequenos confrontos, teve lugar uma estabilização defensiva durante cerca de 70 dias.

Em Fevereiro de 1945 começou a nova ofensiva do IV CE (já com a 10.ª Divisão de Montanha dos EUA – DM, que tinha tomado posições a 28 de Janeiro), com o reforço indispensável da artilharia do 5.º Exército[9] e da aviação (inclusivamente da FAB). Depois da conferência que teve lugar em Lucca, no QG do IV CE a 16 de Fevereiro (General Mascarenhas de Moraes da FEB, General Crittenberger do IV CE, General George Hays da 10.ª DM e General William Crape da Artilharia do IV CE), começaram os preparativos para um novo ataque no âmbito do "Plano Encore". Ao IV CE (que tinha uma frente entre Massa e Vergato) cabia "expulsar o IN do sector do Reno Italiano e persegui-lo depois através do vale do Rio Panaro". A missão atribuída à FEB era a de "desalojar os alemães do Monte Castello". À 10.ª DM (constituída pelos RI 85, 86 e 87), que se encontrava no flanco esquerdo da DIE, cabia a missão de conquistar Beldevere, Gorgolesco e Monte Della Torracia. No flanco esquerdo da 10.ª DM estava a *Task Force* 45 e a 92.ª DI (EUA) e a 8.ª DI Indiana constituía a reserva.

O quarto e decisivo ataque incluía a 10.ª DM à esquerda, para conquista do Monte Della Torraccia e a DIE à direita, com os seus três Regimentos no ataque principal a Monte Castello.

A 19 de Fevereiro, pelas 23h00, começaram os primeiros ataques da 10.ª DM às posições alemãs. A 20 de Fevereiro os americanos conquistaram Belvedere (apesar dos contra ataques do inimigo) e Gorgolesco e após bombardeamentos efectuados pela FAB, conquistariam Mazzancana (a caminho de Monte Della Torraccia) ao fim da tarde. No dia seguinte, pelas 5h30, deu-se início ao ataque directo da DIE a Monte Castello, com condições atmosféricas favoráveis. Com o apoio da artilharia, a DIE tinha no ataque principal o Regimento Sampaio do Coronel Caiado de Castro (1.º Batalhão do Major Uzeda, pela esquerda, o 3.º Batalhão do Tenente-Coronel Franklin, pela direita, também em primeiro escalão e com o 2.º Batalhão em apoio do 1.º

[9] Agora comandado pelo General Truscott Jr., dado que o General Clark passara a comandar o 15º Grupo de Exércitos.

Batalhão), que tinha em apoio do flanco esquerdo a 10.ª DM americana, que atacava Monte Della Torraccia. Em reserva da Divisão encontravam-se o 1.º e o 3.º Batalhão do RI11 e o Esquadrão de Reconhecimento. O 2.º Batalhão do RI11 ocupou Abetaia e fez a cobertura do ataque. O RI6 desenvolveu uma manobra de diversão da Divisão no flanco direito.

Com uma manobra de envolvimento a todo o Monte Castello e com o forte apoio de artilharia (total de 78 bocas de fogo) e da força aérea (com aviões Thunderbolt), foi possível a conquista do objectivo. O Major Uzeda pela esquerda conquistou o ponto de cota 930 e com o apoio de fogos de toda a artilharia divisionária (cerca das 16h20) foi coberta a manobra do TCOR Franklin, que pouco antes havia conquistado Fornelo. Por volta das 17h50, o TCOR Franklin, comandante do 3.º Batalhão do RI1 transmitia então via rádio a seguinte mensagem: "Estamos em Castelo e ninguém nos tira mais daqui". A conquista de Monte Castello foi feita quase em simultâneo por forças dos Batalhões Uzeda e Franklin, após vencerem esporádicas resistências depois da preparação da artilharia. Foram capturados 27 prisioneiros, tendo havido 103 baixas brasileiras, 87 das quais no RI1 durante o ataque directo.

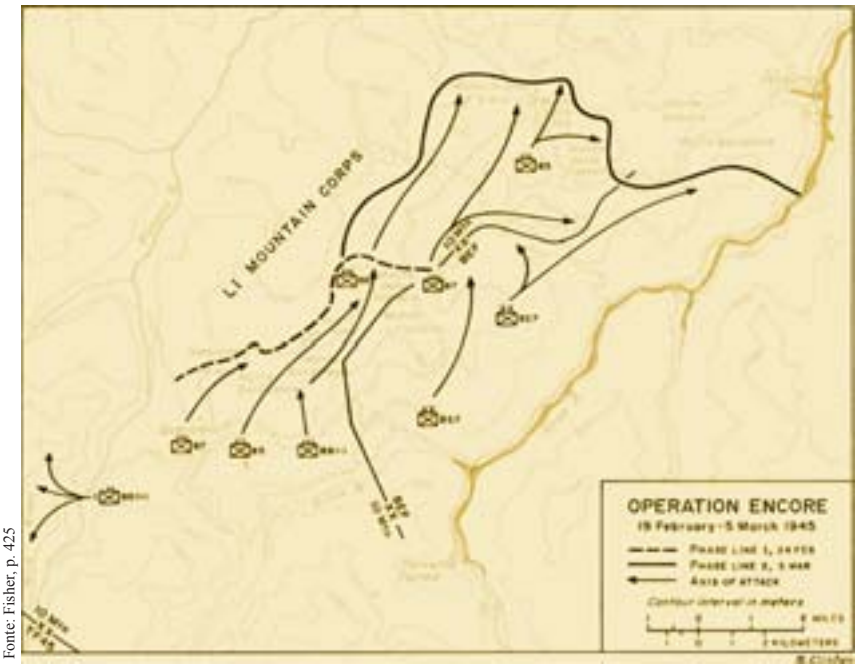
Entretanto, as forças brasileiras continuaram a ser batidas por fogos durante toda a noite, pois os americanos só conseguiriam conquistar Della Torraccia no dia seguinte pelas 11h30. Apesar do apoio da DIE, a 10.ª DM americana terminaria a sua missão, nesta primeira fase do ataque, com cerca de 900 baixas (203 mortos).

Para o Tenente-Coronel Castelo Branco,[10] "A vitória de Monte Castello (…) foi fruto de muita convicção, de muitos sentimentos de revolta, de muito empenho e de muitos sacrifícios. Recuar pela quarta vez seria a ruína, o desterro. Cheios de fé, os brasileiros lançaram-se contra aquele mesmo inimigo que tanto os humilhara, afastando-o, definitivamente, daquelas alturas donde tantas vezes o repelira."

Monte Castello, apesar de ser uma elevação de cota 997, de não fazer parte dos mapas italianos (fazia parte das cartas norte-americanas), tornou-se numa das batalhas mais simbólicas da FEB (sem que isso obscureça outras operações como a conquista de Montese em 16 de Abril com elevadas baixas – 426),[11] por várias razões:

- pelo número elevado de baixas (mais de metade de toda a participação da FEB);

- pela dificuldade da missão, cumprida ao fim de quatro ataques através de uma manobra conjunta e combinada;



Fonte: Fisher, p. 425

Plano de Operações Encore.

- pelo tempo que demorou a conquista do objectivo, quase metade da missão operacional da FEB (quatro meses em sete) na Itália;

- pela importância do objectivo para o cumprimento da missão do IV CE;

- pela bravura demonstrada pelos "pracinhas" no ataque a posições em que o IN tinha nítida vantagem;

- pelos elogios dos americanos e mesmo dos alemães (na altura e posteriormente em diários publicados por combatentes e correspondentes de guerra).

Depois de Monte Castello

Seguiu-se uma nova fase da ofensiva que levaria à limpeza do vale de Marano e à conquista de Castelnuovo a 5 de Março. Para facilitar o golpe final do V Exército sobre Bolonha, a 20 de Março, a FEB recebeu nova missão para conquistar Montese e explorar o sucesso até ao Norte de Panaro. A FEB terminaria a sua missão a 2 de Maio de 1945, perto de Vercelli (na região de Alessandria), no vale do rio Pó.

No total das operações, a FEB foi uma das unidades aliadas que mais tempo permaneceu em emprego contínuo nas operações (239 dias de combate contínuo). Os combatentes brasileiros confrontaram-se com cenários estáticos e lamacentos, típicos da I GM, mas também com factos característicos dos conflitos mais modernos, como a acção conjunta e combinada das forças, as acções de forças especiais, a actuação de bombardeiros estratégicos, os novos tipos de munições de arti-

Fonte: Exército Brasileiro

Desfile da FEB no Rio de Janeiro depois da chegada de Itália.

lharia e uma mobilidade motorizada e blindada completamente inovadora.

A FEB, que a 20 de Junho de 1945 deixou a zona ocupada[12], libertou quase meia centena de vilas e cidades, fazendo mais de 20.000 prisioneiros e apreendendo 80 bocas-de-fogo, 1.500 viaturas e 4.000 cavalos. Venceu pelas armas, contra nove DivisõesAlemãs e três Italianas, em Camaiore, Monte Prano, Barga, Monte Castello, La Serra, Castelnuovo, Montese, Zocca, Marano, Collecchio e Fornovo di Taro, e impôs a rendição a duas dessas Divisões[13], com o sacrifício último de 457 mortos[14] e 2.722 feridos em combate (e 35 prisioneiros).

Apesar de tal esforço, o Brasil não saberia tirar dividendos políticos nas Nações Unidas, nem económicos nas merecidas compensações de guerra. Se os brasileiros tivessem permanecido na Europa como parte das forças de ocupação (tal como solicitado pelos EUA), talvez a História da FEB e o papel do Brasil no Mundo se escrevesse hoje de outro modo…

Brasil: O Aliado esquecido, com o Estandarte "Monte Castello"

A Divisão Brasileira foi uma entre centenas de Divisões dos aliados (os americanos participaram na II Guerra Mundial com 91 divisões!). No entanto, como foi a única campanha essencialmente militar do Brasil no século XX, os seus feitos foram glorificados e valorizados de um modo muito especial, mas compreensível (para os combatentes brasileiros e americanos as dificuldades em nada diferiam de outros teatros mais centrais). Nesta linha e "em contraste com o desdém das universidades e currículos escolares, criou-se (…), na esfera das

[10] Citado por CASTRO, Therezinha de, História Documental do Brasil, p. 347.

[11] MAXIMIANO, Cesar Campiani, "Neve. Fogo e Montanhas", in CASTRO Celso, *A Nova História Militar Brasileira*, p. 363, destaca: "…solidificou-se um ideário a respeito da FEB que remete aos combates por Monte Castello, elevação escolhida pela retórica institucional para constar como factor de laudação às Forças Armadas (…) a insistência com que se comemorou a tomada de Monte Castello, em detrimento da recordação de outras acções de combate da FEB, entristeceu muitos veteranos de unidades que não participaram no ataque vigoroso de 21 de Fevereiro".

[12] Retornou ao Brasil em cinco escalões, o último dos quais pisou solo brasileiro a 3 de Outubro de 1945.

[13] Em Fornovo di Taro, num total de 14.779 homens, a 148 ª Divisão de Infantaria Alemã do General Otto Fretter-Pico e a Divisão Bersaglieri, do General Mario Carloni.

[14] Seriam enterrados no "Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia" e transladados em 1960 para o Aterro do Flamengo, a Sul da cidade do Rio de Janeiro (onde se encontra o Monumento aos Pracinhas da II GM). No total das acções da II GM (incluindo o controlo marítimo e a vigilância aérea), o Brasil perdeu 1889 soldados e marinheiros, 31 navios mercantes, 3 navios de guerra e 22 aeronaves.

comemorações oficiais, a ideia de uma força que desempenhou papel preponderante e decisivo na luta pela Itália"[15].

Não tendo sido decisiva nem determinante em termos operacionais e tácticos, a participação da FEB teve um grande significado em termos políticos e estratégicos, pela atenção diferenciada atribuída por aliados e inimigos[16]. Pelo lado dos alemães e italianos houve um grande empenho numa campanha de propaganda que separasse os brasileiros dos americanos. Do lado dos aliados, estes entendiam que era muito significativa a presença da América Latina no conflito, com negros, mestiços e brancos em luta por um mesmo ideal de liberdade, igualdade e democracia.

Independentemente do carácter relativo ou absoluto da participação da FEB, o facto de ter combatido ao lado das tropas americanas teve indiscutíveis vantagens em termos de formação, de equipamento, de organização, de armamento e mesmo das mentalidades (que levaria a uma maior aproximação aos EUA e que encorajaria regimes democráticos).[17] As lições aprendidas foram necessariamente muito positivas para umas Forças Armadas Brasileiras desactualizadas e mal equipadas. Teve ainda vantagens acrescidas em termos políticos e diplomáticos, se associarmos a participação directa na guerra à participação indirecta através da cedência de bases aéreas e marítimas[18] e mesmo da vigilância conjunta do Atlântico. Ficou também provada a importância geopolítica das ilhas oceânicas e do nordeste do Brasil.

Mas não há bela sem senão, sobretudo em termos geopolíticos ou geoestratégicos. Participar ao lado dos americanos em operações, atenuou muitos feitos brasileiros na II GM, como foi o caso da Batalha de Monte Castello, superada nas notícias da época pela conquista do Monte Belvedere por forças norte-americanas da 10.ª DM (Portugal sentiu essa situação no Rossilhão e na I GM). Apesar dos sucessivos encómios feitos pelo Presidente Roosevelt (caso da mensagem ao Congresso a 9 de Janeiro de 1945, em que elogiou a bravura dos exércitos brasileiros que combatiam na frente italiana) ou pelo Secretário de Estado Stettinius (aquando da sua visita ao Rio de Janeiro, a 20 de Fevereiro de 1945), a história actual, construída sobretudo pelos investigadores e historiadores americanos, remete para "segundo plano" a participação brasileira, com algumas excepções como a de Frank D. MacCann, autor de "Brazil and the World War: The Forgotten Ally".

Recordar é homenagear os combatentes que deram a vida pela Pátria. Recordar é também engrandecer o orgulho das gerações actuais,

Sítio sobre a FEB, criado por Roberto Graciani, filho de um ex-combatente daquela Força.

consubstanciando valores morais tão importantes para um futuro sustentado. Mas, para Recordar, são necessários Estandartes da História, símbolos construídos a partir da bravura e do sacrifício da própria vida em prol da Pátria, mas também da liberdade e da sobrevivência da democracia no Mundo (transversais em termos políticos, estratégicos, operacionais e tácticos). Sendo a FEB um indubitável símbolo do orgulho brasileiro, Monte Castello tem todos os atributos para continuar a ser um dos seus Estandartes mais representativos.

E o novo Brasil do século XXI, como indiscutível potência em ascensão no sistema político internacional, com mais de 200 milhões de falantes da língua de Camões, precisa de Estandartes de liberdade e de democracia…

Bibliografia relevante:

ALVES, Vágner Camilo, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*, Editora PUC-Rio, 2002.

BRANCO, Manoel Thomaz Castello, *O Brasil na Segunda Guerra Mundial,* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1952.

BRAYNER, Floriano de Lima, *A verdade sobre a FEB: memórias de um chege de estado-maior na campanha da Itália 1943-1945,* Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

CARVALHO, L. P. Macedo, *Sessenta Anos Depois*, DaCultura, FCEB, Ano V, N.º8, pp. 14-25.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrick (organizadores), *A Nova História Militar Brasileira*, Editora Bom Texto, Rio de Janeiro, 2004

CASTRO, Therezinha de, *A História Documental do Brasil*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1995.

FERRAZ, Francisco César Alves, *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial,* Jorge Zahar, 2005.

FISHER Jr, Ernest, US Army in the World War Two, Mediterranean Theater of Operations, *CMH, 2002,* in http://www.ibiblio.org/hyperwar/USA/USA-MTO-Cassino/USA-MTO-Cassino-24.html , consultado em 5 de Junho de 2010.

GONÇALVES, Brigadeiro Hélio, *Discurso em homenagem aos Pracinhas e ao General Meira Mattos*, Bolonha, 23 de Fevereiro de 2010, in http://www.cepen.org/discurso-do-brigadeiro-helio-goncalves/, consultado em 23 de Maio de 2010.

MATTOS, Carlos de Meira, *O General Mascarenhas de Moraes e sua Época*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1983.

MACCANN, Frank D., *Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What did you do in the war, Zé Carioca?*, in http://www.tau.ac.il/eial/VI_2/mccann.htm, consultado em 30 de Maio de 2010.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de, *A FEB pelo seu Comandante*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 2005.

RIGONI, Carmen Lúcia, *Monte Castelo, Fevereiro de 1945*, in Gazeta do Povo, 20 de Fevereiro de 2010, in http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/, consultado em 22 de Maio de 2010.

SILVEIRA, Joel, *O Brasil na 2.ª Guerra Mundial*, in http://www.pitoresco.com.br/historia/guerra/guerra04.htm, consultado em 23 de Maio de 2010.

SMALLMAN, Shawn C., *The Official Story: The Violent Censorship of Brazilian Veterans, 1945-1954*, Hispanic American Historical Review, 78:2, pp. 230-259.

VEJA, *II Guerra Mundial - Novembro de 1944; Monte Castelo - Vitória Enfim*, Editora Abril, in Erro! A referência da hiperligação não é válida. , consultado em 23 de Maio de 2010.

WAACK, Willian, *As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

WIKIPÉDIA, *Batalha de Monte Castello*, in http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha, consultado em 23 de Maio de 2010.

---

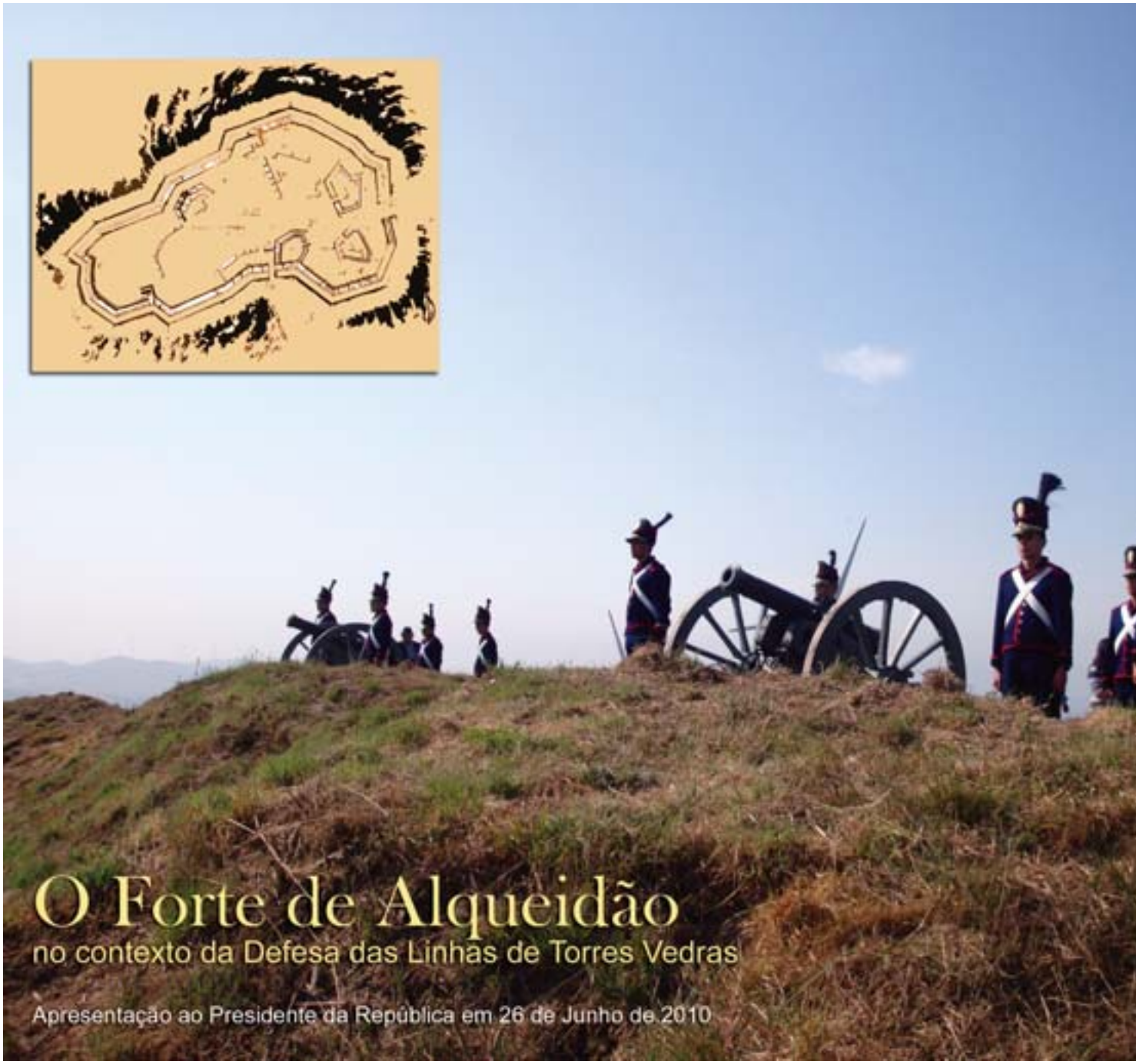
[15] Cfr. MAXIMIANO, Cesar Campani, *Neve. Fogo e Montanhas*, in CASTRO Celso, *A Nova História Militar Brasileira*, p. 356.

[16] *Cfr*., WAACK, Willian, *As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

[17] Cfr. SMALLMAN, Shawn C., *The Official Story: The Violent Censorship of Brazilian Veterans, 1945-1954*, Hispanic American Historical Review, 78:2, pp. 230-259.

[18] As bases americanas de Salvador, Recife, Natal, Fortaleza e Belém, foram muito importantes em termos de apoio logístico dos aliados, sendo por isso designadas de "Trampolim da Vitória". Terminada a guerra, os americanos retiraram-se e essas bases passaram a fazer parte da infra-estrutura aeroportuária brasileira.

Tenente-Coronel de Infantaria
Nuno Correia Barrento de Lemos Pires



Contexto Global – a II Guerra Global Portuguesa:

Tal como tivemos a significativa "Guerra Global Portuguesa", de 1640 a 1668, conhecida mais comummente como Campanhas da Restauração (ou da Aclamação), em que Portugal combateu ao longo de 28 anos, na Europa, no Brasil, em África e na Ásia num esforço hercúleo, e que garantiu a nossa sobrevivência como Nação, também tivemos agora esta guerra global desde 1793.

A "II Guerra Global Portuguesa", que ao longo dos anos tem conhecido várias designações, demasiado redutoras (pensamos nós), nomeadamente Invasões Francesas ou Guerras Peninsulares, durou 25 anos, de 1793, com a Campanha do Roussilhão, a 1817, com a retirada das forças portuguesas

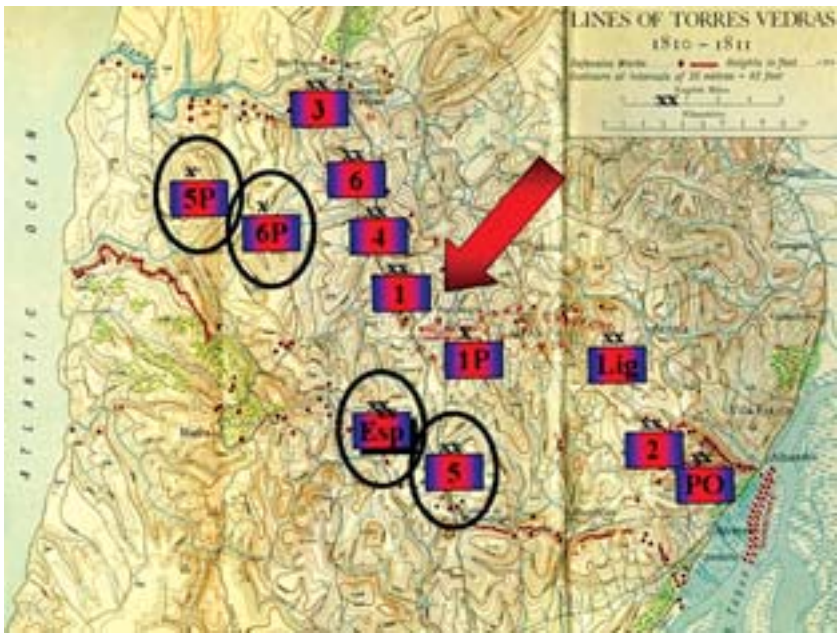
da Guiana Francesa, obrigando a um monumental esforço português, em terra e no mar, no Brasil, em África, no Mediterrâneo, na Índia, em Espanha, França, Prússia, ou Áustria, até às estepes geladas da Rússia. Em 1809/1810, a guerra foi mais do que um combate pela defesa do Porto ou Lisboa. Foi uma guerra em todo o Portugal e na defesa de todos os seus territórios, de norte a sul, do Pacífico ao Atlântico, de Macau ao Rio de Janeiro.

A guerra de portugueses em 1809 e 1810 – A Caminho de Lisboa

O ano de 1809 marca o reforçar das ofensivas portuguesas contra a França. A partir do Rio de Janeiro, o futuro D. João VI, animado com as notícias que vai recebendo, decide tomar a iniciativa. A declaração de guerra à França torna nulos os tratados assinados com franceses, o que fez com que a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa passasse, novamente, a ser considerada no rio Oiapoque, conforme tinha sido estabelecido no Tratado de Utreque[1], em 1713. Podia-se não só aproveitar a ocasião para o restabelecimento da fronteira como ainda deliberadamente responder à ofensiva francesa em Portugal com uma ofensiva portuguesa na América: até Caiena, capital da colónia francesa. A 12 de Janeiro de 1809, Caiena capitula às mãos dos portugueses que ficam a administrar o território até 1817. Ainda no ano de 1809 iniciam-se os planos para uma grande ofensiva no Sul de Brasil, mas esta só se iria iniciar em 1811 assegurando Portugal a conquista dos territórios de Entre-os-Rios e só bastante mais tarde, em 1816, a ofensiva chegará totalmente ao rio Prata.

Mas não foi só no Brasil que a guerra de portugueses contra a França estava activa, em Dezembro de 1810, foi fundamental a ajuda lusa desde Moçambique para a conquista britânica das ilhas francesas. Na Índia formaram-se forças conjuntas portuguesas e britânicas para a defesa dos territórios e em Macau reforçou-se o dispositivo de defesa, este exclusivamente com forças portuguesas. Em Angola, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor, as ofensivas francesas de finais do século XVIII não se repetiram e Portugal, com um dispositivo de defesa bem reforçado, manteve intactas as suas fronteiras nestes territórios.

Outros portugueses a combater na Europa são os militares da Legião Portuguesa, após um ano de elevadas deserções (1808), Napoleão decide afastar estes combatentes para mais longe da sua pátria mãe e, em Janeiro de 1809, a Legião entra em França.



Em 1809 e no início de 1810, os portugueses distinguem-se nas campanhas da Áustria e da Alemanha e, infelizmente, um grupo de notáveis, incluindo o comandante Marquês de Alorna, irão acompanhar Massena na ofensiva francesa a Portugal.

Em 1809 e 1810, quando praticamente toda a Europa está subjugada por Napoleão (faltam apenas o Reino Unido, a Rússia e Portugal) tivemos portugueses a defender os espanhóis no seu território, nomeadamente a Leal Legião Lusitana de Wilson desde Alcântara até às Beiras e a fantástica expedição portuguesa para a libertação da Galiza, chefiada pelo Tenente Baptista que, entre outras acções notáveis, teve um papel determinante

[1] *Acordos firmados na cidade de Utreque, Países Baixos (1713 – 1715), puseram fim à guerra da sucessão espanhola (1701 – 1714), na qual entraram em conflito interesses de várias potências europeias. Em 1713 foi reconhecido a Portugal a soberania sobre as terras brasileiras compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque.*

na capitulação de Vigo conquistada pelos franceses.

A partir do quase nada, um Exército português que fora praticamente desfeito em 1808, e numa demonstração clara de força e determinação nacional, já tínhamos, em 1810, mais de 150.000 homens nas Forças Armadas, só contabilizando os do exército de 1.ª linha e os regimentos de milícia. Em 1810 já as forças portuguesas no Exército Aliado combatem como iguais ao lado dos britânicos, como ficará demonstrado em 27 de Setembro na Batalha do Buçaco ou depois, na defesa das Linhas de Torres Vedras (LTV), com a plena integração operacional das milícias e ordenanças. Um terço dos efectivos em campanha por parte dos aliados eram constituídos por milícias e ordenanças e, se contabilizarmos a população que construiu as formidáveis Linhas de Torres Vedras, então tivemos uma verdadeira "nação em armas" na defesa do território nacional.

Para melhor entendermos a importância das LTV na ofensiva francesa temos de recordar que, no plano estratégico, esta ofensiva se revestia de enorme importância no teatro de operações peninsular. Dos 320.000[2] militares presentes na Península Ibérica nesse ano, estava previsto conduzir esta ofensiva com 100.000, ou seja, cerca de 1/3 da força para apenas 1/6 da península. Napoleão Bonaparte decide à última hora não comandar pessoalmente a operação, por vários motivos, mais de carácter pessoal do que de estado[3] e, decide nomear um dos seus marechais para a conquista de Portugal, André de Massena, Duque de Génova e de Rívoli, Príncipe de Essling, Marechal de França e conhecido como "Filho querido da vitória".

A 17 de Abril de 1810 foi criado o Exército de Portugal (L'Armée du Portugal), basicamente constituído por 3 corpos de exército (II de Reynier, VI de Massena, VIII de Junot e ainda a Cavalaria de Montbrun, Artilharia comandada por Eblé), constituído por 65.000[4] homens (significativamente abaixo dos 100.000 previstos) o que, logo à partida, era insuficiente para atacar o nosso país por duas possíveis e desejadas direcções estratégicas (Beira e Alentejo).

Wellesley (futuro Duque de Wellington) preparara a defesa de Lisboa com antecedência. Era sabido que as antigas linhas de fortificação de Lisboa, muralha mourisca e fernandina (1373) não defenderiam Lisboa pelo que o Duque pensou então em aproveitar os antigos estudos da defesa afastada de Lisboa do Conde de Lippe "*As linhas de Sintra*", posteriormente reforçadas pelo General britânico Charles Stuart (em 1799) e os de Gomes Freire de Andrade na sua monumental obra publicada em 1806: "Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o exército relativo à população, agricultura e defesa do país", que descreve como a

defesa de Lisboa devia ser assente na linha de montanhas entre o Tejo e o Mar. Apoiou-se ainda nos estudos e levantamento topográfico feitos pelo Tenente-coronel de Engenharia Carlos Frederico Bernardo de Caula, em 1802, pelas reflexões do Coronel Vincent (Chefe dos Engenheiros de Junot) e fundamentalmente nos do Major Neves da Costa, do Real Corpo de Engenheiros Portugueses (resultando no desenvolvimento dos levantamentos topográficos de 1802 – em que acompanhou Caula – mais tarde em 1806 aprofundados para preparar a defesa afastada de Lisboa e que ficaram concluídos em 4 de Março de 1809, completados, posteriormente, com um memorando a 6 de Junho).

Wellington, acompanhado do plano e memorando desenvolvido pela Capitão Neves Costa, deslocou-se em Outubro de 1809, com o Coronel Murray e o Tenente-Coronel Fletcher (Comandante da Engenharia Inglesa) para reconhecer as Linhas junto a Torres Vedras e faz o famoso *memorandum* de 21

pontos, que, entre outros, estipulava o seguinte:

- A defesa devia ser afastada de Lisboa – ficando assim previstas 3 linhas a Norte e 2 a Sul –As linhas em S. Julião (3.ª a Norte) e Setúbal (2.ª a Sul) não seriam para a defesa de Lisboa mas visavam permitir um reembarque em segurança das forças britânicas;

- A exigência de barrar os principais eixos de aproximação a Lisboa (quatro principais acessos);

- A existência de um esquema de distribuição de tropas, pensada para as possíveis ocasiões com um completíssimo sistema de comunicações (que depois de montado permitiria que uma mensagem demorasse cerca de sete minutos do Tejo ao mar).

Todas estas medidas estavam dentro de uma estratégia defensiva mais generalizada que assentava em outras duas importantes considerações:

- Continuar o completar do Exército Português de 1.ªlinha, as milícias e ordenanças;

- Preparar um plano de destruições – "terra queimada" – por onde se previsse a aproximação do inimigo.

Em Outubro de 1809 deu-se então o início da construção das LTV (também chamado por alguns autores como *Cidadela de Portugal* ou as *Linhas de Sintra*[5] , ou ainda por *Linhas de Alenquer*[6]):

- Levaram 1 ano a ser construídas;

- Foram levantados um total de 152 fortes (ou 156[7]), trincheiras, escarpados, represas, paliçadas, abatises, cortaduras, pântanos e fortes adicionais – custo aproximado de 100.000 libras, ou seja, baixíssimo custo;

- Na coordenação da obra trabalharam 61 Oficiais (dos quais 20 eram britânicos, dois alemães e 39 portugueses[8]) 150 Sargentos, dois Regimentos de milícias em permanência e cerca de 150.000 populares requisitados e rendidos semanalmente.

Para cortar os quatro eixos de aproximação a Lisboa, o objectivo era posicionar tropas de forma a poder concentrá-las no melhor local. Inicialmente, pensava-se em colocar tropas na linha de Mafra e avançar algumas para Torres Vedras, Sobral e Alhandra. Como o tempo foi superior ao esperado, a linha de postos avançados transformou-se na primeira linha de defesa e a de Mafra na 2.ª linha.

Toda a obra deveria ser feita no maior segredo (nem o Ministro da Defesa da Grã-Bretanha tomou conhecimento, como se pensa que nem o embaixador em Lisboa teve conhecimento das linhas, provavelmente saberiam de uns trabalhos a decorrer nesta área mas não tinham conhecimento da magnitude e última finalidade das obras). Nos principais acessos a Portugal foram feitos trabalhos de fortificação, especialmente nas áreas habituais de defesa – Almeida, Elvas, Peniche e Abrantes (tradicional ponto de expectativa estratégica onde Wellington se tinha posicionado no início de 1810).

Na vizinha Espanha, depois das batalhas de Talavera e de Ocaña, as forças espanholas estavam bastante dispersas e não totalizavam mais de 100.000 homens (os pequenos núcleos de forças estavam incapazes de realizar operações militares significativas que nunca ultrapassavam os 15.000 efectivos)[9] e assim, no Verão de 1810, a ofensiva iniciou-se sobre Ciudad Rodrigo, seguiu-se Almeida e, a 27 de Setembro, travou-se a Batalha do Buçaco.

Contexto Local: O caminho Buçaco – Linha de Torres Vedras

" O exército de Lorde Wellington contava com 30.000 ingleses e 40.000 portugueses, já exercitados, bem disciplinados (...) milícias organizadas em batalhões, que recebiam soldo e estavam bem armadas (...) bandos de guerrilhas com a missão de cair sobre os flancos e as retaguardas do exército francês, cortar as suas comunicações e atacar os comboios... em cada bairro a restante população devia levantar-se em massa (...) Não se tratava, pois, de um exército superior em número que o senhor marechal Massena tinha de combater; mas também toda a nação" - Memórias do Marechal Jourdan.[10]

---

[2] *LÓPEZ, Cor Juan Priego, Guerra De La Independencia, Madrid, Libreria Editorial Martin, 1981, vol V, pág. 16*

[3] *A anunciada gravidez da sua amante Walewska, o divórcio de Josefina, o casamento com Maria Luísa. Tudo atrasa os planos de Napoleão Bonaparte para uma possível vinda até à Península Ibérica, especialmente o casamento, inicialmente previsto para 6 de Fevereiro e que só se viria a realizar a 2 de Abril de 1810.*

[4] *Vários franceses que viveram nesta época referem ainda números mais pequenos ... 50.000?, in AAVV, introdução de António Ventura, LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão, Livros Horizonte, Lisboa, 2010*

[5] *MARBOT, General Barón de, MEMORIA SOBRE A 3ª INVASÃO FRANCESA, Ed Caleidoscópio, Casal de Cambra, Portugal, 2006, pág. 75*

[6] *Capitão Jean-Baptiste Lemonnier-Delafosse, in LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão, Livros Horizonte, Lisboa, 2010, pág. 62*

[7] *Helena Rua, Análise Histórica e Território, contributo para o Estudo da Defesa da Cidade de Lisboa – As Guerras Peninsulares, in actas do XVII Colóquio de História Militar organizado pela Comissão Portuguesa de História Militar, 2008, pág. 380*

[8] *Números descritos em CHARTRAND, René, FUENTES DE OÑORO, Wellington's liberation of Portugal, Osprey Military, Campaign, Oxford, Reino Unido, 2002, pág. 25*

[9] *LÓPEZ, Cor Juan Priego, Guerra De La Independencia, volumen V, Campaña de 1810, MADRID, Libreria Editorial San Martin, 1981*

[10] *LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão, Livros Horizonte, Lisboa, 2010, pág. 191*

Após se ter reunido com os seus comandantes, Massena renunciou a mais um ataque na posição do Buçaco. Ney e Reynier chegaram a propor a retirada para Almeida ou Ciudad Rodrigo e aí aguardar reforços, outros pensaram no Porto mas o "Filho querido da Vitória" decidiu continuar para o seu objectivo – Lisboa.

Wellington mandou retirar para a área entre Coimbra e Lisboa, ficando apenas um ligeiro destacamento à retaguarda constituído pelas cavalarias de Craufurd e Anson. A 30 de Setembro os franceses já se encontravam a 38 Km de Coimbra (Sardão), onde se deu um choque com as milícias portuguesas de Trant. Em Coimbra, o clima é de pânico. Apenas as famílias mais ricas tinham cumprido atempadamente a ordem de evacuar a cidade. A 28 de Setembro, 30.000 dos 40.000 habitantes continuavam em casa. A 29, Wellington ameaçou com o uso da força para pressionar a retirada, o que provocou uma fila de 32 Km entre Coimbra e Lisboa, num espectáculo de medo e miséria pelas péssimas condições em que as populações tentavam escapar, quase todas a pé e carregadas com os seus parcos haveres[11] . A 1 de Outubro, e face à continuada pressão de Montbrun e Saint-Croix, os 6 esquadrões de Cavalaria de Stapleton Cotton foram forçados a abandonar Coimbra, com alguns combates de reduzida repercussão.

Foi a Divisão Clausel do VIII CE a primeira a entrar em Coimbra. Composta por soldados pouco experientes e ainda por cima completamente esfomeados e fatigados, a pilhagem da cidade foi inevitável[12] – em 12 horas o CE de Junot "rebentou" com possíveis três semanas de abastecimentos para o Exército de Massena, o que causou viva reprimenda deste último. Massena decidiu então nomear Governador da cidade de Coimbra o General Pamplona e de novo, tal como ocorrera nas vésperas do Buçaco, os comandantes desentenderam-se quanto ao que fazer – se permanecer algum tempo em Coimbra e esperar reforços – de facto, as baixas acumuladas (4.500 no Buçaco + 4.000 da marcha) tinham reduzido o Exército a 55.000 homens e o caminho para Espanha estava controlado pelas forças do General Silveira que o isolavam da sua logística e reforços, pelo que parecia então prudente esperar pelo IX CE de Drouet D´Erlon.

Não foi esta a decisão do Marechal e as suas ordens foram no sentido de marchar o mais depressa possível – a 3 de Outubro a cavalaria de Montbrun cruzava já o Mondego. Em Coimbra, ficou apenas 1 companhia de Marinha para a segurança dos 4.000 feridos e do depósito de abastecimentos, uma decisão muito mal aceite entre as tropas.

A 4 de Outubro já todo o exército tinha saído de Coimbra, continuando os ataques entre vanguardas e retaguardas de Cavalaria. Pela primeira vez, prisioneiros capturados pelos franceses falaram de umas LTV (ou de Sintra) – o assunto era completamente desconhecido pelo Estado-maior de Massena. Confirmando os receios dos soldados franceses, as milícias portuguesas reconquistam Coimbra e fizeram mais de 4.500 cativos (que foram transportados para o Porto). A notícia teve um efeito devastador entre as tropas do Marechal que passam a confiar menos num comandante que deixava os seus soldados entregues à sua sorte.

A 9 de Outubro já praticamente todas as forças aliadas tinham tomado posição atrás das

LTV. Da Grã-Bretanha tinham chegado importantes reforços que totalizavam mais 6.500 efectivos. Os efectivos totais seriam (a 14 de Outubro) de:

- 42.000 britânicos (35.000 disponíveis + 7.000 feridos ou destacados) + 2 Bat Fuzileiros no Forte de S. Julião da Barra[13] ;
- +/- 65.000 portugueses (27.500 de 1.ª linha; 18.200 Milícias e entre 20.000 a 40.000 Ordenanças);
- 8.000 espanhóis (2 Div enviadas por Cádiz sob o comando do General Marquês de La Romana).

A lógica da distribuição das forças obedeceu ao seguinte critério: nos redutos ficavam as tropas de 2.ª linha (quase exclusivamente portuguesas) e atrás de cada linha defensiva, com curto tempo de intervenção[14], ficavam as tropas de 1.ª linha (agruparam-se estas em dois grupos principais – atrás de Sobral e Alhandra).

A ocupação das tropas na 1.ª linha tinha uma extensão de 47 Km enquanto a 2.ª linha tinha uma extensão de 35 Km. Os efectivos nas 1.ª e 2.ª linhas eram: britânicos: 34.000, portugueses: 36.500, espanhóis: 8.000, num total de 77.690.

O estudo realizado por Wellington sobre o terreno e sobre as possibilidades do inimigo tinham ampla tradução no dispositivo montado. Devido ao obstáculo que constituía a Serra de Montejunto, Wellington não previra, como se confirmou, que os franceses marchassem a oeste desta elevação pelo que 9/10 do efectivo ficaram entre Torres Vedras e o Tejo, numa extensão de 28 Km e os restantes 1/10 entre Torres Vedras e o mar numa extensão de 19 Km.

Após os reconhecimentos a Arruda e Zibreira pela cavalaria francesa a 11 de Outubro, o General Montbrun informa Massena que tinha atingido uma linha contínua de fortificações. O dispositivo francês seria o seguinte: "O Príncipe de d'Essling dispôs o seu exército muito habilmente, de modo a poder reuni-lo em apenas quatro horas"[15] – O VIII CE (Junot) em Sobral, o II CE (Reynier) entre o Carregado e Vila Franca, o VI CE (Ney) mais à retaguarda, entre a Ota e Alenquer e finalmente a Cavalaria de Montbrun, a Reserva de Artilharia e o hospital ficariam nas linhas de comunicações desde Alenquer até Santarém.

De 12[16] a 14 de Outubro dão-se as "ofensivas" francesas nas linhas, especialmente o ataque da Div. Clausel (do CE de Junot – descritas mais em profundidade no capítulo seguinte) que, devido à pronta reacção das forças luso-britânicas, foi rechaçado em Seramena. Entre 14 e 15, os franceses repetem reconhecimentos em Arruda e Sobral e dão-se conta da quase inexpugnável posição que defrontavam. Entretanto, o General Saint-Croix morre (considerado como o braço direito de Massena), deixando este nas mãos dos seus desavindos comandantes subordinados – Junot e Montbrun apoiavam a continuação do ataque, enquanto Ney e Reynier se opunham.

Começaram a ser construídas pontes sobre o Zêzere e sobre o Tejo (os aliados tinham destruído as existentes). No final de Outubro há menos de 45.000 efectivos no exército francês e todas as linhas de comunicação tinham sido tomadas pelas forças portuguesas.

A 29 de Outubro, Massena vai a Santarém e daí decide retirar. A base da sua decisão terá sido a impossibilidade de transpor as Linhas de Torres Vedras e o facto de o Exército Francês estar sem recursos (para melhor ilustrar esta situação recorda-se que fora entretanto criado o auto denominado undécimo corpo, XI CE, com cerca de 2.600 desertores que elegeram um General e se dedicavam às pilhagens, o que obrigou a Massena ter de empenhar franceses contra franceses). Wellington, de acordo com a sua conhecida prudência, em vez de atacar declara que "a miséria vencerá"[17].

O Forte de Alqueidão ou "O Grande Reduto do Sobral"

Começamos com uma breve descrição do que eram os maiores redutos:

- Estavam compartimentados interiormente, possuíam no seu interior, por vezes, outros redutos ou bastiões mais pequenos para cumprirem distintas missões e assim evitava-se o pânico e permitia-se a continuação do combate parcial;

- Travessados interiormente nos pontos de mais fácil acesso e preveniam os ricochetes;

- Um misto da fortificação de *Vauban* com o *Abaluartado* – Bastiões internos, artilharia em con-

---

[11] *Aproximadamente 2 % da população portuguesa, de 40.000 a 50.000 pessoas, perderam a vida atrás das linhas de Torres Vedras durante este período por motivos de fome e doença - FLETCHER, Ian, THE LINES OF TORRES VEDRAS, Osprey Military, Campaign, Oxford, Reino Unido, 2003, pág. 25*

[12] *"Os soldados não perdem um momento; ninguém pode contê-los; mas também ninguém pensa em tal.(...) Entram nas casas, nas igrejas, nos conventos. Devassam tudo. Ai do infeliz, ai da desgraçada, que não soube ou não pode fugir, e que lhes cai nas mãos! Em toda a parte roubam, quebram, devastam, incendeiam. Matam quem lhes resiste; não esperam mesmo a resistência, matam por matar.(...)Eram trucidados horrivelmente os homens; eram violadas e mortas depois, nas circunstâncias mais horríveis, as mulheres (...)."in QUINTELA, Santos, A GUERRA PENINSULAR E AS VICTORIAS DO EXÉRCITO ANGLO-LUSO-ESPANHOL, Porto, Escritório de Publicações Ferreira dos SANTOS, 1908*

[13] Estes números incluem os alemães da KGL

[14] Calculado até um máximo de meia jornada (meio dia de marcha)

[15] *Coronel Emmanuel-Frédéric Sprünglin, LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão, Livros Horizonte, Lisboa, 2010, pág. 191*

[16] No dia em que finalmente saíu de Valladolid o Corpo de Drouet e iniciara a marcha em Portugal a pequena força do General Gardane para reforçar Massena, só chegariam parte das forças em 15 de Novembro ... – M de Rocca, *LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão, Livros Horizonte, Lisboa, 2010, pág. 219*

[17] No entanto é interessante notar que havia indícios das boas provisões da região, tanto em quantidade como em qualidade e compartilhado por inimigos: *"... e esse vinho generoso de Portugal aguentou o soldado ... o sargento (*francês*) encontrava-se numa das caves em companhia de soldados ingleses, bebendo juntos, o que acontecia todos os dias, sem que aí resultasse fosse o que fosse ..." in Capitão Jean-Baptiste Lemonnier-Delafosse, LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão, Livros Horizonte, Lisboa, 2010, pág. 68*

tra encosta, movimento interior de forças, guarnição – 2/3 no exterior – dispositivo como a pedra na água (imagem dada pelo Professor de História Militar – Coronel de Infantaria Américo Henriques) – o ponto da queda é o forte principal nas linhas de irradiação da água ficavam as fortificações auxiliares – no caso do Alqueidão o sistema era composto por 11 subsistemas – 1+4 (fixos) +6 (nas linhas alturas e posições avançadas);

- Cada peça de artilharia (não se destinavam à autodefesa) podiam ter como missão: interdizer a passagem num troço de estrada ou a entrada de um desfiladeiro; impedir a reparação de uma destruição, ponte, dique, etc; bater uma defesa acessória (paliçada, abatis, etc.) – podiam assim ser colocada em face da missão dentro ou fora dos redutos (redentes – pequenos redutos);

- Localizados em posição dominante – cristas – também era uma forma de transmitir moral e confiança; protegia as guarnições do fogo rasante e desenfiava o interior das obras dos fogos da infantaria atacante;

- Missão principal dos Redutos: conseguir superioridade de fogos; obter flancos para permitir contra-ataques pelas forças colocadas na sua retaguarda; se obtida alguma brecha os redutos da retaguarda davam protecção à infantaria combatente;

- Construção e equipamento: flanquear os fossos (mínimo 4,5 m de largura e 3 m de profundidade); adaptado ao terreno; revestimentos com sacos de terra, faxinas, muros de pedras; depósitos de ferramentas para reparações, água potável em tonéis, paióis, armas; paliçadas enterradas a 1,20 m quer na vertical quer na contra-escarpa; abatises; covas de lobo; escarpados (com paredes verticais de 4,5 m a 6 m);

- Complemento dos redutos com barragens de engenharia: destruídas as pontes da Mentira, Codeçal, Furadouro e todas sobre as quatro penetrantes em direcção a Lisboa; mais as pontes na frente das posições principais; fornilho na estrada Gradil-Mafra e inundaram-se dois flancos de duas posições; desembaraçamento das zonas de tiro.

Os principais fortes da 1.ª linha eram os de Alhandra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. A missão principal do Forte Grande – o Grande Reduto do Sobral ou do Alqueidão, para a qual concorriam os restantes fortes implantados na serra de Montagraço, era impedir o acesso a Lisboa, pela estrada de Bucelas (esta via principal tinha duas grandes penetrantes – Sobral – Sr.ª da Ajuda – Bucelas e Arruda – Sr.ª da Ajuda – Bucelas pelo que todo o dispositivo montado teve de ser pensado para a aproximação complementar das forças por estas áreas, daí a importância do Moinho do Céu e o Forte da Carvalha). A construção do Forte Grande, que teve início a 4 de Novembro de 1809, ficou a cargo do Capitão Williams, sob a direcção inicial do Tenente-Coronel Richard Fletcher e, posteriormente, a partir de 6 de Julho de 1810, a cargo do Capitão John T. Jones. Devido à importância desta penetrante, Welington tinha colocado próximo o posto de comando principal em Pero Negro e fazia do Alqueidão o seu PC avançado. Está localizado a cerca de 2 Km, a Sul de Sobral de Monte Agraço na serra de Montagraço, a 439 m de altitude "onde se podia dar a morte sem a receber"[18] .

A sua guarnição era composta por 1.600 homens (outras fontes falam de 1.750 ou mesmo 2.000 e tinha 25 (fontes até 44) bocas-de-fogo, na sua maioria de calibre 6 e 12 de manufactura do arsenal português, operadas por artilheiros portugueses (a melhor maneira de entendermos as forças presentes é aludirmos ao n.º total no conjunto das fortificações do grande reduto que seriam, segundo Chartrand, de cerca de 3.000 com 55 bocas de fogo). Visível o caminho de acesso ao forte, muitas vezes percorrido por Wellington, que quase todos os dias se deslocava ao Alqueidão para vigiar o inimigo. A estrada militar estabelecia o acesso ao Forte Grande e entroncava-se com outros caminhos militares que estabeleciam a comunicação viária com os outros fortes da Serra de Montagraço. A construção destas estradas teve em vista permitir a circulação de artilharia (permitiam o deslocamento da infantaria em frente de três e a cavalaria em frente de dois), os reabastecimentos e as evacuações das guarnições das obras e das tropas de linha, acantonadas a coberto destas; bem como permitir a manobra para a concentração de tropas em qualquer ponto das linhas com a rapidez e o sigilo necessário ao sucesso da estratégia de defesa.

Foram recentemente feitos trabalhos de requalificação fundamentais (entre outras entidades destaque para a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço e Exército Português mas destaca-se a importância de todos os que constituem a Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres Vedras) para tornar o Circuito do Alqueidão como um marco de referência para entendermos a história do período Napoleónico em Portugal.

Foi nesta região do Sobral que incidiram os principais reconhecimentos franceses, "querendo acompanhar o general Lazowski no reconhecimento do Sobral, o general Montbrun partiu à frente da brigada Lamotte, reforçada com um regimento de dragões, o 65º de linha e meia bataria de artilharia ligeira; a meio do caminho, encontrou e carregou um regimento de hussardos hanoverianos (71st Highland Light Infantary, the King's German Legion and the 5th – Rifle – battalion of the 60th foot)[19] que foi recolhido a cerca de três quilómetros do Sobral por três regimentos de infantaria postados nos montes (…)"[20]

No dia 12 de Outubro, Junot deslocou-se para o Sobral "onde o inimigo tinha os seus postos avançados a dois quilómetros de distância, na aldeia de Caixarias"[21] e as forças aliadas retiraram para a frente de Sobral. De facto, a Vila de Sobral era uma falsa posição[22], Wellington tinha posicionado as suas forças até este arco defensivo mas a defesa real estava assente no Monte Agraço.

Vamos, utilizando as memórias de Koch[23] cruzando com o estudo de Chartrand, descrever os ataques franceses: "Atrás e à direita da aldeia, encontravam-se nos montes doze batalhões (…) (quatro divisões dos Generais Cole, Picton, Campbell e Spencer, à Brigada portuguesa Pack para reforçar o reduto e La Romana instalou-se mais próximo … em poucas horas mais de 30.000 homens tinham sido posicionados numa frente de 7 km para prever a continuação do ataque no Sobral)[24] entraram com os inimigos no Sobral, onde se disparou de casa para casa durante muito tempo (…) o combate recomeçou e foi já mais a sério, mas terminou com vantagem para nós e deixou-nos de posse das elevações que protegem a aldeia (…) ordenou ao General Clausel que ocupasse fortemente (…) levantasse algumas fortificações de campanha (…) a divisão Solignac instalou-se em escalões a dois quilómetros atrás (…) o inimigo despachou imediatamente para lá um Batalhão que desse modo envolveu o flanco direito do VIII Corpo (…) As perdas de ambos os lados equilibraram-se e elevaram-se, para cada um, a 150 homens (…) (Os Ingleses e Portugueses tiveram 67 baixas e os franceses cerca de 150)"[25] .

"O marechal empregou os dias 14 e 15 no reconhecimento das linhas. Rectificou a posição do VIII Corpo (…) Brigada Menard nos postos avançados, Taupin para a segunda linha e a deixar de reserva no Sobral a do General Godard (a Divisão Solignac foi escalonada por Brigadas: a primeira a dois quilómetros do Sobral e a segunda a quatro (…) estas considerações decidiram Massena a formar o bloqueio das linhas (…) obrigar lord Wellington a sair do seu campo entrincheirado para aceitar batalha em campo raso (…) Loison para os montes de Alenquer na Quinta da Pepa, a cavalo da estrada do Sobral, de onde tinha à vista a Brigada de reserva do VIII corpo e observava o vale de Arruda."

Por último o Marechal Massena tentou "jogar" a sua cartada final: se conseguisse separar os aliados, nomeadamente se conseguisse afastar os portugueses das linhas então poderia atacar as forças inglesas: "Portugueses! Por que tardais ainda em separar os vossos interesses da causa de semelhantes aliados?" – mas Massena não percebera ainda que Portugal defendia-se a si dos franceses, não combatia pelos ingleses e essa determinação os franceses iriam senti-la nos anos seguintes até ao ano de 1817.

Bibliografia

AAVV, introdução de António Ventura, **LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão**, Livros Horizonte, Lisboa, 2010

A. H. NORRIS AND R. W. BREMNER, **THE LINES OF TORRES VEDRAS**, LISBOA, British Historical Society of Portugal, 1985 e anos seguintes incluindo a versão portuguesa de 2001)

BAPTISTA, Ten Cor Francisco Eduardo, **AS LINHAS DE TORRES**, LISBOA, Revista de Engenharia Militar, número comemorativo do III centenário da Engenharia Militar, 1947

CHARTRAND, René, **FUENTES DE OÑORO, WELLington's liberation of Portugal,** Osprey Military, Campaign, Oxford, Reino Unido, 2002

COSTA, José Maria das Neves, **MEMORIA MILITAR – Terreno ao Norte de Lisboa**, LISBOA, Typographia e Stereotypia Moderna, 1888

FLETCHER, Ian, **THE LINES OF TORRES VEDRAS**, Osprey Military, Campaign, Oxford, Reino Unido, 2003

HENRIQUES, Maj, **AS LINHAS DE TORRES VEDRAS E OS PRINCÍPIOS DA GUERRA,** Mafra, EPI, 1980

KOCH, General, **MEMORIA DE MASSENA**, Campanha de 1810 e 1811 em Portugal, Livros Horizonte, Lisboa, Portugal, 2007

LÓPEZ, Cor Juan Priego, **GUERRA DE LA INDEPENDENCIA**, *volumen V, Campaña de 1810*, MADRID, Libreria Editorial San Martin, 1981

MARBOT, General Barón de, **MEMORIA SOBRE A 3ª INVASÃO FRANCESA**, Ed Caleidoscópio, Casal de Cambra, Portugal, 2006.

PENA, António de Oliveira, **TELECOMUNICAÇÕES MILITARES UTILIZADAS NA GUERRA PENINSULAR**, LISBOA, Jornal do Exército nº 372, 1990

SOUSA, Maj J. Inácio, **AS LINHAS DE TORRES NO CONTEXTO DAS INVASÕES FRANCESAS** MAFRA, EPI Revista Azimutenº 135, 1985

http://www.rhlt.com.pt/

http://www.linhasdetorresvedras.com/

[18] M de Rocca, *LINHAS DE TORRES VEDRAS – Memórias francesas sobre a III Invasão, Livros Horizonte, Lisboa, 2010, pág. 215*

[19] CHARTRAND, pág 34

[20] KOCH, General, MEMORIA DE MASSENA, Campanha de 1810 e 1811 em Portugal, Livros Horizonte, Lisboa, Portugal, 2007, pág. 121

[21] Idem, pág. 122

[22] CHARTRAND, pág. 33

[23] Koch, pág. 1222 a 127

[24] CHARTRAND, pág. 34

[25] Idem, pág.36

Tenente-Coronel Francisco José da Silva Leandro[1]
Tenente-Coronel Henrique M. M. Veríssimo[2]

Quinze anos depois da Declaração de Lisboa sobre as Euroforças

EUROFOR is a good example of European Sovereignty.

Josep Borrel Fontelles,
Presidente do European University Institute

EUROFOR... represents a shining example of what Europeans can do together.

Matteo Renzi,
Presidente da Câmara de Florença

Josep Borrel Fontelles e Matteo Renzi.

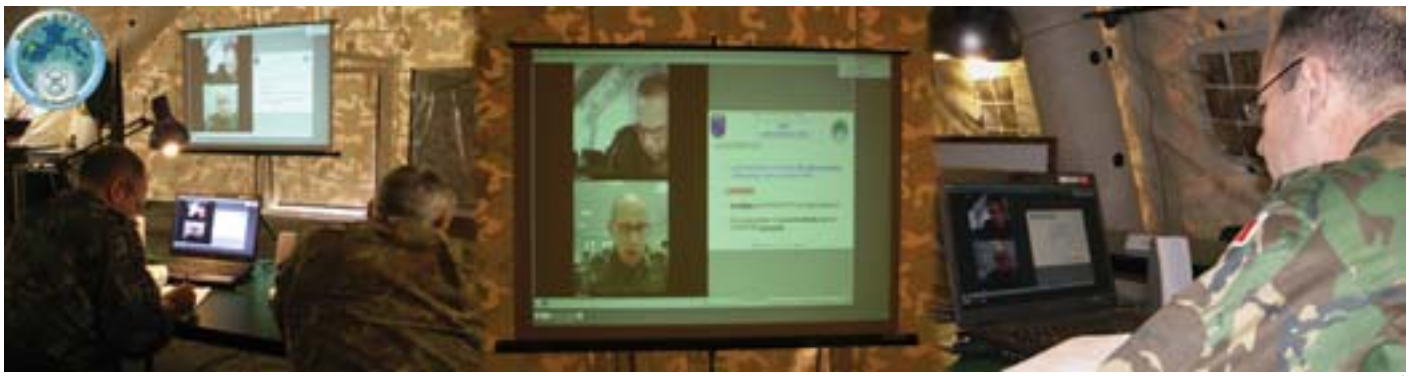
Quinze anos depois da constituição da Força Operacional Europeia Rápida (EUROFOR)[3], e do estabelecimento do seu Quartel-General em Florença (Itália) como resultado da decisão do Conselho de Ministros da União Europeia Ocidental, que se realizou em Lisboa, a 15 de Maio de 1995, Portugal, Itália, França e Espanha celebraram uma existência comum perspectivando um futuro partilhado. Após a participação na Operação

Joint Guardian (Albânia/2001), na Operação *Concórdia*[4] (República da Macedónia[5] /2003) e na Operação *Althea* (Bósnia-Herzegovina/2007) a EUROFOR merece especial registo pelas seguintes razões: em primeiro lugar pela primeira participação no European Union Battle Group 2011-2 (durante o 2.° semestre de 2011) onde o *core* das forças será disponibilizado por Portugal; em segundo lugar pelo facto de que, a partir de Setembro de 2010, se efectuará a transição do comando para um oficial general português e, finalmente, pelo ciclo de transformações internas operadas durante os últimos 24 meses, transformações essas que fizeram evoluir este Quartel-General para estrutura mais moderna e mais capaz de afrontar os desafios das operações militares modernas. Assim, a celebração do aniversário da Declaração de Lisboa sobre as Euroforças para além do seu carácter festivo, foi também um momento de reflexão e de balanço com vista a preparar o futuro, tirando partido da estreita colaboração com a Universidade Europeia sediada em Florença.

Por outro lado, no decorrer da Conferência de Coordenação dos "Battle Groups" em Bruxelas em Outubro de 2009 a União Europeia aceitou a proposta portuguesa, em representação da EUROFOR, disponibilizando-se para aprontar um Battle Group no segundo semestre de 2011. Como consequência desta aceitação, o Quartel-General da EUROFOR será o *Force Headquarters* deste Battle Group. A figura seguinte representa um breve sumário dos resultados alcançados após um longo e difícil período de negociação, em termos de organização da força e das capacidades disponíveis. Esta negociação levou à construção do primeiro Battle Group verdadeiramente multinacional na história dos Battle Groups da União Europeia, referido por alguns como um dos mais equilibrados e com os meios mais adequados para a sua missão em termos genéricos.

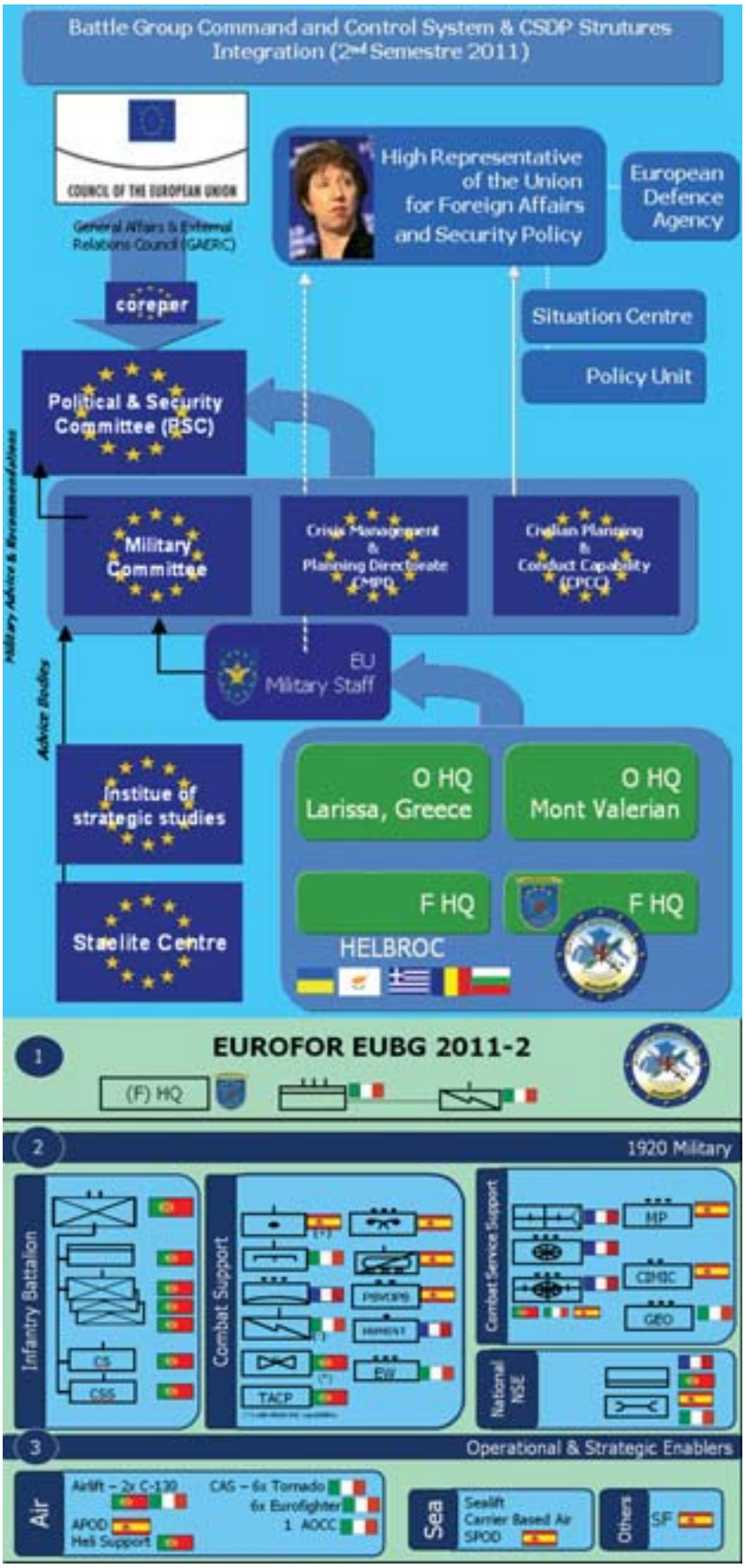
A EUROFOR depois de ter tido como Chefe do Estado-Maior o Major-General Agostinho Dias da Costa durante os últimos 2 anos, prepara-se para receber no próximo dia 23 de Setembro de 2010, de acordo com o plano de rotação normal, o Major-General Martins Ferreira que assumirá o comando deste Quartel-General multinacional. Este oficial general português comandará também o EUROFOR European Union Battle Group 2011-2, durante o seu período de *stand by*. É precisamente nesta perspectiva que a evolução deste Quartel-General operacional se tem vindo a efectuar. De facto, em 2009 deu-se início a um plano de reestruturação do posto de comando, reequipamento dos meios de comunicação à distância e dos materiais de apoio a exer-

Exercício Arno 09.



cícios/operações, bem como à implementação de um ambicioso plano de treino individual e colectivo, quer em Itália, quer ainda em cooperação com outros Quartéis-generais NATO e da União Europeia. Entre 2009 e 2011 terá lugar um intenso ciclo de reuniões, conferências, briefingues, cursos, estudos, sessões de treino e informação, tiro com armas ligeiras, marchas colectivas, visitas a outros Quartéis-generais, exercícios de orientação individual, treino de escalada, treino individual NBCR, primeiros socorros, cursos de esqui, competições de Inverno (Casta 09, 10 e 11) e uma semana de estudos históricos (Montecassino/2009). Para além destas actividades, a EUROFOR conduzirá e/ou participará no maior ciclo de exercícios de campo desde a sua criação: Arno 08 (Itália); Fiesole 09 (Itália); Arno 09 (Itália); Citadel Guibert 09 (França); Olmo 10 (Itália); Fiesole 10 (Itália); Spearhead 10 (Espanha); HIREX 10 (Espanha); MILEX 10 (França); Toscana 11 (Itália); Bora 11 (Itália); Dragão 11 (Portugal) e Citadel Guibert 11 (França, Alemanha e Bélgica). Para que tal fosse possível reestruturou o seu Training & Coordination Center (TCC), dotando-o de tecnologia capaz de controlar à distância exercícios e operações militares, de um auditório com 100 lugares sentados e de um conjunto de salas de trabalho, num investimento total de mais de 100 mil euros repartidos ao longo de 2 anos e com igual participação das quatro nações.

Por todas estas razões a EUROFOR, Quartel-General internacional onde servem em permanência 15 militares portugueses, é hoje uma organização de prestígio, reconhecida internacionalmente e pela União Europeia; é um Quartel-General ligeiro, adaptável, modular e de alta prontidão, capaz de responder a todos os desafios/necessidades da Política Europeia de Segurança e Defesa e que constitui, muito provavelmente, a única estrutura do género em termos de capacidades imediatamente disponíveis, com reais possibilidades de ser comandada por um oficial general português. Todos estes argumentos, apontam no sentido do apoio, do investimento, da qualificação do seu pessoal, da transformação e da utilização deste Quartel-General que é, certamente, um dos bons motivos de orgulho para o Exército Português e para a imagem de Portugal na Europa e no mundo de hoje.ع



[1] EUROFOR - Chief Public Affairs Office.

[2] EUROFOR - Financial Controler.

[3] European Rapid Operational Force.

[4] Operação comandada por um oficial general português, Major-General Luís Nelson Ferreira dos Santos, à data Comandante da EUROFOR.

[5] Former Yugoslav Republic of Macedonia (FYROM).

Entre 2009 e 2011 terá lugar um intenso ciclo de reuniões, conferências, briefingues, cursos, estudos, sessões de treino e informação (...) Para além destas actividades, a EUROFOR conduzirá e/ou participará no maior ciclo de exercícios de campo desde a sua criação.

"100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades"

TEXTO de APRESENTAÇÃO

Após a realização, em Portugal, do XXXV Congresso Internacional de História Militar em 2009, a Comissão Portuguesa de História Militar, retoma o seu percurso normal, associando-se às Comemorações do Centenário da Implantação da República com a realização do seu XIX Colóquio alusivo ao tema "*100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades*".

Um século depois da queda da Monarquia Constitucional e da Implantação da República pelo golpe do 5 de Outubro de 1910, devido à influência da Maçonaria e da Carbonária, esses acontecimentos são, ainda hoje, lembrados pela revolução política e militar que lhe deu origem e pelas vicissitudes do regime instável que se lhe seguiu: a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres e no Ultramar e o vivo debate sobre a neutralidade ou intervenção de Portugal; os momentos críticos do 14 de Maio de 1915 na «ditadura» do general Joaquim Pereira Pimenta de Castro; o assalto a Monsanto em 1919 contra a tentativa do restauracionismo monárquico; o golpe militar do 28 de Maio de 1926, pronunciamento de cariz nacionalista e anti-parlamentar que pôs termo à Primeira República; o Estado Novo e o republicanismo militar conservador, os ventos da 2ª Guerra Mundial e a NATO; o novo regime político implantado em 25 de Abril de 1974.

O Republicanismo foi, antes de se converter em regime político, um movimento social, económico, político, militar, cultural e técnico-científico modernizador de Portugal que não deve ser analisado sem a presença dos militares. Sobre todos estes aspectos se irá reflectir no Colóquio com a preocupação de se assegurar uma ampla discussão sobre a importância dos militares na construção do percurso histórico do Republicanismo e da República.

Pela natureza das áreas temáticas apresentadas e dinâmica que o regime democrático proporcionou quanto ao conhecimento da República e do Republicanismo, a Comissão Portuguesa de História Militar acredita que pode dar um contributo relevante para a comunidade científica e para o conhecimento público do papel dos militares naquele longo período da História de Portugal. Nesse sentido, as comunicações a apresentar deverão orientar-se pelos seguintes eixos temáticos:

- República, Forças Armadas e Nação: os militares e a política na República;
- A República e as Forças Armadas no contexto internacional;
- A República e as Forças Armadas: a política de defesa e as reformas militares;
- República, Forças Armadas e Sociedade: cultura, imprensa, ciência, tecnologia e memória;
- República, Forças Armadas e Religião.

[Imagem da capa Cul A.P.V. nº 5 inv. MR 15]

Comissão Portuguesa de História Militar

XIX COLÓQUIO DE HISTÓRIA MILITAR

16, 17 e 18 Novembro de 2010

"100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades"

Contactos da CPHM:
Palácio da Independência, Largo de São Domingos 11
1150-320 LISBOA
Telefone: (351) 21 346 51 20
E-mail: cphistoriamilitar@defesa.pt

Presidente da República inaugura Circuito do Alqueidão

O Presidente da República (PR), Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, presidiu à inauguração do Circuito do Alqueidão, em Sobral de Monte Agraço, em 26 de Junho, por ocasião do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras.

No evento estiveram presentes várias entidades civis, assim como as mais altas entidades militares, com destaque para o Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Dr. Marcos Perestrello, o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, e o Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, Sr. António Lopes Bogalho.

O PR foi recebido, com as devidas honras militares, na Praça Dr. Eugénio Dias, onde assistiu à Integração do Estandarte Nacional e passou revista às tropas em parada.

Perante numeroso público que assistiu à cerimónia, seguiram-se as intervenções alusivas à mesma, onde se fizeram escutar o Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, o General CEME e o PR.

No seu discurso, o PR começou por realçar que "Sobral de Monte Agraço tem um lugar fundamental na comemoração dos 200 anos das Linhas de Torres", destacando a importância do Forte do Alqueidão, "o maior de todos os fortes erigidos para contrariar a caminhada do invasor e verdadeiro posto de comando" e por ter sido, em Sobral do Monte Agraço, "que nos dias 12 e 14 de Outubro de 1810 se registaram os confrontos mais violentos", levando à retirada do exército francês.

De seguida, retratou os acontecimentos ocorridos entre o Exército francês e as tropas comandadas por Wellington, destacando a forma apaixonada e combativa que a população portuguesa demonstrou durante as Guerras Peninsulares.

"Aqueles portugueses fizeram o impossível apesar dos sofrimentos e dos sacrifícios a que foram submetidos … Aqui, em Sobral de Monte Agraço, celebramos, invocando o seu exemplo, a capacidade de resistência e a capacidade de sofrimento dos portugueses", referiu, concluindo com a certeza de que "seremos dignos daqueles portugueses que, no passado, nos legaram exemplos de coragem cívica."

Seguiu-se a assinatura do Livro de Honra na Câmara Municipal e o embarque para a Serra do Alqueidão.

No forte do Alqueidão, uma das principais 152 estruturas fortificadas com o intuito de defender Lisboa das tropas napoleónicas, militares da Escola Prática de Infantaria, fardados à época, recriaram o ambiente de acampamento militar e defesa do forte.

Após o toque de sentido ao forte, assistiu-se ao descerramento da lápide alusiva à inauguração do Circuito do Alqueidão, inserido na Rota Histórica das Linhas de Torres, seguido de uma Homenagem aos Mortos.

Seguidamente, o Tenente-Coronel Lemos Pires fez uma apresentação intitulada "O Forte de Alqueidão no contexto da Defesa das Linhas de Torres Vedras", onde discorreu pelos seguintes parâmetros: "Contexto global – a II Guerra Global Portuguesa"; "A guerra de portugueses em 1809 e 1810 – A Caminho de Lisboa"; "Contexto Local: O caminho Buçaco – Linha de Torres Vedras." Durante a apresentação, efectuada no ponto mais alto do forte, foi conjugando as suas palavras com a descrição do local onde se encontrava, demonstrando, desta forma, os locais por onde as tropas francesas pretendiam avançar e como os portugueses estavam preparados para travar a sua progressão. O Tenente-Coronel Lemos Pires serviu de cicerone para uma visita guiada ao forte, que fazia lembrar os tempos de outrora.

A cerimónia culminou com um "Sobral de Honra", servido ao fim da tarde.

Cerimónia Comemorativa do Combate do Côa

Decorreu no dia 24 de Julho, a Cerimónia Comemorativa do Combate do Côa, em Almeida e junto à ponte do Rio Côa, inserido no âmbito do Programa do Exército de 2010 para as comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular.

A cerimónia contou com as presenças do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, do Secretário de Estado da Cultura, Doutor Elísio Summavielle, e do Presidente da Câmara Municipal de Almeida, Professor António Baptista Ribeiro, entre outras altas individualidades civis e militares.

O evento teve início na Praça da Liberdade, em Almeida, com a Guarda de Honra ao General CEME. Seguiu-se a cerimónia junto à ponte do Côa, que contou com a inauguração do Memorial aos Mortos no Combate do Côa, com o descerramento da lápide evocativa, a Cerimónia Militar de homenagem aos Mortos e a evocação do Combate do Côa. As honras militares devidas foram executadas através do Pelotão 1810 (militares do RI14 fardados à época) juntamente com a Fanfarra do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 e duas secções de artilharia da mesma Unidade, que executaram tiros de salva com canhões da época.

De seguida foi efectuada a inauguração de uma exposição no Museu Histórico-militar de Almeida, subordinada ao tema "As linhas de defesa de Lisboa".

No início da tarde, decorreu um colóquio alusivo ao Combate do Côa, cabendo a nota de abertura ao Presidente da Câmara Municipal de Almeida e ao Secretário de Estado da Cultura. O moderador foi o Doutor Sérgio Veludo, que contou

com os seguintes conferencistas: General Gabriel Augusto do Espírito Santo, Tenente-Coronel Nuno Lemos Pires, Doutor Manuel Amaral e Doutora Gabriela Terenas.

A cerimónia seria concluída com o lançamento do livro "A Divisão de Infantaria Ligeira no Combate do Côa", da autoria do General Gabriel Augusto do Espírito Santo. A apresentação do autor foi feita pelo General CEME e a apresentação da obra pelo Major-General Adelino de Matos Coelho.

Este ano comemora-se a passagem dos 200 anos sobre o início da 3.ª Invasão Francesa. Das três invasões sofridas, esta foi a mais longa e mais gravosa para a Nação Portuguesa e abrangeu um conjunto de factos e marcos históricos cujo relevo justificou o desenvolvimento de um programa mais alargado.

Exposição "Operações Militares no Norte de Portugal durante as Invasões Francesas – Conhecimento Geográfico e Defesa"

O Exército Português inaugurou, em 20 de Julho, no edifício do Armazém Regimental, em Lagos, a exposição temporária "Operações Militares no Norte de Portugal durante as Invasões Francesas – Conhecimento Geográfico e Defesa", relacionada com a 2.ª Invasão de Portugal, pelas tropas napoleónicas, em 1809.

Na abertura da exposição, organizada pela Direcção de Infra-estruturas em coordenação com a Direcção de História e Cultura Militar e com o apoio da Messe Militar de Lagos e do Gabinete de Atendimento ao Público, do Comando de Pessoal, em Lagos, e que estará patente até 29 de Dezembro de 2010, estiveram presentes o Director de História e Cultura Militar, Major-General Adelino de Matos Coelho, o Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Dr. Júlio Barroso, e o Comandante do Regimento de Infantaria 1, Coronel de Infantaria Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da Silva, além de outras entidades civis e militares e numeroso público.

A mostra, de conteúdo histórico e geográfico, que consiste na reprodução de plantas, mapas, gravuras e documentos, à guarda do Exército, no Arquivo Histórico-Militar e no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, é

complementada com um conjunto de bens museológicos de diferentes categorias, desde o armamento ligeiro, passando pelo uniforme, até ao equipamento, do Museu Militar de Lisboa, alusivos à época da Guerra Peninsular, sendo ainda possível observar o DVD sobre a divulgação do Exército e a 2.ª Invasão francesa, editado pelo Instituto Geográfico do Exército.

Evocação do Bicentenário da Defesa e Resistência de Almeida

No âmbito do Programa das Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular, a vila de Almeida evocou o Bicentenário da Defesa e Resistência de Almeida, através de uma cerimónia que foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, em exercício de funções, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso.

A Câmara Municipal de Almeida associou-se ao Exército Português para recordar um momento marcante da história de Portugal.

Almeida representa um dos pontos essenciais da história das Guerras Peninsulares por estar associada ao ponto de entrada das hostes inimigas em território português.

A 24 de Julho de 1810, Cox foi intimado pelo inimigo a entregar a Praça. A sua decisão de defender a Praça até às últimas, obrigou os franceses a montar cerco a Almeida e a tomar a Praça pela força. Dois meses depois da instalação de várias baterias, a 26 de Agosto, o inimigo decide abrir fogo, incendiando desde logo vários edifícios.

Na sequência do ataque, a grande desgraça veio a acontecer com a explosão do paiol principal (que se propagou a outros depósitos), deixando grande parte da vila de Almeida destruída. Cox ficou então com duas alternativas – ou recebia reforços ou capitulava; foi forçado a capitular.

O programa oficial teve início a 26 de Agosto, com o hastear das bandeiras nacionais dos 4 países ligados pela história na ocupação de Almeida pelos franceses: Portugal, Reino Unido, Espanha e França

A cerimónia militar iniciou-se pelas 11H30 e teve lugar junto às ruínas do castelo, onde população e militares se uniram para a cerimónia de homenagem aos mortos, com deposição de uma coroa de flores junto ao memorial de homenagem aos mortos do Cerco de Almeida em 26 de Agosto de 1810, precedida pela integração do estandarte nacional e pela prestação de honras militares à alta entidade.

Os presentes assistiram, em seguida, a uma alocução do Tenente-Coronel Carlos Fonseca, que evocou a defesa e a resistência de Almeida, culminando a cerimónia militar com o desfile da força.

As altas entidades civis e militares, bem como os militares e população, seguiram para o Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeida, onde se assistiu à aposição de carimbo e ao lançamento dos selos comemorativos da Guerra Peninsular. A mesa era constituída pela Dra. Maria Manuela (responsável dos CTT na Região Norte), pelo Tenente-General Mário Oliveira Cardoso, pelo Professor António Baptista Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal de Almeida), pelo Dr. José da Costa Reis (Presidente da Assembleia Municipal de Almeida) e pelo Dr. Santinho Pacheco (Governador Civil da Guarda). O Presidente da Câmara de Almeida proferiu o discurso inaugural, efectuando o enquadramento do momento no âmbito das cerimónias, passando, de seguida, a palavra à Dra. Maria Manuela, que enalteceu a colaboração efectuada com os CTT e se mostrou bastante satisfeita e receptiva a futuras colaborações.

O período da manhã terminou no Museu Histórico-Militar de Almeida, com uma visita guiada à exposição "As Linhas de Defesa de Lisboa".

No período da tarde, os presentes assistiram no Centro de Estudos de Arquitectura Militar, à sessão solene alusiva à "Defesa e Resistência de Almeida", onde, após uma nota introdutória do Presidente da Câmara e apresentação dos convidados, usaram da palavra o Major Carlos Afonso e António de Sousa Júnior.

À noite, finalizou-se o 1.º dia de comemorações com a actuação da Banda Militar, no Largo do Quartel das Esquadras.

As comemorações prolongaram-se até Domingo, dia 29, com recriações históricas que contemplaram rondas e vigias de sentinelas, assaltos à fortaleza e fogo de artilharia, reproduzindo os principais momentos do cerco que levou à capitulação da Praça de Almeida. As iniciativas histórico-militares contaram com a participação de 500 participantes de Portugal, Inglaterra, Espanha e França.

A fortaleza de Almeida foi construída nos séculos XVII e XVIII. Apresenta uma forma hexagonal e é constituída por 6 baluartes (São Francisco, São Pedro, Santo António, Nossa Senhora das Brotas, Santa Bárbara e São João de Deus) e igual número de revelins (Revelim da Cruz, dos Amores, da Brecha, de Santo António, do Paiol Doble e Hospital do Sangue). Em 1927 perdeu a função de Praça de guerra, mas continua a ser um marco na História de Portugal.

Da Estratégia

O General Martins Barrento fez uso da sua brilhante carreira militar e da sua experiência como Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) e do Instituto de Altos Estudos Militares para nos apresentar um livro sobre Teoria Geral da Estratégia, recorrendo à História para exemplificar e fundamentar os assuntos tratados.

De acordo com o autor, o livro é uma apresentação escrita das lições de Teoria Geral da Estratégia que ministrou no mestrado de Estratégia, no ISCSP.

Fundamenta a necessidade do entendimento da estratégia pela precariedade da paz e pelo uso do recurso à força nas relações internacionais, o que obriga a uma actualização do pensamento estratégico, que deve estar sempre à frente de qualquer acção.

O conhecimento profundo da essência da estratégia é a premissa principal do autor, que a coloca como o ponto de partida para a sua compreensão, o que ajudará no conhecimento das suas mudanças e/ou evolução ao longo dos anos e dos diferentes cenários.

É feita uma análise aos seus fundamentos, conceitos, intervenientes e formas de estratégia e, por último, "lança um olhar" sobre Portugal.

BARRENTO, António, *Da Estratégia*, Parede, Tribuna da História, 2010.

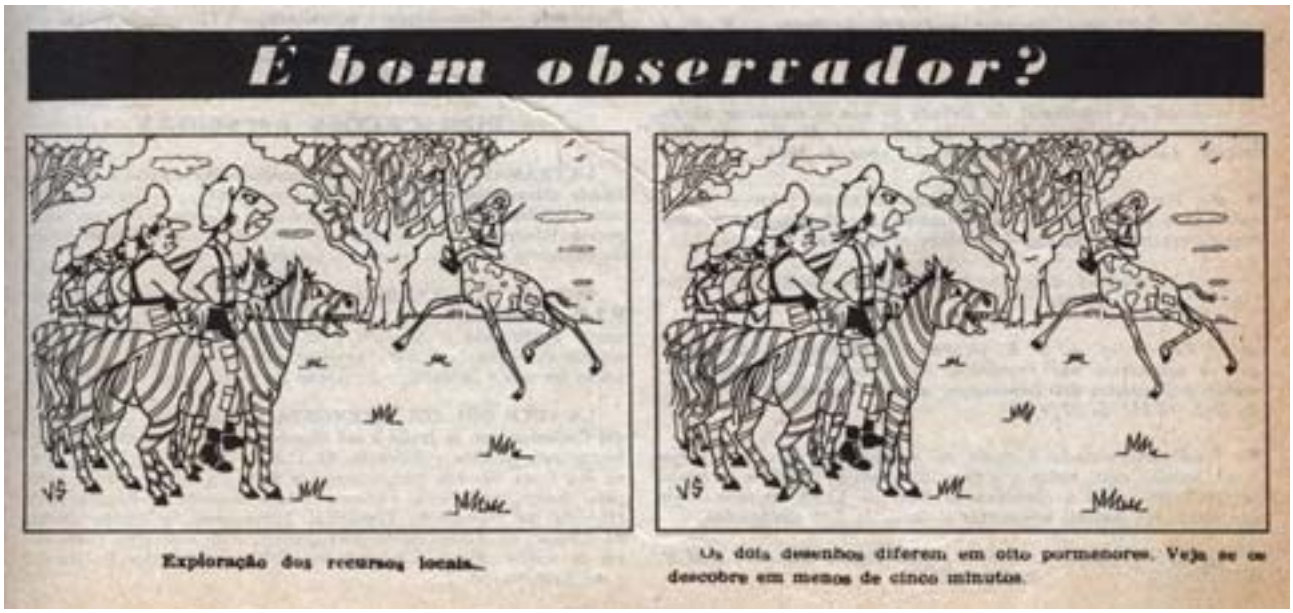
Sant'Anna – Três séculos de Convento, um século de Quartel

O livro da autoria do Major-General José Mourato Caldeira e do Coronel Jorge Manuel Alves Ferreira, apresenta-nos uma visão cronológica do Convento de Sant'Ana de Coimbra. Transporta o leitor para o século XIX, aquando da origem da Ordem das Eremitas Descalças de Santo Agostinho, discorrendo sobre os aspectos da ocupação religiosa e da vida conventual, sem deixar de parte os aspectos que se prendem com o edifício em si, através de uma descrição dos seus principais pontos de interesse e da sua estrutura.

Antes de se entrar nos capítulos dedicados à ocupação militar, que nos apresentam a história cronológica das Unidades que aí se estabeleceram, os autores fazem a ligação religiosa-militar, através dos processos de transferência e adaptações estruturais ocorridas.

FERREIRA, Jorge Manuel Vieira Alves, CALDEIRA, José Romão Mourato Caldeira, *Sant'Anna – Três séculos de Convento, um século de Quartel*, 2.ª ed., Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2010.

***in Jornal do Exército* n.º 25, de Janeiro de 1962**



Soluções deste número:
1 - Orelha do 4.º homem; 2 - Fitas da boina do 5.º; 3 - Boca do 5.º; 4 - Pé da 5.ª zebra; 5 - Membros anteriores da 5.ª zebra; 6 - Corda na boca da 5.ª zebra; 7 - Ramo esquerdo da árvore; 8 - Cauda da girafa.

jornal do
Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa,
Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional (entrar em contacto prévio com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

Agradecemos que os pagamentos efectuados sejam comunicados a este *Jornal do Exército*, através dos contactos supra indicados.

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT-ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed

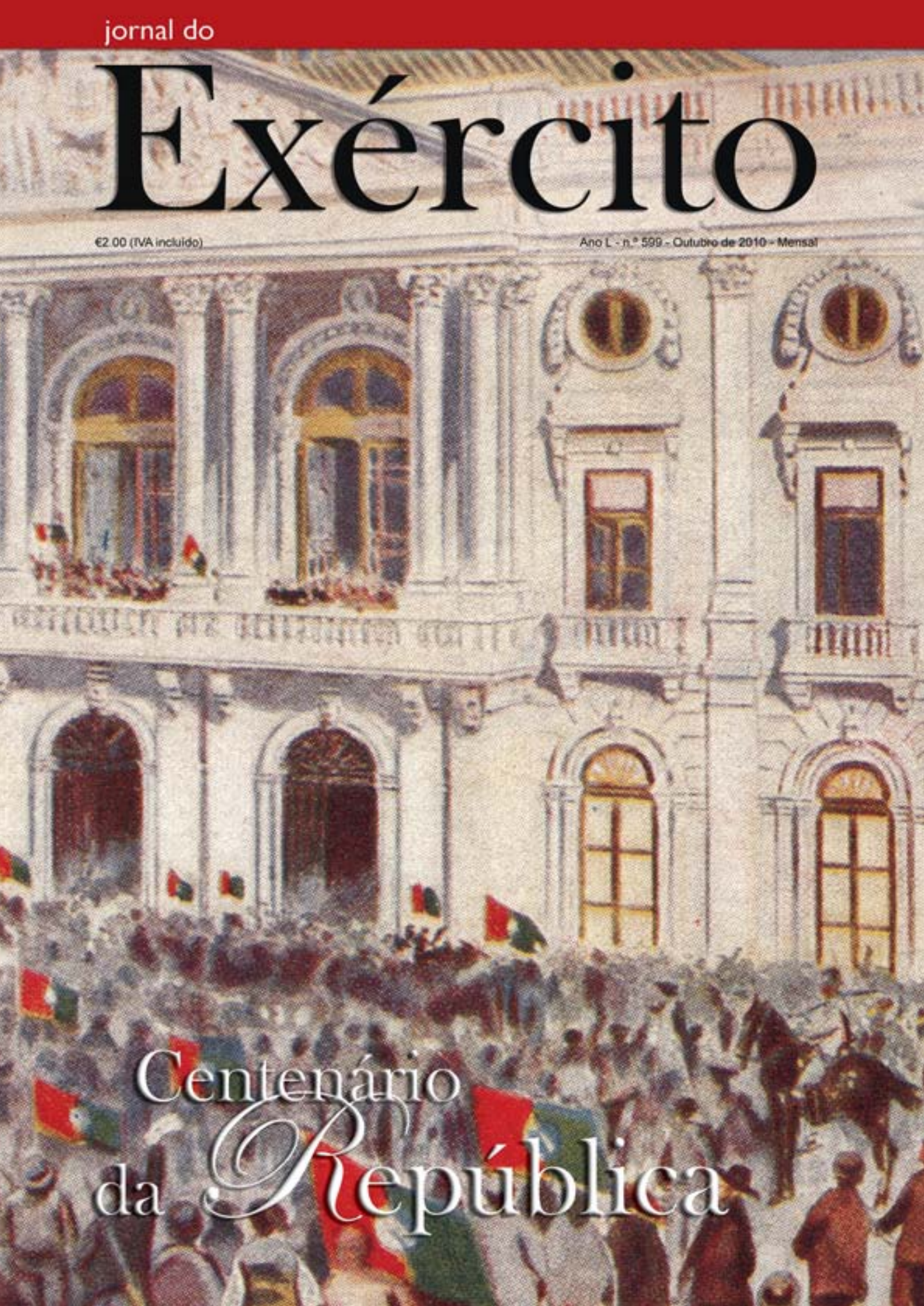
EXÉRCITO

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano L - n.º 599 - Outubro de 2010 - Mensal



Centenário da República

Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação (1) e Crédito Pessoal (2) com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€ (3), bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€ (3).
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito e descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxa referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

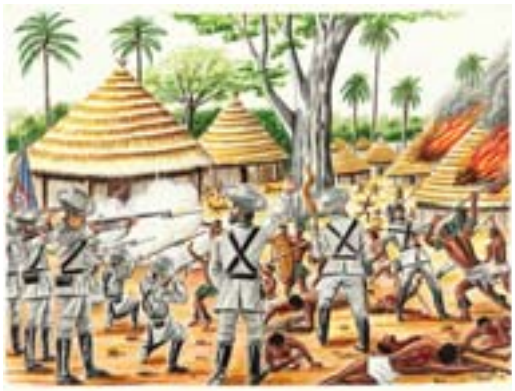
Jornal do Exército

Sumário

Ano LI - N.º 599 - Outubro de 2010

Exercício ORION 10 19

A NATO aos 60 anos
o caminho em diante 26



Suplemento
António Enes
e o Combate de Marracuene

A Porta da Kasbah – Aquém daqueles dias do Sulstício (Última parte) 36
Os Conselheiros Jurídicos nas Forças Armadas
Legal Advisor (LEGAD) 46

Secções

Monumentos com História Militar – Palácio Nacional de Belém – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 18
Livros – 45
200 Anos da Guerra Peninsular – Programa do Exército – 49
Passatempos de outros tempos – 50

Capa e Contracapa: Proclamação da República

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, a posição institucional do Comando do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadora Informática
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Foto: IPPAR

Palácio Nacional de Belém

As origens do Palácio Nacional de Belém recuam a uma antiga propriedade denominada de "Outeiro das Vinhas", uma quinta que ficava junto à antiga praia de Belém. Em 1559, o nobre D. Manuel de Portugal decide comprar esta quinta e manda edificar o palácio. A volumetria que apresentava na época é praticamente semelhante à que apresenta actualmente – três salões e dois átrios laterais.

No século XVIII, o palácio sofre importantes melhorias, por motivo da sua compra ao Conde de Aveiras, em 1726, pelo Rei D. João V, que embelezou o seu interior com jardins e estátuas. O tom rosa das suas paredes remonta precisamente à época de D. João V. Para além destas melhorias o Rei decidiu acrescentar-lhe uma escola de equitação, estando actualmente a ocupar o espaço das cavalarias da escola, o Museu Nacional dos Coches.

O palácio entrou definitivamente no património da Casa Real quando, após o terramoto de 1755, D. José I o decide ocupar e mandar construir nos seus anexos o Picadeiro Régio.

No reinado de D. Maria II, ocorreu no palácio a tentativa de golpe (*Belenzada*) à Rainha, quando esta habitou o palácio por motivos de obras no Palácio das Necessidades.

A partir do reinado de D. Luís, o palácio foi destinado a receber convidados oficiais que visitavam Lisboa, missão interrompida em 1886, quando serviu de residência oficial aos Príncipes Reais D. Carlos e D. Amélia de Orleães. A situação de residência oficial de visitas voltou a ser retomada em 1889, quando D. Carlos assume o poder e considera que o palácio não cumpre as exigências necessárias para residência da Coroa, em detrimento do Palácio das Necessidades.

Daí em diante, o palácio assume a função anterior de albergar convidados de honra da Família Real, até ser destinado para a residência oficial dos presidentes da República Portuguesa, após a revolução de 5 de Outubro de 1910. Ou seja, o Palácio Nacional de Belém tem sido, ao longo de vários anos, a residência oficial de vários Comandantes Supremos das Forças Armadas portuguesas.

O grande papel de destaque do palácio foi adquirido após o 25 de Abril de 1974, quando neles se instalou a Junta de Salvação Nacional, onde se viveram os acontecimentos conturbados da revolução e do Verão de 1975, com os Presidentes Spínola e Costa Gomes.

No seu interior é possível vislumbrar compartimentos com tectos apainelados, com estuques, talhas e painéis de azulejos, embelezados por obras de arte. Destacam-se as pinturas de Columbano e de Malhoa e um museu com peças oferecidas aos diversos presidentes da República, pelas mais altas individualidades estrangeiras.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

Assinalou-se no passado 5 de Outubro o 1.º Centenário da República Portuguesa. Quis o destino desta Nação que ao fim de quase oito séculos de monarquia, esta fosse trocada pela república. Nada acontece por acaso, foram muitos os persistentes trabalhos daqueles que defendiam a causa republicana, descontentes com a situação monárquica fragilizada com a morte do Rei D. Carlos e de seu filho D. Luiz Filipe, a 1 de Fevereiro de 1808. D. Manuel, filho de D. Carlos e da Rainha D. Amélia, nascido a 15 de Novembro de 1889, tomou sobre os seus ombros o espinhoso encargo de reinar, para o que não estava convenientemente preparado. Como nos diz Albino Lapa no *Livro dos Reis e Presidentes da República de Portugal* – "e ainda por demais rodeado de uma caterva de caquéticos políticos e outros com ambições desmedidas."

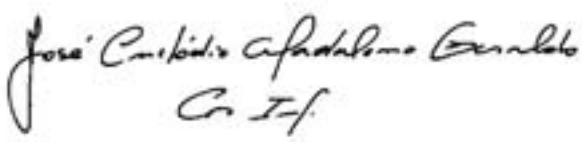
Alfredo Pimenta, quando se refere a D. Manuel, diz o seguinte: "Herdou um trono batido por todos os temporais. Foram dois anos de ensaio geral da revolta republicana, em que os partidos constitucionais da Monarquia fizeram tudo quanto estava ao seu alcance para apressar a queda do regime [...]." D. Manuel II contava somente 19 anos de idade, inexperiente da vida e mal aconselhado, com as finanças exaustas no Erário, fácil foi o povo acreditar que era necessário para melhores dias para Portugal o desterro do País. Assim aconteceu, como nos diz ainda Albino Lapa na obra citada: "E El-Rei D. Manuel, como último Rei da Dinastia Brigantina, sem Ministros, sem Conselheiros, sem Exércitos, teve apressadamente de fugir do Palácio das Necessidades, que estava a ser bombardeado [...] e tomar o caminho da Ericeira, donde, acompanhado de sua Mãe, a Rainha, e dois ou três servos mais dedicados, seguiu para Gibraltar, e depois Inglaterra, onde passou para sempre a residir."

Perante a situação que se vivia como é mencionado no *Portugal. Diccionário Histórico...* – o movimento revolucionário, de militares auxiliados de paizanos, começou na noite de 3 de Outubro de 1910, tendo a sua principal acção no acampamento que se improvisou na rotunda da Avenida da Liberdade, prolongando-se, incansavelmente até à manhã do dia 5, em que ficou vitorioso. Nessa manhã, da varanda do edifício da Câmara Municipal, o Dr. Eusébio Leão, membro do Directório, proclamou a República Portuguesa e a abolição da monarquia e da Casa de Bragança, aconselhando o povo a proceder com a maior prudência e o maior sossego. O Sr. José Relvas, também membro do Directório, falou igualmente ao povo, da referida varanda, aconselhando-lhe ordem e interesse pela República. Recebida com entusiasmo a notícia da proclamação do novo regime, foi logo erguida em todos os edifícios públicos, em vários estabelecimentos e casas particulares, a nova bandeira nacional das cores republicanas, verde e encarnada.

Da varanda da Câmara Municipal de Lisboa foi também anunciada a constituição do governo provisório do qual o Presidente foi o Dr. Teófilo Braga, até que se reunissem as Constituintes. Estas reuniram-se a 24 de Agosto de 1911, sendo o primeiro Presidente da República eleito o Dr. Manuel Arriaga. A sua eleição foi muito aplaudida, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Passados cem anos desde a Proclamação da República continuamos a evocar e a celebrar aqueles tempos e a recordar os seus ideais de cidadania "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", oriundos da Revolução Francesa [1789], com a força e a vontade de servirmos a Pátria, no Exército Português, na senda de um Portugal glorioso.

Viva Portugal!



MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponiveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

*Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Centenário da República

Celebrou-se no dia 5 de Outubro de 2010, o primeiro Centenário da Proclamação da República em Portugal. A Praça do Município, em Lisboa, acolheu as cerimónias oficiais do Centenário. A cerimónia foi presidida pelo Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, e contou com as mais altas entidades civis e militares.

A cerimónia contou com o discurso do Presidente da Câmara de Lisboa, Dr. António Costa, do Primeiro-Ministro, Engenheiro José Sócrates, e do Presidente da República. Numa altura particularmente sensível para todos os portugueses, o Estado da Nação foi o tema central de todos os discursos.

O dia abrangeu muitas iniciativas que apelaram à participação da população, não só assistindo como envolvendo-se e até figurando nas próprias celebrações da revolução republicana. Foi esse o convite lançado pelo teatro *O Bando*, na criação "Os Bigodes na Res Publica", numa acção que se desenrolou na Praça do Município, onde há 100 anos foi proclamada a República, na manhã do dia 5 de Outubro.

O programa das comemorações foi vasto e abrangente, desenvolvido à escala nacional, estendendo-se de 29 de Setembro a 5 de Outubro. O programa oficial das comemorações teve como objectivo mobilizar os cidadãos e suscitar uma reflexão sobre a herança cívica e cultural da República.

Recorde-se que a Implantação da República resultou de um golpe de estado organizado pelo Partido Republicano Português no dia 5 de Outubro de 1910, destituindo a monarquia constitucional e implementando um regime republicano em Portugal.

Dia do Regimento de Cavalaria N.º 3

A praça Marquês de Pombal, na vila de Estremoz, foi palco das comemorações do 303.º aniversário do Regimento de Cavalaria N.º 3 (RC3) e dos 200 anos da Batalha de *Fuente de Cantos*, no dia 15 de Setembro, numa cerimónia presidida pelo Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime José Matos da Gama.

A história do RC3 remonta ao ano de 1707, quando o Exército Português se organizou em regimentos e foi criado o Regimento de Cavalaria na Praça de Olivença, que veio a ser a primeira designação para o RC3. De 1707 até hoje, foi também conhecido por Regimento dos Dragões de Olivença (1742), Regimento de Cavalaria de Olivença (1764), Regimento N.º 3 de Cavalaria do Rei Eduardo VII de Inglaterra (1901), Regimento de Cavalaria de Estremoz (1974), tendo adoptado em 1993 o nome actual, que já havia sido usado pela primeira vez em 1805. Estremoz veio a ser a sua casa definitiva em 5 de Abril de 1875, passando anteriormente pela Praça de Olivença, Beja e Elvas.

Das suas campanhas e acções militares destacam-se participações na Guerra do Ultramar, na 1.ª Grande Guerra e na Guerra Peninsular, onde, na Batalha de *Fuente de Cantos* (1810), se encheu de glória e mereceu os maiores elogios e a divisa: "Na Guerra, Conduta mais Brilhante".

A cerimónia militar teve início com a chegada da Alta Entidade (AE), que presidiu à cerimónia. Presentes estiveram, entre outros, o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, e o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

Após a continência à AE, seguiu-se a homenagem aos militares mortos em campanha, com a deposição de uma coroa de flores junto ao Monumento aos Mortos em Combate, no interior do RC3, enquanto que na Praça Marquês de Pombal se escutava a Força a gritar "Presente" aos nomes anunciados de militares mortos em combate.

Seguiu-se a alocução do Comandante do RC3, Coronel Pedro Miguel A. da Fonseca Lopes, e uma mensagem do General CEME, lida pelo seu Chefe de Gabinete, Major-General Rovisco Duarte.

Finda a leitura, foram impostas condecorações a diversos militares do RC3 e entregue o Prémio Mouzinho, destinado a galardoar o militar que mais se destacou pela sua boa conduta.

A cerimónia militar terminou com o desfile da Força perante a AE, constituída por elementos da Fanfarra do Exército, da Banda do Comando da Instrução e Doutrina, de três pelotões fardados à época (um do RC3, um da Escola Prática de Infantaria e um da Escola Prática de Artilharia), Esquadrão de Reconhecimento da Brigada de Reacção Rápida, dois pelotões do Esquadrão de Comando e Serviços e o Centro de Instrução de Condução Auto do RC3 e a Charanga a Cavalo da GNR.

As celebrações prosseguiram com uma sessão solene na Câmara Municipal de Estremoz, onde usaram a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Estremoz, Luís Filipe Vieira Mourinha, o Tenente-Coronel Freire, que discursou sobre a Guerra Peninsular e, por último, o Dr. Jaime Gama, a que se seguiu o lançamento de uma emissão filatélica alusiva aos 200 anos da Guerra Peninsular e a inauguração de uma exposição sobre o mesmo tema.

O período da manhã foi concluído no RC3 com a assinatura do Livro de Honra pelo Dr. Jaime Gama.

À tarde, na Casa dos Sargentos, houve a inauguração da Exposição Temática da Bienal do Porto Santo e, no RC3, a apresentação da Charanga a Cavalo da GNR e a actuação da "Reprise da Escola de Mafra".

Ministro da Defesa Nacional visita Hospital Militar Principal

O Professor Doutor Augusto Santos Silva, Ministro da Defesa Nacional (MDN), visitou no dia 8 de Outubro, o Hospital Militar Principal (HMP), no âmbito do quadro da reforma em curso da Saúde Militar.

Na visita foi acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Vasco Valença Pinto, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, e pelos directores de Saúde dos três ramos das Forças Armadas.

A visita teve início pelas 11h15 com a chegada à Unidade Hospitalar da Estrela, seguindo-se um brifingue, na biblioteca do Hospital, onde o MDN se inteirou da realidade do HMP e da forma como se encontram a funcionar os primeiros serviços conjuntos.

Terminado o brifingue, o MDN visitou o Serviço de Oncologia, a que se seguiu uma conferência de imprensa que assinalou o fim da visita.

33.º Aniversário do Regimento de Transmissões

No dia 17 de Setembro, no Quartel do Regimento de Transmissões (RT), celebrou-se o 33.º aniversário desta Unidade, que coincidiu com o início das comemorações do Bicentenário do Corpo Telegráfico.

A Cerimónia Militar, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, evocou não só os 33 anos do RT e o historial de outras Unidades que o precederam, de que é legítimo herdeiro, como também os 200 anos da criação do Corpo Telegráfico.

O Corpo Telegráfico, considerado a primeira unidade de Transmissões do Exército Português, foi criado oficialmente através de Decreto de 5 de Março de 1810, acompanhado por um documento intitulado "Organização e Regulamento de Disciplina do Corpo destinado aos Serviços dos Telégrafos". Foi aprovado por Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, e constituiu a base de organização do Corpo Telegráfico nas décadas seguintes.

Dotado da tecnologia existente na época, o Corpo Telegráfico introduziu, oficialmente, a telegrafia visual terrestre em Portugal.

Das unidades que sucederam o Corpo Telegráfico, foi com o Regimento de Telegrafistas que, em 1927, o Quartel de Sapadores ficou definitivamente ligado às Transmissões Militares, tendo alojado, a partir de 1970, data da criação da Arma de Transmissões, a Escola Prática de Transmissões (EPT). Em 1977, após a transferência da EPT para o Porto, passou a estar sediado, neste quartel, o Regimento de Transmissões. O seu dia festivo comemora-se na data de entrada em funcionamento da primeira Rede Telegráfica Militar, a 17 de Setembro de 1873, a qual veio dar origem ao Serviço Telegráfico Militar, do qual o RT é herdeiro.

No âmbito destas comemorações, teve ainda lugar o descerramento de uma placa comemorativa do Bicentenário do Corpo Telegráfico, a assinatura de um Inteiro Postal com a aposição do carimbo evocativo da efeméride e uma exposição de peças alusivas ao Corpo Telegráfico.

Apresentação da Directiva aos Sargentos

Decorreu no dia 23 de Setembro, no Auditório da Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha, a apresentação da Directiva para o Biénio 2010-2011 aos Sargentos, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho.

Perante um auditório composto, essencialmente, por Sargentos, os mais antigos das diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, o CEME apresentou a Directiva N.º 29/2010.

À imagem da apresentação feita aos Oficiais, no Grande Auditório da Academia Militar, o objecto principal assentou na continuidade do processo de modernização e transformação do Exército, consolidando e sustentando o modelo estabelecido para o seu Sistema de Forças.

Assim, o General CEME fez referência ao novo "edifício legislativo" da Defesa Nacional no âmbito dos diplomas mais relevantes para o Exército, realçou a actual estrutura como uma consolidação assente numa Componente Fixa e numa Componente Operacional, apresentou um balanço do trinénio 07/09, estabeleceu o conceito, os condicionamentos e as linhas de acção para o Biénio 2010/2011, destacou as outras missões de interesse público e fez as considerações finais, concluindo que, apesar de todas as vicissitudes, o Exército vai até ao limite dos seus recursos, na busca da excelência.

Concluiu-se, pois, que o Exército vai manter as suas prioridades, que passam pela defesa da especificidade militar, pelo seu reconhecimento e apoio que deve merecer por parte do Estado, pela equidade externa face às carreiras de referência, pelo apoio à Família Militar, pela correcta reforma do Serviço de Saúde Militar e pela implementação de infraestruturas fundamentais à transformação do Exército, que visam manter sempre permanente o seu principal objectivo, o de ser uma Instituição que evidenciando Força, seja moderna e flexivel, com capacidade de actuação em todo o espectro de operações,

capaz de acompanhar a permanente evolução do ambiente operacional e ultrapassar os desafios que lhe são colocados.

Aproveitando o facto de estar na ESE, o General CEME visitou as obras que decorrem para os novos alojamentos, constatando-se que estão a bom ritmo e que se constituem como um objectivo de valor para o desenvolvimento das condições necessárias para a missão formativa daquela importante Escola.

Este evento, que se centrou na Directiva, constituiu-se também no reforço da relação hierárquica e profissional, mas concomitantemente da camaradagem e confiança entre o Comando do Exército e a Classe de Sargentos, que culminou com um almoço-convívio, onde estiveram presentes, além das entidades supracitados, os Sargentos-Ajudantes que se encontram a realizar o Curso de Promoção a Sargento-Chefe.

Para as entidades que assistiram à apresentação da Directiva foi distribuída uma publicação, da responsabilidade do Gabinete do CEME, cujo título representa, de forma indelével, o seu conteúdo e importância para o evento: *Transformação do Exército no período 2007-2009*.

Imposição de Condecoração a Oficial General

Foi condecorado, no dia 24 de Setembro, com a Medalha de Serviços Distintos – Grau Ouro, o Major-General Rui António Faria de Mendonça.

A Cerimónia de Imposição da Condecoração decorreu na Sala D. Maria, do Museu Militar, e foi imposta pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Ao longo da sua carreira o Major-General Rui António Faria de Mendonça prestou serviço em várias unidades e estabelecimentos do Exército, merecendo particular relevo as funções exercidas nos postos de Coronel e Major-General, enquanto 2.º Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres e de Comandante da Zona Militar dos Açores e, mais recentemente, de Subinspector-Geral na Inspecção-Geral da Defesa Nacional e de Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional.

Dia da Brigada de Reacção Rápida

Decorreram no dia 28 de Setembro as Comemorações do Dia da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), Unidade do Sistema de Forças do Exército, que celebra o seu 5.º aniversário.

As comemorações, que tiveram lugar na Unidade de Aviação Ligeira do Exército, em Tancos, iniciaram-se com a celebração de uma Cerimónia Eucarística na Capela da Unidade, seguida de Cerimónia Militar, a qual foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Para além do Comandante do Exército, assinala-se a presença de altas entidades militares e civis, sendo de destacar a Governadora Civil de Santarém, Dra. Sónia Sanfona, e o Presidente da Câmara Municipal da Barquinha, Dr. Vítor Arnault Pombeiro.

Em Tancos foi concentrado um efectivo militar de cerca de 1800 militares das várias unidades que integram esta Brigada, nomeadamente da ETP, CTC, CTOE, RA 4, RI 3, RI 10, RI 15, UALE e uma representação dos meios motorizados que equipam as suas subunidades operacionais: Estandarte Nacional e respectiva Escolta de Honra; Banda do Exército; Bloco de Estandartes Heráldicos das Unidades da BrigRR; uma Secção de Cães de Guerra da Escola de Tropas Pára-quedistas; duas Companhias da Escola de Tropas Pára-quedistas; duas Companhias do Centro e Tropas de Operações Especiais; duas Companhias do Centro de Tropas Comandos; uma Companhia da Unidade de Aviação Ligeira do Exército; uma Companhia do Regimento de Infantaria N.º 10; uma Companhia do Regimento de Infantaria N.º 15; Grupo de Artilharia de Campanha do Regimento de Artilharia N.º 4; Bloco equipado e armado integrando um Batalhão de Comandos, as Forças de Operações Especiais, o 2.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista (regressado do Kosovo), um Bloco motorizado (Viaturas HMMWW, obuses "Light Gun", Esquadras "Stinger", Plataforma com tractor de lagartas e três viaturas pesadas com cargas preparadas para serem lançadas em pára-quedas a diferentes altitudes). Após o desfile destas forças foi possível assistir a uma Demonstração de Capacidades, executada pelo Batalhão Operacional Aeroterrestre, e visitar uma Exposição Estática, onde se encontravam expostos os meios mais significativos que equipam a BrigRR.

Na alocução proferida pelo Comandante da BrigRR, Major-General Raul Cunha, foram relevadas as principais capacidades e características da Unidade e enfatizado o importante conjunto de actividades desenvolvidas no último ano.

Academia Militar recebe espólio militar do General Pedro Cardoso

A família do General Pedro Alexandre Gomes Cardoso entregou, à guarda da Academia Militar (AM), o espólio militar do antigo Comandante da AM e "pai dos Serviços Secretos Nacionais", segundo palavras do General Garcia Leandro.

A cerimónia de entrega do espólio militar decorreu no Salão do Conselho Académico da AM, em 28 de Setembro, tendo sido presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Na ocasião assistiu-se à leitura da síntese biográfica do General Pedro Cardoso, seguido da entrega da Espada de Oficial ao Comandante da AM, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro, pela irmã do General Pedro Cardoso, Sr.ª Dona Zita Sotto-mayor.

A cerimónia terminou no Museu da AM com a deposição da espada, junto ao restante espólio militar já exposto.

Visita do Chefe do Estado-Maior do Exército à Zona Militar da Madeira

No período 30 de Setembro a 1 Outubro, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, efectuou uma visita de trabalho à Zona Militar da Madeira, tendo sido recebido e acompanhado pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Amaral Vieira.

A sua agenda foi preenchida, no dia 30 de Setembro, com a visita às áreas afectadas pelo aluvião de 20 de Fevereiro e pelos incêndios que assolaram a região no passado mês de Agosto, bem como com a apresentação de cumprimentos ao Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Paulo Fontes, e ao Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Cunha e Silva.

Ainda neste dia, visitou o Museu Militar da Madeira e assistiu ao Concerto Comemorativo do 17.º Aniversário do Regimento de Guarnição N.º 3 (RG3), no Teatro Municipal Baltazar Dias, levado a cabo pela Banda Militar da Madeira.

No dia 1 de Outubro presidiu à Cerimónia Militar Comemorativa do 17.º Aniversário do RG3, a qual terminou com uma demonstração das capacidades dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças, na vertente de colaboração com o Serviço Regional da Protecção Civil, evidenciando o potencial destes meios.

Após a Cerimónia Militar, realizou-se, nas futuras instalações do Centro de Documentação Militar, localizadas no Regimento, o lançamento do livro *Madeira, 20Fev10 – A Dimensão Solidária*, editado pelo RG3 e apresentado pelo Secretário Regional dos Recursos Humanos, Dr. Brazão de Castro.

Cerimónia de Entrega das Espadas aos novos Oficiais do Exército

No dia 8 de Outubro, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, presidiu à Cerimónia de Entrega de Espadas aos novos Oficiais do Exército.

A cerimónia decorreu no Museu Militar de Lisboa, na Sala da Grande Guerra, e formalizou o ingresso nos Quadros Permanentes do Exército dos alunos que concluíram os seus cursos no ano lectivo de 2009/10.

Na ocasião esteve presente a estrutura superior do Exército Português e, também, um considerável número de amigos e familiares que testemunharam este acto solene dos novos Oficiais do Exército Português.

Protocolo de cedência mútua de espaços entre o Exército e o Instituto de Museus e Conservação

Em 9 de Setembro, pelas 11h30, teve lugar na Sala Elíptica da Escola Prática de Infantaria (EPI), a cerimónia da assinatura do protocolo de cedência mútua de espaços entre o Exército e o Instituto de Museus e Conservação (IMC).

Este protocolo, que tem por objecto regular a autorização de uso de espaços entre o Exército e o IMC, a título temporário e precário e que são actualmente parte integrante da EPI e Palácio Nacional de Mafra (PNM), foi assinado pelo Comandante da Instrução e Doutrina, Tenente-General Luís Morais de Medeiros em representação do General Chefe do Estado-Maior do Exército e pelo Prof. Dr. João Carlos Brigola, Director do IMC, acompanhados pelo Comandante da EPI, Coronel Jorge Saramago e pelo Director do Palácio Nacional de Mafra Dr. Mário Pereira.

O protocolo permitirá finalmente estabelecer um percurso sequencial na visita ao Palácio Nacional de Mafra, um objectivo há muito almejado pelo PNM, permitindo ainda a este organismo proceder à instalação de serviços de acolhimento ao público.

Por seu turno, a EPI integrará novos espaços à sua actual colecção visitável, permitindo ainda o acesso à mesma a partir do exterior. Compromete-se ainda o IMC a instalar um centro de conferências no espaço do antigo tribunal de Mafra, bem como de todos os espaços que lhe são afectos, a ser utilizado conjuntamente pelo Exército/EPI e pelo IMC/PNM, reformando entretanto o actual auditório da EPI numa perspectiva de complemento, temporário e *ad hoc*, da capacidade desse centro de conferências. Prevê ainda o presente protocolo a restauração/reparação de instalações do actual "Museu da Infantaria" e dos três compartimentos contíguos à Sala Elíptica. Será ainda instalado pelo IMC um sistema de video-vigilância no interior e no exterior dos espaços referidos, bem como em todo o perímetro exterior das instalações militares conventuais e das infra-estruturas militares do Alto da Vela.

Assistiram á cerimónia alguns antigos comandantes da EPI, funcionários do Palácio Nacional de Mafra, estando também presentes elementos da Comunicação Social Local.

22.º Aniversário do RAAA1

O Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1 (RAAA1), sediado em Queluz, comemorou o seu 22.º aniversário, no dia 1 de Outubro.

Com a chegada do Director Honorário da Arma de Artilharia, Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, deu-se início à Cerimónia Militar, que começou com a homenagem aos militares que tombaram em defesa da pátria.

A cerimónia decorreu de acordo com os preceitos tradicionais da instituição militar, ainda que se possa destacar a actuação inédita da Fanfarra do RAAA1, que executou marchas alusivas às comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular, simulando os temas das Fanfarras Napoleónicas e executando-as em passo de corrida, feito nunca antes praticado pelas Forças Armadas Portuguesas.

A cerimónia terminou com o almoço-convívio, onde foi entregue o Boletim da Antiaérea às entidades convidadas, após uma demonstração de meios e actividades.

Lançamento do livro Bicentenário do Corpo Telegráfico 1810-2010

Realizou-se dia 7 de Outubro, nas Caves Manuelinas do Museu Militar, em Lisboa, a apresentação do livro "Bicentenário do Corpo Telegráfico (1810-2010)" da autoria do Major-General António Luís Pedroso de Lima.

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, José Luís Pinto Ramalho. A cerimónia teve o seu início com o Tenente-General José Artur Paula Quesada Pastor, Presidente Honorário da Arma de Transmissões, que proferiu algumas palavras de introdução ao tema. De seguida, o Tenente-Coronel de Engenharia José Paulo Ribeiro Berger abordou o tema "As Linhas de Torres Vedras". O Coronel de Transmissões Engenheiro Jorge Fernando Costa Dias proferiu uma alocução subordinada ao tema "Francisco António Ciera – Uma Pequena Biografia".

A cerimónia terminou com umas breves palavras introdutórias à obra "Bicentenário do Corpo Telegráfico (1810-2010)", por parte do autor.

Restava aos presentes brindar com um "Porto de Honra" e desfrutar de algumas peças alusivas ao Corpo Telegráfico expostas nas Caves Manuelinas do Museu Militar.

Portugal assume comando da EUROFOR e do *European Union Battle Group* 2011-12

Decorreu, em 23 de Setembro, em Florença, a mudança de comando entre o Major-General Marc Bertucchi e o Major-General José Alberto Martins Ferreira.

A cerimónia foi presidida pelo Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) italiano, General Vincenzo Caporini, e estiveram presentes, entre outros, o Embaixador de Portugal em Roma, Embaixador Fernando d'Oliveira Neves, e o Tenente-General José Artur Paula Quesada Pastor.

A cerimónia foi estruturada em três partes: formatura geral com banda, visita ao novo *Training & Coordinational Center* e um almoço volante.

Após as honras protocolares, prestadas por uma Força multinacional, foram entoados os hinos nacionais e prestadas honras ao Monumento aos Mortos pela Liberdade, ao que se seguiu a condecoração do Major-General Marc Bertucchi, com a medalha Cruz de S. Jorge, 1.ª Classe.

Em seguida, teve lugar a passagem da bandeira da EUROFOR, como símbolo de assumpção do comando, ao Major-General José Alberto Martins Ferreira, seguido dos discursos do novo comandante da EUROFOR e do CEMGFA italiano.

Tomada de Posse do Comandante da Zona Militar da Madeira

No dia 20 de Setembro, o Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Amaral Vieira, deslocou-se à Madeira a fim de dar posse ao Major-General Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos, como Comandante da Zona Militar da Madeira.

Esta cerimónia realizou-se no Regimento de Guarnição N.º 3 e foi presidida pelo Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Antero Alves Monteiro Diniz.

O Major-General Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos nasceu em 18 de Maio de 1960, em Lisboa, e foi promovido ao actual posto em 15 de Julho de 2010.

Em 1978 ingressou na Academia Militar e terminou a licenciatura em Ciências Militares (Arma de Cavalaria), em 1983.

A sua carreira como oficial dos quadros permanentes teve início na Escola Prática de Cavalaria (EPC), passando depois pelo Regimento de Cavalaria N.º6, pela Academia Militar e pelo então Instituto de Altos Estudos Militares.

Já no posto de Tenente-Coronel, foi Ajudante de Campo (1996-99) e, em acumulação, foi Assessor do Governador de Macau. Regressou à EPC como Comandante do Grupo Escolar e Director de Estudos e Instrução.

A partir de 2001 foi Adjunto de dois chefes do Estado-Maior do Exército e Assessor Militar do Exército do Ministro da Defesa Nacional.

De 2005 a 2007, comandou a EPC e, posteriormente, foi Assessor Militar do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Em Agosto de 2009 passou a exercer funções na Inspecção-Geral do Exército.

Antes de assumir o actual cargo, desempenhava as funções de Chefe da Divisão de Planeamento de Forças, no Estado-Maior do Exército, e, cumulativamente, Chefe da Divisão de Segurança e Cooperação Militar e Representante de Portugal no *NATO Army Armaments Group.*

Da sua folha de serviços constam 16 louvores, dois dos quais de Ministro e dez de Oficial General. Possui várias condecorações de que se salientam quatro Medalhas de Prata de Serviços Distintos. É Comendador da Ordem do Infante D. Henrique e Oficial da Ordem Militar de Avis.

Tomada de Posse do Segundo Comandante da *Kosovo Force* (KFOR)

No dia 1 de Setembro teve lugar, no Quartel-General da KFOR, em Pristina, a cerimónia de transferência de Comando da KFOR, onde tomou posse o Segundo Comandante da KFOR, Brigadeiro-General Paulino Serronha.

Esta cerimónia foi presidida pelo Comandante do *Joint Forces Command of Naples*, Almirante Mark Fitzerald, da Marinha dos E.U.A.

Convém realçar que, nos 11 anos de missão da NATO no Kosovo, é a primeira vez que um oficial general português assume um cargo no comando da KFOR.

O Brigadeiro-General Marco António Mendes Paulino Serronha nasceu em Alcácer do Sal, em 5 de Julho de 1960, e concluiu o Curso de Infantaria da Academia Militar em 1982.

I Seminário de Comunicação e Relações Públicas

Organizado pela Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo (RCRPP) do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército, decorreu nos dias 22 e 23 de Setembro, na Brigada Mecanizada, em Santa Margarida, o "I Seminário de Comunicação e Relações Públicas".

Com esta acção, o Exército Português propôs-se ministrar um conhecimento das políticas, práticas, técnicas e procedimentos de Comunicação e Relações Públicas (CRP), aos militares com responsabilidades de CRP dos diferentes órgãos e unidades do seu universo.

Com o objectivo de assegurar o sucesso da sua estratégia de comunicação para o Biénio 2010-11, durante dois dias foram consolidados conceitos doutrinários de CRP, harmonizados e estabelecidos padrões comuns de comunicação, de forma a colmatar lacunas e eliminar discrepâncias no Plano de Comunicação do Exército.

Os cerca de 80 militares que estiveram presentes tomaram conhecimento do Plano Geral de Comunicação 2010-11 e foram apresentados à realidade do mundo da CRP e das formas de relações existentes com o exterior – a Comunidade e os Media –, bem como a importância de uma eficiente comunicação interna.

Pretendeu-se, também, dotar os participantes de conhecimento de produtos e ferramentas de Relações Públicas e o seu preparo para dominarem as técnicas de entrevista e para desempenharem o papel de porta-voz e organizadores de conferências de imprensa.

As palestras foram ministradas pelo Tenente-Coronel Hélder Perdigão, Chefe da RCRPP, e pelo Major Camilo Serrano, Chefe da Secção de Comunicação e Relações da

RCRPP. Destaca-se a participação dos jornalistas Luís Castro, da RTP, e de Ana Rodrigues, da Rádio Renascença, que no 2.º dia de seminário foram os principais intervenientes de uma palestra.

Ambos elucidaram os presentes sobre a forma como se deve trabalhar e apresentar as notícias, recorrendo às suas experiências profissionais: Luís Castro distingue-se pela sua experiência em Teatros de Guerra e Ana Rodrigues pela sua passagem na Televisão e, actualmente, na Rádio.

O poder da imagem e o que representa, de facto, uma notícia foi a preocupação que revelaram em transmitir para a plateia.

Comemoração do Dia da Inspecção-Geral do Exército

O Salão Nobre da Inspecção-Geral do Exército (IGE), no Palácio Vilalva, em S. Sebastião da Pedreira, foi palco da comemoração de mais um aniversário deste Órgão Militar, a 8 de Outubro, apesar de o seu surgimento ser comemorado no dia anterior, uma vez que data de 7 de Outubro de 1959 a publicação do documento que instituiu a organização geral do Ministério do Exército, no Decreto-Lei N.º 42564, onde surge, pela primeira vez, a IGE.

A cerimónia teve início com a chegada do Inspector-Geral do Exército, Tenente-General João Nuno Jorge Vaz Antunes, que a presidiu. Foram impostas condecorações, entregues lembranças a antigos militares da IGE, foi proferida uma alocução pelo Inspector-Geral do Exército e feita uma foto de grupo dos militares que integram este órgão.

As comemorações deste dia festivo terminaram com um almoço-volante.

Comemorações do Regimento de Infantaria N.º 1

Em 27 de Setembro comemorou-se o Dia do Regimento de Infantaria N.º 1 (RI1), quando se evocaram os 200 anos da defesa de Sula, na Batalha do Buçaco, em que o RI1, sob o comando do Coronel Hill, se bateu contra o Exército Napoleónico em 1810.

A comemoração da efeméride, para além do reforço do dinamismo no seio da Instituição Militar, teve como objectivo principal dignificar a imagem do Exército Português junto da comunidade civil, divulgando as suas capacidades e as suas actividades desenvolvidas no corrente ano, nomeadamente o apoio dado através do treino operacional, contribuindo, assim, com acções de vigilância nas áreas mais vulneráveis à ocorrência de incêndios florestais na região do Algarve. A Governadora Civil do Distrito de Faro referenciou que todo este esforço se traduziu numa "acção mais efectiva e uma actuação mais próxima das populações, veio exactamente ao encontro das necessidades do Algarve, constituindo uma grande mais valia em matéria tão importante como é a prevenção e a detecção de incêndios florestais."

Após a celebração eucarística celebrada pelo Major Capelão Chantre, na igreja de S. Francisco, os convidados foram recebidos nos Paços do Concelho pelo Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Dr. Jorge Botelho, pelo Major-General Martins Ribeiro e pelo Comandante do RI1, Coronel de Infantaria Pereira da Silva.

Após, pelas 11h00, deu-se início à parada militar.

Na sua alocução, o Comandante do RI1 aproveitou para expressar a importância deste Regimento situado na região algarvia. Através da sua presença no terreno, dos treinos operacionais na serra algarvia, o RI1 tem se constituído como um elemento de relevo na região na prevenção dos incêndios. Salientou ainda a inserção do RI1 no seio da população tavirense, através de diversas manifestações culturais, nomeadamente exposições plásticas de autores reconhecidos como, o Mestre Mário Silva, a Arte ao Vento e uma exposição da "Casa 5", entre outros.

Já no quartel da Atalaia, decorreu o tradicional almoço festivo, embelezado pelas pinturas do Mestre Mário Silva. Pela noite dentro, na parada do quartel da Atalaia, o DJ João Paulo, da Discoteca UBI, proporcionou ambiente com sons dos anos 80, enquanto se esperava pela actuação de Rão Kyao. Este evento teve uma forte adesão da população de Tavira que com a sua presença conferiu uma agradável moldura humana.

TABELA DE PREÇOS PARA 2010

PREÇO DE CAPA €2,00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20,00
VIA AÉREA - **Países europeus** €45,00; **Restantes Países** €65,00
NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**
NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 €4,00; **1970 a 1979** €4,00; **1980 a 1989** €3,00; **1990 a 2001** €2,50; **2002** a **2009** €2,00
Os preços incluem IVA à taxa de 5%

N.B.**:** Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4,21; **3000/8000** €5,79; **Açores** e **Madeira** €6,56.

Foto: CAVE

Exercício

ORION 10

O ORION é o principal exercício anual do Exército, conduzido na modalidade Field Training Exercise (FTX) e tem por finalidade testar as capacidades do seu Elemento da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF), em toda a gama de missões operacionais terrestres.

Este ano o Exército planeou e conduziu o exercício ORION 10, com base num cenário de uma Operação de Resposta a Crises (CRO), de forma a exercitar a Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército, em todo o espectro de operações terrestres, bem como em todas as actividades e tarefas associadas a este tipo de operações (acções de estabilização e de combate ao terrorismo, operações de alta intensidade, acções humanitárias e operações de informação em rede), conduzida no âmbito de uma Organização Internacional.

O exercício pretendeu consolidar, entre outros, os seguintes objectivos principais: treinar os Planos Segurança das Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (U/E/O) do Exército; treinar o ECOSF, no quadro de uma CRO, na execução de operações terrestres e de actividades e tarefas comuns às mesmas em todo o espectro da conflitualidade actual; exercitar o Centro de Operações Terrestres do Comando das Forças Terrestres a funcionar como Comando da Componente Terrestre de uma Força Multinacional.

Em simultâneo, foram treinadas e testadas as capacidades para utilizar o Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército, a estrutura de Comando e Controlo e as arquitecturas de Comu-

Foto Ten Santos/*JE*

Fotos: CAVE

nicações e Sistemas de Informação de apoio implementadas; treinadas também, as capacidades nos domínios de: *Intelligence, Surveillance, Target, Aquisition and Reconnaissance* (ISTAR), *Information Operations* (Info Ops), entre outras.

Por fim e não menos importante, foi também alvo de validação, o treino no emprego do Elemento de Defesa Biológica e Química (BQ), executando acções de reconhecimento e descontaminação, bem como o planeamento e a execução de acções de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), em articulação com as entidades civis competentes.

Pretendeu-se assim, no final do exercício, demonstrar a capacidade do Exército para: responder com elevada prontidão e eficácia a um leque de missões muito diversificadas no âmbito de uma CRO, incluindo o desenvolvimento de acções de alta intensidade no quadro de uma escalada da violência de uma operação desta natureza.

A exigência e multiplicidade dos objectivos que se pretenderam atingir com o Exercício ORION10, o volume de meios humanos e materiais empenhados e a sua natureza conjunta e combinada, determinaram necessariamente um planeamento cuidado, exaustivo e minucioso, ao longo de um ciclo de trabalho anual, como espelhado nas fases abaixo indicadas:

Fase I: Fase do Processo de Planeamento Operacional (de Abril a Setembro de 2010), onde foi conduzido o processo de planeamento operacional nos níveis operacional e táctico;

Fase II: Fase Preparatória (de 27 a 30SET de 2010), tendo sido conduzidas as seguintes acções: activação do Centro de Operações Terrestres integrando *augmentees*; aumento do grau de prontidão militar com vista a treinar/testar os Planos de Segurança das UU/EE/OO do Exército; e deslocamento das Forças participantes para a ocupação das respectivas áreas de operações/zonas de reunião;

Fase III: Fase de Execução (de 06 a 11 de Outubro de 2010), com a realização do FTX;

Fase IV: Fase da Avaliação (Outubro/Novembro de 2010).

O Treino Operacional foi prioritariamente orientado para as situações tácticas com maior probabilidade de ocorrência, pelo que o exercício ORION 10 se enquadrou num cenário fictício no qual se desenvolveram também operações de contenção de acções terroristas e de ajuda às populações em situação de calamidade pública.

Para materialização do emprego táctico dentro deste cenário geopoliticamente fictício, que correspondeu à III fase do exercício, foram utilizadas essencialmente duas regiões: Monfortinho/Castelo Branco e Santa Margarida/Alter do Chão. Neste cenário, uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorizava a projecção de uma força de interposição com o objectivo de restaurar as condições de segurança e governabilidade desse território, permitindo também uma intervenção humanitária em larga escala. No seguimento desta decisão a OTAN foi solicitada para assegurar a componente militar da missão, tendo-se Portugal oferecido para liderar a componente terrestre (*Land Component Command* - LCC) da mesma.

No exercício foram empregues os seguintes meios humanos e materiais:

Fase II - Treino de Planos de Segurança - 13946 efectivos, 183 viaturas;

Fase III - Operação de resposta a crises - 2630 efectivos, 345 viaturas.

Com o exercício ORION 10, a ECOSF demonstrou as seguintes capacidades:

A Capacidade de Comando, Controlo e Comunicações[1]. Esta capacidade tem como objectivo garantir o Comando e Controlo ao nível das unidades operacionais (através do Sistema de Informação e Comunicações Táctico [SIC-T], com equipamentos inter-operáveis e com capacidade de ligação em rede; permitir a ligação com as forças empenhadas

Fotos: CAVE

em teatros de operações, através de estruturas de comunicações e sistemas de informação (através do Sistema de Informação, Comando e Controlo do Exército (SICCE); assegurar a ligação entre as redes de Comunicações e Sistemas de Informação (CIS) do Exército e as de outras estruturas. A característica central para esta capacidade reside na interoperabilidade dos sistemas em operações conjuntas e combinadas;

A Capacidade de Informações, Vigilância e Reconhecimento, com o objectivo de antecipar acontecimentos para responder com precisão, a qualquer exigência resultante da missão, através da recolha e análise de dados, maioritariamente provenientes de meios e estruturas de vigilância, de aquisição de objectivos e do emprego de forças de reconhecimento. Neste exercício, a Capacidade de Informações e Vigilância materializou-se através de: Centro de Informações e Segurança Militar, incluindo o Destacamento de Informações e Segurança Militar a três Equipas de Contra-Informação, reforçado com outros meios de *Signals Intelligence*; Companhia de Guerra Electrónica; Módulo de Operações Psicológicas; e Destacamento do Exército da Companhia Geral CIMIC;

A Capacidade de Reacção Rápida é primariamente materializada pela Brigada de Reacção Rápida, baseada em forças ligeiras com treino especial e elevada prontidão, que capitaliza a projecção estratégica e que pode desempenhar a função de vanguarda num empenhamento de forças no âmbito nacional ou sob a égide de uma Organização internacional, OTAN, UE, ONU ou outra. No exercício, a Capacidade de Reacção Rápida foi materializada por Forças de Infantaria Pára-quedista, de Comandos, de Operações Especiais e de Artilharia, integrando a Brigada de Reacção Rápida, com o seu Comando em Tancos;

A Capacidade de Intervenção, materializada pela Brigada de Intervenção, baseada em forças médias com plataformas de combate em viaturas blindadas de rodas (VBR Pandur II 8X8) o que lhe confere elevada mobilidade táctica, protecção e poder de fogo, além da mobilidade operacional e estratégica necessária à sua projecção. No exercício, a Capacidade de Intervenção foi materializada por Forças da Brigada de Intervenção cujo Comando está sedeado em Coimbra, nomeadamente os seus elementos em aprontamento para o *Battle Group* da União Europeia (um Batalhão de Infantaria e um Elemento de Apoio Nacional);

A Capacidade Mecanizada, materializada na Brigada Mecanizada localizada em Santa Margarida, baseada em viaturas blindadas de lagartas, com plataformas médias e pesadas, com mobilidade táctica necessária a forças que necessitam de manobrar em todo-o-terreno. As suas forças dispõem de elevada protecção, poder de fogo e acção de choque essenciais ao sistema de forças quando se pretende uma escalada na aplicação da força. No exercício, a Capacidade Mecanizada foi materializada por unidades mecanizadas e blindadas, equipadas com viaturas M113 e carros de combate Leopard;

A Capacidade de Sobrevivência e Protecção da

Força é a capacidade para minimizar os efeitos das acções do opositor, assegurando a liberdade de acção e o aumento da eficácia das forças desde o nível individual do combatente ao nível das unidades operacionais. Esta Capacidade inclui meios e sistemas necessários para a protecção e sobrevivência da força, aumentando a sua eficiência e potencial de combate. No que diz respeito aos meios inseridos no exercício destacam-se as Companhias de Engenharia, Companhia de Defesa NBQ e uma Equipa de Inactivação de Engenhos Explosivos. Relativamente aos sistemas empregues,relevam-se os equipamentos de defesa NBQR, (nomeadamente de protecção individual e colectiva, de reconhecimento e identificação e de descontaminação), GPS, equipamentos de Vigilância do Campo de Batalha (VCB) e equipamentos de Segurança de Sistemas de Informação e Comunicações;

As Forças de Operações Especiais (FOpEsp) são forças especialmente seleccionadas, organizadas, treinadas e equipadas, que utilizam técnicas e modos de emprego não convencionais, para o cumprimento de Operações Especiais, seja na salvaguarda de interesses nacionais autónomos, seja no âmbito da OTAN ou num contexto da EU. As FOpEsp actuam em qualquer tipo de ambiente operacional, em formações de pequeno efectivo, de forma isolada ou como complemento de outras forças ou meios, com elevado grau de autonomia e sob condições de elevado risco, na consecução de objectivos estratégicos, operacionais ou eventualmente tácticos, quando o emprego de outras forças não for adequado. Face às suas características únicas, constituem-se como forças adequadas para a execução de tarefas no âmbito das CRO, Operações de Combate para Busca e Salvamento e das Operações de Combate ao Terrorismo, constituindo-se em forças especialmente adequadas no Contra-terrorismo;

Foto: CAVE

A Capacidade de actuação integrada do Exército em todo o TN, em que todas as U/E/O do Exército – de Norte a Sul do país -, não pertencentes à ECOSF (dependentes da Estrutura de Comando e da Estrutura de Base do Exército), se inserem, assumindo uma participação activa neste exercício. Assim, entre os dias 27 e 30 de Setembro de 2010, estas U/E/O activaram e desenvolveram os seus planos de alerta aos níveis mais elevados (em função dos estados de alerta que foram sendo definidos), de forma a garantirem uma total operacionalidade e pronta capacidade de resposta às ameaças e riscos definidos no exercício. Desta forma, todo o Exército foi mobilizado para uma postura capaz de responder a quaisquer ocorrências no interior do Território Nacional;

As Capacidade de execução de outras Missões de Interesse Público (OMIP), representam a capacidade de executar as outras missões de interesse público em proveito das populações, designadamente no âmbito do apoio à Protecção Civil, a outros serviços do Estado e às Autarquias, não determinando meios específicos, antes rentabilizando os meios gerados para as missões intrinsecamente militares. No exercício, a Capacidade de Execução de OMIP foi assegurada por:

Companhias de Engenharia de Apoio Geral;
Companhia de Defesa NBQ;
Companhia de Transmissões de Apoio;
Companhia de Transportes;
Hospital Cirúrgico Móvel;
Unidade de Apoio Geográfico;
Elemento de Defesa Biológica e Química (ElemDefBQ).

Neste contexto, tiveram lugar, entre outras, actividades relevantes como:

Ligação às Autoridades Locais;
Construção e reparação de estradas;
Outros trabalhos de Engenharia na vertente horizontal;

Foto: COFT

Apoio médico às populações em toda a área de responsabilidade.

Foram também desenvolvidas acções de divulgação recorrendo a exposições e operação de diversos equipamentos e viaturas, lançamento de pára-quedistas e actuação da Orquestra Ligeira do Exército.

Como parte integrante do exercício ORION10, decorreu em 11 de Outubro uma demonstração de capacidades operacionais, dentro das actividades previstas para o *Distinguished Visitors Day* (DVD). Dada a complexidade da mesma demonstração e a necessidade de rigorosas medidas de coordenação e segurança, procedeu-se no dia anterior a um treino simulado conjunto, fazendo uso de uma ferramenta fundamental de trabalho conhecida por "Rock Drill". Assim sendo, o 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mecanizada (BrigMec), foi a unidade designada para auxiliar o Comando das Forças Terrestres na montagem e preparação do cenário para demonstração em "Rock Drill", objectivo e regras de funcionamento em apoio aos actores representantes das capacidades envolvidas no exercício real apresentado. A unidade desenvolveu esta actividade de acordo com o que tem sido prática comum na BrigMec onde a realização destes treinos simulados com outras unidades nacionais ou estrangeiras têm constituído uma mais valia na preparação e treino de Quadros e Tropas no espectro de todas as Operações Militares adaptadas a qualquer Teatro de Operações.

O "Rock Drill" permite praticar a conduta das diversas missões associadas a cada uma das capacidades, interagindo e desconflituando entre si, como garante de um desempenho próximo do real, na execução de todas as tarefas que envolvem demonstrações deste tipo. A prática desta simulação, garante a familiarização com a missão a desenvolver, através da criação de uma imagem geral onde se recria o ambiente envolvente, a localização, as acções e a conduta de todas as actividades levadas a cabo pelos seus intervenientes, durante a execução. A percepção de uma imagem mental e a visualização da sequência das acções cria as condições óptimas para a realização de diversos tipos de coordenações, resultando no apuramento do treino e no incremento da segurança. Esta actividade de treino simulado pode ser desenvolvida de diferentes formas que vão desde o seminário ao brifingue dos escalões inferiores, mas cuja finalidade é assegurar que todos os participantes na operação estão familiarizados com o conceito operacional e com a execução do plano ou ordem, permitindo-lhes esclarecer aspectos específicos com vista a obter informações adicionais. Orientada pelo mais alto escalão envolvido na operação, estão presentes todos os escalões de comando subordinados e os que, individualmente, possam contribuir para a sincronização da acção durante a sua execução.

O "Rock Drill" da demonstração final do Exercício ORION 10 foi conduzido numa representação cartográfica 1/500. As notas introdutórias com a apresentação da finalidade ficaram a cargo do Comandante do 2.º BIMec. Pelo Oficial de Operações do Batalhão seguiu-se a explicação da representação cartográfica e de,um breve exemplo de execução de um dos intervenientes no cenário apresentado. Após um curto intervalo, que permitiu aos restantes intervenientes familiarizarem-se com esta representação, procedeu-se ao estabelecimento de coordenações iniciais e preparação das apresentações, dando-se inicio à actividade por parte dos intervenientes para a fase de entrada em posição de uma forma cronológica. No final desta primeira fase todos sabiam a ordem e itinerários de entrada, locais onde se iriam posicionar, indicativos, redes e meios com que participavam na demonstração.

Com as forças posicionadas deu-se início à segunda fase – a demonstração. Uma explicação detalhada das acções a desenvolver por cada um dos comandantes, colocados no interior da representação cartográfica, permitiu desconflituar a utilização em simultâneo do mesmo espaço de terreno por diferentes forças e coordenar a entrada de meios aéreos. Outro aspecto a salientar no decorrer desta fase foram os alertas para questões de segurança devido à utilização de explosivos e lançamentos em massa de tropas pára-quedistas e

Foto Ten Santos/*JE*

Foto: CAVE

cargas aéreas. No final da fase, todos ficaram cientes e conhecedores da manobra para a demonstração e dos cuidados associados a observar.

A terceira e última fase – a retracção do dispositivo, após o final da missão. Todos os comandantes apresentaram, dos locais onde se encontravam, os itinerários que iriam seguir e percursos de saída das forças e meios que integraram o exercício de demonstração.

A demonstração das capacidades operacionais do dia 11 de Outubro, dentro das actividades previstas para o DVD, a qual contou com a presença do Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, teve como objectivo a conquista e consolidação de um Objectivo, tendo as forças no terreno adoptado conduta especifica para a consecução deste desiderato, nomeadamente: lançamento de Saltadores Operacionais de Grande Altitude, infiltração de Forças de Operações Especiais em meio aéreo, lançamento de unidades pára-quedistas e lançamento de cargas em meios aéreos, com vista à montagem de um perímetro de segurança na Área de Operações. Na sequência, foi ainda possível assistir a uma infiltração inimiga na área de operações, que desencadeou missões de apoio aéreo próximo com F-16, e uma acção posterior de limpeza de área levada a cabo por um Grupo de Comandos em viatura HMMWV.

A demonstração culminou com um ataque a um Objectivo com um Agrupamento Mecanizado a 3 companhias em M113 e um pelotão de carros de combate Leopard 2A6 e que envolveu também uma Companhia Pandur em missão de guarda de flanco sob o fogo indirecto de uma Bateria de Artilharia de Campanha *Light Gun*.

Esta demonstração táctica de capacidades operacionais foi precedida da assinatura de um Protocolo Interministerial, entre o Ministério da Defesa Nacional, a Presidência do Conselho de Ministros e o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território que define os moldes de intervenção do Exército no apoio local às Autarquias, através da sua Engenharia Militar.

Na assinatura do protocolo estiveram presentes o MDN, o Secretário de Estado da Administração

Foto: COFT

Foto: COFT

António Enes e o Combate de Marracuene

Cronologia

1848 (15 de Agosto) – Nasce em Lisboa.

1886 – Nomeado bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa.

1890-1891 – Sucessivamente eleito deputado do reino pelo partido Histórico e Progressista.

1890 (14 de Outubro) – Nomeado Ministro da Marinha e do Ultramar, cargo que exerceu até 25 de Maio de 1891.

1891 – A 19 de Junho foi nomeado Comissário-Régio de Moçambique, cargo que ocupou até 1894.

1895 (13 de Janeiro) – Regressa a Moçambique como Comissário-Régio. Planeia a campanha contra os vátuas, obtendo a primeira **vitória militar em Marracuene** (2 de Fevereiro). Seguem-se as acções contra os régulos aliados de Gungunhana, concretamente os combates de Magul, Coolela e, finalmente, Chaimite, onde o chefe vátua é feito prisioneiro.

1896 – Nomeado Ministro de Portugal no Brasil.

1902 (6 de Agosto) – Morre em Queluz.

O Comandante

Mais do que um homem de acção ou militar de carreira, António Enes foi o estratega que pensou, organizou e orientou a campanha de pacificação em Moçambique, em 1895, que incluiu Marracuene e o posterior combate de Chaimite, que culminou com a prisão de Gungunhana.

Nascido em Lisboa a 15 de Agosto de 1848, grande parte da sua carreira profissional foi feita no meio jornalístico e político. Nesse âmbito, enquanto jornalista colaborou com a *Gazeta do Povo* (jornal afecto ao Partido Histórico), foi director de *O País* (posteriormente designado *O Progresso* quando se tornou no órgão propagandístico do Partido Progressista) e de *O Correio da Noite* e foi fundador de *O Dia*. Foi também bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa. No campo da política foi eleito deputado do reino em várias legislaturas, entre 1890 e 1891.

Logo após o *Ultimatum* (1890) foi nomeado Ministro da Marinha e do Ultramar, cargo que desempenhou durante um ano, numa altura de forte clamor anti-britânico na sociedade portuguesa face às sensíveis questões africanas. Não obstante, António Enes conseguiu gerir os delicados equilíbrios internos e externos, organizando uma expedição militar a Moçambique para travar a ameaça vátua de Gungunhana e a presença ostensiva da Grã-Bretanha no território. Paralelamente, agiu com notável firmeza aquando da agitação na Guiné e em São Tomé.

Em 19 de Junho de 1891, foi nomeado Comissário-Régio em Moçambique acabando a sua acção no território por o notabilizar para a posteridade. Numa primeira fase, que durou até 1894, enaltece a habilidade manual dos negros e exige o envio para o território de gente metropolitana motivada e tecnicamente capaz para o seu desenvolvimento, indispondo-se contra os incapazes e os vencidos da vida. Argumenta com a constituição de um único exército que servisse a Nação no seu todo, pretendendo que a tropa expedicionária servisse em Moçambique por períodos não superiores a dois anos. De permeio, pretende que "o comissário régio tenha liberdade de mando e responsabilidade" face à gestão centralizadora da política imperial do Terreiro do Paço. Ou seja, a sua preocupação centra-se na necessidade de modernização da administração colonial portuguesa.

Ferreira Martins, *História do Exército Português*, 1945.

António Enes.

Regressou a Moçambique em Janeiro de 1895, reassumindo funções e com instruções régias para pacificar o distrito de Lourenço Marques e impor preitos de vassalagem ao régulo Gungunhana, considerado o perturbador crónico da região. A sua visão estratégica associada ao conhecimento das realidades autóctones, a organização imprimida às forças militares disponíveis e o facto de contar com um conjunto de oficiais africanistas de enorme carisma operacional (Caldas Xavier, Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, Ribeiro Júnior) tornaram-no no principal rosto dos heróis da guerra de 1895 em Moçambique.

Em 1896 foi nomeado ministro de Portugal no Brasil. Morreu em Queluz, a 6 de Agosto de 1901, com a consciência de cidadão assente no espírito de missão patriótico e abnegação pessoal, deixando um contributo inquestionável na materialização do império português em África.

Os relevantes serviços prestados à Pátria valeram-lhe a condecoração com as insígnias da Torre e Espada.

Conjuntura Político-Estratégica

A independência do Brasil (1822) constituiu um rude golpe económico e político para Portugal, que perdeu rendimentos internos e poder funcional externo. Impunha-se edificar um outro «Brasil» e África surgiu, então, como espaço a equacionar. Se na Guiné a presença portuguesa era circunstancial e em Angola subsistiam as áreas costeiras de Luanda e Benguela, na costa oriental Moçambique era vista como uma herança quer do império asiático como do sul-americano. A presença portuguesa em África resumia-se, portanto, a feitorias portuárias obsoletas e a fortalezas em ruínas, controladas por pequenas guarnições militares mal equipadas.

Foi Bernardo Sá Nogueira quem previu, em 1836, que África desempenharia a breve trecho um papel político e económico importante na relação entre os estados da Europa. Porém, até 1851 o projecto africano permaneceu em "reflexão", pendurado na instável conjuntura político-social interna. A Regeneração permite que Bernardo Sá Nogueira retome a ideia, tendo como objectivo o controlo efectivo da linha da costa de Angola e de Moçambique e a ocupação de regiões no interior de forma a concentrar territórios. Para o efeito, é determinado um conjunto de medidas: impulsionar as relações económicas entre a metrópole e África, constituindo companhias de navegação passíveis de ligar Lisboa a Benguela, Luanda, Moçâmedes e Ambriz, com escala em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; acabar com o trabalho forçado dos carregadores e extinguir o tráfico de escravos; efectuar incursões militares pelo interior da savana marcando a soberania portuguesa; fomentar a colonização branca, incentivando as gentes metropolitanas a apostarem num novo modelo de vida em África.

Mas os contratempos abundavam: a tomada de Ambriz, no norte de Angola, em 1855, com o intuito de ocupar a região da foz do Congo, esbarrou, desde logo, com a oposição da Grã-Bretanha; a penetração pelo interior, tanto em Angola como em Moçambique, contou com a arreigada resistência das populações locais,

Nova História Militar de Portugal, vol. 3, Círculo de Leitores.

Expansão da Ocupação Portuguesa em Moçambique.

onde os africanos se revelaram adversários temíveis e difíceis de submeter; a pensada colonização branca não teve a aceitação esperada, pois África permanecia no imaginário como terra de expiação, imprópria para sobreviver e prosperar.

Entretanto, a Europa entra em recessão económica no decénio de 1870 e olha para o continente negro como a solução dos seus problemas; continente até então considerado agreste e visto como *res nullius*, isto é, sem dono. Foram explorações como as efectuadas por David Livingstone, ao serviço da Grã-Bretanha, por Henry Stanley, pelo reino da Bélgica, ou pelo francês Pierre Brazza, que colocaram África na rota dos interesses continentais.

Portugal percebeu a ameaça onde, apesar de tudo, detinha a vantagem de posições estabelecidas e de direitos legais. Fontes Pereira de Melo, chefe do governo, e Andrade Corvo, ministro do Ultramar, formaram a dupla política que vincou a soberania portuguesa em África, a partir do último quartel de oitocentos. Em 1875, fundava-se a Sociedade de Geografia de Lisboa, destinada a fortalecer e a esclarecer pelo estudo a mentalidade ultramarina. Mentalidade que impulsionou, dois anos depois, os oficiais de marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens a efectuarem a exploração de Benguela a Luanda, ao longo do rio Cuanza. Por sua vez, o Capitão Serpa Pinto partiu dos arraiais de Silva Porto, em 1878, e caminhou para leste e sudeste, seguindo até à Zâmbia central. Percorreu o curso do rio Zambeze e depois seguiu a rota meridional deste rio, chegando a Pretória, no Transval, e a Durban, em 1879. Em 1883, o Tenente de Marinha António Maria Cardoso desbravou Moçambique, de Inhambane a Sofala, enquanto, em Angola, o Major Henrique de Carvalho viajou de Malange ao rio Cassai, entre 1884-1886, conhecendo a Lunda. O reconhecimento completou-se com nova expedição de Capelo e Ivens, que partiram em 1884 do Sul de Angola, cruzaram o continente e chegaram a Quelimane (Moçambique) um ano depois.

Portugal procurou, então, a concordância da Inglaterra relativamente à posse territorial do território desbravado, desde logo na área ribeirinha do Congo, área comercial considerada nevrálgica, pois ligava o mar ao interior continental. Porém, a França e a Bélgica, com pretensões similares, opuseram-se. Surgiu, então, a ideia da Conferência de Berlim (1884), onde se deliberou um conjunto de premissas, dos quais se destacam, com interesse para Portugal, a liberdade à *la carte* de navegação no Congo e no Níger e a consagração do princípio da ocupação efectiva dos territórios do litoral, em detrimento do antigo princípio do direito histórico. Interessado na região centro africana, o Governo português centrou as atenções negociais na França e na Alemanha com o objectivo de obter a anuência para a ocupação e ligação dos territórios entre Angola e Moçambique. Nascia, assim, o projecto do Mapa Cor-de-Rosa, que embateu na intenção britânica de Cecil Rhodes de ligar o Cairo ao Cabo por via-férrea e unir a Rodésia ao lago Niassa. O resultado foi uma das maiores crises diplomáticas entre Portugal e a Grã-Bretanha, que conduziu ao *Ultimatum* (11 de Janeiro de 1890), obrigando Lisboa a abandonar o projecto. Porque não se legislou de forma explícita relativamente às esferas de influência no «miolo» africano, Berlim obrigou as potências europeias, por um lado, a negociarem acordos sobre traçados territoriais e, por outro, a recorrer a efectivos armados para fazerem valer os seus interesses, a começar pela subjugação dos africanos.

Definição das Fronteiras Portuguesas na África Austral

Sendo certo que as fronteiras da África Portuguesa, negociadas no decénio 1890, não permitiram atingir o sonho do Mapa Cor-de-Rosa, é no entanto verdade que Angola e Moçambique ganharam uma dimensão territorial que tornou Portugal o quarto império da época:

- Com a Grã-Bretanha estabeleceram-se acordos de delimitação no Norte de Angola e, em Moçambique, definiram-se os envoltórios marítimos a Sul e terrestres a Norte e Leste;
- Com a França foi possível negociar mais favoravelmente, quer o território da área do Congo, quer a fronteira Norte de Moçambique, através de cedências na Guiné;
- Com a Bélgica as negociações foram as mais complexas e relativas a território angolano. A Norte, anuiu-se à abertura de um corredor terrestre em direcção ao oceano, que formou o enclave de Cabinda, e a Nordeste e Leste traçaram-se as fronteiras da Lunda;
- Com a Alemanha, Estado sem tradição imperial em África mas que também pretendia "um lugar ao sol", acertou-se a *limes* Sul de Angola e Norte de Moçambique, que traria problemas a médio prazo.

A Arte da Guerra e os Aparelhos Militares

Se a necessidade de manutenção da soberania nacional e da ordem pública impunham a permanência de um Exército Metropolitano capaz de servir o Estado nas suas relações externas, as premissas resultantes da Conferência de Berlim originaram a criação do Exército Colonial. Até essa altura, o dispositivo militar nas colónias era constituído, fundamentalmente, por tropas disciplinares e auxiliares indígenas, enquadrados por um reduzido número de oficiais metropolitanos, deficientemente armado e equipado. Com as fronteiras definidas de *jure*, Portugal sabia que a soberania efectiva não era reconhecida pelo gentio local em vastas zonas que não ocupava. De facto, em Angola sobressaía a irredutibilidade nos Dembos, a Norte, a mal conhecida e imensa região centro-leste e, a Sul, a zona além Cunene tinha nos cuamatos e nos cuanhamos as principais insubmissões. Em Moçambique a situação era ainda mais delicada, atendendo ao quadro étnico e religioso diferenciado das populações. A Norte, pairava a ameaça dos maometanos negros afectos ao íman de Mascate, que habitava no Zanzibar e se manifestara ferozmente contra os acordos, na zona central, o problema eram os matabéles, enquanto a Sul os vátuas constituíam a tribo mais intransigente. A solução recaiu na implementação de planos de fomento destinados ao desenvolvimento regional, imposição de medidas de trabalho livre e acordos com os régulo e sobas. Mas rapidamente se percebeu a necessidade de fazer respeitar os direitos adquiridos, ou seja, impor o domínio pelas armas. Foi a partir de 1891 que a política de subjugação africana se intensificou e organizou, com a concentração de esforços em Moçambique, onde as rivalidades europeias e o poder dos "caciques" locais eram mais forte, seguindo-se, depois, Angola. Consequentemente, a partir de 1893-94 cada uma destas províncias passou a contar com quatro companhias de indígenas e um batalhão de artilharia e, no ano seguinte, legislou-se "a constituição de um exército colonial independente da metrópole, passando as tropas de Moçambique a constituir o Exército da África Oriental, como as de Angola constituiriam o Exército da África Ocidental" (Martins, 1945). Em 1901 a organização e o serviço militar nas colónias foi regulado: criaram-se as comissões de serviço ordinárias para os oficiais que serviam nas colónias; as Companhias de Guerra foram substituídas pelas de Indígenas de Infantaria, enquadradas por oficiais da metrópole, organizadas em pequenas unidades de linha individualizadas, cada qual com uma área de responsabilidade, para formar uma espécie de malha capaz de cobrir o território e tornar desnecessário o envio de forças expedicionárias; para melhor sustentar estes objectivos, criaram-se Companhias Mistas, à base de tropas de Infantaria e de Artilharia de montanha ou de guarnição, pelotões indígenas de Dragões e criaram-se unidades «brancas» das três armas, posicionadas em pontos sensíveis nas colónias prontas a actuar em caso de necessidade (Martins, 1945). Em 1905 projectou-se o "Quadro Privativo do Ultramar", constituído por oficiais subalternos e capitães, cuja nomeação recaía, preferencialmente, no oferecimento individual e, sempre que os quantitativos era insuficientes, na imposição de serviço (Carrilho, 1985).

Guerreiros indígenas.
Ferreira Martins, *História do Exército Português*, 1945.

Foi contra os vátuas do régulo Gungunhana e demais régulos dependentes, que se iniciou a fase decisiva de ocupação militar, a partir de 1894. Assim, em Moçambique, a luta contra os vátuas assumiu, de parte a parte, a ferocidade das batalhas campais; no vale do Zanzibar, as operações convergiram para acções de cerco às povoações fortificadas dos chefes rebeldes; a Norte, as forças portuguesas foram sujeitas a desgastantes acções de guerrilha e emboscadas. A par do recrutamento e da organização militar

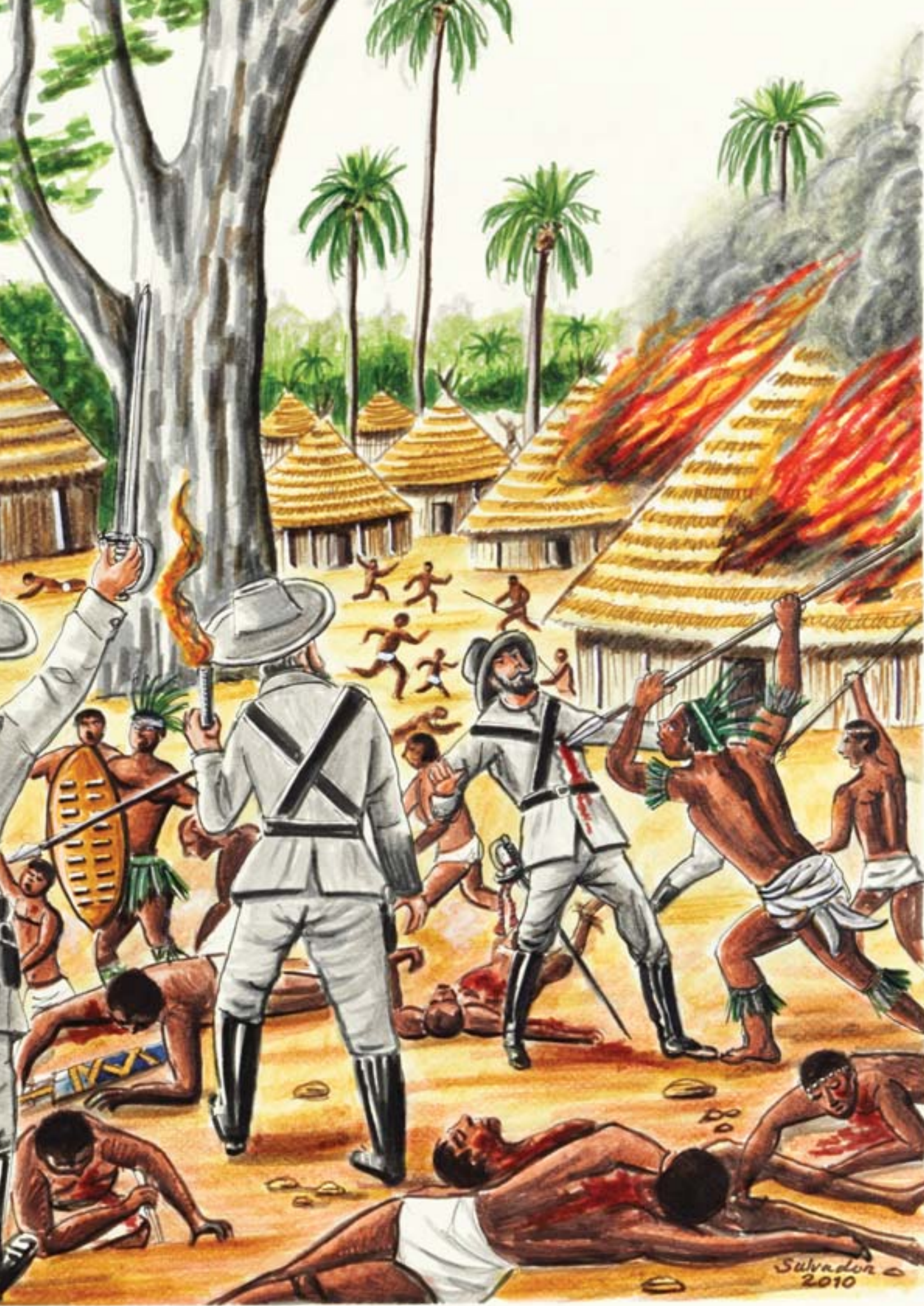
ultramarina a imposição da soberania assentou na técnica do quadrado, na tecnologia e na realização de operações conjuntas.
A táctica do quadrado móvel permitia que a força progredisse organizada em coluna e com possibilidade de observar e fazer fogo em todas as direcções. Quando o inimigo se revelava, a partir das matas, copas das árvores ou dobras de terreno, o quadrado instalava, as peças de artilharia e metralhadoras eram colocadas nos cantos, de onde abriam fogo de forma disciplinada, complementada pela dos infantes. Quando, na década de 1890, as campanhas de pacificação entram na fase decisiva, a vantagem portuguesa residiu na utilização de equipamento moderno, como as espingardas de repetição Sneider e Kroptschek, a metralhadora Gardner e Nordenfeldt, os obuses de montanha Krupp e as lanchas-canhoeiras de aço. Enquanto o fogo das armas ligeiras e pesadas que equipam os contingentes terrestres e de marinha permitem compensar o poder do número dos contingentes africanos, as lanchas-canhoeiras permitem a ocupação do litoral africano numa acção do mar para terra, seguindo o curso dos grandes rios africanos em apoio logístico e operacional das colunas terrestres.

Armas das Campanhas de África: Espingarda Martini-Henry; Carabina Kropatschek; Carabina Mauser-Vergueiro; Revólver Abadie; Revólver Parabellum.

Tenente-Coronel Mário Álvares

O Reino de Gaza (Vátuas)

O Reino de Gaza resultou da invasão dos Angunes (mais conhecidos por Vátuas, de acordo com a terminologia tradicional portuguesa) no princípio do século XIX, quando Manicussi, guerreiro fugido do lendário Shaka Zulu, se fixou na região de Gaza entre o Incomati e o Limpopo e estendeu os seus domínios até Manica. Foi durante os "reinados" de Manicussi e do sucessor Mueva que os portugueses foram importunados, sentindo grandes dificuldades para impor vontades territoriais face a um povo organizado politica e socialmente em torno do poder totalitário do régulo, estruturado militarmente segundo o modelo aguerrido e disciplinado dos zulus e que tinha na guerra a sua actividade mais vincada. Constituindo o preito de sangue um dever e uma honra do cidadão vátua desde a adolescência até à morte, as unidades de combate dos vátuas (impis) eram comandadas por "aristocratas" fiéis ao régulo, compreendiam cerca de 5000 guerreiros armados com azagaias de cabo curto e ferro longo (arma de corte e estoque), escudo oblongo de pele dura, arco e flechas e também espingardas de sílex modernas, adquiridas junto dos rivais europeus de Portugal, sobretudo ingleses e alemães, que estimulavam os vátuas à resistência. O seu poder impôs um domínio de terror e submissão a uma vasta região do Sul de Moçambique, fazendo de outros povos negros seus vassalos, impondo em alguns casos um regime de escravidão.
O reino de Gaza impedia a consolidação portuguesa no Sul de Moçambique e a materialização das fronteiras acordadas com os britânicos e alemães após Berlim. Assim, os portugueses passaram a actuar de forma insidiosa na região, ingerindo na hierarquia vátua e motivando os restantes povos "à libertação". Provocaram, então, a queda de Mueva e apoiaram "a subida ao trono" do seu irmão Muzila, originando a degradação do reino de Gaza. Em 1895, Gaza acabou submetido ao poder português após as batalhas de Maracuene, Coolela e Magul, já na era de Gungunhana, que sucedeu a Muzila, de quem era filho, em 1884, depois de eliminar a concorrência do irmão Mafemane.


Salvador
2010

A Batalha

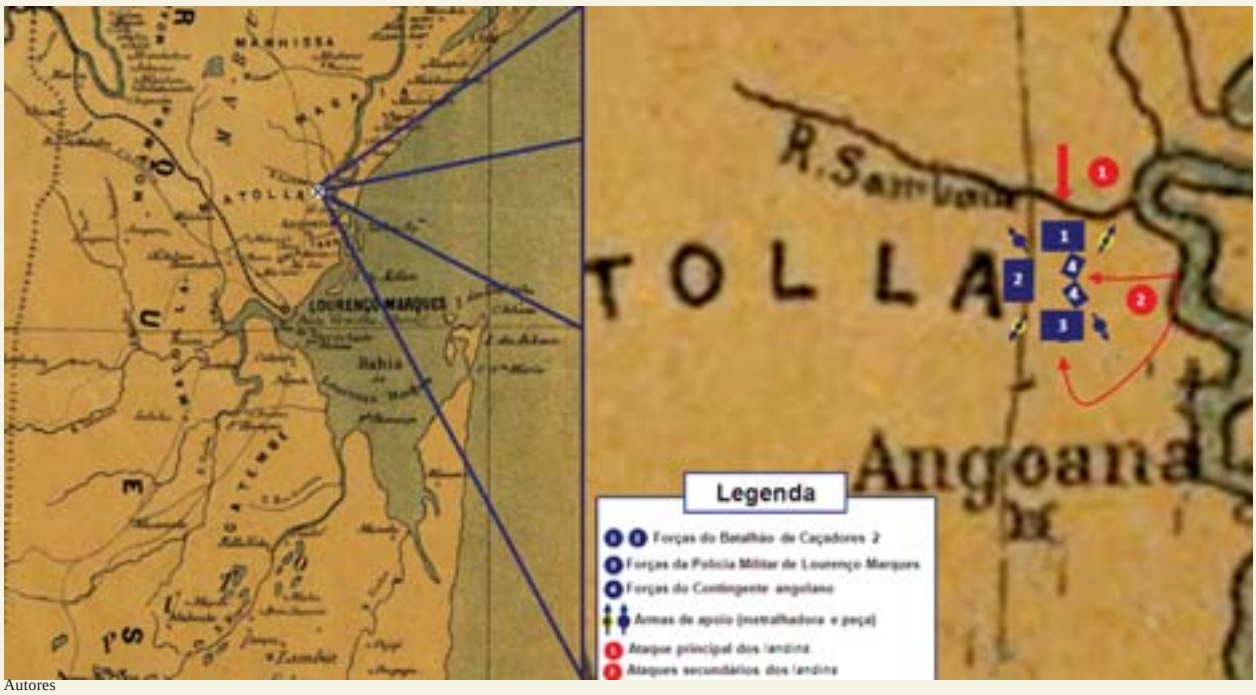
A Batalha travada a 2 de Fevereiro de 1895, entre forças portuguesas organizadas por António Enes e comandadas pelo Capitão Caldas Xavier coadjuvado pelos Tenentes Ayres d'Ornelas, Paiva Couceiro e Roque Aguiar, e forças landins comandadas por Mazule e Matibejana, na proporção de 900 soldados portugueses para cerca de 3000 combatentes africanos, Marracuene foi a primeira grande derrota militar das forças landins aliadas de Gungunhana, que se manteve à margem do confronto.

As causas próximas dos acontecimentos remontam a 1894 e ao ataque africano a Lourenço Marques. Já há algum tempo que se sentia a animosidade crescentemente ostensiva de povos indígenas no Sul de Moçambique, que se agudizou com o poder de Gungunhana e a motivação insidiosa da *South African Company*, com influência crescente no território. Em Agosto de 1894, ocorreu uma troca de tiros entre o comandante militar português de Angolane (pequeno campo fortificado a 20 km de Lourenço Marques) e os landins de Zixaxe e da Magaia, durante negociações ocorridas, motivando uma rebelião indígena em elevada escala. Prevendo-se um ataque em massa, a guarnição de Angolane recolheu a Lourenço Marques e a cidade foi fortificada, guarnecida e armada. Após constantes provas de força iniciadas a 4 de Outubro, a 14 ocorreu um ataque em massa contra a cidade pelos régulos Matibejana, da Zixaxa, e Mugunduana, incidindo o esforço sobre o seu flanco esquerdo, conjugado com outras direcções de ataque. O assalto foi intenso e durou uma hora, mas foi rechaçado pelo fogo da artilharia e das armas ligeiras, obrigando à retirada e motivando atritos entre os régulos que tinham patrocinado a acção. Apesar de pequenas escaramuças na zona circundante não se verificaram ataques posteriores.

Entretanto, devido a estes acontecimentos, na metrópole soou o alarme, decidindo-se o envio do Batalhão de Caçadores 2 e de uma Bateria de Montanha, com 650 homens, que chegou a Lourenço Marques em 10 de Novembro. Pouco depois, juntou-se-lhes um contingente com 300 angolanos. A população recobrava a confiança e, em Janeiro de 1895, António Enes chegou a Moçambique, tomando posse do cargo de comissário-régio, a 13. De imediato traçou um plano de operações destinado a pacificar a região: garantir a segurança da retaguarda, sobretudo de Lourenço Marques; sufocar as rebeliões das terras da coroa (circunscrições circundantes, com sede em Angolane); castigar e submeter os régulos inimigos; pacificar o distrito actuando ofensivamente contra os vátuas de Gungunhana, reduzindo-o à vassalagem. Marracuene constituiu o primeiro e decisivo passo.

Assim, foi organizada uma expedição para um

Esquema da Batalha.



Autores

Os Landins (ou Tsongas)

Povos de origem chona-caranga, dedicada à actividade comercial, centralizaram o reino do Inhaca no século XVI e dominaram um vasto território que abrangia a zona Leste e Sul do rio Maputo. No século seguinte, os landins fragmentaram-se em Inhaca Grande e Pequeno e passaram a ter a concorrência europeia, nomeadamente portuguesa, pela posse da baía de Lourenço Marques e o usufruto do comércio portuário. Em meados do século XVIII, existiam os regulados do Tembe e do Matola, ampliada posteriormente pelos de Moamba e Maputo, altura em que se verificam confrontos militares face à presença portuguesa cada vez mais ostensiva. Em finais do primeiro quartel do século XIX ocorre, então, a invasão dos Angunes chefiados por Manicusse, que se revolta contra o poder zulu e foge para Gaza, onde funda o poderoso reino vátua. A invasão altera a correlação de forças entre os Landins: os do Tembe resistiram e foram anulados; os de Moamba, Maputo e de Matola submeteram-se, constituindo-se em protectorados dos vátuas; até à intervenção portuguesa de dividir para reinar, que faz de alguns régulos seus aliados durante as campanhas de ocupação territorial e delimitação fronteiriça. Portanto, os Landins eram "tribos" subservientes dos Vátuas de Gungunhana à época dos acontecimentos.

reconhecimento em força até às margens do rio Incomati, pólo de rebelião e principal ponto de comunicação dos territórios indígenas, seguindo a direcção de Angolane-Marracuene. Constituída por um destacamento de Caçadores 2, unidades de caçadores africanos, um pelotão de cavalaria de polícia e uma secção de artilharia de montanha, a coluna arrancou a 28 de Janeiro e atingiu, sem sobressaltos, Angolane no dia seguinte, entretanto reocupada. A ordem de marcha era a adoptada em circunstâncias semelhantes, ou seja, em coluna dupla de costado, com a artilharia e as viaturas no intervalo (60 metros) e precedida pela cavalaria a cerca de 300-400 metros, com exploradores em "flecha" (Carlos Selvagem). Para bivaque e combate o conceito assentava na formação em quadrado, com metralhadoras e canhões posicionados intercaladamente nos quatro ângulos.
O comissário régio decidiu, então, mandar avançar a coluna para Marracuene, área nevrálgica da resistência. "Os seus únicos inimigos foram a chuva incessante e a lama. A flotilha bombardeou as povoações ribeirinhas e assegurou as comunicações com António Enes" (René Pélisier). A 1 de Fevereiro um grupo de angolanos foi enviado para recolher informações, mas não regressou. Entretanto, foram avistadas as primeiras forças inimigas que a artilharia dispersou, montando bivaque na área de Marracuene, a meio da tarde.
A 2 de Fevereiro, data prevista para a travessia do Incomati, ocorre o ataque indígena ao quadrado, às quatro horas da madrugada. Guerreiros landins do Mazuli e do Matibejana irrompem furtivamente da mata e eliminam as sentinelas do acampamento português (angolanos e portugueses) e, vestindo as suas fardas e roupas, penetraram à azagaia no lado leste do quadrado defendido pelos angolanos, que refluíram para o centro, levando atrás de si os assaltantes. Parte do quadrado desarticulou-se, situação extremamente perigosa em plena noite. Mas os oficiais reorganizaram à força os angolanos, enquanto os soldados metropolitanos, decididos, fizeram descargas cerradas contra os landins no exterior, impedindo-os de se reunirem aos que tinham aberto a brecha, que acabaram chacinados no interior do quadrado depois de ferozes combates corpo-a-corpo. Entretanto, efectivos da Polícia de Lourenço Marques guarneceram o flanco abandonado pelos angolanos, restabelecendo a "frente". Enquanto isso, os Landins, aproveitando o efeito surpresa e o desnorte adversário, atacam em massa os lados Norte e Sul, defendidos por Caçadores 2 e Polícia de Lourenço Marques, respectivamente, procurando desarticular as defesas portuguesas. Mas a tenacidade dos defensores imperou, barrando acessos ao quadrado e ajustando o fogo das metralhadoras e das peças contra os assaltantes, que eram maus atiradores e se limitavam a fazer fogo de longe. Às 6 horas da manhã cessou o fogo e os Landins retiraram, cessando um combate que durou cerca de duas horas e custou cerca de uma dúzia de baixas portuguesas e 50 africanos. Do lado dos Landins a contabilização é mais difícil de ser efectuada, variando entre duas a três centenas, consoante as fontes.
Mazule, Matibejana e as forças desempenhadas foram perseguidas até aos domínios de Gungunhana por forças dos régulos da Matola e Maputo, que se aproveitaram do efeito Marracuene para um preito de obediência aos Portugueses.

Análise da Batalha

Naquele que podia ter sido um desastre militar de graves repercussões, Marracuene tornou-se na primeira grande vitória militar dos portugueses no Sul de Moçambique, levantou o moral das populações inquietas desde o ataque a Lourenço Marques do ano anterior e animou as tropas para acções posteriores nesse mesmo ano, que culminou com a prisão de Gungunhana em Chaimite.

De facto, os Landins tiveram em Marracuene a possibilidade de destruir o quadrado português e colocar a nu as fragilidades da presença militar portuguesa em Moçambique, atendendo a um conjunto de factores favoráveis: a protecção dos bosques circundantes; a astúcia de se confundirem com o inimigo ao se fazerem passar por angolanos; a dissimulação conferida pela escuridão e a surpresa do ataque; o ímpeto da acção assente num número elevado de operacionais; a escolha do ponto fraco do quadrado para atacar e penetrar no seu interior. Mas os landins depararam com uma formação compacta e a determinação portuguesa, que reagiu com celeridade e conseguiu o feito ímpar de repor o quadrado debaixo de fogo durante a noite, derrotando e pondo em fuga o inimigo.

Mas deixemos a análise da batalha para o próprio Comissário Régio António Enes, que a sustenta com a objectividade e rigor próprios de um estratega militar: "O combate de 2 de Fevereiro, considerado no ponto de vista restritamente militar, foi um insucesso glorioso. Foi um insucesso, porque a coluna, por causa das chuvas, por causa das dificuldades do aprovisionamento agravadas pelos temporais, teve de retirar deixando os territórios que pretendia ocupar tanto à mercê do inimigo como antes estavam. Também foi um insucesso, porque os assaltantes não se consideraram vencidos, embora houvessem fugido desapoderadamente. Para os negros, a retirada, a própria fuga, não é derrota nem desaire. No seu conceito, o resultado dos combates avalia-se exclusivamente pelo número de baixas que teve cada bando combatente, e a gente da Zichacha e da Magaia, tendo morto muitos *angolas*, além de alguns brancos ficou tão ufana das perdas que infligira que quase se esqueceu das que ela própria sofrera. Reconheceu, realmente, que não podia afrontar o fogo da artilharia nem o da fuzilaria europeias, mas não desanimou por isso, porque também sentiu que a sua agilidade, o seu conhecimento do terreno, a sua habitual táctica de emboscadas e de surpresas, asseguravam-lhe vantagens que podiam tornar-se decisivas. Na madrugada de 2 de Fevereiro a coluna estivera quase toda perdida, e só devera a salvação a circunstâncias fortuitas; noutro assalto talvez se perdesse de todo! A lição que os estrategistas indígenas tiraram do combate de Marracuene foi apenas que era preciso atacar os brancos de noite e no mato. Portanto, não pensaram em desistir da luta, não mostraram o menor desejo de obter paz. Mas o combate também teve consequências morais e políticas, que não só compensaram os sacrifícios feitos, senão que realmente arruinaram a revolta. Antes de tudo provou aos indígenas que as tropas batiam-se com elementos sérios de resistência e de vitória, e esta demonstração foi de incalculável alcance, porque eles estavam convencidos de que tudo podiam ousar, a não ser ataques à cidade, sem risco de sofrer castigo. O mato era deles, e os brancos não podiam combater no mato. Deve-se, porém, reflectir que a sua ignorância chega a acreditar que há feitiços que decidem da sorte das armas e que tornam homens nus invulneráveis às balas, não é muito que acreditasse também que os portugueses não podiam vencê-los nem resistir-lhes em campo descoberto. Tão entranhada tinham esta crença que os matolas e os moambas precisaram ver com os seu próprios olhos o combate de Marracuene para respeitar o nosso poder militar. Os landins que se arrojaram sobre o quadrado a peito descoberto não foram intrépidos, foram antes cegamente confiantes; atiraram-se para a frente supondo que bastavam gritos para afugentar galinhas. E tanto assim é que semelhante arrojo nunca mais foi repetido nem imitado em toda a duração da campanha, nem sequer pelos vátuas".

Arquivo Histórico-Militar

Combate de Marracuene.

Consequências

Em Marracuene, como anotou António Enes, os expedicionários Portugueses venceram os bruxedos e a falta de confiança em si próprios e já ninguém ousaria chamar-lhes covardes. Acresce que a vitória dos portugueses trouxe uma expectativa de esperança para os povos que se encontravam directamente oprimidos pelo Reino de Gaza, pois "tivessem as tropas [rebeldes] continuado activas e provavelmente todos os do distrito viriam a constituir uma espécie de federação espontânea, de que o Gungunhana não resistiria a declarar-se chefe ou protector".

Após o combate, as tropas portuguesas permaneceram em Marracuene até 5 de Janeiro, regressando a Lourenço Marques para reorganização. Depois, o Comissário-Régio "mandou adquirir montadas em Natal e baseou a futura campanha nos rios: o Incomati, o Limpopo e o Inharrime" (Pélissier). Procede-se então à fortificação de Marracuene, ocuparam-se as ilhas Xafina e de Incanine, atacou-se a Mupanga e a Maçaneta e ocuparam-se os territórios circundantes.

Estavam criadas as condições para avançar com a fase decisiva da campanha: a derrota e submissão de Gungunhana.

A 7 de Setembro, malograda a intenção de acordar a "vassalagem" de Gungunhana, as tropas portuguesas internaram-se no território vátua de Magul onde se travou um duro e renhido combate, que venceram através da tenacidade, a "roçar a emulação", e o superior poder de fogo.

Enquanto os impis debandavam, Gungunhana procurava ganhar tempo com negociações inconsequentes. A 7 de Novembro ocorreu, então, novo e sangrento combate, junto da lagoa de Coolela. A derrota vátua minou definitivamente a credibilidade do régulo junto dos povos autóctones e permitiu a António Enes criar o distrito militar de Gaza, que compreendia um vastíssimo território entre o Limpopo, o Changane e o Save.

Faltava aprisionar Gungunhana, o que aconteceu a 28 de Dezembro em Chaimite, quando Mouzinho de Albuquerque desencadeou um golpe de mão que apanhou o régulo desprevenido e sem ânimo para motivar os seus guerreiros à resistência. A aura combatente que os portugueses granjearam durante a dura campanha de Gaza foi suficiente para fazer sentar de forma submissa o chefe indígena que mais provações fez ao poder português durante as campanhas de ocupação de Moçambique.

O ano de 1895 e as acções contra os vátuas iniciaram uma nova fase de actividade militar colonial portuguesa em Moçambique, conduzindo a um conjunto de campanhas que glorificou o País e aumentou a galeria dos heróis militares nacionais: aos combates de Marracuene, de Magul, Coolela e a determinante acção de Chaimite, ainda em 1895, seguiram-se a Pacificação de Maputo e a Campanha de Namarrais (1896), as campanhas de Gaza de Maconténe, Mapulanguéne e da Zambézia (1897), a campanha de Mataca (1899), a Campanha do Barué e do Bailundo (1902) e a ocupação de Angoche (1910).

Portugal firmava as suas fronteiras e afirmava a soberania em Moçambique face à resistência dos povos locais. Seguir-se-ia, a Norte do território, a guerra contra a Alemanha, que se prolongou enquanto durou a Grande Guerra na Europa (1914-1918), que teve o Tanganica, o rio Rovuma e Quionga como zonas de conflito.

Prisão de Gungunhana por Mouzinho de Albuquerque.

Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Editorial Inquérito Limitada, 1945

Curiosidades

Podemos distinguir três períodos no Portugal Imperial. O primeiro, o das especiarias do Oriente, ocorreu no século XVI, foi pensado estrategicamente por D. João II, executado por D. Manuel I e edificado por Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. O segundo centrou-se em terras de Vera Cruz desde meados de quinhentos, que os bandeirantes desbravaram com os proventos do açúcar e do ouro. O terceiro firmou-se em África, a partir do último quartel do século XIX, enquanto "substituto patriótico" dos anteriores.

O Império a Oriente marcou miticamente a alma portuguesa, atravessou séculos e permaneceu nostálgica como época áurea que revelou ao mundo um Portugal de referência e global. Um País que «influenciava» o mar, servia à Europa de celeiro comercial das especiarias, evangelizava os gentios mas, paradoxalmente, não se desenvolvia, de tal forma que "muitos viam nele um triunfo fictício, que expurgava o país de homens e dinheiro". À conta das riquezas da pimenta, da canela ou da noz-moscada, o País atrofiou, demitindo-se de iniciativa e capacidade produtiva: enquanto fornecia a Europa, deixava definhar a agricultura; ao mesmo tempo que Lisboa fervilhava de movimento cosmopolita, a indústria parava; os ricos homens ostentavam os escravos de servir e a sociedade decaía. Situação que se agravou com a concorrência externa a partir do último quartel do século XVI, quando as companhias comerciais inglesas e holandesas acabaram com o monopólio «indiano» e relegaram a presença portuguesa para um plano secundário.

Consequentemente, D. João III decide apostar no Brasil, a partir de 1542. Iniciava-se o preito imperial no Atlântico Sul, "que teve menos glória mas mais proveito": menos glória, porque o País se tornou numa potência de segunda ordem na Europa e excessivamente dependente da Grã-Bretanha; mais proveito, porque a produção do açúcar, no século XVII, e a extracção mineira, nos seguintes, foram de longe mais vantajosas materialmente para Portugal que o Oriente (Clarence-Smith). O Brasil tinha ainda a vantagem de estar mais perto da metrópole, ser territorialmente homogéneo e menos agreste no clima e doenças tropicais. O Brasil tornou-se numa possessão de fixação, a língua e a cultura enraizaram-se, o esclavagismo africano imperou e a miscigenação frutificou.

Azulejo de Jorge Colaço

Frase de António Enes.

A secessão do Brasil impôs a questão: que fazer? Demandar a África, continente tão desconhecido quão temido, onde imperavam constrangimentos de vária ordem. Constrangimentos que não impediram que, de expedição em expedição científica, de diferendo em diferendo diplomático e sob constantes necessidades de uso da força, Portugal cravasse lança no continente negro firmando aí o terceiro império. Império que, entre 1885 e 1975, passou por fases distintas: desde a definição de fronteiras do território até à sua ocupação efectiva; da construção de um aparelho de Estado ultramarino ao incremento de uma economia biunívoca sustentável; do nacionalismo assente na glória de um império uno e multirracial garante da identidade do Estado, à guerra contra a assunção do direito de autodeterminação dos povos autóctones.

Autores
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia de Referência

- BESSA, Carlos, "Moçambique. Ocupação efectiva peculiar", in Nova História Militar de Portugal, Vol. 3, Coordenação de Manuel Themudo Barata, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.
- ENES, António, A Guerra de África de 1895, Lisboa, Prefácio, 2002.
- FERREIRA, Alexandre A., Moçambique 1489-1975, Lisboa, Prefácio, 2007.
- CLARENCE-SMITH, Gervase, O Terceiro Império Português (1825-1975), Lisboa, Editorial Teorema, 1990.
- d'Ornelas, Henrique Couceiro, Eduardo Costa e Mouzinho de Albuquerque, A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane, Lisboa, 1897.
- PÉLISSIER, René, História de Moçambique. Formação e Oposição 1854-1918, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.
- SELVAGEM, Carlos, Portugal Militar, Lisboa, INCM, 1990.

Foto: CAVE

Local, Dr. José Junqueiro, a Secretária de Estado do Ordenamento do Território, Dra Fernanda do Carmo, assim como o Comando Superior do Exército e os comandantes das três Brigadas. Os presentes puderam ainda percorrer parte de uma estrada rural com cerca de 3000m de extensão, construída pela Unidade de Engenharia 9, obra inserida no aprontamento dos trabalhos horizontais desta Unidade que irá ser projectada para o Teatro de Operações do Líbano no início do próximo mês de Dezembro.

De realçar ainda, o papel primordial das Autoridades Locais, Regionais e Nacionais, bem como Forças de Segurança, Bombeiros e Protecção Civil representadas nas áreas onde fisicamente se desenrolou o exercício, demonstrando uma vontade constante e permanente em apoiar a consecução dos objectivos traçados pelo Exército na sua ligação à sociedade civil.

Texto do *JE* e do Comando das Forças Terrestres.

[1] Representa a aptidão para apoiar a tomada de decisão, comunicá-la e assegurar a sua execução. Desta forma, o exercício do comando pelo Comandante – na forma, tempo e local adequados – assegura a aplicação da força de forma precisa.

Mestre Mónica Ferro

A NATO aos 60 anos o caminho em diante

"Entre hoje e 2020, a NATO será posta à prova pela emergência de novas ameaças, pelas exigências de operações complexas vindas de vários lados, e pelo desafio de se organizar a si mesma de uma forma eficiente numa época em que as respostas rápidas são vitais, a versatilidade é crítica e os recursos escassos."

NATO 2020: segurança garantida; empenhamento dinâmico[1]

Na Cimeira de Estrasburgo/Kehl, em 3 e 4 de Abril de 2009, os chefes de estado e de governo da NATO encarregaram o Secretário Geral de desenvolver um novo conceito estratégico para a Aliança, que deverá estar pronto para ser apresentado na Cimeira de Lisboa em Novembro de 2010. Para esse efeito, o Secretário Geral convocou um grupo de peritos de várias áreas, encabeçados por Madeline Allbright, cujo relatório final lançou os fundamentos para o Novo Conceito Estratégico da NATO – o terceiro na sua longa história. O relatório intitulado "NATO 2020: assured security, dynamic engagement", foi apresentado em 17 de Maio de 2010 e tem servido como o catalisador para o amplo debate em curso.

A NATO, a aliança militar mais bem sucedida do mundo, prepara-se para viver um momento refundador, talvez o mais relevante da sua longa história. Mais

A NATO, a aliança militar mais bem sucedida do mundo, prepara-se para viver um momento refundador, talvez o mais relevante da sua longa história

uma vez, a NATO terá que redigir uma nova declaração de missão, repensar a sua vocação e preparar-se para um mundo cada vez mais complexo, mais rápido, em que a paz e desenvolvimento são faces da mesma moeda e em que a segurança já não é nem exclusivamente militar, nem essencialmente regional: ela é, outrossim, humana e global. E é este o novo mundo da NATO.

Para compreendermos o que está em causa nos 60 anos da Organização e no processo de construção de um novo conceito estratégico, recordemos brevemente a fundação da NATO e a revisão do conceito estratégico em 1999 – dois momentos que traduzem duas leituras, duas mundivisões, e que servem de laboratório para percebermos como a NATO tem sido capaz de se refundar para se manter actual e actuante. Terminaremos explorando algumas das vias abertas para a Cimeira de Lisboa, para o novo ano zero da NATO.

© NATO

Wikimedia Commons

A fundação da ordem dos pactos militares

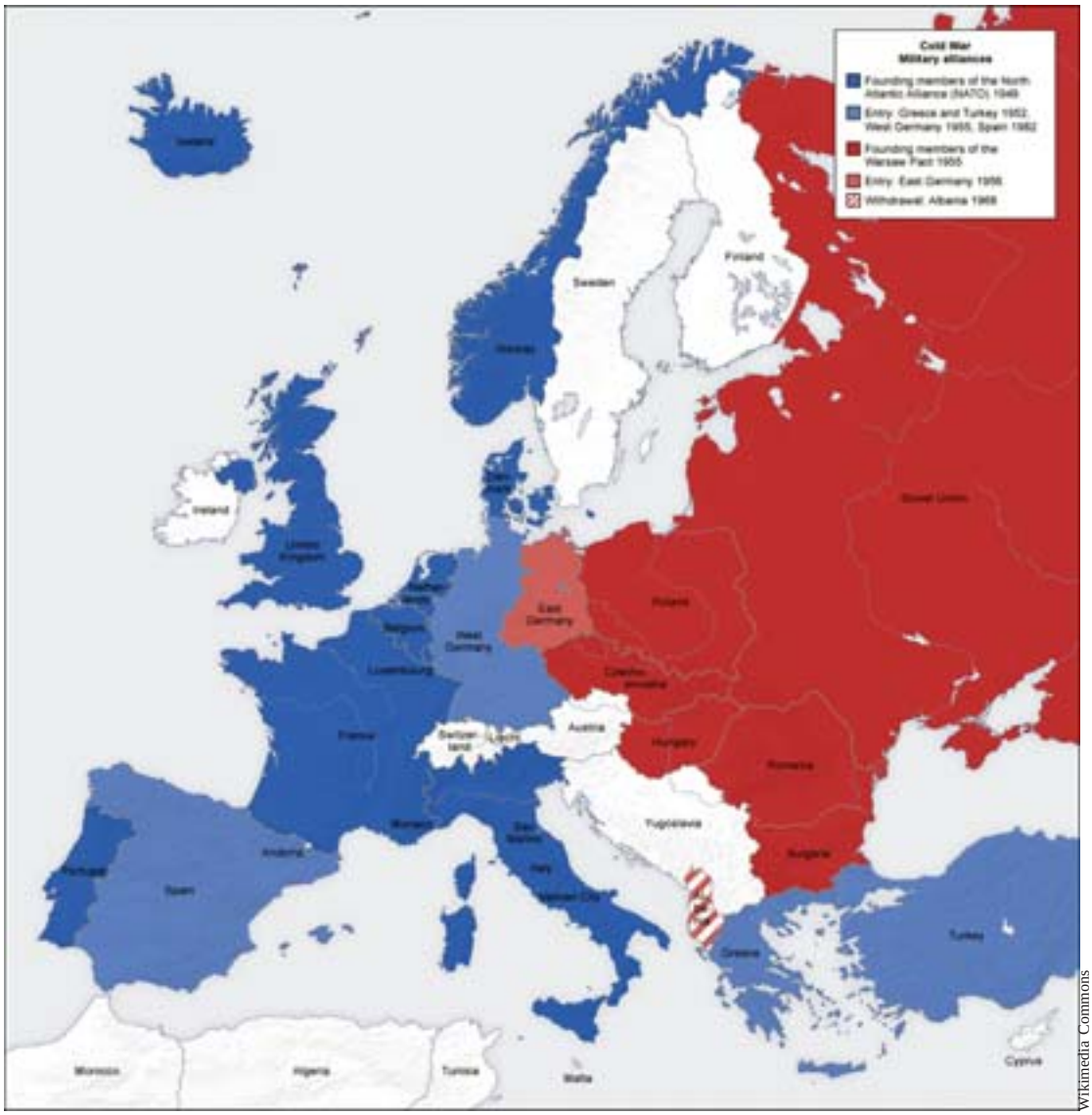
Terminada a segunda guerra mundial, a coligação vencedora rapidamente percebeu que a organização político-ideológica que cada um deles advogava como a melhor para si, para os seus aliados e para o resto do mundo, eram incompatíveis e que essa incompatibilidade rapidamente resultaria numa conflituosidade, mais ou menos aberta. Para além disto, a paralisia do Conselho de Segurança da ONU, logo nos seus anos iniciais, e a incapacidade das potências honrarem o compromisso assumido nas reuniões preparatórias da ONU, convencionado no artigo 43 da Carta, mostrou bem cedo que o mecanismo de segurança colectiva das Nações Unidas não funcionaria como previsto e que seriam necessários planos de contingência.

O momento fundador originário foi a assinatura do Tratado do Atlântico Norte em Washington, em 4 de Abril de 1949, quando os estados fundadores da NATO reafirmaram a sua fé na Carta das Nações Unidas, o seu desejo de viver em paz e a sua determinação em preservar a liberdade, a herança comum e civilização dos seus povos, assentes nos valores da democracia, liberdade individual e estado de direito. Assim reza a profissão de fé, o preâmbulo, do tratado que funda a NATO. Para cumprir estes desígnios, a Aliança constitui-se naquilo que foi sempre apresentado como o protótipo de uma organização regional de defesa colectiva.

Baseados nos princípios da ONU, de rejeição do uso da força nas relações internacionais e da busca

O momento fundador originário foi a assinatura do Tratado do Atlântico Norte em Washington, em 4 de Abril de 1949, quando os estados fundadores da NATO reafirmaram a sua fé na Carta das Nações Unidas.

Wikimedia Commons



Wikimedia Commons

A URSS reage a esta criação através da denúncia dos seus tratados com os seus antigos aliados e através da criação de uma organização comparável à NATO: o Pacto de Varsóvia.

de soluções pacíficas para os seus diferendos internacionais, os estados criam uma organização que não recusa o uso da força numa situação de legítima defesa colectiva – o que está, de qualquer modo, de acordo com os ideais das Nações Unidas.

O artigo 5 estabelece as regras: um ataque armado contra um deles ou contra vários na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque contra todos. Em consequência, os estados da NATO "concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.° da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas mais providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais."

Há aqui uma clara vocação de defesa colectiva, inseridos nas estruturas de paz da altura – o que não poderia deixar de ser pelo facto de os membros da NATO serem, em simultâneo, membros da ONU – que apenas com o fim da guerra fria passará a segurança colectiva.

A URSS reage a esta criação através da denúncia dos seus tratados com os seus antigos aliados e através da criação de uma organização comparável

Wikimedia Commons

Com a queda do muro de Berlim e a extinção do Pacto de Varsóvia abre-se um amplo debate sobre a utilidade da NATO.

à NATO: o Pacto de Varsóvia – as sete democracias populares assinam com ela um tratado de amizade, cooperação e assistência mútua, sendo as forças militares agrupadas sob o comando de um marechal soviético. De facto, nada de novo: "a organização colectiva substitui os tratados bilaterais que instituíam a mesma tutela do poder dominante."[2]

A Guerra Fria está completamente instalada: frente-a-frente encontram-se dois blocos, cada um deles organizado em torno do seu líder.

Os anos de equilíbrio de impotência, de equilíbrio de terror, bipolarismo, *condomínio Estados Unidos da América/União Soviética, Guerra Fria*[3], são anos em que a ordem militar estabelecida em torno das duas superpotências se faz enquadrada em Blocos antagonistas, apoiada em/por Pactos Militares.

Da defesa colectiva à segurança colectiva

Com a queda do muro de Berlim e a extinção do Pacto de Varsóvia abre-se um amplo debate sobre a utilidade da NATO, sobretudo em torno do desaparecimento da ameaça e o da ausência de um sentido motivador da coesão político-ideológica do Ocidente, vulgarmente referido como um inimigo comum.

"Em tempo de paz não há inimigo. Ele só existe quando há guerra e as ameaças não se programam nem se denunciam com antecedência. O que poderá fazer-se é estabelecer um quadro muito amplo de ameaças possíveis e, entre estas, referir as mais prováveis."[4] Daqui resulta um obstáculo fundamental à definição de uma nova ordem e de um novo papel para a NATO: o mundo vive em Paz e o inimigo de outrora é o parceiro de hoje. Parceiro dos Aliados que viveram 46 anos, cerca de duas gerações, preparados para actuarem num "confronto bem demarcado e estabilizado, [com] uma ameaça bem definida, com dois blocos militares opostos, de elevada prontidão e capacidade operacionais, apesar de se viver em tempo de Paz"[5].

Logo após a extinção do Pacto de Varsóvia (Junho de 1991), em 8 de Novembro de 1991, a Cimeira da NATO em Roma define um Novo Conceito Estratégico da Aliança que servirá a missão da organização nos próximos dez anos.

Assim, da ordem dos pactos militares, altamente previsível, a história, que avançou mais rapidamente do que o próprio sonho, surpreendendo os analistas mais atentos, remeteu-nos para uma ordem desordenada, cheia de desafios e de riscos que importa calcular, enquadrar.

Para além disto, há uma nova dinâmica nas relações internacionais, uma dinâmica em progressão aceleradíssima: a da mundialização económica, que necessariamente deverá ser completada por um projecto estratégico global em matéria de segurança."[6]

A NATO durante os seus primeiros 50 anos de existência nunca disparou um tiro; parece-nos paradoxal que tenha sido pela ocasião do seu quinquagésimo aniversário que a Aliança se tenha visto envolvida numa guerra; embora reconheçamos, como o professor Adriano Moreira, que "há cinquenta anos que não há guerra e ainda não parou a guerra."[1]

A Aliança só interveio em dois conflitos e nunca teve a iniciativa nos mesmos. Poucos meses depois da invasão do Kuwait, em Agosto de 1990, e após o Conselho de Segurança das Nações Unidas a ter declarado ilegal, a NATO concorda em enviar aviões de combate para a fronteira da Turquia, com o Iraque como protecção contra eventuais ataques a um país

que faz parte da Aliança e poder-se-ia ver implicado no conflito. A essa força aérea segue-se-lhe o envio de fragatas e navios de diversos países da NATO para exercer acções de vigilância e para actuarem como forças dissuasoras. Durante os 209 dias que durou a Guerra do Golfo foram muitos os membros da NATO que se revelaram contra a intervenção, ainda que na possibilidade de um ataque à Turquia. A Espanha, por exemplo, foi um dos países que declarou que a defesa, a ser necessária, deveria ser levada a cabo pelas forças multinacionais presentes no Golfo e não com efectivos da Aliança.

Em 1992, a NATO volta a estar presente num conflito. Falamos da Guerra na Bósnia. Porém, neste caso a Aliança não disparou um único tiro. Em 13 de Julho, numa operação conjunta com a UEO, a NATO iniciou a verificação do embargo à Sérvia decretado pela ONU. Dois anos mais tarde, a Aliança entra em combate pela primeira vez na sua história, derrubando quatro aviões sérvios que violavam a zona de exclusão aérea. Seria o princípio de outra série de ataques que já não entravam no âmbito da vigilância do embargo, mas que foram autorizados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tanto na Guerra do Golfo como na Bósnia, a Aliança actuou com o beneplácito da ONU. Porém, na intervenção na Jugoslávia a ordem foi, de certa forma, invertida. De facto, mesmo antes de se encetarem os bombardeios à Jugoslávia, a Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Madeline Albright, havia já anunciado a possibilidade de uma actuação da NATO sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a consequente ampliação da área e influência da Aliança. Em Março de 1999, o Secretário Geral da NATO anuncia, em conferência de imprensa, que a NATO iniciou uma operação aérea contra objectivos jugoslavos. Pela primeira vez a Aliança desencadeia uma guerra contra um país soberano com um objectivo humanitário: acabar com a violência no Kosovo contra a população de origem albanesa; também pela primeira vez a Aliança entra em combate sem a autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No dia 4 de Abril, a NATO celebra o seu 50.º Aniversário, no décimo segundo dia de ataque contra a Jugoslávia.

A 24 de Abril do mesmo ano, a Aliança revê o seu Conceito Estratégico, em vigor desde 1991.

Não se considerando adversária de ninguém, afirmando que, mesmo na área Euro-Atlântica, quem tem a responsabilidade primeira pela manutenção da paz e da segurança é o Conselho de Segurança da ONU, declarando a sua intenção em cooperar com os vários esforços regionais e mundiais de segurança internacional, a Aliança elenca uma série de tarefas de segurança fundamentais que podem conduzir ao desenvolvimento de parcerias, cooperação e diálogo com outros que partilhem do mesmo objectivo político. Essas tarefas são de segurança, de consultadoria, de dissuasão e defesa, de gestão e condução de crises e de parcerias.

Daqui em diante, a Aliança não conhece limites

Tanto na Guerra do Golfo como na Bósnia, a Aliança actuou com o beneplácito da ONU. Porém, na intervenção na Jugoslávia a ordem foi, de certa forma, invertida.

www.aereo.jor.br

EMGFA

geográficos.[7] As áreas onde a NATO poderá vir a actuar são concêntricas, e a saber: a definida no artigo 6 do Tratado de Washington, para a defesa dos seus membros, de acordo com o artigo 5 do mesmo Tratado; a área Euro-Atlântica, para a preservação da segurança e da paz, e para a condução de crises; a região circundante da área Euro-Atlântica, cuja evolução política acompanhará e onde poderá intervir para evitar que qualquer crise prejudique a segurança no interior daquela área ou a segurança de qualquer membro da NATO.

Da Cimeira de Washington nasce uma nova NATO para actuar numa nova Ordem Internacional Mundial. Das exigências mais prementes quanto à capacitação da Aliança para o século XXI, aprovou-se a redefinição das funções da Aliança, dos métodos e uma ampliação do âmbito de actuação. De facto, a complexificação sistémica gradual e a extensão progressiva da envolvente geopolítica trazem novas noções fundamentais emergentes do novo contexto dos relacionamentos; falamos de noções como o poder funcional dos pequenos estados, evidente na flexibilidade negocial em coligações alargadas e os interesses complementares das áreas periféricas estrategicamente envolvidas. São estes novos condicionantes que serão causa e consequência da revisão do Conceito Estratégico da NATO de 1999.

O Processo em Curso – a mundialização da NATO?

Tão importante quanto o destino é o caminho para a ele se chegar. Isto é, o processo de discussão e de aprovação de um novo conceito estratégico provoca uma reflexão profunda sobre o lugar da NATO na arquitectura de paz do novo milénio, sobre as ameaças reais, percebidas, actuais e emergentes e sobre quais os meios que deverão ser colocados à disposição da Organização para que esta consiga executar o seu mandato. A montante provoca, ainda, a discussão sobre o papel e a relevância de uma organização internacional com a vocação e a memória institucional da NATO.

Entre o mundo de 1999, quando alguns acreditaram que tínhamos chegado ao fim da história e que a NATO havia sido esvaziada de competências, pois o seu inimigo tinha implodido, e o mundo de hoje os conceitos de segurança, de ameaça e de mecanismos de construção e consolidação da paz sofreram uma mutação – mais complexidade e mais conteúdo operacional, que faz com que seja urgente um novo consenso transatlântico sobre a missão da NATO. De facto, qualquer organização internacional para se manter actual e para potenciar a sua eficácia tem que, com alguma frequência e alguma facilidade, poder actualizar os seus textos fundadores. Aqui, a prudência exige que essa revisão não seja frequente ao ponto de poder ser encetada de ânimo leve e perder-se o espírito dos fundadores, mas também não ser tão rara que ponha em causa a capacidade de adaptação da organização. E parece-nos que três conceitos estratégicos em 60 anos não revela um excesso de revisionismo pelos estados membros.

Contudo, há claros sinais de que esta mudança é, mais do que pertinente, fundamental. Em 1999, a NATO tinha 19 estados membros, hoje tem 28. Em 1999, o terrorismo era imprevisível mas, os seus actores eram conhecidos, bem como a sua agenda, hoje o terrorismo é transnacional, apocalíptico e a agenda fluida. Ameaças como a fragilidade dos estados (que em casos extremos pode levar ao colapso do próprio estado), a garantia da segurança energética, a ligação entre alterações climáticas e conflitos (pela disputa de bens escassos, por exemplo), a proliferação nuclear, as novas guerras, entre outras, não existiam no léxico das relações internacionais. Se a NATO aspira a ser a garante da segurança global à luz do novo paradigma de segurança humana, deverá estar preparada para enquadrar estes desafios, bem como as suas respostas. Para isso, é necessário um novo conceito mas também uma reestruturação orgânica.

O novo Conceito Estratégico será não apenas um documento analítico. Também terá que dar orientações específicas aos governos da NATO sobre como eles têm que transformar ainda mais a Aliança e as suas estruturas de defesa e capacidades nacionais para poderem cumprir com sucesso as tarefas fundamentais da NATO no século XXI. O Conceito Estratégico também deverá dar à opinião pública dos países da Aliança, e para além deles, uma percepção clara sobre porquê é que a NATO ainda interessa e como, em muitas maneiras, está a ajudar a que estejam mais seguros.[8]

Como se está a construir o novo Conceito?

O processo pretendeu-se o mais alargado e inclusivo possível e envolver e consultar amplamente todos os Aliados. O processo deverá ainda envolver os países das parcerias, tais como os do Conselho da Parceria Euro-Atlântica, do Diálogo para o Mediterrâneo e da Iniciativa de Istambul. Como a NATO se insere num mundo de organizações internacionais, com as quais tem

relações de grau variável, dever-se-ão identificar os principais actores e envolvê-los no processo (nomeadamente a ONU e a União Europeia). Também a sociedade civil foi envolvida no processo.[9]

Trabalhando por fases, o Grupo de Peritos já completou a primeira com a entrega do Relatório "NATO 2020". Está agora em curso a segunda fase de apresentação das recomendações e análises aos estados e de auscultação das suas posições e sugestões – uma fase dita de consulta. Depois das fases de reflexão e de consulta, o Secretário Geral (SG) desenvolverá o resto do trabalho apresentando o seu relatório aos estados membros. O relatório "NATO 2020" não é vinculativo mas, por certo influenciará o debate pois congrega muitas sensibilidades e trata algumas das questões mais pertinentes para a NATO de 2010. Com base nas reacções a este, o SG preparará um primeiro *draft* do novo Conceito Estratégico para ser debatido entre os Aliados em Setembro de 2010, na preparação da Cimeira de Novembro. Se for aprovado pelos chefes de estado e de governo na Cimeira de Lisboa, tornar-se-á no terceiro Conceito Estratégico da NATO.

Que novo Conceito Estratégico

Das propostas em cima da mesa, do relatório do grupo de peritos, o que resulta é que a NATO precisa de se adaptar, mas não precisa de uma transformação radical. Os seus pilares fundamentais continuam actuais e sê-lo-ão em 2020. Falamos do objectivo central: a salvaguarda – por meios políticos e militares – da liberdade e segurança de todos os seus membros; da necessidade de os meios militares da Aliança serem capazes de dissuadir qualquer potencial agressão contra a Aliança, bem como garantir a independência política e integridade territorial dos seus membros do eixo transatlântico; da indivisibilidade da segurança dos Aliados; da partilha de papéis, riscos e responsabilidade entre os seus membros; da busca de uma solução pacífica para todos os diferendos; e da interacção com todos os que partilham da missão da NATO – estados, organizações internacionais e ONGs.

Partindo destas premissas, o Grupo advoga uma NATO regional e não global – num aparente reconhecimento de que a Aliança tem uma disponibilidade excessiva para assumir novas tarefas, em busca de novas áreas de influência, por receio de perda de relevância[10] - a autoridade e os recursos da Aliança são limitados e não deverá levar a cabo missões que possam ser desempenhadas com sucesso por outros países ou organizações[11].

© NATO

Há claros sinais de que esta mudança é, mais do que pertinente, fundamental. Em 1999, a NATO tinha 19 estados membros, hoje tem 28.

O compromisso fundamental da NATO deverá ser sempre com a defesa colectiva, e embora um ataque directo contra o território da Aliança não seja provável, a NATO deverá aumentar a sua protecção contra ameaças não convencionais (armas de destruição maciça, ataques terroristas, ataques cibernéticos destruição de linhas de abastecimento). Aqui o problema prende-se com a possibilidade de desencadear o artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte. O Grupo sugere que "a avaliação da sua eventual equivalência a um ataque armado seja feita caso a caso e decidida pelo Conselho do Atlântico Norte em função da natureza, origem, âmbito e outros aspectos do desafio em questão. No fundo,

Wally Gobetz - Wikimedia Commons

No actual contexto de segurança, uma agressão/atentado contra a soberania e integridade territorial de um Estado-membro pode revestir-se de formas diferentes das de um ataque armado clássico.

trata-se de passar a admitir que, no actual contexto de segurança, uma agressão/atentado contra a soberania e integridade territorial de um Estado-membro pode revestir-se de formas diferentes das de um ataque armado clássico. Aliás, foi nesta base que a NATO concordou em invocar o artigo 5º, na sequência do 11 de Setembro.[12] "

O Grupo dedica atenção ao carácter de comunidade política que a NATO tem assumido e defende um maior uso dos mecanismos de consultas do artigo 4.º para a prevenção e gestão de crises, na previsão de uma "Nova Era de Parcerias," em que estas parcerias passem a ocupar um lugar central no trabalho diário da Aliança. Estes são os alicerces para uma abordagem integrada aos problemas complexos e nesta óptica a NATO deverá reconhecer que não está bem preparada para assumir todo o tipo de funções – tarefas como reconstrução económica, reconciliação política, melhor governação e reforço das sociedades civis são tarefas que devem ser deixadas a governos e outras organizações mais vocacionadas para estas acções. A Cooperação com a Rússia e a Política de Porta Aberta são outros pontos de destaque, assim como, a Transformação e Reforma Militar, com novas capacidades para uma nova era; uma preocupação de reforço do regime de não proliferação nuclear; a resposta ao aumento do perigo de ataques cibernéticos; a implementação

O compromisso fundamental da NATO deverá ser sempre com a defesa colectiva, e embora um ataque directo contra o território da Aliança não seja provável, a NATO deverá aumentar a sua protecção contra ameaças não convencionais.

© NATO

© NATO

Na Cimeira de Estrasburgo/Kehl, em 3 e 4 de Abril de 2009, os chefes de estado e de governo da NATO encarregaram o Secretário Geral de desenvolver um novo conceito estratégico para a Aliança, que deverá estar pronto para ser apresentado na Cimeira de Lisboa em Novembro de 2010.

de reformas para criarem uma Aliança mais ágil.

Todos estes temas estão a ser debatidos no seio da Aliança e pelas sociedades civis que reivindicam um papel mais activo nestes processos que os têm por destinatários. O resultado será em breve conhecido em Lisboa.

Conclusão

De paradigma da organização regional de *defesa colectiva* assente na dicotomia nós e os outros, plasmado exemplarmente no artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte, a NATO é a estrutura que sobrevive à Ordem dos Pactos Militares; a queda do Muro de Berlim leva-a para um novo ambiente estratégico em que os outros se aproximam de nós para que, em conjunto, tratemos da nossa *segurança colectiva*. É o tempo do regresso à ONU, é o início do tempo em que, com a União Europeia, se faz da Europa uma comunidade de segurança que pode inspirar outros espaços. Com a ONU e com a UE, a NATO tenta encontrar uma divisão do trabalho que permita partilhar tarefas e custos mas, sem perder identidade e sem perder a sua vocação para acção. Uma tarefa que nem sempre se adivinha fácil, pois é olhada com suspeição pelos estados não alinhados e por alguns membros proeminentes da ONU e que tem que ir buscar os seus recursos (financeiros, logísticos e humanos) a um conjunto de estados que também estão empenhados em reforçarem a arquitectura de segurança europeia.

E esses desafios prolongam-se para os dias de hoje. E o tempo actual, esse é um de *segurança global*. O tabuleiro onde se joga a segurança é mundial, com personagens novas, ameaças novas, guerras novas… o regime de não proliferação é testado aos seus limites e as alterações climáticas revelam todo o seu potencial para gerar conflitos. Os estados frágeis quando falham ameaçam a segurança global pela instabilidade que criam, pela criminalidade que floresce nesses territórios e pela ameaça que constituem para as suas populações e para as populações de estados vizinhos. A segurança humana afirma o indivíduo como referente da segurança e anuncia novos fornecedores de segurança que roubam a exclusividade ao estado. As crises financeira e económica globais questionam a forma como os recursos são alocados pelos estados e a sociedade civil, cada vez mais organizada, reivindica uma redução nas despesas da defesa. Será que o melhor instrumento para lidar com estas forças de desagregação e instabilidade é uma aliança de segurança? Quão global está a NATO preparada para o ser? Qual é a percepção e quais são as expectativas que os estados membros têm sobre o que deve ser a Aliança? Que visão e que missão conceberá a NATO para si mesma?

Acresce a estas perguntas uma outra: será que esta revisão do conceito estratégico não será apenas um exercício de cosmética institucional e que a verdadeira revisão será feita mais adiante, em 2020? Creio que seria uma oportunidade perdida o não aproveitar a mobilização política e mediática que tem sido feita em torno deste debate.

O mundo está mais perigoso – é a *vox populi* e é a constatação que uma análise mais detalhada reforça. A necessidade de um esquema de segurança mundial – à luz da Carta das Nações Unidas – e de uma estratégia global favorece o lugar da NATO como aliança militar com uma história a partilhar, como facilitador de parcerias, prestador de assistência… a comunidade política que a Aliança soube mobilizar poderá ser globalizada, não pela acção da NATO, mas sim pelo efeito de demonstração, que poderá ser replicado noutras paragens. É este o grande legado de 60 anos.ع

[1] Cfr. Adriano Moreira, Timor independente reforça lusofonia, Visão, 13 de Maio de 1999.

[1] NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement. Analysis and recommendations of the Group of Experts on a new strategic concept for NATO, 17 de Maio de 2010. Disponível in http://www.nato.int/strategic-concept/index.html.

[2] Cfr. Jean Heffer, Michel Launay, *A Era das Duas Superpotências*, 1945-1973, p. 244.

[3] Adriano Moreira, várias obras.

[4] Cfr. António Emílio Sacchetti, *Ameaças em Tempo de Paz*, Diário de Notícias, 25 de Março de 1991, artigos compilados in Segurança Europeia, (1989-1995), ISCSP, Lisboa, 1995, p. 57.

[5] Cfr. idem, ibidem, p. 57.

[6] Cfr. Ignacio Ramonet, *Novel Ordre Global*, Le Monde Diplomatique, nº 543, 46º année, Juin, 1999, pp. 1, 4, 6.

[7] Cfr. António Emílio Sacchetti, NATO, *Guerra e Declaração de Guerra*, 1 de Maio de 1999.

[8] http://www.nato.int/strategic-concept/what-is-strategic-concept.html.

[9] Para ver mais sobre o processo e sobre a forma como a sociedade civil, por exemplo, foi envolvida ver http://www.nato.int/strategic-concept/what-is-strategic-concept.html.

[10] Almirante Reis Rodrigues, "O Relatório Albright," 18 de Maio de 2010, in Jornal de Defesa e Relações, http://www.jornaldefesa.com.pt/pesquisa.asp.

[11] NATO 2020, p. 9.

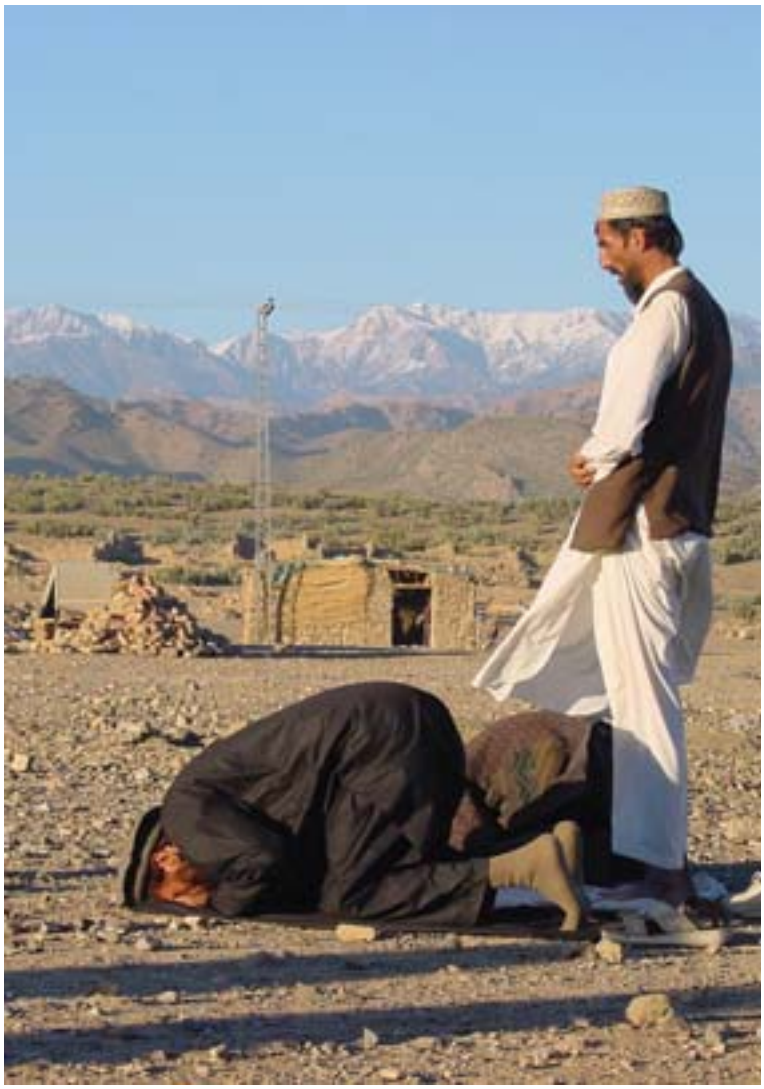
[12] Almirante Reis Rodrigues, "O Relatório Albright."

Sargento-Ajudante António José Rodrigues*

A Porta da Kasbah

Aquém daqueles dias do Sulstício (Última parte)

Situada num vale profundo de clima continental, muito quente no Verão e pouco chuvoso no Inverno, Meca, em árabe Makkah, «*al-mukarrama*» («a bendita», ou «*'umm al-kura*», «a mãe das cidades») deve a sua existência inicial a ter sido ponto de paragem na rota das caravanas e à presença de uma nascente de água ligeiramente salobra denominada «zamzam». Por se encontrar num ponto de intersecção das rotas das caravanas que viajavam do oriente para o ocidente e do sul para o norte, a fazer a ligação do Iémen com a Síria e o Egipto e do golfo Arábico com o mar Vermelho, o local acabou por ser habitado desde tempos muito remotos. Os guardiões das rotas, encarregados da protecção das caravanas, montaram os seus comércios perto da fonte e dedicaram-se a dar de beber e de comer a homens e animais, criando ainda um lugar de culto a uma «pedra levantada», talvez a própria «pedra negra» da Ka'bah, reminiscência dos cultos mais antigos das pedras divinas difundidas na zona arábica no período das religiões pré-islâmicas, que teria sido encontrada naquele lugar.



«*Em cada um de nós há um segredo, uma paisagem interior com planícies invioláveis, vales de silêncio e paraísos secretos.*» (Saint-Exupéry)

No plano escatológico, o beduíno vê-se a si mesmo a ter no céu («*as-sama*») aquilo que lhe faltou na terra. No deserto, vive e dorme sob as estrelas, enquanto no paraíso terá leitos suaves. Na terra, alimenta-se de tâmaras, ao passo que no paraíso lhe bastará estender a mão para dispor de todos os frutos que desejar. No deserto, está habituado a ver a cor sempre igual de areia e terra queimada, no paraíso contemplará o verde. As suas mulheres, na terra, depressa mirram e tornam-se feias, mas no paraíso terá belas huris, «virgens de grandes olhos semelhantes a pérolas genuínas e cuja virgindade se renova continuamente», «rostos suaves, encantados com o esforço efectuado no «jardim das delícias» («*al-jannati an-na'im*»), onde há uma fonte de água fresca corrente, regatos de mel – um deles, célebre, é o Kawthar; os outros mencionados no Alcorão são o «Salsabir» e o «Tasnim» –, leitos estofados artisticamente e almofadas em fila e tapetes estendidos, e em torno deles efebos sempre jovens, com taças, gomis e copos de bebida límpida e a carne das aves que desejarem e bananeiras entrelaçadas e largas sombras e águas correntes e frutas com abundância, para os "companheiros da direita" («*al-yamin*»)» (Alcorão, «*surah al-ghashiyah*», LXXXVIII).

Neste meio o elemento sobrenatural detém igualmente uma reputação considerável em quase toda a vivência diária, nos contos e lendas, prelúdio das antigas fábulas (no singular, «*al-usturat*»). Crenças pré-islâmicas que se crê tenham surgido para lá dos rincões do Hijaz, isto é, «barreira» (um autêntico paredão de escarpas montanhosas e rochas primárias, metamórficas ou vulcânicas, no qual certos cumes se elevam aos 3.000 metros de altitude), a cadeia montanhosa que separa a Tihama – considerado como o lugar onde habitam os «*jinn*», «*al-jinun*» («*ahl al-jan*») ou «*al-afarit*» (no singular «*al-'afrit*» ou «*al-ifrit*»), pequenos génios que se manifestam sob a forma de serpente – do Nedjed, termo muito antigo que significa «terra elevada», na parte nordeste do actual Reino da Arábia Saudita, constituída pelo maciço de Sarat que, desde Al-Lit, a sul, até 'Aqaba, a norte, domina o mar Vermelho e que, mais a sul, no vale de fontes e palmares de Uadi-l-Qura, entre El-'Ela e Madinah, a história nos legou a alma das grandes artérias comerciais da Antiguidade, pois que aí se descobriram inscrições mineias, sabeias, lihanitas e tamudeias, que provam a grande importância da rota de cáfilas que atravessava esse itinerário.

«*Jinn*», «*jinniyeh*», «*ifrits*», «*ghul*», monstros, gigantes e anjos são algumas dessas criaturas que povoam frequentemente esse imaginário. Os «*jinn*» são benfazejos, ao passo que os «*ifrits*» se divertem com o mal que podem fazer às criaturas terrestres. Há dois tipos de forças que controlarão os humanos: forças positivas, onde se incluem, obviamente, Deus e os Anjos, que satisfazem os desejos dos bons (presenteando-os com filhos ansiados ou ajudando a encontrar um tesouro esquecido) e, por outro lado, castigam os maus, os descrentes e aqueles que tentam causar sofrimento aos outros; e forças negativas, como os «*ifrits*» e monstros. As forças benignas sobrepõem-se sempre às malignas sem, no entanto, possuírem poder suficiente para as destruir e irradiar. A palavra «*ifrit*», no fundo, designa um ser sobrenatural, um génio encantado, ao mesmo tempo maligno e esperto. Pode também aplicar-se a pessoas que tenham essas características.

Já os «*jinn*» serão génios mágicos da mitologia árabe, seres encantados cuja origem remonta à era pré-islâmica. «*Jinn*» será uma suposta criatura situada algures entre os humanos e os espíritos, que seria assim chamada por provir do verbo «*janna*», que significa «ser obscuro e indistinguível» (quando aplicado à palavra «noite») e que pode significar, também, «enlouquecer». Entre as palavras dele derivadas, há «*junun*» («loucura») e «*majnun*» («louco»). Nesse segmento, a legião de «*jinn*» é invisível, porém capaz de surgir a qualquer momento. Há um número assombroso de «*jinn*», pois diz-se que haverá quarenta legiões deles actualmente em existência. E cada legião será formada por seiscentos mil «*jinn*»!

Os «*jinn*» estarão separados em cinco classes: o primeiro grupo será o dos «*marid*», o segundo os «'*ifrit*», o terceiro «*shaitan*», o quarto os «*gillant*» e o quinto os «*jann*». Os «*jinn*» podem tomar a forma de qualquer animal. Julga-se que são compostos de fogo e que, se forem mortos (nem todos os «*jinn*» são imortais), o fogo que está nas suas veias os consome até que sejam reduzidos a cinzas. O rei e governante dos «*jinn*» será Salomão, filho de David, e nenhum outro homem jamais obteve semelhante poder sobre eles. Existirão «*jinn*» bons e danosos, sendo que os sãos permanecem do lado direito do trono do rei Salomão, enquanto que os maus ficam à sua esquerda – é curioso notar, se se buscar comparações, que os personagens maquiavélicos da pantomima inscrevem-se sempre «à esquerda».

Os «*jinn*» muitas vezes levam um ser humano consigo, revelam-lhe onde se esconde um tesouro ou, como no caso da lenda de Sindbad, o marinheiro, montam-se nas suas costas e aí permanecem. Acredita-se que a principal morada dos «*jinn*» sejam as montanhas de Kaf que, conforme pensavam os árabes antigos, cercavam toda aTerra. Naquele tempo os árabes, assim como muitos outros povos, acreditavam que o mundo era plano. No fundo, o «*jinn*» será um ser invísivel dotado de poderes mágicos. A crença comum diz que os «*jinn*» são demónios com cascos nos pés e faces de bode. Há também a crença de que os «*jinn*», tal como os humanos, estão igualmente empenhados na busca de Deus e que, do mesmo modo, se encontram entre eles indivíduos vocacionados para o bem e outros para o mal. São, em suma, os «génios» que abundam na literatura árabe, como por exemplo, o génio da lâmpada, na história de Aladino.

Paralelamente à componente sobrenatural, surgem outros elementos, os mágicos, que continuamente socorrem o herói nos momentos mais delicados e o ajudam, em caso extremo, a chegar com êxito ao fim do seu esforço. Esses recursos podem ser anéis, três pêlos de cavalo, uma bola de cristal, talismãs de chumbo, tapetes voadores, lamparinas...

«*Viaja dentro de ti mesmo, e reflecte, como a mina de rubis, os raios de sol para fora de ti. A viagem conduzirá o teu ser, transmutará o teu pó em ouro puro*» (Rumi)

Na quietude da noite, e já depois de ter suportado os 45 graus de temperatura diurnos e mais de cinco horas jornadeando de camelo percorrendo as margens do «uadi al-hamda», num momento único de admirável vigília, quando se estende o corpo e a alma e ambas se plasmam e se tornam permeáveis a uma outra visão de si, a albergar dese-

jos no coração e a guardar ilusões no espírito, enquanto contemplava o imenso espaço penetrando as estrelas cintilantes do brando céu, no sítio onde se faz a osmose entre o paroxismo das coisas verdadeiras e sensíveis e nos procuramos descobrir, o saudita Rashid, de rosto oval e dois olhos que se assemelhavam a receptáculos de luz, de animação, de alma, de alegria, de compreensão, um dos meus incomparáveis guias e prodigiosos companheiros anfitriões, por quem soube também muita história passada e presente da Arábia, aproximou-se e parou à minha frente.

Passando as mãos ásperas pelas barbas que lhe caíam sobre o peito e enrolando o seu belo rosário de coralinas, de níveo conjunto «*thub*» (vestimenta comprida, parecida com uma camisa, usada pelos sauditas e cuja tradição manda que seja feita de algodão branco, embora durante os meses frios do Inverno é frequente usarem-na num tecido mais grosso e com uma tonalidade mais escura) e «*ghutra*» (coberto ou "toucado" que os árabes usam na cabeça) e negro «*ikhaal*» (cordão negro usado no topo do "toucado" dos árabes), dirigiu-se a mim com uma determinação tal que parecia caminhar sobre neve. Fez uma ligeira vénia com a mão direita sobre o coração.

"*Assalamu 'alaikum*!", cumprimentou-me com a sua irresistível simpatia. Fixou-me demoradamente nos olhos como que para tentar decifrar como eu estava. Com decorosa amabilidade, começou a recitar uma estranha melopeia, incompreensíveis palíndromos, trocando comigo uma espécie de diálogo de saudação, interpelando mais ou menos isto: "*Ualalu, ó al-bortu'ali* (português) *akh Yussuf*! Como estás, ó irmão dos beduínos? *Smallah*, o céu é favorável à tua saúde? *Anta mabsut maa al-bisa fi-r-rubz al-khali*?... Estás contente com a tua viagem pelo «Quarto Vazio»?..."

A tudo isso eu respondia com um "*Al-hamdu li-llah. Allah al-uahid badiq yah sadiqii*!", que quer dizer "graças a Deus! Que Deus, o Único, vos conduza, meu amigo!", "*Ka'amni fil-janna*!", "sinto-me como se estivesse no paraíso!". Trocámos este diálogo por três vezes, até que ele, mastigando um pouco de seco «*kishk*» (planta de forma triangular, cujas sementes são geralmente de sabor picante), ocupou um lugar em volta da fogueira, e se me dirigiu desta forma: "Esquece, meu amigo, por um momento, as tristezas e as aflitivas preocupações. Aproxima o teu coração das obras em que acreditas para que delas possas colher as tâmaras mais doces da beleza e da verdade, procurando conquistar grandes vitórias. Gozarás da saúde do corpo e da lucidez da mente".

Permaneci silencioso, limitando-me a olhá-lo de sorriso ensimesmado. Há, de facto, palavras que nos beijam. Afinal, a exuberância daquele intrigante conselho é comum e insuperável no mapeamento da alma humana. A fantasia nem sempre é fantasiosa mas, muitas vezes, supera a fria razão na captação da realidade. E a dulcificada fragrância do chá de menta envolveu-nos naquele instante.

Enquanto o escutava, observava meticulosamente tudo em redor e assumidamente admirava as razões de valorização desta comunidade, a sua ancestralidade e idiossincrasias, impondo-se aqui, o percurso que leva de volta à realidade primeira do homem árabe, o nómada, o beduíno (de «*badauii*», «estepe»), andarilho dos mares de areia, submerso na solidão tórrida do meio-dia ou no fascínio gélido

Domesticado por volta do ano 2500 a.C., capaz de transportar cargas que chegam a atingir os 200 Kg, percorrer distâncias de 300 Km num só dia e resistir seis semanas sem beber no Inverno e vários dias seguidos no pico do Verão, animal de nomes múltiplos, consoante o número dos seus usos, é a providência do nómada e sinónimo de vida.

da noite do deserto, lugar familiar, berço e até sudário, manancial do questionamento e da resposta, aureolado de angústia, de sofrimento, de coragem, mas também de intimidade e de beleza, sobretudo por ser o mentor do encontro do homem consigo mesmo, sem outra mediação, a não ser a do silêncio que, eloquentemente, o povoa.

Segundo as mais recentes investigações antropológicas, os beduínos constituíam a grande maioria da população do Hijaz e do Nedjed durante o período pré-islâmico. Bem protegidos pelo seu sistema tribal, baseado na pureza da raça, e pelo seu género de vida, os beduínos mantiveram-se algo refractários ao progresso social. Na vida moderna os costumes são diversos, porém o facto é o mesmo: o beduíno nunca deixou de ser errante nem de ter tenda. Simplesmente, nalguns casos, essa tenda petrificou-se e fez-se casa. No entanto, apesar da aparência rude e da sua inclinação quase instintiva para a solidão, não se deve confundir um beduíno com um bárbaro. A sua atitude decidida, os pensamentos, a agudeza das réplicas e a desenvoltura com que recebe o estrangeiro dariam muito mais a impressão de um homem senhoril e refinado. Em condições favoráveis é capaz de assimilar os progressos mais ingentes, pois é dotado de uma grande capacidade de adaptação. Em Petra, assim como em Palmira e Hira, deu provas dessa singular capacidade. Este iletrado apreciou e cultivou apaixonadamente uma poesia culta, mais rica talvez em expressões sentenciosas do que em ideias, à qual não faltava por outro lado nem harmonia nem originalidade, nem sobretudo uma extraordinária variedade de formas, em geral arcaicas.

Se a língua reflectisse a imagem de um povo, a língua árabe colocaria os beduínos entre os povos mais evoluídos. Uma estrutura gramatical surpreendente, grande abundância de formas e uma extraordinária riqueza de vocabulário constituem as propriedades filológicas essenciais deste idioma do deserto. Ao manter-se nómada, o árabe soube elevar a vida pastoril à categoria de civilização. O clima são do deserto desenvolveu nele músculos de aço e um temperamento particularmente resistente. A vida livre que levava, a transumância, a necessidade de assegurar a sua própria salvaguarda e a da família e do rebanho, desenvolveram nele a sagacidade, a clarividência e os dotes de observação.

O deserto áspero em que ele arma a sua tenda obriga-o a viver, com os seus, no isolamento. A solidão feroz exaspera o seu individualismo nato, endurece a alma e diminui a sensibilidade, mas leva-o ao mesmo tempo a não contar com ninguém e a extrair de si próprio o máximo de energia para sobreviver em circunstâncias difíceis. O clima duro do deserto elimina impiedosamente os indivíduos incapazes de tal esforço.

A solidão não origina apenas defeitos. Com efeito, estabelece-se uma certa solidariedade entre clãs ou indivíduos em dificuldades. Esta expressa-se pela hospitalidade («*ad-diiafa*») e pela generosidade, embora raramente sejam desinteressadas, quando não se ficam por meros princípios e intenções. Uma certa humanidade pode surgir por vezes na sua conduta: se bem que o beduíno não tenha nenhum escrúpulo em despojar um viajante perdido, sem protector oficial, no território da sua tribo, nem em saquear o acampamento de uma tribo inimiga ou um povoado sedentário na periferia do deserto, não exercerá nenhuma violência sobre a sua vítima se esta não lhe opuser resistência.

O conceito de honra nos árabes radica-se em sentimentos solenes que lhes são frequentemente mais importantes do que a sobrevivência. O beduíno é altivamente orgulhoso, tenaz, individualista e generoso. Apreciador do risco e do combate e um apaixonado pelos deleites do amor, está sempre pronto a defender pela força os seus direitos, dignidade pessoal e honorabilidade, se necessário com absoluto desprezo pela própria vida - asserção que, por vezes, assume aspectos de deturpada firmeza e poderá, salvo as devidas proporções, ajudar a compreender, nos tempos actuais, a desapiedada conduta de certos comandos árabes.

«*Encontrar-te-ei no regresso de algures, a sete dias de camelo daqui, no sítio onde a areia é mais suave, onde duas pedras se olham...*» (expressão tuaregue)

Casta briosa, áspera e agreste pela vicissitude e inclemência que a vida intemporal do deserto infunde, de compleição vigorosa e o estoicismo necessário para suportar as privações de vida do deserto, os beduínos formam entre si um laço de fortíssima solidariedade («*al-asabiyya*»), pujado num ideal moral feito de perseverança, de resistência e de honra.

De trato alegre e orgulhosa cortesia, fazem da sobriedade física e espiritual a sua virtude cardeal. Leais – para quem a traição é o pior de todos os crimes –, tenazes, orgulhosos da sua progénie, qualquer beduíno é capaz de nominalmente narrar a sua linhagem («*an-nasab*») desde as mais remotas gerações. Sob as estritas regras da hospitalidade beduína («*al-ikram ad-daif*»), qualquer estranho é bem acolhido, deixado à vontade e alimentado durante três dias antes que se possa decentemente começar a fazer-se-lhe perguntas.

O beduíno do «*jabbaya*» (pano bem apertado que cobre a cabeça, protegendo-o contra o sol e as noites frias), das caminhadas colectivas com a corcova dos camelos por montada, na oscilação dos palanquins onde se abrigam as mulheres, dos acampamentos rudimentares engenhados de tendas em pele de cabra, impermeáveis e constantemente levantados, conhece apenas o sustento frugalmente à base de alimentos crus, de lacticínios, tâmara («*at-tamr*») dos oásis, «*khubz*» (pão ázimo), carne de carneiro, de camelo ou de caça (caracais, ratéis e hiraxes), servindo-se como companhia nessas garradas do esguio cão de caça saluki, slugui ou slughi, um belo parente do galgo.

Para todo o lado onde necessite de se deslocar, a sobrevivência continua ligada ao movimento e, como tal, o camelo, mais precisamente o dromedário de uma bossa, é o melhor recurso do beduíno. Domesticado por volta do ano 2500 a.C., capaz de transportar cargas que chegam a atingir os 200 Kg, percorrer distâncias de 300 Km num só dia e resistir seis semanas sem beber no Inverno e vários dias seguidos no pico do Verão, animal de nomes múltiplos, consoante o número dos seus usos, é a providência do nómada e sinónimo de vida. Dos seus pêlos, tendões e da lã fazem-se cordas para mantas, tecidos e tendas. Do couro, «*guerba*» (odres para a água) e sandálias. O esterco torna-se combustível e a urina serve como anti-séptico para tratar feridas e até como prolífico purgante. Inestimável, pese o seu volátil temperamento e irritante blaterar, o camelo é objecto de um imenso corpo de folclore através de todo o Médio Oriente. Chegam-se a ensaiar danças reverenciais com eles, à noite, em redor das fogueiras do acampamento. A marcação dos camelos, com um ferro em brasa, ou «*uasum*» é comum, entre os nómadas da Arábia. É uma espécie de mezinha. Os beduínos chamam ao camelo «*ata' Allah*» («dádiva de Deus»). Glosam eles: Deus tem «cem Nomes Belos» ou «Atributos» («*al-asma Allah al-husna*»). Desses, o Homem conhece apenas 99. O camelo conhecerá o 100º, mas não o revela – o que, segundo o folclore beduíno, ajuda a explicar aquele seu ar de altivo desdém...

Outra virtude, mais discutível, que o poeta atribui ao beduíno é a valentia. Embora alguns indivíduos ou clãs isolados possuam esta virtude, em geral a bravura não é uma qualidade destacada do beduíno. É muito mais um altaneiro e com

frequência considera os actos de valentia como um risco gratuito. Concede à astúcia uma importância preponderante na sua acção. Prefere surpreender o inimigo e utiliza a debandada como estratagema de guerra. Realmente só combate quando se vê obrigado a isso para sobreviver ou defender os seus. Morrer pela tribo parece-lhe irrisório: «Fraco consolo» – exclamava o poeta 'Antara – «que as mulheres venham chorar sobre o meu túmulo! Acaso as suas elegias me devolverão a vida?». O beduíno é um extraordinário ser que consegue (sobre)viver, mesmo prosperar, num clima e num meio em que tudo definha. Através da selecção natural, pôde constituir-se uma raça excepcionalmente vigorosa na Arábia, num quadro social – a tribo – de contornos aparentemente imprecisos, mas suficientemente estruturado para permitir que os indivíduos que a compõem se desenvolvam e que a sua personalidade se aperfeiçoe.

Os beduínos nunca haviam formado estados, à excepção do reino de Kinda. Os nómadas estavam organizados em clãs e tribos. Um clã era um sistema primitivo de parentesco, um grupo de famílias que acreditava num ancestral comum, geralmente representado por um totem animal ou vegetal, e cujos membros estavam proibidos de casar entre si («tabu do incesto»). Assevera um adágio árabe: «o bom chefe beduíno é um rio para a sua gente». Havia clãs para os quais a «herança do sangue» passava através das mães, e outros para os quais passava através dos pais. Os beduínos viviam organizados em clãs patrilineares. Dentro desses clãs, o crime mais nefando era «derramar o seu próprio sangue», isto é, atacar um parente. A organização da sociedade árabe, inclusivamente nos povoados sedentários, assentava essencialmente na tribo. Seria inútil procurar uma constituição política nesta parte da Arábia pré-islâmica, fechada às influências das civilizações mineo-sabeia, romana e sassânida. Não seria menos inútil querer encontrar nos vales centrais do Nedjed um rudimento de Estado propriamente dito, semelhante aos dos gassânidas e dos lajm, que surgiram nas fronteiras da Síria bizantina e da Mesopotâmia sassânida.

Sempre inquietos e revoltando-se contra qualquer autoridade que não surgisse da sua livre escolha, os beduínos não conheciam nenhum organismo político fora da tribo, a qual, embora estabeleça um vínculo estreito entre os seus membros, os separa dos outros. Mesmo assumindo uma postura livre e que a ninguém deve obediência, a não ser a si próprio, naturalmente que a organização tribal beduína detém à sua cabeceira um chefe, que nem sequer tem um título que implique a ideia de comando. Chama-se-lhe «*shaikh*» ou «*sayyid*» («falador» ou «oráculo»), enquanto «*amir*» ou «*emir*» (plural «*umara*»), «aquele que comanda», «governador», «príncipe» ou «aquele que é investido de autoridade militar». Pouco frequente na Arábia pré-islâmica, comporta a noção de ordenar. O «*sayyid*» era eleito, de entre os mais anciãos, pelas famílias, mas a quem cabia apenas o poder de arbitragem enquadrado pela «*sunnah*» («caminho trilhado», conjunto de tradições e condutas apostólicas) ou direito consuetudinário. A justiça assentava na pena de talião e na vindicta («*tha'r*»), o que ocasionava homicídios em série, a não ser que se pagasse o preço do sangue por meio de uma compensação («*diya*»).

«*Suspiro na Taura em meditação, fico no Zabur que de Alá emana. Deu-nos Jibrail o sacro Alcorão, e abriu-nos as portas da Salvação, no tardio e eterno Sanná da Janna (...) Ao longe o marabuto solitário, em cuja direcção me orientei (...) Nas áridas estepes que se prolongam pelas planícies do Diyala, no ermo de Abqaiq, nas paisagens de aluvião de Bisra, nas terras arenosas sobre o palmar da bacia do Shatt al-Arab, no maciço de Adrar, junto às mesquitas de Mazir-e-Sharif, ou nos paradisíacos oásis de Tozeur (...) Jóias, mil moedas e um relicário, fonte de água pura de um santuário, onde Ibn Qasi um dia já foi rei (...) Nas águas da Najjarine, lavei a iniquidade e purifiquei o meu pecado. Não oiço as vozes de Karaouine, por estar sob a égide dos cânticos do Andalus*». (Yussuf Al-Rashid)

Hoje, o mundo árabe é "outro". E está mais perto de nós. Desde a sua génese, este soube perpassar e consubstanciar elementos civilizacionais de referência e uma cultura única, característica, específica, de refinada riqueza e nobreza, deixando quase intactas as amostras vitais de um povo com o recanto remoto dos seus segredos milenares, onde a vivacidade pitoresca do passado e o quadro expressivo do presente ainda se cortejam e completam. Apesar de todas as lamentáveis convulsões, o Oriente tem muito encanto e ninguém, creio, dará por mal empregados os dias que lá passar, que dedicar a desvendar-lhe os segredos e a perscrutar-lhe as atracções. Já alguém disse antes que "o encanto maior do nosso Ocidente é ser onde o Oriente principia".

A memória dos tempos actuais é um eco plural, fracturado, atravessado por hostilidades de todo o tipo, fértil em imagens e em representações contraditórias dos «encontros de culturas». As assimetrias e ausências de reciprocidade que têm marcado, em certos momentos, a relação entre povos, religiões, culturas e indivíduos, longe de merecer

Hoje, o mundo árabe é "outro". E está mais perto de nós.

celebração, são denunciadas como momentos lastimáveis da nossa história. A violência, a intolerância, a unipolaridade, os genocídios e etnocídios, os epistemicídios, a partilha de territórios ou a exploração económica e a degradação ecológica, a desintegração da família, os fundamentalismos, a sucessão de personalidades políticas, figuras heróicas ou malévolas, não são, para a Humanidade, meros acidentes ou, como alguns analistas diriam hoje, «danos colaterais» de um processo essencialmente benévolo e positivo. Eles são elementos indeléveis de uma memória histórica, sem a qual é ocultada ou «encoberta» a outra face deste processo histórico que vivemos actualmente, de uma arquitectura temporal, entre um tempo que aqui nos trouxe e outro que nos há-de levar, que quando parece cimentada e "pronta a habitar" tem de ser "desocupada à pressa"...

O homem novo não aparece. A «Utopia» de Thomas More não se concretiza e a «Cidade Ideal» sonhada pelo trácio Spartacus não foi ainda criada. Nenhum prosélito messias intentou emular Maurya Achoka, rei da Alexandria Arachosia, no seu tempo credor do respeito universal, ao proibir, por édito real, a guerra na área do seu império, por considerar ser "um fervor bárbaro, incompatível com a vocação e o destino dos homens"...

Persiste o putativo conflito de civilizações, cujo principal subscritor foi Samuel Huntington, e o diálogo ecuménico sai amiúde frustrado. O médio oriente permanece sob o espectro do tempo da morte e do mal, «com um dedo no gatilho e outro no controlo remoto» e esta homogeneizada «aldeia global» (Marshall McLuhan) jaze demasiadamente insofrida e refém de uma falaz globalização cada vez mais institucionalizada – um «acidente» que, em certa medida, seria o que Epicuro chamava «o acidente dos acidentes». Delicadas variantes que não param de sabotar o nosso tempo. Do real ao onírico o tempo é breve, fazendo lembrar um pouco aquele remoque árabe que diz "quando vi a miragem, deitei fora a minha água e, agora, não tenho nem água nem miragem".

A tarefa de tornar possível o impossível, como nos lembrou um dia a chilena Marta Harnecker, está ao alcance da humanidade. Exigirá desta esforços comparáveis ao combate dos povos que viabilizou as grandes revoluções modernas. Tudo é, porém, nevoento no futuro próximo. Não estamos ainda em condições de esboçar uma previsão das rupturas que as actuais convulsões poderão originar. É o mundo a tocar o seu próprio céu. Temos de partir do que somos, do que fizemos, sem a ideia abstrusa de enterrar o passado, desconhecendo que o presente nasceu dele. Escrevia Paul Valéry, com abalizado conhecimento, no final da Segunda Guerra Mundial: "Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais. Tínhamos ouvido falar de mundos inteiros desaparecidos, de impérios que se afundaram com todos os seus homens e máquinas, perdidos na indevassável profundidade dos séculos, com deuses e leis, academias e dicionários. Agora vemos que o abismo da História é suficientemente amplo para que nele caiba a totalidade do mundo. Sentimos que uma civilização tem a mesma fragilidade que a vida".

Chegou o tempo também de tirarmos do armário da História os nossos fantasmas civilizacionais, os nossos crimes e culpas e exorcizá-los. Toda a assimetria ou contradição é orgânica e indissociável. Contudo, se persistirmos em não ver o "outro" em nós e liquidarmos o diálogo, estaremos a forjar o "inimigo" e a trazê-lo para dentro de casa. Talvez seja chegado o momento de, independentemente da cultura e religião, enxergar o mesmo homem, com as suas grandezas e exiguidades, de desistirmos de vestir a outrem a veste esfarrapada a que já nem a nós nos serve e procurarmos um traje que a todos sirva. Esse é o único caminho para a paz. Como disse Okakura Kakuzo "A verdade só pode ser atingida através da compreensão dos contrários". É, pois, desejável, que a dicotomia entre o bem e o

mal, o progresso e a barbárie e todas as imagens a preto e branco que simplificam este mundo complexo e contraditório, possam dar lugar a percepções capazes de apreender um leque mais variado de cores e de tons, que não reduzam todos os problemas a duas posições opostas e incomensuráveis. Não esqueçamos que as vítimas de hoje poderão tornar-se os agressores de amanhã, e vice-versa. A mão que traça as linhas do perigo é a mão do medo e, por isso, o tamanho da fortaleza que o exorciza varia com a percepção da vulnerabilidade. "O mito é o nada que é tudo", afirmou em seus versos Fernando Pessoa.

O Oriente continua a ser o «outro» civilizacional do Ocidente, uma ameaça permanente contra a qual se exige uma vigilância incansável. Aliás, deve salientar-se que as concepções que assentam em contrastes dicotómicos têm sempre uma forte componente especular: cada um dos termos da distinção vê-se ao espelho do outro. A história do islamismo, da sua fé e crença, povo, língua, interpretação, cultura e arte, é demasiado rica e merecedora de respeito para poder estagnar em fundamentalismos redutores, bizantinos, e incongruentes integralismos teocráticos.

Por essa razão, antes que seja demasiado tarde, urge iluminar a mente dos homens fazendo jus ao adágio de Jalaladdin Rumi quando dizia que "onde quer que exista uma fonte de água doce, juntar-se-ão homens, abelhas e formigas". E se a fortaleza da esperança, depois de cimentada, ficar de branco pintada, talvez que o castelo da fé se torne rosa-bombom. Ainda num futuro próximo, talvez se diga que um tempo outrora sacro, sofrido com intolerâncias, se floriu e colheu de frutos da paz no longo caminho, sem preservativos enfeites políticos ou lampas intolerâncias. E que daí nasceram odes à vida, coisas de sonho e histórias, que a História nos contará, sem que se saiba mais da profanação do sagrado.

Assim seja. *Mash'allah*.

"*Não chores o que te espera, nem desças já pela margem do rio derradeiro. Respira, numa breve inspiração, o cheiro da resina, nos bosques, e o sopro húmido dos versos*." (Nuno Júdice, em "Meditação sobre Ruínas").

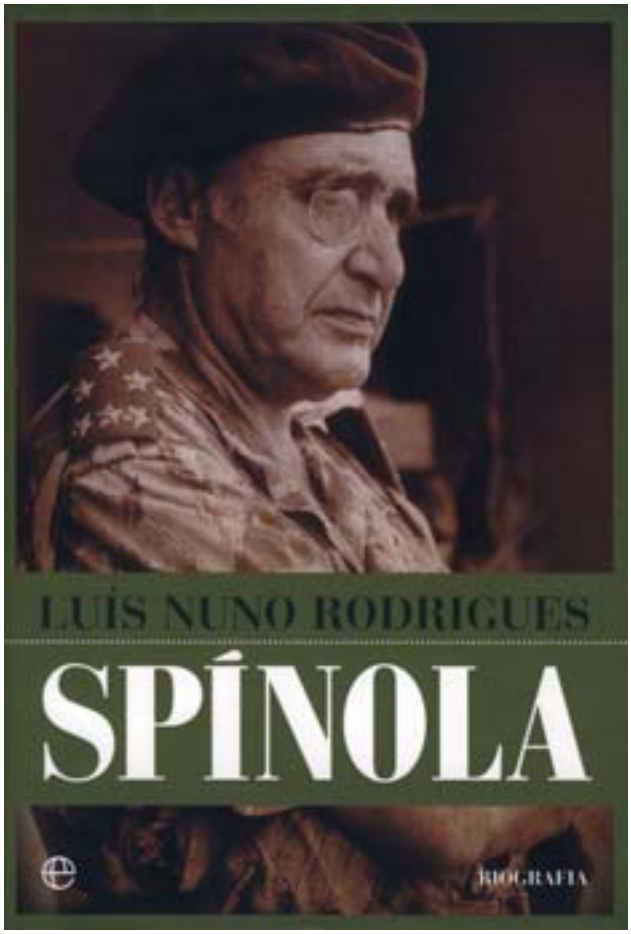
Alentado com o proverbial saber de Gustav Jung quando disse que "quem olha para fora sonha; quem olha para dentro acorda", há pouco tempo decidi que eram mais do que horas de coligir textos e arrumar os meus apontamentos de viagens pelo Oriente – e pelo oriente de mim –, em algo mais do que nótulas soltas que, por quaisquer razões de circunstância, houve que pospor num conjunto de meros cadernos mofados, esmerilados e descuidados ao pó físico e metafísico. Dei por mim então a vaguear as minhas lembranças, testemunhos dilúcidos de odisseias várias, por um sótão empoeirado e a arrumar cuidadosa e carinhosamente toda uma bagagem de diários em baús estrategicamente colocados de forma a puderem ser facilmente abertos a qualquer altura e ganhar dinâmica e energia com a presença de todos os que os partilhem, onde a ligação à vida é privilegiada, naquele canto do escritório, lugar favorito das brincadeiras infantis, das expectativas, das memórias guardadas para sempre, e da nostalgia de quem gosta de recordar, a viver da razão e a sobreviver de sonhos. A lembrar o tempo em que sentia que sentir era a forma mais sábia de saber e eu nem sabia...

Tudo no devido lugar, naquele "cantinho" especial que, como sugeria António Prates no seu «Sesta Grande», "fala do conto que não foi sequer narrado, no nobre esboço do condão das narrativas". E foi desta maneira que ora abri esta «Porta da Kasbah». E, assim, serei sempre o que sou hoje no dia em que o meu viver seja acreditar no que ainda não dei...

Ila l-liqa' qariban, insha'Allah! ع

Fotos do Autor.

* Headquarters Allied Force Command Madrid



Spínola – Uma Biografia

Esta biografia ora publicada da autoria de Luís Nuno Rodrigues, vem trazer ao conhecimento público uma desassombrada e complexa biografia daquele que foi uma extraordinária figura militar e um político ingénuo.

Nascido em 11 de Abril de 1910 em Estremoz, cedo António de Spínola entrou no Colégio Militar em 1920 e de lá saiu em 1928, sendo já a sua personalidade marcada por aquela Instituição para toda a sua vida.

Em 1930 entra na Escola do Exército, tendo feito a sua opção, também marcante na sua vida, ao escolher a arma de cavalaria, uma escola de "elite" como então era considerada, até porque os candidatos tinham que ter uma nota superior a 14 valores.

Colocado na GNR, António de Spínola cedo se torna um admirador de Oliveira Salazar. Conhece de perto a realidade da Guerra Civil de Espanha e, durante a 2.ª GM,vai até à Alemanha integrado numa comissão de estudo aos carros de combate e de equitação e, posteriormente visita a frente de combate alemã, em Leninegrado.

No pós-guerra, Spínola destaca-se como um bom cavaleiro hípico em vários concursos no País e estrangeiro, segue a sua carreira durante uns anos na GNR e, quando rebenta a guerra do Ultramar em 1961, Spínola então tenente-coronel com 51 anos de idade, oferece-se para ir comandar o célebre Batalhão de cavalaria 345, onde se cobriu de glória e a lenda se iniciou.

Em 1968, Oliveira Salazar nomeia-o para Governador e comandante-chefe da Guiné, onde os seus extraordinários dotes de liderança coragem e denodo o levam a ser, o ..."último General romântico do Ocidente", como a revista *Paris Match* numa célebre reportagem feita na Guiné o descreveu.

Mas, os ventos de mudança estavam contra nós, e António de Spínola, em breve, entra em choque com Marcelo Caetano por não haver qualquer hipótese de entendimento entre os dois, visto divergirem completamente nas soluções para aquela província.

Regressado a Lisboa em 1973, publica o livro "Portugal e o Futuro", o qual despoletou o 25 de Abril.

Presidente da República em 15 de Maio de 1974, com a demissão de Palma Carlos e a nomeação de Vasco Gonçalves, inicia-se o período negro da vida do General, com as vicissitudes das descolonizações até chegar à sua renúncia, em 30 de Setembro de 1974.

A política para a qual António de Spínola lhe era adversa, leva-o para outros rumos, designadamente o MDLP, tendo o seu epílogo nos acontecimentos de 11 de Março de 1975 e a sua fuga para Espanha. As consequências foram o exílio para Espanha e posteriormente para o Brasil.

Em Portugal, o Conselho de Revolução expulsa o General e mais 17 Oficiais pela razão de serem «autores do golpe contra-revolucionário». Continua o exílio do General em busca de auxílios e, em 1976, emite uma directiva intitulada "Próxima suspensão das actividades do MDLP"

O regresso de Spínola, em Agosto de 1976, já tinha sido previamente acordado com as autoridades pelo que, logo que aterrou, foi levado pelo Major Aparício ao Forte de Caxias, onde esteve dois dias para ser interrogado sobre os acontecimentos do 11 de Março, processo esse que acabou por ser arquivado. Spínola entretanto escrevia, dava entrevistas e em Dezembro de 1981, o Conselho de Revolução promovia a Marechal, Costa Gomes e Spínola, facto esse que fez com que este último fizesse um documento ao Presidente da República a pedir a anulação da promoção, a qual foi negada.

Mário Soares, então 1º.Ministro, nomeia-o para presidir ao X aniversário de Abril de 1974 e, mais tarde, já como Presidente da República, concede-lhe a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, pelos "... feitos de heroísmo militar e cívico" e no dia seguinte é nomeado Chanceler das Antigas Ordens Militares.

Regularmente Spínola era procurado pelos órgãos de comunicação, sobretudo aquando dos aniversários marcantes na sua carreira política e militar. Continuava a montar a cavalo quatro vezes por semana, até quase à sua morte ocorrida em 13 de Agosto de 1996.

Esta obra com 652 páginas, mostra-nos, de uma maneira exaustiva, a complexa e turbulenta vida daquele que, como já referi, foi considerado o "…último General romântico do Ocidente".

Tenente-Coronel Pinto Bessa

Texto da Direcção de Justiça
e Disciplina do Exército

KFOR – Photo by Sara Narandžić

Os Conselheiros Jurídicos nas Forças Armadas *Legal Advisors* (LEGAD)

Antecedentes/Enquadramento

Através da ratificação da Convenção de Genebra de 1949 e dos Protocolos adicionais de 1977, os Estados signatários comprometem-se a respeitar e fazer respeitar estes instrumentos legais internacionais em todas as circunstâncias. O conhecimento rigoroso da Lei é uma pré-condição essencial para a sua devida aplicação. O principal objectivo que serviu de racional ao levantamento do requisito sobre a necessidade de existência de *Legal Advisors* (LEGAD) no seio das Forças Armadas, de acordo com o estipulado no Art. 82.º do Protocolo Adicional I, foi o de melhorar o grau de conhecimento – e o consequente nível de observância – do Direito Internacional Humanitário (DIH) e Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA)[1].

Com o evoluir do grau de complexidade dos conflitos, tanto no aspecto legal como técnico, os Estados consideraram apropriado, aquando do processo de negociação do Protocolo Adicional I, garantir aos comandantes militares juristas especializados na área de LEGAD, para os apoiarem na aplicação do DIH em operações.

Nasceu daqui a obrigação por parte dos Estados, ou das facções em conflito, em assegurarem a disponibilização de LEGAD para garantir o aconselhamento jurídico, ao nível apropriado, sobre a correcta aplicação das Convenções Internacionais e respectivos Protocolos. Adicionalmente, os LEGAD tinham ainda por missão a instrução das respectivas Forças Armadas em assuntos de carácter jurídico[2].

Tal como todas as principais regras preservadas pelos tratados, este Art. 82.º visa garantir que os comandantes militares tenham acesso permanente a uma sólida assessoria jurídica. A cuidada escolha de palavras utilizada na construção deste artigo, implica que os Estados e as facções em conflito, mesmo que este decorra num período relativamente limitado, se tornem legalmente responsáveis pelo cumprimento deste requisito.

O Papel do *Legal Advisor* (LEGAD)

O Art. 82.º dá-nos uma definição flexível quanto ao papel do LEGAD, definindo, no entanto, algumas orientações importantes. Recomenda-se que os LEGAD desempenhem uma função dupla:

Garantir que os comandantes militares têm acesso permanente a uma sólida assessoria jurídica na correcta aplicação das Leis, Convenções e Protocolo Adicional I, que regulam os conflitos armados;

Aconselhar os comandantes sobre os programas de instrução a ministrar às forças militares sob o seu comando, no âmbito jurídico.

Embora estas funções pareçam distintas, elas são, no entanto, essencialmente complementares, dado que o treino correcto de forças militares em matéria de cariz jurídico em tempo de paz tornará seguramente mais

[1] Law of Armed Conflicts (LOAC)
[2] Protocolo Adicional I, Art. 82.º

eficaz o próprio aconselhamento jurídico em tempo de crise ou de conflito. O Art. 82.º sublinha assim o tipo de orientação a dar ao esforço dos LEGAD, cabendo aos Estados e, mais particularmente às Forças Armadas, a especificação de funções e das condições que os capacitem para o cumprimento das suas tarefas.

Especialização

Embora o Protocolo Adicional I, deixe aos Estados um certo grau de liberdade na atribuição de tarefas e funções aos seus respectivos LEGAD, exige, no entanto, um "adequado nível de especialização em Direito Internacional Humanitário". Esta responsabilidade é análoga a uma outra contida no Art. 6.º do mesmo Protocolo (Pessoas Qualificadas), segundo a qual os Estados devem desenvolver esforços no sentido de garantir o treino necessário a "Pessoal Qualificado", no sentido de facilitar e agilizar a aplicação das Convenções e do Protocolo Adicional I. Os Estados são livres para seleccionar LEGAD civis ou militares, deve contudo referir-se que o papel do LEGAD é essencialmente preventivo e operacional, diferindo substancialmente do papel do Juiz ou do Advogado orientado para a aplicação da Justiça Militar. Os Estados devem especificar as funções e o nível de actividade dos seus LEGAD em termos precisos, de forma a permitir-lhes cumprir as tarefas atribuídas ao abrigo do Art. 82.º, de forma eficaz e eficiente.

Tarefas

As tarefas a cumprir por um LEGAD em tempo de paz diferem substancialmente das desempenhadas em tempos de crise ou de conflito.

Em tempo de paz, a sua tarefa principal relaciona-se com o ensino no campo do DIH. O grupo-alvo consiste principalmente em alunos do sistema militar de ensino, Quartéis-Generais e Comandantes/Chefes aos vários níveis das U/E/O do sistema de forças. Outra tarefa de relevada importância é a participação, no seu âmbito, em grandes exercícios, nomeadamente em *Command Post Exercises* (CPX) e *Field Trainning Exercises* (FTX). Durante este processo, os LEGAD poderão apoiar o treino de *Assistant Advisors*, que por sua vez poderão vir a ser atribuídos a subunidades do sistema de forças a empenhar.

A participação nas fases de planeamento de exercícios ou de operações e a análise das consequências, sob a perspectiva legal, da aplicação dos planos operacionais, revela-se também eficaz no sentido de evitar ou limitar erros em situações de empenhamento futuro de forças em Teatros de Operações (TO).

Os LEGAD podem também ser empregues com vantagem em tempo de paz no processo de aquisição de novos sistemas de armas, bem como na adopção de novas técnicas, tácticas e procedimentos de combate, de acordo com o estipulado no Art. 36.º do Protocolo Adicional I.

Em tempo de crise ou de conflito, a tarefa principal do LEGAD é o aconselhamento sobre a correcta aplicação e rigorosa observância do DIH. O seu papel assume especial relevância na assessoria de operações correntes e futuras sob o ponto de vista dos desafios legais que se apresentam aos Comandantes militares, nomeadamente na condução de operações conjuntas e combinadas com forças aliadas atribuídas (normalmente sob Controlo Operacional) durante as quais há que certificar que os Comandantes e unidades subordinadas se apresentam no TO em condições de cumprir o estipulado no Art. 87.º do Protocolo Adicional I (Deveres dos Comandantes). Neste caso, os LEGAD das várias Forças Armadas em presença deverão cooperar no sentido de assegurar um elevado grau de consistência na interpretação da Lei no seio dos vários contingentes multinacionais.

Em resumo, há que recordar que o LEGAD não substitui o Comandante. Este retém sempre a liderança final e a responsabilidade associada, durante o ciclo de decisão em operações. O papel dos LEGAD's limita-se ao aconselhamento dos Comandantes envolvidos em operações no seio de ambientes jurídicos cada vez mais complexos.

Arquivo DJD

(À esq.ª) Forças não-convencionais no Afeganistão. (Op. Esp. NATO)
(Pág. anterior) Conferência KFOR LEGAD.

A posição do LEGAD na hierarquia

Após a definição detalhada das funções dos seus LEGAD, os Estados deverão também especificar o nível de assessoria a que os LEGAD serão atribuídos na cadeia de comando. O Art. 82.º define dois níveis principais:

a. Enquanto consultores jurídicos responsáveis pelo aconselhamento sobre a correcta aplicação e rigorosa observância do DIH, das Convenções e Protocolos Adicionais I e II, sobre os Status of Forces Agreements (SOFA) e Memorandum of Understanding (MOU) ao abrigo dos quais as forças se encontrem a operar, os LEGAD deverão ser atribuídos aos escalões mais elevados da estrutura de forças e ás Grandes Unidades do sistema;

b. Enquanto investidos do papel de instrutores e de empenhamentos operacionais, deverão ser atribuídos ao nível geral de Brigada/Regimento (OF-7/OF-5). No caso de atribuição de FND para compromissos internacionais de escalão Batalhão/Task Group é também recomendável a atribuição de um LEGAD ao grupo de comando ou ao National Support Element (NSE).

Os LEGAD podem ser atribuídos com uma relação hierárquica exclusivamente dedicada ao Comandante em proveito do qual foram empenhados, ou poderão manter-se sob controlo directo do departamento legal do respectivo Ministério da Defesa.

Forças insurgentes próximo de Mesquita, Kabul, Afeganistão.

Bibliografia:

- ACO Manual 80-70 "Tactics, Techniques and Procedures for Joint Time Sensitive Targeting".
- Convenção da ONU sobre Armas Convencionais.
- Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados.
- Convenção de Genebra de 1955.
- Convenção de Genebra de 1980.
- Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e relacionado à protecção de vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo I), 8 de Junho de 1977.
- Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e relacionado à protecção de vítimas de conflitos armados não internacionais (Protocolo II), 8 de Junho de 1977.

A título de exemplo de situações limite, refere-se o caso das células "Joint Time Sensitive Targeting" (JTST) da NATO. Os TST's são alvos que exigem uma resposta imediata porque representam, ou representarão a curto prazo uma elevada ameaça para as Forças Amigas, são altamente rentáveis e/ou representam alvos de oportunidade com grau de prioridade suficiente para permitir acção imediata em apoio directo aos Objectivos da Campanha. Para lidar com os aspectos legais associados a esta actividade conduzida em tempo real, a célula JTST dispõe de um LEGAD atribuído em H-24 que interage intensamente com os elementos desta célula, nomeadamente com o ISTAR/Senior Intelligence Duty Officer (SIDO)/Senior Operations Duty Officer (SODO)/ Political Advisor (POLAD)/Attack Coordinator/ LEGAD dos Comandos de Componente (LCC-MCC-ACC-SOCC) em todo o processo de decisão compactado, nomeadamente nos seguintes aspectos:

- Risk Assessment (RISK)
- Rules of Engagement (ROE)
- Weaponeer (WPNR) - Selecção do tipo de arma para empenhamento efectivo
- Collateral Damage Estimate (CDE)
- Consequence of Effects (COE) ao nível local, regional, nacional e político-militar (NAC)
- Proihibited-Restricted Targets (PRT), nomeadamente Persons Designated Special Status (PDSS) ou Property Designated Special Status (PRDSS)

Bicentenário da Batalha do Buçaco

No dia 27 de Setembro comemorou-se o segundo centenário da Batalha do Buçaco, junto ao seu monumento.

O programa teve início com o hastear das bandeiras portuguesa, inglesa e francesa, ao raiar da manhã, junto ao referido monumento, ao que se seguiu uma missa campal no jardim do Palace Hotel do Bussaco.

A cerimónia militar teve início com a chegada do Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva. Segundo as suas palavras "…o melhor exército do mundo [à época], aquele que parecia imbatível, aquele que toda a Europa temia, foi vencido. Saiu vencido porque não lhe foi permitida uma vitória final.

Os actos comemorativos são evocações solenes do passado. Tornam-se presentes, no espírito dos portugueses de hoje, acções sublimes que nos comovem e nos inspiram.

Respeitamos a coragem de todos os que combateram e inclinamo-nos em memória dos que caíram nessa manhã longínqua. Encontramo-nos aqui em cumprimento de um compromisso solene: o de manter viva a memória do seu exemplo de dedicação à Pátria."

No final da cerimónia, o Coronel Américo Henriques fez uma evocação da batalha do Buçaco.

O Reino Unido fez-se representar pelo Duque de Kent e a

França pelo seu Adido Militar Commandant Christophe Bergey.

Na continuação deste evento ainda houve lugar a uma visita ao Museu Militar do Buçaco, onde foi inaugurado um sistema multimédia, à inauguração da exposição "Linhas de Defesa de Lisboa durante a Guerra Peninsular – a Arte e o Engenho de Fortificar parou a Invasão de Massena" apresentada pelo Tenente-Coronel José Berger, no Convento de Santa Cruz, e à sessão de apresentação de selos e carimbo comemorativos dos 200 anos da Batalha do Buçaco, no convento supracitado.

A Artilharia e a sua Revista no Bicentenário da Guerra Peninsular

A Revista de Artilharia, publicada desde Julho de 1904, associou-se às comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular com a publicação de um número comemorativo, editado precisamente cem anos depois do seu número 75, relativo às comemorações do centenário (Setembro de 1910). Esta edição especial juntou, em cerca de 150 páginas, sete artigos que vêm melhorar consideravelmente o estado da arte sobre a Artilharia na Guerra Peninsular, da autoria dos seguintes "artilheiros": General Loureiro dos Santos; General Espírito Santo; Coronel Aniceto Afonso; Coronel Vieira Borges; Tenente-Coronel Borges da Fonseca; Tenente-Coronel Marquês de Sousa; e Capitão Pedro Amador.

A cerimónia de lançamento desta edição comemorativa, que teve lugar nas Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa, foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, na presença do Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro (Presidente da Comissão Executiva da Revista) e do Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa (Presidente da Comissão do Exército para as Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular), que proferiram alocuções alusivas ao evento.

A cerimónia na qual esteve, também, o Embaixador do Reino Unido, incluiu ainda duas exposições: "Património da Revista de Artilharia"; e "Artilharia na Guerra Peninsular". A primeira reuniu condecorações, fundadores, directores, capas

e separatas ao longo da História, e números emblemáticos. A segunda (que teve o apoio do Museu Militar, do Arquivo Histórico Militar, do Instituto Geográfico do Exército, do Regimento de Artilharia N.º1, da Escola Prática de Artilharia, do modelista Ricardo Leite e do perito Faria e Silva) incluiu material, fardamento, munições, modelos e miniaturas, publicações portuguesas e estrangeiras, processos individuais de comandantes artilheiros, colecções de estampas e aguarelas portuguesas, exclusivamente relacionados com a Artilharia na Guerra Peninsular.

Depois da visita guiada pelo Coronel Vieira Borges à exposição "A Artilharia na Guerra Peninsular", seguiu-se um Porto de Honra que reuniu várias gerações num convívio salutar e simultaneamente enriquecedor em termos culturais.

***in Jornal do Exército* n.º 26, de Fevereiro de 1962**

Soluções deste número:
1 - Perna da rapariga; 2 - Radar; 3 - Mastro; 4 - Bolso do soldado; 5 - Desenho na chaminé; 6 - Porta junto às escadas; 7 - Emblema na bóina; 8 - Gaivota.

Portal do Exército na Internet

O Exército Português, como Instituição Nacional estruturante do Estado, carece de uma sistemática divulgação e promoção da sua imagem junto da opinião pública, para que seja potenciada e explorada a sua relação com a população em geral.

Para a concretização deste objectivo, a Internet constitui um veículo de difusão de informação por excelência que, de modo célere e oportuno, permite melhorar a comunicação externa e recolher elementos de informação considerados indispensáveis à prossecução das actividades internas. Permite também motivar e cativar recursos humanos para prestar serviço no Exército Português e divulgar e promover, a imagem do Exército junto da opinião pública.

Sustentado por esta política de comunicação, o Exército desenvolveu um plano de modernização da sua infra-estrutura tecnológica de suporte às comunicações e aos sistemas de informação, de que resultou, entre outras, a entrada em funcionamento no passado dia 18 de Outubro, do novo Portal do Exército na Internet (**www.exercito.pt**). Este novo repositório de informação e instrumento de comunicação, foi estruturado e desenhado de forma a transmitir uma imagem jovem, dinâmica e de modernismo e vanguarda tecnológica, reflectindo assim o posicionamento do Exército na sociedade. A sua estrutura caracteriza-se pela sobriedade e simplicidade, facilitando a comunicação e o acesso aos conteúdos, que são preparados e actualizados de forma permanente.

O novo portal apresenta áreas exclusivas para a divulgação de informação sobre o Exército, unidades, missões no exterior, meios operacionais, formação e recrutamento. Os seus conteúdos, conjugadas com a possibilidade da leitura *on-line* do *Jornal do Exército*, reforçam a capacidade de comunicação com o domínio público.

A solução tecnológica de suporte, criteriosamente seleccionada, permitiu a criação de um ambiente de comunicação, seguro e flexível, sendo acessível a cidadãos com necessidades especiais, proporcionando deste modo, a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação, no respeito pela Resolução de Conselho de Ministros n.º155/2007, de 27 Setembro e em conformidade com as directrizes sobre a acessibilidade dos conteúdos da *Web*, desenvolvidas pelo *World Wide Web Consortium*.

O Exército dispõe agora de um instrumento com o qual, para além das novas funcionalidades e da redução dos custos tecnológicos e de gestão de conteúdos do passado, tem capacidade para implementar modernas soluções de gestão no seu diálogo com a sociedade. Destacam-se, entre outras, a possibilidade de candidaturas *on-line* para o recrutamento e a criação e tratamento automático dos respectivos processos individuais, bem como, a criação de fóruns de discussão para facilitar e estimular a partilha de informação e o debate de ideias.

O novo Portal do Exército na Internet constitui assim, a afirmação de uma política de comunicação moderna e revela-se um valioso instrumento para a divulgação do Exército de Portugal, adaptado e adaptável aos novos desafios da modernidade.

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

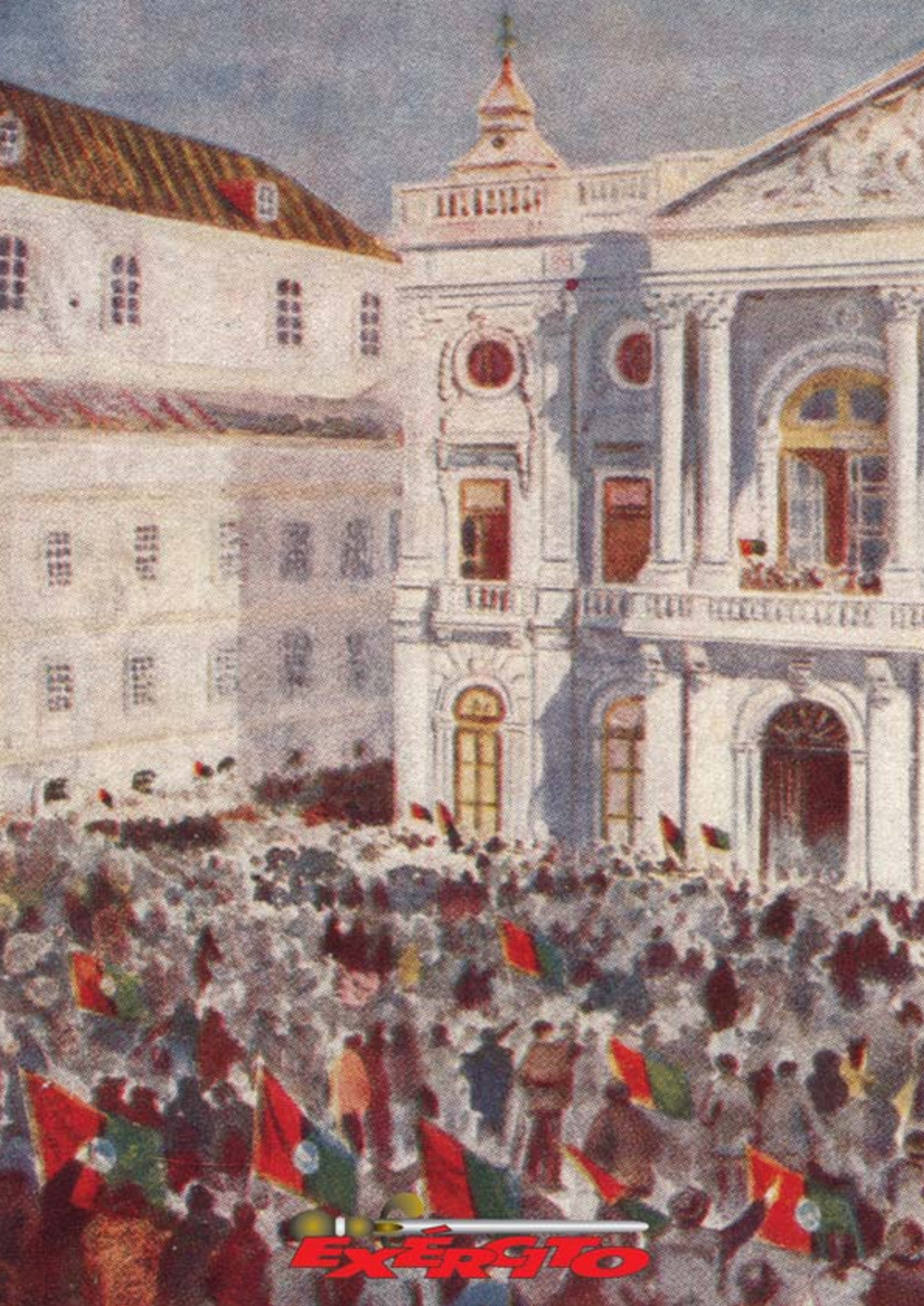
Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT/ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed.


EXÉRCITO

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 600 - Novembro de 2010 - Mensal

Dia do Exército em Castelo Branco

Protocolo Santander Totta

Uma assinatura que vale muitas vantagens

Com a assinatura do Protocolo Santander Totta passamos a disponibilizar-lhe condições muito favoráveis nos nossos produtos e serviços. Informe-se já e aproveite todas as vantagens que temos para si!

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

www.santandertotta.pt

Jornal do Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo
Soldado Condutor RC Pedro Ferreira

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Tenente RC Rico dos Santos
Alferes RC Nelson Cavaco
1.º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadora Informática
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 600 - Novembro de 2010

Dia do Exército 24

Divulgar e Recrutar
uma missão essencial 38

Suplemento
Alves Roçadas
e o Combate de Naulila

O Homem de Fanhais 14
Liderança Organizacional – Uma Visão Académica e Militar 42

Secções

Monumentos com História Militar – Castelo de Castelo Branco – 4
Editorial – 5
Figuras e Factos – 8 a 13
200 Anos da Guerra Peninsular – Programa do Exército – 45
Passatempos de outros tempos – 46

Capa: Dia do Exército em Castelo Branco – Foto do 1.º Sargento Art Anjos Das Neves

Contracapa: Brasão de Armas do Exército Português

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, a posição institucional do Comando do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60

Castelo de Castelo Branco

Foi durante a Idade Média que terá sido fundada a fortaleza templária em Castelo Branco, apesar de existirem vestígios datáveis da Pré e da Proto-História no castelo de Castelo Branco. Encontra-se numa colina granítica a uma altitude de cerca de 470 metros e, crê-se, foi fundado pelos Templários, entre 1214 e 1230, sendo constituído por um cerco de muralhas e torre. O seu acesso era feito por quatro portas e a torre de menagem era de forma heptagonal, com as armas de Portugal de um lado e do outro, as dos Templários.

A importância que lhe deu a poderosa ordem militar levou D. Dinis, em 1319, a defendê-la com muralhas, nas quais se abriam dez portas, que persistiram até 1835, ano em que foram demolidas.

No interior desta fortaleza, encontra-se a igreja de Santa Maria do Castelo, antiga sede de freguesia. Era no seu adro que se reuniam a Assembleia dos Homens-Bons e as autoridades monástico-militares, até ao século XIV.

Castelo Branco era descrita, no século XVI, como uma povoação-fortaleza com ruas estreitas, nas quais os edifícios apresentavam uma porta larga para arrumação do cavalo e uma porta estreita para acesso ao piso superior, onde se alojava o cavaleiro e a sua família.

No ano da Restauração (1640), Filipe IV ordenou a invasão de Portugal e Castelo Branco foi invadida e posta a saque. A maior vítima do ataque foi a igreja de Santa Maria do Castelo, que foi completamente destruída e despojada do seu recheio, constituído por objectos de culto e obras de arte.

Pouco tempo depois, veio a ser reconstruída, mas, em 1704, as tropas de Filipe V invadem e saqueiam novamente todas as terras desde a fronteira, sem excluir Castelo Branco. Mais uma vez, a igreja de Santa Maria, assim como todos os monumentos, não foi poupada, sendo incendiada e destruída.

Alvo de nova reconstrução e despojada de interesse, a não ser pelos martírios que recorda, em 1807, Castelo Branco é de novo assaltada. Desta vez pelas tropas francesas, sob o comando de Junot, por ocasião da primeira invasão francesa, que deixaram a igreja completamente destruída, tendo sido utilizada como cavalariça.

Actualmente, Castelo Branco é um testemunho da História de vários séculos. A igreja, no seu pavimento, ostenta diversos túmulos, destacando-se o de João Reis de Castelo Branco, poeta do séc. XVI. Um arco redondo sinaliza a entrada para o antigo terreiro, situado atrás da igreja de Santa Maria. Mais à frente, depois de se passar pela igreja, pode-se encontrar a antiga cisterna e, também, a denominada Torre dos Templários, com janelas ornadas com elementos manuelinos. A Torre dos Templários corresponde à antiga fachada do Palácio dos Alcaides, que se estende até à outra torre, primitiva e que possui, ainda, seteiras simples que denunciam a existência de dois andares.

Alferes RC Nelson Cavaco

Editorial

A melhor maneira de amar a Pátria é amar a família,
e a melhor maneira de amar a humanidade é amar a Pátria.

Victor Hugo

No passado dia 24 de Outubro celebrou-se mais um Dia do Exército. A conquista de Lisboa aos mouros por D.Afonso Henriques, Patrono do Exército, no ido ano de 1147 foi comemorado, em 2010, na bonita e vetusta cidade de Castelo Branco. Foi um dia memorável em que o povo saiu à rua para ver e aplaudir os seus soldados. Os soldados de Portugal, guardiões da Pátria e dos seus valores, são no Exército e nos restantes ramos das Forças Armadas o garante da defesa militar da República Portuguesa, conforme o Artigo 275.º da Constituição. Os feitos dos militares portugueses foram lembrados e enaltecidos nas alocuções do Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva, que presidiu à cerimónia, e do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

Mas os Feitos Militares dos Portugueses estão imortalizados de muitas formas, em primeiro lugar no sangue português derramado nos territórios onde a glória os premiou, depois nas memórias dos verdadeiros patriotas, em seguida nos monumentos, nos livros, nas pinturas, nos selos e nas moedas.

A numismática portuguesa destaca de forma particular e patriótica os acontecimentos militares de grande relevo ao longo da História de Portugal. As moedas comemorativas são pedaços da história dos eventos comemorados. Através delas pretende-se imortalizar esses momentos e os seus protagonistas, como diz Camões "aqueles que se foram da lei da morte libertando". Em quase todas elas aparece o Escudo Nacional que se tornou num fio condutor da nacionalidade portuguesa desde D. Afonso Henriques até aos nossos dias.

As moedas, que ao longo dos séculos têm marcado de forma indelével e valiosa o passado histórico e militar dos nossos antepassados, estão também originariamente associadas à nossa Bandeira. Os besantes, que são assim designadas as peças, ou pequenos círculos, usados nos escudetes das bandeiras e simbolizavam as peças mais apreciadas em armaria. Originalmente os besantes eram moedas de ouro ou de prata pregados no escudo, significando o direito de cunhar moeda e eram assim apelidados de besantes ou dinheiros.

Alexandre Herculano, cujo bicentenário do seu nascimento se comemora no corrente ano, no livro III dos *Opusculos* refere o seguinte:

"O primeiro cronicon de Santa Cruz dos fins do século XV, que se acha publicado no *Portugaliae Monumenta Historica*, «Scriptores», I, pág. 27, diz-se que D.Afonso Henriques, aclamado rei pelo exército antes de combate, depois deste «*por memoria daquelle boo aquecimento que Deus dera pôs no seu pendam cinco escudos por aquelles cinco reis e pose-os em cruz por nembrança da Cruz de Nosso Senhor Jesus Christo, e pôs em cada hum XXX dinheiros por memoria daquelles XXX dinheiros por que Judas vendeo Jesus Christo*».

A Bandeira Nacional, ou Bandeira das Quinas, que ostenta o Escudo Nacional, é o símbolo sagrado da nossa Pátria, com a magia das lendas e do patriotismo, deve ser venerado por todos os cidadãos portugueses, civis ou militares.

Em Castelo Branco, no Dia do Exército, o Estandarte Nacional, designação da Bandeira Nacional à guarda nas unidades militares, com a frase camoniana "Esta é a ditosa Pátria minha amada" foi mais uma vez honrado e respeitado. Vibramos na sua presença porque nos faz lembrar a cada momento as grandezas do nosso Passado e as aspirações do Futuro.

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponiveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

*Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Seminário Internacional "A NATO e a União Europeia"

O Instituto de Defesa Nacional realizou no dia 22 de Outubro o seminário dedicado ao tema "A NATO e a União Europeia".

A sessão de abertura esteve a cargo do Dr. Pedro Lourtie, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, e a sessão de encerramento a cargo do Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Augusto Santos Silva.

O Embaixador José Cutileiro, ex-secretário-geral da União Europeia Ocidental, proferiu a Conferência de Abertura.

O seminário contou com três painéis: "A parceria estratégica da NATO e da UE"; "A Aliança Atlântica e a segurança europeia"; e "Os Estados Unidos, a Rússia e a União Europeia". Antes da sessão de encerramento, houve lugar a uma Mesa Redonda sobre o tema "Os Estados Unidos, a União Europeia e a defesa da Democracia".

Encontro Bilateral com o Exército Espanhol

Em 28 e 29 de Outubro, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho, deslocou-se a Madrid, onde, no âmbito das relações bilaterais com a Espanha, teve lugar uma Jornada de Trabalho com o seu homólogo espanhol, General de Exército Fulgencio Coll Bucher.

Do programa constou, na manhã do dia 28, a recepção no Cuartel General del Ejército de Tierra onde, no pátio central do Palácio Buenavista, uma Companhia do Regimento de Infantaria "Inmemorial del Rey" N.º1 prestou Honras Militares, a que se seguiu um encontro pessoal, para troca de impressões sobre preocupações comuns, a assinatura do Livro de Honra e a troca de lembranças protocolares. Antes do almoço de trabalho foi efectuada uma apresentação sobre as operações que o Exército espanhol desenvolve actualmente no exterior do país, na Bósnia-Herzegovina, Líbano, Somália e Afeganistão, e o Brigadeiro Médico Director do Hospital Central de la Defensa Gómez Ulla apresentou "A rede de Hospitais da Defesa", tendo passado em revista o processo de transformação dos Hospitais dos ramos e a criação dos Hospitais da Defesa em Espanha.

Durante a tarde a comitiva foi conduzida ao Alcázar de Toledo, onde visitou a exposição permanente do Museo del Ejército, recentemente aberta ao público. À noite, na Residencial Militar "El Alcázar", em Madrid, teve lugar o jantar oficial, oferecido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército espanhol, em honra do General Pinto Ramalho, o qual contou com a presença da estrutura superior do Projecto de Notícia para o *Jornal do Exército* – Novembro de 2010 Exército espanhol.

No dia 29 de Outubro foi efectuada uma visita ao Cuartel General de las Fuerzas Aeromóviles del Ejército de Tierra (FAMET), sedeado na Base Coronel Mate, em Colmenar Viejo, nos arredores de Madrid. Aqui foi recebido pelo General de Brigada Comandante das FAMET, tendo, após um Brifingue sobre as unidades que compõem a Força, trocado impressões com os pilotos e mecânicos portugueses em formação, seguindo-se uma visita às instalações do Batallón de Helicópteros de Transporte del Ejército de Tierra N.º V (BHELTRA V) e ao Centro de Simulación das FAMET (CESIFAMET), onde o General CEME teve a oportunidade de participar numa demonstração de voo em simulador dos helicópteros CH-47 Chinook e Cougar.

Este encontro bilateral, como fórum privilegiado de coordenação e de partilha de experiência entre os Comandantes dos dois Exércitos, revelou-se de grande utilidade, pelo que passará a ter uma periocidade anual, realizando-se de modo alternado entre os dois países, estando o próximo agendado para decorrer em Lisboa, em Outubro do próximo ano.

Abertura Solene do Ano Lectivo 2010/2011 no Colégio Militar

Realizou-se, em 22 de Outubro, a Abertura Solene do Ano Lectivo 2010/2011 do Colégio Militar. Presidiu à Cerimónia o Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Comandante da Instrução e Doutrina. Do programa da Cerimónia destacou-se a Cerimónia Militar, nos Claustros, pelas 15H30, que integrou a apresentação do Batalhão Colegial à Alta Entidade, a Integração do Estandarte Nacional, imposição de condecorações, a apresentação dos novos alunos, a entrega do símbolo do Comando ao Comandante do Batalhão Colegial, o abraço ao aluno "Batalhãozinho", as palavras de boas-vindas pelo Comandante do Batalhão Colegial e o desfile do Batalhão Colegial na Parada Nova.

A Cerimónia Académica, no Ginásio, pelas 16H45, integrou a alocução do Director do Colégio Militar, Coronel Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira e a Lição Inaugural, proferida pelo Professor Eng.º Lourenço Frazão subordinada ao tema "As Intenções Empreendedoras como Preditores das intenções do Abandono Académico".

A finalizar, procedeu-se à entrega de prémios aos alunos distinguidos no ano lectivo transacto.

Como principal registo para o Ano Lectivo 2010/2011 refira-se a admissão de 85 novos alunos para os 5.º,6.º e 7.º Anos. O número de candidaturas cresceu 46%, tendo sido registadas 174 contra 99 no ano anterior. O Batalhão Escolar possui 372 alunos, sendo 281 do Ensino Básico, distribuídos por 17 turmas, e 91 do Ensino Secundário, distribuídos por 8 turmas.

Como balanço da actividade realizada ao longo do Ano Lectivo transacto, de referir que o Batalhão Colegial terminou o ano com 350 alunos. No universo dos 273 alunos que frequentaram o Ensino Básico, a taxa de aprovação foi de 95%. Nos Exames Nacionais do 9.º ano a média a Português revelou um desempenho académico 19,4% superior em relação ao ano anterior, de 12,1% acima da média nacional. Na Matemática o desempenho académico revelou-se 7,7% superior relativamente ao ano anterior e 31,3% acima da média nacional. A taxa de aprovação final do 3.º Ciclo foi de 100%.

No universo dos 103 alunos que frequentaram todos os anos escolares do Ensino Secundário, a taxa de aprovação foi de 92%. Nos Exames Nacionais do 11.º e 12.º Anos, a média global situou-se 10,9% acima da média do ano anterior e 9,9% acima da média nacional, garantindo uma taxa de sucesso de conclusão de 78,6%, 16 pontos percentuais acima do ano anterior.

Foto : Atelier Sergio Garcia

A fundação do Colégio Militar reporta-se a 1803, no Colégio da Feitoria, em Oeiras. Foi criado pelo Tenente-Coronel Teixeira Rebelo, comandante do Regimento de Artilharia da Corte, com o objectivo de educar os filhos dos militares daquele Regimento. Dez anos depois, o Colégio é oficializado e adopta o nome de Real Colégio Militar. A data oficial da sua fundação é o dia 3 de Março de 1803.

O Real Colégio Militar foi transferido em 1814 para as instalações recuperadas do antigo Hospital dos Prazeres no Largo da Luz, em Lisboa.

Em 1848 é transferido para Mafra, onde fica até 1859. Novamente na Luz até 1870, volta a Mafra até 1873, ano em que regressa para a Luz. Com a implantação da República, em 1910, o nome do estabelecimento de ensino passou a designar-se apenas por Colégio Militar.

Lançamento do livro "Vencer ou Morrer"

Realizou-se no dia 28 de Outubro, na Sala da Grande Guerra, do Museu Militar, em Lisboa, o lançamento do livro "Vencer ou Morrer", da autoria do Professor Doutor Mendo Castro Henriques. O livro conta as aventuras do agente secreto do governo português junto de Wellington durante as invasões francesas. Trata-se de um romance épico sobre a Guerra Peninsular, que numa perspectiva ficcional, traça com cor, ritmo e vivacidade o panorama da sociedade da época, em episódios de guerra e paz, em que a sua vida pessoal se cruza com os acontecimentos que marcaram a entrada no Portugal contemporâneo. A apresentação da obra coube ao actor Virgílio Castelo.

Abertura Solene do Ano Lectivo 2010-2011 na Academia Militar

Realizou-se no dia 4 de Novembro, na Academia Militar (AM) na Amadora, a Cerimónia de Abertura Solene do Ano Lectivo 2010/2011. Presidiu à cerimónia o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva, que contou com a presença do Ministro da Administração Interna (MAI), Dr. Rui Pereira, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, entre várias altas individualidades civis e militares, que muito dignificaram o evento.

A Sessão Solene teve o seu início com uma alocução proferida pelo Comandante da Academia Militar, Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro, que efectuou um balanço das actividades desenvolvidas, realçando a elevada taxa de sucesso dos seus alunos.

Seguiu-se a apresentação da "Lição Inaugural" subordinada ao tema "Geodésicas, Catenárias e outras Trajectórias Óptimas nas Ciências Naturais", pelo Professor Doutor César Rodrigues Fernández.

Como é habitual, foram entregues os Diplomas, as Cartas de Curso e os Prémios Escolares.

O MAI destacou o número de formandos e a importância destes no cumprimento das missões e desejou as maiores felicidades a todos, enquanto que o MDN recordou o historial da acreditação do Ensino Superior Militar, realçando a importância de combinar o Ensino Militar com o Ensino Superior, pois permitiu abrir novos caminhos, consolidar e qualificar o Ensino Superior, ganhando novas capacidades. Recordou, ainda, os Mestrados e Doutoramentos efectuados na AM com a participação de uma faculdade pública.

Abertura Solene do Ano Lectivo 2010/2011 no IPE

Realizou-se, a 15 de Outubro, as cerimónias da abertura solene do ano lectivo 2010/2011 do Instituto dos Pupilos do Exército (IPE), presididas pelo Comandante da Instrução e Doutrina (CID), Tenente-General Luís Miguel Negreiros Morais de Medeiros. O CID fez-se acompanhar, na Mesa de Honra, pelo Director de Educação, Major-General João Miguel de Castro Rosas Leitão, pelo Director do Instituto dos Pupilos do Exército, Major-General António Francisco Alves Rosa, pelo Director de Formação, Major-General João Manuel Santos Carvalho, e pelo Presidente da Direcção da Associação dos Pupilos do Exército, Doutor Américo Ferreira.

A cerimónia teve o seu início com a alocução do Director do IPE, que efectuou um balanço das actividades do ano transacto, elucidando os presentes em matéria de aproveitamento escolar e desportivo dos seus pupilos.

O IPE, relativamente ao ano transacto, apresentou um aumento de 39 para 44 alunos, resultantes de um universo de 90 candidaturas para o ano lectivo de 2010/2011.

Assistiu-se à apresentação da Lição Inaugural, da responsabilidade do Professor Miguel Viegas Gonçalves e da Professora Marília Carvalhais Gama, subordinada ao tema: "Um ano num século de história".

Seguidamente, procedeu-se à entrega das medalhas aos alunos que no ano lectivo transacto, mais se destacaram nas vertentes Militar, Física, Literária e de Comportamento.

A preceder este evento, nos dias 14 e 15 de Outubro, decorreu o colóquio intitulado "IPE – Passado, Presente, Futuro", considerado um sucesso, analisando a afluência e a qualidade dos conferencistas. Na plateia e no decorrer dos dois dias, estiveram nomes como o Dr. Mário Soares, a Dra. Maria Barroso, o General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso, o Director do IPE, Major-General António Francisco Alves Rosa, o Director de Educação, Major-General João Miguel de Castro Rosas Leitão, entre outros.

No final do 1.º dia de Colóquio, decorreu, na Sala de Exposições da 1.ª Secção, o lançamento do livro do centenário, intitulado: ''Instituto dos Pupilos do Exército 1911-2011'', da autoria do Capitão Pascoal Rosado. O Capelão do Instituto, Tenente-Coronel Rui Lopes, fez a apresentação do currículo do autor. Estiveram, também, presentes o Dr. Pinto Pereira que, de uma forma brilhante, fez uma recensão do livro, e o Dr. Carlos Vintém, em representação da Editora Europress.

Abertura Solene do Ano Lectivo 2010/2011 no Instituto de Odivelas

No dia 29 de Outubro, decorreu no Ginásio do Instituto de Odivelas (IO) a Abertura Solene do Ano Lectivo, cerimónia que reúne anualmente toda a comunidade escolar deste Estabelecimento Militar de Ensino.

Presidiram a este evento o Tenente-General Comandante da Instrução e Doutrina, Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, o Major-General Comandante da Brigada de Reacção Rápida, Raul de Morais Lima Ferreira da Cunha, as Senhoras Directora e Subdirectora do Instituto de Odivelas, Dr.ª Graça Martins e Dr.ª Isabel Caetano, a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr.ª Susana Amador e a Presidente da Direcção da Associação das Antigas Alunas, Sr.ª D. Ana Maria Hoeppner.

A cerimónia teve início com o Hino do IO e com um discurso proferido pela Sr.ª Directora do Instituto que destacou o objectivo de educar no rigor e para a excelência, visando uma formação integral que conduza as alunas à vivência duma cidadania activa e responsável. Referiu que as dificuldades pelas quais o país está a passar se fazem sentir, nomeadamente, na falta de pessoal. Contudo, sendo um Estabelecimento Militar de Ensino, o Instituto *confia plenamente no apoio e no patrocínio do Exército, para cumprir a missão de transmitir os valores dessa grande família que é a Instituição Militar e que há mais de um século distinguem esta escola: a lealdade, a disciplina, a responsabilidade, o amor à pátria, a amizade e a camaradagem de quem nunca deixa um colega para trás.*

Salientou que todas as alunas que concluíram o 12.º ano em 2009-2010 entraram no ensino superior tendo duas delas ingressado na carreira militar (Academia Militar e Academia da Força Aérea).

Concluiu o discurso declarando que o sucesso assenta no espírito de equipa e na vontade conjunta de todos darmos o nosso melhor, confiando na motivação da comunidade para levar o nome do Instituto de Odivelas cada vez mais longe e

cada vez mais alto, de acordo com o lema da escola.

Em seguida, a Professora Margarida Sá Dantas apresentou uma palestra sobre o Centenário da República, propondo uma reflexão sobre os conceitos que este tema evoca.

Por fim, procedeu-se à entrega dos prémios às alunas do 5.º ao 12.ºAno que se distinguiram no ano lectivo de 2009/2010. A Comandante de Batalhão proferiu algumas palavras sobre a sua experiência como aluna, agradeceu ao corpo docente e toda a restante comunidade educativa a formação e educação transmitidas às alunas, bem como deu ênfase aos valores transmitidos e interiorizados e ao espírito de entreajuda existente no IO. Procedeu-se de seguida à integração das novas alunas no Batalhão Colegial. Estas materializaram-se em 62 admissões, de 126 candidaturas.

A cerimónia encerrou com o Hino Nacional e com o grito do Instituto, lançado com emoção e em uníssono por todas as alunas:

"Salvé, nosso Instituto! Cada vez mais alto! Cada vez mais alto! Cada vez mais alto!"

Exército presta apoio na Cimeira da NATO

O Exército Português, com particular destaque para o Regimento de Transportes (RTransp), prestou apoio na organização da Cimeira da NATO, que decorreu em Lisboa, nos dias 19 e 20 de Novembro.

Considerando a sua localização de proximidade com o Aeroporto de Lisboa e a natureza da sua actividade operacional, o RTransp revestiu-se de um papel importante para o estacionamento e movimentação das viaturas destinadas à Cimeira. Assim, acolheu e cedeu espaço para a formação das "cápsulas de segurança" e ponto de partida das diversas comitivas, estimando-se, que entre viaturas da Polícia de Segurança Pública e das delegações, tenha movimentado cerca de 1100 viaturas e cerca de 2000 pessoas, 170 Oficiais de ligação, 340 condutores, 200 polícias de trânsito e 300 elementos das comitivas de segurança.

Adicionalmente, o RTransp alojou e providenciou alimentação a cerca de 200 condutores das Forças Armadas e das Forças de Segurança e colocou as suas infra-estruturas

disponíveis para apoio dos recursos humanos e da organização da Cimeira.

Oficial General Português condecorado no NRDC-SP (Espanha)

Por Real Decreto 815/2010, de 16 de Junho, foi concedida a condecoração "Gran Cruz del Mérito Militar con Distintivo Blanco", ao Major-General Manuel Diamantino Pinheiro Correia.

A cerimónia de imposição da condecoração decorreu durante as comemorações do dia da "Hispanidad", no dia 14 de Outubro, no *NATO Rapid Deployable Corps-Spain* (NRDC-SP), em Valencia, sendo imposta pelo respectivo comandante Tenente-General Sánchez-Lafuente Caudevilla.

A Cruz de Mérito Militar, tem por objectivo recompensar e distinguir individualmente os membros das Forcas Armadas e da Guarda Civil, pela realização de acções e factos ou a prestação de serviços de destacado mérito. O grau de "Gran Cruz con Distintivo Blanco", é concedido aos Oficiais Generais com base no mérito, obras, acções, factos ou serviços distintos.

O Major-General Manuel Diamantino Pinheiro Correia, colocado no NRDC-SP, QG da Estrutura de Forcas da NATO, desde Dezembro de 2007, desempenha as funções de Segundo Comandante, e terminará a Comissão de Serviço Especial em Dezembro do corrente ano.

O Curso de Infantaria de 1957-60 regressa à Academia Militar

No dia 15 de Outubro, o Curso de Infantaria de 1957-60 esteve na Academia Militar (AM) para reviver, 50 anos depois, a Cerimónia da Entrega das Espadas e a entrada no Quadro Permanente de Oficiais. Este dia coincide também com o da incorporação no Aquartelamento da Amadora e início do Curso Geral Preparatório, em 1956.

Com a total disponibilidade e apoio da Academia Militar, o programa iniciou-se com a apresentação de cumprimentos ao Tenente-General Comandante, no Salão Nobre, seguindo-se uma Cerimónia de Homenagem aos Antigos Alunos Mortos ao Serviço da Pátria, no Átrio do Palácio, com deposição de uma coroa de flores.

Já no Átrio da Sala de Alunos, foi descerrada uma placa comemorativa da visita, depois do que todos assistiram, na Parada Capitão Simões de Sousa, ao desfile do 3.º Batalhão de Alunos.

A encerrar o almoço e antes dos brindes e do *grito* da AM em homenagem aos visitantes, o Tenente-General Comandante da Academia Militar teve palavras muito amigas para o Curso, que apontou aos Cadetes como exemplo de inteira dedicação à Instituição, na paz como na guerra, durante várias décadas.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2.00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** €20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** €45.00; **Restantes Países** €65.00

NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**

NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 €4.50; **1970 a 1979** €4.00; **1980 a 1989** €3.00; **1990 a 2001** €2.50; **2002** a **2009** €2.00

Os valores indicados já incluem a taxa de IVA em vigor.

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** €4.21; **3000/8000** €5.79; **Açores** e **Madeira** €6.56.

Transferência de Autoridade no Afeganistão

Em 17 de Outubro teve lugar, em *Camp Warehouse*, a Cerimónia da Transferência de Autoridade (TOA) para a Força Nacional Destacada (FND) no Afeganistão.

Fruto da reestruturação da Força projectada neste Teatro de Operações (TO), assumiu as funções de Comandante do Contingente Nacional (CN) e de *Portuguese Senior Representative* no Afeganistão, o Coronel António Emídio da Silva Salgueiro.

A Força, agora presente no TO, teve o seu período de Aprontamento Conjunto no Regimento de Infantaria 14 (RI14) e foi projectada em 28 de Setembro.

O novo contingente nacional é constituído pelas seguintes capacidades: a 4.º *Operational Mentoring Liaison Team* (OMLT) de escalão Divisão, a 6.º OMLT de Guarnição, o 6.º Módulo de Apoio e uma Equipa de Formadores/Instrutores. Destaca-se, na FND, esta nova Capacidade de Formadores/Instrutores destinada a mentorar formadores do *Afghan National Army* no *Kabul Military Training Centre* (KMTC), no *Combat Service Support Logistic School* e no *Kabul Air Corps Training Centre.*

No TO está ainda presente uma Célula de Informações Militares, com a missão de apoio do CN no âmbito da *Force Protection* e da Contra-Informação.

No âmbito da passagem de testemunho, tiveram lugar a cerimónia de hastear da Bandeira Nacional na Parada Portuguesa, bem como uma Cerimónia de Homenagem aos Mortos. Tendo recebido o Estandarte Nacional, em cerimónia realizada no RI14, no final do período de aprontamento conjunto, a cerimónia da TOA, que contou com a presença de diversas entidades convidadas, foi simbolizada pelo arrear e hastear da Bandeira Nacional.

Ao assumir funções, o Comandante da FND destacou o desempenho daqueles que o antecederam e que agora terminam a sua missão, e manifestou total confiança nos militares que constituem a Força que agora inicia formalmente funções. Foi com o mote de *One Team* que incentivou o Contingente Nacional a assumir a tarefa da continuidade do trabalho de quem os antecedeu, imbuídos de um espírito de elevada responsabilidade, na prossecução da participação de Portugal na missão da *International Security Assistance Force*.

Regulamento do "Prémio *Jornal do Exército*"

O *Jornal do Exército* (*JE*) promove anualmente o concurso para o prémio em epígrafe, que se rege pelas seguintes disposições:

1. Finalidade

O concurso visa estimular a reflexão e a criatividade de militares e civis para tratarem assuntos com particular interesse para o Exército, nos múltiplos aspectos de que a Instituição Militar se reveste e que, de alguma forma, enriqueçam o seu património ou contribuam para a sua própria valorização profissional e pessoal.

2. Trabalhos

Ao concurso serão admitidos os trabalhos inéditos que:

2.1 Abordem temas de natureza científica, cultural, histórica ou artística de qualquer forma ligados ao Exército ou às Forças Armadas;

2.2 Possuam nível literário que, no entender da Direcção do *JE*, permita a sua publicação;

2.3 Não excedam 10 páginas de formato A4 dactilografadas a 2 espaços;

2.4 Sejam indicados, pelos seus autores, para concorrerem ao prémio *JE*, ou para tal seleccionados pela Direcção do *Jornal do Exército*.

3. Publicação

Os trabalhos, que satisfaçam às condições dos números anteriores, serão publicados quando tal seja possível, considerando as conveniências decorrentes do estatuto editorial do *JE*.

4. Prémio

O "Prémio *Jornal do Exército*" é pecuniário e compreende três graus: 1.º, 2.º e 3.º classificados, sendo os respectivos valores estipulados, anualmente, por despacho do General CEME, sob proposta do *JE*.

A sua entrega aos contemplados deverá ser efectuada, em princípio, no dia 11 de Janeiro, dia festivo do *Jornal do Exército.*

5. JÚRI

Para apreciação e classificação dos trabalhos admitidos a concurso, será nomeado, por despacho do General CEME, um júri que:

5.1 Será composto por:

1 oficial a designar pelo Estado-Maior do Exército;

1 oficial do Exército a designar pelo Instituto de Estudos Superiores e Militares;

1 oficial a designar pela Direcção de História e Cultura Militar.

5.2 Será secretariado por um oficial do *JE*;

5.3 Poderá decidir não atribuir qualquer grau do prémio, se entender que a qualidade dos trabalhos assim o exige.

Nota de redacção:

Para o ano de 2010, o prémio a que se refere o nº 4 foi fixado em:

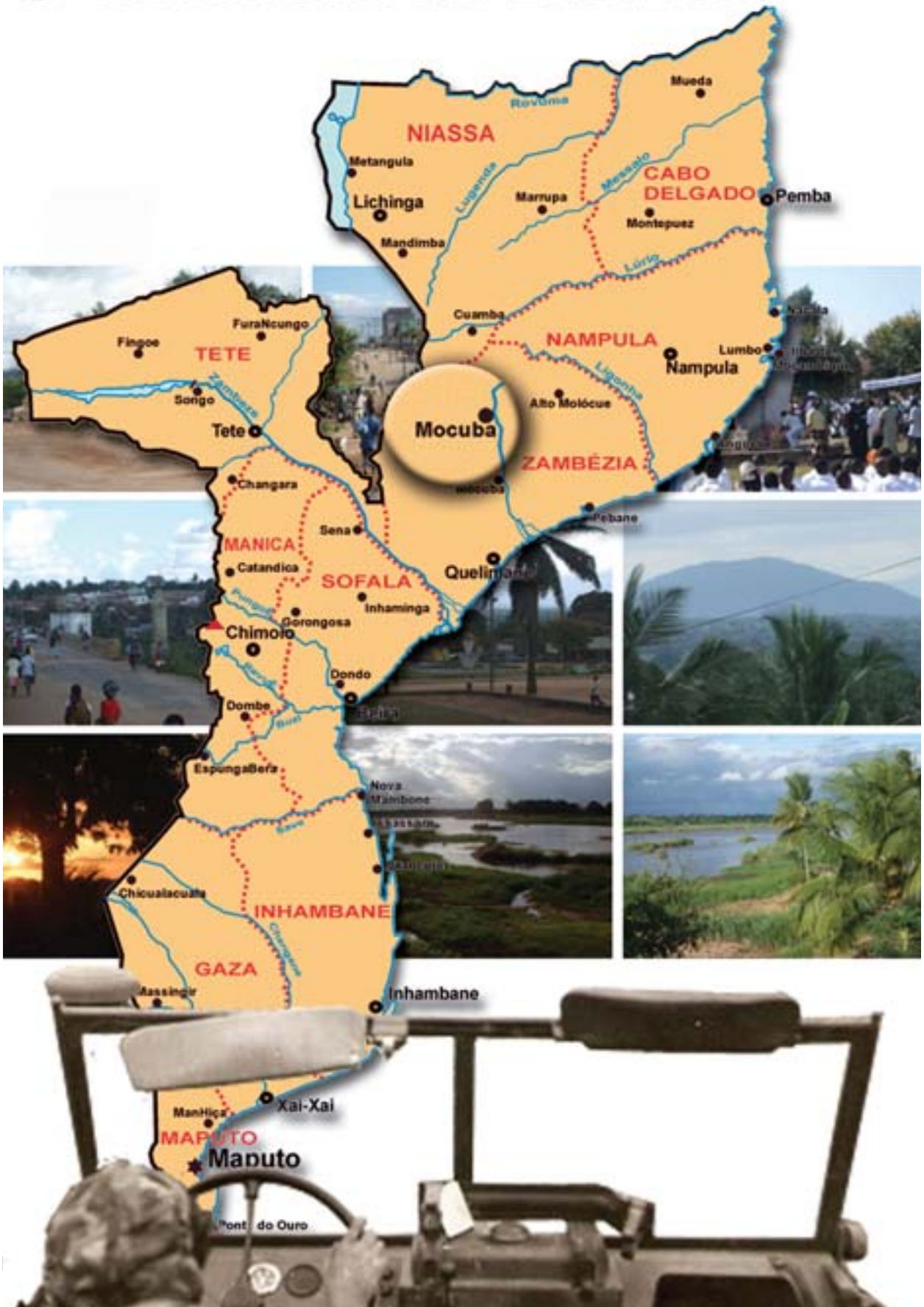
1º Classificado ..... 900.00 Euros

2º Classificado ..... 650.00 Euros

3º Classificado ..... 500.00 Euros

Eduardo Zúquete

O Homem de Fanhais



O comandante Santos Silva chamou-me ao gabinete, ainda no quartel velho:

– Você tem de ir a Mocuba marcar o quartel do Pelotão A/D, junto do quartel de caçadores. A obra já está atrasada e temos de arrancar com ela sem demora.

Discorreu um pouco sobre os requisitos a ter em conta na implantação do quartel e rematou com algumas breves recomendações:

– Veja se consegue que o Estorninho lhe arranje um *jeep* na Polícia Militar, porque eu não tenho viatura para lhe dar para a viagem, e leve consigo o Nunes da Silva, que vai tomar conta da obra. Aproveite a viagem para dar um salto a Quelimane e ver as instalações das unidades da Zambézia que puder, porque temos pouca informação sobre o que realmente lá existe e…

Depois, a contragosto e em tom menor, acrescentou:

– … e evite encontrar-se com o comandante de sector porque parece que ele tem pouca estima pelo pessoal de engenharia!

De volta ao meu gabinete – se assim se pode chamar ao recanto minúsculo onde eu trabalhava no quartel velho – tratei de pôr as ideias em ordem. Primeiro que tudo saber onde era Mocuba – porque eu, fiel ao discurso de *levar a carta a Garcia*, tinha o costume de fazer poucas ou nenhumas perguntas. Consultei um mapa rodoviário de escala pequena que, espetado na parede com *punaises*, era o meu dispositivo de consulta geográfica. Diabo, fica mesmo no centro da Zambézia, há que andar muito para lá chegar. Depois havia que seguir para Quelimane e na volta visitar o Ile – ou Vila Junqueiro, na versão aportuguesada – e Errego. Era uma viagem e peras!

Depois, havia que estudar o projecto com o Nunes da Silva, o que não levantava dificuldades de maior. O João Nunes da Silva era um engenheiro técnico do curso de oficiais milicianos que chegara pouco antes de mim a Nampula – curso que incluía o Mário Ferreira, o Roque, o Noro e o Soeiro – e eu já o conhecia de Tancos, quando lá andávamos labutando, cada um no seu terreno. Tinha uma excelente impressão das suas qualidades técnicas, profissionais e humanas e essa impressão não se desvaneceu, antes se consolidou ao longo de toda a comissão. Era competente, atilado, discreto e muito organizado. Iria fazer, de certo, um bom trabalho, como de facto sucedeu. Tive muita sorte com o naipe de alferes que me calhou na rifa.

Depois, havia que falar com o capitão Estorninho por causa do *jeep* a pedir à PM. O capitão Estorninho, oficial do quadro permanente à beira de ser promovido a major e de terminar a comissão, desempenhava as funções de 2º comandante do Batalhão e fazia-o com a proficiência, a profundidade e o rigor com que fez tudo na vida, creio-o bem. Conhecíamo-nos desde os meus 11 anos, altura em que ele fora, cinco anos mais velho, meu graduado no Colégio. Já nessa altura era meticuloso, exigente, ordenado. Mais tarde viemo-nos a encontrar na Escola do Exército: ele cursava o 2º ano da arma, correspondente ao 5º ano do curso, e eu aterrava, vindo do Curso Geral Preparatório na Amadora, no

Primeiro que tudo saber onde era Mocuba – porque eu, fiel ao discurso de *levar a carta a Garcia*, tinha o costume de fazer poucas ou nenhumas perguntas.

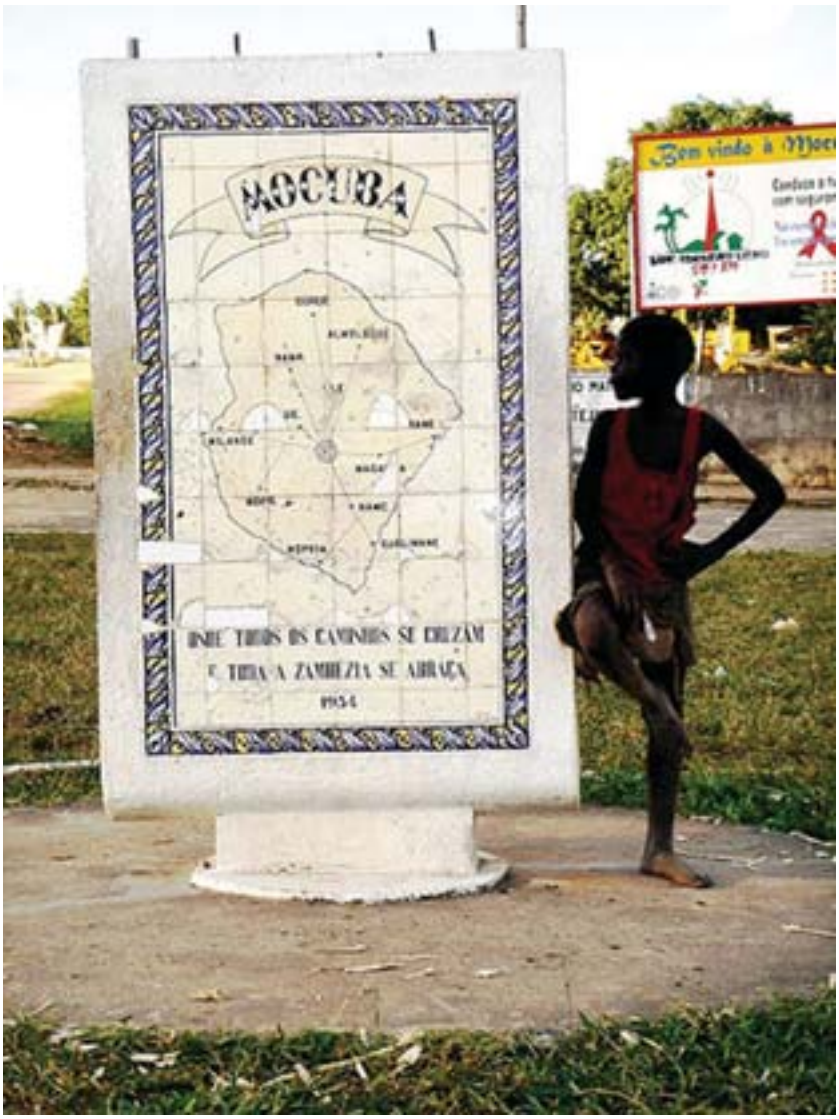
2º ano dos preparatórios de Engenharia.

Depois de África tornamos a cruzar várias vezes as nossas trajectórias – nomeadamente no Ministério do Equipamento Social, após o 25 de Abril, e na CP. Quando faleceu, inesperadamente, em Março de 1992, como tenente-general na reserva com 60 anos incompletos, eu leccionava na Academia Militar, no curso de Engenharia Militar, e dediquei a aula imediata à sua memória, salientando, junto dos alferes meus alunos, as qualidades que, no meu entendimento, faziam dele um verdadeiro oficial de engenharia militar e não apenas um engenheiro civil que passou grande parte da sua vida em instalações ou unidades militares – o que, para mim, faz uma enorme diferença.

No escasso tempo em que estivemos juntos em Nampula, o Estorninho revelou-se um eficacíssimo segundo comandante do batalhão, um precioso braço direito do comandante Santos Silva, e, no caso concreto, foi com facilidade que obteve o empréstimo do *jeep* da unidade que mais viaturas desse tipo possuía – a Companhia de Polícia Militar.

Por fim, procurei saber mais um pouco sobre as razões que tinham levado à situação de pouca simpatia do brigadeiro comandante do sector pela Engenharia mas pouco apurei. O senhor chamava-se Albertino Carreira Mariano, de seu nome completo, estivera no Niassa, comandando o Sector, e depois descera para Quelimane, igualmente para o comando do Sector. Estava em fim de comissão e era extrovertido e palavroso. Ponto final.

Como já me fora dado perceber, o dispositivo vigente facilitava a ocorrência de situações pouco claras, particularmente no Niassa, e provavelmente fora o que acontecera, isto congeminei eu. Quando cheguei a Nampula o dispositivo compreendia duas companhias de engenharia afectas cada uma ao seu sector – a CEng 1531, comandada pelo capitão António Cepeda, com sede em Vila Cabral, e a CEng 1575, comandada pelo capitão Vitor Camões, aquartelada em Montepuez, em instalações muito satisfatórias. Por seu turno, a 2ª CConst tinha igualmente dois pelotões de construções destacados – um em Vila Cabral, comandado pelo alferes Noro, e outro em Mueda, comandado pelo alferes Antunes. Sucedia assim que o comandante do Sector em Vila Cabral, tinha, dentro do perímetro da sua localidade, *à mão de semear*, por assim dizer, duas unidades de engenharia e era realmente uma tentação, dadas as carências que se desenhavam por todo o lado, começar a dar instruções e confiar tarefas "locais" à Engenharia "local". No outro Sector, que tinha o quartel-general em Porto Amélia, a situação era mais difusa, pela dispersão que se verificava, mas, mesmo assim, o sargento Bengalinha, que orientava



Estudado o projecto, obtido o *jeep* e arranjado tempo disponível, arrancámos de manhã bem cedo rumo a Mocuba.

as obras em curso dentro do perímetro do Batalhão de Caçadores de PortoAmélia, também se queixava que, de vez em quando, surgia o inevitável: *Pede-se ali à Engenharia que dê um jeito e que…*

Naturalmente, havia toda a boa vontade do nosso lado e as instruções genéricas que tínhamos eram prestar o socorro e a ajuda possível em todas as situações que requeressem conhecimentos ou equipamentos de Engenharia mas, como é bom de ver, às CEng e aos PConst estavam cometidas missões específicas de que tinham de prestar contas e era, pelo menos, eticamente correcto evitar apelar para situações de apoio directo e transformar o excepcional em trivial.As situações anteriores nem sempre tinham sido negociadas com galhardia e os atritos emergiam muito provavelmente daí.

Por acaso, na situação em apreço e como se verá adiante, a história fora outra, completamente

diferente e até bastante mais divertida, o que ilustra bem como excelentes raciocínios podem conduzir, sempre gloriosamente, às mais brilhantes conclusões – erradas, já se vê…

* * *

Estudado o projecto, obtido o *jeep* e arranjado tempo disponível, arrancámos de manhã bem cedo rumo a Mocuba. Era a minha primeira viagem no interior de África, depois da aventurosa viagem ao Lunho no *jeep* voador do Jaime Neves e esperava coisas maravilhosas da misteriosa Zambézia, um nome cristalino que me ficara retido na memória desta a infância. Fazia calor, Novembro ia entrado e o verão aproximava-se; a decepção também.

Embora mais variada que as províncias do Norte de Moçambique, a Zambézia era, na zona que estava atravessando, pouco diferente e mantinha-se dolorosamente desocupada, não cultivada, selvagem. Nas proximidades das localidades e dos aldeamentos africanos descortinavam-se umas raras *machambas* – nome local para hortas ou hortejos – mas a regra era terreno não cultivado, floresta rala e esparsa, savana desabitada. A Zambézia mais típica e mais estranha iria conhecê-la mais tarde, numa incursão à Morrumbala. Aí, a humidade elevada, a baixa altitude, a latitude mais alta e as condições especiais de terreno originavam já uma floresta rica e variada, substancialmente diferente da que existia no Norte.

Na borda da estrada, durante quilómetros e quilómetros, vi inúmeras árvores abatidas que não conseguia identificar. No Batalhão precisávamos desesperadamente de umbila, uma madeira tropical extraordinária que dispensava completamente a secagem: cortada de manhã do tronco, poderia sair ao fim da tarde da carpintaria transformada numa janela, numa porta ou num móvel sem quaisquer problemas de estabilidade futura. Todavia, a umbila começava a rarear e a grande fonte – os distritos do Norte – estavam pouco acessíveis ao transporte.

Correndo o risco de ser tido por ignorante, quando passámos no Alto Ligonha fui à sede da circunscrição perguntar que madeira era aquela que estava a ser abatida. Umbila? riu-se o administrador. Não, senhor capitão, infelizmente não é umbila, apenas metonha que para pouco mais serve do que para queimar. Aprendi mais um bocadinho, colhi fartura de sementes e não acreditei inteiramente naquela versão de serventia quase nula, não obstante ser convicção séria e profunda do administrador do posto. As essências africanas têm potencialidades extraordinárias e prometi a mim mesmo entregar o assunto, mais tarde, na Divisão de Madeiras do LNEC mas infelizmente essa oportunidade gorou-se. Aproveitámos a paragem para despejar o *jerry can* de reserva e verifiquei então, feitas umas contas sumárias, que iríamos chegar ao Alto Molocué no limite do combustível, o que não me deixou muito tranquilo. A autonomia do *jeep* não era muito grande e viagens extensas nas picadas de África não eram positivamente a sua melhor utilização – pelo seu elevado consumo e escassa comodidade. Mesmo assim, tomara eu ter muitos iguais a este que dariam sempre muito jeito.

Cerca das onze e meia, quatro horas pesadas de viagem decorridas, entrámos na rua principal do Alto Molocué direito ao quartel. A rua, como de resto todas as outras da localidade, era de terra batida, periodicamente rectificada pela omnipresente niveladora que aparentemente todas as administrações em Moçambique possuíam, e lembro-me, numa ulterior viagem a Mocuba, igualmente com o Nunes da Silva, de um dos alferes do batalhão ali estacionado nos ter perguntado como era Mocuba, terra onde ele nunca tinha ido. Encolhi os ombros sem saber bem o que responder – ambas eram tão pobres e tão mal equipadas que apetecia dizer que viesse o Diabo para a escolha, mas o alferes não nos deixou tempo para a resposta e avançou ansioso:

– Dizem-me que tem uma rua alcatroada e luz eléctrica até à meia-noite; é muito melhor, não é?

Na verdade, Mocuba, situada no coração da Zambézia, era uma localidade mais desenvolvida que o Alto Molocué e a circunstância de ter ligação por caminho de ferro a Quelimane, porto de escala costeira e sede do governo do distrito, e de ser, de certa maneira, a segunda cidade da região, conferia-lhe uma importância que o Alto Molocué nunca poderia ter mas infelizmente a nossa ocupação de Moçambique pouco passou do estrito e estreito litoral e as diferenças nas localidades do interior eram mínimas porque todas tinham um pano de fundo comum: uma enorme pobreza e uma gritante falta de meios humanos qualificados.

* * *

Antes de ir ao quartel tratar do reabastecimento do *jeep*, descobri a messe de oficiais, que ficava separada, e parei lá. A minha preocupação era despachar o almoço antes que aparecesse em cena o brigadeiro Mariano, que sabia andar por aquelas bandas.

Entrei na messe e dei de caras com o capitão Vaz Serra, que não podia ficar mais admirado quando me viu:

– Que raio…?

O Vaz Serra era meu contemporâneo na Escola do Exército, mais novo que eu três anos. Era oficial de operações do BCaç 1872, aquartelado agora no Alto Molocué depois de um princípio de comissão muito agitado em Metangula. Contei-lhe resumi-

damente a minha odisseia e pedi-lhe que accionasse rapidamente dois almoços, para ver se me raspava antes do brigadeiro Mariano entrar em cena. O Vaz Serra diligenciou acto contínuo e exclamou para o lado de dentro:

– Isabelinha!

Isabelinha era o apelido real do cabo macua que dirigia a cozinha da messe de oficiais; quando ele assomou à porta, o Vaz Serra despachou a encomenda, enquanto me prevenia que tinha de andar ligeiro porque o brigadeiro fora ao Gilé e estava previsto aterrar dentro de minutos.

– Mexe-te, que eu trato do resto!

Fui ao quartel, providenciei o reabastecimento, cuidei do almoço do condutor e voltei à messe; o almoço devia estar pronto, se não mesmo a arrefecer. Assomei-me à porta da messe mas quem ficou congelado fui eu, não o almoço: sentado à mesa, assumindo naturalmente a sua presidência, mastigando aperitivos e distribuindo conversa de circunstância, estava um senhor que eu não conhecia mas que tinha platinas encarnadas e duas estrelas de prata em cada ombro: só podia ser, dados os antecedentes da história, o brigadeiro Mariano em pessoa. Se tivéssemos ajustado um encontro não teria sido mais preciso nem mais pontual; para quem procurava evitar encontrar-se com o dito senhor, o desastre não podia ser mais completo. Deitei os complexos para detrás das costas – afinal de contas, que culpa tinha eu dos disparates dos outros? – e aprumei-me à entrada:

– Vossa Excelência meu brigadeiro, dá-me licença?

O brigadeiro olhou para mim, tirou-me as medidas e replicou jovialmente:

– Entre, entre! E diga-me cá: o que é que faz um capitão de engenharia por estas paragens?

A dedução não tinha nada de extraordinário. O meu uniforme clássico de viagem era o *camuflado-melhorado*, isto é, com os galões clássicos e boina – nunca usei os ridículos galões camuflados e muito menos o insuportável quico. Partia do princípio que as minas não escolhiam uniformes e que, no caso de haver outro tipo de inconveniências, o estatuto ostensivo de capitão de engenharia era mais saudável que a camuflagem universal. O brigadeiro viu os galões no ombro e o castelo na boina e somou dois mais dois. Até aí, elementar, meu caro Watson. Todavia, a interrogação continha uma ponta de perplexidade e de ironia: aparentemente, ninguém o informara que eu avançava naquela data para Mocuba com aquela missão, o que não estava certo. Afinal de contas, ele era o dono da casa.

Expliquei, sempre em sentido e à porta da messe, com toda a restante oficialidade já sentada à mesa, quem era, que funções desempenhava e ao que vinha. A situação divertia-me.

O brigadeiro lançou-se num monólogo disperso e um tanto confuso sobre as missões da Engenharia e a maneira como a Engenharia interpretava o cumprimento dessas mesmas missões – coisas que, segundo ele, eram muito diferentes. Ouvi-o pacientemente perfilado à entrada da messe. Estava com fome, não tinha nada a ver com as guerras passadas

Era a minha primeira viagem no interior de África, depois da aventurosa viagem ao Lunho no *jeep* voador do Jaime Neves.

LIGA DOS COMBATENTES

COMISSÃO CENTRAL ADMINISTRATIVA

CARTÃO DE IDENTIDADE N.º 44.442

Nome Albertino Carreira Moriano N.º 380/2

Sócio COMBATENTE

da Delegação de Alcobaça

Lisboa, 14 de Maio de 1969

O Secretário-Geral, int.º

"(...) quando a minha terra precisa de alguma coisa eles vêm ter comigo e eu mexo-me e esfarrapo-me para conseguir arranjar o que eles querem para a terra, porque penso que essa é a minha obrigação."

sobre as quais o senhor dissertava e só tinha pedido licença para entrar e sentar-me à mesa mas afinal, sem o saber, tinha pago bilhete para ouvir, de pé, sermão e missa cantada. Atrás de mim mas fora da casa e, portanto, fora do alcance visual do brigadeiro, o João Nunes da Silva gozava a minha firmeza. O brigadeiro calou-se finalmente e nesse mesmo instante eu perdi uma boa ocasião para ficar calado. Em vez de entrar e sentar-me muito sossegadinho no lugar da ponta da mesa que me fora guardado, resolvi ir à estacada e responder ao brigadeiro.

– Vossa Excelência terá certamente toda a razão mas creio que tenho o dever de lhe dizer que a falta de meios da Engenharia é notória e que para vir marcar o quartel do Pelotão de Apoio Directo em Mocuba, cuja urgência Vossa Excelência sabe, melhor do que eu, que é muito grande, tive de esperar quinze dias e acabar por vir num *jeep* emprestado pela Polícia Militar.

O ambiente na messe ficou de repente glacial e o comandante do batalhão encolheu-se ainda mais na cadeira. Vim a saber mais tarde que o tenente-coronel não gostava que falassem em voz alta à mesa e não tolerava conversas que não fossem de serviço. A presença extrovertida do brigadeiro Mariano e este estranho diálogo que nunca poderia imaginar infringiam copiosamente as normas da casa e aturdiam o senhor de uma forma perceptível. O brigadeiro Mariano continuou a mastigar o pão com manteiga mas carregou a viseira:

– Como é que disse que se chamava?

– Zúquete, meu brigadeiro. Eduardo Zúquete.

– É alguma coisa ao Afonso Zúquete, que foi governador civil de Leiria por alturas de 1950?

– Sou, sim, meu brigadeiro. Sou filho.

Um silêncio pesado. Por um fugaz momento passaram-me pela cabeça as histórias respeitáveis – as fábulas de Fedro, de La Fontaine e toda a sua enorme sabedoria. *Se não fizeste tu, fez teu Pai…* De onde raio é que o brigadeiro Mariano conhecia o meu Pai, pessoa que eu nunca ouvira falar lá em casa – nem na galeria dos notáveis, nem na *Hagiologia dos Sacanas*, como gostava de dizer um jornalista velhote, mula sabida, que aparecia de quando em vez pela redacção da Enciclopédia? Donde este conhecimento com meu Pai, que emergia agora Zambézia adentro, tantos anos depois?

O brigadeiro continuou a mastigar durante uns segundos enormes e depois pontificou:

– O seu Pai é um gajo porreiro, palavra de honra que é!

Continuou a mastigar mais algum tempo enquanto a tensão aliviava na sala; eu ficara esquecido nas evocações do senhor e continuava perfilado à entrada. Passado um minuto ou dois, era bem visível que recordava o incidente que ia narrar, prosseguiu em voz bem clara e precisa:

– Sabe, eu nasci em Fanhais, que é uma aldeia pobre do concelho da Nazaré, e devo ter sido a pessoa mais importante que nasceu em Fanhais, gabo-me disso, é verdade. Mas também é certo que quando a minha terra precisa de alguma coisa eles vêm ter comigo e eu mexo-me e esfarrapo-me para conseguir arranjar o que eles querem para a terra, porque penso que essa é a minha obrigação.

A sala estava silenciosa, presa da narrativa do brigadeiro, que ninguém adivinhava onde iria dar.

– O pessoal de Fanhais teve, durante anos, o sonho de construir uma estrada para fazer a ligação da sua terra à estrada nacional e conseguiu finalmente, depois de muita luta, arranjar uns dinheiritos para isso. Ora, quando chegou a massa, o presidente da Câmara da Nazaré da altura borrifou-se na malta de Fanhais e desviou para outras obras o dito dinheiro. Eles vieram ter comigo a queixarem-se, cheios de indignação, e aí eu meti-me logo a caminho e fui falar a Leiria com o seu Pai, que eu não conhecia de parte nenhuma, e que me recebeu imediatamente. Contei-lhe a história toda, de fio a pavio, e ali mesmo – estão-me a ouvir bem? – ali mesmo, à minha frente, pegou no telefone, ligou para a Nazaré, falou com o homem e despachou o assunto logo, assim, em duas penadas. E é verdade, sim senhor, é verdade que o dinheiro apareceu logo de seguida e a estrada foi feita e lá está que os senhores a podem ver.

Um tempo de espera, de concentração. Rememorava certamente alguns pormenores circunstanciais que todavia não publicou. E pôs ponto final no assunto, com o jeito próprio de um homem que aprendeu há muito a decidir:

– Palavra de honra, o seu Pai é mesmo um tipo

às direitas. Faça favor, dê-lhe os meus cumprimentos quando lhe escrever.

Agradeci, em silêncio. O temporal desvanecera-se por milagre e apenas o tenente-coronel continuava imobilizado na sua postura esfíngica e sofredora. Mudou de tom de voz, voltou a encerrar na sua memória a magia da evocação, desceu à Terra, tornou-se um cavalheiro afável:

– Entre, entre, sente-se e almoce connosco.

* * *

Depois do almoço, chamou-me de parte e mostrou-me uma fantástica colecção de minerais que trouxera do Gilé.

– Sabe, engenheiro, não tenho filhos mas tenho uma sobrinha que é como se fosse minha filha. E quer saber? A tola quer tirar Geologia! Estou farto de lhe dizer que o geólogo trabalha às ordens do engenheiro; porque será que ela não quer ir para engenharia, saberá dizer-me?

Tinha deixado a bola de cristal em casa, não vinha preparado para consultas desta natureza. Resolvi dar um matiz jocoso à resposta, para escapar ao embaraço da situação:

– Sabe, meu brigadeiro, tudo tem as suas vantagens: talvez como geóloga ela não tenha de ouvir as coisas que às vezes os engenheiros ouvem! Enfim, de toda a maneira ela não vai ter de fazer o serviço militar, espero bem!

O brigadeiro olhou para mim muito sério e ferrou-me uma valente palmada nas costas, enquanto desfechava uma gargalhada sonora:

– Gostei! É assim mesmo! Você vai mas é para baixo no meu *jeep*, que há muito tempo que eu preciso de ter uma boa conversa!

E assim sucedeu. O *jeep* do brigadeiro era uma viatura fechada de marca japonesa, consideravelmente mais confortável que o *jeep* clássico: um dos oficiais que o acompanhava passou para a minha viatura enquanto o capelão do sector, que pertencia igualmente à comitiva, e eu acompanhámos o brigadeiro.

Pela estrada fora e entre muitas outras coisas que não virão a propósito mas que me deixaram recordação inesquecível, soube finalmente a história que azedara as relações do brigadeiro Mariano com a engenharia.

Um dos problemas que afligia todas as unidades e comandos da colónia era o do revestimento das estradas – que era nulo. Em chão arenoso, as picadas eram traçadas por desmatação simples e as superfícies de rolamento, apenas talhadas na areia grossa, ficavam sujeitas aos ventos e às chuvas.

Ligação por caminho de ferro de Mocuba a Quelimane, porto de escala costeira e sede do governo do distrito.

As famosas niveladoras – que afinal não seriam tantas como dei a entender parágrafos atrás – de vez em quando abriam umas valetas generosas para evitar a erosão produzida pelos aguaceiros tropicais que com frequência as flagelavam mas o trabalho de manutenção era permanente, oneroso e pouco consistente. Nunca se sabia com que contar quando se ia para a estrada: uma pista bem traçada poucos dias depois, se tivesse ocorrido uma chuvada forte, ficava virtualmente intransitável. Agravava a situação a ocorrência de bolsas argilosas, de cor avermelhada – o mal-afamado *matope* – que, com a mais pequena chuvada, tornavam-se pistas de deslizamento. Mesmo a muito baixas velocidades – 10, 20 quilómetros por hora – a travessia de uma zona de *matope* depois de um aguaceiro era uma operação de alto risco e várias vezes rodopiei na estrada quase parado, com uma penosíssima sensação de insegurança e desconforto.

Para contornar a flagrante falta de asfalto naquela terra abandonada, apareceu abundante literatura sobre outros aglomerantes alternativos – nomeadamente o cimento e cal. Certos solos misturados em doses precisas com estes aglomerantes mostravam uma estabilidade assinalável aos agentes atmosféricos mas a sua aplicação era muito problemática – primeiro porque o cimento também era caro e a cal, rara, depois porque as condições de aplicação eram naturalmente desconhecidas dos mortais comuns. Enquanto que havia sempre, em qualquer batalhão, um pedreiro ou carpinteiro amador que, com boa vontade e desfocando a vista, se podia arvorar em encarregado, fazer um solo-cimento ou um solo-cal estava longíssimo de ser trivial – pelo contrário, era experimental e portanto virtualmente impraticável no quadro existente. Voltava-se inevitavelmente à niveladora – e às lentas e penosas marchas em estrada desconhecida. Asfalto nem vê-lo.

Nesta fase, apareceu alguém propondo uma solução bizarra – misturar cascas de cocos com argila. O coco, para o africano, é uma daquelas dádivas da natureza porque dele tudo se aproveita e a casca, com os seus pelos duros e fibrosos, é muito utilizada para polir os soalhos encerados (daí provirá, provavelmente, a expressão popular *puxar ao coco*). A mistura de elementos vegetais fibrosos ou rijos com solos argilosos podia ser um achado e, homem atento aos problemas logísticos que o afligiam, o brigadeiro Mariano, "patrão" de um território com as dimensões de Portugal continental onde não existia um metro quadrado de estrada asfaltada – salvo talvez no interior da cidade de Vila Cabral, não estou certo – pediu parecer à Engenharia, tocando a sineta do apoio directo de campanha. Não conheço o teor da pergunta nem o da resposta, por isso passo a história para o discurso directo, que reproduzo com a fidelidade máxima permitida pela memória longínqua.

– O engenheiro sabe aquela história do homem que ensinava a matar pulgas? Não? É assim: um homem dá, a um amigo, uma receita para matar pulgas. "Espalhas, em cima de uma mesa, um pouco de areia grossa, de areão, daquela que tem pedrinhas. Depois, pegas na pulga com muito jeitinho e apertas-lhe as queixadas para ela abrir a boca. Assopras pimenta para cima da pulga; a pulga, que já está de boca aberta, aspira a pimenta e espirra. Quando espirra bate com a cabeça no areão grosso, sofre um grave traumatismo craniano e morre. Pronto, está morta a pulga! Estás a ver como se faz?" O amigo ouve a história com perplexidade crescente e, hesitantemente, com o ar tímido de quem arrisca uma enorme asneira, pergunta: "Mas para quê tanta trapalhada, tanta confusão; se eu já consegui apanhar a pulga, que é o mais difícil, então junto as duas unhas polegares com a pulga no meio e… grr!, já está!" O amigo observa um longo silêncio, como quem lamenta ter desperdiçado tanta sabedoria com um tipo tão burro, olha o outro com um profundo desdém e articula enfim: "Ou isso!"

O brigadeiro fez uma pausa na conversa para nos deixar rir e apropriar a moral da história e prosseguiu.

– A engenharia mandou-me um relambório complicadíssimo sobre todas as modalidades de solos que existiam e no final dizia-me qualquer coisa do estilo *"…experimente misturar as cascas de coco com argila e observe os resultados."* Eu li a nota várias vezes, tentei perceber o que eles queriam dizer na sua e acabei exarando o despacho que entendi apropriado: *Ou isso! Albertino C. Mariano, brig.* Ficaram lixados comigo!

* * *

Em Quelimane o brigadeiro Mariano fez questão de me apresentar a sua mulher, D. Sofia, e de me convidar para jantar. Acabei o dia às três da manhã no Sporting de Quelimane, petiscando uns mariscos e bebendo umas cervejas tardias, numa conversa interminável com o brigadeiro Mariano. Como sucede nestes encontros imprevistos, acabámos identificando montes de conhecidos comuns e falamos de dezenas de assuntos diversos, importantes ou triviais, definitivos ou transientes, que ficam gravados para o resto da vida ou que se evolam horas depois. Foi um dia preenchido excessivamente – inesperado, importante, diferente – que esqueci no pormenor mas nunca no significado.

No dia seguinte dei conta da minha missão em Quelimane e regressei a Mocuba ao fim do dia.

Tive o privilégio de conhecer, nas extraordinárias circunstâncias que vocês agora também conhecem, o homem a quem os habitantes de Fanhais devem a sua estrada.

Fizemos uma aterragem à hora de jantar na messe de Mocuba; quando assomámos à porta da messe mendigando um jantar tardio, descobrimos que a refeição ainda nem sequer começara porque se preparavam para festejar o aniversário de um dos oficiais. Pareceu-me óbvio que a presença de duas pessoas vestidas de camuflado suspirando por um banho quente e um qualquer jantar de circunstância encaixava mal na festa que se desenhava e preparei uma retirada estratégica para ir comer num café qualquer da vila mas o major Sousa Teles, segundo comandante e homem do protocolo, cortou-me as vasas e obrigou-nos, ao João Nunes da Silva e a mim, a partilhar da festa, tendo inclusivamente modificado toda a distribuição na mesa para que nós ficássemos sentados nos lugares que o protocolo fixava como convenientes.

Um dia mais tarde marcámos finalmente o parque e despachamos todas as diligências possíveis necessárias à obra: e, pelas quatro da manhã do dia seguinte, arrancámos finalmente para aquela que iria ser a viagem rodoviária mais longa de toda a minha vida – vinte e duas horas de marcha desde Mocuba até Nampula, via Errego, Vila Junqueiro e Ribaué.

Em Vila Junqueiro, o comandante de batalhão, tenente-coronel Damião, teve a cortesia de me guiar, noutra viatura, até à estrada principal; como a picada estava construída sobre *matope*, que, quando seco, se converte num pó fíniss imo, ficámos magnificamente camuflados, viatura e passageiros, com a autêntica cor local – totalmente irreconhecíveis. Na messe de Ribaué, para jantar, tive de sacudir o pó dos galões para que o capitão Tito Capela, que conhecia, me deixasse entrar, porque ele nem sequer identificara o posto, muito menos a pessoa.

Enfim, às duas da manhã do dia seguinte entrámos na avenida do Niassa, em Nampula, e parámos à porta da Pensão Arriscado, onde então morava. Vinha tão cheio de terra que nem perdi tempo a despir-me para não sujar o quarto; tirei o porta-moedas e a carteira dos documentos e entrei no duche de camuflado vestido, no que se pode chamar, com propriedade, um mergulho integral. Terminara a minha primeira viagem à Zambézia, sem dúvida a mais pitoresca e acidentada.

* * *

Não tornei a ver o brigadeiro Mariano. O nosso encontro de um único dia selou uma amizade e uma admiração, independente das patentes e dos lugares desempenhados, que não tive oportunidade de renovar nem de refrescar mas que perdurou. Soube, muito tempo depois, do seu passamento mas meses depois de ele se ter verificado. Nem sei

se D. Sofia, que me deixou uma profunda impressão e que igualmente não tornei a ver, ainda é viva, creio que não. E muito menos sei se sua sobrinha, de que não sei nome, idade, estado ou morada, se acabou formando em Geologia, como ela desejava, bem contra a vontade do seu extremoso tio, ou se a sorte lhe reservou outro destino diferente.

Actualmente, circunstâncias da minha vida particular fazem com que eu tenha de ir com frequência a Leiria. Para variar da monotonia da auto-estrada escolho, muitas vezes, o trajecto que passa pela Nazaré. E, quando vejo a placa da Junta Autónoma de Estradas – instituição que, quando vos escrevo, está disfarçada com outro nome que não me ocorre – a dizer: FANHAIS, não consigo furtar-me a uma vaidadezita barata que guardava, até agora, só para mim. Afinal, eu tive o privilégio de conhecer, nas extraordinárias circunstâncias que vocês agora também conhecem, o homem a quem os habitantes de Fanhais devem a sua estrada – e que, muito provavelmente, deve ter sido ou gostaria de ter sido ou merecia ter sido – o homem mais importante de Fanhais. Julgo que a sua memória, que muito prezo, merece, de mim, esta breve referência – que é rudimentarmente escrita mas muito sentida.

P.S. O texto anterior foi escrito nos últimos anos do século passado, quando dediquei algum tempo disponível a recordar e gravar momentos e figuras que ainda não tinham ido para o esquecimento. No último dia de Fevereiro de 2009, quando se apresentou a possibilidade de o publicar no JE, passei, uma vez mais, pela estrada da Marinha Grande à Nazaré, agora sem pressa, para tirar umas fotografias que acompanhassem a edição. Tive então oportunidade de visitar Fanhais, que não conhecia, de encontrar a campa do brigadeiro Mariano e de D. Sofia, no cemitério local, de visitar a Liga dos Amigos de Fanhais, de que o brigadeiro foi um dos sócios fundadores, em 1941, e de conhecer sua sobrinha, D. Maria Carolina Varela, que é engenheira silvicultora e está a reconstruir a casa do seu Tio, que herdou, para nela acolher a sua memória. É com seu conhecimento e concordância que publico a história, na qual preferi, por razões de estilo, manter a redacção primitiva, apenas actualizada com a presente nota. *E. Z.*

1.º Sargento Art Anjos Das Neves

Há quatro palavras-chave para pensar o futuro imediato do Exército Português: a palavra “Qualificação”, a palavra “Integração”, a palavra “Operacionalidade” e a palavra “Proximidade”

Professor Doutor Augusto Santos Silva,
Ministro da Defesa Nacional

Escolha do Dia do Exército

Esta comemoração militar é, por excelência, a verdadeira apresentação do Exército Português à sua Nação. É um evento plenamente justificado pelo desempenho dos milhares de militares que todos os dias cumprem a sua missão – Portugal – e teve lugar no palco de Castelo Branco, na semana de 18 a 24 de Outubro.

O estabelecimento de 24 de Outubro como Dia do Exército relembra a capitulação dos Mouros (ou Mauros) na cidade de Lisboa, que a mantinham, até então, sob o seu jugo. Este povo árabe-berbere, que conquistou a Península Ibérica, era oriundo principalmente da região do Saara Ocidental e da Mauritânia.

O Cerco de Lisboa, entre 1 de Julho e 25 de Outubro de 1147, foi um episódio integrante do processo da reconquista cristã da Península Ibérica. A conquista desta cidade, pelos militares sob o comando de D. Afonso Henriques (1112 - 1185), contou com o auxílio dos Cruzados em trânsito para o Médio Oriente. Este episódio constituiu o único sucesso da Segunda Cruzada.

Após a queda de Edessa, em 1144, o Papa Eugénio III convocou uma nova cruzada para 1145 e 1146. O Papa ainda autorizou uma cruzada para a Península Ibérica, embora se mostrasse uma guerra desgastante de vários séculos, desde a derrota dos Mouros, em Covadonga, no ano de 718. Nos primeiros meses da Primeira Cruzada em 1095, já o Papa Urbano II teria pedido aos Cruzados ibéricos (futuros Portugueses, Castelhanos, Leoneses, Aragoneses, etc.) que permanecessem na sua terra, já que a sua própria guerra era considerada tão valente como a dos Cruzados em direcção a Jerusalém. Eu-

génio III reiterou a decisão, autorizando Marselha, Pisa, Génova e outras grandes cidades mediterrânicas a participar na Guerra da Reconquista.

A 19 de Maio, zarparam os primeiros contingentes de Cruzados de Dartmouth, Inglaterra, constituídos por Flamengos, Normandos, Ingleses, Escoceses e alguns cruzados Germanos. Segundo Odo de Deuil, perfaziam no total 164 navios — número provavelmente aumentado, progressivamente, até à chegada a Portugal. Durante esta parte da Cruzada, não foram comandados por nenhum príncipe ou rei; a Inglaterra estava em pleno período d'A Anarquia. Assim, a frota era dirigida por Arnold III de Aerschot (sobrinho de Godofredo de Louvaina), Christian de Ghistelles, Henry Glanville (condestável de Suffolk), Simon de Dover, Andrew de Londres, e Saher de Archelle.

A armada chegou à cidade do Porto a 16 de Junho, sendo convencidos pelo bispo do Porto, Pedro II Pitões, a tomarem parte nessa operação militar. Após a conquista de Santarém (1147), sabendo da disponibilidade dos Cruzados em ajudar, as forças de D. Afonso Henriques prosseguiram para o Sul, sobre Lisboa.

As forças portuguesas avançaram por terra, as dos Cruzados por mar, penetrando na foz do rio Tejo; em Junho desse mesmo ano, ambas as forças estavam reunidas, ferindo-se as primeiras escaramuças nos arredores a Oeste da colina, sobre a qual se erguia a cidade de então, hoje a chamada Baixa. Após violentos combates, tanto nesse subúrbio, como o a Leste, foram dominados pelos cristãos, impondo-se dessa forma o cerco à opulenta cidade mercantil.

Bem defendidos, os muros da cidade mostraram-se inexpugnáveis. As semanas passavam-se em rompidos ataques dos sitiados, enquanto as máquinas de guerra dos sitiantes lançavam toda a sorte de projécteis sobre os defensores, o número de mortos e feridos aumentando de parte a parte.

No início de Outubro, os trabalhos de desgaste sob o alicerce da muralha, valorosamente defendida pelos defensores, tiveram sucesso em fazer cair um troço dela, abrindo uma brecha por onde os sitiantes se lançaram. Por essa altura, uma torre de madeira, construída pelos sitiantes, foi aproximada da muralha, permitindo o seu acesso. Diante dessa situação, na iminência de um assalto cristão em duas frentes, os muçulmanos, enfraquecidos pelas escaramuças, pela fome e pelas doenças, capitularam a 24 de Outubro.

Entretanto, somente no dia seguinte, o soberano e suas forças entrariam na cidade, nesse meio tempo violentamente saqueada pelos Cruzados.

Decorrente deste cerco surgem os episódios lendários de Martim Moniz, herói que teria perecido no assalto ao castelo, e da ainda mais lendária batalha de Sacavém.

Alguns dos Cruzados estabeleceram-se na cidade, de entre os quais se destaca Gilbert de Hastings, eleito bispo de Lisboa.

Após a rendição uma epidemia de peste assolou a região fazendo milhares de vítimas entre a população.

Lisboa tornou-se, em 1255, capital de Portugal.

Castelo Branco Cidade Escolhida para a Realização das Comemorações

Castelo Branco é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Castelo Branco, situada na região Centro, Beira Baixa, e sub-região da Beira Interior Sul, com cerca de 30 649 habitantes. É sede de um dos maiores municípios portugueses, com 1438,16 km^2 de área e 53 909 albicastrenses, subdividido em 25 freguesias. Localiza-se no interior de Portugal, a cerca de 50 quilómetros da fronteira com Espanha. A Oeste da cidade passa o rio Ocreza. A Este corre o rio Ponsul. O município é limitado a Norte pelo município do Fundão, a Leste por Idanha-a-Nova, a Sul pela Espanha, a Sudoeste por Vila Velha de Ródão e a Oeste por Proença-a-Nova e por Oleiros. Encontra-se numa zona de grandes planaltos, distinguindo-se pela sua variedade geográfica e climática.

A história de Castelo Branco inicia-se em tempos remotos, verificando-se a existência de diversas versões, algumas controversas, visto não existirem factos para as suportar. A partir de vestígios arqueológicos encontrados na zona, podemos afirmar que desde tempos remotos o homem teve preferência por estas paragens.

Nasce no alto do monte de um outeiro isolado, o monte da Cardosa, e estende-se pela vertente oriental até à planura onde se alarga. Apesar da

região possuir vestígios de algumas povoações do período pré-histórico e da ocupação romana da cidade de Egitânia, actual Idanha-a-Velha, é difícil marcar, com exactidão, desde quando existe a cidade. Vários historiadores tentaram nomear Castelo Branco como herdeira da célebre povoação de *Castraleuca*, mas em vão devido à falta de elementos sólidos de tal facto.

A região de Castelo Branco foi conquistada aos Mouros, em 1165, por D. Afonso Henriques, que a doou à Ordem do Templo, para que os cavaleiros cristãos a defendessem dos infiéis. Em 1198, D. Sancho I confirmou essa doação.

Recebeu carta de foral pelo Mestre da Ordem do Templo, D. Pedro Alvito, em data desconhecida, mas seguramente no séc. XIII. O original do foral encontra-se perdido e as duas cópias estão datadas de 1213 e 1214, onde aparece a denominação de *Castel-Branco*. O Papa Inocêncio III viria, em 1215, confirmar esta posse, dando-lhe o nome de *Castelobranco*.

Em 1214, a 1 de Novembro, D. Afonso II, Rei de Portugal, faz doação à Ordem do Templo da parte das terras que ainda tinha na herdade designada por Vila Franca da Cardosa, lavrado em documento emitido por Fernandes Sanches, um nobre.

Entre 1214 e 1230, ter-se-iam mandado edificar, pelos Templários, as muralhas e o castelo. No interior desta delimitação encontra-se a Igreja de Santa Maria do Castelo, antiga sede da freguesia. Aqui se reuniam a Assembleia dos Homens-Bons e as autoridades monástico-militares, até ao século XIV. Como cidade fortaleza, guardiã de populações e haveres, Castelo Branco conheceu a construção de monumentos no interior e no exterior da muralha, sendo a grande maioria visível nos nossos dias.

Numa pequena elevação próxima encontrava-se outra povoação, Moncarche ou Castelo Branco de Moncarche, cujos habitantes a foram abandonando, para se refugiarem nas muralhas protectoras do castelo, erguido pelos Templários no alto da colina.

No século XIII, a vida em Castelo Branco desenrolava-se dentro das muralhas e é nos finais da Idade Média, com o aumento demográfico, que a vida cresce para fora delas, alterando assim todo o centro cívico, político e económico. Em 1285, D. Dinis e sua mulher visitam Castelo Branco. Na sequência desta visita, foi mandada construir a cerca da vila, cinta de muralhas que protegiam o casario, obra concretizada já no reinado seguinte, de D. Afonso IV.

No século XVI assiste-se à fundação da Misericórdia, à construção dos conventos dos frades Agostinhos (1526) e dos Capuchos (1562), e da Igreja de S. Miguel (Sé). No entanto, surgem construções nos arredores da Vila e, pouco e pouco, as casas foram engolindo as antigas muralhas e uma parte da população estendia-se pelo campo.

Em 1535, D. João II concede a Castelo Branco o título de "Vila Notável".

Nos finais do séc. XVI, o bispo da Guarda, D. Nuno de Noronha, manda edificar um palácio (Paço Episcopal de Castelo Branco), actual Museu Tavares Proença Júnior, edificado entre 1596 e 1598. O edifício, que servia de residência de Inverno aos bispos da diocese da Guarda, e o espaço circundante foram sendo enriquecidos ao longo dos anos pelos bispos que se seguiram.

Castelo Branco torna-se, em 1642, cabeça de comarca notável e das melhores da Beira Baixa.

Em 1771, por alvará de 20 de Março, D. José I atribuiu ao burgo albicastrense a categoria de cidade. No mesmo ano, o Papa Clemente XIV cria a diocese de Castelo Branco, que viria a ser extinta em 1881. O diploma da cidadania entrou em vigor pela Carta Régia de 15 de Abril do ano seguinte e o Breve Apostólico teve data de 19 de Junho do mesmo ano. A partir do momento em que foi elevada a cidade, regressaram a Castelo Branco elementos abastados da burguesia e alguma nobreza, o que permitiu a construção dos palácios e dos solares, sendo actualmente estas as construções que constituem o melhor do património cultural.

No século XIX, assiste-se a um marasmo na evolução da cidade para o qual contribuíram as tropas de Junot tendo, a primeira coluna do exército invasor, chegado a 20 de Novembro de 1807. As tropas francesas instalaram-se na cidade, semeando a fome e a destruição. A necessidade da reconstrução levou os particulares a retirarem pedras do castelo e do paço para o restauro das habitações e quintais e, posteriormente, à venda de pedra e telha do castelo pela própria Câmara Municipal (1835). A esta destruição junta-se uma enorme tempestade que assolou a região provocando o desabamento da última torre da muralha.

A 16 de Agosto de 1858 inaugura-se a linha telegráfica Abrantes – Castelo Branco e em 14 de Dezembro de 1860 a cidade inaugura a sua iluminação pública. Este foi um grande passo para o desenvolvimento de Castelo Branco, tornando-se, a partir daí, centro destacado da Beira. Desde esse reconhecimento, as estruturas económicas, sociais e políticas foram evoluindo com a criação do Circulo Judicial, a instalação de unidades militares, a construção de vários estabelecimentos de ensino, a implantação de novos serviços, enfim, todo um conjunto de estruturas que permitiram a esta cidade ter um desenvolvimento acentuado e declarar-se como Capital do Distrito da Beira Baixa, em 1959.

Castelo Branco foi uma cidade com tradições militares, pois chegou a ter dois quartéis, o Batalhão de Caçadores N.º 6, o Regimento de Cavalaria N.º 8 e o Regimento de Infantaria de Castelo Branco. Hoje, como grande parte das capitais de distrito, não tem instalações militares (excepção feita ao Gabinete de Atendimento) e as que tinha foram ocupadas. Desses quartéis, um deu lugar a um estabelecimento prisional e outro, remodelado e requalificado, alberga alguns serviços camarários, uma biblioteca e a futura loja do cidadão.

No início do século XX começa a desenhar-se o aspecto actual da cidade. Estende-se por todo o vale, a Nordeste, Este, Sul e Sudoeste do antigo outeiro da Cardosa, com os bairros residenciais e a zona industrial na periferia. Apesar de ser uma cidade de interior, possui uma situação geográfica privilegiada dando, muito cedo, azo a ter representado o papel de ser uma terra de encruzilhada. Fala-se na existência, desde o século XII, de livre circulação de mercadorias e, já no século XVII, considerava-se como local de passagem obrigatória entre a Beira e o Alentejo.

Situada numa posição central entre o Norte e o Sul de Portugal, Castelo Branco é uma cidade que pelo seu longo passado se torna um dos mais ricos testemunhos da história da Beira Baixa, fazendo jus à sua escolha como palco das cerimónias comemorativas do Dia do Exército, em 2010.

Actividades Comemorativas

O programa geral das comemorações teve início a 18 de Outubro, prolongando-se até dia 24, com a inauguração da exposição de pintura e de obras literárias subordinadas a temas essencialmente militares, no âmbito do Programa D. Afonso Henriques, no Cybercentro de Castelo Branco, outrora unidade militar.

A 20 de Outubro foi inaugurada a exposição de materiais e equipamentos, contemplando actividades multiusos e de pólos de excelência, na Praça do

Município, com o objectivo de promover uma maior abertura e proximidade à população.

Inclusas nesta semana de actividades e ligadas às comemorações supracitadas, tiveram lugar na Covilhã, a 21 de Outubro, as Jornadas Académicas subordinadas ao tema: "Liderança Organizacional: Uma Visão Académica e Militar". Esta iniciativa partiu de uma parceria entre o Exército Português e a Universidade da Beira Interior e teve como finalidade testemunhar a relevância dos contributos de especialistas militares e académicos para uma melhor compreensão do processo de liderança nas organizações militares e civis. Foi promovido um espaço de debate, aberto a alunos, professores, investigadores e profissionais que geram valor nas organizações, a partir de uma abordagem multidisciplinar e transversal, que abrangeu áreas como a Estratégia, a Psicologia, a Sociologia, a Gestão dos Recursos Humanos e as Relações Internacionais.

Também em Coimbra, na Igreja de Santa Cruz, a 22 de Outubro, foi feita uma evocação e homenagem a D. Afonso Henriques, Patrono do Exército. Esta cerimónia simples e singela, mas profunda de significado, foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho. Nela se associaram entidades civis, militares e eclesiásticas, demonstrando a sua ligação próxima ao Exército e à Pátria, e que contou com a colocação da Espada e de uma coroa de flores, seguida de uma Missa Eucarística celebrada por sua Excelência Reverendíssima, o Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira.

No dia 23, teve lugar na Praça do Município uma demonstração de capacidades e meios que contou com a actuação da Banda Sinfónica do Exército, com uma demonstração das actividades da responsabilidade da Polícia do Exército, com demonstrações Gímnicas e de Desportos dos vários estabelecimentos militares de ensino, uma demonstração que compreendeu as áreas da Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, e dos engenhos explosivos, uma força auto-comandada, uma demonstração de capacidade na área da cinotecnia e, finalizou, com a aterragem da equipa de militares pára-quedistas que representa o Exército Português, conhecida como "Falcões Negros".

Neste dia, à noite, ainda voltou a actuar a Banda Sinfónica do Exército, num concerto que teve lugar no Cine Teatro Avenida.

Já no dia 24, teve lugar a Missa de Acção de Graças e de Sufrágio, na Sé Catedral de Castelo Branco que, à imagem da de Coimbra, também foi celebrada pelo D. Januário Torgal Ferreira, tendo sido transmitida, em directo, pela RTP1.

O ponto alto das comemorações foi materializado pela cerimónia militar, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional (MDN), Professor Doutor Augusto Santos Silva. Contou com alguns ilustres convidados, dos quais se destacam o General Ramalho Eanes, o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional e Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco, Professor Valter Vitorino Lemos, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Sr. Joaquim Morão Lopes Dias, o Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local e Ambiente, Dr. António Ramos Preto, a Governadora Civil de Castelo Branco, Dr.ª Maria Alzira Lima Rodrigues Serrasqueiro, os Vice-Chefes de Estado-Maior da Armada e da Força Aérea, Vice-Almirante José Conde Baguinho e Tenente-General PILAV Luís Palma de Figueiredo, respectivamente, e o Comandante-Geral da GNR, Tenente-General Luís Nelson Ferreira dos Santos.

A parada, comandada pelo Comandante da Brigada Mecanizada, Major-General Esperança da Silva, estava composta por 1500 militares e 50 viaturas, e dividia-se em três grandes partes: uma componente operacional, uma parte composta por elementos

da área do ensino; e uma parte composta por forças de apoio geral.

À chegada do MDN foram-lhe prestadas as respectivas honras e deu-se início à cerimónia militar, que decorreu no seu formato tradicional. Houve lugar para a integração do Estandarte Nacional, para a entrega de condecorações, e para os discursos do CEME e do MDN. O Ministro salientou, no seu discurso, que e*ste momento serve para três finalidades principais:*

- Em primeiro lugar, afirmar o sentido institucional do Exército, como tal;

- Em segundo lugar, afirmar a sua identidade própria; e

- Em terceiro lugar, também, comunicar com as pessoas e prestar contas pela actividade desenvolvida, às pessoas, às portuguesas e aos portugueses.

(…) *Nós falamos aqui do presente, do Exército e falamos, também, do futuro do Exército Português. E do meu ponto de vista, há quatro palavras-chave para pensar o futuro imediato do Exército Português: a palavra "Qualificação", a palavra "Integração", a palavra "Operacionalidade" e a palavra "Proximidade".*

(…) *Estas quatro podem dizer-se numa só! Serviço! Serviço à Pátria, Serviço à Nação! É isso que o Exército Português é! É-o desde sempre! É-o agora! Continua a ser no futuro! É por isso que por aqui é o valor seguro da Nação Portuguesa, que a Nação Portuguesa deve valorizar. E valoriza e continuará a valorizar o Exército Português. Porque o Exército Português é o Exército de Portugal, isto é, o Exército dos Portugueses.*

A cerimónia militar culminou com o desfile das forças apeadas e motorizadas, a que se seguiu o almoço oficial.

Discurso do General Chefe do Estado-Maior do Exército

As minhas primeiras palavras são para saudar os Militares do Exército, no activo, na reserva e na reforma, Funcionários Civis, Cadetes da Academia Militar, Alunos do Colégio Militar, do Instituto de Odivelas e do Instituto dos Pupilos do Exército, e para prestar sentida homenagem à memória de todos aqueles que nos antecederam, em particular aos que ao longo da História tombaram no Campo da Honra, no supremo sacrifício pela Pátria e para expressar a todos os Deficientes das Forças Armadas, o nosso respeito, apoio e solidariedade.

O Comandante do Exército saúda todos os Combatentes e está, inequivocamente, com todos aqueles que repudiam a mentira e se expressam de forma clara e sem paixão, sobre os acontecimentos que viveram; com aqueles que realçam os sentimentos de camaradagem, espírito de sacrifício, determinação, valentia, disciplina e profissionalismo, que recordam o humanismo, solidariedade e dedicação às populações envolvidas naquele conflito e continuam a enaltecer o patriotismo e a dedicação à Pátria. Os Combatentes aprenderam a ser capazes de ouvir e até de sofrer em silêncio, mas não perdoam – nunca perdoarão – àqueles que, gratuitamente, os querem diminuir e denegrir a sua acção, pondo em causa o sacrifício dos nossos heróis.

Saúdo os militares que estão fora do Território Nacional e que integram Forças Nacionais Destacadas e cumprem missões no âmbito da Cooperação Técnico Militar.

Saúdo também a Família Militar pelo seu apoio de retaguarda, sempre presente e indispensável factor moral e psicológico de coesão, propiciador da disponibilidade do cidadão militar. Por isso, o acompanhamento do apoio social que lhe é devido, quer através das acções efectivas por parte do IASFA (Instituto de Apoio Social das Forças Armadas), quer pelos meios do Exército, constitui responsabilidade inalienável do Comando.

Militares do Exército

Comemoramos hoje o Dia do Exército, na data da tomada de Lisboa, acontecimento de importância inequívoca para a consolidação da nossa identidade e independência; anteontem, prestámos homenagem ao nosso patrono D. Afonso Henriques, primeiro Rei e primeiro Chefe Militar, a quem se deve a afirmação da nossa identidade como Nação e Pátria Portuguesa, nascida no Campo de Batalha de São Mamede, em 24 de Junho de 1128.

A par dessa identidade, após a conquista de Lisboa, consolidou-se a nossa territorialidade e independência, desenvolveu-se o alargamento para Sul e Leste e, mais tarde, ampliou-se o sentimento nacional com a aventura dos Descobrimentos, passando a ser olhado o oceano – o mar português – como um factor de oportunidades a não desperdiçar, numa perspectiva económica, mas também de ligação entre as parcelas do Território Nacional.

A história de Portugal demonstra que somos um povo e temos uma geografia, em que o diálogo da terra e do mar proporcionam a troca e os contactos dos homens, no conseguido debate e encontro de culturas, de mercadorias, de ideias e também de religiões; somos para a Europa o lugar onde "o mar acaba e a terra principia".

É no território que vivem as populações e se forjam os sentimentos da comunidade e onde estão as sedes da identidade colectiva; é a partir do território que se constrói o projecto de futuro para a comunidade nacional. Sem território não há estado e, no actual sistema internacional, nenhuma unidade política abdicou da sua base territorial.

É natural assim que o Exército, cujas raízes se confundem com a fundação da nacionalidade, tenha como seu Patrono, o Rei-Soldado D. Afonso Henriques e uma profunda ligação "às gentes e à terra", à sociedade de onde emanamos e que constitui o nosso valor estruturante, e ao sagrado território que jurámos defender.

Mas se estes são os fundamentos da história e dos valores do Exército, a Instituição não parou no tempo. Foi palco de múltiplas reorganizações e tem, na actualidade, a decorrer um processo de transformação, orientado por uma visão para o Exército, assumida pelos quadros e tropas, e motivadora do processo de modernização e organização.

Estamos a construir um Exército para o futuro,

que seja moderno, flexível e expedicionário, com capacidade de actuar em todo o espectro de operações da conflitualidade actual, que evidencie Força, sustentado em padrões de exigência na formação, qualificação e treino, que participe nos processos de transformação e modernização da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da União Europeia e que assuma, em permanência, uma presença efectiva junto da sociedade nacional.

Somos um Exército, nascido com a nacionalidade e forjado na definição das nossas fronteiras terrestres, testado e afirmado nas "Guerras da Restauração" e nas "Invasões Francesas" na defesa da Pátria e da soberania nos teatros da Índia, de Angola, de Moçambique e da Guiné, internacionalizado nos Campos da Flandres e fazendo prova de inequívoca competência e capacidade operacional na actualidade, nos teatros da Bósnia-Herzegovina, do Iraque, do Kosovo, do Líbano e do Afeganistão e também em Timor, no Uganda em prol da Somália e no Congo.

O Exército, nos vários teatros de operações em que tem participado com as suas Forças Nacionais Destacadas, já provou que é um Exército que conta, operando sem restrições de emprego operacional, quer no seio da OTAN, quer da União Europeia, ou das Nações Unidas, juntamente com os Exércitos tidos como de referência.

É um Exército que merece a confiança dos seus aliados, de que são prova, assumir com "Oficiais Generais Portugueses": o Comando da "EUROFOR", em Florença e um enquadramento de um "Battle Group" da União Europeia no 2.º semestre de 2011; o "Deputy Commander" no Kosovo; o "Director Joint Logistic Suport Group" no "Force Command Head Quarters", em Madrid; e o "Chefe da Missão da União Europeia", no âmbito da reforma do "Sector de Segurança das Forças Armadas" da República do Congo, em Kinshasa.

Temos em funcionamento uma avaliação prospectiva quanto ao conflito futuro e àquilo com que o Exército, nesse ambiente, se pode confrontar; a conflitualidade será fundamentalmente terrestre, com um ambiente beligerante avançado, com carácter urbano, privilegiando a assimetria, mas tirando partido da tecnologia, dos sistemas de informação e do papel dos "média" e do impacto da informação global em tempo real, capaz de inibir os espíritos e a liberdade de acção política.

Estudos internacionais recentes apontam para que em 2030, cerca de 60% da população mundial possa estar concentrada em centros urbanos, fazendo prever que os conflitos futuros tenham a sua solução em ambiente urbano, inter-estatal e entre populações, focalizando-se na conquista dos espíritos e mentes, numa verdadeira batalha de percepções e não, na conquista efectiva de espaços ou territórios e cuja resposta se faz num quadro multinacional, materializado por conjugações conjunturais.

É assim indispensável que o Exército tenha já hoje a capacidade para ganhar os conflitos actuais, com efectiva aptidão para derrotar ou limitar a insurreição, desenvolver operações multinacionais nas fronteiras da segurança cooperativa, a par da manutenção de sistemas de armas, que permitam conduzir com êxito, operações militares convencionais.

Manda a prudência que a organização militar e o reequipamento sejam conduzidos, na perspectiva das forças terrestres, para responder aos cenários conflituais mais prováveis, prevendo contudo os mais perigosos, o combate convencional simétrico, entre unidades políticas, tendo consciência que neste domínio, para um país com a dimensão estratégica de Portugal, capacidades militares que se eliminem, dificilmente serão reconstituídas com oportunidade, com evidentes implicações decisivas, na liberdade de acção operacional e de decisão política, designadamente no seio das alianças e

organizações internacionais a que pertencemos.

Em simultâneo o Exército tem de continuar a ter capacidade e a estar preparado para apoiar as autoridades civis nacionais e também no exterior, em acções de cooperação civil/militar, umas vezes no reforço supletivo de capacidades instaladas, outras assumindo a condução de projectos ou de operações, em circunstâncias de claro apoio àquelas autoridades e às populações, em quaisquer circunstâncias que as situações de calamidade ou de acidente grave o exijam.

Como resposta aos cenários operacionais mais prováveis e no contexto de prudência que atrás referi, temos uma organização equilibrada, com três brigadas, com forças ligeiras, médias e pesadas, para além de unidades de apoio geral, cuja finalidade é conferir meios adicionais de força, diversificados, a cada uma das brigadas, ampliando as suas capacidades operacionais, de acordo com a sua previsão de emprego.

No quadro das unidades de apoio geral, o Elemento de Defesa Biológica, Química e Radiológica com os seus laboratórios, o Elemento de Guerra de Informação, a capacidade "ISTAR" (Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance)[1] e a excelência do desempenho do domínio da cartografia e da informação geográfica, evidenciam aptidões no domínio da fronteira tecnológica, com potencialidades únicas de emprego e de disponibilidade estratégica, no contexto nacional.

Quanto ao apoio específico às autoridades Civis, está testada a organização do Exército para responder às exigências neste domínio, em situações de urgência diversificadas, através da articulação integrada ao nível batalhão, de meios de engenharia, saúde, transporte, acolhimento, tratamento de águas, fornecimento de alimentação, informação geográfica e outras capacidades.

O processo de transformação, em curso no Exército, decorre de forma coerente, na sequência dos objectivos superiormente aprovados, da definição de um modelo realista, adequado e aceite como ajustado, para a consecução daqueles e cuja concretização se fará pela atribuição dos recursos humanos, financeiros e materiais, estes traduzidos em reequipamento e infra-estruturas.

O elemento humano constitui o recurso mais valioso dentro do Exército; é ele o principal indutor

da transformação e está na base de qualquer organização operacional. Os avanços tecnológicos e os nossos sistemas de armas só garantem a eficiência e a eficácia do Sistema de Forças se a qualificação e formação dos seus "recursos humanos" obedecerem a critérios de grande exigência e empenhamento, começando na sua selecção, instrução básica e instrução complementar, para que possam tirar melhor rendimento dos mais diversos e complexos equipamentos, do Sistema de Forças Terrestre.

O Exército tem consolidado o Sistema de Recrutamento, assegurando a mobilidade do seu dispositivo, dinamizando e agilizando as estruturas e processos, para permitir atrair, ampliar e reter o universo de voluntários e contratados, equilibrando a realidade da conjuntura económica nacional, com as necessidades mínimas do Sistema de Forças Terrestre, assim como garantir, o normal fluxo de adesão.

No quadro da retenção de efectivos, a implementação do regime de "Contrato de Longa Duração" para um universo alargado de especialidades é indispensável e constitui, a rentabilização e optimização dos recursos financeiros e humanos, utilizados na formação e qualificação.

O reequipamento do Exército segue quatro orientações estratégicas – o Comando e Controlo, a Interoperabilidade, a Projecção de Forças e a Sustentação Logística, tendo sido conduzido no quadro da LPM (Lei de Programação Militar) e do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) com os constrangimentos conhecidos, mas sempre na lógica das capacidades operacionais coerentes, harmónicas e realistas; esta opção é complementada, com a definição de padrões de exigência, na formação, qualificação e treino, face à doutrina estabelecida.

O Exército é um ramo extremamente complexo em que a capacidade efectiva e a operacionalidade decorrem da eficácia, da coerência, da sincronia e das sinergias dos sistemas de armas que servem o Comando e o Controlo, a Manobra, o Apoio de Fogos, o Apoio de Combate e o Apoio de Serviços.

Todos os sistemas de armas previstos ou propostos para o reequipamento do Exército, no quadro da Lei de Programação Militar, estão presentes na actualidade em todos os Teatros de Operações em que temos actuado, respondendo às exigências dos diversos cenários de conflitualidade, com que nos confrontamos, incluindo aqueles que equipam a Brigada Mecanizada, designadamente no Teatro do Afeganistão.

Constituem projectos estruturantes o projecto dos helicópteros ligeiros e NH-90, as viaturas tácticas ligeiras blindadas 4x4, destinadas à Brigada de Reacção Rápida; o projecto das VBR (Viaturas Blindadas de Rodas) Pandur 8x8, destinado à Brigada de Intervenção, e o projecto Leopard 2A6 e a modernização das viaturas M113, destinados à Brigada Mecanizada, a par dos programas transversais de Comando e Controlo SIC-T e SIC-OP.

A concretização do projecto de edificação da Brigada de Intervenção, dispondo dos diversos tipos de viaturas previstos, incluindo as MGS 105mm (Mobile Gun System)[2], fará desta grande Unidade, o instrumento operacional referência do Sistema de Forças Terrestre.

Pelas circunstâncias conhecidas, foram adiados os programas relativos à Artilharia de Campanha, à Artilharia Antiaérea de Baixa e Média Altitude e à Engenharia de Combate; contudo, pelo que representam na eficiência e na eficácia da força, há inevitáveis implicações operacionais.

No âmbito das infra-estruturas continuamos empenhados na concretização da transferência das Oficinas Gerais para junto do Depósito Geral, em Benavente, pelo que isso representa de melhoria da manutenção, reparação dos sistemas de armas e a sua entrada em canal de reabastecimento; quanto ao projecto "COSEX", a sua construção permitirá a racionalização definitiva do dispositivo, com inequívocos benefícios na economia de recursos financeiros e de pessoal, com reflexos positivos na componente operacional e libertação de prédios militares, no Porto e em Lisboa.

O Exército está consciente da situação económica e orçamental que vivemos; a nossa participação no esforço de contenção da despesa e da optimização de recursos, continuará a ser feita através de uma gestão de rigor, de não desperdício, de obtenção de sinergias e canalização de recursos financeiros, prioritariamente, para formação e qualificação, treino operacional, inovação e excelência e recuperação urgente das infra-estruturas.

Sempre entendemos que um processo de reforma só tem sentido se servir para melhorar a eficiência do sistema, influenciando qualitativamente o resultado final e, após os necessários investimentos à sua concretização, produzir a prazo, economia de recursos.

Para o Exército, a Saúde Militar deve constituir-se como factor potenciador da operacionalidade, mas também, elemento fundamental da manutenção do moral e bem-estar dos militares, assim como instrumento agregador e de coesão no seio da Família Militar.

É essa a nossa postura perante a Reforma da Saúde. Nesta perspectiva, o Exército tem cumprido os objectivos e os prazos estabelecidos pela tutela, quer relativamente à organização do serviço de urgência conjunta, quer da criação das condições

necessárias para a implementação de diversos serviços hospitalares comuns, dentro da lógica definida para a criação do Hospital das Forças Armadas.

Paralelamente, estamos a optimizar a rede de cuidados primários com sede nos Centros de Saúde de Coimbra, de Tancos/Santa Margarida e de Évora, dirigida prioritariamente às unidades das três brigadas; prossegue, igualmente, o levantamento da Unidade de Saúde Operacional, prevista na Lei Orgânica do Exército, cuja missão é constituir o núcleo permanente de manutenção, operação e projecção da Unidade de Apoio Sanitário de Campanha, com as suas equipas médicas de intervenção, trauma e evacuação, de modo a que se possa atingir o exigido no âmbito da OTAN, a capacidade "ROLE 2 Enhanced/Light Maneuver".

Somos um Exército sempre disponível, flexível e pronto a empregar os seus sistemas de armas numa perspectiva dual, organizando-se de forma racional e realista em termos de meios, treino e sustentação. Temos demonstrado essa disponibilidade e essa capacidade, quer durante o período do combate aos fogos, quer em recentes situações de calamidade, como foi a situação vivida no Arquipélago da Madeira.

São inequívocas expressões de abertura e presença efectiva junto da sociedade, os vários protocolos estabelecidos com diferentes organizações da sociedade civil; com universidades; a participação de 3726 militares na iniciativa das "Novas Oportunidades", que já deu origem a 1083 certificados; as parcerias em projectos de investigação científica e de desenvolvimento com as autarquias; as escolas que funcionam nos nossos quartéis; os aceiros, a limpeza de ribeiras e de infestantes, as estradas, pontes e aeródromos que construímos; as diversas manifestações de índole cultural e artística e a dimensão atingida pelas comemorações do Bicentenário das Guerras Peninsulares, conjuntamente com as câmaras municipais, universidades, escolas, editoras e organizações cívicas.

Em termos de política externa e salvaguarda da decisão política nacional, o Exército tem de continuar a responder aos desafios da globalização, a estar apto a actuar nos grandes acontecimentos de segurança e da protecção da paz, no quadro da ONU (Organização das Nações Unidas), OTAN e União Europeia, no combate aos novos riscos e ameaças, materializados pela proliferação de ADM (Armas de Destruição Massivas), pelas cyber-ameaças, pelo extremismo e pelo terrorismo transnacional, pela insurgência em estados falhados, pelas migrações massivas, desordenadas, ilegais ou provocadas, pelo desafio das alterações climáticas, pelas pandemias e pelo incremento do crime internacional organizado, que alimenta a pirataria e outras acções, que põe em causa a segurança energética e a livre circulação de pessoas e de bens.

Na conjuntura estratégica actual, em que é difusa a fronteira entre a paz e a guerra, o Exército está pronto a desempenhar a sua missão constitucional de defesa militar da Pátria e respondemos igualmente aos desafios da construção da paz, às exigências da abertura à sociedade, aos desafios da modernidade e da inovação.

Participamos com determinação, coesão e confiança, nas operações humanitárias e de apoio à paz em termos internacionais e, em termos nacionais empenhamo-nos no desenvolvimento, na investigação, na aplicação das boas práticas, na

modernização e nos desafios tecnológicos, que nos conferem maiores capacidades e disponibilizamos à sociedade, o acervo histórico e cultural à nossa guarda, participando activamente em todos os eventos que ajudem a preservar o nosso passado e o orgulho de sermos portugueses.

O desempenho dos homens e das mulheres, – militares ou funcionários civis – no dia-a-dia da vida do Exército, nas "Forças Nacionais Destacadas" e na "Cooperação Técnica Militar", constitui inquestionável exemplo de cidadania, de profissionalismo, de coesão e de dedicação à Pátria. É um capital que não pode ser desperdiçado, para fazer face aos desafios do futuro, que devem ser encarados com confiança e com determinação.

Ao terminar, o Comandante do Exército agradece a disponibilidade manifestada pela Câmara Municipal e pelo Governo Civil, que apoiaram a realização do Dia do Exército nesta cidade e, em particular, à população albicastrense que, com a sua presença, manifestações de carinho e memória das unidades militares que aqui estiveram implantadas, participaram nas comemorações do seu Exército, dando acrescido incentivo à determinação e espírito de serviço, com que os Soldados de Portugal cumprem a sua missão.

(O discurso do Ministro da Defesa Nacional foi transcrito, pelo autor deste artigo, a partir da audição de uma gravação cedida pelo Centro de Audiovisuais do Exército)

Fotos do 1.º Sargento Anjos Das Neves, CAVE e GabCEME.

---

[1] Prática que consiste na conjugação de capacidades no âmbito do apoio a uma força de combate, no campo de batalha, ligadas à Informação, Vigilância, Aquisição de Objectivos e Reconhecimento.

[2] Sistema de Armas Móvel que consiste num veículo de combate blindado, com uma peça de 105mm acoplada, de rodas, normalmente 8x8, do género de um Carro de Combate, onde as lagartas são substituídas pelas rodas.

Texto e Fotos do Alferes RC Nelson Cavaco

DIVULGAR e RECRUTAR uma missão essencial

"Junta-te a nós"

O processo rotineiro de um despertador que insiste em buzinar diariamente às mesmas horas repete-se. São 07H00 do dia 26 de Maio de 2010, segundo consta no relógio digital colocado na mesa-de-cabeceira, no lado direito da cama. Está dado o toque de ordem para levantar, vestir e seguir o caminho atribulado até à Praça do Comércio, em Lisboa.

Após uma viagem de uma hora, atenuada pela companhia do leitor de MP3 e pelo jornal diário distribuído na estação dos comboios, Rui Martins aproxima-se da porta de entrada do seu local de trabalho e é saudado com um "Bom Dia" pelo graduado de serviço. Três lanços de escadas depois, já no interior do Centro de Recrutamento de Lisboa, e frente a um armário de madeira, fiel depositário dos seus pertences, Rui Martins enverga a farda camuflada e coloca a sua boina na cabeça, assumindo a figura do Alferes Martins – recrutador do Exército Português. Está pronto para enfrentar mais um dia da sua actividade de recrutar jovens para as fileiras do Exército.

Com o fim do Serviço Militar Obrigatório em Setembro de 2004, o recrutamento assumiu um papel de destaque na estrutura do Exército, pois cabe-lhe recrutar o número necessário para que este possa funcionar na sua plenitude.

Apetrechado de um computador, um projector e uma pasta com formulários de candidatura, segue, acompanhado pela sua equipa, para a viatura que os transportará para uma palestra no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Santarém.

Os IEFP são locais que assumem grande destaque para os Centros de Recrutamento. Nas palestras efectuadas nestes locais procede-se à informação e divulgação dos Regimes de Contrato/Voluntariado (RC/RV), cuja probabilidade de sucesso é elevada, na medida em que a cooperação existente entre este organismo e o Exército permite uma selecção prévia dos possíveis candidatos. No momento em que assistem à palestra já possuem um conhecimento prévio das condições para a prestação de serviço no Exército, ministrado pelos Técnicos de Emprego, chegando a existir elementos que trazem consigo toda a documentação necessária para efectuar a sua candidatura.

Chegadas as 10H30 encontram-se na sala praticamente todos os convocados para a acção de divulgação. Enquanto aguarda mais uns minutos, para aqueles que eventualmente cheguem atrasados possam assistir desde o início, o recrutador aproveita para "quebrar o gelo", conversando com os presentes. Entre perguntas e respostas e algumas risadas à mistura, vão chegando mais elementos que ajudam a compor a sala.

"Hoje sou palestrante ao serviço do Exército, amanhã podem ser vocês", refere como mote inicial da sua apresentação. Há cerca de um ano e meio atrás, por convocatória do IEFP de Torres Vedras, também ele passou pela situação da plateia que encontra à sua frente, facto que lhe despertou o interesse pelo RC/RV.

Actualmente, o recrutamento assenta na forma de voluntariado, podendo atingir um máximo de sete anos de duração, consoante o regime escolhido pelo candidato. Além do carácter financeiro, são colocados ao dispor do voluntário um conjunto de incentivos. Estes incentivos poderão ser usados durante e após o serviço RC/RV, como é o caso do estatuto de trabalhador-estudante, acesso prioritário à função pública e às Forças de Segurança, apoios à criação de emprego ou de empresa própria, estimulando no voluntário a valorização pessoal e profissional ou a reinserção no mercado de trabalho, finda a prestação do serviço.

Para além destes incentivos, o recrutador discorre sobre informações relacionadas com as Armas e Serviços nas quais poderão ingressar, as provas físicas a efectuar e as possibilidades de colocação a nível de Unidades, intercalando, aqui e ali, com a sua experiência vivida no seio da Instituição, enriquecendo a informação apresentada pelos *powerpoints*, projectados durante a sessão. Além da informação que presta, é através de histórias vividas e da experiência pessoal que o recrutador fornece dados com o fim de cativar a audiência e reforçar a vontade de se alistarem. São quebradas barreiras entre recrutador e candidato, promovendo uma maior aproximação entre ambos e facilitando o esclarecimento de dúvidas, que nem os *powerpoints*, nem os panfletos possuem. A dimensão humana da Instituição Militar, o espírito de camaradagem e de aventura, ganham forma e o recrutador, entusiasmado, faz questão de promover estes valores e ideias a uma plateia que o escuta atentamente.

Finda a sessão e esclarecidas dúvidas adicionais, surge a questão:

- "Quem está interessado em efectuar candidatura?"

As respostas são dadas de braço no ar, misturadas com um silêncio "observador".

Com um olhar em seu redor o recrutador orgulha-se de ver braços erguidos entre a plateia. O seu esforço foi recompensado. Com um punhado de canetas na mão questiona quem precisa de caneta, distribuindo simultaneamente os formulários de candidatura.

Em hora e meia foram conseguidas mais 10 candidaturas para abater ao número que o Exército pretende atingir para fazer face aos seus objectivos quantitativos.

Os efectivos estruturantes do Exército foram fixados, pelo Decreto-Lei 261/2009 de 28 de Setembro, em 25701, incluindo Oficiais, Sargentos, Praças e civis. Respeitante aos quantitativos máxi

Percurso dos candidatos que pretendem representar o Exército

1 – Preenchimento da candidatura e entrega de documentos.

2 – Prestação de provas físicas, médicas e psicotécnicas e uma entrevista individual. Estas têm a finalidade verificar capacidades motoras e robustez física, confirmar a inexistência de qualquer doença ou deficiência física impeditiva para a prestação de serviço, avaliar as capacidades e as características da personalidade dos candidatos e avaliar as aptidões pessoais do candidato, respectivamente.

3 – Incorporação – início da vida militar – começando pela recruta e seguidamente pela especialização.

4 – Colocação numa U/E/O, findo o período de instrução militar.

mos de militares em RC/RV, foi fixado pelo Decreto-Regulamentar 12/2009, de 17 de Julho, o número de 15850, correspondendo a 750 Oficiais, 1500 Sargentos e 13600 Praças.

Actualmente, o recrutamento do Exército assenta em Áreas de Responsabilidade de Recrutamento (ARR), abrangendo todo o território nacional, a oito Centros de Recrutamento, que se constituem na ARR Norte, ARR Porto, ARR Centro, ARR Lisboa, ARR Alentejo, ARR Algarve, ARR Açores, ARR Madeira, coincidindo a ARR Porto e a ARR Lisboa com as respectivas áreas metropolitanas. Estes centros têm, a seu cargo, um conjunto de Gabinetes de Atendimento ao Público (GAP), que abrangem uma área geográfica na qual têm a responsabilidade de executar as operações de recrutamento e efectuar as acções de divulgação da prestação de serviço militar. Complementarmente, é feita promoção e divulgação do RC/RV nos órgãos de comunicação social, através de *spots* publicitários na televisão e em rádios, anúncios nos jornais nacionais e regionais e na *internet*.

Após o preenchimento da candidatura, resta ao nosso recrutador despedir-se e desejar boa sorte aos candidatos, alertando-os para que se preparem fisicamente para o dia da prestação das provas. Segue-se uma troca de palavras com o Técnico de Emprego do IEFP, onde se partilham informações sobre a sessão e se acertam pormenores para a próxima visita.

Lá fora, o condutor aguarda para que lhe seja dada a ordem de regresso à Unidade.

Após a viagem de regresso, e já no interior do Centro de Recrutamento de Lisboa, é questionado pelos seus camaradas: "Como correu a divulgação?", à qual, o recrutador responde com orgulho: Consegui mais dez candidatos. Entre as felicitações que vai recebendo pela produtiva sessão, segue, juntamente com alguns dos seus camaradas, para o almoço, debatendo assuntos relacionados com o recrutamento e sobre aspectos que podem ser melhorados nas acções de divulgação. Apesar do sucesso hoje alcançado, continua ciente de que existem melhorias a serem feitas e é com base neste espírito de trabalho que o recrutamento no Exército atingiu, no ano transacto, o simbólico número de 1000 candidaturas só num mês, ano que foi substancialmente significativo pelas 14127 candidaturas que foram conseguidas nos 12 meses.

O período da tarde fica reservado para o tratamento e processamento das candidaturas angariadas no Centro de Emprego. São criados processos individuais e os dados dos candidatos lançados num portal informático, ligado aos diversos Centros de Recrutamento, Gabinetes de Atendimento ao Público e à Direcção de Obtenção de Recursos Humanos (DORH). Os Centros de Recrutamento são os órgãos responsáveis pelo lançamento das candidaturas que serão analisadas pela DORH, que, por sua vez, convocará os candidatos a prestar as provas de admissão.

Sentado na sua secretária, insere-as uma a uma e, ao finalizar a sua função diária, resta-lhe aguardar que os candidatos cumpram a sua parte, ou seja, que fiquem aptos nas provas de classificação, a serem efectuadas pelos Centros de Classificação e Selecção de Lisboa e Porto.

Nesta fase, reside o maior problema a enfrentar na batalha do recrutamento, que passa pela falta de comparência dos candidatos e/ou pela falta de preparação física dos mesmos, o que dá azo a que o rácio candidaturas *versus* incorporados diminua substancialmente.

Amanhã uma nova batalha o aguarda. Desta vez não se trata de um Centro de Emprego, mas sim de uma Feira de Emprego, onde estará novamente com o dinamismo a que a função obriga, disponível para prestar esclarecimentos sobre o RC/RV e aliciar os potenciais interessados a enveredar pela carreira militar.

Junto do seu armário, despe a sua farda com o sentimento de missão cumprida, efectuando o trajecto matinal, no sentido inverso, em direcção à sua casa.

Coloca os auscultadores nos ouvidos, liga o seu MP3 e prossegue caminho acompanhado pela sombra de um homem que controla e encaminha o pessoal recrutado pelo Centro de Recrutamento.[1] ع

[1] Alusão à simbologia da "Sombra" no Brasão de Armas do Centro de Recrutamento de Lisboa.

Coronel Inf Lúcio Santos, Prof Doutora Manuela Sarmento, Tenente-Coronel Art Palma Rosinha

Liderança Organizacional
Uma Visão Académica e Militar

A Academia Militar (AM), através do Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH), organizou, em parceria com a Universidade da Beira Interior (UBI), as Jornadas Académicas do Dia do Exército subordinadas ao tema "***Liderança Organizacional: Uma Visão Académica e Militar***".

O evento decorreu em 21 de Outubro de 2010, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da UBI, na Covilhã, tendo sido presidido pela Vice-reitora para a Investigação, em representação do Magnífico Reitor da UBI. Contou, ainda, com a presença do Presidente e do Vice-presidente da FCSH, do Administrador da Reitoria, vários Docentes e alunos da UBI e da AM. O Exército e o Comando da Academia Militar fizeram-se representar pelo 2º Comandante e Director de Ensino da AM.

As Jornadas tiveram o relevante testemunho de especialistas militares e académicos da AM e da UBI, enquanto oradores e moderadores, e promoveram, em cada painel, um espaço de debate aberto a todos.

Na sessão de abertura e de encerramento usaram da palavra a Vice-reitora da UBI, o 2º Comandante da AM e o Presidente da FCSH. Para além da transversalidade e da relevância dos conteúdos, foi salientada a importância do evento pela oportunidade para melhor esclarecer sobre a função militar, reforçar a ligação às entidades locais e regionais e a abertura geral à Sociedade civil, bem como divulgar a imagem castrense.

As Jornadas articularam-se em três painéis de discussão:

-No **Painel I – *"Aspectos Estratégicos na Defesa e nas Organizações"***, debateu-se a importância e a flexibilidade necessária à combinação entre a Liderança Estratégica e o Planeamento Estratégico e os respectivos planos de acção, de modo a desenvolver uma visão comum para as organizações. Tal como os seguintes, este painel contou com duas comunicações. A primeira, subordinada ao tema *"Liderança Contingencial"*, centrou-se na procura de um conceito de liderança, para posteriormente se identificarem e caracterizarem as principais linhas de investigação da liderança organizacional. Como principal ponto de reflexão, assume preponderância o facto de as teorias da liderança passarem a integrar os determinantes situacionais (organizacionais, individuais e relativos ao posto de trabalho), abrindo caminho para as teorias mais contemporâneas, das quais se destacam a transaccional e a transformacional. A segunda comunicação, sobre a "*Visão do Comandante no Planeamento Estratégico*", para além de apontar mecanismos que permitem a associação entre as duas expressões e a sua integração, remeteu para reflexões de natureza conceptual e outras vias de pensamento sobre a visão dos

(Foto do título) Sessão de Abertura, presidida pela Vice-reitora para a Investigação, em representação do Reitor da UBI.
Painel I – *"Aspectos Estratégicos na Defesa e nas Organizações"*.
Painel II – "***Das competências ao Desempenho***".
Painel III – "***Cenários Internacionais: Preparação e Implementação***".

líderes no futuro. Foi recentrada na importância da visão do Comandante na metodologia do planeamento estratégico.

No **Painel II – *"Das competências ao Desempenho"***, analisou-se a relação das competências essenciais das organizações, com os estilos de liderança, de modo a obter desempenhos de excelência. Este painel teve duas comunicações. A primeira, "*O Conhecimento Tácito em Contexto Militar: Das Competências aos Resultados*", abordou o estudo do conhecimento tácito, da liderança transformacional e transaccional em contexto militar, enquanto modelos explicativos de como os Comandantes de Pelotão exercem a liderança. A integração do modelo sobre o Conhecimento Tácito com o modelo de Liderança Transformacional e Transaccional permite verificar que o último ano da formação superior na AM é *preditor* do estilo de liderança transformacional e transaccional a utilizar na "primeira experiência de comando". Em termos globais, estes resultados clarificam a influência do conhecimento tácito nos estilos de liderança e a importância destas variáveis na promoção e desenvolvimento de competências de comando. Na segunda comunicação do Painel II, "*Perspectivas e Pressupostos da Liderança na Gestão das Pessoas e do Conhecimento*", analisou-se o papel da liderança no suporte à co-definição e integração estratégica, confluente, de processos de gestão, segundo um estudo de integração e alinhamento entre dualidades de estratégias de negócio, estratégias de gestão de recursos humanos e estratégias de gestão do conhecimento. Privilegiando a via da personalização e as abordagens inspiradas e centradas nas pessoas, designadas por abordagens de estímulo, caracterizadas pelo facto de os gestores apenas poderem actuar indirectamente, analisou-se o desafio do papel da liderança na criação de dinâmicas relacionais de influência e condições subjectivas nas quais o conhecimento e a criatividade possam emergir e ser mobilizados nas operações, para concretizar os objectivos estratégicos da organização.

No **Painel III – *"Cenários Internacionais: Preparação e Implementação"*** reflectiu-se sobre a importância do conhecimento da cultura dos países de destino, estabelecendo relações e liderando equipas multiculturais, de modo a enfrentar os desafios da internacionalização. A partir da primeira comunicação "*A União Europeia enquanto Actor de Democratização nos Balcãs Ocidentais*" pôde-se concluir que, para enfrentar os desafios da internacionalização, é necessário desenvolver novas competências na liderança estratégica do Espaço Europeu, como sejam o aperfeiçoamento de relações

interpessoais numa perspectiva de igualdade e a inteligência social num ambiente multicultural. Quanto ao papel da União Europeia na preparação e implementação dos projectos para provocar mudanças rumo à democratização, estes são conseguidos através do desenvolvimento económico, da credibilidade das instituições locais e da garantia do alinhamento Europeu através dos valores universais, dos quais destacamos a segurança, a igualdade, a transparência e a responsabilização. A segunda comunicação, "Experiência *Militar Portuguesa no Afeganistão e Paquistão: Aproximação Cultural*", mostrou que as intervenções portuguesas no espaço internacional têm permitido o desenvolvimento de competências como a inteligência social, a capacidade de negociação, a capacidade de adaptação e de integração com diferentes culturas, o que se tem revelado fundamental para estabelecer relações de grande proximidade com outros povos. Ficou evidente que as Forças Nacionais Destacadas devem ter conhecimento da cultura, crenças e hábitos dos países de destino. Apenas é possível ganhar confiança e credibilidade junto das instituições e populações locais se houver um alinhamento perfeito com as suas expectativas e necessidades, ou seja, interagir numa plataforma de igualdade e empatia mútuas, de modo a poderem atingir-se as finalidades da missão. Não faltam hoje elementos de conhecimento e doutrina aos militares portugueses quando partem para as missões: têm o *sangue* dos aventureiros portugueses, o *saber* dos combatentes e a *reflexão* dos grandes comandantes. Munidos destas poderosas ferramentas, é assim que temos cumprido missões em Teatros de Operações tão distantes e diversos.

Porque se tratava de um evento promovido pelo Exército, aproveitando a dimensão e a projecção destas Jornadas Académicas, foram ainda apresentados alguns *posters* sobre projectos de investigação em curso no CINAMIL/Exército. Pela mesma razão, no exterior do edifício da FCSH decorreu uma exposição móvel sobre o processo de recrutamento e selecção de pessoas, a cargo da Direcção de Obtenção de Recursos Humanos. A cobertura vídeo e fotográfica do evento foi realizada pelo Centro de Audiovisuais do Exército (CAVE).

Consideramos que as Jornadas constituíram um momento alto na formação dos Alunos da AM e da UBI e um espaço de partilha de conhecimentos vitais às organizações e às pessoas que têm, ou terão no futuro, responsabilidades de liderança e de gestão.

Para o sucesso do evento contribuíram decisivamente a disponibilidade, a hospitalidade e o envolvimento pessoal dos primeiros responsáveis da Reitoria da UBI e da Presidência da FCSH, a quem deixamos um especial agradecimento. As comunicações, moderações e debates pautaram-se por uma muito elevada qualidade, vivacidade e esclarecimento das temáticas suscitadas. As Jornadas permitiram ainda estreitar as relações entre as duas instituições de ensino superior em apreço, no sentido de uma maior proximidade e consequência no futuro, designadamente nos domínios da formação e da investigação.

Permitam-nos uma última nota: as comunicações e as reflexões em torno das mensagens deixadas nestas Jornadas Académicas serão, brevemente, objecto de publicação em livro.

fotos: CAVE

Apresentação de Projectos do CINAMIL/AM.

Inauguração de Centro Interpretativo no Forte da Casa

Teve lugar no Forte da Casa, concelho de Vila Franca de Xira, a 4 de Novembro, a inauguração do Centro Interpretativo dessa localidade.

No Forte n.º 38, junto ao qual fica o Centro Interpretativo, foi feita a recepção oficial ao Presidente da Assembleia da República, Professor Jaime Gama, que presidiu à cerimónia. No decorrer desta, foi descerrada a Placa Inaugural do Centro Interpretativo, a que se seguiu a Homenagem aos Mortos. Antes de se efectuar a visita, quer ao Centro Interpretativo do Forte da Casa, quer ao Forte n.º 38, tiverem lugar as intervenções da Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, D. Maria da Luz Rosinha, da Embaixadora da Noruega, Dr.ª Inga Magistad, e do Dr. Jaime Gama. Destaca-se, ainda, a presença do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Marcos Perestrello, e do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

A cerimónia foi precedida pela apresentação, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, da Moeda Comemorativa do Bicentenário das Linhas de Torres.

Esta acção integra-se na Rota Histórica das Linhas de Torres e comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres. A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no âmbito da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres, conta com o apoio do Exército Português e do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Tem vindo a encetar trabalhos de salvaguarda e preservação dos fortes da 1.ª e 2.ª Linhas Defensivas de Torres Vedras, nomeadamente nas fortificações que se encontram no seu território municipal. Conta, ainda, com o apoio financeiro do programa "Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu", financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega.

A Norte da capital, entre o Tejo e o Atlântico, foi construído um sistema defensivo que consistiu num dos marcos da arquitectura e estratégia militares da história europeia. Pela sua extensão (85 km), pelo número de fortificações (152), pela conjuntura que presidiu à sua edificação e pela eficácia bélica alcançada, determinou o início da derrota das tropas napoleónicas.

Terminada a sua utilidade estratégico-militar, este património cultural foi-se degradando, necessitando de uma intervenção de reabilitação que permita o seu usufruto por parte das populações. A sua constituição é um importante elemento identitário e um valioso recurso educativo para questões tão diversas como a cidadania, a defesa do ambiente e a história europeia.

O projecto integrado de salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres consiste na recuperação parcial da parte mais significativa de um sistema de fortificações militares de campo, construído, na sua maioria, entre 1809 e 1810 para a defesa da cidade de Lisboa, face às invasões do Exército Napoleónico, durante a Guerra Peninsular.

A comemoração do bicentenário das Linhas de Torres, em 2010, constitui um momento alto de visibilidade, divulgação e fruição deste património militar.

***in Jornal do Exército* n.º 27, de Março de 1962**

Soluções deste número:
1 - Tronco à esq.; 2 - Tronco por cima do leão; 3 - Barriga do leão; 4 - Perna do barbeiro; 5 - Ramo sobre o tronco; 6 - Porta da palhota; 7 - Emblema no barrete; 8 - Gola da camisa.

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT/ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed.

EXÉRCITO

Alves Roçadas e o Combate de Naulila

Cronologia

1865 – Nasce em Vila Real (6 de Abril).
1882 – Entra para o Exército.
1894 – Promovido a Capitão.
1897 – Enviado para Angola onde, durante três anos, desempenha importantes missões de reconhecimento geográfico e levantamento cartográfico.
1902 – Parte para a Índia para desempenhar a função de chefe de estado-maior das tropas aí estacionadas.
1905 – Regressa a Angola, assumindo o cargo de governador do distrito da Huíla.
1907 – Comanda a coluna de operações que protagoniza a chamada "campanha dos cuamatos" Maio/Outubro). É promovido a Major, nomeado ajudante-de-campo do rei e recebe diversas condecorações.
1908 – Promovido a Tenente-Coronel por distinção. Desempenha a função de governador de Macau.
1909 – Novo regresso a Angola, sendo nomeado governador-geral da província.
1910 – Demite-se do cargo de governador-geral da província, em virtude da implantação da República, regressando a Lisboa.
1914 – Comanda a expedição encarregue da defesa do Sul de Angola, comandando as forças no **combate de Naulila**.
1918/19 – Comanda o Corpo Expedicionário Português (CEP) em França, tendo para tal sido graduado Oficial General.
1919/1923 – Governador-Geral de Moçambique.
1924 – Promovido a Oficial General. No ano seguinte é Comandante da 1ª Divisão do Exército.
1926 – Morre em Lisboa (28 de Junho).

O Comandante

José Augusto Alves Roçadas foi um distinto Oficial do Exército Português, tendo demonstrado ao longo da sua carreira – em situações diversas – excepcionais capacidades intelectuais, de comando e de liderança.
Nasceu em Vila Real de Trás-os-Montes, em Abril de 1865 e entrou para o Exército em 1882, no Regimento de Cavalaria n.º 2, prosseguindo a sua carreira de uma forma promissora, como o evidencia a sua prestação na frequência do curso de Estado-Maior, que frequentou em 1888 e onde terminou em primeiro classificado. Foi promovido a capitão em 1894 e, em 1897, é enviado para Angola onde, durante três anos, desempenha importantes missões de reconhecimento geográfico e levantamento cartográfico. Em 1902 parte para a Índia para desempenhar a função de chefe de estado-maior das tropas aí estacionadas e, em 1905, regressa a Angola, desta vez para assumir o cargo de governador do distrito da Huíla, onde a situação local era muito complicada, agravada pelo massacre do *Pembe* (no ano anterior), no âmbito da pacificação e ocupação do Sul de Angola, em que cerca de 500 homens comandados pelo capitão Pinto de Almeida perderam a vida contra os Cuanhamas. O génio militar de Alves Roçadas fica então demonstrado ao iniciar e terminar vitoriosamente a difícil *Campanha dos Cuamatos*, campanha essa onde ao longo de várias fases pune os rebeldes, constrói um forte na margem esquerda do Cunene (que ficaria conhecido com o seu nome), derrota os guerreiros nativos em número muito superior, ocupa o território e elimina definitivamente a lenda da invencibilidade do *Cuamato*, que tantos prejuízos causara à imagem da soberania portuguesa.
No regresso a Lisboa, em 1907, é recebido apoteoticamente; é promovido a Major, nomeado ajudante-de-campo do rei, recebe diversas condecorações – serviços distintos, valor militar – tendo ainda recebido a mais alta condecoração *Torre e Espada* do rei D. Carlos (o qual a tirou do seu próprio dólmen), em reconhecimento dos superiores serviços prestados à Nação. Promovido a Tenente-Coronel por distinção em 1908, desempenha depois a função de governador de Macau e regressa a Angola em 1909, onde é nomeado governador-geral da província, cargo do qual se demite em virtude da implantação da república em 1910, regressando a Lisboa.
Volta a Angola em 1914 no quadro da I Guerra Mundial, para comandar a expedição encarregue da defesa do Sul de Angola, nomeadamente, no âmbito da sublevação do gentio estimulada pelos germânicos e das acções destes na região de *Naulila*.
Independentemente do elevado mérito das opções militares por si tomadas, o reduzido número de tropas à sua disposição acabaria por ditar, contudo, um desfecho em que foi necessário aumentar substancialmente os efectivos em presença e substitui-lo por um oficial de patente superior, no caso concreto o general Pereira d'Eça.
Do seu vasto currículo constam ainda importantes funções, como o comando do Corpo Expedicionário Português em França, em 1918/1919 – em que é responsável pelo seu regresso a Portugal –, Governador-Geral de Moçambique (1919-1923) e comandante da 1.ª Divisão do Exército (1925). No âmbito do 28 de Maio de 1926, chegou a ser apontado como o rosto que assumiria a condução dos acontecimentos, mas adoece, falecendo em 28 de Junho desse ano.
Tal como Mouzinho de Albuquerque, Caldas Xavier ou Paiva Couceiro, Alves Roçadas pertenceu a uma casta de luxo que, num período extremamente conturbado, deu à nação heróis de uma tal dimensão que a história não só não deve esquecer, como deve exaltar como exemplos de bravura, inteligência e dedicação à causa lusa.

http://purl.pt/1020

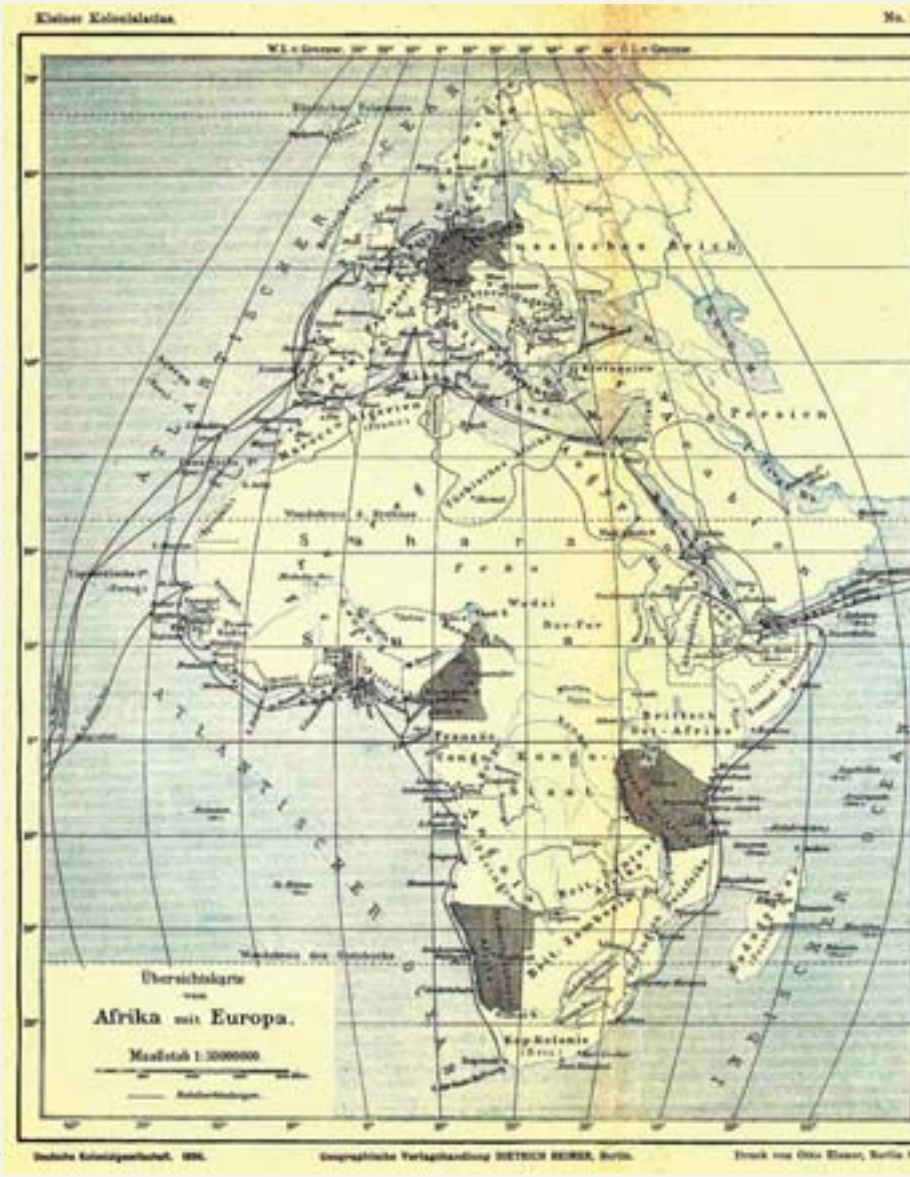
Gravura do Capitão Alves Roçadas.

A Conjuntura Político-Estratégica

O combate de Naulila tem como um dos principais móbiles político-estratégicos a pretensão germânica de controlo e conquista da África Ocidental portuguesa, nomeadamente Angola, que tinha fronteira a Sul com o território alemão do Sudoeste Africano Alemão (actual Namíbia – era composto pela *Damaraland*, a Norte, e pela *Great Namaqualand*, a Sul).

Esta pretensão alemã surgiu em 1886 (um ano após a conferência de Berlim) aquando das negociações para delimitação da fronteira entre Angola e o Sudoeste Africano Alemão. Portugal queria uma fronteira na latitude do Cabo Frio, enquanto a Alemanha desejava uma fronteira mais a Norte, no Cunene; nunca se tendo chegado a acordo definitivo, foi combinada uma zona "neutra" de onze quilómetros – em que nenhuma das partes conhecia a exacta extensão da jurisdição do oponente – zona essa que, por diversas vezes, foi palco de incursões e violações alemãs. Também em 1898 (e reiterada em 1913) – ano em que situação financeira portuguesa era muito grave – a pretensão territorial alemã está bem expressa, ao celebrar um acordo secreto com a Inglaterra para partilha das colónias portuguesas, onde é manifestada a sua intenção de tomar posse de parte de Angola, caso Portugal não pagasse um empréstimo à Alemanha (empréstimo esse que acabaria por nunca se efectivar, porque Portugal desistiu de o contrair) e fosse obrigado a oferecer os impostos alfandegários angolanos como caução. Por sua vez, diversas actividades de exploração e penetração económica alemã ocorreram no período de 1870-1914, das que se realça a compra de terras no Sul de Angola por comerciantes alemães, onde estabeleceram fazendas, colónias e investiram em companhias coloniais como a Companhia de Moçâmedes, fundada em 1914. De acordo com Wheeler e Pélissier, nesse mesmo ano, o cônsul alemão no Lubango, *Herr Schoss*, ter-se-á mesmo envolvido numa conspiração com os alemães do Sudoeste Africano Alemão para tomar o distrito do Huíla e se declarar o novo Governador.

Em 1914, o Sul de Angola era ainda uma zona de ocupação dispersa, com uma fraca implantação militar e com a presença de algumas comunidades estrangeiras, entre as quais alemães, holandeses e noruegueses. Para que aí fossem reconhecidos os direitos de soberania portuguesa, Portugal tinha-se comprometido internacionalmente à



http://www.history-of-germany.com/

Mapa das colónias alemãs em África (1896).

ocupação efectiva de todo o território do interior de Angola. Nos vales dos rios Cunene e Cubango, dada a resistência dos povos indígenas à colonização portuguesa, optou-se pela ocupação militar e, só depois da região pacificada e consolidada, pela criação das restantes condições para a ocupação civil.

Apesar do enorme êxito da campanha dos Cuamatos em 1907, liderada por Alves Roçadas, a frágil linha de fortes aí construída e a reduzida presença militar não estimulavam a ocupação do território por gente portuguesa, em virtude do clima de insegurança provocado pelos continuados ataques dos indígenas locais – principalmente cuanhamas – bem como pelas incursões dos vizinhos alemães do Sudoeste

Postdampfschiffverbindungen nach den Deutschen Schutzgebieten in Afrika.

1. Deutsch-Ostafrika.

2. Deutsch-Südwestafrika.

3. Kamerun.

4. Togo-Gebiet.

Africano. Estes últimos mantinham uma pressão constante, enviando missões para a zona, vendendo espingardas automáticas (*mausers* e *manelikers*) novas aos indígenas, encorajando a subversão e rebeliões contra Portugal, estabelecendo ligações com os bóeres, com as comunidades alemãs em Moçamedes e Lubango e fazendo planos para reclamarem aquilo que os alemães consideravam terras agrícolas de primeira qualidade, comparadas com as terras áridas da sua colónia. Ainda de acordo com Wheeler e Pélissier, os "planos de guerra secretos dos alemães em Setembro de 1914, revelados apenas depois da Segunda Guerra Mundial, apontavam claramente para que Angola viesse a constituir a parte ocidental da África Central alemã, sendo que a sua anexação faria parte dos despojos de guerra após a vitória esperada".

No final da primeira década do século XX vive-se em Portugal uma situação muito complexa. Financeiramente, a bancarrota de 1892 agrava-se progressivamente nos anos seguintes e obriga Portugal a financiar-se internacionalmente; no campo das relações externas, a implantação da República em 1910 é recebida com frieza e hostilidade por uma Europa dominada por monarquias, nomeadamente pela Inglaterra, de quem Portugal muito depende politicamente (provavelmente, a maior fragilidade da política externa portuguesa) e por Espanha (surgindo novamente o espectro do perigo e anexação espanhola); no âmbito da política interna, as lutas entre republicanos e monárquicos agravam-se, promovem a instabilidade e violência política e alastram a todos os sectores da sociedade; militarmente, as reformas de 1911 têm muito pouco sucesso e impacto, em virtude da eclosão da guerra, em 1914, continuando Portugal com um instrumento militar mal preparado, equipado e estruturado para combater em dois teatros de guerra: o europeu e o africano.

Refira-se, no entanto, que a implantação da República não alterou a orientação da política externa nem as opções estratégicas do Estado português: preservar a aliança inglesa e sustentar o projecto africano. Relativamente a este último desígnio, os objectivos gerais da política externa eram, em primeiro lugar, a manutenção da integridade territorial do império africano e, em segundo e se possível, a sua expansão e das zonas de influência, fosse à custa das colónias alemãs ou da submissão das populações indígenas.

A eclosão do conflito na Europa em 1914 e o possível alastramento a África, diversos

http://memory.loc.gov/

Mapa de Angola e Sudoeste Africano em 1910.

incidentes com tropas alemãs nas fronteiras de Angola e Moçambique durante esse ano e a contínua acção subversiva dos cuanhamas (incentivados pelos alemães) na região da limes Sul de Angola tornam críticas as questões de segurança nas fronteiras e evidenciam a necessidade urgente de reforçar os parcos efectivos do exército colonial, mal equipado e treinado, além de desmotivado. É para fazer face a estes ingredientes que o governo decreta, em 18 de Agosto de 1914, a mobilização de dois destacamentos mistos destinados a Moçambique e Angola, este último comandado por Alves Roçadas, e com dois objectivos estratégicos para a campanha: por um lado, fazer a ocupação do território cuanhamo e, por outro, fazer respeitar os direitos de soberania de Portugal no caso de extensão da guerra ao continente africano.

Peça Erhardt que entrou em combate contra os alemães.

http://revistaantigaportuguesa.blogspot.com/

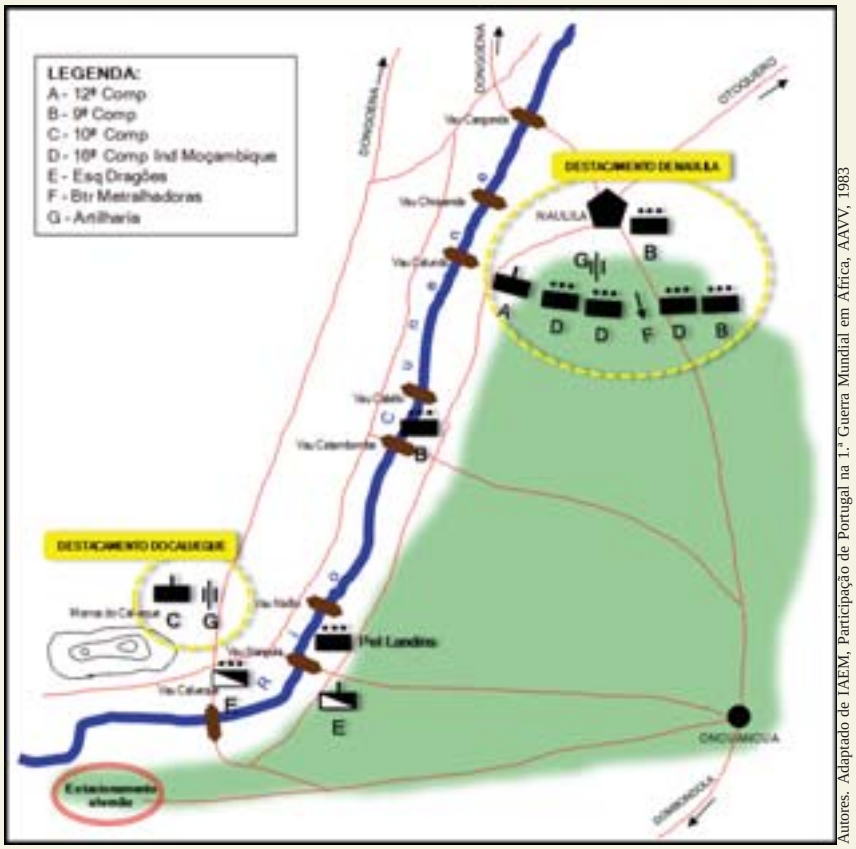
A Arte da Guerra e os Aparelhos Militares

Decidido o envio da expedição militar a Angola, o Governo, através do Ministro da Guerra, General Pereira d'Eça (o "pêra de aço", para os seus detractores), convida em 18 de Agosto de 1914 o Tenente-Coronel Alves Roçadas parra assumir o comando da expedição. Alves Roçadas imediatamente deu início aos trabalhos de organização, reunindo as unidades postas à sua disposição, mandando proceder à mobilização das unidades localizadas em Angola que reforçariam e expedição e estabelecendo contacto com o Governador-geral da província angolana solicitando informações diversas relacionadas, principalmente, com o apoio logístico.

As unidades expedicionárias que embarcaram em Lisboa, em 10 e 11 de Setembro (a bordo dos navios "Cabo Verde" e "Moçambique"), divergiam na qualidade da organização, treino, equipamento e operacionalidade. O 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 14 (Viseu) foi organizado à última hora, com praças de diversas unidades, apresentando falhas ao nível da instrução; o 3.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria 9 (Porto) foi também organizado à pressa e o seu grau de instrução era muito baixo, pelo que era necessário ainda ministrar instrução (já no teatro), antes de qualquer empenhamento; a 2.ª Bateria do 1.º Grupo de Metralhadoras (Lisboa) apresentava-se bem organizada e instruída; a 2.ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha (Viana do Castelo), equipada com peças 7,5 TR (Canet), estava relativamente organizada e instruída; faziam ainda parte da força uma unidade de serviços de saúde do 1.º Grupo de Companhias de Saúde (Lisboa) e uma unidade de serviços administrativos do 1.º Grupo de Companhias de Administração Militar (Lisboa). Perfaziam um total de cerca de 1525 homens e, no que respeita a material e solípedes, verificava-se a ausência de carros sanitários e de carros de munições, bem como de muares de baste (mulas de carga) para a infantaria e metralhadoras; o número de solípedes de todas as unidades era muito inferior ao efectivo orgânico.

O panorama das unidades existentes em Angola, destinadas ao reforço, era significativamente pior: uma Bateria de Montanha (Erhardt), organizada principalmente com elementos de Angola, que dispunha apenas de três peças e sem instrução de tiro; o 1.º Esquadrão de Dragões de Angola, com faltas significativas em material; as 15.ª e 16.ª Companhias de Indígenas de Moçambique e as 16.ª e 17.ª Companhias de Indígenas de Angola, com elementos disciplinados e resistentes, mas com parca instrução.

Com estas unidades, Alves Roçadas julgava ter o potencial militar suficiente para poder fazer face ao inimigo indígena e, assim, poder cumprir o primeiro dos seus dois objectivos de campanha – ocupação do território cuanhamo. No entanto,



Dispositivo das forças portuguesas em 17 de Dezembro.

para fazer face a possíveis acções das tropas alemãs e cumprir o seu segundo objectivo – fazer respeitar os direitos de soberania de Portugal – considerou (ainda em Lisboa) necessário o reforço de mais unidades, nomeadamente, dois Batalhões de Infantaria, duas Baterias de Metralhadoras, duas Baterias de Artilharia e um Esquadrão de Cavalaria, unidades essas que, contudo, foram mobilizadas por decreto apenas em 11 de Novembro, isto é, já muito depois de Alves Roçadas e as restantes unidades terem desembarcado em Angola e ter ocorrido o dramático "incidente de Naulila" (em 19 de Outubro, entre portugueses de um posto militar do Sul de Angola e uma reduzida missão alemã, aparentemente não bélica, em que os alemães são mortos e/ou feitos prisioneiros).

Desembarcando em Moçamedes em 27 de Setembro, Alves Roçadas imediatamente constata o atraso na constituição do apoio logístico solicitado às autoridades administrativas locais, bem como na organização das forças da província. Publica a organização dos serviços da retaguarda e da linha de etapas e, apenas em 11 de Outubro, considera reunidas as condições para poder ordenar a concentração das forças no planalto do Huíla. A conclusão da operação de concentração das forças no planalto só foi possível em 22 de Outubro (três dias após o "incidente de Naulila") e, mesmo assim, sem o 3.º Esq Cav, o qual só em 2 de Novembro chegou ao Lubango.

Perante os acontecimentos ocorridos no "incidente de Naulila" e posterior vingança alemã no posto militar de Cuangar (em 31 de Outubro, em que tropas alemãs massacram a guarnição), ficou claro para Alves Roçadas que, com meios insuficientes, teria de fazer face a acontecimentos que se integravam no segundo objectivo de campanha – a defesa da nossa soberania contra acções dos alemães. Após ponderação de diversas modalidades de acção decidiu então atravessar o Cunene e ir ao encontro das forças alemãs que tinham entrado no território português.

Presumindo que a direcção de ataque alemã seria entre o Cuamato grande e o Cunene, Alves Roçadas define para o grosso das suas forças a linha de concentração Naulila-Donguena e divide as suas forças em dois núcleos: um destinado à defesa de Naulila e dos vaus de Cabélo e do Catangombe e o outro destinado à defesa dos vaus de Calueque e Nangula. Em Naulila, fica o Cmd da expedição, a Btr Ehrardt, a BtrMetr, a 9.ª Comp de Inf 14 (que fornecia um pelotão para a reserva), a 12.ª Comp de Inf 14 e a 16.ª Comp Indígena de Moçambique. Junto aos vaus do Calueque/Nangula, ficava parte da BtrArt (Canet), a 10.ª CompInf 14 e o Esquadrão de Dragões.

No caso das forças alemãs, pode presumir-se que, em caso de uma pretensa invasão, os objectivos seriam os planaltos de Huíla e o do Huambo e os eixos de aproximação para esses objectivos seriam, respectivamente, os do vale do Cunene e do vale do Cubango. As forças alemãs que combateram em Naulila eram comandadas pelo Major Franck e possuíam na sua organização: a 2.ª Comp de Infantaria (sob o comando do capitão Von Water), a 6.ª Comp de Infantaria (sob o comando do capitão Weiss), uma Secção de Metralhadoras (2 armas), uma Btr de Montanha (4 peças) e parte de uma Btr M/96 (2 peças).

A 12 de Dezembro, a Companhia de Von Water estaciona a SW do vau do Calueque e o grosso das forças, lideradas por Franck, atinge essa posição a 16 desse mês. Do plano de ataque dos alemães constava a intenção de dividir as forças em dois núcleos: a companhia de Von Water, reforçada com parte da Btr M/96, teria a missão de se deslocar ao longo do Cunene e atacar o flanco direito da posição portuguesa, em Naulila; o grosso das forças, sob o comando de Franck, deslocava-se para Este e atacava o flanco esquerdo.

Salvador
2010

Descrição da Batalha

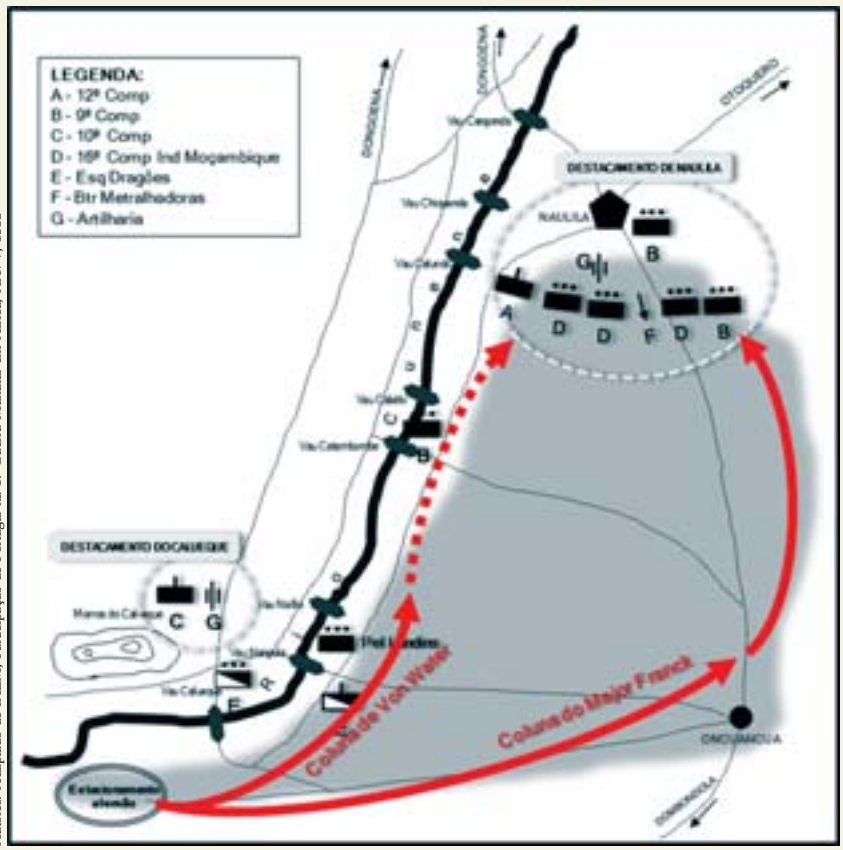
Em 17 de Outubro o destacamento de Calueque (comandado pelo Major Salgado) informou o comando das forças portuguesas que parte significativa das forças alemãs acampada a jusante daquele vau se movia para Leste, provavelmente na direcção de Naulila. Foram então dadas ordens, através de mensagem (por ordenança a cavalo), para que as forças do destacamento de Calueque atacassem o remanescente das forças alemãs no acampamento (as de Von Water) e para que o Esquadrão de Dragões estabelecesse contacto com o grosso das forças inimigas (as de Franck) e esclarecesse a sua direcção de ataque; estas mensagens, contudo, só chegariam aos destinatários durante o dia seguinte, não resultando por isso qualquer dos efeitos pretendidos, em tempo.

As forças alemãs iniciaram o ataque por dois eixos. Por volta das 24H00 de dia 17, as forças comandadas por Von Water (eixo de ataque esquerdo) abandonam o estacionamento e entram progressivamente em contacto com as forças portuguesas que defendiam os diversos vaus do Calueque e, principalmente, com o Esquadrão de Dragões, resultando daí grande atraso para a progressão alemã e consequente descoordenação do ataque convergente com Franck (do plano de ataque alemão constava que seriam as forças de Von Water que iniciariam o ataque a Naulila, às 04H30).

As forças comandadas por Franck (eixo de ataque direito) progrediram durante a noite, a coberto do mato, apoiados na picada Oncuancua-Naulila, que conduzia ao flanco esquerdo da posição de Naulila; como Von Water se atrasou e não estava pronto para iniciar o ataque à hora combinada, resolveu Franck iniciar as hostilidades, meia hora depois.

Assim, às 05H00, as tropas alemãs comandados por Franck iniciam fogo de infantaria – intercalado com fogos de artilharia e de metralhadoras – sob o flanco esquerdo da posição portuguesa e alargando-os progressivamente a toda a frente. O posto de Naulila, onde tinham sido instalados o posto de socorros e o posto de remuniciomamento, incendeia-se.

Houve imediatamente uma resposta ao fogo por parte das tropas portuguesas mas, perante a violência dos fogos alemães, o pelotão da 9.ª Comp colocado na extremidade do flanco esquerdo cede e retira precipitadamente para o interior do posto, abrindo uma brecha no dispositivo. Também a 16.ª Comp Indígena de Moçambique, ao seu lado, não aguentou o fogo inimigo; primeiro o pelotão da esquerda e posteriormente os outros desorganizam-se e abandonam as posições, deixando a Btr de Metralhadoras sem apoio e segurança próxima (interessa realçar que os Landins da 16.ª Comp Indígena de Moçambique não sabiam falar português o que, debaixo de fogo, tornou extremamente difícil a ligação com as unidades adjacentes e a acção de comando). A artilharia portuguesa, sofrendo fogos intensos de bateria, muda de posição para se colocar em posição mais favorável para a contra-bateria. O Pelotão da 9.ª Comp que estava em reserva teve de



Autores. Adaptado de IAEM, Participação de Portugal na 1.ª Guerra Mundial em África, AAVV, 1983

Direcções de ataque alemãs.

http://de.academic.ru

Victor Franck (ou Franke), comandante das forças alemãs em Naulila, combate após o qual foi nomeado comandante das forças (Schutztruppe) do Sudoeste Africano alemão.

desenvolver e responder ao fogo inimigo.
Perante o agravar da situação, e para reforçar a defesa contra o ataque principal, Alves Roçadas manda então deslocar para o flanco esquerdo a 12.ª Companhia, refazendo assim a frente, mas desguarnecendo o flanco direito; durante algum tempo esta Companhia reage (consegue inclusivamente avançar cerca de 250 metros na direcção do inimigo) e aguenta o ataque, mas acabaria também por recuar, perdendo a sua coesão. A Bateria de Metralhadoras, que entretanto fora reforçada com uma Secção da 12.ª Companhia, empenhou-se valorosamente na detenção das forças germânicas; porém, à medida que as horas passavam, as avarias sucediam-se em virtude do desgaste provocado pela constante cadência e tiro e as munições escasseavam.
Cerca das 08H00 da manhã, os homens estavam esgotados e o potencial de combate das tropas portuguesas era já muito reduzido. A 9.ª Companhia estava perdida para o combate; a 16.ª Companhia Indígena de Moçambique inteiramente desmoralizada e dispersa; a 12.ª Companhia tinha perdido a coesão e a sua eficiência para o combate estava muito abalada; a Bateria de Metralhadoras tinha todas as suas peças avariadas; a Bateria Erhardt tinha poucas munições e muitas baixas em pessoal e solípedes. Esta situação era agravada pela ameaça que se começava a esboçar sobre o flanco direito (desguarnecido com a saída da 12.ª Companhia para o flanco esquerdo) pela aproximação das tropas de Water, entretanto desembaraçadas do Esquadrão de Dragões.
Perante tal cenário, Alves Roçadas dá ordens para efectuar o reconhecimento de um itinerário de retirada pelo vau Chiquenda e comanda ele próprio um derradeiro contra-ataque que, contudo, com poucas forças, fatigadas e sem coesão, resulta infrutífero. Informado que foi que o itinerário de retirada estava livre, quebra o contacto e, às 09H30, determina a retirada das nossas forças. A retirada para Dongoena, passando pelo vau Chiquenda, fez-se sem pressão do inimigo. O Destacamento de Calueque acabaria também para retirar para o mesmo sítio e aí reunir-se ao restante das forças.
A coluna portuguesa chegou à Dongoena, onde fez um pequeno alto para descanso e alguma alimentação das tropas, e seguiu de imediato para o Humbe, onde chegou a 19 de Outubro. Alves Roçadas ordena, então, a evacuação dos postos do Cuamato – o forte Cuamato, o posto Dame-quero, o reduto de Moçambique e o forte Roçadas. O Comandante deste último, ao accionar a destruição do excesso de munições que tinha em paiol, provoca uma explosão de tal dimensão que produz o pânico nas tropas portuguesas que já estavam no Humbe as quais, receando tratar-se da artilharia das forças alemãs, debandaram precipitadamente na direcção de Bela-Bela.
As baixas portuguesas foram em maior número que as alemãs. Julga-se que portugueses mortos foram 3 Oficiais, 54 Praças brancas e 12 indígenas; feridos foram 5 Oficiais, 61 Praças brancas e 10 indígenas; prisioneiros foram 3 Oficiais e 34 Praças. Do lado alemão, mortos foram 3 Oficiais e 7 Praças brancas; feridos, foram 10 Oficiais (um deles o Major Franck) e 20 Praças brancas.

Análise da Batalha

Dos diversos aspectos que interessam à análise de uma batalha, começa-se, neste caso, pela questão do terreno. E, de facto, a posição de Naulila não tinha nenhum dos requisitos tácticos a que deve satisfazer uma boa posição defensiva. Era um terreno desfavorável, não apresentava abrigos naturais nem assentava num obstáculo, o posto resumia-se a um muro de adobe em toda a volta e uma trincheira sem grande preparação, e estava cercado por uma fiada de arame farpado com algumas abatizes. Essa falta de requisitos naturais do terreno não foi compensada por uma adequada organização do mesmo; faltava para tal o material apropriado, o qual só chegou à região do Humbe na altura em que já se desenrolava o ataque.

Numa derrota militar não há, normalmente, uma única causa que a explique, resultando usualmente do conjunto de diversos factores. Naulila não é excepção, encontrando-se as possíveis explicações em factores de ordem logística, táctica, natural, etc., dos quais se elencam os mais relevantes. Assim, desde logo, o chamado "incidente de Naulila" precipitou de facto os acontecimentos e a reunião de meios no planalto do Huíla teve de ser feita à pressa e mal; a falta de material para a organização do terreno, a falta de treino e conhecimento conjunto e o atraso de algumas unidades (v.g. o 3.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria 9 não participou no combate por questões relacionadas com falta de material; teria sido uma unidade fundamental na defesa de Naulila) são disso exemplos. De âmbito mais táctico, podem-se tecer diversas seguintes considerações: compreende-se a maior dispersão das forças em virtude da incerteza quanto ao ataque principal do inimigo; no entanto, essa dispersão provocou o enfraquecimento do dispositivo quando o ataque se materializou; o preceito de estabelecer contacto com o inimigo o quanto antes deve ser perseguido por quem defende, no sentido de esclarecer a situação o mais rapidamente possível e, assim, permitir uma mais eficaz manobra defensiva. O dispositivo linear em Naulila (apenas com um pelotão em reserva) e estendido ao longo de uma frente de 3 quilómetros não conferia ao esquema defensivo a tão necessária profundidade a uma defesa com sucesso. A própria localização do posto de remuniciamento situado perto da frente e num ponto bem referenciado – o posto de Naulila – fere princípios básicos de apoio logístico, nomeadamente, ficar fora do alcance da artilharia inimiga e estar devidamente dissimulado. Um outro aspecto que muito contribuiu para o desaire, senão o maior, foi a falha na comunicação entre os destacamentos de Naulila e do Calueque; esse aspecto não permitiu exercer devidamente a acção de comando e influenciar em tempo os acontecimentos, particularmente, a (in)acção do Destacamento do Calueque (com cerca de 240 homens, e que praticamente não se fez sentir) e do Esq de Dragões, no necessário ataque ao acampamento inimigo (onde estava Von Water) e no importante estabelecimento do contacto com o grosso das forças inimigas, respectivamente.

Houve, naturalmente, aspectos meritórios. Apesar de tudo, o valor do soldado português fica mais uma vez demonstrado na forma como durante quatro horas se bateu contra um inimigo muito mais organizado e eficaz; também a qualidade da acção de comando de Alves Roçadas fica patente, por exemplo, na forma como habilmente manobra a 12.ª Companhia durante o combate, como dá o exemplo e incentiva o contra-ataque, ou planeia e conduz a retirada.

Batalhas da História de Portugal, QuidNovi, 2006

Posição defensiva portuguesa no Sul de Angola.

Esquadrão de Dragões após o combate de Naulila.

Etnografia do Sudoeste de Angola, Vol. 2, 1960.

Distribuição etnográfica do Sul de Angola.

Consequências

A não perseguição, pelos alemães, das forças portuguesas após o combate de Naulila e a retirada no dia seguinte para a Damaralândia permite inferir que a finalidade essencial da sua missão era a represália pelos acontecimentos no "incidente de Naulila" e não a tomada e controlo do território português. Aliás, as relações diplomáticas com a Alemanha mantiveram-se "normais", sem reconhecimento oficial do estado de beligerância por qualquer dos Governos. Como se refere na obra *Portugal na Grande Guerra*, dirigida pelo General Ferreira Martins, "o combate de Naulila não modificara a nossa situação política para com a Alemanha, porque não chegara ainda o momento de ser solicitado o nosso esforço a favor dos aliados. Éramos de facto, neutros no continente e tínhamos sido por alguns dias beligerantes em Angola". Portugal só em 1916 declararia oficialmente guerra à Alemanha.
Também pelo atrás referido, as consequências principais do combate de Naulila resultaram da própria repercussão junto do gentio sublevado. Agora, além dos cuanhamas, estavam também sublevados os Cuamatos e a revolta estendeu-se rapidamente aos territórios de Cafima, Evale e Cafú. O abandono do Humbe tinha, além do referido, duas consequências graves: por um lado, deixava as guarnições dos postos mais afastados em condições extremamente difíceis, por terem de se confrontar com um gentio sublevado, aguerrido e motivado, tendo mesmo sido atacados os postos de Nalueque e Otoquero e as guarnições, em retirada, dos postos de Damequero, Forte Cuamato, Evale e Cafima. Por outro lado, deixava aberta as linhas de invasão do Cubango e do Cunene (para o gentio e, eventualmente, alemães) e consequente possibilidade de acesso a importantes regiões, como Lubango e Benguela. Portanto, além do impacto moral que as derrotas têm no exército e dos naturais e elevados danos para a imagem e prestígio de Portugal, o combate de Naulila teve repercussão directa na retirada precipitada e abandono da região do Humbe, facto esse que levou à revolta dos indígenas e consequente necessidade de mobilizar um grande volume de tropas e de meios para repor a situação anterior.
Após os acontecimentos de Naulila, foram várias as vozes críticas que se levantaram contra a acção de Alves Roçadas. A este aspecto, concordamos no essencial com Fortunato Arrifes, quando este refere que essas críticas assentam numa "perspectiva redutora mas porventura intencional, na medida em que ao individualizar um fracasso, ao mesmo tempo que se demoniza o inimigo está-se na prática a entrar num processo de desculpabilização nacional, pois esquece-se as profundas fragilidades da organização do sistema defensivo implementado nos espaços coloniais". Alves Roçadas acabaria por pedir a demissão do cargo, que não foi aceite, tendo o Governo reiterado mesmo a sua confiança. Contudo, em Fevereiro de 1915, o Governo que lhe sucede comunica a Roçadas que, em virtude do grande volume de tropas (cerca de 11.000 homens), seria necessário nomear para comandante das forças em operações no Sul de Angola um Oficial de patente superior, o General Pereira d'Eça. Poder-se-ia depreender que todo este volume de forças pressupunha a possibilidade de Portugal se tornar beligerante e o teatro de operações passar a ser o africano; contudo, tal só veio a acontecer em Moçambique, dada a rendição das tropas alemãs da região do Sudoeste Africano às forças da África do Sul, em 9 de Julho de 1915.

Embarque de tropas portuguesas para Angola, no cais do Arsenal.

http://commons.wikimedia.org/

http://memoriaseraizes.blogspot.com/

Forte da Bunja (Cuangar).

Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, Portugal - Grande Guerra 1914-1918, Diário de Notícias, 2003, p. 150

Ataques alemães a Naulila e Cuangar.

Curiosidades

Das diversas curiosidades de Naulila relatam-se três episódios que tiveram impacto nos acontecimentos: o incidente de Naulila, o ataque alemão de retaliação a Cuangar e a forma como, em Angola, foram recrutados auxiliares e voluntários.

Relativamente ao chamado "incidente de Naulila", o administrador alemão do distrito de Outjó, na Damaralândia, acompanhado de alguns soldados e oficiais entrou em 15 de Outubro, sem autorização, em território angolano. Interceptado pelo Alferes Sereno, comandante do posto de Dragões de Otoquero, dirigiram-se no dia 19 para Naulila para daí seguirem para o Cuamato, onde estava a sede da capitania e onde se trataria da licença para seguir para o Lubango em perseguição de um desertor alemão. Em Naulila, o administrador alemão pretendeu retirar-se, acompanhado dos seus Oficiais e Praças. Depois de troca de palavras e de ameaças mútuas, o administrador acabou por ser morto a tiro por um dos militares portugueses e semelhante destino tiveram os oficiais que o acompanhavam.

Quanto ao "massacre de Cuangar", em 31 de Outubro, um destacamento de tropas alemãs, comandado pelo comandante militar de Grootfontein, Capitão Lehmann, com mais de 30 militares europeus e várias dezenas de negros, atacam de surpresa o posto fronteiriço de Cuangar, como retaliação ao "incidente de Naulila". O resultado foi o massacre de parte da guarnição (2 Oficiais, um Sargento e 5 Praças brancas, algumas indígenas e um comerciante) e o saqueio e destruição do posto. Na sequência desta acção foram ainda assaltados e destruídos outros postos militares na região, ao longo do Cubango – Bunja, Sambio, Dirico e Mucusso.

Interessante é também, noutra perspectiva, a forma como foi fácil a Alves Roçadas angariar auxiliares para acompanhamento das tropas nas acções contra o Cuanhama. Mal chega a Angola, Roçadas dirige-se a Humpata e depois de falar aos mais importantes e velhos companheiros das campanhas passadas (recorde-se a notável campanha dos Cuamatos, em 1907) consegue a sua cooperação, como também a dos seus amigos e parentes, imediatamente perfazendo trinta auxiliares de confiança, amigos e leais. Também em virtude do prestígio de Alves Roçadas alguns auxiliares portugueses vieram espontaneamente oferecer-se, conseguindo-se assim elevar de forma significativa o efectivo do corpo de auxiliares e com elementos muito valiosos.

Para terminar, não podemos deixar de transcrever algumas palavras do "Livro de Ouro de Infantaria – 1914-1918", a propósito de Naulila. "O combate de Naulila não foi pois uma derrota vergonhosa para nós, porque houve quem se portasse com estóica bravura, com uma abnegação e valor admiráveis, não se poupando a sacrifícios, e fosse de uma intrepidez e ardimento inegáveis. (…) É para causar assombro, que uns 130 oficiais, sargentos e soldados, que se mantiveram no seu posto de honra, travando constante e violentíssimo combate, ainda, por fim, se atirassem de baioneta armada (…) sob um chuveiro de projécteis, dispostos a conservar a tradicional glória do Exército. (…) A nossa resistência foi colossal e o extraordinário número de mortos causa pavor."...

Autores
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia de Referência

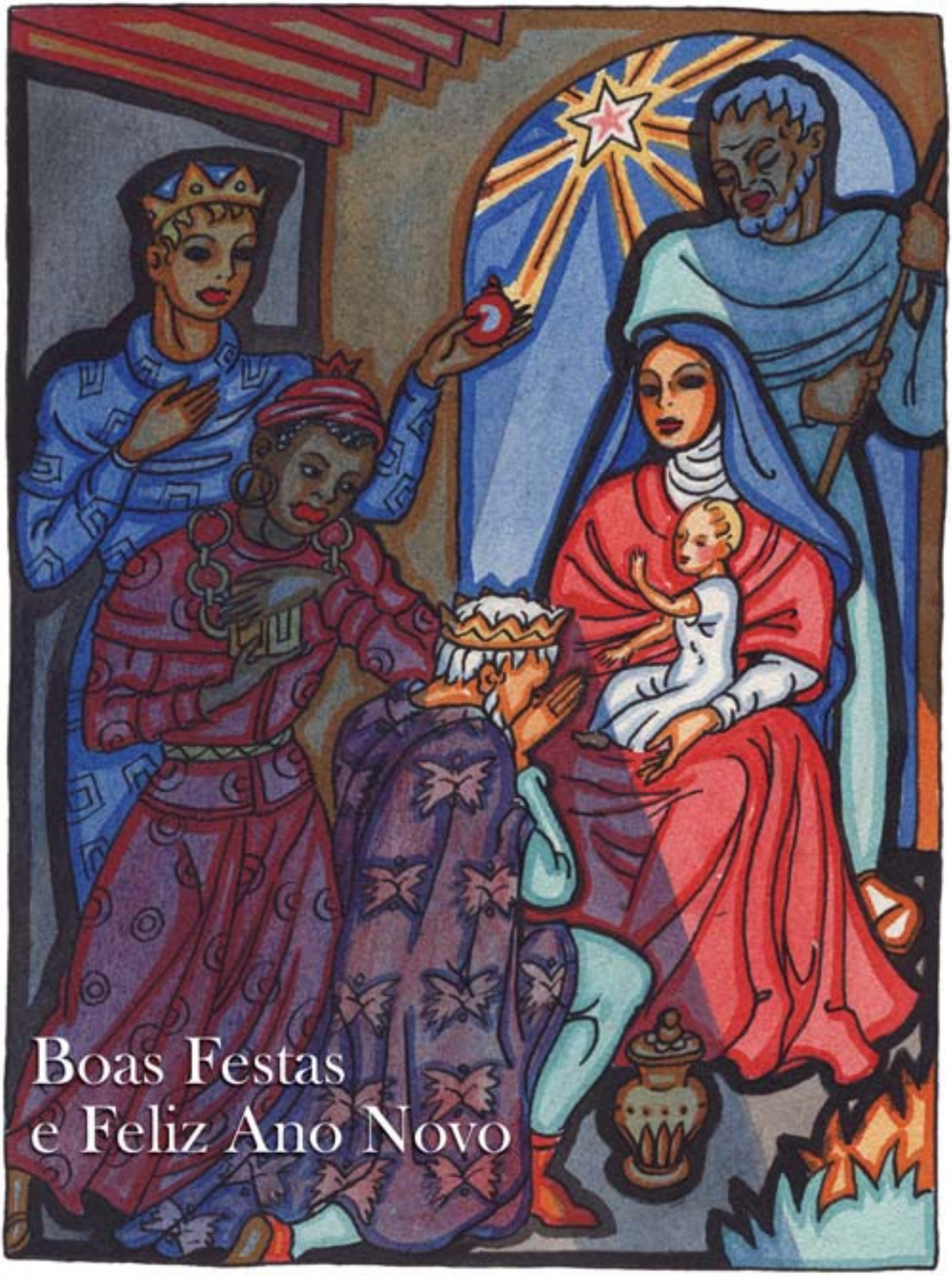
- ARRIFES, Marco Fortunato, A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Mocambique (1914-1918), Lisboa, Edições Cosmos e IDN, 2004.
- WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René, História de Angola, Lisboa, Tinta da China, 2009.
- FRAGA, Luís Alves, Naulila, 1914, in Portugal: Grande Guerra 1914-1918 (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Diário de Notícias, s/d.
- IAEM, Participação de Portugal na 1.ª Guerra Mundial em África, AAVV, 1983.
- IAEM, Curso de História Militar do Curso de Estado-Maior, 1935.
- COSTA, Gomes da, A Guerra nas Colónias, Lisboa, Portugal-Brasil, 1925.
- REGALADO, Jaime Ferreira, Cuamatos, 1907: os bravos de Mufilo no Sul de Angola. Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- Livro de Ouro da Infantaria, MCMXIV-MCMXVIII, Comissão Técnica da Arma de Infantaria, 1922.

jornal do

Exército

€2.00 (IVA incluído)

Ano LI - n.º 601 - Dezembro de 2010 - Mensal



Sempre de **Acordo** consigo

No Santander Totta queremos ter uma relação privilegiada com os nossos Clientes através dos Protocolos Colectivos.
Por isso, criámos condições muito vantajosas de Crédito à Habitação (1) e Crédito Pessoal (2) com redução no *spread* da taxa de juro e isenção de comissões. Na domiciliação do seu ordenado tem, desde logo, acesso a uma Conta Ordenado que, entre outras vantagens, lhe oferece um seguro de responsabilidade civil até 5.000€ por ano ou a antecipação até 100% do seu ordenado líquido, com um limite máximo de 3.500€ (3), bem como um descoberto autorizado até 50% do saldo pontual de recursos, com o máximo de 5.000€ (3).
Beneficie ainda da isenção de juros no descoberto autorizado durante 2 dias por mês, pelo montante máximo de 100€.

(1) Exemplo para um Crédito de 200.000€, com relação financiamento/garantia de 60%, prazo de 40 anos, com verificação de condições de cross-selling. O valor da TAE indicado não inclui os prémios de Seguros. Comissão de Reembolso de 0,5% no regime de taxa variável e 2% se no regime de taxa fixa. TAE 4,838%. Euribor a 3 meses 4,423% (Março 2008) arredondada à milésima. TAN de 4,713% com *spread* aplicável de 0,29%.

(2) Excluindo todos os produtos de campanha. TAEG de 9,864% para um empréstimo de 50.000€ a 84 meses, TAN 8,5% e valor residual de 35%, para um Cliente que transfira o seu Crédito Pessoal e que preencha as condições especiais e de cross-selling inerentes ao produto. Não inclui o valor do prémio de seguro de vida. A prestação será revista trimestralmente de acordo com os produtos/serviços detidos em cada momento.

(3) Sujeito a decisão do balcão. A taxa de juro aplicável ao crédito e descoberto cumulativo por Domiciliação de Ordenado e por Saldo de Recursos que o Banco concede ao Cliente é, actualmente, de:
a) 12% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for igual ou superior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 13,22%,
b) 17,5% ao ano se o saldo pontual de Recursos do Cliente for inferior a €5.000, a que corresponde uma TAEG máxima de 19,80%.
c) O saldo a descoberto vence juros mensalmente, contados diariamente sobre o saldo em dívida, às taxa referidas no número anterior.
d) A base de cálculo dos juros é Act/365.

Vá já ao Santander Totta e informe-se.

Santander Totta

O Valor das Ideias

SANTANDER PRESENTE EM MAIS DE 40 PAÍSES

alm OFTALMOLASER
oftalmologia médica e cirúrgica

www.alm.pt

PROMOVER, PREVENIR, TRATAR E CUIDAR A SAÚDE DOS SEUS OLHOS

A **ALM OFTALMOLASER** é uma clínica especializada na prestação de serviços de oftalmologia, com modernas instalações em Lisboa, e dispõe de uma cuidada equipa de profissionais que garante um serviço de excelência ao doente e ao acompanhante.

A nossa clínica está preparada para responder ao tratamento de todas as patologias oftalmológicas, com a prestação de um serviço de qualidade igual ou superior, ao praticado em clínicas internacionais.

Estamos dotados com todas as tecnologias de ponta e aplicamos as técnicas cirúrgicas mais recentes, acompanhando todos os avanços que são feitos neste âmbito.

Consultas de Oftalmologia
- Geral
- Especialidade

Exames
- Retinografia
- Angiografia Fluoresceínica
- Angiografia Verde Indocianina
- Ecografia
- Biometria
- Electrofisiologia Ocular
- Neurofisiologia
- Microscopia Especular
- Paquimetria
- Perimetria Computorizada
- Topografia Corneana (Orbscan)
- Zyoptic
- OCT

Terapêutica Fotodinâmica

Cirurgias
- Catarata
- Estrabismo
- Glaucoma
- Vitreo-retiniana
- Lentes Intraoculares para correcção da Miopia
- Cirurgia da Criança

Cirurgias Laser (Excimer) - Lasik
- Miopia
- Hipermetropia
- Astigmatismo

Tratamentos Laser Argon e Yag
- Diabetes
- Glaucoma

alm
Rua Dr. Nicolau Bettencourt, nº 39 e 41 | 1050-078 Lisboa
Tel: 213 838 560/2 | Fax: 213 838 563/9
Telemóvel: 969 803 883/4 - 939 654 156 - 917 418 247
alm.omc@alm.pt

ACORDOS: ADM, Advance Care, CML, Caixa Geral de Depósitos, PSP, Companhias de Seguros, Comp. de Seguros Tranquilidade, Médis, Maxicare, Multicare, PT/ACS, SAMS Quadros, ADSE, IASFA - Instituto de Acção Social das Forças Armadas, SAMS SBSI, SAMS SIB, Savida, Unimed.

EXÉRCITO

Exército

PROPRIEDADE
DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Direcção, Redacção e Administração
Largo de S. Sebastião da Pedreira
1069-020 Lisboa
Telef: 213 567 700
Fax Civil: 213 567 791 Militar: 414 091

E-mail: jornal.do.exercito@mail.exercito.pt
E-mail: jornal.exercito@sapo.pt
E-mail – Intranet: Jornal do Exército
Home page: www.exercito.pt

DIRECÇÃO
Director
Coronel de Infantaria
José Custódio Madaleno Geraldo
Secretária
Ass Técnica Teresa Felicíssimo

REDACÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel J. Pinto Bessa
Redactores
Alferes RC Nelson Cavaco
1º Sargento Anjos Das Neves
Mauro Matias
Operadoras Informáticas
Ass Técnica Elisa Pio
Ass Técnica Guiomar Brito

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
Chefe
Tenente-Coronel Augusto Correia
Operadora Informática
Ass Técnica Tânia Espírito Santo
Biblioteca
Ass Técnica Joana Moita

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
Operador Informático
Sargento-Ajudante João Belém
Distribuição e Publicidade
Sargento-Ajudante Luís Silva
Ass Operacional Filomena Remédios

SECRETARIA
Sargento-Chefe Costa e Silva

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA
Lusa - Agência de Notícias
de Portugal, SA
Centro de Audiovisuais do Exército
RCRPP/GabCEME

EXECUÇÃO GRÁFICA
PERES - SOCTIP Indústrias gráficas, SA
Estrada Nac. 10, Km 108,3 – Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Telef 263 009 900 – Fax 263 009 999
acosta@peres-soctip.pt
Tiragem – 6 000 exemplares

Depósito Legal n.º 1465/82
ISSN 0871/8598

Sumário

Ano LI - N.º 601 - Dezembro de 2010

Mensagem de Natal
do CEME 5

Tongobriga
Um Olhar (Preambular)
de um Engenheiro Militar 24

Suplemento
Gomes da Costa
e a Batalha de La Lys

Poema “Espírito de Natal” – 4
Hospital Militar de Luanda – Hospital Militar Principal 1961-1975 – 16
As múltiplas faces do Coronel Ribeiro Soares – 34
Exercício Rapaces 10 – Comando da Brigada Mecanizada – 39

Secções

Figuras e Factos – 8 a 15
200 Anos da Guerra Peninsular – Programa do Exército – 44 e 45
Passatempos de outros tempos – 46

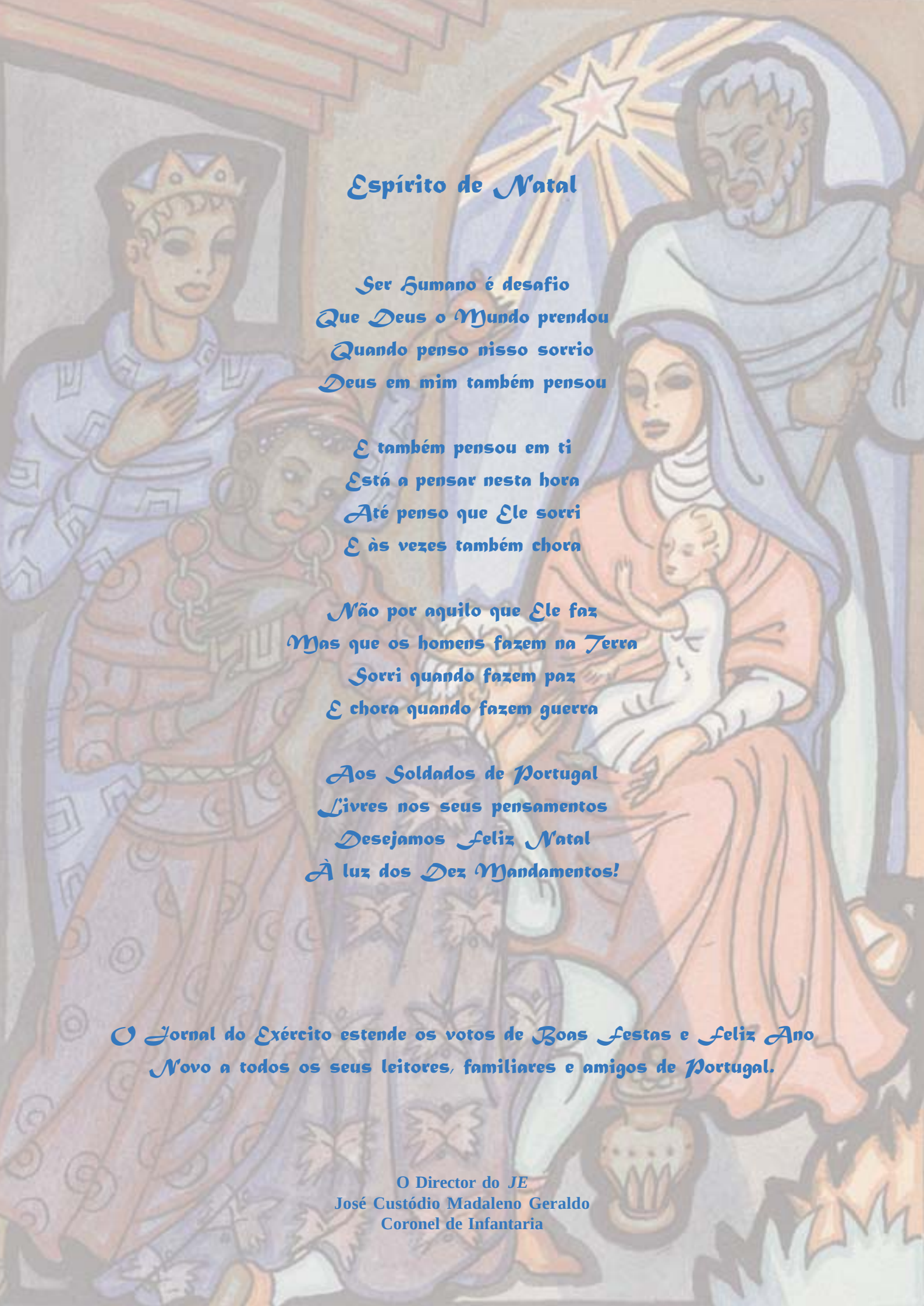
Capa: Adoração dos Reis, Jorge Herold jor. 1930

Contracapa: Esfera armilar

Revisão de texto a cargo do Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Os artigos publicados com indicação de autor são da inteira responsabilidade dos mesmos, não reflectindo, necessariamente, a posição institucional do Comando do Exército Português

ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO, CULTURA E RECREIO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS, CRIADO POR PORTARIA DE 14JUL60



Espírito de Natal

Ser Humano é desafio
Que Deus o Mundo prendou
Quando penso nisso sorrio
Deus em mim também pensou

E também pensou em ti
Está a pensar nesta hora
Até penso que Ele sorri
E às vezes também chora

Não por aquilo que Ele faz
Mas que os homens fazem na Terra
Sorri quando fazem paz
E chora quando fazem guerra

Aos Soldados de Portugal
Livres nos seus pensamentos
Desejamos Feliz Natal
À luz dos Dez Mandamentos!

O Jornal do Exército estende os votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo a todos os seus leitores, familiares e amigos de Portugal.

O Director do *JE*
José Custódio Madaleno Geraldo
Coronel de Infantaria

Mensagem de Natal do General CEME

Militares e Funcionários Civis do Exército.

Ao aproximarmo-nos do final de um preenchido ano de 2010, o Comandante do Exército enaltece a determinação e competência de todos quantos cumprem a sua missão, no âmbito das diversas áreas funcionais, contribuindo para a afirmação e prestígio do Exército e da Nação.

Cumprimos, como é nosso apanágio, com exemplar dedicação e elevado sentido de serviço público, todas as missões que nos estão confiadas. Tivemos dificuldades, mas, soubemos sempre encontrar as soluções mais adequadas para as superar ou alertarmos e propormos, em tempo oportuno, as medidas que se nos afiguravam melhor poder responder a cada situação. E em todas elas soubemos manter a clarividência e firmeza necessárias à prossecução dos nossos objectivos e dos nossos valores, a bem do cumprimento da missão e da defesa dos interesses nacionais.

Foi assim que, diariamente, no âmbito das tarefas administrativo-logísticas, de instrução, de treino operacional e de tantas outras que compõem o dia-a-dia das nossas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, cumprimos, de forma empenhada, na vontade unânime de proceder à edificação de um Exército mais moderno e flexível, com padrões de exigência sempre mais elevados, transmitindo uma imagem de força credível e que responda eficazmente às solicitações do país.

No cumprimento das missões no exterior do território nacional, mantivemos uma significativa participação nas Forças Nacionais Destacadas, nos Quartéis-Generais Multinacionais e em missões de observação, de ligação e em acções de cooperação técnico-militar, destacando-se o profissionalismo, dedicação e patriotismo com que têm dignificado o Exército e Portugal.

No plano interno, no apoio à melhoria das condições de vida das populações e no apoio às forças de segurança e serviços de protecção civil, também durante o presente ano a acção do Exército foi marcada pela pronta disponibilidade, elevada capacidade e eficácia na resposta às diferentes solicitações que nos foram apresentadas. Destaco, neste particular, os apoios prestados à organização recente da cimeira da NATO, ao combate aos fogos florestais na época estival e, a relevante participação dos militares e dos meios do Exército no decisivo e oportuno apoio prestado às populações e autoridades da Região Autónoma da Madeira, aquando das cheias do passado mês de Fevereiro.

Com o aproximar do final do ano, entramos na quadra natalícia.

Celebrar o Natal é, acima de tudo, celebrar a Família. É por isso uma quadra que em todos suscita uma mais forte expressão de afectos, sentimentos e valores.

É a oportunidade para fomentar os valores da solidariedade e da fraternidade; para fortalecer os afectos que dedicamos a familiares e amigos e que, por força da disponibilidade com que nos entregamos às nossas missões, não raras vezes, saem prejudicados no apoio e no tempo que gostaríamos de lhes oferecer.

Saúdo assim todos os militares e funcionários civis que, com enorme espírito de entrega e profissionalismo, servem quotidianamente o Exército. Dirijo-me em particular aos homens e mulheres do Exército que, em vários teatros, nas Forças Nacionais Destacadas, nos Quartéis-Generais e nas missões de observação e de cooperação técnico-militar, cumprem de forma competente e dedicada a sua missão, longe do convívio das suas famílias.

Saúdo igualmente toda a Família Militar, pelo que representa para todos nós e pelo inestimável, incondicional e silencioso apoio que constitui, assumindo-se como indiscutível factor de coesão moral e de disponibilidade dos nossos militares.

Esta quadra e o avizinhar de um novo ano, impele-nos também a olhar o futuro. Sabendo que 2011 nos trará novos desafios, encaramo-los com determinação e clara noção das nossas responsabilidades, cientes das dificuldades que o país atravessa, igualmente convictos da inequívoca importância da afirmação do Exército, dos seus valores e da grandeza da sua missão.

Por isso, o Comandante do Exército renova o seu optimismo e a sua confiança na determinação, inteligência, dinamismo, ambição e motivação de todos quantos servem o Exército.

Formulo votos de Boas Festas e de um Feliz Ano Novo para todos os Oficiais, Sargentos, Praças e Civis, na situação de activo, reserva e reforma e também para toda a Família Militar e que o ano de 2011 seja um Bom Ano para o Exército e de realização de Portugal.

O Chefe do Estado-Maior do Exército
José Luís Pinto Ramalho
General

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

AO SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS

ASP · 5.11 TACTICAL SERIES · SAFARILAND · BLACKHAWK! PRODUCTS GROUP · TASER Protect Life

ABA · SECOND CHANCE · SAVVY ARMOR FOR WOMEN · FIRST CHOICE ARMOR With you. For life. · PROTECH

SAM MEDICAL PRODUCTS · MyClyns · TACTICAL MEDICAL SOLUTIONS · CELOX Controls life-threatening bleeding fast · DEFENSE TECHNOLOGY

MAXPEDITION HARD USE GEAR · CAMELBAK · BCB INTERNATIONAL · EBERLESTOCK

PELI · ESS Eye Safety Systems, Inc. · BATES · INOVA

BIANCHI · Crimson Trace · SUREFIRE · 911EP

LIBERVIT MANUFACTURER · HATCH · Marlow · QUIKSTEP ladder · ADVENTURE LIGHTS

Fisher Labs METAL DETECTORS · TASMANIAN TIGER · TULMAR TACTICAL · LANSKY SHARPENERS · SAT

projectina · FORENSICS SOURCE · STOP STICK

CONTINUAMOS A CRESCER...

Conheça todas os produtos disponíveis em www.miliciapro.com

Todas as marcas registadas apresentadas são representadas em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto
Tlf. +351 22 208 31 30 | Fax. +351 22 208 86 11 | email. milicia@miliciapro.com | Web. www.miliciapro.com

CROSSBOW™

A PROTECÇÃO BALÍSTICA FOI REINVENTADA

MILICIA
WWW.MILICIAPRO.COM

disponível em
www.miliciapro.com

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Lentes balísticas em policarbonato com 2,4mm de espessura.
- Armação Tri-Tech™, permite um ajuste sempre perfeito e garante a ausência de pontos de pressão.
- Tratamento ClearZone™, resistente aos riscos e com propriedades anti-embaciantes.
- Mecanismo DedBolt™ para substituição rápida das lentes, mantém a lente firmemente segura.
- Tecnologia ESSOPTICS™, garante a máxima visibilidade, livre de distorções ao longo de todo o campo de visão.
- Fornecidos com duas lentes adicionais.
- 100% de protecção contra raios UVA/UVB.
- Permite a colocação de lentes correctivas, através de um acessório vendido separadamente.

STANDARDS DE PROTECÇÃO BALÍSTICA

Os óculos Crossbow™ obedecem aos seguintes standards:
CE EN 166 FT K N, US Federal OSHA,
ANSI Z87.1+ and US MIL SPEC MIL-PRF-31013

CORES

Armação: Preto
Lentes Disponiveis: Escura, Transparente e amarela de alta resolução.

PRODUTO

- Crossbow™ 3LS: Imagem do Kit fornecido

ESS™

*Todas as marcas registadas são propriedade da Eye Safety Systems, Inc. representada em Portugal pela Milícia - Bens de Segurança e Tecnologias Militares, Lda. Com sede na Rua de Entreparedes, 11 | 4000-198 Porto

Visita do General CEME a Timor-Leste

No período de 8 a 12 de Novembro, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, efectuou uma visita oficial à República Democrática de Timor-Leste e às Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), a convite do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas F-FDTL, Major-General Taur Matan Ruak, no âmbito das acções de Cooperação Bilateral entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste.

No decurso da visita destaca-se, especialmente, os diversos contactos mantidos com o Chefe de Estado-Maior General das F-FDTL, tendo sido recebido em audiências pelo Presidente da República, Professor Doutor Ramos Horta, pelo Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, Sr. Kay Rala Xanana Gusmão e por S.Ex.ª Reverendíssima o Bispo de Díli, D. Alberto Ricardo da Silva, onde houve oportunidade de trocar diversos pontos de vista relativamente aos problemas comuns que afectam os dois Exércitos, as suas Forças Armadas e com aspectos político-sociais da comunidade local.

Durante as citadas audiências, foi referenciado o interesse das autoridades timorenses em alertar para determinados aspectos relacionados com a execução do "Programa-Quadro 2011-2013", designadamente, no âmbito: da Organização Superior da Defesa e das F-FDTL; do Centro de Instrução Militar "Comandante Nicolau Lobato"; da Componente Terrestre das F-FDTL; da Engenharia Militar; da Formação de Quadros das F-FDTL; e do emprego de "Assessorias Temporárias".

O programa oficial incluiu, essencialmente, visitas a diversas unidades timorenses permitindo obter uma visão mais abrangente das suas Forças Armadas, as suas capacidades e limitações, bem como aquilatar a inserção e concretização dos projectos de "Cooperação Técnico-Militar" (CTM) desenvolvidos pelo Exército Português e ainda as possibilidades de aprofundamento em diversas áreas.

Neste contexto, foram efectuadas visitas: ao Quartel-General das F-FDTL, em Taci Tolu; ao Hospital de Liquiçá, onde foram doados medicamentos e material cirúrgico, à "Componente Naval das F-FDTL" e ao "Projecto 2 – Componente Naval das FDTL/CTM", em Hera; e ao Centro de Instrução Militar "Comandante Nicolau Lobato" e "Projecto 3 – Componente Terrestre/CTM", em Metinaro.

Adicionalmente foram efectuadas visitas de cortesia ao "Sub-Agrupamento Bravo", da Guarda Nacional Republicana, tendo sido apresentada a missão e as capacidades do actual contingente; à "Escola Portuguesa", onde foram doados alguns materiais escolares; e ao "Museu da Resistência", para o qual foi manifestado o desígnio, urgente, de começar a elaborar de maneira sistemática e metodologicamente fundamentada uma história da "Resistência Armada de Timor", com a colaboração de oficiais do Exército Português, tendo sido nomeados dois oficiais superiores para o efeito.

No último dia, assistiu-se à realização de missa na Igreja Motael e à cerimónia da deposição de uma coroa de flores no Cemitério de Santa Cruz, em homenagem aos mortos no massacre ocorrido em 1991.

Ainda no mesmo período, a convite do Presidente da República Democrática de Timor- Leste, o General CEME proferiu uma palestra subordinada ao tema "Factores e Limitações na Escolha de uma Política de Segurança e Defesa por uma Pequena Potência", no módulo sobre o "Enquadramento Estratégico de Timor-Leste" do Curso Piloto de Defesa e Segurança.

A visita e os diversos encontros decorreram em ambiente de grande amizade, calor e franqueza de relacionamento, tendo sido salientado o enorme sucesso que tem sido a CTM portuguesa em solo timorense.

Os objectivos da visita foram plenamente atingidos, designadamente no que concerne ao conhecimento da reorganização da área da defesa e das Forças Armadas que têm vindo a ter lugar em Timor-Leste nos últimos anos. Tal permitiu reforçar as relações de cooperação e amizade já existentes entre o Exército Português e as F-FDTL, contribuindo, também, para a clarificação de vários aspectos na área de cooperação, no âmbito militar, incluídos no "Programa Quadro de Cooperação Bilateral 2011-2013", para o qual o Exército Português manifestou a usa inteira disponibilidade para participar na sua execução.

A Embaixada de Portugal, em Díli, realizou um excelente trabalho na coordenação desta visita e no seu acompanhamento, sendo de realçar o extraordinário empenho do Embaixador Luís Barreira de Sousa e do Adido de Defesa, Coronel de Infantaria Manuel Caroço Prelhaz.

Dia do Comando do Pessoal

No âmbito das comemorações do Dia do Comando do Pessoal (Cmd Pess) e tendo como finalidade festejar, divulgar e fortalecer a imagem do Exército interna e externamente decorreram, entre 4 e 26 de Novembro, uma série de eventos culturais e desportivos, culminado com o dia festivo, a 26 de Novembro, em cerimónia revestida de solenidade, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho (CEME). Destacou-se ainda a sessão solene realizada no salão nobre do Quartel de Santo Ovídio, onde se apresentaram as redes sociais inseridas no âmbito do programa D. Afonso Henriques.

Dos eventos realizados destacam-se: o Concerto de Gala, a 4 de Novembro, com a Banda Militar do Porto e com a participação do Coro de S. José (Açores), realizado na sala Suggia, da Casa da Música, no Porto; as II Jornadas Cmd Pess, a 16 e 17 de Novembro, com a finalidade de difundir e debater orientações no âmbito da gestão dos recursos humanos, e que contaram com a presença de todos os Oficiais de Pessoal das Unidades Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército, o que permitiu potenciar e acrescentar mais valias às jornadas através da dinâmica criada entre os Oficiais de Pessoal e o Cmd Pess, contribuindo decisivamente para o debate de temas decorrentes das tarefas associadas à gestão de recursos humanos e para uma maior uniformização de procedimentos, garantindo a eficácia e eficiência na gestão das pessoas colocadas no Exército.

Inseridos nas actividades do Programa D. Afonso Henriques, e associados ao dia do Cmd Pess, realizaram-se ainda os seguintes eventos:

Percurso de Bicicleta Lisboa (AM) – Porto (Cmd Pess) por estrada, de 13 a 15 de Novembro, organizado pelo Clube de Ciclismo do Exército (CCEx);

O III Ciclo de Conferências, em 23 de Novembro, sobre "Gestão de Recursos Humanos" subordinado ao tema "Avaliação de Desempenho", com a finalidade de criar um fórum de reflexão e de debate de ideias, através da interacção entre diversos académicos, gestores públicos e privados e militares, fomentando uma ligação estreita entre a instituição militar e a sociedade civil, no sentido de contactar com as práticas nos diversos domínios. Este ciclo beneficiou da participação, entre

outros, de oradores de exércitos estrangeiros, nomeadamente o General de Brigada Manoel Luiz Narvaz Pafiadache, Director de Avaliação e Promoção do Exército Brasileiro e o Coronel Juan Antonio Alonso Villoslada, Chefe da Secção de Avaliação do Exército Espanhol, e do ilustre Professor Doutor Carlos Cabral Cardoso, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Da audiência destacam-se os mais de 120 convidados, na sua maioria Militares, Comandantes, Directores, Chefes, docentes e alunos da Licenciatura em Recursos Humanos da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão e da Associação de Politécnicos do Norte;

O IV torneio de Golfe do Cmd Pess, que decorreu no Club de Golfe da Estela a 19 de Novembro, organizado pelo Clube de Golfe do Exército (CGEx). Contou com a presença de 40 jogadores entre sócios do CGEx, outros convidados e patrocinadores;

Lançamento do livro "Ultreia! Caminho Sem Bermas" de António Sá Gué, teve lugar no Cmd Pess em 22 de Novembro. A obra foi apresentada pelo Dr. António Alberto Barbosa Areosa, professor titular na Escola Secundária Dr. Ramiro Salgado, em Torre de Moncorvo. Esta cerimónia foi presidida pelo Ajudante-General do Exército, Tenente-Gene-ral Eduardo Manuel de Lima Pinto, e contou com a presença de diversos militares e civis.

Dia do Exército na Região Autónoma da Madeira

As comemorações do Dia do Exército, na Região Autónoma da Madeira, decorreram de 15 a 23 de Outubro e incluíram actividades de índole desportiva, cultural, tecnocientífica, religiosa e militar.

A 15 de Outubro realizou-se a prova de atletismo "V Circuito do Dia do Exército" sobre um percurso de 5.200 m, organizado pelo Comando da Zona Militar da Madeira (ZMM) em parceria com a Associação de Atletismo da Madeira. Testemunhado por inúmeras individualidades civis e militares e muitos populares anónimos, cerca de duas centenas de atletas, entre os quais 25 militares, percorreram algumas das principais artérias da Cidade do Funchal.

A área cultural foi marcada por três acções. A primeira, no dia 20 Outubro, numa das salas do Museu Militar da Madeira, na Fortaleza de São Lourenço, na qual foram apresentados os resultados de uma investigação da Engenheira Leonor Pereira, da Universidade de Aveiro, intitulada: "Caracterização dos materiais utilizados na construção do Palácio de S. Lourenço (PSL)". Após a apresentação, o Professor Doutor Fernando Rocha e o Doutor Engenheiro João Batista, orientadores da referida investigação, conduziram uma visita didáctica ao monumento, através da qual puderam ser observados testemunhos exemplificativos do estudo apresentado. Este evento contou com a presença de diversas entidades militares e civis convidadas, nomeadamente das áreas da investigação e docência das disciplinas da Geologia, Geografia, Engenharia Civil e História, com especial destaque para o Reitor da Universidade da Madeira.

No dia 22 Outubro foi inaugurada a exposição fotográfica "Gentes do Mundo", da autoria do Coronel Conde Falcão, no Núcleo Museológico do Museu Militar da Madeira, localizado no Forte de São Tiago.

Ainda no dia 22 de Outubro, no Centro de Artes Casa das Mudas, no Concelho da Calheta, realizou-se um concerto pela Banda Militar da Madeira, chefiada pelo Sargento-Chefe Jorge Dias, em parceria com o Conservatório – Escola Profissional da Artes da Madeira – Eng. Luiz Clode. Esta parceria permitiu à Banda Militar da Madeira apresentar um variadíssimo repertório, tendo sido executadas obras datadas desde o séc. XIX até à actualidade. O concerto foi encerrado com a marcha "Patrono do Exército" (tocado e cantado) de Joaquim Luís Gomes, na presença de cerca de centena e meia de convidados.

O Centro das Artes Casa das Mudas, situado no Vale dos Amores, no Concelho da Calheta, ilha da Madeira, foi inaugurado em 9 de Outubro de 2004. Trata-se de um imóvel de grande relevância arquitectónica, projectado pelo Arquitecto Paulo David, que foi objecto das maiores referências ao nível da arquitectura internacional, tendo-lhe sido atribuídos diversos prémios. Actualmente, encontra-se exposta a "Colecção Berardo Art Déco – What a Wonderful World". Esta exposição, que já esteve patente na Fundação Serralves, no Porto, no Museu de Arte Moderna, em Sintra e no Centro Cultural de Belém, está patente na Madeira desde 9 de Julho de 2010. Trata-se de uma das colecções mais representativas a nível mundial do movimento nascido em França depois da I Guerra Mundial, com uma grande diversidade de peças, algumas nunca antes expostas.

Em 23 de Outubro, realizou-se na Sé do Funchal a Missa de Sufrágio, celebrada pelo Padre Marcos Pinto e que contou com a participação do Coro da Delegação dos CTT do Funchal. A Sé do Funchal é um monumento histórico cujos trabalhos de projecção e construção iniciaram-se em 1493, tendo sido concluídos em 1514, sob os desígnios de Pero Anes e Gil Enes. Obra característica do gótico tardio, conjugando os materiais locais com saberes antigos e modernos, assume-se, no presente, como a mais emblemática obra do período manuelino na Ilha da Madeira.

No mesmo dia, realizou-se no Largo do Colégio, junto à Câmara Municipal do Funchal, a Cerimónia Militar Comemorativa do Dia do Exército na Região Autónoma da Madeira. As forças em Parada, sob o comando do Coronel Paulo Maia Pereira, Comandante do Regimento de Guarnição N.º3, enquadravam a Banda Militar da Madeira e Fanfarra, Bloco de Guiões das Unidades e dois Batalhões a duas Companhias da ZMM. A Cerimónia Militar iniciou-se com a prestação das honras militares à Alta Entidade que presidiu à cerimónia, o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Antero Alves Monteiro Diniz. Seguiu-se a integração do Estandarte Nacional na formatura, uma alocução do Comandante da ZMM, Major-General Tiago Vasconcelos, a imposição de condecorações e o desfile das forças em Parada. Após o desfile a Banda Militar da Madeira efectuou uma exibição, que incluiu a demonstração de exercícios em marcha.

Além da Alta Entidade que presidiu, a cerimónia contou com a presença, entre muitos outros convidados, do Vice-Presidente da Assembleia Legislativa (em representação do Presidente da ALM), Dr. Jacinto Serrão, do Secretário Regional dos Recursos Humanos (em representação do Presidente do Governo Regional da Madeira), Dr. Brazão de Castro, e do Bispo do Funchal, D. António Carrilho.

Chefe do Estado-Maior do Exército Francês visita o Exército

O Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) de França , General Elrick Irastorza, visitou o Exército Português nos dias 29 e 30 de Novembro.

O CEME de França foi recebido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, no dia 29, no Estado-Maior do Exército. Após a prestação das devidas honras militares, no Pátio dos Canhões, seguiu-se uma exposição sobre o Exército português e a assinatura do Livro de Honra.

No período da tarde, a comitiva francesa deslocou-se para a Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), onde assistiu a uma exposição e demonstração de capacidades aero-terrestres da BrigRR.

O programa da visita incluiu, no dia 30, uma visita àAcademia Militar (AM), na Amadora, com visionamento de uma exposição e visita às instalações da AM.

Lançamento do livro "A Última Missão"

A Academia Militar (AM), na Amadora, acolheu o lançamento do livro "A Última Missão", da autoria do Coronel José de Moura Calheiros, no dia 29 de Novembro.

O auditório da AM encheu-se de inúmeras entidades civis e militares, entre as quais se destacava o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, para assistirem ao lançamento da obra do Coronel José Calheiros. O livro relata a sua última missão na Guiné, cujo objectivo foi exumar o corpo de três camaradas pára-quedistas, que aí tombaram ao serviço da pátria, durante a Guerra Colonial.

A primeira alocução coube ao director da Editora Caminhos Romanos, Dr. António Carlos de Azeredo, seguindo-se uma exposição da Professora Doutora Eugénia Cunha, uma das antropólogas forenses que acompanharam o Coronel José Calheiros na sua viagem à Guiné-Bissau.

A apresentação da obra coube ao cineasta António Pedro de Vasconcelos, que agradeceu o convite e definiu a mesma como uma extraordinária experiência de guerra, afirmando

que "se há uma palavra que define este livro é escrúpulo, escrúpulo em dizer a verdade."

Por último, o autor da obra dirigiu-se à plateia para definir a mesma como "um abrir de uma gaveta de recordações", com o objectivo de "dar a conhecer às gerações mais novas e futuras o que foi a guerra", assim como "prestar homenagem a uma geração que perdeu os melhores anos da sua vida, através da vida de três soldados."

Lançamento do livro "História Concisa de Como se Faz Guerra"

O novo livro do General Loureiro dos Santos, intitulado "História Concisa de Como se Faz Guerra", foi apresentado no dia 30 de Novembro, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

O lançamento da obra contou com a participação do General António Barrento, do Director do IESM, Vice-Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso e com o Director Editorial das Publicações Europa-América, Dr. Pedro Lyon de Castro, bem como a presença de diversas figuras públicas do mundo da política e militar, entre elas, o ex-Presidente da República, General António dos Santos Ramalho Eanes, e do Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho.

"O livro trata da evolução dos elementos de coação militar

nas diferentes épocas", de acordo com o General António Barrento, que fez uma retrospectiva histórico-militar sobre a guerra e a sua evolução, em analogia com as obras do General Loureiro dos Santos.

Segundo o autor, esta obra é uma evolução do seu primeiro livro, justificado pelas novas formas de combater e de fazer guerra.

Protocolo de Colaboração firmado entre a Academia Militar e a Microsoft

Decorreu, a 25 de Outubro, no Salão Nobre da Sede da Academia Militar (AM), em Lisboa, o acto formal de assinatura do Protocolo de Colaboração firmado entre a Academia Militar e a Microsoft, instituições representadas pelo Tenente-General Fernando Paiva Monteiro e pelo *Public Sector Director*, Eng.º Paulo Fernandes, respectivamente.

O desenvolvimento global do País e, em particular, da Defesa Nacional depende em grande medida da especialização tecnológica de recursos humanos em áreas fundamentais como as Engenharias, nomeadamente as associadas à Informática.

Neste sentido, considerando haver interesse mútuo de colaboração, foi celebrado o referido protocolo entre as duas instituições, no qual a Microsoft se disponibiliza a:

Facultar formação especializada a docentes da AM nas tecnologias de IT Microsoft, no âmbito do plano anual a estabelecer com os Estabelecimentos de Ensino Superior Militar;

Facultar *software* ao abrigo dos programas *MSDN Academic Alliance*, exclusivamente para fins de ensino e investigação, nomeadamente das últimas versões disponíveis do sistema operativo Windows, do sistema de gestão de bases de dados *SQL Server*, das ferramentas de desenvolvimento *Visual Studio.NET* e da plataforma *Microsoft Business Solutions*;

Facultar recursos de aprendizagem, através da criação de uma mini-biblioteca com literatura diversa sobre a plataforma .NET, a incluir em estante própria, contribuindo para o incremento das competências técnicas dos docentes e alunos nas plataformas Microsoft;

Facultar material de apoio às aulas (*Faculty Connection, ITeach, ARC, Shared Source*, envio de livros, e outro material considerado adequado);

Facultar apoio aos alunos da AM, facultando-lhes acesso às iniciativas destinadas a alunos da Microsoft, nomeadamente: *DreamSpark, Install Fests; Microsoft Student Partners, Imagine Cup, ZoomIN, Channel 8* e *Great Minds Great Efforts*;

Facultar informação à AM sobre as tecnologias e produtos a desenvolver na área da plataforma. NET e convidar a AM a participar em seminários tecnológicos, de investigação sobre tecnologias e produtos que venham a ser desenvolvidos;

Realizar, em conjunto com a AM e nas suas instalações, um evento anual que vise discutir e reflectir sobre os assuntos mais prementes nas áreas de sistemas de Informação da Defesa;

Realizar, sempre que possível, contactos científicos entre investigadores da AM e investigadores dos centros de investigação Microsoft.

Visita do *NATO Training Group/Financial Sub-Group* às OGFE

No dia 21 de Outubro de 2010, uma delegação internacional do *NATO Training Group/Financial Sub-Group*, composta por 37 delegados de diferentes países e de oito acompanhantes, visitou as Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE).

Esta visita decorreu de uma vontade expressa pelo Ministério da Defesa Nacional, de que a delegação visitasse um estabelecimento fabril do Exército, tendo sido sugerido por aquela entidade que a visita se realizasse às OGFE.

A delegação foi recebida pelo Director, Coronel Fernando António de Oliveira Gomes, que proferiu um brifingue sobre as OGFE e as mudanças que nelas se estão a verificar. Seguiu-se uma visita às instalações.

A visita decorreu com elevado realismo e empenho, tendo recolhido rasgados elogios por parte de todos os visitantes.

Cerimónia Comemorativa do Dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia

Comemorou-se, no dia 4 de Dezembro, mais um dia da Arma de Artilharia e da Escola Prática de Artilharia (EPA).

A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior de Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, tendo também assistido, entre outras entidades, o Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, Comandante da Logística do Exército e Director Honorário da Arma de Artilharia, o Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Comandante da Instrução e Doutrina do Exército e o Major-General João Manuel Santos de Carvalho, Director de Formação, do Comando da Instrução e Doutrina.

Na cerimónia estiveram ainda presentes outros Oficiais Generais, do Activo e na situação de Reserva e Reforma, antigos Comandantes, bem como diversos militares e entidades civis, convidadas para o evento.

Da cidade e região de Vendas Novas estiverem presentes representantes de diversos organismos e instituições locais e regionais, destacando-se o Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, Dr. José Maria Rodrigues Figueira.

O dia iniciou-se com a realização da alvorada festiva pela Fanfarra do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1 (RAAA1), a que se seguiu o içar da Bandeira Nacional. Mais tarde, teve lugar a missa na Capela da Escola, por intenção dos militares já falecidos, que foi celebrada pelos Capelães Teixeira e Matos, e que contou com a presença da Banda Militar de Évora, no coro, do Comandante da EPA e vários ilustres convidados.

À chegada do General CEME, foram prestadas as honras protocolares, com Guarda de Honra e 19 salvas de artilharia, executadas pela Bateria de Bocas de Fogo da EPA. Seguidamente, teve lugar a cerimónia de Homenagem aos Mortos em Defesa da Pátria, com um Pelotão de Guarda de Honra da EPA e a Fanfarra do RAAA1.

Na sequência, na Parada El-Rei D. Pedro V, teve lugar a cerimónia militar. Esta Parada situa-se no exterior da EPA e foi escolhida precisamente para envolver a população da Cidade de Vendas Novas nos festejos do dia da EPA e da Arma de Artilharia e assim poder dar mais visibilidade ao evento.

As forças em Parada, comandadas pelo 2.º Comandante da EPA, Tenente-General Artilharia Vítor Hugo Dias Almeida, eram constituídas pela Banda Militar de Évora, pela Fanfarra do RAA1, Estandarte Nacional da EPA, Bloco de Guiões das Unidades de Artilharia e por seis Baterias a dois Pelotões, incluindo a Bateria de Bocas de Fogo e a Bateria de Aquisição de Objectivos da EPA, uma Bateria do Regimento de Artilharia N.º4, uma Bateria do Regimento de Artilharia N.º5, uma Bateria do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º1, uma Bateria do Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada e um Pelotão da Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada Mecanizada.

Da cerimónia militar destaca-se ainda o discurso do Comandante da EPA, Coronel de Artilharia Henrique José Pereira dos Santos, o discurso do Tenente-General Joaquim Formeiro Monteiro, Director Honorário da Arma de Artilharia e a mensagem do General CEME, lida pelo Major-General Frederico José Rovisco Duarte.

A cerimónia compreendeu ainda a entrega de medalhas aos militares que mais se distinguiram pelos serviços prestados na Escola, ao que se seguiu o desfile das forças em Parada, na Avenida da República, prestando continência ao General CEME.

As comemorações do Dia da Arma e do 149.º aniversário da EPA continuaram com a actuação da Banda Militar de Évora e com uma demonstração militar, subordinada ao tema – "Armas e Munições", onde participaram militares da EPA e do RAAA1.

O Dia Festivo terminou com a realização do almoço convívio. Este momento, de grande importância, permitiu o convívio fraterno e aberto entre várias gerações de artilheiros, dando lustre ao mote da sua Escola, "Mais Afinando a Fama Portuguesa".

Abertura Solene do Ano Lectivo da ESE – 2010/2011

No dia 12 de Novembro realizou-se, na Escola de Sargentos do Exército (ESE), a Cerimónia de Abertura Solene do Ano Lectivo 2010/2011, presidida pelo Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros.

A ESE registou com elevado apreço a presença na Mesa de Honra do Presidente da Assembleia Municipal de Caldas da Rainha, Dr. Luís Manuel Pereira Monteiro Ribeiro, do Representante do Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha Dr. Tinta Ferreira, e do Director de Formação do Comando da Instrução e Doutrina, Major-General João Manuel Santos de Carvalho.

Após a abertura da cerimónia foi proferida uma alocução pelo Comandante da ESE, Coronel de Infantaria Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira, onde foi feita uma retrospectiva dos principais acontecimentos e realizações do ano lectivo 2009/2010 e perspectivado o novo ano lectivo.

A Lição Inaugural subordinada ao tema "A formação do Sargento do Quadro Permanente do Exército Português. Uma reflexão…", foi ministrada pelo Tenente-Coronel de Infantaria Paulo Raul Chéu Guedes Vaz, onde foram apontados três hipotéticos caminhos para o nível académico a atribuir aos sargentos após a conclusão do Curso de Formação.

A Alta Entidade que presidiu à cerimónia convidou algumas das entidades presentes para a entrega de prémios e diplomas de final de curso aos 132 novos sargentos.

No âmbito de protocolos existentes com os exércitos congéneres – espanhol e brasileiro – e o Banco Santander

Totta, foram entregues, por representantes destas entidades, prémios aos alunos que mais se distinguiram durante o curso. Este ano foi ainda introduzido um novo prémio, patrocinado pela Associação para as Comunicações e Electrónica nas Forças Armadas, atribuído ao aluno finalista do Curso de Formação de Sargentos (CFS) de Transmissões ou Serviço de Material Electrónica com melhor média final.

Dos alunos que foram premiados, destaca-se, por ter acumulado alguns dos prémios, o melhor aluno do 37.º CFS, o Segundo-Sargento Carlos José Batista de Sousa, que foi justa e efusivamente aplaudido por todos os presentes.

No final da cerimónia teve lugar um almoço convívio no refeitório geral da Escola.

Prémio AFCEA – Portugal na Escola de Sargentos do Exército

O Prémio AFCEA – Portugal, foi entregue durante a cerimónia da abertura solene do ano lectivo 2010/2011, no dia 12 de Novembro de 2010, na Escola de Sargentos do Exército/Caldas da Rainha, ao melhor aluno finalista de Transmissões , com a melhor média final do 37.º Curso de Formação de Sargentos ao Segundo-Sargento Tm Eustáquio Freitas Nunes.

Este prémio, teve o patrocínio da empresa Lusis, Equipamentos e Serviços,

O prémio foi entregue pelo representante da Empresa Lusis, Sr. Tito Ribeiro.

TABELA DE PREÇOS PARA 2011

PREÇO DE CAPA €2.00
ASSINATURA ANUAL (11 números)
VIA SUPERFÍCIE - **Portugal Cont. Madeira e Açores** • 20.00
VIA AÉREA - **Países europeus** • 45.00; **Restantes Países** • 65.00

NOTA**: As assinaturas devem ser pagas antecipadamente**

NÚMEROS ATRASADOS - 1960 a 1969 • 4.50; **1970 a 1979** • 4.00; **1980 a 1989** • 3.00; **1990 a 2001** • 2.50; **2002** a **2009** • 2.00

Os valores indicados já incluem a taxa de IVA em vigor.

N.B.: Os pedidos de envio pelos CTT serão acrescidos de portes segundo os códigos postais: **1000/2000** • 4.21; **3000/8000** • 5.79; **Açores** e **Madeira** • 6.56.

Comemorações do dia da Zona Militar dos Açores

Em 26 de Novembro comemorou-se o Dia da Zona Militar dos Açores (ZMA), ocasião em que se evocaram os 174 anos em que, por Decreto Régio de 1836, foi criada a 10.ª Divisão Militar, com Quartel-general em Ponta Delgada.

A comemoração da efeméride, para além do reforço do dinamismo no seio da Instituição Militar através da reafirmação do espírito de corpo e da coesão entre as Unidades da ZMA, teve como objectivo principal dignificar a imagem do Exército Português junto da comunidade civil.

Presidida pelo Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Juiz Conselheiro José António Mesquita e com a presença de altas entidades militares, civis e religiosas, das quais se destacam o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso e o Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, realizou-se uma Cerimónia Militar com forças representativas de todas as Unidades da ZMA, Comandadas pelo Coronel de Infantaria, António Pedro da Silva Tomé Romero, 2.º Comandante da ZMA e constituídas por: Grupo de Comando; Banda Militar; duas Unidades de Escalão Batalhão e uma Bateria de Artilharia Antiaérea.

Posteriormente, no Museu Militar dos Açores, implementado no quinhentista Forte de S. Brás, efectuou-se a visita a uma exposição, subordinada ao tema "O Forte de S. Brás e a Cidade – 450 anos de História".

Em 27 de Novembro teve lugar uma prova aberta de atletismo, com partida e chegada no Forte de S. Brás, percorrendo o passeio marítimo da baía de Ponta Delgada, e que contou com uma grande adesão por parte de atletas civis e militares.

Em 1 de Dezembro foi realizado um concerto no vetusto Coliseu Micaelense pela Banda Militar da ZMA em parceria com o Coro Infantil do Conservatório Regional de Ponta Delgada, aberto à Família Militar e a toda a população açoriana, tendo os lugares esgotado completamente, dado o excelente prestígio que a Banda Militar goza no seio da sociedade micaelense.

Unidade de Engenharia N.º 9 parte para o Líbano

A nona Unidade de Engenharia Militar partiu para o Líbano, no dia 6 de Dezembro, do Aeródromo de Trânsito N.º 1 (Figo Maduro).

O contingente da Unidade de Engenharia N.º 9 (UnEng9) é constituído por 130 militares, comandados pelo Tenente-Coronel de Engenharia Fausto Manuel Vale do Couto.

O novo contingente permanecerá na localidade de Shama, no sul do Líbano, até ao princípio de Maio de 2011.

A UnEng9 substituiu a UnEng8, que terminou a sua missão no Líbano ao serviço das Nações Unidas.

Foto © Lusa

Tenente-General Aires Pereira Africano*
Major-General José Carlos Nunes Marques**

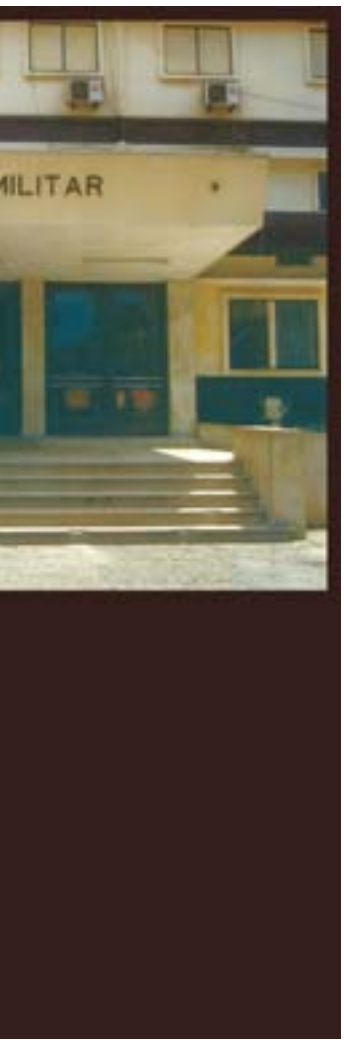
No processo de transição do regime colonial português para a independência dos novos países lusófonos, o Hospital Militar de Luanda (HML) pode considerar-se uma experiência singular, já que, depois da sua curta mas exemplar história no regime anterior, também veio a marcar uma posição de referência nos serviços de saúde de Angola, durante todos estes anos após a independência do país, agora, com o nome de Hospital Militar Principal/Instituto Superior.

Este trabalho é uma experiência feliz para os autores. Ambos médicos militares, olham para os hospitais militares gerais, como é o caso do hospital de Luanda e da casa da Saúde Militar, onde se tratam os militares e suas famílias, e se realizam grande parte das tarefas específicas da saúde militar e, talvez o mais importante, se dá formação e treino enquadrado ao pessoal de saúde militar, preparando-o, em ambiente adequado, para assumir as suas responsabilidades operacionais.

Em Portugal, a recolha de elementos históricos na biblioteca da Direcção de História e Cultura Militar, no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Geral do Exército foi frutuosa, tendo beneficiado da ajuda preciosa dos seus responsáveis e colaboradores. Uma pesquisa inicial no Arquivo Histórico Ultramarino terá, ainda, de ser continuada. Tentou-se, também, esclarecer a origem do Hospital da Caridade, em cujos terrenos se encontra o Hospital Militar de Luanda, sem se conseguir, até à data, obter elementos de informação[1] .

Uma pesquisa de imagens do HML permitiu-nos obter várias fotografias cedidas pelo Major-General Médico Fausto de Morais, uma fotografia cedida pelo Dr. Leonídio Monteiro e três pequenos filmes com imagens do HML, existentes no Centro de Audiovisuais do Exército.

Os autores obtiveram uma ajuda muito especial do Major-General Médico Fausto de Morais, antigo Director dos Serviços de Saúde do Exército, que



lhes facultou monografias pessoais, que aguardam publicação[2,3] e, sobretudo, lhes transmitiu pessoalmente a sua vivência de factos ocorridos, na sua primeira comissão de serviço em Angola, como Inspector do Serviço de Saúde, em 1959 e 1960 e, depois, durante a sua passagem no HML, como Subdirector, de 1971 a 1973.

Numa segunda parte deste trabalho, a publicar, os autores tencionam descrever a evolução da instituição desde 1975 até ao presente.

Antecedentes

Em 1959, o ambiente social de Angola já continha suficientes indícios do movimento revolucionário que viria a deflagrar.

Com os elementos de que dispunha, o jovem capitão médico Fausto de Morais, chegado nesse ano, para exercer as funções de Inspector do Serviço de Saúde, identificou a necessidade de organizar um Serviço de Saúde Militar preparado para os previsíveis acontecimentos no território.

Na organização militar desse tempo, Angola constituía a 3.ª Região Militar, dispondo apenas de uma Inspecção do Serviço de Saúde Militar, sem órgãos e apoiada no sistema de saúde civil.

Apesar do seu Relatório Anual de 1959 não ter produzido quaisquer efeitos práticos e ter, inclusive, merecido o despacho "não é considerado oportuno" do próprio Presidente do Conselho de Ministros, o trabalho realizado seriamente pelo Capitão médico Fausto de Morais viria a ser integrado no Relatório de 1960[4] do seu sucessor, sendo reconhecido como "muito valioso".

Nesse relatório, é apresentada, exaustivamente, a situação dos serviços de saúde civis, fruto do trabalho de recolha de informação do inspector anterior, e são recomendadas medidas preparatórias de pessoal, material sanitário e de farmácia. Propõe-se, ainda, a mobilização e preparação para embarcar de avião, à ordem, de equipas cirúrgicas compostas por quatro médicos (cirurgião, ajudante, anestesista e reanimador), quatro sargentos enfermeiros (dois para a sala de operações e dois para a reanimação e transfusões) e vinte primeiros-cabos ajudantes de enfermeiro.

Em Março de 1961, já depois de ter iniciado o conflito militar, seguiu para a 3.ª Região Militar o 1.º Destacamente Sanitário (fazendo parte da 1ª urgência da organização territorial da Região). Tinha a composição constante no Quadro I, num total de sete oficiais (seis médicos e um farmacêutico), oito sargentos, 13 primeiros-cabos e 22 segundos-cabos ou soldados de 3ª[5].

Num estudo elaborado pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, datado de 24 de Abril de 1961, sobre a Organização do Serviço de Saúde na 3.ª RM[6], previa-se para uma 1.ª fase, atendendo à situação, que o Serviço de Saúde em Angola tivesse a seguinte constituição:

- Chefia do Serviço de Saúde;
- um Hospital Militar de Luanda, tendo anexo uma enfermaria de Infecto-Contagiosas;
- uma Delegação do LMPQF, tendo anexo um Depósito de Material Sanitário;
- um Centro de convalescentes;
- um Destacamento Móvel de Cirurgia para as forças em operações;

Quadro I

- uma Companhia de Posto de Socorros, modificada, de modo a permitir montar enfermarias de aeródromos, numa 1.ª urgência, em Negage, Toto, Maquela e Cabinda;
- uma Companhia de Auto-macas, adaptada ao transporte em auto-macas de Jeep de ¼ tonelada;
- helicópteros para transporte de feridos (directiva do Secretariado Geral da Defesa Nacional[***]).

Nesse estudo, que incluía também a satisfação das necessidades de material para o Hospital, referia-se que, além do pessoal do Destacamento Sanitário (a extinguir), já presente em Luanda, era necessário ao Hospital mais o seguinte:

A enviar da Metrópole:

- 1 Capitão ou Subalterno ortopedista;
- 1 Capitão ou Subalterno de análises clínicas;
- 1 Subalterno de reanimação e transfusão;
- 1 Subalterno de estomatologia;
- 2 Subalternos de clínica geral (de preferência com Medicina Tropical);

Fonte: AHM

- 1 Sargento de sala de operações;
- 1 Sargento preparador de radiologia;
- 3 Sargentos enfermeiros;
- 2 Cabos de sala de operações;
- 1 Cabos de radiologia;
- 11 Cabos enfermeiros;
- 18 Soldados maqueiros.

Outros Serviços:

- 1 Capitão ou Subalterno do QSGE;
- 1 Subalterno do SAM;
- 1 Primeiro-Sargento amanuense do QAE;
- 2 Cabos escriturários.

A contratar localmente:

- os médicos especialistas necessários, existentes na Província (ORL, Urologia, Oftalmologia, Neurologia e Radiologia).

Era, ainda, referido que, de harmonia com anteriores directivas do Secretariado Geral da Defesa Nacional, os órgãos de execução dos Serviços a criar deveriam servir os 3 ramos das Forças Armadas.

Num relatório elaborado poucos dias depois, na Direcção do Serviço de Saúde do Exército, em 8 de Maio de 1961, e assinado pelos directores de serviço de saúde dos 3 ramos, indigita-se pessoal para satisfação do proposto no estudo anteriormente referido:

- Ortopedista Pereira da Costa, HMP;
- Analista Rui Rebelo de Andrade;
- Reanimador J.R. de Sousa Guimarães;
- Estomatologista F. A. Sousa Pinto Fernando Figueira, HMP;
- Adjunto do Chefe SS Cap Med António Graça;
- Farmacêutico Cap Rosa, LMPQF;
- Clínica Geral João Maria Esquível;
- Sargento sala de operações João Canha, HMP;
- Sargento Prep Radiologia António Catarino, HMP;
- Sargento Enfº João Maria Ventura Arroio, BTT 13;
- Sargento Enfº Manuel Fernandes Tomás Simões, BC 5;
- Sargento Enfº Álvaro Carrilho de Carvalho, AM;
- Sargento Enfº José António, EPA.

O Hospital Militar de Luanda

Em 1 de Junho de 1961, foi inaugurado o Hospital Militar de Luanda, em instalações cedidas, a título precário, pelo Governo Geral de Angola, numa área de cerca de 8 hectares, limitada a Norte pelo arruamento que ligava a Rua Guilherme Capelo à Estrada de Catete (com cerca de 350 metros de comprimento), a Sul pela Avenida do Bairro de Alvalade (com cerca de 253 metros), a Leste pela "Estrada dos Bombeiros" (com cerca de 380 metros) e, a Oeste, confinando com a Igreja Paroquial da Sagrada Família (com cerca de 109 metros).

Nessa altura, existiam os seguintes edifícios naquele local:

- Maternidade Nova;
- Maternidade Indígena;
- Cozinha da Maternidade Indígena;
- Morgue da Maternidade Indígena;
- Dispensário do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos;
- Antigo Hospital da Caridade;
- Conjunto de edifícios do Serviço da Doença do Sono.

Tinha-se adaptado um pavilhão para servir de cozinha e refeitório geral e foram montados doze pavilhões pré-fabricados, em alumínio, e iniciada a construção de pavilhões para:

- O Serviço de Doenças Infecto-Contagiosas;

Fonte: AHM

Major Médico Alfredo Alexandre Ribeiro de Magalhães, primeiro Director do HML.

- O Depósito de Convalescentes;
- A Companhia de Comando e Serviços[7].

No início de Agosto de 1961, segundo um relatório elaborado pela Enfermeira Oliveira Marques[8], com a finalidade de estudar a contratação de enfermagem feminina para o Hospital, a capacidade total de internamento do HML era de 130 doentes:

- 80 doentes no edifício da Maternidade Nova, e
- 50 doentes num dos pavilhões, adaptado a enfermaria.

Prestavam cuidados de enfermagem a estes doentes, três enfermeiros e nove "estagiários".

Mas, mercê das circunstâncias, com o rápido aumento da actividade operacional e da dimensão do contigente militar, que ultrapassou os 60000 homens na Região, o Hospital expandiu-se rapidamente.

No *Relatório da Missão Médico-Militar a Angola*[9], elaborado um ano mais tarde, em Agosto de 1962, os autores (Coronel Médico João Rodrigues e Capitão Médico Rocha da Silva) começaram por afirmar que o HML era a "trave mestra" do Serviço de Saúde Militar de Angola.

Depois, admiravam-se que apesar de não ter quadros de pessoal e material adequados ao seu fim, estar instalado provisoriamente numa maternidade incompleta e ser pequeno para as necessidades, conseguira uma posição de indiscutível prestígio junto dos comandos e das forças que apoiava.

Concluíam que era mais um milagre da improvisação e adaptação em que os portugueses são férteis, traduzindo também o alto nível profissinal e dedicação da direcção e dos seus clínicos.

Prossegue o relatório, apontando medidas urgentes e fazendo chamadas de atenção, nomeadamente:

- a necessidade de definir uma política definitiva para o futuro do hospital, por considerarem a construção de um Hospital de raiz uma utopia, defendendo antes a adaptação das instalações existentes, com ampliação da capacidade já existente nessa altura, de 530 camas, para, pelo menos, mais 200 camas;
- a urgência de adquirir o equipamento de Radiologia, que orçava em 1300 contos e ainda não tinha sido adquirido por "má articulação dos órgãos executivos do Ministério";
- a necessidade do urgente reforço do pessoal com sete médicos (quatro da área da medicina, um deles com Medicina Tropical; um de transfusões, um radiologista, um de ORL); quatro oficiais para as áreas administrativa, logística, de secretariado e de pessoal; cinco sargentos enfermeiros; dez cabos ajudantes de enfermeiro e quatro cabos ajudantes de preparador de radiologia.

Efectivamente, de acordo com os elementos disponíveis no *Relatório Anual de 1962, da 4.ª Repartição (Logística) do QG/RMA*[10]*, Capítulo IV – Serviço de Saúde*, constata-se a seguinte relação de internamentos por cada médico, demonstrativa da escassez de pessoal face ao movimento de doentes (Quadro II).

No mesmo documento, constam outros elementos de produção hospitalar do ano de 1962, nomeadamente:

- Cirurgias realizadas 1693;
- Juntas Hospitalares de Inspecção 896;
- Sangue consumido (c.c.) 123200;
- Medicamentos fornecidos 3.735.633$00.

Quadro II

HML - 1962

Relação do nº de médicos com o nº de doentes internados

Serviço	médicos	doentes internados	doentes por médico
Medicina	1*	641	641
Gastrenterologia	1**	500	500
Ortopedia	2***	847	423
Neuropsiquiatria	1	247	247
Cirurgia	6	1 419	236
Dermatovenerealogia	1	219	219

* da Chefia do Serviço de Saúde, em acumulação
** reforçado com médico do BCaç 88 a partir de Outubro
***reforçado com médico do BCaç 209 a partir de Abril

Quadro III

HML - 1962

Doenças de maior incidência em doentes internados

	Nº casos	% do total de baixas
Fracturas	619	13,69
Apendicites	247	5,46
Neuropsiquiatria	221	4,88
Tuberculose pulmonar	143	3,16
Paludismo	119	2,63

E, também, a indicação das doenças de maior incidência na população internada (Quadro III):

Em 1962, faleceram no HML 26 militares: 8 por sequelas de acidente, 7 por sequelas de ferimentos em combate e 11 por outras causas.

Um facto peculiar, decorrente do péssimo grau de saúde oral da população portuguesa, era o elevado número de consultas de estomatologia realizadas no Hospital que justificavam a seguinte referência no Relatório da Missão Médico-Militar a Angola: "O problema estomatológico se não é o mais grave é certamente o mais agudo do S.S. em Angola."

Esta questão era de tal forma importante que continuou a merecer a atenção das entidades militares e civis do mais elevado nível hierárquico[11] ao longo dos primeiros anos do conflito.

Entre os anos de 1963 e 1967, não foram elaborados Relatórios Anuais de Logística do QG/RMA[12], não tendo sido encontrados outros documentos sobre a actividade do HML.

Há, sim várias informações, ofícios e despachos sobre os estudos e propostas elaborados para a construção, de raiz, de um Hospital Militar, noutra localização de Luanda, com uma capacidade projectada para 800 camas.

Numa Informação de Dezembro de 1965, da Direcção do Serviço de Obras e Fortificações Militares (DSOFM)[13] faz-se menção a dois locais alternativos para a construção do novo HML:

- um, com 100 hectares, na região de Belas, encostado aos quartéis de Fuzileiros Navais e Bat. Caç. Paraquedistas (preço do terreno: 6.400 contos);

- outro, também com 100 hectares, na mesma região, incluindo uma faixa de terreno entre o Bat. Caç. Paraquedistas e a estrada de ligação a Luanda (preço do terreno: 7.115 contos).

No entanto, e apesar do projecto nunca ter sido abandonado, os encargos que acarretava, estimados em cerca de 250.000 contos, pareciam ultrapassar as disponibilidades orçamentais, quer dos Ministérios do Ultramar e da Defesa Nacional, quer do Governo Geral de Angola[14], fazendo com que o HML se mantivesse nas instalações que, numa situação de urgência e a título precário, tinham sido cedidas pelo Governo Geral de Angola, em 1961.

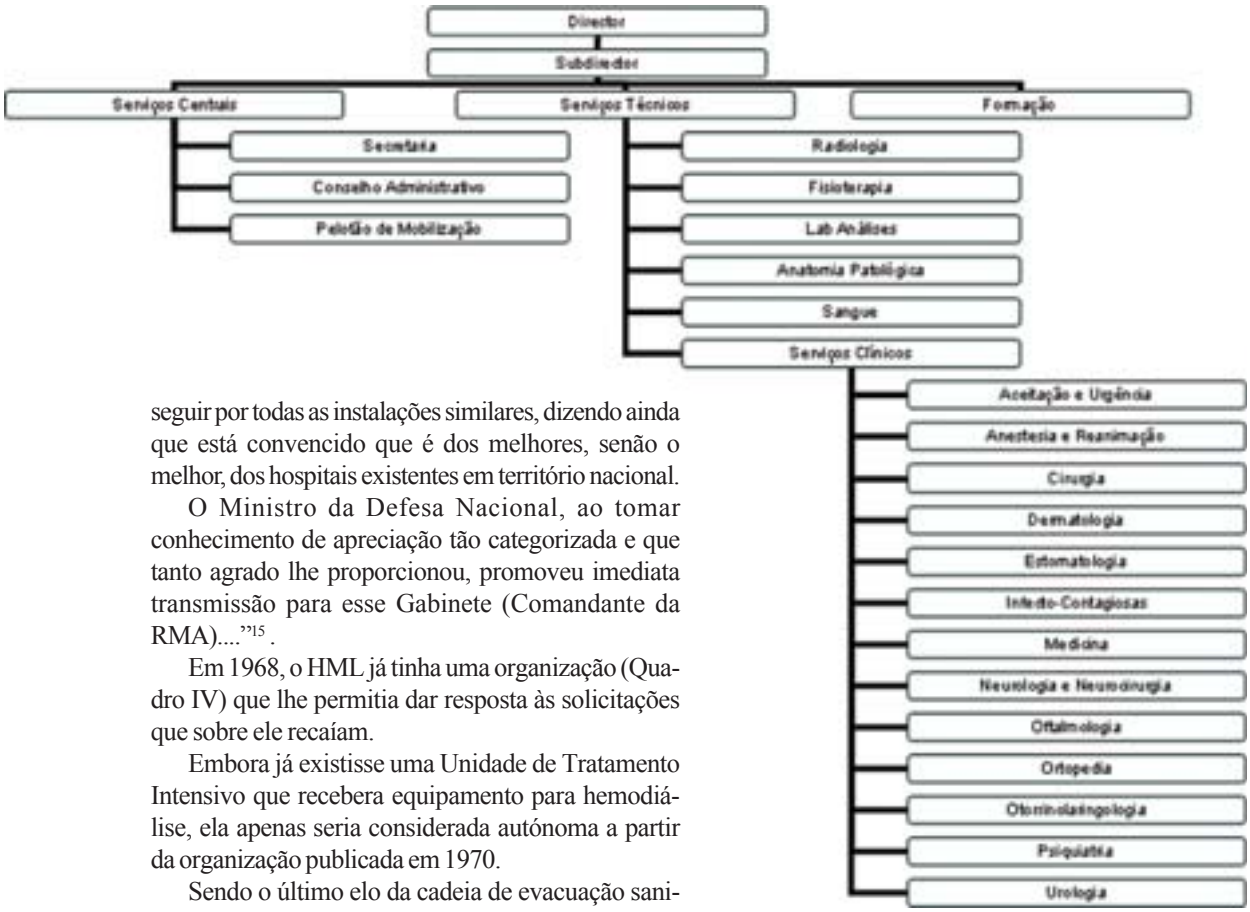
A eficiência e qualidade dos cuidados prestados pelo Hospital foram retratadas numa referência elogiosa que o Professor Doutor Arsénio Cordeiro enviou ao Ministro da Defesa Nacional, após ter visitado o Hospital, em 1966, e que assim foram transmitidas pelo Gabinete ministerial: "O Professor Doutor Arsénio Cordeiro regressou há poucos dias de Angola, onde visitou, de entre outras instalações, o Hospital Militar de Luanda.

Ficou de tal maneira bem impressionado com tudo o que teve oportunidade de observar naquele estabelecimento militar, desde a Direcção aos vários serviços, que considerou como imperativo de consciência pessoal e profissional manifestar o seu alto apreço.

Segundo aquele ilustre médico, o referido hospital representa hoje, mercê de uma extraordinária equipa de profissionais de altíssimo valor, um exemplo a

Fotografias cedidas pelo Major-General Fausto de Morais

(De cima para baixo) Visita do Ministro da Defesa H. Sá Viana Rebelo. Visita do Professor Doutor Arsénio Cordeiro.



seguir por todas as instalações similares, dizendo ainda que está convencido que é dos melhores, senão o melhor, dos hospitais existentes em território nacional.

O Ministro da Defesa Nacional, ao tomar conhecimento de apreciação tão categorizada e que tanto agrado lhe proporcionou, promoveu imediata transmissão para esse Gabinete (Comandante da RMA)...."[15] .

Em 1968, o HML já tinha uma organização (Quadro IV) que lhe permitia dar resposta às solicitações que sobre ele recaíam.

Embora já existisse uma Unidade de Tratamento Intensivo que recebera equipamento para hemodiálise, ela apenas seria considerada autónoma a partir da organização publicada em 1970.

Sendo o último elo da cadeia de evacuação sanitária no território de Angola, o Hospital estava ligado por um heliporto a um sistema de evacuações que dispunha de uma equipa de urgência permanente, composta por médicos e enfermeiros, com equipamento sofisticado. A ligação entre a Força Aérea, as unidades do dispositivo, o Quartel-General e o Hospital Militar era estreita e rápida[16] .

A fama do Hospital resumia-se numa frase que ainda perdura na memória de muitos ex-combatentes em Angola: "estamos salvos se chegarmos com vida ao Hospital Militar de Luanda!"

Em 1970, o HML era já um grande complexo hospitalar, ocupando uma área de cerca de oito hectares, composto por um bloco principal, que tinha sido construído para servir de Maternidade, e diversos anexos.

"No gabinete do director, estava instalado um enorme quadro que abrangia quase toda a sua altura onde estava inscrita a identificação, serviço e cama de todos os doentes internados e cujo estado de saúde era diariamente actualizado, antes da chegada do director. Isto permitia a resposta imediata aos inúmeros pedidos de informação que chegavam ininterruptamente de todos os lados: do QG, da Província e da Metrópole (estes na maioria de familiares ansiosos)"[17].

Alguns elementos sobre a actividade desenvolvida antes de 1974

Com um Quadro Orgânico de Pessoal proposto pela RMA, em 1964[18] , que englobava 69 oficiais, 91 sargentos, 425 praças e 78 civis, num total de 663 pessoas, o Hospital nunca conseguiu ter os seus quadros preenchidos, em especial as vagas do pessoal mais diferenciado tecnicamente.

Em 1971 dispunha de 29 médicos militares e 12 civis, num total de 688 pessoas ao serviço, o que, para uma média de doentes internados superior a 600 doentes e um número de consultas da ordem de 100000 por ano, significava um enorme volume de trabalho para todo o pessoal.

Num estudo em elaboração[19], os autores constataram que cerca de 66% dos militares falecidos por doença no HML foram sujeitos a autópsia, o que aponta para um grau de exigência científica igualmente apreciável.

Apresentam-se três quadros que mostram o número de doentes entrados (Quadro V), doentes existentes em 31 de Dezembro (Quadro VI) e

Quadros V, VI e VII

Doentes entrados*

Serviço	1962	1968	1969	1970	1971
Cardiologia	36	12	17	9	7
Cirurgia	1360	1357	1058	1268	1077
Dermatologia/Urologia	212	439	458	312	359
Estomatologia	2	6	10	2	5
Fisioterapia				4	1
Gastro	471	561	531	386	486
Infecto	244	913	912	856	926
Medicina	611	797	639	636	569
Neurologia/Neurocirurgia		377	280	372	322
Oftalmologia	14	113	130	234	222
Ortopedia	806	1192	640	930	861
ORL	133	179	121	216	168
Psiquiatria	229	981	475	498	439
UTI		344	252	256	221
TOTAL	4118	6716	5576	5930	5658

*Relatórios Logísticos Anuais de 1962, 1968, 1969, 1970 e 1971, da 4ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Angola. Fonte: Direcção de História e Cultura Militar (DHCM)

Existência de doentes referida a 31 de Dezembro*

Serviço	1961	1962	1967	1968	1969	1970	1971
Cardiologia	6	3			1		
Cirurgia	59	79	113	118	92	103	
Dermatogia/Urologia	7	8	13	24	31	21	
Estomatologia			2				
Fisioterapia							
Gastro	29	42	49	37	46	36	
Infecto	14	23	85	97	100	65	
Medicina	30	40	50	47	39	41	
Neurologia/Neurocirurgia			32	45	47	29	
Oftalmologia			4	8	10	27	
Ortopedia	41	78	85	113	141	121	
ORL		8	9	5	5	7	
Psiquiatria	18	26	41	47	40	32	
UTI			27	11	7	13	
TOTAL	204	307	509	552	559	495	409

* Relatórios Logísticos Anuais de 1962, 1968, 1969, 1970 e 1971, da 4ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Angola. Fonte: Direcção de História e Cultura Militar (DHCM)

Consultas*

Serviço	1962	1968	1969	1970	1971
Cardiologia	644	1745	1350	1529	1555
Cirurgia	+5289	5999	6659	6130	5792
Dermatologia/Urologia	§4432	9724	8432	3742	
Estomatologia	17538	26215	22598	23580	44968
Fisioterapia	1209	4252	3626	5420	4931
Gastro	27777	8845	5892	4467	4870
Infecto					
Medicina	2353	6176	5817	9733	6020
Neurologia/Neurocirurgia		2209	3912	3260	
Oftalmologia	2619	8192	7706	8852	8021
Ortopedia	5985	7296	7114	7636	7315
ORL	2842	6720	5100	4233	6652
Psiquiatria	1998	3298	2412	2017	2085
TOTAL	49151	95898	85277	85746	105708

* Relatórios Logísticos Anuais de 1962, 1968, 1969, 1970 e 1971, da 4ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Angola.
Fonte: Direcção de História e Cultura Militar (DHCM)
+Incluí a Urologia
§ou a Dermatologia

consultas realizadas (Quadro VII) no HML, nos anos de 1962, 1968, 1969,1970 e 1971[20].

Conclusão

Nas Normas de Execução Permanente, de 1974, da Chefia do Serviço de Saúde do Quartel-General da Região Militar de Angola[21], consta uma lista dos Directores do HML, de 1961 a 1973, que se transcreve, honrando o seu nome e todos os que serviram sob a sua direcção (Quadro VIII).

Por esta relação, parece que o Hospital terá continuado a ser designado como HM 124 até 23 de Maio de 1963, embora tal não se confirme nos documentos consultados, nomeadamente, nos Relatórios Anuais da 4.ª Rep/QG/RMA ou nos relatórios para a Montagem de Enfermagem Feminina, de Agosto de 1961, e da Missão Médico-Militar a Angola, de Agosto de 1962.

Numa Nota Circular[22] da 3.ª Repartição do Estado-Maior do Exército, de 31 de Maio de 1963, que divulga o Quadro Orgânico do Serviço de Saúde da Região Militar de Angola e inclui o primeiro Quadro Orgânico de Pessoal do, já denominado, Hospital Militar de Luanda, o HM 124 ainda figura como destinatário, juntamente com a Chefia do Serviço de Saúde e o Depósito de Material Sanitário.

Muitos dos profissionais de saúde que prestaram serviço no HML, no cumprimento dos seus deveres militares, vieram a destacar-se na vida nacional, a nível académico e profissional.

Seria fácil e aliciante mencionar alguns. Mas, por cada um a ser lembrado, muitos outros, que se empenharam igualmente no cumprimento do dever seriam esquecidos.

Deixemos, antes, perdurar na nossa memória colectiva que o tratamento dos feridos e doentes foi a causa dos que serviram no HML, merecendo, por isso, o nosso reconhecimento.

Em 1975, o Hospital Militar de Luanda passou para a administração das Forças Armadas da Republica Popular de Angola, cumprindo um destino que se pode considerar feliz porque, sem interrupções, continuou, como Hospital Militar Principal, a prestar cuidados de saúde ao pessoal das Forças Armadas de Angola e a merecer os comentários, agora no contexto nacional angolano, que, há mais de 40 anos, o ilustre professor de Medicina da Universidade de Lisboa proferiu: "O referido hospital representa hoje, mercê de uma extraordinária equipa de profissionais de altíssimo valor, um exemplo a seguir por todas as instalações similares, ...(estando)

Quadro VIII

Relação dos Directores do Hospital Militar de Luanda

Major Médico Alfredo Alexandre Ribeiro de Magalhães	
Destacamento Sanitário 124	de 16 de Abril de 1961 a 31 de Maio de 1961
HM 124	de 1 de Junho de 1961 a 23 de Maio de 1963
HML	de 24 de Maio de 1963 a 15 de Abril de 1964
Major Médico António Pessanha de Oliveira	
HML	de 16 de abril de 1964 a 5 de Abril de 1966
Tenente Coronel Médico Manuel Dâmaso de Andrade e Freitas	
HML	de 6 de Abril de 1966 a 22 de Abril de 1968
Tenente Coronel Médico Victor Gonçalves Gaspar	
HML	de 23 de Abril de 1968 a 15 de Julho de 1970
Tenente Coronel Médico João Sacadura Botte Corte Real	
HML	de 20 de Julho de 1970 a 15 de Abril de 1972
Tenente Coronel Médico Freitas Pinto (interino)	
HML	de 16 de Abril de 1972 a 29 de Março de 1973
Tenente Coronel Médico Aníbal José da Silva e Costa	
HML	de 20 de Julho de 1972 a 29 de Março de 1973
Tenente Coronel Médico António Pereira da Costa	
HML	de 30 de Março de 1973 a ...

convencido que é dos melhores, senão o melhor, dos hospitais existentes em território nacional."ع

*Chefe da Direcção dos Serviços de Saúde do Estado-Maior--General das Forças Armadas Angolanas
** Major-General na situação de Reserva

***órgão dependente da Presidência do Conselho de Ministros

Notas:

[1] Sá, Isabel G. Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997. http://handle.net/1822/4311.

[2] Morais, Fausto Ferreira Reis de: "Como eu vi Angola à beira do desastre (1960-1961)".

[3] Morais, Fausto Ferreira Reis de: "O Hospital Militar de Luanda em 1971-1973".

[4] Relatório do Chefe do Serviço de Saúde. Inspecção do Serviço de Saúde/Comando Militar de Angola. Agosto de 1960. Fonte: Arquivo Histórico Militar (AHM).

[5] Informação nº 24/61 da RepGab/EME, de 21Fev61. Fonte AHM.

[6] Estudo Sumário sobre a Organização do Serviço de Saúde na 3ª RM. Fonte: AHM.

[7] Magalhães, Major Médico Alfredo A. Ribeiro de. Plano para a Organização do Hospital Militar da RMA. 1 de Novembro de 1962. Fonte: AHM.

[8] Campos, Maria Teresa Oliveira Marques Costa. Montagem de Enfermagem Feminina no HML. 12 de Agosto de 1961. Fonte: AHM.

[9] Rodrigues, Cor Med João M. e Silva, Cap Med Francisco F. Rocha da. Missão Médico-Militar a Angola. Agosto de 1962. Fonte: AHM.

[10] Relatório Anual da 4ª Rep/QG/RMA. 1962. Fonte: AHM.

[11] Ofício nº 6061/C, de 4 de Dezembro de 1962, do Chefe do Estado-MaiorGeneral das Forças Armadas. Fonte: AHM.

[12] Relatório Anual da 4ª Rep/QG/RMA. 1968. Fonte: AHM.

[13] Informação nº 68/65 da 3ª Rep – OU, da DSFOM, de 3 de Dezembro de 1965. Fonte: AHM.

[14] Ofício nº 2144/F/66, Pº 6034/66 e 6182/66, de 30/1/66, do Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Fonte: AHM.

[15] Ofício nº 2011/C, Pº E.2.a.4/66, de 17 de Agosto de 1966, do Gabinete do Ministro do Exército. Fonte: AHM.

[16] Idem.

[17] Morais, Fausto Ferreira Reis de: "O Hospital Militar de Luanda em 1971-1973".

[18] Quadro Orgânico do Hospital Militar de Luanda. Proposta da Região Militar de Angola de Julho de 1964.

[19] Marques JC Nunes, Capela Carlos e Labandeiro Jorge. Causas de morte por doença de militares portugueses na Guerra Colonial (1961-1975). Trabalho apresentado no XIV Encontro de Saúde Militar da CPLP. Lisboa, Abril de 2009.

[20] Relatórios Logísticos Anuais de 1962, 1968, 1969, 1970 e 1971, da 4ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Angola. Fonte: Direcção de História e Cultura Militar (DHCM).

[21] Normas de Execução Permanente, de 1974, da Chefia do Serviço de Saúde do Quartel-General da Região Militar de Angola. Fonte: Arquivos do Hospital Militar Principal/ Instituto Superior. Forças Armadas de Angola.

[22] Nota Circular nº 838/OR, de 31 de Maio de 1963, da 3.ª Repartição do Estado-Maior do Exército.

Tenente-General António José Maia
de Mascarenhas

Tongobriga

Um Olhar (Preambular) de um Engenheiro Militar

Apresentação

Não podendo recusar o convite que me foi feito para proferir uma conferência integrada neste ciclo das "leituras contemporâneas que Tongobriga propicia" encarei como um desafio lançado a um Militar que é também Engenheiro ou vice-versa.

Assim permiti-me olhar Tongobriga num quadro militar e engenheiro da sua época fazendo incursões ás bases documentais e aos dados da arqueologia.

Sendo eu particularmente sensível à imagem, aos mapas, à sua interpretação e comparação, perdi-me a observar desenhos, fotos e mapas e a ler descrições de campanhas, de viagens, de relatos, encontrando-me com Tongobriga.

Fica então e apenas um olhar preambular e uma conversa amena fazendo jus ao tema destas conferências.

"Visite tongobriga!"

A palavra em si mista do romano (briga – "povoado" no alto) e do celta (tongo – união ou juramento – casamento? casal?) parece querer dizer-nos quem é! Mas este topónimo desaparece do comum durante todo o período de domínio dos povos bárbaros, dos árabes, da reconquista cristã e reino de Portugal até que em 1882 a palavra aparece escrita num bloco granítico talhado ("GENIO TONCOBRICENSIVM FLAVIVS") dando luz a citações encontradas em documentos de vários autores antigos. O local onde apareceu esta pedra, uma vez escavado, levou á descoberta da cidade romana de Tongobriga, junto ao lugar do Freixo, Marco de Canavezes. Tongobriga terá pertencido à Província Tarraconense e depois á Gallaecia – Conventus Bracaraugustanus. Até ao Séc.I a.C./ Séc. I d.C. terá sido um castro em romanização lenta. Após esta data e rapidamente foi construída uma cidade romana que terá tido vida intensa até ao Séc. IV d.C. e declinado a partir do Séc. V/VI d.C..

Esta cidade romana foi descoberta e escavada desde 1980 pelo Prof. Doutor Lino Augusto Tavares Dias.

Como diz o Prof. Doutor Jorge Alarcão: *"É hoje claro que Tongobriga não era aglomerado urbano secundário, mas capital de uma civitas"."A descoberta desta cidade foi uma das maiores revelações de uma arqueologia romana em Portugal nos últimos 25 anos"* (em 1997).

As ruínas de Tongobriga ocupam uma área de cerca de 32 hectares e são monumento nacional.

Sendo este um olhar militar vou começar por me situar historicamente relembrando as guerras: as datas e os locais, a evolução, as tecnologias aplicadas e as formas dos exércitos.

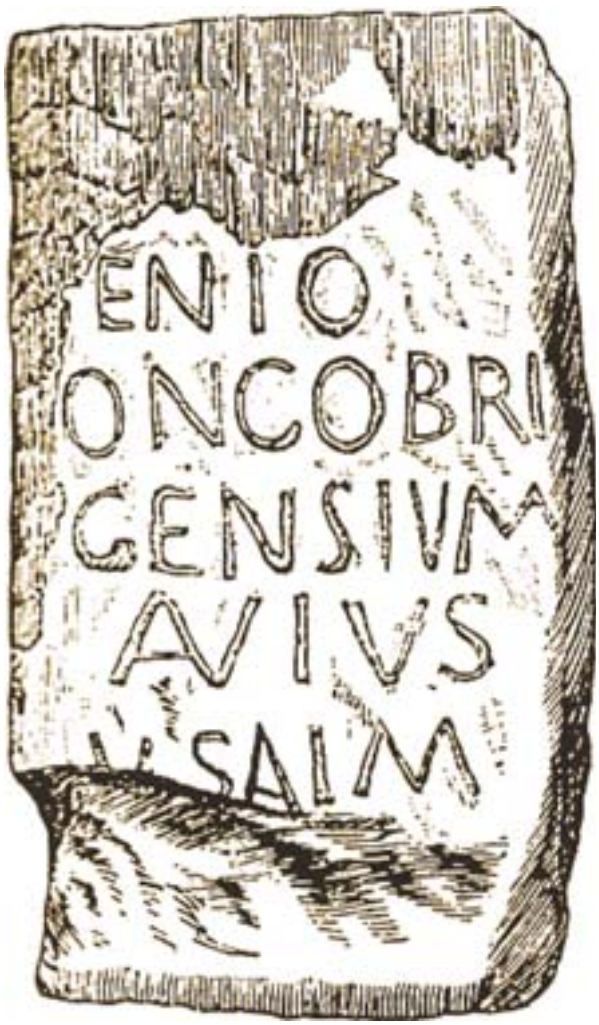
Depois vou situar-me no espaço da Península Ibérica ou Hispânia e rever os principais passos dados pelos povos que aqui viveram antes da integração no Império Romano e lançar o olhar sobre a actividade militar e construtiva durante a romanização.

Finalmente, tecerei algumas considerações sobre os aspectos que considero relevantes e a merecerem atenção.

A História da Guerra na Antiguidade até à queda do Império Romano do Ocidente

Hoje, nós estamos numa época tecnológica. Toda a nossa vida está rodeada de tecnologias, o que evidentemente não acontecia há 3500 anos.

Hoje é possível exercer o poder e resolver conflitos de várias formas: económicas, diplomáticas e



outras. Mas até á II GG a guerra foi um meio de 1.ª instância para impor o poder e resolver conflitos.

A História da Guerra tem um caminho longo, percorrido com a História do Homem.

No entanto, hoje como na antiguidade, a condução da guerra faz-se com uso de uma estrutura organizada com base na seguinte racionalidade:

- o topo da hierarquia do estado que faz a condução política, traça a "Grande Estratégia";
- o planeamento das campanhas – "A Estratégia", é traçado pelo topo da hierarquia militar;
- a condução do processo de domínio no terreno das forças militares do inimigo são da responsabilidade dos Comandantes-Chefes dos exércitos – "O nível Operacional ou Grande Táctica";
- a execução do planeamento operacional – a "Táctica", é efectuada pelos oficiais cumprindo ordens dos comandantes.

Para exemplo interpretemos o que se passava nas campanhas romanas na Península Ibérica:

- em Roma o Rei, ou o Senado ou o Cônsul, ou o Pretor, ou o Imperador, decidia o que interessava para o Estado; os comandantes dos exércitos estudavam e preparavam a campanha e como comandantes-chefes, por exemplo da Hispânia, conduziam

as operações no terreno; os Tribunos comandantes das legiões, conhecedores da táctica de emprego, executavam as ordens com os seus centuriões.

Vejamos então como foi a guerra no Mundo Antigo da Idade da Pedra, até cerca do ano 3500 a.C. não houve nenhuma alteração importante no armamento.

É por esta data (3500 a.C.) que se inicia o uso do cobre e embora o metal seja maleável, passa a ser possível fabricar punhais (triangulares para reduzir a fraqueza do metal), cabeças de machado, pontas de seta, mas não armas maiores. As armas de cobre são fabricadas por fundição – o que acontece inicialmente na região do Nilo e depois no Vale do Tigre e Eufrates.

Também na Idade do Cobre, a batalha, que antes se resumia a combates individuais, evolui e organizam-se grupos de lanceiros, arqueiros, atiradores de funda, que faziam a 1.ª parte do combate, após o que os outros combatentes empreendiam o combate individual.

São os Sumérios da Mesopotâmia que misturando o estanho com o cobre produzem o bronze. Só então – Idade do Bronze, é possível produzir a espada. O bronze sai da Mesopotâmia quando os Hicsos, invadem e conquistam o Egipto cerca de 1700 a.C.. Para além das armas e protecções de bronze, os Hicsos possuíam arcos de camadas (madeira e chifre) com maior alcance e carros de um eixo puxados por dois cavalos.

É neste período também que em reflexo da civilização urbana nascente, os exércitos passam a ser constituídos por elementos profissionais e especialistas e uma força de milícia ligeira armada de lança e escudo e que formava um corpo central sólido em torno do qual operavam os arqueiros e os cavaleiros.

Cerca de 1400 a.C. o ferro era um segredo dos Hititas (Anatólia) mas, uma vez estes derrotados pelos Trácios, este metal passou a ser conhecido e inicia-se uma nova fase tecnológica – a Idade do Ferro.

Foram os Assírios que a partir de 1100 a.C. constituíram o primeiro exército profissional, dispensando as milícias cujos elementos iam sendo reconhecidamente necessários para os trabalhos rurais. Este exército era composto por infantaria, carros de tracção animal e arqueiros a cavalo protegidos por outros cavaleiros armados de escudo e lança. A sela e os estribos ainda não tinham sido inventados. Todos os soldados assírios usavam armas de ferro e botas o que lhes possibilitava uma maior poder de combate e mobilidade. Os Assírios possuíam também meios para a guerra de cerco e destruição de muralhas.

Em 612 a.C. a Assíria foi derrotada pelos Caldeus (Babilónia). São os Caldeus que organizam as massas centrais de infantaria com capacidade para manobrar em corpos.

Aníbal e seus homens cruzando os Alpes.

Os persas de Cirus II conquistaram os Caldeus em 559 a.C.. São os persas de Dario I que invadem a Europa pela primeira vez, atacando os Gregos da Jónia. Os Gregos, com uma infantaria disciplinada e bem protegida, esperam os Persas e escolheram bem o local da batalha – em Maratona, onde o inimigo não podia actuar com a sua cavalaria. A formação grega – a falange, com origem nos sumérios, resistiu aos arqueiros persas e estes foram derrotados.

Filipe e Alexandre da Macedónia no Séc. IV a.C. usam a falange macedónia composta por infantes equipados com lança longa e ponta de ferro (sarissa). Esta falange tinha o aspecto de um ouriço com cerca de seis pontas de lança por homem de frente, manobrava e protegia-se com os escudos e era apoiada por arqueiros, atiradores de funda, de dardos e por cavalaria pesada equipada com lança e espada bem protegida.

Entretanto, em 510 a.C. os Etruscos foram expulsos de Roma onde se estabeleceu a república. Nesta data, o exército romano era composto por centúrias de 100 homens que se organizava para a batalha como a falange grega. No Séc. IV a.C. no entanto, a falange foi substituída pela legião composta por manípulos, cada um composto por duas centúrias, mas estas só com 60 homens. A legião tinha cerca de 4000 a 6000 homens.

A grande alteração foi no entanto na táctica da legião: a infantaria pesada formava como os quadrados brancos e pretos de um tabuleiro de xadrez. Entre manípulos da frente havia espaços iguais vazios que eram cobertos pelos da segunda linha e os desta pela terceira linha.

Os manípulos da frente eram guarnecidos por gente nova mas experimentada (hastati); a segunda linha era constituída pelos veteranos (príncipes); e a terceira por mistura de veteranos (triari) e jovens (velitas) que normalmente abriam a batalha e depois passavam para trás. O equipamento do legionário era: o elmo, a protecção do peito, umas sandálias de marcha, e um escudo oval, um dardo, um punhal e uma espada - o gládio.

Em 197 a.C. a legião romana defrontou a falange macedónia e venceram. Mais tarde o manípulo foi substituído pela corte com a força de três manípulos. Também o escudo oval foi substituído por outro maior semicilíndrico. Neste período a cavalaria eclipsou-se.

De todos os opositores dos romanos cumpre destacar Aníbal Barca que no Séc. III a.C. comandou o exército cartaginês. Na Primeira Guerra Púnica (antes de Aníbal ser adulto) Cartago perdera a Sicília para Roma. Na Segunda Guerra PúnicaAníbal conquistou Sagunto na Ibéria e com o seu exército de 90000 homens e 80 elefantes atravessou os Pirinéus, osAlpes e chegou ao vale do Pó derrotando os romanos em sucessivas batalhas.

O colapso militar romano iniciou-se no meio do II Séc. d.C. com as invasões dos Godos, Visigodos, Unos e Vândalos. No final doSéc. IV d.C., o Império Romano deixou de existir. A perda de força militar deveu-se especialmente ao facto de grande parte dos legionários terem deixado de ser recrutados nas cidades itálicas passando a ser das províncias e, portanto, menos preparados e leais.

Os bárbaros trouxeram também uma nova forma de combater a cavalo que usando a sela e o estribo, dão à cavalaria o poder de choque que até então não tivera.

O Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla, resistiu durante mais de 1000 anos porque, nos seus exércitos, adoptara a cavalaria pesada como forma de combater a cavalaria ligeira e pouco disciplinada dos bárbaros e, ainda, porque adoptou como forma defensiva a fortificação, retomando o designado "Castellum" romano e melhorando-o pelo reforço de paredes e uso extenso de torreões.

A Península Ibérica, os Povos Pré-Romanos, a Actividade Militar e Construtiva durante a Romanização

Período do Bronze Final

Os povos pré-romanos que habitaram a Penín-

Balneário (em cima) e Salas do Caldarium e frigidarium.

Muros das Termas (em cima). Tepidarium e Caldarium (em baixo).

sula eram variados e resultantes das populações autóctones – iberos e outros povos indo-europeus que aqui chegaram por volta do Séc. X a.C.. Os Lusitanos eram um povo com esta origem, provavelmente Celta, que por aquele tempo se deslocou para a Península Ibérica e se foi misturando com outros.

Foi a colonização fenícia que, estabelecendo colónias semitas na Península Ibérica desde o Séc. VIII a.C., introduziu uma nova cultura na região.

Este movimento e fixação dos fenícios no Mediterrâneo Ocidental foi impulsionado pelas limitações e pressão exercidas pelo Império Assírio que dominava no Médio Oriente. Contactando com o reino de Tartessos, no Séc. VIII a.C., os fenícios (de Tiro) instalaram-se no sul mediterrânico da Península Ibérica.

Para além de outras razões foi a existência na região da produção metalúrgica do bronze (cobre e estanho) da prata e do ouro, que mais os atrai.

No entanto, neste período chamado do Bronze Final, o conhecimento metalúrgico daqueles metais existia também no norte e centro do litoral atlântico e a sua comercialização a partir daqui foi feita em especial com a Bretanha e Ilhas Britânicas por via marítima.

É curioso notar que, da análise dos objectos de

bronze encontrados em território português, os do Noroeste e Zona Costeira Ocidental têm elevado teor de estanho, enquanto os do Sul e interior são praticamente de cobre impuro. Como no Noroeste de Portugal o cobre rareia, supõe-se que tenha havido uma ligação por mar no mínimo entre a região de Aveiro ou mesmo mais a sul, com o Norte. Tal não quer dizer que não houvesse também relações terrestres, pois estas existiam ligando especialmente o interior e a rede hidrográfica navegável.

Com base, quer nas descrições dos contactos dos Fenícios e Gregos com os povos da Península Ibérica ("Histórias" de Heródoto de Halicarnasso (2ª metade séc. V a.C.), "Orla Marítima" (poema) de Avieno (séc. IV d.C.) escrito com base em descrições gregas dos séc. VI e V a.C.), quer nas fontes arqueológicas, é possível visualizar a Península Ibérica, antes da romanização, composta por:

- uma região sul e o litoral, mediterranizada e aberta ao exterior;
- uma região norte e o interior, de influência centro-europeia e isolada.

O povoamento da época era naturalmente disperso mas denso, com povoados quer em zonas altas quer em zonas acessíveis. No primeiro caso a construção revela-se com carácter permanente e amuralhada com fosso exterior, no segundo são claramente de tipo precário. As povoações construídas em zonas altas não parecem dissociadas das que estão próximas em zonas baixas. As primeiras, constituindo uma espécie de grupo defensivo e com actividade mais industrial e as outras, que poderão ser usadas pelas mesmas pessoas que sazonalmente desciam às zonas baixas, estariam então ligadas ás actividades agrícolas.

A tecelagem, a fundição e a cerâmica estão presentes no quotidiano destas populações e a sua alimentação inclui a farinha, o sal e o pão. Esta sociedade exigia já, coordenação de actividades e de representação das comunidades nas relações com outras, mas não se pode depreender dos achados arqueológicos que existisse uma nítida diferenciação social ou existência de elites, antes um sistema de vida comunitária.

Na região da Beira Alta e no Sul (Alentejo e Algarve) há indícios do culto ao chefe e à sua evocação (as estelas), o que indica uma provável ligação a tradições de povos do centro-europeu. Nesta época, na área correspondente ao Alentejo e Algarve o povoado era mais concentrado.

A Idade do Ferro na Península Ibérica

São as colónias fenícias que trazem o conhecimento do ferro à Península Ibérica, bem como a roda de oleiro e a produção do vinho e do azeite.

A vinda destas novidades para o território português fez-se através dos Tartessos, pelo sul, Baixo Alentejo e Algarve, prosseguindo até Lisboa e Vale do Tejo.

A partir do Séc. VI a.C. as viagens dos gregos (que só estabeleceram colónias na região da Catalunha) e o domínio marítimo de Cartago no Mediterrâneo Ocidental, introduziram alguns elementos novos mas, quer gregos quer cartagineses, não tiveram papel relevante na costa atlântica.

Na verdade, a cultura semita manteve-se na costa mediterrânica da Península Ibérica até ao Séc. II a.C. quando se inicia a ocupação romana.

Nos Séculos V e IV a.C., populações centro-europeias, os Celtas, penetraram na Península pelo Norte e seguiram pelas terras centrais da meseta ao encontro dos povos já aqui instalados (como atrás se disse estes povos eram, para além dos autóctones, também descendentes de outras migrações, também celtas, ocorridas no início do primeiro milénio – século X a.C.). Estes Celtas conhecem o ferro e trazem a sua indústria e utilização para a Península, agora por via terrestre e vários séculos depois dos fenícios.

Estes celtas foram "empurrados"pelos Lusitanos (que não foram permeáveis à sua instalação entre Douro e Tejo) para sul e para o litoral, pelo que não permaneceram no interior da Lusitânia.

Estas migrações acentuaram a existência de duas comunidades na Península Ibérica: uma litoral e do sul, marcadamente agrícola, sedentária e mediterranizada; outra interior, de montanha, vivendo da pastorícia, tribal e guerreira.

Cartago actua na Península Ibérica, na segunda metade do Séc. III a.C. (expedição de Amílcar Barca de 237 a.C.) mas o seu interesse na Península foi sempre o combate a Roma e não a fundação de espaços de comércio ou de colonização.

O Período Romano

A partir do Séc. II a.C. o contacto com a civilização romana, conduz a uma nova época histórica para a Península Ibérica.

Os romanos desembarcam na Península Ibérica em 218 a.C. com um exército comandado por Cornélio Cipião para combater os cartagineses – a II Guerra Púnica está no auge.

Em 205 e 206 a.C., após a conquista de Gades (Cádis) por Cipião e as subsequentes lutas com os indígenas, os romanos iniciam a ocupação da Península Ibérica.

A forma como Roma expande o império é pela via da implantação de uma organização administrativa apesar de procurar localmente respeitar o poder tradicional. É assim um fenómeno de aculturação mediterrânea, mantendo a diversidade embora com uma matriz cultural comum.

A organização administrativa implantada baseia-se numa rede de cidades capitais regionais, nas quais funcionavam as hierarquias administrativas às quais ascendiam famílias e nas quais o poder imperial se apoiava.

A ocupação militar romana manteve-se mesmo após a criação administrativa das províncias da Hispânia Citerior, a Oriente do Guadalquivir, e da Hispânia Ulterior a Ocidente – a primeira mediterrânica e a segunda atlântica.

Os romanos encontraram na península uma grande variedade de povos.

A Lusitânia era uma região "tampão" entre: o litoral oeste; o sul céltico, indo-europeu e mediterranizado; o norte galaico e desconhecido; e o interior leste do povo Vetão.

"A Guerra Lusitana"

O primeiro confronto dos lusitanos com romanos dá-se a partir de 194 a.C. no decurso das acções de pilhagem que estes fazem nas margens do Guadalquivir.

Em 155 a.C. os romanos dominam já extensa parte da península, inclusive o Alentejo. Começa então a "Guerra Lusitana" que se prolonga até 132 a.C. O propósito dos Lusitanos é a conquista de territórios para Sul, enquanto os vetões procuram o controlo da região do Ebro. Viriato, é o grande mito desta guerra e de facto o controlo da Andaluzia foi seu de 147 a 140 a.C., ano em que foi assassinado.

Como fórmula geral adoptada pelos romanos, podemos considerar que populações mais aguerridas viram as suas povoações queimadas e destruídas; outros povos viram-se escravizados, com as suas cidades submetidas a guarnições militares e outros, porque se submetiam, eram tratados com algum respeito e mantinham mesmo os seus próprios chefes.

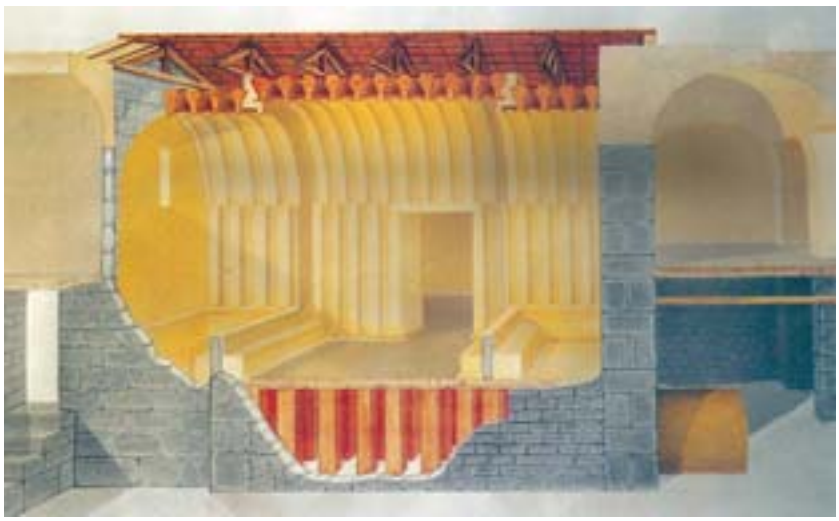
Plínio, no Séc. I d.C., refere que na Lusitânia as cidades que mais resistiram aos romanos teriam sido: Talábriga (Águeda), Emínio (Coimbra), Conímbriga (próximo de Condeixa), Colipo (próximo de Leiria) e Olisipo (Lisboa, então na colina do castelo e suas encostas norte e leste) estas próximo do litoral e no interior (Plínio chama-lhes "povos" porque não são verdadeiramente centros urbanos), Móron (eventualmente Chões de Alpompé, próximo de Santarém), Scallabis (Santarém) e Sellium (Tomar).

A Campanha de Décio Bruto até ao Rio Minho

É em 138 a.C. que se inicia a primeira grande campanha militar romana, no actual espaço português, conduzida por Décio Júlio Bruto, governador da Hispânia Ulterior e que ocupou Móron (Chões de Alpompé) e fortificou Olisipo. Daqui avançou para Norte, pelo Litoral (estrada Olisipo - Bracara), até ao Rio Minho, após o que retiraram para Sul não se conhecendo qualquer guarnição deixada para trás.

A região a norte do Rio Douro deve considerar-se também dividida numa zona litoral e uma zona interior. No Séc. II a.C. a zona litoral minhota é uma zona de influência mista, primariamente mediterrânica e depois céltica. O tipo de habitação é aquele que se pode observar nos chamados "castros" de planta redonda com origem ibérica. Os povoados eram localizados em zonas elevadas, defendidas por muralhas de pedra de duas ou mais cinturas e com fossos cavados na rocha. Também aqui existem povoados em zonas baixas de utilização por populações agrícolas mas relacionadas com o povoado da zona alta. Na construção não são usadas argamassas e as coberturas cónicas são de materiais leves e de origem vegetal.

(De cima para baixo) Colunelos, em tijolo, do hipocausto do Caldarium e Modelo do Caldarium.



Estes castros devem ter sido erigidos para resistir às invasões celtas dos Séc. V e IV a.C.

O interior transmontano no Séc. II a.C. seria habitado por povos astures (os Zelas) também de origem indo-europeia.

O Período da Guerra Civil Romana

A partir de 81 a.C. e durante a década de 70 a.C., a guerra volta, mas já não se trata de uma guerra de resistência. È a guerra civil romana. Quinto Sertório, em serviço na Hispânia Citerior, é adversário de Sula dos "aristocráticos" de Roma. Revolta-se mas é derrotado. Esta guerra praticamente não se passou no actual território português exceptuando o cerco de Lacobriga e eventualmente alguma fortificação (bastiões rectangulares e pequenas torres entre Alcoutim – Mértola – Almodôvar – Castro Verde).

Em 61 a.C. Júlio César foi nomeado governador da Hispânia Ulterior e desencadeou uma acção ofensiva contra os Lusitanos do Monte Hermínio (entre Douro e Tejo) tendo fixado o seu quartel – general possivelmente em Scallabis.

Em 56 a. C. a Hispânia foi entregue a Pompeio que entregou a Hispânia Ulterior a Petreio e este instalou-se com duas legiões na Lusitânia e na Vetónia. Neste período há já aquartelamentos militares permanentes ao contrário do que acontecia até César, em que as legiões percorriam o território em campanhas retirando depois para o sul mais pacificado.

Júlio César, em 49 a.C., volta à Hispânia para enfrentar as tropas de Pompeio que são derrotadas na zona do Ebro. A Hispânia fica então sob o comando de Cássio Longino que em 48 a.C. efectua uma campanha contra os Lusitanos do Monte Hermínio (Beira Alta), instalando as suas tropas em acampamentos permanentes.

Em 45 a.C. César volta à Hispânia para combater os filhos de Pompeio.

(Entretanto César foi assassinado em 44 a.C.)

O Período do Império

A 27 a.C. Octaviano assume o poder com o título de Augusto e inicia-se a fase do Império.

A 29 a.C. Roma dirige nova campanha sobre as regiões ainda não ocupadas da Hispânia, ou seja, a Cantábria e as Astúrias (fora do território, hoje português), campanha esta que termina em 19 a.C.

Em 27 a.C. a Hispânia Ulterior foi dividida em duas: a Bética e a Lusitânia, esta na directa dependência do Imperador. O limite Norte da Lusitânia foi, em 13 a.C., fixado no Rio Douro, passando o território a Norte do rio a pertencer à Província Torraconense, a que pertencia também para Este a cidade de Toledo.

A capital de Lusitânia foi fixada em Julia Augusta Emérita (Mérida).

Octaviano Augusto foi talvez o maior impulsionador do património construído na Hispânia para onde enviou veteranos militares das campanhas fixando-os e dando-lhes terrenos em várias colónias, das quais se salienta Augusta Emérita e Scallabis. A construção de Conimbriga e Sellium também foi apoiada por ele.

Estes desenvolvimentos urbanos deram-se especialmente no Séc. I d.C.

No norte e no interior a opção tomada foi pela criação de novos centros urbanos (caso de Idanha e de Braga), enquanto no litoral e no sul a opção foi dar continuidade aos grandes centros existentes. Bracara Augusta foi capital do "conventus" Bracarautano ao qual pertencia toda a região a norte do Douro, hoje o Minho.

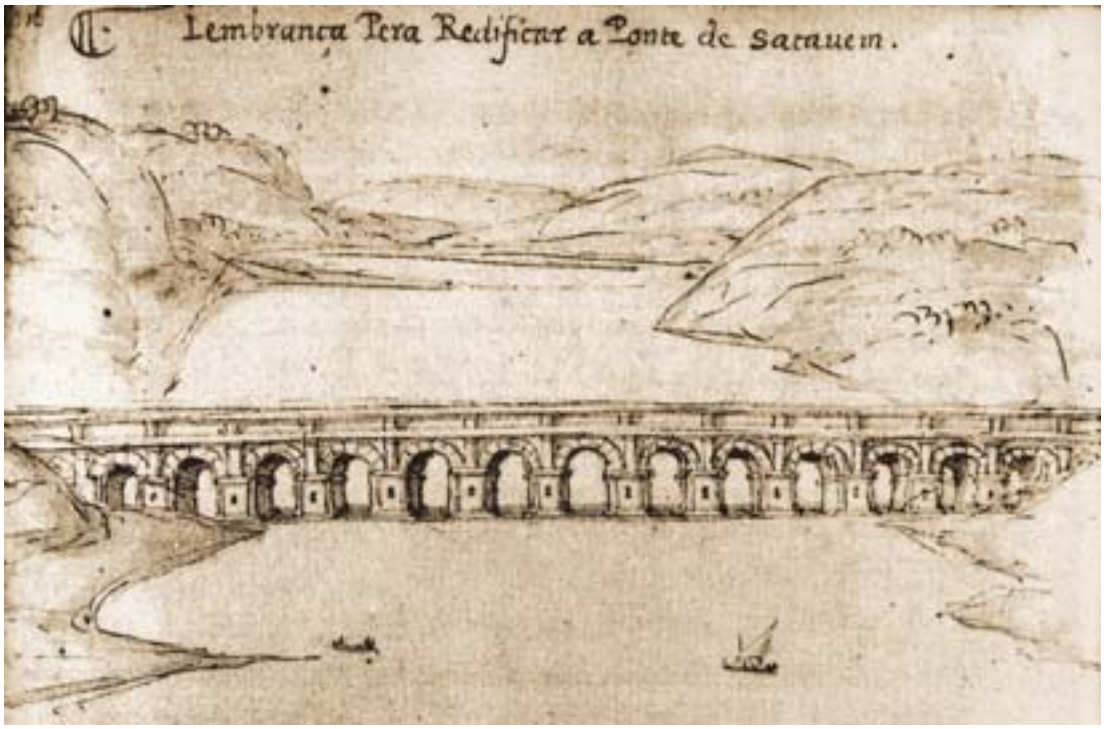
Para além das cidades, o império precisava de uma boa rede viária a ligá-las e portos marítimos para o comércio pesado.

As construções romanas

As construções romanas principais são:

- as cidades;
- as estradas;

no entanto interessa também aqui, analisar a construção da fortificação romana.



Ponte Romana de Sacavém. Desenho de Francisco de Holanda, 1571.

As cidades são, antes de mais, espaços de ordem urbana com um centro – o fórum onde se situavam os edifícios públicos (de natureza política, administrativa e religiosa), próximo do qual se localizavam as áreas comerciais e a partir do qual se traçavam as ruas perpendiculares que serviam quarteirões de edifícios, de moradias e outras instalações das quais os locais de banho eram indispensáveis.

Mesmo os povoados pré – romanos passaram por esta adaptação, transformando-se, pela construção de ruas perpendiculares, pelo uso da cantaria aparelhada nas casas, pela adaptação da planta circular para rectangular e a adopção da cobertura de telha cerâmica. Também nestas povoações são criadas instalações públicas de banhos e outras para as práticas religiosas.

Pelo final do Séc. III e início do Séc. IV, as cidades passaram a ser apressadamente fortificadas tendo em vista a defesa contra os povos bárbaros que invadiram o Império, o que também aconteceu na Hispânia e no território português.

As estradas que ligavam os principais centros, eram pavimentadas e as outras feitas normalmente em terra. O traçado das estradas teve um interesse inicial e talvez permanente para uso militar mas obedecia a uma racionalidade territorial clara de unir as principais cidades e estas a outros centros.

De uma maneira geral, as estradas eram implantadas pelos militares seguindo caminhos pré-existentes ou procurando o melhor trajecto. As legiões tinham nos seus serviços gerais sub-oficiais que não dispunham de comando mas dirigiam trabalhos de engenharia, os serviços de saúde e outros. Principalmente no período da Pax Romana, as legiões inativas foram encarregadas de trabalhos de construção de fortificações, estradas, aquedutos e outros trabalhos de interesse público. No seu dia-a-dia os legionários executavam trabalhos construtivos e outros que não exclusivamente de combate, pelo que estavam habituados a prepararem os seus acampamentos, as fortificações, as estradas, pontes e travessias de rios. No período do Império foi criado o cargo de Prefeito do Acampamento (praefectus castrorum) com a incumbência de administrar os acampamentos fixos, em especial, os situados junto das fronteiras.

A fortificação romana representa um corte com os modelos anteriores. Basicamente nada mais é que acampamentos fortificados – os Castrum. Estas fortificações têm uma forma rectangular, dentro da qual se instalam uma legião ou parte. O Engenheiro da Legião começava por escolher o local colocando uma bandeirola no centro do espaço. Em seguida marcava duas direcções, uma Norte-Sul e outra perpendicular. Nestas linhas marcava então as dimensões do futuro rectângulo. Em seguida, com um aparelho simples, naquelas pontas traçava as perpendiculares que iam definir os lados do rectângulo. Paralelamente aos lados do rectângulo iniciava-se a escavação do fosso, sendo a terra retirada destinada a criar as elevações de protecção com alturas variáveis e no topo das quais se construía um caminho protegido por uma paliçada normalmente de madeira. Finalmente, construíam-se

Conímbriga, muralha.

as entradas no meio de cada face do Catrum, as torres de vigia e no centro a instalação do comandante.

No início do Império (no tempo de Augusto) começaram a construir-se em locais estratégicos junto a estradas fortalezas, também de forma rectangular, com torreões nos cantos denominadas Castellum e torres de vigia em locais de observação, a que Júlio César chamou Castello Molto. No entanto, a fortificação foi descurada pela falsa sensação de poder que os romanos possuíam e que com as invasões dos bárbaros se alterou e levou á construção apressada de muralhas em várias cidades e linhas fortificadas em zonas de fronteira – as Limes que como sabemos não impediram a queda do Império do Ocidente.

Finalmente, Aspectos Relevantes

As regiões do Noroeste da Península Ibérica, mesmo no Séc. II a.C. eram das regiões menos conhecidas dos romanos e onde não havia estradas nem cidades romanas.

As populações do Noroeste Ibérico eram constituídas por iberos autóctones e celtas que para aqui se deslocaram por volta do Séc. X a.C., trazendo consigo a metalurgia do bronze (cobre e estanho). O cobre não existia a Norte do Douro pelo que a sua proveniência viria da região do Vouga – de regiões a montante deste rio sendo transportado por via fluvial e marítima até chegar á região de Marco de Canavezes pelo Douro e Tâmega. A proveniência do cobre poderia até ser de regiões mais a Sul. Os caminhos terrestres, à época, seriam todos de ligação da "borda d`água" a zonas próximas, umas nas margens, outras mais elevadas. Pode-se imaginar que os lugares habitados das zonas altas e das zonas baixas, se próximos, estariam ligados e até eventualmente utilizados pelas mesmas pessoas.

Do que é dado saber, estas regiões do Noroeste não ofereceram grande oposição aos romanos que nestes casos respeitavam essas populações e "povos" (povoações) e mesmo os chefes locais e junto dos quais fomentavam a fixação de antigos soldados quando chegavam ao fim do serviço militar.

Aceitando estes pressupostos diremos que Tongobriga pode ter sido um "Castro" Celtibero, que teria junto ao Tâmega o correspondente "povoado"onde as populações desenvolviam actividades piscatórias, agrícolas, de comércio de cobre vindo do Sul e da exportação de artefactos de bronze para a Bretanha e Ilhas Britânicas.

Sendo certo que os Imperadores Romanos (após o Séc. I a.C.) tiveram uma política de desenvolvimento que passou pela criação de cidades e estradas de ligação entre estas e portos comerciais, Tongobriga pode ter sido uma destas cidades construída segundo o modelo romano e sobre o anterior "castro", ou o que dele sobrava, depois de alguns séculos de romanização e implementação de modelos arquitectónicos e métodos construtivos próprios da cultura de Roma.

Tongobriga era uma cidade grande. Quem a construiu? O Imperador determinava trabalhos e o seu ritmo e as legiões participavam neste esforço com a sua mão-de-obra e "engenheiros militares"o que permitiria que os espaços públicos – a "marca" da civilização romana, assumisse o seu lugar estruturante desde muito cedo, determinando o desenvolvimento de tudo o resto.

Assim sendo encontrar-se-á sob a construção romana de Tongobriga o "castro" celtibero e junto ao Tâmega restos do porto romano e do anterior e até eventualmente do povoado ribeirinho correspondente. Haverá também, provavelmente gravado a fogo nas pedras, "a memória"da fundição e produção do bronze e sob o templo ou o cemitério restos da antiga estatuária celta ou mesmo ibero. E, se legionários construíram os lugares públicos, haverá algures, ruínas do seu acampamento.

Nós portugueses, para percebermos a nossa diversidade, carácter e diferença, relativamente a outros povos, mesmo da península, temos de estudar e entender os passos dados pelos nossos antepassados. A geografia portuguesa de hoje e refiro-me a todos os aspectos dos fenómenos à superfície deste nosso território, revelam a matriz que nos vem moldando como povo e o seu conhecimento e compreensão é necessário para a nossa continuidade e amor-próprio e até para a interpretação dos nossos defeitos colectivos e também das nossas potencialidades. Foi com este objectivo que não hesitei em me juntar a vós nesta busca comum a que deram o título de leituras contemporâneas que tongobriga propicia.

Coronel Miguel Fernandes Pinto

As múltiplas faces do Coronel Ribeiro Soares

Torna-se bastante difícil apresentar um militar, ao mesmo tempo por dentro e por fora do âmbito profissional, focando a sua actividade num todo que, afinal, caracteriza uma vida. Pelos dados recolhidos, promove-se, então, uma aliança com o substrato militar sempre a pautar o caminho mais fácil para uma introdução.

Daí que invoque de imediato, a partir de 1956, um troço comum para, de mãos dadas, percorrer como alunos do mesmo Curso Geral a preparação para, seguindo na Arma de Artilharia, logo em 1961, cada um ir cumprir as exigências obrigatórias no período seguinte até findar a guerra no antigo Ultramar, em 1974. E, não fosse a vantagem do directo conhecimento por natural convívio durante aquele primeiro percurso, perderia alguns dados a repercutirem-se no segundo. Ora, não desejando reproduzir, passo a passo, o currículo da carreira militar, poderemos, todavia, balizar a sua progressão com algumas bandeiras e sinais marcantes. E destes, ostentando ainda o emblema de estudante, ficar impresso na memória o cunho de uma força da natureza privilegiando uma vontade de trabalho persistente, de recuperação do esforço e de notável capacidade de superar as dificuldades. Para ilustração da imagem sempre se poderá observar aquele inopinado obstáculo, em 1957, que demorou a passar durante dois meses, internado em dois hospitais civis, para depois recuperar do atraso que poderia ser fatal, uma vez vencida a doença, acompanhando os camaradas em normalidade de finalização do ano.

A face de militar combatente

Na verdade, deixo o anterior testemunho para, no momento em que se dá o salto para outras Áfricas, se apreciar, de algum modo, se aquelas virtualidades se sublimaram num clima diferente. E assim, logo

que se inscreva a data de 1974, após o conhecimento dos factos ocorridos, se desejarmos sair airosamente do continente africano, mais sabedores do passado, devemos acrescentar à lista os atributos de espírito empreendedor, corajoso, não acomodatício, crítico consciente, de exigente auto-disciplina, inato sentimento de justiça, interesse pelo bem comum e de estudo meticuloso dos problemas, tudo isso suportado por poderosa memória. Então para ilustração desses 14 anos, que serviram para *religar* o caminho seguido pelo Alberto Ribeiro Soares no desempenho de variadas funções, desde Alferes até Major, em 1974, mesmo sem a habitual apresentação com toque curricular, a descrição é ainda discreta. Tirante pouco mais de dois anos de permanência continental, o cenário abrangeu os restantes por Angola (61-63), Moçambique (64-66) e Angola (68-74). E se, entretanto, desejarmos salientar no cumprimento das missões, em que se insere o rol das virtudes citadas, fruto das actividades atinentes às campanhas em ambiente de guerra, mais ou menos comuns aos combatentes, a situação passa a um relevo extraordinário. De facto, o timbre marcante ultrapassa a posição vulgar de limitada e obrigatória assunção das inerentes responsabilidades de comando. E dá para meditar, quando voluntariamente se processa um oferecimento para comandar uma outra Companhia de Caçadores cumulativamente com a sua Bateria de Artilharia, ambas na Zona Leste de Angola, com diversas baixas e aquela em acentuado pendor de indisciplina. Ora, se a simplicidade se caracteriza por esse passo, a distinção do carácter marca pontos, vindo naturalmente ao de cima. A heroicidade reflecte-se também por esse prisma. E tanto mais se consciente.

Uma outra face de militar

Nesta outra fase até à passagem à Reserva, em 1989, talvez nos arrisquemos a considerar mais brilhante a sua ascensão até ao topo da carreira no posto de Coronel. Daí que deveremos acompanhar os passos, visionando o percurso já com a intenção de observar os desvios para o exterior sem, contudo, perder o rumo castrense. Além dos cursos e estágios de formação militar obrigatória, o excedente de vontade, tempo e energia vai-o dedicando a trabalhos no campo do cultivo e valorização académica. E nessa compatibilidade os estudos na área de Ciências Pedagógicas e de Geografia conduzem a actividades lectivas. Só que, insatisfeito, intensificando o contínuo labor e reduzindo os tempos livres, vira-se para o

(Foto do título) 1960, Tirocinante na EPA.
(Ao lado) 1961, Alferes no Norte de Angola.

(Da esq.ª para a dir.ª) 1962, Alferes em Angola, prova de rancho no Mazumbo. 1963, Tenente, comanda a CART 106 no regresso a Coimbra. 1969, Capitão na CCAÇ 2360, a difícil escolha do menu. 1968, Capitão na BTR 522, Leste de Angola.

espaço do jornalismo e da divulgação de efeitos na comunicação social. Não admira que, dado o gosto por esse recanto e pela investigação de carácter histórico, após elaboração diversa por órgãos da Imprensa Militar, surja aureolado com o título de Mestre em Ciências de Informação. O passo seguinte é dar-se conta de honroso convite para Professor na Universidade Católica durante um ano lectivo.

Ora, esta distinção, ao encontro da caminhada interrompida em 1974, vem, de certo modo, sublimar a pré-visão dos pontos antes abordados. E, ultrapassando os pormenores dos trabalhos decorrentes da execução e divulgação, vamos deter-nos em dois cumes para melhor observar as pistas, militar e civil, se bem que ainda sob o traçado militar.

Agigantando-se o padrão levantado a 25 de Abril, olhando para trás, e por mais rodeios que se façam, sempre aí permanecerá enquanto monumento incontornável. E porque é visível e se vem iluminando em continuidade até hoje, embora sob a luz de diversos focos, empunhados também pela mão de diferentes gentes com inúmeras inclinações, é que se foge à tentação de o mirar de novo. Mas vale a pena uma paragem. Julga-se que as posições por ele ocupadas a partir dessa data, se entrarmos pela terminologia militar, vão transitando por lugares de Direcções da Arma, Repartições de Quartéis Generais, Departamentos de Estado-Maior e o designam por Subchefe ou Chefe, 2.º Comandante ou Comandante que acabou por ser no Regimento de Artilharia Antiaérea 1, lá para os fins de 1988, início do ano seguinte. Efectivamente, não serão as habituais mudanças de funções nem os deslocamentos, normal nessas andanças, que nos fixa a pena para escrever que se a isso se restringisse a parte selectiva, no fim concluir-se-ia que o dever de militar estaria cumprido e ponto final. Portanto, a inflexão passa à comunicação dos trabalhos para se encontrar um resultado extra, e extraordinário se diz o labor logo que os frutos vão surgindo através de publicações, em que de início se destaca o livrinho *Os Sargentos do Exército Português*.

A face de comunicador e o gosto pelos estudos sociais

Ora, sem perder de vista o interesse em regressar aos encontros provocados pelo 25 de Abril, às tantas, a partir de 1988, vê-se o Coronel Alberto Ribeiro Soares fora da efectividade do serviço, sem que deixe de intensificar as relações com os conhecimentos, entretanto adquiridos e armazenados, para a confecção de produtos de gosto mediático em que se sentia bem e realizado. Abraçando com devoção as funções docentes de jornalismo ou de simples comunicador, desempenhou com desvelo, logo a partir do ano seguinte, todos os lugares possíveis como membro do corpo directivo da *Revista Militar*, assinalando-se, de passagem, o de Director-Gerente (1996-2000), e lá permanecendo como sócio, efectivamente a transitar para Secretário da Mesa da Assembleia Geral (2005-2008). De resto, desdobrando-se por outros ramos entroncados naquele corpo principal, sempre se destacará o seu pendor desportivo, ora como jornalista e analista (*Record*), ora como intrépido comentador alcandorado ao posto de Director de outra publicação (*Gazeta dos Desportos*). Ainda assim a não perder de vista as influências dentro da Associação de Oficiais das Forças Armadas, por cuja deambulação se associa a colheita de interesses profissionais e onde a sua presença animasse os oficiais em mais uma frente de combate. No entanto, o seu magnetismo, a induzir que, uma vez activado, tirocinado em múltiplas entradas, em função de direcção de empresas e também como jornalista, mais o seduziria, não admira que, após os seguintes cinco anos, não resistisse ao chamamento para o exercício de Director da Biblioteca do Exército, onde melhor se sentiria para desbravar montes de documentos, sedento de penetrar em fontes de outros saberes. E, talvez, por essa hipnótica sereia, se tenha esquecido, frequentemente, de regressar ao fim do dia ao seio doméstico continuando pela noite dentro imerso na exploração de novos cantos. Dessa absorvente tarefa, a não dar tréguas ao descanso, por uma metódica e persistente compilação de elementos, demonstrou que demoraria aí cerca de dez anos, para, aliviado da febre dos estudos, sair depois confortado com os produtos, entretanto, conseguidos. E se, porventura, desejasse competir com a lista participativa da produtividade na sua diversidade, até neste meu limitado papel, o preenchimento do rol se rebelasse com a pretensão. Mas tem cabimento a lembrança daqueles dotes de que a natureza o fadou, não ficando frustrado o anúncio prévio das capacidades referenciadas.

Na organização desta exposição a englobar ainda o não tempo para satisfazer mais projectos, há que citar o do *Almanaque do Exército* e por vital impulso os volumes primeiros da *Imprensa Militar Portuguesa* e de os *Generais do Exército Português*, trabalhos de longo fôlego a fazer jus à omnipresente menção das suas qualidades antes expressas. E nessa embalagem, quando se tornou essencial invocar alguém para não deixar em branco a celebração de cerimónias comemorativas dos 25, 40 e 50 anos do seu Curso Geral Preparatório, até o nome do antigo aluno Soares se perfilou à frente do simples movimento de boas vontades, apadrinhando já o projecto dos 60 anos, se a saúde o permitir. De resto, os projectos que se cuidem quando a sua luta não se detém e se alia ao exercício de continuar progredindo no sonho de "Mais Além", ficando por mencionar na qualidade de director da revista *Combatente* (2003-08), a autoria virada para a participação de *A Mulher Portuguesa na Guerra e nas Forças Armadas*.

1983, Provas de Mestrado na Universidade Católica, com Borges de Macedo, Artur Anselmo e Mário Mesquita.

1991, no 10.º Encontro de Estudos Militares, a receber o 1.º Prémio.

Perante o dinamismo evidenciado, difícil se tornaria silenciá-lo. Acumular mais factos não modifica o corpo dado a conhecer nem a fisionomia. Todavia, falta voltar ao posto de observação instalado logo após o 25 de Abril. Por um lado, tendo-se integrado na evolução revolucionária do movimento, privilegiada testemunha dos sobressaltos havidos, pode ainda orgulhar-se de ter contribuído na função de 2.º Comandante do CIAAC, em Cascais, para manter a Unidade prestável e firme numa altura em que a enxurrada ia arrastando outras para o turbilhão da irresponsável aventura, dita revolucionária. Com este apontamento, vem ao de cima o brilho do seu carácter, mesmo afrontando o poder e os desígnios inconfessáveis deste, ciente de que o apego à efémera glória de então o não seduzia, mantendo-se vertical e repudiando o aproveitamento de navegação em águas turvas. Aliás, ao longo da sua vida, uma rara qualidade de inato sentido de justiça ensombrando, por vezes, uma restrita visão sectária de outros, chocou com essa deficiência social, ainda hoje a crescer na sociedade. E cultivando-a, também nem se calou ou teve receio de consequências.

Ora, porque conviveu de perto com aquela realidade, fotografando-a em memória, em 1994 surgiu a obra com base no visionamento do jornal *Expresso* sobre "Militares Revolucionários – 1975" a que o Autor lhe acrescentou "Um retrato robot". E será nesta desconfortável pose, da minha parte, que arrisco a inclinar-me para transmitir que, historicamente classificando-se esse trabalho como de "cola e tesoura", a resultante transcende a suposta facilidade desse método. Afinal, estando ao alcance de todos, mas coligindo os dados repartidos por diferenciados capítulos segundo vários perfis, a que não deixou de envolver com o certo enquadramento graças ao seu discernimento cultural, deixa-nos uma obra valiosa para consulta futura. E dará para consultar sobre o que aconteceu ou deixou de acontecer, os impreparados militares deixando-se ir pelas correntes ao sabor progressivo do movimento. Muitos, de fora, nem se aperceberam das convulsões do corpo pátrio, prestes a despenhar-se no precipício da demagogia, da queda aparatosa nos

2002, na Revista Militar, a ser condecorado pelo CEME, General Silva Viegas.

braços da indisciplina militar ou de ir parar no lodo dos fundões traiçoeiros da política. E pelo andar dos revolucionários retratados, muitos a vangloriarem-se de encarnar o genuíno pulsar do povo, transparece a preocupação da maioria desse mesmo povo, cujos sentimentos foram desrespeitados.

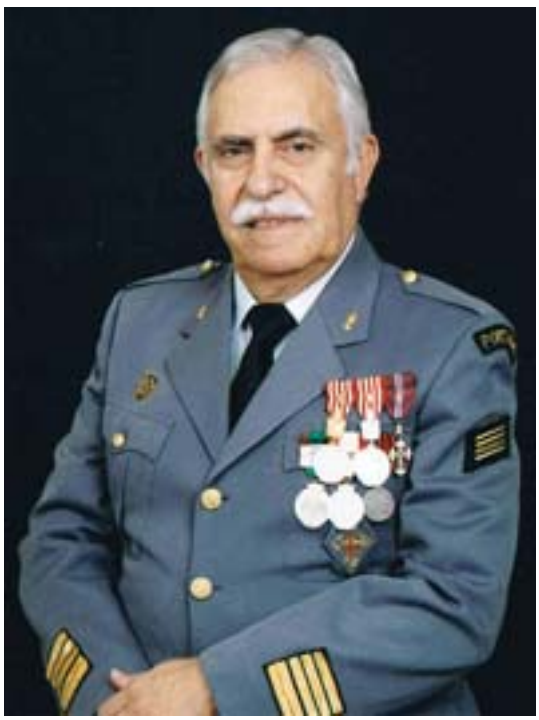
Se neste simbólico itinerário, houvesse, então, que nos deter à porta da passagem à Reserva, claramente não enxergaríamos a distinção de novos elementos. E sob este engano faltaria ainda complementar que, no denso círculo à roda da comunicação social, colaborando aqui, assessorando além, dirigindo e gerindo, analisando em inúmeros órgãos, assistindo e participando em conferências e colóquios, passando de jornais e revistas a exposições na TV, centenas de títulos de acções permanecem omissos, ganhando por isso uma não consumição de os expor. Todavia, poderemos passar em frente, cientes de que a vasta produção do Coronel Ribeiro Soares ter sido devidamente apreciada pelos altos chefes militares. E não fosse o facto de se ter escrito por linhas desalinhadas a "vontade de Deus", segundo um antigo ditado, não se teria a certeza de se distinguir o mérito por inteiro advindo de um último período de cerca de 10 anos anterior à passagem à situação de Reforma.

E porque assim se considera, finalmente viu-se esse reconhecimento nos anos de 2002 e 2003, traduzindo-se a distinção por medalhas de prata e de ouro, já que procedia de 1971 a do Mérito Militar ganha em campanha. Desta sorte, compete-me encerrar a intervenção, concluindo-se no contexto:

Que o conceito de extraordinário assenta bem num ser dotado de atributos comuns como os referidos, sem necessidade de qualificados por génio, herói ou santo;

Que revolucionando-se essa imagem pelo lado positivo, reconhece-se que estará por saldar a dívida para todos aqueles que, sem alardes, em 1975, assu-

2004, Director do "Combatente", com a Direcção Central da Liga dos Combatentes.



2003, na passagem à Reforma.

miram, sem omissões de complexada textura, o papel digno de militar ao serviço da Pátria votada pelo seu Povo;

Que o retrato do Coronel Ribeiro Soares agora obtido, embora singelo, chega para avaliar as faces expostas de consagração da sua figura, se uma luz a focar sem restrições e sem reservas para análise. E neste sentido julga-se que o Exército o deverá expor para, constar como exemplo de quem uma vida inteira lhe deu lustre dedicando-lhe as forças do corpo e da alma, através deste seu *JE*.ع

Exercício Rapaces 10

Comando da Brigada Mecanizada

Staff Ride

Um *Staff Ride* é a combinação de um estudo sistemático da história de uma campanha ou batalha, visitando o local onde decorreram as operações, com o objectivo de contribuir para a educação militar profissional de uma audiência-alvo. A visita ao local do campo de batalha real pretende confrontar a audiência com uma situação operacional, no intuito de estimular a análise e a procura de ensinamentos decorrentes do passado (Melvin, 2005:59). A importância da História, e em concreto da História Militar, reside no estímulo ao exercício e desenvolvimento de uma atitude crítica de reflexão sobre um conjunto de eventos (não só de natureza táctica, mas também política, social e humana, entre outras) que deram a forma a uma batalha ou a uma campanha.

Sabe-se que o método de *Staff Ride* era profusamente utilizado no Estado-Maior prussiano do final do século XIX, tendo como objecto de estudo preferencial as batalhas do período napoleónico. Os oficiais prussianos procuravam compreender o que tinha acontecido e o porquê de ter acontecido, retirando ensinamentos para aplicar no futuro.

O primeiro *Staff Ride* documentado do *Command and General Staff College* do Exército dos Estados Unidos teve lugar em 1906, tendo como objecto de estudo as batalhas da Guerra da Secessão que tiveram lugar no estado da Georgia. Nos anos que se sucederam, o *Staff Ride* tornou-se componente curricular fundamental nos cursos daquela escola (Robertson, 1987: V). Esta prática acabou por se estender aos exércitos de várias nações, vindo a adquirir formas diversas, tanto no conceito como na execução. Independentemente dos formatos utilizados, esta tipologia de exercício tem um fundamento comum: levar a audiência-alvo a um terreno real, confrontá-la com uma situação operacional e estimulá-la a pensar em soluções e obter conclusões a partir da experiência de outros, trazida pela História.

O *Staff Ride* continua, actualmente, a constituir uma excelente ferramenta no treino de estados-maiores. Tem sido utilizado em escolas e institutos militares, integrado nos *curricula* dos cursos. Amplamente difundido nos países anglo-saxónicos, os oficiais portugueses têm, ao longo das últimas décadas, tomado contacto com esta realidade quando em ambiente multinacional.

Giro do horizonte do grupo de trabalho francês, nas imediações do moinho de Moura.

História do Exército Português, General Ferreira Martins

A procura de processos que contribuíssem para o treino do comando da Brigada Mecanizada (BrigMec) levou a que, na elaboração da directiva para o ano de 2010, fosse determinada a execução de um *Staff Ride*, tendo como audiência-alvo o Grupo de Ordens do Comandante[1].

Rapaces 10

O *Staff Ride* da BrigMec recebeu a designação de *Rapaces*, inaugurando os exercícios desta série. A designação invoca as aves de rapina – *rapaces* – e tem como símbolo uma coruja em pleno voo. Tal como esta ave, o Estado-Maior coordenador deve ser capaz de se posicionar, como observador minucioso, sobre o campo de batalha, e apoiar o seu comandante através da realização de ciclos de Boyd[2] sucessivos, de forma mais rápida e precisa do que a sua presa.

A escolha da batalha a estudar revelou-se bastante oportuna. Celebrando-se este ano o bicentenário da batalha do Buçaco, ocorrida a 27 de Setembro, a opção da BrigMec foi inequívoca. Apesar de não ser este o propósito fundamental, para além da intenção didáctica e dos objectivos de formação e treino, o exercício pôde ficar associado ao conjunto de comemorações alusivas à invasão francesa de 1810.

Com esta actividade, o Comando da BrigMec logrou alcançar cinco objectivos, estabelecidos na fase de planeamento:

Exercitou "Processos" de Decisão Militar;

Abordou e analisou os factores influenciadores do combate com destaque para o terreno, a liderança e o potencial de combate;

Desenvolveu atitude crítica em relação a eventos ocorridos num contexto histórico específico;

Incrementou o espírito de equipa;

Promoveu o conhecimento mútuo entre os intervenientes.

A Execução

O modo mais comum de conduzir um *Staff Ride* consiste na exposição dos acontecimentos históricos, por intermédio de especialistas, seguida de debates orientados. O Controlo do exercício optou por conduzir a uma postura mais intensa a nível da participação dos intervenientes, preferindo uma modalidade mais próxima do *What if ?* – convidar a audiência de treino a colocar-se no lugar dos estados-maiores de Wellington e Massena e pensar a campanha do Buçaco, recorrendo às ferramentas de planeamento militar actuais, mas operando com os meios da época[3]. Para tal, o Grupo de Ordens da BrigMec foi dividido em dois grupos de trabalho, representando um, o Estado-Maior aliado, e o outro, o Estado-Maior francês.

O exercício teve a duração de três dias, nos quais a audiência de treino efectuou trabalhos para responder a dois pedidos. O primeiro dia teve lugar em Santa Margarida, foi destinado à apresentação do tema e dos pedidos e à execução dos trabalhos

Wikimedia Commons

Salvador Ferreira

iniciais, ainda em sala.

O segundo e terceiro dias do exercício foram passados no terreno, na serra do Buçaco. O início dos trabalhos desta fase ocorreu no obelisco do Buçaco e a primeira actividade consistiu no "Giro do Horizonte", efectuado pelos assessores de História, Tenentes-coronéis Lemos Pires (Academia Militar) e Abílio Lousada (Instituto de Estudos Superiores Militares), a fim de situar a audiência de treino espacial e temporalmente, na época em questão. Seguiu-se a resposta ao primeiro pedido, efectuada na presença de todos os intervenientes e do comandante da BrigMec, em primeiro lugar pelo grupo de trabalho aliado, seguido do grupo francês.

Este primeiro pedido, de cariz estratégico-operacional, visava a obtenção de uma sucinta análise da missão por parte de cada um dos contendores. Em primeiro lugar, solicitou-se a identificação dos estados finais desejados por parte de cada uma das partes. Seguia-se, na continuação do mesmo pedido, identificar o problema táctico e estudar os centros de gravidade, com as suas capacidades e vulnerabilidades críticas associadas.

Após as exposições de ambos os grupos de trabalho, continuou-se por um período de debate livre, que terminou com a descrição histórica das opções tomadas pelos intervenientes reais[4].

Seguiu-se um jantar-convívio, com a presença de todos os participantes, no aquartelamento de Santana, Quartel-General da Brigada de Intervenção, em Coimbra.

O último dia foi dedicado aos trabalhos de campo e exposição do segundo pedido. Este pedido dizia respeito ao combate propriamente dito. Foi solicitado, a cada um dos estados-maiores, uma composição e articulação das forças para combate, sendo-lhes permitido reorganizar os comandos de forma diferente da histórica, tendo por base as características de personalidade dos comandantes de divisão e de corpo. A parte final do pedido implicava a exposição do esquema de manobra (com a tarefa e a finalidade de cada comando subordinado), o posicionamento inicial, dentro da área permitida para cada exército, e a identificação clara do esforço.

Os trabalhos decorreram em dois locais diferentes. O grupo de trabalho francês deslocou-se para o moinho de Moura, posto de comando de Massena. O grupo aliado, na impossibilidade de operar a partir do posto de comando de Wellington, devido ao denso arvoredo que cobre praticamente toda a crista da serra, impedindo a visibilidade, permaneceu a trabalhar no largo do obelisco. No final da manhã foram efectuadas as exposições dos grupos, invertendo-se a ordem do dia anterior. Expôs em primeiro lugar, para todos os participantes, no moinho de Moura, o grupo de trabalho francês, na qualidade de atacante. Logo de seguida, após um breve deslocamento em viaturas, foi a vez da exposição do grupo de trabalho aliado, no largo do obelisco. Do mesmo modo que para o primeiro pedido, procedeu-se a um debate sobre as opções tomadas pelos grupos de trabalho e à exposição histórica dos acontecimentos reais.

Após um breve almoço de ração fria, no local, o exercício terminou com uma visita ao Destacamento do Museu Militar no Buçaco.

Apoios

Um *Staff Ride* é um exercício que não necessita de recursos volumosos, complexos ou dispendiosos. Para o exercício *Rapaces 10*, os apoios foram pensados em três vertentes: o material de trabalho, o apoio logístico e os apoios por parte de entidades exteriores à BrigMec.

Como material de trabalho, bastou reunir o utilizado normalmente nos planeamentos de Estado-

O exercício contou com os apoios da Direcção de História e Cultura Militar e da Brigada de Intervenção.

Maior, sendo de destacar as cartas topográficas da região, quadros de corticite e *didax*, material de escrita, binóculos e bússolas. O apoio logístico necessário centrou-se no transporte de pessoal e materiais, alojamento e alimentação. O transporte foi garantido por dois autocarros (TP 27) e duas viaturas pesadas de tansportes gerais (para os materiais de apoio). Para a eventualidade de chover durante os trabalhos de campo, foram transportadas tendas de arcos, passíveis de ser montadas em dez minutos. O alojamento e a alimentação foram solicitados e coordenados com a Brigada de Intervenção, a quem se deve um fundamental contributo, aproveitando a proximidade deste comando, em Coimbra, com o Buçaco. Foi também necessário obter apoios através de coordenações com três entidades: a Academia Militar e o Instituto Superior de Estudos Militares, no sentido de autorizarem a participação dos assessores de História Militar e a Direcção de História e Cultura Militar, para aspectos relativos à presença nas propriedades militares do Buçaco e à visita ao Destacamento do Museu Militar.

Conclusões

A primeira experiência, em qualquer actividade, à qual não são excepção os exercícios militares, acarreta consigo o ónus de constituir um teste. No caso concreto do *Staff Ride* da BrigMec, seria a análise do cumprimento dos objectivos identificados que ditaria a validade do exercício. Os cinco objectivos enunciados inicialmente foram amplamente atingidos:

- Foram aplicadas ferramentas de diferentes processos de decisão;

- Os estudos debruçaram-se sobre os factores influenciadores do combate, com especial destaque para o terreno, as condições atmosféricas e os meios utilizados. A dimensão humana do comando esteve bastante presente, através da atribuição e comandos de acordo com as personalidades dos Generais;

- Foi possível desenvolver uma atitude crítica em relação às circunstâncias envolventes da batalha, tendo a actividade contribuído em grande medida para o despertar do interesse dos participantes pela História Militar;

- O espírito de equipa foi sendo progressivamente obtido, de uma forma bastante dinâmica, evoluindo os grupos de trabalho para posturas de competição salutar. Os participantes procuraram compreender (e até incarnar, na linguagem utilizada) os comportamentos e decisões dos protagonistas históricos;

- O conhecimento mútuo entre os intervenientes ficou, naturalmente, reforçado.

Repensar a história com os olhos do presente de modo a obter lições a aplicar em situações futuras reais é um método de treino enriquecedor e motivador. A cultura militar geral dos participantes foi reforçada. A forma, de certa forma lúdica e descon-

traída, mas séria, com que foram apresentados e debatidos os conceitos operacionais e tácticos, permitiu actualizar conceitos e obter elementos de trabalho no sentido do incremento e homogeneização das competências ao nível do planeamento, em particular, e do trabalho de Estado-Maior, em geral.

O exercício *Rapaces10* demonstrou que o *Staff Ride* deve ser considerado como uma ferramenta de treino válida, eficaz e com encargos reduzidos, para os estados-maiores das unidades operacionais.

Bibliografia

BOYD, John M. 1987. *A Discourse on Winning and Losing*.

BREHMER, Berndt. (?). *The Dynamic OODA Loop: Amalgamating Boyd's OODA Loop and the Cybernetic Approach to Command and Control*. Paper para o Department of War Studies. Swedish National Defence College.

MELVIN, Brigadier, R.A.M.S. (2005) *Contemporary Battlefield Tours and Staff Rides: A military practitioner's view*. In DEFENCE STUDIES, 5: 1, pág 59-80.

ROBERTSON, William Glenn. 1987. *The Staff Ride*. Washington. Center of Military History, United States Army.

Notas:

[1] O Grupo de Ordens é constituído pelo Estado-Maior coordenador e pelos comandantes das unidades da Brigada Mecanizada. Neste exercício foram incluídos todos os elementos do Estado-Maior coordenador, incluindo os sargentos e as praças.

[2] O ciclo de Boyd, conhecido como *OODA Loop*, é o modelo dominante de Comando e Controlo nos dias de hoje. Desenvolvido pelo Coronel piloto-aviador da Força Aérea dos Estados Unidos da América, John Boyd, foi inicialmente desenvolvido para explicar a razão pela qual os pilotos de caça americanos eram mais eficazes que os seus adversários na guerra da Coreia. Descreve o combate aéreo como uma sucessão de ciclos em quatro passos – *Observe, Orient, Decide e Act* (observar, orientar, decidir e agir). Cada um dos oponentes realiza estes ciclos em simultâneo. Aquele que os realizar mais rapidamente aproxima-se da vitória. (Brehmer: 1-2).

[3] Foi tido em consideração o período napoleónico, materializado através do conjunto de dados técnicos, incluindo aspectos como as frentes e profundidades das formações de combate, os tempos de escoamento das colunas ou alcance das armas de infantaria e artilharia.

[4] Seriam as respostas de Wellington e Massena ao primeiro pedido…

Lançamento de moeda e livro do Bicentenário

No dia 17 de Novembro decorreu, nas Caves Manuelinas do Museu Militar de Lisboa, as apresentações da moeda da Colecção Comemorativa do Bicentenário das Linhas de Torres e do livro "Invasões Francesas – 200 anos Mitos, Histórias e Protagonistas," inseridas no programa do Exército para as comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular e com a colaboração da Imprensa Nacional– Casa da Moeda (INCM).

Estiveram presentes várias individualidades militares e civis, destacando-se o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, que presidiu à cerimónia, o Presidente do Conselho de Administração da INCM, Professor Doutor Estêvão Pires de Moura, o autor do livro, Engenheiro Rui Cardoso, e o escultor criador da moeda, Sr. José João de Brito.

A Guerra Peninsular constituiu uma sucessão de acontecimentos históricos, cujos factos estão a ser recordados em comemorações bicentenárias, com características evocativas e educativas, que avivam a memória, estimulam o ensinamento e incentivam o interesse pela História de Portugal.

Após o escultor ter apresentado a sua obra, seguiu-se a visualização de um diaporama alusivo às diversas fases de concepção desta moeda, comentado pela Dr.ª Anabela Carreira, e uma apresentação, pelo Coronel José Geraldo, subordinada ao tema "Feitos Militares Portugueses e a Numismática Nacional". Esta última apresentação foi abrilhantada pela actuação da Fanfarra do Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1, sob a direcção do Sargento-Ajudante António Pires.

O Engenheiro Rui Cardoso, autor do livro supracitado, fez a apresentação da sua obra e, nesse contexto, foi feita uma alocução sobre o tema "O Contexto Histórico das Linhas de Torres", pelo Professor Doutor António Pedro Vicente.

A cerimónia terminou com um tradicional "Porto de Honra".

Evocação dos 200 Anos da Guerra Peninsular – 3.ª Invasão Francesa

O Exército português associou-se à Câmara Municipal de Trancoso, por ocasião do Bicentenário da 3.ª Invasão Francesa, para evocar o esforço do povo português durante as Guerras Peninsulares, no dia 13 de Novembro, em Trancoso.

A cerimónia militar foi presidida pelo Comandante das Forças terrestres, Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira, acompanhado pelo Presidente da Câmara Municipal de Trancoso, Dr. Júlio José Saraiva Sarmento, e pelo Director da História e Cultural Militar, Major-General Adelino de Matos Coelho.

A força militar prestou as honras militares à Alta Entidade e, seguidamente, procedeu-se à inauguração do monumento evocativo dos 200 da Guerra Peninsular – 3.ª Invasão Francesa, com o descerramento de uma placa inaugural.

Seguidamente, procedeu-se à Cerimónia de Homenagem aos Mortos, com a colocação de uma coroa de flores junto ao monumento evocativo.

O Tenente-Coronel Carlos Alberto Borges da Fonseca, Director do Arquivo Histórico Militar, usou da palavra para proferir uma evocação histórica da resistência em Trancoso. A concluir a cerimónia militar, assistiu-se a um discurso proferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Trancoso.

Os presentes puderam ainda assistir à inauguração da exposição "As Linhas de Defesa de Lisboa, durante a Guerra Peninsular", no Convento de São Francisco, e ao colóquio alusivo ao tema "Trancoso na Rota da 3.ª Invasão Francesa."

Bicentenário do Corpo Telegráfico 1810-2010

O Corpo Telegráfico é o antepassado comum das comunicações militares e civis, que se podem materializar no Regimento de Transmissões (RTm) e nos CTT/TLP. Começando por ser um corpo militar, criado em 5 de Março de 1810, acabaria por ser integrado no Ministério das Obras Públicas, em 1864. Esta efeméride foi, assim, comemorada conjuntamente pelo EME e pelos CTT/TLP.

As comemorações do Bicentenário tiveram o seu ponto alto no Dia do RTm, em 17 de Setembro, onde foi descerrada pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Luís Pinto Ramalho, uma placa alusiva, e pelos CTT lançado um inteiro-postal com carimbo de 1.º dia no RTm. Na Parada do Quartel pôde apreciar-se uma exposição de alguns dos nossos primitivos telégrafos, reproduzidos em modelos reduzidos.

Posteriormente, no dia 9 de Outubro, no Museu Militar, e sob a presidência do General CEME, teve lugar uma sessão de palestras, que antecederam o lançamento de um livro que leva o título desta peça, da autoria do Major-General Pedroso de Lima, com a especial colaboração do Major-General Carlos Alves e do Coronel Jorge Costa Dias, no âmbito da Comissão da História das Transmissões, presidida pelo General Garcia dos Santos. O livro, com a chancela da Comissão Portuguesa de História Militar, teve o patrocínio do EME e da Portugal Telecom.

O estabelecimento da primeira rede de telegrafia visual terrestre à escala nacional surge a partir de um embrião – a Linha da Barra –, da Marinha, que permitia comunicações ribeirinhas entre o farol do Cabo da Roca e o Castelo de S. Jorge. A ligação terra-mar (navios) era efectuada, sobretudo, a partir da Torre de Belém e regulava-se por um regimento de sinais.

Em 1803, com a nomeação de Francisco António Ciera[1], criador do telégrafo óptico português, para a direcção desta rede, esta reorganizou-se e expandiu-se. O Príncipe Regente era um entusiasta e usuário da rede. Em Mafra foi instalado um telégrafo no terraço para, segundo Ciera, "S.A.R., poder comodamente presenciar o que se fazia e fazer mesmo por Sua Mão alguns *signaes*".

A rede manteve-se mesmo depois da saída da Corte para o Brasil e, expulso Junot, chegava a Almeida e tinha extensões para Elvas e Abrantes, numa dimensão de 500 km, 25 estações e 82 homens.

Os telégrafos eram de palhetas, ou persianas, de Ciera e venciam distâncias de 18 a 40 km, com leituras através de potentes monóculos.

Wellington estendeu esta rede até à Guarda e Celorico da Beira. Nas Linhas de Torres Vedras, a instalação inicial dos telégrafos de bolas, da Marinha inglesa, viria a ser substituída pelos telégrafos portugueses, dado serem mais fiáveis e oferecerem mais possibilidades de mensagens: as "Taboas Telegráficas" elaboradas por Ciera possuíam 90 páginas e continham quase 10000 entradas.

Com o fim da Guerra Peninsular o Corpo Telegráfico perdeu relevância, voltando a ser reactivado com as guerras liberais. João Leal Garcia substituiu Ciera. O regresso do rei em 1821 determinou a instalação de telégrafos em Queluz e Mafra. A rede expandiu-se e chegou ao Porto e a Chaves, pelo que o Corpo passou a servir os absolutistas de D. Miguel. No Porto os liberais criaram um Serviço de Telegrafia Visual,[2] que teve também redes nos Açores e na Madeira.

Fonte: Centro de Audiovisuais do Exército

Em 1835 fez-se a primeira experiência de telegrafia eléctrica em Portugal, entre o Porto e a Foz. Vinte anos depois (em 1855) seria inaugurado em Portugal o telégrafo eléctrico, ao dia da aclamação de D. Pedro V, em 16 de Setembro. O General Fontes Pereira de Melo, mentor da Regeneração, seria o impulsionador das redes rodoviárias, ferroviárias e telegráficas. Aliás, a rede de caminhos-de-ferro seria a principal beneficiária da telegrafia eléctrica, com material da marca Bréguet. Seguir-se-ia depois o telégrafo de Morse que utilizava o alfabeto do mesmo nome.

Em 1855, Francisco José de Santa Rita foi substituído pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Bernardo da Silva. Até 1864 construíram-se mais de 2000 km de rede telegráfica, o serviço foi aberto a particulares e internacionalizado. Neste ano o Corpo extinguiu-se e a sua componente técnica passou a depender apenas do Ministério das Obras Públicas.

O primeiro Director-Geral dos Telégrafos foi José Vitorino Damásio, engenheiro prestigiado, outro "bravo do Mindelo", que promoveu a transformação do Corpo Telegráfico em organização civil. Com Vitorino Damásio completa-se, assim, o naipe dos pioneiros das telecomunicações militares e civis em Portugal e se fecha a História do Corpo Telegráfico.

[1] Foram seus colaboradores, entre outros, o Coronel de Engenharia Pedro Folque e o Sargento-Mor de Milícias João Leal Garcia.

[2] O responsável por este serviço foi Francisco José de Santa Rita, Oficial de Marinha, um dos "bravos do Mindelo".

Tenente-Coronel Jorge Sales Golias, membro da Comissão da História das Transmissões Militares

***in Jornal do Exército* n.º 24, de Dezembro de 1961**

É bom observador?

Os dois desenhos diferem em oito pormenores. Veja se os descobre em menos de cinco minutos.

— Prendas de Natal...

(Desenho do Cap. Vicente da Silva)

Soluções deste número:
1 - Ramo na árvore da esquerda; 2 - Relógio no pulso; 3 - Sabre na arma; 4 - Botão no dolman; 5 - Bandoleira; 6 - Olhos do soldado; 7 - Divisas no ombro; 8 - Parafuso na chapa do coice.

jornal do
Exército

Pretendo assinar o *Jornal do Exército*

Para encomendar basta fotocopiar o cupão e enviar para *Jornal do Exército*, Largo S. Sebastião da Pedreira – 1069-020 LISBOA

Nome: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____ Telefone: _____

(Só para Militares) Posto: _____ Ramo das FA: _____ NIF: _____

Assinatura Anual – Continente e Ilhas: € 20.00 - Via Aérea: Países Europeus € 45.00 - Restantes Países € 65.00
Para pedido de números atrasados, ou encadernações, contacte-nos para: Largo S. Sebastião da Pedreira - 1069-020 Lisboa, Tel: 213 567 700 ou via email: jornal.exercito@sapo.pt

PARA PAGAMENTO DA MINHA ASSINATURA

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA: Nacional (entrar em contacto prévio com o *JE)*

CHEQUE: junto envio o Cheque n.º - _____ s/Banco - _____ à ordem da Secção de Logística do Estado-Maior do Exército.

VALE POSTAL Nº _____ no valor de _____

Agradecemos que os pagamentos efectuados sejam comunicados a este *Jornal do Exército*, através dos contactos supra indicados.

Gomes da Costa e a Batalha de La Lys

La Lys – 1918: Os Soldados Desconhecidos. Prefácio, 2001

General Gomes da Gosta.

Cronologia

1863 – Nasce em Lisboa (14 de Janeiro).
1880/83 – Frequenta a Escola do Exército, no curso de Infantaria.
1893 – Promovido a "Capitão para o Ultramar" (graduado). Ferido em combate, em Satari (Índia), contra os Ranes.
1897 – Enviado para Moçambique onde se destaca nas operações contra os Namarrais e no combate de Macontene, em Gaza.
1908/15 – Em 8 de Fevereiro embarca de novo para Moçambique, onde participa na pacificação do sul do território, seguindo, depois, para Angola e, posteriormente para S. Tomé. Comanda em 1915 os Regimentos de Infantaria n.º 1 e 16.
1917 – Em 30 de Janeiro, parte para a Flandres ao comando da 1.ª Brigada do CEP.
1918 – Comanda a 2.ª Divisão na batalha de La Lys (9 de Março).
1921 – Nomeado comandante da 4.ª Divisão Militar (Évora).
1922 – Criticas severas aos governos do Partido Democrático valem-lhe uma prisão correccional de 20 dias. É enviado em missão à China e à Índia, onde permanece até 1924.
1926 – Comanda a revolta militar de 28 Maio. Em 17 de Junho é empossado como presidente do ministério, com poderes presidenciais. Em 9 de Julho é decidida a sua demissão por Sinel de Cordes e ordenada a sua prisão. A 11 de Julho parte para o exílio nos Açores, onde lhe é conferido o bastão de marechal do Exército Português.
1927 – Regressa a Lisboa em Novembro.
1929 – Morre a 17 de Dezembro, endividado e pobre.

O Comandante

Natural de Lisboa, o General Manuel de Oliveira Gomes da Costa foi educado no Colégio Militar (onde tinha o n.º 66) e estudou na Faculdade de Ciências de Lisboa. Entrou na Escola do Exército em Novembro de 1880, concluindo o curso em 1884, na arma de Infantaria; foi promovido a Alferes em Dezembro de 1885, a Tenente em Novembro de 1889, a "Capitão para o Ultramar" (graduado) em Julho de 1893 e a Capitão em Janeiro de 1898. Neste período prestou serviço no Batalhão de Caçadores 2, em diversos Regimentos de Infantaria e na Guarda Fiscal. Em 1893 fez a primeira comissão de serviço ultramarina na Índia experimentando o seu valor militar quando, no comando de uma coluna de operações em Satari contra os Ranes, foi ferido pela primeira vez. Pouco depois, comandou uma coluna volante no combate do desfiladeiro de Aubigaute e tomou parte nas operações da província de Embarbacem. Regressado ao continente, foi de imediato para Moçambique, em 1895, onde participou nas campanhas de pacificação, destacando-se por actos de bravura nas operações contra os Namurrais, em 1897, e no combate de Macontene, no mesmo ano. Em 1904 comandou a coluna de reconhecimento no Cunene, em Angola, e desempenhou arriscadas missões de pacificação do território.

Alheado da política, não teve qualquer interferência nos acontecimentos que conduziram à implantação da República, em 5 de Outubro de 1910. Em 1912, ano em que foi promovido a Tenente-Coronel, foi nomeado Chefe de Estado-Maior das forças militares de Angola e, no ano seguinte, seguiu para São Tomé e Príncipe para inspeccionar os corpos de Polícia, assumindo também o cargo de Chefe de Estado-Maior. Interrompeu a carreira ultramarina em 1914 quando, como Coronel, assumiu o comando do Regimento de Infantaria 1 e Infantaria 16. No ano seguinte regressou a África, em plena Grande Guerra, onde combateu os alemães e, em 1916, recebeu o comando da 1.ª Brigada da Divisão de Instrução (futuro CEP), sob as ordens do General Tamagnini de Abreu. Nos campos de batalha flamengos e do Artois ganhou as estrelas de General, onde provou a sua bravura, coragem e capacidade de comando, suportando em situação de enorme inferioridade numérica a esmagadora ofensiva alemã de 9 de Abril de 1918, que redundou no desastre de La Lys.

Regressou da Flandres com um prestígio ímpar a nível nacional para se envolver na política, próximo do sidonismo. Candidato a deputado pelo Partido Reformista não consegue a eleição, ligando-se depois à Federação Nacional Republicana, dirigida por Machado Santos. Em 1921 foi nomeado comandante da 4.ª Divisão Militar (Évora), acumulando como vogal do Conselho Superior de Promoções. Mas é após a «noite sangrenta» de 1921 que se inicia o frémito político-revolucionário do General «da Flandres». Acérrimo adversário político do Partido Democrático, foi um dos dirigentes da Cruzada Nun'Álvares que muito contribuiria para fomentar o ambiente político anti-republicano, acabando na prisão em 1922. Nesse mesmo ano, possivelmente para que se afastasse das movimentações políticas, foi enviado para Macau como inspector militar, passando depois para a Índia, onde permaneceu até 1924. Já no continente, voltou à actividade política, ligando-se ao Partido Radical e a destacadas figuras do Integralismo Lusitano. Passou ao lado da abortada revolta militar de 18 de Abril de 1925 e, no ano seguinte, a instâncias de Sinel de Cordes, Gomes da Costa comanda a revolta militar de 28 Maio de 1926, iniciada em Braga e concluída em Lisboa, a 6 de Junho. Reparte o poder com o Comandante Mendes Cabeçadas, que afasta para assumir a presidência e a chefia do Governo, a 17 de Junho. Sem dar conta que, entretanto, se tornara politicamente incómodo para a "nomenclatura militar", foi afastado do poder por Sinel de Cordes, a 9 de Julho, através de um "golpe palaciano" e enviado para o exílio, nos Açores, a 11 de Julho; em Setembro de 1926 foi-lhe concedido o bastão de Marechal. Regressou a Lisboa em Novembro de 1927. Em 1928, enquanto o General Óscar Carmona era eleito Presidente da República, sem oposição, Gomes da Costa definhava endividado e doente, morrendo em 1929.

Conflitos do séc. XX: A Primeira Guerra Mundial, Edinter, 1991

Alianças em confronto na 1ª Guerra Mundial.

Conjuntura Político-Estratégica

Portugal participou na guerra em dois teatros de operações (Europa e África) e em três frentes de guerra (Flandres, Angola e Moçambique). Em África, Portugal combatia contra a Alemanha no sul de Angola e no norte de Moçambique desde 1914, sem qualquer declaração de guerra de parte a parte. Mas se o cenário da guerra em África contra as tropas do Kaiser justificava as expedições para África, o envio de tropas para a Flandres obedeceu a outros pressupostos, concretamente a constatação que os objectivos nacionais fora da Europa seriam decididos na Europa. Além disso, a Espanha era ainda uma ameaça; fizera recentemente uma aproximação à Inglaterra o que preocupou o Governo Português, pois sabia-se que a aliança luso-britânica apenas dava garantias de defesa na área costeira e nas colónias, mas não na *limes* terrestre. Como a Espanha adoptou uma atitude neutral no conflito europeu, a participação portuguesa não só reforçava os laços de amizade com o seu aliado insular como afirmava internacionalmente a individualização de Portugal no conjunto peninsular, tornando-o num actor credível. Com a entrada na guerra ao lado da *Entente Cordiale*, Portugal esperava no pós-guerra um lugar no concerto das nações e a credibilização internacional da República. Em 1916, o regime saído do 5 de Outubro de 1910 dava os primeiros passos numa Europa Ocidental onde as excepções monárquicas eram os cantões suíços e a França, pelo que o processo de aceitação plena ainda era algo mitigado, tanto mais que o regime era de pendor jacobino e politicamente inconstante. Acreditava-se ainda que a derrota da Alemanha e da *Tríplice Aliança* compensaria o esforço de guerra e permitiria desafogar financeiramente os cofres do Estado. Por fim o objectivo implícito, que obedecia à intenção de consolidar internamente a governação do Partido Democrático, mediante o processo de unir o País em torno de um grande desígnio internacional.

A 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, em virtude do apresamento dos navios germânicos fundeados em águas portuguesas, em 24 de Fevereiro, o qual surge a pedido da Grã-Bretanha, que tinha a sua marinha mercante bastante dizimada devido aos ataques dos submarinos alemães. Com este pedido altera-se a posição inglesa em relação à participação lusa na guerra – que até então era de quase imposição de

Desfile da Infantaria na Parada de Montalvo.

Imagens da I Guerra Mundial. Exército Português, 2004

A 1.ª Guerra Mundial

Pensada como a guerra que acabaria com todas as guerras, a 1.ª Guerra Mundial revelou-se um conflito estendido no espaço, dilatado no tempo e cataclísmico em relação às repercussões.
Motivada pela rivalidade entre as principais potências da Europa, a guerra teve como quadro catalisador geral: a Guerra Franco-Alemã (1870-1871), de cuja derrota a França esperou pela desforra e pela recuperação da Alsácia e da Lorena; a emergência da Alemanha do Kaiser Guilherme II como poder de primeira dimensão assente numa demografia ascendente, um forte desenvolvimento económico e o rearmamento; o dilema da segurança, que impeliu os Estados a precaverem-se contra ameaças efectivas ou presumidas, constituindo dois blocos políticos antagónicos, a *Entente Cordiale* (França, Grã-Bretanha e, mais tarde, a Rússia) e a *Tripla Aliança* (Alemanha, Áustria-Hungria e, mais tarde, a Turquia). O catalisador específico acontece com um ataque terrorista perpetrado por um estudante sérvio (28 de Junho de 1914) em Sarajevo, que custou a vida ao arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro.
Tanto bastou para envolver a Europa e o mundo em guerra, alimentada por aparelhos militares detentores de um arsenal bélico com um poder destrutivo jamais visto, que arruinou o velho equilíbrio de poderes sustentado na Conferência de Viena (1815), a implosão de três impérios (Alemão, Austro-Húngaro e Otomano), o fim de dinastias seculares europeias (Hoenzollern, na Alemanha; Habsburgos, na Áustria; Otomanos, na Turquia; Romanov, na Rússia) e a falência da Europa enquanto centro geopolítico exclusivo do panorama internacional.
Os poderes políticos e os Estados-Maiores das Forças Armadas pensaram e planearam uma guerra curta e de resultados conclusivos. Assim não aconteceu. Tacticamente estática e de frentes paralelas, a guerra teve vários teatros de operações: Europa Ocidental (o mais importante e decisivo); Europa de Leste; África; Médio Oriente; Ásia Oriental. Foi longa (28 Julho 1914 a 11 de Novembro de 1918), mortífera (causou 10 milhões de mortos directos nos campos de batalha) e global (envolveu 65 milhões de militares dos cinco continentes - 32 países). A guerra foi também total, implicando a utilização de todas as formas de coacção estratégicas; envolveu as próprias zonas do interior, através dos bombardeamentos aéreos de localidades (terceira dimensão), o desenvolvimento de uma indústria de guerra (frente doméstica do conflito), a "revolução" das comunicações (telefone, telégrafo e via-férrea) e um patriotismo imperial sem precedentes (recrutamento em massa).
A guerra termina (assinatura do Armistício), curiosamente, às 11 horas do dia 11 e do mês 11 de 1918. Quando a paz é alcançada, acontece mais por exaustão económica e psicológica dos vencidos (Alemanha, Áustria e Turquia) e menos devido a vitórias militares decisivas por parte do Aliados.

neutralidade – e, em Julho de 1916, convida mesmo Portugal a tomar parte activa nas operações militares aliadas. Na sequência desse pedido, em Agosto desse ano, deslocam-se a Portugal missões militares inglesas e francesas para estudar o emprego das forças portuguesas no teatro de operações da Europa. Fica então decidido, em relação aos ingleses, o envio do Corpo Expedicionário Português (CEP) que ficaria sob as ordens do Comandante-Chefe das Forças Britânicas, Sir Douglas Haig e, em relação aos franceses, e a seu pedido, o envio do Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), que ficaria em França directamente subordinado ao Comando francês. O conjunto CEP-CAPI, perfazia um efectivo total de 54.976 homens, segundo os quadros de mobilização.
É assim que de forma célere é constituído, treinado e aprontado em Tancos, em cerca de 6 meses, o CEP, permitindo aquilo a que alguns denominaram o «milagre de Tancos». Nos treinos foram efectuadas extenuantes marchas de infantaria, desenfreadas cargas de cavalaria e realizado fogo com armamento português, desenraizando homens afectos à lavoura em todos os pontos do País para os concentrar na terra desconhecida de Tancos.
Os primeiros problemas começaram com o transporte da tropa de Lisboa para *Brest*, em França. Não havia embarcações suficientes e adequadas para o efeito (só duas, mais concretamente), pelo que teve que se recorrer a auxílio britânico, que nem sempre supriu as necessidades. Uma vez chegados ao teatro europeu e à zona de guerra, os soldados foram confrontados com uma realidade diferente da esperada. O CEP inteirou-se do problema da guerra de trincheiras, treinou-se com armamento britânico, e alimentou-se com as iguarias do aliado (compotas, bolachas e chá, em vez do pão, das couves, do fumeiro e do vinho). Desta forma, como se constata, Portugal fez uma preparação militar à portuguesa e iria fazer uma guerra à inglesa.

A Arte da Guerra e a Caracterização dos Aparelhos Militares

Como já referido, a 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, depois de em 23 de Fevereiro o Governo português, a pedido da Grã-Bretanha, ordenar o apresamento dos navios germânicos fundeados em águas nacionais. A possível intervenção armada portuguesa no teatro francês começou a ser pensada em 1915, procedendo-se então à criação de uma Divisão de Instrução, baseada em Tancos, responsável pela instrução de tropas. Esta Divisão seria a base da força expedicionária que iria para França, reforçada para tal com mais uma Brigada de Infantaria. Mais tarde, com as tropas já no teatro, em 20 Abril de 1917, foi dada uma nova constituição à força expedicionária, organizando-a num Corpo de Exército a duas Divisões (cada uma com duas Brigadas com dois Regimentos a três Batalhões), em vez de uma reforçada, e ficando subordinada ao Comando do I Exército, em vez do XI Corpo de Exército inglês; para tal, foi necessário mobilizar mais seis Batalhões de Infantaria, dois Grupos de Artilharia e outras unidades destinadas ao Corpo. Posteriormente, a 26 de Março de 1918, após diversas alterações de comando, o QG do CEP deixou de ter funções tácticas e a 2.ª Divisão passou novamente a depender tacticamente do Comandante do XI Corpo inglês. A Artilharia Pesada do Corpo e o Serviço de Aviação seriam fornecidos pelos ingleses até as unidades lusas terem os adequados níveis de prontidão. Ainda no final desse mês, a força expedicionária foi nova e definitivamente reorganizada, desta feita, em duas Divisões de três Brigadas a quatro Batalhões (à inglesa).

O CEP era comandado pelo General Tamagnini de Abreu e era composto pela 1.ª e 2.ª Divisões de Infantaria comandadas inicialmente pelos Generais Gomes da Costa e Simas Machado, respectivamente. O sector do CEP localizava-se no Sul da Flandres, precisamente no vale do rio *Lys*, entre *Armentiére* a *La Bassée* e *Merville* a *Bethune*. Estendia-se por uma longa frente, que oscilou entre uma dimensão máxima de 11 km e mínima de 4 km, de acordo com a evolução da campanha militar.

A frente portuguesa, como normalmente na guerra de trincheiras, organizava-se numa série de linhas defensivas, simples ou múltiplas, constituídas por trincheiras e escalonadas da frente para a retaguarda em quatro escalões: 1.ª Linha de defesa, compreendendo a 1.ª Linha (Linha Avançada ou

Adaptado de: La Lys – 1918: Os Soldados Desconhecidos. Prefácio, 2001

Linhas de defesa na guerra de trincheiras.

Linha "A"), a 2.ª Linha (Linha de Apoio ou Linha "B") e a Linha de Reserva (Linha "C"); a Linha intermédia (Linha das Aldeias - *Village Line*); a 2.ª Linha de defesa (Linha do Corpo) e a Zona de defesa à rectaguarda.

A Linha "A" era uma trincheira de combate, protegida por uma espessa e múltipla rede de arame farpado, tendo a apoiá-la imediatamente à retaguarda, elementos da Linha "B"; esta era também uma trincheira de combate, com uma orientação geral paralela à anterior e em média a 400 metros à retaguarda; constituía vulgarmente a *Linha*

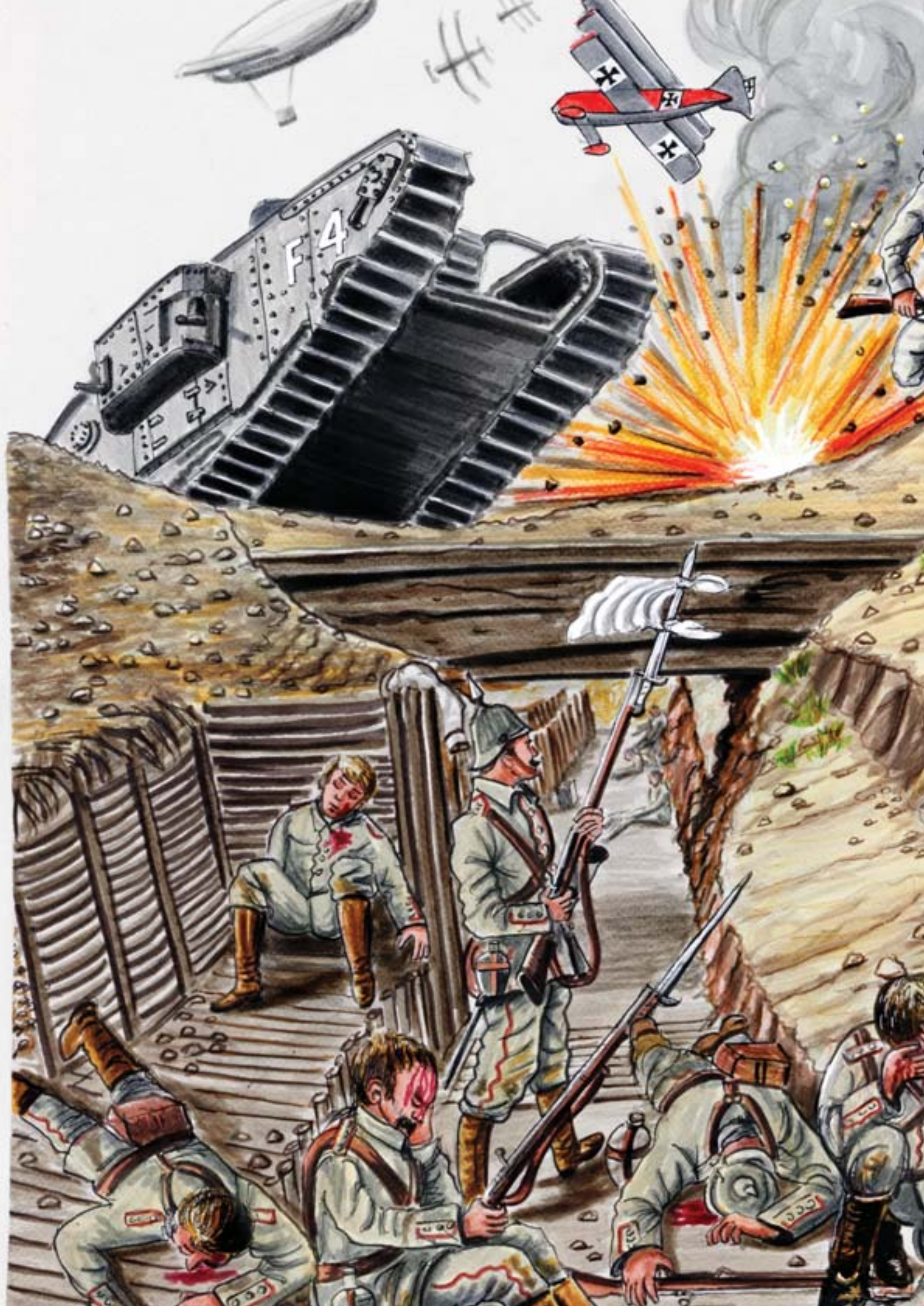
Melhoria da protecção das trincheiras.

Imagens da I Guerra Mundial. Exército Português, 2004

Da técnica e da guerra de posições

A 1.ª Guerra Mundial é o ponto de chegada da evolução técnica dos armamentos verificada desde o século XV e exponenciada com a 2.ª revolução industrial, concretamente ao nível da artilharia (obuses de longo alcance) e da infantaria, tanto no armamento individual (espingardas, pistolas-metralhadoras e granadas de mão) como no armamento colectivo (metralhadoras e morteiros). E foi sobretudo devido à tecnologia militar e ao equilíbrio das forças em presença que a primeira Guerra Mundial foi, contra todas as expectativas, uma "guerra de trincheiras". Com efeito, após um primeiro e curto período de movimento no teatro de operações europeu em 1914, a metralhadora e a artilharia obrigaram os exércitos de ambos os lados a enterrarem-se em fortes posições defensivas e a conduzir uma guerra segundo os cânones da "ordem paralela". Experimentaram-se, então, várias soluções para resolver o problema da rotura de posições. Em primeiro lugar, foram tentados ataques em massa, à força de homens, por vagas sucessivas; originando hecatombes horríveis, mormente em batalhas como as de Ypres, Verdum e Somme, este processo seria abandonado quando se compreendeu que o recrutamento era limitado. Depois, recorreu-se à guerra de minas para abrir brechas no dispositivo defensivo adverso, mas tais tentativas resultaram infrutíferas porquanto, além de se gastar muito tempo, o adversário tinha em campo aberto a possibilidade de evacuar a posição ameaçada e ocupar outra nos flancos ou na retaguarda. Os alemães lançaram então mão dos gases tóxicos que, embora obtivessem um efeito surpresa no início, tal não era possível de ser explorado, devido à posterior adopção da máscara anti-gás. Recorreu-se então à artilharia para, com a acção de massa dos seus fogos aniquilar os nichos de metralhadoras. Porém, apesar das preparações pelo fogo durarem por vezes vários dias, a artilharia nunca conseguiu aniquilar por completo a defesa e a infantaria foi sempre detida com elevadas perdas. Finalmente, a rotura foi pedida aos carros de combate que, empregues pela primeira vez no Somme em 1916, foram aperfeiçoados de tal modo que em 1918 puderam já ser utilizados em massa pelos Aliados com assinalável êxito; mas sem conseguirem a rotura completa do dispositivo inimigo e a posterior exploração do sucesso, uma vez que esse meio não possuía ainda a potência, autonomia e velocidade requeridas. Registou-se também o emprego da aviação, embora não chegasse a desempenhar um papel decisivo, limitando a sua acção a "duelos aéreos", a missões de reconhecimento e, na fase final da guerra, a bombardeamentos tácticos e estratégicos.
Enfim, pode-se dizer que a 1.ª Guerra Mundial foi caracterizada pela imobilidade, por duas ordens paralelas que se defrontaram à espera que outras intervenções, outros factores, conduzissem à "obliquidade".

Principal de Defesa ou *Linha de Resistência*. A Linha "C", a 500 ou 800 metros à retaguarda da precedente, servia como ponto de reunião e de partida para contra-ataques e era constituída por uma linha de postos ou pequenos redutos, de construção ligeira. O conjunto destas três linhas (A, B e C) apresentava uma profundidade média de 1500 a 1800 metros e as linhas estavam ligadas transversalmente por trincheiras de comunicação; normalmente, na linha "B" estavam os comandos das Companhias e na Linha "C" os comandos dos Batalhões.
A Linha intermédia, ou "das aldeias" era constituída 2600 ou 3000 metros à retaguarda da 1.ª Linha, por uma série de postos ou ruínas de casas fortificadas, e destinava-se a suster as forças inimigas que tivessem rompido a 1.ª Linha de Defesa, demorando-as o tempo necessário para um possível contra-ataque das tropas do corpo em reserva. Normalmente era nesta linha que se encontravam os Postos de Comando das Brigadas.
A 2.ª Linha de defesa (Linha do Corpo) distava cerca de 6.000 metros da Linha da Frente e era destinada a poder ser utilizada como base para a organização e ponto de partida da contra-ofensiva. A Zona de defesa à rectaguarda subdividia-se em *Zona Avançada*, *Zona de Batalha* e *Zona da Retaguarda* e era onde se situavam os Quartéis-Generais das Divisões em 1.ª Linha.
No terreno, a frente de combate distribuía-se numa extensa linha de 55 km, entre as localidades de *Gravelle* e *Armentières* guarnecida pelo XI CE Britânico com cerca de 84000 homens, entre os quais estava a 2.ª Divisão do CEP (15000 homens), agora comandada pelo General Gomes da Costa. Esta linha viu-se impotente para suster o embate de sete divisões do VI Exército alemão (55000 homens) comandado pelo General Ferdinand von Quast. Começava a Batalha de *La Lys*.


F4

Salvador
2010

História do Exército Português, Vol. III, 1994

Penetração alemã em La Lys.

A Batalha

A Batalha de La Lys é apontada como a "última batalha do Exército português" (cfr. Fraga). E, de facto, a dimensão dos meios envolvidos e o impacto dos acontecimentos relacionados com a batalha justificam bem o epíteto.

Em 1918, as tropas do Kaiser decidem lançar uma vasta operação destinada a ganhar a guerra antes da entrada em posição das tropas dos EUA. A primeira ofensiva ocorre em 21 de Março (operação Michael), com um ataque sobre o V Exército britânico, a Sul de Arras, obrigando os Aliados a ceder terreno e a cerrar posições defensivas.

A 6 de Abril, a 2.ª Divisão do CEP passou para o comando táctico do exército britânico. A sua frente, até então dividida por quatro sectores, foi reduzida para três, sem que se tivesse alterado a sua extensão. Nas vésperas da Batalha de *La Lys*, as péssimas condições do CEP eram de tal modo evidentes que o comando inglês decide mesmo retirar a Divisão portuguesa da linha da frente e colocá-la como reserva do seu Corpo de Exército. A ordem de 8 de Abril, marcava a substituição para o dia 9. Tarde de mais; eram 4h15m do dia 9 de Abril de 1918 quando estalou o gigantesco bombardeamento alemão sobre as tropas portuguesas. Iniciava-se a segunda ofensiva (conhecida por Georgette), pensada pelo Marechal Erich Ludendorff e que durou até 29 de Abril; o objectivo era empurrar os ingleses para o mar, tomando Calais e Boulogne-Sur-Mer, e avançar para Paris, obrigando os Aliados à capitulação.

O dispositivo alemão que participou no ataque de dia 9 de Abril, entre o canal de *La Bassée* e *Bois Grenier*, era constituído por sete Divisões em 1.ª linha (32.ª , 10.ª "Ersatz", 8.ª Bav Res, 1.ª Bav Res, 18.ª Res, 43.ª Res e 4.ª "Ersatz") e cinco em apoio imediato (11.ª, 42.ª, 35.ª, 16.ª e 44.ª Res), contra uma frente guarnecida apenas por três Divisões em primeira linha, de Norte para Sul – a 40.ª, a 2.ª (portuguesa) e a 55.ª – e duas em reserva, a 51.ª (reserva do XI Corpo) e a 50.ª (reserva do XV Corpo). O sector português da frente de batalha era defendido (de Norte par Sul) pelas 4.ª, 6.ª e 5.ª Brigadas pertencentes à 2.ª Divisão, que ocupavam, respectivamente, os subsectores *Fauquissart*, *Neuve Chapelle* e *Ferme du Bois*. A "reserva" divisionária era constituída pela 3.ª Brigada (não se deve apelidar de reserva, pois tinha uma missão bem definida, a de guarnecer e defender a chamada *Linha das Aldeias*), o 2.º Grupo de Companhias de Pioneiros e a 2.ª Bateria de Morteiros Ligeiros. Ladeavam o sector português forças inglesas, estando a Norte a 119.ª Brig/40.ª Div/XV Corpo e a Sul a 165.ª Brig/55.ª Div/XI CE. Refira-se que tanto as tropas alemãs como as anglo-lusas eram tropas já bastante desgastadas em virtude de duros combates anteriores.

A ofensiva alemã tinha sido planeada conjugando

http://en.wikipedia.org

Prisioneiros de Guerra portugueses.

uma preparação de artilharia com um ataque de infantaria. Nas duas primeiras horas, o ataque incidiu sobre as posições de morteiros e da artilharia portuguesa e sobre os postos de comando cuja localização, apesar da camuflagem, o inimigo conhecia bem, continuando nas duas horas seguintes com um ataque sistemático às posições de infantaria, com uma colossal quantidade de fogos de obuses e morteiros. Ao fim destas quatro horas de bombardeamento ininterrupto,
a artilharia alemã tinha conseguido desbaratar o sistema defensivo dos aliados desde o Canal de *La Bassée* até *Armentiéres*. Na sequência desta preparação as ligações telefónicas foram cortadas na sua totalidade, criando uma enorme dificuldade de comunicação entre as tropas e o seu comando, o que tornou a resistência e, sobretudo,
o contra-ataque quase impossível, visto não se poder dar ordens nem notícias.
Às 08h45m iniciou-se o ataque da infantaria alemã, incidindo o esforço sobre o ponto de junção entre tropas das duas nacionalidades; a Norte, entre a 2.ª Div e a 40.ª Div inglesa e, a Sul, entre a 2.ª Div e a 55.ª Div inglesa. O "objectivo do dia" alemão era a linha *Bois Grenier – Fleurbaix* – curso do *Lys* – curso da *Lawe – Gorre* – até ao canal de *La Bassée.* O escalão de ataque atravessou rapidamente a «terra de ninguém» em pequenos grupos, assaltou as primeira linhas e avançou em coluna, não encontrando muita resistência a não ser de grupos isolados. O "choque e pavor" das unidades anglo-lusas foi enorme; as unidades defensivas de 1.ª linha foram engolidas pelas vagas de assalto alemãs que, surgindo a coberto de um densíssimo nevoeiro, não lhes deram tempo para resistir. A infantaria alemã penetrou a Norte entre os portugueses e a 40.ª Div inglesa, batendo de flanco a nossa 2.ª Divisão, e contribuindo assim para que as nossas tropas, apesar de não terem ordem para isso, começassem a retirar. Ao mesmo tempo a 55.ª Div inglesa é atacada e, pelas 10 horas, já a infantaria alemã tinha atingido a 3.ª Linha (Linha "C) em toda a frente de ataque.
Assim, a manobra alemã contra a Divisão portuguesa materializava-se num ataque frontal, combinado com um duplo envolvimento, o que tornava a situação muito complicada.
Apesar de escassíssima informação de apoio à decisão, o General Gomes da Costa, percebendo a enormidade do ataque e a incapacidade de o suster na 1.ª Linha de Defesa, ordena à 3.ª Brigada (que se encontrava ainda à retaguarda), logo no início do ataque, que ocupe a *Linha das Aldeias*, na tentativa ainda da materialização de parte do conceito de operação do Comandante do XI CE inglês, General Haking, para a 2.ª Divisão do CEP: "morrer na linha B", defendê-la até ao último homem e ocupar a *Linha das Aldeias* (que, em boa verdade, deveria ser defendida por tropas do CE).
No entanto, em virtude de não ter sido feito um reconhecimento ao local e do desconhecimento dos itinerários, apenas poucos homens desta Brigada atingiram a Linha das Aldeias, o que tornou a sua acção praticamente inútil.
No final do dia 9, no sector português e no quadro do recuo generalizado da 2.ª Divisão, restaram alguns pontos de resistência (alguns heróicos). Estava formada uma grande bolsa que atingia os canais do *Lawe* e do *Lys*, permitindo assim o cumprimento parcial do objectivo do dia alemão. A Norte, a 40.ª Div foi empurrada para uma nova frente, a Norte de *Fleurbaix*; A Sul, a 55.ª Div aguentou o embate, não consentindo grande penetração.
Para Portugal foi a grande derrota. No quadro total da sua participação na Flandres o CEP sofreu 2287 mortos, 5224 feridos, 1932 desaparecidos, 6678 prisioneiros e teve 7279 incapazes. Só na batalha de La Lys a 2.ª Divisão teve 614 mortos e 6585 prisioneiros (dados da Direcção dos Serviços de Estatística do CEP, de 19 de Julho de 1923). Depois desta batalha tudo seria diferente, tanto do ponto de vista militar, como do ponto de vista político.
No campo militar, com as forças que restavam do CEP, formaram-se 3 batalhões de infantaria que, integrados no exército britânico, combateram nas linhas da frente até à assinatura do Armistício. No plano político, porém, as consequências foram pesadas. Na festa da vitória, Portugal desfilou ao lado dos Aliados, sob o Arco do Triunfo, mas na Conferência da Paz, os objectivos de guerra ficaram aquém do desejado.

Análise

A análise da batalha de *La Lys* deve ser feita no quadro de toda a organização e participação do CEP na guerra, desde a sua preparação, passando pela sustentação, até à batalha. Como referiu o General Gomes da Costa, "se há culpas neste desastre, provêm de faltas de organização, faltas que se pagam sempre caras em tempo de guerra". Desde logo, no aprontamento das tropas em Tancos, houve problemas de diversa ordem. No âmbito das mobilizações necessárias ao esforço de guerra, foi extremamente difícil encontrar quadros para suprir as necessidades na Europa e em África, sendo tal carência suprida com intensa e agressiva legislação de mobilização e com diversos tipos de promoções "à pressa". Por outro lado, além das dificuldades de acomodação de todo o efectivo do CEP na região de Tancos, e consequentes impactos no moral e bem-estar (houve mesmo uma pequena revolta), o facto é que o "milagre de Tancos" permitiu a concentração e a realização das primeiras manobras militares de grande envergadura em Portugal. Acrescem dois factores de extrema importância e que ferem um princípio basilar da instrução militar: "treina como combates". A instrução baseou-se em tácticas e procedimentos pouco ajustados à realidade das trincheiras que se vivia em França e, ainda por cima, debaixo de temperaturas elevadas, ao contrário do que se passava na Flandres.

No âmbito da sustentação, os principais problemas situavam-se ao nível do moral e bem-estar do pessoal. As tropas que permaneciam na frente sem serem substituídas encontravam-se já desanimadas e com elevado grau de fadiga e desespero. O moral das tropas era cada vez mais afectado por factores diversos: a ausência prolongada dos Oficiais, as promessas de licenças não cumpridas, a falta de recompletamentos, a dureza e desadaptação à vida de campanha e às condições climatéricas, o carácter mortífero do conflito e seu impacto psicológico, a alimentação "à inglesa" e, principalmente, a insuficiente rendição das tropas, devido ao problema de transporte marítimo e ao abandono do poder político em Lisboa. Surgem assim problemas com a disciplina, nomeadamente, não voltar para a frente de batalha após se obter uma licença, deserções, até auto-mutilações, e a situação deteriorou-se de tal forma que em 4 de Abril de 1918, pouco antes da batalha, aconteceu mesmo um movimento grave de insubordinação das tropas portuguesas. Refira-se ainda que haviam também diversas e graves lacunas ao nível do material, nomeadamente no transporte e reabastecimento.

Já no âmbito da batalha, a acrescer aos pontos referidos anteriormente, inúmeras considerações podem ser feitas e das quais salientamos apenas alguns. Desde logo, o dia da batalha: o ataque alemão aconteceu precisamente no dia em que os militares portugueses da 2.ª Divisão iriam começar a ser substituídos por tropas inglesas, com tudo o que isso implica ao nível psicológico. Por outro lado, a Divisão portuguesa tinha a responsabilidade de defender um sector (no limite de dois CE ingleses) com uma frente demasiado extensa (que ocupou apenas na noite de 6/7) e que inclusive, anteriormente, tinha sido ocupado por duas Divisões (1.ª e 2.ª dispostas linearmente). Também a substituição do Comandante da Divisão e alguns elementos do EM e, principalmente, a perda quase total das comunicações do QG da Divisão com as unidades da frente, tiveram um impacto crucial na capacidade de comando e controlo. O facto de não haver uma reserva devidamente constituída e em posição (como já referido anteriormente, a 3.ª Brigada tinha já uma missão atribuída e, como tal, não era propriamente uma reserva), tão necessária a eventuais contra-ataques ou substituição de unidades da frente, limitou de sobremaneira a acção de comando. Por fim, para o General Gomes da Costa "a confusão que se estabeleceu pelo facto de por um lado se dizer que a linha de principal resistência era a Linha B e por outro se impor à Reserva da Divisão o guarnecimento da *Village Line*; e foi esta confusão, finalmente, que produziu o resultado da batalha de 9 de Abril. Era fatal."

Imagens da I Guerra Mundial. Exército Português, 2004

O cansaço do CEP.

Festa da vitória em Londres; desfile das tropas portuguesas.

Consequências

A participação do Exército Português no teatro europeu, onde combateu ao lado dos grandes exércitos do seu tempo, cobriu de glória soldados como Augusto Milhões ou o General Gomes da Costa e fez de La Lys o acontecimento comemorativo do combatente português, honrou os compromissos do Exército enquanto vector incontornável da política externa do País, credibilizou internacionalmente a República Portuguesa numa Europa de monarquias e garantiu a Portugal, no pós-guerra, um lugar no concerto da Nações. No entanto, escreveu o General Gomes da Costa: "se não obteríamos resultados superiores limitando a nossa acção militar ao Ultramar, batendo os alemães nas duas costas de África, o que era relativamente fácil e, apoderando-nos das nossas colónias, concluída a guerra, liquidaríamos a nossa situação financeira e colonial".

Portanto, se nas razões que conduziram Portugal à entrada na 1.ª Guerra Mundial estão, no essencial, as linhas programáticas do Regime Republicano, os resultados dessa mesma participação significaram tão só a sua falência. Grande parte das explicações decorreu da motivação, da conduta e do grau de empenho militares no teatro de guerra da Flandres, que deixou muito a desejar, e ao abandono a que os votou o poder político. Porém, assistiu-se a uma mobilização nacional empenhada para a defesa das possessões africanas ameaçadas, ao contrário do que sucedeu com a mobilização para França.

No final do conflito, o país herdou um exército desmoralizado e quantitativamente desproporcionado: o corpo de oficiais cresceu dos 3400 em 1914 para os 4900 em 1918 e os oficiais milicianos passaram de 300 para 3000, sem contar com milhares de soldados e sargentos. O resultado foi o aumento das tensões entre a classe política e o corpo de oficiais, com aquela a culpar este pelo fraco desempenho no conflito, por contraponto ao do soldado, e com os oficiais, revoltados pela obrigação de participarem numa guerra alheia a mando de um regime com que não se identificavam, a culparem os políticos pelas derrotas e humilhações sofridas.

Desta forma, a partir de 1919, a República entrou numa nova fase, a do ocaso. Em definitivo, o Regime Republicano, depois das agruras da Grande Guerra, do Golpe de Estado do Major Sidónio Pais e da necessidade de combater a Monarquia do Norte, deixou de confiar no Exército para a sua defesa. Situação calamitosa que perdurou até 1926, com os governos em contínua mutação, os Partidos políticos vocacionados para a «guerrilha» institucional e a sociedade absorta com a anarquia de grupos como sindicalistas, constituindo os «tenebrosos» acontecimentos da Noite Sangrenta de Outubro de 1921 o exemplo mais ilustrativo. Os atentados bombistas sucediam-se e as insurreições entraram no quotidiano, a tal ponto que a Ilustração Portuguesa escrevia que "as revoluções em Portugal tornaram-se periódicas e, como tal, não há razão para que não entrem, como a chuva ou o bom tempo, as festas mudáveis e os dias feriados, nas previsões dos meteorologistas e nos programas do Borda d'Água".

O resultado desta conjuntura foi a Revolta Militar de 28 de Maio de 1926, que implantou a Ditadura Militar em Portugal e, posteriormente, abriu caminho ao Estado Novo de Oliveira Salazar, em 1933.

O BSCF (Cortesia do Regimento de Engenharia N.º1).

Curiosidades

Uma das mais notáveis e prestigiantes actuações militares portuguesas na 1.ª Guerra Mundial foi a do Batalhão de Sapadores de Caminho-de-Ferro na Guerra (BSCF), que permanece pouco divulgada. Quando se celebrou o acordo Luso-Britânico em 1916, relativo à participação de Portugal na guerra, o Exército só dispunha de uma Companhia de Caminhos-de-Ferro. No ano seguinte, Portugal organizou um Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro a quatro companhias (40 oficiais e 1248 sargentos e praças) e estas, por sua vez, em secções: de via e obras; de pontes; de movimento; de tracção e oficinas; trem regimental. O BSCF embarcou para França a 17 de Abril, subordinado ao Corpo Expedicionário (CEP), acabando por se incorporar no I Exército Britânico.

As quatro companhias actuavam separadas. A 1.ª e a 2.ª Companhia, posicionadas na zona de Ypres e Wulverghen-Messina (Bélgica), fizeram trabalhos de construção, terraplanagem e de reparação de vias-férreas, alguns debaixo de fogo. A 3.ª e a 4.ª companhia trabalharam no Somme e nas regiões de Albert-Papaume e Perone, efectuando levantamentos de vias-férreas de via larga. Em Agosto de 1917, o BSCF foi concentrado na região de Arras-Saint Pol, construindo vias normais e de resguardo para a artilharia, construção de plataformas para artilharia pesada, linhas de concordância e trabalhos de construção em gare. Curiosamente, alguns militares do BSCF contribuíram para o sucesso de missões de bombardeamento quando integraram o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) dotado de missões de peças de artilharia de costa montadas em reparos transportados por equipamento de caminho-de-ferro.

Após as ofensivas alemãs de Março-Abril de 1918, a distribuição do BSCF sofreu alterações. A 1.ª e a 2.ª Companhia acompanharam a acção de retardamento do I Exército Britânico, na região do Somme, destruindo algumas vias-férreas e preparando outras. Chegaram ainda a ser empregues, durante algum tempo, em trabalhos de organização do terreno e fortificação, na construção de trincheiras. A 3.ª Companhia permaneceu na região de La Lys (Berguette) arriscando em trabalhos de salvação de material. A 4.ª Companhia permaneceu em Saint Pol, executando trabalhos em linhas destruídas na zona avançada, sob fogo do inimigo. E, de facto, os bombardeamentos germânicos eram recorrentes, de tal forma que, para dar alguns exemplos, a linha Armentières-La Gorgue foi danificada 26 vezes durante o mês de Março de 1918 e na noite de 24 para 25 desse mês a gare de Sanit Pol foi atingida por 120 bombas de aeroplanos e granadas de obus, obrigando a um trabalho ininterrupto de 24 horas diárias durante uma semana consecutiva.

Em Agosto de 1918, na altura em que os Aliados, após a sucessão de ofensivas alemãs, retomam a iniciativa da guerra, ao BSCF foi confiado o serviço de exploração nas gares de Petit-Quéville (Moens) e de Rouxmesnil (Dieppe), sob a autoridade da Divisão de Exploração de Caminhos-de-Ferro Britânica. Pela força das necessidades, o BSCF foi aumentado de quatro para seis Companhias (56 oficiais e 1588 sargentos e praças), permanecendo em trabalhos de exploração até ao Armistício. O interessante é que, nesta altura, enquanto a tropa do CEP se resumia a três batalhões, o BSCF aumentou os efectivos continuando a revelar a sua importância na guerra em curso. Embarcou para Portugal em 27 de Abril de 1919, sendo efusivamente recebido no cais em Lisboa em 1 de Maio de 1919. Em dois anos de presença no teatro de guerra europeu, o BSCF foi das unidades portuguesas que mais se distinguiu e mais condecorações e elogios recebeu. Foi do BSCF o primeiro oficial português a receber a Cruz de Guerra Inglesa e, em 10 de Julho de 1920, recebeu a mais alta condecoração nacional, o Grau Comendador da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, deixando para a História a divisa da unidade «Sempre Fixe», brado de alma dos soldados que debaixo de fogo e perante os mais aturados trabalhos utilizavam para responder a quem perguntava como "iam as coisas".

Autores
Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, Professor de História Militar do IESM.
Major Luís Falcão Escorrega, Professor de Estratégia do IESM.
Major António Cordeiro Menezes, Professor de Táctica do IESM.

Bibliografia de Referência

- CARVALHO, Vasco, A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys, Lisboa, Lusitania Editora, 1924.
- COSTA, Gomes da, O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys, Porto, Renascença Portuguesa, 1920.
- DSHM, Os Portugueses na Flandres (1917-1918), Lisboa, 1993.
- EXÉRCITO PORTUGUÊS, História do Exército Português, Vol.III, Lisboa, EME, 1994.
- FRAGA, Luís Alves de, "Portugal e a Primeira Guerra Mundial", in Janus 99-2000, Lisboa, Público/Universidade Autónoma de Lisboa, Setembro de 1999.
- HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, La Lys, 1918, Lisboa, Prefácio, 2001.
- MARQUES, Isabel Pestana, "Os Portugueses Nas Trincheiras", in História, Novembro de 1994.
- MARTINS, Ferreira, Portugal na Grande Guerra, 2 volumes, Lisboa, 1934-1938.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra, Lisboa, Editorial Estampa, 1966.